TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
Estado do Amazonas

Diário da Justiça
Eletrônico

Caderno 2
JUDICIÁRIO - CAPITAL

Presidente:
Desembargador
Yedo Simões de Oliveira

Ano XII • Edição 2700 • Manaus, quinta-feira, 19 de setembro de 2019 dje.tjam.jus.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SEÇÃO I

PRESIDÊNCIA

SECRETARIA JUDICIÁRIA

Decisões

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0000325-26.2019.8.04.0000 - Agravo Interno Cível - Manaus - Agravante: O Estado do Amazonas - Agravado: Petrobras Distribuidora - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 35/37. - Advs: Tadeu de Souza Silva (OAB: 6878/AM) - Jose Guilherme Fontes de Azevedo Ccsta (OAB: 126729/RJ) - Vinicius Pedroso de Albuquerque Lima (OAB: 66642/RS) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 0001156-16.2015.8.04.0000 (STJ-971) - Petição Cível - Manaus - Agravante: Patri Onze Empreendimentos Imobiliários Ltda - Agravado: Alex Alves de Lima - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 216/219. - Advs: Carolina Ribeiro Botelho (OAB: 5963/AM) - Adriano Alves de Lima (OAB: 7398/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 0001787-18.2019.8.04.0000 - Petição Cível - Manaus - Recorrente: Ministério Público do Estado do Amazonas - 49ª PRODEMAPH - Recorrido: Aldemir Doce da Fonseca - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 170/173. - Advs: Ana Claudia Abboud Daou - Caroline Oliveira dos Santos (OAB: 4094/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 0003254-32.2019.8.04.0000 - Petição Cível - Manaus - Recorrente: Jose Fabiano Alves da Silva - Recorrida: Sociedade de TV Manauara Ltda/Rádio Você FM - Recorrido: Norte Editora Ltda - Recorrido: Sociedade de Televisão Manaura - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 168/170. - Advs: Martha Mafra Gonzalez (OAB: 4103/AM) - Beatriz Batista dos Santos (OAB: 1153A/AM) - Alexsander do Nascimento Cordeiro (OAB: 13832/AM) - Francisco André Cardoso de Araújo (OAB: 1159A/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 0003851-98.2019.8.04.0000 - Petição Cível - Manaus - Recorrente: Joelson Kennedy Araujo de Souza - Recorrido: Banco Pan S/A - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 25. - Advs: Cárita Martins Borges Pedroso (OAB: 7310/AM) - Fernando Luz Pereira (OAB: 147020/SP) - Moisés Batista de Souza (OAB: 149225/SP) - Glauco Gomes Madureira (OAB: 188483/SP) - Henrique José Parada Simão (OAB: 221386/SP) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 0004087-50.2019.8.04.0000 - Petição Cível - Manaus - Agravante: Adelino Meireles Martins - Agravante: Flávio Lima de Oliveira, - Agravante: Francisco das Chagas do Nascimento - Agravante: Mario Ramos Menezes Filho, - Agravante: Martins Felix Gomes, - Agravante: Milton Ney Magalhães, - Agravante: Oséas Rodrigues do Nascimento, - Agravante: Paulo Oliveira de Souza - Agravante: Pedro Paulo Furtado - Agravante: Valcirio Mendonça dos Santos, - Agravado: O Estado do Amazonas - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 435/437. - Advs: Martha Mafra Gonzalez (OAB: 4103/AM) - Caroline Retto Frota (OAB: 4411/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 0005609-15.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Auto Posto Master Ltda. - Embargado: Moises David Bicharra - Embargado: Mario Jorge Medeiros Moraes Neto - Embargado: Yasmim Raad Salim Bader - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 07. - Advs: Absalão Gonzales Júnior (OAB: 3278/AM) - Maria José da Silva Nazaré - Carlen Kryislen Kawamura Felipe (OAB: 7929/AM) - Délcio Luis Santos (OAB: 2729/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0001327-31.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: North Manaus, Comércio e Serviços de Alimentos, Eletrônios e Hotelaria Ltda - Embargante: Carlos Orlando Menezes de Barros Sobrinho - Embargante: Ana Márcia da Silva Oliveira - Embargado: Agência de Fomento do Estado do Amazonas S/A - AFEAM - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 18/19. - Advs: Carolina Gomes Mar (OAB: 8627/AM) - Serafim P. D. Meirelles Neto (OAB: 1694/AM) - Caroline Cunha e Silva Meirelles (OAB: 4940/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

SECRETARIA JUDICIARIA - RECURSOS

Decisões

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0000496-80.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: O Estado do Amazonas - Embargante: Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Amazonprev - Embargado: Roberty José de Souza Campos - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 50/52 (ADMITO O RECURSO ESPECIAL). - Advs: Luciane Barros de Souza (OAB: 4789/AM) - Karla Jamily Oliveira de Carvalho (OAB: 7876/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0001357-66.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs - Embargado: Arlindo Jorge Paulino Bastos - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 67/70 (NÃO ADMITO O RECURSO ESPECIAL). - Advs: Tibiriçá Valério de Holanda Filho (OAB: 7159/AM) - Alcineia da Silva Rodrigues (OAB: 3887/AM) - Wellington Filgueira Sampaio (OAB: 5308/AM) - Alex Mendes dos Santos (OAB: 7308/AM) - Andreza Silva de Oliveira (OAB: 9241/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0001360-21.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs - Embargado: Raimundo Nonato Silva dos Santos - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 66/69

(NÃO ADMITO O RECURSO ESPECIAL). - Advs: Alcineia da Silva Rodrigues (OAB: 3887/AM) - Tibiriçá Valério de Holanda Filho (OAB: 7159/AM) - Wellington Filgueira Sampaio (OAB: 5308/AM) - Alex Mendes dos Santos (OAB: 7308/AM) - Andreza Silva de Oliveira (OAB: 9241/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0001535-15.2019.8.04.0000 (RG 810 STF) - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: O Estado do Amazonas - Embargado: Antonio Bulcão de Souza - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 43/48. - Advs: Karla Brito Novo (OAB: 4771/AM) - Maria da Conceição T. Frazão (OAB: 5701/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0002753-78.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Marta de Oliveira Atem - Embargado: Fernando Luis Simões da Silva - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 45/48 (NÃO ADMITO O RECURSO ESPECIAL). - Advs: Emerson da Silva Castro (OAB: 5591/AM) - Pedro Xavier Coelho Sobrinho (OAB: 598/RR) - Mayra de Castro Maia. F. Cavalcante (OAB: 1157A/AM) - Mayra de Castro Maia Florencio Cavalcanti (OAB: 11740/PB) - Fernando Luis Simões da Silva (OAB: 6063/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0003302-88.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: O Estado do Amazonas - Embargado: Ricardo Silva de Almeida - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 54/56 (NÃO ADMITO O RECURSO ESPECIAL). - Advs: Leila Maria Raposo Xavier Leite (OAB: 3726/AM) - Ramon Michael Chaves Pesqueira (OAB: 10594/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0003439-70.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Ricardo R. Moraes Filho - Embargado: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 86/89 (NÃO ADMITO O RECURSO ESPECIAL). - Advs: Erivelton Ferreira Barreto (OAB: 5568/AM) - Simon de Souza Guimarães Bessa (OAB: 8640/AM) - Marco Antonio Crespo Barbosa (OAB: 115665/SP) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0004486-79.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Teôtonio Alves Teixeira Neto - Embargado: Pedro Barreto Falcão Neto - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 42/43 (ADMITO O RECURSO ESPECIAL). - Advs: Rennalt Lessa de Freitas (OAB: 8020/AM) - Amanda de Souza Trindade Aizawa (OAB: 5979/AM) - Tatiana Bezerra Trindade Farias (OAB: 14698B/CE) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0005051-43.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Banco Bonsucesso S/A - Embargada: Maria da Conceição da Costa Azevedo - Fica, INTIMADO O RECORRENTE, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, do(a) despacho/decisão de fls. 124. - Advs: Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (OAB: 98285A/RS) - Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (OAB: 37489A/BA) - Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB: 8500/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0006377-09.2017.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Pdg Realty S.a Empreendimentos e Participações - Embargante: Api Spe 15 - Planejamento e Desenvolvimento de Empreendimentos Imobiliarios Ltda - Embargado: Marcio Andre Lopes Cavalcante - Embargada: Fernanda Bulcao Rabelo Cavalcante - Embargado: Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva - Embargada: Vanessa Bacellar Krichana - Embargado: Mário José de Moraes Costa Filho - Embargada: Maria Nilza Albuquerque Marinho - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 155/158 (ADMITO O RECURSO ESPECIAL). - Advs: Fabrício Rocha (OAB: 206338/SP) - Cássio Augusto Torres de Camargo (OAB: 255615/SP) - Hannah Tung (OAB: 369487/SP) - Ricardo de Abreu Bianchi (OAB: 345150/SP) - Karla Brito Novo (OAB: 4771/AM) - Virginia Nunes Bessa (OAB: 3591/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0007006-46.2018.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Ceres - Fundação de Seguridade Social - Embargada: Graça Maria Ramos Rodrigues - Fica o RECORRENTE INTIMADO, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, do(a) despacho/decisão de fls. **. - Advs: Livia Moura Faria (OAB: 27070/DF) - Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 128341/SP) - Vinicius Cardoso dos Santos (OAB: 44398/DF) - Robson Matheus (OAB: 8853/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0007006-46.2018.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Ceres - Fundação de Seguridade Social - Embargada: Graça Maria Ramos Rodrigues - Fica o RECORRENTE INTIMADO, no prazo de 05 (CINCO) dias, do(a) despacho/decisão de fls. 64. - Advs: Livia Moura Faria (OAB: 27070/DF) - Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 128341/SP) - Vinicius Cardoso dos Santos (OAB: 44398/DF) - Robson Matheus (OAB: 8853/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0007530-43.2018.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: O Estado do Amazonas - Embargado: Transportes Bertolini Ltda - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 135/138 (ADMITO O RECURSO EXTRAORDINÁRIO). - Advs: Vivian Maria Oliveira da Frota (OAB: 6880/AM) - Marcelo Pedroso Harraz (OAB: 43422/RS) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0008095-07.2018.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Fundação Municipal de Cultura, Turismo e Eventos - Manauscult - Embargado: Paulo Jorge de Lino Santos - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 42/45 (ADMITO O RECURSO ESPECIAL). - Advs: Arthemis Costa de Oliveira (OAB: 7888/AM) - Maria do Perpetuo Socorro Cunha Paulain (OAB: 4988/AM) - Icaroty José da Silva (OAB: 6010/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0210443-89.2010.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: Eneida da Silveira Gomes - Apelado: Manaus Previdência - MANAUSPREV - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 740/743 (ADMITO O RECURSO EXTRAORDINÁRIO). - Advs: Porfírio Almeida Lemos (OAB: 6117/AM) - Eduardo Hoff Homem (OAB: 618/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0223926-55.2011.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: Emrel - Empresa de Redes Ltda - Apelado: Senai - Servico Nacional de Aprendizagem Industrial - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 240/241 (NÃO ADMITO O RECURSO ESPECIAL). - Advs: Marcio Alexandre da Silva (OAB: 2970/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0608972-65.2013.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: Cooperforte - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo - Apelado: Fábio de Araújo Oliveira - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 213/215 (ADMITO O RECURSO ESPECIAL). - Advs: Marlene Carvalho (OAB: 3381/AM) - Fernando José Bonatto (OAB: 25698/PR) - Sadi Bonatto (OAB: 10011/PR) - Rosane Barczak (OAB: 47394/PR) - José Carlos Souza Alves (OAB: 8719/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0611797-06.2018.8.04.0001 - Apelação Criminal - Manaus - Apelante: Luan Rodrigues Pimentel - Apelante: Gean Andrade Rodrigues - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Ficam INTIMADAS AS PARTES na pessoa de seus Advogados para tomarem conhecimento da seguinte DECISÃO MONOCRÁTICA, da lavra da Relator do Processo Dra. Onilza Abreu Gerth, cujo teor final é o seguinte: “Portanto, observa-se que o Requerente já apresentou o recurso próprio, qual seja, apelação, e usa da petição de fls. 401/412, para alegar questões relativas ao mérito, cuja análise e deferimento é inviável. Por conseguinte, verifica-se a impropriedade no deferimento do pleito constante na Petição de fls. 401/412, no bojo da Apelação Criminal, ora interposta”. - Advs: Elzu Souza Alves (OAB: 9641/AM) - Orlando Patricio de Souza (OAB: 7705/AM) - Sarah Lima

Toledano (OAB: 10106/AM) - Mario Ypiranga Monteiro Neto - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0611797-06.2018.8.04.0001 - Apelação Criminal - Manaus - Apelante: Luan Rodrigues Pimentel - Apelante: Gean Andrade Rodrigues - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 558/562 (NÃO ADMITO O RECURSO ESPECIAL). - Advs: Elzu Souza Alves (OAB: 9641/AM) - Orlando Patricio de Souza (OAB: 7705/AM) - Sarah Lima Toledano (OAB: 10106/AM) - Mario Ypiranga Monteiro Neto - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0612235-71.2014.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: Unimed Campina Grande Cooperativa de Trabalho Médico Ltda - Apelada: Terezinha de Jesus Ferreira Moura - Apelante: Terezinha de Jesus Ferreira Moura - Apelado: Unimed Campina Grande – Cooperativa de Trabalho Médico - DECISÃO: "Analiso, inicialmente, os efeitos de recebimento do recurso, a teor do art. 1.012, caput, do CPC. Conforme sabido, a regra geral é que os recurso de apelação serão recebidos no duplo efeito. Entretanto, a teor do §1º, do art. 1.012, do CPC, indica que começa a produzir efeitos imediatamente após a sua publicação a sentença que V - confirma, concede ou revoga tutela provisória; Assim sendo, considerando que o caso em epígrafe amolda-se a hipótese do inciso V do mencionado art. 1012, recebo o presente recurso em seu efeito meramente devolutivo, no que tange à confirmação da medida liminar deferida na cautelar incidental n. 0215480-58.2014.8.04.0001. No mais, recebo o recurso no duplo efeito.. Intime-se e dê-se vista ao Graduado Órgão Ministerial. À Secretaria, para providências." - Advs: Cicero Pereira de Lacerda Neto (OAB: 15401/PB) - Vanessa Portela Correia (OAB: 8403/AM) - Caius Marcellus Lacerda (OAB: 5207/PB) - Natasja Deschoolmeester (OAB: 2140/AM) - Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB: 7983/AM) - Malber Souza Tavares (OAB: 6455/AM) - Dra. Sandra Cal Oliveira - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0612235-71.2014.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: Unimed Campina Grande Cooperativa de Trabalho Médico Ltda - Apelada: Terezinha de Jesus Ferreira Moura - Apelante: Terezinha de Jesus Ferreira Moura - Apelado: Unimed Campina Grande – Cooperativa de Trabalho Médico - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 464/466 (NÃO ADMITO O RECURSO ESPECIAL). - Advs: Cicero Pereira de Lacerda Neto (OAB: 15401/PB) - Vanessa Portela Correia (OAB: 8403/AM) - Caius Marcellus Lacerda (OAB: 5207/PB) - Natasja Deschoolmeester (OAB: 2140/AM) - Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB: 7983/AM) - Malber Souza Tavares (OAB: 6455/AM) - Dra. Sandra Cal Oliveira - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0612894-75.2017.8.04.0001 - Apelação Criminal - Manaus - Apelante: John Brakley Silva de Freitas - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 342/346 (NÃO ADMITO O RECURSO ESPECIAL). - Advs: João Evangelista Generoso de Araujo (OAB: 12394/AM) - Cristiane Gama Guimarães (OAB: 4507/AM) - Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0632513-25.2016.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: Ceres - Fundação de Seguridade Social - Apelada: Graça Maria Ramos Rodrigues - Apelante: Graça Maria Ramos Rodrigues - Apelado: Ceres - Fundação de Seguridade Social - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 510/513 (NÃO ADMITO O RECURSO ESPECIAL). - Advs: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 128341/SP) - Robson Matheus (OAB: 8853/AM) - Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0643691-05.2015.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: Api Spe 22 Planejamento e Desenvolvimento de Empreendimentos Imobiliários Ltda - Apelado: Egleuson Araujo Santiago - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 491/492. - Advs: André Gonçalves de Arruda (OAB: 200777/SP) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 4000344-61.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Manaus - Agravante: Petros Fundação Petrobras de Seguridade Social - Agravado: Murilo de Araújo Vieira Junior - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 1061/1064 (NÃO ADMITO O RECURSO ESPECIAL). - Advs: Francisco Nonato Boary (OAB: 1058/AM) - Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB: 671A/AM) - Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: A1058/AM) - Ezelaide Viegas da Costa Almeida (OAB: 1339/AM) - Rylene Álvares Bastos Rodrigues (OAB: 10145/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 4000785-42.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Manaus - Agravante: Galo da Serra Navegação Fluvial Ltda. - Agravado: Banco Santander (Brasil) S.a. - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 328/332 (NÃO ADMITO O RECURSO ESPECIAL). - Advs: Gina Moraes de Almeida (OAB: 7036/AM) - Fernando Denis Martins (OAB: 184064/RJ) - Dra. Noeme Tobias de Souza - Daniel Marinho Pereira (OAB: 5157/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 4002272-81.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Manaus - Agravante: Abrahim Jezini - Agravada: Vilcimara Souza da Silva - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 91/93 (NÃO ADMITO O RECURSO ESPECIAL). - Advs: Abrahim Jezini (OAB: 4584/AM) - Odair Alan Rodrigues de Melo (OAB: 4715/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 4002657-29.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Manaus - Agravante: Banco do Brasil S/A - Agravado: Diogenes Vidal Pessoa Neto - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 180/182 (ADMITO O RECURSO ESPECIAL). - Advs: Grace Kelly da Silva Barbosa (OAB: 3627/AM) - Rui de Jesus Soares Junior (OAB: 7253/AM) - José Francisco Lima Pessoa (OAB: 1897/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 4003585-77.2018.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível - Manaus - Impetrante: Pello Menos Franchising Ltda. - Impetrado: Juízo de Direito da 14ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho de Manaus - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 542. - Advs: Patricia Gonzalez Baubeta (OAB: 142076/SP) - Tatiana Teixeira de Almeida Pedote (OAB: 204002/SP) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 4003946-65.2016.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Manaus - Agravante: Ricardo Comte Telles de Souza Pinheiro - Agravado: Rafael Conceição de Oliveira - DECISÃO: "Ante o exposto, por se tratar de despacho de mero expediente, sem cunho decisório, e, portanto, irrecorrível (art. 1001 do CPC/2015), nego seguimento ao presente recurso. Consequentemente, torno sem efeito a decisão que concedeu a antecipação da tutela recursal, proferida às fls. 14/16. Não havendo irresignação, remetam-se os autos à vara de origem. À Secretaria para providências." - Advs: Wellington de Amorim Alves (OAB: 2993/AM) - Jonilson Silva Souza (OAB: 11366/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 4003946-65.2016.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Manaus - Agravante: Ricardo Comte Telles de Souza Pinheiro - Agravado: Rafael Conceição de Oliveira - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 111/114 (NÃO ADMITO O RECURSO ESPECIAL). - Advs: Wellington de Amorim Alves (OAB: 2993/AM) - Jonilson Silva Souza (OAB: 11366/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 4005432-51.2017.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Presidente Figueiredo - Agravante: Alexandre Bazerra Lins - Agravada: Kamila Fernanda Alves de Almeida - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 350/353 (NÃO ADMITO O RECURSO ESPECIAL). - Advs: Maria Eliriany Martins Gomes Bissoli (OAB: 7432/AM) - Sostenes Adiel Pereira Batista (OAB: 10131/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Intimações

DESPACHO DE INTIMAÇÃO

Nº 0002032-29.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Embargada: Raioneide Fernandes Bentes - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Fabio de Assunção Acosta (8415/AM), advogado (a,s) de Raioneide Fernandes Bentes, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 18 de setembro de 2019 - Advs: Isabella Jacob Nogueira (OAB: 8800/AM) - Décio Freire (OAB: 56543/MG) - Décio Flávio Goçalves Torres Freire (OAB: 697A/AM) - Andreia Sabino Correia (OAB: 7074/AM) - Jenifer Cibely Maciel Gomes (OAB: 11046/AM) - Fabio de Assunção Acosta (OAB: 8415/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0002510-37.2019.8.04.0000 - Agravo Interno Cível - Manaus - Agravante: O Estado do Amazonas - Agravada: Wandete de Oliveira Netto - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Alessandra de Oliveira Netto (5176/AM) e Alexandre de Oliveira Netto (6274/AM), advogado (a,s) de Wandete de Oliveira Netto, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AO RECURSO ESPECIAL, no prazo legal. 18 de setembro de 2019 - Advs: Ingrid Khamylla Monteiro Ximenes de Sousa (OAB: 3629/AM) - Alessandra de Oliveira Netto (OAB: 5176/AM) - Alexandre de Oliveira Netto (OAB: 6274/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0003086-30.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: São Daniel Empreendimentos Imobiliários Ltda - Embargante: Santa Leôncia Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Embargado: Marlene Teodoro Dibo Franco - Embargado: José de Lima Franco - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Jamila Marinho Chehad Barbosa (2950/AM) e Sandro Abreu Torres (4078/AM), advogado (a,s) de José de Lima Franco e Marlene Teodoro Dibo Franco, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AO RECURSO ESPECIAL, no prazo legal. 18 de setembro de 2019 - Advs: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM) - Paloma Tavares Feitoza Vieira (OAB: 8759/AM) - Ingrid Crstine de Sá Ribeiro Pacheco (OAB: 12209/AM) - Jamila Marinho Chehad Barbosa (OAB: 2950/AM) - Sandro Abreu Torres (OAB: 4078/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0003307-13.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Nidal Raad - Embargante: Beatriz Francheschi Raad - Embargada: Simara Mota do Nascimento Martins - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Jean Wakim Hanna Wakim Filho (5181/AM) e Luiz Gustavo Cardoso Maia (6971/AM), advogado (a,s) de Simara Mota do Nascimento Martins, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AO RECURSO ESPECIAL, no prazo legal. 18 de setembro de 2019 - Advs: Alessandra Gomes dos Santos (OAB: 6938/AM) - Icaroty José da Silva (OAB: 6010/AM) - Onilda Abreu da Silva (OAB: 2288/AM) - Luiz Gustavo Cardoso Maia (OAB: 6971/AM) - Jean Wakim Hanna Wakim Filho (OAB: 5181/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0004800-59.2018.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: O Estado do Amazonas - Embargada: Maria Ivanilde dos Santos Pereira - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Rúbia Helena Nascimento Ferreira (9013/AM) e Samuel Cavalcante da Silva (3260/AM), advogado (a,s) de Maria Ivanilde dos Santos Pereira, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS RECURSOS ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO, no prazo legal. 18 de setembro de 2019 - Advs: Ingrid Khamylla Monteiro Ximenes de Souza (OAB: 3629/AM) - Samuel Cavalcante da Silva (OAB: 3260/AM) - Rúbia Helena Nascimento Ferreira (OAB: 9013/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0004840-07.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobrás - Embargado: Eclair Lucas - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Eugênio Figueiredo Pinto de Andrade (3424/AM), Laura Maria Santiago Lucas (4872/AM) e Rafael Fernando Tiesca Maciel (7187/AM), advogado (a,s) de Eclair Lucas, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AO RECURSO ESPECIAL, no prazo legal. 18 de setembro de 2019 - Advs: Antonio Vieira Sias (OAB: 52317/RJ) - Alfredo Melo Magalhães (OAB: 99028/RJ) - Eugênio Figueiredo Pinto de Andrade (OAB: 3424/AM) - Laura Maria Santiago Lucas (OAB: 4872/AM) - Rafael Fernando Tiesca Maciel (OAB: 7187/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0007763-40.2018.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Ub-mc Incorporação e Construção Spe Ltda - Embargado: Ronaldo Francisco da Silva - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Roicildo Pingarillho Martins (4136/AM), advogado (a,s) de Ronaldo Francisco da Silva, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 18 de setembro de 2019 - Advs: Carolina Ribeiro Botelho (OAB: 5963/AM) - Raphaela Batista de Oliveira (OAB: 9169/AC) - Andrade Gc Advogados (OAB: 5797/AM) - Roicildo Pingarillho Martins (OAB: 4136/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0235939-13.2016.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: Banco do Brasil S/A - Apelado: Lourenço dos Santos Bentes - Apelado: Brasilprev Seguros e Previdência S/A - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Bruna das Chagas de Mendonca (10474/AM), Evelyn Campelo Loureiro (5298/AM), Keila Christian Zanatta Manangão Rodrigues (84676/RJ) e Priscilla Akemi Oshiro (304931/SP), advogado (a,s) de Brasilprev Seguros e Previdência S/A e Lourenço dos Santos Bentes, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AO RECURSO ESPECIAL, no prazo legal. 18 de setembro de 2019 - Advs: Sérvio Túlio de Barcelos (OAB: 1048/AM) - Servio Túlio de Barcelos (OAB: 44698/MG) - Evelyn Campelo Loureiro (OAB: 5298/AM) - Priscilla Akemi Oshiro (OAB: 304931/SP) - Keila Christian Zanatta Manangão Rodrigues (OAB: 84676/RJ) - Bruna das Chagas de Mendonca (OAB: 10474/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0254416-31.2009.8.04.0001 (001.09.254416-0) - Apelação Cível - Manaus - Apelante: Banco do Brasil S/A - Apelado: Panificadora Jn Ltda - Apelado: Eliana Reis Caxias - Apelado: Edilson Lima Caxias - Fica (am) Edilson Lima Caxias, Eliana Reis Caxias e Panificadora Jn Ltda, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL, no prazo legal. 18 de setembro de 2019 - Advs: Rafael Sganzerla Durand (OAB: 211648/SP) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0603674-92.2013.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: A. Ô L. LTDA - Apelada: A. B. L. de A. - Apelada: F. F. de A. - Apelado: D. M. de A. - ficam INTIMADAS AMBAS AS PARTES, na pessoa de seus Advogados Dr(a). Ana Paula Ivo Fernandes, Geovane Araújo Galvão, Fernando Borges de Moraes, José Perceu Valente de Freitas 4288/AM, 107918/MG, 446A/AM, 7200/AM/Marivalda de Souza Melo 8231/AM. "Determino a intimação de ambas as partes, por intermédio de seus advogados constituídos, para que se manifestem, nos termos dos arts. 9º e 10º do CPC/15, acerca do fundamento novo relativo ao limite temporal, no prazo de 5 (cinco) dias úteis (arts. 218 e 219, CPC do diploma processual). À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se. - Advs: Ana Paula Ivo Fernandes (OAB: 4288/AM) - Fernando Borges de Moraes (OAB: 446A/AM) - José Perceu Valente de Freitas (OAB: 7200/AM) - Geovane Araújo Galvão (OAB: 107918/MG) - Aline Taiana Brasil Lemos - Raimundo Alfredo Brito da Silva (OAB: 9709/AM) - Marcos Osamo Basto Takeda (OAB: 3739/AM) - Dra. Maria José da Silva Nazaré - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

Nº 0603674-92.2013.8.04.0001 - Apelação Cível - Manaus - Apelante: A. Ô L. LTDA - Apelada: A. B. L. de A. - Apelada: F. F. de A. - Apelado: D. M. de A. - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Marcos Osamo Basto Takeda (3739/AM) e Raimundo Alfredo Brito da Silva (9709/AM), advogado (a,s) de A. B. L. de A. D. M. de A., representada por Aline Taiana Brasil Lemos, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AO RECURSO ESPECIAL, no prazo legal. 18 de setembro de 2019 - Advs: Ana Paula Ivo Fernandes (OAB: 4288/AM) - Fernando Borges de Moraes (OAB: 446A/AM) - José Perceu Valente de Freitas (OAB: 7200/AM) - Geovane Araújo Galvão (OAB: 107918/MG) - Aline Taiana Brasil Lemos - Raimundo Alfredo Brito da Silva (OAB: 9709/AM) - Marcos Osamo Basto Takeda (OAB: 3739/AM) - Dra. Maria José da Silva Nazaré - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º andar

SECRETARIA DA CENTRAL DE PRECATÓRIOS

Listagem em ordem cronológica dos precatórios dos entes públicos devedores

O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, **Desembargador Yedo Simões de Oliveira**, no uso de suas atribuições e em cumprimento ao que determina o artigo 45 da Resolução n.º 003/2014 do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, torna pública a Listagem de Precatórios do Município de Manaus, por ordem cronológica, existentes nesta Corte, elaborada nos termos do art. 4.º, parágrafo primeiro, da Resolução n.º 115, de 29 de junho de 2010, do Conselho Nacional de Justiça.

Manaus, 18 de setembro de 2019.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS
SECRETARIA DA CENTRAL DE PRECATÓRIOS

Listagem em ordem cronológica dos Precatórios do Município de Manaus
Regime especial de pagamento

Ordem	N. do precatório	Credor	Data de apresentação do ofício no TJAM	Origem	Natureza
1	0006496-04.2016.8.04.0000	Ban Consórcio Administração de Bens S/C Ltda (Garavelo)	15/06/1993	2ª Vara Cível da Comarca de Lins	Comum
2	0001771-60.2002.8.04.0000	Iêda Marques Pereira e Jayme Pereira	20/06/2000 às 10h25	1ª Vara da Fazenda Pública Municipal	Comum
3	0002336-53.2004.8.04.0000	Implantação e Administração de Cemitérios da Amazônia	30/06/2004	1ª Vara da Fazenda Pública Estadual	Comum
4	0001304-42.2006.8.04.0000	Alcedir Vanderlei Lovatto	31/05/2006 às 08h37	3ª Vara da Fazenda Pública Estadual	Alimentícia
5	0001303-57.2006.8.04.0000	Alcedir Vanderlei Lovatto	31/05/2006 às 08h37	3ª Vara da Fazenda Pública Estadual	Alimentícia
6	0001300-05.2006.8.04.0000	Implantação e Administração de Cemitérios da Amazônia	31/05/2006 às 08h37	3ª Vara da Fazenda Pública Estadual	Comum
7	0002737-13.2008.8.04.0000	Construtora Solida Ltda.	01/07/2008 às 10h51	1ª Vara da Fazenda Pública Municipal	Comum
8	0001606-66.2009.8.04.0000	Daria Ney Vieira Moreira	05/06/2009 às 11h51	1ª Vara da Fazenda Pública Municipal	Alimentícia
9	0005206-95.2009.8.04.0000	Construtora SM – Comércio e Indústria Ltda.	29/09/2009 às 12h38	2ª Vara da Fazenda Pública Municipal	Comum
10	0000982-12.2012.8.04.0000	Maria das Graças de Xerez Vieiralves e Outros	04/04/2012 às 11h31	1ª Vara da Fazenda Pública Municipal	Comum
11	0008365-70.2014.8.04.0000	Damiana Carvalho Serrão e Outros	16/04/2014 às 09h04	2ª Vara da Fazenda Pública Municipal	Alimentícia
12	0010855-65.2014.8.04.0000	Rodal Construções e Comércio Ltda., Andrea Caldeira do Couto	26/06/2014 às 13h31	2ª Vara da Fazenda Pública Municipal	Comum
13	0014783-24.2014.8.04.0000	Francisco Wallace da Costa Silva	14/01/2015 às 11h33	2ª Vara da Fazenda Pública Municipal	Alimentícia
14	0014892-38.2014.8.04.0000	José Sousa de Freitas	14/01/2015 às 11h35	2ª Vara da Fazenda Pública Municipal	Alimentícia
15	0000834-93.2015.8.04.0000	Rivaldo Andrade de Oliveira	29/01/2015	2ª Vara da Fazenda Pública Municipal	Alimentícia
16	0011763-25.2014.8.04.0000	Carlos Alberto de Lima e Outros	19/02/2015 às 13h28	1ª Vara da Fazenda Pública Municipal	Alimentícia
17	0000835-78.2015.8.04.0000	Paulo Balieiro de Aquino	17/03/2015 às 15h59	2ª Vara da Fazenda Pública Municipal	Alimentícia
18	0002283-86.2015.8.04.0000	Adson Moda Barbosa	17/04/2015	2ª Vara da Fazenda Pública Municipal	Alimentícia
19	0002272-57.2015.8.04.0000	Therezinha Ruiz de Oliveira	17/04/2015	2ª Vara da Fazenda Pública Municipal	Alimentícia
20	0002436-22.2015.8.04.0000	Osvaldo Lins Pereira de Souza e Outros	27/04/2015	2ª Vara da Fazenda Pública Municipal	Alimentícia
21	0003883-45.2015.8.04.0000	Hildegard Nobre dos Santos	23/06/2015	2ª Vara da Fazenda Pública Municipal	Alimentícia
22	0003695-52.2015.8.04.0000	Gerbeson de Souza Ferreira, Mauro Allen Bezerra	30/06/2015 às 10h35	1ª Vara da Fazenda Pública Municipal	Alimentícia

23	0003967-46.2015.8.04.0000	Maria Carvalho da Silva Neves, Arnoldo Bentes Coimbra	01/07/2015 às 15h45	1ª Vara da Fazenda Pública Municipal	Alimentícia
24	0003969-16.2015.8.04.0000	Maria Carvalho da Silva Neves, Arnoldo Bentes Coimbra	01/07/2015 às 15h45	1ª Vara da Fazenda Pública Municipal	Alimentícia
25	0001590-05.2015.8.04.0000	Nilson Maria Ponce de Leão, Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado do Amazonas	16/03/2015	2ª Vara da Fazenda Pública Municipal	Comum
26	0002511-61.2015.8.04.0000	Aduana Despachos e Assessoria de Comércio Exterior, Ildo Geraldo Nery da Silva	27/04/2015	2ª Vara da Fazenda Pública Municipal	Comum
27	0003669-54.2015.8.04.0000	Maria do Socorro Froes de Castro, Ricardo Alexandre Frota Pinto	24/06/2015 às 16h32	2ª Vara da Fazenda Pública Municipal	Comum
28	0004004-73.2015.8.04.0000	Patrick de Souza Marzano Fonseca, José Cardoso Dutra	30/06/2015	1ª Vara da Fazenda Pública Municipal	Comum
29	0004090-44.2015.8.04.0000	Instituto de Medicina Intensiva Ltda, Fábio Silva Andrade	01/07/2015	2ª Vara da Fazenda Pública Municipal	Comum
30	0003988-22.2015.8.04.0000	Raimundo Amorim e Outros	01/07/2015 às 12h12	1ª Vara da Fazenda Pública Municipal	Comum
31	0000726-30.2016.8.04.0000	Maria Soraia Elias Pereira, Ana Maria Fernandes Menezes Martins	04/02/2016	2ª Vara da Fazenda Pública Municipal	Alimentícia
32	0007640-47.2015.8.04.0000	Rubelina Maria Rola Veras, Maria da Conceição Teixeira	24/02/2016 às 15h33	2ª Vara da Fazenda Pública Municipal	Alimentícia
33	0004006-43.2015.8.04.0000	Teresinha Oliveira dos Santos Vieira e Outros	29/02/2016 às 10h43	1ª Vara da Fazenda Pública Municipal	Alimentícia
34	0001139-43.2016.8.04.0000	Antonio Felicio Bezerra, Djane Oliveira Marinho	26/04/2016 às 13h18	2ª Vara da Fazenda Pública Municipal	Alimentícia
35	0002321-64.2016.8.04.0000	Joana da Silva Dantas	01/06/2016 às 10h21	2ª Vara da Fazenda Pública Municipal	Alimentícia
36	0000830-22.2016.8.04.0000	Julio de Oliveira Macedo	06/06/2016 às 12h34	2ª Vara Especializada da Dívida Ativa Municipal	Alimentícia
37	0003198-04.2016.8.04.0000	José Augusto Machado Gomes, Djane Oliveira Marinho	22/06/2016 às 13h07	2ª Vara da Fazenda Pública Municipal	Alimentícia
38	0006088-47.2015.8.04.0000	Nair Silva dos Santos, Leyla Viga Yurtsever	01/10/2015	2ª Vara da Fazenda Pública Municipal	Comum
39	0003976-08.2015.8.04.0000	Idenis de Oliveira Reis e Outros	03/11/2015 às 10h24	1ª Vara da Fazenda Pública Municipal	Comum
40	0005811-31.2015.8.04.0000	Marcinete Vieira Gato, Marcio Arduino	02/03/2016	1ª Vara da Fazenda Pública Municipal	Comum
41	0007343-40.2015.8.04.0000	Mateus Gato Vieira, Marcio Arduino	02/03/2016	1ª Vara da Fazenda Pública Municipal	Comum
42	0001295-31.2016.8.04.0000	Paranapanema S.A., Vasco Pereira do Amaral	27/04/2016 às 17h24	2ª Vara da Fazenda Pública Municipal	Comum
43	0005782-78.2015.8.04.0000	Termotécnica da Amazônia Ltda.	05/05/2016 às 13h20	2ª Vara Especializada da Dívida Ativa Municipal	Comum
44	0000856-20.2016.8.04.0000	Centro de Ensino Superior Nilton Lins	06/06/2016 às 12h28	2ª Vara Especializada da Dívida Ativa Municipal	Comum
45	0003199-86.2016.8.04.0000	Eloir Carlos Schuck, Jorge Secaf Neto	22/06/2016 às 13h07	2ª Vara da Fazenda Pública Municipal	Comum
46	0005272-31.2016.8.04.0000	Gabriela Gomes da Costa, Marly Gomes Capote	06/10/2016 às 10h00	2ª Vara da Fazenda Pública Municipal	Alimentícia
47	0002731-88.2017.8.04.0000	Aldemir Mussa Dib	03/05/2017 às 09h30	2ª Vara da Fazenda Pública Municipal	Alimentícia

48	0006583-57.2016.8.04.0000	Júlio Augusto Coelho Barbosa	07/06/2017 às 11h17	2ª Vara da Fazenda Pública Municipal	Alimentícia
49	0000243-63.2017.8.04.0000	Antônia Fernandes Braga Batista, Hely de Souza Pinheiro	07/06/2017 às 14h32	2ª Vara da Fazenda Pública Municipal	Alimentícia
50	0003661-09.2017.8.04.0000	Pollyanna Oliveira Medina	29/06/2017 às 12h20	1ª Vara da Fazenda Pública Municipal	Alimentícia
51	0003000-30.2017.8.04.0000	Jorge Constantino da Silva, Azevedo, Feitosa e Advogados Associados	29/06/2017 às 12h20	1ª Vara da Fazenda Pública Municipal	Alimentícia
52	0002855-71.2017.8.04.0000	Exodus Lelis da Silva, Ana Esmelinda M de Melo	29/06/2017 às 12h20	1ª Vara da Fazenda Pública Municipal	Alimentícia
53	0003469-76.2017.8.04.0000	Dorlan Matos Maranhão	30/06/2017 às 13h55	1ª Vara da Fazenda Pública Municipal	Alimentícia
54	0003468-91.2017.8.04.0000	Cleide Vargas de Abreu	30/06/2017 às 13h56	1ª Vara da Fazenda Pública Municipal	Alimentícia
55	0000537-18.2017.8.04.0000	Luciana Morais Avelar	30/06/2017	1ª Vara da Fazenda Pública Municipal	Alimentícia
56	0004047-73.2016.8.04.0000	Hiram Ponce de Leão, Fundo Especial da Defensoria Pública do Estado do Amazonas	30/11/2016 às 08h28	1ª Vara da Fazenda Pública Municipal	Comum
57	0006588-79.2016.8.04.0000	Jurandir Almeida de Toledo, Madeireira Bandeirantes Ltda-ME	12/04/2017 às 10h16	2ª Vara da Fazenda Pública Municipal	Comum
58	0001774-87.2017.8.04.0000	Renato Fortes Becil e Outros	30/06/2017	2ª Vara da Fazenda Pública Municipal	Comum
59	0002732-73.2017.8.04.0000	Rosiany Thayla de Oliveira dos Santos, Cauã Felipe Santos Mota	30/06/2017	2ª Vara da Fazenda Pública Municipal	Comum
60	0004215-41.2017.8.04.0000	Deborah Cleice da Silva Carneiro	09/08/2017 às 10h09	2ª Vara da Fazenda Pública Municipal	Alimentícia
61	0005106-96.2016.8.04.0000	José Rodrigues dos Santos, Winton Feitosa de Sousa	11/09/2017 às 13h50	1ª Vara da Fazenda Pública Municipal	Alimentícia
62	0006847-40.2017.8.04.0000	Maria Justina Souza de Araújo	22/09/2017 às 10h23	2ª Vara da Fazenda Pública Municipal	Alimentícia
63	0003470-61.2017.8.04.0000	Fábio Agustinho da Silva	06/10/2017 às 16h11	1ª Vara da Fazenda Pública Municipal	Alimentícia
64	0007469-22.2017.8.04.0000	Arlete Bezerra dos Santos	10/10/2017 às 10h01	2ª Vara da Fazenda Pública Municipal	Alimentícia
65	0005763-04.2017.8.04.0000	Walder Gomes de Figueiredo	09/11/2017 às 06h48	2ª Vara da Fazenda Pública Municipal	Alimentícia
66	0004927-31.2017.8.04.0000	Raimundo Nonato Lopes da Silva	13/11/2017	2ª Vara da Fazenda Pública Municipal	Alimentícia
67	0006846-55.2017.8.04.0000	Carmelita Pimentel Libório	24/11/2017 às 10h35	2ª Vara da Fazenda Pública Municipal	Alimentícia
68	0009259-41.2017.8.04.0000	Antônio Alves Lopes	15/12/2017 às 08h45	2ª Vara da Fazenda Pública Municipal	Alimentícia
69	0001781-45.2018.8.04.0000	José da Conceição Barroso Torres	09/03/2018 às 11h01	2ª Vara da Fazenda Pública Municipal	Alimentícia
70	0003235-60.2018.8.04.0000	Delcimar Roberto do Carmo	03/05/2018 às 13h45	2ª Vara da Fazenda Pública Municipal	Alimentícia
71	0003236-45.2018.8.04.0000	Eduardo Vieira da Silva	03/05/2018 às 13h45	2ª Vara da Fazenda Pública Municipal	Alimentícia
72	0003234-75.2018.8.04.0000	Regina Helena Gonzaga Maciel	03/05/2018 às 13h46	2ª Vara da Fazenda Pública Municipal	Alimentícia
73	0002302-87.2018.8.04.0000	Angela de Almeida Pinto	21/05/2018 às 11h09	2ª Vara da Fazenda Pública Municipal	Alimentícia
74	0001125-25.2017.8.04.0000	Manuel Otávio Ramos Solar e Outros	04/06/2018 às 10h07	2ª Vara da Fazenda Pública Municipal	Alimentícia
75	0001780-60.2018.8.04.0000	Andreia Hara Teixeira	06/06/2018 às 13h29	2ª Vara da Fazenda Pública Municipal	Alimentícia

76	0002857-07.2018.8.04.0000	Alzira Bezerra Costa, Denise Moura Macedo da Silva	06/06/2018 às 13h33	2ª Vara da Fazenda Pública Municipal	Alimentícia
77	0003561-20.2018.8.04.0000	Rossicleide Brandão da Fonseca	14/06/2018 às 11h42	2ª Vara da Fazenda Pública Municipal	Alimentícia
78	0004353-71.2018.8.04.0000	Devaldeci Miguel Bele	25/06/2018 às 13h40	2ª Vara da Fazenda Pública Municipal	Alimentícia
79	0009256-86.2017.8.04.0000	Eronilson Sampaio Pereira	26/06/2018 às 13h26	2ª Vara da Fazenda Pública Municipal	Alimentícia
80	0003754-35.2018.8.04.0000	Cristiane Lopes da Silva	29/06/2018 às 09h11	2ª Vara da Fazenda Pública Municipal	Alimentícia
81	0003567-27.2018.8.04.0000	Raimunda de Souza Quaresma	29/06/2018 às 09h11	2ª Vara da Fazenda Pública Municipal	Alimentícia
82	0003574-19.2018.8.04.0000	Miguel Evangelista de Souza	29/06/2018 às 09h15	2ª Vara da Fazenda Pública Municipal	Alimentícia
83	0003560-35.2018.8.04.0000	Carlos Roberto Freitas Barbosa	29/06/2018 às 09h16	2ª Vara da Fazenda Pública Municipal	Alimentícia
84	0004517-36.2018.8.04.0000	Aurea Pinto da Silva, José Francisco Santos Silva	29/06/2018 às 10h50	2ª Vara da Fazenda Pública Municipal	Alimentícia
85	0005917-56.2016.8.04.0000	Amaplast Amazonas Plásticos Ltda., Reni Alves Teixeira Lima	23/08/2017 às 15h32	Vara Especializada da Dívida Ativa Municipal	Comum
86	0005240-89.2017.8.04.0000	Luiz Eduardo da Silva Fragozes	25/10/2017 às 11h14	2ª Vara da Fazenda Pública Municipal	Comum
87	0006845-70.2017.8.04.0000	Posto Aquarius Ltda.	17/11/2017 às 09h40	2ª Vara da Fazenda Pública Municipal	Comum
88	0001782-30.2018.8.04.0000	Elissandra Rodrigues Viana	13/04/2018 às 10h55	2ª Vara da Fazenda Pública Municipal	Comum
89	0002041-25.2018.8.04.0000	Massa Falida BPA Construções e Comércio Ltda, representada pelo administrador Frederico Santos Paiva e Outros	02/05/2018 às 08h35	2ª Vara da Fazenda Pública Municipal	Comum
90	0002300-20.2018.8.04.0000	Fit Administradora Ltda, Haroldo Jatahy de Castro	29/06/2018 às 10h53	2ª Vara da Fazenda Pública Municipal	Comum
91	0005038-78.2018.8.04.0000	Francisco Borges da Silva	23/07/2018 às 11h57	2ª Vara da Fazenda Pública Municipal atual 5ª Vara da Fazenda Pública	Alimentícia
92	0005040-48.2018.8.04.0000	Alzelina Martins dos Santos	23/07/2018 às 11h59	2ª Vara da Fazenda Pública Municipal atual 5ª Vara da Fazenda Pública	Alimentícia
93	0004146-72.2018.8.04.0000	Madalena Maurício de Oliveira	31/07/2018 às 13h51	2ª Vara da Fazenda Pública Municipal atual 5ª Vara da Fazenda Pública	Alimentícia
94	0004149-27.2018.8.04.0000	Nádia Alves da Silva, Paulo Dias Gomes	07/08/2018 às 12h19	2ª Vara da Fazenda Pública Municipal atual 5ª Vara da Fazenda Pública	Alimentícia
95	0001695-40.2019.8.04.0000	Lourival Pinheiro Lopes	18/12/2018 às 08h10	5ª Vara da Fazenda Pública	Alimentícia
96	0005666-67.2018.8.04.0000	Leide Maria Viana de Souza	16/01/2019 às 10h35	2ª Vara da Fazenda Pública Municipal atual 5ª Vara da Fazenda Pública	Alimentícia
97	0001644-29.2019.8.04.0000	Glauciane Fernandes Silva, Leyla Viga Yurtsever	12/03/2019 às 13h47	5ª Vara da Fazenda Pública	Alimentícia
98	0001911-98.2019.8.04.0000	Dalcilene Otaviano Portela, César Augusto Gomes Monteiro	21/03/2019 às 10h05	5ª Vara da Fazenda Pública	Alimentícia
99	0000794-72.2019.8.04.0000	Maurício Souza da Silva, Wagner de Oliveira Vieira	04/04/2019 às 13h41	5ª Vara da Fazenda Pública	Alimentícia
100	0001772-49.2019.8.04.0000	Odaisa Rebouças Grillo	16/04/2019 às 11h26	5ª Vara da Fazenda Pública	Alimentícia

101	0001771-64.2019.8.04.0000	Jorge Luiz da Silva	16/04/2019 às 11h26	5ª Vara da Fazenda Pública	Alimentícia
102	0001640-89.2019.8.04.0000	Maria Roza de Araújo	17/04/2019 às 11h08	5ª Vara da Fazenda Pública	Alimentícia
103	0003682-14.2019.8.04.0000	Antonio Silva de Souza	21/05/2019 às 13h30	5ª Vara da Fazenda Pública	Alimentícia
104	0005502-05.2018.8.04.0000	Auriane Rosas Pinheiro e Outros	28/05/2019 às 13h36	5ª Vara da Fazenda Pública	Alimentícia
105	0001656-43.2019.8.04.0000	Débora Moraes Gomes de Melo	28/05/2019 às 13h37	5ª Vara da Fazenda Pública	Alimentícia
106	0001773-34.2019.8.04.0000	Maria Eunice Reis da Silva	06/06/2019 às 13h28	5ª Vara da Fazenda Pública	Alimentícia
107	0004347-30.2019.8.04.0000	Josimar Soares de Souza	14/06/2019 às 12h10	4ª Vara da Fazenda Pública	Alimentícia
108	0003288-07.2019.8.04.0000	Edison Mathias Netto	14/06/2019 às 13h43	5ª Vara da Fazenda Pública	Alimentícia
109	0004947-51.2019.8.04.0000	Emerson Fabrício Nobre dos Santos	18/06/2019 às 10h27	4ª Vara da Fazenda Pública	Alimentícia
110	0004588-05.2019.8.04.0000	Raimundo Alves Difirino	18/06/2019 às 10h40	4ª Vara da Fazenda Pública	Alimentícia
111	0004577-73.2019.8.04.0000	Olavo de Barros Mafra	18/06/2019 às 10h41	4ª Vara da Fazenda Pública	Alimentícia
112	0004340-38.2019.8.04.0000	Mário Lúcio da Costa Fernandes	18/06/2019 às 13h32	5ª Vara da Fazenda Pública	Alimentícia
113	0003978-36.2019.8.04.0000	Francisca Chagas Marques Rebouças Lima	19/06/2019 às 13h55	4ª Vara da Fazenda Pública	Alimentícia
114	0004664-28.2019.8.04.0000	Ana Cláudia Ayres Vasconcelos	25/06/2019 às 10h22	4ª Vara da Fazenda Pública	Alimentícia
115	0004667-80.2019.8.04.0000	Altair da Silva Francisco	25/06/2019 às 10h24	4ª Vara da Fazenda Pública	Alimentícia
116	0005045-36.2019.8.04.0000	Vasco Pereira do Amaral	27/06/2019 às 13h20	4ª Vara da Fazenda Pública	Alimentícia
117	0004752-66.2019.8.04.0000	Flávio Antony & Advogados Associados	27/06/2019 às 13h35	4ª Vara da Fazenda Pública	Alimentícia
118	0004756-06.2019.8.04.0000	José Áureo Castro Martins	27/06/2019 às 13h35	4ª Vara da Fazenda Pública	Alimentícia
119	0003807-79.2019.8.04.0000	Maria da Conceição Souza Guimarães	28/06/2019 às 13h56	Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal	Alimentícia
120	0004521-39.2019.8.04.0000	Carlos Renato Santos de Oliveira	28/06/2019 às 13h57	5ª Vara da Fazenda Pública	Alimentícia
121	0003881-36.2019.8.04.0000	Maria do Carmo Pereira Baraúna	28/06/2019 às 13h58	4ª Vara da Fazenda Pública	Alimentícia
122	0003883-06.2019.8.04.0000	Ronaldo Castro Soledade	28/06/2019 às 13h58	4ª Vara da Fazenda Pública	Alimentícia
123	0002743-34.2019.8.04.0000	Valdir Felix da Silva	28/06/2019 às 14h00	4ª Vara da Fazenda Pública	Alimentícia
124	0004539-60.2019.8.04.0000	Suzete Soares da Silva	01/07/2019 às 18h29	Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal	Alimentícia
125	0004485-31.2018.8.04.0000	Roberval Ramos de Araújo e Outros	20/07/2018 às 12h51	1ª Vara da Fazenda Pública Municipal atual 4ª Vara da Fazenda Pública	Comum
126	0005039-63.2018.8.04.0000	Leonarda Rossimeire Pereira Farias	23/07/2018 às 11h58	2ª Vara da Fazenda Pública Municipal atual 5ª Vara da Fazenda Pública	Comum
127	0003903-31.2018.8.04.0000	Indústria de Café Ltda, Mário da Cruz Glória	10/08/2018 às 16h44	Vara Especializada da Dívida Ativa Municipal	Comum

128	0004467-10.2018.8.04.0000	Ematupam – Esquadrias de Madeira Tupinambá do Amazonas Ltda, Escritório Jurídico Clemente Augusto Gomes	15/08/2018 às 08h26	1ª Vara da Fazenda Pública Municipal atual 4ª Vara da Fazenda Pública	Comum
129	0004464-55.2018.8.04.0000	AGHI Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados, Milas Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados	22/08/2018 às 17h20	1ª Vara da Fazenda Pública Municipal atual 4ª Vara da Fazenda Pública	Comum
130	0003827-07.2018.8.04.0000	Massa Falida da Sharp do Brasil S/A – Indústria de Equipamentos Eletrônicos, Mário da Cruz Glória	25/09/2018 às 17h25	Vara Especializada da Dívida Ativa Municipal	Comum
131	0003753-50.2018.8.04.0000	Silvia Sampaio Alves	27/09/2018 às 13h54	2ª Vara da Fazenda Pública Municipal atual 5ª Vara da Fazenda Pública	Comum
132	0005499-50.2018.8.04.0000	Servi-san Ltda.	05/11/2018 às 08h28	2ª Vara da Fazenda Pública Municipal atual 5ª Vara da Fazenda Pública	Comum
133	0006252-07.2018.8.04.0000	Cristal Engenharia Ltda, Flávio Cordeiro Antony	07/11/2018 às 18h03	4ª Vara da Fazenda Pública	Comum
134	0005036-11.2018.8.04.0000	Patrícia Alves de Souza, Patrício Alves de souza	12/11/2018 às 11h07	2ª Vara da Fazenda Pública Municipal atual 5ª Vara da Fazenda Pública	Comum
135	0004314-74.2018.8.04.0000	Linda Gláucia de Moraes e Outros	03/12/2018 às 13h52	1ª Vara da Fazenda Pública Municipal atual 4ª Vara da Fazenda Pública	Comum
136	0005657-08.2018.8.04.0000	Master Engenharia Ltda, Wagner Lima da Costa	05/12/2018 às 13h19	2ª Vara da Fazenda Pública Municipal atual 5ª Vara da Fazenda Pública	Comum
137	0000738-39.2019.8.04.0000	Norauto Rent a Car Ltda.	07/02/2019 às 08h30	5ª Vara da Fazenda Pública	Comum
138	0000727-10.2019.8.04.0000	João de Deus Gomes dos Anjos, Arnoldo Bentes Coimbra,	07/02/2019 às 08h30	5ª Vara da Fazenda Pública	Comum
139	0003136-56.2019.8.04.0000	Heliton Barbosa de Souza	06/05/2019 às 09h45	4ª Vara da Fazenda Pública	Comum
140	0001653-88.2019.8.04.0000	Positivo Informática S/A	24/05/2019 às 13h29	5ª Vara da Fazenda Pública	Comum
141	0001778-56.2019.8.04.0000	Maria do Socorro Maia Melo	24/05/2019 às 13h30	5ª Vara da Fazenda Pública	Comum
142	0003128-79.2019.8.04.0000	Nerian Borges Bentes	10/06/2019 às 11h53	4ª Vara da Fazenda Pública	Comum
143	0000792-05.2019.8.04.0000	Iris Emilia Soares da Costa	12/06/2019 às 12h27	5ª Vara da Fazenda Pública	Comum
144	0004589-86.2019.8.04.0000	Maria Liene da Silva Tavares	18/06/2019 às 10h27	4ª Vara da Fazenda Pública	Comum
145	0003869-22.2019.8.04.0000	Eimar Barreira Miller	28/06/2019 às 14h00	4ª Vara da Fazenda Pública	Comum
146	0001961-27.2019.8.04.0000	Celina Barbosa de Barros	28/06/2019 às 14h00	4ª Vara da Fazenda Pública	Comum
147	0004338-68.2019.8.04.0000	Agir Participações Ltda.	01/07/2019 às 14h17	5ª Vara da Fazenda Pública	Comum

Manaus, 18 de setembro de 2019.

Secretaria da Central de Precatórios

SEÇÃO II

TRIBUNAL PLENO

Intimações

DECISÃO

4004494-85.2019.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível
Impetrante : Adailson Farias Reis
Advogado : Luan Carlos Brasil Barbosa (14197/AM)
Impetrado : Governo do Estado do Amazonas
MPAM : Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível
Procuradoria Ge : Procuradoria Geral do Estado do Amazonas – Pge

FICA INTIMADO o Impetrante, por meio de seu representante legal, Advogado: **Dr. Luan Carlos Brasil Barbosa (OAB 14197/AM),** da **DECISÃO** de fls. 185/186, proferida pelo Exmo. Senhor Desembargador. Cláudio César Ramalheira Roessing, Relator destes autos, cujo teor final é o seguinte: "Pelo exposto, indefiro a liminar requerida na inicial. Notifique-se a autoridade apontada como coatora para que preste informações; e cientifique-se o ente, por meio da Procuradoria Geral do Estado, dando-lhes o prazo comum de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 7º, incisos I e II, da Lei 12.016/09. ".. Manaus, 18 de setembro de 2019. Secretaria do Tribunal Pleno

DESPACHO DE INTIMAÇÃO

Nº 0005897-60.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: O Estado do Amazonas - Embargado: Deyvid da Conceicao Duarte - EDITAL 0005897-60.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Embargante : O Estado do AmazonasProcurador : Franklin Arthur Martinez Filho (1251A/AM)Embargado : Deyvid da Conceicao DuarteAdvogado : Cleyton Rafael Martins do Amaral (11691/AM)Advogado : Frederico Santos Paiva (6569/AM)Advogado : Álvaro da Trindade Garcia Filho (6236/AM) FICA INTIMADO o Embargado, por meios de seus representantes legais Dr. Álvaro da Trindade Garcia Filho (6236/AM), Cleyton Rafael Martins do Amaral (11691/AM) e Frederico Santos Paiva (6569/AM) para apresentar CONTRARRAZÕES, nos termos do Despacho de fls. 14 cujo teor é o seguinte: "Tendo em vista que o Embargante requereu a atribuição de efeito modificativo aos Embargos de Declaração, determino a intimação do Embargado para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 1.023 do CPC/15 ". Manaus, 18 de setembro de 2019. Conceição Liane Pinheiro Secretária do Tribunal Pleno - Advs: Franklin Arthur Martinez Filho (OAB: 1251A/AM) - Cleyton Rafael Martins do Amaral (OAB: 11691/AM) - Frederico Santos Paiva (OAB: 6569/AM) - Álvaro da Trindade Garcia Filho (OAB: 6236/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

DESPACHO DE INTIMAÇÃO

Nº 0006529-23.2018.8.04.0000 - Agravo Interno Cível - Manaus - Agravante: José Carlos de Oliveira - Cartório do 1º Ofício do Registro de Imóveis e Protesto de Letras da Comarca de Manaus - Agravado: Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. - FICA INTIMADO o Agravante, por meio de seu representante legal, Advogado: Dr. Affimar Cabo Verde Filho (A229/AM), da DECISÃO MONOCRÁTICA de fls. 11/12, proferida pelo Exmo. Senhor Desembargador Jomar Ricardo Saunders Fernandes, Relator destes autos, cujo teor final é o seguinte: "Ante o exposto, em conformidade com o artigo 61, VI, do Regimento Interno, julgo prejudicado o presente Agravo. Intime-se. Decorrido o prazo legal sem a interposição de recurso, arquive-se os autos, com a respectiva baixa na Distribuição". - Advs: Affimar Cabo Verde Filho (OAB: A229/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

DESPACHO DE INTIMAÇÃO

Nº 0006531-90.2018.8.04.0000 - Agravo Interno Cível - Manaus - Agravante: José Carlos de Oliveira - Cartório do 1º Ofício do Registro de Imóveis e Protesto de Letras da Comarca de Manaus - Agravado: Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. - FICA INTIMADO o Agravado, por meio de seu representante legal, Advogado: Dr. Affimar Cabo Verde Filho (A229/AM), da DECISÃO MONOCRÁTICA de fls. 4/5, proferida pelo Exmo. Senhor Desembargador Jomar Ricardo Saunders Fernandes, Relator destes autos, cujo teor final é o seguinte: "Ante o exposto, em conformidade com o artigo 61, VI, do Regimento Interno, julgo prejudicado o presente Agravo. Intime-se. Decorrido o prazo legal sem a interposição de recurso, arquive-se os autos, com a respectiva baixa na Distribuição". - Advs: Affimar Cabo Verde Filho (OAB: A229/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

DESPACHO DE INTIMAÇÃO

Nº 4002044-48.2014.8.04.0000 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Manaus - Autor: Procurador Geral de Justiça do Estado do Amazonas - MP/AM - Réu: Nonato do Nascimento Tenazor - Prefeito do Município de Atalaia do Norte/am - FICA INTIMADO o Denunciado, por meio de seus representantes legais, Advogados: Drs. Francisco Rodrigues Balieiro (2241/AM), Ana Carolina de Alencar Balieiro (6342/AM), Yuri Evanovick Leitao Furtado (10225/AM), Rodrigo de Alencar Maia (5816/AM), do DESPACHO de fls. 239/241, proferido pelo Exmo. Senhor Desembargador Jorge Manoel Lopes Lins, Relator destes autos, cujo teor final é o seguinte: "Além disso, ressalto que a referida manifestação deverá ser formulada no mesmo prazo previsto para a apresentação de resposta escrita, qual seja, 15 (quinze) dias, conforme o artigo 4.º da Lei n.º 8.038/1990. Ante o exposto, chamo o processo à ordem para tornar sem efeito o despacho emitido à fl. 235, determinando que o denunciado seja intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar se aceita a proposta de suspensão condicional do processo oferecida pelo Ministério Público Estadual, com a observância das condições previstas nos incisos III e IV do § 1.º do artigo 89 da Lei n.º 9.099/1995". - Advs: José Hamilton Saraiva dos Santos - Francisco Rodrigues Balieiro (OAB: 2241/AM) - Ana Carolina de Alencar Balieiro (OAB: 6342/AM) - Yuri Evanovick Leitao Furtado (OAB: 10225/AM) - Rodrigo de Alencar Maia (OAB: 5816/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Decisões

DECISÃO: exarada pela Exma. Sra. Desdora. **MARIA DO PERPÉRTUO SOCORRO GUEDES MOURA**-Relatora do **(PROCESSO DIGITAL) MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL Nº 4004467-05.2019.8.04.0000**. Impetrante: **MANOEL DE JESUS DE SOUZA MARQUES**. Advogados: Drs. Thiago dos Santos Dantas (OAB/PA nº 22.561), Kellyson Wigor de Menezes Gomes (OAB/PA nº 29.517) e James e Silva Moreno (OAB/PA nº 24.229). Impetrado: **GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS**. **Decisão** (..) À luz do exposto, **INDEFIRO** a liminar vindicada. Ato contínuo, na forma do artigo 7º, I e II da Lei n. 12.016/09, notifique-se as autoriadades coatora spara que prestem informações no prazo de 10 (dez) dias, dando-se ciência ao órgão de representação judicial da pessoa jurídica interessada para que, querendo, ingresse no feito. Após, abra-se vista ao Graduado Órgão Ministerial, na forma do artigo 12, da Lei n. 12.016/09. Manaus, 18 de setembro de 2019.

DECISÃO: exarada pela Exma. Sra. Dra. **MIRZA TELMA DE OLIVEIRA CUNHA-** Juíza de Direito Convocada - Relatora. **(PROCESSO DIGITAL) MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL Nº 4004215-02.2019.8.04.0000.** Impetrante: **JEOVANI FERREIRA NUNES.** Advogada**:** Dra. Amanda Katherine Ribeiro de Oliveira (OAB/AM nº 9.978). Impetrado: **GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS**. **Decisão**.(..) Posto iso, INDEFIRO o pedido de liminar requerido pelo impetrante. Notifque-se a autoridade coatora para que preste as informações devidas, no prazo da lei. Cientifque-se a Procuradoria-Geral do Estado do Amazonas, nos termos do art. 7º, I, da Lei nº 12.016/209. Manaus, 18 de setembro de 2019.

INTIMAÇÃO DE DECISÃO MONOCRÁTICA

4003883-35.2019.8.04.0000 - Petição Criminal
Querelante : Alessandra Campêlo da Silva
Advogado : Daniela Matos Ortiz (13591/AM)
Querelado : Alexandre Bezerra Lins

FICA INTIMADA a Impetrante, por meio de sua representante legal, Advogada: **Dra. Daniela Matos Ortiz (OAB 13591/AM)**, da **DECISÃO MONOCRÁTICA** proferida pelo Exmo. Senhor Desembargador José Hamilton Saraiva dos Santos, Relator destes autos, cujo teor final é o seguinte: "Por todo o exposto, **RECONHEÇO** a incompetência deste egrégio Tribunal de Justiça para processar o Feito e **DETERMINO** a remessa dos Autos ao douto Juízo de Direito da Comarca de Presidente Figueiredo/AM, via Malote Digital. ". Manaus, 18 de setembro de 2019. Secretaria do Tribunal Pleno.

4004504-32.2019.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível
Impetrante : Fr-2 Comércio de Derivados de Petróleo Eireli
Advogado : Jucelino dos Santos Nobre (OAB 6166/AM)
Advogado: Dr. Paulo Ricardo da Silva Gomes OAB 7942/AM
Advogado : Apoena Moreira da Costa (OAB 4055/AM)
Impetrado : Excelentíssimo Desembargador Wellington José de Araújo

FICA INTIMADO o Impetrante, por meio de seus representantes legais, Advogados: **Drs. Paulo Ricardo da Silva Gomes OAB 7942/AM, Apoena Moreira da Costa (OAB 4055/AM) e Jucelino dos Santos Nobre (OAB 6166/AM)**, da **DECISÃO MONOCRÁTICA** proferida pela Exma. Senhora Desembargadora Nélia Caminha Jorge, Relatora destes autos, cujo teor final é o seguinte: "Ante o exposto, **denego a segurança pleiteada**, **extinguindo o feito sem análise do mérito, nos termos do artigo 485 do Código de Processo Civil**. Intime-se o impetrante e, transcorrido o prazo legal sem interposição de qualquer recurso, arquive-se. ". Manaus, 18 de setembro de 2019. Secretaria do Tribunal Pleno.

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 4000737-02.2019.8.04.0900 - Mandado de Segurança Cível - Manaus - Impetrante: Roscicleia Barreto de Souza - Impetrado: Secretário de Saúde do Estado do Amazonas - Impetrado: Governador do Estado do Amazonas - EDITAL 4000737-02.2019.8.04.0900 - Mandado de Segurança Cível Impetrante : Roscicleia Barreto de SouzaAdvogada : Yana Barreto Cerdeira (10304/AM)Advogada : Yuna Barreto Cerdeira (10303/AM) Advogado : Jonathas Alves Maia (12187/AM)Impetrado : Secretário de Saúde do Estado do AmazonasImpetrado : Governador do Estado do AmazonasProcuradoria Ge : Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - PgeMPAM : Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível FICA INTIMADA a Impetrante, por meio de seus representantes legais, Advogados: Dr. Jonathas Alves Maia (12187/AM), Yana Barreto Cerdeira (10304/AM) e Yuna Barreto Cerdeira (10303/AM), da DECISÃO MONOCRÁTICA proferida pela Exma. Senhora Desembargadora Joana dos Santos Meirelles, Relatora destes autos, cujo teor final é o seguinte: "INDEFIRO o pedido de cumprimento de sentença, eis que não transitou em julgado o acórdão para o Estado do Amazonas, eis que tendo a prerrogativa de intimação pessoal, a intimação eletrônica somente se perfectibiliza com a certidão de leitura ou com o transcurso do prazo de 10 (dez) dias (fls. 326), na forma do art. 5°, §3°, da Lei n. 11.419, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006. Ademais, tratando-se de pedido de cumprimento de acórdão, a prerrogativa é do Presidente do Órgão Julgador, não podendo ser feito por meio de petição simples dentro do presente Mandado de Segurança, eis que tratando-se de cumprimento PROVISÓRIO de acórdão, deve ser realizado em incidente próprio. Desta forma, ADVIRTO o Autor para que cesse atitudes de tumulto processual, aguardando o resultado do feito, dentro do trâmite regular ". Manaus, 18 de setembro de 2019. Secretaria do Tribunal Pleno 18 de setembro de 2019 - Advs: Yana Barreto Cerdeira (OAB: 10304/AM) - Yuna Barreto Cerdeira (OAB: 10303/AM) - Jonathas Alves Maia (OAB: 12187/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

Intimações

Processo nº 0209914-89.2019.8.04.0022 – Pedido de Providências. Requerente, Arnaldo Thomaz Cordeiro Barbosa, **advogados, Drs. Antonio Olímpio de Melo Sobrinho (OAB/AC sob o nº 3354), Mauro Sposito (OAB/AC sob o nº 317)** e **Diego Marins Borges (OAB/AC sob o nº 4630/S)**. **DECISÃO nº 179/2019** – Exmo. Sr. Juiz Corregedor Auxiliar, Dr. **FLÁVIO HENRIQUE ALBUQUERQUE DE FREITAS:** Consoante certidões às fls. 84 e 85, as diligências foram frustradas. Portanto, extraiam-se cópias dos autos e entreguem ao requerente para tomar as providências que entender viáveis. Após, arquivem-se, nos termos do Provimento 328/2018-CGJ/AM. Cumpra-se". Manaus, 15 de setembro de 2019. **Flávio Henrique Albuquerque de Freitas, Juiz Corregedor Auxiliar**. Fica a parte requerente intimada, por meio de seus representantes, do inteiro teor da presente decisão, a contar da publicação desta. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Processo nº 0209825-66.2019.8.04.0022 - CNJ - Representação por Excesso de Prazo**.** Requerente/advogado, **Dr. César Luiz Campos da Costa (OAB/AM sob o nº 8.026).** Requerido, 7ª V. de F. da C. de Manaus/AM. **DECISÃO-CGJ/AM** – Exmo. Sr. Corregedor-Geral de Justiça, Desembargador **LAFAYETTE CARNEIRO VIEIRA JÚNIOR:** "(...) Emitido o parecer nº 251/2019, fls. 134/136, por meio do qual o Juiz Corregedor Auxiliar opinou pelo arquivamento do feito em razão do fato narrado não configurar infração disciplinar ou ilícito penal, conforme autoriza o artigo 9º, §2º, da Resolução nº 135 do CNJ. E, por fim, recomendou que, caso seja acolhido este parecer, seja comunicado o arquivamento ao Conselho Nacional de Justiça, nos termos do artigo 9.°, § 3.°, da Resolução acima mencionada. Nesse sentido, acolho o mencionado parecer e determino o cumprimento das recomendações nele contidas". Manaus, 16 de setembro de 2019. Desembargador **Lafayette Carneiro Vieira Júnior, Corregedor-Geral de Justiça**. Fica a parte a intimada do inteiro teor da presente decisão, a contar da publicação desta. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

SEÇÃO III

CÂMARAS REUNIDAS

Intimação

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **Anselmo Chíxaro**, Relator nos autos de **Agravo Regimental Cível** nº **0003083-12.2018.8.04.0000,** Manaus/Am em que é Agravante **O Estado do Amazonas,** procuradora Drª. Tatiane Vieira Assayag (3653/AM) e Agravado **Rubem Silva de Oliveira, Maria das Dores Marinho Robert, Wilde Marinho Robert e outros,** advogados: Dr. Luiz Gomes dos Reis Neto (59169/RJ), Dr. Rodrigo Torres de Carvalho 139874/RJ), Dr. Ruben Silva de Oliveira (178373/RJ), Drª. Marcelle Cristine dos Santos da Silva (112075/RJ), Drª Renata da Silva Alvarenga (153710/RJ) e Drª Amanda Bartolami (180027/RJ). Ficam as partes Embargadas intimadas, na pessoa de seus advogados**, Dr. Luiz Gomes dos Reis Neto (59169/RJ), Dr. Rodrigo Torres de Carvalho 139874/RJ), Dr. Ruben Silva de Oliveira (178373/RJ), Drª. Marcelle Cristine dos Santos da Silva (112075/RJ), Drª Renata da Silva Alvarenga (153710/RJ), Drª Amanda Bartolami (180027/RJ).** para apresentar contrarrazões, no prazo de lei. Em 27 de agosto de 2019. Desembargador **Anselmo Chíxaro - Relator.**

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **Délcio Luís Santos**, Relator nos autos de **Mandado de Segurança Cível** nº **0005166-64.2019.8.04.0000,** Manaus/Am em que é Impetrante **Daiane**

Pereira de Oliveira Bezerra, advogados: Dr. Walmir Benarrosh Vieira (1500/RO), Drª Greicy Kelly Silva Magosso (6038/RO) e Impetrado **Municipio de Humaitá/Am,** Procuradora Drª. Camila Malta Soares (7787/RO). Fica a parte Impetrante intimada, na pessoa de seus advogados **Dr. Walmir Benarrosh Vieira (1500/RO), Drª Greicy Kelly Silva Magosso (6038/RO),** para tomar ciência do inteiro teor da Decisão Monocrática de fls. 76/80, com o seguinte conteúdo: "(...) Ante o exposto, INDEFIRO a inicial, nos termos do art. 10 da Lei nº 12.016/2009, e DENEGO a ordem, conforme o art. 6º, §5º, da Lei nº, 12.016/2009 c/c art. 485, I, do CPC.". Em 8 de setembro de 2019. Desembargador **Délcio Luís Santos - Relator.**

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **Aristóteles Lima Thury**, Relator nos autos de **Agravo Interno Cível** nº **0005851-71.2019.8.04.0000,** Manaus/Am em que é Agravante **O Estado do Amazonas,** Procuradora Drª. Adriane Simões Assayag Ribeiro (2531/AM) e Agravados **Braga Veículos Ltda e Braga Motors Ltda,** advogados: Dr. Ivson Coêlho e Silva (550A/AM), Dr. Bruno Sena Pereira (9555/AM). Ficam as partes Agravadas intimadas, na pessoa de seu advogados **Dr. Ivson Coêlho e Silva (550A/AM) e Dr. Bruno Sena Pereira (9555/AM),** para nos termos do §2º do art. 1.021 do Código de Processo Civil, se manifestem no prazo da lei acerca das razões apresentadas. Em 16 de setembro de 2019. Desembargador **Aristóteles Lima Thury - Relator.**

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **Aristóteles Lima Thury**, Relator nos autos de **Agravo Interno Cível** nº **0005877-69.2019.8.04.0000,** Manaus/Am em que é Agravante **O Estado do Amazonas,** Procurador Dr. Franklin Arthur Martinez Filho (1251A/AM) e Agravada **Antonia Gleilza Braga dos Santos,** advogado Dr. José Eldair de Souza Martins (1822/AM). Fica a parte Agravada intimada, na pessoa de seu advogado **Dr. José Eldair de Souza Martins (1822/AM),** para nos termos do §2º do art. 1.021 do Código de Processo Civil, se manifeste no prazo da lei acerca das razões apresentadas. Em 16 de setembro de 2019. Desembargador **Aristóteles Lima Thury - Relator.**

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **Domingos Jorge Chalub Pereira**, Relator nos autos de **Mandado de Segurança Cível** nº **4004539-89.2019.8.04.0000,** Manaus/Am em que é Impetrante **Débora de Araujo Souza,** advogado Dr. Roberto de Freitas Nicolau (57643/GO) e Impetrado **Secretaria de Estado da Produção Rural – Sepror.** Fica a parte Impetrante intimada, na pessoa de seu advogado **Dr. Roberto de Freitas Nicolau (57643/GO),** para tomar ciência do indeferimento do pedido de Assistência Judiciária Gratuita, bem como, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, recolha as respectivas custas, pena de indeferimento inicial. Em 18 de setembro de 2019. Desembargador **Domingos Jorge Chalub Pereira - Relator.**

De ordem da Exma. Srª. Desembargadora **Carla Maria Santos dos Reis**, Relatora nos autos de **Reclamação** nº **4004398-07.2018.8.04.0000,** Manaus/Am em que é Reclamante **Tapajos Tecidos Ltda,** advogado Dr. Walter Siqueira Brito (4186/AM) e Reclamado **Juizo de Direito da 2a Turma Recursal do Estado do Amazonas.** Fica o advogado Dr. Matheus Nunes de Oliveira Dantas - OAB/AM nº. 7.197, intimado, para, no prazo legal informe o endereço da parte reclamada, caso tenha conhecimento. Bem como, a parte autora na pessoa de seu advogado Dr. Walter Siqueira Brito (4186/AM), providencie a expedição de ofícios para empresas concessionárias de serviço público de telefonia fixa e móvel, água/esgoto e luz deste Estado, fazendo constar que a reposta deverá ser encaminhada diretamente às Câmaras Reunidas, órgão fracionário do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, localizado na av. André Araújo S/N, CEP 69060-000, 3º andar, e-mail sec.câmaras.reunidas@tjam.jus.Br, preferencialmente via email, ficando a seu cargo eventuais despesas cobradas pelo informante. A parte também deverá comprovar, em 05 (cinco) dias, o atendimento aos termos deste despacho, sob pena de extinção. Em 17 de setembro de 2019. Desembargadora **Carla Maria Santos dos Reis - Relatora.**

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **Jorge Manoel Lopes Lins**, Relator nos autos de **Cumprimento de Sentença Contra A Fazenda Pública** nº **0005399-61.2019.8.04.0000,** Manaus/Am em que é Exequente **Geraldo Ferreira Marques,** advogados: Dr. Nonato Vinicius dos Santos França (13703/AM), Drª. Thandara Mariana Cavalcante (12943/AM) e Executado **O Estado do Amazonas,** Procuradora Drª Luciana Araújo Paes (4678/AM). Fica a parte Impetrante intimada, na pessoa de seus advogados **Dr. Nonato Vinicius dos Santos França (13703/AM) e Drª. Thandara Mariana Cavalcante (12943/AM),** para que manifeste-se acerca da petição de fl. 133, juntada nos autos de nº 4003060-61.2019.8.04.0000. Em 18 de setembro de 2019. Desembargador **Jorge Manoel Lopes Lins - Relator.**

-

Secretaria das Câmaras Reunidas, em Manaus, 18 de setembro de 2019. Maria Goreth de Souza Ruiz

Pauta de Julgamento Designado

CÂMARAS REUNIDAS

De ordem do Presidente da Egrégia Câmaras Reunidas, Exmo Sr. Des. Wellinton José de Araújo faço público que, de acordo com o artigo **934 do Código do Processo Civil/2015 e Portaria n.º 001/2016-VPTJAM**, serão julgados nas próximas sessões, após cumpridas as formalidades legais, os seguintes processos:

Ação Rescisória nº 4002012-38.2017.8.04.0000, de 3ª Vara da Fazenda Pública

Autor: Francisco Ubiracy Góes Marques. Advogado: Dr. Paulo Lindembeck Belchior (OAB: 10617/AM). **Réu: Estado do Amazonas**. Procuradora do Estado: Dra. Andréa Pereira de Freitas(OAB/AM n.º 4845). **Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro.** Procurador e Justiça: Exmo. Sr. Dr. Francisco Cruz.

Ação Rescisória nº 4002344-68.2018.8.04.0000, de 1ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Requerentes: Lucas Figueiredo Mafra e Luiz Felipe Figueiredo Mafra. Representados por Jucinéia Figueiredo Mafra e Wilson Curico Mafra. Advogada: Dra. Maria de Nazareth Farias do Nascimento (OAB: 3182/AM). **Requerida: Adélia de Souza Pereira**. Defensor Público: Dr. Edson dos Santos Graça (OAB: 1041/AM). **Presidente**: Exmo. Sr. Wellington José de Araújo. **Relator: Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury.**

Apelação Cível nº 0240476-81.2018.8.04.0001, de 3ª Vara da Fazenda Pública

Apelante: Maria das Graças Holanda Ferreira. Advogado: Dr. Júlio da Costa Benarrós Neto (OAB: 13245/AM). **Apelado: Fundação AMAZONPREV.** Advogada: Dra. Luciane Barros de Souza (OAB: 4789/AM). **Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relator: Exmo. Sr. Des. João Mauro Bessa.** Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Noeme Tobias de Souza.

Mandado de Segurança Cível nº 4002817-54.2018.8.04.0000

Impetrante: Josivane Reis Nogueira. Advogado: Dr. Charles Cardoso da Cruz (OAB: 8431/AM). **Impetrado: Prefeito Municipal de Benjamin Constant/AM**. **Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relator: Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury.** Procurador de Justiça: Exmo. Sr. Des**.** Públio Caio Bessa Cyrino.

Mandado de Segurança Cível nº 4003263-23.2019.8.04.0000

Impetrante: Hélio Ayres Da Cunha. Advogado: Dr. Helison Silva Bentes (OAB: 14458/AM). **Impetrado: Estado do Amazonas e Secretário de Educação do Estado do Amazonas**. Procurador do Estado:Dr. Renan Taketomi de Magalhães(OAB/AM nº 8739). **Presidente**: Wellington José de Araújo. **Relatora: Exma.Sra. Desa. Carla Maria Santos dos Reis.** Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Noeme Tobias de Souza.

Mandado de Segurança Cível nº 4004727-87.2016.8.04.0000

Impetrante: Aldo Moraes Júnior. Advogada: Dra. Luciana Andrade Ashibe (OAB: 6762/AM) e Dra. Ana Cristina de Lima Loureiro (OAB: 3427/AM). **Impetrado: Secretário de Estado da Administracão e Gestão do Amazonas - SEAD.** Procuradora do Estado:Dra. Ingrid Monteiro. **LitsPassivo: Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - AMAZONPREV. Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relatora:Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo**. Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos.

Ação Rescisória nº 0007714-43.2011.8.04.0000, de 1ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Requerente: Jose Luiz de Lima. Advogado: Roosevelt Jobim Filho (OAB: 3920/AM). Advogado: Julie Rodrigo Porto da Silva (OAB: 7818/AM). **Requeridos: Espólio de Luiz Miranda e Espólio de Arlete de Miranda Corrêa.** Defensor Público: Dr. Leonardo Cunha e Silva de Aguiar. **Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relator: Exmo. Sr. Des. Jorge Manoel Lopes Lins**.Procuradora de Justiça: exma. Sra. Dra. Sandra Cal Oliveira.

Agravo de Instrumento nº 4002313-14.2019.8.04.0000, de Vara Especializada da Dívida Ativa Municipal

Agravante: Município de Manaus/AM. Procurador do Município: Dr. Rodrigo Monteiro Custódio (OAB: 6452/AM). **Agravado: Ricardo Antonio Affonso - EPP.** Advogado: Dr. Paulo Rodrigues de Arruda (OAB: 2685/AM).**Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relator: Exmo. Sr. Des. José Hamilton Saraiva dos Santos.** Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Caastro do Couto Valle.

Secretaria das Câmaras Reunidas em Manaus/AM, 18 de setembro de 2019, Dra. Maria Goreth de Souza Ruiz, Secretária.

SEÇÃO IV

CÂMARAS ISOLADAS

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, relator(a) dos autos virtuais de Agravo de Instrumento nº 4003626-10.2019.8.04.0000 - Manaus/Am, em que é Agravante: Itau Unibanco S. A. (Advogado(a): Dr(a). Carla Cristina Lopes Scortecci(1254A/AM). Agravado: Jaqueline Costa Marques. DECISÃO: "Diante destas judiciosas razões, verificado que o Recurso de Agravo interposto não se adequa às diretrizes do rol de cabimento, na forma do art. 932, III, do CPC, não conheço do recurso. Não havendo irresignação, remetam-se os autos à vara de origem. À secretaria para as providências cabíveis." PT

De ordem do(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Cláudio César Ramalheira Roessing, Relator(a) dos autos dos autos eletrônico Remessa Necessária Cível nº 0000040-13.2018.8.04.3801 - Coari em que é Autor: Ministério Público do Estado do Amazonas e Réu: Municipio de Coari/am (Advogado(a): Dr(a). Laura Macedo Coelho11723/AM ficam INTIMADAS AMBAS AS PARTES, na pessoa de seu Advogado Dr(a). Laura Macedo Coelho 11723/AM. "Diante disso, acolho o parecer ministerial de fls. 419-421, determinando o cancelamento da distribuição da presente remessa necessária, bem como o retorno dos autos ao juízo de origem. Cumpra-se." PT

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro, relator(a) dos autos virtuais de Agravo de Instrumento nº 4000531-85.2019.8.04.0900 - Manaus/Am, em que é Agravante: Eladio Oliveira Rebelo. (Advogado(a): Dr(a). Wilson Molina Porto(12790/MT). Agravado: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. DECISÃO: "Diante do exposto, dando cumprimento à determinação emanada do Colendo STJ, determino o sobrestamento do presente feito até o trânsito em julgado da decisão a ser proferida quando do julgamento definitivo do Tema n.º 1013, sob a sistemática dos recursos repetitivos. Publique-se a presente decisão e intimem-se as partes. Após, remetam-se os presentes autos ao Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos desta Corte (NURER/TJAM), para as providências de estilo." PT

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro, relator(a) dos autos virtuais de Embargos de Declaração Cível nº 0005447-20.2019.8.04.0000 - Manaus/Am, em que é Embargante: Francisco Geraldo Lopes. (Advogado(a): Dr(a). Sebastião Gonçalves Gomes Filho, Bruno Veiga Pascarelli Lopes, Giselle Falcone Medina Pascarelli Lopes(2488/AM, 7092/AM, 3747/AM). Embargado: Walcy Lima do Amaral. (Advogado(a): Dr(a).Daniel Santos de Andrade, Wellington de Amorim Alves(6733/AM, 2993/AM). DECISÃO: "Mediante tais considerações, conheço dos embargos de declaração e os acolho, atribuindo-lhes efeitos infringentes, por reconhecer a ocorrência de erro de premissa fática, eis que a sentença objeto do apelo não concedeu, confirmou ou revogou tutela antecipada, devendo o recurso de apelação n.º 0619196-23.2017.8.04.0001 ser recebido nos efeitos devolutivo e suspensivo. Publique-se e intimem-se." PT

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, relator(a) dos autos virtuais de Agravo de Instrumento nº 4003605-34.2019.8.04.0000 - Manaus/Am, em que é Agravante: Nilmara de Oliveira Simukaua. (Advogado(a): Dr(a). Luiz Felipe da Luz de Queiroz(7271/AM). Agravado: Anderson Barroso da Costa. DECISÃO: "Ex positis, diante do efeito suspensivo recursal ope legis, dê-se ciência desta decisão ao MM. Juízo da Vara de Órfãos e Sucessões, na forma do art. 1.019, do CPC. Desnecessária a intimação da parte Agravada, tendo em vista que a r. Decisão impugnada, segundo consta dos autos principais, fora proferida antes da sua citação. Após, dê-se vista ao graduado órgão do Ministério Público." PT

De ordem do(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, Relator(a) dos autos dos autos eletrônico Embargos de Declaração Cível nº 0005899-30.2019.8.04.0000 - Manaus em que é Embargante: Rodofederal Transporte e Locação Ltda.. (Advogado:Wanderlene Lima Ferreira Lungareze2459/AM e Embargado: Simitrans Frigorífco e Comércio de Frios Ltda. (Advogado: [Jaime Augusto Freire de Carvalho Marques 9446/BA]. Fica INTIMADO, o embargado na pessoa de seu Advogado Dr. Jaime Augusto Freire de Carvalho Marques (9446/BA) para apresentação das contrarrazões aos Embargos de Declaração no prazo legal. PT

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, relator(a) dos autos virtuais de Apelação Cível nº 0217322-83.2008.8.04.0001 - Manaus/Am, em que é Apelante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Manaus Energia S/a). (Advogado(a): Dr(a). Isabela Montuori Bougleux de Araujo, Guilherme Vilela de Paula(118303/MG, 69306/MG). Apelado: Rondinelli da Silva Cruz. DECISÃO: "Conforme disposto no art. 1.012, do CPC/2015, salvo nas exceções elencadas no parágrafo primeiro, o Recurso de Apelação será recebido em ambos os efeitos. Desta forma, não se enquadrando em nenhuma das hipóteses de exceção ao recebimento no recurso com efeito suspensivo, recebo o presente apelo em seus ambos efeitos. Intime-se as partes, após, vista ao Graduado Órgão Ministerial. À Secretaria, para providências." PT

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, relator(a) dos autos virtuais de Apelação Cível nº 0607989-90.2018.8.04.0001 - Manaus/Am, em que é Apelante: Banco Bonsucesso S/A. (Advogado(a): Dr(a). Suellen Poncell do Nascimento Duarte(28490/PE). Apelado: Ivanize Maria Siqueira de Farias. (Advogado(a): Dr(a). Rodrigo Barbosa Vilhena, Kelson Girão de Souza(7396/AM, 7670/AM). DECISÃO: "Conforme disposto no art. 1.012, do CPC/2015, salvo nas exceções elencadas no parágrafo primeiro, o Recurso de Apelação será recebido em ambos os efeitos. Desta forma, não se enquadrando em nenhuma das hipóteses de exceção ao recebimento no recurso com efeito suspensivo, recebo o presente apelo em seus ambos efeitos. Intime-se as partes, após, vista ao Graduado Órgão Ministerial. À Secretaria, para providências." PT

De ordem do(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, Relator(a) dos autos dos autos eletrônico Agravo de Instrumento nº 4003817-55.2019.8.04.0000 - Manaus em que é Agravante: Jacqueline da Silva Hadad Carvalho e José de Souza Carvalho (Advogado(a): Dr(a). Vasco Pereira do Amaral99A/AM e Agravado: Phelipe Medeiros Bastos Monteiro (Advogado(a): Dr(a). Apoena Moreira da Costa4055/AM ficam INTIMADOS OS APELANTES, na pessoa de seu Advogado Dr. Vasco Pereira do Amaral 99A/AM. "Considerando que a decisão recorrida meramente determinou a citação dos demandados, não julgando procedente ou decidindo incidente de desconsideração da personalidade jurídica, INTIME-SE os Agravantes para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestarem-se acerca do não cabimento do Recurso de Agravo de Instrumento, na forma do art. 9º e 10, do CPC, máxime efetivação do contraditório substancial e a incidência do princípio da não surpresa. À Secretaria para cumprimento."PT

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro, relator(a) dos autos virtuais de Agravo de Instrumento nº 4004489-63.2019.8.04.0000 - Manaus/Am, em que é Agravante: Rachel de Oliveira Perdiz. (Advogado(a): Dr(a). Sergio Roberto Bulcão Bringel Junior, Yuri Dantas Barroso(14182/AM, 4237/AM). Agravado: Unimed Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. DECISÃO: "Acautelo-me quanto à concessão do efeito suspensivo pleiteado pelo Agravante. Intime-se a parte Agravada para apresentar contrarrazões no prazo de lei. Cumpra-se." PT

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro, relator(a) dos autos virtuais de Agravo de Instrumento nº 4004174-35.2019.8.04.0000 - Manaus/Am, em que é Agravante: Banco Santander S/A. (Advogado(a): Dr(a). Neildes Araujo Aguiar Di Gesu (217897/SP)). Agravado: Kelen Acquati Vieira. (Advogado(a): Dr(a). Victor da Silva Trindade (2991/AM)). DECISÃO: (....) "Acautelo-me quanto à concessão do efeito suspensivo pleiteado, reservando-me a apreciá-lo somente após a apresentação de contrarrazões pela parte Agravada." Fica INTIMADO o agravado, na pessoa de seu advogado Dr. (a) Victor da Silva Trindade (2991/AM), para apresentação das contrarrazões ao Agravo de Instrumento no prazo legal. PT

De ordem do(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro, Relator(a) dos autos dos autos eletrônico Apelação Cível nº 0631741-96.2015.8.04.0001 - Manaus em que é Apelante: R. L. D. S. (Advogado(a): Dr(a). Miriam Regina Cunha Dutra4869/AM e Apelado: F. A. M. D. S. (Advogado(a): Dr(a). Sulamita Augusta da Silva, Danilo de Aguiar Corrêa, Maria do Socorro da Silva Guimarães435/AM, 3168/AM, 3676/AM ficam INTIMADAS AMBAS AS PARTES, na pessoa de seus Advogados Dr(a). Miriam Regina Cunha Dutra 4869/AM/Sulamita Augusta da Silva, Danilo de Aguiar Corrêa, Maria do Socorro da Silva Guimarães 435/AM, 3168/AM, 3676/AM. "Em virtude da proibição de decisão surpresa consagrada no art. 10 do Código de Processo Civil de 2015, determino a intimação de ambas as partes, por intermédio de seus advogados constituídos, para que se manifestem, no prazo de 5 (cinco) dias úteis (arts. 218 e 219, CPC do diploma processual), a respeito do cumprimento, por parte do Apelante, do requisito extrínseco da regularidade formal, mais especificamente, o ônus da impugnação específica das razões expostas pelo juízo a quo na sentença recorrida (regra da dialeticidade). À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se." PT

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro, relator(a) dos autos virtuais de Apelação Cível nº 0712028-51.2012.8.04.0001 - Manaus/Am, em que é Apelante: Célia das Graças de Oliveira Rocha. (Advogado(a): Dr(a). Hilda Maria Figueiredo Mandato(5350/AM). Apelado: Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Amazonprev. (Advogado(a): Dr(a).Luciane Barros de Souza, Dídia Haydée de Mendonça Soares(4789/AM, 8544/AM). DECISÃO: "A teor do disposto no art. 1.012, caput, no NCPC, em regra, o recurso de apelação terá efeito suspensivo. Todavia, o parágrafo 1.º do mesmo artigo estabelece que começa a produzir efeitos imediatamente após a sua publicação a sentença que: I - homologa divisão ou demarcação de terras; II - condena a pagar alimentos; III - extingue sem resolução do mérito ou julga improcedentes os embargos do executado; IV - julga procedente o pedido de instituição de arbitragem; V - confirma, concede ou revoga tutela provisória; VI - decreta a interdição. Tendo em vista que o caso dos autos se amolda à hipótese do inciso V, do prefalado art. 1012, recebo o presente recurso em seu efeito meramente devolutivo. À Secretaria, para providências." PT

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro, relator(a) dos autos virtuais de Apelação Cível nº 0636210-54.2016.8.04.0001 - Manaus/Am, em que é Apelante: Cartaxo Empreendimentos Imobiliários Ltda. (Advogado(a): Dr(a). Nelson Wilians Fratoni Rodrigues, Nelson Wilians Fratoni Rodrigues, Nelson Wilians Fratoni Rodrigues(128341/SP, A598/AM, 598A/AM). Apelado: João Marcos Andrade Moreira. (Advogado(a): Dr(a).Geórgida Fabiana Moreira de Alencar Costa, Geórgida Fabiana Moreira de Alencar Costa(287/RR, 287/RR). DECISÃO: "D E C I S Ã O Salvo as exceções legais expressamente previstas no parágrafo primeiro do art. 1.012, do CPC/2015, o recurso de apelação deverá ser recebido nos efeitos devolutivo e suspensivo. Uma vez que o caso ora em exame não se enquadra a nenhuma das hipóteses legais que autorizam a aplicação da exceção, recebo o presente apelo em ambos efeitos. Publique-se." PT

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro, relator(a) dos autos virtuais de Apelação Cível nº 0621658-84.2016.8.04.0001 - Manaus/Am, em que é Apelante: José Lucas Raposo da Câmara Filho. (Advogado(a): Dr(a). Gabriela Barreto Lima de Carvalho(10244/AM). Apelado: São Hipólito Empreendimentos Imobiliários Ltda. (Advogado(a): Dr(a).Rennalt Lessa de Freitas, Germano Costa Andrade, Raphaela Batista de Oliveira, Nelson Wilians Fratoni Rodrigues(1722E/AM, 2835/AM, 9169/AM, A598/AM). DECISÃO: "Uma vez que matéria versada no presente apelo está abrangida na discutida pelos Recursos Especiais objetos do Incidente, determino sejam os presentes autos sobrestados e encaminhados ao Núcleo de Gerenciamento de Precedentes - NUGEP desta Corte, para que aí aguardem o final julgamento do Recurso, à luz do que determina o art. 982, II do Código de Processo Civil. Uma vez transitada em julgado a decisão proferida no Recurso Especial n.º 1.805.815-AM, devolvam-me conclusos. À Secretaria, para os devidos fins." PT

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro, relator(a) dos autos virtuais de Apelação Cível nº 0608135-39.2015.8.04.0001 - Manaus/Am, em que é Apelante: Capital Rossi - ESEPO Empreendimentos Imobiliários Ltda. (Advogado(a): Dr(a). Ney Bastos Soares Junior, Dia dos Santos Advogados Associados, Nelson Wilians Fratoni Rodrigues, Nelson Wilians Fratoni Rodrigues, Nelson Wilians Fratoni Rodrigues(4336/AM, 128341/SP, 598A/AM, 598A/AM).

Apelado/Apelante: Daiana Albuquerque de Almeida. (Advogado(a): Dr(a).Nelson Wilians Fratoni Rodrigues, Maria Lucia Antony, Maria Lucia Antony, Ney Bastos Soares Junior(128341/SP, 598/AM, 598/AM, 4336/AM). DECISÃO: "Nesse sentido, considerando que matéria versada no presente apelo está abrangida na discutida pelos Recursos Especiais objetos do Incidente, determino sejam os presentes autos sobrestados e encaminhados ao Núcleo de Gerenciamento de Precedentes - NUGEP desta Corte, para que aí aguardem o final julgamento do Recurso, à luz do que determina o art. 982, I do Código de Processo Civil. Uma vez transitada em julgado a decisão proferida no Recurso Especial n.º 1.805.815-AM, devolvam-me conclusos. À Secretaria, para os devidos fins." PT

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro, relator(a) dos autos virtuais de Apelação Cível nº 0000660-25.2018.8.04.3801 - Manaus/Am, em que é Apelante: Municipio de Coari/am. (Advogado(a): Dr(a). Laura Macedo Coelho(11723/AM). Apelado: Ivania Pereira Costa. (Advogado(a): Dr(a).Adriana Caxeixa Alfaia(6599/AM). DECISÃO: "D E C I S Ã O Salvo as exceções legais expressamente previstas no parágrafo primeiro do art. 1.012, do CPC/2015, o recurso de apelação deverá ser recebido nos efeitos devolutivo e suspensivo. Uma vez que o caso ora em exame não se enquadra a nenhuma das hipóteses legais que autorizam a aplicação da exceção, recebo o presente apelo em ambos efeitos. Publique-se." PT

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro, relator(a) dos autos virtuais de Embargos de Declaração Cível nº 0004984-78.2019.8.04.0000 - Manaus/Am, em que é Embargante: Patri Vinte e Quatro Empredimentos Imobiliários Ltda.. (Advogado(a): Dr(a). Keyth Yara Pontes Pina, Carlos Murilo Laredo Souza, Ingryd dos Santos Mousse, Carolina Ribeiro Botelho(3467/AM, 7356/AM, 8304/AM, 5963/AM). Embargado: George Franklin de Sa e Silva. (Advogado(a): Dr(a).Adriane Cristine Cabral Magalhães(5373/AM). DECISÃO: "Uma vez que matéria versada no presente apelo está abrangida na discutida pelos Recursos Especiais objetos do Incidente, determino que sejam os presentes autos sobrestados e encaminhados ao Núcleo de Gerenciamento de Precedentes - NUGEP desta Corte, para que aí aguardem o final julgamento do Recurso, à luz do que determina o art. 982, II do Código de Processo Civil. Uma vez transitada em julgado a Decisão proferida no Recurso Especial n.º 1.805.815-AM, devolvam-me conclusos. À Secretaria, para os devidos fins." PT

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro, relator(a) dos autos virtuais de Apelação Cível nº 0615610-75.2017.8.04.0001 - Manaus/Am, em que é Apelante: P. R. B. R. . (Advogado(a): Dr(a). Fabrizio de Souza Barroso Grosso, José Mario de Carvalho Neto, Leonardo Marques Bentes da Cunha(4473/AM, 12656/AM). Apelado: C. A. B. R. . (Advogado(a): Dr(a).Luanna Barros de Albuquerque Gomes, Alan Carlos Amaral Gomes de Albuquerque, Luanna Barros de Albuquerque Gomes, Alan Carlos Amaral Gomes de Albuquerque, Luanna Barros de Albuquerque Gomes, Alan Carlos Amaral Gomes de Albuquerque(13172/AM, 8344/AM, 13172/AM, 8344/AM, 13172/AM, 8344/AM). DECISÃO: "D E C I S Ã O Salvo as exceções legais expressamente previstas no parágrafo primeiro do art. 1.012, do CPC/2015, o recurso de apelação deverá ser recebido nos efeitos devolutivo e suspensivo. Uma vez que o caso ora em exame não se enquadra a nenhuma das hipóteses legais que autorizam a aplicação da exceção, recebo o presente apelo em ambos efeitos. Publique-se." PT

De ordem do(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro, Relator(a) dos autos dos autos eletrônico Embargos de Declaração Cível nº 0005919-21.2019.8.04.0000 - Manaus em que é Embargante: Direcional Abare Empreendimentos Imobiliários Ltda (Direcional Engnharia S/a) e Direcional Engenharia S.A. (Advogado:Keyth Yara Pontes Pina, Carolina Ribeiro Botelho, Luma Vieira Marquez, Andrade GC Advogados3467/AM, 5963/AM, 10959/AM, 57/AM e Embargado: Paulo Andre Costa da Silva. (Advogado: [Maria de Oliveira Fernandes 4296/AM]. Fica INTIMADO, o embargado na pessoa de seu Advogado Dr. Maria de Oliveira Fernandes (4296/AM) para apresentação das contrarrazões aos Embargos de Declaração no prazo legal. PT

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, relator(a) dos autos virtuais de Apelação Cível nº 0218672-72.2009.8.04.0001 - Manaus/Am, em que é Apelante: L. L. S. C. . (Advogado(a): Dr(a). Valéria Araújo Neves(120303/MG). Apelado: P. G. C. . DECISÃO: "Diante do exposto, com fundamento no art. 932, inciso III, do NCPC, conheço do presente recurso, julgando-o PROVIDO, para anular a sentença recorrida. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. À Secretaria para providências." PT

De ordem do(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, Relator(a) dos autos dos autos eletrônico Embargos de Declaração Cível nº 0005908-89.2019.8.04.0000 - Manaus em que é Embargante: Tauá Empreendimentos Imobiliários Ltda. (Advogado:Jonny Cleuter Simões Mendonça, Heloisa Pontes Maues8340/AM, 9667/AM e Embargado: Tharcísio Anchieta da Silva. (Advogado: [Sandro Rodrigues de Souza, Sandro Rodrigues de Souza 4830/AM, 4830/AM]. Fica INTIMADO, o embargado na pessoa de seu Advogado Dr. Sandro Rodrigues de Souza, Sandro Rodrigues de Souza (4830/AM, 4830/AM) para apresentação das contrarrazões aos Embargos de Declaração no prazo legal. PT

De ordem do(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, Relator(a) dos autos dos autos eletrônico Apelação Cível nº 0632942-21.2018.8.04.0001 - Manaus em que é Apelante: Paulo da Silva Batista (Advogado(a): Dr(a). Cairo Lucas Machado Prates33787/SC e Apelado: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS fica INTIMADO o APELANTE, na pessoa de seu Advogado Dr(a). Cairo Lucas Machado Prates 33787/SC. "Intime-se os Agravantes para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestarem-se acerca da ausência de interesse recursal, na forma do art. 9º e 10, do CPC, máxime efetivação do contraditório substancial e a incidência do princípio da não surpresa. À Secretaria para cumprimento." PT

De ordem do(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, Relator(a) dos autos dos autos eletrônico Embargos de Declaração Cível nº 0005943-49.2019.8.04.0000 - Manaus em que é Embargante: Banco Industrial do Brasil S/A. (Advogado:Wilson Sales Belchior, André de Souza Oliveira, Luiz Gustavo Fernandes da Costa, Hercilia T. de S. Mesquita17314/CE, 5219/AM, 156721/RJ, 22770/PB e Embargado: Wilde de Azevedo Bentes. (Advogado: [Leonardo Marques Bentes da Cunha 12565/AM]. Fica INTIMADO, o embargado na pessoa de seu Advogado Dr. Leonardo Marques Bentes da Cunha (12565/AM) para apresentação das contrarrazões aos Embargos de Declaração no prazo legal. PT

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, relator(a) dos autos virtuais de Agravo de Instrumento nº 4004263-58.2019.8.04.0000 - Manaus/Am, em que é Agravante: Ursula Oliveira da Costa. (Advogado(a): Dr(a). Ana Virgínia Arakian Izel(3701/AM). Agravado: Erenilce Oliveira da Costa. DECISÃO: "Analisando-se os autos, verifico que a agravante não somente deixou de apresentar o comprovante de pagamento das custas quando da interposição do recurso. O preparo, na verdade, não foi realizado previamente. Destarte, ausente o preparo na interposição do recurso, deveria a agravante, após sua intimação (fl. 40), ter efetuado o recolhimento do valor em dobro, nos termos do § 4º, do art. 1.007, do CPC. E, como é cediço, caso recolha valor menor do que o dobro, após ser intimado, o recorrente não terá direito à complementação prevista no § 2º do art. 1.007, do CPC (art. 1.007, §5º, CPC). Ou seja, ou o recorrente recolhe o valor dobrado ou o recurso não será conhecido. No caso em tela, o pagamento de forma simples demonstra o desinteresse da parte no cumprimento

das determinações deste juízo, não merecendo ser conhecida a sua irresignação. Diante do exposto, NÃO CONHEÇO o presente agravo de instrumento. À Secretaria, para providências." PT

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, relator(a) dos autos virtuais de Agravo de Instrumento nº 4004285-19.2019.8.04.0000 - Manaus/Am, em que é Agravante: Miramon Carvalho da Costa. (Advogado(a): Dr(a). Adriano de Oliveira Leite(4609/AM). Agravado: Michelle Souza Credie Cordeiro. (Advogado(a): Dr(a).Fábio Nunes Bandeira de Melo, Bruno Vieira da Rocha Barbirato, Bruno de Souza Cavalcante(4331/AM, 6975/AM, 2677/AM). DECISÃO: "Diante destas judiciosas razões, verificado que o Recurso de Agravo interposto não se adequa às diretrizes do rol de cabimento, na forma do art. 932, III, do CPC, não conheço do recurso. Não havendo irresignação, ARQUIVE-SE. À secretaria para as providências cabíveis." PT

Intimações

De ordem do Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, Relator dos autos dos autos eletrônico Apelação Cível nº 0000023-54.2017.8.04.4401 - Humaitá em que é Apelante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A (Advogado: Dr. Alvaro Luiz da Costa Fernandes 831A/AM) e Apelado: Ana Caroline Trindade Morais (Advogado: Dr. Michelle Souza Pires Stegmann 888A/AM) ficam INTIMADAS AMBAS AS PARTES, na pessoa de seu Advogado Dr. Alvaro Luiz da Costa Fernandes 831A/AM, Michelle Souza Pires Stegmann 888A/AM. "Pelo exposto, determino que sejam realizadas as alterações cadastrais necessárias a fim de que Ana Caroline Trindade "Norais" tenha seu nome corrigido para Ana Caroline Trindade Morais, de forma que todas as intimações e publicações sejam feitas corretamente em seu nome. Realizadas as devidas correções, em virtude da proibição de decisão surpresa consagrada no art. 10 do Código de Processo Civil, determino a intimação de ambas as partes, por intermédio de seus advogados constituídos, para que se manifestem, no prazo de 5 (cinco) dias úteis (arts. 218 e 219 do CPC), a respeito de (i) possível violação à regra da dialeticidade recursal por parte do Apelante e (ii) aplicação de multa ao Recorrente, em conformidade ao art. 80, II, CPC, ou seja, por litigância de má-fé em virtude de alterar a verdade dos fatos, já que o Apelante alega a ausência de requerimento administrativo, embora a Apelada já tenha juntado e o MM. Juiz a quo reconhecido (fl. 95) o protocolo do pedido em esfera administrativa em documento de fl. 23 (1.21 no sistema projudi). Após o transcurso do prazo, com ou sem manifestação das partes, determino o encaminhamento do feito ao G. Órgão Ministerial para apreciação. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.". AE

De ordem do Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, Relator dos autos dos autos eletrônico Apelação / Remessa Necessária nº 0609892-68.2015.8.04.0001 - Manaus em que é Apelante: O Estado do Amazonas (Advogado: Dr. Micael Pinheiro Neves Silva 6088/AM) e Apelado: Victor Hugo Ferreira de Souza (Advogado: Dr. Luciana Morais Avelar A633AM), fica INTIMADO o apelado, por meio de seu advogado Dra. Luciana Morais Avelar A633AM, para apresentação de contrarrazões ao recurso em epígrafe, no prazo da lei, contados da publicação desta. Os autos poderão ser acessados por meio do portal de serviços e-saj. AE

De ordem do Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, Relator dos autos dos autos eletrônico Apelação Cível nº 0607068-97.2019.8.04.0001 - Manaus em que é Apelante: Banco Bradesco S.a. (Advogado: Dr. Karina de Almeida Batistuci 9558/AL, Antonela Martins dos Santos 9781/AM) e Apelado: Mario Socorro Pinheiro de Fonte (Advogado: Dr. Flávio Rafael Perdigão Guerra 8500/AM) ficam INTIMADAS AMBAS AS PARTES, na pessoa de seus Advogados Dr. Karina de Almeida Batistuci 9558/AL, Antonela Martins dos Santos 9781/AM, Flávio Rafael Perdigão Guerra 8500/AM. "Compulsando os autos, percebo que o prazo para o Apelado apresentar suas contrarrazões terminou em 14/08/2019. Sendo assim, a petição de fls. 289/306 foi protocolada intempestivamente no dia 15/09/2019, razão pela qual determino que o setor competente promova seu desentranhamento. Em seguida, em virtude da proibição de decisão surpresa consagrada no art. 10 do Código de Processo Civil, determino a intimação de ambas as partes, por intermédio de seus advogados constituídos, para que se manifestem, no prazo de 5 (cinco) dias úteis (arts. 218 e 219 do CPC), a respeito de suposta violação à regra da dialeticidade recursal pelo Apelante, uma vez que não impugna especificamente as razões expostas na sentença de fls. 254/259. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.". AE

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, relator dos autos virtuais de Agravo de Instrumento nº 4001635-96.2019.8.04.0000 - Manaus/Am, em que é Agravante: Greyce Cristina Lima da Silva. (Advogado: Dr. Fred Figueiredo César 9508/AM, Roger Marques Mendes 9516/AM, Jorge Luis Enrique Gallardo Ordinola 10044/AM). Agravado: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a). (Advogado: Dr. Guilherme Vilela de Paula 1010A/AM, Luís Phillip de Lana Foureaux 1011A/AM, Filipe de Filippo 73668/MG). DECISÃO: "Diante do exposto, com fundamento no art. 932, III, do CPC, não conheço do recurso por falta de cabimento. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.". AE

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, relator dos autos virtuais de Agravo de Instrumento nº 4003816-75.2016.8.04.0000 - Manaus/Am, em que é Agravante: O Estado do Amazonas. (Advogado: Dr. Jucelino Araújo Lima 8039/AM). Agravado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau. DECISÃO: "Ao consultar os autos de origem, deparei-me com a prolação de sentença (evento 24) já transitada em julgado (eventos 30 e 32), motivo pelo qual declaro a perda do objeto do presente Agravo de Instrumento.". AE

De ordem do Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, Relator dos autos dos autos eletrônico Agravo de Instrumento nº 4004432-45.2019.8.04.0000 - Manaus em que é Agravante: Icd America Llc (Advogado: Dr. Thiago Galvão Severi 207754/SP) e Agravado: Híbrida Indústria de Materiais Termoplásticos Ltda (Advogado: Dr. José Alexander Dyna 307041/SP) fica INTIMADO o AGRAVANTE, na pessoa de seu Advogado Dr. Thiago Galvão Severi 207754/SP. "Nesse contexto, em observância ao disposto no §4º do art. 1.007, CPC/15, determino a intimação do recorrente, na pessoa de seu advogado, para realizar o recolhimento do preparo em dobro, sob pena de deserção, dispondo de 5 (cinco) dias úteis, na forma do art. 218, §1º c/c 219, do CPC/15. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se. Manaus, 11 de setembro de 2019.". AE

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, relator dos autos virtuais de Embargos de Declaração Cível nº 0006847-06.2018.8.04.0000 - Manaus/Am, em que é Embargante: Almir da Costa Rego. (Advogado: Dr. Bartolomeu Ferreira de Azevedo Júnior 4334/AM). Embargado: Aditex Indústria e Cómércia de Aditivos Químicos Ltda. (Advogado: Dr. Priscila Lima Monteiro 5901/AM, Raphael Heinrich B. de Oliveira 5885/AM, Silvyane Parente de Araújo Castro 7237/AM, Igor de Mendonça Campos 766A/AM). DECISÃO: "Diante do exposto, rejeito os embargos de declaração, declarando inexistentes os vícios decisórios apontados pelo recorrente e mantendo o conteúdo da decisão recorrida em sua integralidade. À Secretaria para as providências cabíveis. Intimem-se. Cumpra-se.". AE

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, relator dos autos virtuais de Agravo de Instrumento nº 4004516-46.2019.8.04.0000 - Manaus/Am, em que é Agravante: Anderson Pereira da Silva. (Advogada: Dra. Luiza Helena Ribeiro Simonetti Cabral 3502/AM). Agravado: Jezica Batista de França. (Advogado: Dr. Marco Aurélio Martins da Silva 4849/AM). DECISÃO: "Comunique-se do inteiro teor desta decisão ao Juízo da causa, por força do que ordena a parte final do inciso I, do art. 1.019, do Código de Processo Civil de 2015. Intime-se: (i) a parte agravada, na pessoa de seu defensor constituído na origem - dado que o cadastro feito pelo Recorrente indica o Defensor Geral do Estado -, nos termos do que determina o inciso II, do art. 1.019, do Novo CPC, a fim de que respondam ao recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, ressalvando-se a faculdade de juntada da documentação que se fizer necessária ao julgamento do Recurso; (ii) ambas as partes, para que se manifestem acerca da possibilidade de aplicação da teoria da causa madura ao presente caso (art. 1.013, §3º, IV, do CPC). Em seguida, determino que o setor competente corrija o cadastro processual para substituir o Defensor Geral do Estado pelo Defensor constituído na origem (fls. 4 dos autos de origem). Após, dê-se vista ao graduado Órgão Ministerial, tendo em vista que a decisão envolve discussão que atinge interesse de pessoa menor de idade. Cumpra-se.". AE

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, relator dos autos virtuais de Agravo de Instrumento nº 4000762-96.2019.8.04.0000 - Manaus/Am, em que é Agravante: Sandra Maria Bandeira Brito. (Advogado: Dr. Arlindo Gonçalves dos Santos Neto 4368/AM). Agravado: O Estado do Amazonas. (Advogado: Dr. Alberto Bezerra Melo 2015/AM). DECISÃO: "Ante o exposto, nos termos do art. 932, III, do CPC, julgo prejudicado o presente Agravo de Instrumento, em razão da perda do seu objeto. Transcorrido o prazo legal sem a interposição de recurso, executem-se os procedimentos de praxe para baixa e encerramento do feito. Intimem-se. Cumpra-se.". AE

Pauta de Julgamento Designado

De ordem do Presidente da Egrégia Primeira Câmara Cível, Exmo(a). Des(a) Cláudio César Ramalheira Roessing, faço público que, de acordo com o artigo 934 do Novo Código do Processo Civil, serão julgados nas próximas sessões, após cumpridas as formalidades legais, os seguintes processos:

Relator: Des. Paulo César Caminha e Lima.

Agravo de Instrumento nº 4003309-12.2019.8.04.0000, Vara Especializada da Dívida Ativa Municipal
Juíza Prolatora: Dra. Ana maria de Oliveira Diógenes
Agravante: O Município de Manaus
Procurador: José Luiz Franco de Moura Mattos Júnior (OAB: 5517/AM)
Agravado: Novoa Indústria e Comercio de Gelo Ltda Epp
Advogado: Julieth Brasil Pinheiro (OAB: 9172/AM)
Relator: Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima.

Apelação / Remessa Necessária nº 0255473-16.2011.8.04.0001, 5ª Vara da Fazenda Pública
Juíza Prolatora: Dra. Alessandra C. R. C. Gomdim Martins de Matos
Apelante: O Estado do Amazonas
Procurador: Tatianne Vieira Assayag Toledo (OAB: 3653/AM)
Apelado: Silviney Cavalcante Damasceno
Advogada: Josinete Sousa Lamarão (OAB: 6429/AM)
Relator: Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima.

Apelação Cível nº 0208400-04.2018.8.04.0001, 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Dr. Manuel Amaro de Lima
Apelante: Adeilson Evangelista Gonçalves
Defensora: Defensoria Pública do Estado do Amazonas
Defensor: Raimundo Sérvulo Lourido Barreto (OAB: 127956/AM)
Apelado: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Relator: Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima.
Procuradora: Exma. Sra. Dra. Maria José da Silva Nazaré

Apelação Cível nº 0620685-03.2014.8.04.0001, 4ª Vara de Família
Juiz Prolator: Dr. Odílio Pereira Costa Neto
Apelante: D. G. C. M.
Advogado: Kemal Muneymne Filho (OAB: 3889/AM)
Advogado: Marcelo de Lima (OAB: 2797/AM)
Apelado: J. R. C.
Advogado: Antonio Azevedo de Lira (OAB: 5474/AM)
Relator: Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima.

Apelação Cível nº 0626008-52.2015.8.04.0001, 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Dr. Francisco Carlos G. De Queiroz
Apelante: Brena Guimarães Iannuzzi
Advogado: Emerson Abineã da Silva (OAB: 6393/AM)
Advogado: Luiz Eduardo Hayden dos Santos (OAB: 12051/AM)
Advogado: Albertino Hayden dos Santos (OAB: 189032/RJ)
Apelado: Shizem Veículos LTDA
Advogado: Antônio Cláudio Pinto Flores (OAB: 8700/PA)
Advogado: Douglas Gomes da Silva (OAB: 6980/AM)
Apelado: Honda Automóveis do Brasil Ltda
Advogado: Marcelo Miguel Alvim Coelho (OAB: 156347/SP)
Advogado: Raphael Heinrich B. de Oliveira (OAB: 5885/AM)
Advogada: Natasja Deschoolmeester (OAB: 2140/AM)
Relator: Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima.
Procuradora: Exma. Sra. Dra. Noeme Tobias de Souza

Apelação Cível nº 0635298-23.2017.8.04.0001, 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juíza Prolatora: Dra. Simone Laurent de Figueiredo
Apelante: Geap - Fundação de Seguridade Social
Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 128341/SP)
Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM)
Apelado: Rubens da Silva Castro
Advogado: Marcia Fabiola Holanda Ferreira (OAB: 9338/AM)
Relator: Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima.

Apelação Cível nº 0642646-58.2018.8.04.0001, 1ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Dr. Ronnie Frank Torres Stone
Apelante: Francisco Ferreira Soares
Advogado: Fernanda Lima Tavares (OAB: 11834/AM)
Apelado: O Estado do Amazonas
Procuradora: Debora Bandeira Koenow (OAB: 12898/AM)
Relator: Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima.
Procuradora: Exma. Sra. Dra. Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos

Apelação Cível nº 0650093-97.2018.8.04.0001, 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator : Dr. Roberto Santos Taketomi
Apelante: Banco Bonsucesso Consignado S.A
Advogada: Nathalia Pereira Leite Vilela Teixeira (OAB: 167006/RJ)
Advogado: Luiz Gustavo Fernandes da Costa (OAB: 156721/RJ)
Advogado: Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (OAB: 37489/BA)
Apelante: Tony Cezar Pereira de Jesus

Advogado: Luis Albert dos Santos Oliveira (OAB: 8251/AM)
Apelado: Tony Cezar Pereira de Jesus
Advogado: Luis Albert dos Santos Oliveira (OAB: 8251/AM)
Apelado: Banco Bonsucesso S/A
Advogado: Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (OAB: 37489/BA)
Relator: Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima.

Apelação Cível nº 0653594-59.2018.8.04.0001, 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juíza Prolatora: Dra. Simone Laurent de Figueiredo
Apelante: Juliana Venancio Brasil de Moraes
Advogada: Marcela da Silva Paulo (OAB: 10325/AM)
Advogado: Paulo Dolzanes (OAB: 6764/AM)
Apelado: Banco Bmg S/A
Advogada: Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB: 983A/PE)
Relator: Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima.
Procuradora: Exma. Sra. Dra. Sandra Cal Oliveira

Relatora: Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo

Agravo de Instrumento nº 4001718-15.2019.8.04.0000, 8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Dr. Roberto dos Santos Taketomi
Agravante: Ipiranga Produtos de Petróleo S/A
Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 128341/SP)
Agravada: Amazônia Transportes Importação e Exportação Ltda.
Advogado: Aniello Miranda Aufiero (OAB: 1579/AM)
Advogada: Danielle Aufiero Monteiro de Paula. (OAB: 6945/AM)
Advogado: Mário Vitor Magalhães Aufiero (OAB: 8787/AM)
Advogado: Adriana Gomes de Oliveira (OAB: 12202/AM)
Advogado: Diego das Neves Loureiro (OAB: 11271/AM)
Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo

Agravo de Instrumento nº 4001904-38.2019.8.04.0000, 18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juíza Prolatora : Dra. Katheleen dos Santos Gomes
Agravante: Petros Fundação Petrobras de Seguridade Social
Advogado: Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB: 671A/AM)
Agravado: Luiz Carlos Vivela Cardoso
Advogado: Jose Reynaldo Saraiva Pinheiro (OAB: 4682/AM)
Advogado: Rommel Júnior Queiroz Rodrigues (OAB: 8279/AM)
Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo

Agravo de Instrumento nº 4002089-13.2018.8.04.0000, 7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator : Dr. Rosselberto Himenes
Agravante: Igb Eletronica S.a
Advogado: Raphael Andre Bertoso de Souza (OAB: 360431/SP)
Advogado: Helio Pinto Ribeiro Filho (OAB: 107957/SP)
Advogado: Renato Spolidoro Rolim Rosa (OAB: 247985/SP)
Agravado: Granport Multimodal Ltda.
Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo

Agravo de Instrumento nº 4002391-08.2019.8.04.0000, 8ª Vara Cível
Juiz Prolator: Dr. Áldrin Henrique de Castro Rodrigues
Agravante: Eucatur Empresa União Cascável Transportes e Turismo Ltda.
Advogado: Talvani Franco Leite Brito (OAB: 680A/AM)
Advogada: Suerda Carla Campos Morais de Araújo (OAB: 4083/AM)
Agravado: Raimundo Lopes Moreira
Advogado: Marcos Antônio Vasconcelos (OAB: 5794/AM)
Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo

Agravo de Instrumento nº 4002805-40.2018.8.04.0000, Vara de Família - Meta 2 do CNJ
Juiz Prolator: Dr. Everaldo da Silva Lira
Agravante: Clara Eduarda Cavalcante de Souza
Agravante: Carlos Eduardo Cavalcante de Souza
Representa: Sigrid Raphaele Ramos Cavalcante
Defensor: Carolina Matos Carvalho Norões
Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas
Agravado: Rodrigo Martins de Souza
Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo
Procuradora:Exma. Sra. Dra. Sandra Cal Oliveira

Agravo de Instrumento nº 4003230-33.2019.8.04.0000, 8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Dr. Áldrin Henrique de Castro Rodrigues
Agravante: Hapvida Plano de Saúde
Advogado: Fabianne Ribeiro Halinski (OAB: 7059/AM)
Advogado: Aline Carvalho Borja (OAB: 18267/CE)
Advogado: Francisco José Almeida Severiano (OAB: 21834B/CE)
Advogado: Luiz Carlos Vidal Maia Júnior (OAB: 20266/CE)
Advogado: Ronaldo da Silva Bezerra (OAB: 21197/CE)
Advogado: Rachel Feitosa Pontes (OAB: 24441/CE)
Advogada: Sílvia Letícia Ferreira da Silva (OAB: 23717B/CE)
Advogado: Isaac Costa Lázaro Filho (OAB: 18663/CE)
Advogado: Laura Maria Amaro Martins (OAB: 22874/CE)
Advogado: Hugo Leonardo Pegado Benicio (OAB: 5526/RN)
Agravada: Rosangela Almeida Leitão
Advogado: Reginaldo Souza de Oliveira (OAB: 8310/AM)
Advogado: Alfrania Balbino de Oliveira (OAB: 9319/AM)
Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo

Agravo de Instrumento nº 4003419-11.2019.8.04.0000, 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juíza Prolatora: Dra. Maria Eunice Torres do Nascimento
Agravante: Banco Bmg S/A
Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE)
Agravada: Maria Ivaneide Figueira da Silva,
Advogado: Wilson Molina Porto (OAB: 12790A/MT)
Advogado: Michelle Fascini Xavier (OAB: 860A/AM)
Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo

Apelação Cível nº 0036092-21.2002.8.04.0001, 10ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juíza Prolatora : Dra. Mônica Cristina Raposo da Câmara do Carmo
Apelante: Bradesco Seguros S/A
Advogada: Karina de Almeida Batistuci (OAB: 685A/AM)
Apelado: José Jocy Nunes Monteiro
Advogado: José Eldair de Souza Martins (OAB: 1822/AM)
Advogada: Andressa Veronique Pinto Gusmão de Oliveira (OAB: 3554/AM)
Advogado: José Eldair de Souza Martins (OAB: 1822/AM)
Advogado: Amanda Lima Martins (OAB: 2487/Am)
Advogada: Katiana dos Santos Torres (OAB: 4650/AM)
Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo

Apelação Cível nº 0048657-03.2010.8.04.0012, 5ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator : Dr. José Renier da Silva Guimarães
Apelante: Banco Bradesco S.a
Advogado: Edson Rosas Junior (OAB: 1910/AM)
Apelado: Masani Importação e Exportação Comércio Ltd A
Apelado: Rogério Mansani
Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo

Apelação Cível nº 0603873-75.2017.8.04.0001, 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Dr. Diógenes Vidal Pessoa Neto
Apelante: Kalil Costa Almeida
Advogado: Roberval Emerson Oliveira de Paula Filho (OAB: 6721/AM)
Advogada: Larissa Montenegro de Medeiros (OAB: 12196/AM)
Apelado: Api Spe 10- Planejamento e Desenvolvimento de Empreendimentos Imobiliários Ltda
Advogado: Fábio Rivelli (OAB: 1119A/AM)
Advogado: Fabio Rivelli (OAB: 297608/SP)
Apelado: Aliança Engenharia Ltda.
Advogado: José Mário de Carvalho Neto (OAB: 4861/AM)
Advogado: Laísa Maia de Oliveira (OAB: 14144/AM)
Apelado: Banco Bradesco S/A
Advogada: Karina de Almeida Batistuci (OAB: 685A/AM)
Advogada: Karina de Almeida Batistuci (OAB: 9558/AL)
Apelado: Pdg Construtora e Incorporadora
Advogado: Fábio Rivelli (OAB: 1119A/AM)
Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo
Procuradora: Exma. Sra. Dr. Dra. Maria José da Silva Nazaré

Apelação Cível nº 0605605-23.2019.8.04.0001, 8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator : Dr. Áldrin Henrique de Castro Rodrigues
Apelante: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A
Advogado: Marco Antonio Crespo Barbosa (OAB: 115665/SP)
Apelado: Antonio Jose Rodrigues
Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo

Apelação Cível nº 0606916-49.2019.8.04.0001, 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Dr. Victor André Liuzzi Gomes
Apelante: Izabel Cristina Almeida Compton
Advogado: Diego Andrade de Oliveira (OAB: 8792/AM)
Advogado: Calixto Hagge Neto (OAB: 8788/AM)
Advogado: Wagner Jackson Santana (OAB: 8789/AM)
Apelado: Águas do Amazonas S.A.
Advogado: Thiago Almeida Rebello (OAB: 12327/AM)
Advogado: Ney Bastos Soares Junior (OAB: 4336/AM)
Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo

Apelação Cível nº 0608756-65.2017.8.04.0001, 2ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Dr. Leoney Figliuolo Harraquian
Apelante: Maria de Fátima Oliveira de Castro
Advogado: Antonio José Tavares Barbosa (OAB: 10068/AM)
Advogado: Margide Amaro de Souza (OAB: 10380/AM)
Advogado: Margide Amaro de Souza (OAB: 10380/AM)
Apelado: O Estado do Amazonas
Procuradora: Maria Hosana de Souza Monteiro
Apelante: O Estado do Amazonas
Procuradora: Indra Mara Bessa (OAB: 1877/AM)
Apelada: Maria de Fátima Oliveira de Castro
Advogado: Antonio José Tavares Barbosa (OAB: 10068/AM)
Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo
Procuradora: Exma. Sra. Dra. Noeme Tobias de Souza

Apelação Cível nº 0626596-59.2015.8.04.0001, 4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juíza Prolatora: Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte
Apelante: Banco Bradesco S.a.
Advogada: Rosângela da Rosa Corrêa (OAB: A921/AM)
Advogado: Rosângela da Rosa Corrêa (OAB: 205961/SP)
Apelado: C da Costa Furtado-me
Apelado: Cleiton da Costa Furtado
Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo

Apelação Cível nº 0634765-64.2017.8.04.0001, 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juíza Prolatora : Dra. Simone Laurent de Figueiredo
Apelante: Banco Honda S/A
Advogado: Hiran Leão Duarte (OAB: 10422/CE)
Apelado Enival Vitorino Reis
Advogado: Leandro Joseph de Aquino (OAB: 12474/AM)
Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo

Apelação Cível nº 0653253-33.2018.8.04.0001, 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juíza Prolatora: Dra. Simone Laurent de Figueiredo
Apelante: Vania Maria de Castro Teixeira
Advogado: Wilson Molina Porto (OAB: 805A/AM)
Apelado: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo
Procuradora: Exma. Sra. Dra. Maria José da Silva Nazaré

Remessa Necessária Cível nº 0000035-30.2014.8.04.3801, 1ª Vara de Coari
Juiz Prolator : Dr. Fábio Lopes Alfaia
Requerente: Francisco Osvaldo da Silva
Advogado: Leandro Castilho (OAB: 6082/AM)
Requerido: Municipio de Coari/am
Reptado: Adail José Figueiredo Pinheiro
Advogado: Bruno Gomes Pires (OAB: 7640/AM)
Advogada: Laura Macedo Coelho (OAB: 11723/AM)
Advogada: Luciana Caxeixa Alfaia (OAB: 7226/AM)
Relatora: Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo
Procuradora: Exma. Sra. Dra. Maria José da Silva Nazaré

Relator: Des. Cláudio César Ramalheira Roessing

Agravo de Instrumento nº 4003026-23.2018.8.04.0000, de 10ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juíza Prolatora : Dra. Mônica Cristina R. da Câmara C. do Carmo
Agravante: Michele Limeira Oliveira
Advogado: Anderson Sales de Souza (OAB: 8760/AM)
Agravado: Banco Bradesco Financiamentos S/A
Advogado: Rosângela da Rosa Corrêa (OAB: 921A/AM)
Relator: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing

Relator: Des. Anselno Chíxaro

Agravo de Instrumento nº 4001094-63.2019.8.04.0000, 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator : Dr. Diógenes Vidal Pessoa Neto
Agravante: Bradesco Auto/Re Companhia de Seguros S/A
Advogado: Eloi Pinto Andrade (OAB: 819/AM)

Advogado: Eloi Pinto de Andrede Junior (OAB: 3840/AM)
Advogado: Eugênio Figueiredo Pinto de Andrade (OAB: 3424/AM)
Advogada: Maria Perpétuo Socorro Figueiredo de Andrade (OAB: 6566/AM)
Agravada: Vicença Damasceno Pereira
Agravado: Renata Damasceno de Menezes
Advogado: Affimar Cabo Verde Filho (OAB: A229/AM)
Advogada: Ana Virgínia Arakian Izel (OAB: 3701/AM)
Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro

Agravo de Instrumento nº 4001518-08.2019.8.04.0000, 1ª Vara de Iranduba
Juíza Prolatora : Dra. Aline Kelly Ribeiro
Agravante: Sotreq S/A
Advogado: Antônio Cláudio Pinto Flores (OAB: 583A/AM)
Agravado: Constroi Imobiliária LTDA - ME
Advogado: Paula Miranda da Cunha (OAB: 159369/MG)
Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro

Agravo de Instrumento nº 4001673-45.2018.8.04.0000, 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juíza Prolatora : Dra. Maria Eunice Torres do Nascimento
Agravante: Joao Bosco Dantas Nunes
Advogado: Tulio Gomes Dantas (OAB: 4034/AM)
Advogado: João Bosco Dantas Nunes (OAB: 826/AM)
Agravado: Banco da Amazônia S/A
Advogado: Serafim P. D. Meirelles Neto (OAB: 1694/AM)
Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro

Agravo de Instrumento nº 4004470-57.2019.8.04.0000, 5ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator : Dr. José Renier da Silva Guimarães
Agravante: Odete Fernandes de Oliveira
Advogado: José Carlos Rosa de Lima (OAB: 11963/AM)
Advogado: Marcela Ferreira Luz (OAB: 14592/AM)
Agravado: Banco Industrial do Brasil S/A
Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro

Apelação / Remessa Necessária nº 0603570-95.2016.8.04.0001, Vara de Órfãos e Sucessões
Juiz Prolator : Dr. Alexandre Lopes Lasmar
Apelante: Escola Celus Ltda
Advogado: Roque de Almeida Lima
Representa: Carlos Sérgio Gomes Picanço
Apelada: Karla Danielle Loiola Picanço
Advogado: Wiston Feitosa de Sousa (OAB: 6596/AM)
Advogado: Ademário do Rosário Azevedo (OAB: 2926/AM)
Advogado: Gersica Barbosa da Cunha (OAB: 14051/AM)
Remetente: Juizo de Direito da Vara de Órfãos e Sucessões da Comarca de Manaus
Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro

Apelação Cível nº 0000275-40.2015.8.04.7501, 1ª Vara de Tefé
Juiz Prolator: Dr. André Luiz Muquy
Apelante: O Município de Tefé/am
Representa: Emer de Senna Gomes
Advogado: Emer de Senna Gomes (OAB: 7602/AM)
Apelado: José Luciano Rodrigues Alves Neto
Advogado: Duarte Sávio Rodrigues Alves de Menezes (OAB: 9598/AM)
Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro
Procuradora: Exma. Sra. Dra. Sandra Cal Oliveira

Apelação Cível nº 0002922-45.2014.8.04.7500, 1ª Vara de Tefé
Juiz Prolator : Dr. Rômulo Garcia Barros Silva
Apelante: Prefeitura do Município de Tefé/am
Representa: Emer de Senna Gomes
Procurador: Emer de Senna Gomes (OAB: 7602/AM)
Apelado: Rosivaldo Batista da Silva
Advogado: Alvimar Costa Monteiro Junior (OAB: 8580/AM)
Advogado: Jones de Oliveira Santos (OAB: 9616/AM)
Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro
Procuradora: Exma. Sra. Dra. Maria José da Silva Nazaré

Apelação Cível nº 0200591-60.2018.8.04.0001, 3ª Vara de Família
Juíza Prolatora: Dra. Melissa Sanches Silva da Rosa
Apelante: M. de L. P. de S.
Defensor P: Antônio Cavalcante de Albuquerque Junior (OAB: 2992/AM)
Apelado: M. V. F. da S.
Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro

Apelação Cível nº 0225991-91.2009.8.04.0001, 16ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator : Dr. Abraham Peixoto Campos Filho
Apelante: American Tower do Brasil - Cessão de Infraestrutura Ltda
Advogado: Eduardo Alexandre Guedes Cidade (OAB: 7179/AM)
Advogado: Grazziano Manoel Figueiredo Ceará (OAB: 241338/SP)
Apelado: Anderson Fernandes Barbosa
Advogada: Maria de Nazaré Galvão da Silva (OAB: 3049/AM)
Advogado: Ana Helena Ferreira Sampaio (OAB: 2836/AM)
Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro

Apelação Cível nº 0245696-41.2010.8.04.0001, 4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juíza Prolatora : Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte
Apelante: Ociran José Pereira de Magalhães
Advogado: André Luiz Guedes da Silva (OAB: 5261/AM)
Apelante: Ceres Maíza Pereira
Advogado: Andre Liz Guedes da Silva (OAB: 5261/AM)
Apelado: Medcenter Clínica de Serviços Médicos Ltda.
Advogado: David Dangeres Jorge (OAB: 3718/AM)
Advogada: Luciana Waquim Campos de Oliveira (OAB: 16666/PE)
Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro

Apelação Cível nº 0252227-12.2011.8.04.0001, Vara Especializada da Dívida Ativa Estadual
Juiz Prolator : Dr. Marco Antônio Pinto da Costa
Apelante: Maria Aparecida Lopes de Araujo
Advogado: Norton Carlos de Paula Bezerra (OAB: 8464/AM)
Advogado: Luiz Antonio Mesquita da Silva (OAB: 7804/AM)
Advogado: Leonardo Guimarães Brito (OAB: 4096/AM)
Advogado: Pablo da Silva Negreiros (OAB: 4227/AM)
Apelado: Fazenda Pública do Estado do Amazonas
Procurador: Patrícia Petrucelli Marinho (OAB: 3319/AM)
Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro

Apelação Cível nº 0601755-34.2014.8.04.0001, 11ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juíza Prolatora : Dra. Lia Maria Guedes de Freitas
Apelante: Josenaldo Mendes de Matos
Advogado: Daniel Guedes Carvalho (OAB: 7533/AM)
Apelado: Bradesco Vida e Previdência S/A
Advogado: Eloy Pinto de Andrade (OAB: 819/AM)
Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro

Apelação Cível nº 0607792-77.2014.8.04.0001, 5ª Vara da Fazenda Pública

Juiz Prolator : Dr. César Luiz Bandiera
Apelante: Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Amazonprev
Advogada: Caroline Retto Frota (OAB: 4411/AM)
Apelada: Dulcineide Maquine dos Santos
Advogada: Luciana Caxeixa Alfaia (OAB: 7226/AM)
Remetente: Juízo de Direito da 5ª Vara da Fazenda Pública do Estado do Amazonas
Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro
Procuradora: Exma. Sra. Dra. Maria José da Silva Nazaré

Apelação Cível nº 0608095-91.2014.8.04.0001, 11ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juíza Prolatora : Dra. Lia Maria Guedes de Freitas
Apelante: K. S. Rocha dos R. da Silva – Me
Advogada: Lígia de Souza Frias (OAB: 1074A/AM)
Advogado: Carlos Daniel Rangel Barretto Segundo (OAB: 5035/AM)
Advogada: Therse Catarine Pires de Figueiredo (OAB: 11406/AM)
Apelado: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)
Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 69306/MG)
Advogada: Lígia de Souza Frias (OAB: 1074A/AM)
Advogado: Alexandre Silveira do Nascimento (OAB: 118432/MG)
Advogado: Luis Philipe de Lana Foureaux (OAB: 104147/MG)
Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro

Apelação Cível nº 0609012-47.2013.8.04.0001, 3ª Vara da Fazenda Pública
Juíza Prolatora: Dra. Etelvina Lobo Braga
Apelante: Jorge Costa Luz
Advogado: José Airton Garcia Junior (OAB: 8386/AM)
Advogado: José Abelardo Araújo Pinto (OAB: 6076/AM)
Advogado: Ivens de Oliveira Pinto (OAB: 13398/AM)
Apelado: O Estado do Amazonas
Procurador: Ivânia Lucia Silva Costa (OAB: 7530/AM)
Procurador: Ana Marcela Grana de Almeida (OAB: 7513/AM)
Procurador: Marcelo Augusto Albuquerque da Cunha (OAB: 2538/AM)
Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro
Procuradora: Exma. Sra. Dra. Noeme Tobias de Souza

Apelação Cível nº 0617727-05.2018.8.04.0001, 4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juíza Prolatora : Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte
Apelante: Carlos Henrique Ferreira Lima
Advogado: Adna Lima da Silva (OAB: 11171/am)
Apelante: Irislane Rodrigues Ferreira
Advogado: Adna Lima da Silva (OAB: 11171/am)
Apelado: Dpvat - Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S/A
Advogado: Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB: 86415/RJ)
Advogado: Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB: 831A/AM)
Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro

Apelação Cível nº 0631791-54.2017.8.04.0001, 12ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator : Dr. Márcio Rothier Pinheiro Torres
Apelante: Julio Cezar Passos de Oliveira
Defensora: Adriana Monteiro de Castro Martins (OAB: 600002/AM)
Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas
Apelado: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro
Procuradora: Exma. Sra. Dra. Noeme Tobias de Souza

Apelação Cível nº 0634514-12.2018.8.04.0001, 3ª Vara da Fazenda Pública
Juíza Prolatora: Dra. Etelvina Lobo Braga
Apelante: Naasson Henrique Muniz de Souza
Advogado: Paulo Victor Pereira Barros (OAB: 13050/AM)
Apelado: O Estado do Amazonas
Procurador: Vitor Barbosa de Oliveira (OAB: 8285/TO)
Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro
Procuradora: Exma. Sra. Dra. Sandra Cal Oliveira

Apelação Cível nº 0643017-22.2018.8.04.0001, 12ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator : Dr. Márcio Rothier Pinheiro Torres
Apelante: Tania Mara Lima de Souza
Advogada: Glauce Maria Costa de Sousa (OAB: 6140/AM)
Advogada: Vanessa Pizarro Rapp (OAB: 569A/AM)
Apelado: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro
Procuradora: Exma. Sra. Dra. Noeme Tobias de Souza

Apelação Cível nº 0645416-24.2018.8.04.0001, 12ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator : Dr. Márcio Rothier Pinheiro Torres
Apelante: Banco Bmg S/A
Advogado: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM)
Advogada: Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM)
Advogado: Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM)
Apelado: Sueli Nascimento da Costa
Advogado: Marcos Fabio Oliveira de Lima (OAB: 11070/AM)
Advogado: Dyogo Rodrigues de Oliveira (OAB: 19941/PB)
Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro
Procuradora: Exma. Sra. Dra. Noeme Tobias de Souza

Apelação Cível nº 0647372-75.2018.8.04.0001, 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator : Dr. Victor André Liuzzi Gomes
Apelante: Banco Bradesco S.a.
Advogado: Marcondes Fonseca Luniere Junior (OAB: 2897/AM)
Advogado: Thales Silvestre Júnior (OAB: 2406/AM)
Apelado Julimar Moraes Silva
Advogado: Manoel Marques de Oliveira (OAB: 5587/AM)
Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro
Procuradora: Exma. Sra. Dra. Sandra Cal Oliveira

Apelação Cível nº 0652028-75.2018.8.04.0001, 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator : Dr. Roberto Santos Taketomi
Apelante: Cleia Marinho de Souza
Advogado: Wilson Molina Porto (OAB: 805A/AM)
Apelado: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro
Procuradora: Exma. Sra. Dra. Noeme Tobias de Souza

Apelação Cível nº 0703458-76.2012.8.04.0001, 4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juíza Prolatora: Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte
Apelante: Banco Itaucard S/A
Advogado: Celso Marcon (OAB: 566A/AM)
Advogado: Cláudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB: 18335/PA)
Advogado: Claudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB: 1117/AM)
Advogado: Claudio Kazuyochi Kawasaki (OAB: 122626/SP)
Advogada: Elisangela Pereira Daniel (OAB: 5725/AM)
Apelada: Agnatelma Bezerra Brito
Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro

Relatora: Desa. Joana Meirelles

Agravo de Instrumento nº 4000717-92.2019.8.04.0000, 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juíza Prolatora : Dra. Maria Eunice Torres do Nascimento
Agravante: Carlos Eduardo de Souza Braga
Advogado: Eduardo Karam Santos de Moraes (OAB: 9385/AM)
Advogado: Gina Moraes de Almeida (OAB: 7036/AM)
Agravado: Ronaldo Lazaro Tiradentes
Advogado: Ronaldo Lázaro Tiradentes (OAB: 4113/AM)
Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles

Apelação / Remessa Necessária nº 0601568-60.2013.8.04.0001, 2ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Dr. Jean Carlos Pimentel dos Santos
Apelante: Leonardo Pereira Lopes
Advogado: Pablo de Paula Lima (OAB: 9482/AM)
Apelante: O Estado do Amazonas
Procurador: Jucelino Araújo Lima (OAB: 8039/AM)
Apelado: Leonardo Pereira Lopes
Advogado: Pablo de Paula Lima (OAB: 9482/AM)
Apelado: O Estado do Amazonas
Procurador: Lisieux Ribeiro Lima (OAB: 4486/AM)
Remetente: Juízo de Direito da 4ª Vara da Fazenda Pública Estadual do Amazonas
Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles
Procuradora: Exma. Sra. Dra. Maria José da Silva Nazaré

Apelação Cível nº 0003776-81.2014.8.04.3800, 1ª Vara de Coari
Juiz Prolator: Dr. Fábio Lopes Alfaia
Apelante: Municipio de Coari/AM
Procurador: Laura Macedo Coelho (OAB: 11723/AM)
Apelado: Gelcimar Cordeiro dos Santos
Advogado: Luiz Otavio de Vercosa Cha (OAB: 148931/RJ)
Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles

Apelação Cível nº 0082358-95.2004.8.04.0001, 18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Dr. Katheleen dos Santos Gomes
Apelante: Darlene Norberta de Carvalho
Advogado: Natan Monteiro da Silva (OAB: 4142/AM)
Apelado: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)
Advogada: Isabela Montuori Bougleux de Araujo (OAB: 118303/MG)
Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 1010A/AM)
Advogado: Isabela Montuori Bougleux de Araujo (OAB: 1069/AM)
Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelle
Apelação Cível nº 0208060-12.2008.8.04.0001, 1ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator : Ronnie Frank Torres Stone
Apelante: Vicente Augusto Cruz Oliveira
Advogado: Raul Góes Neto (OAB: 8203/AM)
Advogado: Jorge Alberto Mendes Junior (OAB: 3000/AM)
Advogado: Rosquild Azedo Omena (OAB: 605A/AM)
Apelante: Helena Fiúza Amaral Souto
Advogado: Sebastião Gonçalves Gomes Filho (OAB: 2488/AM)
Apelante: Rosa Lúcia Almada Martins
Advogado: Hugo Tadeu Martins Peres (OAB: 179444/RJ)
Apelante: Wilson Batista Campos
Advogada: Priscila Lima Monteiro (OAB: 5901/AM)
Advogado: Igor de Mendonça Campos (OAB: 766A/AM)
Apelante: Jonas Melo Camelo
Advogada: Marilei Nunes (OAB: 5871/AM)
Advogado: Everton Carlos Lise (OAB: 10411/AM)
Advogada: Franciele Lise (OAB: 5053/AM)
Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau
Promotor: Ronaldo Andrade (OAB: 2240A/MP)
Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles
Procuradora: Exma. Sra. Dra. Noeme Tobias de Souza

Apelação Cível nº 0237923-61.2018.8.04.0001, 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juíza Prolatora: Dra. Simone Laurent de Figueiredo
Apelante: Amazonn Prime Entretenimento Ltda
Advogado: Mauricio Lima Seixas (OAB: 7881/AM)
Apelado: Angelus Locações Ltda
Advogado: Marco Antonio Nobre Salum (OAB: 8416/AM)
Advogada: Monica Vicente Taketa (OAB: 7988/AM)
Advogado: Giordano Cezar Salgado Boaventura (OAB: 11685/AM)
Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles

Apelação Cível nº 0600294-61.2013.8.04.0001, 16ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juíza Prolatora : Dra. Alessandra C. R. C. Gondim
Apelante: José Teixeira de Carvalho
Defensora: Phâmara de Souza Sicsú (OAB: 6334/AM)
Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas
Apelado: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)
Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 1010A/AM)
Advogada: Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB: 1069A/AM)
Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles

Apelação Cível nº 0603571-17.2015.8.04.0001, 11ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juíza Prolatora: Dra. Lia Maria Guedes de Freitas
Apelante: Servengloc Serviços e Locação de Equipamentos Ltda
Advogado: Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB: 799A/AM)
Apelado: S. da Silva Sahdo
Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles

Apelação Cível nº 0606751-75.2014.8.04.0001, 16ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Dr. Abraham Peixoto Campos Filho
Apelante: Vandienen e Bartsch Ltda. - ME
Advogado: Jefferson Cristophe de Lima Botelho (OAB: 4315/AM)
Soc. Advogados: Jefferson Botelho Sociedade Individual de Advocacia (OAB: 154/AM)
Apelada: Lêda Passos Ferraz
Advogado: Ronan Batista Moreira (OAB: 8849/AM)
Advogada: Lycia Fabíola Gomes de Andrade (OAB: 4580/AM)
Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles

Apelação Cível nº 0607421-16.2014.8.04.0001, 16ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juíza Prolatora: Dra. Alessandra C. R. C. Gondim Martins de Matos
Apelado: Banco Bradesco Financiamentos S/A
Advogado: Felipe Gazola Vieira Marques (OAB: A995/AM)
Apelada: Luana Cristina Silva Ferreira
Advogado: Sarah Correia de Souza (OAB: 8781/AM)
Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles
Procuradora: Exma. Sra. Dra. Noeme Tobias de Souza

Apelação Cível nº 0607439-03.2015.8.04.0001, 11ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juíza Prolatora: Dra. Lia Maria Guedes de Freitas
Apelante: Servengloc Serviços e Locação de Equipamentos Ltda
Advogado: Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB:

189340/SP)
Apelado: S. da Silva Sahdo
Advogado: Paulo Ricardo da Silva Santos (OAB: 7887/AM)
Advogado: Fred Andres do Couto Silva (OAB: 7695/AM)
Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles

Apelação Cível nº 0613252-06.2018.8.04.0001, 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Dr. Roberto dos Santos Taketomi
Apelante: Paulo Cesar da Silva Vasconcelos
Advogado: Luciano da Silva Rocha (OAB: 9788/AM)
Apelado: Eldo de Oliveira Silva
Advogado: Robson Carvalho Ferreira (OAB: 12268/AM)
Apelante: Eldo de Oliveira Silva
Advogado: Robson Carvalho Ferreira (OAB: 12268/AM)
Apelado: Paulo Cesar da Silva Vasconcelos
Advogado: Luciano da Silva Rocha (OAB: 9788/AM)
Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles

Apelação Cível nº 0614371-02.2018.8.04.0001, 16ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juíza Prolatora: Dra. Alessandra C. R. C. Gondim Martins de Matos
Apelante: Banco Bmg S/A
Advogado: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE)
Apelado: Romeu Beltrão de Souza
Advogada: Kelly Anne Correa de Oliveira (OAB: 9330/AM)
Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles
Procuradora: Exma. Sra. Dra. Maria José da Silva Nazaré

Apelação Cível nº 0624331-21.2014.8.04.0001, 16ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juíza Prolatora : Alessandra C. R. C. Gondim Martins de Matos
Apelante: Francisco Júnior Santos Bastos
Advogada: Léa Fernandes Amazonas (OAB: 8612/AM)
Advogado: Diego Humbelino Duarte (OAB: 9071/AM)
Apelada: Bela Vista Empreendimentos Imobiliários Ltda - SPE (NV Construtora Incorporadora)
Advogado: Gunther Aquiles Marques Paz (OAB: 7296/AM)
Apelado: N. V. Indústria, Comércio e Construção Ltda.
Advogado: Gunther Aquiles Marques Paz (OAB: 7296/AM)
Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles
Procuradora: Exma. Sra. Dra. Noeme Tobias de Souza

Apelação Cível nº 0631544-15.2013.8.04.0001, 7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator : DR. Rosselberto Himenes
Apelante: COTRAP - Construtora e Transportadora Pioneiro LTDA
Advogado: Denizom Moreira de Oliveira (OAB: 9040/AM)
Advogado: Matheus de Souza Demasi (OAB: 11327/AM)
Advogado: Pedro Henrique Barros de Sena (OAB: 13600/AM)
Advogada: Carolina Ribeiro Botelho (OAB: 5963/AM)
Apelante: Apuí Taxi Aéreo LTDA
Advogado: Denizom Moreira de Oliveira (OAB: 9040/AM)
Advogada: Carolina Ribeiro Botelho (OAB: 5963/AM)
Apelante: Vitor César Catuzzo Marmentini
Advogado: Denizom Moreira de Oliveira (OAB: 9040/AM)
Advogada: Carolina Ribeiro Botelho (OAB: 5963/AM)
Apelado: Tokio Marine Brasil Seguradora S/A
Advogado: Julio Costa (OAB: 91064/RJ)
Advogado: Gustavo Lasalvia Besada (OAB: 206758/SP)
Advogado: Gustavo Lasalvia Besada (OAB: 168012/RJ)
Apelado: Gabriel Marcony Martins de Alencar
Advogada: Miriam Regina Cunha Dutra (OAB: 4869/AM)
Advogado: Alcian Pereira de Souza (OAB: 5266/AM)
Advogado: Vitor Berenguer B. Junior (OAB: 8336/AM)
Apelado: Gerson Ferreira de Alencar
Advogado: Vitor Berenguer B. Junior (OAB: 8336/AM)
Advogado: Alcian Pereira de Souza (OAB: 5266/AM)
Advogada: Miriam Regina Cunha Dutra (OAB: 4869/AM)
Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles
Procuradora: Exma. Sra. Dra. Sandra Cal Oliveira

Apelação Cível nº 0631843-21.2015.8.04.0001, 4ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Dr. Paulo Fernando de Britto Feitoza
Apelante: O Município de Manaus
Procurador: Ladyane Serafim Pereira (OAB: 4990/AM)
Apelado Thiago Isidio Barros
Representa: Antônio José Rivaldo Olvieira Barros
Advogado: Fabio Lindoso e Lima (OAB: 7417/AM)
Advogado: Gustavo de Araújo Sampaio (OAB: 10694/AM)
Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles
Procuradora: Exma. Sra. Dra. Maria José da Silva Nazaré

Apelação Cível nº 0633241-32.2017.8.04.0001, 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juíza Prolatora : Dra. Simone Laurent de Figueiredo
Apelante: Planeta Moda Confecções Ltda - Epp
Advogado: Melquisedec Freitas Pantoja (OAB: 10412/AM)
Apelado: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)
Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 1010A/AM)
Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 69306/MG)
Advogada: Lígia de Souza Frias (OAB: 1074A/AM)
Advogada: Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB: 1069A/AM)
Advogado: Luis Phillip de Lana Foureaux (OAB: 1011A/AM)
Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles

Apelação Cível nº 0634214-50.2018.8.04.0001, 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator : Dr. Victor André Liuzzi Gomes
Apelante: Maria de Fátima Correa Victor
Advogado: Rosane Romero Ravazi (OAB: 711A/AM)
Apelado: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)
Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 69306/MG)
Advogada: Isabela Montuori Bougleux de Araujo (OAB: 118303/MG)
Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles
Procuradora: Exma. Sra. Dra. Sandra Cal Oliveira

Apelação Cível nº 0636702-12.2017.8.04.0001, 1ª Vara de Família
Juiz Prolator: Dr. Marcos Santos Maciel
Apelante: D. M. R.
Representa: Diana da Silva Lima
Advogado: Ricardo Alan Monteiro Batista (OAB: 8084/AM)
Apelado: D. M. L. R.
Advogado: Carlos Alberto Rodrigues de Souza (OAB: 6164/AM)
Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles
Procuradora: Exma. Sra. Dra. Noeme Tobias de Souza

Apelação Cível nº 0638087-58.2018.8.04.0001, 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator : Dr. Victor André Liuzzi Gomes
Apelante: Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE)
Advogado: Bruno Alves Lopes de Lacerda (OAB: 21789/PB)
Apelada: Vanessa Karine Queiroz Gomes
Advogado: Haroldo Alves Pimenta Filho (OAB: 9502/AM)
Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles
Procuradora: Exma Sra. Dra. Maria José da Silva Nazaré

Apelação Cível nº 0643926-98.2017.8.04.0001, de 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator : Dr. Francisco Carlos G. De Queiroz
Apelante: Diego da Silva Ribeiro Sousa
Advogada: Priscila Lima Monteiro (OAB: 5901/AM)
Advogado: Igor de Mendonça Campos (OAB: 766A/AM)
Advogado: Bianca Lopes Ferraz (OAB: 14291/AM)
Apelado: Bv Financeira S/A Crédito, Financiamento e Investimento
Apelado: Banco Votorantim - BV Financeira S/A
Apelado: Banco Itauleasing S/A
Apelado: Bv Leasing - Arrendamento Mercantil S.a
Relatora: Exma. Sra. Desa. Joana dos Santos Meirelles

Secretaria do(a) Primeira Câmara Cível, em Manaus, 17 de setembro de 2019.

Pauta de Julgamento Virtual

De ordem do Presidente da Egrégia Primeira Câmara Cível, Exmo(a). Des(a) Cláudio César Ramalheira Roessing, faço público que, após cumpridas as formalidades legais e prazo para manifestação de cinco (05) dias úteis, de acordo com a Emenda Regimental Nº 001/2018, os seguintes processos serão julgados virtualmente (sem sessão de julgamento presencial):

ADV/REP.: Christiane Saraiva Domingues (6568/AM) e Dra. Maria José da Silva Nazaré - Processo 0000178-22.2014.8.04.3800 - Apelação Cível - Obrigações - Apelante : Edinho Wilkerson Sales de Oliveira - Apelado : Município de Coari - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Ivânia Lucia Silva Costa (7530/AM) e Ademario do Rosario Azevedo (2926/AM) e Wiston Feitosa de Sousa (6596/AM) - Processo 0003326-19.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Indenização Trabalhista - Embargante : O Estado do Amazonas - Embargado : Jailson Carvalho do Nascimento - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Dra. Sandra Cal Oliveira e Ivânia Lucia Silva Costa (7530/AM) e Kelson Girão de Souza (7670/AM) e Rodrigo Barbosa Vilhena (7396/AM) - Processo 0003327-04.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - Embargante : O Estado do Amazonas - Embargada : Conceição Cavalcante Martins - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Rômulo José de Barros Lins (3919/AM) e Oreste Nestor de Souza Laspro (98628/SP) - Processo 0005496-61.2019.8.04.0000 - Agravo Interno Cível - Prestação de Serviços - Agravante : Alcides Gomes Dias - Agravado : Banco Cruzeiro do Sul - Relator: Joana dos Santos Meirelles

ADV/REP.: Guilherme Vilela de Paula (69306/MG), Gustavo Henrique Wykrota Tostes (1065A/AM), Isabela Montuori Bougleux de Araújo (1069A/AM) e Luis Phillip de Lana Foureaux (1011/AM) e Defensoria Pública do Estado do Amazonas, Theo Eduardo Ribeiro Fernandes Moreira da Costa (14088O/MT) e Victor Gabriel fFrnandes Monteiro (9420/AM) - Processo 0006304-03.2018.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Regularidade Formal - Embargante : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) - Embargada : Gecileide Nunes da Silva - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Dante Glaus Rocha de Castro (2686/AM) e Dr. Carlos Santana de Souza (151997/SP) - Processo 0025006-19.2003.8.04.0001 - Apelação Cível - Regularidade Formal - Apelante : Valer Livraria e Distribuidora Ltda. - Apelado : Editora Market Books do Brasil Ltda - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Edson Rosas Junior (1910/AM) e Lúcia Cristina Pinho Rosas (5109/AM) e Todos os representantes das partes passivas Não informado - Processo 0209149-31.2012.8.04.0001 - Apelação Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - Apelante : Banco Bradesco S.a. - Apelada : Container Distribuidora Ltda Apelado : Marcelo Fernandes Pinto - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Bartolomeu Ferreira de Azevedo Junior (4334/AM), Bruno Domingos Viana Batista (6517/AM) e Paulo José Pereira Trindade Júnior (4992/AM) e Marcelo da Costa Pinheiro (4775/AM) - Processo 0220286-44.2011.8.04.0001 - Apelação Cível - Regularidade Formal - Apelante : Elmar Cavalcante Tupinanbá - Apelado : Joel Luiz da Silva - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Adriane Simões Assayag Ribeiro (2531/AM) e Rômulo José Fernandes da Silva (1818/AM) - Processo 0602002-44.2016.8.04.0001 - Apelação Cível - Obrigações - Apelante : O Estado do Amazonas - Apelado : Astro Toys Comercial de Brinquedos LTDA - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Maria Fátima Silva Oliveira (6356/AM) e Aldenaira Paula de Freitas (21/91) e Dra. Noeme Tobias de Souza - Processo 0602173-30.2018.8.04.0001 - Apelação Cível - Enquadramento - Apelante : Alvaro Luiz Maia Souza de Lima - Apelado : O Município de Manaus - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Walter Siqueira Brito (4186/AM) e Defensoria Pública do Estado do Amazonas, Dra. Sandra Cal Oliveira e Fernando Figueiredo Prestes - Processo 0602251-58.2017.8.04.0001 - Apelação Cível - Regularidade Formal - Apelante : O Município de Manaus - Apelada : Maria Deize de Miranda Cardoso - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Arlindo Gonçalves dos Santos Neto (4368/AM) e Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Dra. Maria José da Silva Nazaré e Lisieux Ribeiro Lima (4486/AM) - Processo 0604140-81.2016.8.04.0001 - Apelação Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - Apelante : Wanessa da Silva Franco - Apelado : O Estado do Amazonas - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (A598/AM) e Todos os representantes das partes passivas Não informado - Processo 0615771-51.2018.8.04.0001 - Apelação Cível - Alienação Fiduciária - Apelante : Banco Bradesco S.a. - Apelado : Flávio Eduardo Pacheco - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Carlos Antonio Harten Filho (19357/PE), Paula Haechel (38343/PE) e Thiago Pessoa Rocha (29650/PE) e Bianca Medrado de Carvalho (8775/AM), Carlos Daniel Rangel Barretto Segundo (5035/AM) e Therse Catarine Pires de Figueiredo (11406/AM) - Processo 0624953-37.2013.8.04.0001 - Apelação Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - Apelante : Unimed Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Apelada : Rosangela de Oliveira Fernandes - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Rafael Sganzerla Durand (737/AM) e Todos os representantes das partes passivas Não informado - Processo 0625992-69.2013.8.04.0001 - Apelação Cível - Obrigações - Apelante : Banco do Brasil S/A - Apelado : Clara Gil de Brito Apelado : L. F. Gil de Brito Apelado : Luis Filipe Gil de Brito - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Elaise Moss Portela (7689/AM), Isabelle Benlolo de Azevedo (11737/AM) e Pedro Camara Junior (2834/AM) e Todos os representantes das partes passivas Não informado - Processo 0627485-76.2016.8.04.0001 - Apelação Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - Apelante : Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda - Apelada : Rodrigo de Souza Lucas - ME - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Pedro Roberto Romão (209551/SP) e Todos os representantes das partes passivas Não informado - Processo 0630623-80.2018.8.04.0001 - Apelação Cível - Alienação Fiduciária - Apelante : Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. - Apelado : Ronil Panificadora Ltda - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Guilherme Vilela de Paula (69306/MG) e Leandro Fernandes Carlos Gomes (133221/MG) e Todos os representantes das partes passivas Não informado - Processo 0633504-35.2015.8.04.0001 - Apelação Cível - Obrigações - Apelante : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) - Apelado : Ajr Industria e Comercio de Plasticos Ltda - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Lídia Andrade do Nascimento (13740/AM) e Serafim P. D. Meirelles Neto (1694/AM) e Todos os representantes das partes passivas Não informado - Processo 0633834-03.2013.8.04.0001 - Apelação Cível - Perdas e Danos - Apelante : Staff Construções Ltda. - Apelado : M. D. M. Construções e Comércio de Material de Construção Ltda. - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Carolina Augusta Martins (9989/AM), Hugo Fernandes Levy Neto, Robert Merril York Jr. (4416/AM) e Victor Hugo Trindade Simões (9286/AM) e Mayra de Castro Maia Florencio (11740/PB) - Processo 0636652-20.2016.8.04.0001 - Apelação Cível - Obrigações - Apelante : Aptec Tecnologia Administração e Pagamentos - Apelado : Posto Distrito Comércio de Combustíveis Ltda - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Marco Antonio Crespo Barbosa (115665/SP) e Todos os representantes das partes passivas Não informado - Processo 0637559-24.2018.8.04.0001 - Apelação Cível - Alienação Fiduciária - Apelante : Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A - Apelado : David de Souza - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Pedro Roberto Romão (209551/SP) e Todos os representantes das partes passivas Não informado - Processo 0640228-50.2018.8.04.0001 - Apelação Cível - Regularidade Formal - Apelante : Itau Unibanco Veiculos Administradora de Consorcio Ltda - Apelada : Maria Vilani Silva Nunes - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Eliete Santana Matos (10423/CE) e Hiran Leão Duarte (10422/CE) e Todos os representantes das partes passivas Não informado - Processo 0660962-22.2018.8.04.0001 - Apelação Cível - Alienação Fiduciária - Apelante : Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. - Apelado : Rafael Torres Rodrigues - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Paulo José Pereira Trindade Júnior (4992/AM) e Emerson Luiz Teixeira Santana (729A/AM), Miguel Barrela Filho (1622/AM), Rubenito Cardoso da Silva Júnior (4947/AM) e Thatiana Castelo Branco (5715/AM) - Processo 4003090-67.2017.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Fato Superveniente Ao Término do Prazo para Impugnação - Agravante : Distribuidora Equador de Produtos de Petróleo Ltda - Agravado : Ebb Dabela - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: Pedro Lucas Portugal Al- Behy Kanan (8587/AM) e Paulo José Gomes de Carvalho (1124/AM) e Paulo José Gomes de Carvalho (1124/AM) - Processo 4005661-74.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento - Inventário e Partilha - Agravante : Silvestre Benevides Silvestre Agravante : Wallace Leal Silvestre - Agravado : Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - PGE Agravado : Estado do Amazonas - Relator: Anselmo Chíxaro

Secretaria do(a) Primeira Câmara Cível, em Manaus, 18 de setembro de 2019.

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

De ordem da Exma. Sra. Desª. Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Presidente da Egrégia Segunda Câmara Cível, determino a inclusão dos processos abaixo relacionados na Pauta de Julgamento do dia 30.09.2019, às 9:00 horas, podendo, entretanto, nessa mesma sessão ou sessões subseqüentes, ser julgados os processos adiados ou constantes de pautas já publicadas.

36º SESSÃO ORDINÁRIA DA EGRÉGIA SEGUNDA CÂMARA CÍVEL
PAUTA DE JULGAMENTO - 30/09/2019 às 09:00

PRESIDENTE: Exmo(ª). Sr(ª). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura
SECRETÁRIO(A): Pollyana de Souza Bastos Lisciotto

I - Leitura da Ata
II - Leitura de Acórdãos
III - Passagem (Relatórios para Revisão)
IV - Julgamentos Designados
V - Pauta de Julgamento

Apelação Cível nº0001236-48.2015.8.04.4601
Origem:2ª Vara de Iranduba
Juiz Prolator:Melissa Sanches Silva da Rosa
Apelantes:Geraldo Mendes dos Santos e Santa Helena Empreendimentos e Participações Ltda.
Advogados:Dr. Dyonisio Pinto Carielo (103723/MG) e Dr. Carlos Eduardo Rocha Cruz (73238/MG)
Apelado:Guilherme Aluizio de Oliveira Silva
Advogado:Dr. Nelson José Oliveira da Silva (5103/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

Apelação Cível nº0206098-02.2018.8.04.0001 (Segredo de Justiça)
Origem:4ª Vara de Família
Juiz Prolator:Luis Cláudio Cabral Chaves
Apelante:M. P. B.
Advogado:Dr. Giovane Araujo Galvão (636A/AM)
Apelado:C. L. C.
Defensora:Dra. Maria Fátima Loureiro (1377/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

Apelação Cível nº0214217-59.2012.8.04.0001
Origem:3ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator:Everaldo da Silva Lira
Apelante:Estado do Amazonas
Procuradora:Dra. Ivânia Lucia Silva Costa (7530/AM)
Apelado:Ford Motor Company Brasil Ltda.
Advogados:Dr. Celso de Faria Monteiro (1080A/AM) e Dr. Jorge Henrique Silva de Melo (7999/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

Apelação Cível nº0252343-18.2011.8.04.0001
Origem:17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Simone Laurent de Figueiredo
Apelante:Hisashi Toyoda
Advogados:Dr. William Bruno Toyoda Hitotuzi (7506/AM), Dr. Jones Ramos dos Santos (6333/AM) e outros
Apelada:Comissão de Representantes do Condomínio Residencial Villa Del Fiori
Advogados:Dra. Viviane Zacharias do Amaral Curi (244466/SP), Dra. Gabriela Brait Vieira Marcondes (256939/SP) e outros
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

Apelação Cível nº0600052-63.2017.8.04.0001 (Segredo de Justiça)
Origem:4ª Vara de Família

Juiz Prolator:Luis Cláudio Cabral Chaves
Apelante:R. G. S. do A. D.
Advogados:Dr. Charles Gomes da Costa Junior (10715/AM), Dr. Bairon Antônio do Nascimento Júnior (3795/AM) e outros
Apelada:M. M. D. do A. D.
Advogado:Dr. Raimundo Mário Belchior de Andrade (1775/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

Apelação Cível nº0601091-95.2017.8.04.0001
Origem:20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Roberto Hermidas de Aragão Filho
Apelante:Itaú Seguros de Auto e Residência S/A
Advogado:Dr. José Carlos de Almeida Van Cleef de Almeida Santos (273843/SP)
Apelada:Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/A)
Advogados:Dr. Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM), Dr. Luis Phillip de Lana Foureaux (1011A/AM) e outros
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

Apelação Cível nº0604900-64.2015.8.04.0001
Origem:5ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator:Cezar Luiz Bandiera
Apelante:Águas do Amazonas S.A.
Advogados:Dr. Ney Bastos Soares Junior (4336/AM), Dr. Jorge Antonio Veras Filho (5693/AM) e outros
Apelante:Município de Manaus
Procuradora:Dra. Ladyane Serafim Pereira (4990/AM)
Apelado:Osaque de Paula Furtado Junior
Advogado:Dr. Gabriel Yunes da Rocha (9623/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

Apelação Cível nº0605325-86.2018.8.04.0001
Origem:20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Roberto Hermidas de Aragão Filho
Apelante:Michel Loiola da Silva
Defensor:Dr. José Ivan Benaion Cardoso (1657/AM)
Apelada:Formapack Embalagens Plásticas Ltda.
Advogados:Andrade GC Advogados (57/AM), Dra. Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM) e outros
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

Apelação Cível nº0606312-93.2016.8.04.0001
Origem:8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Onilza Abreu Gerth
Apelantes:Ulysses Orlando Gonzaga das Chagas e Stanlley Meg Leal Neves
Advogados:Dra. Penélope A. Antony Lira (7357/AM) e Dra. Yonete Melo das Chagas (8827/AM)
Apelada:Tvlândia Empreendimentos Imobiliários Ltda
Advogados:Dr. José Manoel Biatto de Menezes (A432/AM), Dra. Anna Luiza Mendonça Biatto de Menezes (5314/AM) e outros
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

Apelação Cível nº0609931-94.2017.8.04.0001
Origem:1ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Celso Souza de Paula
Apelante:Ana Lucia Baia de Araujo
Advogado:Dr. Jerry Lucio Dias da Silva Junior (11272/AM)
Apelado:Banco Itaucard S/A
Advogados:Dra. Cristiane Belinati Garcia Lopes (751A/AM) e Dr. Pio Carlos Freiria Junior (50945/PR) e outros
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

Apelação Cível nº0611162-59.2017.8.04.0001
Origem:20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Roberto Hermidas de Aragão Filho
Apelantes:Paradise Turismo e Cláudia Maria Medeiros Mendonça
Advogados:Dr. João Bosco de A. Toledano (1456/AM), Dra. Jamila Marinho Chehad Barbosa (2950/AM), Dra. Fernanda Cabral Marques (6755/AM) e outros
Apelado:Banco Safra S.A.
Advogados:Dr. Ivanildo Rodrigues da Gama Junior (8525/PA) e outros
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

Apelação Cível nº0613280-08.2017.8.04.0001
Origem:11ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Lia Maria Guedes de Freitas
Apelantes:Jone dos Santos Cabral e Valdenice Gonçalves dos Santos
Advogados:Dr. Renato de Souza Pinto (8794/AM) e outros
Apelado:Swiss Park Manaus Incorporadora Ltda
Advogados:Dra. Luciana Buzatto Peres (239449/SP), Dra. Thais Piechottka (307992/SP) e outros
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

Apelação Cível nº0620620-37.2016.8.04.0001
Origem:2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Roberto Santos Taketomi
Apelante:Marinete Sarmento Cardoso
Advogado:Dr. Odemilton Pinheiro Macena Junior (7155/AM)
Apelado:Banco Pan S/A
Advogados:Dr. Antônio de Moraes Dourado Neto (23255/PE) e outros
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

Apelação Cível nº0623922-11.2015.8.04.0001
Origem:1ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Joana dos Santos Meireles
Apelante:OPX Operadora Portuária e Logística LTDA
Advogados:Dr. Erivelton Ferreira Barreto (5568/AM), Cristiane Rodrigues Silveira (10838/AM) e outros
Apelado:Bradesco Administradora de Consórcios Ltda
Advogados:Dra. Karina de Almeida Batistuci (685A/AM) e outros
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

Apelação Cível nº0625712-59.2017.8.04.0001
Origem:8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Onilza Abreu Gerth
Apelante:Maria Neres dos Santos Lima
Advogado:Dr. Emerson Fabricio Nobre dos Santos (4147/AM)
Apelado:Auto Posto Netão Ltda
Advogados:Dr. Ikaro Pereira Amore (6350/AM) e Dr. Marcos Antônio Cavalcante (3494/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

Apelação Cível nº0634851-69.2016.8.04.0001
Origem:1ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator:Ronnie Frank T. Stone
Apelante:Estado do Amazonas
Procurador:Dr. Jucelino Araújo Lima (8039/AM)
Apelada:Heidenia Castro da Silva
Advogada:Dra. Rosyane Paula Louzada (10883/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

Apelação Cível nº0637158-30.2015.8.04.0001
Origem:18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Kathleen dos Santos Gomes
Apelantes/Apelados:Maria do Carmo Palheta Pinto e M do C Palheta Pinto
Advogada:Dra. Elisângela Nogueira Rodrigues (3433/AM)
Apelante/Apelado:BDS Confecções Ltda (Bicho da Seda)

Advogados:Dr. Luciano de Almeida Souza Coelho (9919/AM), Dra. Michelle Nascimento da Silva Tachy (9918/AM) e outros
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

Apelação Cível nº0641497-61.2017.8.04.0001
Origem:20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Roberto Hermidas de Aragão Filho
Apelante:Itau Unibanco Veículos Administradora de Consórcio Ltda
Advogados:Dr. Pedro Roberto Romão (209551/SP) e outros
Apelada:Eucimar Silva Lima
Advogados:Dr. Marcos Antonio Vasconcelos (5794/AM) e Dra. Maria Eliana da Silva Horohiaque (9095/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

Agravo de Instrumento nº4002796-44.2019.8.04.0000
Origem:14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Francisco Carlos G. de Queiroz
Agravante:Unimed Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda.
Advogados:Dr. Pedro Câmara Junior (2834/AM), Dra. Isabelle Benlolo de Azevedo (11737/AM), Pedro Câmara Sociedade de Advogados (613/2017/AM) e outros
Agravado:Heymar dos Santos Barreto
Advogados:Dr. Sérgio Roberto Bulcão Júnior (14182/AM), Yuri Dantas Barroso (4237/AM) e outros
Presidente/Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Apelação Cível nº0604060-54.2015.8.04.0001
Origem:3ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator:Etelvina Lobo Braga
Apelante:Elisa Brosina de Leon
Advogados:Dr. Eduardo Bonates de Lima (5076/AM), Dr. Carlos Daniel Rangel Barretto Segundo (5035/AM) e outros
Apelado:Estado do Amazonas
Procuradora:Dra. Ingrid Khamylla Monteiro Ximenes de Sousa (3629/AM)
Apelada:Universidade do Estado do Amazonas - UEA
Procurador:Dr. Etã Pereira Castelo Branco (6550/AM)
Presidente/Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Apelação Cível nº0608770-15.2018.8.04.0001
Origem:6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Diógenes Vidal Pessoa Neto
Apelante:Condomínio Smille Village Cidade Nova
Advogados:Dra. Nilcilene Pereira Cavalcante (9834/AM), Dra. Cláudia Sulzbach Portella de Macêdo (9886/AM) e Dr. Marco Antônio Portella de Macedo
Apelado:Patri Urbis 02 Empreendimentos Imobiliários Ltda. (Patrimônio)
Advogados:Dra. Keyth Yara Pontes (3467/AM), Andrade GC Advogados (057/97/AM) e outros
Presidente/Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Apelação Cível nº0628917-67.2015.8.04.0001
Origem:Vara de Registros Públicos e Usucapião
Juiz Prolator:Cid da Veiga Soares Junior
Apelantes:Liang Lien Ing e Wang Chen Hsiu Chine
Advogados:Dr. Pedro de Araújo Ribeiro (6935/AM), Dr. Luis Felipe Avelino Medina (6100/AM), Dr. Douglas Rui Pessoa Reis Aguiar (11441/AM) e Dra. Barbara Carvalho Ipiranga (11424/AM)
Apelado:H. R. Restaurante Ltda. ME
Advogados:Dr. Hamilton Novo Lucena Junior (5488/AM), Dr. Bartolomeu Ferreira de Azevedo Júnior (4334/AM), Dr. Saulo Moysés Rezende da Costa (7300/AM) e outros
Apelados:Espólio de Maria José Silva de Melo, Representado por Rafael Chang Silva Hsieh e Espólio de Hsieh Chen Yun
Advogada:Dra. Suziane Santos de Alencar (7071/AM)
Presidente/Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Agravo de Instrumento nº4002062-30.2018.8.04.0000
Origem:3ª Vara de Família (Fora de uso)
Juiz Prolator:Antonio Itamar de Souza Gonzaga
Agravantes:Danilo Benaflay da Silva Barbosa, Deyvison Vinnicius da Silva Barbosa, Murillo Benicio da Silva Barbosa, Isabelly Luisse da Silva Barbosa e Gabriele Heloisa da Silva Barbosa, Representados por Sandra Gessica Pereira da Silva
Defensora:Dra. Valéria Araújo Neves (120303/MG)
Agravado:Luiz Gonzaga Barbosa da Silva Neto
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Wellington José de Araújo

Apelação Cível nº0020428-42.2005.8.04.0001
Origem:5ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Diógenes Vidal Pessoa Neto
Apelante:Mastercard Brasil Soluções de Pag. Ltda. Admt. de Cartões de Crédito
Advogados:Dr. Fernando Campos Varnieri (997A/AM), Dra. Juliana Batista Braga (4166/AM) e outros
Apelante:Banco Citicard S/A (Credicard)
Advogados:Dra. Karina de Almeida Batistuci (685A/AM), Dr. José Edgard da Cunha Bueno Filho (684A/AM) e outros
Apelada:J .G Agência de Viagens
Advogados:Dra. Michelle Cristine Lima de Castro (3997/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Wellington José de Araújo

Apelação Cível nº0036440-68.2004.8.04.0001
Origem:5ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:José Renier da Silva Guimarães
Apelante:Construtora Capital S/A
Advogados:Dra. Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM), Andrade GC Advogados (057/97/AM) e outros
Apelado:Luiz Henrique dos Santos Albuquerque
Advogados:Dr. Antonio Fabio B. de Mendonça (2275/AM) e Adriana Lo Presti Mendonça (3139/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Wellington José de Araújo

Apelação Cível nº0234520-89.2015.8.04.0001
Origem:13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Victor André Liuzzi Gomes
Apelante:Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social
Advogados:Dr. Carlos Roberto Siqueira Castro (671A/AM), Dr. Marcelo da Silva Carlos (7366/AM) e outros
Apelado:Sérgio Cesário Nunes
Advogada:Dra. Ana Virginia Arakian Izael (3701/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Wellington José de Araújo

Apelação Cível nº0639496-74.2015.8.04.0001 (Segredo de Justiça)
Origem:4ª Vara de Família
Juiz Prolator:Luis Cláudio Cabral Chaves
Apelante:R. C. F. P. N.
Advogados:Dra. Milcyete Braga Assayag (5006/AM), Dra. Gisele Brito de Aguiar (4918/AM) e outros
Apelado:J. G. L.
Advogada:Dra. Tânia Zunaide Braga Ribeiro (4858/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Wellington José de Araújo

Agravo de Instrumento nº4002305-37.2019.8.04.0000
Origem:19ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Rogério José da Costa Vieira
Agravantes:CNW Comércio de Combustíveis LTDA ME, Naice da Silva Maguire e Thomas Clive Maguire
Advogado:Dr. Sérgio Vital Leite de Oliveira (9124/AM)
Agravada:Distribuidora Equador de Produtos de Petróleo Ltda
Advogados:Dr. Libório Gonçalo Vieira de Sá (670/PE) e Dra. Mayra de Castro Maia Florencio Cavalcanti (11740/PB)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Ari Jorge Moutinho da Costa

Apelação Cível nº0619654-79.2013.8.04.0001
Origem:14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Francisco Carlos G. de Queiroz
Apelante:Ivanete Botelho do Amaral

Advogados:Dr. José Eldair de Souza Martins (1822/AM) e Dra. Amanda Lima Martins (2487/AM)
Apelado:Moizes Assayag Martins
Advogados:Dr. Marcos Antônio Brandão Sampaio (1863/AM) e Dr. Renan de Souza Salgado (9691/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Ari Jorge Moutinho da Costa

Apelação Cível nº0624127-40.2015.8.04.0001
Origem:1ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator:Ronnie Frank T. Stone
Apelante:Ministério Público do Estado do Amazonas
Promotor:Dr. Paulo Stélio Sabbá Guimarães (146MP/AM)
Apelado:Estado do Amazonas
Procurador:Dr. Micael Pinheiro Neves Silva (6088/AM)
Apelado:Município de Manaus
Procurador:Dr. Walter Siqueira Brito (4186/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Ari Jorge Moutinho da Costa

Apelação Cível nº0627598-59.2018.8.04.0001
Origem:2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Roberto Santos Taketomi
Apelante:Auristela Alves da Silva
Advogado:Dr. Renato Fioravante do Amaral (349410/SP)
Apelado:Banco Itaucard S/A
Advogados:Dr. Antonio Braz da Silva (1026A/AM) e outros
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Ari Jorge Moutinho da Costa

Apelação Cível nº0636976-73.2017.8.04.0001
Origem:15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Roberto Santos Taketomi
Apelante:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Procurador:Dr. Fabrício Perrotta da Silva (165909/RJ)
Apelado:Jonásio Pereira de Souza
Advogado:Dr. José Edvaldo de Souza Ferreira (7086/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Ari Jorge Moutinho da Costa

Apelação Cível nº0638552-09.2014.8.04.0001
Origem:17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Simone Laurent de Figueiredo
Apelante:Bic - Banco Industrial e Comercial S/A.
Advogados:Dr. Willian Carmona Maya (257198/SP), Dr. Fernando Denis Martins (182424/SP) e outros
Apelado:Laboratório de Análises Clínicas Braz S/s Ltda
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Agravo de Instrumento nº4003176-04.2018.8.04.0000
Origem:4ª Vara da Fazenda Pública Estadual (Extinta)
Juiz Prolator:Articlina Oliveira Guimarães
Agravante:Estado do Amazonas
Procurador:Dr. Fabio Pereira Garcia dos Santos (4850/AM)
Agravado:Beleza.com Comércio de Produtos de Beleza e Serviços de Cabeleireiros S/A.
Advogados:Dr. Danilo Andrade Maia (1111/AM) e Andrade Maia Advogados (627/RS)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Délcio Luís Santos

Agravo de Instrumento nº4003239-29.2018.8.04.0000
Origem:10ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Diógenes Vidal Pessoa Neto
Agravante:Almir Junior de Araújo Costa
Advogado:Dr. Daniel Pereira da Silva Neto (5055/AM)
Agravado:Merronit Comercial Ltda - Me
Advogados:Dr. Bartolomeu Ferreira de Azevedo Júnior (4334/AM) e outros
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Délcio Luís Santos

Agravo de Instrumento nº4003625-59.2018.8.04.0000
Origem:1ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Diógenes Vidal Pessoa Neto
Agravante:Banco Bradesco S/A
Advogados:Dr. Nelson Willians F. Rodrigues (128341/SP) e outros
Agravado:Andryo de Oliveira Sarmento
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Délcio Luís Santos

Apelação Cível nº0000784-71.2015.8.04.7500
Origem:2ª Vara de Tefé
Juiz Prolator:Bárbara Marinho Nogueira
Apelante:Município de Tefé/Am
Advogados:Dr. Saul Max Pinheiro de Vasconcelos (3524/AM) e outros
Apelada:Edna Celestino de Souza
Advogado:Dr. Jones de Oliveira Santos (9616/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Délcio Luís Santos

Apelação Cível nº0215631-82.2018.8.04.0001 (Segredo de Justiça)
Origem:2ª Vara de Família
Juiz Prolator:Everaldo da Silva Lira
Apelante:J. A. V.
Defensora:Dra. Carol Regina Xavier Rocha (15004/PA)
Apelada:Y. V. V., Representado pela genitora A.D.V
Defensora:Dra. Carolina Matos Carvalho Norões (5785/SE)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Délcio Luís Santos

Apelação Cível nº0232252-09.2008.8.04.0001
Origem:13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Victor André Liuzzi Gomes
Apelante:Distribuidora Am Ltda
Advogados:Dr. Evandro Ezidro de Lima Regis (2498/AM) e Dr. Luis Felipe Mota Mendonça (2505/AM)
Apelado:Jorge Elias de Carvalho Martins
Advogados:Dra. Mônica Vieira Galate Mattos (5123/AM) e Dra. Maria Lindolfo Gomes Guedes (5116/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Délcio Luís Santos

Apelação Cível nº0241096-40.2011.8.04.0001
Origem:14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Francisco Carlos G. de Queiroz
Apelante:Manaus Energia S/A
Advogados:Dr. Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (697A/AM), Dra. Isabella Jacob Nogueira (8800/AM) e outros
Apelado:Eletro Instalações Ltda
Advogados:Dra. Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM), Dr. Fábio Silva Andrade (9217/AM) e outros
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Délcio Luís Santos

Apelação Cível nº0605976-26.2015.8.04.0001
Origem:6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Diógenes Vidal Pessoa Neto
Apelante:Rodrigo Tafakgi de Oliveira Fonseca
Advogados:Dra. Léa Fernandes Amazonas (8612/AM) e Dr. Diego Humbelino Duarte (9071/AM)
Apelada:Tecnisa - Parque 10 Empreendimento Imobiliário Spe S/A e Tecnisa Consultoria Imobiliária Ltda.
Advogados:Dr. Hileano Pereira Praia (3834/AM), Dr. Cláudio Elias dos Santos (4036/AM) e outros
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Délcio Luís Santos

Apelação Cível nº0618713-56.2018.8.04.0001
Origem:15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator:Ida Maria Costa de Andrade
Apelante:Banco Bmg S/A
Advogados:Dr. Antônio de Moraes Dourado Neto (23255/PE) e outros
Apelado:Pedro Augusto Lelis de Souza
Advogado:Dr. Luis Albert dos Santos Oliveira (8251/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Délcio Luís Santos

JULGAMENTOS EM MESA:

Embargos de Declaração nº0003436-18.2019.8.04.0000
Origem:20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Embargante:Santa Helena Oito Empreendimentos e Participações Ltda
Advogados:Dr. Dyonisio Pinto Carielo (103723/MG) e Dr. Carlos Eduardo Rocha Cruz (73238/MG)
Embargados:Fabian dos Santos Pinheiro e Josimara Medeiros Ramos Pinheiro

Advogado:Dr. Vandesson Barbosa Santiago (12217/AM)
Presidente/Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Embargos de Declaração nº0005211-68.2019.8.04.0000
Origem:13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Embargante:Marcus Vinicius Bergo Coelho (138958/MG), em causa própria
Embargado:Banco Itaú S/A
Advogados:Dr. José Almir da Rocha Mendes Júnior (1235A/AM), Dra. Patrícia Gurgel Portela Mendes (5424/RN), Dra. Ana Tereza Guimarães Alves (9552/RN), Dra. Mauro Pereira Santos Filho (9008/RN) e Dra. Edmária Pedroza Marques (12999/RN)
Embargado:Condomínio Edifício Centro Médico Odontológico de Manaus CEMON
Advogados:Dr. Silvio Kleber Batista Lobato (8813/AM), Dr. Claudevan de Souza Pereira (7800/AM) e Dr. Fabrício Cabral dos Anjos Marinho (7665/AM)
Presidente/Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Embargos de Declaração nº0002880-16.2019.8.04.0000
Origem:4ª Vara da Fazenda Pública
Embargante:Município de Manaus
Procurador:Dr. Rodrigo Monteiro Custódio (6452/AM)
Embargada:Vanilce Maria da Conceição Lopes
Advogados:Dr. Emerson Tavares Pereira (8616/AM) e Dra. Adria Alves Vital (5255/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Ari Jorge Moutinho da Costa

Embargos de Declaração nº0003047-33.2019.8.04.0000
Origem:2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Embargante:Espólio de Isaías Soares Bento
Advogados:Dra. Maria Glades Ribeiro dos Santos (2144/AM), Dr. Isaltino José Barbosa Neto (9055/AM) e Dra. Maria Fernanda Vianez de Castro e Cavalcanti (13000/AM)
Embargado:S. M. Souza de Carvalho - ME (Floricultura Girassol)
Advogado:Dr. Antonio Hilton Pereira Dourado (5330/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Ari Jorge Moutinho da Costa

Embargos de Declaração nº0003363-46.2019.8.04.0000
Origem:5ª Vara da Fazenda Pública
Embargante:Município de Manaus
Procuradora:Dra. Aldenaira Paula de Freitas (21/91)
Embargada:Cinthia Mara dos Santos Queiroz
Advogado:Dr. Douglas Herculano Barbosa (6407/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Ari Jorge Moutinho da Costa

Embargos de Declaração nº0003701-20.2019.8.04.0000
Origem:8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Embargante:Facebook Serviços On Line do Brasil Ltda
Advogados:Dr. Celso de Faria Monteiro (A1080/AM) e outros
Embargado:Gate Mídia- Agência de Noticia- ME (PORTAL DO HOLANDA)
Advogados:Dra. Bianca Alencar de Holanda Farias (6858/AM) e Dra. Ana Maria Holanda Farias Sales (4502/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Ari Jorge Moutinho da Costa

Embargos de Declaração nº0004306-63.2019.8.04.0000
Origem:19ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Embargante:Companhia de Seguros Aliança do Brasil
Advogados:Dr. David Sombra Peixoto (16477/CE) e outros
Embargada:Maria de Lourdes Ferreira da Silva
Advogados:Dr. Paulo Dias Gomes (2337/AM), Dr. Vanderley Oliveira de Araujo (8983/AM) e Dra. Loren Amorim Gomes (7553/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Ari Jorge Moutinho da Costa

Embargos de Declaração nº0004356-89.2019.8.04.0000
Origem:6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Embargante:Brasil Factoring Fomento Comercial Ltda
Advogados:Dr. Geraldo Fonseca de Barros Neto (206438/SP) e outros
Embargado:Banco Safra S/A.
Advogados:Dra. Cleuza Anna Cobein (30650/SP) e outros
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Ari Jorge Moutinho da Costa

Embargos de Declaração nº0004465-06.2019.8.04.0000
Origem:1ª Vara da Fazenda Pública
Embargante:Janaína Gomes Figueiredo (5552/AM), em causa própria
Embargada:Patrícia Melchionna Albuquerque
Advogado:Dr. Ayrton de Sena Gentil Neto (12521/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Ari Jorge Moutinho da Costa

Embargos de Declaração nº0004483-27.2019.8.04.0000
Origem:10ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Embargante:J.R.P, Representada por Vanessa Cristina Radiante Pardo
Advogados:Dr. Michel Monteiro Gioia (5288/AM) e Dra. Maria Eliriany Martins Gomes Bissoli (7432/AM)
Embargado:Carrefour Comercio e Industria Ltda
Advogados:Dr. André de Souza Silva (235952/SP) e Dr. Mauricio M. Domingues (175513/SP)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Ari Jorge Moutinho da Costa

Embargos de Declaração nº0005011-61.2019.8.04.0000
Origem:1ª Vara da Fazenda Pública
Embargante:Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Amazonprev
Procuradora:Dra. Luciane Barros de Souza (4789/AM) e outros
Embargada:Amanda Lia de Azevedo Cavalcante
Advogados:Dra. Adriane Ortiz G. de Souza (5129/AM) e Dr. Anderson Ortiz Granja de Souza (5059/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Ari Jorge Moutinho da Costa

Embargos de Declaração nº0005354-57.2019.8.04.0000
Origem:17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Embargante:IBK Comércio e Serviços Ltda
Advogados:Dr. Caio Coelho Redig (14400/AM) e Dr. Iuri Albuquerque Gonçalves (13487/AM)
Embargada:Manaus Ambiental S/A
Advogado:Dr. Thiago Almeida Rebello (12327/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Ari Jorge Moutinho da Costa

Embargos de Declaração nº0000837-09.2019.8.04.0000
Origem:10ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Embargante:BB Leasing S.A. - Arredamento Mercantil
Advogados:Dr. Rafael Sganzerla Durand (737A/AM) e outros
Embargada:Ana Cristina Pereira Martins dos Santos
Advogada:Dra. Rachel Siza Tribuzy (6863/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Embargos de Declaração nº0002584-91.2019.8.04.0000
Origem:Vara Única de Presidente Figueiredo
Embargante:Tim Celular S/A
Advogados:Dr. Marcelo da Silva Carlos (7.366/AM) e outros
Embargada:Dinâmica Engenharia Ltda
Advogado:Dr. Afonso Celso Jereissati Linhares (4286/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Embargos de Declaração nº0004928-45.2019.8.04.0000
Origem:4ª Vara da Fazenda Pública
Embargante:Município de Manaus
Procuradora:Dra. Thayna Cruz de Mesquita (A1090AM)
Embargada:Alian Costa Macedo
Defensora:Dra. Maria Domingas Gomes Laranjeira (1239/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Embargos de Declaração nº0005231-59.2019.8.04.0000
Origem:13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Embargantes:Torquato Empreendimentos Imobiliários SPE-S/A e Tecnisa S/A
Advogados:Dr. Hileano Pereira Praia (3834/AM), Dr. Claudio Elias Santos (4036/AM), Dra. Terezinha Teles Fernandes (6622/AM), Dra. Andreza Priscila Lima de Lima (9192/AM) e outros

Embargados:Bruno Macedo e Adriana Pereira Maciel
Advogados:Dra. Rayana Rafael Torres Henrique (10812/AM) e Dr. Mauricio dos Santos Pereira Junior (7768/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Embargos de Declaração nº0005508-75.2019.8.04.0000
Origem:14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Embargante:Banco CSF S/A
Advogados:Dr. Antonio de Moraes Dourado Neto (30142A/CE) e outros
Embargada:Wilma Silva Guimarães
Advogados:Dr. Leonardo Lima Toledano (10107/AM) e Dr. Floriano de Oliveira Maia Junior (8762/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Embargos de Declaração nº0003506-35.2019.8.04.0000
Origem:19ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Embargante:Servis Eletrônica Defense Ltda
Advogados:Dra. Amanda Arraes de Alencar Araripe Nunes (32111/CE) e outros
Embargada:PCI Informática Premiere Com e Rep Ltda
Advogados:Dra. Isabela Farias Neves (7950/AM) e Dr. Flávio Simões da Silva Sobrinho (3444/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Délcio Luís Santos

Manaus, 30 de setembro de 2019
Pollyana de Souza Bastos Lisciotto
Secretário(a) da Segunda Câmara Cível

Intimação

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

De ordem do Exmo. Sr. **Des. Ari Jorge Moutinho da Costa** nos autos Eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4004096-41.2019.8.04.0000**, em que é Agravante: **Ambev S/A.** (Advogados: Dr. Vinícius Faria Pereira - OAB/RJ 112.310, Dr. Luiz Gustavo Antônio Silva Bichara - OAB/RJ 165.365 e outros). Agravado: **O Estado do Amazonas.** (Procuradora: Dra. Simonete Gomes Santos - OAB/AM 2.516). Fica **a agravante intimada** na pessoa de seus advogados, Dr. Vinícius Faria Pereira, Dr. Luiz Gustavo Antônio Silva Bichara e outros **da DECISÃO de fls. 102/108,** exarada nos autos acima referidos na qual".....Com o apoio das razões acima fincadas**, não conheço do recurso (CPC/2015, art. 932, III). Comunique-se ao juízo a quo. Intimem-se".** Manaus/AM, 04 de setembro de 2019. (as) Des. Ari Jorge Moutinho da Costa - Relator.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados, Eletronicamente.

Manaus, 13 de setembro de 2019. (as) Pollyana de Souza Bastos Lisciotto - Secretária.

mcl.

De ordem do Exmo. Sr. **Des. Ari Jorge Moutinho da Costa** nos autos eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4004359-73.2019.8.04.0000**, em que é Agravante: **Amil - Assistência Médica Internacional S/A.** (Advogado: Dr. Paulo Roberto Vigna - OAB/SP 173.477 e outros). Agravada: **Gisele Fernandes de Alencar e Silva**. (Advogada: Dra. Roseane Lima dos Anjos - OAB/AM 10.862). Fica **a agravada intimada** na pessoa de sua advogada Dra. Roseane Lima dos Anjos à **apresentar CONTRARRAZÕES ao presente recurso**, no prazo da Lei. Manaus/AM, 09 de setembro de 2019. (as) Des. Ari Jorge Moutinho da Costa - Relator.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados, eletronicamente.

Manaus, 13 de setembro de 2019. (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Lisciotto - Secretária.

mcl.

De ordem do Exmo. Sr. **Des. Ari Jorge Moutinho da Costa** nos autos Eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4004094-71.2019.8.04.0000**, em que é Agravante: **Amazônia Golf Hotelaria e Turismo S/A.** (Advogados: Dr. Daniel Santos de Andrade - OAB/AM 6.733, Dr. Arnoldo Bentes Coimbra - OAB/AM 345 e Dr. Wellington de Amorim Alves - OAB/AM 2.993). Agravada: **Agência de Fomento do Estado do Amazonas S/A.** (Advogada: Dra. Cristina da Costa Rodrigues - OAB/AM 607). Fica **a Agravante intimada** na pessoa de seus advogados, Drs. Daniel Santos de Andrade, Arnoldo Bentes Coimbra e Wellington de Amorim Alves **do DESPACHO de fls. 386/387**, exarado nos autos acima referidos, cujo teor é o seguinte: " Em sintonia com os princípios da cooperação, do contraditório e da vedação de surpresa (CPC/2015, arts. 6.º, 9.º e 10), **fixo prazo de 15 (quinze) dias, para que as partes se manifestem sobre a irreversibilidade da tutela recursal/esgotamento do objeto do recurso/falta de interesse superveniente. Intimem-se".** Manaus/AM, 09 de setembro de 2019. (as) Des. (Ari Jorge Moutinho da Costa - Relator.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados, Eletronicamente.

Manaus, 16 de setembro de 2019. (as) Pollyana de Souza Bastos Lisciotto - Secretária.

mcl.

De ordem do Exmo. Sr. **Des. Ari Jorge Moutinho da Costa** nos autos Eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4004123-24.2019.8.04.0000**, em que é Agravante: **Prefeitura Municipal de Anori/AM.** (Advogado: Dr. Ronélio Cardoso de Lima - OAB/AM 6.432). Agravado: **Ministério Publico do Amazonas**. (Promotor: Dr. Kleison Nascimento Barroso). Fica **o Agravante intimado** na pessoa de seu advogado, Dr. Ronélio Cardoso de Lima **da DECISÃO de fls. 333/336**, exarada nos autos acima referidos na qual,"..... Tendo em vista que o advogado do agravante ostenta o poder especial de desistir (CPC/2015, art. 105), **conforme procuração anexada à fl. 218; e que a desistência do recurso independe da anuência do recorrido (CPC/2015, art. 998), homologo-a (RITJAM, art. 61, V). Intimem-se".** Manaus/AM, 28 de agosto de 2019. (as) Des. Ari Jorge Moutinho da Costa - Relator.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados, Eletronicamente.

Manaus, 16 de setembro de 2019. (as) Pollyana de Souza Bastos Lisciotto - Secretária.

mcl.

De ordem do Exmo. Sr. **Des. Ari Jorge Moutinho da Costa** nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0637781-31.2014.8.04.0001,** em que é Apelante: **Banco Volkswagen S/A.** (Advogados: Dr. José Lídio Alves dos Santos - OAB/AM 1.163-A e Dra. Roberta Beatriz do Nascimento - OAB/AM 1.164-A). Apelado: **Adílio Neres Mota.** Ficam os advogados do Apelante **INTIMADOS do DESPACHO de fls. 223/224**, exarado nos autos acima referidos na qual,".....Diante do exposto, nos termos do art. 76 do CPC/2015, **determino a intimação pessoal da parte apelante, assim como a intimação através de publicação dos advogados José lídio Alves dos Santos (1163A/AM) e Roberta Beatriz do Nascimento (1164A/AM), para o fim de regularizar a representação postulatória no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de não conhecimento do recurso de apelação".** Manaus/AM, 04 de setembro de 2019. (as) Des. Ari Jorge Moutinho da Costa - Relator.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados, eletronicamente.

Manaus, 16 de setembro de 2019. (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Lisciotto - Secretária.

mcl.

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Ari Jorge Moutinho da Costa** nos autos de eletrônicos de **Apelação Cível nº 0605086-82.2018.8.04.0001**, em que é Apelante: **Ecivaldo da Silva Cintra**. (Advogado: Dr. Rodrigo da Frota Mendonça - OAB/AM 10031). Apelado: **Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A.** (Advogada: Dra. Thatiane Tupinambá de Carvalho - OAB/AM 3.696 e outros). Fica **o Apelado intimado** na pessoa de sua advogada Dra. Thatiane Tupinambá de Carvalho **do DESPACHO de fls. 161/162**, exarado nos autos acima mencionados, na qual, ".....Diante do exposto, chamo o processo a ordem para tornar

sem efeito o pedido de designação de data veiculado através do relatório às fls. 156/158 e, em sintonia com o princípio que proíbe decisões surpreendentes (CPC/2015, art. 10), **fixo o prazo de 15 (quinze) dias, para que o apelado se manifeste a respeito do pedido de suspensão processual formulado pelo apelante (fls. 129). Intime-se".** Manaus/AM, 10 de Setembro de 2019. (as) Des. Ari Jorge Moutinho da Costa - Relator.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados, eletronicamente.

Manaus, 17 de setembro de 2019. (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Lisciotto - Secretária.

mcl.

De ordem do Exmo. Sr. **Des. Ari Jorge Moutinho da Costa** nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0614215-82.2016.8.04.0001, PRIMEIRA APELAÇÃO**: Apelante: **Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A.** (Advogada: Dra. Luciana Goulart Penteado - OAB/SP 167.884 e outros). Apelada: **Bravvatech Indústria e Comércio de Componentes Eletrônicos Ltda**. (Advogados: Dra. Priscila Lima Monteiro - OAB/AM 5.901 e Dr. Igor de Mendonça Campos - OAB/AM 766-A). **SEGUNDA APELAÇÃO**: Apelante: **L Três Corretora de Seguros Ltda**. (Advogados: Dr. Armando Vicente Mesquita Char - OAB/SP 172.682 e Dra. Waleska Mendes Barbosa da Silva - OAB/SP 315.469 e outros). Apelada: **Bravvatech Indústria e Comércio de Componentes Eletrônicos Ltda**. (Advogados: Priscila Lima Monteiro - OAB/AM 5.901 e Dr. Igor de Mendonça Campos - OAB/AM 766-A e outros). **RECURSO ADESIVO**: Apelante: **Bravvatech Indústria e Comércio de Componentes Eletrônicos Ltda.** (Advogados: Dra. Priscila Lima Monteiro - OAB/AM 5.901 e Dr. Igor de Mendonça Campos - OAB/AM 766-A). Apelada: **L Três Corretora de Seguros Ltda.** (Advogados: Dr. Armando Vicente Mesquita Char - OAB/SP 172.682 e Dra. Waleska Mendes Barbosa da Silva - OAB/SP 315.469). Apelada: **KDEX Soluções Logísticas e Encomendas Rápidas Ltda.** (Advogado: Dr. Daniel Marcelo Benvenutti de Sales - OAB/AM 7.949 e outros). Fica **a advogada da Apelante Azul Linhas Aéreas Brasileiras S/A, Dra. Rosana Soares Dias - OAB/SP 283.234, INTIMADA do DESPACHO de fls. 435/436,** exarado nos autos acima referidos , cujo teor é o seguinte:" Determino à Secretaria o cumprimento das seguintes providências: a) cadastrar a Apelação Cível da L Três Corretora de Seguros ltda (fls. 366/374); b) cadastrar o recurso Adesivo da Bravvatech Indústria e Comércio de Componentes Eletrônicos Ltda (fls. 407/414); c) retirar o cadastro da Kdex Soluções Logísticas e Encomendas Rápidas Ltda como apelante, uma vez que não apresentou Apelação; d) excluir a Gelnet Tecnologia e Serviços Ltda dos "Dados do Processo", tendo em vista que não participa da lide. **Por último, a Apelação da Azul Linhas Aéreas Brasileiras S.A recebeu assinatura da advogada Rosana Soares Dias que não tem Procuração nos autos (fls. 338/341). Assim, determino a intimação pessoal da parte, bem como de Rosana Soares Dias, para que regularizem a representação postulatória".** Manaus/AM, 10 de setembro de 2019. (as) Des. Ari Jorge Moutinho da Costa - Relator.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados, eletronicamente.

Manaus, 17 de setembro de 2019. (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Lisciotto - Secretária.

mcl.

De ordem do Exmo. Sr. **Des. Ari Jorge Moutinho da Costa** nos autos Eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4004379-64.2019.8.04.0000**, em que é Agravante: **AMBEV S/A.** (Advogados: Dr. Fernando César Lima Ferreira de Oliveira - OAB/AM 14.180 e Dr. Luiz Gustavo Antônio Silva Bichara - OAB/RJ 112.310). Agravado: **O Estado do Amazonas.** (Procuradora: Dra. Kalina Maddy Macêdo Cohen - OAB/AM 4.258). Fica **a agravante intimada** na pessoa de seus advogados, Dr. Fernando César Lima Ferreira de Oliveira e Dr. Luiz Gustavo Antônio Silva Bichara **da DECISÃO de fls. 51/53**, exarada nos autos acima mencionados, na qual,"..... Com o amparo dos motivos acima fincados**, concedo o efeito suspensivo, determinando o recolhimento do alvará; na hipótese de já ter ocorrido o saque da quantia depositada, defiro a antecipação da tutela recursal, determinando ao juízo a quo sejam adotas as providências necessárias para devolução do valor indevidamente levantado fCPC/2015, art. 1.019, 1). Comunique-se ao juízo a quo. Intime-se o agravado, para que ofereça resposta, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias, facultando-lhe juntar a documentação que entender necessária (CPC/2015, arts. 183 e 1.019, II). Intime-se a agravante**". Manaus/AM, 17 de setembro de 2019. (as) Des. Ari Jorge Moutinho da Costa - Relator.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados, Eletronicamente.

Manaus, 18 de setembro de 2019. (as) Pollyana de Souza Bastos Lisciotto - Secretária.

mcl.

De ordem do Exmo. Sr. **Des. Ari Jorge Moutinho da Costa** nos autos Eletrônicos de **Embargos de Declaração nº 0005325-07.2019.8.04.0000**, em que é Embargante: **Grendene S/A.** (Advogados: Dr. Eduardo Mascarello - OAB/RS 77.475, Dr. Roberto Becker Misturini - OAB/RS 68.841, Dra. Caroline de Gasperi - OAB/RS 84.782 e Dra. Roberta Dresch - OAB/RS 88.561). Embargados: **Distribuidora Rozenha Ltda., Ednaílson Leite Rozenha, D. B. A. Representação e Comércio do Vestuário, Marilza Jackson Pereira Rozenha e Dorivaldo Barbosa de Araújo. (Advogado: Dr. Rubenito Cardoso da Silva Júnior - OAB/AM 4.947**). Ficam **os advogados da Embargante, Dr. Eduardo Mascarello, Dr. Roberto Becker Misturini, Dra. Caroline de Gasperi e Dra. Roberta Dresch INTIMADOS do DESPACHO de fls. 07,** exarado nos autos acima referidos, cujo teor é seguinte: " Determinei que a parte embargante e os advogados de fls. 50 fossem intimados (fls. 04), para regularizarem a representação postulatória. O recorrente apresentou substabelecimento às fls. 05, contudo, novamente a assinatura digital não é de quem tem poderes para tal ato (fls. 50). **Assim, determino nova intimação da embargante de forma pessoal e, dos causídicos (fls. 50) via Diário da Justiça, para que seja sanado o vício da representação processual, no prazo de 15 dias"**. Manaus/AM, 11 de setembro de 2019. (as) Des. Ari Jorge Moutinho da Costa - Relator.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados, eletronicamente.

Manaus, 18 de setembro de 2019. (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Lisciotto - Secretária.

mcl.

De ordem do Exmo. Sr. **Des. Ari Jorge Moutinho da Costa** nos autos eletrônicos de **Embargos de Declaração nº 0005585-84.2019.8.04.0000**, em que é Embargante: **Euler Esteves Ribeiro Filho**. (Advogados: Dr. João Paulo Gomes Monteiro Barbosa - OAB/AM 8.657, Dra. Alichelly Carina Ventura - OAB/AM 7.185 e outros). Embargada: **Ingrid Vasconcelos Francisco**. (Advogada: Dra. Maria Elizabethe Rodrigues Jerônimo - OAB/AM 7.229). Fica **a Embargada intimada** na pessoa de sua advogada Dra. Maria Elizabethe Rodrigues Jerônimo **à apresentar CONTRARRAZÕES aos Embargos de Declaração**, opostos pelo Embargante Euler Esteves Ribeiro Filho, no prazo da Lei. Manaus/AM, 11 de setembro de 2019. (as) Des. Ari Jorge Moutinho da Costa - Relator.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados, eletronicamente.

Manaus, 18 de setembro de 2019. (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Lisciotto - Secretária.

mcl.

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

INTIMAÇÃO

De ordem do Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - Relator nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0650231-64.2018.8.04.0001,** em que é **Apelante: Banco Bmg S/A.** (Advogados: Dra. Marina Bastos da Porciuncula Benghi OAB: 983A/PE - 911A/SE, Dr. Sérgio Ricardo Bezerra de Caldas OAB: 13.316D/PE e outros). **Apelada: Irlanda da Silva Paixão.** (Advogados: Dr. Kelson Girão de Souza OAB: 7.670/AM, Dr. Rafael Reis Gomes da Silva OAB: 13.660/AM e outros). **Ficam as partes intimadas da DECISÃO de fls. 246,** exarado nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "...Tendo em vista que o caso dos autos

se amolda à hipótese do inciso V, do prefalado art. 1012, **recebo o presente recurso em seu efeito meramente devolutivo". Dê-se vista ao Graduado Órgão Ministerial.** À Secretaria, para providências. Manaus, 30 de agosto de 2019. (as) Des. **Wellington José de Araújo - Relator.**

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 16 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

(Lnsc).

De ordem do Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - Relator nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0608674-97.2018.8.04.0001,** em que é **Apelante: Banco Bradesco S.A.** (Advogado: Dr. Mauro Paulo Galera Mari OAB: 877A/AM e outros). **Apelado: Durval dos Santos Amaral.** (Advogados: Dr. Eduardo Leles Dias OAB: 13.842/AM, Dr. José Lourenço Gadelha OAB: 2.220/AM, Dr. Thiago Henrique A. Marques OAB: 14.585/AM). **Ficam as partes intimadas da DECISÃO de fls. 276,** exarado nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "...Tendo em vista que o caso dos autos se amolda à hipótese do inciso V, do prefalado art. 1012, **recebo o presente recurso em seu efeito meramente devolutivo". Dê-se vista ao Graduado Órgão Ministerial.** À Secretaria, para providências. Manaus, 30 de agosto de 2019. (as) Des. **Wellington José de Araújo - Relator.**

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 16 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

(Lnsc).

De ordem do Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - Relator nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0641805-97.2017.8.04.0001,** em que é **Apelante: Banco Bradesco Financiamentos S/A.** (Advogados: Dr. José Lídio Alves dos Santos OAB: 1.163A/AM, Dra. Roberta Beatriz do Nascimento OAB: 1.164A/AM - 192.649/SP). **Apelado: Irineu Guimaraes Cordovil. Ficam as partes intimadas da DECISÃO de fls. 93,** exarado nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "...Tendo em vista que o caso dos autos não se amolda a nenhuma das hipóteses legais que autorizam a aplicação da exceção, **recebo o presente apelo em ambos efeitos".** Publique-se. À Secretaria, para providências. Manaus, 30 de agosto de 2019. (as) Des. **Wellington José de Araújo - Relator.**

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 16 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

(Lnsc).

De ordem do Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - Relator nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0606939-92.2019.8.04.0001,** em que é **Apelante: O Estado do Amazonas.** (Procurador: Dr. Leandro Venicius Fonseca Rozeira OAB: 10.483/AM). **Apelado: Amazon Cell Comercio Importacao e Exportacao Ltda – Epp.** (Advogados: Dr. João Manoel Silva de Olievira OAB: 4.677/AM, Dr. Rômulo José Fernandes da Silva OAB: 1.818/AM). **Fica o Apelado intimado da DECISÃO de fls. 1432**, exarado nos autos acima referidos na qual: "...Tendo em vista que o caso dos autos se amolda à hipótese do inciso V, do prefalado art. 1012, **recebo o presente recurso em seu efeito meramente devolutivo". Dê-se vista ao Graduado Órgão Ministerial.** À Secretaria, para providências. Manaus, 30 de agosto de 2019. (as) Des. **Wellington José de Araújo - Relator.**

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 16 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

(Lnsc).

De ordem do Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - Relator nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0640710-95.2018.8.04.0001,** em que é **Apelante: Banco Bmg S/A.** (Advogada: Dra. Marina Bastos da Porciuncula Benghi OAB: 911A/SE - 983A/PE e outros). **Apelado: Rui Paulo Ferreira de Miranda.** (Advogado: Dr. Francisco Carlos Nunes de Oliveira OAB: 10.057/AM). **Ficam as partes intimadas da DECISÃO de fls. 278**, exarado nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "...Tendo em vista que o caso dos autos se amolda à hipótese do inciso V, do prefalado art. 1012, recebo o presente recurso em seu efeito meramente devolutivo". À Secretaria, para providências. Manaus, 30 de agosto de 2019. (as) Des. **Wellington José de Araújo - Relator.**

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 17 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

(Lnsc).

De ordem do Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - Relator nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0230298-20.2011.8.04.0001**, em que é **Apelante: Milton Bezerril de Andrade.** (Advogados: Dra. Maria Graciete da Silva Ribeiro OAB: 5.512/AM, Dr. Mauro de Melo Botelho Junior OAB: 3.305/AM). **Apelado: Banco do Brasil S/A.** (Advogados: Dr. Gustavo Amato Pissini OAB: 261.030/SP e outros). **Ficam as partes intimadas da DECISÃO de fls. 434,** exarado nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "...Tendo em vista que o caso dos autos se amolda à hipótese do inciso V, do prefalado art. 1012, **recebo o presente recurso em seu efeito meramente devolutivo". Dê-se vista ao Graduado Órgão Ministerial.** À Secretaria, para providências. Manaus, 30 de agosto de 2019. (as) Des. **Wellington José de Araújo - Relator.**

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 17 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

(Lnsc).

De ordem do Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - Relator nos autos Eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4004316-39.2019.8.04.0000**, em que é **Agravante: O Estado do Amazonas.** (Procurador: Dr. Thiago Araújo Rezende Mendes OAB: 9.416/AM). **Agravado: Francisco de Jesus Penha.** (Advogado: Dr. Valdeci Laurentino da Silva OAB: 178A/AM). **Fica o Agravado intimado**, na pessoa de seu advogado para, querendo, **apresentar contrarrazões** ao presente recurso no prazo da Lei". Manaus/AM, 17 de setembro de 2019. (as) Des. **Wellington José de Araújo - Relator".**

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 17 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

(Lnsc).

De ordem do Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - Relator nos autos Eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4003029-41.2019.8.04.0000**, em que é **Agravante: A. H. B. N., representado por sua genitora Yarima Bezerra Costa.** (Advogados: Dr. Lisbet de Souza Cardoso OAB: 12.359/AM, Dr. Lucas Costa do Vale OAB: 7.990/AM). **Agravado: Eliton Gomes do Nascimento.** (Advogado: Dr. Mário Vitor Magalhães Aufiero OAB: 8.787/AM). **Fica o Agravado intimado**, na pessoa de seu advogado para, querendo, **apresentar Contrarrazões** ao presente recurso, **bem como o Agravante para conhecimento do Despacho de fls. 56,** cujo teor final é o seguinte: "...Acautelo-me quanto à concessão da liminar pleiteada, ocasião em que determino seja intimada a parte agravada, para apresentar contrarrazões, no prazo de Lei (CPC, art. 1.019, I)". Cumpra-se. Manaus/AM, 03 de setembro de 2019. (as) Des. **Wellington José de Araújo - Relator.**

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 17 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.
(Lnsc).

De ordem do Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - Relator nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0633062-98.2017.8.04.0001**, em que são **Apelantes: Mario Lúcio Ventura., Cid Peixoto Soares.** (Advogados: Dr. Fabrício Daniel Correia do Nascimento OAB: 7.320/AM, Dr. Gabriel William Fachin Lima OAB: 8.518/AM). **Apelados: Armando de Souza Correa Júnior., Grão Mestre Geral do Grande Oriente do Brasil.** (Advogados: Dr. José Artur Pozzetti OAB: 9.707/AM, Dr. Juan Pablo Ferreira Gomes OAB: 7.716/AM). **Ficam os Apelantes intimados do DESPACHO de fls. 1603,** exarado nos autos acima referidos na qual: "...Nessa toada, considerando a possibilidade de litispendência entre as demandas ou, ainda, a existência de coisa julgada e, a fim de obstar sejam exarados provimentos jurisdicionais conflitantes, **DETERMINO a intimação dos apelantes para que, no prazo de 15 (quinze) dias, prestem esclarecimentos sobre o mencionado processo judicial em trâmite no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios".** À Secretaria, para providências. Manaus/AM, 03 de setembro de 2019. (as) Des. **Wellington José de Araújo - Relator.**
Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 17 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.
(Lnsc).

De ordem do Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - Relator nos autos Eletrônicos de **Embargos de Declaração Cível nº 0004993-40.2019.8.04.0000,** em que é **Embargante: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda.** (Advogados: Dra. Isabelle Benlolo de Azevedo OAB: 11.737/AM, Dr. Pedro Câmara Júnior OAB: 2.834/AM e Pedro Câmara - Sociedade de Advogados OAB: 613/2017/AM). **Embargado: J S Equipamentos Médicos e Hospitalares EIRELI.** (Advogada: Dra. Juliana da Costa Lago OAB: 255.966/SP e outros). **Fica o Embargado intimado,** na pessoa de sua advogada para, querendo, **apresentar contrarrazões** ao presente recurso no prazo da Lei". Manaus/AM, 17 de setembro de 2019. (as) Des. **Wellington José de Araújo - Relator.**
Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 17 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.
(Lnsc).

De ordem do Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - Relator nos autos Eletrônicos de **Embargos de Declaração Cível nº 0004996-92.2019.8.04.0000,** em que é **Embargante: Expresso Ocidental Logistica LTDA.** (Advogados: Dr. Edison Marcolino Arantes OAB: 59.224/MG, Dr. Sebastião Roberto de Araújo OAB: 64.679/MG, Dr. Tácio Godoy Feldner OAB: 102.176/MG e outro). **Embargado: Pedro Melo da Silva.** (Advogada: Dra. Carmem Valérya Romero Salvioni OAB: 6.328/AM). **Fica o Embargado intimado**, na pessoa de sua advogada para, querendo, **apresentar contrarrazões** ao presente recurso no prazo da Lei". Manaus/AM, 17 de setembro de 2019. (as) Des. **Wellington José de Araújo - Relator.**
Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 17 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.
(Lnsc).

De ordem da Exma. Sra. Desa. Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura - Relatora nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0012716-64.2006.8.04.0001**, em que é **Apelante: CARGOTEC Brasil Indústria e Comércio de Equipamentos para Movimentação de Cargas Ltda.** (Advogados: Dra. Alexandra Capellazzo Oliveira Lima OAB: 399.929/SP, Dr. Felipe Neiva Volpini OAB: 299.292/SP, Dr. Marcelo Junqueira Inglez de Souza OAB: 182.514/SP e outros). **Apelado: Super Terminais Comércio e Iindústria Ltda.** (Advogados: Dr. Fued Cavalcante Sêmen Neto OAB: 10.435/AM, Dr. Jean Cleuter Simões Mendonça OAB: 3.808/AM, Dr. Jonny Cleuter Simões Mendonça OAB: 8.340/AM). **Ficam as partes intimadas da Despacho de fls. 1482,** exarado nos autos acima cujo teor é o seguinte: "...Defiro o pedido de fls.1.480. Nesse soar, determino o sobrestamento dos autos em secretaria, pelo prazo de 30(trinta) dias. Outrossim, determino a Secretaria que retifique o polo ativo da demanda, fazendo constar a atual designação da Apelante, **CARGOTEC BRAZIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS PARA MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS LTDA., atual denominação de KALMAR BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS PARA MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS LTDA".** Após o escoamento do prazo, com ou sem manifestação, voltem-me conclusos. Cumpra-se. Manaus/AM, 17 de setembro de 2019. Desa. **Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura - Relatora".**
Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 18 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.
(Lnsc).

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL
INTIMAÇÃO

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Elci Simões de Oliveira** - Relator nos autos Eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4000954-29.2019.8.04.0000, em que é Agravante: Gelopeças Comercial e Importadora Ltda** (Advogados: Dr. João Antônio S. Tolentino (2300/AM) e Dr. Williane Wanessa Queiroz Cavalcante (8489/AM**). Agravado: Banco do Brasil S/A** (Advogados: Dr. Jose Arnaldo Janssen Nogueira (1047/AM) e Dr. Sérvio Túlio de Barcelos (1048A/AM). **Fica o Agravado intimado, na pessoa de seus advogados para, querendo, apresentar Contrarrazões ao presente recurso, bem como o Agravante para conhecimento da Decisão de fls. 123/125**, cujo teor final é o seguinte: "Posto isso, defiro o efeito suspensivo e concedo o benefício da assistência judiciária pleiteado. Intime-se o agravado para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso de Agravo de Instrumento, no prazo de 15 (quinze) dias, facultando-lhe juntar documentos que entender pertinentes, consoante o art. 1.019, II, do Código de Processo Civil. Comunique-se o Juízo da 1ª instância, nos termos do artigo 1.019, I, do Código de Processo Civil). A Secretaria para providências. Manaus/AM, 16 de setembro de 2019. Des. Elci Simões de Oliveira - Relator".
Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.
Manaus, 18 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.
RPCR

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Elci Simões de Oliveira -** Relator nos autos Eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4002797-29.2019.8.04.0000, em que é Agravante: Unimed Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda**. (Advogados: Dra. Isabelle Benlolo de Azevedo (11737/AM) e Dr. Pedro Câmara Junior (2834/AM). **Agravado: Waltenio Vieira Diniz Filho** (Advogado: Dr. Yuri Dantas Barroso (4237/AM). **Fica o Agravado intimado, na pessoa de seu advogado para, querendo, apresentar Contrarrazões ao presente recurso, bem como o Agravante para conhecimento da Decisão de fls. 208/210**, cujo teor final é o seguinte: "Posto isso, defiro o pedido de efeito suspensivo. Intime-se o agravado para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso de agravo de instrumento, no prazo de 15 (quinze) dias, facultando-lhe juntar documentos que entender pertinentes, consoante o art. 1.019, inciso II, do código de processo civil. Comunique-se ao Juízo da 1ª instância, conforme inciso I, do artigo 1.019, do Código de

Processo Civil. A secretaria para providências. Manaus/AM, 16 de setembro de 2019. Des. Elci Simões de Oliveira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 18 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

RPCR

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Elci Simões de Oliveira -** Relator nos autos Eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4002945-40.2019.8.04.0000, em que é Agravante: Connection Comércio e Serviços de Produtos Eletrônicos Eirele Me** (Advogado: Dr. Fabio Pereira Garcia dos Santos (4850/AM). **Agravada: Josefina de Souza** Ferreira (Advogada: Dra. Adna Lima da Silva (11171/AM). **Fica a Agravada intimada, na pessoa de sua advogada para, querendo, apresentar Contrarrazões ao presente recurso, bem como o Agravante para conhecimento da Decisão de fls. 19/21,** cujo teor final é o seguinte: "Posto isso, indefiro o pedido de efeito suspensivo. Por oportuno, intime-se a Agravada para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso de Agravo de Instrumento, no prazo de 15 (quinze) dias, facultando-lhe juntar documentos que entender pertinentes, consoante o art. 1.019, II do Código de Processo Civil. Comunique-se o juízo à quo, nos termos do art. 1.019, inciso I do Código de Processo Civil. À Secretaria para providências. Manaus/AM, 16 de setembro de 2019. Des. Elci Simões de Oliveira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 18 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

RPCR

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Elci Simões de Oliveira** - Relator nos autos Eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4003221-71.2019.8.04.0000, em que é Agravante: Márcia Melo Damian** (Advogados: Dr. Sergio Roberto Bulcão Bringel Junior (14182/AM) e Dr. Yuri Dantas Barroso (4237/AM). **Agravado: Unimed de Manaus - Cooperativa de Trabalho Medico** (Advogado: Dr. Pedro Câmara Junior (2834/AM). **Fica o Agravado intimado, na pessoa de seu advogado para, querendo, apresentar Contrarrazões ao presente recurso, bem como o Agravante para conhecimento da Decisão de fls. 738/740,** cujo teor final é o seguinte: "Posto isso, indefiro o pedido de efeito suspensivo. Intime-se o agravado para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso de agravo de instrumento, no prazo de 15 (quinze) dias, facultando-lhe juntar documentos que entender pertinentes, consoante o art. 1.019, inciso ii, do código de processo civil. Comunique-se ao Juízo da 1ª instância, conforme inciso I, do artigo 1.019, do Código de Processo Civil. A Secretaria para providências. Manaus/AM, 16 de setembro de 2019. Des. Elci Simões de Oliveira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 18 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

RPCR

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Elci Simões de Oliveira** - Relator nos autos Eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4003395-80.2019.8.04.0000, em que é Agravante: Manaus Energia S/A** (Advogados: Dr. Décio Freire (56543/MG) e Dra. Gabrielle Stoco Fabio (12913/AM). **Agravado: Ministério Público do Estado do Amazonas- Primeiro Grau. Fica o Agravante intimado da DECISÃO de fls. 87/90**, exarada nos autos acima referidos na qual "Posto isso, em harmonia com o parecer do Ministério Público, indefiro o pedido de efeito suspensivo. Por oportuno, intime-se a Agravada para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso de Agravo de Instrumento, no prazo de 15 (quinze) dias, facultando-lhe juntar documentos que entender pertinentes, consoante o art. 1.019, II do Código de Processo Civil. Comunique-se o juízo à quo, nos termos do art. 1.019, inciso I do Código de Processo Civil. À Secretaria para providências. Manaus/AM, 16 de setembro de 2019. Des. Elci Simões de Oliveira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 18 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Secretária.

RPCR

De ordem do **Exmo. Sr. Des. Elci Simões de Oliveira -** Relator nos autos Eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4003628-77.2019.8.04.0000, em que é Agravante: Banco Bmg S/A** (Advogados: Dr. Antônio de Moraes Dourado Neto (23255/PE) e Dr. Urbano Vitalino Advogados (313/PE). **Agravada: Marlene Lira de Freitas** (Advogados: Dr. Kelson Girão de Souza (7670/AM) e Dr. Rodrigo Barbosa Vilhena (7396/AM). **Fica a Agravada intimada, na pessoa de seus advogados para, querendo, apresentar Contrarrazões ao presente recurso, bem como o Agravante para conhecimento da Decisão de fls. 195/198,** cujo teor final é o seguinte: "Posto isso, indefiro o pedido de efeito suspensivo. Intime-se a Agravada para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso de Agravo de Instrumento, no prazo de 15 (quinze) dias, facultando-lhe juntar documentos que entender pertinentes, consoante o art. 1.019, II do Código de Processo Civil. Comunique-se o juízo à quo, nos termos do art. 1.019, inciso I do Código de Processo Civil. À Secretaria para providências. Manaus/AM, 14 de setembro de 2019. Des. Elci Simões de Oliveira - Relator".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 18 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

RPCR

Julgamento Virtual

Segunda Câmara Cível

De ordem da Presidente da Egrégia Segunda Câmara Cível, Exma. Sra. **Desa. Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura**, faço público que, após cumpridas as formalidades legais os seguintes processos serão julgados virtualmente. Intimo as partes, na pessoa de seus advogados, para que se manifestem, no prazo de cinco (05) dias úteis, de acordo com a Emenda Regimental Nº 001/2018, sobre eventual interesse no julgamento presencial do recurso. Não havendo manifestação os autos serão incluidos automaticamente para Julgamento Virtual.

Exmo. Sr. Des. Elci Simões de Oliveira

Apelação Cível nº 0256489-05.2011.8.04.0001
Origem: 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Diógenes Vidal Pessoa Neto
Apelante:Erli Barroso Advogado:Dr. Amândio Prudente da Costa (2584/AM) **Apelada:Iracema Paiva dos Santos** Advogada:Dra. Elisângela Nogueira Rodrigues (3433/AM) e outro
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Apelação Cível nº 0605035-08.2017.8.04.0001
Origem: 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Victor André Liuzzi Gomes
Apelante:Ida Carmem Lobato Castro Advogados:Drs. Janne Sales Gomes (3045/AM) e Maria Auxiliadora Bicharra (3004/AM) **Apelado:Banco Cruzeiro do Sul** Advogado:Dr. Oreste Nestor de Souza Laspro (98628/SP)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Apelação Cível nº 0606975-71.2018.8.04.0001
Origem: 5ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Flavio Henrique Albuquerque de Freitas
Apelante:Ministério Público do Estado do Amazonas - 13 .ª Promotoria de Justiça - Patrimônio Público Promotora:Dra. Neyde Regina Demosthenes Trindade (795/MP) **Apelada:Maria Mirtes Sales de Oliveira** Advogado:Dr. Luiz Gustavo Cardoso Maia (6971/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Apelação Cível nº 0611595-63.2017.8.04.0001

Origem: 3ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Etelvina Lobo Braga
Apelante:Andrea Soares da Silva Coutinho Advogado:Dr. Antonio José Tavares Barbosa (10068/AM) e outro **Apelado:O Estado do Amazonas**
Procuradora:Dra. Maria Hosana de Souza Monteiro (2333/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Apelação Cível nº 0612523-77.2018.8.04.0001
Origem: 7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Rosselberto Himenes
Apelante:Banco Bmg S/A Advogados:Drs. Antonio de Moraes Dourado Neto (23255/PE), Giacomo Dinelly Lima (9753/AM) e outros **Apelado:Sandoley Batista Carvalho** Advogado:Dr. Francois Antonio Galvão (10015/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Apelação Cível nº 0613863-95.2014.8.04.0001
Origem: 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Ida Maria Costa de Andrade
Apelante:Thyssenkrupp Elevadores S/A Advogados:Drs. Gabriel Henrique da Silva Lopes (962A/AM), Roberto Trigueiro Fontes (692/AM) e outros. **Apelado:Condomínio Mário Assayag** Advogado:Dr. Igor Brandão Barbosa (6598/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Apelação Cível nº 0619165-08.2014.8.04.0001
Origem: 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Diógenes Vidal Pessoa Neto
Apelante:Banco Bradesco Financiamentos S/A Advogado:Dr. Celso Marcon (566A/AM) e outros. **Apelado:Maria de Fatima Soares de Paula** Advogada:Dra. Érica Bianco Ferreira (4554/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Apelação Cível nº 0619299-98.2015.8.04.0001
Origem: 19ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Rogério José da Costa Vieira
Apelante:Junymar Brasil de Farias Advogado:Dr. Rodrigo Castro Vaz (6719/AM) **Apelado:Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)** Advogados:Drs. Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM), Luis Phillip de Lana Foureaux (1011/AM) e outros.
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Apelação Cível nº 0619746-52.2016.8.04.0001
Origem: 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Francisco Carlos G. de Queiroz
Apelante:Delma Libia Souto dos Santos Advogados:Drs. Ademario do Rosario Azevedo (2926/AM), Elisangela Martins de Alencar (6948/AM), Raimundo Lazaro M. Silva (10640/AM) e Wiston Feitosa de Sousa (6596/AM) **Apelado:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS** Procuradora:Dra. Fernanda Meyge de Brito (35105/BA)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Apelação Cível nº 0638620-51.2017.8.04.0001 (Segredo de Justiça)
Origem: 4ª Vara de Família
Juiz Prolator: Odilio Pereira Costa Neto
Apelante:N. N. B. R. Advogados:Dr. Rubeli da Silva Nascimento (7824/AM) **Apelado:G. G. A.** Advogado:Dr. Diego José Albino Souza (11438/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Apelação Cível nº 0603619-68.2018.8.04.0001
Origem: 1ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Dr. Ronnie Frank T. Stone
Apelante:Maria Eunice Sousa Menezes Advogado:Dr. Alexmar da Costa Melo (10133/AM) **Apelado:O Estado do Amazonas** Procuradora:Dra. Luciana Araújo Paes (4678/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Apelação Cível nº 0604693-60.2018.8.04.0001
Origem: 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Victor André Liuzzi Gomes
Apelante:Banco Bonsucesso Consignado S.A Advogados:Drs. Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (96864/MG) e Rafael Cinini Dias Costa (152278/MG) **Apelada:Maria Waleria Marinho** Advogados:Drs. Penelope A. Antony Lira (7357/AM), Vandesson Barbosa Santiago (12217/AM) e Yonete Melo das Chagas (8827/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Apelação Cível nº 0628908-71.2016.8.04.0001
Origem: 4ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Paulo Fernando de Britto Feitoza
Apelante:O Município de Manaus Procurador:Dr. Walter Siqueira Brito (4186/AM) **Apelado:Rander Claudio Souza da Costa** Defensor:Dr. Raimundo Sérvulo Lourido Barreto (3135/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Apelação Cível nº 0629304-77.2018.8.04.0001
Origem: 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Roberto Santos Taketomi
Apelante:Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) Advogados:Drs. Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM), Isabela Montuori Bougleux de Araujo (1069A/AM) e outros. **Apelado:Itaú Serugos de Auto e Residência S/A** Advogados:Drs. José Carlos de Almeida Van Cleef de Almeida Santos (273843/SP)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Apelação Cível nº 0630824-72.2018.8.04.0001
Origem: 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Maria Eunice Torres do Nascimento
Apelante:Banco Bradesco Financiamentos S/A Advogado:Dr. Antonio Braz da Silva (1026A/AM) **Apelado:Aldemir da Cruz Luz**
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Apelação Cível nº 0635532-39.2016.8.04.0001 (Segredo de Justiça)
Origem: 4ª Vara de Família
Juiz Prolator: Odilio Pereira Costa Neto
Apelante:G. de L. R. Advogada:Dra. Paloma de Souza Sicsú (7186/AM) **Apelado:J. da C. R.** Advogado:Dr. Jadismar Souza Lima (3307/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Apelação Cível nº 0636863-22.2017.8.04.0001
Origem: 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Victor André Liuzzi Gomes
Apelante:Banco Santander S.a. Advogado:Dr. Marco André Honda Flores (6171/MS) **Apelada:Ana Francisca Ferreira Picanço** Advogados:Drs. Paula Gama de Paiva (11199/AM) e Vera Lucia de Magalhaes Brasil (12033/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Remessa Necessária Cível nº 0639479-38.2015.8.04.0001
Origem: 11ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Lia Maria Guedes de Freitas
Requerente:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS Procuradora:Dra. Karina Broze Naimeg Grossi (119869/MG) **Requerido:Jose Augusto Gama de Souza** Advogados:Drs. Helena Ariel Sousa Coutinho (10521/AM), José Edvaldo de Souza Ferreira (7086/AM) e Mário Mota Acioly (175A/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Apelação Cível nº 0641196-80.2018.8.04.0001
Origem: 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Francisco Carlos G. de Queiroz
Apelante:Banco Pan S/A Advogados:Drs. José Lídio Alves dos Santos (1163A/AM) e Roberta Beatriz do Nascimento (192649/SP e 1164A/AM) **Apelada:Elizete Rodrigues Ferreira**
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Apelação Cível nº 0649451-27.2018.8.04.0001
Origem: 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Francisco Carlos G. de Queiroz
Apelante:Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A Advogados:Dr. Marco Antonio Crespo Barbosa (115665/SP e 41913/BA) **Apelado:Karisson Willams Cardoso de Castro**
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo

Apelação Cível nº 0004333-79.1997.8.04.0012
Origem: 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Diógenes Vidal Pessoa Neto
Apelante:Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL I Advogados:Drs. Alexandre de Almeida (43621/RS), Carlos Eduardo Coimbra Donegatti (290089/SP) e Henrique José Parada Simão (221386/SP) **Apelado:Paulo Akyo Inouye**
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Wellington José de Araújo

Apelação Cível nº 0248902-34.2008.8.04.0001
Origem: 18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Kathleen dos Santos Gomes
Apelante:Nobre Seguradora do Brasil S/A Advogados:Drs. Ailmara Camurça de Paula (10532/AM), Diogo Henrique Vieira Barreto (9487/AM), Maria Emilia Gonçalves de Rueda (23748/PE) e outros. **Apelado:Leão Transportes Rodoviários de Passageiros Ltda.** Advogado:Dr. Celso Antônio da Silveira (5807/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Wellington José de Araújo

Apelação Cível nº 0365543-42.2007.8.04.0001
Origem: 4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Divaldo Martins da Costa
Apelante:Banco Volkswagen S/A Advogada:Dra. Andréa Cristina da Costa Le Sueur (6161/AM) **Apelado:Francilino Aires da Costa Neto**
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Wellington José de Araújo

Apelação Cível nº 0607254-62.2015.8.04.0001
Origem: 7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Rosselberto Himenes
1ºApelante:Konmassa Industria e Comercio de Cimento Ltda
Advogados:Drs. Rafael Cândido da Silva (6499/AM), Roosevelt Jobim Filho (3920/AM) e outros.
2ºApelante:José Djanir Cavalcanti Júnior
Advogada:Dra. Victoria Dutra Alencar Arantes (10316/AM)
3ºApelantes:Silpar Participações Ltda, Victor Simões da Silva e Antônio Carlos da Silva.
Advogados:Drs. Igor de Mendonça Campos (303002/SP) e Priscila Lima Monteiro (5901/AM)
Apelada:Maria de Nazaré Limongi Cabral Pereira Advogados:Drs. Erivelton Ferreira Barreto (5568/AM), Glaucio Bessa de Andrade Figueira (4993/AM) e Michael Macedo Bessa (4058/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Wellington José de Araújo

Apelação Cível nº 0607263-19.2018.8.04.0001
Origem: 19ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Rogério José da Costa Vieira
Apelante:Antonio Batalha da Silva Advogados:Drs. Deny Francy Araujo da Rocha (12136/AM) e Jander Rubem Souza da Rocha (7886/AM) **Apelado:Sul América Companhia de Seguro Saúde** Advogada:Dra. Karina de Almeida Batistuci (685A/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Wellington José de Araújo

Apelação Cível nº 0609791-02.2013.8.04.0001
Origem: 8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Onilza Abreu Gerth
Apelante:Joana Dark Almeida da Silva Advogado:Dr. Marcos Aldenir Ferreira Rivas (2250/AM e 51830/DF) **Apelado:Gutemberg Santos Pimentel** Advogado:Drs. Daniel Pereira da Silva Neto (5055/AM), Laura Maria Santiago Lucas (4872/AM) e Luana de Assis Pires (5030/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Wellington José de Araújo

Remessa Necessária Cível nº 0620624-06.2018.8.04.0001
Origem: 3ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Etelvina Lobo Braga
Requerentes:Associação dos Subtenentes e Sargentos da Polícia e Bombeiros Militares do Estado do Amazonas-Asspbmam Advogados:Drs. Rosa Evaneide Mendes Pinto (7291/AM), Wirley Benezar Falcao (12792/AM) e outros. **Requerido:Estado do Amazonas** Procuradora:Dra. Ana Marcela Grana de Almeida (7513/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Wellington José de Araújo

Exma. Sra. Desa. Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Apelação Cível nº 0206135-68.2014.8.04.0001 (Segredo de Justiça)
Origem: 3ª Vara de Família
Juiz Prolator: Antonio Itamar de Sousa Gonzaga
Apelantes:R. dos S. B. e J. F. B. em favor do menor B. D. da S. e S. Defensor:Dr. Antonio Cavalcante de Albuquerque Junior **Apelada:A. da S. S.**
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Apelação Cível nº 0622774-33.2013.8.04.0001
Origem: 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Manuel Amaro de Lima
Apelante:Banco Bradesco S.a. Advogado:Dr. Mauro Paulo Galera Mari (3056/MT e 877A/AM) e outros **Apelado:F. L. F. VIDAL**
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Apelação Cível nº 0637033-91.2017.8.04.0001
Origem: 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Ida Maria Costa de Andrade
Apelante:Banco Bonsucesso S/A Advogados:Drs. Alan Sampaio Campos (341543/SP), Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (37489A/BA) e Nathalia Pereira Leite Vilela Teixeira (167006/RJ) **Apelada:Neuza da Conceição Neves da Costa** Advogados:Drs. Kelson Girão de Souza (7670/AM) e Rodrigo Barbosa Vilhena (7396/AM)
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Apelação Cível nº 0640794-04.2015.8.04.0001
Origem: 3ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Etelvina Lobo Braga
Apelante:Ministério Público do Estado do Amazonas
Promotor:Dr. Jorge Alberto Veloso Pereira
Apelante:O Estado do Amazonas Procuradora:Dra. Roberta Ferreira de Andrade Mota (2334/AM) **Apelados:Adauto Lúcio Maués Nazareth, Carlos Alberto Alencar de Andrade, Hipólito Menezes Cordeiro, Luciano Tavares da Silva, Paulo Roberto Sobral Martins, Orlando Dario Gois do Amaral, Tamera Maciel Assad.** Advogados:Drs. Aloysio Nogueira de Melo Filho (9143/AM), Marcio Silva Teixeira (4672/AM) e Oldeney Sá Valente (970/AM)
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Apelação Cível nº 0640941-30.2015.8.04.0001
Origem: 3ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Etelvina Lobo Braga
Apelante:Ministério Público do Estado do Amazonas
Promotor:Dr. Jorge Alberto Veloso Pereira
Apelante:O Estado do Amazonas Procuradora:Dra. Roberta Ferreira de Andrade Mota (2334/AM) **Apelados:Alexandre Moraes da Silva, Carla Josephina Miranda Biaggi, Fábio Braule**

Pinto Freire, Fábio Oliveira Gomes, Fabíola Esther Queiroz de Oliveira, Ivo de Souza Cunha, Izolda de Castro e Couto Valle, Kethleen Araújo Calmont, Lia Gazineu Ferreira Advogados:Drs. Aloysio Nogueira de Melo Filho (9143/AM), Márcio Silva Teixeira (4672/AM) e Oldeney Sá Valente (970/AM)

Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Apelação Cível nº 0640949-07.2015.8.04.0001
Origem: 3ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Etelvina Lobo Braga
Apelante:Ministério Público do Estado do Amazonas
Promotor:Dr. Jorge Alberto Veloso Pereira
Apelante:O Estado do Amazonas Procurador:Dr. Franklin Arthur Martinez Filho (1251A/AM) **Apelados:Marcello Melo do Amaral, Marco Antônio Barbosa Pereira, Normando da Rocha Barbosa, Renato Fonseca de Carvalho, Ronney Ribeiro Nogueira, Samira Mousse de Carvalho, Túrbio José Corrêa da Costa, Walter Cabral de Vasconcelos Filho, Zandra Couceiro Ribeiro** Advogados:Drs. Aloysio Nogueira de Melo Filho (9143/AM), Márcio Silva Teixeira (4672/AM) e Oldeney Sá Valente (970/AM)

RelatoraExmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Apelação Cível nº 0640958-66.2015.8.04.0001
Origem: 3ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Etelvina Lobo Braga
Apelante:Ministério Público do Estado do Amazonas
Promotor:Dr. Jorge Alberto Veloso Pereira
Apelante:O Estado do Amazonas Procuradora:Dra. Roberta Ferreira de Andrade Mota (2334/AM) **Apelados:Acácia Pacheco da Silva, Ana Patrícia Freitas Ventilari Cavalheiro, Antonio Rodrigues da Silva, Emerson de Almeida Negreiros, Afonso Celso Lobo, Ailton Magno da Silva Carvalho, Ana Denise de Sousa Machado, Francisco Coutinho Roque, Geraldo Magela Fiuza e Silva, Hosana Gomes de Andrade,** Advogados:Drs. Aloysio Nogueira de Melo Filho (9143/AM), Márcio Silva Teixeira (4672/AM) e Oldeney Sá Valente (970/AM)

Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Apelação Cível nº 0640964-73.2015.8.04.0001
Origem: 3ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Etelvina Lobo Braga
Apelante:Ministério Público do Estado do Amazonas
Promotor:Dr. Jorge Alberto Veloso Pereira
Apelante:O Estado do Amazonas Procuradora:Dra. Roberta Ferreira de Andrade Mota (2334/AM) **Apelados:Humberto Lúcio Menezes de Vaquero, Irineu Loufaresbrandão Júnior, Izandra Rêgo Corrêa, Josenildes Baeta Fróes, Julio César Chaves Rebelo, Luiz Idelfonso Veiga Martins, Marcelo Augusto Ferreira Pilar, Mário José Sílva Júnior, Suely dos Santos Costa.** Advogados:Drs. Aloysio Nogueira de Melo Filho (9143/AM), Marcio Silva Teixeira (4672/AM) e Oldeney Sá Valente (970/AM)

Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Apelação Cível nº 0640967-28.2015.8.04.0001
Origem: 3ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Etelvina Lobo Braga
Apelante:Ministério Público do Estado do Amazonas
Promotor:Dr. Jorge Alberto Veloso Pereira
Apelante:O Estado do Amazonas Procuradora:Dra. Roberta Ferreira de Andrade Mota (2334/AM) **Apelados:Sinval Barroso de Sousa, Tatiana Silva Feijó, Linda Glaucia de Moraes, Nilson Nascimento dos Santos, Mario Jumbo Miranda Aufiero, Raimundo Pereira Pontes Filhos, Samara Fernandes de Amorim, Sérgio Luiz Silva Santos, Teotonio Rego Pereira** Advogados:Drs. Aloysio Nogueira de Melo Filho (9143/AM) e Marcio Silva Teixeira (4672/AM)

Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Exmo. Sr. Domingos Jorge Chalub Pereira

Agravo de Instrumento nº 4001476-56.2019.8.04.0000
Origem: 18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Kathleen dos Santos Gomes
Agravante:Edy Wiliams Alves de Araujo Advogado:Dr. Melquisedec Freitas Pantoja (10412/AM) **1ºAgravado:Freider C Moura Silva – Me (Sheknah Veiculos)** Advogado:Dr. Ikaro Pereira Amore (6350/AM)
2ºAgravado:Banco Bradesco Financiamentos S/A
Advogada:Dra. Karina de Almeida Batistuci (685A/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

Agravo de Instrumento nº 4003232-03.2019.8.04.0000
Origem: 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Agravante:American Express Brasil Assessoria Empresarial Ltda. Advogado:Dr. Eduardo Vital Chaves (257874/SP) **Agravado:Diógenes Vidal Pessoa Neto** Advogado:Dr. José Francisco Lima Pessoa (1897/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

Agravo de Instrumento nº 4003800-19.2019.8.04.0000
Origem: 10ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Mônica Cristina R. da Câmara C. do Carmo
Agravante:Eletro Instalações Ltda Advogada:Dra. Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM) e outros. **Agravado:Amazonas Distribuidora de Energia S/A** Advogado:Dr. Décio Flávio Goçalves Torres Freire (697A/AM e 56543/MG) e outros.
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

Embargos de Declaração Cível nº 0004154-15.2019.8.04.0000
Origem: Vara Especializada da Dívida Ativa Estadual
Juiz Prolator: Marco Antonio Pinto da Costa
Embargante:Álvaro Martins Advogados:Drs. César Augusto Gomes Monteiro (9696/AM) e Milton A. Rivera Reyes (9851/AM). **Embargado:Fazenda Publica Estadual do Amazonas** Procurador:Dr. Eugênio Nunes Silva (763A/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Domingos Jorge Chalub Pereira

Exmo. Sr. Des. Délcio Luís Santos

Apelação Cível nº 0631878-73.2018.8.04.0001
Origem: 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Maria Eunice Torres do Nascimento
Apelante:Construtora Etam Ltda. Advogado:Dr. Diego Marcelo Padilha Gonçalves (7613/AM) **Apelado:Nádia Miranda Breval** Advogado:Dr. João Antônio S. Tolentino (2300/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Délcio Luís Santos

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

PAUTA DE JULGAMENTOS - SESSÃO ORDINÁRIA - 30 de setembro de 2019 - 09:00 HORAS

De ordem da Excelentíssima Senhora **Desembargadora Nélia Caminha Jorge, Presidente da Egrégia Terceira Câmara Cível**, faço público que, de acordo com o artigo 934, do Código do Processo Civil, serão julgados na sessão do dia **30.09.2019**, segunda-feira, às 09:00 horas, no **Plenário do Tribunal Pleno - Térreo**, situado do Edifício Arnoldo Péres, Avenida André Araújo, s/nº - Aleixo, podendo, entretanto, nessa mesma sessão ou sessões subsequentes, serem julgados os processos adiados ou constantes de pautas já publicadas; As inscrições para sustentação oral somente serão aceitas até o início da sessão, nos termos do artigo 937, § 2º, do mencionado Código.

RELATORA	***DESA. NÉLIA CAMINHA JORGE***
MEMBROS	***DES. AIRTON LUÍS CORRÊA GENTIL***
	DES. ARISTÓTELES LIMA THURY
SUPLENTES	1ª Dra. MIRZA TELMA DE OLIVEIRA CUNHA
	2º DES. JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES

RELATOR	***DES. JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES***
MEMBROS	***DES. AIRTON LUÍS CORRÊA GENTIL***
	DES. ARISTÓTELES LIMA THURY
SUPLENTES	1ª Dra. MIRZA TELMA DE OLIVEIRA CUNHA
	2ª DESA. NÉLIA CAMINHA JORGE

RELATOR	***DES. AIRTON LUÍS CORRÊA GENTIL***
MEMBROS	***DES. ARISTÓTELES LIMA THURY***
	Dra. MIRZA TELMA DE OLIVEIRA CUNHA
SUPLENTES	1º DES. JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES
	2ª DESA. NÉLIA CAMINHA JORGE

RELATOR	***DES. ARISTÓTELES LIMA THURY***
MEMBROS	***DES. JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES***
	Dra. MIRZA TELMA DE OLIVEIRA CUNHA
SUPLENTES	1º DES. AIRTON LUÍS CORRÊA GENTIL
	2ª DESA. NÉLIA CAMINHA JORGE

RELATORA	***Dra. MIRZA TELMA DE OLIVEIRA CUNHA***
MEMBROS	***DES. JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES***
	DES. AIRTON LUÍS CORRÊA GENTIL
SUPLENTES	1º DES. ARISTÓTELES LIMA THURY
	2ª DESA. NÉLIA CAMINHA JORGE

1.**4002513-21.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento**
Origem: 5ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Cezar Luiz Bandiera
Agravante : Procuradoria-Geral do Estado do Amazonas - PGE Advogado : Jucelino Araújo Lima (8039/AM) Agravada : Geovana Rodrigues Feitosa dos Santos Fernandes Advogado : Ha yllanne Abreu Ferreira Ribeiro (12785/AM)
Presidente/Relatora : Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

2.**4002868-31.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento**
Origem: 16ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Abraham Peixoto Campos Filho
Agravante : North Manaus Importadora e Exportadora de Informática Ltda Advogado : Rafael Reis Pereira (7219/AM) Agravado : Dennis Marcelo de Souza Ramos Advogado : Vanessa Pontes dos Santos (5334/AM)
Presidente/Relatora : Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

3.**4002970-53.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento**
Origem: 20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Roberto Hermidas de Aragão Filho
Agravante : Sebastião Gonçalves Guimarães Advogado : Aluysio Sampaio Barbosa Júnior (159833/RJ) Agravado : Ferrucio Nazaré da Cunha Garcia Advogado : Bartolomeu Ferreira de Azevedo Júnior (4334/AM)
Presidente/Relatora : Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

4.**4003126-41.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento**
Origem: 1ª Vara de Iranduba
Juiz Prolator: Túlio de Oliveira Dorinho
Agravante : Banco Bradesco S.A. Advogado : Mauro Paulo Galera Mari (3056/MT) Advogado : Mauro Paulo Galera Mari (877A/AM) Agravado : Nr Comercio de Frios Ltda Advogado : Laura flavia Guimarães (11992/AM) Agravado : Águia Eletroeletrônicos Ltda - ME Advogado : Laura flavia Guimarães (11992/AM) Agravado : L.paulo Pinhiro Firmo Eireli Advogado : Laura flavia Guimarães (11992/AM) Agravado : Megamix Comercio Atacadista de Produtos Alimeniceos Ltda Advogado : Laura flavia Guimarães (11992/AM) Advogado : Fábio Brandão Saraiva Júnior (10205/AM) Agravado : Megamix Comércio de Eletroeletrônicos Ltda Advogado : Laura flavia Guimarães (11992/AM) Agravado : Rn Comercio de Frios Ltda (Frigo Um) Advogado : Laura flavia Guimarães (11992/AM)
Presidente/Relatora : Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

5.**4003155-91.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento**
Origem: 2ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Leoney Figliuolo Harraquian
Agravante : Estado do Amazonas - Secretaria de Estado da Saúde Procurador : Arthur Marcel Batista Gomes (26983/PA) Procurador : Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge Agravado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau
Presidente/Relatora : Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

6.**4003203-50.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento**
Origem: 7ª Vara de Família
Juiz Prolator: Cleonice Fernandes de Menezes Trigueiro
Agravante : Cizinei Soutelo Monteiro Advogado : Luiz Eduardo Hayden dos Santos (12051/AM) Agravada : Maria Julia Barboza de Lima Advogado : Vera Lúcia Johnson de Assis (2904/AM)
Presidente/Relatora : Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos

7.**4003323-93.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento**
Origem: 1ª Vara de Tabatinga
Juiz Prolator: Edson Rosas Neto
Agravante : Associação dos Moradores da Comunidade Nova Jerusalém Advogado : Misael Rocha de Oliveira (10896/AM) Agravado : Diocese do Alto Solimões Advogado : Dr. Hurygell Bruno de Araújo (1277E/AM)
Presidente/Relatora : Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

8.**4003441-69.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento**
Origem: 2ª Vara do Juizado Especial Cível
Juiz Prolator: Roberto Santos Taketomi
Agravante : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS Procuradora : Fernanda Meyge de Brito (35105/BA) Agravado : Romulo Jorge Ribeiro de Lima Advogado : José Edvaldo de Souza Ferreira (7086/AM)
Presidente/Relatora : Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

9.**4003745-68.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento**
Origem: Vara Especializada da Dívida Ativa Estadual
Juiz Prolator: Marco Antonio Pinto da Costa
Agravante : O Estado do Amazonas Procurador : Fabio Pereira Garcia dos Santos (4850/AM) Agravado : Sadok de Oliveira Pirangy Advogada : Jaqueline Alencar Edwards de Souza (4953/AM)
Presidente/Relatora : Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

10.**0615824-71.2014.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 2ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Dr. Ronnie Frank T. Stone
Apelante :Késsia Cruz de Freitas Defensoria : Defensoria Pública do Estado do Amazonas Defensora : Caroline Pereira de Souza (9052/AM) Apelado :O Estado do Amazonas Procurador : Élida de Lima Reis (7458/AM) **Presidente/Relatora : Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge**
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos

11.**0641698-87.2016.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 3ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Etelvina Lobo Braga
Apelante : Defensoria Pública do Estado do Amazonas Defensor : Nairo Aguiar Cordeiro (7058/AM) Defensor : Defensoria Pública do Estado do Amazonas (O/AM) Apelante : Maria Lindomar da Silva Ozório Defensor : Carlos Alberto Souza de Almeida

Filho (4590/AM) Procurador : Defensoria Pública do Estado do Amazonas (O/AM) Apelado : O Estado do Amazonas Procurador : Luciana Araújo Paes (4478/AM)

Presidente/Relatora : Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

12.**0638379-43.2018.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Ida Maria Costa de Andrade
Apelante :Márcia Maria Santiago da Silva Defensor : Phâmara de Souza Sicsú (6334/AM) Defensor : Ricardo Queiroz de Paiva (4510/AM) Defensora Pública : Thâmara de Souza Sicsú Advogado : Defensoria Pública do Estado do Amazonas (O/AM) Apelado :Instituto Nacional do Seguro Social - INSS Procuradora : Fernanda Meyge de Brito (35105/BA)

Presidente/Relatora : Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

13.**0637609-21.2016.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 5ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Cezar Luiz Bandiera
Apelado :O Estado do Amazonas Procurador : Altiza Pereira de Souza (6881/AM) Apelada : Maria do Socorro Vasconcelos Carneiro Advogado : Mauro Socorro Mendonça Pinto (10342/AM)

Presidente/Relatora : Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

14.**0214516-41.2009.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 3ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Etelvina Lobo Braga
Apelado : Mapemi-brasil Materiais Médicos e Odontológicos Ltda Advogado : Filipe de Freitas Nascimento (6445/AM) Advogada : Carla Luz Abreu (7038/AM) Advogado : Mariana de Jesus Rodrigues Ramos (9702/AM) Advogada : Luzilena Gomes Mota (9991/AM) Advogado : Lourival Siqueira Silva Neto (11828/AM) Advogada : Joyce Vivianne Veloso de Lima (8679/AM) Apelante : O Estado do Amazonas Procurador : Heloysa Simonetti Teixeira (2561/AM)

Presidente/Relatora : Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

15.**0645939-36.2018.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 3ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Etelvina Lobo Braga
Apelante :Domingos Savio de O. Monteiro Advogado : Wilson Molina Porto (805A/AM) Apelado :O Estado do Amazonas Advogada : Ivânia Lucia Silva Costa (7530/AM) Procurador : Luis Carlos Paula e Souza (1667/AM)

Presidente/Relatora : Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

16.**0616824-72.2015.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 1ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Dr. Ronnie Frank T. Stone
Apelante :O Estado do Amazonas Procurador : Mateus Severiano da Costa (23390/MT) Apelado : Indústria Farmacêutica Rioquimica Ltda. Advogado : Michel Petrolli Alberici (210139/SP)

Presidente/Relatora : Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge

17.**0640942-44.2017.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem:1ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Dr. Ronnie Frank T. Stone
Apelante : Andreza Suelen de Figueiredo Brandão Advogado : Ana Lucia de Oliveira Duarte (10524/AM) Apelado : O Estado do Amazonas Procurador : Janilson da Costa Barros (13152/AM)

Presidente/Relatora : Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge

18.**0625642-81.2013.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 4ª Vara da Fazenda Pública Estadual (Extinta)
Juiz Prolator: Jean Carlos Pimentel dos Santos
Apelante : Fernando da Costa Matias Advogado : Milcyete Braga Assayag (5006/AM) Advogada : Nadla Cristina Lopes Fernandes (3256/AM) Apelado : O Estado do Amazonas Procurador : Lisieux Ribeiro Lima (4486/AM)

Presidente/Relatora : Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge

19.**0640329-58.2016.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 2ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Leoney F. Harraquian
Apelante : O Estado do Amazonas Procurador : Janilson da Costa Barros (13152/AM) Apelante : Fundação Hospital Adriano Jorge - FHAJ Apelada : Luzia Gama de Souza Advogado : Sebastião Gonçalves de Araújo Filho (9665/AM) Advogada : Margarida Maria Leão de Oliveira (5185/AM) Advogado : José Raimundo Silva Andion (9021/AM)

Presidente/Relatora : Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge

20.**0239802-21.2009.8.04.0001 - Apelação / Remessa Necessária**
Origem: 4ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Paulo Fernando de Britto Feitoza
Apelante : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau Promotor : Antônio José Mancilha (1031/MPAM/AM) Apelado : Carlos Almeida Neves Advogada : Ana Célia Santana da Silva (A456/AM) Remetente : Juízo de Direito da 4ª Vara da Fazenda Pública Estadual do Amazonas **Presidente/Relatora : Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge**
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle

21.**0636884-95.2017.8.04.0001 - Apelação / Remessa Necessária**
Origem: Vara Especializada da Dívida Ativa Municipal
Juiz Prolator: Ana Mª de O. Diógenes
Apelante : Raimundo de Sena Bentes Defensora : Defensoria Pública do Estado do Amazonas Apelado : O Município de Manaus Procurador : Rodrigo Monteiro Custódio (6452/AM)

Presidente/Relatora : Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

22.**0621328-87.2016.8.04.0001 - Remessa Necessária Cível**
Origem: 5ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Cezar Luiz Bandiera
Requerente : MARCELA ARAÚJO RUIZ Advogado : Bianka Caelli Barreto Rodrigues (4445/AM) Requerido : Universidade do Estado do Amazonas-uea Procurador : Eriverton Monte Resende (7648/AM) Procurador : Marcelo Carvalho da Silva (6193/AM) Procurador : Luciana Elvas Pinheiro (5657/AM) Procurador : Etã Pereira Castelo Branco (6550/AM) Procurador : Wanessa Cavalcante Fecury Soares (6367/AM) Procurador : Aly Nasser Abrahim Ballut Filho (6002/AM) Remetente : Juízo de Direito da 5ª Vara da Fazenda Pública do Estado do Amazonas

Presidente/Relatora : Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle

23.**0005635-13.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível**
Origem: 1ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Sheilla Jordana de Sales
Embargante : Colmeia Laranjeira Empreendimentos Imobiliários Ltda Advogado : Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM) Advogado : Ana Beatriz da Silva Oliveira (9372/AM) Advogada : Carolina Ribeiro Botelho (5963/AM) Soc. Advogados : Andrade GC Advogados (57/AM) Embargado : Saulo de Carvalho Advogada : Adriane Cristine Cabral Magalhães (5373/AM) Advogado : Tarcísio Ramos do Vale (8534/AM) Advogado : Erick Fernando Queiroz Pereira (12071/AM) Embargada : Mariza Caldas de Carvalho Advogada : Adriane Cristine Cabral Magalhães (5373/AM) Advogado : Tarcísio Ramos do Vale (8534/AM) Advogado : Erick Fernando Queiroz Pereira (12071/AM)

Presidente/Relatora : Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

24.**0004948-36.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível**
Origem: 1ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Dr. Ronnie Frank T. Stone
Embargante : Marcia Jeane de Souza Melo Esperança Advogado : Affimar Cabo Verde Filho (73974/RJ) Embargado : O Estado do Amazonas Procurador : Jucelino Araújo Lima (8039/AM)
Presidente/Relatora : Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

25.**0601096-83.2018.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Ida Maria Costa de Andrade
Apelante : Takeshi Sakai Advogado : Solon Angelim Alencar Ferreira (3338/AM) Advogado : Sebastião Gonçalves Gomes Filho (2488/AM) Apelado : N. L. L. Aluguel de Máquinas e Equipamentos para Construção Civil Ltda. - EPP Advogado : Jorge Secaf Neto (1167/AM) Advogado : Leticia Sant Ana Xavier (12994/AM) Advogado : Clóvis Smith Frota Júnior (3626/AM)
Presidente: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões

26.**0631173-75.2018.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Diógenes Vidal Pessoa Neto
Apelante : Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda Advogada : Emilly Bianca Ferreira dos Santos Advogado : Pedro Câmara Junior (2834/AM) Advogado : Isabelle Benlolo de Azevedo (11737/AM) Apelado : Biotargeting Representações e Comércio de Produtos Para Saúde Ltda. Advogado : Anelson Brito de Souza (5342/AM)
Presidente: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões

27.**0216345-23.2010.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Ida Maria Costa de Andrade
Apelante : J F de Oliveira Navegação Ltda Advogado : Solon Argelim de Alencar Ferreira (3338/AM) Apelado : Ctil Logística Ltda Advogado : Fernanda Seefeld (113427/RS) Advogado : Francisco Rosito (44307/RS) Advogada : Marcia Mallmann Lippert (35570/RS)
Presidente: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões

28.**0622812-06.2017.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Manuel Amaro de Lima
Apelante : Maria das Dores Rodrigues dos Santos Advogado : Jamile Ribeiro da Silva (4977/AM) Apelado : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/A) Advogado : Guilherme Vilela de Paula (69306/MG) Advogada : Lígia de Souza Frias (1074A/AM) Advogada : Isabela Montuori Bougleux de Araujo (118303/MG) Advogada : Lígia de Souza Frias (1074A/AM) Advogado : Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM) Advogado : Gustavo Henrique Wykrota Tostes (A1065/AM) Advogado : Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (56543/MG) Advogado : Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (697/AM)
Presidente: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões

29.**0608578-48.2019.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Rosselberto Himenes
Apelante : Jean Zylberberg Advogada : Raquel Pinto Valente (6771/AM) Advogado : Nilson Coronim (1925/AM) Apelada : Santa Cláudia Bebidas e Concentrados da Amazônia Ltda Advogado : Igor de Mendonça Campos (303002/SP) Advogada : Priscila Lima Monteiro (5901/AM)
Presidente: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões

30.**0628506-19.2018.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 5ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Cezar Luiz Bandiera
Apelante : Claudenor Ozorio de Carvalho Advogado : João Bosco Correa Omena (9109/AM) Apelado : O Município de Manaus Procurador : Annick Costa Monteiro (2069/AM)
Presidente: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões

31.**0628098-28.2018.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Roberto Santos Taketomi
Apelado : Shopping Manaus Via Norte SPE S/A. Advogado : Rodolfo Ripper Fernandes (121045/RJ) Apelado : S. A. Serviços de Academia de Ginástia Ltda. Advogada : Fabíola Maria Carvalho Vasques (4167/AM) Advogado : Edilson Batista de Menezes Junior (26464/BA) Apelante : S.A Serviços de Academia de Ginástica LTDA Advogado : Edilson Batista de Menezes Junior (26464/BA) Apelado : Shopping Manaus Via Norte Spe S.a. Advogado : Rodolfo Ripper Fernandes (121045/RJ)
Presidente: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões

32.**0003342-70.2019.8.04.0000 - Agravo Interno Cível**
Origem: 18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Kathleen dos Santos Gomes
Agravante: Banco Bmg S/A Advogado : Antonio de Moraes Dourado Neto (30142A/CE) Advogado : Hugo Neves de M. Andrade (21496AC/E) Agravado : Francisca Pinto Advogada : Djane Oliveira Marinho (5849/AM)
Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil

33.**0002690-53.2019.8.04.0000 - Agravo Interno Cível**
Origem: 1ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Dr. Ronnie Frank T. Stone
Agravante : O Estado do Amazonas Procurador : Laércio de Castro Dourado Júnior (13184/AM) Agravado : Romulo Valente Cavalcante Advogado : Ney Bastos Soares Junior (4336/AM) **Presidente**:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos

34.**0002966-84.2019.8.04.0000 - Agravo Interno Cível**
Origem: 1ª Vara de Humaitá
Juiz Prolator: Diego Brum Legaspe Barbosa
Agravante : Dayana cristina do nascimento ribeiro Reptante : Paulo Valcy Fernandes da Silva Advogado : Debora de Souza Lima (7663/RO) Advogado : Vagner Boscato de Almeida (6737/RO) Agravado : Municipio de Humaitá Procurador : Camila Malta Soares (7787/RO) Procurador : Edilson Miranda (2213/AM)
Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil

35.**4004699-85.2017.8.04.0000 - Agravo de Instrumento**
Origem: 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Maria Eunice Torres do Nascimento
Agravante : Karine Mangueira Pimenta Advogado : Filipe de Freitas Nascimento (6445/AM) Advogado : Marcello Henrique Garcia Lima (10461/AM) Agravado : Home Comércio de Vidros Ltda - Me Advogado : Simone de Lima Farias do Nascimento (378341/SP)
Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil

36.**4005386-28.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento**
Origem: Vara de Órfãos e Sucessões
Juiz Prolator: Alexandre Lopes Lasmar
Agravante : Abrahim Jezini Advogado : Abrahim Jezini (4584/AM) Agravada : Vilcimara Souza da Silva Advogado : Jucelino dos Santos Nobre (6166/AM) Advogado : Jorge Anderson Pereira Borges (6400/AM) Advogado : Odair Alan Rodrigues de Melo (4715/AM)
Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil

37.**4005665-14.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento**
Origem: 12ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Márcio Rothier Pinheiro Torres
Agravante : Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda Advogado : Isabelle Benlolo de Azevedo (11737/AM) Advogado : Pedro Camara Junior (2834/AM) Advogado : Elaise Moss Portela (7689/AM) Agravado : Manuel Neuzimar Pinheiro Júnior Advogado : Antonio Adalberto Magalhães Martins (2792/AM)
Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil

38.**4000426-92.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento**
Origem: 10ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Mônica Cristina Raposo da Câmara Chaves do Carmo
Agravante : Paulo Junior Campos Eliziario Advogado : Flávio Rafael Perdigão Guerra (8500/AM) Agravado : Banco Bmg S/A Advogado : Antônio de Moraes Dourado Neto (23255/PE)
Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil

39.**4000455-61.2019.8.04.0900 - Agravo de Instrumento**
Origem: 2ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Leoney Figliuolo Harraquian
Agravante : O Estado do Amazonas Advogado : Marcelo Augusto Albuquerque da Cunha (2538/AM) Agravada : Letícia Dias Anselmo Advogado : Lusio Frank Freitas Dacio (10456/AM)
Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos

40.**4001351-88.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento**
Origem: 16ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Abraham Peixoto Campos Filho
Agravante : Petros Fundação Petrobras de Seguridade Social Advogado : Carlos Roberto Siqueira Castro (671A/AM) Agravado : Elias Pereira da Silva Advogado : Luiz Eduardo Lustosa de Oliveira (833/AM) Advogado : Ornan Bugalho Corrêa Filho (1825/AM) Advogado : Marcelo Augusto Correa de Oliveira (2568/AM) Advogado : Peterson Gustavo Germano Motta (7051/AM) Advogada : Cláudia Nascimento Guimarães Santana (11093/AM) Advogado : Matheus de Oliveira Santana (12577/AM)
Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil

41.**4001343-14.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento**
Origem: 18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Kathleen dos Santos Gomes
Agravante : Petros Fundação Petrobras de Seguridade Social Advogado : Carlos Roberto Siqueira Castro (671A/AM) Agravada : Sandra da Silva Costa Advogado : Carlos Gomes Rocha de Freitas (10030/AM) Advogado : Adriana Maria Giannico de Araujo Viana Pinheiro (9741/AM)
Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil

42.**4001462-72.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento**
Origem: 19ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Rogério José da Costa Vieira
Agravante : Rosalvo Veículos Ltda. Advogado : Frank Figueiredo César (6560/AM) Agravada : Rosimar de Almeida Batista Agravado : Everton Souza Nascimento Advogada : Stelisy Silva da Rocha (7989/AM) Advogado : Jose Estevão Xavier (8824/AM)
Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil

43.**4001472-19.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento**
Origem: 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Rosselberto Himenes
Agravante : Valéria Moura da Silva Advogado : Charles Ribeiro da Silva (5694/AM) Agravada : Patricia Ruiz de Sousa Advogado : Sheila Bartolotti Ravedutti (3809/AM) Advogado : Kauai Seixas Mendes (13244/AM)
Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil

44.**4001558-87.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento**
Origem: 18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Kathllen dos Santos Gomes
Agravante : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/A) Advogado : Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM) Advogada : Isabela Montuori Bougleux de Araújo (1069A/AM) Agravado : Bipacel - Benaion Indústria de Papel e Celulose S.a Advogado : Ewerton Smith do Nascimento (9715/AM) Advogado : Francisco Charles Cunha Garcia Júnior (4563/AM) Advogada : Juliana Chaves Coimbra Garcia (4040/AM) Advogado : Andréa Cardoso Salgado (4743/AM)
Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle

45.**4001582-18.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento**
Origem: 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Maria Eunice Torres do Nascimento
Agravante : Pdg Realty S/A Empreendimentos e Participações Agravante : Gonder Incorporadora LTDA Advogado : Fábio Rivelli (1119A/AM) Agravada : Maria Francinaire Augusto Alves Agravado : Julio César do Prado Advogado : Marcelo Abdon Souto Kizem (2138/AM)
Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil

46.**4001747-65.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento**
Origem: 2ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Leoney F. Harraquian
Agravante : Maria das Graças Ribeiro de Souza Defensor : Arlindo Gonçalves dos Santos Neto (4368/AM) Defensoria : Defensoria Pública do Estado do Amazonas Agravado : Estado do Amazonas - Secretaria de Estado da Saúde - SUSAM Procurador : Paulo José Gomes de Carvalho (1124/AM) Agravado : Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - PGE
Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil

47.**4002035-13.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento**
Origem: 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Diógenes Vidal Pessoa Neto
Agravante : Banco Bradesco Financiamentos S/A Advogado : Antonio Braz da Silva (12450/PE) Agravada : Janaina Bastos Fonseca Advogado : Fabrizzio Gadelha Souza (13057/AM) Advogado : Alessandro Nogueira Monteiro (10554/AM) Advogado : Marcos Augusto dos Santos Ferreira (11940/AM)
Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil

48.**4002131-28.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento**
Origem: 1ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Dr. Ronnie Frank T. Stone
Agravante : Defensoria Pública do Estado do Amazonas Defensor : Thiago Nobre Rosas (4773/AM) Defensoria : Defensoria Pública do Estado do Amazonas Agravado : O Município de Manaus Procurador : Lucas Grangeiro Bonifácio (14198/AM)
Presidente/Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos

49.**4002831-04.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento**
Origem: 5ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Cezar Luiz Bandiera
Agravante : Manaus Previdência - MANAUSPREV Procurador : Rafael da Cruz Lauria (5716/AM) Agravada : Angelina de Souza Santos Advogado : Edgar Portela da Silva Aguiar (9941/AM)
Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil

50.**4003271-97.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento**
Origem: 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Diógenes Vidal Pessoa Neto
Agravante : Peugeot Citroen do Brasil Automóveis Ltda Advogado : Carlos Tavares e Silva (59567/DF) Advogado : Luciana Goulart Penteado (167884/SP) Agravado : Alexsander Barroso Lopes Me (Transinfo) Advogado : Rafael Fernando Tiesca Maciel (7187/AM) Advogado : Erivelton Ferreira Barreto (5568/AM)
Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil

51.**0635454-79.2015.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 3ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Etelvina Lobo Braga
Apelante : Maria das Graças Rrodrigues Oliveira Filha Defensor : Arlindo Gonçalves dos Santos Neto (4368/AM) Defensoria : Defensoria Pública do Estado do Amazonas Apelado : O Estado do Amazonas Procurador : Micael Pinheiro Neves Silva (6088/AM) Procurador : Jucelino Araújo Lima (8039/AM) **Presidente**:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina de Castro do Couto Valle.

52.**0608870-72.2015.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Victor André Liuzzi Gomes
Apelante : Cauã Uriel Silva de Lima Representa : Arilson Freitas de Lima Representa : Cristiane da Silveira e Silva Advogada : Loren Gisele de Lima Nicácio Pazos (5211/AM) Apelado : Shopping Ponta Negra Advogado : Marcos Ricardo Herszon Cavalcanti (2324/AM) Advogado : Paulo Rogerio Arantes (1509/AM) Advogado : Rafael Albuquerque Gomes de Oliveira (4831/AM) Advogada : Maria Glades Ribeiro dos Santos (2144/AM) Apelado : Cinépolis Operadora de Cinemas do Brasil Ltda. Advogado : Érico Rodrigo Farias Pinheiro (8929/AM) **Presidente**:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle

53.**0706166-02.2012.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Rosselberto Himenes
Apelante : Nobre Seguros Ltda Advogado : Maria Emilia Gonçalves de Rueda (23748/PE) Apelante : Locadora Vivian Ltda - Epp Advogado : Marcelo Furukawa Maia (4527/AM) Apelado : Otoniel Emiliano Bezerra Filho Advogado : Antônio César Alves Silva (6058/AM) **Presidente**:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil
Procurador de Justiça: Exm. Sr. Dr. Pedro Bezerra Filho

54.**0629047-57.2015.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 5ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Cezar Luiz Bandiera
Apelante : O Município de Manaus Procurador : Aldenaira Paula de Freitas (2191/AM) Apelante : Maria Luiza Maia Rocha dos Santos Advogada : Ivânia Lucia Silva Costa (7530/AM) Apelado : O Município de Manaus Procurador : Aldenaira Paula de Freitas (2191/AM) Apelado : Manaus Previdência - MANAUSPREV Advogado : Rafael da Cruz Lauria (5716/AM) Advogado : Iza Amélia de Castro Albuquerque (3814/AM) Apelada : Maria Luiza Maia Rocha dos Santos Advogada : Ivânia Lucia Silva Costa (7530/AM) **Presidente**:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle

55.**0627532-21.2014.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 19ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Rogério José da Costa Vieira
Apelante : Banco Pan S/A Advogado : Feliciano Lyra Moura (21714/PE) Advogado : Luiz Ricardo da Silva Santos (9360/AM) Advogado : Antonio de Moraes Dourado Neto (30142A/CE) Apelada : Michelle Soares Cruz Advogado : Luis Albert dos Santos Oliveira (8251/AM)
Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil

56.**0625710-94.2014.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 1ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Dr. Ronnie Frank T. Stone
Apelante : Estado do Amazonas Procurador : Ana Marcela Grana de Almeida (7513/AM) Apelada : Kathleen dos Santos Gomes, Advogado : Rommel Júnior Queiroz Rodrigues (8279/AM) **Presidente**:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle

57.**0619949-14.2016.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 5ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Cezar Luiz Bandiera
Apelante : Isabel Sousa do Nascimento Advogada : Livia Maria Andrade Porto (11348/AM) Apelado : O Município de Manaus Procurador : Margaux Guerreiro de Castro (3917/AM) **Presidente**:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos

58.**0623515-34.2017.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 5ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Cezar Luiz Bandiera
Apelante : Emerson Swami de Lima Regis Advogado : Luis Felipe Mota Mendonça (2505/AM) Apelado : O Município de Manaus Procurador : Osni Amaral Santana (1959/AM)
Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil

59.**0000915-73.2013.8.04.5800 - Apelação Cível**
Origem: 1ª Vara de Maués
Juiz Prolator: Rafael Almeida Cró Brito
Apelante : Raimundo José Paiva de Negreiros Advogado : Rodrigo Cesar da Silva e Silva (7260/AM) Apelado : Prefeitura do Município de Maués/am Procurador : Sérgio Vital Leite de Oliveira (9124/AM) Procurador : Saulo Gabriel Rodrigues dos Santos (9908/AM) **Presidente**:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle

60.**0211875-12.2011.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 1ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Dr. Ronnie Frank T. Stone
Apelante : Ministério Público do Estado do Amazonas Promotor : Edinaldo Aquino Medeiros (2898/AM) Apelante : 78.ª Promotoria de Justiça - Patrimônio Público Apelado : Raimundo Ribeiro de Oliveira Filho Procurador : Martha Mafra Gonzalez (4103/AM) Apelado : Lindomar Gonçalves de Vasconcelos Advogado : Alan Johnny Feitosa da Fonseca Advogado : Juvenal Severino Botelho (5044/AM) Advogado : Geraldo Albuquerque da Mata (1394/AM) Apelado : Rômulo Porto Barbosa Vasconcelos de Azevedo Advogado : Ingo Dieter Pietzsch (6337/AM) Apelado : José Carlos Pereira de Freitas Advogada : Nieli Nascimento Araújo Fernandes (1089A/AM) Advogado : Jammes Bezerra de Oliveira (10038/AM) Advogado : Carlos Henrique Soares Santos (10996/AM) Apelado : Augusto Cesar Silva de Menezes Advogada : Nieli Nascimento Araújo Fernandes (1089A/AM) Advogado : Antonio Acacio do Nascimento Neto (10383/AM) Advogado : Jammes Bezerra de Oliveira (10038/AM) Advogado : Otavio Araujo Neto (10189/AM) Advogado : Frederico Gustavo Távora (6462/AM) Apelado : Wirley José dos Santos Abdala Advogada : Nieli Nascimento Araújo Fernandes (1089A/AM) Advogado : Antonio Acacio do Nascimento Neto (10383/AM) Advogado : Jammes Bezerra de Oliveira (10038/AM) Apelado : Hellyton Levy Carvalho de Sá Apelado : Hiltomar Jaime Régis Advogada : Nieli Nascimento Araújo Fernandes

(1089A/AM) Advogado : Otávio Araujo Neto (10189/AM) Advogado : Jammes Bezerra de Oliveira (10038/AM) **Presidente**:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil

Procurador de Justiça: Exmo. Sr. Dr. Pedro Bezerra Filho

61.**0623033-86.2017.8.04.0001 - Apelação Cível**

Origem: 1ª Vara da Fazenda Pública

Juiz Prolator: Dr. Ronnie Frank T. Stone

Apelante : Maria das Graças da Silva Advogada : Evelyn Campelo Loureiro (5298/AM) Apelado : Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - PGE Apelado : O Estado do Amazonas Procurador : Alberto Bezerra de Melo (2015/AM) **Presidente**:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil

Procurador de Justiça: Exm. Sr. Dr. Pedro Bezerra Filho

62.**0615250-82.2013.8.04.0001 - Apelação Cível**

Origem: 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: Manuel Amaro de Lima

Apelante : Fábio Rodrigues Barbosa Advogado : Luiz Henrique Braz Junior (4652/AM) Advogado : Samuel Cavalcante da Silva (3260/AM) Apelado : José Vicente Ferreira Advogado : Mário da Cruz Glória (4013/AM) Advogado : André Guimarães da Cruz (7549/AM)

Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil

63.**0612734-50.2017.8.04.0001 - Apelação Cível**

Origem: 3ª Vara da Fazenda Pública

Juiz Prolator: Etelvina Lobo Braga

Apelante : Euclides da Silva Neto Advogado : Ronaldo Santana Macêdo (6536/AM) Apelado : O Estado do Amazonas Procurador : Vitor Hugo Mota de Menezes (1675/AM) **Presidente**:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil

Procurador de Justiça: Exm. Sr. Dr. Pedro Bezerra Filho

64.**0639870-56.2016.8.04.0001 - Apelação Cível**

Origem: 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: Manuel Amaro de Lima

Apelante : Kss Empreendimentos S/S Ltda Advogada : Adriane Cristine Cabral Magalhães (5373/AM) Advogada : Liege de Abreu Carvalho (2309/AM) Apelado : Condomínio Edifício Tropical Executive & Residence Hotel Advogado : Wilson Peçanha Neto (4630/AM) Advogado : Walquer Moraes dos Reis (8804/AM) Apelado : Nobile Gestao de Empreendimentos Ltda - Wyndham Garden Manaus Advogada : Debora de Fatima Rech Isoton (66579/PR) Advogada : Deborah Christina de Brito Nascimento (28192/DF)

Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil

65.**0603211-14.2017.8.04.0001 - Apelação Cível**

Origem: 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: Maria Eunice Torres do Nascimento

Apelante : Banco Bradesco Financiamentos S/A Advogado : José Augusto de Rezende Júnior (1109A/AM) Apelada : Monica Maria Chaves Pereira Advogada : Islane Marques Setubal (7239/AM)

Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil

66.**0624229-62.2015.8.04.0001 - Apelação Cível**

Origem: 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: Maria Eunice Torres do Nascimento

Apelante : Universidade Anhanguera - Uniderp Advogada : Flávia Almeida Moura Di Latella (109730/MG) Advogado : Ana Carolina Remigio de Oliveira (86844/MG) Apelada : Célia Araújo Gadelha Advogado : Andréia Sabino Correia (7074/AM)

Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil

Procurador de Justiça: Exm. Sr. Dr. Pedro Bezerra Filho

67.**0636422-41.2017.8.04.0001 - Apelação Cível**

Origem: 20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: Roberto Hermidas de Aragão Filho

Apelante : Carloberto Terra Apelante : Wiliam Góes Terra Advogado : Alex Sander de Almeida Albuquerque (8971/AM) Apelada : Norma Costa Pantoja Advogado : Náiade Victória Araujo Perrone (9183/AM) Advogado : Osvaldo Biase Martins Junior (11096/AM) Advogado : Devid Vinicius Xavier da Costa (9673/AM)

Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil

68.**0619831-67.2018.8.04.0001 - Apelação Cível**

Origem: 1ª Vara da Fazenda Pública

Juiz Prolator: Dr. Ronnie Frank T. Stone

Apelante : Luis David Checa Bernazzi Advogada : Carla Albuquerque Ferreira (281337/SP) Advogado : Eder Luiz de Almeida (71886/SP) Apelado : O Estado do Amazonas Procurador : Evandro Ezidro de Lima Regis (2498/AM)

Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil

69.**0000160-76.2019.8.04.0000 - Apelação Cível**

Origem: 1ª Vara de Tabatinga

Juiz Prolator: Samuel Pereira Porfírio

Apelado : Municipio de Tabatinga/AM- Prefeitura Procurador : Jameson Damasceno Pinheiro de Menezes (3339/AM) Apelado : Luiz Sérgio Nascimento da Silva Apelada : Maria do Perpetuo Socorro Moreira Fernandes Apelado : Martin da Costa Mestancio Apelado : Nazareno Felipe dos Santos Apelado : Nelio Ruiz Pinto Advogado : Lindonor Ferreira de Melo Santos (6710/AM)

Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil

70.**0607001-11.2014.8.04.0001 - Apelação Cível**

Origem: 2ª Vara da Fazenda Pública

Juiz Prolator: Leoney F. Harraquian

Apelante : Joyce Bandeira e Silva Advogado : Raul Góes Neto (8203/AM) Apelado : O Estado do Amazonas Procurador : Ticiano Alves e Silva (A764AM) **Presidente**:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil

Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle

71.**0632748-21.2018.8.04.0001 - Apelação Cível**

Origem: 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: Simone Laurent de Figueiredo

Apelante :Thiago Willian Moreira Campelo Advogado : Guilherme Gustavo Vasques (5663/AM) Advogado : Winston de Araújo Teixeira (1295A/AM) Advogado : Bernardo Silva de Seixas (7910/AM) Apelado : Fundacao dos Economiarios Federais - Funcef Advogado : Francisco Aldairton Ribeiro Carvalho Junior (16045/CE)

Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil

72.**0606829-35.2015.8.04.0001 - Apelação Cível**

Origem: 2ª Vara da Fazenda Pública

Juiz Prolator: Dr. Ronnie Frank T. Stone

Apelante : O Estado do Amazonas Procurador : Gabriela Muniz de Moura (13186/AM) Apelado : Igor de Lima Pereira Advogada : Raquel Isadora Leite Vieira (7586/AM) Advogado : Paulo Sérgio de Oliveira (8478/AM) Advogada : Cléa Lusia Ribeiro Braga (7019/AM) Advogado : Jose Ribamar Guilherme Correia (9637/AM) Advogada : Gabriela Muniz de Moura (14809/MA) Advogado : Paulo Sérgio de Oliveira (8478/AM)

Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil

73.**0359297-30.2007.8.04.0001 - Apelação Cível**

Origem: Vara Especializada do Meio Ambiente

Juiz Prolator: Victor André Liuzzi Gomes

Apelante : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau Promotora : Maria Cristina Vieira da Rocha (137AM)

Apelado : Severino Gomes das Merces Apelada : Empresa Mercês Materiais de Construção Advogado : Dagmo Varela da Cunha (5864/AM) **Presidente**:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil

Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle

74.**0625962-63.2015.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Manuel Amaro de Lima
Apelante : Ali Ismail Abdel Qader Ismail Advogado : Ricardo Leite Menezes (10110/AM) Advogado : Diego Andrade de Oliveira (8792/AM) Advogado : Calixto Hagge Neto (8788/AM) Apelado : Paulo Soares dos Santos Apelada : Ana Maria Araújo de Castro Leite Advogado : Paulo Rodrigues de Almeida (9533/AM) Advogado : Guttemberg Alencar Viana (9698/AM)
Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil

75.**0235935-39.2017.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Roberto Santos Taketomi
Apelante : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS Procurador : Luiz Gustavo Isoldi (203340/SP) Apelada : Fabiane Morais de Lima Advogado : Dermeval de Oliveira Nascimento (7475/AM) **Presidente**:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil
Procurador de Justiça: Exmo. Sr. Dr. Pedro Bezerra Filho

76.**0621885-45.2014.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Roberto Santos Taketomi
Apelante : Judimira Rodrigues Carvalho Defensor : Raimundo Sérvulo Lourido Barreto (127956/AM) Defensoria : Defensoria Pública do Estado do Amazonas Apelado : Oswaldo Fernandes da Silva Neto Apelado : José Afrânio Killer Amaral de Souza Advogada : Fabíola da Silva Guimarães (8422/AM) Advogado : Julie Cintra Levinthal (8180/AM)
Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil

77.**0617383-92.2016.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Victor André Liuzzi Gomes
Apelante : Banco Bradesco Cartões S/A Advogado : André Nieto Moya (235738/SP) Apelado : Transfort-transporte e Comercio de Alimentos LTDA
Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil

78.**0627569-43.2017.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 3ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Etelvina Lobo Braga
Apelante : Kelly Cristina Bezerra da Silva Advogado : Manoel Pedro de Carvalho (4890/AM) Advogado : Oswaldo Távora Buarque Neto (5566/AM) Apelado : O Estado do Amazonas Procurador : Ivânia Lucia Silva Costa (7530/AM) **Presidente**:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle

79.**0614355-24.2013.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 10ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Mônica Cristina Raposo da Câmara Chaves do Carmo
Apelante : ACETAM - Associação de Ciências, Educação e Tecnologia da Amazônia Advogado : Rennalt Lessa de Freitas (8020/AM) Apelado : Gustavo Leon Cardoso Comeli Apelada : Elizete Peres Cardoso Apelado : Brayan Lucas Cardoso Comeli Advogado : Gaspar Silveira Martins Barcelos do Monte (2727/AM)
Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil

80.**0004442-82.2014.8.04.3800 - Apelação Cível**
Origem: 1ª Vara de Coari
Juiz Prolator: Fábio Lopes Alfaia
Apelante : Municipio de Coari/AM Procurador : Laura Macedo Coelho (11723/AM) Procurador : Maria Noeme Tigresa de Souza Matos (12685/AM) Apelado : Daniel de Assis Lobo Advogado : Luiz Otavio de Vercosa Cha (148931/RJ)
Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil

81.**0624641-22.2017.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 1ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Dr. Ronnie Frank T. Stone
Apelante : Romulo Valente Cavalcante Advogado : Ney Bastos Soares Junior (4336/AM) Advogado : Felipe Chads Azeredo (13559/AM) Apelado : O Estado do Amazonas Procurador : Laércio de Castro Dourado Júnior (13184/AM)
Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos

82.**0206260-75.2010.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Manuel Amaro de Lima
Apelante : Smart Acabamentos e Serviços Advogada : Rozeli Ferreira Sobral Astuto (5743/AM) Advogado : Alexandre Moraes da Silva (8644/AM) Apelado : Empresa Santa Matildes Pecas Plasticas Industria Ltda Advogado : David Dangeres Jorge (3718/AM) Advogado : José Augusto Celestino de Oliveira Gomes (3597/AM) Advogada : Elisa Gomes Valente Bulboo (9767/AM) Advogado : Joaquim Donato Lopes Filho (1539/AM)
Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil

83.**0632218-56.2014.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Simone Laurent de Figueiredo
Apelante : Ranur Agência de Carga e Transporte Ltda Advogada : Solange Maria Crystal (104754/SP) Apelado : Argo Seguros Brasil S. A. Advogado : Márcio Roberto Gotas Moreira (178051/SP) Advogada : Isabela Ribeiro Alves (5270/AM) Advogado : Luiz Cesar Lima da SIlva (147987/SP) Advogado : Paulo Henrique Cremoneze Pacheco (131561/SP) Apelado : Tampa Cargo S/A
Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil

84.**0622043-66.2015.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 4ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Paulo Fernando de Britto Feitoza
Apelante : O Município de Manaus Procurador : Ladyane Serafim Pereira (4990/AM) Apelante : Instituto Municipal de Engenharia e Fiscalização do Trânsito - Manaustrans Procurador : Júlio César Lima (6182/AM) Procurador : Arianne Soares Chagas (9564/AM) Apelado : Arlley Barbosa de Souza Advogado : Antonio Nunes Colares Neto (10728/AM)
Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil

85.**0706559-24.2012.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 2ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Leoney F. Harraquian
Apelante : Valdete Santos de Araújo Advogado : Cássio França Vieira (4409/AM) Apelado : Universidade do Estado do Amazonas - Uea Procurador : Wanessa Cavalcante Fecury Soares (6367/AM)
Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil

86.**0641321-82.2017.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Francisco Carlos G. de Queiroz
Apelante : Banco Bradesco S.A. Advogado : Antonio Braz da Silva (1026A/AM) Apelado : Sebastião Feitosa da Silva Advogada

: Sandra Regina dos Santos (3455/AM) Advogado : Rafael Santos da Silva (9955/AM)

Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil

87.**0000509-67.2015.8.04.3800 - Apelação Cível**

Origem: 1ª Vara de Coari

Juiz Prolator: Fábio Lopes Alfaia

Apelante : Municipio de Coari/am Procurador : Laura Macedo Coelho (11723/AM) Procurador : Alberto Lúcio de Souza Simonetti Filho (12782/AM) Procurador : Luciana Caxeixa Alfaia (7226/AM) Procurador : Larissa Santos Leão de Oliveira (13013/AM) Procurador : Maria Noeme Tigresa de Souza Matos (12685/AM) Apelado : Andre Gonçalves Ferreira Filho Advogado : Luiz Otavio de Verçosa Chã (910A/AM) Advogado : Luiz Otavio de Vercosa Cha (148931/RJ)

Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil

88.**0000680-87.2016.8.04.3800 - Apelação Cível**

Origem: 1ª Vara de Coari

Juiz Prolator: Fábio Lopes Alfaia

Apelante : Municipio de Coari/am Procurador : Laura Macedo Coelho (11723/AM) Procurador : Maria Noeme Tigresa de Souza Matos (12685/AM) Procurador : Alberto Lúcio de Souza Simonetti Filho (12782/AM) Procurador : Luciana Caxeixa Alfaia (7226/AM) Procurador : Larissa Santos Leão de Oliveira (13013/AM) Apelada : Orlenilda da Fonseca Pinto Advogado : Leandro Castilho (6082/AM) Advogada : Talles de Castro Pereira (12094/AM)

Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil

89.**0001042-89.2016.8.04.3800 - Apelação Cível**

Origem: 1ª Vara de Coari

Juiz Prolator: Fábio Lopes Alfaia

Apelante : Municipio de Coari/am Procurador : Laura Macedo Coelho (11723/AM) Procurador : Alberto Lúcio de Souza Simonetti Filho (12782/AM) Procurador : Luciana Caxeixa Alfaia (7226/AM) Procurador : Larissa Santos Leão de Oliveira (13013/AM) Procurador : Maria Noeme Tigresa de Souza Matos (12685/AM) Apelado : Mister Santos de Melo Advogado : Luiz Otavio de Verçosa Chã (910A/AM) Advogado : Luiz Otavio de Vercosa Cha (148931/RJ)

Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil

90.**0500056-92.2017.8.04.0001 - Apelação Cível**

Origem: 5ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: Diógenes Vidal Pessoa Neto

Apelante :UNIPAR Construtora S.A Advogado : Humberto Rossetti Portela (91263/MG) Advogado : Julio de Carvalho Paula Lima (1149/AM) Advogado : Milton Eduardo Colen (63240/MG) Advogado : Igor Góes Lobato (307482/SP) Apelado :S N Moreira Rodrigues Advogado : Ademario do Rosario Azevedo (2926/AM) Advogado : Wiston Feitosa de Sousa (6596/AM) Apelado : Metal Ally Indústria e Comércio Ltda Advogado : Manoel Pedro de Carvalho (4890/AM) Advogado : Oswaldo Távora Buarque Neto (5566/AM)

Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil

91.**0660046-85.2018.8.04.0001 - Apelação Cível**

Origem: 5ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: José Renier da Silva Guimarães

Apelante :Banco Yamaha Motor do Brasil S/A Advogado : Hiran Leão Duarte (10422/CE) Apelado : Sarah Gomes Melo

Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil

92.**0607724-93.2015.8.04.0001 - Apelação Cível**

Origem: 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: Francisco Carlos G. de Queiroz

Apelante : CAA - Comércio Amazonense de Alumínio Ltda -EPP Advogado : Eduardo Bonates Lima (5076/AM) Advogado : Carlos Daniel Rangel Barretto Segundo (5035/AM) Advogado : Mendelsson Costa Duarte (8319/AM) Apelado : Raymundo Lucimar Marques Pinheiro (Tabelião do Cartório do 3° Ofício de Notas de Manaus) Advogada : Caroline Guimarães do Valle (6412/AM) Advogada : Luciana Guimarães Pinheiro Vieira (2859/AM) Apelante :Raymundo Lucimar Marques Pinheiro (Tabelião do 3° Cartório do Ofício de Notas de Manaus) Advogada : Caroline Guimarães do Valle (6412/AM) Advogada : Luciana Guimarães Pinheiro Vieira (2859/AM) Apelado :CAA - Comércio Amazonense de Alumínio Ltda -EPP Advogado : Eduardo Bonates Lima (5076/AM) Advogado : Mendelsson Costa Duarte (8319/AM)

Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil

93.**0606330-22.2013.8.04.0001 - Apelação Cível**

Origem: 4ª Vara da Fazenda Pública

Juiz Prolator: Paulo Fernando de Britto Feitoza

Apelante :O Município de Manaus Procurador : Osni Amaral Santana (1959/AM) Apelante : Francisca Pereira Nery Advogado : José Ribamar P. dos Santos (282A/AM) Advogado : Mônica Alexandra Costa de Seixas (7218/AM) Advogada : Maria Creuza Costa de Seixas (3186/AM) Apelante : Lilian da Frota Moreira Aleixo Advogado : José Ribamar P. dos Santos (282A/AM) Advogada : Maria Creuza Costa de Seixas (3186/AM) Advogado : Mônica Alexandra Costa de Seixas. (7218/AM) Apelada : Lilian da Frota Moreira Aleixo Advogado : José Ribamar P. dos Santos (282A/AM) Advogada : Maria Creuza Costa de Seixas (3186/AM) Advogado : Mônica Alexandra Costa de Seixas. (7218/AM) Apelado : O Município de Manaus Procurador : Ariel Shalom Benchimol de Resende (6095/AM)

Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil

94.**0641573-85.2017.8.04.0001 - Apelação Cível**

Origem: 4ª Vara da Fazenda Pública

Juiz Prolator: Paulo Fernando de Britto Feitoza

Apelante : Pedro Carneiro de Souza Advogado : Rommel Júnior Queiroz Rodrigues (8279/AM) Apelante : Suely de Sousa Fernandes Advogado : Rommel Júnior Queiroz Rodrigues (8279/AM) Apelante : Elcio Campos Rego Advogado : Rommel Júnior Queiroz Rodrigues (8279/AM) Apelante : Valdivino Souza de Carvalho Advogado : Rommel Júnior Queiroz Rodrigues (8279/AM) Apelante : Carlos Lourenco Vilhena Nicacio Advogado : Rommel Júnior Queiroz Rodrigues (8279/AM) Apelante : Manoel Farias da Silva Advogado : Rommel Júnior Queiroz Rodrigues (8279/AM) Apelante : Claison Chagas Dias Advogado : Rommel Júnior Queiroz Rodrigues (8279/AM) Apelante : Gildan Marques Fernandes Advogado : Rommel Júnior Queiroz Rodrigues (8279/AM) Apelante : Peres Pereira de Souza Advogado : Rommel Júnior Queiroz Rodrigues (8279/AM) Apelante : Alexandre Augusto Oliveira Calado Advogado : Rommel Júnior Queiroz Rodrigues (8279/AM) Apelante : Jailson Silva Gaspar Advogado : Rommel Júnior Queiroz Rodrigues (8279/AM) Apelante : José Adeilson Fernandes Portela Advogado : Rommel Júnior Queiroz Rodrigues (8279/AM) Apelante : Ailton Ferreira Queiroz Advogado : Rommel Júnior Queiroz Rodrigues (8279/AM) Apelante : Eduardo Guerreiro do Nascimento Advogado : Rommel Júnior Queiroz Rodrigues (8279/AM) Apelante : Nonato Araujo de Sousa Advogado : Rommel Júnior Queiroz Rodrigues (8279/AM) Apelante : Pedro da Costa Ferreira Advogado : Rommel Júnior Queiroz Rodrigues (8279/AM) Apelante : Nerivaldo de Sousa Braga Advogado : Rommel Júnior Queiroz Rodrigues (8279/AM) Apelado : Superintendência Municipal de Transportes Urbanos - SMTU Advogado : Denis Rosas de Araújo (3510/AM) Advogada : Rosely da Costa Tribuzy (3440/AM) Advogado : Juliano Luis Cerqueira Mendes (3940/AM) Advogada : Michelle Christine Milério Pinto (3796/AM) Advogada : Amanda Maria Paz de Almeida Dantas (3613/AM) Advogada : Priscyla Ramos Saunier Figueira (4085/AM) Advogada : Maria do Perpetuo Socorro da Silva Barreto (4344/AM) Apelado : O Município de Manaus Advogado : Walter Siqueira Brito (4186/AM) Apelante : O Município de Manaus Procurador : Walter Siqueira Brito (4186/AM) Apelado : Pedro Carneiro de Souza Advogado : Rommel Júnior Queiroz Rodrigues (8279/AM) Apelada : Suely de Sousa Fernandes Advogado : Rommel Júnior Queiroz Rodrigues

(8279/AM) Apelado : Elcio Campos Rego Advogado : Rommel Júnior Queiroz Rodrigues (8279/AM) Apelado : Valdivino Souza de Carvalho Advogado : Rommel Júnior Queiroz Rodrigues (8279/AM) Apelado : Carlos Lourenco Vilhena Nicacio Advogado : Rommel Júnior Queiroz Rodrigues (8279/AM) Apelado : Manoel Farias da Silva Advogado : Rommel Júnior Queiroz Rodrigues (8279/AM) Apelado : Claison Chagas Dias Advogado : Rommel Júnior Queiroz Rodrigues (8279/AM) Apelado : Gildan Marques Fernandes Advogado : Rommel Júnior Queiroz Rodrigues (8279/AM) Apelado : Peres Pereira de Souza Advogado : Rommel Júnior Queiroz Rodrigues (8279/AM) Apelado : Alexandre Augusto Oliveira Calado Advogado : Rommel Júnior Queiroz Rodrigues (8279/AM) Apelado : Jailson Silva Gaspar Advogado : Rommel Júnior Queiroz Rodrigues (8279/AM) Apelado : José Adeilson Fernandes Portela Advogado : Rommel Júnior Queiroz Rodrigues (8279/AM) Apelado : Ailton Ferreira Queiroz Advogado : Rommel Júnior Queiroz Rodrigues (8279/AM) Apelado : Eduardo Guerreiro do Nascimento Advogado : Rommel Júnior Queiroz Rodrigues (8279/AM) Apelado : Nonato Araujo de Sousa Advogado : Rommel Júnior Queiroz Rodrigues (8279/AM) Apelado : Pedro da Costa Ferreira Advogado : Rommel Júnior Queiroz Rodrigues (8279/AM) Apelado : Nerivaldo de Sousa Braga Advogado : Rommel Júnior Queiroz Rodrigues (8279/AM) **Presidente**:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil

Procurador de Justiça: Exmo. Sr. Dr. Pedro Bezerra Filho

95.**0709410-36.2012.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 2ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Etelvina Lobo Braga
Apelante : Ana Felisia Hurtado Guerreiro Advogado : Enéas de Paula Bezerra (2354/AM) Apelado : O Estado do Amazonas Procurador : Vitor Hugo Mota de Menezes
Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil

96.**0609913-05.2019.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Kathleen dos Santos Gomes
Apelante :Banco Gmac S.A. Advogado : Hiran Leão Duarte (10422/CE) Apelada :Rosa Helena Soares dos Santos
Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil

97.**0000277-05.2018.8.04.7501 - Apelação Cível**
Origem: 1ª Vara de Tefé
Juiz Prolator: André Luiz Muquy
Apelante :O Município de Tefe Procurador : Emer de Senna Gomes (7602/AM) Apelado :Evane Alves de Almeida Advogado : Duarte Sávio Rodrigues Alves de Menezes (9598/AM)
Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil

98.**0001917-85.2014.8.04.7500 - Apelação Cível**
Origem: 1ª Vara de Tefé
Juiz Prolator: André Luiz Muquy
Apelante : O Município de Tefe Procurador : Emer de Senna Gomes (7602/AM) Apelado : Valdina dos Santos Maricaua Advogado : Aureo Gonçalves Neves (1602/AM) Advogado : Gedeon Rocha Lima (70A/AM)
Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil

99.**0629711-54.2016.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Rosselberto Himenes
Apelante : Alessandra Margatho Advogado : Alexander Simonette Pereira (6139/AM) Apelante : Ana Eliza Marques Bandeira de Melo Advogado : Alexander Simonette Pereira (6139/AM) Apelante : Sephora Andrade Geber Advogado : Alexander Simonette Pereira (6139/AM) Apelante : Narjara da Silva Praxedes Advogado : Alexander Simonette Pereira (6139/AM) Apelante : Bianca de Alencar Mourão Advogado : Alexander Simonette Pereira (6139/AM) Apelante : Ernandes Amorim de Melo Advogado : Alexander Simonette Pereira (6139/AM) Apelado : Condominio Grand Prix Residence Club Advogado : Antonio Fabio B. de Mendonça (2275/AM) Advogada : Adriana Lo Presti Mendonça (3139/AM)
Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil

100.**0608504-33.2015.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 16ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Alessandra C. R. C. Gondim
Apelante :Banco Bmg S/A Advogada : Marina Bastos da Porciuncula Benghi (983A/PE) Apelada :Vânia Maria Lima da Silva Advogada : Adriane Cristine Cabral Magalhães (5373/AM) Advogado : Tarcísio Ramos do Vale (8534/AM)
Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil

101.**0052931-24.2002.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 5ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: José Renier da Silva Guimarães
Apelante : Banco do Brasil S/A Advogado : Rafael Sganzerla Durand (737/AM) Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (598A/AM) Apelado : Adauri Sulivan dos Prazeres Matos
Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil

102.**0231971-19.2009.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 2ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Leoney F. Harraquian
Apelante : Editora Ana Cassia LTDA Advogado : Braulio Ghidalevich (2248/AM) Advogado : João Paulo Bezerra de Freitas (12201/AM) Apelado : O Estado do Amazonas Procurador : Roberta Ferreira de Andrade Mota (2334/AM)
Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil

103.**0602802-38.2017.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Roberto Santos Taketomi
Apelante : A. P. M. Adão Netto-ME - Maximus Bureau e Desing Advogada : Marcilinha Santana de Oliveira (4964/AM) Apelado : Gráfica Grafitel Advogada : Maria da Conceição Teixeira Frazão (5701/AM) Advogado : Cristiano Teixeira Cavalcante (8293/AM)
Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil

104.**0661352-89.2018.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Simone Laurent de Figueiredo
Apelante : Banco Bradesco S.a Advogado : Jose Manoel de Arruda Alvim Netto (12363/SP) Advogado : Eduardo Arruda Alvim (118685/SP) Advogado : Carlos Henrique dos Santos Liquori Filho (141040/RJ) Apelado : MAC Empreendimento Imobiliários Ltda Advogada : Patricia Schoeps da Silva (256753/SP) Advogado : José Augusto Celestino de Oliveira Gomes (3597/AM) Advogado : César Augusto Gomes Monteiro (9696/AM)
Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil

105.**0004000-74.2014.8.04.7500 - Apelação Cível**
Origem: 1ª Vara de Tefé
Juiz Prolator: Romulo Garcia Barros Silva
Apelante : O Município de Tefé / Prefeitura Municipal Advogado : Emer de Senna Gomes (7602/AM) Apelada : Evanilde Oleriano de Lima Advogado : Jones de Oliveira Santos (9616/AM) Advogado : Alvimar Costa Monteiro Junior (8580/AM)
Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil

106.**0609578-88.2016.8.04.0001 - Apelação / Remessa Necessária**
Origem: Vara Especializada da Dívida Ativa Municipal
Juiz Prolator: Ana Mª de O. Diógenes
Apelante : Banco Santander S.a. Advogado : Ricardo Azedo

Sette (138486/SP) Apelado : O Município de Manaus Procurador : Deniel Rodrigo Benevides de Queiroz (7391/AM) Remetente : Juízo de Direito da Vara Especializada da Dívida Ativa Municipal
Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil

107.**0627658-32.2018.8.04.0001 - Apelação / Remessa Necessária**
Origem: 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Simone Laurent de Figueiredo
Apelante : Juliana Neves Brandao Advogado : Alexandre Viana Freire (9947/AM) Apelado : Banco Itaucard S/A Advogado : Pio Carlos Freiria Junior (A1118/AM) Advogada : Cristiane Belinati Garcia Lopes (751A/AM)
Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil

108.**0629451-11.2015.8.04.0001 - Apelação / Remessa Necessária**
Origem: 4ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Cezar Luiz Bandiera
Apelante : Manaus Previdência - MANAUSPREV Procurador : Geraldo Uchôa de Amorim Júnior (12975/AM) Apelada : Iza Maria Rodrigues de Souza Advogada : Martha Mafra Gonzalez (4103/AM) **Presidente**:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil
Procurador de Justiça: Exmo. Sr. Dr. Pedro Bezerra Filho

109.**0618874-42.2013.8.04.0001 - Apelação / Remessa Necessária**
Origem: Vara Especializada da Dívida Ativa Municipal
Juiz Prolator: Ana Mª de O. Diógenes
Apelante : Construtora Marquise S/A Advogada : Leila Almeida de Sousa (3734/AM) Advogado : João Bosco de Albuquerque Toledano (1456/Am) Apelado : O Município de Manaus Procurador : Tracey Maria da Silva Resende (4329/AM)
Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil

110.**0003428-41.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível**
Origem: 2ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Leoney F. Harraquian
Embargante : Raimundo Rossy Freitas Simões Advogado : Antonio Azevedo de Lira (5474/AM) Advogado : João Lira Tavares (8799/AM) Embargado : O Estado do Amazonas Procurador : Isabela Peres Russo (3198/AM) **Presidente**:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos

111.**0002703-52.2019.8.04.0000 - Agravo Regimental Cível**
Origem: 1ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Ronnie Frank Torres Stone
Agravante :O Estado do Amazonas Procurador : Kerinne Maria Freitas Pinheiro (10105/PI) Agravado : Carlos Alberto de Souza Britto Advogado : Mario Vitor M Aufiero (8787/AM) Advogado : Aniello Miranda Aufiero (1579/AM)
Presidente: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury

112.**4003570-11.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento**
Origem: 1ª Vara de Maués
Juiz Prolator: Rafael Almeida Cró Brito
Agravante : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/A) Advogado : Isabella Jacob Nogueira (8800/AM) Advogado : Décio Freire (56543/MG) Advogado : Décio Freire (697A/AM) Agravado : Ministério Público do Estado do Amazonas Promotor : Luiz do Rego Lobão Filho **Presidente**: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle

113.**4003855-67.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento**
Origem: 16ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Abraham Peixoto Campos Filho
Agravante : Marcos dos Santos Carmo Advogado : Marcos dos Santos Carmo Filho (6818/AM) Advogado : Marco Aurélio de Lima Choy (4271/AM) Agravado : Armando Silva do Valle Advogada : Rayna Coelho Barbosa (12222/AM)
Presidente: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury

114.**4003812-67.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento**
Origem: 2ª Vara de Tefé
Juiz Prolator: Rômulo Garcia Barros Silva
Agravante : Rosneft Brasil E&p Ltda. Advogado : Antonio Claudio Pinto Flores (583/AM) Agravado : O Município de Tefe Agravado : Geokinetics Geophysical do Brasil Ltda. Advogado : Emer de Senna Gomes (7602/AM) **Presidente**: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury
Procurador de Justiça: Exmo. Sr. Dr. Pedro Bezerra Filho

115.**4001239-22.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento**
Origem: Vara Única de Guajará
Juiz Prolator: João Gabriel Medeiros
Agravado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau Promotor : Iranilson de Araújo Ribeiro Agravante : O Estado do Amazonas Procurador : Benedito Evaldo de Lima Moreno **Presidente**: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle

116.**4001643-73.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento**
Origem: 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Ida Maria Costa de Andrade
Agravante : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/A) Advogada : Isabela Montuori Bougleux de Araújo (1069A/AM) Advogado : Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM) Advogado : Luís Phillip de Lana Foureaux (1011A/AM) Agravado : Hélio Nascimento dos Santos Defensor : Christiano Pinheiro da Costa (3542/AM) Defensoria : Defensoria Pública do Estado do Amazonas
Presidente: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury

117.**4001905-23.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento**
Origem: 18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Kathleen dos Santos Gomes
Agravante : Petros Fundação Petrobras de Seguridade Social Advogado : Carlos Roberto Siqueira Castro (671A/AM) Agravado : Jose Evilasio Raulino de Barros Advogado : Jose Reynaldo Saraiva Pinheiro (4682/AM) Advogado : Rommel Júnior Queiroz Rodrigues (8279/AM) **Presidente**: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos

118.**4002524-50.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento**
Origem: 3ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Etelvina Lobo Braga
Agravante : Hellen Passos Santana Advogado : Bruno Oliveira Medeiros (7203/AM) Agravado : O Estado do Amazonas Agravado : Comandante Geral da Polícia Militar
Presidente: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury

119.**4003381-96.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento**
Origem: 10ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Mônica Cristina R. da Câmara C. do Carmo
Agravante :Banco Bmg S/A Advogado : Antônio de Moraes Dourado Neto (23255/PE) Agravada : Maria de Nazaré do Carmo de Jesus Advogado : Luis Albert dos Santos Oliveira (8251/AM)
Presidente: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury

120.**4003526-55.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento**
Origem: 18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Victor André Liuzzi Gomes
Agravante : Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social Advogado : Carlos Roberto Siqueira Castro (671A/AM) Agravado : Rubem Alberis Anselmo Nobre Advogada : Ana Virgínia Arakian Izel (3701/AM)
Presidente: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury

121.**0620635-35.2018.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 1ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Dr. Ronnie Frank T. Stone
Apelante : O Estado do Amazonas Procurador : Luis Eduardo Mendes Dantas (12897/AM) Apelado : B. G. & P. Taxi Aéreo e Serviços Aeronáuticos Ltda. - Epp Advogado : Eduardo Barbosa de Araújo (15455/RN)
Presidente: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury

122.**0604140-47.2017.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 3ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Etelvina Lobo Braga
Apelante : Elizabeth Portugal de Oliveira Defensora : Caroline Pereira de Souza (9052/AM) Defensoria : Defensoria Pública do Estado do Amazonas Apelado : O Estado do Amazonas Procurador : Janilson da Costa Barros (13152/AM)
Presidente: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury

123.**0503276-11.2011.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 4ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Euza Maria N. de Vasconcellos
Apelante : O Município de Manaus Fora de uso : Aldenaira Paula de Freitas (2191/AM) Remetente : Juiz de Direito da 1ª Vara da Fazenda Pública Municipal da Comarca de Manaus Apelado : Indústria de Papel Sovel da Amazônia Ltda. Advogado : Dauton Coronin (2961/AM)
Presidente: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury
Procuradora de Justiça: Exmo. Sr. Dr. Pedro Bezerra Filho

124.**0614173-33.2016.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 1ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Dr. Ronnie Frank T. Stone
Apelante : O Estado do Amazonas Procurador : Jucelino Araújo Lima (8039/AM) Apelada : Francisca Vicente da Silva Dantas Defensor : Thiago Nobre Rosas (4773/AM) Defensoria : Defensoria Pública do Estado do Amazonas Apelante : Francisca Vicente da Silva Dantas Defensor : Thiago Nobre Rosas (4773/AM) Defensoria : Defensoria Pública do Estado do Amazonas Apelado : O Estado do Amazonas Defensor : Thiago Nobre Rosas (4773/AM) Defensoria : Defensoria Pública do Estado do Amazonas **Presidente**: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle

125.**0637585-27.2015.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 5ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Cezar Luiz Bandiera
Apelante : 63.ª Promotoria de Justiça - Urbanismo Promotor : Paulo Stélio Sabbá Guimarães (146MP/AM) Apelado : O Município de Manaus Procurador : Marcos Ricardo Herszon Cavalcanti (2324/AM) Procurador : Ketlen Anne Pontes Pina (4818/AM) Apelado : Superintendência Municipal de Transportes Urbanos - SMTU Advogada : Rosely da Costa Tribuzy (3440/AM) Advogado : Denis Rosas de Araújo (3510/AM) Advogado : Juliano Luis Cerqueira Mendes (3940/AM) Advogada : Michelle Christine Milério Pinto Alfaia (3796/AM) **Presidente**: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle

126.**0613053-52.2016.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Roberto Hermidas de Aragão Filho
Apelante : Kyara Lucy da Silva Souza Apelante : Joseph Ismael da Silva Souza Apelante : Samuel Hyrum da Silva Souza Representa : Adina Candida da Silva Souza Advogado : Otacílio Negreiros Neto (4069/AM) Apelado : Gab Transportes Ltda Advogada : Noemi Feigenson Cohen (200261/SP) Advogado : Danielle Aufiero Monteiro de Paula (6945/AM) **Presidente**: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle

127.**0634551-39.2018.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Manuel Amaro de Lima
Apelante : Banco Bmg S/A Advogado : Antonio de Moraes Dourado Neto (30142A/CE) Advogado : Diogo Henrique Vieira Barreto (9487/AM) Apelada : Maria Auxiliadora da Silva Jordão Advogado : Francisco Carlos Nunes de Oliveira (10057/AM) Advogado : Philippe Nunes de Oliveira Dantas (8872/AM)
Presidente: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury

128.**0600081-16.2017.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Ida Maria Costa de Andrade
Apelante : Banco Bmg S/A Advogado : Antonio de Moraes Dourado Neto (30142A/CE) Advogado : Hugo Neves de Morães Andrade (23798/PE) Apelada : Dessana Régia de Jesus Passos da Costa Advogado : Penelope A. Antony Lira (7357/AM) Advogado : Yonete Melo das Chagas (8827/AM)
Presidente: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury

129.**0607155-24.2017.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 11ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Lia Maria Guedes de Freitas
Apelante : Haroldo Nunes dos Santos Advogado : Wilson Molina Porto (805A/AM) Apelado : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS **Presidente**: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury
Procurador de Justiça: Exmo. Sr. Dr. Pedro Bezerra Filho

130.**0640321-13.2018.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Roberto Hermidas de Aragão Filho
Apelante : Banco Bmg S/A Advogado : Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (876/AM) Advogada : Hendrya Karnopp Albuquerque (4018/AM) Advogado : Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (4732/AM) Advogada : Marina Bastos da Porciuncula Benghi (983A/PE) Apelada : Dayse Hery Souza da Silva Advogado : Camila Cordeiro Batista (10930/AM)
Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Aristóteles Lima Thury

131.**0600636-96.2018.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 19ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Rogério José da Costa Vieira
Apelante : Francinilda Conceição de Souza Advogado : Wilson Molina Porto (805A/AM) Advogado : Wilson Molina Porto (805A/AM) Apelado : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS Procurador : Procuradoria Federal No Estado do Amazonas **Presidente**:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge
Relator: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Aristóteles Lima Thury
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos

132.**0602955-37.2018.8.04.0001 - Apelação Cível**
Origem: 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Roberto Santos Taketomi
Apelante : Francisca Ferreira da Silva Advogado : Victor

Gabriel fFrnandes Monteiro (9420/AM) Apelado : Banco Bmg S/A Advogado : Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (4732/AM) Advogada : Hendrya Karnopp Albuquerque (4018/AM) Advogado : Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (876/AM)

Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relator: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Aristóteles Lima Thury

133.**0623416-30.2018.8.04.0001 - Apelação Cível**

Origem: 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: Ida Maria Costa de Andrade

Apelante : Banco Bmg S/A Advogado : Antonio de Moraes Dourado Neto (30142A/CE) Apelado : Diego Souza Mendes Advogado : Gustavo da Silva Grillo (7883/AM) Advogado : Andrey Augusto B. Ramos (7526/AM)

Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relator: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Aristóteles Lima Thury

134.**0633470-89.2017.8.04.0001 - Apelação Cível**

Origem: 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: Manuel Amaro de Lima

Apelante : Banco Bmg S/A Advogado : Antonio de Moraes Dourado Neto (30142A/CE) Advogado : Diogo Henrique Vieira Barreto (9487/AM) Advogado : Antônio de Moraes Dourado Neto (23255/PE) Apelada : Nubia dos Santos Advogado : Cintia Rossette de Souza (4605/AM) Apelante : Nubia dos Santos Advogado : Cintia Rossette de Souza (4605/AM) Apelado : Banco Bmg S/A Advogado : Antonio de Moraes Dourado Neto (30142A/CE) Advogado : Diogo Henrique Vieira Barreto (9487/AM) Advogado : Antônio de Moraes Dourado Neto (23255/PE)

Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relator: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Aristóteles Lima Thury

135.**0629708-31.2018.8.04.0001 - Apelação Cível**

Origem: 12ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: Márcio Rothier Pinheiro Torres

Apelante : Banco Bmg S/A Advogado : Antonio de Moraes Dourado Neto (30142A/CE) Apelado : Wandresson Rogério dos Santos Pimenta Advogado : Matheus Nunes de Oliveira Dantas (7197/AM)

Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relator: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Aristóteles Lima Thury

136.**0614963-80.2017.8.04.0001 - Apelação Cível**

Origem: 4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: Naira Neila Batista de Oliveira Norte

Apelado : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS Procurador : Fernanda Meyge de Brito Apelado : Marcio Augusto de Carvalho Manfredo Advogado : Cairo Lucas Machado Prates (33787/SC)

Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relator: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Aristóteles Lima Thury

137.**0626114-77.2016.8.04.0001 - Apelação Cível**

Origem: 16ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: Abraham Peixoto Campos Filho

Apelante : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS Apelante : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS Procurador : Luiz Gustavo Isoldi (203340/SP) Apelada : Eliane da Silva Carvalho Advogado : Wilson Molina Porto (805A/AM) Advogado : Wilson Molina Porto (805A/AM)

Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relator: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Aristóteles Lima Thury

138.**0618139-67.2017.8.04.0001 - Apelação Cível**

Origem: 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: Manuel Amaro Lima

Apelante : Ivan Ferreira Silva Advogado : Wilson Molina Porto (805A/AM) Apelado : Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União Apelado : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS Apelado : Wilson Molina Porto

Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relator: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Aristóteles Lima Thury

139.**0616244-03.2019.8.04.0001 - Apelação Cível**

Origem: 20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: Roberto Hermidas de Aragão Filho

Apelante : Banco Bmg S/A Advogado : Luis Felipe Procopio de Carvalho (303905/SP) Advogado : Cristina Filomena Pacescafutto (58628/MG) Advogado : Francisco Carlos Nunes de Oliveira (10057/AM) Advogado : Francisco Carlos Nunes de Oliveira (10057/AM) Advogado : Anakely Roman Pujatii (67191/MG) Apelado : Aldecy Ponce de Leão Filho Advogado : Francisco Carlos Nunes de Oliveira (10057/AM) Advogado : Philippe Nunes de Oliveira Dantas (8872/AM)

Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relator: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Aristóteles Lima Thury

140.**0622978-38.2017.8.04.0001 - Apelação Cível**

Origem: 4ª Vara da Fazenda Pública

Juiz Prolator: Márcio Rothier Pinheiro Torres

Apelante : O Estado do Amazonas Advogado : Laércio de Castro Dourado Júnior (13184/AM) Apelado : Carlos Roberto Costa Júnior Advogado : Hállice Moreira Teixeira (9003/AM) **Presidente**:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relator: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Aristóteles Lima Thury

Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle

141.**0219448-38.2010.8.04.0001 - Apelação Cível**

Origem: 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: Maria Eunice Torres do Nascimento

Apelante : Banco Pan S/A Advogado : Celso David Antunes (1141A/BA) Advogado : Luis Carlos Laurenço (16780/BA) Apelado : Raimundo Nonato Abel Martins Advogado : Vinicius Martins de Meira (4269/AM)

Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relator: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Aristóteles Lima Thury

142.**0653040-27.2018.8.04.0001 - Apelação Cível**

Origem: 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: Victor André Liuzzi Gomes

Apelante: Banco Bmg S/A Advogado : Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (876/AM) Advogado : Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (4732/AM) Advogada : Hendrya Karnopp Albuquerque (4018/AM) Apelada : Roseani Lamego Matos Advogado : Luis Albert dos Santos Oliveira (8251/AM)

Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relator: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Aristóteles Lima Thury

143.**0632253-50.2013.8.04.0001 - Apelação Cível**

Origem: 3ª Vara da Fazenda Pública

Juiz Prolator: Etelvina Lobo Braga

Apelante : Raimundo Nonato Tavares da Silva Advogado : Juliana Carla Teixeira Vinagre Cotta (4364/AM) Apelado : O Estado do Amazonas Procuradora : Maria Hosana de Souza Monteiro (2333/AM) **Presidente**:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relator: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Aristóteles Lima Thury

Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle

144.**0644482-66.2018.8.04.0001 - Apelação Cível**

Origem: 8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: Aldrin Henrique de Castro Rodrigues

Apelante : Clemilton de Oliveira Aragão Junior Soc. Advogados : Fred Figueiredo Cesar (9508/AM) Advogado : Fred Figueiredo Cesar (9508/AM) Advogado : Jorge Luis Enrique Gallardo Ordinola (10044/AM) Apelado : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS Advogado : Fabrício Perrotta da Silva (165909/RJ)

Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relator: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Aristóteles Lima Thury

145.**0050888-80.2003.8.04.0001 - Apelação / Remessa Necessária**

Origem: 4ª Vara da Fazenda Pública

Juiz Prolator: Paulo Fernando de Britto Feitoza

Apelante : Municipio de Manaus Procurador : José Carlos Rego Barros e Santos (1952/AM) Procurador : Aldenaira Paula de Freitas (2191/AM) Apelado : Antonia Suely da Silva Araújo

Apelada : Francisca Araújo Brandão Apelada : Francisca Socorro da Silva Araujo Apelado : Francisco Manuel Silva Araujo Apelado : Francisca Fé da SIlva Araújo Apelado : Firmino Alberto da Silva Araújo Apelado : Rosângela da Silva Araújo Silva Apelada : Francisca Célia Araújo Novo Apelada : Rita da Silva Araujo Apelado : Sheila Maria da Silva Araújo Advogado : Aline Maria Pereira Mendonça (3242/AM) Advogada : Rosangela Galvão Oliveira (5630/AM) Remetente : Juízo de Direito da 1ª Vara da Fazenda Pública Mun. e de Crimes contra a Ordem Tributária **Presidente**:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relator: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Aristóteles Lima Thury

Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle

146.**0020913-33.2010.8.04.0012 - Remessa Necessária Cível**

Origem: 5ª Vara da Fazenda Pública

Juiz Prolator: Cezar Luiz Bandiera

Requerente : CLARO S/A Advogado : Ricardo Azevedo Sette (138486A/SP) Advogada : Bruno Bezerra de Souza (19352/PE) Advogada : Adriana Fátima Xavier de Souza (17166/PE) Advogado : Paulo Henrique Monteiro Viana (20075/PE) Requerido : O Estado do Amazonas Representa : Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - PGE Remetente : Juízo de Direito da 5ª Vara da Fazenda Pública do Estado do Amazonas **Presidente**:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relator: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Aristóteles Lima Thury

Procurador de Justiça: Exmo. Sr. Dr. Pedro Bezerra Filho

147.**0614800-66.2018.8.04.0001 - Remessa Necessária Cível**

Origem: 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: Francisco Carlos G. de Queiroz

Remetente : Juízo de Direito da 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Capital do Amazonas Requerente : Zanatta Gomes dos Santos Defensora : Adriana Monteiro de Castro Martins (600002/AM) Defensoria : Defensoria Pública do Estado do Amazonas Requerido : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS **Presidente**:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relator: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Aristóteles Lima Thury

Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle

148.**0005112-98.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível**

Origem: Vara Única de Eirunepé

Embargante : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/A) Advogado : Décio Freire (56543/MG) Advogado : Décio Freire (697A/AM) Advogado : Danilo Carvalho Freire (162033/MG) Advogado : Gustavo de Marchi (84288/MG) Advogada : Gabrielle Stoco Fabio (12913/AM) Advogada : Bassla Marinho Abdel Aziz (13568/AM) Advogado : Eduardo de Alencar Serudo (13968/AM) Embargado : Município de Eirunepé **Presidente**:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relator: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Aristóteles Lima Thury

Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos

149.**0001390-56.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível**

Origem5ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator José Renier da Silva Guimarães

Embargante Andritz Ag Advogado : André Camerlingo Alves (104857/SP) Advogado : André Mendes Espírito Santo (220485/SP) Advogado : Ulisses Simões da Silva (273921/SP) Embargado Procoating Industrial de Laminados da Amazônia Ltda Advogado : João Bosco de Albuquerque Toledano (1456/Am) Advogado : José Higino de Sousa Netto (1734/AM) Advogado : Carlos Roberto Deneszczuk Antonio (734A/AM) Advogado : Jean Rodrigo Cioffi (232801/SP) Embargado Bnp Paribas S.A. Advogada : Maria Lucia Lins Conceição (15348/PR) Advogado : Priscila Kei Sato (159830/SP)

Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relator: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Aristóteles Lima Thury

150.**0001425-16.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível**

Origem5ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator José Renier da Silva Guimarães

Embargante Bnp Paribas S.A. Advogada : Maria Lucia Lins Conceição (15348/PR) Advogado : Priscila Kei Sato (159830/SP) Embargado Mbset Industrial Ltda Embargado Procoating Industrial de Laminados da Amazonia Ltda Advogado : João Bosco de Albuquerque Toledano (1456/Am) Advogado : José Higino de Sousa Netto (1734/AM) Advogado : Carlos Roberto Deneszczuk Antonio (734A/AM) Advogado : Jean Rodrigo Cioffi (232801/SP)

Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relator: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Aristóteles Lima Thury

151.**4002251-08.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento**

Origem: 12ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: Francisco Carlos G. de Queiroz

Agravante : Banco do Brasil S/A Advogado : Servio Túlio de Barcelos (44698/MG) Advogado : José Arnaldo Janssen Nogueira (79757/MG) Agravado : Amazon Ecopark Hoteis e Turismo Ltda Advogada : Auriana Ramos Pereira (2955/AM) Advogado : Paulo Cesar E. S. de Gouveia (4119/AM)

Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relatora: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha

152.**4003592-69.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento**

Origem: 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: Aldrin Henrique de Castro Rodrigues

Agravante : Francisco Maciel do Nascimento Advogado : Francisco Maciel do Nascimento (2091/AM) Agravado : Banco Itau S/A Advogada : Rafael Barroso Fontelles (119910/RJ)

Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relatora: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha

153.**4004015-29.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento**

Origem: 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: Márcio Rothier Pinheiro Torres

Agravante : Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda Advogado : Pedro Camara Junior (2834/AM) Advogado : Isabelle Benlolo de Azevedo (11737/AM) Agravada : Maria Urbina Santos Ribeiro Advogado : Daniel dos Santos Costa (12962/AM) **Presidente**:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relatora: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha

Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos

154.**4004616-35.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento**

Origem: 7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: Simone Laurent de Figueiredo

Agravante : Paulo Henrique Costa Agravante : Ph Costa Transportes e Serviços da Construção - Eireli Advogado : Maria Eliriany Martins Gomes Bissoli (7432/AM) Advogado : Mauricio Benedito Gomes Bissoli (13845/AM) Agravado : Banco do Brasil S/A Advogado : Rafael Sganzerla Durand (211648/SP)

Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relatora: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha

155.**4005020-86.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento**

Origem: 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: Maria Eunice Torres do Nascimento

Agravante : Eduardo Benes Abrigato Barra Agravante : Brenda Anne Abrigato Barra Advogado : Antonio Candido Barra Monteiro de Britto (258/AM) Advogado : Edmée Barra de Brito (724/PA) Advogado : Antônio Candido B.m. de Britto (3961/PA) Advogado : Samuel Teixeira da Silva (5265/PA) Advogado : Francistela Torres Caldas (7840/PA) Advogado : Catarina Lehtinen de Carvalho Daun e Lorena de Brito (19325/PA) Advogado : Francisco Lindolfo Mendonça Rebouças Almeida Araujo (24348/PA) Advogado : Marcia Dorilene de Oliveira (25107/PA) Agravado : Cristal Engenharia Ltda. Advogado : Arnoldo Bentes Coimbra (345/AM)

Advogado : Wellington de Amorim Alves (2993/AM) Advogado : Daniel Santos de Andrade (6733/AM)

Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relatora: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha

156.**4005803-78.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento**

Origem: Central de Plantão Cível

Juiz Prolator: José Renier da Silva Guimarães

Agravante : Bradesco Saúde S/A Advogado : Eloi Pinto Andrade (819/AM) Advogado : Eloi Pinto de Andrade Junior (3840/AM) Advogado : Eugênio F. Pinto de Andrade (3424/AM) Advogada : Maria do Perpétuo Socorro Figueiredo de Andrade (6566/AM) Advogada : Andrezza Caldas Vital (10723/AM) Advogado : Andre Rodrigo Pedrosa Amorim (10978/AM) Agravado : Clóvis Marinho Advogado : David Cunha Novoa (10777/AM) Advogado : Jessica Santana Magnani (10343/AM) Advogado : Marina Rezende Lopes (12153/AM) Advogado : Ronaldo Thales Uchôa Brandão (12738/AM) Advogado : Jennifer Guimarães da Silva (13314/AM) **Presidente**:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relatora: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha

Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos

157.**4000211-35.2019.8.04.0900 - Agravo de Instrumento**

Origem: Vara de Registros Públicos e Usucapião

Juiz Prolator: Dinah Câmara Fernandes de Souza

Agravante : Agnaldo Vieira Pedrozo Advogado : Tthiago Silva Barbo (49665/GO) Agravada : Rachel Sicsu Silva Filha Advogada : Paloma de Souza Sicsú (7186/AM)

Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relatora: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha

158.**4000605-26.2019.8.04.0000 - Agravo de Instrumento**

Origem: 8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: Nome do juiz prolator da sentença Não informado

Agravante : Rebelo & Cia Ltda. Advogado : Sydney Sousa Silva (21573/PA) Agravado : Petróleo Sabbá S/A Advogado : Geraldo Fonseca de Barros Neto (206438/SP) Advogado : João Victor Carvalho de Barros (368430/SP)

Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relatora: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha

159.**4000668-67.2019.8.04.0900 - Agravo de Instrumento**

Origem: Vara de Órfãos e Sucessões

Juiz Prolator: Alexandre Lopes Lasmar

Agravante : Ana Maria Geissler da Silva, Agravante : Cristina Geissler de Moraes Agravante : Marcos Antônio Geissler da Silva, Agravante : Maria Helena Geissler da Silva, Agravante : Mirthes Geissler da Silva, Agravante : Frederico Geissler da Silva Agravante : Wagner Geissler da Silva, Agravante : Alan Geissler da Silva, Agravante : Manoel Ricardo Geissler da Silva, Agravante : Patrícia Geissler da Silva, Advogado : Alan Carlos Amaral Gomes de Albuquerque (8344/AM) Advogada : Luanna Barros de Albuquerque Gomes (13172/AM) Advogado : Anderson Barros de Albuquerque (12749/AM) Agravado : Angela Maria Geissler da Silva Advogado : Paulo Roberto Farias de Oliveira (6011/AM) **Presidente**:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relatora: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha

Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle

160.**0603420-22.2013.8.04.0001 - Apelação Cível**

Origem: 4ª Vara da Fazenda Pública

Juiz Prolator: Paulo Fernando de Britto Feitoza

Apelante : O Município de Manaus Advogado : Marco Aurelio de Lima Choy (4271/AM) Apelado : José Batista Filho MPAM : Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível **Presidente**:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relatora: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha

Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle

161.**0643102-13.2015.8.04.0001 - Apelação Cível**

Origem: 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: Simone Laurent de Figueiredo

Apelante : Unimed Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. Advogado : Pedro Câmara Júnior (2834/AM) Advogado : Isabelle Benlolo de Azevedo (11737/AM) Advogado : Elaise Moss Portela (7689/AM) Advogado : Caio Patrick Coelho Silva Andrade (13408/AM) Advogada : Elisa Gomes Valente Bulboo (9767/AM) Apelada : Maria do Socorro Martins Simões Defensor : José Ivan Benaion Cardoso (1657/AM) Defensoria : Defensoria Pública do Estado do Amazonas

Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relatora: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha

162.**0633141-82.2014.8.04.0001 - Apelação Cível**

Origem: 7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: Rosselberto Himenes

Apelante : Josimar Andrade da Costa Advogado : Roberval Emerson Oliveira de Paula Filho (6721/AM) Apelada : Cleide Paulino de Araujo Advogado : Ademar Lins Vitório Filho (5269/AM) Apelante : Cleide Paulino de Araujo Advogado : Ademar Lins Vitório Filho (5269/AM) Apelado : Josimar Andrade da Costa Advogado : Roberval Emerson Oliveira de Paula Filho (6721/AM)

Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relatora: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha

163.**0621843-93.2014.8.04.0001 - Apelação Cível**

Origem: 8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: Onilza Abreu Gerth

Apelante : Google Brasil Internet Ltda Advogado : Fabio Rivelli (297608/SP) Apelado : Jose Yran Martins de Melo Advogado : Kemio da Silva Ferreira (9464/AM) Advogado : Marcelo de Lima (2797/AM) Advogado : Neurivan da Silva Rebouças (8126/AM) Promotor : Aguinelo Balbi Júnior

Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relatora: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha

164.**0635258-75.2016.8.04.0001 - Apelação Cível**

Origem: 3ª Vara da Fazenda Pública

Juiz Prolator: Etelvina Lobo Braga

Apelante : O Estado do Amazonas Procurador : Eugenio Augusto Carvalho Seelig (8625/AM) Apelado : Bioplus Comércio e Rep. de Med. e Serviços de Equipamentos Médico-hospitalares Ltda. - Me Advogado : Lourenço de Almeida Prado (222325/SP) **Presidente**:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relatora: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha

Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle

165.**0623313-62.2014.8.04.0001 - Apelação Cível**

Origem: 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: Diógenes Vidal Pessoa Neto

Apelante : Direcional JHSF Zircone Empreendimentos Imobiliários Ltda Advogada : Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM) Soc. Advogados : Andrade GC Advogados (57/AM) Apelado : Carlos Henrique Ferreira da Silva Advogado : Denys Falabelo Jaime (8235/AM)

Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relatora: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha

166.**0714484-71.2012.8.04.0001 - Apelação Cível**

Origem: 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: Diógenes Vidal Pessoa Neto

Apelante : Vivo S/A Advogada : Alessandra de Almeida Rangel

(2801/AM) Advogada : Maria Elisa Magalhães Marcolin (96862/RS) Advogado : Henrique de David (84740/RS) Advogado : Rodrigo Dias de Almeida (2518/AM) Apelado : Exata Cargo Ltda. Advogada : Selma Mara Santana Mota (5524/AM) Advogado : Crisologo Everton Rocha de Queiroz (337559/SP)

Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relatora: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha

167.**0608895-56.2013.8.04.0001 - Apelação Cível**

Origem: 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: Ida Maria Costa de Andrade

Apelante : Edmilton Galvão de Lima Defensor : Hélvia Socorro Fernandes de Castro Pereira (6597/AM) Defensoria : Defensoria Pública do Estado do Amazonas Apelado : Francisca Mesquita Defensor : Raimundo Sérvulo Lourido Barreto (127956/AM) Defensor : Defensoria Pública do Estado do Amazonas (O/AM) Apelado : Ricardo Gomes Apelado : Janilda Silva **Presidente**:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relatora: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha

Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle

168.**0000192-12.2017.8.04.5801 - Apelação Cível**

Origem: 1ª Vara de Maués

Juiz Prolator: Nome do juiz prolator da sentença Não informado

Apelante : Município de Maués - Prefeitura Municipal de Maués/am Procurador : Sérgio Vital Leite de Oliveira (9124/AM) Procurador : Saulo Gabriel Rodrigues dos Santos (9908/AM) Apelado : Maria Keila Gonzaga Martins Advogado : Rodrigo Cesar da Silva e Silva (7260/AM) **Presidente**:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relatora: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha

Procurador de Justiça: Exmo. Sr. Dr. Pedro Bezerra Filho

169.**0615577-22.2016.8.04.0001 - Apelação Cível**

Origem: 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: Nome do juiz prolator da sentença Não informado

Apelante : Direcional Engenharia Ltda Advogada : Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM) Soc. Advogados : Andrade GC Advogados (57/AM) Apelante : Direcional Engenharia S/A Advogada : Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM) Soc. Advogados : Andrade GC Advogados (57/AM) Apelado : Sociedade de Investimento Mvc Ltda. Advogado : Emanuelly Souza de Almeida (10527/AM) Advogado : Roberto Marques da Costa (4135/AM) Advogado : Auton F. Furtado Maia

Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relatora: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha

170.**0000044-24.2017.8.04.7701 - Apelação Cível**

Origem: Vara Única de Uarini

Juiz Prolator: Diego Daniel Dal Bosco

Apelante : Municipio de Uarini Prefeitura Municipal/AM Procurador : Klaus Oliveira de Queiroz (3799/AM) Apelado : Jucenir Moraes Bandeira Advogado : Aureo Gonçalves Neves (1602/AM) Advogado : Gedeon Rocha Lima (70A/AM) **Presidente**:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relatora: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha

Procurador de Justiça: Exmo. Sr. Dr. Pedro Bezerra Filho

171.**0000052-21.2014.8.04.4301 - Apelação Cível**

Origem: Vara Única de Guajará

Juiz Prolator: Flávio Henrique Albuquerque de Freitas

Apelante : Bradesco Administradora de Consórcios Ltda Advogado : Amandio Ferreira Tereso Junior (739A/AM) Apelada : Leonilia Enes Ribeiro Advogada : Marilândia Maria Ennes Ribeiro Hatori (6358/AM) Advogada : Silvia Roberta Padilha de Oliveira (6664/AM)

Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relatora: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha

172.**0202377-47.2015.8.04.0001 - Apelação Cível**

Origem: 11ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: Lia Maria Guedes de Freitas

Apelante : Afonso Willian Batista Lima Advogado : Wilson Molina Porto (805A/AM) Apelado : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS Procurador : Dandara Viegas Dantas **Presidente**:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relatora: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha

Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos

173.**0633629-32.2017.8.04.0001 - Apelação Cível**

Origem: 4ª Vara da Fazenda Pública

Juiz Prolator: Paulo Fernando de Britto Feitoza

Apelante : O Município de Manaus Procurador : Rafael Albuquerque Gomes de Oliveira (4831/AM) Apelado : Ripasa Comercio e Representacoes de Alimentos ltda Advogado : Miqueias Matias Fernandes (1516/AM) Advogado : Miqueias Matias Fernandes Junior (9958/AM) **Presidente**:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relatora: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha

Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos

174.**0607191-66.2017.8.04.0001 - Apelação Cível**

Origem: 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: Ida Maria Costa de Andrade

Apelante : Rodrigues e Barbosa Serviços de Transportes e Comercio de Derivados de Petróleo Ltda – Epp (G Petróleo) Advogada : Juliana Chaves Coimbra Garcia (4040/AM) Advogado : Andrea Cardoso Salgado (4743/AM) Advogado : Thais Vasques de Brito (12592/AM) Advogado : Fernando Henrique de Almeida (12751/AM) Advogado : Francisco Charles Cunha Garcia Júnior (4563/AM) Apelado : Nogueira & Amorim Ltda. Advogado : Francisco Jacques de Amorim (5257/AM)

Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relatora: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha

175.**0619410-48.2016.8.04.0001 - Apelação Cível**

Origem: 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: Simone Laurent de Figueiredo

Apelante : Jacira Reis Empreendimentos Imobiliarios Ltda Apelante : Tecnisa Consultoria Imobiliaria Ltda Advogado : Douglas William Campos dos Santos (31138/DF) Apelado : Lúcio Glorivaldo Matos Martins Apelado : Osvaldo Biase Martins Junior Advogado : Lúcio Glorivaldo Matos Martins

Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relatora: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha

176.**0044021-08.2002.8.04.0001 - Apelação Cível**

Origem: 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: Lafayette Carneiro Vieira Júnior

Apelante : Raimundo Nonato Lima de Souza Defensor : José Ivan Benaion Cardoso (1657/AM) Apelado : Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/A) Advogado : Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM) Advogado : Guilherme Vilela de Paula (69306/MG) Advogado : Luis Phillip de Lana Foureaux (1011A/AM)

Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relatora: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha

177.**0610275-41.2018.8.04.0001 - Apelação Cível**

Origem: 7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: Rosselberto Himenes

Apelante : Banco Industrial do Brasil S/A Advogado : Wilson

Sales Belchior (17314/CE) Advogado : André de Souza Oliveira (5219/AM) Apelada : Gracyanny da Silva Oliveira Barros Advogado : Luis Albert dos Santos Oliveira (8251/AM)

Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relatora: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha

178.**0639433-15.2016.8.04.0001 - Apelação Cível**

Origem: 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: Maria Eunice Torres do Nascimento

Apelante : Cartaxo Empreendimentos Imobiliários Ltda Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (128341/SP) Apelado : Lucivaldo Breves da Silva Advogado : Jorge Vicente Borges Júnior (11820/AM)

Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relatora: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha

179.**0627648-85.2018.8.04.0001 - Apelação Cível**

Origem: 20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: Roberto Hermidas de Aragão Filho

Apelante : Banco Bradesco S.A. Advogado : Edson Rosas Junior (1910/AM) Advogada : Lúcia Cristina Pinho Rosas (5109/AM) Apelado : V. R. Canavarrro Hortifrutigranjeiro Me (J. V. Varejão) Apelado : Valdir Ramos Canavarro

Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relatora: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha

180.**0639547-17.2017.8.04.0001 - Apelação Cível**

Origem: 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: Roberto Santos Taketomi

Apelante : Panamericano Administradora de Consórcio S/A Advogado : Ivo Pereira (143801/SP) Apelado : Augustus Ricardo de Macedo da Costa

Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relatora: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha

181.**0620551-05.2016.8.04.0001 - Apelação Cível**

Origem: 20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: Roberto Hermidas de Aragão Filho

Apelante : MAC Empreendimento Imobiliários Ltda Advogado : César Augusto Gomes Monteiro (9696/AM) Advogado : Clemente Augusto Gomes (438/AM) Apelada : Maria Lucilia Pedro Paulo Advogado : Paixão Periman de Almeida Ferreira (12138/AM) Advogado : Carlos Eduardo Rodrigues da Cunha (12251/AM) Advogado : Daniel Marcelo Benvenutti de sales (7949/AM) Advogado : Carlos Henrique Pevas Lima de Araújo (12262/AM)

Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relatora: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha

182.**0618209-55.2015.8.04.0001 - Apelação Cível**

Origem: 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: Francisco Carlos G. de Queiroz

Apelante : Bradesco Saúde S/A Advogado : Thiago Araújo Rezende Mendes (819A/AM) Advogada : Maria Perpétuo Socorro Figueiredo de Andrade (6566/AM) Advogado : Eloy Pinto de Andrade (819/AM) Advogada : Fabíola da Silva Gesta Caruso (4662/AM) Apelada : Simone Silva Batemarco Advogada : Priscila Lima Monteiro (5901/AM)

Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relatora: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha

183.**0640538-90.2017.8.04.0001 - Apelação Cível**

Origem: 12ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: Márcio Rothier Pinheiro Torres

Apelante : Banco Honda S/A Advogado : Hiran Leão Duarte (10422/CE) Apelado : Luciano Eduardo de Sousa

Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relatora: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha

184.**0612597-34.2018.8.04.0001 - Apelação Cível**

Origem: 1ª Vara da Fazenda Pública

Juiz Prolator: Dr. Ronnie Frank T. Stone

Apelante : José Rodrigues Filgueiras Neto Advogado : Gualberto Graciano de Melo Segundo (11425/AM) Apelado : O Estado do Amazonas Representa : Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - PGE **Presidente**:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relatora: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha

Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos

185.**0638654-94.2015.8.04.0001 - Apelação Cível**

Origem: 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: Simone Laurent de Figueiredo

Apelante : Santa Cassilda Empreendimentos Imobiliários LTDA Apelante : São Raimundo Empreendimentos Imobiliários Ltda Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (128341/SP) Apelada : Maria Neide de Andrade Bezerra Advogado : Kenny Marcel Oliveira dos Santos (7202/AM)

Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relatora: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha

186.**0644632-81.2017.8.04.0001 - Apelação / Remessa Necessária**

Origem: 2ª Vara da Fazenda Pública

Juiz Prolator: Leoney F. Harraquian

Apelante : Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Amazonprev Advogada : Caroline Retto Frota (4411/AM) Apelado : Paulo Augusto Monteiro Pacheco Advogado : Ana Cristina Marinho Bessa (11702/AM) **Presidente**:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relatora: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha

Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos

187.**0616079-58.2016.8.04.0001 - Remessa Necessária Cível**

Origem: 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: Francisco Carlos G. de Queiroz

Requerente : Itelvina dos Santos Advogado : Wilson Molina Porto (805A/AM) Requerido : Instituto Nacional do Seguro Social - INSS Procurador : Karina Broze Naimeg Grossi (9245/AM) Assistente Sim : Novamed Produtos Farmacêuticos Ltda. Advogado : Fernando Rogério Peluso (207679/SP) **Presidente**:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relatora: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha

Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle

188.**4000625-51.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento**

Origem: 16ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: Abraham Peixoto Campos Filho

Agravante : Angela Monteiro Simão Advogado : Adrianne Sanches Soares da Silva (8595/AM) Advogado : Mayra Mamed Levy (8598/AM) Agravada : Denise Moura Macedo da Silva Advogada : Denise Moura Macedo da Silva (4464/AM) Advogado : Ricardo Mendes Lasmar (5933/AM)

Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relator: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Lafayette Carneiro Vieira Júnior

Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões

: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil

*Em casos de impedimentos/Supeições :Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha e/ou Desa. Nélia Caminha Jorge

189.**0707066-82.2012.8.04.0001 - Apelação Cível**

Origem: 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: Diógenes Vidal Pessoa Neto

Apelante : Direcional Engenharia - Jonasa Empreendimentos

Imobiliários Ltda Soc. Advogados : Andrade Gc Advogados (5797/AM) Advogada : Carolina Ribeiro Botelho (5963/AM) Advogada : Luma Vieira Marquez (10959/AM) Advogada : Carlos Murilo Laredo Souza (7356/AM) Advogado : Ana Beatriz da Silva Oliveira (9372/AM) Advogado : Raphaela Batista de Oliveira (9169/AM) Apelada : Nadia Julieta Cavalcante Ferreira Advogado : Hamilton Novo Lucena Junior (5488/AM) Advogado : Andrei Farias de Barros (6074/AM)

Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relator: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Cláudio César Ramalheira Roessing

Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões

: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil

*Em casos de impedimentos/Supeições: Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury e/ou Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

190.**0603312-90.2013.8.04.0001 - Apelação Cível**

Origem: 20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: Roberto Hermidas de Aragão Filho

Apelante : Patri Onze Empreendimentos Imobiliários Ltda Advogado : Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM) Advogada : Carolina Ribeiro Botelho (5963/AM) Advogada : Paloma Tavares Feitoza Vieira (8759/AM) Apelado : Wandelson Freitas Apelada : Elemara Correia Estácio Advogado : José Ribamar Fernandes Morais (559A/AM)

Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relator: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Cláudio César Ramalheira Roessing

Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões

: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil

*Em casos de impedimentos/Supeições: Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury e/ou Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

191.**0609256-73.2013.8.04.0001 - Apelação Cível**

Origem: 7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: Rosselberto Himenes

Apelante : Patri Onze Empreendimentos Imobiliários Ltda Advogado : Rennalt Lessa de Freitas (1722E/AM) Advogado : Rennalt Lessa de Freitas (8020/AM) Advogada : Carolina Ribeiro Botelho (5963/AM) Advogado : Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM) Advogada : Carlos Murilo Laredo Souza (7356/AM) Apelada : Hilma Madalena de Carvalho Advogado : Ademar Brito da Costa Junior (6090/AM)

Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relator: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Cláudio César Ramalheira Roessing

Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões

: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil

*Em casos de impedimentos/Supeições: Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury e/ou Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

192.**0622494-62.2013.8.04.0001 - Apelação Cível**

Origem: 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: Simone Laurent de Figueiredo

Apelante : Construtora Capital S.A Advogado : Rennalt Lessa de Freitas (1722E/AM) Advogado : Rennalt Lessa de Freitas (8020/AM) Advogada : Carolina Ribeiro Botelho (5963/AM) Advogado : Flavia de Paiva Brandi (9300/AM) Advogado : Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM) Advogada : Carlos Murilo Laredo Souza (7356/AM) Apelado : Carlos Rafael Botelho de Moraes Advogada : Adriane Cristine Cabral Magalhães (5373/AM) Advogado : Tarcísio Ramos do Vale (8534/AM) Apelada : Sâmea Lorena de Paula Escossio Advogada : Adriane Cristine Cabral Magalhães (5373/AM) Advogado : Tarcísio Ramos do Vale (8534/AM)

Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relator: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Cláudio César Ramalheira Roessing

Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões

: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil

*Em casos de impedimentos/Supeições: Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury e/ou Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

193.**0257407-09.2011.8.04.0001 - Apelação Cível**

Origem: 5ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: José Renier da Silva Guimarães

Apelante : Francisca Aureni Marques Advogado : Leonardo Guimarães Brito (4096/AM) Advogado : Pablo da Silva Negreiros (4227/AM) Advogado : Ewerton Smith do Nascimento (9715/AM) Apelante : José Mauro Gonçalves Marques Advogado : Pablo da Silva Negreiros (4227/AM) Apelante : Patri Quatro Empreendimentos Imobiliários Ltda (Patrimônio) Advogado : Germano Costa Andrade (2835/AM) Advogado : Rennalt Lessa de Freitas (1722E/AM) Advogado : Rennalt Lessa de Freitas (8020/AM) Advogado : Luiz Augusto de Borborema Blasch (7982/AM) Advogado : Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM) Apelado : Patri Quatro Empreendimentos Imobiliários Ltda (Patrimônio) Advogado : Germano Costa Andrade (2835/AM) Advogado : Rennalt Lessa de Freitas (1722E/AM) Advogado : Rennalt Lessa de Freitas (8020/AM) Advogado : Luiz Augusto de Borborema Blasch (7982/AM) Apelado : José Mauro Gonçalves Marques Apelada : Francisca Aureni Marques Advogado : Leonardo Guimarães Brito (4096/AM) Advogado : Pablo da Silva Negreiros (4227/AM) Advogado : Ewerton Smith do Nascimento (9715/AM)

Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relator: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Cláudio César Ramalheira Roessing

Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões

: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil

*Em casos de impedimentos/Supeições: Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury e/ou Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

194.**0611066-15.2015.8.04.0001 - Apelação Cível**

Origem: 7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: Rosselberto Himenes

Apelante : Patri Onze Empreendimentos Imobiliários Advogado : Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM) Advogado : Rennalt Lessa de Freitas (1722E/AM) Advogado : Rennalt Lessa de Freitas (8020/AM) Advogado : Raphaela Batista de Oliveira (9169/AM) Advogada : Carlos Murilo Laredo Souza (7356/AM) Apelado : Wellington da Cruz Terra Advogado : Jonny Cleuter Simões Mendonça (8340/AM) Advogado : Heloisa Pontes Maues (9667/AM)

Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relator: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Cláudio César Ramalheira Roessing

Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões

: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil

*Em casos de impedimentos/Supeições: Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury e/ou Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

195.**0630583-06.2015.8.04.0001 - Apelação Cível**

Origem: 20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: Roberto Hermidas de Aragão Filho

Apelante : Ricardo Erikson Veras de Sena Rosa Advogado : Juan Pablo Ferreira Gomes (7716/AM) Apelado : Capital Rossi Empreendimentos S.a. Apelado : São Hipólito Empreendimentos Imobiliarios Ltda Apelado : Santo Indalécio Empreendimentos Imobiliários Ltda. Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (598A/AM)

Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relator: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Cláudio César Ramalheira Roessing

Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões

: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil

*Em casos de impedimentos/Supeições: Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury e/ou Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

196.**0264371-18.2011.8.04.0001 - Apelação Cível**

Origem: 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Juiz Prolator: Victor André Liuzzi Gomes

Apelante : Patri Quatro Empreendimentos Imobiliários Ltda. Advogado : Rennalt Lessa de Freitas (1722E/AM) Advogado : Rennalt Lessa de Freitas (8020/AM) Advogada : Carolina Ribeiro Botelho (5963/AM) Advogado : Ana Beatriz da Silva Oliveira (9372/

AM) Advogado : Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM) Apelado : Robson Jefrey Brasil Matos Advogado : Moisés Vieira Queiroz (2830/AM)

Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relator: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Cláudio César Ramalheira Roessing

Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões

: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil

*Em casos de impedimentos/Supeições: Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury e/ou Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

SEGREDO DE JUSTIÇA

197.**0632983-90.2015.8.04.0001 - Apelação Cível**

Origem: 3ª Vara de Família

Juiz Prolator: Melissa Sanches Silva da Rosa

Apelante : E. R. da S. C. - M. Representante : R. da S. L. C. Defensoria : Defensoria Pública do Estado do Amazonas Defensora : Kanthya Pinheiro de Miranda (18032/BA) Apelado : B. M. C. **Presidente/Relatora: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge**

Produrador de Justiça: Exmo. Sr. Dr. Pedro Bezerra Filho

198.**0631505-47.2015.8.04.0001 - Apelação Cível**

Origem: 1ª Vara da Fazenda Pública

Juiz Prolator: Dr. Ronnie Frank T. Stone

Apelante : R. M. M. de S. Representante : B. M. de S. Defensor : Arlindo Gonçalves dos Santos Neto (4368/AM) Defensoria : Defensoria Pública do Estado do Amazonas Apelado : o E. do A. Procurador : Marcelo Augusto Albuquerque da Cunha (2538/AM) **Presidente/Relatora: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge**

199.**0207483-53.2016.8.04.0001 - Apelação Cível**

Origem: 2ª Vara de Família

Juiz Prolator: Everaldo da Silva Lira

Apelante : L. F. dos A. P. Defensor : Christianne Gonzalez Leite (160/RR) Defensoria : Defensoria Pública do Estado do Amazonas Apelada : V. V. dos A. P. Representante : F. L. das N. P. F. Defensoria : Defensoria Pública do Estado do Amazonas **Presidente**:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Airton Luís Corrêa Gentil

Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle

200.**0210612-32.2017.8.04.0001 - Apelação Cível**

Origem: 3ª Vara de Família

Apelante : R. C. de A. Defensoria : Defensoria Pública do Estado do Amazonas Apelada : A. M. de S.

Presidente: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relator: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Airton Luís Corrêa Gentil

201.**0616613-65.2017.8.04.0001 - Apelação Cível**

Origem: 4ª Vara de Família

Juiz Prolator: Odilio Pereira Costa Neto

Apelante : C. R. T. Advogado : Ronaldo Lázaro Tiradentes (4113/AM) Advogada : Kiê Mariee Cavalcante Hara Tiradentes (4779/AM) Apelada : J. A. C. M. S. P. Apelado : V. C. C. M. Apelada : L. C. M. H. Apelada : S. M. C. M. de S. Apelado : C. G. M. J. Advogado : Mário Valdo Gomes Bezerra (10502/AM) Advogado : Fernando José Garcia (134719/SP) Advogado : Fabio Juliani Soares (162601/SP) Advogado : José Umberto Franco (211240/SP) Advogado : Maria Claudia Bendin de Vergueiro Lobo (222587/SP) Apelante : C. G. M. J. Apelante : V. C. C. M. Apelante : J. A. C. M. S. P. Apelante : L. C. M. H. Apelante : S. M. C. M. de S. Advogado : Fernando José Garcia (134719/SP) Apelada : C. R. T. Advogado : Ronaldo Lázaro Tiradentes (4113/AM)

Presidente:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relator: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Airton Luís Corrêa Gentil

202.**0627646-23.2015.8.04.0001 - Apelação Cível**

Origem: 1ª Vara de Família

Juiz Prolator: Marcos Santos Maciel

Apelante : V. M. B. Advogado : Luiz Eduardo Hayden dos Santos (12051/AM) Apelada : N. R. de C. B. Advogado : Márcio Rocha de Carvalho (5274/AM) Advogado : Edson Soares de Carvalho (2555/AM) Advogada : Ane Rocha de Carvalho (7116/AM) **Presidente**:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Nélia Caminha Jorge

Relatora: Exmo(a). Sr(a). Des(a). Mirza Telma de Oliveira Cunha

Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle

Manaus, 18 de setembro de 2019

Tânia Mara Garcia Mafra - M 1104

Despachos

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **Aristóteles Lima Thury** Relator dos Autos Virtuais de **Habeas Corpus Cível nº. 4004414-24.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figuram como **Impetrantes, Antonio Azevedo de Lira e Elias Pinheiro Pacheco**, advogados, rs. Antônio Azevedo de Lira (5474/AM) e João Lira Tavares (8799/AM) e como **Impetrado, Juízo de Direito da 4ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Manaus/am**. **Despacho:** "(...) Acautelo-me, por ora, quanto à concessão da liminar requerida. Oficie-se, com urgência, a autoridade apontada como coatora a fim de que preste informações sobre o pedido constante na exordial, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, consoante estabelece o Ofício Circular n.º 143/2009 STEXP/CGJ c/c a Resolução n.º 135/2011 do Conselho Nacional de Justiça. Apresentadas as informações, dê-se vista ao Graduado Órgão Ministerial, nos termos do artigo 167, § 2º, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Amazonas. À secretaria para providências.

Manaus, 16 de setembro de 2019. Desembargador Aristóteles Lima Thury-Relator." ept

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho . Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 18 de setembro de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Intimações

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **Mirza Telma de Oliveira Cunha** Relator dos Autos Virtuais de **Apelação Cível nº. 0636320-24.2014.8.04.0001**/Manaus – AM, em que figuram como **Apelante, Protásio Locação e Turismo Ltda.**, advogado, Fernando de Araujo Jales Costa (4602/RN) e como **Apelado, Ipem / Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Amazonas**, advogado, Euler Lima Assis (272A/AM). **Despacho:** "(...) Em tempo, analisando os autos do processo, verifico a necessidade indeclinável de que seja dada vista dos autos ao Ministério Público com assento nesta Instância Recursal em virtude de sua independência em relação ao agente oficiante no primeiro grau, motivo pelo chamo o processo à ordem para tornar sem efeito o despacho de fls. 447. À Secretaria para as devidas providências. CUMPRA-SE. Manaus, 08 de agosto de 2019. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha Relatora-Juíza Convocada-Portaria n. 1762/2019-PTJ

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho . Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 18 de setembro de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **Airton Luís Corrêa Gentil** Relator dos Autos Virtuais de **Apelação Cível nº. 0705675-92.2012.8.04.0001**/Manaus – AM, em que figuram como **Apelante, Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)**, advogado, Caio Cesar Fernandes da Cruz (154217/MG), Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM) e Luis Phillip de Lana Foureaux (1011A/AM) e como **Apelado, Waleska Ribeiro da Silva**. **Despacho:** "(...) Intime-se a parte apelante para manifestar-se sobre certidão de pág. 246. À Secretaria para providências. Manaus, 17 de setembro de 2019. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil-Relator

Ficam as partes intimadas, Caio Cesar Fernandes da Cruz (154217/MG), Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM) e Luis Phillip de Lana Foureaux (1011A/AM) do inteiro teor do presente despacho . Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 18 de setembro de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **Aristóteles Lima Thury** Relator dos Autos Virtuais de **Agravo de Instrumento nº. 4006099-03.2018.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figuram como **Agravante, Petros Fundação Petrobras de Seguridade Social**, advogado, Carlos Roberto Siqueira Castro (671A/AM) e Francisco Nonato Boary (1058/AM) e como **Agravado, Lusimar Madalena Amorim Fernandes**, advogado, Jamilly Viana da Silva (10666/AM) e Kênia Mônika Arcanjo de Souza (6427/AM). **Despacho:** "(...) Acautelo-me para apreciar, posteriormente, o pedido de efeito suspensivo (CPC, art. 1.019); Intime-se o agravado para responder na forma do art. 1.019, II do CPC; À Secretaria, para providências. Manaus, 17 de setembro de 2019. Desembargador Aristóteles Lima Thury-Relator

Ficam as partes intimadas, Jamilly Viana da Silva (10666/AM) e Kênia Mônika Arcanjo de Souza (6427/AM) do inteiro teor do presente despacho . Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 18 de setembro de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **Aristóteles Lima Thury** Relator dos Autos Virtuais de **Embargos de Declaração Cível nº. 0005917-51.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figuram como **Embargante, Servengloc Serviços de Locação de Equipamentos Ltda**, advogado, Beatriz de Souza Souza (12761/AM) e Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (189340/SP) e como **Embargado, Brascooper Cbc Brasileira de Condutores Ltda**, advogado, Henrique Campos Galkowicz (301523/SP). **Despacho:** "(...) Intime-se o Embargado, nos termos do art. 1023, § 2º, do Código de Processo Civil. À secretaria para providência. Manaus, 17 de setembro de 2019. Desembargador Aristóteles Lima Thury. Relator

Ficam as partes intimadas, Henrique Campos Galkowicz (301523/SP) do inteiro teor do presente despacho . Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 18 de setembro de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

DESPACHO DE INTIMAÇÃO

Nº 0005808-37.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Banco Bradesco S.a. - Embargado: Friller do Brasil Alimentos Ltda - Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador Lafayette Carneiro Vieira Júnior Relator do Processo Eletrônico de Embargos de Declaração Cível nº. 0005808-37.2019.8.04.0000/Manaus - AM, em que figuram como Embargante, Banco Bradesco S.a., advogado, Eduardo Arruda Alvim (118685/SP), Fernando A. Rodrigues (132932/SP), Gabriel do Val Santos (267881/SP) e Jose Manoel de Arruda Alvim Netto (12363/SP) e como Embargado, Friller do Brasil Alimentos Ltda, advogado, Laureano Cezar Elias Muller (367109/SP), Lucas de Castro Rivas (46431/DF) e Marcos Aldenir Ferreira Rivas (2250/AM). Despacho: Diante da natureza jurídica dos Embargos com efeitos infringentes, o qual, em homenagem ao Princípio do Contraditório, exige a oportunização da manifestação a outra parte, determino a intimação do Embargado para se manifestar sobre o recurso, no prazo de 5 (cinco) dias. II À Secretaria para providências. Manaus, 16 de setembro de 2019 Desembargador Lafayette Carneiro Vieira Júnior Relator. Fica intimada a parte embargada, por meio de seu advogado, Dr. Laureano Cezar Elias Muller (367109/SP), Lucas de Castro Rivas (46431/DF) e Marcos Aldenir Ferreira Rivas (2250/AM), para apresentar manifestação ao recurso em epígrafe, no prazo legal, contados da publicação deste. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça. Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 17 de setembro de 2019. Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104. - Advs: Eduardo Arruda Alvim (OAB: 118685/SP) - Fernando A. Rodrigues (OAB: 132932/SP) - Gabriel do Val Santos (OAB: 267881/SP) - Jose Manoel de Arruda Alvim Netto (OAB: 12363/SP) - Lucas de Castro Rivas (OAB: 46431/DF) - Marcos Aldenir Ferreira Rivas (OAB: 2250/AM) - Laureano Cezar Elias Muller (OAB: 367109/SP) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 0005893-23.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Servengloc Serviços e Locação de Equipamentos Ltda - Embargado: Brascooper Cbc Brasileira de Condutores Ltda - Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador Lafayette Carneiro Vieira Júnior Relator do Processo Eletrônico de Embargos de Declaração Cível nº. 0005893-23.2019.8.04.0000/Manaus - AM, em que figuram como Embargante, Servengloc Serviços e Locação de Equipamentos Ltda, advogado, Adolpho Mauro Maués Nazath (5540/AM), Beatriz de Souza Souza (12761/AM), Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (189340/SP), Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (799A/AM) e Vito Sasso Filho (10344/AM) e como Embargado, Brascooper Cbc Brasileira de Condutores Ltda, advogado, Henrique Campos Galkowicz (301523/SP). Despacho: "Em homenagem ao Princípio do Contraditório, exige a oportunização da manifestação a outra parte, determino a intimação do Embargado para se manifestar sobre o recurso, no prazo de 5 (cinco) dias. À Secretaria para providências. Manaus, 16 de setembro de 2019 Desembargador Lafayette Carneiro Vieira Júnior Relator. Fica intimada a parte embargada, por meio de seu advogado, Dr. Henrique Campos Galkowicz (301523/SP), para apresentar manifestação ao recurso em epígrafe, no prazo legal, contados da publicação deste. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça. Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 17 de setembro de 2019. Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104. - Advs: Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB: 189340/SP) - Beatriz de Souza Souza (OAB: 12761/AM) - Vito Sasso Filho (OAB: 10344/AM) - Adolpho Mauro Maués Nazath (OAB: 5540/AM) - Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB: 799A/AM) - Henrique Campos Galkowicz (OAB: 301523/SP) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 0005894-08.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Servengloc Serviços e Locação de Equipamentos Ltda - Embargado: Brascooper Cbc Brasileira de Condutores Ltda - Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador Lafayette Carneiro Vieira Júnior Relator do Processo Eletrônico de Embargos de Declaração Cível nº. 0005894-08.2019.8.04.0000/Manaus - AM, em que figuram como Embargante, Servengloc Serviços e Locação de Equipamentos Ltda, advogado, Adolpho Mauro Maues Nazareth (5540/AM),

Antonio Reynaldo Campos Sampaio (7372/AM), Beatriz de Souza Souza (12761/AM), Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (189340/SP), Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (799A/AM) e Vito Sasso Filho (10344/AM) e como Embargado, Brascooper Cbc Brasileira de Condutores Ltda, advogado, Henrique Campos Galkowicz (301523/SP). Despacho: Em homenagem ao Princípio do Contraditório, exige a oportunização da manifestação a outra parte, determino a intimação do Embargado para se manifestar sobre o recurso, no prazo de 5 (cinco) dias. À Secretaria para providências. Manaus, 16 de setembro de 2019 Desembargador Lafayette Carneiro Vieira Júnior Relator. Fica intimada a parte embargada, por meio de seu advogado, Dr. Henrique Campos Galkowicz (301523/SP), para apresentar manifestação ao recurso em epígrafe, no prazo legal, contados da publicação deste. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça. Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 17 de setembro de 2019. Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104. - Advs: Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB: 189340/SP) - Antonio Reynaldo Campos Sampaio (OAB: 7372/AM) - Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB: 799A/AM) - Vito Sasso Filho (OAB: 10344/AM) - Beatriz de Souza Souza (OAB: 12761/AM) - Adolpho Mauro Maues Nazareth (OAB: 5540/AM) - Henrique Campos Galkowicz (OAB: 301523/SP) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Decisões

Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Mirza Telma de Oliveira Cunha**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo de Instrumento nº. 4004261-88.2019.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figuram como **Agravante, Condominio Residencial Reserva do Parque**, advogado, Adriana Almeida Lima (4577/AM) e como **Agravado, Jean Costa da Silva**, advogado, Fabianno Martins Frazão (7004/AM). **DECISÃO: "(...)** Posto isso, e à míngua de expresso pedido de liminar, admito provisoriamente o processamento do recurso e determino a intimação do agravado para, querendo, oferecer resposta ao recurso no prazo da lei. À Secretaria para as providências cabíveis. CUMPRA-SE. Manaus, 17 de setembro de 2019. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha-Relatora. Juíza de Direito Convocada - Portaria nº 1762/2019-PTJ

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, Fabianno Martins Frazão (7004/AM) do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 18 de setembro de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Mirza Telma de Oliveira Cunha**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo de Instrumento nº. 4004219-39.2019.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figuram como **Agravante, Zeinilda Vieira Medeiros**, advogado, Luiz Alberto Monteiro Medeiros (3970/AM) e como **Agravado, Condomínio Civil do Shopping Ponta Negra**, advogado, Karla Freixo Braga (3775/AM). **DECISÃO: "(...)** Posto isso, com fulcro no art. 932, inc. II c/c art. 1.019, inc. I, ambos do CPC, admito provisoriamente o processamento do recurso e indefiro o efeito suspensivo postulado. Intime-se a agravada para que apresente contrarrazões, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias. À Secretaria para as providências cabíveis. CUMPRA-SE. Manaus, 17 de setembro de 2019. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha-Relatora. Juíza de Direito Convocada - Portaria nº 1762/2019-PTJ

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, Karla Freixo Braga (3775/AM) do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 18 de setembro de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Mirza Telma de Oliveira Cunha**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo de Instrumento nº. 4004258-36.2019.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figuram como **Agravante, Unimed Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda.**, advogado, Isabelle Benlolo de Azevedo (11737/AM) e Pedro Câmara Junior (2834/AM) e como **Agravado, Eucides Batista Lima**, advogado, Yuri Dantas Barroso (4237/AM). **DECISÃO: "(...)** Posto isso, com fulcro no art. 932, inc. II c/c art. 1.019, inc. I, ambos do CPC, admito provisoriamente o processamento do recurso e indefiro o efeito suspensivo postulado. Intime-se o agravado para que apresente contrarrazões, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias. À Secretaria para as providências cabíveis. CUMPRA-SE. Manaus, 17 de setembro de 2019. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha-Relatora. Juíza de Direito Convocada - Portaria nº 1762/2019-PTJ

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, Yuri Dantas Barroso (4237/AM) do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 18 de setembro de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão Monocrática proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Aristóteles Lima Thury**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo Interno Cível nº. 0004657-36.2019.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figuram como **Agravante, Brascooper Cbc Brasileira de Condutores Ltda**, advogado, Henrique Campos Galkowicz (301523/SP) e como **Agravado, Servengloc Serviços de Locação de Equipamentos Ltda**, advogado, Brascopper Cbc Brasileira de Condutores Ltda – Em Recuperação Judicial (301523/SP) e Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (189340/SP). **DECISÃO MONOCRÁTICA: "(...)** Ante o exposto, pelas razões acima delineadas, não conheço o Agravo Interno pela perda superveniente do objeto recursal. À Secretaria para providências. Manaus, 17 de setembro de 2019. Desembargador Aristóteles Lima Thury-Relator

Ficam as partes intimadas, por meio de seus representantes, Henrique Campos Galkowicz (301523/SP) do inteiro teor da presente Decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 18 de setembro de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0003307-47.2018.8.04.0000 - Agravo Interno Cível - Manaus - Agravante: Amós Alves Santos - Agravada: Éllem de Lima Chase - Agravado: Elizeu Rodrigues Lima - Decisão Monocrática proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador Cláudio César Ramalheira Roessing, Relator do Processo Eletrônico de Agravo Interno Cível nº. 0003307-47.2018.8.04.0000/Manaus - AM, em que figuram como Agravante, Amós Alves Santos, advogado, Elci Simões de Oliveira Junior (5543/AM), Jorge Luis dos Reis Oliveira (6866/AM) e Roberta Cintrão Simões de Oliveira (3582/AM) e como Agravado, Elizeu Rodrigues Lima e Éllem de Lima Chase, advogado, Rubenito Cardoso da Silva Júnior (4947/AM). DECISÃO MONOCRÁTICA: "(...) Ante o exposto, julgo prejudicado o presente Agravo Regimental, determinando seu encerramento. Cumpra-se. Manaus, 13 de setembro de 2019. Cláudio Roessing Relator Ficam as partes intimadas, por meio de seus representantes, do inteiro teor da presente Decisão. Os autos poderão ser acessados por

meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça. Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 17 de setembro de 2019. Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104. - Advs: Elci Simões de Oliveira Junior (OAB: 5543/AM) - Roberta Cintrão Simões de Oliveira (OAB: 3582/AM) - Jorge Luis dos Reis Oliveira (OAB: 6866/AM) - Rubenito Cardoso da Silva Júnior (OAB: 4947/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Domingos Jorge Chalub Pereira**, Relator do Processo Eletrônico de **Apelação Cível nº. 0213215-59.2009.8.04.0001**/Manaus - AM, em que figura como **Apelante, Jessé Vieira dos Santos**, advogados, Drs. Luiz Henrique Braz (2587/AM) e Paulo Lindembeck Belchior (10617/AM) e como **Apelado, O Estado do Amazonas**, advogado, Lisieux Ribeiro Lima (4486/AM). **DECISÃO: "(...)** Considerando que os embargos infringentes foram autuados com outra numeração, sob a relatoria do e. Des. Welington Araújo, já devidamente julgados, e o teor da certidão de fls. 758, dando conta do trânsito em julgado da apelação, determino o arquivamento do presente feito. À Secretaria para providências. Manaus, 18 de setembro de 2019. Desembargador DOMINGOS JORGE CHALUB PEREIRA-Relator." ept

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 18 de setembro de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão proferida pela Exma. Sra. Doutora **Mirza Telma de Oliveira Cunha**, Relatora do Processo Eletrônico de **Agravo de Instrumento nº. 4004086-94.2019.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figura como **Agravante, O Estado do Amazonas**, advogado, Adriane Simões Assayag Ribeiro (2531/AM) e como **Agravado, Mn Gestão de Instalações de Esportes Ltda**, advogados, Drs. Alice de Aquino Siqueira e Silva (4564/AM) e Manoel Romao da Silva (1432/AM). **DECISÃO: "(...)** Posto isso, com fulcro no art. 932, inc. II c/c art. 1.019, inc. I, ambos do CPC, admito provisoriamente o processamento do recurso e indefiro o efeito suspensivo postulado. Intime-se o agravado para que apresente contrarrazões, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias. À Secretaria para as providências cabíveis. CUMPRA-SE. Manaus, 16 de setembro de 2019. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha-Relatora, Juíza de Direito Convocada - Portaria nº 1762/2019-PTJ." ept

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 18 de setembro de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Airton Luís Corrêa Gentil**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo de Instrumento nº. 4004365-17.2018.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figura como **Agravante, Alianca Incorporadora Ltda**, advogados, Drs. Fabrizio de Souza Barbosa Grosso (4473/AM) e José Mário de Carvalho Neto (4861/AM) e como **Agravado, Pablo Michel de Melo Souza**, advogado, Dr. Pedro de Oliveira Santos Cortes (3243/AM). **DECISÃO: "(...)** Pelo exposto, indefiro, por ora, o pedido de efeito suspensivo, sem prejuízo de reanálise posterior. Intime-se o agravado para, querendo, ofereça contrarrazões recursais, no prazo legal. Após, com ou sem resposta, voltem-me conclusos para voto. À Secretaria para as providências legais subsequentes. Manaus, 16 de setembro de 2019. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil-Relator." ept

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 18 de setembro de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão proferida pela Exma. Sra. Desembargadora **Mirza Telma de Oliveira Cunha**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo de Instrumento nº. 4004197-78.2019.8.04.0000**/ Manaus - AM, em que figura como **Agravante, Banco Pan S.a.**, advogados, Drs. Juliana Mühlmann Provezi (17074/SC) e Sergio Schulze (7629/SC) e como **Agravado, Paulo Radley Ribeiro Beltrao**, advogados, Drs. Diego Marques Macedo da Silva (42065/BA) e Luís Jorge de Arruda Rosas (42760/BA). **DECISÃO: "(...)** Posto isso, com fulcro no art. 932, inc. II c/c art. 1.019, inc. I, ambos do CPC, admito provisoriamente o processamento do recurso e defiro o efeito suspensivo postulado para sustar os efeitos da decisão recorrida até o julgamento do mérito do recurso. Intime-se o agravado para que apresente contrarrazões, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias. À Secretaria para as providências cabíveis. CUMPRA-SE. Manaus, 17 de setembro de 2019. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha-Relatora, Juíza de Direito Convocada - Portaria nº 1762/2019-PTJ." ept

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 18 de setembro de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão proferida pela Exma. Sra. Desembargadora **Nélia Caminha Jorge**, Relatora do Processo Eletrônico de **Cumprimento de Sentença Contra A Fazenda Pública nº. 0005901-97.2019.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figura como **Exequente, Waldir Gomes Ferreira**, advogado, Dr. Waldir Gomes Ferreira (6648/PA) e como **Executado, O Estado do Amazonas**, advogado, Vivian Maria Oliveira da Frota (6880/AM). **DECISÃO: "(...)** Trata-se de Cumprimento de Sentença Contra a Fazenda Pública formulado por Waldir Gomes Ferreira em face do Estado do Amazonas. Encaminhem-se os autos ao juízo de 1.ª instância, tendo em vista ser deste a competência para execução dos próprios julgados.
À Secretaria para as providências cabíveis. Manaus, 16 de setembro de 2019. Desembargadora NÉLIA CAMINHA JORGE-Relatora." ept

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 18 de setembro de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Flávio Humberto Pascarelli Lopes**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo Interno Cível nº. 0006969-19.2018.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figuram como **Agravantes, Industria de Papel Sovel da Amazonia Ltda e Sovel da Amazonia Ltda**, advogada, Dra. Jéssica Ferreira Botelho (6826/AM) e como **Agravado, Amazon Security Ltda**, advogados, Drs. Edgard Angelim de Alencar Ferreira (3995/AM) e Solon Argelim de Alencar Ferreira (3338/AM). **DECISÃO: "(...)** Assim, tendo em vista que o recurso tornou-se prejudicado pela perda do objeto, é possível o seu não conhecimento por meio de decisão monocrática, ante o permissivo do inciso III do art. 932 do CPC. Por todo o exposto, julgo prejudicado o presente recurso. À Secretaria para providências. CUMPRA-SE. Manaus, 17 de setembro de 2019. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha-Relatora, Juíza Convocada Portaria n. 1762/2019-PTJ." ept

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 18 de setembro de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Flávio Humberto Pascarelli Lopes**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo de Instrumento nº. 4004342-71.2018.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figura como **Agravante, Amazon Security Ltda**, advogados, Drs. Edgard Angelim de Alencar Ferreira (3995/AM) e Solon Argelim de Alencar Ferreira (3338/AM) e como **Agravados, Industria de Papel Sovel da Amazonia Ltda e Sovel da Amazonia Ltda**, advogado, Dr. Eduardo Bonates de Lima (5076/AM). **DECISÃO: "(...)** Por todo o exposto, julgo prejudicado o presente recurso em razão da prolação da sentença de homologação de acordo. À Secretaria para providências. CUMPRA-SE. Manaus, 17 de setembro de 2019. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha-Relatora, Juíza Convocada Portaria n. 1762/2019-PTJ." ept

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 18 de setembro de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Flávio Humberto Pascarelli Lopes**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo Regimental Cível nº. 0006788-18.2018.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figura como **Agravante, Wn Comércio Importação e Representaçoes Ltda.**, advogado, Dr. William Daniel Brasil David (6796/AM) e como **Agravado, Mapemi - Brasil Materiais Médicos e Odontológicos Ltda**, advogado, Dr. Filipe de Freitas Nascimento (6445/AM). **DECISÃO: "(...)** Assim, tendo em vista que o recurso tornou-se prejudicado pela perda do objeto, é possível o seu não conhecimento por meio de decisão monocrática, ante o permissivo do inciso I do art. 932 do CPC. Por todo o exposto, julgo prejudicado o presente recurso. À Secretaria para providências. CUMPRA-SE. Manaus, 17 de setembro de 2019. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha-
Relatora, Juíza Convocada _ Portaria n. 1762/2019-PTJ." ept

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 18 de setembro de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão proferida pela Exma. Sra. Doutora **Mirza Telma de Oliveira Cunha**, Relatora do Processo Eletrônico de **Agravo de Instrumento nº. 4004113-77.2019.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figura como **Agravante, Banco Dacoyval S/A**, advogado, Dr. Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (1183/AM) e como **Agravado, Marlete da Costa Vasconcelos**, advogada, Dra. Kassia Cristina Pereira Torres (10577/AM). **DECISÃO: "(...)** Posto isso, com fulcro no art. 932, inc. II c/c art. 1.019, inc. I, ambos do CPC, admito provisoriamente o processamento do recurso e indefiro o efeito suspensivo postulado. Intime-se a agravada para que apresente contrarrazões, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias. À Secretaria para as providências cabíveis. CUMPRA-SE. Manaus, 17 de setembro de 2019. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha-Relatora, Juíza de Direito Convocada - Portaria nº 1762/2019-PTJ." ept

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 18 de setembro de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Pauta de Julgamento Virtual

De ordem do Presidente da Egrégia Terceira Câmara Cível, Exmo(a). Des(a) Nélia Caminha Jorge, faço público que, após cumpridas as formalidades legais e prazo para manifestação de cinco (05) dias úteis, de acordo com a Emenda Regimental Nº 001/2018, os seguintes processos serão julgados virtualmente (sem sessão de julgamento presencial):

ADV/REP.: Neyde Regina Demosthenes Trindade e Antonio Azevedo de Lira (5474/AM), Bruno de Oliveira Rodrigues (9968/AM), Dalila Barakat (3891/AM), Ewerton de Alencar Correia (8460/AM), Flavia Ramos de Carvalho (8786/AM), Flavia Ramos de Carvalho (8786/AM), José Carlos Calil Mourão (4035/AM), Joziane Barbosa Nascimento (8434/AM), Marcus di Fabianni Ferreira Lopes (358A/AM) e Omar Barakat (3263/AM) - Processo 0601821-77.2015.8.04.0001 - Apelação Cível - Dano Ao Erário - Apelante : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Apelada : Luzimeire Marques da Silva Apelada : Marilda Nunes da Cunha Apelado : E P Pacheco & Cia Ltda Apelado : Alessandro Viriato Pacheco - Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing

ADV/REP.: José Augusto de Rezende Júnior (A1109/AM) e Todos os representantes das partes passivas Não informado - Processo 0612783-28.2016.8.04.0001 - Apelação Cível - Regularidade Formal - Apelante : Banco Bradesco Financiamentos S/A - Apelada : Ildefonso Rabelo Bindá - Relator: Aristóteles Lima Thury

ADV/REP.: Celso Marcon (566A/AM) e Todos os representantes das partes passivas Não informado - Processo 0639449-66.2016.8.04.0001 - Apelação Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - Apelante : Banco Bradesco Financiamentos S/A - Apelado : Paulo Bruno Roll Darcabraz - Relator: Aristóteles Lima Thury

Secretaria do(a) Terceira Câmara Cível, em Manaus, 18 de setembro de 2019.

De ordem da Presidente da Egrégia Terceira Câmara Cível, Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge, faço público que, de acordo com o artigo 931 e 934 do Novo Código do Processo Civil, serão julgados nas próximas sessões, após cumpridas as formalidades legais, os seguintes autos digitais:

Agravo de Instrumento nº 4005010-42.2018.8.04.0000, de 6ª Vara de Família. Agravante: C. da S. S., advogado: Davidson Reis da Silva (OAB: 8228/AM). Agravado: P. H. C. S., advogado: Carlos Alberto Rodrigues de Souza (OAB: 6164/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relatora: Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury.

Apelação / Remessa Necessária nº 0708471-56.2012.8.04.0001, de 2ª Vara da Fazenda Pública. Apelante: Estado do Amazonas, Procuradora: Ivânia Lucia Silva Costa (OAB: 7530/AM). Apelado: José Fabiano Alves da Silva, advogados: Antônia Andrade de Queiroz (OAB: 3059/AM), Deize da Silva Vasconcelos (OAB: 3058/AM), Tude Moutinho da Costa (OAB: 564/AM), Antônia Andrade de Queiroz (OAB: 3059/AM), Pedro Antonio de Oliveira (OAB: 9678/AM) e Pedro Antonio de Oliveira Junior (OAB: 11130/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relatora: Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Procuradora de Justiça: Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos.

Apelação Cível nº 0235401-08.2011.8.04.0001, de 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Bv Financeira S/A Crédito, Financiamento e Investimento, advogado: Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB: 5546/RO). Apelado: Fabio Dias de Almeida, advogado: Armando Jorge Antony Fonseca (OAB: 23979/

CE). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Apelação Cível nº 0237703-15.2008.8.04.0001, de 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Rozivaldo Cordeiro de Santana, advogados: Jamile Ribeiro da Silva (OAB: 4977/AM) e Jackeline Salazar dos Santos (OAB: 10166/AM). Apelado: João Fabricio Nunes Ferreira, advogados: Walter Siqueira Brito (OAB: 4186/AM) e Caio André Pinheiro de Oliveira (OAB: 4205/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relatora: Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Procuradora de Justiça: Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos.

Secretaria do(a) Terceira Câmara Cível, em Manaus, 18 de setembro de 2019.

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

Intimações

DESPACHO DE INTIMAÇÃO

Nº 0000726-38.2014.8.04.3900 - Apelação Criminal - Codajas - Apelante: Romualdo Nogueira do Nascimento - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Apelante: Ministério Público do Estado do Amazonas - Apelado: Romualdo Nogueira do Nascimento - O Excelentíssimo Senhor Desembargador José Hamilton Saraiva dos Santos, Relator dos autos de Apelação Criminal nº 0000726-38.2014.8.04.3900 (Processo Digital). Codajas/AM, em que é Apelante/Apelado Romualdo Nogueira do Nascimento e Apelado/Apelante Ministério Público do Estado do Amazonas, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem por meio deste, fica INTIMADO o Apelado Romualdo Nogueira do Nascimento, na pessoa de seu Advogado Dr. Fabiano Cortez de Negueiros, (OAB/AM nº 9.281), para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecer Contrarrazões ao recurso, nos termos do art. 600 do CPP. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 18 de setembro de 2019. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 18 de setembro de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, em Manaus, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: Fabiano Cortez de Negreiros (OAB: 9281/AM) - - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 0200543-49.2015.8.04.0020 - Recurso em Sentido Estrito - Manaus - Recorrente: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Recorrida: Maria dos Anjos da Silva - O Excelentíssimo Senhor Desembargador Sabino da Silva Marques, Relator dos autos de Recurso Em Sentido Estrito nº 0200543-49.2015.8.04.0020 (Processo Digital). Manaus/AM, em que é Recorrente Ministério Público do Estado do Amazonas e Recorrida Maria dos Anjos da Silva, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem por meio deste, fica INTIMADA a Apelada Maria dos Anjos da Silva, para que, no prazo de 8 (oito) dias, ofereça Contrarrazões ao recurso, nos termos do art. 600 do CPP. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 18 de setembro de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, em Manaus, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: Mário Ypiranga Monteiro Neto (OAB: 2814/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 0201175-41.2016.8.04.0020 - Recurso em Sentido Estrito - Manaus - Recorrente: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Recorrido: Orlean Passos de Araujo - O Excelentíssimo Senhor Desembargador José Hamilton Saraiva dos Santos, Relator dos autos de Recurso Em Sentido Estrito nº 0201175-41.2016.8.04.0020 (Processo Digital). Manaus/AM, em que é Recorrente Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau e Recorrido Orlean Passos de Araujo, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem por meio deste, fica INTIMADO(A) o Apelado Orlean Passos de Araújo, para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecer Contrarrazões ao recurso, nos termos do art. 600 do CPP. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 18 de setembro de 2019. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 18 de setembro de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, em Manaus, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: Marcelo Pinto Ribeiro (OAB: 1111A/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 0219210-53.2009.8.04.0001 (001.09.219210-7) - Apelação Criminal - Manaus - Apelante: Willians Silvestre de Assunção - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - A Excelentíssima Senhora Desembargadora Carla Maria Santos dos Reis, Relatora dos autos de Apelação Criminal nº 0219210-53.2009.8.04.0001 (Processo Digital). Manaus/AM, em que é Apelante Willians Silvestre de Assunção e Apelado Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem por meio deste, fica INTIMADO(A) o Apelante Willians Silvestre de Assunção, na pessoa de seu Advogado Dr. Pietro de Holanda Franco Almeida Costa Gomes Lopes, (OAB/AM nº 13804), para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecer as Razões do recurso nos termos do art. 600 § 4.º do CPP. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 18 de setembro de 2019. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 18 de setembro de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, em Manaus, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: Pietro de Holanda Franco Almeida Costa Gomes Lopes (OAB: 13804/AM) - Sarah Pirangy de Souza - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 0219965-67.2015.8.04.0001 - Recurso em Sentido Estrito - Manaus - Recorrente: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Recorrido: Victor Rodrigo Lima Tobias - O Excelentíssimo Senhor Desembargador José Hamilton Saraiva dos Santos, Relator dos autos de Recurso Em Sentido Estrito nº 0219965-67.2015.8.04.0001 (Processo Digital). Manaus/AM, em que é Recorrente Ministério Público do Estado do Amazonas e Recorrido Victor Rodrigo Lima Tobias, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem por meio deste, fica INTIMADO o Apelado Victor Rodrigo Lima Tobias, para, no prazo de 8 (oito) dias, constitua um causídico com a finalidade de oferecer Contrarrazões ao recurso, nos termos do art. 600 do CPP. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 18 de setembro de 2019.Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, em Manaus, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: Marcelo Pinto Ribeiro (OAB: 1111A/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 0238591-08.2013.8.04.0001 - Recurso em Sentido Estrito - Manaus - Recorrente: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Recorrido: André Ferreira da Silva - O Excelentíssimo Senhor Desembargador Sabino da Silva Marques, Relator dos autos de Recurso Em Sentido Estrito nº 0238591-08.2013.8.04.0001 (Processo Digital). Manaus/AM, em que é Recorrente Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau e Recorrido André Ferreira da Silva, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem por meio deste, fica INTIMADO o Apelado André Ferreira da Silva, para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecer Contrarrazões ao recurso, nos termos do art. 600 do CPP. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 18 de setembro de 2019. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 18 de setembro de 2019. Secretaria da colenda

Primeira Câmara Criminal, em Manaus, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: Marcelo Pinto Ribeiro (OAB: 1111A/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 0248811-31.2014.8.04.0001 - Recurso em Sentido Estrito - Manaus - Recorrente: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Recorrido: Francisco da Conceição Rodrigues - O Excelentíssimo Senhor Desembargador José Hamilton Saraiva dos Santos, Relator dos autos de Recurso Em Sentido Estrito nº 0248811-31.2014.8.04.0001 (Processo Digital). Manaus/AM, em que é Recorrente Ministério Público do Estado do Amazonas e Recorrido Francisco da Conceição Rodrigues, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem por meio deste, fica INTIMADO o Recorrido Francisco da Conceição Rodrigues, na pessoa de seus Advogados Drs. Cristiano Leitão Tapajós (OAB 5826/AM), Maria Elizabethe Rodrigues Jerônimo (OAB 7229/AM), Thiago Rodrigues Gomes (OAB 8198/AM), Veraci Torres da Silva (OAB 3162/AM), para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecerem Contrarrazões ao recurso, nos termos do art. 600 do CPP. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 18 de setembro de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, em Manaus, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: Marcelo Pinto Ribeiro (OAB: 1111A/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Decisões

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0000357-38.2013.8.04.6500 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Presidente Figueiredo - Autor: Romeiro José Costeira de Mendonça - Réu: Jonas Castro Ribeiro - Deprecado: Juizo de Direito da Comarca de Presidente Figuiredo Criminal - O Excelentíssimo Senhor Desembargador Sabino da Silva Marques, Relator dos autos de Ação Penal - Procedimento Ordinário nº 0000357-38.2013.8.04.6500 (Processo Digital). Presidente Figueiredo/AM, Processo Originário nº 0000357-38.2013.8.04.6500/Vara Única de Presidente Figueiredo, em que é Autor Romeiro José Costeira de Mendonça e Réu Jonas Castro Ribeiro, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por meio deste, fica INTIMADO o Querelado Jonas Castro Ribeiro, na pessoa de seu Advogado Dr. Adalberto Teixeira Bitar (OAB/AM nº 5275), para tomar conhecimento da DECISÃO MONOCRÁTICA: "01.20. Ante o exposto, com espeque no art. 107, IV, e art. 109, V e VI, do Código Penal, c/c art. 61, do Código de Processo Penal, e em consonância com o Graduado Órgão Ministerial, decreto a extinção da punibilidade do querelado, em razão da ocorrência da prescrição da pretensão dos delitos previstos no art. 139 e art. 140, do Código Penal Brasileiro." Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 17 de setembro de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, em Manaus, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: Ademar Lins Vitório Filho (OAB: 5269/AM) - Adalberto Teixeira Bittar (OAB: 5275/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 4004452-36.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Manaus - Impetrante: José Carlos Valim - Paciente: Lucas Sá da Costa - Impetrado: Juízo de Direito da 8ª Vara Criminal da Capital do Estado do Amazonas - O Excelentíssimo Senhor Desembargador José Hamilton Saraiva dos Santos, Relator dos autos de Habeas Corpus Criminal nº 4004452-36.2019.8.04.0000 (Processo Digital). Manaus/AM, em que é Impetrante e Advogado Dr. José Carlos Valim OAB/AM n° 2.095, Paciente Lucas Sá da Costa e Impetrado Juízo de Direito da 8ª Vara Criminal da Capital do Estado do Amazonas, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por meio deste, fica INTIMADO o Paciente Lucas Sá da Costa, na pessoa de seu Advogado Dr. José Carlos Valim OAB/AM n° 2.095, para tomar conhecimento da DECISÃO MONOCRÁTICA: "Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de liminar.". Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 18 de setembro de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, Exmo. Sr. Des. José Hamilton Saraiva dos Santos, Relator, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: José Carlos Valim (OAB: 2095/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 4004459-28.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Beruri - Impetrante: Fred Figueiredo César - Impetrante: Roger Marques Mendes - Impetrante: Jorge Luis Enrique Gallardo Ordinola - Paciente: Harlesson Soares Aires - Impetrado: Vara Única do Município de Beruri - O Excelentíssimo Senhor Desembargador Carla Maria Santos dos Reis, Relator dos autos de Habeas Corpus Criminal nº 4004459-28.2019.8.04.0000 (Processo Digital). Beruri/AM, em que são Impetrantes e Advogados Drs. Fred Figueiredo César OAB Nº 9508/AM, Roger Marques Mendes OAB N° 9516/ AM, Jorge Luis Enrique G. Ordinola OAB N° 10044/AM, Paciente Harlesson Soares Aires, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por meio deste, fica INTIMADO o Paciente Harlesson Soares Aires, na pessoa de seus Advogados Drs. Fred Figueiredo César OAB Nº 9508/AM, Roger Marques Mendes OAB N° 9516/ AM, Jorge Luis Enrique G. Ordinola OAB N° 10044/AM, para tomar conhecimento da DECISÃO MONOCRÁTICA: "Ante o exposto, indefere-se a liminar.". Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 18 de setembro de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, Exma. Sra. Desa. Carla Maria Santos dos Reis, Relatora, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: Fred Figueiredo Cesar (OAB: 9508/AM) - Roger Marques Mendes (OAB: 9516/AM) - Jorge Luis Enrique Gallardo Ordinola (OAB: 10044/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 4004527-75.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Manaus - Impetrante: Lucas Obando de Oliveira - Impetrante: Augusto Flavio Santos de Andrade - Paciente: Celson Alves dos Santos - Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara Especializada Em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus (1ª Vecute) - O Excelentíssimo Senhor Desembargador José Hamilton Saraiva dos Santos, Relator dos autos de Habeas Corpus Criminal nº 4004527-75.2019.8.04.0000 (Processo Digital). Manaus/AM, em que são Impetrantes e Advogados Drs. Augusto Flávio Andrade OAB 4960/AM e Lucas Obando de Oliveira OAB 11198/AM, Paciente Celson Alves dos Santos e Impetrado Juízo de Direito da 1ª Vara Especializada Em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus (1ª Vecute), usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por meio deste, fica INTIMADO o Paciente Celson Alves dos Santos, na pessoa de seus Advogados Drs. Augusto Flávio Andrade OAB 4960/AM e Lucas Obando de Oliveira OAB 11198/AM, para tomar conhecimento da DECISÃO MONOCRÁTICA: "Ante o exposto, JULGO PREJUDICADO o presente Habeas Corpus, nos termos do art. 659 do Código de Processo Penal , c/c art. 61, inciso VI, do Regimento Interno deste egrégio Tribunal de Justiça, em virtude da falta de interesse de agir. ". Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 18 de setembro de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, Exmo. Sr. Desdor. José Hamilton Saraiva dos Santos, Relator, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: Augusto Flávio Santos de Andrade (OAB: 4960/AM) - Lucas Obando de Oliveira (OAB: 11198/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Pauta de Julgamento Virtual

De ordem do Presidente da Egrégia Primeira Câmara Criminal, Exmo(a). Des(a) Sabino da Silva Marques, faço público que, após cumpridas as formalidades legais e prazo para manifestação de cinco (05) dias úteis, de acordo com a Emenda Regimental Nº 001/2018, os seguintes processos serão julgados virtualmente (sem sessão de julgamento presencial):

ADV/REP.: Lisieux Ribeiro Lima (4486/AM) e Sonia Barbosa Abensur (10318/AM) - Processo 0000070-40.2014.8.04.2200 - Apelação Criminal - Advocacia Administrativa - Apelante : O Estado do Amazonas - Apelado : Sonia Barbosa Abensur - Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos

ADV/REP.: Adjailson Silva Figueira de Souza (8620/AM), Elvislan do Nascimento Silva (8970/AM) e Laudicéia de Oliveira Correia (8081/AM) e Todos os representantes das partes passivas Não informado - Processo 0005628-21.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Criminal - Crimes Militares - Embargante : Luciano Silva Figueira de Souza - Embargado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Criminal - Relator: Carla Maria Santos dos Reis

ADV/REP.: Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Flavia Lopes de Oliveira (4382/AM) e Edinaldo Aquino Medeiros (2898/AM) - Processo 0005720-96.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Criminal - Roubo - Embargante : Fabiano Maciel Valente - Embargado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Relator: Carla Maria Santos dos Reis

ADV/REP.: Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Priscila Ferreira de Lima (9477/RN) e Carla Santos Guedes Gonzaga - Processo 0606759-76.2019.8.04.0001 - Agravo de Execução Penal - Crimes Hediondos - Agravante : Eder Rodrigues Dias - Agravado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Relator: Carla Maria Santos dos Reis

ADV/REP.: Roberto Jeferson Brasil Romano (13076/AM) e Todos os representantes das partes passivas Não informado - Processo 4003744-83.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Homicídio Privilegiado - Impetrante : Roberto Jeferson Brasil Romano Paciente : Francinete de Oliveira Pereira - Impetrado : Vara Única da Comarca de Caapiranga - Criminal - Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos

ADV/REP.: Saul Max Pinheiro Vasconcelos (3524/AM) e Todos os representantes das partes passivas Não informado - Processo 4003863-44.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Liberdade Provisória - Impetrante : Saul Max Pinheiro Vasconcelos Paciente : Darlan de Oliveira Fernandes - Impetrado : Juizo de Direito da Vara Unica da Comarca de Tefe-am - Relator: Sabino da Silva Marques

Secretaria do(a) Primeira Câmara Criminal, em Manaus, 18 de setembro de 2019.

Julgamento Virtual

CONCLUSÕES E ACÓRDÃOS: Foram lidos e assinados em conferência da egrégia 1ª Câmara Criminal, os acórdãos dos seguintes feitos.

Conclusão de Acórdãos - Julgamento Virtual

1. Processo: 0000059-45.2013.8.04.2200 - Apelação Criminal, Vara Única de Anamã. Apelante: O Estado do Amazonas. Procurador: Eugenio Augusto Carvalho Seelig. Apelada e Advogada: Sonia Barbosa Abensur. (OAB: 10318/AM). Procuradora MP: Silvia Abdala Tuma. Presidente: Sabino da Silva Marques. Relatora: Carla Maria Santos dos Reis. Revisor: Sabino da Silva Marques. **EMENTA**: PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATUITA. DEVER DO ESTADO. AUSÊNCIA DE DEFENSOR PÚBLICO NA COMARCA. NECESSIDADE DE NOMEAÇÃO DE DEFENSOR DATIVO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DEVIDOS PELO ESTADO. VALORES DE ACORDO COM O PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.1. É dever do Estado prestar assistência jurídica intergral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos, nos termos do art. 5º, inciso LXXIV, da Constituição Federal. A densidade normativa exigida foi conferida pela Lei Complementar nº 80/94, a qual a dispôs sobre as normas gerais para a organização das Defensorias Públicas Estaduais, Distrital e da União. Especificamente em relação ao Estado do Amazonas, editou-se a Lei Complementar Estadual 01/90.2. Excepcionalmente, na hipótese de impossibilidade da Defensoria Pública prestar o serviço de assistência jurídica no local demandado, o advogado particular poderá ser nomeado pelo juízo para patrocinar a causa de juridicamente necessitado, recaindo sobre o Estado o dever de arcar com os honorários advocatícios fixados pelo Juiz. Esta é a normatização do art. 22, § 1º, da Lei nº 8.906/94.3. In casu, é fato notório a escassez de Defensores Públicos no interior do Estado do Amazonas, sendo plenamente justificável a nomeação de Defensor Dativo para patrocinar a causa.4. Não há que se falar em excesso de gravame aos cofres públicos por causa de estipulação de honorários advocatícios em valor inferior ao constante de tabela organizada pelo Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil.5. Recurso conhecido e desprovido. **DECISÃO**: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal n.º 0000059-45.2013.8.04.2200, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos e em consonância ao parecer do Graduado Órgão do Ministério Público Estadual, em conhecer do recurso de apelação interposto pelo Estado do Amazonas e negar-lhe provimento, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.".

2. Processo: 0003353-19.2007.8.04.0001 - Apelação Criminal, 2ª Vara do Tribunal do Júri. Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas. Apelante: Raimundo Nonato Alves de Souza. Advogado: Eguinaldo Gonçalves de Moura (OAB: 3761/AM). Procuradora MP: Silvia Abdala Tuma. Presidente/Revisor: Sabino da Silva Marques. Relator: Carla Maria Santos dos Reis. **EMENTA**: PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. CONDENAÇÃO PROFERIDA PELO CONSELHO DE SENTENÇA. RECURSO EXCLUSIVO DA DEFESA. ALEGAÇÃO DE DECISÃO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. INOCORRÊNCIA.1. Somente é manifestamente contrária à prova dos autos a decisão dos jurados que se dissocia, integralmente, de todos os segmentos probatórios aceitáveis dentro do processo.2. Havendo provas, ainda que em menor número, que autorizem a decisão esposada pelo Conselho de Sentença, não se deve ter por anulado o Julgamento, em respeito ao princípio constitucional da soberania dos veredictos. 3. Apelação criminal conhecida e desprovida. **DECISÃO:** "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal n.º 0003353-19.2007.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos e em consonância ao parecer do Graduado Órgão do Ministério Público Estadual, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante. Sala das Sessões da Egrégia 1ª Câmara Criminal.".

3. Processo: 0203728-55.2015.8.04.0001 - Apelação Criminal, 4ª Vara Criminal. Apelante: Lucas Vieira Miranda Advogado: Antonio de Souza Filho (OAB: 8123/AM). Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas. Procuradora MP: Rita Augusta de Vasconcelos Dias. Presidente/Revisor: Sabino da Silva Marques. Relatora: Carla Maria Santos dos Reis. **EMENTA**: PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. CONDENAÇÃO PELO CRIME DE FURTO SIMPLES. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO POR INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. PRESENÇA DE AUTORIA E MATERIALIDADE. MANUTENÇÃO DO ÉDITO CONDENATÓRIO. SUPOSTA CONDENAÇÃO FUNDAMENTADA EXCLUSIVAMENTE EM ELEMENTOS DO INQUÉRITO POLICIAL. INOCORRÊNCIA. EXISTÊNCIA DE PROVAS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS CORROBORADAS. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.Verifica-se nos autos a existência de provas suficientes de autoria e materialidade delitiva, demonstradas pelos depoimentos, em sede extrajudicial e

judicial, das testemunhas, vítimas, bem como pelo reconhecimento pessoal. Portanto, inexiste razão para que a condenação seja reformada. Ademais, refuta-se o argumento da defesa no sentido de que condenação do réu, ora apelante, fundamentou-se tão somente em elementos contidos no inquérito policial. Observa-se nos autos um acervo probatório consistente e legítimo, seja pelo teor do inquérito policial, ou pelo material produzido em audiência de instrução e julgamento, capaz de manter o édito condenatório exarado pelo Juízo a quo.Apelação criminal conhecida e desprovida. **DECISÃO**: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal n.º 0203728-55.2015.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos e em harmonia ao parecer do Graduado Órgão do Ministério Público Estadual, em conhecer e não dar provimento ao recurso, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.".

4. Processo: 0206839-81.2014.8.04.0001 - Apelação Criminal, 3º Vara do Tribunal do Júri. Apelante: S. S. dos S. Defensora Pública: Denise D'Albuquerque Veiga Lima. Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas. Procurador MP: Adelton Albuquerque Matos. Presidente: Sabino da Silva Marques. Relatora: Carla Maria Santos dos Reis. Revisor: Sabino da Silva Marques. **EMENTA:** CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL PENAL. PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME DOLOSO CONTRA A VIDA. HOMICÍDIO QUAIFICADO PELA PROMESSA DE RECOMPENSA. DELITO MARCADO POR SUA HEDIONDEZ, À LUZ DO DISPOSTO NA LEI Nº 8.072/90. TRIBUNAL DO JÚRI. CONSELHO DE SENTENÇA QUE DECIDIU CONDENAR O RECORRENTE. SOBERANIA DOS VEREDICTOS. GARANTIA CONSTITUCIONAL COM STATUS DE CLÁUSULA PÉTREA. DECISÃO DOS JURADOS MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. INOCORRÊNCIA. MERA INSURGÊNCIA DEFENSIVA, SEM AMPARO FÁTICO-PROBATÓRIO. CONDENAÇÃO MANTIDA. DOSIMETRIA DA PENA. SISTEMA TRIFÁSICO ADOTADO POR NELSON HUNGRIA E INCORPORADO PELO ORDENAMENTO JURÍDICO. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. PENA APLICADA ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. ELEMENTOS IDÔNEOS A JUSTIFICAR A MAJORAÇÃO. DISCRICIONARIEDADE E PROPORCIONALIDADE PRESENTES. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE, ABUSO OU EXCESSO. REPRIMENDA PENAL QUE MERECE SER MANTIDA. 1. O recurso de apelo criminal é caso típico de recurso ordinário por proeminência, tutelado por todos os arcabouços jurídicos modernos, marcado pela possibilidade de ampla devolução de cognição ao Juízo ad quem, sendo, também, reconhecido como garantia processual de instrumentalização do princípio implícito constitucional do duplo grau de jurisdição. 2. Na vertente hipótese, referido recurso foi interposto voluntariamente e fulcrado no artigo 593, inciso I, do Código de Processo Penal, visando combater o ergástulo condenatório que condenou o recorrente pela prática do crime de homicídio qualificado pela promessa de recompensa, de caráter hediondo.3- O efeito devolutivo do recurso de apelação criminal encontra limites nas razões expostas pelo recorrente, em respeito ao princípio da dialeticidade que rege os recursos no âmbito processual penal pátrio, por meio do qual se permite o exercício do contraditório pela parte que defende os interesses adversos, garantindo-se, assim, o respeito à cláusula constitucional do devido processo legal.4- Em matéria processual é o recurso delimita a competência do tribunal para rever a matéria. A parte recorrente fixa a extensão da matéria a ser apreciada pelo juízo ad quem. Do mesmo modo que o juízo a quo não pode julgar ultra, extra ou citra petitum (princípio da correlação), também o juízo recursal não pode fazê-lo. Nesse contorno, só será conhecido pelo Tribunal aquilo que for devolvido (impugnado) pelo apelante, em homenagem ao princípio do tantum devolutum quantum appellatum, previsto no artigo 599 do Código de Processo Penal.5- A amplitude do recurso de apelação criminal, interposto contra as decisões proferidas pelo Tribunal do Júri, é mitigada. Face ao princípio da soberania dos veredictos, deve a instância superior restringir-se a examinar a celeuma nos limites em que foi apresentada. Esse, inclusive, o teor do enunciado sumular nº 713, do Supremo Tribunal Federal. 6. Ao fazê-lo, o insurgente restringiu a atuação recursal desta instância aos limites contidos em seu pedido de reforma da decisão objurgada. 7. O Tribunal do Júri, constitucionalmente previsto no artigo 5º, inciso XXXVIII, da Carta Política, estampa a presciência fundamental das pessoas de serem submetidas a julgamento pelo povo. Nessa toada, o encetamento da soberania dos veredictos, assegurado pelo trasladado instrumento constitucional, tem o propósito de preservar o âmago da decisão do Conselho de Sentença, cuja competência e decisão não pode ser alvo de alteração pelos Sodalícios Superiores, ressalvando-se, porém, a conjectura em que a decisão dos jurados for manifestamente contrária à prova dos autos, consoante dicção do artigo 593, §3º, do Estatuto Adjetivo Penal, que permite, excepcionalmente, seja o sentenciado submetido a novo julgamento perante o respectivo Conselho de Sentença. 8. O acolhimento pelo Tribunal do Júri de uma das teses existentes não resulta em decisão manifestamente contrária à prova dos autos, sobretudo quando existentes elementos probatórios aptos a amparar a decisão dos jurados. Precedentes. 9. Uma vez condenado, deve o recorrente receber a respectiva sanção penal pelo injusto praticado. A pena é a retribuição imposta pelo Estado em razão da prática de um ilícito penal, consistente na privação de bens jurídicos previamente determinados pelos próprios tipos penais, visando a readaptação do criminoso ao convício social e à prevenção em relação ao cometimento de novos crimes ou contravenções. 10. O Código Penal, em seu artigo 68, adotou o critério trifásico para a fixação da pena, consagrando a teoria adotada por Nelson Hungria. Assim, a pena-base deve ser fixada atendendo aos critérios do artigo 59 do Código Penal (circunstâncias judiciais); na segunda fase, serão consideradas as circunstâncias atenuantes e agravantes genéricas; já na terceira e derradeira fase, deverão ser analisadas as causas de aumento e de diminuição de pena.11 A individualização da pena, como atividade discricionária do julgador está sujeita à revisão apenas nas hipóteses de flagrante ilegalidade ou teratologia, quando não observados os parâmetros legais estabelecidos ou o princípio da proporcionalidade, o que, à toda evidência não é o caso dos autos. 12. Apelo criminal conhecido e desprovido. **DECISÃO**: "Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, DECIDE a Egrégia 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer do Graduado Órgão do Ministério Público, em conhecer e desprover o apelo criminal, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

5. Processo: 0209438-27.2013.8.04.0001 - Apelação Criminal, 2ª V.E.C.U.T.E. Apelante: Jose Luiz Almanza Muñoz. Advogada: Violeta Cristina Muniz Teixeira (OAB: 8452/AM). Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas. Apelante: Azemar Costa Ribeiro. Advogado: Glaucio Aguiar Bessa (OAB: 13105/AM). Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas. Procuradora MP: Rita Augusta de Vasconcelos Dias. Presidente/ Revisor: Sabino da Silva Marques. Relatora: Carla Maria Santos dos Reis. **EMENTA**: APELAÇÃO CRIMINAL. PENAL E PROCESSO PENAL. PRELIMINAR DE NULIDADE ABSOLUTA A PARTIR DA AUDIÊNCIA. DEFESA TÉCNICA PREJUDICADA. INOCORRÊNCIA. NOMEAÇÃO DE DEFENSOR DATIVO. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. MATERIALIDADE E AUTORIA DELITIVAS COMPROVADAS. ASSOCIAÇÃO AO TRÁFICO. ESTABILIDADE E PERMANÊNCIA DEMONSTRADAS. PORTE DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO. MATERIALIDADE E AUTORIA DELITIVAS CONFIGURADAS. DOSIMETRIA DA PENA. PENA-BASE. EXASPERAÇÃO COM FUNDAMENTOS VAGOS E GENÉRICOS. DECOTE DE CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS. I - Como de sabença, as nulidades são administradas pelo princípio da pas nullite sans grief, ou seja, faz-se necessária, para o acolhimento daquela, a demonstração precisa do prejuízo sofrido pela parte, o que não intercorreu no presente caso. II - Isso porque a defesa técnica não ficou desguarnecida, vez que o d. Juízo a quo nomeou defensor ad hoc, advogado habilitado, com o intuito de operar e salvaguardar os direitos do apelante na audiência realizada. III - Consigna-se, ainda, que "No processo penal, a falta da defesa

constitui nulidade absoluta, mas a sua deficiência só o anulará se houver prova de prejuízo para o réu", inteligência da Súmula n.º 523 do Supremo Tribunal Federal. IV - Sendo o conjunto probatório apto à comprovação da materialidade e autoria delitivas do crime de tráfico ilícito de entorpecentes, expresso no artigo 33, caput, da Lei nº 11.343/2006, não deve ser acolhido o requerimento de absolvição.V - Relativamente ao tipo de associação ao tráfico, considerando que o legislador utilizou a expressão "reiteradamente ou não", passou-se a discutir se, para a caracterização do crime de associação para o tráfico de drogas, seria necessário que a reunião entre os acusados se desse de forma estável ou bastaria a convergência ocasional de vontades ou a eventual colaboração entre duas ou mais pessoas para a prática das infrações constantes do arts. 33 e 34.VI - Nesse sentido, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento de que para a subsunção da conduta ao tipo previsto no art. 35 da Lei n° 11.343/2006 é necessária a demonstração concreta da estabilidade e da permanência da associação criminosa. (HC 434.880/RJ, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 03/04/2018, DJe 09/04/2018)VII - In casu, tais requisitos restaram devidamente consagrados, pois, a conduta se perdurou por longo período, tendo cada agente sua atividade específica na associação. VIII - Quanto ao delito de porte de arma de fogo de uso permitido, a materialidade delitiva resta comprovada pelo auto de exibição de apreensão, bem como Laudo de Perícia Criminal em arma de fogo e munições. A autoria delitiva, igualmente, resta caracterizada,com base nos depoimentos extrajudiciais e judiciais das testemunhas, Policiais Militares, os quais afirmaram que a arma estava embaixo do volante do automóvel, o qual estava em posse de Azemar. Neste contexto, em que pese a versão exposta pelo apelante, o teor probatório produzidos no inquérito e em Juízo encontram-se corroborado pelo crivo do contraditório e ampla defesa, estando em perfeita consonância, a comprovar que o acusado efetivamente portou a arma de fogo, conforme narrativa da denúncia, evidenciando, deste modo, a prática do crime a ele atribuído. IX - O financiamento e estímulo do comércio de entorpecentes, a qual gera a degeneração física, moral e psíquica do ser humano é elemento inerente ao tipo, vez que a razão de ser da Lei de drogas (lei n.º 11.343/06) é justamente inibir este comportamento, revelando-se tal argumento genérico e abstrato para exasperar a pena-base.X – Cabe registrar que, de acordo com a jurisprudência desta Corte, não pode o magistrado sentenciante majorar a pena-base fundando-se em referências vagas, genéricas, desprovidas de fundamentação objetiva para justificar a exasperação da pena, como ocorrido na espécie.XI - Impossível ao reconhecimento da atenuante genérica da confissão, vez que o recorrente confessou tão somente a prática do delito de tráfico ilícito de entorpecente, quedando-se inerte quanto ao crime de associação.XII - Portanto, em relação ao recurso do apelante Azemar Costa Ribeiro, conhece-se e dá-se parcial provimento, para tão somente proceder com o decote da vetorial negativa das consequências e das circunstâncias do delito na primeira fase de aplicação da pena, redimensionando-se a reprimenda para 11 (onze) anos e 06 (seis) meses de reclusão e ao pagamento de 1360 (um mil e trezentos e sessenta) dias-multa, sendo cada dia-multa correspondente a 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente à época do fato criminoso, corrigida monetariamente até a data do efetivo pagamento. No tocante ao apelo de Jose Luiz Almanza Muñoz, conhece-se e nega-se provimento. **DECISÃO:** " Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal nº 0209438-27.2013.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos: (i) em parcial harmonia com o parecer do Graduado Órgão do Ministério Público, conhecer e dar parcial provimento ao recurso do apelante Azemar Costa Ribeiro, para tão somente proceder com o decote da vetorial negativa das consequências e das circunstâncias do delito na primeira fase de aplicação da pena, redimensionando-se a reprimenda para 11 (onze) anos e 06 (seis) meses de reclusão e ao pagamento de 1360 (um mil e trezentos e sessenta) dias-multa, sendo cada dia-multa correspondente a 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente à época do fato criminoso, corrigida monetariamente até a data do efetivo pagamento. (ii) No tocante ao apelo de Jose Luiz Almanza Muñoz, em harmonia com o parecer do Graduado Órgão do Ministério Público, conhecer e negar provimento ao recurso de apelação.".

6. Processo: 0247985-73.2012.8.04.0001 - Apelação Criminal, 3º Vara do Tribunal do Júri. Apelante: Sheyla Regina Braga da Fonseca. Defensor Público: Sérgio Enrique Ochoa Guimarães. Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas. Procuradora MP: Silvia Abdala Tuma. Presidente/Revisor: Sabino da Silva Marques. Relatora: Carla Maria Santos dos Reis. **EMENTA:** PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. ART. 121, CAPUT, C/C ART. 14, II, AMBOS DO CP. DOSIMETRIA DE PENA. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAS FUNDAMENTADAS EM ELEMENTOS CONCRETOS. 1. Na dosimetria da pena, verificou-se a observância do critério trifásico estabelecido no artigo 68 do Código Penal, fundamentadas todas as circunstâncias judiciais do artigo 59, da mesma forma que as agravantes, as atenuantes e as causas de aumento e diminuição da pena, tudo à luz da fundamental proporcionalidade.2. Apelação criminal conhecida e desprovida. **DECISÃO:** " Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal n.º 0247985-73.2012.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos e em harmonia com o parecer do Graduado Órgão do Ministério Público Estadual, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.".

7. Processo: 0615760-22.2018.8.04.0001 - Apelação Criminal, Vara Especializada de Crimes de Trânsito. Apelante: Elizeu Menezes da Silva. Advogado: Eguinaldo Gonçalves de Moura (OAB: 3761/AM). Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas. Procuradora MP: Rita Augusta de Vasconcelos Dias. Presidente/Revisor: Sabino da Silva Marques. Relatora: Carla Maria Santos dos Reis. **EMENTA:** PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. HOMICÍDIO CULPOSO NA DIREÇÃO DE VEÍCULO. VIOLAÇÃO DO DEVER DE CUIDADO SUBJETIVO. INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. NÃO CONFIGURAÇÃO.I. A condenação da apelante se deu por meio de sentença legitimamente fundamentada no conjunto fático-probatório que instrui os autos, onde se verifica a configuração da materialidade e autoria delitivas. II. Restou demonstrado nos autos o liame causal, sob a perspectiva culposa, entre a conduta da Recorrente e o resultado naturalístico morte, consubstanciada na violação do dever objetivo de cuidado na condução do veículo.III. Apelação criminal conhecida e não provida. **DECISÃO**: " Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal n.º 0615760-22.2018.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos e em harmonia com o parecer do Graduado Órgão do Ministério Público Estadual, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.".

8. Processo: 4004021-02.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal, Vara Especializada de Crimes de Trânsito. Impetrante/Advogado: Jean Carlos de Araújo Assante (OAB: 9215/AM). Paciente: Felipe Rebouças Demosthenes Marques. Impetrado: Juízo de Direito da Vara Especializada de Trânsito da Capital. Procuradora MP: Silvia Abdala Tuma. Presidente: Sabino da Silva Marques. Relatora: Carla Maria Santos dos Reis. **EMENTA:** HABEAS CORPUS. CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL PENAL. CRIMES DE TRÂNSITO. TRANCAMENTO DE AÇÃO PENAL. EXCEPCIONALIDADE. INÉPCIA DA DENÚNCIA. ALEGAÇÃO DE FALTA DE JUSTA CAUSA PARA AÇÃO PENAL. INOCORRÊNCIA. NECESSIDADE DE REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE NA VIA ESTREITA DO WRIT. PRECEDENTES DO STF E DO STJ. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA. 1. Cumpre consignar que o trancamento da ação penal, mercê de sua excepcionalidade,

é cabível apenas nas hipóteses de manifesta atipicidade da conduta, de causa extintiva de punibilidade e de ausência de indícios suficientes de autoria a materialidade delitiva, o que não se verifica na espécie. 2. O exame da pretensão defensiva demanda uma indevida incursão na moldura fática delineada nos autos. Desta sorte, impende consignar, ainda, que o habeas corpus é ação inadequada para a valoração e exame minucioso do acervo fático probatório engendrado nos autos. Destarte, não se revela cognoscível a insurgência que não se amolda à estreita via eleita. 3. Se a peça acusatória evidencia a realização de fato típico com prova da materialidade e indícios suficientes de autoria, estabelecendo um liame entre a conduta do investigado e os fatos apurados, de modo a possibilitar o pleno exercício da defesa, não há que se falar em vulneração ao artigo 41 do Código de Processo Penal. 4. Ordem de Habeas Corpus denegada. **DECISÃO**: "Vistos, relatados e discutidos os autos de Habeas Corpus em epígrafe, DECIDE a Egrégia 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por de votos, em harmonia com o Graduado Órgão do Ministério Público, denegar a ordem impetrada, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

9. Processo: 4004038-38.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal, 10ª Vara Criminal. Impetrante/Advogado: Diego Américo Costa Silva. (OAB: 5819/AM). Impetrante: Gabriela de Brito Coimbra. Paciente: Mauri de Oliveira. Impetrado: Juízo de Direito da 10ª Vara Criminal da Comarca da Capital/AM. Procurador MP: PÚBLIO CAIO BESA CYRINO. Presidente: Sabino da Silva Marques. Relatora: Carla Maria Santos dos Reis. **EMENTA:** HABEAS CORPUS. CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL PENAL. ROUBO. RELAXAMENTO DE PRISÃO. PLURALIDADE DE RÉUS. COMPLEXIDADE DA CAUSA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL POR EXCESSO DE PRAZO. INOCORRÊNCIA. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRIMARIEDADE E BONS ANTECEDENTES. IRRELEVÂNCIA, NO CASO1.Não há que se falar em excesso de prazo quando a demora para formação da culpa é decorrente do trâmite natural do processo, não podendo ser imputada ao Juízo ou Ministério Público.2. Os prazos processuais não podem ser computados como uma soma aritmética simples, devendo-se, do contrário, ser analisado com certo temperamento, aplicando-se a razoabilidade.3. No caso sob análise, verifica-se que o feito apresenta processamento normal e em tempo razoável.4. Verificada a presença da materialidade e os indícios suficientes de autoria, observa-se que a segregação cautelar deve ser mantida para fins de garantia da ordem pública, considerando a periculosidade do agente, extraída a partir de seu modus operandi em concurso de pessoas, envolvendo inclusive um adolescente.5. Eventuais condições pessoais favoráveis não são suficientes para a concessão da liberdade, quando presentes, nos termos do art. 312 do Código Processual Penal, os predicados da custódia preventiva.6. Ordem de Habeas Corpus denegada. **DECISÃO**: " Vistos, relatados e discutidos os autos de Habeas Corpus em epígrafe, DECIDE a Egrégia 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em harmonia com o Graduado Órgão do Ministério Público, denegar a ordem impetrada, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

10. Processo: 4004055-74.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal, 2ª Vara de Manacapuru. Impetrante/Advogado: Franciely da Silva Matos (OAB: 10971/AM). Paciente: Wagner Trindade Brito. Impetrado: 2ª Vara Criminal da Comarca de Manacapuru do Tribunal de Justiça do Amazonas. Procuradora MP: Rita Augusta de Vasconcelos Dias. Presidente: Sabino da Silva Marques. Relatora: Carla Maria Santos dos Reis. **EMENTA**: HABEAS CORPUS. CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL PENAL. ESTUPRO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL POR EXCESSO DE PRAZO. INOCORRÊNCIA. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE.1. Apesar do paciente encontrar-se segregado há aproximadamente 7(sete) meses e os autos conclusos para sentença desde o mês de junho do ano deste ano, conquanto desde então tenha transcorrido considerável lapso temporal, este ainda encontra-se dentro do aceitável, conforme juízo de razoabilidade e proporcionalidade. Deve-se ter em mente que o paciente foi denunciado por crime de estupro, crime hediondo cuja gravidade e repercussão social são inerentes ao próprio tipo. Tal fato denota a periculosidade elevada do paciente, questão que indiscutivelmente deve ser levada em conta quando da análise do alegado excesso de prazo, uma vez que, não sendo os prazos contados como uma soma aritmética perfeita, quase sempre são ponderados conforme a razoabilidade, de acordo com as peculiaridades de cada caso concreto.2. Sugerida a expedição de ofício à autoridade apontada como coatora, para que seja dado prioridade aos autos originários, sob pena de efetiva ocorrência de constrangimento ilegal e necessidade de soltura do agente.3. Ordem de habeas corpus conhecida e denegada. **DECISÃO**: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os autos de Habeas Corpus em epígrafe, DECIDE a Egrégia 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância substancial com o parecer do Graduado Órgão do Ministério Público, conhecer e denegar a ordem impetrada, expedindo-se ofício para o juízo a quo, para que seja dado prioridade aos autos originários, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

11. Processo: 4004089-49.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal, 7ª Vara Criminal. Impetrante/Advogado: Glênio Gusmão Veras (OAB: 10056/AM). Paciente: Itanaiara Ferreira Paulain. Impetrado: Juízo de Direito da 7ª Vara Criminal da Comarca da Capital/am. Procurador MP: PÚBLIO CAIO BESA CYRINO. Presidente: Sabino da Silva Marques. Relatora: Carla Maria Santos dos Reis. **EMENTA**: HABEAS CORPUS. CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO DE DROGAS. MATERIALIDADE. INDÍCIOS DE AUTORIA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. SUBSTITUIÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA PELA DOMICILIAR. POSICIONAMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. MÃE DE CRIANÇAS MENORES DE DOZE ANOS. INDISPENSABILIDADE PARA OS CUIDADOS DOS INFANTES. PRECARIEDADE DO ESTABELECIMENTO PRISIONAL PARA VIABILIZAR A AMAMENTAÇÃO. WRIT CONHECIDO E CONCEDIDO.1. Consoante precedentes da 2ª Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, todos de Relatoria de Sua Excelência, o Desembargador Jomar Ricardo Saunders Fernandes, "em recente posicionamento, a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal decidiu conceder Habeas Corpus (HC 143641) coletivo para determinar a substituição da prisão preventiva por domiciliar de todas as mulheres presas, gestantes, puérperas ou mães de crianças (até doze anos) e deficientes, sem prejuízo de aplicação das medidas alternativas previstas no artigo 319 do Código de Processo Penal, excetuados os casos de crimes praticados por elas mediante violência ou grave ameaça, contra seus descendentes ou, ainda, em situações excepcionalíssimas, as quais deverão ser devidamente fundamentadas pelos juízes que denegarem o benefício."2. Na hipótese vertente, a Paciente comprova a sua imprescindibilidade para os cuidados do seu filho em regime de prisão domiciliar. Além do mais, o estabelecimento prisional não conta com estrutura adequada para receber a criança dependente de leite materno. Assim, embora presentes os requisitos da preventiva, o que afasta a tese de sua revogação, restam preenchidos os pressupostos para a concessão da benesse da prisão domiciliar.3. Referente à necessidade de aplicação da lei penal, observa-se nos autos que a defesa da paciente, devidamente constituída nos autos, apresentou resposta à acusação, aguardando a designação de data para audiência de instrução e julgamento. Portanto, o tripé da ação penal (acusação-defesa-estado) encontra-se formado, podendo a persecução penal prosseguir regularmente. Não obstante, constata-se ainda que a ré possui emprego e residência fixa.4. Ademais, em que pese o fato da ré não possuir bons antecedentes criminais, compreende-se, por ora, existirem medidas cautelares diversas, as quais possam ser tão ou mais eficiente que o enclausuramento cautelar, corroborada pela necessidade de se sensibilizar pela similitude fática do indigitado writ com o Habeas Corpus coletivo nº 143.641, do Supremo Tribunal Federal. 3.

Ordem de Habeas Corpus concedida. **DECISÃO**: " Vistos, relatados e discutidos os autos de Habeas Corpus em epígrafe, DECIDE a Egrégia 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em harmonia substancial com o Graduado Órgão do Ministério Público, CONCEDER a ordem impetrada, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.".

Secretaria da Primeira Câmara Criminal, em Manaus, 18 de setembro de 2019.

Mastewenwer Abreu Nery
Secretário da 1ª Câmara Criminal

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

Conclusão de Acórdãos

JULGAMENTO VIRTUAL da 2CCRIM.

1. Processo: 0046207-33.2004.8.04.0001 - Apelação Criminal, 7ª Vara Criminal. Apelante: César Augusto Lauria. Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. Defensora: Monique Rodrigues da Cruz (OAB: 4292/AM). **Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotor: Edinaldo Aquino Medeiros (OAB: 2898/AM). Procurador: José Roque Nunes Marques. Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Revisora: Onilza Abreu Gerth. EMENTA: APELAÇÃO. PENAL E PROCESSUAL PENAL. ROUBO MAJORADO IRRESIGNAÇÃO QUANTO À DOSIMETRIA. FIXAÇÃO DA PENA-BASE NO MÍNIMO LEGAL. INVIABILIDADE. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DESFAVORÁVEIS. AGRAVANTE DA REINCIDÊNCIA. ATENUANTE DA CONFISSÃO. COMPENSAÇÃO INTEGRAL. IMPOSSIBILIDADE. RÉU MULTIRREINCIDENTE. REGIME INICIAL DE CUMPRIMENTO MENOS GRAVOSO. MEDIDA INVIÁVEL. PENA SUPERIOR A 04 (QUATRO) ANOS. BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA EXECUÇÃO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. 1. A fixação da pena-base orienta-se pelas disposições do art. 59 do Código Penal, somente podendo ser estabelecida no mínimo legal se todas as circunstâncias forem favoráveis ao acusado, situação não ocorrida nos autos, especialmente em face dos maus antecedentes e das consequências do crime. 2. O concurso entre a agravante da reincidência e a atenuante da confissão redunda na compensação integral quando pesa em desfavor do agente apenas 01 (uma) condenação anterior, ainda que específica. In casu, tratando-se de réu multirreincidente, há preponderância do recrudescimento da penalidade pela sobredita agravante. 3. Infundada a pretensão de regime inicial diverso do fechado na hipótese de reincidente, cuja pena foi fixada acima de 04 (quatro) anos, patamar que obsta a aplicação da Súmula 269 do STJ. 4. Por fim, o exame da dispensa do pagamento das custas processuais cabe ao Juízo da Execução Penal, em face da possibilidade de modificação da situação financeira do Recorrente após a condenação, razão pela qual deixo de apreciar tal pleito. 5. Recurso não provido. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos autos da Apelação Criminal nº 0046207-33.2004.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, e em consonância com o parecer do Graduado Órgão Ministerial, em CONHECER E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator, que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.".

2. Processo: 0604156-07.2018.8.04.0020 - Apelação Criminal, 1º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha). Apelante: O. M. B. S.. Advogada: Ana Paula Ivo Fernandes Marinho (OAB: 4288/AM), Advogada: Rossilda da Silva (OAB: 13339/AM). **Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotor: George Pestana Vieira. Procurador: Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues. Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Revisora: Onilza Abreu Gerth. EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. AMEAÇA NO CONTEXTO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. PRELIMINAR DE NULIDADE. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO. IMPROCEDÊNCIA. PROVAS DE MATERIALIDADE E AUTORIA DO DELITO. PALAVRA DA VÍTIMA. ESPECIAL RELEVÂNCIA PROBATÓRIA. TESE DE AFASTAMENTO DA LEI MARIA DA PENHA. COABITAÇÃO DESNECESSÁRIA. RELAÇÃO ÍNTIMA EM QUE O AGRESSOR TENHA CONVIVIDO COM A OFENDIDA. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. Sendo oportunizada a apresentação das teses defensivas ao longo da instrução criminal, não há que se falar em cerceamento de defesa. 2. Tratando-se de crimes cometidos no âmbito de violência doméstica e familiar contra a mulher, a palavra da vítima reveste-se de especial relevância. No presente caso, as provas carreadas aos autos revelam-se aptas a amparar a condenação do Apelante pela conduta tipificada no art. 147 do Código Penal, na medida em que as alegações da ofendida são firmes, coerentes e alinhadas com o restante do acervo probatório. 3. A coabitação não é necessária para fins de incidência da Lei Maria da Penha, quando evidenciado que havia uma relação íntima e que o ofensor já tenha convivido com a vítima, conforme preconiza o art. 5, inciso III, da Lei 11.340/2006. 4. Apelo não provido. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os autos da Apelação Criminal nº 0604156-07.2018.8.04.0020, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, e em consonância com o parecer do Graduado Órgão Ministerial, em DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator, que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.".

Secretaria da Segunda Câmara Criminal, em Manaus, 18 de setembro de 2019.

CONCLUSÃO DE ACÓRDÃO – PROCESSOS VIRTUAIS: Foram lidos e assinados em conferência da Egrégia 2ª Câmara Criminal do dia 02.09.2019, os acórdãos dos seguintes feitos:

1. Processo: 0000078-10.2018.8.04.4000 - Apelação Criminal, Vara Única de Envira. Apelante: Francisco Alexandre Pessoa. Advogado: Sebastião Fernandes Gurgel Neto (OAB: 10597/AM). **Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotor: Kleyson Nascimento Barroso. Procurador: Exmo Sr Dr. Francisco das Chagas Santiago da Cruz. Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Relator: Djalma Martins da Costa. Revisor: Jorge Manoel Lopes Lins. EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL - TRÁFICO DE DROGAS – AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS - DEPOIMENTO DOS POLICIAIS - VALIDADE – IN DUBIO PRO REO – IMPOSSIBILIDADE - ABSOLVIÇÃO INCABÍVEL – MANUTENÇÃO DA SENTENÇA - RECURSO IMPROVIDO.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Segunda Câmara do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em concordância com o parecer ministerial, em negar provimento à presente Apelação Criminal, nos termos do voto condutor.".

2. Processo: 0000253-40.2017.8.04.2900 - Apelação Criminal, Vara Única de Beruri. Apelante: Ozias De Souza Da Costa. Advogado: Maurilio Sergio Ferreira da Costa Filho (OAB: 9967/AM). Advogado: Sérgio Sahdo Meireles Junior (OAB: 13241/AM). **Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotor: Gerson de Castro Coelho. Procurador: Flavio Ferreira Lopes. Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Relator: Onilza Abreu Gerth. Revisor: Djalma Martins da Costa. EMENTA: PENAL. PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. PRELIMINAR DE NULIDADE DA PROVA PERICIAL POR ILICITUDE NA COLETA DE MATERIAL GENÉTICO DO RÉU PARA EXAME DE DNA. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DO NEMO TENETUR SE DETEGERE. NÃO OCORRÊNCIA. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS. PALAVRA DA VÍTIMA. ACERVO PROBATÓRIO IDÔNEO. NEGATIVA

DE AUTORIA FRAGILIZADA E SEM AMPARO EM PROVAS. DOSIMETRIA. PENA-BASE. ANÁLISE DESFAVORÁVEL DAS CONSEQUÊNCIAS DO DELITO. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. MANTIDA. CONTINUIDADE DELITIVA. FRAÇÃO MÁXIMA CABÍVEL. FRAÇÃO APLICADA PRESERVADA. RECURSO PEDIDO EM CONTRARRAZÕES. NÃO CABIMENTO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. O princípio do nemo tenetur se detegere abarca não apenas a garantia de o réu permanecer calado, tanto em sede investigativa quanto em Juízo, mas também o protege de qualquer ato estatal que vise a compeli-lo a produzir ou a colaborar na produção de prova contra si, sem a sua anuência; 2. Embora o réu tenha o direito de não produzir prova contra si mesmo, inclusive permanecendo em silêncio, nada obsta que, de forma espontânea, contribua com as investigações durante a fase inquisitorial, sem que isto implique necessariamente a ilicitude da prova produzida em seu desfavor, ainda que não esteja assistido por advogado e não tenha, até por isso, conhecimento de todo o arcabouço de direitos e garantias processuais de nosso sistema jurídico. No particular, o réu autorizou de modo voluntário e expresso a coleta de seu material genético para o exame de DNA, não havendo qualquer indício de que não o tenha feito espontaneamente ou de que a sua vontade foi maculada por vício de consentimento; 3. A construção pretoriana entende que, nos crimes contra a liberdade sexual, a palavra da vítima, devidamente ratificada sob o crivo do contraditório, possui valor probatório elevado quando harmonizada com as demais provas dos autos, visto que esses delitos geralmente ocorrem à distância de testemunhas e não deixam vestígios; 4. No caso destes autos, tanto autoria como materialidade delitivas restaram devidamente comprovadas nos autos, não deixando margem de dúvida acerca da ocorrência do evento delituoso; 5. Por outro lado, a negativa de autoria do réu restou fragilizada, não encontrando respaldo no conjunto probatório, pelo que não merece credibilidade; 6. A condenação do réu não se encontra pautada em meras possibilidades, como alega a defesa, mas em provas robustas, não havendo falar na aplicação dos princípios da presunção de inocência e do in dubio pro reo; 7. As consequências do crime, valoradas em razão da gravidez da vítima, à época com 12 anos de idade, demonstrando que a conduta do agente extrapolou o tipo penal violado, merecendo, portanto, maior repreensão. Precedentes; 8. A fração a ser aplicada em razão da continuidade delitiva deve observar o requisito objetivo da quantidade de crimes cometidos. Reconhecida na sentença a prática de inúmeros abusos, adequada a fração de 1/4. Precedentes, STJ; 9. Inviável a apreciação de requerimento formulado em contrarrazões, tendo em vista a inadequação da via eleita; 10. Apelação Criminal Conhecida e Não Provida, em consonância com o parecer ministerial. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, em que são partes acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos em CONHECER e NÃO PROVER o recurso, em consonância com o parecer ministerial, de forma a manter-se a sentença do juízo a quo, nos termos do voto da Relatora.".

3. Processo: 0005361-49.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Criminal, 1º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha). Embargante: Ministério Público do Estado do Amazonas. Procurado: Flavio Ferreira Lopes (OAB: 20070/MP). **Embargado: R. S. de A..** Defensor: Danilo Germano Ribeiro Penha (OAB: 6077/AM). Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ACÓRDÃO QUE JULGOU APELAÇÃO CRIMINAL. SUPOSTAS CONTRADIÇÕES. VÍCIO INEXISTENTE. PROPÓSITO DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO REJEITADO. 1. Nos moldes dispostos no art. 619 do Código de Processo Penal, a oposição de embargos declaratórios exige a presença de ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão. 2. Portanto, não é válida a sua utilização para fins de rediscutir os fundamentos jurídicos anteriormente invocados e discutidos no teor do julgado. 3. Na hipótese, o Embargante aponta contradição entre o decisum e o entendimento adotado pela Primeira Câmara Criminal, bem como intenta rediscutir questões já examinadas, expondo os motivos pelos quais diverge do posicionamento jurídico adotado. 4. Todavia, há de se ressaltar que a contradição remediável por meio de embargos de declaração é aquela contida internamente, ou seja, entre a própria fundamentação da decisão e sua conclusão, mas não entre julgados diversos. 5. Dessa maneira, imperiosa a rejeição do recurso, com a manutenção integral do acórdão objurgado. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos autos dos Embargos de Declaração Criminal nº 0005361-49.2019.8.04.0000, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em REJEITAR OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, nos termos do voto do relator, que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.".

4. Processo: 0200186-63.2014.8.04.0001 - Apelação Criminal, 1ª Vara Especializada em Crimes contra Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes. Apelante: C. R. F. de L. Advogado: Tude Moutinho da Costa (OAB: 564/AM). Advogado: Deborah Moreira da Costa (OAB: 4956/AM). Advogado: Lídia Maura Lopes da Costa (OAB: 6399/AM). **Apelante: R. A. F. de S..** Advogada: Luzilena Gomes Mota (OAB: 9991/AM). Advogada: Carla Luz Abreu (OAB: 7038/AM). Advogado: Mariana de Jesus Rodrigues Ramos (OAB: 9702/AM). Advogado: Fábio Brandão Saraiva Júnior (OAB: 10205/AM). Advogado: Marcos Ricardo Herszon Cavalcanti (OAB: 2324/AM). Advogado: Paulo Rogerio Arantes (OAB: 1509/AM). Advogado: Rafael Albuquerque Gomes de Oliveira (OAB: 4831/AM). Advogado: João Bosco Lopes Maia Júnior (OAB: 8107/AM). Advogado: Alice Monteiro Chixaro (OAB: 8992/AM). Advogado: Celso Rabelo Costa Filho (OAB: 7082/AM). Advogado: Lino José de Souza Chixaro (OAB: 1567/AM). **Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotor: Rodrigo Miranda Leão Junior. Procurador: Flavio Ferreira Lopes. Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Relator: Djalma Martins da Costa. Revisor: Jorge Manoel Lopes Lins. EMENTA: APELAÇÕES CRIMINAIS - ESTUPRO DE VULNERÁVEL - ESTUPRO TENTADO - TENTATIVA DE VIOLAÇÃO SEXUAL MEDIANTE FRAUDE EM CONTINUIDADE DELITIVA - EXERCÍCIO ILEGAL DA MEDICINA POR AÇÃO (APELANTE RONALDO) E POR OMISSÃO (APELANTE CÂNDIDA) - PRIMEIRA APELANTE - REQUER ABSOLVIÇÃO - DESCONHECIMENTO DOS CRIMES COMETIDOS - INOCORRÊNCIA - CONJUNTO PROBATÓRIO QUE DEMONSTRA TER A APELANTE TER SIDO COMUNICADA POR UMA DAS VÍTIMAS - ABSOLVIÇÃO NA ESFERA ADMINISTRATIVA - INDIFERENTE - CONDUTA OMISSIVA QUANTO AOS CRIMES - DEVIDAMENTE COMPROVADA - MANTIDA A CONDENAÇÃO - SEGUNDO APELANTE - AUSÊNCIA DE PROVAS - DEPOIMENTOS CONFLITANTES E CONTRADITÓRIOS - SOMENTE ALEGATIVAS DAS VÍTIMAS - REQUER ABSOLVIÇÃO - IMPOSSIBILIDADE - AUTORIA - MATERIALIDADE - COMPROVADAS - LAUDO QUE NÃO DEMONSTRA DST SUPOSTAMENTE TRATADA OU IDENTIFICADA PELO APELANTE - PALAVRA DAS VÍTIMAS - COERENTE - CONSONANTE COM DEMAIS PROVAS - LAUDO QUE NÃO DEMONSTRA VIOLÊNCIA E/OU ESPERMATOZOIDES - CONJUNTO PROBATÓRIO ROBUSTO - CRIMES SEXUAIS PRESCINDEM DE EFETIVA PENETRAÇÃO - AMEAÇA PRESUMIDA E GENÉRICA - INTIMIDAÇÃO "INSUFICIENTE" - DESCARACTERIZAÇÃO DA TENTATIVA DE ESTUPRO - TESE AFASTADA – CRIMES DEVIDAMENTE CARACTERIZADOS - DESCLASSIFICAÇÃO PARA IMPORTUNAÇÃO OFENSIVA AO PUDOR - IMPOSSIBILIDADE - AFASTAMENTO DO CONCURSO FORMAL POR AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE REITERAÇÃO DELITIVA DA VÍTIMA THAYSA - IMPROCEDÊNCIA - TESE PARA AFASTAR CONCURSO MATERIAL E APLICAR CONTINUIDADE DELITIVA - AFASTAR - ENQUADRAMENTO DOS CRIMES FEITO CORRETAMENTE PELA MAGISTRADA A QUO - EXACERBAÇÃO DA PENA - NÃO CARACTERIZADO - REQUER SEJA DOSADA NO MÍNIMO LEGAL - IMPOSSIBILIDADE - PENA-BASE DEVIDAMENTE APLICADA E FUNDAMENTADA - APLICAÇÃO DO QUANTUM MÁXIMO RELATIVO À CAUSA DE DIMINUIÇÃO DA TENTATIVA - INAPLICÁVEL - EQUIPARAÇÃO DO PATAMAR DA CAUSA DE AUMENTO DO ART. 61. II, G - PRINCÍPIO DA

PROPORCIONALIDADE - PENA DOSADA CORRETAMENTE - MANUTENÇÃO DA SENTENÇA - RECURSOS IMPROVIDOS. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade, e em concordância com o parecer do Graduado Órgão Ministerial, em negar provimento aos recursos de Apelação Criminal.".

5. Processo: 0203718-90.2011.8.04.0020 - Recurso Em Sentido Estrito, 1º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha). Recorrente: J. H. de S. M.. Advogado: Maria Eliriany Martins Gomes Bissoli (OAB: 7432/AM). Advogado: Mauricio Benedito Gomes Bissoli (OAB: 13845/AM). **Recorrido: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotor: Davi Santana da Câmara. Procurador: Nicolau Liborio dos Santos Filho. Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Relator: Jorge Manoel Lopes Lins. EMENTA: RESE – PRELIMINAR: PRESCRIÇÃO RETROATIVA – RECONHECIMENTO PELA SENTENÇA – AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL – NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO. 1.A legislação penal prevê duas espécies de prescrição, a prescrição da pretensão punitiva e a prescrição da pretensão executória. 2.O instituto da prescrição retroativa, subespécie da prescrição da pretensão punitiva, está normatizado no artigo 110, §1º, do CP, e configura-se entre a data do fato, considerando-se as causas interruptivas prevista no artigo 117, do CP, e o trânsito em julgado da sentença para a acusação ou depois de improvido seu recurso, adotando-se, por base, a pena aplicada. 3.Por sua vez, no que diz respeito à prescrição da pretensão executória, com previsão no artigo 112, do CP, estende-se pela perda do direito de punir do Estado levando-se em consideração a pena aplicada na sentença condenatória, porém, adotando-se como termo inicial o dia do trânsito em julgado da sentença condenatória para a acusação, dentre outras hipóteses. 4.No presente caso, considerando que ambos institutos regulam-se pela pena concreta e que divergem quanto ao termo inicial, sabendo-se que o Apelante foi condenado à pena de três meses de detenção pela prática do crime previsto artigo 129, §9º, do Código Penal, deve o computo do prazo prescricional lastrear-se nos termos do artigo 109, VI, do Código Penal. 5. Com efeito, considerando que a denúncia foi recebida pelo Juízo a quo em 25/09/2014 (fl. 63) e a sentença prolatada em 11/10/2017 (fls. 419/422), promovida a análise cronológica dos prazos prescricionais, em concomitância com os institutos prescricionais citados alhures, aplicando o disposto no artigo 109, VI, do Código Penal, resta evidente que a sentença a quo reconheceu a extinção da punibilidade em decorrência do instituto da Prescrição Retroativa, previsto no artigo 110, §1º, do CP. Alcança-se tal conclusão em razão de inexistir a possibilidade de operar-se a Prescrição da Pretensão Executória, porquanto, entre a data do trânsito em julgado para a acusação (05/12/2017) até a presente data, não transcorreu o lapso temporal de três anos. Logo, patente o equívoco praticado pela Defesa quando da arguição da tese preliminar. 6. Vê-se portanto, que a matéria preliminar objeto do presente recurso foi, não apenas examinada na sentença a quo, como também foi reconhecida sua procedência. Logo, nos termos do julgado em questão, não há como acolher a pretensão do recorrente, já que a extinção da punibilidade torna insubsistente a sentença condenatória, não produzindo efeitos primários, secundários ou extrapenais, fato que evidencia a falta de interesse processual, conforme dispõe o artigo 577, parágrafo único do CPP. 7. RECURSO NÃO CONHECIDO. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em dissonância ao parecer do Graduado Órgão Ministerial, em não conhecer deste recurso, nos termos do voto que acompanha esta decisão.".

6. Processo: 0642014-03.2016.8.04.0001 - Apelação Criminal, 3ª V.E.C.U.T.E.. Apelante: Carlos Vieira Júnior. Advogado: Maurilio Sergio Ferreira da Costa Filho (OAB: 9967/AM). **Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotora: Renata Cintrão Simões de Oliveira. Procurador: Mauro Roberto Veras Bezerra. Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Revisora: Onilza Abreu Gerth. EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO DE DROGAS. NULIDADE POR CERCEAMENTO DE DEFESA. PEDIDO DE APRESENTAÇÃO DA "CADEIA DE CUSTÓDIA" DA PERÍCIA. OMISSÃO. INOCORRÊNCIA. MANIFESTAÇÃO EXPRESSA DO JUÍZO A QUO. PRELIMINAR REJEITADA. MÉRITO. ABSOLVIÇÃO POR INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. PROCEDÊNCIA. AUTORIA DUVIDOSA. CONDENAÇÃO BASEADA EM TESTEMUNHOS POLICIAIS. NARRATIVA DESARMÔNICA COM O RESTANTE DO CONJUNTO PROBATÓRIO. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO IN DUBIO PRO REO. RECURSO PROVIDO. 1. *In casu*, rejeita-se a preliminar de nulidade da sentença por cerceamento de defesa, porquanto o pedido de apresentação da "cadeia de custódia" do material periciado foi expressamente analisado pelo juízo de piso, o qual indeferiu o referido pleito com base em fundamentação legítima, inexistindo, assim, a omissão apontada. 2. No mérito, a autoria do acusado em relação ao delito de tráfico de drogas revelou-se duvidosa, vez que a narrativa das testemunhas policiais de acusação, embora reiteradas em juízo, não se mostra segura para a condenação, pois desarmônica com elementos colhidos no próprio inquérito policial e com o restante dos depoimentos colhidos na instrução. 3. No Processo Penal, vigora o princípio segundo o qual, para alicerçar um decreto condenatório, a prova deve ser clara, positiva e indiscutível, não bastando a mera possibilidade, fundada em indícios, acerca da existência do delito e de sua autoria. 4. Sendo a prova insuficiente para a demonstração da autoria do crime, deve militar em favor do acusado o Princípio do in Dubio Pro Reo, impondo, portanto, a sua absolvição nos termos do art. 386, inciso VI, do Código de Processo Penal. DECISÃO: "Vistos, relatados e discutidos autos da Apelação nº 0642014-03.2016.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, e em dissonância com o parecer do Graduado Órgão Ministerial, em CONHECER E DAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator, que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.".

7. Processo: 4003772-51.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal, 1ª Vara do Tribunal do Júri. Impetrante: Alan Carlos Amaral Gomes de Albuquerque. **Paciente: Marcelo Laborda de Alencar.** Advogado: Alan Carlos Amaral Gomes de Albuquerque (OAB: 8344/AM). **Impetrado: Juízo da 1ª Vara do Tribunal do Júri de Manaus/AM.** Procurador: José Roque Nunes Marques. Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. Relator: Djalma Martins da Costa. EMENTA: HABEAS CORPUS - HOMICÍDIO QUALIFICADO - CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL - ELEMENTOS PESSOAIS FAVORÁVEIS - POR SI SÓ NÃO AUTORIZADORES DE LIBERDADE - MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO - INSUFICIENTES - REQUISITOS LEGAIS PREVENTIVOS - COMPROVADOS - RÉU QUE PERMANECEU FORAGIDO POR 12 ANOS - GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA - NECESSIDADE DA CUSTÓDIA - MATÉRIAS DE MÉRITO - SERÃO ANALISADAS NO MOMENTO OPORTUNO - ORDEM DENEGADA. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos e em concordância com o parecer ministerial, em denegar a ordem impetrada.".

Sessão de 02 de setembro de 2019. Geysa Marjory Padilha Ramirez- Secretária da 2ª CCRIM

Despachos

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESPACHO

O Excelentíssimo Senhor Desembargador Jomar Ricardo Saunders Fernandes, Relator dos autos de **Apelação Criminal nº 0633276-60.2015.8.04.0001 Manaus/AM**, em que é Apelante

Francisco Mangabeira Lopes, Johan Tabares Hernandez, Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau e Pablo Suarez, Advogado **Lúcio Fábio Cordeiro Ribeiro (10088/AM), Lúcio Fábio Cordeiro Ribeiro (10088/AM) e Lúcio Fábio Cordeiro Ribeiro (10088/AM)** e Apelado/Apelante **Francisco Mangabeira Lopes, Johan Tabares Hernandez e Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau,** usando de suas atribuições legais, etc,... FAZ SABER a todos, que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, por meio deste: Ficam **INTIMADOS** Apelantes **Francisco Mangabeira Lopes, Johan Tabares Hernandez, Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau e Pablo Suarez** na pessoa de seu Advogado **Lúcio Fábio Cordeiro Ribeiro (10088/AM)** para tomarem conhecimento da seguinte **DESPACHO** da lavra do **Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes,** cujo teor final é o seguinte: "Inclua-se o feito em pauta, para a próxima sessão de julgamento. Pedido de sustentação oral. **Sessão Ordinária do dia 30.09.2019, 9h." .**

Secretaria da Egrégia 2ª. Câmara Criminal, em Manaus, 18 de setembro de 2019.

(Assinatura digital)
Geysa Marjory P. Ramirez
Secretária
M27863

Decisões

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 4004499-10.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - São Gabriel da Cachoeira - Impetrante: Nixon Alberto de Braga Rodrigues - Paciente: Josimar Raimundo Carrasqueira - Impetrado: Vara Unica da Comarca de São Gabriel da Cachoeira/AM - Fica INTIMADO o Paciente Josimar Raimundo Carrasqueira na pessoa de seu Advogado Nixon Alberto de Braga Rodrigues (3175/AM) para tomar conhecimento da seguinte DECISÃO MONOCRÁTICA, da lavra da Relatora do Processo Dra Onilza Abreu Gerth , cujo teor final é o seguinte: "Ex posits, NEGO SEGUIMENTO ao pedido formulado, indeferindo in limine a presente ordem, nos termos do artigo 63 do Código de Processo Penal c/c o art. 65, inciso II, da Lei Complementar Estadual n.° 17/197." - Advs: Nixon Alberto de Braga Rodrigues (OAB: 3175/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 4004524-23.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Manaus - Impetrante: Elmilson Rosa Bezerra - Impetrante: Cleones de Moura Silva - Paciente: Robson Farias Leão - Impetrado: Juízo de Direito da 4ª Vara Criminal da Capital/am - Ficam INTIMADOS o Paciente Robson Farias Leão na pessoa de seus Advogados Dr. Cleones de Moura Silva (8629/AM) e Dr. Elmison Rosa Bezerra (10499/AM) para tomarem conhecimento da seguinte DECISÃO MONOCRÁTICA, da lavra da Relatora Onilza Abreu Gerth , cujo teor final é o seguinte: "Ante o exposto, indefiro o pedido liminar.". - Advs: Elmison Rosa Bezerra (OAB: 10499/AM) - Cleones de Moura Silva (OAB: 8629/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 4004529-45.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Manaus - Impetrante: Geraldo de Souza Nascimento - Paciente: Davi Sales Bandeira - Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital - Ficam INTIMADOS o Paciente Davi Sales Bandeira na pessoa de seu Advogado Geraldo de Souza Nascimento (12039/AM) para tomarem conhecimento da seguinte DECISÃO MONOCRÁTICA, da lavra do Relatora Doutora Onilza Abreu Gerth, cujo teor final é o seguinte: "Ante o exposto, indefiro o pedido liminar.". - Advs: Geraldo de Souza Nascimento (OAB: 12039/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Pauta de Julgamento Designado

De ordem do Presidente da Egrégia Segunda Câmara Criminal, Exmo. Des Jomar Ricardo Saunders Fernandes, faço público que, de acordo com o artigo 934 do Novo Código do Processo Civil, serão julgados nas próximas sessões, após cumpridas as formalidades legais, os seguintes processos:

Apelação Criminal nº 0633276-60.2015.8.04.0001, de 4ª V.E.C.U.T.E.

Apelante: Pablo Suarez Advogado: Lúcio Fábio Cordeiro Ribeiro (OAB: 10088/AM) **Apelante: Johan Tabares Hernandez** Advogado: Lúcio Fábio Cordeiro Ribeiro (OAB: 10088/AM) **Apelante: Francisco Mangabeira Lopes** Advogado: Lúcio Fábio Cordeiro Ribeiro (OAB: 10088/AM) **Apelante: Ministério Público do Estado do Amazonas** Promotor: Adriano Alecrim Marinho **Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas**

Promotor: Adriano Alecrim Marinho **Apelado: Johan Tabares Hernandez** Advogado: Lúcio Fábio Cordeiro Ribeiro (OAB: 10088/AM) **Apelado: Francisco Mangabeira Lopes** Advogado: Lúcio Fábio Cordeiro Ribeiro (OAB: 10088/AM) Procurador: Flavio Ferreira Lopes Presidente: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. **Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes**. Revisora: Onilza Abreu Gerth

Secretaria da Segunda Câmara Criminal, em Manaus, 18 de setembro de 2019.

Pauta de Julgamento Virtual

De ordem do Presidente da Egrégia Segunda Câmara Criminal, Exmo(a). Des(a) Jomar Ricardo Saunders Fernandes, faço público que, após cumpridas as formalidades legais e prazo para manifestação de cinco (05) dias, de acordo com a Emenda Regimental Nº 001/2018, os seguintes processos serão julgados virtualmente (sem sessão de julgamento presencial):

01. ADV/REP.: Leonardo Tupinambá do Valle e Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Josy Cristiane Lopes de Lima (209513/SP) - Processo 0000446-28.2017.8.04.3200 - Apelação Criminal - Apelante: Ministério Público do Estado do Amazonas - Apelado: Antonio José Pontes Diniz - Relator: Djalma Martins da Costa

02. ADV/REP.: Wilsomar de Deus Ferreira (12134/AM) e George Pestana Vieira - Processo 0004003-37.2005.8.04.0001 - Apelação Criminal - Apelante: Thyago Procópio Franco - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes

03. ADV/REP.: Renata Andréa Cabral Pestana Vieira (3149/AM) e Edinaldo Aquino Medeiros - Processo 0005780-69.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Criminal - Embargante: Barnabé Andrade Leitão - Embargado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes

04. ADV/REP.: Danilo Germano Ribeiro Penha (6077/AM) e Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Davi Santana da Câmara - Processo 0201040-29.2016.8.04.0020 - Apelação Criminal - Apelante: J. H. dos S. - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes

05. ADV/REP.: Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Davi Santana da Câmara - Processo 0202271-62.2014.8.04.0020 - Apelação Criminal - Apelante: S. P. F. - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Relator: Djalma Martins da Costa

06. ADV/REP.: Danilo Germano Ribeiro Penha (6077/AM) e Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Simone Martins Lima (2432/AM) - Processo 0203828-79.2017.8.04.0020

- Apelação Criminal - Apelante: J. B. M. de A. - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Relator: Djalma Martins da Costa

07. ADV/REP.: Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Ulysses Silva Falcão (3924/AM) e Lilian Maria Pires Stone - Processo 0215841-12.2013.8.04.0001 - Apelação Criminal - Apelante: Mário Jorge da Silva Barbosa - Apelado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Relator: Jorge Manoel Lopes Lins

08. ADV/REP.: Monique Rodrigues da Cruz (4292/AM) e Monique Rodrigues da Cruz (4292/AM) e Jefferson Neves de Carvalho (2076/AM) - Processo 0233770-53.2016.8.04.0001 - Apelação Criminal - Apelante: Thiago Henrique Leite Ferreira - Apelante: Bruno Lima Peres - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes

09. ADV/REP.: Danilo Germano Ribeiro Penha (6077/AM) e Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Davi Santana da Câmara - Processo 0600569-74.2018.8.04.0020 - Apelação Criminal - Apelante: F. M. F. - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Relator: Djalma Martins da Costa

10. ADV/REP.: Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Monique Cruz Castellani e Edinaldo Aquino Medeiros (2898/AM) - Processo 0602493-46.2019.8.04.0001 - Apelação Criminal - Apelante: Mayara Monteiro Vieira - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Relator: Djalma Martins da Costa

11. ADV/REP.: Aldemir da Rocha Silva Júnior (5445/AM), Marcos Paulo do Carmo Oliveira (11771/AM), Rubemar Rocha de Lucena (11448/AM), Daniel Leite Brito (820MP), - Processo 0606638-82.2018.8.04.0001 - Apelação Criminal - Apelante: Ministério Público do Estado do Amazonas - Apelante: Victor Hugo dos Santos Ribeiro - Apelante: Leonardo Goncalves Pinheiro - Apelante: Luiz Eduardo de Souza Ferreira - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Apelado : Leonardo Goncalves Pinheiro - Apelado: Luiz Eduardo de Souza Ferreira - Apelado: Victor Hugo dos Santos Ribeiro - Relatora: Onilza Abreu Gerth

Secretaria da Segunda Câmara Criminal, em Manaus, 18 de setembro de 2019.

SEÇÃO VI

VARAS - COMARCA DA CAPITAL

1ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUIZ(A) DE DIREITO SHEILLA JORDANA DE SALES

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA FRANCISCA GARCIA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0296/2019

ADV: MARIA DA CONCEIÇÃO TEIXEIRA FRAZÃO (OAB 5701/AM) - Processo 0204633-21.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Maria Júlia Freitas Viana - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - Ante o exposto, intime-se a autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a Petição Inicial, no sentido de adequá-la ao art. 319 e seus incisos do CPC, sob pena de indeferimento da inicial, ex vi do parágrafo único art. 321. Após, retornem-me os autos conclusos para a fila de Despacho Inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUÍS FELIPE DE AZEVEDO ARAÚJO (OAB 13522/AM) - Processo 0205312-21.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Vladimir José Macedo de Paula Júnior - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - Ante o exposto, intime-se o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a Petição Inicial, no sentido de adequá-la ao art. 319 e seus incisos do CPC, sob pena de indeferimento da inicial, ex vi do parágrafo único art. 321.

ADV: SCHEILA MARIA ALMEIDA DO CARMO RAMOS (OAB 4776/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: MÁRIO BAIMA DE ALMEIDA (OAB 1189/AM), ADV: ÉRICO DE OLIVEIRA GONÇALO (OAB 5165/AM), ADV: SHIRLEY DA C. A. DO C. FERREIRA (OAB 5161/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0205585-15.2010.8.04.0001 (001.10.205585-9) - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Fátima Gonçalves Formoso - Natécia Gonçalves de Queiroz - REQUERIDO: Hospital Beneficente Portuguesa do Amazonas - Unimed Manaus - Cooperativa de Trabalho Médico - Eduardo Marte Gonçalo - Vistos, Defiro a produção de prova pericial requerida e nesta oportunidade nomeio como perito o Dr. Francisco Batista de Almeida, médico, para que realize a prova requerida. Determino à Secretaria que intime o referido expert para que, no prazo de 05 dias: i) apresente proposta de honorários; ii) apresente seus contatos profissionais, dentre os quais endereço de e-mail e ainda currículo atualizado, tudo conforme assim insculpido no art. 465, § 2º, I e III, do CPC. Fixo o prazo de 60 dias para apresentação do laudo pericial, a contar da data determinada pelo perito para vistoria/da colheita das assinaturas/do dia em que forem enviados os documentos a serem periciados. Apresentada a proposta de honorários, intime-se as partes para, querendo, manifestarem-se no prazo de 05 dias, com estribo no art. 465, § 3º, do CPC. Pontuo que caberá as Requeridas ratearem os honorários periciais, porque foi quem requereu prova pericial, vide art. 95, "caput", do NCPC. Ficam as partes intimadas a apresentar quesitos e indicar assistentes técnicos e, se querendo, arguir impedimento e suspeição do perito, tudo no prazo de 15 dias, a contar da intimação desta decisão. Determino à Secretaria que: Publique esta decisão para que as partes fiquem intimadas do seu conteúdo decisório. intime o perito aqui nomeado para apresentar os dados apontados no corpo desta decisão; Após a resposta do referido perito, intimar as partes para se manifestarem, em 05 dias, sobre o valor dos honorários; Decorrido o prazo para manifestação das partes acima mencionada, façam os autos conclusos para despacho, a fim de que sejam arbitrados honorários periciais, nos moldes do art. 465, §3º, do NCPC, ou apreciada eventual impugnação aos honorários periciais propostos. Int.Cumpra-se. Manaus, 16 de setembro de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: GERMANO COSTA ANDRADE (OAB 2835/AM), ADV: INGRID CRISTINE DE SÁ RIBEIRO PACHECO (OAB 12209/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: MATHEUS DE SOUZA DEMASI (OAB 11327/AM) - Processo 0205953-77.2017.8.04.0001 (processo principal 0614164-76.2013.8.04.0001) - Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica - Compromisso - REQUERENTE: Sony Brasil Ltda - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: A limitação responsabilidade dos sócios nas sociedades limitadas tem razão de existência, invoco, para tanto, a lição de FÁBIO ULHOA COELHO (2002:13-14), em relação às sociedades empresárias: "Na medida em que a lei estabelece a separação entre a pessoa jurídica e os membros que a compõem, consagrando o princípio da autonomia patrimonial, os sócios não podem ser considerados os titulares dos direitos ou os devedores das prestações relacionados ao exercício da atividade econômica, explorada em conjunto. Será a própria pessoa jurídica da sociedade a titular de tais direitos e devedora dessas obrigações." Diante do exposto, instauro o incidente de desconsideração da personalidade jurídica, a ser processado nos presentes autos, e determino a citação do sócio da parte Requerida para, querendo, apresentarem defesa, no prazo de 15 dias, em analogia ao art. 392, do CPC/2015. Deverá o(a) Autor(a) promover o recolhimento das custas de Atos Processuais, conforme regulamenta Portaria 116/2017-PTJ, Tabela Procedimentos Incidentes, Letra "a". Não efetuado recolhimento, será cancelada a distribuição do presente

incidente. Após recolhimento das custas, apense-se ao processo principal. Após, a resposta, indiquem as partes as provas que pretendem produzir, especificando a finalidade, natureza e especialidade. Cumpridas as formalidades legais, voltem os autos conclusos para decisão interlocutória, a fim de determinar o que for de direito (art. 136, CPC/2015).

ADV: FABRÍCIO PERROTTA DA SILVA (OAB 165909/RJ) - Processo 0206632-77.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Cícero Ferreira Paz e outro - REQUERIDO: INSS - Instituto Nacional do Seguro Social e outros - Ante o exposto, HOMOLOGO o acordo apresentado pelo INSS, motivo pelo que extingo o feito com fulcro no art. 487, III, b, do NCPC. À Secretaria para: Publicar esta decisão, intimando as partes; Após o trânsito em julgado, dar baixa no feito e arquivar os autos, com as cautelas de praxe.

ADV: FABRÍCIO PERROTTA DA SILVA (OAB 165909/RJ) - Processo 0206632-77.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Cícero Ferreira Paz e outro - REQUERIDO: INSS - Instituto Nacional do Seguro Social e outros - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; A parte Executada para proceder ao pagamento ao pagamento do cumprimento da condenação.

ADV: ROBSON ARAÚJO LEITE (OAB 5196/RO) - Processo 0214341-95.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Dano Ambiental - REQUERENTE: Raimundo Rodrigues dos Santos - REQUERIDO: Santo Antônio Energia S.A. - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: II - Cumprimento imediato das cartas precatórias recebidas, independentemente de despacho do juiz, com a sua imediata devolução ao juízo deprecante, após o seu cumprimento;

ADV: LOUISE RAINER PEREIRA GIONÉDIS (OAB 8123/PR), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTTUCI (OAB 685/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0258960-28.2010.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: ABS Industrial da Amazônia Ltda - Maria Anita Cordovil dos Santos - Maria Anita Cordovil dos Santos - Compulsando os autos verifico que o endereço fornecido pelo Requerente encontra-se localizado em outra comarca, portanto demanda expedição de Carta Precatória. Em razão do acima exposto, determino seja expedida a competente Carta, intimando a parte interessada para que proceda ao recolhimento das Custas de Atos Processuais, conforme regulamenta Portaria 116/2017-PTJ, Tabela de Atos Processuais, Letra “a”, nº 2, necessária para prática do ato deferido. Observe o requerente quanto às diligências necessárias e acompanhamento da carta junto ao Juízo Deprecado. Intime-se

ADV: MARTHA MAFRA GONZALES (OAB 4103/AM) - Processo 0601139-54.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Compra e Venda - REQUERENTE: Fort Indústria e Comércio de Cimento e Argamassa Ltda - REQUERIDO: Magali da Costa Rosa - Nome Fantasia NC Araújo - Art’s Lajes Araújo Pré-Moldados - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Prazo: 10 dias.

ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM) - Processo 0601154-52.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Antonio Francisco Prudencio Junior - De ordem, fica intimada a parte autora/exequente para recolher as diligências do Sr. Oficial de Justiça necessárias à prática do ato processual, no prazo de 10 (dez) dias. Manaus, 11 de março de 2019. Maria Francisca Garcia Escrivã

ADV: CÁSSIO JOSÉ MATOS DE BARROS (OAB 13256/AM), ADV: DEVID VINICIUS XAVIER DA COSTA (OAB 9673/AM), ADV: WILSON OLIVEIRA MELO JÚNIOR (OAB 3220/AM) - Processo 0603524-04.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condominio Fechado Jardim dos Eucaliptos - REQUERIDA: Lorena Helena Cantuária Mendes de Queiroz - José Cavalcante da Silva - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem, fica deferido pedido de fl. 110.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0603715-83.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S A - EXECUTADO: Amazon Car Service - Alexandre Almeida Gonzaga Rowska - De ordem, fica intimada a parte autora/exequente para recolher as despesas postais (correio/ar), necessárias à prática do ato processual, no prazo de 10 (dez) dias. Manaus, 17 de setembro de 2019. Maria Francisca Garcia Escrivã

ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE), ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP) - Processo 0606320-36.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - REQUERIDO: Rafael Duarte Torres - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Prazo: 10 dias.

ADV: LORENZA SAID MONTEIRO (OAB 8421/AM), ADV: ELISA MEDINA LUSTOSA (OAB 4529/AM), ADV: FRANCISCO AFONSO DOS SANTOS JÚNIOR (OAB 872A/AM), ADV: JOSÉ LUIZ LEITE (OAB 622A/AM), ADV: BRUNO SILVA NAVEGA (OAB 83522PR), ADV: ADELAIDE MARIA DE FREITAS CAMARGOS RIBEIRO (OAB 781A/AM), ADV: ADELAIDE MARIA DE FREITAS CAMARGOS RIBEIRO (OAB 92554MG), ADV: SÉLIO JOSÉ MIGLIORANZA (OAB 8867/AM) - Processo 0608559-13.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Edileuza Marques Rocha - REQUERIDO: Empresa Via Verde Transporte Coletivo Ltda - LITSPASSIV: Henderon Cabral Cortez - Companhia Mutual de Seguros - De ordem, fica designado o dia 21/10/2019 às 08:00h para a realização de audiência de Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ANA CAROLINA SOUSA CEI (OAB 8349/AM), ADV: MARCEL DA FONSECA MOURA (OAB 10083/AM), ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB A921/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0608586-98.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: ANTONIO ARNALDO LOPES - Ante o exposto, indefiro o pedido de consulta ao Renajud/Infojud/Bacenjud por entender que a parte demandante não esgotou os meios que lhe são acessíveis para obter o endereço correto da parte requerida. Oportunamente, fica intimado a parte autora para indicar o endereço da parte ré no prazo de 10 dias, sob pena de não se interromper a prescrição, na forma do art. 240, §2º do NCPC. Decorrido 30 dias da intimação deste despacho sem manifestação do autor em que promova diligências aqui determinadas, entendo que ficará caracterizado abandono da causa, motivo pelo que determino a intimação pessoal do autor para dizer se tem interesse no prosseguimento do feito, na forma do art. 485, §1º, do NCPC.

ADV: AMÉRICO VALENTE CAVALCANTE JÚNIOR (OAB 8540/AM), ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0609059-79.2017.8.04.0001 - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: José Robespierre Gomes de Queiroz Pierre - EMBARGADO: Banco Bradesco S/A - DISPOSITIVO: Assim sendo, ACOLHO OS PRESENTES EMBARGOS e EXTINGO o processo sem resolução do mérito nos termos do art. 485, IV e VI e 920, III, ambos do CPC. Condeno o embargado ao pagamento de custas e despesas processuais arcadas pelo embargante, nos termos do art. 82, §2º, do CPC, bem como honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, nos termos do art. 85, § 2º. Por fim, determino que tal sentença

traslada aos autos do processo principal. Transitada esta em julgado, arquivem-se os autos. P.R.I.C. Manaus, 16 de setembro de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR (OAB 2167/AM), ADV: THIAGO URIEL MAIA DE LIMA (OAB 11142/AM), ADV: JORGE ALEXANDRE MOTTA DE VASCONCELLOS (OAB 2790/AM) - Processo 0609200-64.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Antonia Lima Batista - REQUERIDO: Global Gnz Transportes Ltda (Nome Fantasia: Viação Global Green Ltda.) - Vistos. DEFIRO os pedidos de colheita de depoimento pessoal da autora, requerido às fls. 91, e de oitiva de testemunhas. Abro o prazo de 05 dias para que as partes juntem rol de testemunhas, acaso queiram produzir referida prova. Consigno que é dever de cada parte intimar suas testemunhas sobre o dia da audiência, conforme art. 455, "caput", do NCPC. Dessarte, determino seja pautada audiência de instrução e julgamento. Ademais, no prazo de 05 dias, determino que as partes digam se pretendem produzir outras provas. Nesse sentido, determino que: I- Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; II- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. III - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença.

ADV: TONNY ANDRÉ DE SOUZA SILVA (OAB 8893/AM), ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0610289-59.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: J S de Paiva Livraria - Jocta Souza de Paiva - Assim sendo, determino ao requerido para que, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de se caracterizar válida a penhora, junte aos autos: A) cópia do contrato de abertura de conta-poupança bloqueada nos autos; B) extratos bancários dos últimos seis meses de forma a comprovar seu uso restrito à poupança. Após, retornem os autos conclusos para despacho inicial.

ADV: JOSÉ RICARDO GOMES DE OLIVEIRA (OAB 5254/AM) - Processo 0610647-92.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: SP SECURITIZADORA S.A - EXECUTADO: MANAUS DISTRIBUIDORA DE CARNES LTDA - KENIO SAMASIO MORAIS BESERRA - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem: Defiro o pedido de fls. 108, providencie-se, desde logo, o bloqueio de veículos, via RENAJUD e pesquisa junto ao INFOJUD da última declaração do imposto de renda, devendo a parte autora providenciar o recolhimento das custas de diligências pelo atos a serem praticados, no prazo de quinze (15) dias, de acordo com a Portaria nº 116/2017-PTJ. Em sendo as consultas infrutíferas, manifeste-se a parte autora em termos de prosseguimento, no prazo de 30(TRINTA) dias. Em caso de inércia por prazo superior a 30 (TRINTA) dias, arquivem-se os autos. Int.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0611150-11.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Clima Norte - Comércio e Serviços Técnicos Industriais Ltda - Me - Ante o exposto, indefiro o pedido de consulta ao Renajud/Infojud/Bacenjud por entender que a parte demandante não esgotou os meios que lhe são acessíveis para obter o endereço correto da parte requerida. Oportunamente, fica intimado a parte autora para indicar o endereço da parte ré no prazo de 10 dias, sob pena de não se interromper a prescrição, na forma do art. 240, §2º do NCPC. Decorrido 30 dias da intimação deste despacho sem manifestação do autor em que promova diligências aqui determinadas, entendo que ficará caracterizado abandono da causa, motivo pelo que determino a intimação pessoal do autor para dizer se tem interesse no prosseguimento do feito, na forma do art. 485, §1º, do NCPC. Int.

ADV: LÍVIA SÁ PEIXOTO FRAXE DA COSTA (OAB 5113/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: LUCAS NUNES CHAMA (OAB 16956/PA), ADV: JOÃO ANTONIO DA SILVA TOLENTINO (OAB 2300/AM), ADV: FABIO RIVELLI (OAB 1119/AM), ADV: CARLOS FERNANDO SIQUEIRA CASTRO (OAB 672A/AM), ADV: ANTÔNIO HILTON GOMES PINHEIRO (OAB 7592/AM), ADV: LUIZ FELIPE DE FARIA E CUNHA MONTEIRO (OAB 7031/AM) - Processo 0612435-78.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Promessa de Compra e Venda - EXEQUENTE: MARCOS CESAR DE MELO MACEDO - MARIA DO PERPETUO SOCORRO DOURADO TEIXEIRA - EXECUTADO: Agra Bergen Incorporadora Ltda - REQUERIDO: CONSTRUTORA E INCORPORADORA IMOBILIÁRIA ALIANÇA ME - C & CASTRO IMOVEIS LTDA - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; Na forma do artigo 513 § 2º, do NCPC, intime-se o executado para que, no prazo de 15 (quinze) dias, pague o valor indicado no demonstrativo discriminado e atualizado do crédito, acrescido de custas, se houver. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do artigo 523 do CPC, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento. Ademais, não efetuado o pagamento voluntário no prazo de 15 (quinze) dias, independentemente de nova intimação do credor, poderá a parte exequente efetuar pedido de pesquisas junto aos sistemas informatizados à disposição do juízo. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523, mediante o recolhimento das respectivas taxas, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do Código de Processo Civil. Int.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0616442-11.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERENTE: Claudete da Silva Cativo - Não obstante tenha sido citado(a), o(a) Requerido(a) não contestou a ação, conforme pode se verificar da certidão de fl. 64, fato este que a deixa em estado de revelia e passível da punição inserta no art. 344, do Novo Código de Processo Civil. Ora, se a afirmação do(a) Autor(a) passa a adquirir o status de verdade formal em virtude da contumácia do(a) Requerido(a), tratando-se de direito disponível e que não necessita ser provado em audiência, é perfeitamente aplicável a regra do art. 355, II, do Novo Código de Processo Civil, para que o juiz conheça diretamente o pedido. Não havendo irresignação a este talante, retornem os autos conclusos para sentença.

ADV: ÉRICO RODRIGO FARIAS PINHEIRO (OAB 8929/AM) - Processo 0619034-28.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Condomínio Paraíba - EXECUTADO: Daniel Regis Ferminio - Edna de Lourdes Piperno - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Prazo: 10 dias.

ADV: JESUALDO FERREIRA MONTEIRO (OAB 7935/AM), ADV: ANDREIA MARQUES DE CASTRO MONTEIRO (OAB 12941/AM), ADV: VÍTOR CARVALHO LOPES (OAB 241959A/SP), ADV: ALEXANDRE TOSCANO DE BRITO FILHO (OAB 8913/AM), ADV: GUSTAVO ANTÔNIO FERES PAIXÃO (OAB 95502/RJ), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: KARINA LIMA MORENO (OAB 3932/AM), ADV: MICHELE DE MELO FREITAS E ARAÚJO (OAB 4822/AM) - Processo 0620220-86.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Repetição de indébito - REQUERENTE: Silvio Lira da Rocha - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Considerando a interposição do agravo de instrumento noticiada na petição de fls. 371/374, consigno a manutenção da decisão agravada por seus próprios fundamentos. Aguarde-se decisão da superior instância.

ADV: ROBERTO TRIGUEIRO FONTES (OAB 692A/AM) - Processo 0622085-52.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Thyssenkrupp Elevadores S/A - REQUERIDO: Clínica Real Vida - Art. 4°. O Diretor de Secretaria

poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; Processo ultimado, sem indicação de bens passíveis de penhora. Arquivem-se e dê-se baixa.

ADV: RODRIGO SCOPEL (OAB 21899/SC), ADV: ANGELIZE SEVERO FREIRE (OAB 56362/RS), ADV: EDUARDO DI GIGLIO MELO (OAB 189779/SP), ADV: PAULO FELIPE SARAIVA DA SILVA (OAB 10242/AM) - Processo 0622772-87.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Angelita Silva de Souza - REQUERIDO: Banco Itaú Bmg Consignado S.a - Primeiramente, noto que apenas o Banco Itaú BMG Consignado S/A foi colocado no polo passivo desta ação, tendo sido citado somente tal pessoa jurídica, vide fls. 38. Desta feita, o Banco BMG é terceiro estranho ao feito, motivo pelo que determino sua exclusão do caderno processual, bem como a desconsideração de sua petição dos autos. No mais, DEFIRO a retificação de fls. 136/138 do erro material contido na inicial quanto ao número do contrato narrado na causa de pedir. Contudo, tendo em vista que tal retificação detém o condão de mudar os argumentos da defesa, reabro o prazo para manifestação do réu Banco Itaú BMG Consignado S/A, para que diga o que entender de direito quanto à retificação de fls. 136/138, no prazo de 15 dias. Ademais, no prazo de 05 dias, determino que as partes digam as provas que pretendem produzir, nesse sentido, determino que: I- Caso haja solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as partes declinar os fatos que com ela pretendem esclarecer. Após, paute-se audiência de instrução e julgamento para que sejam colhidos os depoimentos; II - Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; III- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. IV - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença.

ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 84206/SP), ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0623893-58.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: Bradesco Administradora de Consorcios Ltda - EXECUTADO: Opx Operadora Portuaria e Logistica Ltda - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; Intime-se a parte interessada para declinar para qual endereço será destinada a citação requerida. Prazo: 05 (cinco) dias.

ADV: ANDRÉ DE ASSIS ROSA (OAB 12809/MS) - Processo 0623979-87.2019.8.04.0001 - Monitória - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Leonardo Tolve Petrochelli - Ante o exposto, indefiro o pedido de consulta ao Renajud/Infojud/Bacenjud/Siel e Infoseg por entender que a parte demandante não esgotou os meios que lhe são acessíveis para obter o endereço correto da parte requerida. Oportunamente, fica intimado a parte autora para indicar o endereço da parte ré no prazo de 10 dias, sob pena de não se interromper a prescrição, na forma do art. 240, §2º do NCPC. Decorrido 30 dias da intimação deste despacho sem manifestação do autor em que promova diligências aqui determinadas, entendo que ficará caracterizado abandono da causa, motivo pelo que determino a intimação pessoal do autor para dizer se tem interesse no prosseguimento do feito, na forma do art. 485, §1º, do NCPC. Int.

ADV: LEONARDO GUIMARÃES BRITO (OAB 4096/AM), ADV: AILMARA C. DE PAULA (OAB 10532/AM), ADV: PABLO DA SILVA NEGREIROS (OAB 4227/AM), ADV: ADELAIDE MARIA DE FREITAS CAMARGOS RIBEIRO (OAB 92554MG) - Processo 0625315-63.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Esmeralda Nogueira Oliveira - REQUERIDO: Via Verde Transportes Coletivos da Ltda - Vistos. Primeiramente, reconheço a incidência das normas consumeristas ao caso em comento, visto que a autora foi vítima de acidente de consumo, sendo, portanto, consumidora bystander, nos moldes do art. 17, do CDC. Dessarte, inverto o ônus da prova, ante a hipossuficiência no plano técnico e probatório da autora, nos moldes do art. 6º, VIII, do CDC DEFIRO os pedidos de colheita de depoimento pessoal e de oitiva de testemunhas. Abro o prazo de 05 dias para que as partes juntem rol de testemunhas, acaso queiram produzir referida prova. Consigno que é dever de cada parte intimar suas testemunhas sobre o dia da audiência, conforme art. 455, “caput”, do NCPC. Dessarte, determino seja pautada audiência de instrução e julgamento. Defiro o pedido de prova pericial requerida pela ré. Nomeio como perita a Sra. CLÍVIA BIANCA LIMA NORONHA, médica, cujo currículo consta do Banco de Peritos disponível no sítio eletrônico deste E. Tribunal, para que pericie o estado físico da parte requerente. Determino à Secretaria que intime a referida expert para que, no prazo de 05 dias: i) apresente proposta de honorários; ii) apresente seus contatos profissionais, dentre os quais endereço de e-mail, tudo conforme assim insculpido no art. 465, § 2º, I e III, do CPC. Deixo de determinar que apresente currículo, tendo em vista tal instrumento já constar no site deste E. Tribunal, como acima apontado. Fixo o prazo de 60 dias para apresentação do laudo pericial, a contar da data determinada pelo perito para vistoria da requerente. Apresentada a proposta de honorários, intime-se as partes para, querendo, manifestarem-se no prazo de 05 dias, com estribo no art. 465, § 3º, do CPC. Pontuo que caberá à parte requerida pagar os honorários do perito, porque foi quem requereu prova pericial, às fls. 139, vide art. 95, “caput”, do NCPC. Ficam as partes intimadas a apresentar quesitos e indicar assistentes técnicos e, se querendo, arguir impedimento e suspeição do perito, tudo no prazo de 15 dias, a contar da intimação desta decisão. Ademais, no prazo de 05 dias, determino que as partes digam se pretendem produzir outras provas. Caso apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0625412-34.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0609059-79.2017.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Jose Robespierre Gomes de Queiroz Pierre - SENTENÇA Vistos, Trata-se de ação de execução de título extrajudicial. No curso dos embargos à execução de nº 0609059-79.2017.8.04.0001, sobreveio notícia de que a parte executada obteve a extinção da obrigação, por meio do adimplemento das parcelas 09, 10 e 11 do empréstimo em deslinde, a qual o banco embargado não se opôs e, inclusive, pugnou pela extinção sem resolução do mérito da presente demanda, em fls. 86 daqueles autos, presumindo-se sua concordância. Assim, em razão da extinção da dívida por qualquer outro meio, EXTINGO a execução em trâmite, com fundamento no art. 924, inc. III, do Código de Processo Civil. Em atenção ao princípio da causalidade, caberá ao exequente arcar com as custas e despesas processuais, uma vez que foi este quem deu causa à propositura da presente demanda e dos embargos à execução. Isto porque, conforme se constatou nos autos dos embargos à execução, é crível que, embora as parcelas tenham sido descontadas em 29/07/2016, em menos de um dia de diferença do ajuizamento da ação de execução, 28/07/2016, havia negociação anterior para tanto, uma vez que não é licito ao banco realizar descontos como foi feito em conta corrente sem prévia autorização. Para cumprimento da sentença de honorários fixados em sede de embargos à execução, caberá ao patrono a abertura de incidente próprio junto ao sistema. Transitada em julgado, arquivem-se estes autos. P.R.I. Manaus, 17 de setembro de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM) - Processo 0626425-34.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condomínio Jardim de Flores - EXECUTADO: PLEX CONSTRUÇÕES - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; Considerando que a sentença de fls. 109, extinguiu o presente feito, sem resolução do mérito, não tendo havido Recurso apto a modificar a decisão prolatada por este Juízo, determino o arquivamento e baixa dos presentes autos. Intime-se e Cumpra-se.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) -

Processo 0628584-76.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Zila Alves de Lima - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: De ordem da MMª. Juíza: XIII - Intimação da parte autora para manifestação, no prazo legal, quando o réu na contestação ou impugnação opuser fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (NCPC, art. 350), ou arguir preliminares (NCPC, art. 350/351);

ADV: ANTÔNIO JOSÉ BARBOSA VIANA (OAB 5750/AM), ADV: VICTORIA DUTRA DE ALENCAR ARANTES (OAB 10316/AM), ADV: PAULO ROGÉRIO ARANTES (OAB 1509/AM), ADV: MARIA GLADES RIBEIRO DOS SANTOS (OAB 2144/AM) - Processo 0630018-76.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Imissão - REQUERENTE: MARCOS MACHADO DE AGUIAR - REQUERIDO: JOÃO FRANCISCO AGUIAR - Processo nº.:0630018-76.2014.8.04.0001 DESPACHO Trata-se de demanda proposta Marcos Machado de Aguiar em face de João Francisco Aguiar. Em fls. 96/97 foi noticiado o óbito do então requerido, pelo que despacho de fls. 110 suspendeu o curso do feito, na forma do art. 313, inciso I e §1º, do CPC e, em prosseguimento, despacho de fls. 114 determinou ao autor que promovesse a citação do respectivo espólio, de quem for sucessor ou, se for o caso, dos herdeiros. O autor se manifesta requerendo a citação da Sra. Antonia Izaurina Portela e Sr. Francisco Machado Aguiar, irmãos do requerido. Contudo, não traz prova alguma aos autos do parentesco dos mesmos e consequente legitimidade para figurar o polo passivo da presente lide como sucessores ou herdeiros. Assim sendo, determino ao autor para que traga aos autos comprovação de que os referidos senhores são sucessores do Sr. João Francisco Aguiar, ou ainda, herdeiros, no prazo último de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da petição inicial, nos moldes do art. 321, parágrafo único, e extinção sem resolução do mérito, conforme art. 485, III, ambos do NCPC. Por fim, verifico que o valor da causa está incorreto, porquanto deverá corresponder ao valor do imóvel objeto da lide (fls. 15), nos termos do art. 292, IV, do CPC. Assim sendo, determino ao autor que corrija o valor da causa, no mesmo prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da petição inicial, nos moldes do art. 321, parágrafo único, e art. 330, IV, do CPC, e extinção sem resolução do mérito, conforme art. 485, I, todos do NCPC. Oportunamente, determino ao autor que recolha a diferença das custas processuais em razão da alteração, também em 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição, nos termos do art. 290, do CPC. Ou, ainda, se assim lhe convier, faculto à parte demandante requerer o parcelamento do complemento das custas iniciais, em até 06 (seis) parcelas, o que desde já DEFIRO, no mesmo prazo acima assinalado, com fulcro nas disposições constantes no art. 98, § 6º, do NCPC, no art. 1º da Portaria 490/2017-PTJ e no art. 10 da Portaria nº 116/2017. Após, retornem os autos conclusos para decisão interlocutória. Manaus, 22 de agosto de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: TIMÓTEO MARTINS NUNES (OAB 503/RR) - Processo 0630061-13.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: AFONSO VIANA FERREIRA - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Intimem-se as partes para se manifestarem sobre o laudo. Após, conclua-se para sentença.

ADV: RAQUEL DE SOUZA BUZAGLO (OAB 14926/AM), ADV: THASSIA POLLYANA FERNANDES DA COSTA (OAB 13462/AM) - Processo 0630897-10.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Ilidio Formoso Neto - REQUERIDO: Movida Locação de Veículos S/A - LITSPASSIV: Carlos A de Freitas Gomes / Formula Centro Automotivo Express - Trata-se de ação de obrigação de fazer com indenização por danos morais movida por Ilidio Formoso Neto em face de Movida Locação de Veículos S/A e Formula Centro Automotivo. Despacho de fl. 76 determinou ao autor que viabilizasse a citação válida da requerida Formula Centro Automotivo, tendo o autor se manifestado às fls. 78/79 requerendo a citação da parte ré por oficial de justiça no endereço Avenida Pedro Teixeira, nº 1637, Bairro Dom Pedro I, CEP: 69044-000, Manaus/AM. Em virtude do exposto, DETERMINO que seja realizada a citação de Formula Centro Automotivo por oficial de justiça no endereço supracitado.

ADV: SILVANA LIMA DE OLIVEIRA (OAB 8778/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: VILSON GOMES BENAYON FILHO (OAB 4820/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0633200-65.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Suelen Bruce Lopes - REQUERIDO: Gonder Incorporadora Ltda. - Pdg Incorporadora, Construtora, Urbanizadora e Corretora Ltda. - Aliança Incorporadora Ltda. - Primeiramente, deixo pra analisar as questões preliminares por ocasião da sentença. No que pertine ao ônus da prova, verifico que a autora é consumidora nos moldes do art. 2º, do CDC e a ré, por seu turno, enquadra-se no conceito de fornecedor, nos moldes do art. 3º, do CDC. Vislumbro, ainda, que a requerente é hipossuficiente no plano técnico e fático. Por tais razões, defiro em favor da demandante a inversão do ônus probatório, nos moldes do art. 6º, VIII, do CDC e art. 373, § 1º, do CPC. Ademais, no prazo de 05 dias, determino que as partes digam as provas que pretendem produzir, nesse sentido, determino que: I- Caso haja solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as partes declinar os fatos que com ela pretendem esclarecer. Após, paute-se audiência de instrução e julgamento para que sejam colhidos os depoimentos; II - Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; III- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. IV - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença.

ADV: LAURA MARIA SANTIAGO LUCAS (OAB 4872/AM) - Processo 0633414-90.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: RC Recebíveis Ltda. - EXECUTADO: Rodrigo de Souza Lucas - ME - Rodrigo de Souza Lucas - Willian Davis da Silva Fernandes - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem: Defiro o pedido de fls. 82, providencie-se, desde logo, o bloqueio de veículos, via RENAJUD, devendo a parte autora providenciar o recolhimento das custas de diligências pelo ato a ser praticado, no prazo de quinze (15) dias, de acordo com a Portaria nº 116/2017-PTJ. Em sendo as consultas infrutíferas, manifeste-se a parte autora em termos de prosseguimento, no prazo de 30(TRINTA) dias. Em caso de inércia por prazo superior a 30 (TRINTA) dias, arquivem-se os autos. Int.

ADV: LEONARDO SILVA PEREIRA (OAB 190819MG), ADV: WANDERLEY ROMANO DANADEL (OAB 78870/MG) - Processo 0633533-46.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Trivale Administração Ltda - REQUERIDO: Fortvip Forte Vigilancia Privada Eirele-me - Fortevip Forte Vigilância Privada Eireli - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; Fica deferido o pedido de dilação de prazo pelo período requerido, devendo a parte autora, após o transcurso do mesmo, dar o devido andamento processual, independente de nova intimação.

ADV: JANDER ROOSEVELT ROMANO TAVARES JUNIOR (OAB 9483/AM) - Processo 0634251-14.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Norte Sul Industria de Reciclagem Ltda - De ordem, fica intimada a parte autora/exequente para recolher as despesas dos correios ou das diligências do Sr. Oficial de Justiça, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 10 (dez) dias. Manaus, 13 de fevereiro de 2019. Maria Francisca Garcia Escrivã

ADV: BENEDITO EVALDO DE LIMA (OAB 4821/AM) - Processo 0635564-39.2019.8.04.0001 - Imissão na Posse - Imissão - REQUERENTE: Carlos Eduardo de Almeida Barroso - REQUERIDO: Ocupante Encontrado No Local - Bruno Freire de Araújo Alencar - Bruna Pinheiro Guimarães - O pedido de tutela de urgência já foi apreciado e indeferido pelo Juízo. À parte irresignada compete manejar o recurso adequado, eis que as diversas petições incidentais vem tumultuando sobremaneira o feito. Quanto à audiência de conciliação, trata-se de determinação

expressa do CPC e seu cancelamento depende do atendimento do requisito estabelecido no art 334 §5º CPC. Aguarde-se a realização do ato.

ADV: RENATO FERREIRA RIBEIRO MATTA (OAB 9235/AM) - Processo 0639003-58.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Fernando Cardoso de Queiroz - REQUERIDO: Companhia de Seguros Aliança do Brasil - Nesse sentido, entendo que a apreciação do pedido ora formulado somente poderá ser deferido, conforme o caso, após a concessão do contraditório e ampla defesa ao requerido. Em virtude disso, INDEFIRO o pedido de antecipação da tutela. Ademais, compulsando a petição inicial, noto que não foi analisada a inversão do ônus da prova, que é regra de instrução que pode ser conhecido de ofício até o saneamento da demanda, conforme nos ensina a jurisprudência pátria: EMENTA: DIREITO DO CONSUMIDOR E PROCESSUAL CIVIL. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA DE OFÍCIO EM SEDE DE APELAÇÃO. NORMA DE ORDEM PÚBLICA E INTERESSE SOCIAL. HIPOSSUFICIÊNCIA E VEROSSIMILHANÇA DAS ALEGAÇÕES DO CONSUMIDOR. ÔNUS DO FORNECEDOR EM PROVAR A INEXISTÊNCIA DA FRAUDE E USO PELO PRÓPRIO CLIENTE DE SEU CARTÃO E SENHA. GARANTIA DA AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO. EABERTURA DA INSTRUÇÃO. 1. Na responsabilidade por vício de serviço, a inversão do ônus da prova é ope judicis, dependendo de decisão judicial a respeito, cabendo ao réu, portanto, a prova de que inexiste vício no produto. A inversão do ônus da prova, contudo, por ser regra de instrução, deve ser determinada no saneamento da demanda ou, caso não seja, deferida de forma a garantir o efetivo contraditório e ampla defesa, com reabertura da instrução probatória. 2. O art. 6º, VIII, do CDC inclui no rol de direitos básicos do consumidor a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério o juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências , sendo tal norma de ordem pública e interesse social , a teor do art. 1º do CDC. Possibilita-se, assim, o seu conhecimento de ofício, sendo que cabe às instâncias ordinárias a análise dos aspectos pertinentes à caracterização de hipossuficiência do consumidor na relação de consumo (art. 6º, CDC), a ensejar, ou não, a inversão do ônus da prova . 3. ( ) (TJ MG AC 10480150140832001 MG, Relator: Cabral da Silva, Data de Julgamento: 02/07/2019). (Grifei) Assim sendo, verifico que o autor é consumidor nos moldes do art. 2º, do CDC e a ré, por seu turno, enquadra-se no conceito de fornecedor, nos moldes do art. 3º, §2º, do CDC. Vislumbro ainda que a requerente é hipossuficiente no plano técnico e fático. Por tais razões, DEFIRO em favor do demandante a inversão do ônus probatório, nos moldes do art. 6º, VIII, do CDC e art. 373, § 1º, do CPC. Em termos de prosseguimento, pautando-me no princípio da celeridade processual e, considerando que a composição poderá ocorrer em qualquer momento durante o processo, mesmo extrajudicialmente, com fulcro no art. 139, II e V, deixo de pautar audiência de conciliação neste momento processual. Assim, cite-se e intime-se a parte ré para contestar o feito no prazo de 15 (quinze) dias úteis, nos moldes do art. 335, III, e 231, III, do CPC, devendo a parte autora proceder ao recolhimento prévio das custas de postagem da carta, por meio de guia emitida pelo site do TJAM, nos termos do Provimento nº 273/2016 - CGJ/AM. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do CPC fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do CPC. À secretaria para: Citar e intimar a parte Ré para que apresente contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis; Ofertada a contestação, à réplica. Após, retornem os autos conclusos para decisão interlocutória para fins de saneamento. Int.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0641636-76.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDA: Alessandra Teixeira Silva - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Prazo: 10 dias.

ADV: DANIEL COELHO SILVA (OAB 10581/AM) - Processo 0641803-59.2019.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Argemiro Barros da Costa Neto - REQUERIDO: Hospnorte Atividade Médica Ambulatorial Eireli - Vistos, etc. Defiro o parcelamento das custas iniciais em 04 (quatro) parcelas iguais e sucessivas. Determino ao autor que comprove no prazo de 15 (quinze) o pagamento da primeira parcela, sob pena de cancelamento da distribuição, com fulcro no art. 290, do CPC e disposições constantes no art. 98, § 6º, do NCPC, no art. 1º da Portaria 490/2017-PTJ e no art. 10 da Portaria nº 116/2017. Frise-se que o inadimplemento das demais parcelas ensejará o cancelamento da distribuição, também com fulcro no art. 290, do CPC. Havendo o pagamento da primeira parcela, retornem os autos conclusos para despacho inicial. À secretaria para que: Remetam-se os autos ao Setor da Contadoria para que proceda o cálculo das custas; Caso transcorrido o prazo para o pagamento da primeira parcela, não sendo efetivado o mesmo, determino o cancelamento da distribuição do feito, sem nova conclusão; Caso haja o pagamento da primeira parcela, retornem os autos conclusos para despacho inicial. Int. Manaus, 22 de agosto de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: ROBSON CARVALHO FERREIRA (OAB 12268/AM) - Processo 0642029-64.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Eldo de Oliveira Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de concessão dos benefícios da gratuidade de justiça, e determino que se intime a parte requerente para recolher as custas judiciais iniciais, no prazo de 15 dias, sob pena de cancelamento da distribuição, a teor do art. 290, do CPC, sem nova intimação. Ou, ainda, se assim lhe convier, faculto à parte demandante requerer o parcelamento das custas iniciais, no mesmo prazo acima assinalado, indicando quantas parcelas entende adequado, observando o limite máximo de 06, com fulcro nas disposições constantes no art. 98, § 6º, do NCPC, no art. 1º da Portaria 490/2017-PTJ e no art. 10 da Portaria nº 116/2017. Decorrido o prazo acima assinalado, voltem-me conclusos os autos.

ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: STEFFANI DE SOUZA (OAB 412564/SP), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM) - Processo 0643190-12.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: A.R.Q. - REQUERIDO: U.M.C.T.M. - Vistos, etc. Compulsados os autos, verifico que o autor se manifestou em 04/09/2019, às fls. 92/93, alegando não terem sido disponibilizados os tratamentos do autor pela requerida, em descumprimento à decisão de fls. 88/89. Nesse sentido, é mister apontar que o prazo concedido à requerida na supracitada decisão foi de 02 (dois) dias úteis a contar da sua publicação. Assim, conforme demonstrado na Certidão de fl. 91, o prazo para cumprimento teve início em 09/09/2019. Diante do exposto, DETERMINO à parte autora que se manifeste no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, informando se houve descumprimento da decisão de fls. 88/89. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: STEFFANI DE SOUZA (OAB 412564/SP), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM) - Processo 0643190-12.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: A.R.Q. - REQUERIDO: U.M.C.T.M. - Em aditamento ao despacho supra, logo após o decurso do prazo retornem os autos conclusos para a fila despacho inicial.

ADV: TALVANI FRANCO LEITE BRITO (OAB 680/AM), ADV: SUERDA CARLA CAMPOS MORAIS DE ARAÚJO (OAB 4083/AM), ADV: LEONARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6956/AM) - Processo 0643459-22.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: João Souza Silva - Antônia Suelen da Frota Tavares - REQUERIDO: Transamazonia Transportadora da Amazônia Ltda - Eucatur Encomendas - Vistos. DEFIRO os pedidos de colheita de depoimento pessoal da autora e de oitiva de testemunhas.RECEBO desde já o rol trazido às fls. 137/138. Abro o prazo de 05 dias para que as partes juntem rol de testemunhas, acaso queiram arrolar outras. Consigno que é dever

de cada parte intimar suas testemunhas sobre o dia da audiência, conforme art. 455, "caput", do NCPC. Dessarte, determino seja pautada audiência de instrução e julgamento. Ademais, no prazo de 05 dias, determino que as partes digam se pretendem produzir outras provas, nesse sentido, determino que: I- Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; II- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. III Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença. À Secretaria para que: Publicar esta decisão para intimar as partes; Decorrido o prazo supra, observar o que determinado acima, conforme o caso; Determino seja pautada audiência de instrução e julgamento. Int. Cumpra-se.

ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE) - Processo 0643850-06.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - REQUERIDO: Marcio Gonçalves da Cunha - Vistos, etc... Como é sabido, a homologação de acordo é uma das hipóteses de extinção do processo com julgamento do mérito, conforme o disposto no art. 487, III, "b", do NCPC. Todavia, prevê o art. 313, II c/c art. 922, ambos do NCPC que o processo poderá ser suspenso quando as partes convencionarem. No caso dos autos, tendo as partes pleiteado somente a homologação do acordo e a suspensão do processo, nada obsta que o magistrado não julgue extinto o processo, mas suspenda-o até o total cumprimento do acordo. Se assim não fosse, tendo o processo sido julgado com julgamento do mérito e tendo uma das partes descumprido a avença, a opção para as partes seria a execução do acordo judicial, o que impossibilitaria a utilização do rito procedimental e, ainda, não seria possível a cobrança do valor das parcelas vencidas após a data do acordo, o que não pode prevalecer. A jurisprudência vem entendendo que pode ser deferida a homologação de acordo, sem que ocorra a extinção do processo com julgamento do mérito, quando for requerida pelas partes apenas a homologação e a suspensão. Ora, se a homologação do acordo não põe termo ao processo e a própria lei processual prevê a possibilidade de simples suspensão, descumprido o acordado, torna-se perfeitamente possível a continuidade da ação, da forma posta na inicial. Assim, tenho que o processo deve ser suspenso até o integral cumprimento do avençado, diante do requerimento formulado pelas partes. Se não cumprido o avençado, o requerente deve informar tal acontecimento nos autos, prosseguindo-se o processo na fase em que se encontrava quando do protocolo da petição de acordo. Considerando a legitimidade das partes e em razão do acordo atender e preservar aos seus interesses, HOMOLOGO o acordo para que surta seus efeitos jurídicos e legais. Na forma do art. 922 do NCPC, determino a suspensão do processo, devendo, caso solicitado pelo credor, ser reaberta a presente ação para prosseguimento a partir de onde tiver cessado. P. R. I.

ADV: ADRIANA FREITAS DE MATTOS (OAB 11236/AM), ADV: PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA (OAB 9678/AM) - Processo 0644544-43.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Vanderlene Gomes de Souza - REQUERIDO: Ricardo Ferreira Rodrigues - Augusto Signe Rodrigues de Paula - Eli Loureiro de Souza - Vistos. Primeiramente, deixo de decretar a revelia do Sr. Augusto, com fundamento no art. 345, I, do NCPC, visto que contestada a inicial pelos outros réus. No mais, DEFIRO o benefício da gratuidade da justiça em prol do Sr. Augusto e da Sra. Eli, tendo em vista a presunção legal de veracidade da afirmação de hipossuficiência da pessoa física, prevista no art. 99, §3º, do NCPC, somado ao fato de estarem assistidos pela Defensoria Pública. Ademais, no mesmo prazo de 05 dias, determino que as partes digam as provas que pretendem produzir, nesse sentido, determino que: I- Caso haja solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as partes declinar os fatos que com ela pretendem esclarecer. Após, paute-se audiência de instrução e julgamento para que sejam colhidos os depoimentos; II - Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; III- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. III - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença.

ADV: RAPHAEL QUINTILIANO PAZUELLO (OAB 8881/AM) - Processo 0648640-33.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Gerson Maciel Bonete - REQUERIDO: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - J Souza dos Santos Rent A Car (J V M Veículos) - O art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, dispõe "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos". Embora para a concessão da gratuidade não se exija o estado de miséria absoluta, é necessária a comprovação da impossibilidade de arcar com as custas e despesas do processo sem prejuízo de seu sustento próprio ou de sua família. A declaração de pobreza, por sua vez, estabelece mera presunção relativa da hipossuficiência, que cede ante outros elementos que sirvam para indicar a capacidade financeira. Neste sentido, é oportuno destacar a jurisprudência pátria: APELAÇÃO CÍVEL - JUSTIÇA GRATUITA - INCIDENTE DE IMPUGNAÇÃO - POSSIBILIDADE DE CONDICIONAR A GRATUIDADE JUDICIÁRIA A COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA - ART. 4º DA LEI 1.060/1950-PROVAS INSUFICIENTES - Há presunção juris tantum da declaração de hipossuficiência para fins de concessão da assistência judiciária (IUJ TJ MG nº 1.0024.08.093413-6/002). A insuficiência financeira deve ser comprovada por documentos hábeis; na inexistência de qualquer atestado desta natureza, impõe-se o indeferimento da justiça gratuita. (TJ-MG - AC: 10000170436398001 MG, Relator: Alice Birchal, Data de Julgamento: 29/10/0017, Câmaras Cíveis / 7º Câmara Cível, Data de Publicação: 06/11/2017). No caso em tela verifico que o autor recebeu R$ 3.858,99 (três mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e noventa e nove centavos) líquidos em junho/2019, bem como apresentou rendimentos tributáveis no total de R$ 66.494,93 (sessenta e seis mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e noventa e três centavos), conforme declaração de imposto de renda de fls. 21/28. Assim, o requerente aparenta possuir condições para arcas com as custas processuais, ainda que de forma parcelada. Diante do exposto, para apreciação do pedido de concessão de gratuidade de justiça, convém facultar ao interessado o direito de provar a impossibilidade de arcar, sem o seu próprio prejuízo ou de sua família, com as custas e despesas do processo. Assim, para apreciação do pedido de Justiça Gratuita, a parte requerente deverá, em 15 (quinze) dias, apresentar, sob pena de indeferimento do benefício: a) cópia das últimas folhas da carteira de trabalho, contracheques, ou comprovante de renda mensal dos últimos três meses; b) cópia dos extratos bancários de contas de titularidade, dos últimos três meses; c) cópia dos extratos de cartão de crédito, dos últimos três meses; d) comprovantes de despesas mensais que demonstrem o comprometimento da renda apontada no contracheque e forma a inviabilizar o pagamento das custas. Ou, no mesmo prazo, deverá recolher as custas judiciais e despesas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição, a teor do art. 290, do CPC, sem nova intimação. Ou, ainda, se assim lhe convier, faculto à parte demandante requerer o parcelamento das custas iniciais, em até 06 (seis) parcelas, o que desde já DEFIRO, no mesmo prazo acima assinalado, com fulcro nas disposições constantes no art. 98, § 6º, do NCPC, no art. 1º da Portaria 490/2017-PTJ e no art. 10 da Portaria nº 116/2017. À secretaria para: Caso solicitado o parcelamento das custas processuais, o que desde já DEFIRO, remetam-se os autos ao Setor da Contadoria para que proceda o cálculo das custas, sem nova conclusão; Caso transcorrido o prazo para o pagamento da primeira parcela, não sendo efetivado o mesmo, determino o cancelamento da distribuição do feito, sem nova conclusão; Caso haja o recolhimento integral, ou pagamento da primeira parcela, retornem-me os autos conclusos na fila de despacho inicial. Int.

ADV: ALAN DE MOURA MENDES (OAB 13404/AM) - Processo 0649610-33.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Anastacio Lira dos Anjos - REQUERIDO: Banco Panamericano S.a Filial - Vistos, etc. Trata-se de ação declaratória de inexigibilidade e inexistência de débito com indenização por danos morais movido por Anastacio Lira dos Anjos em face de Banco Panamericano S.a Filial. Em análise aos documentos acostados aos autos às fls. 13/17 e com o intuito de sanar qualquer omissão da decisão de fls. 18/19,

verifico que o autor é parte hipossuficiente, não podendo arcar com as custas iniciais do processo sem prejuízo próprio ou de sua família. Nesse sentido, dispõe o art. 5º, LXXIV da CF/88 que: "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos". Em virtude do exposto, DEFIRO parcialmente o pedido, com fulcro no art. 98, § 5º, do CPC, isentando a parte autora apenas das custas judiciais iniciais, de modo a excluir das benesses as despesas postais e demais encargos processuais que se fizerem necessários no decorrer da lide.

ADV: EZEQUIEL DE FREITAS MEDEIROS (OAB 9818/AM) - Processo 0650300-62.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Centro Medico Psicologico Ayrão - Ltda-me - REQUERIDO: V T de Oliveira Comercio Me - O art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, dispõe "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos". O Art. 98, do Código de Processo Civil, por sua vez, estabelece que "A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei." Já o art. 99, § 3º, do mesmo diploma dispõe que "Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural." Ou seja, o pedido de gratuidade relativo a pessoa jurídica, com ou sem fins lucrativos, deve, necessariamente, vir instruído de comprovação da condição de hipossuficiência. Nesse exato sentido, a posição sumulada pelo Superior Tribunal de Justiça: "Súmula 481/STJ - Faz jus ao benefício da justiça gratuita a pessoa jurídica com ou sem fins lucrativos que demonstrar sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais." No caso em tela, os argumentos aduzidos pela parte autora em fl. 02 não possuem força probante necessária para demonstrar a total ausência de receitas e patrimônio, suficiente para inviabilizar a assunção dos ônus decorrentes desta demanda. É importante observar que a simples presença de dívidas e protestos e até mesmo eventual pedido de recuperação judicial e falência não se revelam suficientes para demonstrar a "impossibilidade" no recolhimento das custas e despesas, já que a empresa pode ter outros bens suficientes para saldá-las. Portanto, deferir o benefício, que, em última análise, é custeado pelo Estado, equivaleria a carrear à população os ônus que deveriam ser pagos pela requerente, o que não pode ser admitido. Nessas condições, antes de indeferir o pedido, contudo, convém facultar ao interessado o direito de provar a impossibilidade de arcar, sem o seu próprio prejuízo ou de sua família, com as custas e despesas do processo. Assim, para apreciação do pedido de Justiça Gratuita, a parte requerente deverá, em 15 (quinze) dias, apresentar, sob pena de indeferimento do benefício: a) última declaração de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) apresentada à Receita Federal; b) cópia dos balancetes financeiros, dos últimos três meses; Ou, no mesmo prazo, deverá recolher as custas judiciais e despesas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição, a teor do art. 290, do CPC, sem nova intimação. Ou, ainda, se assim lhe convier, faculto à parte demandante requerer o parcelamento das custas iniciais em até 04 (quatro) parcelas, o que desde já DEFIRO, no mesmo prazo acima assinalado, com fulcro nas disposições constantes no art. 98, § 6º, do NCPC, no art. 1º da Portaria 490/2017-PTJ e no art. 10 da Portaria nº 116/2017. À secretaria para: Caso solicitado o parcelamento das custas processuais, o que desde já DEFIRO, remetam-se os autos ao Setor da Contadoria para que proceda o cálculo das custas, sem nova conclusão; Caso transcorrido o prazo para o pagamento da primeira parcela, não sendo efetivado o mesmo, determino o cancelamento da distribuição do feito, sem nova conclusão; Caso haja o recolhimento integral, ou pagamento da primeira parcela, retornem-me os autos conclusos na fila de despacho inicial. Int.

ADV: ANA PAULA DA SILVA SOUSA (OAB 6608/AM) - Processo 0650421-90.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: M.B.F.C. - REQUERIDO: A.A.B. - O art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, dispõe "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos". Embora para a concessão da gratuidade não se exija o estado de miséria absoluta, é necessária a comprovação da impossibilidade de arcar com as custas e despesas do processo sem prejuízo de seu sustento próprio ou de sua família. A declaração de pobreza, por sua vez, estabelece mera presunção relativa da hipossuficiência, que cede ante outros elementos que sirvam para indicar a capacidade financeira. Neste sentido, é oportuno destacar a jurisprudência pátria: APELAÇÃO CÍVEL - JUSTIÇA GRATUITA - INCIDENTE DE IMPUGNAÇÃO - POSSIBILIDADE DE CONDICIONAR A GRATUIDADE JUDICIÁRIA A COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA - ART. 4º DA LEI 1.060/1950-PROVAS INSUFICIENTES - Há presunção juris tantum da declaração de hipossuficiência para fins de concessão da assistência judiciária (IUJ TJ MG nº 1.0024.08.093413-6/002). A insuficiência financeira deve ser comprovada por documentos hábeis; na inexistência de qualquer atestado desta natureza, impõe-se o indeferimento da justiça gratuita. (TJ-MG - AC: 10000170436398001 MG, Relator: Alice Birchal, Data de Julgamento: 29/10/0017, Câmaras Cíveis / 7º Câmara Cível, Data de Publicação: 06/11/2017). Portanto, para apreciação do pedido de concessão de gratuidade de justiça, convém facultar ao interessado o direito de provar a impossibilidade de arcar, sem o seu próprio prejuízo ou de sua família, com as custas e despesas do processo. Assim, para apreciação do pedido de Justiça Gratuita, a parte requerente deverá, em 15 (quinze) dias, apresentar, sob pena de indeferimento do benefício: a) cópia das últimas folhas da carteira de trabalho, contracheques, dos últimos três meses, ou comprovante de renda mensal; b) cópia dos extratos bancários de contas de titularidade, dos últimos três meses; c) cópia dos extratos de cartão de crédito, dos últimos três meses; d) cópia da última declaração do imposto de renda apresentada à Secretaria da Receita Federal; e) comprovantes de despesas mensais que demonstrem o comprometimento da renda apontada no contracheque e forma a inviabilizar o pagamento das custas. Ou, no mesmo prazo, deverá recolher as custas judiciais e despesas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição, a teor do art. 290, do CPC, sem nova intimação. Ou, ainda, se assim lhe convier, faculto à parte demandante requerer o parcelamento das custas iniciais, em até 06 (seis) parcelas, o que desde já DEFIRO, no mesmo prazo acima assinalado, com fulcro nas disposições constantes no art. 98, § 6º, do NCPC, no art. 1º da Portaria 490/2017-PTJ e no art. 10 da Portaria nº 116/2017. À secretaria para: Caso solicitado o parcelamento das custas processuais, o que desde já DEFIRO, remetam-se os autos ao Setor da Contadoria para que proceda o cálculo das custas, sem nova conclusão; Caso transcorrido o prazo para o pagamento da primeira parcela, não sendo efetivado o mesmo, determino o cancelamento da distribuição do feito, sem nova conclusão; Caso haja o recolhimento integral, ou pagamento da primeira parcela, retornem-me os autos conclusos na fila de despacho inicial. Int.

ADV: JOÃO ALVES BARBOSA FILHO (OAB 4246/PE), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 76696/MG), ADV: RICARDO DE AGUIAR FERONE (OAB 176805/SP), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0702426-36.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: José Ribamar Lima Vieira - REQUERIDO: HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; Manifestem-se às partes acerca da manifestação do(a) Expert de fls. 399. Decorrido prazo, mova-se os autos à fila de trabalho - Conclusos para Sentença. Prazo: 05 (cinco) dias.

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Adelaide Maria de Freitas Camargos Ribeiro (OAB 781A/AM)
Adelaide Maria de Freitas Camargos RIbeiro (OAB 92554MG)
Adriana Freitas de Mattos (OAB 11236/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Ailmara C. de Paula (OAB 10532/AM)
Alan de Moura Mendes (OAB 13404/AM)
Alexandre Toscano de Brito Filho (OAB 8913/AM)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 831A/AM)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Américo Valente Cavalcante Júnior (OAB 8540/AM)
Ana Carolina Sousa Cei (OAB 8349/AM)
Ana Paula da Silva Sousa (OAB 6608/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)

André de Assis Rosa (OAB 12809/MS)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Andreia Marques de Castro Monteiro (OAB 12941/AM)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
ANGELIZE SEVERO FREIRE (OAB 56362/RS)
Antônio Hilton Gomes Pinheiro (OAB 7592/AM)
Antônio José Barbosa Viana (OAB 5750/AM)
Benedito Evaldo de Lima (OAB 4821/AM)
Bruno Silva Navega (OAB 83522PR)
Carlos Fernando Siqueira Castro (OAB 672A/AM)
Cássio José Matos de Barros (OAB 13256/AM)
Daniel Coelho Silva (OAB 10581/AM)
David Sombra Peixoto (OAB 16477/CE)
Devid Vinicius Xavier da Costa (OAB 9673/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
EDUARDO DI GIGLIO MELO (OAB 189779/SP)
ELISA MEDINA LUSTOSA (OAB 4529/AM)
Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)
Érico de Oliveira Gonçalo (OAB 5165/AM)
Érico Rodrigo Farias Pinheiro (OAB 8929/AM)
Ezequiel de Freitas Medeiros (OAB 9818/AM)
Fabio Rivelli (OAB 1119/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Fabrício Perrotta da Silva (OAB 165909/RJ)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 76696/MG)
Francisco Afonso dos Santos Júnior (OAB 872A/AM)
Germano Costa Andrade (OAB 2835/AM)
Gustavo Antônio Feres Paixão (OAB 95502/RJ)
Ingrid Cristine de Sá Ribeiro Pacheco (OAB 12209/AM)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Jander Roosevelt Romano Tavares junior (OAB 9483/AM)
Jesualdo Ferreira Monteiro (OAB 7935/AM)
João Alves Barbosa Filho (OAB 4246/PE)
João Antonio da Silva Tolentino (OAB 2300/AM)
Jorge Alexandre Motta de Vasconcellos (OAB 2790/AM)
Jorge Fernandes Garcia de Vasconcellos Júnior (OAB 2167/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Luiz Leite (OAB 622A/AM)
José Ricardo Gomes de Oliveira (OAB 5254/AM)
KARINA DE ALMEIDA BATISTTUCI (OAB 685/AM)
Karina Lima Moreno (OAB 3932/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Laura Maria Santiago Lucas (OAB 4872/AM)
Leonardo Alvarenga Viana (OAB 6956/AM)
Leonardo Guimarães Brito (OAB 4096/AM)
Leonardo Silva Pereira (OAB 190819MG)
Lívia Sá Peixoto Fraxe da Costa (OAB 5113/AM)
Lorenza Said Monteiro (OAB 8421/AM)
Louise Rainer Pereira Gionédis (OAB 8123/PR)
Lucas Nunes Chama (OAB 16956/PA)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Felipe de Azevedo Araújo (OAB 13522/AM)
Luiz Felipe de Faria e Cunha Monteiro (OAB 7031/AM)
Marcel da Fonseca Moura (OAB 10083/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria da Conceição Teixeira Frazão (OAB 5701/AM)
Maria Glades Ribeiro dos Santos (OAB 2144/AM)
Maria Lucília Gomes (OAB 84206/SP)
Mário Baima de Almeida (OAB 1189/AM)
Martha Mafra Gonzales (OAB 4103/AM)
Matheus de Souza Demasi (OAB 11327/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Michele de Melo Freitas e Araújo (OAB 4822/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Pablo da Silva Negreiros (OAB 4227/AM)
Paulo Felipe Saraiva da Silva (OAB 10242/AM)
Paulo Rogério Arantes (OAB 1509/AM)
Pedro Antônio de Oliveira (OAB 9678/AM)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Raphael Quintiliano Pazuello (OAB 8881/AM)
Raquel de Souza Buzaglo (OAB 14926/AM)
Renato Ferreira Ribeiro Matta (OAB 9235/AM)
Ricardo de Aguiar Ferone (OAB 176805/SP)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Roberto Trigueiro Fontes (OAB 692A/AM)
Robson Araújo Leite (OAB 5196/RO)
Robson Carvalho Ferreira (OAB 12268/AM)
Rodrigo Scopel (OAB 21899/SC)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 921A/AM)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB A921/AM)
Scheila Maria Almeida do Carmo Ramos (OAB 4776/AM)
Sélio José Miglioranza (OAB 8867/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Shirley da C. A. do C. Ferreira (OAB 5161/AM)
Silvana Lima de Oliveira (OAB 8778/AM)
Steffani de Souza (OAB 412564/SP)
Suerda Carla Campos Morais de Araújo (OAB 4083/AM)
Talvani Franco Leite Brito (OAB 680/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thassia Pollyana Fernandes da Costa (OAB 13462/AM)
THIAGO URIEL MAIA DE LIMA (OAB 11142/AM)
Timóteo Martins Nunes (OAB 503/RR)
Tonny André de Souza Silva (OAB 8893/AM)
Victoria Dutra de Alencar Arantes (OAB 10316/AM)
Vilson Gomes Benayon Filho (OAB 4820/AM)
Vítor Carvalho Lopes (OAB 241959A/SP)
Wanderley Romano Danadel (OAB 78870/MG)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Oliveira Melo Júnior (OAB 3220/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO SHEILLA JORDANA DE SALES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA FRANCISCA GARCIA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0297/2019

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0232131-44.2009.8.04.0001 (001.09.232131-4) - Monitória - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: J A Portela Moura e Cia. Ltda - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: XXVIII - Intimar o curador especial para manifestação obrigatória nos casos do artigo 72 do CPC; À luz do artigo 72, inciso II, do NCPC., faz-se necessário a nomeação de Curador Especial ao Réu revel quando citado mediante a publicação de editais. No caso deste autos, observo que o(a) Requerido(a) foi citado(a) por edital. Assim, nomeio o Curador Especial, nos termos do art. 245, § 5º do N.C.P.C., para o encargo, devendo ser notificado da nomeação e para, no prazo legal, manifestar-se sobre os termos da petição inicial, no prazo de quinze (15) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0602684-62.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Gilmara Pinheiro Tamborini - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: Na forma do artigo 513, incisos II, III e IV do § 2º, do NCPC, intime-se o(a) Executado(a), por meio de Carta, com Aviso de Recebimento - AR, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, pague o valor indicado no demonstrativo discriminado e atualizado do crédito, acrescido de custas, se houver. Devendo a parte autora providenciar o recolhimento das custas pelo ato a ser praticado, de acordo com a Portaria nº 116/2017-PTJ. Após, a comprovação do pagamento da diligência, deverá ser expedida nova Carta, nos moldes institucional. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Não ocorrendo pagamento

voluntário no prazo do artigo 523 do CPC, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento. Ademais, não efetuado o pagamento voluntário no prazo de 15 (quinze) dias, independentemente de nova intimação do credor, poderá a parte exequente efetuar pedido de pesquisas junto aos sistemas informatizados à disposição do juízo. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523, mediante o recolhimento das respectivas taxas, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, § 3º, todos do Código de Processo Civil. Int.

ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM) - Processo 0608993-31.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Nilce da Mata Leão - Helderlan dos Reias Souza e outro - REQUERIDO: Rr Construções e Transportes Ltda - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: XV - Intimação da parte contrária para manifestação, sempre que forem juntados novos documentos, nos termos do art. 437, § 1º, do NCPC;

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0623305-22.2013.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Milton Cardoso Coutinho - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: XXVIII - Intimar o curador especial para manifestação obrigatória nos casos do artigo 72 do CPC; À luz do artigo 72, inciso II, do NCPC., faz-se necessário a nomeação de Curador Especial ao Réu revel quando citado mediante a publicação de editais. No caso deste autos, observo que o(a) Requerido(a) foi citado(a) por edital. Assim, nomeio o Curador Especial, nos termos do art. 245, § 5º do N.C.P.C., para o encargo, devendo ser notificado da nomeação e para, no prazo legal, manifestar-se sobre os termos da petição inicial, no prazo de quinze (15) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0624693-47.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Carmelita Santos do Carmo - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: XIII - Intimação da parte autora para manifestação, no prazo legal, quando o réu na contestação ou impugnação opuser fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (NCPC, art. 350), ou arguir preliminares (NCPC, art. 350/351);

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM) - Processo 0634217-39.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Clodoaldo José Cavalcante dos Santos - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: Na forma do artigo 513, incisos II, III e IV do § 2º, do NCPC, intime-se o(a) Executado(a), por meio de Carta, com Aviso de Recebimento - AR, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, pague o valor indicado no demonstrativo discriminado e atualizado do crédito, acrescido de custas, se houver. Devendo a parte autora providenciar o recolhimento das custas pelo ato a ser praticado, de acordo com a Portaria nº 116/2017-PTJ. Após, a comprovação do pagamento da diligência, deverá ser expedida nova Carta, nos moldes institucional. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do artigo 523 do CPC, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento. Ademais, não efetuado o pagamento voluntário no prazo de 15 (quinze) dias, independentemente de nova intimação do credor, poderá a parte exequente efetuar pedido de pesquisas junto aos sistemas informatizados à disposição do juízo. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523, mediante o recolhimento das respectivas taxas, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, § 3º, todos do Código de Processo Civil. Int.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: MIRNA CRISTINA GEBER DA SILVA (OAB 9097/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0638694-76.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Enriquecimento sem Causa - REQUERENTE: EDER DA SILVA BATISTA - REQUERIDO: SANTA SILVIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - SPE AREIA BRANCA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - Construtora Capital S/A - De ordem, intimo a parte impugnada para se manifestar sobre a impugnação ao cumprimento de sentença no prazo de 15 (quinze) dias. Conforme requerido, chamo o processo à ordem e determino que seja desconsiderado o ato ordinatório de fls. 348.

ADV: JOÃO CARLOS LOBO BRAGA (OAB 10192/AM) - Processo 0640164-06.2019.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: Edméa Soares Teles - REQUERIDO: Antônio Clementino do Monte Júnior - Em virtude disso, INDEFIRO a antecipação de tutela requerida. Em termos de prosseguimento, pautando-me no princípio da celeridade processual e, considerando que a composição poderá ocorrer em qualquer momento durante o processo, mesmo extrajudicialmente, com fulcro no art. 139, II e V, deixo de pautar audiência de conciliação neste momento processual. Assim, cite-se e intime-se a parte ré para contestar o feito no prazo de 15 (quinze) dias úteis, nos moldes do art. 335, III, e 231, III, do CPC, devendo a parte autora proceder ao recolhimento prévio das custas de postagem da carta, por meio de guia emitida pelo site do TJAM, nos termos do Provimento nº 273/2016 - CGJ/AM. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do CPC fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do CPC. Na oportunidade, faculto à autora a oportunidade de manifestar interesse ou não na designação de audiência de conciliação, nos termos do art. 334 § 4º do CPC. Em havendo interesse, determino à Secretaria que remeta os autos ao CEJUSC-Cível, localizado no 3º andar deste Fórum, para que este designe audiência de conciliação ou mediação, nos termos do art. 334, do CPC. Não havendo interesse na conciliação, decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de quinze dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I - havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II - havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III - em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). Por fim, nos moldes do disposto no art. 1.048, I, do CPC, haja vista que a requerente possui mais de 60 anos, determino a prioridade de tramitação da presente demanda. À secretaria para: Seja dada prioridade à presente demanda; Citar e intimar a parte Ré para que apresente contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis; Em havendo interesse na conciliação, remetam-se os autos ao CEJUSC-Cível para que este designe audiência de conciliação ou mediação, nos termos do art. 334, do CPC; Em não havendo interesse, decorrido o prazo concedido à parte Ré, vistas à parte autora no mesmo prazo de 15 (quinze) dias úteis; Após, retornem os autos conclusos para decisão interlocutória. Int.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo

0650197-55.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Restabelecimento - REQUERENTE: Damião Mereles de Araújo - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Ante o exposto, nos termos da Recomendação Conjunta n.º: 01 de 15 de dezembro de 2015, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designada a realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta 01/12/2015. Em tempo, dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial. Por derradeiro, quanto ao pleito de concessão dos benefícios da gratuidade da justiça, defiro parcialmente o pedido, com fulcro no art. 98, § 5º, do Código de Processo Civil, isentando o autor apenas das custas judiciais iniciais, excluindo da benesse as despesas postais e demais encargos que se fizerem necessários no decorrer da lide. À Secretaria para providências cabíveis. Intime-se. Cumpra-se.

Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
JOÃO CARLOS LOBO BRAGA (OAB 10192/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Mirna Cristina Geber da Silva (OAB 9097/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO SHEILLA JORDANA DE SALES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA FRANCISCA GARCIA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0299/2019

ADV: CARLOS MAXIMIANO MAFRA DE LAET (OAB 809A/AM), ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS), ADV: THIAGO NORONHA BENITO (OAB 11127/MS), ADV: SANDRO ABREU TORRES (OAB 4078/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: CRISTINA LIMA MONTEIRO (OAB 33925/GO) - Processo 0249544-70.2009.8.04.0001 (001.09.249544-4) - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Muller Lima da Silva - REQUERIDA: Mavel Manaus Veículos Limitada - LISTPASSIV: Banco Real Lesaing S.A - Mais uma vez comparece o réu aos autos com nítido intituito protelatório. Todos os seus argumentos já foram analisados pelo Juízo às fls. 349/350. Aliás, tem o Juízo conhecimento da anulação da sentença outrora prolatada e, desde já, apontou os meios de prova que substituem a perícia. Importante frisar que já se transcorreram dez anos, como bem fez questão de pontuar o peticionante. Tal circunstância torna a realização da prova impraticável, o que autoriza o seu indeferimento na forma do art 464 § 1º CPC. Aliás, o próprio peticionante reconheceu tal circuntância às fls 338, quando asseverou " Assim, com a venda do automóvel, torna-se prejudicada a produção da prova pericial (...)" Sem maiores delongas, mantenho a decisão hostilizada. Prossiga-se o feito.

ADV: LEONARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6956/AM), ADV: SUERDA CARLA CAMPOS MORAIS DE ARAÚJO (OAB 4083/AM) - Processo 0614654-25.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0643459-22.2017.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Rosilene Melo Pereira - REQUERIDO: Transamazonia Transporte da Amazonia Ltda. (Eucatur Encomendas) - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; Fica deferido prazo requerido às fls. 354.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: LEYLA VIGA YURTSEVER (OAB 3737/AM) - Processo 0618308-88.2016.8.04.0001 - Cobrança de Cédula de Crédito Industrial - Nota de Crédito Industrial - REQUERENTE: NEW IMPLANTES COMÉRCIO DE MATERIAL CIRURGICO LTDA ME - REQUERIDO: Sociedade Portuguesa Beneficente do Amazonas - Vistos, etc... HOMOLOGO, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, a transação celebrada nestes autos da Ação de Execução de Título Extrajudicial movida por New Implantes Comércio de Material Cirúrgico Ltda contra Sociedade Beneficente do Amazonas. Em caso de descumprimento, valerá a presente sentença como título executivo judicial, cuja execução seguirá o rito do art. 523 e seguintes do NCPC e declaro extinto o processo com resolução do mérito (art. 487, III, "b" do CPC). Honorários advocatícios já distribuídos pelas partes. Transitada em julgado, arquivem-se e dê-se baixa. P. R. I.

ADV: MARIZETE NEVES GOMES (OAB 3038/AM), ADV: LEONARDO BRAZ DE CARVALHO (OAB 76653/MG), ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG) - Processo 0618655-58.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: GIANNETTA ALVES DE CARVALHO - REQUERIDA: Direcional JHSF Zircone Empreendimentos Imobiliários Ltda - JHSF - Manaus Emprendimentos e Incorporações S/A - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: Da análise do manual do Bacenjud cabe realizar a consulta, para possíbrl bloqueio de valores utilizando-se os 8 primeiros dígitos do CNPJ. Por esta razão, fica deferido, parcialmente, o pedido de fls. 385/388, devendo ser procedida nova consulta via Bacenjud, providencie-se, desde logo, o bloqueio de veículos, via RENAJUD e pesquisa junto ao INFOJUD da última declaração do imposto de renda, devendo a parte autora providenciar o recolhimento das custas de diligências pelo atos a serem praticados, no prazo de quinze (15) dias, de acordo com a Portaria nº 116/2017-PTJ. A busca de bens perante o(s) Ofício(s) do Cartório de Registro de Imóveis pode ser realizada por meio de requerimento administrativo junto ao(s) referido(s) órgão(s), independentemente de ordem judicial. Em sendo as consultas infrutíferas, manifeste-se a parte autora em termos de prosseguimento, no prazo de 30(TRINTA) dias. Em caso de inércia por prazo superior a 30 (TRINTA) dias, arquivem-se os autos. Int.

ADV: CHARLES DA SILVA RIBEIRO (OAB 23291/PR) - Processo 0629266-31.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - REQUERENTE: Serilon Brasil Ltda. - REQUERIDO: I J P Farias Me - De ordem, fica intimada a parte autora/exequente para recolher as diligências do Sr. Oficial de Justiça necessárias à prática do ato processual, no prazo de 10 (dez) dias. Manaus, 18 de setembro de 2019. Maria Francisca Garcia Escrivã

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0639470-37.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDA: Jacqueline Cabral Alves - Como é cediço, a alienação fiduciária é uma garantia atípica. O domínio se transfere desde logo para o credor, embora de caráter resolúvel. O devedor permanece na posse direta, transferindo para o credor, a instituição financeira, a posse indireta. Continua como depositário. Advindo o vencimento da obrigação, não sendo paga, o domínio resolúvel se torna definitivo. Assim, provado o inadimplemento e a mora do(a) devedor(a), conforme demonstra a notificação extrajudicial coligida aos autos, assiste ao credor perseguir a coisa através de ação de busca e apreensão, com fundamento no art. 3º, do Decreto-lei nº. 911/69. Em consequência, DEFIRO o pedido de liminar de busca e apreensão formulado pelo autor. Contudo, antes de proceder à expedição do mandado, em observância ao que dispõe a Portaria nº 116/2017, determino que a parte interessada proceda ao recolhimento das custas de diligências atribuídas aos Oficiais de Justiça, cujo valores estão previstos no Provimento nº 250/2015/CGJ/AM. Após, a comprovação do pagamento da diligência, expeça-se mandado, consignando nele que, uma vez executada a liminar e efetuada a citação, o devedor terá o prazo de 5 (cinco) dias para efetuar o pagamento integral da dívida - entendida esta como os valores apresentados e comprovados pelo credor na inicial. Não o fazendo neste prazo, ficará automaticamente consolidada a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor, conforme a nova redação dada pela Lei nº 10.931/04, sendo

certo que o prazo para contestar é de 15 (quinze) dias da execução da liminar, sob pena de revelia. Desde logo, faculto ao meirinho encarregado da diligência, proceder na conformidade do disposto no § 2º, do art. 212, do NCPC, se necessário. Em não havendo o recolhimento das custas, voltem-me os autos conclusos. Intime-se e cumpra-se.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: IKARO BASTOS PEDROSA (OAB 11465/AM) - Processo 0640136-09.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Camylla Giordana Chagas e Silva - REQUERIDO: Natura Cosméticos S/A - Considerando que a parte autora é interditada, imprescindível vista prévia ao Ministério Público, para eventual parecer. Após, com ou sem manifestação, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: ANTÔNIO LÚCIO PANTOJA JÚNIOR (OAB 8111/AM), ADV: SAULO MOYSÉS REZENDE DA COSTA (OAB 7300/AM), ADV: MARA BIANCA ROCHA LINS (OAB 4006/AM), ADV: KARINA SEFFAIR DE CASTRO DE ABREU (OAB 3780/AM), ADV: ROBERTO ANDRÉ XAVIER BEZERRA (OAB 3158/AM) - Processo 0640427-09.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: M.A.L. - REQUERIDO: F.M.M.F. - De ordem, fica designado o dia 21/10/2019 às 08:31 horas para a realização de audiência de Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ANDRÉ LUIZ SIMONETTI RIBEIRO DE SOUZA (OAB 12350/AM) - Processo 0643066-29.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Enriquecimento sem Causa - REQUERENTE: J H C Guedes Serviços Comunicação Eirelli - REQUERIDO: Kaele Veiculos Ltda (Kl Rent A Car) - Defiro o parcelamento das custas iniciais em 06 (seis) parcelas iguais e sucessivas. Determino ao autor que comprove no prazo de 15 (quinze) dias o pagamento da primeira parcela, sob pena de cancelamento da distribuição, com fulcro no art. 290, do CPC e disposições constantes no art. 98, § 6º, do NCPC, no art. 1º da Portaria 490/2017-PTJ e no art. 10 da Portaria nº 116/2017. Frise-se que o inadimplemento das demais parcelas ensejará o cancelamento da distribuição, também com fulcro no art. 290, do CPC. À secretaria para: Remetam-se os autos ao Setor da Contadoria para que proceda o cálculo das custas; Caso transcorrido o prazo para o pagamento da primeira parcela, não sendo efetivado o mesmo, determino o cancelamento da distribuição do feito, sem nova conclusão; Caso haja o pagamento da primeira parcela, retornem-me os autos conclusos na fila de despacho inicial para apreciação da tutela antecipada. Int.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM) - Processo 0645052-52.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - REQUERIDA: Tania Maria Moura Lisboa - De ordem, intimo a parte autora para, no prazo de 15 dias, na forma do § 1º do artigo 437 NCPC, manifestar-se sobre os documentos juntados às fls. 102/103. Manaus, 29 de agosto de 2019. Maria Francisca Garcia Escrivã

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0649408-56.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDA: Lorena Lima Almendra - Vistos, Cite(m)-se o(s) Executado(os) para, no prazo de três (03) dias contados da citação, pagar a dívida (NCPC, art. 829, caput). Fixo, de plano, honorários advocatícios de 10% (dez por cento), a serem pagos pelo(s) Executado(s) (NCPC, art. 827, caput), ficando, contudo, reduzidos pela metade, caso, no prazo de três (03) dias, o devedor efetuar o pagamento integral da dívida (§ 1º). Não efetuado o pagamento no prazo legal, deverá se proceder à penhora e avaliação de bens indicados pelo credor, lavrando-se auto, com a intimação pessoal do Executado (NCPC, art. 829, § 1º). Caso sejam indicados bens à penhora pelo(s) Executado(s), antes da lavratura do auto, deverá o credor se manifestar se concorda, lavrando-se a seguir o auto se houver manifestação positiva, senão conclusos para determinar o que for de direito (NCPC, art. 829, § 2º); do contrário, não havendo indicação do credor e/ou ofertado pelo(s) Executado(s), a penhora e avaliação deverá ser formalizada por Oficial de Justiça. Não encontrando bens do(s) Executado(s), o Oficial de Justiça deverá cumprir o art. 830 do NCPC. AUTORIZO, desde já, caso haja requerimento do credor, a EXPEDIÇÃO de certidão de que a execução foi admitida para fins de averbação e anotações (NCPC, arts. 828, c/c 844), devendo o exequente cumprir a obrigação legal do § 1º do art. 828. No mandado deverá, ainda, constar a faculdade de, querendo, o Executado embargar a execução, nos termos do arts. 914 e ss do NCPC. Observe-se ainda o Exequente o que dispõe o Provimento nº 116/2017, onde determina que a parte interessada proceda ao recolhimento das custas de diligências atribuídas aos Oficiais de Justiça. Após, a comprovação do pagamento da diligência, expeça-se o competente mandado. Caso não seja efetuado o pagamento, voltem-me os autos conclusos.

ADV: SATO, LIMA E CABRAL ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 4491/PR), ADV: JACKSON WILLIAM DE LIMA (OAB 408472/SP) - Processo 0649457-97.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Cooperativa de Credito de Livre Admissão de Associados de Manaus Sicoob Uniam - REQUERIDA: Rebeca Macedo dos Santos - Vistos, Cite(m)-se o(s) Executado(os) para, no prazo de três (03) dias contados da citação, pagar a dívida (NCPC, art. 829, caput). Fixo, de plano, honorários advocatícios de 10% (dez por cento), a serem pagos pelo(s) Executado(s) (NCPC, art. 827, caput), ficando, contudo, reduzidos pela metade, caso, no prazo de três (03) dias, o devedor efetuar o pagamento integral da dívida (§ 1º). Não efetuado o pagamento no prazo legal, deverá se proceder à penhora e avaliação de bens indicados pelo credor, lavrando-se auto, com a intimação pessoal do Executado (NCPC, art. 829, § 1º). Caso sejam indicados bens à penhora pelo(s) Executado(s), antes da lavratura do auto, deverá o credor se manifestar se concorda, lavrando-se a seguir o auto se houver manifestação positiva, senão conclusos para determinar o que for de direito (NCPC, art. 829, § 2º); do contrário, não havendo indicação do credor e/ou ofertado pelo(s) Executado(s), a penhora e avaliação deverá ser formalizada por Oficial de Justiça. Não encontrando bens do(s) Executado(s), o Oficial de Justiça deverá cumprir o art. 830 do NCPC. O BACENJUD será efetuado somente após a regular citação da executada, em atendimento ao princípio do contraditório. AUTORIZO, desde já, caso haja requerimento do credor, a EXPEDIÇÃO de certidão de que a execução foi admitida para fins de averbação e anotações (NCPC, arts. 828, c/c 844), devendo o exequente cumprir a obrigação legal do § 1º do art. 828. No mandado deverá, ainda, constar a faculdade de, querendo, o Executado embargar a execução, nos termos do arts. 914 e ss do NCPC. Observe-se ainda o Exequente o que dispõe o Provimento nº 116/2017, onde determina que a parte interessada proceda ao recolhimento das custas de diligências atribuídas aos Oficiais de Justiça. Após, a comprovação do pagamento da diligência, expeça-se o competente mandado. Caso não seja efetuado o pagamento, voltem-me os autos conclusos.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0649634-61.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDO: Carlo Afonso Lopes de Gouvea - Vistos, etc... Analisando os autos, tenho que o valor da causa nas ações de busca e apreensão é o valor do contrato firmado entre as partes, posto que, não se trata de mera cobrança de parcelas remanescentes, mas de apreensão satisfativa, o que acaba por gerar a rescisão do negócio. Não poderia o valor da causa, portanto, ser aquele correspondente ao débito, mas sim o que disser respeito ao valor do contrato firmado, eis que não se trata "de ação de cobrança de dívida ou prestações vencidas ou vincendas", afastando incidência do inciso I, do artigo 292, do Novo Código de Processo Civil. Ademais, em havendo possibilidade de futura venda extrajudicial, o real saldo devedor só pode ser apurado após a alienação e, via de regra, "a ação de busca e apreensão não tem em seu objeto (pedidos mediato e imediato) a discussão sobre o valor da dívida do devedor fiduciante" (Márcio Calil de Assumpção, in "Ação de Busca e Apreensão Decorrente de Alienação Fiduciária em Garantia", pág. 58). Na ação de busca e apreensão, embasada no Decreto-lei 911/69, a meu ver, portanto, o critério para correta atribuição é o do valor do contrato. A especificidade e a amplitude

do artigo 259, inciso II, do Novo Código de Processo Civil, não deixam margem a dúvida, ou seja, é o contrato a fonte da relação fiduciária que autoriza a utilização da via judicial específica de reipersecução assegurada ao proprietário fiduciário em caso de rescisão por mora ou inadimplemento, devendo servir de base à estimação do valor da causa, que não pode ser arbitrário. No mesmo sentido: TJSP, Relator(a): Ruy Coppola Comarca: São José dos Campos Órgão julgador: 32ª Câmara de Direito Privado Data do julgamento: 03/12/2009 Data de registro: 19/12/2009 Outros números: 990.09.306446-4 Ementa: Agravo de instrumento. Ação de busca e apreensão. Valor da Causa. Indicação correspondente ao valor do contrato. Necessidade de observância das prestações vencidas e não pagas e também das vincendas. Recurso provido. Diante do exposto, providencie a parte autora a emenda da inicial, indicando o valor da causa devida, bem como, a complementação das custas. Prazo: 15 (quinze) dias, sob pena de extinção (artigo 321, parágrafo único, do NCPC). Intime-se.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0649644-08.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: M. A. dos Santos Campos (Óticas Científica) - Trata-se de Ação Monitória, cujo prova escrita, sem eficácia de título executivo que afirma, ter direito de exigir do devedor capaz o pagamento da quantia em dinheiro (NCPC, art. 700, I) ou a entrega de coisa fungível ou infungível de bem móvel ou imóvel (NCPC, art. 700, II); ou o adimplemento de obrigação de fazer ou de não fazer (NCPC, art. 700, III). A inicial, está devidamente instruída e de acordo com os §§ 2º a 5º do art. 700 do NCPC, sendo, ainda, evidente o direito da parte autora, DEFIRO, de plano, a expedição do mandado de pagamento, de entrega de coisa ou para execução da obrigação de fazer ou de não fazer, CONCEDENDO o prazo de quinze (15) dias para o cumprimento e o pagamento dos honorários advocatícios de cinco (05) por cento do valor atribuído à causa (NCPC, art. 701, caput), ficando isento das custas processuais se cumprir o mandado no prazo (NCPC, art. 701, § 1º). Caso não haja o cumprimento da obrigação ou oferecimento de embargos, constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial (NCPC, art. 701, § 2º). A parte requerida deverá ser intimada, ainda, da faculdade do art. 916 do NCPC. Contudo, a citação, dar-se-á por meio de carta, modalidade preferencial contida no art. 246, inciso I, do NCPC, tendo à parte Requerente, no prazo de dez (10) dias, arcar com a despesa prévia, conforme determina a Portaria deste Egrégio Poder, com a comprovação do pagamento da diligência que, deverá ser juntada aos autos. Em não havendo o recolhimento, voltem-me os autos conclusos.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0649790-49.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Maria das Graças Amorim Padilha - Trata-se de Ação Monitória, cujo prova escrita, sem eficácia de título executivo que afirma, ter direito de exigir do devedor capaz o pagamento da quantia em dinheiro (NCPC, art. 700, I) ou a entrega de coisa fungível ou infungível de bem móvel ou imóvel (NCPC, art. 700, II); ou o adimplemento de obrigação de fazer ou de não fazer (NCPC, art. 700, III). A inicial, está devidamente instruída e de acordo com os §§ 2º a 5º do art. 700 do NCPC, sendo, ainda, evidente o direito da parte autora, DEFIRO, de plano, a expedição do mandado de pagamento, de entrega de coisa ou para execução da obrigação de fazer ou de não fazer, CONCEDENDO o prazo de quinze (15) dias para o cumprimento e o pagamento dos honorários advocatícios de cinco (05) por cento do valor atribuído à causa (NCPC, art. 701, caput), ficando isento das custas processuais se cumprir o mandado no prazo (NCPC, art. 701, § 1º). Caso não haja o cumprimento da obrigação ou oferecimento de embargos, constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial (NCPC, art. 701, § 2º). A parte requerida deverá ser intimada, ainda, da faculdade do art. 916 do NCPC. Contudo, a citação, dar-se-á por meio de carta, modalidade preferencial contida no art. 246, inciso I, do NCPC, tendo à parte Requerente, no prazo de dez (10) dias, arcar com a despesa prévia, conforme determina a Portaria deste Egrégio Poder, com a comprovação do pagamento da diligência que, deverá ser juntada aos autos. Em não havendo o recolhimento, voltem-me os autos conclusos.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0650178-49.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Candida Ruth Pimentel Bentes - Trata-se de Ação Monitória, cujo prova escrita, sem eficácia de título executivo que afirma, ter direito de exigir do devedor capaz o pagamento da quantia em dinheiro (NCPC, art. 700, I) ou a entrega de coisa fungível ou infungível de bem móvel ou imóvel (NCPC, art. 700, II); ou o adimplemento de obrigação de fazer ou de não fazer (NCPC, art. 700, III). A inicial, está devidamente instruída e de acordo com os §§ 2º a 5º do art. 700 do NCPC, sendo, ainda, evidente o direito da parte autora, DEFIRO, de plano, a expedição do mandado de pagamento, de entrega de coisa ou para execução da obrigação de fazer ou de não fazer, CONCEDENDO o prazo de quinze (15) dias para o cumprimento e o pagamento dos honorários advocatícios de cinco (05) por cento do valor atribuído à causa (NCPC, art. 701, caput), ficando isento das custas processuais se cumprir o mandado no prazo (NCPC, art. 701, § 1º). Caso não haja o cumprimento da obrigação ou oferecimento de embargos, constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial (NCPC, art. 701, § 2º). A parte requerida deverá ser intimada, ainda, da faculdade do art. 916 do NCPC. Contudo, a citação, dar-se-á por meio de carta, modalidade preferencial contida no art. 246, inciso I, do NCPC, tendo à parte Requerente, no prazo de dez (10) dias, arcar com a despesa prévia, conforme determina a Portaria deste Egrégio Poder, com a comprovação do pagamento da diligência que, deverá ser juntada aos autos. Em não havendo o recolhimento, voltem-me os autos conclusos.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0650203-62.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Antonia Maria Oliveira da Silva Marinho - Trata-se de Ação Monitória, cujo prova escrita, sem eficácia de título executivo que afirma, ter direito de exigir do devedor capaz o pagamento da quantia em dinheiro (NCPC, art. 700, I) ou a entrega de coisa fungível ou infungível de bem móvel ou imóvel (NCPC, art. 700, II); ou o adimplemento de obrigação de fazer ou de não fazer (NCPC, art. 700, III). A inicial, está devidamente instruída e de acordo com os §§ 2º a 5º do art. 700 do NCPC, sendo, ainda, evidente o direito da parte autora, DEFIRO, de plano, a expedição do mandado de pagamento, de entrega de coisa ou para execução da obrigação de fazer ou de não fazer, CONCEDENDO o prazo de quinze (15) dias para o cumprimento e o pagamento dos honorários advocatícios de cinco (05) por cento do valor atribuído à causa (NCPC, art. 701, caput), ficando isento das custas processuais se cumprir o mandado no prazo (NCPC, art. 701, § 1º). Caso não haja o cumprimento da obrigação ou oferecimento de embargos, constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial (NCPC, art. 701, § 2º). A parte requerida deverá ser intimada, ainda, da faculdade do art. 916 do NCPC. Contudo, a citação, dar-se-á por meio de carta, modalidade preferencial contida no art. 246, inciso I, do NCPC, tendo à parte Requerente, no prazo de dez (10) dias, arcar com a despesa prévia, conforme determina a Portaria deste Egrégio Poder, com a comprovação do pagamento da diligência que, deverá ser juntada aos autos. Em não havendo o recolhimento, voltem-me os autos conclusos.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0650245-14.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: Fabm Navegação e Transporte Ltda - Epp - Adrian Belchior - Sigrid Barros Martins, - Vistos, Cite(m)-se o(s) Executado(os) para, no prazo de três (03) dias contados da citação, pagar a dívida (NCPC, art. 829, caput). Fixo, de plano, honorários advocatícios de 10% (dez por cento), a serem pagos pelo(s) Executado(s) (NCPC, art. 827, caput), ficando, contudo, reduzidos pela metade, caso, no prazo de três (03) dias, o devedor efetuar o pagamento integral da dívida (§ 1º). Não efetuado o pagamento no prazo legal, deverá se proceder à penhora e avaliação de bens indicados pelo credor, lavrando-se auto, com a intimação pessoal do Executado (NCPC, art. 829, § 1º). Caso sejam indicados bens à penhora pelo(s) Executado(s), antes da lavratura do auto, deverá o credor se manifestar se concorda, lavrando-se a seguir o auto se houver manifestação positiva, senão conclusos para determinar o que for de direito (NCPC, art. 829, § 2º); do contrário, não havendo indicação do credor e/

ou ofertado pelo(s) Executado(s), a penhora e avaliação deverá ser formalizada por Oficial de Justiça. Não encontrando bens do(s) Executado(s), o Oficial de Justiça deverá cumprir o art. 830 do NCPC. AUTORIZO, desde já, caso haja requerimento do credor, a EXPEDIÇÃO de certidão de que a execução foi admitida para fins de averbação e anotações (NCPC, arts. 828, c/c 844), devendo o exequente cumprir a obrigação legal do § 1º do art. 828. No mandado deverá, ainda, constar a faculdade de, querendo, o Executado embargar a execução, nos termos do arts. 914 e ss do NCPC. Observe-se ainda o Exequente o que dispõe o Provimento nº 116/2017, onde determina que a parte interessada proceda ao recolhimento das custas de diligências atribuídas aos Oficiais de Justiça. Após, a comprovação do pagamento da diligência, expeça-se o competente mandado. Caso não seja efetuado o pagamento, voltem-me os autos conclusos.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0650259-95.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Centro Educacional Batista Independente - Cieb - Trata-se de Ação Monitória, cujo prova escrita, sem eficácia de título executivo que afirma, ter direito de exigir do devedor capaz o pagamento da quantia em dinheiro (NCPC, art. 700, I) ou a entrega de coisa fungível ou infungível de bem móvel ou imóvel (NCPC, art. 700, II); ou o adimplemento de obrigação de fazer ou de não fazer (NCPC, art. 700, III). A inicial, está devidamente instruída e de acordo com os §§ 2º a 5º do art. 700 do NCPC, sendo, ainda, evidente o direito da parte autora, DEFIRO, de plano, a expedição do mandado de pagamento, de entrega de coisa ou para execução da obrigação de fazer ou de não fazer, CONCEDENDO o prazo de quinze (15) dias para o cumprimento e o pagamento dos honorários advocatícios de cinco (05) por cento do valor atribuído à causa (NCPC, art. 701, caput), ficando isento das custas processuais se cumprir o mandado no prazo (NCPC, art. 701, § 1º). Caso não haja o cumprimento da obrigação ou oferecimento de embargos, constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial (NCPC, art. 701, § 2º). A parte requerida deverá ser intimada, ainda, da faculdade do art. 916 do NCPC. Contudo, a citação, dar-se-á por meio de carta, modalidade preferencial contida no art. 246, inciso I, do NCPC, tendo à parte Requerente, no prazo de dez (10) dias, arcar com a despesa prévia, conforme determina a Portaria deste Egrégio Poder, com a comprovação do pagamento da diligência que, deverá ser juntada aos autos. Em não havendo o recolhimento, voltem-me os autos conclusos.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0650331-82.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Antônio Espindola de Andrade - Trata-se de Ação Monitória, cujo prova escrita, sem eficácia de título executivo que afirma, ter direito de exigir do devedor capaz o pagamento da quantia em dinheiro (NCPC, art. 700, I) ou a entrega de coisa fungível ou infungível de bem móvel ou imóvel (NCPC, art. 700, II); ou o adimplemento de obrigação de fazer ou de não fazer (NCPC, art. 700, III). A inicial, está devidamente instruída e de acordo com os §§ 2º a 5º do art. 700 do NCPC, sendo, ainda, evidente o direito da parte autora, DEFIRO, de plano, a expedição do mandado de pagamento, de entrega de coisa ou para execução da obrigação de fazer ou de não fazer, CONCEDENDO o prazo de quinze (15) dias para o cumprimento e o pagamento dos honorários advocatícios de cinco (05) por cento do valor atribuído à causa (NCPC, art. 701, caput), ficando isento das custas processuais se cumprir o mandado no prazo (NCPC, art. 701, § 1º). Caso não haja o cumprimento da obrigação ou oferecimento de embargos, constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial (NCPC, art. 701, § 2º). A parte requerida deverá ser intimada, ainda, da faculdade do art. 916 do NCPC. Contudo, a citação, dar-se-á por meio de carta, modalidade preferencial contida no art. 246, inciso I, do NCPC, tendo à parte Requerente, no prazo de dez (10) dias, arcar com a despesa prévia, conforme determina a Portaria deste Egrégio Poder, com a comprovação do pagamento da diligência que, deverá ser juntada aos autos. Em não havendo o recolhimento, voltem-me os autos conclusos.

ADV: DANIEL CARDOSO DE ALBUQUERQUE (OAB 6086/AM) - Processo 0650532-74.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: L.D.O.C. - G.M.S.O. - REQUERIDA: J.S.L. - J.S.F. - O art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, dispõe “o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”. Embora para a concessão da gratuidade não se exija o estado de miséria absoluta, é necessária a comprovação da impossibilidade de arcar com as custas e despesas do processo sem prejuízo de seu sustento próprio ou de sua família. A declaração de pobreza, por sua vez, estabelece mera presunção relativa da hipossuficiência, que cede ante outros elementos que sirvam para indicar a capacidade financeira. Neste sentido, é oportuno destacar a jurisprudência pátria: APELAÇÃO CÍVEL - JUSTIÇA GRATUITA - INCIDENTE DE IMPUGNAÇÃO - POSSIBILIDADE DE CONDICIONAR A GRATUIDADE JUDICIÁRIA A COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA - ART. 4º DA LEI 1.060/1950-PROVAS INSUFICIENTES - Há presunção juris tantum da declaração de hipossuficiência para fins de concessão da assistência judiciária (IUJ TJ MG nº 1.0024.08.093413-6/002). A insuficiência financeira deve ser comprovada por documentos hábeis; na inexistência de qualquer atestado desta natureza, impõe-se o indeferimento da justiça gratuita. (TJ-MG - AC: 10000170436398001 MG, Relator: Alice Birchal, Data de Julgamento: 29/10/0017, Câmaras Cíveis / 7º Câmara Cível, Data de Publicação: 06/11/2017). Portanto, para apreciação do pedido de concessão de gratuidade de justiça, convém facultar ao interessado o direito de provar a impossibilidade de arcar, sem o seu próprio prejuízo ou de sua família, com as custas e despesas do processo. Assim, para apreciação do pedido de Justiça Gratuita, a parte requerente deverá, em 15 (quinze) dias, apresentar, sob pena de indeferimento do benefício: a) cópia das últimas folhas da carteira de trabalho, contracheques, dos últimos três meses, ou comprovante de renda mensal; b) cópia dos extratos bancários de contas de titularidade, dos últimos três meses; c) cópia dos extratos de cartão de crédito, dos últimos três meses; d) cópia da última declaração do imposto de renda apresentada à Secretaria da Receita Federal; e) comprovantes de despesas mensais que demonstrem o comprometimento da renda apontada no contracheque e forma a inviabilizar o pagamento das custas. Ou, no mesmo prazo, deverá recolher as custas judiciais e despesas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição, a teor do art. 290, do CPC, sem nova intimação. Ou, ainda, se assim lhe convier, faculto à parte demandante requerer o parcelamento das custas iniciais, em até 04 (quatro) parcelas, o que desde já DEFIRO, no mesmo prazo acima assinalado, com fulcro nas disposições constantes no art. 98, § 6º, do NCPC, no art. 1º da Portaria 490/2017-PTJ e no art. 10 da Portaria nº 116/2017. À secretaria para: Caso solicitado o parcelamento das custas processuais, o que desde já DEFIRO, remetam-se os autos ao Setor da Contadoria para que proceda o cálculo das custas, sem nova conclusão; Caso transcorrido o prazo para o pagamento da primeira parcela, não sendo efetivado o mesmo, determino o cancelamento da distribuição do feito, sem nova conclusão; Caso haja o recolhimento integral, ou pagamento da primeira parcela, retornem-me os autos conclusos na fila de despacho inicial. Int.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0650589-92.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Antonia Rodrigues Miranda - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Ante o exposto, nos termos da Recomendação Conjunta n.º: 01 de 15 de dezembro de 2015, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designada a realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta 01/12/2015. Em tempo, dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial. Por derradeiro, quanto ao pleito de concessão dos benefícios da gratuidade da justiça, defiro parcialmente o pedido, com fulcro no art. 98, § 5º, do Código de Processo Civil, isentando o autor apenas das custas judiciais iniciais, excluindo da benesse as despesas postais e demais encargos que se fizerem necessários no decorrer da lide. À Secretaria para providências cabíveis. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANA MARIA BEZERRA PINHEIRO (OAB 5052/AM) - Processo 0650637-51.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum

Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Pedro Orlando Costa Pinheiro - REQUERIDO: Luiz Carlos Batista de Almeida - Antonio Jorge Neto - O art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, dispõe "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos". Embora para a concessão da gratuidade não se exija o estado de miséria absoluta, é necessária a comprovação da impossibilidade de arcar com as custas e despesas do processo sem prejuízo de seu sustento próprio ou de sua família. A declaração de pobreza, por sua vez, estabelece mera presunção relativa da hipossuficiência, que cede ante outros elementos que sirvam para indicar a capacidade financeira. Neste sentido, é oportuno destacar a jurisprudência pátria: APELAÇÃO CÍVEL - JUSTIÇA GRATUITA - INCIDENTE DE IMPUGNAÇÃO - POSSIBILIDADE DE CONDICIONAR A GRATUIDADE JUDICIÁRIA A COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA - ART. 4º DA LEI 1.060/1950-PROVAS INSUFICIENTES - Há presunção juris tantum da declaração de hipossuficiência para fins de concessão da assistência judiciária (IUJ TJ MG nº 1.0024.08.093413-6/002). A insuficiência financeira deve ser comprovada por documentos hábeis; na inexistência de qualquer atestado desta natureza, impõe-se o indeferimento da justiça gratuita. (TJ-MG - AC: 10000170436398001 MG, Relator: Alice Birchal, Data de Julgamento: 29/10/0017, Câmaras Cíveis / 7º Câmara Cível, Data de Publicação: 06/11/2017). Portanto, para apreciação do pedido de concessão de gratuidade de justiça, convém facultar ao interessado o direito de provar a impossibilidade de arcar, sem o seu próprio prejuízo ou de sua família, com as custas e despesas do processo. Assim, para apreciação do pedido de Justiça Gratuita, a parte requerente deverá, em 15 (quinze) dias, apresentar, sob pena de indeferimento do benefício: a) cópia das últimas folhas da carteira de trabalho, contracheques, dos últimos três meses, ou comprovante de renda mensal; b) cópia dos extratos bancários de contas de titularidade, dos últimos três meses; c) cópia dos extratos de cartão de crédito, dos últimos três meses; d) cópia da última declaração do imposto de renda apresentada à Secretaria da Receita Federal; e) comprovantes de despesas mensais que demonstrem o comprometimento da renda apontada no contracheque e forma a inviabilizar o pagamento das custas. Ou, no mesmo prazo, deverá recolher as custas judiciais e despesas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição, a teor do art. 290, do CPC, sem nova intimação. Ou, ainda, se assim lhe convier, faculto à parte demandante requerer o parcelamento das custas iniciais, em até 05 (cinco) parcelas, o que desde já DEFIRO, no mesmo prazo acima assinalado, com fulcro nas disposições constantes no art. 98, § 6º, do NCPC, no art. 1º da Portaria 490/2017-PTJ e no art. 10 da Portaria nº 116/2017. À secretaria para: Caso solicitado o parcelamento das custas processuais, o que desde já DEFIRO, remetam-se os autos ao Setor da Contadoria para que proceda o cálculo das custas, sem nova conclusão; Caso transcorrido o prazo para o pagamento da primeira parcela, não sendo efetivado o mesmo, determino o cancelamento da distribuição do feito, sem nova conclusão; Caso haja o recolhimento integral, ou pagamento da primeira parcela, retornem-me os autos conclusos na fila de despacho inicial. Int.

Ana Maria Bezerra Pinheiro (OAB 5052/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
André Luiz Simonetti Ribeiro de Souza (OAB 12350/AM)
Antônio Lúcio Pantoja Júnior (OAB 8111/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Carlos Maximiano Mafra de Laet (OAB 809A/AM)
Charles da Silva Ribeiro (OAB 23291/PR)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Cristina Lima Monteiro (OAB 33925/GO)
Daniel Cardoso de Albuquerque (OAB 6086/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
Ikaro Bastos Pedrosa (OAB 11465/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Jackson William de Lima (OAB 408472/SP)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
Karina Seffair de Castro de Abreu (OAB 3780/AM)
Leonardo Alvarenga Viana (OAB 6956/AM)
Leonardo Braz de Carvalho (OAB 76653/MG)
Leyla Viga Yurtsever (OAB 3737/AM)
Mara Bianca Rocha Lins (OAB 4006/AM)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marizete Neves Gomes (OAB 3038/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberto André Xavier Bezerra (OAB 3158/AM)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Sandro Abreu Torres (OAB 4078/AM)
Sato, Lima e Cabral Advogados Associados (OAB 4491/PR)
Saulo Moysés Rezende da Costa (OAB 7300/AM)
Suerda Carla Campos Morais de Araújo (OAB 4083/AM)
Thiago Noronha Benito (OAB 11127/MS)

2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0363/2019

ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: MARCOS ANTÔNIO BRANDÃO SAMPAIO (OAB 001.863/AM), ADV: MAURÍCIO ALEXANDRE DE MENESES PEREIRA, ADV: JOSÉ BARBOSA DE SOUZA (OAB 1478/AM) - Processo 0034034-45.2002.8.04.0001 (001.02.034034-7) - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Iolanda Palmeira Campos - LITSATIVO: Prontocord - Hospital do Coração - REQUERIDO: Unimed Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: DANIEL GUEDES DE CARVALHO (OAB 7533/AM), ADV: RICARDO DE OLIVEIRA LIMA (OAB 6306/AM), ADV: JOÃO DE DEUS GOMES DOS ANJOS (OAB 903/AM), ADV: FERNANDO LUÍS SIMÕES DA SILVA (OAB 6063/AM) - Processo 0255725-19.2011.8.04.0001 - Seqüestro - Tutela Provisória - REQUERENTE: Nordil Amazonas - REQUERIDO: Evandir Veículos Ltda. e outros - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da superior instância e as intimo para manifestação no prazo de (15) quinze dias.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 14258A/MT), ADV: FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (OAB 109730/MG), ADV: LAINA REGINA FERNANDES DE ALENCAR (OAB 10949/AM), ADV: THAISA CADAIS SEMEN (OAB 10433/AM), ADV: MARIA CAROLINA PORDEUS E SILVA CARDOSO (OAB 8083/AM), ADV: JOSÉ DELFIN BUITRAGO ACOSTA (OAB 5546/AM) - Processo 0338562-73.2007.8.04.0001 (001.07.338562-0) - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jucyara Melo Machado - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da superior instância e as intimo para manifestação no prazo de (15) quinze dias.

ADV: HORST VILMAR FUCHS (OAB 12529/ES), ADV: MICHELLE NASCIMENTO TACHY COELHO (OAB 9918/AM), ADV: AKIM FERNANDES DE SOUZA (OAB 37617GO) - Processo 0609030-63.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Juros/Correção Monetária - REQUERENTE: Marcos Paulo Fernandes Alves - REQUERIDO: Ympactus Comercial Ltda. (Telexfree Inc) e outros - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: PAULO FELIPE SARAIVA DA SILVA (OAB 10242/

AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM) - Processo 0609131-32.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Eunice Sarah Filgueiras - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0617062-52.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ELSON MOUZINHO DE ALMEIDA (OAB 6294/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0624073-11.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Maria Dione da Silva - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da superior instância e as intimo para manifestação no prazo de (15) quinze dias.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM), ADV: MARCO ANTÔNIO CRESPO BARBOSA (OAB 115665/SP) - Processo 0624676-11.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 983A/PE), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0627234-87.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Wisley Alves Campos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da superior instância e as intimo para manifestação no prazo de (15) quinze dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM) - Processo 0628027-89.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na carta, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: ALFREDO JOSÉ BORGES GUERRA (OAB 2668/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 1119A/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0628594-91.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Hipoteca - REQUERENTE: Serra Comércio de Alimentos Ltda. - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Gonder Incorporadora Ltda. - DIANTE DO EXPOSTO, julgo extinta a presente execução, nos termos do disposto no artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil.

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA), ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0636015-64.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento Indevido - REQUERENTE: Jefferson de Souza Machado - REQUERIDO: APEAM (Associação dos Praças do Estado do Amazonas) - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0639699-94.2019.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Tendo a inicial preenchido os requisitos do artigo 700 do CPC/2015 e, estando a mesma devidamente instruída com documentação comprobatória do débito, com base em prova escrita, sem eficácia de título, defiro a monitória. Determino a expedição de carta de citação para pagamento da quantia em dinheiro, apontada na inicial (art. 700, I), no prazo máximo e improrrogável de 15 (quinze) dias, incluído o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído a causa, conforme Caput do artigo 701, CPC. Intime-se o autor para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o pagamento das custas de emissão do AR, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Provimento nº 273-CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV e VI do CPC. Advirto desde já que, caso não seja realizado o pagamento ou não opostos embargos, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, nos termos do disposto no §2º do artigo 701, CPC. Anote-se, de igual forma, que se ocorrer o pagamento também no mesmo prazo o réu ficará isento de custas processuais, em consonância com o disposto no parágrafo 1o, do artigo 701, também do CPC. Caso sejam apresentados embargos à monitória, suspenda-se a eficácia da decisão referida no caput do art.701 do CPC até o julgamento em primeiro grau. Ato contínuo ao recebimento dos embargos, intime-se o autor da monitória para que responda aos embargos em até 15 (quinze) dias, nos termos do art.702, § 5º, do CPC. Cumpre ressaltar que o devedor poderá, mediante a comprovação de depósito de 30% (trinta por cento) do valor cobrado, acrescido de custas e honorários de advogado de 5% (cinco por cento), requerer o restante do pagamento em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos dos artigos 701, §5º c/c 916, CPC/2015. Caso a carta expedida retorne negativa, consulte-se o(s) sistema(s) eletrônico(s) INFOJUD, SIEL, BACENJUD e/ou RENAJUD, a fim de localizar o atual endereço da parte ré, após o pagamento, no prazo de 05(cinco) dias, dos emolumentos pertinentes a cada pesquisa solicitada, nos termos da Portaria nº 116/2017, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI do CPC. Constatado um único endereço e diverso do que já fora efetuada a diligência, expeça-se imediatamente nova carta de citação, caso contrário, intime-se o autor para manifestar-se, no prazo de 5(cinco) dias, sobre as referidas consultas, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI, do CPC. No caso de ser solicitado a expedição de mandado de pagamento, defiro-a desde logo, devendo a parte comprovar, no prazo de 15(quinze) dias, o recolhimento das custas das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Tabela I do Provimento nº 261/2015 - CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI do CPC.

ADV: GILBRAZ DA SILVA BESSA (OAB 2187/AM), ADV: MAURO ALLEN BEZERRA (OAB 2655/AM), ADV: ANDRÉ LUIZ FARIAS DE OLIVEIRA (OAB 2419/AM), ADV: LUCIANY MOTA BEZERRA DE OLIVEIRA (OAB 5679/AM) - Processo 0641210-35.2016.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - REQUERENTE: Francisco Araújo da Silva - Maria Assunção Sousa da Silva - REQUERIDO: Francisco Rocha da Silva - Ante o exposto e nos termos da fundamentação acima, JULGO IMPROCEDENTE o pedido, nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil. Diante da sucumbência, condeno a parte autora ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, valor que pode ser decotado da depósito de fls. 30/32. Intime-se.

ADV: MARCUS VINÍCIUS CAVALCANTI ALBANO DE SOUZA (OAB 2520/AM), ADV: GUALTER MORAES DOS REIS (OAB 8804/AM), ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM), ADV: PATRÍCIA FONSECA BENAYON ALBANO DE SOUZA (OAB 2500/AM), ADV: SÍLVIO DA COSTA BATISTA (OAB 3262/AM), ADV: WILSON PEÇANHA NETO (OAB 4630/AM), ADV: ELANE CRISTINA DE OLIVEIRA KARAM (OAB 5904/AM) - Processo 0642285-75.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - REQUERIDA: Esmeralda Barbosa da Costa - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da superior instância e as intimo para manifestação no prazo de (15) quinze dias.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0646442-23.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Assim, assino um prazo de 10 dias para que o autor promova diligências úteis nesse sentido, sob pena de extinção do feito, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, incisos IV, do Código de Processo Civil.

ADV: GLAIR MARIA ALVES DOS SANTOS VITAL (OAB 2515/AM) - Processo 0646998-25.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Edmundo Barreto Correa - De ordem, intimo a parte autora para que efetue o pagamento das custas inicias e despesas de ingresso (postais/oficial de justiça), no prazo de 15 dias, sob pena de cancelamento da distribuição, conforme Art. 290 do CPC.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM) - Processo 0647259-24.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Samara Rúbia de Souza - Cito eletronicamente a parte requerida para, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentar contestação ou proposta de acordo por escrito, bem como realizar o depósito dos honorários periciais. (art. 8º, § 2º da Lei nº: 8.620/1993)

ADV: ELIMAR CUNHA E SILVA (OAB 2098/AM) - Processo 0649612-03.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Deandra Gonçalves dos Santos - Homologo a desistência do feito para fins do artigo 200, parágrafo único do Código de Processo Civil. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Proceda-se à baixa.

ADV: RADY SILVA DA ROCHA BASTOS (OAB 11373/AM) - Processo 0650031-23.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Tutela de Urgência - REQUERENTE: Francisco Nailson Santos Pinto - Homologo a desistência do feito para fins do artigo 200, parágrafo único do Código de Processo Civil. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Proceda-se à baixa.

ADV: CÉSAR AUGUSTO GOMES MONTEIRO (OAB 9696/AM) - Processo 0650464-27.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Rescisão - REQUERENTE: Anderson Menezes Cordovil e outro - Em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes autoras para que no prazo de 15 (quinze) dias, emendem a inicial, juntando a documentação pessoal do 2º requerente Alisson Menezes Cordovil, sob pena de indeferimento (art.321,§ único do NCPC). Intimo as partes para que apresentem cópia de suas últimas declarações de imposto de renda (art. 99, § 2.º do CPC) para análise do pedido de assistência judiciaria gratuita.

ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM) - Processo 0650575-11.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais sejam: mandado de citação, com busca e apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da justiça gratuita total. Após juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o autor para que, no prazo de quinze dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte ré para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se o requerido de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei no. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Advirto o banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei. Recolhidas as custas de diligências do(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça, expeça-se mandado.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: DANIEL DE LIMA ALBUQUERQUE (OAB 6548/AM) - Processo 0651704-85.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Kennedy Conceição Ogando Peres - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da superior instância e as intimo para manifestação no prazo de (15) quinze dias.

ADV: GILBRAZ DA SILVA BESSA (OAB 2187/AM), ADV: MAURO ALLEN BEZERRA (OAB 2655/AM), ADV: DEBORA DIB BESSA DE ALMEIDA (OAB 8910/AM) - Processo 0652494-69.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0641210-35.2016.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Inadimplemento - REQUERENTE: Francisco Rocha da Silva - REQUERIDO: Francisco Araujo da Silva - Maria Assunção Sousa da Silva - Ante o exposto e nos termos da fundamentação acima, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido, nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil,

no sentido de declarar a rescindido o contrato cujo instrumento está copiado às fls. 32/38, devendo as partes retornar ao status quo ante, com relação aos bens e direitos ali constituídos. Diante da sucumbência recíproca, condeno as partes ao rateio das custas processuais, no patamar de metade para cada polo da demanda. Condeno, ainda, ambas as partes ao pagamento de honorários em favor do advogado da parte adversa, no patamar de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa. Intime-se.

Akim Fernandes de Souza (OAB 37617GO)
Alfredo José Borges Guerra (OAB 2668/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
André Luiz Farias de Oliveira (OAB 2419/AM)
Carlos Augusto Gordinho Bindá (OAB 12972/AM)
César Augusto Gomes Monteiro (OAB 9696/AM)
Ciro Gonçalves Botelho (OAB 39395/BA)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Daniel de Lima Albuquerque (OAB 6548/AM)
Daniel Guedes de Carvalho (OAB 7533/AM)
Debora Dib Bessa de Almeida (OAB 8910/AM)
Elane Cristina de Oliveira Karam (OAB 5904/AM)
Elimar Cunha e Silva (OAB 2098/AM)
Elson Mouzinho de Almeida (OAB 6294/AM)
Fábio Rivelli (OAB 1119A/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Fernando Luís Simões da Silva (OAB 6063/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB 109730/MG)
Gilbraz da Silva Bessa (OAB 2187/AM)
Glair Maria Alves dos Santos Vital (OAB 2515/AM)
Gualter Moraes dos Reis (OAB 8804/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Horst Vilmar Fuchs (OAB 12529/ES)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
João de Deus Gomes dos Anjos (OAB 903/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Barbosa de Souza (OAB 1478/AM)
José Delfin Buitrago Acosta (OAB 5546/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Laina Regina Fernandes de Alencar (OAB 10949/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luciany Mota Bezerra de Oliveira (OAB 5679/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marco Antônio Crespo Barbosa (OAB 115665/SP)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos Antônio Brandão Sampaio (OAB 001.863/AM)
Marcus Vinícius Cavalcanti Albano de Souza (OAB 2520/AM)
Maria Carolina Pordeus e Silva Cardoso (OAB 8083/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 983A/PE)
Maurício Alexandre de Meneses Pereira
Mauro Allen Bezerra (OAB 2655/AM)
Michelle Nascimento Tachy Coelho (OAB 9918/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Patrícia Fonseca Benayon Albano de Souza (OAB 2500/AM)
Paulo Felipe Saraiva da Silva (OAB 10242/AM)
Rady Silva da Rocha Bastos (OAB 11373/AM)
Ricardo de Oliveira Lima (OAB 6306/AM)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 14258A/MT)
Sílvio da Costa Batista (OAB 3262/AM)
Thaisa Cadais Semen (OAB 10433/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)
Wilson Peçanha Neto (OAB 4630/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUIZ(A) DE DIREITO ROBERTO SANTOS TAKETOMI

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CLARINDO JOSÉ LÚCIO GOMES JUNIOR

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0364/2019

ADV: EDGAR DIAS FILHO (OAB 4788/AM), ADV: FELIPE FIGUEIREDO SEREJO MESTRINHO (OAB 7981/AM) - Processo 0211951-36.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Francisco Cícero de Assis Oliveira - REQUERIDO: Altervir Santos Ribeiro - INTSSADA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados Renajud, Infojud , levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM), ADV: AMILCAR AUGUSTO CÉSAR DE CARVALHO (OAB 1450/AM) - Processo 0223526-60.2019.8.04.0001 (processo principal 0617599-48.2019.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Decisão - Irregularidade no atendimento - REQUERENTE: Maria da Conceição Pinheiro Monteiro Engel - REQUERIDO: Sul América Seguro Saúde S/A - Indefiro o pedido de reconsideração de fls. 79/83, mantendo, ad cautelam e em prestígio a boa-fé processual, a decisão de fls. 77/78, que concedeu prazo, ainda não expirado, à executada para esclarecer nos autos questão relevante ao deslinde do presente incidente processual.

ADV: THAMIRES LEMOS DE MATTOS (OAB 12344/AM) - Processo 0615593-68.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0658073-95.2018.8.04.0001) - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - REQUERENTE: Waldir Nonato dos Santos Filho - Aline Henrique Nonato - REQUERIDO: Sérgio Eduardo Gomes - De ordem, intimo a parte autora/exequente para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito. Prazo de 10 dias.

ADV: CÉSAR ITUASSU DA SILVA NETO (OAB 9506/AM), ADV: CRISTIANE DAS CHAGAS BOTELHO (OAB 4215/AM), ADV: MAURIANNE DE SOUZA KAIST (OAB 9951/AM), ADV: NARA NÚBIA PIRES DA COSTA (OAB 10241/AM) - Processo 0624689-15.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Manoel Gomes Filho Neto - REQUERIDA: Nariane Monteiro da Silva - De ordem, remeto os autos a 3ª Contadoria para elaboração dos cálculos relativos as custas processuais bem como verbas sucumbenciais, conforme sentença de mérito fls. 290/294, e emissão da guia de recolhimento.

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM) - Processo 0630898-92.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Clementina dos Santos França - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Verifica-se pelo quadro fático que a questão poderá ser resolvida com as provas já produzidas documentalmente e que, portanto, é dispensável a realização de audiência para a oitiva de testemunhas ou a efetivação de perícia. Assim, no caso em tela, o julgamento antecipado de mérito é medida que se impõe, na forma do artigo 355, I, do Código de Processo Civil. Não havendo irresignação no prazo de 05 (cinco) dias, façam-me os autos conclusos para sentença.

ADV: GIOVANA TONELLO PEDRO LIMA (OAB 34777/DF), ADV: MARIA FERNANDA PULCHERIO DE MEDEIROS CAMPOS (OAB 30340/DF) - Processo 0635171-51.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Mútuo - EXEQUENTE: Mútua de Assistência dos Profissionais do CREA - Caixa de Assistência - EXECUTADO: Luiz Cláudio Pereira Silva - Cíntia Daniela Souza Silva - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MAURO ALLEN BEZERRA (OAB 2655/AM), ADV: JOÃO

MANOEL SILVA DE OLIVEIRA (OAB 4677/AM) - Processo 0639080-67.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Francisco Rocha da Silva - REQUERIDO: Francisco Araújo da Silva - Maria Assunção Sousa de Albuquerque - Após detida análise dos autos, constato que se trata de procedimento de tutela ANTECIPADA em caráter antecedente, razão pela qual chamo o processo à ordem para consignar que se está a observar, em verdade, o rito previsto no art. 303 e seguintes do Código de Processo Civil. Porquanto preenchidos os requisitos legais, mantenho a decisão liminar concedida à fl. 46, esclarecendo, todavia, que a medida ali deferida tem natureza antecipada, e não cautelar. Quanto à alegação de intempestividade da contestação de fls. 53/65, esta não produz qualquer prejuízo processual. Além de equivocada, in casu, a aplicação do art. 306, do CPC, consoante acima descrito, a "contestação" referida em tal dispositivo legal se resume à impugnação à medida de urgência, não implicando em revelia quanto ao mérito do pedido principal, ainda mais porque este ainda nem foi apresentado pela parte autora. Ante o exposto, visando regularizar o rito procedimental, determino a intimação dos Requeridos acerca da natureza da presente tutela de urgência concedida, advertindo-se especialmente acerca dos efeitos do art. 304, do CPC (estabilização da tutela antecipada). Intime-se a parte autora para aditar a inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme artigo 303, § 1º, I, CPC. Diante das especificidades da causa e de modo a adequar o rito processual às necessidade do conflito, deixo para momento oportuno a análise da conveniência da audiência de conciliação (CPC, art. 139, VI, e Enunciado 35, da ENFAM: "Além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI, do CPC/2015, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adapta-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo". Assim, havendo o aditamento no prazo, cite-se a parte requerida para apresentar contestação ou reiterar a já apresentada, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Não havendo aditamento, retornem os autos conclusos para sentença extintiva, conforme artigo 303, § 2º, CPC.

ADV: ANDREI FARIAS DE BARROS (OAB 6074/AM), ADV: WALDERY JUNIO MARQUES DE MESQUITA (OAB 10714/AM), ADV: LUNA DE SOUZA FERNANDES (OAB 12663/AM), ADV: LUIZA HELENA RIBEIRO SIMONETTI CABRAL (OAB 3502/AM), ADV: LÍVIA ROCHA BRITO (OAB 6474/AM), ADV: GABRIELA MARINHO ALVES (OAB 13368/AM), ADV: BRUNO VIEIRA DA ROCHA BARBIRATO (OAB 6975/AM), ADV: FÁBIO NUNES BANDEIRA DE MELO (OAB 4331/AM), ADV: JORGE SECAF NETO (OAB 1167/AM) - Processo 0640679-12.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Cooperativa de Livre Admissão Sicoob Manaus - REQUERIDO: Domingos Sávio Campos de Souza - Maristela Reinehr de Souza - Rebeca Reinehr de Souza - Verifica-se pelo quadro fático que a questão poderá ser resolvida com as provas já produzidas documentalmente e que, portanto, é dispensável a realização de audiência para a oitiva de testemunhas ou a efetivação de perícia. Assim, no caso em tela, o julgamento antecipado de mérito é medida que se impõe, na forma do artigo 355, I, do Código de Processo Civil. Não havendo irresignação no prazo de 05 (cinco) dias, façam-me os autos conclusos para sentença.

ADV: LÁZARO JOSÉ GOMES JÚNIOR (OAB 8125/MS) - Processo 0644594-98.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Citação - REQUERENTE: Banco Daycoval S/A - REQUERIDO: Renato Barroso Guimarães - Mediante pagamento das custas devidas, expeça-se mandado. Após, devolva-se. Prazo para pagamento das custas do Oficial: 15 dias.

ADV: LEYLANE EDIENE SILVA LARA (OAB 9461/AM), ADV: NELCINEILA BATISTA DE OIIVEIRA (OAB 5779/AM) - Processo 0645008-33.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Elanie Barbosa de Oliveira - REQUERIDO: F. A. de Souza Campos - ME - LITSPASSIV: Raimundo Hélio Marques de Souza - Homologo a desistência do feito para fins do artigo 200, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Em razão da desistência ter ocorrido após apresentação de contestação, condeno a parte autora em honorários em favor do advogado da parte contestante, no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, cuja exigibilidade suspendo, por conta do deferimento da justiça gratuita (fl. 42). Proceda-se à baixa.

ADV: ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO (OAB 98628/SP) - Processo 0645460-09.2019.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Cruzeiro do Sul S/A - REQUERIDO: Tomaz da Silva Dias - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CARLOS EDUARDO MENDES ALBUQUERQUE (OAB 18857/PE) - Processo 0647189-70.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco GMAC S/A - REQUERIDO: M. D. Bonfim Comércio e Projetos em Container Eireli - ME - Indefiro o pedido de suspensão por falta de previsão legal. Fica intimada a parte autora a não renovar o pedido de suspensão do processo sob pena de extinção. Consigno que o processo não pode ser usado como meio de intimidação da parte requerida visando acordos extrajudiciais. Sendo assim, intime-se a parte requerente para que manifeste se ainda tem interesse no feito, no prazo de 5 dias, sob pena de extinção.

ADV: EDÍLSON BATISTA DE MENEZES JÚNIOR (OAB 1279A/AM), ADV: CAMILA RODRIGUES DA SILVA (OAB 8847/AM), ADV: RODOLFO RIPPER FERNANDES (OAB 121045/RJ), ADV: FABÍOLA MARIA VASQUES PAREJA LOBO (OAB 4167/AM) - Processo 0647679-92.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0628098-28.2018.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Shopping Manaus Via Norte SPE S/A - REQUERIDO: S. A. Serviços de Academia de Ginástia Ltda. - Considerando que não há questões pendentes de apreciação no presente incidente processual, proceda-se à imediata baixa definitiva dos autos.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ELI MARQUES CAVALCANTE JÚNIOR (OAB 2881/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0648426-76.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Revisão do Saldo Devedor - REQUERENTE: Bagplastic Embalagens Plásticas Eireli - EPP - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - PERITO: Frederico Nicolau Cesarino - Vistos, etc. Descumprindo a requerente a decisão de fls. 200/201, resta prejudicado o exame da petição de fls. 214/215, haja vista que a parte autora não demonstrou o adimplemento nem mesmo do valor que entendia razoável. Por conseguinte, revogo também a liminar de fls. 83/85, em razão da superveniente constatação de ausência do fumus boni juris. À vista do impedimento declarado pelo experto à fl. 211, nomeio, em substituição, o perito Engenheiro Elétrico DANIEL DE SOUZA ROSA, cadastrado no banco de peritos deste TJAM. Intime-se o senhor perito a se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias sobre se aceita ou não o encargo, devendo, caso positivo, informar o valor dos honorários periciais, cujo ônus financeiro incumbe à parte autora.

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM) - Processo 0649751-52.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Gracielli da Costa Pantoja Luna - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Assim, por ora, indefiro o pedido de antecipação da tutela jurisdicional. Diante das especificidades da causa e de modo a adequar o rito processual às necessidade do conflito, deixo para momento oportuno a análise da conveniência da audiência de conciliação (CPC, art. 139, VI, e Enunciado 35, da ENFAM: "Além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI, do CPC/2015, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adapta-lo às especificidades da causa, observadas as

garantias fundamentais do processo". Assim, cite-se para contestar o feito no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM) - Processo 0649751-52.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Gracielli da Costa Pantoja Luna - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - CITAÇÃO ELETRÔNICA: Pelo presente cito-o(a) para os termos do processo em epigrafe. ADVERTÊNCIAS: O prazo para contestar o feito será de 15 (quinze) dias úteis. Dou ciência à parte requerida que, caso não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial (CPC, art. 344). A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.Jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação.)

ADV: ZENI TERESINHA SCHNORR BORTOLI (OAB 4044/AM) - Processo 0711967-93.2012.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Raimunda Leonice Costa Pereira - LITSPASSIV: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - INTSSADO: Centro Psiquiátrico Eduardo Ribeiro - DIANTE DO EXPOSTO, julgo extinta a presente execução, nos termos do disposto no artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM) - Processo 0719496-66.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Eudália Graça de Macedo - REQUERIDA: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - PERITO: Marcelo Cláudio Barroso de Vasconcelos Dias - INTSSADO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - De ordem, intimo a Autarquia Previdenciária, na pessoa de seu representante judicial, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias, impugnar a execução, conforme redação do artigo 535, CPC, bem como para que cumpra a obrigação de fazer constante na sentença prolatada.

Amilcar Augusto César de Carvalho (OAB 1450/AM)
Andrei Farias de Barros (OAB 6074/AM)
Bruno Vieira da Rocha Barbirato (OAB 6975/AM)
Camila Rodrigues da Silva (OAB 8847/AM)
Carlos Eduardo Mendes Albuquerque (OAB 18857/PE)
César Ituassu da Silva Neto (OAB 9506/AM)
Cristiane das Chagas Botelho (OAB 4215/AM)
Edgar Dias Filho (OAB 4788/AM)
Edílson Batista de Menezes Júnior (OAB 1279A/AM)
Eli Marques Cavalcante Júnior (OAB 2881/AM)
Fábio Nunes Bandeira de Melo (OAB 4331/AM)
Fabíola Maria Vasques Pareja Lobo (OAB 4167/AM)
Felipe Figueiredo Serejo Mestrinho (OAB 7981/AM)
Gabriela Marinho Alves (OAB 13368/AM)
Giovana Tonello Pedro Lima (OAB 34777/DF)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
João Manoel Silva de Oliveira (OAB 4677/AM)
Jorge Secaf Neto (OAB 1167/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Lázaro José Gomes Júnior (OAB 8125/MS)
Leylane Ediene Silva Lara (OAB 9461/AM)
Lívia Rocha Brito (OAB 6474/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiza Helena Ribeiro Simonetti Cabral (OAB 3502/AM)
Luna de Souza Fernandes (OAB 12663/AM)
Maria Fernanda Pulcherio de Medeiros Campos (OAB 30340/DF)
Maurianne de Souza Kaist (OAB 9951/AM)
Mauro Allen Bezerra (OAB 2655/AM)
Nara Núbia Pires da Costa (OAB 10241/AM)
Nelcineila Batista de Oliveira (OAB 5779/AM)
Oreste Nestor de Souza Laspro (OAB 98628/SP)
Rodolfo Ripper Fernandes (OAB 121045/RJ)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Thamires Lemos de Mattos (OAB 12344/AM)
Waldery Junio Marques de Mesquita (OAB 10714/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)
Zeni Teresinha Schnorr Bortoli (OAB 4044/AM)

3ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0322/2019

ADV: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB 117417/SP), ADV: LUCIANA NAZIMA (OAB 169451/SP), ADV: JOSENILSON DA ROCHA LIMA (OAB 1757/AM), ADV: SAULO MOYSÉS REZENDE DA COSTA (OAB 7300/AM) - Processo 0630795-27.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0715738-79.2012.8.04.0001) - Procedimento Sumário - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Alphaville Manaus 2 - REQUERIDA: Valdenice Seixas Elvas - ALPHAVILLE MANAUS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido, com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil em face da ré ALPHAVILLE MANAUS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, para condenar ao pagamento da importância reclamada e as que venceram no curso do processo, devidamente atualizada pelos índices de atualização dos débitos judiciais e acrescida de juros de 1% ao mês, ambos contados dos respectivos vencimentos. Em virtude da sucumbência, condeno a requerida ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como em honorários advocatícios que arbitro em 10% do valor da condenação. Com relação a requerida Valdenice Seixas Elvas, JULGO IMPROCEDENTE o pedido do Autor. Sucumbente, arcará o Autor com as custas do processo e honorários do patrono da Ré, arbitrados em 10% do valor atualizado da causa.

ADV: ESDRA SILVA DOS SANTOS (OAB 15916/O/MT) - Processo 0647591-54.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Paulo Afonso Pereira Gonzaga - Nesta data, certifico que PAUTEI AUDIÊNCIA de Semana Nacional de Conciliação para o dia 08/11/2019 às 09:40h, a ser realizada na Sala padrão desta 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho.

ADV: LUÍS CLÁUDIO KAZAZU (OAB 181475/SP), ADV: JOCIONE DOS SANTOS SOUZA JÚNIOR (OAB 8538/AM), ADV: DIEGO REBELO CASTELO BRANCO (OAB 8075/AM), ADV: ÁLVARO DA TRINDADE GARCIA FILHO (OAB 6236/AM), ADV: ARIZZA RACHEL MORAIS DA CUNHA (OAB 7826/AM), ADV: ERIK LORENZZO MARINHO DA SILVA (OAB 4944/AM), ADV: ROBERTO TRIGUEIRO FONTES (OAB 692A/AM), ADV: MATHEUS LUNIÉRE MARTINS (OAB 7013/AM), ADV: BRUNO BENEVIDES FERREIRA (OAB 8632/AM), ADV: LUCIANA NAZIMA (OAB 169451/SP), ADV: GISELE CASAL KAZAZU (OAB 213416/SP), ADV: ÁTILA DE OLIVEIRA DENYS (OAB 3312/AM), ADV: WALTER SIQUEIRA BRITO (OAB 4186/AM), ADV: SELENE BRAGA XAVIER (OAB 6964/AM), ADV: JOSENILSON DA ROCHA LIMA (OAB 1757/AM), ADV: CAMILA FERREIRA LÚCIO HENRIQUE (OAB 8417/AM) - Processo 0715738-79.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Promessa de Compra e Venda - REQUERENTE: Valdenice Seixas Elvas - REQUERIDO: REVENDA REPRESENTAÇÕES E VENDAS COMERCIAIS LTDA - ALPHAVILLE MANAUS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - Por tais considerações, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão aduzida por VALDENICE SEIXAS ELVAS em face de REVENDA REPRESENTAÇÕES E VENDAS COMERCIAIS LTDA e ALPHAVILLE MANAUS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, e o faço para declarar rescindido o contrato entre as partes e condenar as requeridas a restituírem a autora os valores por ela pago em uma única vez, atualizados monetariamente e com juros

de mora, deduzindo-se deles o percentual de 20% (vinte por cento) a título de retenção para ressarcimento das despesas da rescisão do contrato, conforme documentos de fls. 30 e 32. Condeno os réus ao pagamento à autora de indenização de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), valor a ser monetariamente corrigido, a partir de hoje, e acrescido de juros de mora de 1% ao mês, contados da citação. Sucumbente, os réus em maior parte, arcarão com todas as custas, despesas processuais e honorários advocatícios fixados em 15% do valor atualizado da condenação.

Álvaro da Trindade Garcia Filho (OAB 6236/AM)
ARIZZA RACHEL MORAIS DA CUNHA (OAB 7826/AM)
Átila de Oliveira Denys (OAB 3312/AM)
BRUNO BENEVIDES FERREIRA (OAB 8632/AM)
Camila Ferreira Lúcio Henrique (OAB 8417/AM)
Diego Rebelo Castelo Branco (OAB 8075/AM)
Erik Lorenzzo Marinho da Silva (OAB 4944/AM)
Esdra Silva dos Santos (OAB 15916/O/MT)
Gisele Casal Kazazu (OAB 213416/SP)
Gustavo Henrique dos Santos Viseu (OAB 117417/SP)
Jocione dos Santos Souza Júnior (OAB 8538/AM)
Josenilson da Rocha Lima (OAB 1757/AM)
Luciana Nazima (OAB 169451/SP)
Luís Cláudio Kazazu (OAB 181475/SP)
Matheus Luniére Martins (OAB 7013/AM)
Roberto Trigueiro Fontes (OAB 692A/AM)
Saulo Moysés Rezende da Costa (OAB 7300/AM)
Selene Braga Xavier (OAB 6964/AM)
Walter Siqueira Brito (OAB 4186/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO ROBERTO SANTOS TAKETOMI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL EDNA MOUZINHO BARRETO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0323/2019

ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM), ADV: CAROLINE CUNHA E SILVA MEIRELLES (OAB 4940/AM), ADV: ALFREDO MOACYR CABRAL (OAB 341/AM) - Processo 0001980-61.2000.8.04.0012 (012.00.001980-3) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Banco da Amazônia S/A - REQUERIDO: Panificadora e Confeitaria Fortaleza Ltda - Lucielma Moreira Goncalves - De ordem, conforme determinação do Despacho de fl. 221, intime-se o requerente para dar prosseguimento no feito e requerer o que entender de direito, atentando-se para INTIMAÇÃO CORRETA (diário oficial ou portal eletrônico), no prazo de 5 (cinco) dias úteis. Em caso de não haver a respectiva manifestação por meio de procurador, determino, desde logo, a seguinte providência, independentemente de nova decisão, conforme princípio processual da concentração. Intime-se o autor pessoalmente (CARTA - AR) para promover o prosseguimento do feito e requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de configurar-se o abandono da causa, razão de julgamento sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, §1º, do CPC. Expeça-se o necessário. Cumpra-se.

ADV: MARCO AURÉLIO DE LIMA CHOY (OAB 4271/AM), ADV: MARIZETE NEVES GOMES (OAB 3038/AM), ADV: LUCIANA GOULART PENTEADO (OAB 167884/SP) - Processo 0006052-09.1991.8.04.0012 (012.91.006052-6) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Petroleo Sabba S/a. - REQUERIDO: Raron - Agro Ind. e Com. Imp. Exp. Ltda - Raulison Silva Pires - Ronilson Silva Pires - De ordem, considerando a renúncia ao mandato em fls. 351, fica intimada a parte requerida, sr. RONILSON SILVA PIRES para constituir novo patrono, no prazo de 10 (dez) dias. Expeça-se competente carta de intimação.

ADV: FLÁVIO SIMÕES DA SILVA SOBRINHO (OAB 3444/AM) - Processo 0041633-98.2003.8.04.0001 (001.03.041633-8) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Jo Pneus Ltda. - REQUERIDO: Trm Pneus Comércio e Importação Ltda - De ordem, em conformidade com o Despacho de fl. 139, intime-se o requerente para dar prosseguimento no feito e requerer o que entender de direito, atentando-se para INTIMAÇÃO CORRETA (diário oficial ou portal eletrônico), no prazo de 5 (cinco) dias úteis. Em caso de não haver a respectiva manifestação por meio de procurador, determino, desde logo, a seguinte providência, independentemente de nova decisão, conforme princípio processual da concentração. Intime-se o autor pessoalmente (CARTA - AR) para promover o prosseguimento do feito e requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de configurar-se o abandono da causa, razão de julgamento sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, §1º, do CPC. Expeça-se o necessário. Cumpra-se.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 211648/SP), ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM) - Processo 0239997-06.2009.8.04.0001 (001.09.239997-6) - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - CONSIGNANTE: PZ Comércio de Plásticos e Embalagens Ltda. - CONSIGNADO: Banco do Brasil S/A - Uma vez que já consta Sentença (fl. 323) dos Embargos de Declaração de fls. 203/206, faço remessa da diligência cumprida ao Tribunal de Justiça para que proceda ao julgamento do Recurso de Apelação de fls. 152/202 conforme Decisão Monocrática de fls. 221/222.

ADV: FRANCISCA VALE MATTEONI (OAB 87098/RJ) - Processo 0241591-11.2016.8.04.0001 (processo principal 0710980-57.2012.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Elizangela Rios Bezerra - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - INTSSADO: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - Intime-se o advogado da autora para apresentar no prazo de 15 (quinze) dias, cópia de seu CPF, RG e NIT - Número de Inscrição do Trabalhador no caso de pessoa física contribuinte ao Regime Geral da Previdência Social - RGPS, em obediência ao artigo 18 alínea "c" da Resolução 003/2014 TJAM, a fim de que se proceda a expedição do Precatório.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM) - Processo 0600215-82.2013.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Marco Antonio Castro Teixeira - De ordem, conforme Portaria 001/2018, em seu Art. 1º, item I, intime-se a parte interessada, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, providencie o complemento das custas de diligências do Oficial de Justiça, conforme Portaria nº 116/2017 PTJ. Após a comprovação do pagamento, expeça-se mandado.

ADV: YURI DANTAS BARROSO (OAB 4237/AM), ADV: SÉRGIO ROBERTO BULCÃO BRINGEL JÚNIOR (OAB 14182/AM) - Processo 0602903-07.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cooperativa - REQUERENTE: Daniela Frota de Souza - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Nesta data, certifico que PAUTEI AUDIÊNCIA na Semana Nacional de Conciliação para o dia 06/11/2019 às 11:40h, a ser realizada na Sala padrão desta 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho.

ADV: JAMIL RIBEIRO DA SILVA (OAB 7167/AM) - Processo 0605126-30.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Vícios de Construção - REQUERENTE: Ary Silva de Vasconcelos - REQUERIDO: Rosales Empreendimento Imobiliário SPE S/A - Nesta data, certifico que PAUTEI AUDIÊNCIA de Semana Nacional de Conciliação para o dia 07/11/2019 às 10:20h, a ser realizada na Sala padrão desta 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0605633-88.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Tasis da Silva Souza - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Nesta data, certifico que PAUTEI AUDIÊNCIA de Semana Nacional de Conciliação para o dia 08/11/2019 às 11:20h, a ser realizada na Sala padrão desta 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/

MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM) - Processo 0612105-08.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Everton Costa de Oliveira - De ordem, defiro o pedido de fl. 51/52 dos autos. Custas já recolhidas (fl. 53). Proceda-se a consulta via sistemas BACENJUD e RENAJUD, para localizar o endereço da parte requerida.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: FABIO PONTES GARCIA (OAB 14234/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0614118-77.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Neandro Garcia Nakanome - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Nesta data, certifico que PAUTEI AUDIÊNCIA na Semana Nacional de Conciliação para o dia 07/11/2019 às 09:00h, a ser realizada na Sala padrão desta 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho.

ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 149225/SP), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM) - Processo 0617734-60.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDO: Daniel Froes da Costa - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: JANE SOARES DE OLIVEIRA (OAB 336652/SP) - Processo 0621934-13.2019.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Ksi Brasil Auditores Independentes - REQUERIDO: Azione Serviços de Publicidade Eireli - Aldous Jesus Raiol Santana - De ordem, defiro o pedido de fl. 79 dos autos. Intime-se a parte Requerente para efetuar o pagamento da despesa de consulta eletrônica, esta cobrada POR CADA ATO (R$ 14,98 - valor da consulta e mais R$ 1,50 pela emissão do boleto, totalizando R$ 16,48), no prazo de 5 (cinco) dias, conforme Portaria 116/2017 - PTJ, tabela III, item 9. Após, proceda-se a consulta via sistemas BACENJUD, INFOJUD e RENAJUD, para localizar o endereço da parte requerida.

ADV: ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO (OAB 98628/SP) - Processo 0625227-88.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Convolação de recuperação judicial em falência - REQUERENTE: Laspro Consultores Ltda. - REQUERIDO: Costeira Transportes e Servicos Ltda - TERCEIRO I: Costeira Transportes e Servicos Ltda - Costeira Transportes e Servicos Ltda - I - Determino a expedição de ofício à Central de Mandados para intimação do Sr. Oficial de Justiça Raimundo José Ribeiro Bonfim (108) e Frank Pontes Soares (3494), portador do mandado nº 001.2019/105962-6 e 001.2019/105970-7, para que o mesmo proceda a devolução do mandado retro, devidamente cumprido, no prazo de 5 (cinco) dias. II- Após, transcorrido o prazo supramencionado, sem qualquer manifestação da Central de Mandados, expeça-se novo mandado, a fim de não acarretar prejuízo na continuidade ao feito.

ADV: ÂNGELA MARIA LEITE DE ARAÚJO SILVA (OAB 6940/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0628220-75.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Empreitada - REQUERENTE: Ladislau Queiroz Amorim - REQUERIDO: Santo Ildelfonso Empreendimentos Imobiliários Ltda - Capital Rossi Empreendimentos S/A - Nesta data, certifico que PAUTEI AUDIÊNCIA na Semana Nacional de Conciliação para o dia 07/11/2019 às 09:20h, a ser realizada na Sala padrão desta 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho.

ADV: JACKSON WILLIAM DE LIMA (OAB 408472/SP) - Processo 0629680-29.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Cooperativa de Credito de Livre Admissão de Associados de Manaus Sicoob Uniam - REQUERIDO: Salvare Serviços Médicos Ltda. - ATO ORDINATÓRIO De ordem, defiro o pedido de fl. 69. Expeça-se carta ao endereço indicado. Custas já recolhidas fls. 70/72.

ADV: JEAN CARLOS PINTO DA SILVA (OAB 5328/AM), ADV: JUAREZ CAMELO ROSA (OAB 2695/AM), ADV: RONALDO SPERRY (OAB A815/AM), ADV: RONALDO SPERRY JÚNIOR (OAB 9308/AM) - Processo 0632935-34.2015.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Maria de Fatima Ferreira Matheus - Maria do Carmo Mateus - Maria da Conceicao Matheus - Horácio Ferreira Matheus - REQUERIDO: Djalma Castelo Branco - Nesta data, certifico que PAUTEI AUDIÊNCIA de Semana Nacional de Conciliação para o dia 07/11/2019 às 11:20h, a ser realizada na Sala padrão desta 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho.

ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM), ADV: JOÃO VITA FRAGOSO DE MEDEIROS (OAB 12058/PE), ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 205961/SP) - Processo 0633437-70.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: CARLOS ALBERTO CARVALHO DOS SANTOS -ME - Carlos Alb. Carv. dos Santos - De ordem, conforme Portaria 001/2018, em seu Art. 1º, item I, intime-se a parte interessada, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, providencie o complemento das custas de diligências do Oficial de Justiça, conforme Portaria nº 116/2017 PTJ. Após a comprovação do pagamento, expeça-se mandado.

ADV: YURI DANTAS BARROSO (OAB 4237/AM), ADV: TERESA CRISTINA CORRÊA DE PAULA NUNES (OAB 4976/AM), ADV: CLOTILDE MIRANDA MONTEIRO DE CASTRO (OAB 8888/AM), ADV: GIORDANO BRUNO DA COSTA CRUZ (OAB 761A/AM), ADV: SÉRGIO ROBERTO BULCÃO BRINGEL JÚNIOR (OAB 14182/AM), ADV: CARLOS EDGAR TAVARES DE OLIVEIRA (OAB 5910/AM), ADV: SIMONE ROSADO MAIA MENDES (OAB 666A/AM), ADV: ALEXANDRE PENA DE CARVALHO (OAB 4208/AM), ADV: PAULO BERNARDO LINDOSO E LIMA (OAB 11333/AM) - Processo 0633625-24.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cooperativa - REQUERENTE: Rachel de Oliveira Perdiz - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Nesta data, certifico que PAUTEI AUDIÊNCIA na Semana Nacional de Conciliação para o dia 07/11/2019 às 09:40h, a ser realizada na Sala padrão desta 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: URBANO VITALINO ADVOGADOS (OAB 313/PE), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0636210-49.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Moises Ramos de Carvalho - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Nesta data, certifico que PAUTEI AUDIÊNCIA de Semana Nacional de Conciliação para o dia 08/11/2019 às 11:40h, a ser realizada na Sala padrão desta 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ACÁCIO VALDEMAR LORENÇÃO JÚNIOR (OAB 105465/SP) - Processo 0636828-62.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Wapmetal Componentes Metalicos e Automacao Ltda - Nesta data, certifico que PAUTEI AUDIÊNCIA na Semana Nacional de Conciliação para o dia 07/11/2019 às 10:00h, a ser realizada na Sala padrão desta 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: JOSÉ CARLOS COSTA SILVA (OAB 228095/SP), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: INGRID REZENDE MATOS (OAB 338644/SP), ADV: LEMMON VEIGA GUZZO (OAB 187799SP), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM) - Processo 0637523-16.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Allianz Seguros S/A - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Nesta data, certifico que PAUTEI AUDIÊNCIA na Semana Nacional de Conciliação para o dia 06/11/2019 às 10:20h, a ser realizada na Sala padrão desta 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho.

ADV: LEONARDO ALVES CANUTO (OAB 355791/SP)

- Processo 0638598-22.2019.8.04.0001 - Monitória - Mútuo - REQUERENTE: Cooperforte - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários de Instituições Financeiras Públicas Federais Ltd - REQUERIDO: Edilson Pereira de Souza - ATO ORDINATÓRIO De ordem, defiro o pedido de fl. 68. Expeçam-se as cartas. Custas já recolhidas (fls. 69/71).

ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: BRENO DE ALMEIDA RODRIGUES (OAB 8121/AM), ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM), ADV: PAULA ELIZABETH GOMES DE SOUZA (OAB 13295/AM) - Processo 0639590-22.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Gilselene Luniere Pinto - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - ATO ORDINATÓRIO De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: Analisando os autos, verifico que o ato ordinatório de fls. 278 foi expedido erroneamente, dito isso, torno tem efeito o referido ato de fls. 278.

ADV: CAMILLA MARIA CHAVES RIBEIRO (OAB 14379/AM), ADV: LAYENNE LIMA MOREIRA (OAB 13626/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0640472-42.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Cilene Maria Lopes Martins - REQUERIDO: Amil - Assistência Médica Internacional S.a. - Nesta data, certifico que PAUTEI AUDIÊNCIA de Semana Nacional de Conciliação para o dia 04/11/2019 às 13:00h, a ser realizada na Sala padrão desta 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho.

ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: FRANCISLEY DE OLIVEIRA SALLES (OAB 5526/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: CAROLINA FARIAS DE BARROS (OAB 8005/AM) - Processo 0640770-34.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Indisponibilidade / Seqüestro de Bens - REQUERENTE: E.C.E.E.Q.H.E. - REQUERIDO: U.M.C.T.M. - U.M.E. - INTSSADO: I.U. - Vistos, etc. De análise dos extratos colacionados tanto pela exequente quanto pela executada, denota-se que os valores penhorados nas contas bancárias de titularidade da executada não incidiram especificamente sobre limite de cheque especial, conforme alegado pela defesa, mas sim sobre créditos disponíveis, ingressados na conta bancária da executada no dia útil anterior. Se tivesse havido a penhora do limite do cheque especial, que é, como constatado em uma das contas, de ao menos R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), a execução estaria quase integralmente garantida já no primeiro dia de "bloqueio judicial", mas não foi o que ocorreu, sendo certo que foram realizados diversos bloqueios em valores e dias distintos, montantes unitários bem inferiores ao limite total do cheque especial. Os novos créditos ingressados na conta não são automaticamente impenhoráveis pelo simples fato de que a conta já estava negativa. Portanto, a penhora ora analisada não está irregular, consoante a jurisprudência a seguir:

ADV: ANDRÉ RODRIGUES PARENTE (OAB 15785/CE), ADV: DANIEL CIDRÃO FROTA (OAB 19976/CE), ADV: MÁRCIO RAFAEL GAZZINEO (OAB 23495/CE), ADV: NELSON BRUNO VALENÇA (OAB 15783/CE), ADV: ENYSSON ALCÂNTARA BARROSO (OAB 5097/AM) - Processo 0641245-24.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Lilian Ferreira Miranda - REQUERIDO: Associação Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo - Assupero - Nesta data, certifico que PAUTEI AUDIÊNCIA na Semana Nacional de Conciliação para o dia 06/11/2019 às 10:40h, a ser realizada na Sala padrão desta 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho.

ADV: EHUD EMANUEL ABENSUR SANTOS (OAB 10760/AM) - Processo 0642968-44.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Edilene de Melo Araujo - REQUERIDO: Nosso Lar Administração de Imóveis Ltda. - Nesta data, certifico que PAUTEI AUDIÊNCIA de Semana Nacional de Conciliação para o dia 07/11/2019 às 10:40h, a ser realizada na Sala padrão desta 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho.

ADV: ESDRA SILVA DOS SANTOS (OAB 15916/O/MT) - Processo 0644725-73.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Iris do Nascimento Alves - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Nesta data, certifico que PAUTEI AUDIÊNCIA de Semana Nacional de Conciliação para o dia 05/11/2019 às 13:00h, a ser realizada na Sala padrão desta 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho.

ADV: GINA MORAES DE ALMEIDA (OAB 7036/AM) - Processo 0645532-93.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Elizabeth Martins Cardoso - REQUERIDA: Camila Moraes de Castro - Espólio de Jancicley Stone de Souza, Representado Por Camila Moraes de Castro - Nesta data, certifico que PAUTEI AUDIÊNCIA de Semana Nacional de Conciliação para o dia 08/11/2019 às 09:20h, a ser realizada na Sala padrão desta 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: RODRIGO FERREIRA ZIDAN (OAB 155563/SP) - Processo 0645967-04.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Hdi Seguros S/A - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Nesta data, certifico que PAUTEI AUDIÊNCIA de Semana Nacional de Conciliação para o dia 06/11/2019 às 11:00h, a ser realizada na Sala padrão desta 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho.

ADV: WANDERLEY ROMANO DANADEL (OAB 78870/MG) - Processo 0646463-96.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDA: Cacilda Satomi Yano Mallmann - Nesta data, certifico que PAUTEI AUDIÊNCIA de Semana Nacional de Conciliação para o dia 08/11/2019 às 09:00h, a ser realizada na Sala padrão desta 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho.

ADV: ESDRA SILVA DOS SANTOS (OAB 15916/O/MT) - Processo 0647594-09.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Osmar Fernandes da Silva - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Nesta data, certifico que PAUTEI AUDIÊNCIA de Semana Nacional de Conciliação para o dia 08/11/2019 às 10:00h, a ser realizada na Sala padrão desta 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho.

ADV: ESDRA SILVA DOS SANTOS (OAB 15916/O/MT) - Processo 0647595-91.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Dariana de Souza - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Nesta data, certifico que PAUTEI AUDIÊNCIA de Semana Nacional de Conciliação para o dia 08/11/2019 às 10:20h, a ser realizada na Sala padrão desta 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: URBANO VITALINO ADVOGADOS (OAB 313/PE) - Processo 0647686-84.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Walace Mendonça Farias, - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Nesta data, certifico que PAUTEI AUDIÊNCIA na Semana Nacional de Conciliação para o dia 08/11/2019 às 10:40h, a ser realizada na Sala padrão desta 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho.

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM) - Processo 0647693-76.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Meiriane de Lima Sales - REQUERIDO: Banco Bmc S/A (Incorporado Pelo Banco Bradesco) - Nesta data, certifico que PAUTEI AUDIÊNCIA na Semana Nacional de Conciliação para o dia 08/11/2019 às 11:00h, a ser realizada na Sala padrão desta 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho.

ADV: JÚLIO ABEILARD DA SILVA (OAB 132156/MG) - Processo 0647927-58.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Marlene de Freitas Arcanjo - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Nesta data, certifico que PAUTEI AUDIÊNCIA de Semana Nacional de Conciliação para o dia 06/11/2019 às 13:00h, a ser realizada na Sala padrão desta 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho.

ADV: ANTÔNIO LÚCIO DE OLIVEIRA MAIA (OAB 10052/AM) - Processo 0649280-36.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Herlen Rubson da Silva Cordeiro - REQUERIDO: Francisco Elizon Mariano - Pelo

exposto, indefiro a petição inicial e, por conseguinte, extingo o processo sem resolução do mérito, por carência da ação, haja vista a inadequação do procedimento escolhido pelo requerente, nos termos do art. 485, I, c/c art. 330, III, ambos do CPC.

ADV: DAVI MAFRA DOS ANJOS (OAB 9694/AM), ADV: MARCO ANTÔNIO DE CARVALHO BRASIL (OAB 9165/AM) - Processo 0654678-95.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Carlos Roberto dos Santos Figueiredo - REQUERIDO: Moacyr Massulo Aguiar - Nesta data, certifico que PAUTEI AUDIÊNCIA na Semana Nacional de Conciliação para o dia 06/11/2019 às 11:20h, a ser realizada na Sala padrão desta 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho.

Acácio Valdemar Lorenção Júnior (OAB 105465/SP)
Alexandre Pena de Carvalho (OAB 4208/AM)
Alfredo Moacyr Cabral (OAB 341/AM)
André Rodrigues Parente (OAB 15785/CE)
Ângela Maria Leite de Araújo Silva (OAB 6940/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Lúcio de Oliveira Maia (OAB 10052/AM)
Breno de Almeida Rodrigues (OAB 8121/AM)
Camilla Maria Chaves Ribeiro (OAB 14379/AM)
Carlos Edgar Tavares de Oliveira (OAB 5910/AM)
Carolina Farias de Barros (OAB 8005/AM)
Caroline Cunha e Silva Meirelles (OAB 4940/AM)
Clotilde Miranda Monteiro de Castro (OAB 8888/AM)
Daniel Cidrão Frota (OAB 19976/CE)
Davi Mafra dos Anjos (OAB 9694/AM)
Ehud Emanuel Abensur Santos (OAB 10760/AM)
Enysson Alcântara Barroso (OAB 5097/AM)
Esdra Silva dos Santos (OAB 15916/O/MT)
Fabio Pontes Garcia (OAB 14234/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Flávio Simões da Silva Sobrinho (OAB 3444/AM)
Francisca Vale Matteoni (OAB 87098/RJ)
Francisley de Oliveira Salles (OAB 5526/AM)
Gina Moraes de Almeida (OAB 7036/AM)
Giordano Bruno da Costa Cruz (OAB 761A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
INGRID REZENDE MATOS (OAB 338644/SP)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Jackson William de Lima (OAB 408472/SP)
Jamil Ribeiro da Silva (OAB 7167/AM)
Jane Soares de Oliveira (OAB 336652/SP)
Jean Carlos Pinto da Silva (OAB 5328/AM)
João Vita Fragoso de Medeiros (OAB 12058/PE)
JOSÉ CARLOS COSTA SILVA (OAB 228095/SP)
Juarez Camelo Rosa (OAB 2695/AM)
Júlio Abeilard da Silva (OAB 132156/MG)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
LAYENNE LIMA MOREIRA (OAB 13626/AM)
LEMMON VEIGA GUZZO (OAB 187799SP)
Leonardo Alves Canuto (OAB 355791/SP)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Luciana Goulart Penteado (OAB 167884/SP)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Márcio Rafael Gazzineo (OAB 23495/CE)
Marco Antônio de Carvalho Brasil (OAB 9165/AM)
Marco Aurélio de Lima Choy (OAB 4271/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Marizete Neves Gomes (OAB 3038/AM)
Moisés Batista de Souza (OAB 149225/SP)
Moisés Batista de Souza (OAB 469A/AM)
Nelson Bruno Valença (OAB 15783/CE)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Oreste Nestor de Souza Laspro (OAB 98628/SP)
Paula Elizabeth Gomes de Souza (OAB 13295/AM)
Paulo Bernardo Lindoso e Lima (OAB 11333/AM)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 211648/SP)
Rodrigo Ferreira Zidan (OAB 155563/SP)
RONALDO SPERRY (OAB A815/AM)
Ronaldo Sperry Júnior (OAB 9308/AM)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 205961/SP)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 921A/AM)
Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto (OAB 1694/AM)
Sérgio Roberto Bulcão Bringel Júnior (OAB 14182/AM)
Simone Rosado Maia Mendes (OAB 666A/AM)
Teresa Cristina Corrêa de Paula Nunes (OAB 4976/AM)
Thiago Almeida Rebello (OAB 12327/AM)
URBANO VITALINO ADVOGADOS (OAB 313/PE)
Wanderley Romano Danadel (OAB 78870/MG)
Yuri Dantas Barroso (OAB 4237/AM)

4ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUIZ(A) DE DIREITO NAIRA NEILA BATISTA DE OLIVEIRA NORTE

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL OCIAN VIRGILIO AYRES

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0300/2019

ADV: ANDRÉ RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 5016/AM), ADV: FABRÍCIO DE MELO PARENTE (OAB 5772/AM), ADV: LUCIANNE PIRES EWERTON (OAB 494A/AM), ADV: PANTHEV DA TRINDADE MACIEL (OAB 11053/AM), ADV: MENDELSSON COSTA DUARTE (OAB 8319/AM), ADV: CARLOS DANIEL RANGEL BARRETTO SEGUNDO (OAB 5035/AM) - Processo 0046544-51.2006.8.04.0001 (001.06.046544-2) - Cumprimento de sentença - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Jairo Jacó Brito Leite - REQUERIDA: Valda Ferreira da Costa - Tendo em vista que às fls. 187 foi efetuada a consulta junto ao sistema infojud e que a tentativa de intimação foi infrutífera, indefiro o pedido de fls. 199. No entanto, de ofício, determino a consulta de endereço junto aos sistemas Bacenjud, Renajud e SIEL. Para consulta no sistema eleitoral, intime-se a parte autora para apresentar o nome da mãe e data de nascimento da requerida, no prazo de 15 dias. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: JURANDIR ALMEIDA DE TOLEDO (OAB 381/AM), ADV: CAROLINE CUNHA E SILVA MEIRELLES (OAB 4940/AM), ADV: CHRISTINA CUNHA E SILVA MEIRELLES (OAB 7896/AM), ADV: CYNTHIA LUIZA MAFRA E SILVA (OAB 5627/AM), ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM), ADV: ALFREDO MOACYR CABRAL (OAB 341/AM), ADV: DAVID AMORIM TOLEDO (OAB 3474/AM), ADV: NICOLLE SOUZA DA SILVA SCARAMUZZINI TORRES (OAB 679A/AM) - Processo 0218041-94.2010.8.04.0001 (001.10.218041-6) - Cumprimento de sentença - Tutela Provisória - REQUERENTE: NR Planejamento e Construções Ltda - REQUERIDO: Banco da Amazônia S/A - Tendo em vista o comprovante de pagamento juntado aos autos às fls.285/286. Defiro pedido de fls.288, expeça-se o competente Alvará. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0258099-08.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDA: V.T.4 Produções e Comunicação Ltda. - AVALISTA: Ademar Serra de Souza - Wally Bentes Pontes Júnior - Trata-se de feito executório movido pelo exequente em face dos executados. Às fls. 66/67, foi

realizada a restrição do veículo FIAT/SIENA ELX FLEX, Placa JXX-3576 pertencente ao executado Ademar Serra de Souza. Às fls. 73/83, petição do Banco ITAUCARD S/A, requerendo o desbloqueio do automóvel, por se tratar de bem gravado com alienação fiduciária, o qual fora entregue amigavelmente ao Peticionante pelo executado, o qual detinha apenas a posse direta do veículo. Às fls. 84/85, o Exequente manifestou não possuir interesse pelo veículo e requereu o desbloqueio do mesmo. Às fls. 86, reiteração do pleito de desbloqueio do bem feito por Banco ITAUCARD S/A. Às fls. 87/90, manifestação do Exequente concordando com o desbloqueio. Ante o exposto, determino a retirada, via RENAJUD, da restrição do veículo FIAT/SIENA ELX FLEX, Placa JXX-3576. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GIOVANA ISABELLE PIMENTEL LIMA (OAB 3981/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0268427-94.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: JOSE DUTRA DA SILVA - Compulsando os autos, verifica-se a ocorrência de erro material no ato processual de fls. 147, visto que, pelo tramite da demanda, é o caso de realização de buscas por ativos e não de endereço do executado. Assim e considerando que a parte autora já recolheu as custas (fls. 151/152), determino a imediata realização de buscas de ativos em nome do executado, via INFOJUD. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: JAMES DE PAULA BRAZ (OAB 7134/AM), ADV: JUCELINO DOS SANTOS NOBRE (OAB 6166/AM) - Processo 0600191-15.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compromisso - EXEQUENTE: Sandra Cristina da Silva Lima - EXECUTADO: J.m. Serviços Profissionais, Construções e Comércio Ltda - Roberio Castro de Oliveira - Maria de Lourdes Castro de Oliveira - Indefiro o pedido de expedição de carta em razão da natureza da presente ação. No entanto, considerando a apresentação de novos endereços, de ofício, determino a expedição de Mandado para os endereços indicados às fls. 52/53. Cumpra-se.

ADV: ELI MARQUES CAVALCANTE JÚNIOR (OAB 2881/AM), ADV: ANTÔNIO JOSÉ OLIVA VELOSO (OAB 6339/AM) - Processo 0601554-76.2013.8.04.0001 - Cautelar Inominada - Sustação de Protesto - REQUERENTE: TECHNOS DA AMAZONIA INDUSTRIA E COMERCIO S.A. - REQUERIDO: BANCO SOFISA S.A - JT FACTORING FOMENTO MERCANTIL LTDA - MATOS ALHO - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente. Manifestar-se sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos, às fls. 388/390, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0607838-95.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Flavia Souza da Silva - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente. Manifestar-se sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos, às fls. 132/134, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0608768-11.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Bancários - REQUERENTE: Elizangela Mendes de Araujo - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Designo audiência de conciliação, para 21/10/2019 às 10:00h observando-se o lapso de trinta dias, nos termos do art. 334 do novo Código de Processo Civil. Intimem-se as partes e seus patronos, salientando que a recusa à realização da presente audiência deve ser expressa e com antecedência de dez dias. Ressalte-se na intimação das partes, que, a falta injustificada importará em ato atentatório à dignidade da Justiça, com a aplicação das multas cabíveis (Art. 334 e ss, Novo CPC). Ressalvo ainda, que a intimação das partes para a audiência será feita na pessoa de seus advogados, via diário eletrônico, uma vez que já possuem manifestação nos autos. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0609278-58.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Helena Carneiro da Silva - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente Manifestar-se sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos, às fls.94/95, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: WALDERY JUNIO MARQUES DE MESQUITA (OAB 10714/AM), ADV: RAFAELA DA SILVA GOMES (OAB 8946/AM), ADV: FILIPE MENDES SILVA (OAB 9766/AM), ADV: PAULA AUGUSTA CARVALHO DE LIMA (OAB 6313/AM), ADV: CHRISTIAN ALBERTO RODRIGUES DA SILVA (OAB 2682/AM) - Processo 0614289-05.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: Civilcorp-incorporações Ltda - EXECUTADO: Petrus Oliva Souza - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: ( ) Requerente/Exequente; (X) Requerido/Executado; ( ) Outros _____, para: Para manifestar-se acerca da petição de fls. 124, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: FÁBIO INTASQUI (OAB 350953/SP) - Processo 0618420-52.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Zurich Santander Brasil Seguros S.a. - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Compulsando detidamente os autos, verifico que a questão de mérito é de direito e de fato, mas a prova é exclusivamente documental, já constante dos autos, razão por que DECIDO pelo julgamento da lide, conforme o estado, na forma do art. 355, I, do NCPC. Intimem-se. Decorrido o prazo, sigam os autos conclusos para fila de Concluso para Sentença. Saliento que a prolação da sentença deverá obedecer a ordem cronológica de entrada na referida fila. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG),

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0620106-84.2016.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Ana Marli Cardoso da Silva - Defiro parcialmente o pedido de fls. 105 para proceder à pesquisa de endereços do requerido por meio do sistema Bacenjud. Antes, porém, intime-se a parte interessada para que proceda ao recolhimento das custas de despesas de processamento eletrônico, conforme Portaria 116/217 - PTJ, Tabela III, item 9 (atos Processuais), no prazo de 15 dias. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: ERIK LORENZZO MARINHO DA SILVA (OAB 4944/AM), ADV: LUCIANA NAZIMA (OAB 169451/SP), ADV: MARCIA LORENA CORDEIRO RAMOS (OAB 7775/AM), ADV: MITHAN VASCONCELOS CORRÊA (OAB 5784/AM), ADV: ROBERTO TRIGUEIRO FONTES (OAB 692A/AM), ADV: GUSTAVO VISEU (OAB 117417/SP) - Processo 0620946-60.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria Soraia Brito Motta - REQUERIDO: Alphaville Urbanismo S.a - DESPACHO Da análise dos autos, verifica-se que foi deferida à parte autora o parcelamento das custas, vide decisão de fls. 57 e seis guias geradas às fls. 58/63, com vencimentos em 25/08, 25/09, 25/10, 25/11, 25/12/2017 e 25/01/2018. Contudo, compulsando os autos, fora comprovado o pagamento apenas das guias com vencimento em 25/08, 25/09 e 25/10/2017, conforme fls. 66/68. Isto posto, INTIME-SE a parte autora, por seu patrono, para no prazo de 05 (cinco) dias, comprovar o pagamento das guias restantes, sob pena deste Juízo reconhecer a ausência dos requisitos básicos do artigo 320, do Código de Processo Civil, e, via de consequência, indeferir a petição inicial, na forma do artigo 321, caput e parágrafo único, do CPC. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0622372-44.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Cristiano Vieira Palheta - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente. Manifestar-se sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos, às fls.80/82, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: LUIZ FERNANDO GENEROSO MAURA MOREIRA (OAB 13077/AM), ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE), ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE), ADV: EVANDRO LIMA DE OLIVEIRA (OAB 4448/CE) - Processo 0632643-78.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - REQUERIDO: Antonio Limar Henrique de Lima - PERITO: Hermann Saunders Fernandes - Conforme certidão de fls. 153, o requerente não se manifestou acerca da proposta de honorários periciais, o que importa na concordância. Assim, intime-se a parte autora para, em 15 dias, comprovar o recolhimento dos honorários periciais. Após a juntada dos honorários, intime-se o perito nomeado para, em 5 dias, apresentar data para realização da perícia, devendo ser considerado o prazo de 30 dias para viabilizar a intimação de partes e assistentes técnicos. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: CARLOS MURILO LAREDO SOUZA (OAB 7356/AM) - Processo 0633248-53.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Enriquecimento sem Causa - REQUERENTE: Map Linhas Aereas S/A - REQUERIDO: Moyses de Souza Santos - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente. Manifestar-se sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos, às fls.33/35, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: ELISÂNGELA DA SILVA SANTOS (OAB 6707/AM), ADV: LUIS FELIPE PROCÓPIO DE CARVALHO (OAB 303905/SP), ADV: LUIZ FELIPE PROCÓPIO DE CARVALHO (OAB 101488/MG) - Processo 0635479-53.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Cecilia Maria Gomes de Oliveira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente; ( ) Requerido/Executado; ( ) Outros _____, para: (X) Manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 437, § 1º do NCPC), quando o réu na contestação ou impugnação opuser fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (art. 350, NCPC), ou arguir preliminares (arts. 350 e 351, NCPC), conforme art. 1º, inciso XIII, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM), ADV: MARCO ANTÔNIO CRESPO BARBOSA (OAB 115665/SP) - Processo 0641192-43.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Thiago de Freitas Carlos - Expeça-se mandado conforme requerido às fls. 63 no endereço ali indicado. Intime-se a parte interessada para, no prazo legal, carrear aos autos o comprovante de pagamento das custas atinente à diligência a ser realizada por Oficial de Justiça. Saliento, contudo, que restará suspenso o pagamento de custas caso a parte seja beneficiária de gratuidade de justiça. Caso seja necessário, defiro uso da força policial. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO MICHELOTTI FLECK (OAB 21243/DF), ADV: LUIZ ANTÔNIO DA SILVA JÚNIOR (OAB 11811/AM), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: FELIPE ALMEIDA FERREIRA (OAB 10271/AM) - Processo 0641808-86.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Maria Silvana de Oliveira - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente; ( ) Requerido/Executado; ( ) Outros _____, para: (X) Manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 437, § 1º do NCPC), quando o réu na contestação ou impugnação opuser fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (art. 350, NCPC), ou arguir preliminares (arts. 350 e 351, NCPC), conforme art. 1º, inciso XIII, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: FERNANDO BORGES DE MORAES (OAB 446/AM), ADV: JOSÉ PERCEU VALENTE DE FREITAS (OAB 7200/AM) - Processo 0649559-22.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Sinetran - Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado do Amazonas - REQUERIDO: D. S. de Souza Gráficos - Me - Intime-se o autor, via de seu advogado habilitado nos autos para efetuar o preparo das custas processuais devidas, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento na distribuição do feito, consonante o art. 290, CPC. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV:

ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0649699-56.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Regilma Marinho - Trata-se de ação monitória proposta por Amazonas Distribuidora de Energia S/A em face de Regilma Marinho. Estando preenchidos os requisitos dos arts. 319 e 320 do CPC e estando a exordial devidamente instruída com a documentação comprobatória do débito (fls.31- 101), determino a citação do requerido. Expeça-se a carta de citação para pagamento da importância reclamada no prazo de 15 (quinze) dias e o pagamento de honorários advocatícios de 5% do valor atribuído à causa , nos termos do art. 701 do CPC. Na referida carta, deve constar a advertência de que se não forem opostos embargos no prazo supramencionado, o mandado monitório se converterá em executivo, consoante disposto no art. 701, § 2º do aludido diploma processual. Ressalte-se, de igual forma, que, em ocorrendo o réu será isento do pagamento de custas processuais se cumprir o mandado no prazo, em consonância com o disposto no art. 701, § 1º, do CPC.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM) - Processo 0649893-56.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Argemira Candida - Trata-se de ação monitória proposta por Amazonas Distribuidora de Energia S/A em face de Argemira Candida. Estando preenchidos os requisitos dos arts. 319 e 320 do CPC e estando a exordial devidamente instruída com a documentação comprobatória do débito (fls. 31- 225), determino a citação do requerido. Expeça-se a carta de citação para pagamento da importância reclamada no prazo de 15 (quinze) dias e o pagamento de honorários advocatícios de 5% do valor atribuído à causa , nos termos do art. 701 do CPC. Na referida carta, deve constar a advertência de que se não forem opostos embargos no prazo supramencionado, o mandado monitório se converterá em executivo, consoante disposto no art. 701, § 2º do aludido diploma processual. Ressalte-se, de igual forma, que, em ocorrendo o réu será isento do pagamento de custas processuais se cumprir o mandado no prazo, em consonância com o disposto no art. 701, § 1º, do CPC.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: ALFA MARIANNE ALMEIDA CRUZ SAUTCHUK (OAB 12875/AM), ADV: AYRIENE FRORES DE SOUSA (OAB 12105/AM), ADV: ADRIANA SILVA GOMES (OAB 12901/AM), ADV: INDIANA CARDOSO MACHADO (OAB 10016/AM), ADV: LUCÉLIA MACHADO DIAS (OAB 11279/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM), ADV: MARIO ULYSSES DA SILVA RIKER (OAB 10171/AM), ADV: NATHACHA CAMARA DE ALBUQUERQUE (OAB 12164/AM), ADV: VIVIANE TEIXEIRA DE OLIVEIRA (OAB 13048/AM) - Processo 0649897-30.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Rejane da Silva Viana - REQUERIDO: Agra Singolare Incorporadora Ltda (Pdg) Amazon Smart - Aliança Incorporadora Ltda. - Compulsando detidamente os autos, verifico que a questão de mérito é de direito e de fato, mas a prova é exclusivamente documental, já constante dos autos, razão por que DECIDO pelo julgamento da lide, conforme o estado, na forma do art. 355, I, do NCPC. Intimem-se. Decorrido o prazo, sigam os autos conclusos para fila de Concluso para Sentença. Saliento que a prolação da sentença deverá obedecer a ordem cronológica de entrada na referida fila. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0650193-18.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Leste Junior de Oliveira Machado - Estando preenchidos os requisitos dos arts. 319 e 320 do CPC e estando a exordial devidamente instruída com a documentação comprobatória do débito (fls. 31-58), determino a citação do requerido. Expeça-se a carta de citação para pagamento da importância reclamada no prazo de 15 (quinze) dias e o pagamento de honorários advocatícios de 5% do valor atribuído à causa , nos termos do art. 701 do CPC. Na referida carta, deve constar a advertência de que se não forem opostos embargos no prazo supramencionado, o mandado monitório se converterá em executivo, consoante disposto no art. 701, § 2º do aludido diploma processual. Ressalte-se, de igual forma, que, em ocorrendo o réu será isento do pagamento de custas processuais se cumprir o mandado no prazo, em consonância com o disposto no art. 701, § 1º, do CPC. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0650226-08.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Rosemilda de Souza Pedrosa - Estando preenchidos os requisitos dos arts. 319 e 320 do CPC e estando a exordial devidamente instruída com a documentação comprobatória do débito (fls. 31-114), determino a citação do requerido. Expeça-se a carta de citação para pagamento da importância reclamada no prazo de 15 (quinze) dias e o pagamento de honorários advocatícios de 5% do valor atribuído à causa , nos termos do art. 701 do CPC. No referido mandado, deve constar a advertência de que se não forem opostos embargos no prazo supramencionado, o mandado monitório se converterá em executivo, consoante disposto no art. 701, § 2º do aludido diploma processual. Ressalte-se, de igual forma, que, em ocorrendo o réu será isento do pagamento de custas processuais se cumprir o mandado no prazo, em consonância com o disposto no art. 701, § 1º, do CPC.

ADV: ADIMIR NETTO CARDOSO MARINHO (OAB 14150/AM), ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM), ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM), ADV: SÉRGIO ALBERTO CORRÊA DE ARAÚJO (OAB 3749/AM) - Processo 0651871-05.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Kl Rente A Car - REQUERIDO: Jose Cacio Silva dos Santos - Ante o exposto, com fundamento no art. 842, do Código Civil, homologo por sentença a transação celebrada entre as partes para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, e, como corolário desta decisão, com espeque no art. 487, III, “b” do NCPC, julgo encerrada a controvérsia com resolução de mérito. Caso qualquer das partes quede-se em contumácia quanto as obrigações assumidas, promova a parte interessada o cumprimento da sentença na forma do art. 513, do NCPC. Inexistindo interesse das partes em recorrer, e, uma vez comprovado nos autos o pagamento das custas judiciais devidas, determino a baixa do presente feito na Distribuição e no SAJ, e posterior arquivamento dos autos. Saliento, contudo, que, sendo a parte beneficiária da gratuidade de justiça, a cobrança de custas fica suspensa. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 14 de agosto de 2019.

Adimir Netto Cardoso Marinho (OAB 14150/AM)
Adriana Silva Gomes (OAB 12901/AM)
Alfa Marianne Almeida Cruz Sautchuk (OAB 12875/AM)
Alfredo Moacyr Cabral (OAB 341/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
André Rodrigues de Almeida (OAB 5016/AM)
Antônio José Oliva Veloso (OAB 6339/AM)
Ayriene Frores de Sousa (OAB 12105/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Carlos Daniel Rangel Barretto Segundo (OAB 5035/AM)
Carlos Murilo Laredo Souza (OAB 7356/AM)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
Caroline Cunha e Silva Meirelles (OAB 4940/AM)
Christian Alberto Rodrigues da Silva (OAB 2682/AM)
Christina Cunha e Silva Meirelles (OAB 7896/AM)
Cynthia Luiza Mafra e Silva (OAB 5627/AM)
David Amorim Toledo (OAB 3474/AM)
Eli Marques Cavalcante Júnior (OAB 2881/AM)

Eliete Santana Matos (OAB 10423/CE)
Elisângela da Silva Santos (OAB 6707/AM)
Erik Lorenzzo Marinho da Silva (OAB 4944/AM)
Evandro Lima de Oliveira (OAB 4448/CE)
Fábio Intasqui (OAB 350953/SP)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Fabrício de Melo Parente (OAB 5772/AM)
Felipe Almeida Ferreira (OAB 10271/AM)
Fernando Borges de Moraes (OAB 446/AM)
Filipe Mendes Silva (OAB 9766/AM)
Giovana Isabelle Pimentel Lima (OAB 3981/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Michelotti Fleck (OAB 21243/DF)
Gustavo Viseu (OAB 117417/SP)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Indiana Cardoso Machado (OAB 10016/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
James de Paula Braz (OAB 7134/AM)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
José Perceu Valente de Freitas (OAB 7200/AM)
Jucelino dos Santos Nobre (OAB 6166/AM)
Jurandir Almeida de Toledo (OAB 381/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Lucélia Machado Dias (OAB 11279/AM)
Luciana Nazima (OAB 169451/SP)
Lucianne Pires Ewerton (OAB 494A/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luis Felipe Procópio de Carvalho (OAB 303905/SP)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Antônio da Silva Júnior (OAB 11811/AM)
Luiz Felipe Procópio de Carvalho (OAB 101488/MG)
Luiz Fernando Generoso Maura Moreira (OAB 13077/AM)
Marcia Lorena Cordeiro Ramos (OAB 7775/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marco Antônio Crespo Barbosa (OAB 115665/SP)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Mario Ulysses da Silva Riker (OAB 10171/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Mendelsson Costa Duarte (OAB 8319/AM)
Mithan Vasconcelos Corrêa (OAB 5784/AM)
Nathacha Camara de Albuquerque (OAB 12164/AM)
Nicolle Souza da Silva Scaramuzzini Torres (OAB 679A/AM)
Panthev da Trindade Maciel (OAB 11053/AM)
Paula Augusta Carvalho de Lima (OAB 6313/AM)
Rafaela da Silva Gomes (OAB 8946/AM)
Roberto Trigueiro Fontes (OAB 692A/AM)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto (OAB 1694/AM)
Sérgio Alberto Corrêa de Araújo (OAB 3749/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Victor Hugo Trindade Simões (OAB 9286/AM)
Viviane Teixeira de Oliveira (OAB 13048/AM)
Waldery Junio Marques de Mesquita (OAB 10714/AM)

5ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0243/2019

ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM) - Processo 0245715-66.2018.8.04.0001 (processo principal 0621631-38.2015.8.04.0001) - Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica - Nota de Crédito Industrial - REQUERENTE: Emam Emulsões e Transportes Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: FABRÍCIO PERROTTA DA SILVA (OAB 165909/RJ) - Processo 0601232-46.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a autarquia previdenciária para tomar ciência do documento expedido às fls. 143/144, a fim de realize as providências necessárias.

ADV: ALCIDES NEY JOSÉ GOMES (OAB 8658/MS), ADV: LÁZARO JOSÉ GOMES JÚNIOR (OAB 8125/MS), ADV: ALCIDES NEY JOSÉ GOMES (OAB 8659/MS) - Processo 0602432-30.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Mútuo - EXEQUENTE: Banco Daycoval S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0604171-33.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, intimo a parte interessada para manifestar-se sobre o Aviso de Recebimento de fls. retro recebido por terceiro, no prazo de 5 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0609493-34.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Jardim Paradiso Anturio - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, às fls. 89, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM) - Processo 0611884-25.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, intimo a parte interessada para manifestar-se sobre o Aviso de Recebimento de fls. retro recebido por terceiro, no prazo de 5 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM) - Processo 0612873-07.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia

S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ENY BITTENCOURT (OAB 29442/BA), ADV: RODRIGO SCOPEL (OAB 21899/SC), ADV: ERIK LORENZZO MARINHO DA SILVA (OAB 4944/AM), ADV: CARLOS EDUARDO PEREIRA TEIXEIRA (OAB 327026/SP), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: GABRIELA COSTA MACHADO (OAB 11300/AM), ADV: MARIANNA LIRA DA ROCHA (OAB 11244/AM), ADV: LUIZ CLÁUDIO DE MELO FROTA (OAB 11291/AM), ADV: HANNA TAVARES CUNHA (OAB 10417/AM) - Processo 0612930-83.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Ivannoldo Batista Teixeira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Banco Itaú Bmg Consignado S.a - Vistos etc. Não vejo necessidade de produção de novas provas e, em sendo matéria de direito, julgo o feito, nos termos do CPC 355, I. Lancem-se na fila de sentenças. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RICARDO DIAS DE CARTRO (OAB 254813/SP) - Processo 0614810-76.2019.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Dpc - Distribuidora de Produtos de Consumo Ltda. - De ordem, intimo a parte interessada para manifestar-se sobre o Aviso de Recebimento de fls. retro recebido por terceiro, no prazo de 5 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: OSVALDO FRANCISCO JÚNIOR (OAB 106054/SP), ADV: MARCELA FÁTIMA PASIERPSKI SCHWENDNER (OAB 39887/SC) - Processo 0618082-88.2013.8.04.0001 - Monitória - Duplicata - REQUERENTE: Riffel Moto Peças Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: FELIPE GUSTAVO DE AVILA CARREIRO (OAB 27333/DF) - Processo 0619418-59.2015.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Pagamento - REQUERENTE: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI/DN - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ANNABELLE DE OLIVEIRA MACHADO (OAB 4419/AM), ADV: PAULO SÉRGIO LOPES GONÇALVES (OAB 281005/SP) - Processo 0620004-62.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco da Amazônia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM) - Processo 0620121-19.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Antônio Lima de Deus - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a autarquia previdenciária para tomar ciência do documento expedido às fls. 207/208, a fim de realize as providências necessárias.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: RISONALDO DE MELO LIMA JÚNIOR (OAB 6997/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0620325-92.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Terezinha de Jesus Castelo Barros Heimbecker e outro - REQUERIDO: Gonder Incorporadora Ltda. - Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação fls. 357/364.

ADV: ZENIZE RIBEIRO TAMER (OAB 5489/AM), ADV: JORGE ANTÔNIO DANTAS SILVA (OAB 66708/RJ), ADV: KARINA TATIANA DA CÂMARA ELIAS (OAB 5420/AM) - Processo 0621904-51.2014.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Yasuda Seguros S/a - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM) - Processo 0627447-59.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados Renajud, levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0628312-82.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, intimo a parte interessada para manifestar-se sobre o Aviso de Recebimento de fls. retro recebido por terceiro, no prazo de 5 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: SÍLVIO BENEDICTO ABIBE ARANHA FILHO (OAB 11956/AM), ADV: MARIA CLÁUDIA SOUSA DA SILVA (OAB 1082A/AM) - Processo 0629412-72.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Maria Cláudia Sousa da Silva - REQUERIDO: Arthur Henrique de Souza Azevedo - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0631157-87.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consorcios Ltda - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0631160-42.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consorcios Ltda - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento quanto à busca e apreensão, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: APOENA MOREIRA DA COSTA (OAB 4055/AM), ADV: JOÃO ROBERTO ALMEIDA E SILVA (OAB 1762/AM) - Processo 0631671-79.2015.8.04.0001 - Cumprimento Provisório de Sentença - Multa de 10% - REQUERENTE: Paulo Roberto Campos de Araújo - REQUERIDO: Aldifran Correa Lima - De ordem, intimo a parte interessada para manifestar-se sobre o Aviso de Recebimento de fls. retro recebido por terceiro, no prazo de 5 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0632398-72.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, intimo a parte interessada para manifestar-se sobre o Aviso de Recebimento de fls. retro recebido por terceiro, no prazo de 5 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JORGE HENRIQUE SILVA DE MELO (OAB 7999/AM), ADV: JACIRA VANZIN (OAB 3316/AM) - Processo 0633303-72.2017.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - CONSIGNANTE: Vaneicon - Vanzin Empreendimentos Imobiliários, Incorporações e Construções Ltda - De ordem, intimo a parte interessada para manifestar-se sobre o Aviso de Recebimento de fls. retro recebido por terceiro, no prazo de 5 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB A1118AM), ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM), ADV: GILMAR MADALOZZO DA ROSA (OAB 1142A/AM), ADV: GILMAR MADALOZZO DA ROSA (OAB 1083/RR) - Processo 0633966-21.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - REQUERIDO: Jandmir Gomes e Silva - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0634200-03.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CARLOS DANIEL RANGEL BARRETTO SEGUNDO (OAB 5035/AM), ADV: DEMÉTRIA ANUNCIAÇÃO MARQUES (OAB 1493/AM), ADV: EDUARDO BONATES DE LIMA (OAB 5076/AM) - Processo 0634220-96.2014.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: FRANCISCA ROCHA ANUNCIAÇÃO - REQUERIDO: TEJ MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA ME e outro - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MANUELA CANTANHEDE VEIGA ANTUNES (OAB 4598/AM), ADV: FABRÍCIO PERROTTA DA SILVA (OAB 165909/RJ) - Processo 0634792-18.2015.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: BRUNA ROBERTA DE ARAUJO RODRIGUES - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outros - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a autarquia previdenciária para tomar ciência do documento expedido às fls. 169/170, a fim de realize as providências necessárias.

ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 84206/SP), ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0635918-35.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GUSTAVO DE ARAÚJO SAMPAIO (OAB 10694/AM), ADV: EDEMILSON BRAULIO DE MELO JUNIOR (OAB 268036/SP), ADV: LEONARDO RODRIGUES DIAS SILVA (OAB 318687/SP), ADV: GUILHERME RÉGIO PEGORARO (OAB 34897/PR), ADV: FÁBIO LINDOSO E LIMA (OAB 7417/AM), ADV: LÉA RODRIGUES DIAS SILVA (OAB 340746/SP) - Processo 0641814-25.2018.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Lívia Simões - REQUERIDO: Paulo Horto Leilões Ltda. - Pauto nova audiência de Instrução e Julgamento para o dia 19/02/2020 às 09:30h para a oitiva do corréu, a ser realizada na sala de audiência da 4ª UPJ. Intime-se nos endereços indicados às fls. 1025-1026. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 189340/SP), ADV: LUIZ FERNANDO MAFRA NEGREIROS (OAB 5641/AM), ADV: TUDE MOUTINHO DA COSTA (OAB 564/AM), ADV: BEATRIZ DE SOUZA SOUZA (OAB 12761/AM) - Processo 0643761-51.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: Dária Barroso Serrão das Neves - REQUERIDO: A. Martins Contruções Ltda. - Vistos etc. Julgo-me suspeito, por motivo de foro íntimo, nos moldes do art. 145, §1º, do CPC. Cumpra-se.

ADV: JORGE SECAF NETO (OAB 1167/AM), ADV: ARIELA

BRITO MARQUES (OAB 12128/AM) - Processo 0647084-93.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Gilson Nunes Barbosa - REQUERIDO: Mais Empresarial Eireli Epp - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 30/01/2020 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 17 de setembro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0649692-64.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Wellington Frank Cabral Monteiro - Defiro a justiça gratuita, declarada a hipossuficiência nos termos do art. 99, §3º, do CPC. Defiro, ainda, a inversão do ônus da prova, termos do art. 6º, VIII, do CDC. Acautelo-me na análise do pedido liminar, considerando indispensável antes a ouvida do requerido. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a realização de audiência de conciliação/mediação, nos moldes do CPC, art. 334. Cite-se, pois bem, com as advertências dos arts. 334, 335 e 344 do CPC. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0649869-28.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Vistos etc. Uma vez comprovada a mora, pelos documentos juntados na inicial, defiro a Busca e Apreensão do bem alienado fiduciariamente, nos termos do art. 3º do DL nº 911/69. Cite-se o requerido para, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a integralidade da dívida pendente, nos valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial e/ou apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias da execução da liminar. Intime-se o requerente a pagar os emolumentos do oficial de justiça, conforme a Lei Estadual nº 4.408/2016. Após, expeça-se mandado. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0650020-91.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Marcelo Jose de Assis Nascimento - Defiro a justiça gratuita, declarada a hipossuficiência nos termos do art. 99, §3º, do CPC. Defiro, ainda, a inversão do ônus da prova, termos do art. 6º, VIII, do CDC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a realização de audiência de conciliação/mediação, nos moldes do CPC, art. 334. Cite-se, pois bem, com as advertências dos arts. 334, 335 e 344 do CPC. Cumpra-se.

ADV: ROBERVAL EMERSON OLIVEIRA DE PAULA FILHO (OAB 6721/AM) - Processo 0650089-26.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Jander Gonçalves Vieira - Vistos etc. Julgo-me suspeito, por motivo de foro íntimo, nos moldes do art. 145, §1º, do CPC. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: BASSLA MARINHO ABDEL AZIZ (OAB 13568/AM), ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 697A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM) - Processo 0661318-17.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Compulsando os autos, verifico que o endereço indicado para cumprimento da diligência do oficial de justiça pertence à comarca diversa. Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para informar se há interesse na expedição de Carta Pretória ou indicar endereço pertencente a esta comarca, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: ROSEMARY LIMA RODRIGUES (OAB 2351/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: CHARLES RIBEIRO DA SILVA (OAB 5694/AM) - Processo 0703020-50.2012.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: ORIVELTO GONÇALVES DE FIGUEIREDO - De ordem, intimo a parte interessada para manifestar-se sobre o Aviso de Recebimento de fls. retro recebido por terceiro, no prazo de 5 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM) - Processo 0710240-02.2012.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CARLOS EDUARDO COIMBRA DONEGATTI (OAB 290089/SP), ADV: ROBERTA BRAGA PINHEIRO (OAB 5853/AM), ADV: DEBORAH FARIAS CAVALCANTE (OAB 7822/AM), ADV: EDUARDO MONTENEGRO DOTTA (OAB 155456/SP), ADV: DOTTA, DONEGATTI, LACERDA E TORRES SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 12086/SP) - Processo 0713718-18.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B.V. FINANCEIRA S.A. C.F.I., - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça necessárias à prática do ato processual e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM) - Processo 0713982-35.2012.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, intimo a parte interessada para manifestar-se sobre o Aviso de Recebimento de fls. retro recebido por terceiro, no prazo de 5 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências, no prazo de 5 (cinco) dias.

Alcides Ney José Gomes (OAB 8658/MS)
Alcides Ney José Gomes (OAB 8659/MS)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Annabelle de Oliveira Machado (OAB 4419/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Apoena Moreira da Costa (OAB 4055/AM)
Ariela Brito Marques (OAB 12128/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bassla Marinho Abdel Aziz (OAB 13568/AM)
Beatriz de Souza Souza (OAB 12761/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carlos Daniel Rangel Barretto Segundo (OAB 5035/AM)
Carlos Eduardo Coimbra Donegatti (OAB 290089/SP)
Carlos Eduardo Pereira Teixeira (OAB 327026/SP)
Cássia Luciana da Conceição Rocha (OAB 7819/AM)
Charles Ribeiro da Silva (OAB 5694/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Deborah Farias Cavalcante (OAB 7822/AM)
Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB 697A/AM)
Demétria Anunciação Marques (OAB 1493/AM)
Dotta, Donegatti, Lacerda e Torres Sociedade de Advogados (OAB 12086/SP)

Edemilson Braulio de Melo Junior (OAB 268036/SP)
Eduardo Bonates de Lima (OAB 5076/AM)
Eduardo Montenegro Dotta (OAB 155456/SP)
Eny Bittencourt (OAB 29442/BA)
Erik Lorenzzo Marinho da Silva (OAB 4944/AM)
Fábio Lindoso e Lima (OAB 7417/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Fabrício Perrotta da Silva (OAB 165909/RJ)
Felipe Gustavo de Avila Carreiro (OAB 27333/DF)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Gabriela Costa Machado (OAB 11300/AM)
Gilmar Madalozzo da Rosa (OAB 1083/RR)
Gilmar Madalozzo da Rosa (OAB 1142A/AM)
Guilherme Régio Pegoraro (OAB 34897/PR)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo de Araújo Sampaio (OAB 10694/AM)
Hanna Tavares Cunha (OAB 10417/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069/AM)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
JACIRA VANZIN (OAB 3316/AM)
João Roberto Almeida e SIlva (OAB 1762/AM)
Jorge Antônio Dantas Silva (OAB 66708/RJ)
Jorge Henrique Silva de Melo (OAB 7999/AM)
Jorge Secaf Neto (OAB 1167/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Karina Tatiana da Câmara Elias (OAB 5420/AM)
Lázaro José Gomes Júnior (OAB 8125/MS)
Léa Rodrigues Dias Silva (OAB 340746/SP)
Leonardo Rodrigues Dias Silva (OAB 318687/SP)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Cláudio de Melo Frota (OAB 11291/AM)
Luiz Fernando Mafra Negreiros (OAB 5641/AM)
Manuela Cantanhede Veiga Antunes (OAB 4598/AM)
Marcela Fátima Pasierpski Schwendner (OAB 39887/SC)
Maria Cláudia Sousa da Silva (OAB 1082A/AM)
Maria Lucília Gomes (OAB 84206/SP)
MARIANNA LIRA DA ROCHA (OAB 11244/AM)
Osvaldo Francisco Júnior (OAB 106054/SP)
Paulo Sérgio Lopes Gonçalves (OAB 281005/SP)
PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB A1118AM)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
RICARDO DIAS DE CARTRO (OAB 254813/SP)
Risonaldo de Melo Lima Júnior (OAB 6997/AM)
Roberta Braga Pinheiro (OAB 5853/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Roberval Emerson Oliveira de Paula Filho (OAB 6721/AM)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 189340/SP)
Rodrigo Scopel (OAB 21899/SC)
Rosemary Lima Rodrigues (OAB 2351/AM)
Sílvio Benedicto Abibe Aranha Filho (OAB 11956/AM)
Tude Moutinho da Costa (OAB 564/AM)
Zenize Ribeiro Tamer (OAB 5489/AM)

6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0357/2019

ADV: THIAGO ANDRADE DE MELO (OAB 7214/AM) - Processo 0218687-75.2008.8.04.0001 (001.08.218687-2) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Friller Brasil Alimentos Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: CID DA VEIGA SOARES NETO (OAB 9264/AM), ADV: DEBORAH MOREIRA DA COSTA SOUZA (OAB 4956/AM), ADV: AMILCAR DOS SANTOS PINHEIRO FILHO (OAB 538A/AM), ADV: LUIZ FERNANDO MAFRA NEGREIROS (OAB 5641/AM), ADV: EZEQUIEL MAIA CRUZ (OAB 9700/AM), ADV: MÁRCIO DJAMES DA COSTA FURTADO (OAB 4533/AM), ADV: JÚLIA GABRIELA TRINDADE DE MELO (OAB 8074/AM) - Processo 0218770-57.2009.8.04.0001 (001.09.218770-7) - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Daniel Gomes Teixeira de Andrade - REQUERIDO: A. Martins Construções Ltda. - Vistos, etc. Cuida-se de impugnação ao cumprimento de sentença interposta pela executada, na qual aponta erro na avaliação do veículo que se pretende adjudicar e impenhorabilidade dos veículos pertencentes à empresa Tam Tubos, além da ausência de intimação da penhora e excesso de execução. Houve manifestação do exequente às fls.1.681/1.684. Decido. A respeito da ausência de intimação da executada sobre pedido de adjudicação dos veículos constritos no renajud, tal alegação não merece guarida, uma vez que houve a indigitada intimação (vide fls.1.585), inexistindo qualquer nulidade ou cerceamento de defesa. No que tange à avaliação dos referidos veículos, denota-se que o exequente obedeceu ao disposto no art.871, IV do CPC, na medida em que colacionou avaliação segundo a Tabela Fipe, largamente utilizada na venda de veículos automotores, inexistindo dúvida fundada deste juízo que justifique a necessidade de nova avaliação. Ademais, a executada não logrou demonstrar que os veículos são imprescindíveis ao exercício da atividade empresarial, o que afasta a tese de impenhorabilidade. No que tange ao excesso de execução, a divergência sobre o termo inicial da astreintes já foi dirimida anteriormente, sendo matéria preclusa. Assim, rejeito a impugnação ao cumprimento de sentença. Sem honorários na forma da Súmula 519 do STJ. A respeito do pedido de penhora e avaliação dos imóveis de nº192 e 194 do Condomínio Residencial Amazon Village, intime-se o exequente para que junte, no prazo de 15(quinze) dias, matrícula imobiliária atualizada, no intuito de averiguar se os bens encontram-se livres e desembaraçados. Após a juntada, inexistindo gravames, expeça-se desde logo mandado de penhora e avaliação, averbando-se, em seguida, a constrição no Eridft. A respeito da obrigação de fazer, expeça-se mandado ao Cartório do 3º Ofício de Registro de Imóveis de Manaus a fim de proceder ao registro do imóvel de nº 121 em nome do autor, sem prejuízo do recolhimentos dos emolumentos e do imposto de transferência. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM), ADV: ALAN KELSON DE LIMA FONSECA (OAB 10160/AM) - Processo 0242057-34.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0712439-94.2012.8.04.0001) - Embargos de Terceiro Cível - DIREITO CIVIL - EMBARGANTE: Janderson Barreto de Souza - EMBARGADO: Banco da Amazônia S/A e outro - Em conformidade com o art. 1º, XV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerida para, no prazo de 15 dias, na forma do § 1º do artigo 437 do CPC, manifestar-se sobre os documentos juntados.

ADV: VASCO PEREIRA DO AMARAL (OAB 99A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0602954-23.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Enriquecimento sem Causa - REQUERENTE: Petróleo Brasileiro S/A - Petrobras - REQUERIDO: Otávio Rebeouças de Melo e outros - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerida para que se manifeste acerca da Petição de fls. 295/300, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG),

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM) - Processo 0603755-65.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Michele Cintra Bernardes - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0603771-19.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 7629/SC) - Processo 0607855-29.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Homologo a desistência do feito para fins do artigo 200, parágrafo único do Código de Processo Civil. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Proceda-se à baixa.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ANTÔNIO RODRIGUES DOS PASSOS (OAB 704/AM) - Processo 0609956-44.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Marcos Antônio Hilário Lima - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0610381-76.2013.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 313A/AM) - Processo 0610587-51.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consorcios Ltda - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da superior instância e as intimo para manifestação no prazo de (15) quinze dias.

ADV: ARON PEREIRA WHIBBE (OAB 2202/AM), ADV: MIZZI GOMES GEDEON (OAB 14371/MA) - Processo 0612786-80.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI - REQUERIDO: Aron Pereira Whibbe - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: PRISCILA RUBIM NEPOMUCENO DA SILVA (OAB 13493/AM) - Processo 0616901-76.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Iran Vieira de Sousa - Em conformidade com o art. 1º, XXVI, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte excepta para manifestar-se sobre exceção de pré-executividade, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: FABRÍCIO PERROTTA DA SILVA (OAB 165909/RJ) - Processo 0617689-56.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Érica dos Santos Navegante - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - De ordem, intimo o perito para, no prazo de 15 dias, responder aos pedidos de esclarecimentos.

ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS), ADV: LENNON DO NASCIMENTO SAAD (OAB 386676/SP) - Processo 0622971-75.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Elienai Monteiro Ferreira - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: PENÉLOPE ARYADNE ANTONY LIRA (OAB 7357/AM), ADV: YONETE MELO DAS CHAGAS (OAB 8827/AM) - Processo 0623601-34.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: ADCAM - Associação para O Desenvolvimento Coesivo da Amazônia - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. .

ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 65628/MG), ADV: GIULO ALVARENGA REALE (OAB 1006/AM) - Processo 0624681-04.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados - Homologo a desistência do feito para fins do artigo 200, parágrafo único do Código de Processo Civil. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Proceda-se à baixa.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0625372-81.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o

prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0625735-73.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0627693-55.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0629990-45.2013.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Olgarina Vieira Araújo - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0630025-92.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0630586-87.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXVIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a Defensoria Pública Estadual, na qualidade de curador especial do réu/executado revel, nos termos do art. 72, inciso II, do Código do Processo Civil, do processo acima indicado, o qual deverá formular sua manifestação no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM) - Processo 0631853-26.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: VITOR KIKUDA (OAB 424/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0634494-60.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Franciane Nascimento Oliveira - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da superior instância e as intimo para manifestação no prazo de (15) quinze dias.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0634570-11.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Tarifas - REQUERENTE: Samuel Ferreira da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0634841-25.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0636866-06.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0638635-54.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Maria de Souza e Silva - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: WAGNER OLIVEIRA NAVARRO (OAB 60143/PR) - Processo 0640376-27.2019.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Edição - REQUERENTE: Ana Paula da Rocha Picheth - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte autora para que recolha a primeira parcela das custas de processamento da demanda, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: FRANCESCO ROBUSTELLI NETO (OAB 8268/AM) - Processo 0641167-93.2019.8.04.0001 (apensado ao processo

0613050-92.2019.8.04.0001) - Embargos à Execução - Pagamento - EMBARGANTE: Pedro Santana Freitas - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 19/11/2019 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Ressalta-se que as partes (embargante e embargado) deverão ser informadas da audiência de conciliação por seus respectivos patronos constituídos nos autos. Manaus, 17 de setembro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 38699/DF), ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG), ADV: EMANUEL MARQUES DE MELO JÚNIOR (OAB 2621/AM) - Processo 0644496-50.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Olinto da Silva Figueira - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - Banco Bonsucesso Consignado S/A - Em conformidade com o art. 1º, XVII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que se manifestem sobre o laudo pericial, em conformidade com o art. 477, § 1º do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0644591-80.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Pan S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0647478-03.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Marluce Figueiredo da Costa - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 12/11/2019 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 17 de setembro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0660283-22.2018.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Condomínio Residencial Jardim Paradiso Anturio - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

Alan Kelson de Lima Fonseca (OAB 10160/AM)
Amilcar dos Santos Pinheiro Filho (OAB 538A/AM)
Antônio Rodrigues dos Passos (OAB 704/AM)
Aron Pereira Whibbe (OAB 2202/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Cid da Veiga Soares Neto (OAB 9264/AM)
Deborah Moreira da Costa Souza (OAB 4956/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Emanuel Marques de Melo Júnior (OAB 2621/AM)
Ezequiel Maia Cruz (OAB 9700/AM)
Fabrício Perrotta da Silva (OAB 165909/RJ)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 38699/DF)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 96864/MG)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francesco Robustelli Neto (OAB 8268/AM)

Giulio Alvarenga Reale (OAB 65628/MG)
Giulo Alvarenga Reale (OAB 1006/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
Júlia Gabriela Trindade de Melo (OAB 8074/AM)
Lennon do Nascimento Saad (OAB 386676/SP)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Fernando Mafra Negreiros (OAB 5641/AM)
Márcio Djames da Costa Furtado (OAB 4533/AM)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Maria Lucília Gomes (OAB 313A/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Mizzi Gomes Gedeon (OAB 14371/MA)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Penélope Aryadne Antony Lira (OAB 7357/AM)
Priscila Rubim Nepomuceno da Silva (OAB 13493/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto (OAB 1694/AM)
Sérgio Schulze (OAB 7629/SC)
Thiago Andrade de Melo (OAB 7214/AM)
Vasco Pereira do Amaral (OAB 99A/AM)
Vitor Kikuda (OAB 424/AM)
Wagner Oliveira Navarro (OAB 60143/PR)
Yonete Melo das Chagas (OAB 8827/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUIZ(A) DE DIREITO DIÓGENES VIDAL PESSOA NETO

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CLARINDO JOSÉ LÚCIO GOMES JUNIOR

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0358/2019

ADV: JOSÉ FRANCISCO SANTOS SILVA (OAB 1993/AM), ADV: SALVADOR CLARINDO CAMPELO (OAB 1712/AM) - Processo 0012828-78.1998.8.04.0012 (012.98.012828-2) - Cumprimento de sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Banco Excel Econômico S/A - REQUERIDO: João Carlos Mendes Belchior - Belchior Distribuidora de Bebidas e Gás Ltda. - Sidney Barroso Belchior - Tendo em vista a certidão de fl. 89, determino a intimação do Credor, via correio, para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 05 dias, sob pena de extinção por abandono.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0015125-58.1998.8.04.0012 (012.98.015125-0) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Wilson Batista Campos - Liam Computadores Ltda. - Carlos Alberto Vasques - INTSSADO: Terceiro Ofício de Registro de Imóveis da Capital - Tendo em vista a petição de fl. 183, determino a secretaria que proceda a baixa e o arquivamento dos autos.

ADV: ANDREY FARACHE BARROSO (OAB 12705/AM), ADV: ALBERTO SIMONETTI CABRAL NETO (OAB 002.599/AM), ADV: JÉSSICA FERREIRA BOTELHO (OAB 6826/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO RIBEIRO SIMONETTI CABRAL (OAB 3725/AM), ADV: JÁDSON ALVES LIMA (OAB 1969/AM) - Processo 0018498-77.2010.8.04.0012 (012.10.018498-0) - Embargos de Terceiro Cível - REQUERENTE: Sheila Maria Laborda Cavalcante - REQUERIDA: Sarkis Indústria, Comércio e Representação Ltda. - I- Defiro o pedido de fls. 177 dos autos. II- Proceda-se a consulta via sistema INFOJUD, consoante solicitado.

ADV: ARISTÓFANES BEZERRA DE CASTRO NETO (OAB 7309/AM) - Processo 0031269-04.2002.8.04.0001 (001.02.031269-6) - Procedimento Comum Cível - REQUERENTE: Estelita Ferreira Barata - REQUERIDO: Francisco Soares de Souza - Intime-se o advogado da autora para se manifestar acerca do pedido de habilitação dos herdeiros, no prazo de 15 (quinze) dias, Sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: CINTHYA FEITOSA DE SOUZA (OAB 6978/AM), ADV: LEILA ALMEIDA DE SOUSA (OAB 3734/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM) - Processo 0054867-70.2010.8.04.0012 (012.10.054867-1) - Procedimento Comum Cível - REQUERENTE: G. M. Auto Peças Ltda. - Tendo em vista a certidão de fl. 190, determino a intimação do autor para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 05 dias.

ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: FERNANDA CABRAL MARQUES (OAB 6755/AM), ADV: LEILA ALMEIDA DE SOUSA (OAB 3734/AM) - Processo 0058218-65.2002.8.04.0001 (001.02.058218-9) - Cumprimento de sentença - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Martins Veículos Ltda. - REQUERIDO: José Roberto Félix Dantas - Tendo em vista a certidão de fl. 173, arquive-se os autos. Cumpra-se.

ADV: MAYRA DE CASTRO MAIA FLORÊNCIO (OAB 1157A/AM) - Processo 0214946-85.2012.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Distribuidora Equador de Produtos de Petróleo Ltda. - REQUERIDO: Auto Posto Bizourão PPA Leite & Cia. Ltda. - INTSSADA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Defiro o pedido de suspensão do feito, consoante solicitado pela parte autora.

ADV: MAYRA DE CASTRO MAIA FLORÊNCIO (OAB 1157A/AM) - Processo 0214946-85.2012.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Distribuidora Equador de Produtos de Petróleo Ltda. - REQUERIDO: Auto Posto Bizourão PPA Leite & Cia. Ltda. - INTSSADA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Em cumprimento ao despacho de fl. 157.

ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM), ADV: LUÍS FELIPE AVELINO MEDINA (OAB 6100/AM), ADV: DOUGLAS RUI PESSOA REIS AGUIAR (OAB 11441/AM) - Processo 0215025-25.2016.8.04.0001 (processo principal 0602496-11.2013.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: HTS Serviços de Hotelaria e Turismo Ltda. - EXECUTADO: Classe A Representações Ltda. - ME - I- Defiro o pedido de fls. 44/45 dos autos. II- Consoante Portaria 116/217 - PTJ, tabela III, item 9 (atos processuais), intime-se o autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas acerca da requisição de informações eletrônicas. Após, proceda-se a consulta via Sistema de Registro de Imóveis Eletrônico - ERIDFT, consoante solicitado.

ADV: LUIZ CARLOS SILVA (OAB 168472/SP) - Processo 0224704-25.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Aldenisa da Costa Rodrigues - Elzira de Aguiar Queiroz - Eugênia Carlos de Souza - Luzia Silva de Oliveira - Marina Seixas Germano - Nilson Rodrigues de Souza - Ozana Alfredo de Souza - Paulo André Viana Fernandes - Raimundo Fernandes da Silva - Ruth das Graças Nunes - REQUERIDO: Federal de Seguros S/A - Em Liquidação Extrajudicial - INTSSADO: Caixa Seguradora S/A - Caixa Econômica Federal - CEF - Manifeste-se a parte autora acerca da petição de fls. 1031/1052 e documentos anexos, no prazo de 05 dias.

ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 1006A/AM) - Processo 0228733-21.2011.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento Em Direitos Creditórios Não Padronizados e outro - REQUERIDO: Marinete da Silva Mariano - I. Tendo em vista a certidão de fl. 242, intime-se o Autor, pessoalmente, mediante carta, para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, §1º, CPC. Cumpra-se.

ADV: MICHELE MACHADO SANT'ANA LOPES (OAB 6304/RO) - Processo 0236666-64.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Inês Ferreira Lopes - REQUERIDO: Rodoviário Lino Ltda. - ME - Serra Negra Turismo Ltda. - Intime-se a Autora para recolher as custas da diligência do Oficial de Justiça, no prazo de 05 dias. II. Após, expeça-se o competente Mandado. Cumpra-se.

ADV: WAGNER LUIZ DE ANDRADE (OAB 154379/SP), ADV:

ODAIR ALVES (OAB 336801/SP), ADV: JAYME PEREIRA JÚNIOR (OAB 3918/AM) - Processo 0252294-79.2008.8.04.0001/07 (apensado ao processo 0252294-79.2008.8.04.0001) - Incidente de Falsidade - REQUERENTE: Kaleb Torres de Almeida - REQUERIDA: CETRAM - Central de Tratamentos de Resíduos da Amazônia - PERITO: Fernando Antônio Ferreira Lopes e outro - Tendo em vista que o Perito Sr. Fernando Antonio Ferreira Lopes, nomeado às fls. 15, para realizar perícia grafotécnica nos autos, até a presente data não se manifestou nos autos, nomeio o Sr. HÉLIO DO CARMO MAGALHÃES NETO, perito grafotécnico, com escritório nesta cidade, a Rua C, nº 28, Conjunto Ipase, Compensa I, telefone 98415-9162, para realizar perícia grafotécnica, consoante solicitado pelo autor, o laudo deverá ser apresentado, no prazo de (20) dias. No entanto, como a parte interessada no objeto da perícia é beneficiária da justiça gratuita e, ainda, considerando os termos da Portaria n.1.233/2012, que dispõe sobre o estipêndio dos peritos nestes casos, fixo, desde já, os honorários periciais em R$ 1.000,00 (um mil reais). Com efeito, após a manifestação do perito, determino que seja solicitado junto a Presidência deste Tribunal o pagamentos dos honorários. Intimem-se as partes na forma do art. 465, parágrafo 1º, inciso II e III, do CPC.

ADV: ELAINE DIB BOTELHO RIBEIRO (OAB 8028/AM), ADV: FABIANA CAROLINE SILVA (OAB 8019/AM) - Processo 0314738-85.2007.8.04.0001 (001.07.314738-0) - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Vieiralves Imobiliária Ltda. - REQUERIDO: Valdir Virgílio da Silva - Cláudia Regina de Souza Henriques - INTSSADO: Comando Geral da Polícia Militar do Amazonas - I. O processo encontra-se maduro para julgamento, haja vista que não há necessidade de produzir provas em audiência, pois a matéria de mérito é exclusivamente de direito, razão pelo qual dou-me em condições de conhecer diretamente do pedido, com inteligência do art. 355, I, do NCPC. Cumpra-se.

ADV: MARIA JOSÉ DE OLIVEIRA RAMOS (OAB 2322/AM), ADV: VASCO PEREIRA DO AMARAL (OAB A-99/AM), ADV: GÉRSON MENEZES EVANGELISTA (OAB 5268/AM) - Processo 0358787-17.2007.8.04.0001 (001.07.358787-8) - Protesto - Títulos de Crédito - REQUERENTE: Madeforming Industrial de Plásticos Ltda. - REQUERIDO: Cipatex Impregnadora de Papéis e Tecidos Ltda. - Posto isto, não resta outra solução senão a extinção e arquivamento destes autos, nos termos do art. 485, III, CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos, observando as cautelas legais Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: WALLISON DANIEL DIAS OLIVEIRA (OAB 8932/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0602029-90.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Maria do Socorro Cooper Arcanjo - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Tendo em vista a certidão de fl. 625, a qual informa que o término do prazo se deu em 20/08/2019, determino à secretaria que certifique se houve recurso da Decisão Interlocutória de fls. 623/624.

ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM), ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0602698-51.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: S. M. Rocha Combustíveis e Lubrificantes Ltda. - ME - Sebastião Monteiro Rocha - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: ROBERTO ALVES (OAB 9258/AM) - Processo 0603710-95.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Andrealdo dos Santos Araújo - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - INTSSADO: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - PERITO: Marcelo Cláudio Barroso de Vasconcelos Dias - Intime-se a Autarquia Ré para, querendo, apresente impugnação aos termos da petição de fls. 187/191, bem como, ao numerário descrito na planilha de fls. 304/306, tendo para tanto o prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 535, caput, CPC. Caso transcorra o citado prazo sem que haja impugnação a execução, expeça-se a competente RPV, caso o valor da condenação for igual ou inferior a 60 (sessenta) salários mínimos, ou, Precatório caso o valor seja acima de 60 salários mínimos, em favor da parte Autora, conforme art. 535, §3º, CPC. Cumpra-se.

ADV: MARCO ANTÔNIO CRESPO BARBOSA (OAB 115665/SP) - Processo 0604407-19.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Jonathas Santos de Freitas - Trata-se de Ação de Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária ajuizada por Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A, devidamente qualificada contra Jonathas Santos de Freitas, igualmente qualificada. O(a) Requerente foi intimado(a) pessoalmente para dar o regular andamento ao feito, sob pena de extinção. Todavia, deixou transcorrer o prazo legal sem qualquer manifestação. Ressalte-se que o Tribunal de Justiça do Amazonas, firmou entendimento no sentido de que: “Deixar de realizar os atos que lhe competiam, indispensáveis ao regular andamento do feito, acarreta a extinção do processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, do CPC. A extinção de processo por abandono de causa só é possível se precedida de intimação pessoal do autor para, em 5 dias, promover o andamento do processo, na forma do § 1º, do Art. 485, do CPC, sendo insuficiente a intimação somente do advogado”. (Apelação nº. 0621247-41.2016. Relatora Desembargadora Maria das Graças Pessoa Figueiredo. Órgão julgador: Primeira Câmara Cível. Data do julgamento: 17/12/2017. Data de registro: 18/12/2017) Assim, estando o processo abandonado pelo(a) Requerente por mais de 30 (trinta) dias, e tendo esta sido intimada pessoalmente à promover o regular prosseguimento do feito, não o faz, imperioso a extinção, sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, do CPC. Ex positis e por tudo mais que dos autos constam, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, do CPC. Condeno a(a) Requerente ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como aos honorários de Advogado do(a) Requerido(a) no equivalente a 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, na forma do art. 85, §2º, do CPC. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MICHAEL LEMES MONTEIRO (OAB 10013/AM), ADV: MARCOS ANTÔNIO VASCONCELOS (OAB 5794/AM) - Processo 0607145-82.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERENTE: Kaio Loureiro Andrade - José Freitas Andrade - REQUERIDA: Maria de Lourdes Augusto de Aquino - Agenildo Souza Ferreira - Defiro o pedido de dilação do prazo de 10 (dez) dias, para o autor, consoante solicitado à fl. 140. Cumpra-se.

ADV: DANIEL NUNES ROMERO (OAB 168016/SP), ADV: ARIOSMAR NERIS (OAB 232751/SP) - Processo 0607833-05.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A - REQUERIDA: Edima Franklenei de Castro Carvalho - Homologo por sentença a desistência manifestada para que produza os efeitos legais. Em consequência, extingo o processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Dê-se baixa na distribuição e arquive-se. Condeno o Requerente no pagamento das custas processuais.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0608410-46.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Raimundo Rito de Oliveira Cardoso - REQUERIDO: Banco Bonsucesso S/A - I. O processo encontra-se maduro para julgamento, haja vista que não há necessidade de produzir provas em audiência, pois a matéria de mérito é exclusivamente de direito, razão pelo qual dou-me em condições de conhecer diretamente do pedido, com inteligência do art. 355, I, do NCPC. Cumpra-se.

ADV: GUNTHER AQUILES MARQUES PAZ (OAB 7296/AM), ADV: FLÁVIO JOSÉ DOS SANTOS MARQUES (OAB 1608/AM) - Processo 0610607-13.2015.8.04.0001 - Monitória - Cheque -

REQUERENTE: CTA - Cleiton Táxi Aéreo Ltda. - REQUERIDO: S. P. Distribuidora Ltda. - Jesus Alves dos Santos - Simone de Souza Haddad - I. Tendo em vista a certidão de fl. 124, intime-se o Autor, pessoalmente, mediante carta, para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, §1º, CPC. Cumpra-se.

ADV: LEONARDO PEREIRA DE MELLO (OAB A898/AM), ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM) - Processo 0610614-63.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0601300-93.2019.8.04.0001) - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Cortezia Transporte, Comércio de Bebidas e Material de Construção Ltda. - ME - Danilo Cortezia de Oliveira - Jacqueline Priscila Pinheiro de Jesus - Carlos Jorge Fernandes Pinheiro - Mercedes dos Santos Ferreira Pinheiro - EMBARGADO: R. C. Recebíveis Ltda. - Tendo em vista a petição de fl. 140, informando que as partes entabularam acordo extrajudicial, defiro o pedido de suspensão do feito, até o cumprimento da avença.

ADV: ELÓI CONTINI (OAB 1182A/AM) - Processo 0610858-60.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Ativos S/A Securitizadora de Créditos Financeiros e outro - REQUERIDO: Marcus Davison Cabral Almeida - Intime-se o autor para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 05 dias.

ADV: ALEX PFEIFFER (OAB 181251/SP), ADV: GERALDO FONSECA DE BARROS NETO (OAB 206438/SP), ADV: CLEUZA ANNA COBEIN (OAB 30650/SP), ADV: RICARDO FELIPE DE MELO (OAB 347221/SP), ADV: PAULO HENRIQUE KURASHIMA (OAB 305617/SP) - Processo 0613463-13.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Brasil Factoring Fomento Comercial Ltda. - REQUERIDO: Banco Safra S/A - Tendo em vista a juntada de informação que o Agrava de Instrumento ainda não transitou em julgado, torno sem efeito o despacho de fl. 178, e determino que seja aguardado a decisão definitiva do Agravo de Instrumento. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0617138-47.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: W. C. Pires - WCP Confecções - ME - Weberson Camara Pires - Manifeste-se o autor acerca do Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores de fls. 131/132, dos autos, no prazo de 05 dias.

ADV: JOVINO MACHADO DA NOBREGA NETO (OAB 10727/PB), ADV: JOSÉ EDUARDO NOGUEIRA JUNIOR (OAB 14352/PB), ADV: FABIANO MIRANDA GOMES (OAB 13003/PB), ADV: ANÍSIO MARQUES VALENTE NETTO (OAB 13255/AM), ADV: MARIA DO ROSÁRIO NEVES FILARDI (OAB 5504/AM), ADV: CAROLINE GUIMARAES OLIVEIRA SOARES (OAB 25734/PB) - Processo 0618502-54.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Nordestão Comércio, Representação e Serviços Ltda. - ME - REQUERIDO: Elizabeth Porcelanato Ltda. - LITSPASSIV: Cerâmica Elizabeth Ltda. - Elizabeth Revestimentos Ltda. - Tendo em vista a lavra Decisão do Desembargador, Délcio Luis Santos de fls. 738/742, determino a Secretaria que façam os autos conclusos para sentença.

ADV: EDUARDO BONATES DE LIMA (OAB 5076/AM), ADV: ANA VIRGÍNIA ARAKIAN IZEL (OAB 3701/AM), ADV: VÍTOR KIKUDA (OAB 2488A/AM) - Processo 0618634-77.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0715343-87.2012.8.04.0001) - Embargos à Execução - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - EMBARGANTE: Instituto de Preservação Ambiental, Social, Desportivo e Ecológico do Amazonas - IPASDEAM - EMBARGADO: Metro Importação de Artigos Eletrônicos Ltda. - Na forma do art. 920, do CPC, dou-me em condições de conhecer diretamente do pedido.

ADV: JOÃO ROBERTO DOS ANJOS FILHO (OAB 12389/AM) - Processo 0620140-54.2019.8.04.0001 - Monitória - Locação de Móvel - REQUERENTE: Diego Simões da Silva Eireli - ME (Vip Automotive Service) - REQUERIDO: Eldiney das Neves Freitas - Posto isso, e tendo em vista que o Requerido não apresentou os embargos, conforme certidão de fl. 42, razão por que me é forçoso aplicar o comando inserto no caput do art. 701, do NCPC, JULGANDO PROCEDENTE a pretensão da Autora, Diego Simões da Silva Eireli - ME (Vip Automotive Service) para constituir de pleno direito o título executivo judicial e condenar o Requerido, ELDINEY DAS NEVES FREITAS, ao pagamento do valor reclamado, R$ 1.880,57 (Um mil oitocentos e oitenta reais e cinquenta e sete centavos), que deverá ser legalmente corrigido, aplicando juros de 1% ao mês a partir do vencimento de cada fatura e correção monetária a partir da citação. Ante os efeitos da sucumbência, condeno o Requerido, no pagamento das custas processuais e honorários de advogado, estes fixados em dez por cento (10%) sobre o valor da causa. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO (OAB 98628/SP), ADV: ALLISON DILLES DOS SANTOS PREDOLIN (OAB 285526/SP), ADV: ADRIANO DE OLIVEIRA LEITE (OAB 4609/AM) - Processo 0620361-42.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Vera Lúcia de Oliveira Leite - REQUERIDO: Banco Cruzeiro do Sul S/A - Valdor Faccio - ME - Administradoras Judiciais - Laspro Consultores Ltda. - Intime-se o Executado, na forma do art. 513, §2º, do CPC, para efetuar o pagamento voluntário da dívida nos termos da sentença exequenda, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Não ocorrendo pagamento voluntário, o débito será acrescido de multa no equivalente a 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, §1º. Fixo os honorários de advogado, pelo cumprimento de sentença, no equivalente a 20% (vinte por cento), da dívida atualizada, nos termos do art. 85, §1º, c/c art. 523, §1º, do CPC. Autorizo a realização de penhora via Bacenjud, nos termos do art. 523, §3º, do CPC, desde que o credor apresente o demonstrativo de débito atualizado, bem como o comprovante de pagamento das custas com a consulta, nos termos da Tabela III, da Portaria Nº 116/2017 - PTJ (DJe 24/01/2017). Advirto ao Executado que, optando por apresentar impugnação ao cumprimento de sentença, deverá juntar o comprovante de pagamento das custas do incidente, nos termos da Tabela II, da Portaria Nº 116/2017 - PTJ (DJe 24/01/2017). Após, dê-se vista ao Exequente. Cumpra-se.

ADV: GISELLE CORDEIRO SAMPAIO (OAB 8091/AM), ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB 700A/AM) - Processo 0622919-84.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDA: Naftali Nascimento da Silva - Trata-se de Ação de Execução de Título Extrajudicial ajuizada por Banco Bradesco Financiamentos S/A, devidamente qualificada contra Naftali Nascimento da Silva, igualmente qualificada. O(a) Requerente foi intimado(a) pessoalmente para dar o regular andamento ao feito, sob pena de extinção. Todavia, deixou transcorrer o prazo legal sem qualquer manifestação. Ressalte-se que o Tribunal de Justiça do Amazonas, firmou entendimento no sentido de que: “Deixar de realizar os atos que lhe competiam, indispensáveis ao regular andamento do feito, acarreta a extinção do processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, do CPC. A extinção de processo por abandono de causa só é possível se precedida de intimação pessoal do autor para, em 5 dias, promover o andamento do processo, na forma do § 1º, do Art. 485, do CPC, sendo insuficiente a intimação somente do advogado”. (Apelação nº. 0621247-41.2016. Relatora Desembargadora Maria das Graças Pessoa Figueiredo. Órgão julgador: Primeira Câmara Cível. Data do julgamento: 17/12/2017. Data de registro: 18/12/2017) Assim, estando o processo abandonado pelo(a) Requerente por mais de 30 (trinta) dias, e tendo esta sido intimada pessoalmente à promover o regular prosseguimento do feito, não o faz, imperioso a extinção, sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, do CPC. Ex positis e por tudo mais que dos autos constam, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, do CPC. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM), ADV: ANTÔNIA TAVARES CORRÊA GONZAGA (OAB 4244/AM) - Processo 0623030-63.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Wesley Corrêa Gonzaga - Ex positis e por tudo mais que dos autos

constam, JULGO EXTINTO a Ação de Busca e Apreensão, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, VI, Novo Código de Processo Civil. Tendo em conta o princípio da causalidade, condeno o Requerido ao pagamento das custas processuais e honorários de advogado que, arbitro em R$ 1.000,00. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARCELO HENRIQUE CARVALHO DOS SANTOS (OAB 9848/AM) - Processo 0623526-63.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Kalce Distribuidora de Calçados Ltda. - EXECUTADO: J. M. R. Marinho Panificação - ME - Tendo em vista o AR de fl. 86, determino a intimação dos patronos do autor para, no prazo de 05 dias, informarem o novo endereço do mesmo, sob pena de extinção por abandono. Cumpra-se.

ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM), ADV: WALCIMAR DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 2469/AM) - Processo 0625193-26.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Dissolução - REQUERENTE: Maria das Graças Vieira do Valle - REQUERIDO: Construtora Planecon Ltda. - George Antísthenes Lins de Albuquerque - Júlia Bandeira de Melo Lins Albuquerque - Indefiro em parte o pedido de fls. 189/190, por não haver o autor comprovado que esgotou as tentativas de localização da parte requerida Construtora Planecon. Posto isso, determino a intimação da autora para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 dias.

ADV: MARCOS ALDENIR FERREIRA RIVAS (OAB 2250/AM), ADV: CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB 925A/AM), ADV: THIAGO ANDRADE DE MELO (OAB 7214/AM), ADV: ADRIANA MARIA MARTINS DA COSTA MALIZIA (OAB 5466/AM) - Processo 0625728-52.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Itaú Unibanco S/A - EXECUTADO: Friller Brasil Alimentos Ltda. - Laureano Cezar Elias Muller - Victória Sami Costa Muller - Intime-se o Executado, na forma do art. 513, §2º, do CPC, para efetuar o pagamento voluntário da dívida nos termos da sentença exequenda, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Não ocorrendo pagamento voluntário, o débito será acrescido de multa no equivalente a 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, §1º. Fixo os honorários de advogado, pelo cumprimento de sentença, no equivalente a 20% (vinte por cento), da dívida atualizada, nos termos do art. 85, §1º, c/c art. 523, §1º, do CPC. Autorizo a realização de penhora via Bacenjud, nos termos do art. 523, §3º, do CPC, desde que o credor apresente o demonstrativo de débito atualizado, bem como o comprovante de pagamento das custas com a consulta, nos termos da Tabela III, da Portaria Nº 116/2017 - PTJ (DJe 24/01/2017). Advirto ao Executado que, optando por apresentar impugnação ao cumprimento de sentença, deverá juntar o comprovante de pagamento das custas do incidente, nos termos da Tabela II, da Portaria Nº 116/2017 - PTJ (DJe 24/01/2017). Após, dê-se vista ao Exequente. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0626896-55.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Eliege Nascimento de Sousa - TERCEIRA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - I- Defiro o pedido de fls. 102 dos autos. II- Consoante Portaria 116/217 - PTJ, tabela III, item 9 (atos processuais), intime-se o autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas acerca da requisição de informações eletrônicas. Após, proceda-se a consulta via Sistema de Registro de Imóveis Eletrônico - ERIDFT, consoante solicitado.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0628438-45.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: J. A. Maciel Chaves - ME - José Almir Maciel Chaves - Tendo em vista o acordo de fls. 139/141 entabulado entre as partes, defiro o pedido de suspensão do feito até o cumprimento integral do acordo, conforme solicitado. Após, decorrido o prazo e devidamente cumprido o acordo, voltem-me os autos conclusos para homologação.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0629362-80.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADA: Rosa Maria Ferreira Rodrigues - Tendo em vista o acordo de fls. 156/159 entabulado entre as partes, defiro o pedido de suspensão do feito até o cumprimento integral do acordo, conforme solicitado. Após, decorrido o prazo e devidamente cumprido o acordo, voltem-me os autos conclusos para homologação. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0630456-29.2019.8.04.0001 - Monitória - Cédula de Crédito Comercial - REQUERENTE: Gráfica Moriá Ltda. - ME - REQUERIDO: Instituto Boi Bumbá Garantido - I. O processo encontra-se maduro para julgamento, haja vista que não houve contestação e assim reputando-se como verdadeiros os fatos narrados pela autora, razão pelo qual dou-me em condições de conhecer diretamente do pedido, com inteligência do art. 355, II, do CPC. Cumpra-se.

ADV: MÁRCIO PEREZ DE REZENDE (OAB 77460/SP), ADV: GILMAR MARTINS MONTEIRO (OAB 6520/AM), ADV: MARCELO DE LIMA (OAB 2797/AM) - Processo 0631999-43.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Banco Safra S/A - REQUERIDO: Manoel Domingos Gomes Filho - Benady dos Santos Gomes - Mário Bruno dos Santos Gomes - INTSSADO: Cartório do 4º Ofício de Registro de Imóveis e Protesto de Títulos de Manaus/AM - Intime-se o Banco Executado, através do sistema de convênios para citações e Intimações a Empresas e Entes Públicos, na forma do art. 513, §2º, do CPC, para efetuar o pagamento voluntário da dívida nos termos da sentença exequenda, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Não ocorrendo pagamento voluntário, o débito será acrescido de multa no equivalente a 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, §1º. Fixo os honorários de advogado, pelo cumprimento de sentença, no equivalente a 20% (vinte por cento), da dívida atualizada, nos termos do art. 85, §1º, c/c art. 523, §1º, do CPC. Advirto ao Executado que, optando por apresentar impugnação ao cumprimento de sentença, deverá juntar o comprovante de pagamento das custas do incidente, nos termos da Tabela II, da Portaria Nº 116/2017 - PTJ (DJe 24/01/2017). Após, dê-se vista ao Exequente. Cumpra-se.

ADV: MARCELO MARÇAL SOARES MIGUEL (OAB 151839/MG), ADV: PEDRO MIGUEL SOBRINHO (OAB 46993/MG) - Processo 0633164-91.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: TBI do Brasil Produtos Mecânicos e Ferramentas Ltda. - EXECUTADO: Casa do Soldador Comércio de Máquinas e Equipamentos Ltda. - REQUERIDA: Ângela Maria Barbosa Cruz - José Ricardo Chíxaro - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0634583-83.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Jomara Antunes de Souza - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: JOSÉ CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS (OAB 273843/SP) - Processo 0634832-63.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Seguro - EXEQUENTE: Sul América Companhia de Seguro Saúde - EXECUTADO: Médole

Raios X Ltda. - I- Defiro o pedido de fls. 281/283 dos autos. II- Proceda-se a consulta via sistemas INFOJUD, e RENAJUD, consoante solicitado.

ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE), ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0637174-81.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - REQUERIDO: Rubem Corrêa Façanha - Defiro o pedido de suspensão do feito, pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, consoante solicitado à fl. 86.

ADV: LINO RODRIGUES PESSOA NETO (OAB 5423/AM), ADV: LEONARDO LIMA TOLEDANO (OAB 10107/AM), ADV: CÁRITA DOS ANJOS NASCIMENTO (OAB 8082/AM) - Processo 0637850-24.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Toka da Karol Materiais de Construção Ltda. - REQUERIDO: Medeiros e Medeiros Comércio Varejista de Cosméticos Ltda. (L. M. Cosméticos) - Ex positis, e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, para condenar a Requerida a efetuar o pagamento à Autora a importância de R$ 27.798,44 (vinte e sete mil setecentos e noventa e oito reais e quarenta e quatro centavos), devidamente atualizado com correção monetária pelo INPC-IBGE, desde a data do vencimento, acrescidos de juros simples, a contar da data da citação da Requerida. Condeno ainda a Requerida no pagamento das custas processuais e honorários de advogado em favor do patrono do Requerente, fixados, com base no art. 20, §3º, do CPC, em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DÊNIO LEITE NOVAES JÚNIOR (OAB 10855/PR) - Processo 0637886-32.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Dívida Ativa - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Gleidson Ricardo Brito de Souza - Expeça-se o competente Mandado de Execução, para cumprimento da presente precatória. Cumpra-se.

ADV: DANYEL FURTADO TOCANTINS ÁLVARES (OAB 311574/SP), ADV: ANTÔNIA MACHADO DE OLIVEIRA (OAB 120279/SP), ADV: BEATRIZ BATISTA DOS SANTOS (OAB 295353/SP), ADV: JORGE HADAD SOBRINHO (OAB 91701B/SP), ADV: ROSÂNGELA LEMOS DE MELLO GUIMARÃES (OAB 2747/AM), ADV: MARIA LUIZA DO NASCIMENTO RIBEIRO (OAB 3066/AM), ADV: FRANCISCO ANDRÉ CARDOSO DE ARAÚJO (OAB 279455/SP) - Processo 0642847-55.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Direito de Imagem - REQUERENTE: Filipe Gonçalves da Silva - Hanna Ketllen Costa da Silva - REQUERIDO: Norte Editora Ltda. - ME (Jornal Amazonas Em Tempo) - Ana Sena - Intime-se o Executado, na forma do art. 513, §2º, do CPC, para efetuar o pagamento voluntário da dívida nos termos da sentença exequenda, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Não ocorrendo pagamento voluntário, o débito será acrescido de multa no equivalente a 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, §1º. Fixo os honorários de advogado, pelo cumprimento de sentença, no equivalente a 20% (vinte por cento), da dívida atualizada, nos termos do art. 85, §1º, c/c art. 523, §1º, do CPC. Autorizo a realização de penhora via Bacenjud, nos termos do art. 523, §3º, do CPC, desde que o credor apresente o demonstrativo de débito atualizado, bem como o comprovante de pagamento das custas com a consulta, nos termos da Tabela III, da Portaria Nº 116/2017 - PTJ (DJe 24/01/2017). Advirto ao Executado que, optando por apresentar impugnação ao cumprimento de sentença, deverá juntar o comprovante de pagamento das custas do incidente, nos termos da Tabela II, da Portaria Nº 116/2017 - PTJ (DJe 24/01/2017). Após, dê-se vista ao Exequente. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0642896-91.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Modificar Construções Ltda. - Maria Auxiliadora Nascimento Rodrigues - Diante do exposto, HOMOLOGO, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo firmado entre as partes às fls. 139/141 e JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fundamento no Art. 487, III, b, do Código de Processo Civil. Defiro o pedido de suspensão do feito, consoante solicitado no item 9 do pedido de fl. 141. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ZENAIDE DE OLIVEIRA BRANDÃO (OAB 13164/AM) - Processo 0642944-16.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Zeneida Ribeiro da Silva - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - I. Analisando detidamente os autos verifico que o Autor cumpriu os requisitos dos arts. 319 e 320, do NCPC. II. Acautelo-me na concessão da liminar requerida. III. Defiro o pedido de Justiça Gratuita, nos termos do art. 98, do CPC, bem como a inversão do ônus da prova. IV. Determino a remessa dos autos ao Centro Judiciário de Soluções de Conflitos - CEJUSC Cível, nos termos do art. 334, do NCPC. Cumpra-se.

ADV: TAINAH OLÍMPIO GALAXE (OAB 7927/AM), ADV: CECIL VENTURIN DA SILVA (OAB 9361/AM) - Processo 0643692-87.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: José Francisco de Souza - REQUERIDO: ACE Seguradora S/A - PERITO: Maurício Alexandre de Meneses Pereira - Ex positis, REJEITO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, aviados por Seguradora Ace S/A, contra a sentença proferida às fls. 286/295, mantendo-se, destarte, hígida nos moldes tal como está lançada, por seus jurídicos e legais fundamentos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FLÁVIO DA CONCEIÇÃO FERREIRA OLIVEIRA (OAB 5960/AM), ADV: LEANDRO KAZUYUKI TAKAHASHI (OAB 12343/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: ANDRÉA FONSECA OLIVEIRA (OAB 5959/AM) - Processo 0643870-36.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Acrópole Instituições Educacionais Ltda. - EPP - REQUERIDO: Coimbra dos Santos & Cia. Ltda. - Ex positis, REJEITO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, aviados por Coimbra dos Santos Cia Ltda, contra a sentença proferida às fls. 250/263, mantendo-se, destarte, hígida nos moldes tal como está lançada, por seus jurídicos e legais fundamentos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: DOUGLAS GOMES DA SILVA (OAB 6980/AM), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: ANTÔNIO CLÁUDIO PINTO FLORES (OAB A583/AM) - Processo 0644690-84.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ranolfo Ferreira de Aquino - REQUERIDO: Brasil Norte Bebidas Ltda. - PERITO: Jamal da Silva Chaar - Tendo em vista a certidão de fl. 131, determino a secretaria que proceda intimação ao Sr. Perito para informar a este Juízo se a perícia foi realizada.

ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE), ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0646039-54.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - REQUERIDO: Gabriel Nascimento de Souza - BANCO HONDA S/A, qualificado à fl. 01 dos autos, requereu Ação de Busca e Apreensão contra GABRIEL NASCIMENTO DE SOUZA, qualificado na mesma peça, alegando em síntese, que celebrou com o requerido contrato de financiamento, com garantia de alienação fiduciária no valor de R$ 19.192,23, para ser pago em 48 prestações iguais, cujo financiamento foi destinado ao bem descrito a fl. 01, que o requerido não pagou as prestações vencidas em 05.06.19, e subsequentes; que esgotou todos os meios para obter o seu crédito, inclusive notificando através de notificação do Cartório de Títulos e Documentos (fls. 11/13), não restando outra opção senão a presente medida. Requereu finalmente a concessão da medida, a citação do requerido, a procedência da ação e a condenação das custas e honorários de advogado. Examinando os autos, constata-se que o receio do Autor é legitimo em tentar manter o patrimônio representado pelo bem descrito na inicial. Isto Posto, estando devidamente comprovada a mora do Requerido, DEFIRO liminarmente a medida, com espeque no art. 3º, do Dec-Lei 911/69, com nova redação dada pelo art. 56, da Lei 10.931, de 03.08.2004, para determinar a busca e apreensão do bem acima descrito, na residência do requerido ou no local onde for encontrado, devendo para tanto, ser entregue ao autor, mediante termo de apreensão, até decisão final. Após o cumprimento da medida, cite-se o requerido para, no prazo de 05 dias, pagar o valor da dívida pendente, conforme os valores apresentados pelo autor na inicial, acrescidos de honorários e custas processuais (nova redação do art. 3º, § 2º, do Decreto-Lei 911/69), sob pena de lhe ser aplicado o que está estabelecido no parágrafo 1º, do art. 3º,

do referido Dec-Lei ou, no prazo de 15 dias, apresentar resposta, conforme está estabelecido nos parágrafos 3º e 4º, do Dec-Lei 911/69 (nova redação). Intime-se o autor para efetuar o pagamento da diligência do oficial de justiça, no prazo de 10 (dez) dias, após expeça o competente mandado. Cumpra-se.

ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 313A/AM) - Processo 0646065-86.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. - REQUERIDO: Metro Quadrado Engenharia Ltda. - Tendo em vista a certidão de fl. 90, intime-se o Autor, pessoalmente, mediante carta, para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Cumpra-se.

ADV: TARCÍSIO RAMOS DO VALE (OAB 8534/AM) - Processo 0647079-71.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - EXEQUENTE: Condomínio Brisas do Parque Residencial Clube - EXECUTADA: Maria Escolástica Miranda Ferreira - Cite-se a Devedora para, no prazo de 03 (três) dias, efetue o pagamento da dívida acrescida das cominações legais e dos honorários de advogado, fixando este ultimo em 10% (dez por cento) sob o valor da causa. (CPC, arts. 829, 841 e 827). II. No caso de integral pagamento, no prazo acima estipulado, a verba honorária será reduzida pela metade (CPC, art. 841, § 1º). III. Caso não seja efetuado o pagamento da dívida e demais encargos, determino, desde já, que o Oficial de Justiça, munido da segunda via do mandado, proceda de imediato à penhora de bens e sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto, devendo, ainda, na mesma oportunidade, realizar a intimação do devedor de tais atos, para que ofereça embargos no prazo de 15 (quinze) dias. (CPC, arts. 829, § 1º e 915). Cumpra-se.

ADV: TARCÍSIO RAMOS DO VALE (OAB 8534/AM) - Processo 0647079-71.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - EXEQUENTE: Condomínio Brisas do Parque Residencial Clube - EXECUTADA: Maria Escolástica Miranda Ferreira - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da diligência do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 189340/SP) - Processo 0648077-39.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Suellen Santos Rodrigues - REQUERIDO: Capital Rossi Empreendimentos S/A - Tendo em vista que a presente encontra-se com sua classe errada, determino à Secretaria da 2ª UPJ, que proceda a devida correção da mesma no Sistema SAJ. Cumpra-se.

ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 7629/SC) - Processo 0648137-12.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDA: M.B.S. - Isto Posto, estando devidamente comprovada a mora do Requerido, DEFIRO liminarmente a medida, com espeque no art. 3º, do Dec-Lei 911/69, com nova redação dada pelo art. 56, da Lei 10.931, de 03.08.2004, para determinar a busca e apreensão do bem acima descrito, na residência do requerido ou no local onde for encontrado, devendo para tanto, ser entregue ao autor, mediante termo de apreensão, até decisão final. Após o cumprimento da medida, cite-se o requerido para, no prazo de 05 dias, pagar o valor da dívida pendente, conforme os valores apresentados pelo autor na inicial, acrescidos de honorários e custas processuais (nova redação do art. 3º, § 2º, do Decreto-Lei 911/69), sob pena de lhe ser aplicado o que está estabelecido no parágrafo 1º, do art. 3º, do referido Dec-Lei ou, no prazo de 15 dias, apresentar resposta, conforme está estabelecido nos parágrafos 3º e 4º, do Dec-Lei 911/69 (nova redação). Intime-se o autor para efetuar o pagamento da diligência do oficial de justiça, no prazo de 10 (dez) dias, após expeça o competente mandado. Cumpra-se.

ADV: MARCO ANTÔNIO CRESPO BARBOSA (OAB 115665/SP) - Processo 0648282-68.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Wellington Ribeiro da Silva - AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A, qualificado à fl. 01 dos autos, requereu Ação de Busca e Apreensão contra Wellington Ribeiro da Silva, qualificado na mesma peça, alegando em síntese, que celebrou com o requerido contrato de financiamento, com garantia de alienação fiduciária no valor de R$ 37.000,00, para ser pago em 36 prestações iguais, cujo financiamento foi destinado ao bem descrito a fl. 01, que o requerido não pagou as prestações vencidas em 23.05.19, e subsequentes; que esgotou todos os meios para obter o seu crédito, inclusive notificando através de notificação do Cartório de Títulos e Documentos (fls. 25/27), não restando outra opção senão a presente medida. Requereu finalmente a concessão da medida, a citação do requerido, a procedência da ação e a condenação das custas e honorários de advogado. Examinando os autos, constata-se que o receio do Autor é legitimo em tentar manter o patrimônio representado pelo bem descrito na inicial. Isto Posto, estando devidamente comprovada a mora do Requerido, DEFIRO liminarmente a medida, com espeque no art. 3º, do Dec-Lei 911/69, com nova redação dada pelo art. 56, da Lei 10.931, de 03.08.2004, para determinar a busca e apreensão do bem acima descrito, na residência do requerido ou no local onde for encontrado, devendo para tanto, ser entregue ao autor, mediante termo de apreensão, até decisão final. Após o cumprimento da medida, cite-se o requerido para, no prazo de 05 dias, pagar o valor da dívida pendente, conforme os valores apresentados pelo autor na inicial, acrescidos de honorários e custas processuais (nova redação do art. 3º, § 2º, do Decreto-Lei 911/69), sob pena de lhe ser aplicado o que está estabelecido no parágrafo 1º, do art. 3º, do referido Dec-Lei ou, no prazo de 15 dias, apresentar resposta, conforme está estabelecido nos parágrafos 3º e 4º, do Dec-Lei 911/69 (nova redação). Intime-se o autor para efetuar o pagamento da diligência do oficial de justiça, no prazo de 10 (dez) dias, após expeça o competente mandado. Cumpra-se.

ADV: JORDAN DE ARAÚJO FARIAS (OAB 12125/AM) - Processo 0648752-02.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Bel Fix Import - REQUERIDO: Super Expresso Tarumã Comércio de Produtos Alimentícios Ltda. - ME - I. Analisando detidamente os autos verifico que o Autor cumpriu os requisitos dos arts. 319 e 320, do NCPC. II. Intime-se o requerente para fazer o recolhimento das custas de citação/intimação por meio de AR, conforme Provimento Nº 273 - CGJ/AM, no prazo de 5 (cinco) dias. III. Após, cite-se o Requerido, como disposto no art. 701, com as advertências do art. 702, todos do NCPC. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0648858-61.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Rosely de Araújo Barroso - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - I. Analisando detidamente os autos verifico que o Autor cumpriu os requisitos dos arts. 319 e 320, do NCPC. II. Defiro o pedido de Justiça Gratuita, nos termos da Lei nº 1.060/50 e suas alterações. III. Acautelo-me na concessão da liminar requerida IV. Remetam-se os autos ao CEJUSC Cível, para que proceda a perícia no Autor. Cumpra-se.

ADV: RUSTENE ROCHA MONTEIRO (OAB 11974/AM) - Processo 0649592-12.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Parcial - REQUERENTE: Ezequiel Andrade Duarte - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - I. Analisando detidamente os autos verifico que o Autor cumpriu os requisitos dos arts. 319 e 320, do NCPC. II. Defiro o pedido de Justiça Gratuita, nos termos da Lei nº 1.060/50 e suas alterações. III. Remetam-se os autos ao CEJUSC Cível, para que proceda a perícia no Autor. Cumpra-se.

ADV: MANUELA CANTANHEDE VEIGA ANTUNES (OAB 4598/AM) - Processo 0649661-44.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Allas da Silva Marreiros - REQUERIDA: Vitória da Silva Oliveira - Defiro o pedido de Justiça Gratuita, nos termos do art. 98, do CPC. Determino a remessa dos autos ao Centro Judiciário de Soluções de Conflitos - CEJUSC Cível, nos termos do art. 334, do CPC. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM),

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM) - Processo 0649671-88.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Congregação Cidade de Deus - I. Cite-se o Requerido, como disposto no art. 701, com as advertências do art. 702, todos do NCPC. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0649764-51.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Crescência Arcos de Carvalho - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - I. Analisando detidamente os autos verifico que o Autor cumpriu os requisitos dos arts. 319 e 320, do NCPC. II. Acautelo-me na concessão da liminar requerida. III. Defiro o pedido de Justiça Gratuita, nos termos do art. 98, do CPC, bem como a inversão do ônus da prova. IV. Cite-se o Requerido, via correio, para responder aos termos da presente ação, no prazo de lei, devendo constar na carta as advertências de praxe. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM) - Processo 0649871-95.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Antônia Maria Gamboa Batista - I. Analisando detidamente os autos verifico que o Autor cumpriu os requisitos dos arts. 319 e 320, do NCPC. II. Após, cite-se o Requerido, como disposto no art. 701, com as advertências do art. 702, todos do NCPC. Cumpra-se.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0650002-70.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Rita Batista Maia - REQUERIDO: Banco Pan S/A - Intime-se a autora para juntar aos autos documentos atualizados que comprovem sua hipossuficiência, no prazo de 05 (cinco) dias. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM) - Processo 0650187-11.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Maria Marnilza Faraco Arruda - I. Analisando detidamente os autos verifico que o Autor cumpriu os requisitos dos arts. 319 e 320, do NCPC. II. Após, cite-se o Requerido, como disposto no art. 701, com as advertências do art. 702, todos do NCPC. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0650219-16.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Suzana Pucú Teixeira - I. Analisando detidamente os autos verifico que o Autor cumpriu os requisitos dos arts. 319 e 320, do NCPC. II. Após, cite-se o Requerido, como disposto no art. 701, com as advertências do art. 702, todos do NCPC. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0650280-71.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Azenaide dos Reis Duarte - I. Analisando detidamente os autos verifico que o Autor cumpriu os requisitos dos arts. 319 e 320, do NCPC. II. Cite-se o Requerido, como disposto no art. 701, com as advertências do art. 702, todos do NCPC. Cumpra-se.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0650339-59.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Micheline Lins Costa - João da Silva Oliveira - REQUERIDO: Hapvida Assistência Médica Ltda. - I. Analisando detidamente os autos verifico que o Autor cumpriu os requisitos dos arts. 319 e 320, do NCPC. II. Acautelo-me na concessão da liminar requerida. III. Defiro o pedido de Justiça Gratuita, nos termos do art. 98, do CPC, bem como a inversão do ônus da prova. IV. Cite-se o Requerido, via correio, para responder aos termos da presente ação, no prazo de lei, devendo constar na carta as advertências de praxe. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0650345-66.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Neiva Marcílio Roque - I. Analisando detidamente os autos verifico que o Autor cumpriu os requisitos dos arts. 319 e 320, do NCPC. II. Intime-se o requerente para fazer o recolhimento das custas de citação/intimação por meio de AR, conforme Provimento Nº 273 - CGJ/AM, no prazo de 5 (cinco) dias. III. Após, cite-se o Requerido, como disposto no art. 701, com as advertências do art. 702, todos do NCPC. Cumpra-se.

ADV: ALEXANDRE VIRGÍLIO RIBEIRO DA SILVA (OAB 11980/AM) - Processo 0650430-52.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Construção Civil - REQUERENTE: Skill Serviço de Construção Ltda. - ME - REQUERIDO: Santa Beatriz Empreendimentos Imobiliários Ltda. - SPE - Intime-se o Requerente para informar o valor das custas e despesas processuais, juntando aos autos o Relatório emitido pelo sistema SAJ e documentos idôneos que comprovem sua impossibilidade de pagamentos das custas, a fim de analisar o pedido de concessão do benefício da gratuidade da justiça, no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: ALINE DO NASCIMENTO SIMÃO (OAB 12245/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0656907-28.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Augusto Geraldo de Souza Barbosa - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - Intimem-se as partes para, no prazo 05 (cinco) dias, para especificarem as provas que eventualmente pretendam produzir (Art. 373, I e II, CPC), justificando sua pertinência, para análise do juízo, nos termos do Art. 370, § único, do CPC. II. Findo o prazo, sem manifestação das partes para conciliação ou produção de provas, decido Julgar antecipadamente a lide na forma do art. 355, inciso I, do CPC. Após, façam os autos conclusos para Sentença. Cumpra-se.

ADV: ROBERVAL EMERSON OLIVEIRA DE PAULA FILHO (OAB 6721/AM) - Processo 0658492-18.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Villa Jardim Torquato Condomínio Jasmim - EXECUTADA: Jozilma Neves de Oliveira - Tendo em vista a certidão de fl. 117, a qual informa que o término do prazo se deu em 27/08/2019, determino à secretaria que certifique o decurso do prazo do Despacho de fls. 116.

ADV: JANEYLA SANTOS SUIJKERBUIJK (OAB 5874/AM), ADV: WELLINGTON FILGUEIRA SAMPAIO (OAB 5308/AM), ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM) - Processo 0715756-03.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itauleasing S/A - EXEQUENTE: Banco Itaucard S/A - REQUERIDA: Graciete de Araújo Costa - INTSSADO: Juízo de Direito da 2ª Vara da Comarca de Comodoro/MT - Tendo em vista a certidão de fl. 203, a qual informa que o término do prazo se deu em 20/08/2019, determino à secretaria que certifique se houve recurso da Decisão Interlocutória de fls. 199/200. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos.

ADV: ELVISLAN DO NASCIMENTO SILVA (OAB 8970/AM), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026A/AM) - Processo 0718178-48.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Eumar Fonseca da Silva Filho - REQUERIDO: Banco Itaú Veículos S/A - Ex positis, REJEITO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, aviados por Banco Itaú Veículos S/A, contra a sentença proferida às fls. 184/194, mantendo-se, destarte, hígida nos moldes tal como está lançada, por seus jurídicos e legais fundamentos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE), ADV: FRANCISCO OSMÍDIO BRÍGIDO BEZERRA LIMA (OAB 5091/CE) - Processo 0718326-59.2012.8.04.0001 (apensado ao processo 0610054-34.2013.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Elieth Bastos Rocha Farias - REQUERIDO: Banco Safra S/A - Diante do exposto, HOMOLOGO, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo firmado entre as partes às fls. 231/235 e JULGO

EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fundamento no Art. 487, III, b, do Código de Processo Civil. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0719937-47.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Edson Laborda Rodrigues - Em conformidade com a Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) autora(s) para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca da carta recebida por terceiro, indicando as providências cabíveis e, em caso de novo pedido de citação por carta/mandado, recolher as custas pertinentes.

Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Adriana Maria Martins da Costa Malizia (OAB 5466/AM)
Adriano de Oliveira Leite (OAB 4609/AM)
Alberto Simonetti Cabral Neto (OAB 002.599/AM)
Alex Pfeiffer (OAB 181251/SP)
Alexandre Virgílio Ribeiro da Silva (OAB 11980/AM)
Aline do Nascimento Simão (OAB 12245/AM)
Allison Dilles dos Santos Predolin (OAB 285526/SP)
Ana Virgínia Arakian Izel (OAB 3701/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Andréa Fonseca Oliveira (OAB 5959/AM)
Andrey Farache Barroso (OAB 12705/AM)
Anísio Marques Valente Netto (OAB 13255/AM)
Antônia Machado de Oliveira (OAB 120279/SP)
Antônia Tavares Corrêa Gonzaga (OAB 4244/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 1026A/AM)
Antônio Cláudio Pinto Flores (OAB A583/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Jarlison Pires da Silva (OAB 12261/AM)
Ariosmar Neris (OAB 232751/SP)
Aristófanes Bezerra de Castro Neto (OAB 7309/AM)
Beatriz Batista dos Santos (OAB 295353/SP)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Cárita dos Anjos Nascimento (OAB 8082/AM)
Carlos Alberto Baião (OAB 925A/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Caroline Guimaraes Oliveira Soares (OAB 25734/PB)
Cecil Venturin da Silva (OAB 9361/AM)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
Cinthya Feitosa de Souza (OAB 6978/AM)
Cíntia Rossette de Souza (OAB 4605/AM)
Cleuza Anna Cobein (OAB 30650/SP)
Daniel Nunes Romero (OAB 168016/SP)
Danyel Furtado Tocantins Álvares (OAB 311574/SP)
Dênio Leite Novaes Júnior (OAB 10855/PR)
Douglas Gomes da Silva (OAB 6980/AM)
Douglas Rui Pessoa Reis Aguiar (OAB 11441/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduardo Bonates de Lima (OAB 5076/AM)
Elaine Dib Botelho Ribeiro (OAB 8028/AM)
Eliete Santana Matos (OAB 10423/CE)
Elói Contini (OAB 1182A/AM)
Elvislan do Nascimento Silva (OAB 8970/AM)
Fabiana Caroline Silva (OAB 8019/AM)
Fabiano Miranda Gomes (OAB 13003/PB)
Fernanda Cabral Marques (OAB 6755/AM)
Flávio da Conceição Ferreira Oliveira (OAB 5960/AM)
Flávio José dos Santos Marques (OAB 1608/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francisco André Cardoso de Araújo (OAB 279455/SP)
Francisco Osmídio Brígido Bezerra Lima (OAB 5091/CE)
Geraldo Fonseca de Barros Neto (OAB 206438/SP)
Gérson Menezes Evangelista (OAB 5268/AM)
Gilmar Martins Monteiro (OAB 6520/AM)
Giselle Cordeiro Sampaio (OAB 8091/AM)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 1006A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Gunther Aquiles Marques Paz (OAB 7296/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Jádson Alves Lima (OAB 1969/AM)
Janeyla Santos Suijkerbuijk (OAB 5874/AM)
Jayme Pereira Júnior (OAB 3918/AM)
Jéssica Ferreira Botelho (OAB 6826/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João Roberto dos Anjos Filho (OAB 12389/AM)
Jordan de Araújo Farias (OAB 12125/AM)
Jorge Hadad Sobrinho (OAB 91701B/SP)
José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (OAB 3725/AM)
José Carlos Van Cleef de Almeida Santos (OAB 273843/SP)
José Eduardo Nogueira Junior (OAB 14352/PB)
José Francisco Santos Silva (OAB 1993/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
Jovino Machado da Nobrega Neto (OAB 10727/PB)
Leandro Kazuyuki Takahashi (OAB 12343/AM)
Leila Almeida de Sousa (OAB 3734/AM)
Leonardo Lima Toledano (OAB 10107/AM)
Leonardo Pereira de Mello (OAB A898/AM)
Lino Rodrigues Pessoa Neto (OAB 5423/AM)
Lúcia Cristina Pinho Rosas (OAB 5109/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Felipe Avelino Medina (OAB 6100/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Carlos Silva (OAB 168472/SP)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB 700A/AM)
Manuela Cantanhede Veiga Antunes (OAB 4598/AM)
Marcelo de Lima (OAB 2797/AM)
Marcelo Henrique Carvalho dos Santos (OAB 9848/AM)
Marcelo Marçal Soares Miguel (OAB 151839/MG)
Márcio Perez de Rezende (OAB 77460/SP)
Marco Antônio Crespo Barbosa (OAB 115665/SP)
Marcos Aldenir Ferreira Rivas (OAB 2250/AM)
Marcos Antônio Vasconcelos (OAB 5794/AM)
Maria do Rosário Neves Filardi (OAB 5504/AM)
Maria José de Oliveira Ramos (OAB 2322/AM)
Maria Lucília Gomes (OAB 313A/AM)
Maria Luiza do Nascimento Ribeiro (OAB 3066/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Mayra de Castro Maia Florêncio (OAB 1157A/AM)
Michael Lemes Monteiro (OAB 10013/AM)
Michele Machado Sant'ana Lopes (OAB 6304/RO)
Odair Alves (OAB 336801/SP)
Oreste Nestor de Souza Laspro (OAB 98628/SP)
Paulo Henrique Kurashima (OAB 305617/SP)
Pedro de Araújo Ribeiro (OAB 6935/AM)
Pedro Miguel Sobrinho (OAB 46993/MG)
Rennalt Lessa de Freitas (OAB 8020/AM)
Ricardo Felipe de Melo (OAB 347221/SP)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Roberto Alves (OAB 9258/AM)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Roberval Emerson Oliveira de Paula Filho (OAB 6721/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 189340/SP)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Rosângela Lemos de Mello Guimarães (OAB 2747/AM)
Rustene Rocha Monteiro (OAB 11974/AM)
Salvador Clarindo Campelo (OAB 1712/AM)
Sérgio Schulze (OAB 7629/SC)
Tainah Olímpio Galaxe (OAB 7927/AM)
Tarcísio Ramos do Vale (OAB 8534/AM)
Thiago Andrade de Melo (OAB 7214/AM)
Vasco Pereira do Amaral (OAB A-99/AM)
Vítor Kikuda (OAB 2488A/AM)
Wagner Luiz de Andrade (OAB 154379/SP)
Walcimar de Souza Oliveira (OAB 2469/AM)
Wallison Daniel Dias Oliveira (OAB 8932/AM)
Wellington Filgueira Sampaio (OAB 5308/AM)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)
Zenaide de Oliveira Brandão (OAB 13164/AM)

7ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0201/2019

ADV: ZENI TERESINHA SCHNORR BORTOLI (OAB 4044/AM) - Processo 0202109-22.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: José Alcimar de Assunção de Souza - De ordem, intimo a parte credora para se manifestar sobre os cálculos apresentados, no prazo de 15 (quinze) dias. Eventual impugnação deve atender, sob pena de rejeição sumária, os seguintes requisitos: a) a parte credora deve apontar e especificar claramente quais são as incorreções existentes nos cálculos, discriminando o montante que seria correto; b) o defeito nos cálculos deve estar ligado à incorreção material ou à utilização de critério em descompasso com a lei ou com o título executivo judicial; e c) o critério legal aplicável ao débito não deve ter sido objeto de debate na fase de conhecimento. Ciente a parte credora que no silêncio ou havendo anuência com os cálculos, será expedido a requisição para pagamento em 60 dias (se inferior a 60 s.m) ou nos moldes do art. 100 e parágrafos da Constituição Federal (se superior a 60 s.m).

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0603453-36.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - De acordo com o art. 1°, inciso XXXV, do provimento de n.° 63/02-CGJ nos termos do art.203, § 4º do NCPC. Abro vista ao Autor para se manifestar sobre a certidão negativa do Sr. Oficial de Justiça.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: DYOGO RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 11920/AM) - Processo 0610404-12.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Priscila Vanessa Sena Neves - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Nos termos do art.1º, inciso XXX da portaria conjunta nº 001/2017-PTJ, INTIMO o recorrido/apelado para contrarrazoar, em 15 (quinze) dias o Recurso de Apelação de fls.180/196. Após as formalidades legais, Remeto os autos ao Tribunal de Justiça.

ADV: LUCE ELAINE BENTO DE ANDRADE (OAB 3477/AM), ADV: LANA KELLY DE ANDRADE SAMPAIO (OAB 4008/AM), ADV: JÚLIO ANTÔNIO DE JORGE LOPES (OAB 2023/AM) - Processo 0612068-88.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Luis Ricardo Saldanha Nicolau - REQUERIDO: Jornal A Crítica Ltda. - Vistos, Intime-se o requerido/vencedor para se manifestar sobre o comprovante de fls.161.

ADV: LUCE ELAINE BENTO DE ANDRADE (OAB 3477/AM), ADV: LANA KELLY DE ANDRADE SAMPAIO (OAB 4008/AM), ADV: JÚLIO ANTÔNIO DE JORGE LOPES (OAB 2023/AM) - Processo 0614193-29.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Luis Ricardo Saldanha Nicolau - REQUERIDO: Jornal A Crítica Ltda. - Vistos, Intime-se o requerido/vencedor para se manifestar sobre a petição de fls.174/176.

ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB 21974A/CE), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 15474A/CE), ADV: EDNEY MARTINS GUILHERME (OAB 177167/SP), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 149225/SP) - Processo 0617998-53.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Vistos, Defiro o pedido de expedição de mandado para o endereço indicado as fls. 298/301. Custas já recolhidas. Expeça-se.

ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB A700/AM) - Processo 0618683-84.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - De acordo com o art. 1°, inciso XXXV, do provimento de n.° 63/02-CGJ nos termos do art.203, § 4º do NCPC. Abro vista ao Autor para se manifestar sobre a certidão negativa do Sr. Oficial de Justiça.

ADV: YARA FONSECA DE ALBUQUERQUE SOARES (OAB 4264/AM), ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS) - Processo 0619702-96.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0631257-13.2017.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Rui de Jesus Soares - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - Nos termos do art.1º, inciso XXX da portaria conjunta nº 001/2017-PTJ, INTIMO o recorrido/apelado para contrarrazoar, em 15 (quinze) dias o Recurso de Apelação de fls.170/190. Após as formalidades legais, Remeto os autos ao Tribunal de Justiça.

ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: GUSTAVO MICHELOTTI FLECK (OAB 21243/DF) - Processo 0623603-38.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Leideany da Silva Dias - De ordem, intimo a parte credora para se manifestar sobre os cálculos apresentados, no prazo de 15 (quinze) dias. Eventual impugnação deve atender, sob pena de rejeição sumária, os seguintes requisitos: a) a parte credora deve apontar e especificar claramente quais são as incorreções existentes nos cálculos, discriminando o montante que seria correto; b) o defeito nos cálculos deve estar ligado à incorreção material ou à utilização de critério em descompasso com a lei ou com o título executivo judicial; e c) o critério legal aplicável ao débito não deve ter sido objeto de debate na fase de conhecimento. Ciente a parte credora que no silêncio ou havendo anuência com os cálculos, será expedido a requisição para pagamento em 60 dias (se inferior a 60 s.m) ou nos moldes do art. 100 e parágrafos da Constituição Federal (se superior a 60 s.m).

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0626403-73.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda - De acordo com o art. 1°, inciso XXXV, do provimento de n.° 63/02-CGJ nos termos do art.203, § 4º do NCPC. Abro vista ao Autor para se manifestar sobre a certidão negativa do Sr. Oficial de Justiça.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0627949-66.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - R.H. Processo em fase de cumprimento de sentença. Intime-se o Devedor Victor Cintrão Ferreira, na pessoa do seu patrono, para pagar o valor indicado pelo credor, referente a condenação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de ser acrescida multa de 10% (dez por cento) e expedição de mandado de penhora e avaliação, nos termos do art. 523 e §§ do NCPC. Transcorrido o prazo sem pagamento voluntário, fixo honorários referente a fase executiva em 10% sobre o valor da execução, nos termos da Súmula 517 do STJ. Além disso, independentemente de penhora ou nova intimação, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para a executada apresentar impugnação, nos próprios autor, conforme o art. 525, do CPC.

ADV: JORGE ALEXANDRE MOTTA DE VASCONCELLOS (OAB 2790/AM), ADV: MARINA REZENDE LOPES (OAB 12153/AM), ADV: RAGÉLIA SANTOS DE PAIVA KANAWATI (OAB 10998/AM), ADV: JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR (OAB 2167/AM) - Processo 0628064-87.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francielem dos Santos Fortes - REQUERIDO: Global Gnz Empreendimentos e Participações Ltda e outro - Dito isso, chamo o processo à ordem para tornar sem efeito, o deferimento do bloqueio Bacenjud de fls. 306, bem como os atos correlatos. Consequentemente, defiro, o pedido de desbloqueio e devolução dos valores bloqueados via Bacenjud. A devolução dos valores dependerá do transito em julgado da presente decisão. Determino, a suspensão do presente feito para que o exequente habilite seus créditos nos autos da Recuperação Judicial. Desde já, autorizo expedição de certidão de crédito, mediante o pagamento da respectiva taxa. Intimem-se as partes.

ADV: DIEGO SABATELLE COZZE (OAB 252802/SP), ADV: LUÍS GUSTAVO TROVO GARCIA (OAB 9505/PA), ADV: JANIETE DA SILVA MONTEIRO (OAB 10084/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM) - Processo 0631703-50.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Substituição do Produto - REQUERENTE: F. R. A. da Silva Filho - EPP - REQUERIDO: Hyundai Rede - Zucatelli Manaus - Hyundai Caoa do Brasil - DECIDO. Ante o exposto e nos termos da fundamentação

acima, JULGO IMPROCEDENTE o pedido, nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil. Diante da sucumbência, condeno a parte autora ao pagamento das despesas processuais desembolsadas pelo requerido e honorários advocatícios, estes fixados equitativamente em 10% sobre o valor da causa, nos termos do art. 85, § 8° do NCPC. Intime-se.

ADV: ANDRÉ LUIZ SIMONETTI RIBEIRO DE SOUZA (OAB 12350/AM) - Processo 0633677-20.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Sandro Cley Simões Rafael - Vistos, Intime-se a parte Autora para informar como deseja prosseguir quanto a citação da Requerida.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: CAIO CESAR FERNANDES DA CRUZ (OAB 154217/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: JOSÉ CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS (OAB 273843/SP) - Processo 0634417-12.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Mitsui Sumitomo Seguros S/A - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R.H. DEFIRO o pedido de expedição do Alvará que ficará condicionando ao pagamento das custas no valor de R$ 50,99 (cinquenta reais e noventa e nove centavos). Intimo o autor a providenciar a pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do tribunal de justiça do amazonas (http:www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos, para que assim possa ser expedido o documento. Após, caso todas as custas processuais estejam pagas, proceda-se a baixa. Manaus, 16/09/2019

ADV: ANDRÉ DE ASSIS ROSA (OAB 12809/MS) - Processo 0636792-49.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - De acordo com o art. 1°, inciso XXXV, do provimento de n.° 63/02-CGJ nos termos do art.203, § 4º do NCPC. Abro vista ao Autor para se manifestar sobre a certidão negativa do Sr. Oficial de Justiça.

ADV: ALAN AUGUSTO DE SOUZA SANTOS (OAB 14742/AM) - Processo 0646644-97.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Liane Panza Serrão - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 21/11/2019 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 17 de setembro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: WANDERSON DE SOUSA LIMA (OAB 10791/AM) - Processo 0647556-94.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Natalina da Silva Panduro - Vistos, Considerando a petição e documentos de fls. 73-89, defiro o pedido de gratuidade de justiça. Cumpra-se os demais termos do despacho de fl. 70.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0647714-86.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Ronaldo Francisco Silva dos Santos - Nos termos do art.1º, inciso XXX da portaria conjunta nº 001/2017-PTJ, INTIMO o recorrido/apelado para contrarrazoar, em 15 (quinze) dias o Recurso de Apelação de fls.53/55. Após as formalidades legais, Remeto os autos ao Tribunal de Justiça.

ADV: RODRIGO SCOPEL (OAB 21899/SC), ADV: DINA FLÁVIA FREITAS DA SILVA (OAB 8182/AM), ADV: CARLOS EDUARDO PEREIRA TEIXEIRA (OAB 327026/SP) - Processo 0649271-11.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Maria Madalena Costa Navarro - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Nos termos do art.1º, inciso XXX da portaria conjunta nº 001/2017-PTJ, INTIMO o recorrido/apelado para contrarrazoar, em 15 (quinze) dias o Recurso de Apelação adesivo de fls.340/350. Após as formalidades legais, Remeto os autos ao Tribunal de Justiça.

ADV: JÚLIO ALBERTO CORRÊA SALAS (OAB 10165/AM) - Processo 0650303-17.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Neila França Leite - Isso posto, DEFIRO o pedido para RETIRAR o nome da Requerente dos cadastros do SERASA e SPC, referente ao débito objeto da lide, sob pena de multa diária de R$ 500,00. Limitados a 30 dias multa. Defiro a Gratuidade de Justiça, que apenas aproveitará em relação às custas iniciais, nos termos do art. 98, §5º do CPC. Dessa forma, INTIME-SE a AUTORA para pagar as custas do Oficial de Justiça. Após, EXPEÇA-SE MANDADO de Intimação para cumprimento da liminar. REMETAM-SE os autos ao CEJUSC-Cível (Centros Judiciários de Solução de Conflitos) para realização de audiência preliminar de conciliação, conforme previsão do art. 334 c/c 165, ambos do CPC. CITE-SE o requerido (a) para oferecer Contestação no prazo de 15 dias, que passará a contar nos termos do art. 335 do CPC, sob pena de revelia e confissão (art. 344 do CPC).

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0650333-52.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R.H. A petição inicial preenche os requisitos do art. 319 e 320 do CPC. Expeça-se Carta de CITAÇÃO para o pagamento no valor de R$ 37.609,23 acrescido dos honorários advocatícios, que fixo em 5% do valor atribuído a causa, conforme previsão do art. 701, caput do CPC, no prazo de quinze (15) dias, dele constando que, nesse prazo: I - cumprido o mandado ficará o réu isento do pagamento de custas; II - poderá o réu oferecer embargos, com suspensão da eficácia do mandado inicial; III - não ocorrendo o pagamento ou a interposição de embargos no prazo fixado, o mandado de pagamento constituir-se-á de pleno direito em título executivo judicial. Advirta-se o requerido que não sendo contestada a ação, presumir-se-ão verdadeiros os fatos narrados pelo autor, nos termos do art. 344 do NCPC. Conste ainda, observação quanto a data de início de apresentação do embargos monitórios, nos termos do art. 335 do CPC.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0650383-78.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Yamaha Administradora de Consórcio Ltda - Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais sejam: mandado de citação, com busca e

apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da justiça gratuita total. Após juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o autor para que, no prazo de quinze dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte ré para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se o requerido de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei no. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Advirto o banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei. Recolhidas as custas de diligências do(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça, expeça-se mandado.

ADV: KARLA PATRÍCIA BRASIL LUZZI (OAB 4714/AM) - Processo 0650426-15.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Albuquerque & Fontoura Ltda-me - De acordo com o art. 1°, inciso I, do provimento de n.° 63/02-CGJ, e nos termos do art.82 do NCPC. Intime o Autor para efetuar o recolhimento das custas processuais, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de ser cancelada a distribuição (art. 290 do NCPC).

ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0654380-06.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Rubens Paiva Assayag - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Nos termos do art.1º, inciso XXX da portaria conjunta nº 001/2017-PTJ, INTIMO o recorrido/apelado para contrarrazoar, em 15 (quinze) dias o Recurso de Apelação de fls.243/306. Após as formalidades legais, Remeto os autos ao Tribunal de Justiça.

Alan Augusto de Souza Santos (OAB 14742/AM)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
André de Assis Rosa (OAB 12809/MS)
André Luiz Simonetti Ribeiro de Souza (OAB 12350/AM)
CAIO CESAR FERNANDES DA CRUZ (OAB 154217/MG)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carlos Eduardo Pereira Teixeira (OAB 327026/SP)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Diego Sabatelle Cozze (OAB 252802/SP)
Dina Flávia Freitas da Silva (OAB 8182/AM)
Dyogo Rodrigues de Oliveira (OAB 11920/AM)
Edney Martins Guilherme (OAB 177167/SP)
Fernando Luz Pereira (OAB 21974A/CE)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Michelotti Fleck (OAB 21243/DF)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Janiete da Silva Monteiro (OAB 10084/AM)
Jorge Alexandre Motta de Vasconcellos (OAB 2790/AM)
Jorge Fernandes Garcia de Vasconcellos Júnior (OAB 2167/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
José Carlos Van Cleef de Almeida Santos (OAB 273843/SP)
Júlio Alberto Corrêa Salas (OAB 10165/AM)
Júlio Antônio de Jorge Lopes (OAB 2023/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Karla Patrícia Brasil Luzzi (OAB 4714/AM)
Lana Kelly de Andrade Sampaio (OAB 4008/AM)
Luce Elaine Bento de Andrade (OAB 3477/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Gustavo Trovo Garcia (OAB 9505/PA)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB A700/AM)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Marina Rezende Lopes (OAB 12153/AM)
Moisés Batista de Souza (OAB 149225/SP)
Moisés Batista de Souza (OAB 15474A/CE)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Queila Coelho de Souza (OAB 7931/AM)
Ragélia Santos de Paiva Kanawati (OAB 10998/AM)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Rodrigo Scopel (OAB 21899/SC)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Wanderson de Sousa Lima (OAB 10791/AM)
Yara Fonseca de Albuquerque Soares (OAB 4264/AM)
Zeni Teresinha Schnorr Bortoli (OAB 4044/AM)

8ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0290/2019

ADV: GLÁUCIA CRISTINA DA SILVA FREITAS (OAB 12367/AM) - Processo 0602661-48.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERENTE: Natanael de Souza Conceicao - De ordem, conforme Termo de Cooperação n. 012/2017, intimo a parte autora para se manifestar acerca do laudo pericial apresentado, no prazo de 15 dias. (Art. 477, § 1º do CPC). Cito eletronicamente a parte requerida para, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentar contestação ou proposta de acordo por escrito, bem como realizar o depósito dos honorários periciais. (art. 8º, § 2º da Lei nº: 8.620/1993)

ADV: EVERTON BERNARDO CLEMENTE (OAB 26506/GO) - Processo 0611576-86.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Adelto Jose Lobo - Ante o exposto, e por tudo mais que nos autos constam, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido da inicial e, por conseguinte: I - CONDENO o Requerido Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a restabelecer ao Autor Adelto Jose Lobo o auxílio-doença NB 5508896275, desde a data da cessação indevida (15/10/2012) até o término da análise da reabilitação profissional, bem como as parcelas em atraso, as quais serão apuradas em sede de liquidação de sentença. Conforme decidido nos autos do RE 870947, os valores vencidos serão acrescidos de juros de mora com base no índice oficial de juros aplicados à caderneta de poupança (TR), conforme disposto no art. 1.º-F da Lei n.º 9.494/1997, na redação dada pela Lei n.º 11.960/2009, a contar da citação (S. 204 do STJ) e correção monetária calculada pelo IPCA-E a contar do vencimento de cada parcela do benefício concedido. II - CONDENO o Requerido a converter o benefício auxílio-doença

previdenciário em seu homônimo acidentário no período de 24/01/2011 a 15/10/2012. III - Considerando a natureza alimentar da prestação, CONCEDO a antecipação dos efeitos da tutela para que o Requerido implante o benefício auxílio-doença acidentário no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, independentemente de interposição de eventual recurso de apelação, ainda que recebido no duplo efeito, sob pena de fixação de multa diária, sem prejuízo da caracterização do crime de desobediência, comprovando-se nos autos. INTIME-SE eletronicamente a Agencia da Previdência Social de Atendimento das Demandas Judiciais - APSADJ - para as providencias necessárias no sentido de implantar o benefício em favor da parte Autora. IV - Condeno o Requerido a pagar as despesas processuais e honorários advocatícios fixados em 10% sobre as parcelas vencidas até esta sentença (S. 111 do STJ). Conforme a redação do art. 496, § 3.º, I, do CPC, esta sentença não está sujeita a reexame necessário, pois se trata de demanda cujo direito controvertido não excede mil salários mínimos, considerado o valor do benefício pleiteado, bem como o valor da somadas prestações vencidas. Isento de custas em virtude de isenção legal (art. 17, IX, da Lei n.º 4.408/2016). P.R.I.

ADV: RUBENS ALVES DA SILVA (OAB 9610/AM) - Processo 0623383-40.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Acidente (Art. 86) - REQUERENTE: Ana Caroline Gomes da Silva - Ante o exposto, e por tudo mais que nos autos constam, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido da inicial e, por conseguinte: I - CONDENO o Requerido Instituto do Seguro Social - INSS a restabelecer à Autora Ana Carolina Gomes da Silva o auxílio-doença acidentário (NB 616.560.041-0) desde a cessação indevida (31/08/2017) até o término da análise da reabilitação profissional, consoante o previsto no art. 62 da Lei n.º 8.213/91, bem como as parcelas em atraso, as quais serão apuradas em sede de liquidação de sentença. Conforme decidido nos autos do RE 870947, os valores vencidos serão acrescidos de juros de mora com base no índice oficial de juros aplicados à caderneta de poupança (TR), conforme disposto no art. 1.º-F da Lei n.º 9.494/1997, na redação dada pela Lei n.º 11.960/2009, a contar da citação (S. 204 do STJ) e correção monetária calculada pelo IPCA-E a contar do vencimento de cada parcela do benefício concedido. II CONDENO o Requerido a conceder à Autora o benefício auxílio-acidente, no percentual de 50% (cinquenta por cento) sobre o salário-de-benefício, a partir da data de cessação do auxílio-doença, até a véspera de sua aposentadoria ou até a data de óbito do segurada. III Considerando a natureza alimentar da prestação, CONCEDO a antecipação dos efeitos da tutela para que o Requerido implante o benefício auxílio-doença acidentário no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, independentemente de interposição de eventual recurso de apelação, ainda que recebido no duplo efeito, sob pena de fixação de multa diária, sem prejuízo da caracterização do crime de desobediência, comprovando-se nos autos. INTIME-SE eletronicamente a Agencia da Previdência Social de Atendimento das Demandas Judiciais - APSADJ - para as providencias necessárias no sentido de implantar o benefício em favor da parte Autora. IV Condeno o Requerido a pagar as despesas processuais e honorários advocatícios fixados em 15% sobre as parcelas vencidas até esta sentença (S. 111 do STJ). Improcedentes os demais pedidos. Conforme a redação do art. 496, § 3.º, I, do CPC, esta sentença não está sujeita a reexame necessário, pois se trata de demanda cujo direito controvertido não excede mil salários mínimos, considerado o valor do benefício pleiteado, bem como o valor da somadas prestações vencidas. Isento de custas em virtude de isenção legal (art. 17, IX, da Lei n.º 4.408/2016). P.R.I.

ADV: BRUNO INFANTE FONSECA (OAB 1945E/AM), ADV: ROSEANE LIMA DOS ANJOS (OAB 10862/AM) - Processo 0623932-16.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Àghata Samily Silva de Oliveira - De ordem, intimo a parte autora para, no prazo de quinze dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: CHRISTHIAN NARANJO DE OLIVEIRA (OAB 4188/AM), ADV: JOSE LUIZ LEITE (OAB 622AMG) - Processo 0631950-26.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direitos / Deveres do Condômino - REQUERENTE: Nubia Oliveira da Silva e outros - REQUERIDO: Bem Viver Total Ville - Condomínio Paraíso e outro - De ordem, intimo a parte autora para, no prazo de quinze dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

Bruno Infante Fonseca (OAB 1945E/AM)
Christhian Naranjo de Oliveira (OAB 4188/AM)
Everton Bernardo Clemente (OAB 26506/GO)
Gláucia Cristina da Silva Freitas (OAB 12367/AM)
Jose Luiz Leite (OAB 622AMG)
Roseane Lima dos Anjos (OAB 10862/AM)
Rubens Alves da Silva (OAB 9610/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUIZ(A) DE DIREITO ÁLDRIN HENRIQUE DE CASTRO RODRIGUES

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RUTH HELENA MENDES MONTEIRO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0291/2019

ADV: IGOR MATHEUS WEIL PESSÔA DA SILVA (OAB 5764/AM) - Processo 0200270-59.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Samuel Rodrigues da Costa - Recebi hoje. Tendo em vista as divergências de cálculo, determino a remessa dos autos à Contadoria, devendo especificar o débito, bem como honorários de sucumbência, observados os parâmetros da sentença. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO AGUSTINHO DA SILVA (OAB 2776/AM), ADV: ROZILENO FERREIRA CAVALCANTE (OAB 12991/AM), ADV: CARLOS A. SOARES DA SILVA (OAB 1372/AM), ADV: ALYSSON GEORGE GOMES CAVALCANTE (OAB 3710/AM), ADV: RAIMUNDO HITOTUZI DE LIMA (OAB 2024/AM), ADV: DANIELLE VIEIRA HITOTUZI PAES (OAB 4631/AM), ADV: SAMUEL CAVALCANTE DA SILVA (OAB 3260/AM) - Processo 0237096-55.2015.8.04.0001 (processo principal 0051533-28.2010.8.04.0012) - Cumprimento de sentença - EXEQUENTE: Evana de Aguiar Lioca - EXECUTADO: Pedro Nonato da Silva - Demetrio José Sales - NAVEGAÇÃO MIRIM - Robecy Ferreira Cavalcante - Celina Figueiredo da Silva - Alcileia da Silva Mota - De ordem, intimo os Executados para o recolhimento das custas de fls.206 e 207, no prazo de (10) dez dias.

ADV: ELLEN CRISTINA LIMA CARNEIRO (OAB 23063/PA), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: MICHELLE FASCINI XAVIER (OAB 860A/AM) - Processo 0611332-60.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Ivonete de Freitas Santos - REQUERIDO: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas e outro - Ante o exposto, e por tudo mais que nos autos constam, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido da inicial e, por conseguinte: I - CONDENO o Requerido Instituto do Seguro Social - INSS a restabelecer à Autora Ivonete de Freitas Santos o auxílio-doença acidentário (NB 6256907810), desde a data da cessação indevida (18/04/2019) até o término da análise da reabilitação profissional, nos termos do art. 62 da Lei n.º 8.213/91, bem como as parcelas em atraso, que deverão ser apuradas em sede de liquidação de sentença. Conforme decidido nos autos do RE 870947, os valores vencidos serão acrescidos de juros de mora com base no índice oficial de juros aplicados à caderneta de poupança (TR), conforme disposto no art. 1.º-F da Lei n.º 9.494/1997, na redação dada pela Lei n.º 11.960/2009, a contar da citação (S. 204 do STJ) e correção monetária calculada pelo IPCA-E a contar do vencimento de cada parcela do benefício concedido. II - Considerando a natureza alimentar da prestação, CONCEDO a antecipação dos efeitos da tutela para que o Requerido implante o benefício auxílio-doença acidentário (NB 6256907810), no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, independentemente de interposição de eventual recurso de apelação, ainda que recebido no duplo efeito, dado o caráter alimentar da prestação, sob pena de fixação de multa diária, sem prejuízo da caracterização do crime de desobediência, comprovando-se nos autos. INTIME-SE eletronicamente a Agencia da Previdência Social de Atendimento das Demandas Judiciais - APSADJ - para as providencias necessárias. III - Condeno, ainda,

o Requerido a pagar as despesas processuais e honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor atualizado da causa, na forma do art. 85, § 2.º do Código de Processo Civil. Improcedentes os demais pedidos. Conforme a redação do art. 496, § 3.º, I, do CPC, esta sentença não está sujeita a reexame necessário, pois se trata de demanda cujo direito controvertido não excede mil salários mínimos, considerado o valor do benefício pleiteado, bem como o valor da somadas prestações vencidas. Isento de custas em virtude de isenção legal (art. 17, IX, da Lei n.º 4.408/2016). P.R.I.

ADV: MICHELLE FASCINI XAVIER (OAB 860A/AM), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0613172-08.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Wellitom Bezerra do Nascimento - Ante o exposto, e por tudo mais que nos autos constam, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido da inicial e, por conseguinte: I - DETERMINO que o Requerido Instituto Nacional do Seguro Social - INSS mantenha em favor do Autor Wellitom Bezerra do Nascimento o benefício-auxílio doença (NB 6225376007) até o término da análise da reabilitação profissional, nos termos do art. 62 da Lei n.º 8.213/91. II - Considerando a natureza alimentar da prestação, CONCEDO a antecipação dos efeitos da tutela para que a manutenção ocorra, independentemente de interposição de eventual recurso de apelação, ainda que recebido no duplo efeito, sob pena de fixação de multa diária, sem prejuízo da caracterização do crime de desobediência, comprovando-se nos autos. INTIME-SE eletronicamente a Agencia da Previdência Social de Atendimento das Demandas Judiciais - APSADJ - para as providencias necessárias. III - CONDENO o Requerido a converter o benefício auxílio-doença previdenciário (NB 6225376007) em seu homônimo acidentário. III - Condeno, ainda, o Requerido a pagar as despesas processuais e honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor atualizado da causa, na forma do art. 85, § 2.º do Código de Processo Civil. Improcedentes os demais pedidos. Conforme a redação do art. 496, § 3.º, I, do CPC, esta sentença não está sujeita a reexame necessário, pois se trata de demanda cujo direito controvertido não excede mil salários mínimos, considerado o valor do benefício pleiteado, bem como o valor da somadas prestações vencidas. Isento de custas em virtude de isenção legal (art. 17, IX, da Lei n.º 4.408/2016). P.R.I.

ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0614263-36.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Nelson Vaz Magalhães Filho - REQUERIDO: Banco Daycoval S/A - Forte nas razões que precedem, e por tudo mais que nos autos constam, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial para: I - DECLARAR quitado o contrato discutido na inicial sob a rubrica "Cartão de CREDITO DAYCOVAL; II - CONFIRMAR a liminar concedida às fls. 42/44; III - CONDENAR o Requerido ao ressarcimento material em dobro dos valores debitados a mais sobre o depósito realizado e autorizado pela Autor, acrescido de correção monetária pelo INPC e juros de 1% ao mês, a partir dos desembolsos, valor este a ser apurado em sede de liquidação de sentença. IV - CONDENAR o Requerido ao pagamento de indenização por dano moral no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), devidamente corrigido pelo INPC a partir da sentença (S. 362 do STJ) e juros de mora de 1% ao mês, a partir da citação. V - CONDENAR o Requerido ao pagamento de custas e honorários advocatícios que fixo em 15% sobre o valor da condenação, na forma do art. 85, § 2.º do CPC. Oportunamente, DÊ-SE baixa na distribuição e ARQUIVEM-SE os autos com as cautelas de praxe.

ADV: GABRIEL DANTAS DE BRITO (OAB 10620/AM) - Processo 0615781-61.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Suelem dos Santos Lima - Tendo em vista o que dispõe o art. 513, § 2.º, II do CPC, de ordem, fica intimada a parte Exequente para recolher as despesas postais (correio/ar), necessárias à prática do ato processual, no prazo de dez dias. Após, com a devida comprovação nos autos, intime-se a Executada nos termos do art. 523 do CPC.

ADV: ALYNE COELHO OLIVEIRA (OAB 844A/AM), ADV: FERNANDO CÉSAR LIMA FERREIRA DE OLIVEIRA (OAB 843A/AM), ADV: MANOEL PEDRO DE CARVALHO (OAB 4890/AM), ADV: VIVIANE NUNES DE OLIVEIRA DA COSTA (OAB 8944/AM), ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO), ADV: EDSON ANTÔNIO SOUSA PINTO (OAB 4643/RO) - Processo 0616630-38.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Banco Safra S/A - De ordem, intimo a parte autora para, no prazo de cinco dias, informar se concorda integralmente com os valores depositados, na forma do art. 526, §§ 1.º e 3.º do CPC.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG) - Processo 0618919-12.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, intimo a parte Exequente para efetuar o pagamento das custas de consulta/bloqueio bens no sistema conveniado BacenJud, conforme portaria 116/17 PTJ/AM, no valor, por ato, de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), via depósito ou transferência, no Banco do Brasil, Agência 3053-8, Conta-Corrente 762.187-6, Cartório da 8.ª Vara Cível, CNPJ n.º 04.395.257/0001-40, identificando o número do processo, no prazo de dez dias. Após a comprovação nos autos, proceda-se a consulta/o bloqueio.

ADV: LUIZ JAILTON LOPES CORDEIRO (OAB 5398/AM), ADV: DIOGO OLIVEIRA NOGUEIRA FRANCO (OAB 7550/AM), ADV: BRUNO VEIGA PASCARELLI LOPES (OAB 7092/AM), ADV: GISELLE FALCONE PASCARELLI LOPES (OAB 3747/AM) - Processo 0625439-80.2017.8.04.0001 - Monitória - Duplicata - REQUERIDO: Castelinho Refeições Ltda. - Tendo em vista o disposto no artigo 782, §3º., do CPC, defiro a expedição de ofício ao SPC/SERASA com ordem de negativação dos executados, tal como requerido na fl. Antecedente, bem como a expedição de certidão de inteiro teor para fins de protesto em Cartório. Defiro a expedição de ofício à SEFAZ/AM para que, no prazo de 10 (dez) dias, informe a este Juízo quanto a eventuais créditos em favor da parte executada e, em caso positivo, deverá bloquear a liberação do valor e providenciar o depósito em conta judicial para garantia desta execução, até ulterior deliberação judicial. Na missiva deverá a Secretaria informar o valor do crédito em execução, bem como CNPJ da empresa executada. No tocante ao pedido de suspensão da CNH dos sócios da empresa executada, acautelo-me quanto à apreciação, devendo os sócios da executada serem pessoalmente intimados para, querendo, apresentar manifestação no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB 392A/RN) - Processo 0634021-69.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Francisco Pereira Dias da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Forte nas razões que precedem, e por tudo mais que nos autos constam, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial para: I - DETERMINAR o reinicio dos descontos dos emprestimos em debate de onde o autor parou o pagamento por culpa da conduta ilegal do réu; II - CONDENAR o Requerido ao ressarcimento material dos valores debitados dos refinanciamentos não contratados, acrescido de correção monetária pelo INPC e juros de 1% ao mês, a partir dos desembolsos, valor este a ser apurado em sede de liquidação de sentença. IV - CONDENAR o Requerido ao pagamento de indenização por dano moral no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), devidamente corrigido pelo INPC a partir da sentença (S. 362 do STJ) e juros de mora de 1% a partir do primeiro desconto indevido (S. 54 do STJ). V - CONDENAR o Requerido ao pagamento de custas e honorários de advogado que fixo em 15% sobre o valor da condenação, na forma do art. 85, § 2.º do CPC. Oportunamente, DÊ-SE baixa na distribuição e ARQUIVEM-SE os autos com as cautelas de praxe.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM),

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0647772-89.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Adriana Moraes da Gama - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Forte nas razões que precedem, e por tudo mais que nos autos constam, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial para: I - DECLARAR quitado o contrato discutido na inicial sob a rubrica "Cartão de CREDITO BMG; II - CONFIRMAR a liminar concedida às fls. 126/129; III - CONDENAR o Requerido ao ressarcimento material em dobro dos valores debitados a mais sobre o depósito realizado e autorizado pela Autora, acrescido de correção monetária pelo INPC e juros de 1% ao mês, a partir dos desembolsos, valor este a ser apurado em sede de liquidação de sentença. IV - CONDENAR o Requerido ao pagamento de indenização por dano moral no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), devidamente corrigido pelo INPC a partir da sentença (S. 362 do STJ) e juros de mora de 1% ao mês, a partir da citação válida. V - CONDENAR o Requerido ao pagamento de custas e honorários advocatícios que fixo em 15% sobre o valor da condenação, na forma do art. 85, § 2.º do CPC. Oportunamente, DÊ-SE baixa na distribuição e ARQUIVEM-SE os autos com as cautelas de praxe. Publique-se. Registrado eletronicamente. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: EUGÊNIO FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 3424/AM), ADV: JOSÉ RICARDO GOMES DE OLIVEIRA (OAB 5254/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM), ADV: RENATA MARQUES DE JESUS (OAB 9737/AM), ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM), ADV: DANIEL PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 5055/AM), ADV: CÁRITA DOS ANJOS NASCIMENTO (OAB 8082/AM), ADV: BRUNO MONTEIRO LOBATO (OAB 7951/AM), ADV: ANDREI FARIAS DE BARROS (OAB 6074/AM) - Processo 0706248-33.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Ana Luiza Santos Marques - De ordem, intimo a parte impugnada para manifestar-se sobre a impugnação ao cumprimento de sentença no prazo de quinze dias.

Alyne Coelho Oliveira (OAB 844A/AM)
Alysson George Gomes Cavalcante (OAB 3710/AM)
Andrei Farias de Barros (OAB 6074/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Bruno Monteiro Lobato (OAB 7951/AM)
Bruno Veiga Pascarelli Lopes (OAB 7092/AM)
Cárita dos Anjos Nascimento (OAB 8082/AM)
Carlos A. Soares da Silva (OAB 1372/AM)
Daniel Pereira da Silva Neto (OAB 5055/AM)
Danielle Vieira Hitotuzi Paes (OAB 4631/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Diogo Oliveira Nogueira Franco (OAB 7550/AM)
Edson Antônio Sousa Pinto (OAB 4643/RO)
Ellen Cristina Lima Carneiro (OAB 23063/PA)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Eugênio Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 3424/AM)
Fábio Agustinho da Silva (OAB 2776/AM)
Fernando César Lima Ferreira de Oliveira (OAB 843A/AM)
Gabriel Dantas de Brito (OAB 10620/AM)
Giselle Falcone Pascarelli Lopes (OAB 3747/AM)
Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB 5546/RO)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Igor Matheus Weil Pessôa da Silva (OAB 5764/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB 392A/RN)
José Ricardo Gomes de Oliveira (OAB 5254/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
LUIZ JAILTON LOPES CORDEIRO (OAB 5398/AM)
Manoel Pedro de Carvalho (OAB 4890/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Michelle Fascini Xavier (OAB 860A/AM)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Raimundo Hitotuzi de Lima (OAB 2024/AM)
Renata Marques de Jesus (OAB 9737/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rozileno Ferreira Cavalcante (OAB 12991/AM)
Samuel Cavalcante da Silva (OAB 3260/AM)
Viviane Nunes de Oliveira da Costa (OAB 8944/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUIZ(A) DE DIREITO ÁLDRIN HENRIQUE DE CASTRO RODRIGUES

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RUTH HELENA MENDES MONTEIRO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0292/2019

ADV: RAPHAEL COELHO DA SILVA (OAB 7998/AM), ADV: JANETE MARIA NEVES DE SOUSA (OAB 8626/AM), ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 001.910/AM), ADV: ADALBERTO DE ASSIS NAZARÉ SOBRINHO (OAB 2953/AM), ADV: RICARDO RIBEIRO VIANA DE QUEIROZ (OAB 285803/SP), ADV: ANAISA PASQUAL SALGADO CINTRA (OAB 345208/SP), ADV: MARCO AURÉLIO DE LIMA CHOY (OAB 4271/AM), ADV: PAULA CRISTINA TRAVAIN (OAB 169151/SP), ADV: EDUARDO PELLEGRINI DE ARRUDA ALVIM (OAB 118685/SP), ADV: JOSÉ MANOEL DE ARRUDA ALVIM NETTO (OAB 12363/SP), ADV: ADALBERTO DE ASSIS NAZARÉ SOBRINHO (OAB 002.953/AM), ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM) - Processo 0002689-67.1998.8.04.0012 (012.98.002689-7) - Cumprimento de sentença - DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Unimac Importadora e Exportadora Ltda e outro - Recebi hoje no estado. No tocante ao pedido de fls. 1318/1319, no qual o executado requereu o levantamento de valores bloqueados, tenho que tal medida fora devidamente decidida na fl. 1247. Assim, determino o cumprimento da ordem judicial contida no item processual mencionado, em relação aos demais valores, dê-se vista ao exequente para que apresente manifestação no prazo de 5 (cinco) dias. Em seguida, voltem-me conclusos. Cumpra-se.

Adalberto de Assis Nazaré Sobrinho (OAB 002.953/AM)
Adalberto de Assis Nazaré Sobrinho (OAB 2953/AM)
Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)
Anaisa Pasqual Salgado Cintra (OAB 345208/SP)
Edson Rosas Júnior (OAB 001.910/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduardo Pellegrini de Arruda Alvim (OAB 118685/SP)
Janete Maria Neves de Sousa (OAB 8626/AM)
José Manoel de Arruda Alvim Netto (OAB 12363/SP)
Marco Aurélio de Lima Choy (OAB 4271/AM)
Paula Cristina Travain (OAB 169151/SP)
Raphael Coelho da Silva (OAB 7998/AM)
Ricardo Ribeiro Viana de Queiroz (OAB 285803/SP)

9ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0304/2019

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0038850-31.2006.8.04.0001 (001.06.038850-2) - Execução de Título Extrajudicial - REQUERENTE: BANCO DO BRASIL S/A. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para apresentar demonstrativo de cálculo atualizado necessário à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO

(OAB 1069A/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0204317-08.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Defiro o pedido de fls 68, expeça-se o competente mandado nos termos do pedido. Efetivado o cumprimento, intime-se o requerente para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se sobre o prosseguimento do feito, sob pena de extinção.. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM), ADV: FELIPE AFFONSO CARNEIRO (OAB 22593/DF), ADV: TAINAH OLÍMPIO GALAXE (OAB 7927/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: ANA RITA LIMA FREIRE (OAB 3056/AM), ADV: JAMILA MARINHO CHEHAD BARBOSA (OAB 2950/AM) - Processo 0242337-15.2012.8.04.0001 (apensado ao processo 0244319-98.2011.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Seguro - EXEQUENTE: Chibatão Navegação e Comércio Ltda (Porto Chibatão) - EXECUTADO: Royal & Sunalliance Seguros (Brasil) S/A - Defiro o pedido, desentranhe-se imediatamente dos autos as petições de fls 2308 e 2309, e, ainda as fls 2310 e 2311. Após, intime-se o requerente para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se sobre o que entender de direito, e, voltem-me os autos conclusos Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RENATO DE OLIVEIRA GAMENHA (OAB 10292/AM), ADV: DJANE OLIVEIRA MARINHO (OAB 5849/AM), ADV: JESSE JAMES LOPES DA SILVA (OAB 9730/AM), ADV: CLEUZA ANNA COBEIN (OAB 30650/SP), ADV: LUIZ GUSTAVO BARBOSA DE SOUZA FRANÇA (OAB 9528/AM), ADV: DAVID MATALON NETO (OAB 3934/AM), ADV: PAULO LINDEMBECK BELCHIOR (OAB 10617/AM), ADV: DARCI NADAL (OAB 30731/SP), ADV: CLÉA LUSIA RIBEIRO BRAGA (OAB 7019/AM), ADV: CLARA DE MARIA SOUZA DO VALE (OAB 14493/AM), ADV: MÁRCIA MONTEIRO ALVES VAILANTE (OAB 10333/AM), ADV: SAMUEL SOUZA DA SILVA (OAB 12530/AM), ADV: ALINNE SILVA DE SOUZA (OAB 11714/AM), ADV: RENNAN LESSA FERREIRA (OAB 13046/AM), ADV: AMADEU ALMEIDA DE AGUIAR FILHO (OAB 5324/AM), ADV: WALDIR GONÇALVES BARROS JÚNIOR (OAB 5535/AM) - Processo 0603350-29.2018.8.04.0001 - Falência de Empresários, Sociedades Empresáriais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Concurso de Credores - REQUERENTE: NV Indústria Comércio e Construção Ltda. e outros - INTSSADA: Município de Manaus - Andressa de Castro Pampolha - Jorge Rafael Cabrera Rojo - Anderson Guerreiro Tavares - IVALNEI DA CRUZ GOMES - Banco Caterpillar S/A - Domingos Sávio Pinto Dias - Manuel de Jesus Rodrigues - ARILDO BRAZ MAGALHÃES - Caroline Angel Queiroz Ribeiro e outros - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração de fls. 2124-2141, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: FÁBIO AGUSTINHO DA SILVA (OAB 2776/AM), ADV: TATIANA ROCHA DE MENEZES E ROCHA (OAB 3663/AM), ADV: ALTAMIR DA SILVA VIEIRA JÚNIOR (OAB 12961/AM), ADV: ALTAMIR DA SILVA VIEIRA JUNIOR (OAB 12961/AM) - Processo 0604877-84.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direito Autoral - REQUERENTE: Escritório Central de Arrecadação e Distribuição - ECAD - REQUERIDO: Motel Free Serviços Hoteleiro Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração de fls. 392-396, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: ALDENOR DE SOUZA RABELO (OAB 8030/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: FERNANDO MOREIRA DRUMOND TEIXEIRA (OAB 108112/MG), ADV: FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (OAB 109730/MG) - Processo 0608455-55.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: RAIMUNDA TEIXEIRA CORTEZ e outro - REQUERIDO: ENIPEU EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA (CAPITAL ROSSI) - INPAR PROJETO 50 SPE LTDA - O art. 1º, §2º da Portaria nº 2072/2016-PTJ, assim dispõe: "A impressão, o envio e o protocolo quando dirigidos a setores externos do Poder Judiciário Estadual fica a cargo da parte interessada, salvo situações específicas da Justiça Criminal e dos assistidos pela Defensoria Pública do Estado do Amazonas." Desta feita, intimo a parte interessada para que tome ciência do(s) documento(s) expedido(s) - ofícios 1314 a 1318 - , remeta-o(s) ao(s) seu(s) destinatário(s) e junte, nos presentes autos, o(s) respectivo(s) comprovante(s) de protocolamento. Caso o(s) referido(s) documento(s) seja(m) enviado(s) via postal, solicito ao responsável pelo envio que identifique o número do processo no(s) Aviso(s) de Recebimento (AR), possibilitando a juntada deste(s) no processo correto quando devolvido ao cartório.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0609182-09.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM) - Processo 0609746-85.2019.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Administração judicial - REQUERENTE: Condomínio Residencial Arboretto - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: BRUNO ROSAS HIDALGO (OAB 10732/AM), ADV: CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB 925A/AM), ADV: CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB 19728/RJ), ADV: CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB A925AM) - Processo 0611157-71.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: BENEDITO JOSÉ DE CARVALHO FILHO - REQUERIDO: Itaú Unibanco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) requerente para que se manifeste(m) acerca da petição de fls.459, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: HERNANE PEREIRA MACHADO (OAB 7649/AM), ADV: ÍCARO RODRIGO VALENTE LOPES (OAB 7457/AM) - Processo 0612107-75.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Maria Gracilene Martins da Silva - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado (fl. 51)juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CLEYSON DA SILVA DANTAS (OAB 11206/AM), ADV: SUELEN TORRES DE OLIVEIRA (OAB 10754/AM), ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE), ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0612762-18.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - REQUERIDO: Clay da Silva Dantas - Ante a nulidade da sentença de fls. 121/122, Intimem-se as partes para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestarem-se acerca de eventual interesse em produção de provas complementares, devendo de plano indica-las e justificar a sua pertinência para a resolução da lide, sob pena de indeferimento liminar das mesmas. Ressalte-se que em caso de prova pericial, devem indicar a especialidade do perito a ser nomeado. Após, retornem-me os autos conclusos para despacho. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME DA COSTA LINS (OAB 10685/AM), ADV: ADAM SILVA DE AZEVEDO (OAB 9745/AM), ADV: GUSTAVO

PICANÇO TAKETOMI (OAB 9868/AM) - Processo 0614573-42.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Rc Recebiveis Ltda - REQUERIDO: e S C Batista Servicos - Me e outros - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte exequente para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: JORGE CUNHA LIMA (OAB 7820/AM), ADV: VÍVIAN KARLA GOMES DA SILVA GONZAGA (OAB 5671/AM) - Processo 0619229-52.2013.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: ANTÔNIO ALVES DE OLIVEIRA - REQUERIDO: JORGE CUNHA LIMA e outro - Ante a nulidade da sentença extintiva deste juízo pela instância ad quem e o lapso tempo decorrido entre o ajuizamento da ação e o retorno do autos, tenho por bem intimar a parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre eventual interesse em aditar/emendar sua exordial. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho inicial. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: EUGÊNIO FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 3424/AM) - Processo 0622591-23.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Cooperativa de Credito de Livre Admissão de Associados de Manaus Sicoob Uniam - Defiro o pedido de fls 111. Expeça-se o competente oficio, bem como a consulta por oportuno requerida. Após, voltem-me os autos conclusos para decisão Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: TATIANA MENDES BARBOSA (OAB 12586/AM) - Processo 0623079-07.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Regina Celia Imbiriba da Costa - Trata-se de ação de cobrança de seguro de vida. Tal verba não está nas hipóteses legais contidas na Lei 6.858/80, regulamentada pelo Decreto 85.845/81, assim, deve a parte interessada emendar sua exordial e adequar o procedimento comum de cobrança, incluindo os requisitos legais do art. 319 e 320 do CPC. Intime-se a parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar sua petição inicial, sob pena de extinção. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho inicial. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MÁRCIO LEANDRO DEODATO DE AQUINO (OAB 869A/AM), ADV: MÁRCIO LEANDRO DEODATO DE AQUINO (OAB 748/RR) - Processo 0623933-69.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Júlia Francisca de Souza Araujo - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para que complemente as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud, Infojud, SIEL e ERIDFT), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0624007-55.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ronnie Lima Pereira - REQUERIDO: Banco Bradesco S.a - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ANNABELLE DE OLIVEIRA MACHADO (OAB 4419/AM), ADV: PAULO SÉRGIO LOPES GONÇALVES (OAB 281005/SP), ADV: HELEN SUSANE MACHADO DE MIRANDA (OAB 7627/AM) - Processo 0625335-88.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco da Amazônia S/A - Defiro o pedido de fls 156, à Secretaria para o cumprimento da decisão de fls 142, na sua integralidade, expeça-se o competente mandado. Após, voltem-me os autos conclusos para decisão. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOCIL DA SILVA MORAES FILHO (OAB 12010/AM) - Processo 0625745-78.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trabalho - REQUERENTE: Elizangela dos Santos do Mattos - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 27/09/2019, a partir das 08:30 hs., no endereço abaixo indicado.4 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.5- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo.Dr. Flaviano Bivaqua de Araújo Junior, CRM/AM-4335, CPF:613.382.572-34,na ONCLOCIN, sito a Av. Castelo Branco , 1779, Cachoeirinha, nesta cidade.

ADV: DIVINO FRANCISCO DE OLIVEIRA BARRETO JÚNIOR (OAB 8487/AM), ADV: RIGONEY SARAIVA AMORIM (OAB 13582/AM), ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE), ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE) - Processo 0626104-28.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0610965-41.2016.8.04.0001) - Embargos à Execução - Pagamento - EMBARGANTE: Francisco Marreiro de Lima - EMBARGADO: Banco Honda S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte embargada para que se manifeste acerca dos embargos opostos, consoante art. 920, inc. I, do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: LUANA SILVA SANTOS (OAB 16292/PA), ADV: RAQUEL NATALINA BRITO SILVA (OAB 10323/AM), ADV: MARÍLIA DIAS ANDRADE (OAB 14351/PA) - Processo 0627512-54.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Alessandro da Mota Faustino - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A e outro - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0627997-54.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: João Morais Siqueira da Silva - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30(trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

ADV: PRISCILLA OLIVEIRA BRAGA (OAB 11806/AM), ADV: ELIMAR CUNHA E SILVA (OAB 2098/AM), ADV: DEIVID TAVARES CANTO (OAB 10204/AM) - Processo 0629901-12.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Alexsandra Ferreira Almeida - REQUERIDO: G.r.e.s Mocidade Independente de Aparecida - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: URBANO VITALINO ADVOGADOS (OAB 313/PE), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0631425-44.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Wanisdeth de Souza Cajueiro Pereira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em

conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos. Bem como, intimo a parte requerida, em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, para que indique o CEP do endereço para onde deverão ser enviadas possíveis cartas de intimação pessoal, uma vez que o endereço informado na contestação está incompleto, sob pena do contido no art. 274, parágrafo único, do CPC.

ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: ALBERTO DAUDT DE OLIVEIRA (OAB 50932/RJ), ADV: FRANCISCO TÚLLIO DA SILVA MARINHO (OAB A901/AM), ADV: FLÁVIA DE PAIVA BRANDI (OAB 9300/AM), ADV: MARIANA SEREJO CABRAL DOS ANJOS (OAB 5985/AM), ADV: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXÃO (OAB 1324A/AM), ADV: DANIEL MASSENA FERREIRA (OAB 388405/SP), ADV: MARIO SALLES PEREIRA DE LUCENA (OAB 137630/RJ) - Processo 0631723-07.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Jorge Alberto Castro Cabral dos Anjos e outro - REQUERIDO: Abreutur Viagens e Turismo Ltda - LITSPASSIV: Gol Linhas Aéreas S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta nas fls. 433-454, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: ANDERSON SANTOS SILVA (OAB 12015/AM) - Processo 0632963-60.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Luiz Moraes Arcanjo - Defiro gratuidade da justiça. Aduz a parte Requerente que firmou contrato de empréstimo consignado no valor de R$ 376,74. No entanto, não houve cessação dos descontos até a presente data e ao questionar o banco Requerido, fora informado que o contrato firmado era de empréstimo consignando junto à aquisição de cartão de crédito, onde a parte Requerente pagaria somente o valor mínimo da fatura do cartão, sem data para cessar os descontos. Apos a liberação do valor os descontos iniciaram, entretanto, ressalta o Autor que no decorrer dos descontos, o cartão referido pelo Banco Requerido nunca chegou em sua residência, bem como a via do contrato e nem mesmo o proprio cartão. No entanto, após o desconto em folha da parcela de n° 86, o Requerente observou que não houve cessação dos descontos e que o cartão ofertado e a via do contrato não tinha sido remetidos, oportunidade em que o mesmo se dirigiu até a sede do Banco Requerido para verificar se o debito já se encontrava quitado, tendo verificado que o mesmo constava como débito “em aberto” e que não havia indicação das parcelas do debito. Assim, aduz o Requerente que fora questionar o Banco Requerido acerca da quitação do debito tendo obtido como resposta que o valor do seu debito atual era superior ao debito contratado e que, na verdade, não se tratava de um empréstimo financeiro convencional, mas sim de um cartão de crédito consignado, e que o requerente estava efetuando somente o pagamento do mínimo da fatura. Diante disso, a parte Requerente sentiu-se lesada e veio buscar amparo às portas do Poder Judiciário para tentar solucionar o impasse narrado. Vieram-me os autos conclusos. Decido. A Requerente não juntou o extrato bancário que houve comprovação do depósito pela parte Requerida, entretanto, há limitada capacidade comprobatória pela parte, haja vista que trata-se de um consumidor. Posto isto, acautelo-me quanto a Tutela de Urgência pleiteada pela parte Requerente, uma vez que verifico necessidade de maior dilação probatória. Portanto, Defiro a inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º, VIII do CDC, ante a vulnerabilidade do consumidor, bem como sua hipossuficiência técnica e econômica. Ademais, nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, “o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos”. Diante disso, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, remeto os autos ao CEJUSC-CÍVEL para designação da entelada audiência. Dê-se ciência de que “o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026A/AM), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0633298-79.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: WALDIR GONÇALVES BARROS JÚNIOR (OAB 5535/AM) - Processo 0636702-41.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: N. V. Indústria, Comércio e Construção Ltda. e outros - Compulsando os autos, observa-se que esta ação fora distribuída por dependência à ação 0603350-29.2018.8.04.0001. No entanto, na ação 0603350-29.2018.8.04.0001 esta magistrada se declarou suspeita para atuar no feito, estando atualmente sob os cuidados da nobre magistrada Dra Lia Maria Guedes de Freitas. Por conseguinte, todas as ações em que figurem a parte Requerente estarão afetadas pela suspeição outrora declarada. Ademais, na referida ação, a magistrada que está atuando no feito decretou a falência da referida empresa, logo, entendo que também incide a atração da mesma para conhecimento da ação, nos termos do art. 76 da Lei 11.101/2005. Dito isso, determino que a Secretaria encaminhe os autos à magistrada competente. Cumpra-se.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM) - Processo 0637279-19.2019.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM) - Processo 0637812-17.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: ALICE SOUZA SILVA CARVALHO - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Expeça-se alvará do valor depositado, conforme extrato de fls. 199 e, por conseguinte, proceda-se à baixa e arquivamento dos autos, nos termos da sentença de fls. 168. Cumpra-se.

ADV: MARCIO CÂNDIDO DE ARAUJO (OAB 9298/AM), ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM), ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0639484-60.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADA: Transcal Transportes Comércio Construções Araújo Ltda - EPP e outro - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte exequente para que cumpra o despacho de fls. 165, no prazo de 10 (dez) dias, na parte cujo teor segue abaixo: “Realizadas as consultas, intime-se a parte Exequente para, no prazo de 10 (dez)dias, manifestar-se sobre o que entender de direito.” Após, os autos serão conclusos para despacho.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0641092-54.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Max Fortes Galves - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União

e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 27/09/2019, a partir das 08:30 hs., no endereço abaixo indicado.4 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.5- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo.Dr. Flaviano Bivaqua de Araújo Junior, CRM/AM-4335, CPF:613.382.572-34,na ONCLOCIN, sito a Av. Castelo Branco , 1779, Cachoeirinha, nesta cidade.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0641730-87.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração de fls. 41/43, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: KASSER JORGE CHAMY DIB (OAB 5551/AM) - Processo 0644979-46.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Marcos Matos de Oliveira - Analisando a petição inicial, observo que a parte Requerente pretende a obtenção dos benefícios da gratuidade de justiça. Assim, da juntada dos documentos de fls. 21-29, entendo suficientes as evidências do estado de insuficiência financeira, razão pela qual Defiro a gratuidade. A Tutela de Urgência pleiteada pela parte Requerente tem fulcro no art. 300 do CPC/15, contudo há necessidade de “elementos que evidenciem a probabilidade de direito e o perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo”, entretanto não entendo que o depósito do valor da causa seja plausível a partir de uma cognição sumária diante da controvérsia posta, carecendo de maior dilação probatória. Portanto, Indefiro a tutela antecipada vindicada. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, “o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos”. Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que “o não comparecimento injustificado da parte Requerente e/ou Requerida à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte Requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pela parte Requerente - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, proceda-se ao imediato cancelamento da audiência designada, contando o prazo da contestação da data da manifestação da parte Requerida quanto à não realização da audiência. Em caso de a parte Requerida não ser encontrada no logradouro declinado na exordial e havendo solicitação da parte Requerente, autorizo desde já a pesquisa de novos endereços por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL (carecendo do nome da genitora). Intime-se a parte Requerente para o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada. Pagos os emolumentos, realizada a consulta e se positiva for, remetam-se os autos à Secretaria para renovação do ato citatório, mediante pagamento das custas para realização da diligência em cada endereço, cumprindo à Secretaria dar efetividade às diligências de citação nos endereços solicitados e, se for necessário, certificar o exaurimento das mesmas em todos os endereços encontrados para fins de validade da citação editalícia. Em ações possessórias que a parte Requerente não consiga qualificar o polo passivo da ação, nos termos do art. 319, II do CPC, por desconhecimento dos turbadores/esbulhadores, anote-se no mandado de citação/intimação que o oficial de justiça deverá solicitar a identificação dos turbadores/esbulhadores (número de RG/CPF), fazendo constar na certidão sua qualificação. Acaso a diligência de citação for realizada via mandado, faça-se constar no mandado que o oficial de justiça, quando por 2 (duas) vezes, procurar o citando em seu domicílio/residência sem o encontrar, deverá, havendo suspeita de ocultação, intimar qualquer pessoa da família ou, em sua falta, qualquer vizinho de que, no dia útil imediato, voltará a fim de efetuar a citação, na hora que designar. No dia e hora designados, o meirinho, independente de novo despacho, comparecerá ao domicílio ou à residência do citando a fim de realizar a diligência, deixando contrafé. A citação será efetivada ainda que a pessoa intimada esteja ausente ou tenha se recusado a receber o mandado, tudo nos termos dos arts. 252 e 253 do CPC. Realizada a citação por hora certa, deve a Secretaria enviar à parte Requerida, executada ou interessada, carta, telegrama ou correspondência eletrônica, dando-lhe de tudo ciência, nos termos do art. 254 do CPC. Na hipótese de esgotamento de tentativa de citação da parte demandada em todos os logradouros localizados nas pesquisas dos sistemas conveniados elencados no parágrafo anterior, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a parte Requerida, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado na rede mundial de computadores no sítio deste Tribunal de Justiça, no prazo máximo de 20 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 5 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Se a Defesa for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do CPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte requerente/reconvinda para que, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresente resposta, nos termos do art. 343, caput, do CPC. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de 15 (quinze) dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos para despacho para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC-Cível para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para saneamento. Cite(m)-se e intime(m)-se.

ADV: KAMILA MARIA PINHEIRO DE MENEZES (OAB 12278/AM) - Processo 0647612-30.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Maria Luiza Oliveira da Silva - Compulsando os autos, bem como o sistema de automação do Poder Judiciário - SAJ/PG5, verifico que o processo foi distribuído por dependência ao processo de

nº.0640838-18.2018.8.04.0001 por suspeita de repetição de ação. Entretanto, não se verifica relação entre os processos, tendo parte requerente e objetos diferentes. Ademais, a parte Requerente não pleiteou distribuição por dependência. Logo, no caso vertente, não se verificam motivos que ensejam na reunião dos processos em questão. Ante o exposto, por não existir conexão entre as demandas, nos termos do Art. 286 do CPC, determino a remessa dos autos ao setor de distribuição processual para que se proceda a distribuição ordinária do feito. Cumpra-se.

ADV: CINDY DE PAULA PUIM (OAB 394766/SP) - Processo 0647621-89.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Assinatura Básica Mensal - REQUERENTE: João Corrêa da Costa Filho - Defiro a gratuidade da justiça, consoante art. 98 e seguintes do CPC, por entender que a parte autora é economicamente hipossuficiente para custear o processo sem prejuízo de seu próprio sustento. Ressalto que "presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural (art. 99, §3º do CPC). Tendo em vista a verossimilhança das alegações da parte autora, bem como sua condição de hipossuficiente técnica e econômica, defiro a inversão do ônus da prova a seu favor, na forma do artigo 6º, inciso VIII, do CDC. Ademais, para concessão da liminar vindicada, faz-se necessário analisar a "probabilidade do direito", o "perigo na demora" ou o "risco ao resultado útil do processo", requisitos estes insertos no corpo do próprio art. 300 do Código de Processo Civil. No que tange à probabilidade do direito, verifico seu preenchimento com a negativa de relação contratual com a parte Requerida, presumindo-se a boa-fé do peticionante quanto ao fato narrado. Acerca do perigo na demora, também vislumbro a sua existência, na medida em que a negativação do nome da parte Requerente, além de afetar a imagem da mesma no comércio em geral, pode ser motivo à obstrução de aquisição de bens, à vaga de emprego etc. Diante do exposto, CONCEDO a tutela de urgência pleiteada para DETERMINAR que a parte Requerida se abstenha de inserir restrição negativa em nome da parte Requerente em relação à dívida objeto da presente demanda, no prazo de 10 dias, sob pena de incidir em crime de desobediência, bem como aplicação de multa no valor de R$ 3.000,00, por cobrança mensal e/ou negativação indevida. Ademais, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos essenciais, designo audiência de conciliação preliminar na SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO para o dia 04/11/2019, às 8h30min, nos termos do Art. 334 do CPC, e, em ato seguinte, providencie-se a intimação das partes e seus respectivos patronos para comparecimento ao ato, o qual se realizará na sala 1 de audiências da 1 UPJ. Dê-se ciência que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (Art. 334 § 8º do CPC). Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM) - Processo 0648217-73.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. - Trata-se de ação de Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária. Da análise da petição inicial, verifico a ausência de assinatura na carta registrada com aviso de recebimento para efeitos de comprovação da mora do polo passivo desta lide, conforme preconiza o DL n° 911/69 no seu §2° do art. 2: §2° A mora decorrerá do simples vencimento do prazo para pagamento e poderá ser comprovada por carta registrada com aviso de recebimento, não se exigindo que a assinatura constante do referido aviso seja a do próprio destinatário. É válido ressaltar que o referido decreto sofreu alterações decorrentes da Lei n° 13.043, de 2014, não sendo mais permitida a comprovação da mora por protesto em Cartório de Títulos e Documentos ou Protesto. Ademais, sequer a parte Requerente faz juntada da cópia do comprovante de residência que o Requerido tenha entregado no ato do contrato para fins ponderação sobre eventual flexibilização do requisito. Isto posto, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial carta registrada com aviso de recebimento (notificação extrajudicial) munida de assinatura para comprovação da mora do requerido, sob pena de extinção. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ISRAEL PAIVA MARTINS OLIVEIRA (OAB 7033/AM) - Processo 0648253-18.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Casa do Serralheiro Comércio de Materiais de Construção Ltda - Epp - Trata-se de ação de rescisão contratual cumulada com indenização por lucros cessantes ajuizada por Casa do Serralheiro Comércio de Materiais de Construção Ltda em face de Marcílio Mário Diogo Ferreira. Aduz, a Requerente, que o Requerido não cumpriu o contrato de locação firmado mesmo após o pagamento do valor mensal estipulado no contrato. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado da parte Requerente e/ou Requerida à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte Requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pela parte Requerente - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, proceda-se ao imediato cancelamento da audiência designada, contando o prazo da contestação da data da manifestação da parte Requerida quanto à não realização da audiência. Em caso de a parte Requerida não ser encontrada no logradouro declinado na exordial e havendo solicitação da parte Requerente, autorizo desde já a pesquisa de novos endereços por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL (carecendo do nome da genitora). Intime-se a parte Requerente para o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada. Pagos os emolumentos, realizada a consulta e se positiva for, remetam-se os autos à Secretaria para renovação do ato citatório, mediante pagamento das custas para realização da diligência em cada endereço, cumprindo à Secretaria dar efetividade às diligências de citação nos endereços solicitados e, se for necessário, certificar o exaurimento das mesmas em todos os endereços encontrados para fins de validade da citação editalícia. Em ações possessórias que a parte Requerente não consiga qualificar o polo passivo da ação, nos termos do art. 319, II do CPC, por desconhecimento dos turbadores/esbulhadores, anote-se no mandado de citação/intimação que o oficial de justiça deverá solicitar a identificação dos turbadores/esbulhadores (número de RG/CPF), fazendo constar na certidão sua qualificação. Acaso a diligência de citação for realizada via mandado, faça-se constar no mandado que o oficial de justiça, quando por 2 (duas) vezes, procurar o citando em seu domicílio/residência sem o encontrar, deverá, havendo suspeita de ocultação, intimar qualquer pessoa da família ou, em sua falta, qualquer vizinho de que, no dia útil imediato, voltará a fim de efetuar a citação, na hora que designar. No dia e hora designados, o meirinho, independente de novo despacho, comparecerá ao domicílio ou à residência do citando a fim de realizar a diligência, deixando contrafé. A citação será efetivada ainda que a pessoa intimada esteja ausente ou tenha se recusado a receber o mandado, tudo nos termos dos arts. 252 e 253 do CPC. Realizada a citação por hora certa, deve a Secretaria enviar à parte Requerida, executada ou interessada, carta, telegrama ou correspondência eletrônica, dando-lhe de tudo ciência, nos termos do art. 254 do CPC. Na hipótese de esgotamento de tentativa de citação da parte demandada em todos os logradouros localizados nas pesquisas dos sistemas conveniados elencados no parágrafo anterior, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a parte Requerida, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda,

que o Edital seja publicado na rede mundial de computadores no sítio deste Tribunal de Justiça, no prazo máximo de 20 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 5 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Se a Defesa for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do CPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte requerente/reconvinda para que, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresente resposta, nos termos do art. 343, caput, do CPC. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de 15 (quinze) dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos para despacho para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC-Cível para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para saneamento. Cite-se e intime-se.

ADV: MIZZI GOMES GEDEON (OAB 14371/MA) - Processo 0648290-45.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - Previ - Trata-se de pedido de Assistência Jurídica Gratuita por Pessoa Jurídica. A contrario sensu do §3º do art. 99 do CPC, fica claro que, em relação às pessoas jurídicas, é mister a comprovação da necessidade, o que vem ao encontro da jurisprudência sumulada do STJ: "Faz jus ao benefício da justiça gratuita a pessoa jurídica com ou sem fins lucrativos que demonstrar sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais" (Súmula 481). Sendo assim, no prazo de 15 (quinze) dias, deverá a parte requerente juntar aos autos cópias de suas declarações do Imposto de Renda referentes aos dois últimos exercícios fiscais, bem como a cópia do último balanço patrimonial. Não havendo a juntada dos documentos retromencionados, no mesmo prazo fica a parte Requerente intimada para efetuar o pagamento das custas iniciais/processuais, podendo inclusive gozar do benefício narrado na Portaria 490/2017-PTJ. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho inicial. Intime-se.

ADV: JOSE LUIZ LEITE (OAB 622AMG) - Processo 0648296-52.2019.8.04.0001 - Embargos à Execução - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - EMBARGANTE: Eliana Célia Calderaro de Sousa do Vale - Trata-se de Ação de Embargos à Execução em que a parte Embargante pleiteia os beneficios da Justiça Gratuita. Preliminarmente, observa-se que a parte embargante não anexou à exordial os documentos básicos de identificação, tais como RG, CPF e comprovante de residência, o que carece ser sanado. Ademais, no caso dos autos, não estou convencida do estado de insuficiência financeira da parte Embargante e, desse modo, condiciono o deferimento da Justiça Gratuita pleiteada à efetiva comprovação da alegada necessidade, uma vez que se trata de presunção relativa (CPC, art. 99, §3º). DETERMINO que a parte Embargante junte aos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, cópias de suas duas últimas declarações do Imposto de Renda E extratos bancários dos 60 dias anteriores ao ajuizamento da ação e/ou outros documentos que atestem sua real hipossuficiência. Na hipótese de impossibilidade de efetuar a juntada dos documentos supracitados, fica a parte Embargante, em igual prazo, para que se manifeste efetuando o pagamento das custas iniciais da Ação ou requerendo o parcelamento nos termos da Portaria n° 490/2017-PTJ, sob pena de indeferimento da Inicial. Após o decurso do prazo, remetam-me os autos para Despacho Inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: EDINELSON ALVES DE SOUSA (OAB 8225/AM) - Processo 0648909-72.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Relações de Parentesco - REQUERENTE: Graça Azedo Batista - Compulsando os presentes autos, verifico que a parte Requerente pretende obter a busca e apreensão de idoso, alegado cônjuge, que está em posse de uma das filhas do mesmo. No entanto, este Juízo não tem competência para processar, julgar e/ou executar este feito, na conformidade do que estabelece a Lei Complementar nº 17 de 23.01.97, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 178, de 12.07.17, verbis: "Art. 154. Ao Juiz de Vara de Família compete por distribuição: I - processar e julgar: a) as ações de estado; b) as ações de alimentos; c) as ações referentes ao regime de bens e à guarda de filhos; d) as ações de investigação de paternidade, cumuladas ou não com petição de herança; e) as ações decorrentes do artigo 226 da Constituição Federal. II - conhecer das questões relativas à capacidade e curatela, bem como de tutela, em casos de ausência ou interdição dos pais, ressalvada a competência das Varas da Infância e da Juventude e de Órfãos e Sucessões; III - praticar os atos de jurisdição voluntária necessários à proteção de incapazes e à guarda e administração de seus bens, ressalvada a competência das Varas da Infância e da Juventude e de Órfãos e Sucessões; IV - processar justificação judicial a menores que não se apresentem em situação descrita no artigo 98 da Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990; V - processar os pedidos de alvarás requeridos com fundamento no Decreto n. 85.845, de 26 de março de 1981. VI - declarar a ausência; VII - autorizar a adoção de maiores; VIII - a partilha de bens, intervivos, decorrente vínculo conjugal já dissolvido." Logo, trata-se de incompetência absoluta, que se constitui em matéria de ordem pública, podendo o Juiz conhecê-la de ofício, em qualquer tempo e grau de jurisdição (art. 64, §§1º e 3º, CPC). Isto posto, frente a manifesta incompetência deste Juízo, remetam-se os presentes autos a uma das Varas de Família para as providências cabíveis. Providencie-se o que for necessário, notadamente quanto à intimação das partes e devida baixa na Distribuição. P.R.I.C.

ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 1119A/AM) - Processo 0649021-41.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Duplicata - REQUERENTE: Tam Linhas Aéreas S/A - Intime-se parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, fazer a juntada da guia de recolhimento e comprovante de pagamento das custas iniciais do processo, sob pena de cancelamento da distribuição. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho inicial. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: KENNEDY ALVES DA SILVA (OAB 5519/AM) - Processo 0649043-02.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Francisco Bezerra de Abreu - Trata-se de Ação Anulatória de Negócio (Ato) Jurídico cumulado com Ação Reivindicatória ajuizada por Francisco Bezerra de Abreu em face de Jeremias Cascais Duarte. O Requerente arguiu a nulidade do negócio jurídico firmado entre seu filho e o Requerido, aduzindo que seu filho não era parte legitima para firmar tal contrato, pois o objeto do contrato era de sua propriedade. Preliminarmente, Defiro a gratuidade por se tratar de hipossuficiente. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado da parte Requerente e/ou Requerida à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte Requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pela parte Requerente - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não

seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, proceda-se ao imediato cancelamento da audiência designada, contando o prazo da contestação da data da manifestação da parte Requerida quanto à não realização da audiência. Em caso de a parte Requerida não ser encontrada no logradouro declinado na exordial e havendo solicitação da parte Requerente, autorizo desde já a pesquisa de novos endereços por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL (carecendo do nome da genitora). Intime-se a parte Requerente para o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada. Pagos os emolumentos, realizada a consulta e se positiva for, remetam-se os autos à Secretaria para renovação do ato citatório, mediante pagamento das custas para realização da diligência em cada endereço, cumprindo à Secretaria dar efetividade às diligências de citação nos endereços solicitados e, se for necessário, certificar o exaurimento das mesmas em todos os endereços encontrados para fins de validade da citação editalícia. Em ações possessórias que a parte Requerente não consiga qualificar o polo passivo da ação, nos termos do art. 319, II do CPC, por desconhecimento dos turbadores/esbulhadores, anote-se no mandado de citação/intimação que o oficial de justiça deverá solicitar a identificação dos turbadores/esbulhadores (número de RG/CPF), fazendo constar na certidão sua qualificação. Acaso a diligência de citação for realizada via mandado, faça-se constar no mandado que o oficial de justiça, quando por 2 (duas) vezes, procurar o citando em seu domicílio/residência sem o encontrar, deverá, havendo suspeita de ocultação, intimar qualquer pessoa da família ou, em sua falta, qualquer vizinho de que, no dia útil imediato, voltará a fim de efetuar a citação, na hora que designar. No dia e hora designados, o meirinho, independente de novo despacho, comparecerá ao domicílio ou à residência do citando a fim de realizar a diligência, deixando contrafé. A citação será efetivada ainda que a pessoa intimada esteja ausente ou tenha se recusado a receber o mandado, tudo nos termos dos arts. 252 e 253 do CPC. Realizada a citação por hora certa, deve a Secretaria enviar à parte Requerida, executada ou interessada, carta, telegrama ou correspondência eletrônica, dando-lhe de tudo ciência, nos termos do art. 254 do CPC. Na hipótese de esgotamento de tentativa de citação da parte demandada em todos os logradouros localizados nas pesquisas dos sistemas conveniados elencados no parágrafo anterior, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a parte Requerida, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado na rede mundial de computadores no sítio deste Tribunal de Justiça, no prazo máximo de 20 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 5 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Se a Defesa for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do CPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte requerente/reconvinda para que, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresente resposta, nos termos do art. 343, caput, do CPC. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de 15 (quinze) dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos para despacho para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC-Cível para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para saneamento. Cite-se e intime-se.

ADV: JONATHAS MACIEL DE MENEZES (OAB 11140/AM) - Processo 0649323-70.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Wanda Carmem Marques Correa - Defiro a gratuidade. Tendo em vista a verossimilhança das alegações da parte Requerente, bem como sua condição de hipossuficiente técnica e econômica, defiro a inversão do ônus da prova a seu favor, na forma do artigo 6º, inciso VIII, do CDC. Pleiteia a requerente, uma tutela de urgência no sentido de suspensão dos descontos em folha de pagamento. Acautelo-me quanto a Tutela de Urgência pleiteada pela parte Requerente, uma vez que verifico necessidade de maior dilação probatória. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado da parte Requerente e/ou Requerida à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte Requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pela parte Requerente - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, proceda-se ao imediato cancelamento da audiência designada, contando o prazo da contestação da data da manifestação da parte Requerida quanto à não realização da audiência. Em caso de a parte Requerida não ser encontrada no logradouro declinado na exordial e havendo solicitação da parte Requerente, autorizo desde já a pesquisa de novos endereços por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL (carecendo do nome da genitora). Intime-se a parte Requerente para o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada. Pagos os emolumentos, realizada a consulta e se positiva for, remetam-se os autos à Secretaria para renovação do ato citatório, mediante pagamento das custas para realização da diligência em cada endereço, cumprindo à Secretaria dar efetividade às diligências de citação nos endereços solicitados e, se for necessário, certificar o exaurimento das mesmas em todos os endereços encontrados para fins de validade da citação editalícia. Acaso a diligência de citação for realizada via mandado, faça-se constar no mandado que o oficial de justiça, quando por 2 (duas) vezes, procurar o citando em seu domicílio/residência sem o encontrar, deverá, havendo suspeita de ocultação, intimar qualquer pessoa da família ou, em sua falta, qualquer vizinho de que, no dia útil imediato, voltará a fim de efetuar a citação, na hora que designar. No dia e hora designados, o meirinho, independente de novo despacho, comparecerá ao domicílio ou à residência do citando a fim de realizar a diligência, deixando contrafé. A citação será efetivada ainda que a pessoa intimada esteja ausente ou tenha se recusado a receber o mandado, tudo nos termos dos arts. 252 e 253 do CPC. Realizada a citação por hora certa, deve a Secretaria enviar à parte Requerida, executada ou interessada, carta, telegrama ou correspondência eletrônica, dando-lhe de tudo ciência, nos termos do art. 254 do CPC. Na hipótese de esgotamento de tentativa de citação da parte demandada em todos os logradouros localizados nas pesquisas dos sistemas conveniados elencados no parágrafo anterior, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a parte Requerida, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado na rede mundial de computadores no sítio deste

Tribunal de Justiça, no prazo máximo de 20 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 5 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Se a Defesa for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do CPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte requerente/reconvinda para que, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresente resposta, nos termos do art. 343, caput, do CPC. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de 15 (quinze) dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos para despacho para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC-Cível para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para saneamento. Cite(m)-se e intime(m)-se.

ADV: RENATA BARROSO VIEIRA (OAB 11230/AM), ADV: JACQUELINE CRUZ CARRIÇO (OAB 8952/AM) - Processo 0649493-42.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Vicente de Oliveira Rocha e outro - Compulsando os autos, bem como o sistema de automação do Poder Judiciário - SAJ/PG5, verifico que o processo foi distribuído por dependência ao processo de nº.0653063-70.2019.8.04.0001 por suspeita de repetição de ação. Entretanto, não se verifica relação entre os processos, tendo parte requerida e objetos diferentes. Ademais, a parte Requerente não pleiteou distribuição por dependência. Logo, no caso vertente, não se verificam motivos que ensejam na reunião dos processos em questão. Ante o exposto, por não existir conexão entre as demandas, nos termos do Art. 286 do CPC, determino a remessa dos autos ao setor de distribuição processual para que se proceda a distribuição ordinária do feito. Cumpra-se.

ADV: FANILZE FERREIRA DA LUZ (OAB 13176/AM) - Processo 0649724-69.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Odilson Gomes Silva - Trata-se de Ação de obrigação de fazer, cumulada com antecipação de tutela e indenização por danos morais ajuizada por Odilson Gomes da Silva em face de Bradesco seguro S.A, em que a parte Requerente pleiteia os beneficios da Justiça Gratuita. No caso dos autos, não estou convencida do estado de insuficiência financeira da parte Requerente e, desse modo, condiciono o deferimento da Justiça Gratuita pleiteada à efetiva comprovação da alegada necessidade, uma vez que se trata de presunção relativa (CPC, art. 99, §3º). Levando em consideração que o juízo somente poderá indeferir pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade (CPC, art. 99, § 2.º), DETERMINO que a parte Requerente junte aos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, cópias dos 3 ultimos comprovantes de renda/contracheques e/ou outros documentos que atestem sua real hipossuficiência. Na hipótese de impossibilidade de efetuar a juntada dos documentos supracitados, fica a parte Requerente intimada, em igual prazo, para que se manifeste efetuando o pagamento das custas iniciais da Ação ou requerendo o parcelamento nos termos da Portaria n° 490/2017-PTJ, sob pena de indeferimento da Inicial. Após o decurso do prazo, remetam-me os autos para Despacho Inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0649932-53.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Luis Carlos Peres Macedo - Defiro gratuidade da justiça. Aduz a parte Requerente que firmou contrato de empréstimo consignado, no ano de 2012, no valor aproximado de R$ 3.000,00. No entanto, após o desconto em folha da parcela de nº 87 totalizando o valor descontado de R$ 24.310,41, não houve cessação dos descontos até a presente data. Diante da interminável cobrança, o autor alega que descobriu que trata-se de cartão de crédito consignado. Diante disso, a parte Requerente sentiu-se lesada e veio buscar amparo às portas do Poder Judiciário para tentar solucionar o impasse narrado. Vieram-me os autos conclusos. Decido. Pois bem, sem adentrar no mérito, nota-se neste momento processual, tratar-se de possível ilícito praticado pelo Banco Requerido, visto algumas práticas afrontosas ao direito do consumidor que facilmente já se pode identificar, como a venda casada, serviço não solicitado pelo consumidor e possível enriquecimento ilícito. A documentação juntada aos autos, bem como os fatos narrados pela parte Requerente, a mim apresentam-se suficiente para a concessão do benefício pleiteado. Dessa forma, DEFIRO o pedido de antecipação de tutela, oficie-se á SEAD - Secretaria de Estado da Administração e Gestão para que se abstenha de efetuar descontos na folha de pagamento da parte Requerente (Matrícula 137.363-3 A) intitulado “BMG CARTÃO 10”, no prazo de 15 dias, até o deslinde da presente demanda, sob pena de incidir em crime de desobediência, além das responsabilização administrativa e civil do servidor encarregado pelo cumprimento da ordem judicial. Defiro a inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º, VIII do CDC, ante a vulnerabilidade do consumidor, bem como sua hipossuficiência técnica e econômica. Ademais, nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, “o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos”. Diante disso, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, designo audiência de conciliação na Semana Nacional de Conciliação, na sala 1 de audiência da 1ª UPJ, às 9 horas. Dê-se ciência de que “o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Oficie-se. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0650098-85.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Antonia Moreira da Silva - Trata-se de Ação de Obrigação de Fazer cumulado com Pedido de Antecipação de Tutela Especifica ajuizada por Antonia Moreira da Silva em face de Hapvida Assistência Médica Ltda em que a parte Requerente pleiteia os beneficios da Justiça Gratuita. No caso dos autos, não estou convencida do estado de insuficiência financeira da parte Requerente e, desse modo, condiciono o deferimento da Justiça Gratuita pleiteada à efetiva comprovação da alegada necessidade, uma vez que se trata de presunção relativa (CPC, art. 99, §3º). Levando em consideração que o juízo somente poderá indeferir pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade (CPC, art. 99, § 2.º), DETERMINO que a parte Requerente junte aos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, cópias de suas duas últimas declarações do Imposto de Renda OU comprovantes de renda/contracheque E extratos bancários dos 60 dias anteriores ao ajuizamento da ação e/ou outros documentos que atestem sua real hipossuficiência. Na hipótese de impossibilidade de efetuar a juntada dos documentos supracitados, fica a parte Requerente intimada, em igual prazo, para que se manifeste efetuando o pagamento das custas iniciais da Ação ou requerendo o parcelamento nos termos da Portaria n° 490/2017-PTJ, sob pena de indeferimento da Inicial. Após o decurso do prazo, remetam-me os autos para Despacho Inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: CHRISTIANO PINHEIRO DA COSTA (OAB 3542/AM) - Processo 0707942-37.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia

S/A - EXECUTADO: Neilton Celestino - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para que se manifeste acerca do resultado da consulta à fl. 313, requerendo o que entender de direito no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: DAVID AMORIM TOLEDO (OAB 3474/AM), ADV: JURANDIR ALMEIDA DE TOLEDO (OAB 381/AM) - Processo 0713110-20.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: Jose Edvaldo de Meneses - Intime-se o requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre a a certidão de avaliação exara pela Sra. Oficiala de Justiça, em não aquiescendo, deve o requerente apresentar ao juízo, três avaliações confiáveis com fito de coteja-las. Após, voltem-me os autos conclusos para decisão. Intimem-se. Cumpra-se.

Adam Silva de Azevedo (OAB 9745/AM)
Alberto Daudt de Oliveira (OAB 50932/RJ)
Aldenor de Souza Rabelo (OAB 8030/AM)
ALINNE SILVA DE SOUZA (OAB 11714/AM)
Altamir da Silva Vieira Junior (OAB 12961/AM)
Altamir da Silva Vieira Júnior (OAB 12961/AM)
Amadeu Almeida de Aguiar Filho (OAB 5324/AM)
Ana Rita Lima Freire (OAB 3056/AM)
Anderson Santos Silva (OAB 12015/AM)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
Annabelle de Oliveira Machado (OAB 4419/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 1026A/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Jarlison Pires da Silva (OAB 12261/AM)
Bruno Rosas Hidalgo (OAB 10732/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Carlos Alberto Baião (OAB 19728/RJ)
Carlos Alberto Baião (OAB 925A/AM)
CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB A925AM)
Carlos Augusto Gordinho Bindá (OAB 12972/AM)
Christiano Pinheiro da Costa (OAB 3542/AM)
Cindy de Paula Puim (OAB 394766/SP)
Clara de Maria Souza do Vale (OAB 14493/AM)
Cléa Lusia Ribeiro Braga (OAB 7019/AM)
Cleuza Anna Cobein (OAB 30650/SP)
Cleyson da Silva Dantas (OAB 11206/AM)
Daniel Massena Ferreira (OAB 388405/SP)
Darci Nadal (OAB 30731/SP)
David Amorim Toledo (OAB 3474/AM)
David Matalon Neto (OAB 3934/AM)
Deivid Tavares Canto (OAB 10204/AM)
Divino Francisco de Oliveira Barreto Júnior (OAB 8487/AM)
Djane Oliveira Marinho (OAB 5849/AM)
Edinelson Alves de Sousa (OAB 8225/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eliete Santana Matos (OAB 10423/CE)
Elimar Cunha e Silva (OAB 2098/AM)
Eugênio Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 3424/AM)
Fábio Agustinho da Silva (OAB 2776/AM)
Fábio Rivelli (OAB 1119A/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Fanilze Ferreira da Luz (OAB 13176/AM)
Felipe Affonso Carneiro (OAB 22593/DF)
Fernando Moreira Drumond Teixeira (OAB 108112/MG)
Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB 109730/MG)
Flávia de Paiva Brandi (OAB 9300/AM)
Francisco Túllio da Silva Marinho (OAB A901/AM)
Guilherme da Costa Lins (OAB 10685/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Antonio Feres Paixão (OAB 1324A/AM)
Gustavo Picanço Taketomi (OAB 9868/AM)
Helen Susane Machado de Miranda (OAB 7627/AM)
Hernane Pereira Machado (OAB 7649/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Ícaro Rodrigo Valente Lopes (OAB 7457/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Israel Paiva Martins Oliveira (OAB 7033/AM)
Jacqueline Cruz Carriço (OAB 8952/AM)
Jamila Marinho Chehad Barbosa (OAB 2950/AM)
Jesse James Lopes da Silva (OAB 9730/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
Jocil da Silva Moraes Filho (OAB 12010/AM)
Jonathas Maciel de Menezes (OAB 11140/AM)
Jorge Cunha Lima (OAB 7820/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
Jose Luiz Leite (OAB 622AMG)
Jurandir Almeida de Toledo (OAB 381/AM)
Kamila Maria Pinheiro de Menezes (OAB 12278/AM)
Kasser Jorge Chamy Dib (OAB 5551/AM)
Kennedy Alves da Silva (OAB 5519/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Luana Silva Santos (OAB 16292/PA)
Lúcia Cristina Pinho Rosas (OAB 5109/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Gustavo Barbosa de Souza França (OAB 9528/AM)
Márcia Monteiro Alves Vailante (OAB 10333/AM)
Marcio Cândido de Araujo (OAB 9298/AM)
Márcio Leandro Deodato de Aquino (OAB 748/RR)
Márcio Leandro Deodato de Aquino (OAB 869A/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Mariana Serejo Cabral dos Anjos (OAB 5985/AM)
Marília Dias Andrade (OAB 14351/PA)
Mario Salles Pereira de Lucena (OAB 137630/RJ)
Mizzi Gomes Gedeon (OAB 14371/MA)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Paulo Lindembeck Belchior (OAB 10617/AM)
Paulo Sérgio Lopes Gonçalves (OAB 281005/SP)
Priscilla Oliveira Braga (OAB 11806/AM)
Raquel Natalina Brito Silva (OAB 10323/AM)
Renata Barroso Vieira (OAB 11230/AM)
Renato André da Costa Monte (OAB 4435/AM)
Renato de Oliveira Gamenha (OAB 10292/AM)
Rennan Lessa Ferreira (OAB 13046/AM)
Rigoney Saraiva Amorim (OAB 13582/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Samuel Souza da Silva (OAB 12530/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)
Suelen Torres de Oliveira (OAB 10754/AM)
Tainah Olímpio Galaxe (OAB 7927/AM)
Tatiana Mendes Barbosa (OAB 12586/AM)
Tatiana Rocha de Menezes e Rocha (OAB 3663/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Urbano Vitalino Advogados (OAB 313/PE)
Vívian Karla Gomes da Silva Gonzaga (OAB 5671/AM)
Waldir Gonçalves Barros Júnior (OAB 5535/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

10ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0310/2019

ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM), ADV: JULIANE DOS SANTOS SIMÕES PEREIRA (OAB 7624/AM), ADV: RUY MIRAGLIA DA SILVEIRA (OAB 723A/AM), ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0087768-37.2004.8.04.0001 (001.04.087768-0) - Cumprimento de sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Sebastião Batista Monteiro - No mais, intime-se o requerente, na pessoa de seu Patrono pelo DJE e pessoalmente, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito,

requerendo o que entende ser de direito.

ADV: GIOVANA ISABELLE PIMENTEL LIMA (OAB 3981/AM), ADV: WILLIAM CARMONA MAYA (OAB 257198/SP), ADV: ALLAN AGUILAR CORTEZ (OAB 216259/SP), ADV: ANDERSON SALES DE SOUZA (OAB 8760/AM), ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM), ADV: AUGUSTO COSTA JÚNIOR (OAB 4337/AM), ADV: ALESSANDRA CAROLINE OLIVEIRA MOTA (OAB 6359/AM), ADV: FELIPE NAVEGA MEDEIROS (OAB 165147/MG), ADV: PATRÍCIA SAETA LOPES (OAB 167432/SP), ADV: ADRIANO DE OLIVEIRA BAYEUX (OAB 151032/SP), ADV: ADRIANO CARDOSO GOMES FERREIRA (OAB 251406/SP), ADV: WALDINEY FERREIRA GUIMARÃES (OAB 255286/SP), ADV: PATRICIA DE SOUZA LEANDRO (OAB 60498/RS), ADV: LEONARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6956/AM), ADV: JUCEILA LOURDES DALL'AGNOL DE LACERDA (OAB 43454/RS), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM), ADV: CRISTIANE BENTES TEIXEIRA (OAB 5283/AM), ADV: DANIELLE SALGADO FREIRE (OAB 5349/AM), ADV: MÁRCIO PEREZ DE REZENDE (OAB 77460/SP), ADV: ADAIR JOSÉ PEREIRA MOURA (OAB 1251/AM), ADV: WELLINGTON DE AMORIM ALVES (OAB 2993/AM), ADV: ARNOLDO BENTES COIMBRA (OAB 345/AM), ADV: PATRÍCIA KELLY DA SILVA BARRETO (OAB 14080/PA), ADV: IARA DE SOUSA GOMES (OAB 16689/PA), ADV: MARIA DAS GRACAS MAUES DA GAMA (OAB 12785/PA), ADV: IVANILDO RODRIGUES DA GAMA JÚNIOR (OAB 8525/PA), ADV: MARIA FÁTIMA SILVA OLIVEIRA (OAB 6356/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: ROGERIO ZAMPIER NICOLA (OAB 242436/SP), ADV: MARCO ANTONIO FERRÃO (OAB 239906/SP), ADV: FLÁVIA NEVES NOU DE BRITO (OAB 17065/BA), ADV: GLAUCE MARIA COSTA DE SOUSA (OAB 6140/AM), ADV: VANESSA PIZZARO RAPP (OAB 569A/AM), ADV: SÔNIA MARIA CANSANÇÃO DA SILVA (OAB 2431/AM), ADV: SILVANA MARIA LÚDICE DA SILVA (OAB 452A/AM), ADV: LUIZ CLÁUDIO CRUZ DA SILVA (OAB 6906/AM), ADV: SILVIA RODRIGUES P. PACHIKOSKI (OAB 130219/SP), ADV: MARCELO SOARES CABRAL (OAB 187843/SP), ADV: ROSEMARY LIMA RODRIGUES (OAB 2351/AM), ADV: FERNANDO DÊNIS MARTINS (OAB 182424/SP), ADV: MARCO ANTONIO COELHO DE AGOSTINI (OAB 72045/SP), ADV: WANDERLENE LIMA FERREIRA LUNGAREZE (OAB 2459/AM) - Processo 0206229-50.2013.8.04.0001 - Recuperação Judicial - Recuperação extrajudicial - REQUERENTE: IBT Indústria Brasileira de Televisores S/A - INTSSADO: Banco Bradesco S/A - Banco Safra S/A - Massa Falida da Sharp do Brasil S/A - Indústria de Equipamentos Eletrônicos - Adair José Pereira Moura - Sônia Maria Cansanção da Silva - Leonardo Alvarenga Viana - Wanderlene Lima Ferreira Lungareze - TELEFÔNICA BRASIL S.A. - Manoel Jerônimo Abreu Alves - Fernando José Oliveira de Campos - Emerson Ferreira de Souza - Giovana Isabelle Pimentel Lima - CETROL - Central de Transportes e Logística Ltda - Itaú Unibanco S/A - Mult Sp Consultoria Em Tecnologia da Informação Ltda. - Paulo Morassi - Município de Canoas - Procuradoria Geral do Município - Bradesco Saúde S/A - Cristiane Bentes Teixeira - Danielle Salgado Freire - Rosemary Lima Rodrigues - Wanderlene Lima Ferreira Lungareze - Marco Antonio Coelho de Agostini - China Construction Bank - Banco Múltiplo S/A (BIC - Banco Industrial e Comercial S/A) - Rodrigues Pachikoski e Staffa Neto - Sociedade de Advogados - Daniela de Sousa Pereira e outros - Intime-se o administrador para, querendo, no prazo de 15 dias, manifestar-se sobre a promoção ministerial de fls. 1572/1578. Após , voltem-me os autos conclusos.

ADV: FABRÍCIO PERROTTA DA SILVA (OAB 165909/RJ), ADV: ADRIANA ALMEIDA LIMA (OAB 4577/AM), ADV: YGOR FELIPE TÁVORA DA SILVA (OAB 8341/AM) - Processo 0210267-03.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Benefícios em Espécie - EXEQUENTE: Alcino Marques Xavier - EXECUTADO: INSS - Instituto Nacional de Seguro Social e outro - HOMOLOGO para que produza seus jurídicos e legais efeitos o cálculo de liquidação apresentado pela contadoria às fls.356/364 devendo a execução prosseguir pelo valor apontado a fls. 364 . Expeça-se RPV na forma requerida às fls. 380/381 Após a expedição do RPV, permaneçam os autos arquivados provisoriamente até o efetivo pagamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARILEIDE MOTA DA SILVA FALCÃO (OAB 13472/AM) - Processo 0213569-35.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Rita de Cássia Ramos Oliveira - Vistos, Tendo em vista a petição de fls. 328/332 que informa o descumprimento de ordem judicial por parte do INSS, determino à Secretaria que expeça-se intimação ao setor responsável pelo cumprimento de demandas judiciais, para que cumpra o determinado em sentença, mantendo o benefício concedido por 180, contados da data da juntada do laudo de fls. 209/212 aos autos em 10/04/2019, sob pena de multa diária de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais) limitado a R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais, caso o beneficio não esteja sendo pago. Ressalto que a sentença determina que uma vez decorrido o prazo , a autora deve ser submetida a nova perícia no âmbito do INSS, pois trata-se de uma expectativa de Recuperação, não sendo permitida a alta programada.

ADV: RAFAEL NASCIMENTO PICANÇO (OAB 10349/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0227459-41.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0659734-12.2018.8.04.0001) (processo principal 0659734-12.2018.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Domingos Sávio Campos de Souza - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Defiro o cumprimento provisório de sentença, nos termos do art. 520 do CPC. Intime-se a parte executada, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública ou no caso de réu revel (artigo 513, §2º do CPC), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento), nos termos do artigo 520, §2º do CPC. Acaso a parte Executada efetue o pagamento integral da dívida sem impugnar, defiro a expedição de alvará em favor da parte Exequente para levantamento do respectivo valor. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, ressaltando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15(quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença. Oferecida a impugnação, nos termos do artigo 520, §1º, do CPC, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais sobre o valor da execução. Ultimadas tais providências, intime-se a parte exequente para se manifestar no prazo de quinze dias sobre a impugnação. Em caso de não recolhimento, ou, ainda, de adimplemento a menor das referidas custas, voltem-me os autos conclusos. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 520, §2º, do CPC, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC, em desfavor do devedor. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executada para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a constrição dos valores, nos termos do art. 525, §11, do CPC, com a ressalva de que o levantamento de quantias depende de caução, nos termos do artigo 520, inciso IV, do CPC, excetuados os casos do artigo 521 e incisos do CPC. Na hipótese de insuficiência da penhora e desde que pagos, no prazo de 05 (cinco) dias, os emolumentos processuais concernentes à consulta aos sistemas mencionados, conforme Lei n. 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, efetue-se a pesquisa de bens em nome da parte executada, por meio do INFOJUD e do RENAJUD. Autorizo, desde logo, a constrição, mediante RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome do devedor, com a ressalva de que a transferência de posse ou alienação de propriedade ou outro direito real, depende de caução, nos termos do artigo 520, inciso IV, do CPC, excetuados os casos do artigo 521 e incisos do CPC. Após, intimem-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob

pena de suspensão, na forma do artigo 921, III do CPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do CPC. Cumpra-se.

ADV: BARTOLOMEU FERREIRA DE AZEVEDO JÚNIOR (OAB 4334/AM) - Processo 0237969-16.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Nerronit Comercial Ltda - Intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 dias, recolha as custas iniciais sob pena de cancelamento da distribuição, nos termos do art. 290 do CPC.

ADV: MARIA DO ROSÁRIO DE OLIVEIRA MELO (OAB 5385/AM), ADV: JUSCELINO DE OLIVEIRA MELO (OAB 12546/AM), ADV: DÉBORA NASCIMENTO GIFFONI (OAB 12604/AM), ADV: SELMA MARA SANTANA MOTA (OAB 5524/AM) - Processo 0242296-72.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0637366-77.2016.8.04.0001) (processo principal 0637366-77.2016.8.04.0001) - Oposição - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Francisco Ritta Bernardino - REQUERIDO: A G de O Lacerda Estética e Beleza - ME - Vistos etc Vieram-me os autos conclusos. Enfito que os sucessores do autor não se habilitaram nos autos, em que pese ao que restou determinado às fls. 36. Logo, julgo extinto o processo sem resolução de mérito, com fulcro no art. 76, §1º, I, do CPC. Custas pelo requerente. Transitada em julgado a presente decisão, arquivem-se os autos com a baixa nos registros. P.R.I.C.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0310274-18.2007.8.04.0001 (001.07.310274-2) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Manaus Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça necessárias à prática do ato processual e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência (penhora e avaliação - vide item III da tabela), bem como a quantidade de pessoas (dois executados, nesse caso) e endereços que deverão constar no mandado, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB 392A/RN), ADV: JOSÉ FÉLIX DE OLIVEIRA BRANDÃO (OAB 11862/AM) - Processo 0600627-71.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - EXEQUENTE: Serafim Gomes Cortez - EXECUTADO: Banco Itaú Bmg Consignado S.a. e outro - Intime-se a parte autora para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestar sobre a petição de fls.136/140.. Após, voltem conclusos.

ADV: RICARDO HÜBNER (OAB 9398/AM), ADV: LUÍS CARLOS PALHETA SILVA (OAB 9717/AM) - Processo 0602063-94.2019.8.04.0001 - Tutela Cautelar Antecedente - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Gilmara Souza de Oliveira - REQUERIDO: Amim Said - R. H. Paute-se audiência de conciliação, nos termos do art. 308, §3º, do CPC, para o dia 07/10/2019, às 11:00 horas, a ser realizada na sala 2 da 1ª UPJ, Rua Valério Botelho de Andrade, s/nº, Des Euza Maria Naice Vasconcello Intimem-se as partes e seus patronos. Cumpra-se.

ADV: FERNANDO NUNES DA FROTA (OAB 1527/AM) - Processo 0606402-96.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Maria do Perpetuo Socorro de Carvalho Jovem - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: REGINALDO SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 8310/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0608026-54.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fatos Jurídicos - REQUERENTE: Pedro da Costa Ferreira - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos, etc. Cuida-se de embargos de declaração. É o relatório. Não merece correção a decisão embargada. O inconformismo, que tem como real escopo a pretensão de reformar o decisum, não há como prosperar, porquanto inocorrentes as hipóteses de omissão, contradição, obscuridade ou erro material, sendo inviável a revisão em sede de embargos de declaração, em face dos estreitos limites do artigo 1022, do NCPC. A pretensão de revisão do julgado, em manifesta pretensão infringente, revela-se inadmissível, em sede de embargos. Com essas considerações, REJEITO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. Intimem-se.

ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 1119A/AM), ADV: ROBERVAL EMERSON OLIVEIRA DE PAULA FILHO (OAB 6721/AM), ADV: HELTON LANNUCY VERAS LEITE (OAB 13005/AM), ADV: ROBSON CARVALHO FERREIRA (OAB 12268/AM) - Processo 0609498-56.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compromisso - EXEQUENTE: D dos Santos Guimarães - Epp (Millenium Engenharia & Construções Ltda.) - EXECUTADO: Gonder Incorporadora Ltda. - Vistos, etc. D dos Santos Guimarães - Epp (Millenium Engenharia Construções Ltda.), já qualificada na execução em epígrafe, opõe EMBARGOS DECLARATÓRIOS em face da decisão de fls. 231. Sustenta que a decisão é omissa por ter negado seu pedido de deduzir o valor de honorários contratuais do montante do crédito que cabe à embargante a ser habilitado na recuperação da embargada. Requer seja suprido o suposto vício, com o deferimento de seu pedido. Intimada, a embargada não juntou contrarrazões. Embargos opostos tempestivamente. Vieram conclusos. É o relato. Decido. Os embargos de declaração têm por finalidade completar, aprimorar, decisão que eventualmente contenha vícios de omissão, contradição ou obscuridade. É recurso de fundamentação vinculada, com cabimento limitado às hipóteses legais. Com efeito, os declaratórios não se prestam à busca de rediscussão do que foi decidido. A omissão ensejadora do provimento dos embargos declaratórios tem como pressuposto a ausência de apreciação de algum ponto ou questão relevante, a respeito da qual o juízo deveria ter se manifestado. No caso, não há omissão na decisão embargada. A decisão analisou o pedido da embargante e sobre ele se pronunciou de forma expressa e fundamentada. Destarte, não configura vício na decisão o fato do resultado da análise exposta na sua fundamentação ter sido desfavorável ao embargante. No caso, o objetivo da parte embargante é rediscutir o mérito, o que não é viável por meio desta espécie recursal. Ante o exposto, conheço dos declaratórios opostos para lhes negar provimento, visto que ausente qualquer omissão. Intimem-se as partes.

ADV: MARLOIVA ANDRADE SAMPAIO (OAB 31008/RS), ADV: MÁRIO ALBERTO DA FONSECA MONTEIRO JÚNIOR (OAB 1431/AM), ADV: DAVID SALEON GOMES ABECASSIS (OAB 9614/AM) - Processo 0611499-48.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - EXEQUENTE: Raimundo Rodrigues Vitor - EXECUTADO: Julio Cesar da Cunha Luz - ME - Intime-se a parte autora para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestar sobre a consulta do infojud que se encontra disponível em cartório. Após, voltem conclusos.

ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM), ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0611559-84.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Intime-se a parte autora para que se manifeste, em dez dias, sob pena de extinção (art. 485, IV do CPC), de modo a viabilizar a citação por qualquer das modalidades previstas em Lei. No mesmo prazo, deverão ser recolhidas as custas para consultas eletrônicas de endereço ou expedição de carta/mandado, sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: WALFRAN SIQUEIRA CALDAS (OAB 8915/AM), ADV: EDUARDO VASCONCELOS CORRÊA JÚNIOR (OAB 16991/PA), ADV: RAISSA BOHRY DE SOUZA VASCONCELOS CORREA (OAB 18149/PA), ADV: EDUARDO VASCONCELOS CORRÊA JÚNIOR (OAB 11692/AM) - Processo 0612288-18.2015.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Walder de Menezes Caldas - REQUERIDO: Sérgio Alan Alves Caxeta - Cristiane Cordeiro da Silva Caxeta - Vistos etc. Sérgio Alan Alves Caxeta e Cristiane Cordeiro da Silva caxeta opõem EMBARGOS DECLARATÓRIOS em face de sentença que extinguiu o processo, com resolução de mérito, objetivando sanar suposto vício de omissão quanto à alegação litigância de má-fé do embargado. Contrarrazões juntadas. Embargos opostos tempestivamente. Vieram conclusos. É o relato. Decido. Os embargos de declaração têm por finalidade completar, aprimorar, decisão que eventualmente contenha vícios de omissão, contradição ou obscuridade. É recurso de fundamentação vinculada, com cabimento limitado às hipóteses legais. Com efeito, os declaratórios não se prestam à busca de rediscussão do que foi decidido. A omissão ensejadora do provimento dos embargos declaratórios tem como pressuposto a ausência de apreciação de algum ponto ou questão relevante, a respeito da qual o juízo deveria ter se manifestado. No caso, tem razão a embargante, vez que não houve análise específica sobre sua alegação, feita na contestação, de litigância de má-fé do embargado. Passo a suprir a omissão. Quanto à litigância de má-fé, no caso vertente a pretensão da parte autora foi apreciada e julgada improcedente, sem, contudo, incidir nas hipóteses dispostas no art. 80 do CPC. Entendo que não houve alteração da verdade dos fatos, mas sim a constatação, após análise das provas, de que o autor/embargado não conseguiu provar a tese de que houve dolo na contratação, por falta de prova robusta que a sustentasse, o que configura situação ordinária em um processo judicial. Exercido o direito de ação (art. 5º, XXXV, CF), a consequência ou tese jurídica não foi acolhida. Não há se falar em má-fé. Ante o exposto, conheço dos declaratórios para lhes conferir provimento, de modo a integrar a sentença embargada, que passa a conter a fundamentação supra, sem, contudo, modificação em sua parte dispositiva. Intimem-se as partes.

ADV: LINCONL FREIRE DA SILVA (OAB 11125/AM), ADV: GLÁUCIO HERCULANO ALENCAR (OAB 11183/AM), ADV: KARLA ETELVINA OLIVEIRA MACHADO (OAB 13826/AM) - Processo 0612801-78.2018.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Sana Distribuidora de Peças e Lubrificantes Ltda - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM) - Processo 0613519-75.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Condomínio Cristal Tower - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte exequente para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: SILVANA MARIA LÚDICE DA SILVA (OAB 452A/AM), ADV: DOMINGOS SÁVIO TAVARES DA SILVA (OAB 5610/AM) - Processo 0615922-85.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Geyzon Carlos da Costa Pessoa - REQUERIDO: Transporte Bertolini Ltda. - Ante o exposto, na ação movida por Geyzon Carlos da Costa Pessoa contra Transporte Bertolini Ltda., rejeito a preliminar e JULGO PROCEDENTE O PEDIDO de indenização por danos morais e condeno a parte ré a pagar à parte autora a quantia de R$ 25.000,00, com incidência de correção monetária, a partir dessa sentença (Súmula 362 do STJ), e juros moratórios, contados da data da citação (art. 405, CC), calculados na forma prevista na Portaria n. 1.855/2016, de 26/09/2016, deste E. Tribunal de Justiça. Condeno a parte ré ao pagamento de custas e honorários advocatícios, estes fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, com fulcro no art. 85, § 2º, do CPC. Na fase de cumprimento de sentença, deve ser observado: 1) os cálculos devem ser elaborados utilizando a ferramenta (planilha) disponível no site deste Tribunal na internet - http://www.tjam.jus.br -, acessando a opção Custas, Depósitos e Fianças Judiciais, depois a opção atualização de cálculos judiciais, ou, diretamente, por meio do seguinte endereço eletrônico:http://www.tjam.jus.br/index.php?option=com_chronocontactchronoformname=frm_calculadora_advogado; 2) os cálculos devem seguir os parâmetros previstos na Portaria nº 1.855/2016-PTJ, de 26/09/2016, deste E. Tribunal de Justiça. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. Caso a parte interessada requeira o cumprimento da sentença após 1 (um) ano do trânsito em julgado, a intimação deverá ser feita na pessoa do devedor, por meio de carta com aviso de recebimento encaminhada ao endereço constante dos autos (art. 513, § 4º, CPC). Em caso de recurso, nova conclusão somente após a publicação desta decisão. P.R.I.

ADV: ARMANDO DE SOUZA NEGRÃO (OAB 1982/AM), ADV: WALLISON DANIEL DIAS OLIVEIRA (OAB 8932/AM), ADV: POLYNE MARESSA DA MOTA LOPES (OAB 13523/AM), ADV: RODOLPHO ERIC MORENO DALAN (OAB 37760/PR), ADV: FABIANO KLEBER MORENO DALAN (OAB 52871/PR), ADV: MICHELLE NASCIMENTO TACHY COELHO (OAB 9918/AM) - Processo 0616189-62.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - EXEQUENTE: W.M INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA-ME - EXECUTADO: Rosemary Monteiro Pereira -ME (Transmap Transporte) - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte exequente para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: DANIEL DE LIMA ALBUQUERQUE (OAB 6548/AM) - Processo 0616997-57.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria de Nazaré Mota Campos - Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se.

ADV: FÁBIO NUNES BANDEIRA DE MELO (OAB 4331/AM), ADV: LIGIER MARTINS MOREIRA JÚNIOR (OAB 6660/AM), ADV: LÍVIA MARIA ANDRADE PORTO (OAB 11348/AM), ADV: GABRIELA MARINHO ALVES (OAB 13368/AM), ADV: MARCIA CAROLINE MILLEO LAREDO (OAB 8936/AM), ADV: BANDEIRA DE MELO E BARBIRATO ADVOGADOS (OAB 222/AM), ADV: HERMES PONTES LIMA JUNIOR (OAB 13567/AM) - Processo 0619092-94.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: Pemaza Amazonia S.a - EXECUTADO: Flexfrio Comercio de Peças Automotores e Serviços - Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 10 (dez) dias, comprove o recolhimento das custas para requisição de informações por meio eletrônico, nos termos do item 9 da tabela III da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da justiça gratuita total. No mesmo prazo, deverá a parte interessada juntar planilha atualizada de débitos, descontando o valor que será levantado. Após a juntada do comprovante de recolhimento de custas e da planilha de débitos atualizada, requisitem-se à autoridade supervisora do sistema bancário, por meio do Sistema Informatizado do BACEN JUD, os caracteres necessários sobre a existência de ativos em nome da parte executada, na forma do art. 854, caput, do Digesto Processual Civil. Em caso positivo, determino, igualmente, que se proceda ao bloqueio dos aludidos recursos no limite do crédito executado. Após efetivada a penhora, intime-se o(a) Devedor(a) nos termos dos arts. 854, §§ 3º e 6ºc/c 847, ambos do CPC. Proceda-se, ainda, à transferência dos valores bloqueados para conta judicial. Caso a pesquisa resulte em bloqueio excessivo, determino, desde já, o desbloqueio dos valores excedentes. Diante da certidão de fls. 106, expeça-se alvará em favor da exequente.

Cumpra-se.

ADV: DARIO DOS SANTOS MONTEIRO (OAB 10365/AM) - Processo 0621032-02.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - EXEQUENTE: João Marcos Nascimento Lopes - Intime-se a parte executada, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos (art. 513, §2º, I, CPC); por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública, ou quando não possuir advogado cadastrado nos autos (art. 513, §2º, I, CPC); ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, §2º, IV, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a parte Executada efetue o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor da parte Exequente para levantamento do respectivo valor. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, ressaltando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15(quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais sobre o valor da execução. Ultimadas tais providências, intime-se a parte exequente para se manifestar no prazo de quinze dias sobre a impugnação. Em caso de não recolhimento, ou, ainda, de adimplemento a menor das referidas custas, voltem-me os autos conclusos. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do CPC, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC. Em caso de resposta positiva, determino que se proceda ao bloqueio dos aludidos recursos no limite do crédito executado. Após efetivada a penhora, intime-se o(a) Devedor(a) nos termos dos arts. 854, §§ 3º e 6ºc/c 847, ambos do CPC. Proceda-se, ainda, à transferência dos valores bloqueados para conta judicial. Em caso da pesquisa resultar em bloqueio excessivo, determino, desde já, o desbloqueio dos valores excedentes. Na hipótese de insuficiência da penhora e desde que pagos, no prazo de 05 (cinco) dias, os emolumentos processuais concernentes à consulta aos sistemas mencionados, conforme Lei n. 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, efetue-se a pesquisa de bens em nome da parte executada, por meio do INFOJUD, RENAJUD. Autorizo, desde logo, a bloqueio da transferência, mediante RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome do devedor. Após, intimem-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão, na forma do artigo 921, III do CPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do CPC. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0622959-61.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - AGRAVANTE: Francisco Silva de Araújo - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30(trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

ADV: FRANCISCO HONORATO DE BRITO (OAB 6638/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM) - Processo 0625344-21.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: ELIETE MACHADO DA SILVA e outro - REQUERIDO: Bradesco Vida e Previdência S/A - Vistos, etc. Cuida-se de embargos declaratórios opostos por Bradesco Vida e Previdência S/A, em face de sentença que extinguiu o processo, com resolução de mérito, objetivando que o juízo se pronuncie sobre o valor expresso da indenização securitário. É o relato. Decido. Embargos opostos tempestivamente. Efeito interruptivo concedido, pois. Com efeito, assiste razão à embargante, de vez que a decisão embargada não detalhou o valor da indenização. Passo a suprir a omissão. O valor da indenização devida, conforme consta nas apólices juntadas, é R$ 34.113,74 (trinta e quatro mil cento e treze reais e setenta e quatro centavos). Considerando que restou provado que, antes da presente ação, no trâmite do procedimento de regulação do seguro, vários pretendentes a beneficiário preencheram documentação, fixo como termo inicial da correção monetário da indenização a data de ajuizamento desta ação, e, para incidência de juros de mora, a data da citação (art.405, CC). Ante o exposto, conheço dos declaratórios opostos para lhes conferir provimento, de modo a integrar a sentença embargada, que passa a conter a fundamentação supra, e o seguinte acréscimo na sua parte dispositiva: JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO, extinguindo o processo com resolução de mérito (art. 487, I, do CPC), para determinar que seguradora ré deposite em juízo a indenização do seguro, nos limites das apólices juntadas aos autos, a quantia R$ 34.113,74 (trinta e quatro mil cento e treze reais e setenta e quatro centavos), sobre a qual deve incidir correção monetário a partir da data de ajuizamento da ação, e juros de mora a contar da data da citação (art.405, CC). Posteriormente, a indenização será paga na proporção de 50% (cinquenta por cento) para a autora ELIETE MACHADO DA SILVA, e 10% (dez por cento) para cada um dos herdeiros DÉBORA MACHADO DA SILVA, DEOLEY PEREIRA DA SILVA, DEUSILENE PEREIRA DA SILVA, DARCILENE PEREIRA DA SILVA e TAINAH SANTOS DA SILVA. Intimem-se as partes.

ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM), ADV: CÁSSIO CHAVES CUNHA (OAB 12268/PA), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 15410A/PA), ADV: MARCELO DA SILVA CARLOS (OAB 7366/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: FLÁVIA RAMOS DE CARVALHO (OAB 8786/AM) - Processo 0625658-93.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Ilza Mara Pinheiro Lopes - REQUERIDO: Banco Bonsucesso S/A - Em razão de a hipótese encartada aos autos cuidar de matéria de fato e de direito, sem necessidade, contudo, de maior dilação probatória, entendo que o feito comporta julgamento antecipado da lide, conforme art. 355, I, do Digesto Processual Civil. Intimem-se as partes sobre a presente deliberação. Após a fluência, in albis, do prazo para recurso, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: KARINA AUXILIADORA PINTO (OAB 2496/AM), ADV: SURAIDE AUXILIADORA NUNES PINTO (OAB 2506/AM), ADV: MAURÍCIO MARQUES DOMINGUES (OAB 175513/SP) - Processo 0625720-41.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Direito de Imagem - EXEQUENTE: Carrefour Comercio e Industria Ltda - EXECUTADO: JOSE RIBAMAR QUEIROZ DE LIMA - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte exequente para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: MILTON ANTÔNIO RIVERA REYES (OAB 9851/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: URBANO VITALINO ADVOGADOS (OAB 313/PE) - Processo 0626250-40.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Secundino Corrêa da Rocha Filho - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração de fls. 491/495 , nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC) - Processo 0627187-79.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE:

Sidney Morais Oliveira - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30(trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

ADV: DANIEL CALAZANS PALOMINO TEIXEIRA (OAB 42391DF), ADV: RÔMULO JOSÉ FERNANDES DA SILVA (OAB 1818/AM), ADV: ELPÍDIO DONIZETTI (OAB 45290/MG), ADV: BRÁULIO GHIDALEVICH (OAB 2248/AM) - Processo 0627217-22.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0009780-71.2003.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade dos sócios e administradores - REQUERENTE: Maria Beatriz Costa Corrêa - REQUERIDO: Antônio Adalberto Magalhães Martins - Sociedade Amazonense de Educação e Cultura (Samec) - Ante o exposto, conheço dos presentes aclaratórios e, no mérito, nego-lhes provimento, mantendo a decisão embargada em seus termos e fundamentos. Por oportuno, em razão da ausência de fundamentos hábeis a justificar a interposição dos presentes embargos, bem assim em virtude da existência de recurso próprio à reapreciação do mérito pretendida pela Embargante, entendo-os como manifestamente protelatórios, motivo pelo qual condeno a Embargante a pagar aos Embargados multa de 2% sobre o valor atualizado da causa, consoante o disposto no art. 1.026, §2º, do CPC. P.R.I.C.

ADV: RENATO FIORAVANTE DO AMARAL (OAB 349410/SP) - Processo 0629136-41.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Fabricio dos Santos Araujo - R. H. Vistos etc. Vieram-me os autos conclusos. Verifico que a parte autora não procedeu ao preparo da demanda, motivo pelo qual determino a baixa . Sem custas, tendo em vista que não houve prestação jurisdicional. P.R.I.C.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0629689-88.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Gisele da Silva Vidal - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30(trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0629695-95.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Gercivania Nunes da Silva - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30(trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

ADV: CHRISTIANO PINHEIRO DA COSTA (OAB 3542/AM), ADV: ANA CLÁUDIA MEDEIROS DE AQUINO (OAB 6712/AM), ADV: DAVID AZULAY BENAYON (OAB 8688/AM) - Processo 0632167-11.2015.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazon Compressores Comércio e Serviços de Equipamentos Ltda. - REQUERIDO: EQMON ENGENHARIA S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos art.702, § 5º do CPC, responder aos embargos à monitória.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0632772-15.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Silvana Batista Nogueira - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30(trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

ADV: PAULO CÉSAR LABORDA VALENTE (OAB 1403/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM) - Processo 0633752-59.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Daniel de Figueiredo Valente - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: GUSTAVO MICHELOTTI FLECK (OAB 21243/DF), ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM) - Processo 0634084-26.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Temporária - REQUERENTE: Aldo Miranda da Silva - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 27/09/2019, a partir das 08:30 hs., no endereço abaixo indicado.4 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.5- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo.Dr. Flaviano Bivaqua de Araújo Junior, CRM/AM-4335, CPF:613.382.572-34,na ONCLOCIN, sito a Av. Castelo Branco , 1779, Cachoeirinha, nesta cidade.

ADV: GLÊNA MARIA RAMALHO CORREIA (OAB 9837/RN), ADV: JAMILE RIBEIRO DA SILVA (OAB 4977/AM) - Processo 0634191-70.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - EXEQUENTE: Julio Cesar de Carvalho Homem de Galvão - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM) - Processo 0635352-86.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Adelson Dias Parente - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca dos honorários sucumbências, no prazo de 05 (cinco) dias, visto que esse pode ser pago por meio de RPV.

ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM), ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM), ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG) - Processo 0637747-80.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Rildo da Silva Seabra - REQUERIDO: Banco Bonsucesso Consignado S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: RODRIGO MEDEIROS LÓCIO (OAB 39972/PE), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM) - Processo 0637813-02.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Renato de Jesus Pereira da Silva - REQUERIDO: Instituto Nacional de Seguridade Social - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta nas fls. 260-261, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: ADRIANO JOSÉ DA CUNHA SOUZA (OAB 8410/AM), ADV: MARINA DAS GRAÇAS PAULA DE ARAÚJO (OAB 3906/AM) - Processo 0638555-22.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Jozimar Bezerra Bessa - REQUERIDA: Elane Maria Rocha de Almeida - R.H. Intimem-se as partes para que, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentem eventuais propostas de acordo e especifiquem se há provas que pretendem ver produzidas em eventual audiência de instrução e julgamento, justificando sua pertinência e anexando rol de testemunhas se for o caso. Em caso de inércia dos litigantes, procederei ao julgamento antecipado da lide, na forma do art. 355, I, do CPC. Cumpra-se.

ADV: MARIA DO CARMO ALVES (OAB 296853/SP) - Processo 0639398-50.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itau Seguros S/A - Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais sejam: mandado de citação, com busca e apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da justiça gratuita total. Após juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL. Recolhidos os pertinentes emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV, do CPC, por ausência de preenchimento de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o autor para que, no prazo de quinze dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte ré para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se o Requerido de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei no. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Finalmente, proceda-se ao bloqueio do bem objeto da lide, para fins de transferência, por meio do sistema RENAJUD, desde que previamente pagos os respectivos emolumentos. Advirto o banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0641017-15.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Jandira Simoes da Silva - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 26/09/2019, a partir das 13:30 hs., no endereço abaixo indicado.4 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.5- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo.Dr. Flaviano Bivaqua de Araújo Junior, CRM/AM-4335, CPF:613.382.572-34,na ONCLOCIN, sito a Av. Castelo Branco , 1779, Cachoeirinha, nesta cidade.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0641070-93.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Kadson Kylldari de Souza Santos - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 26/09/2019, a partir das 13:30 hs., no endereço abaixo indicado.4 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.5- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo.Dr. Flaviano Bivaqua de Araújo Junior, CRM/AM-4335, CPF:613.382.572-34,na ONCLOCIN, sito a Av. Castelo Branco , 1779, Cachoeirinha, nesta cidade.

ADV: JAMIL RIBEIRO DA SILVA (OAB 7167/AM) - Processo 0642654-98.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: C.P.A. - R. H. Vistos etc. Vieram-me os autos conclusos. Verifico que a parte autora não procedeu ao preparo da demanda, motivo pelo qual determino a baixa . Sem custas, tendo em vista que não houve prestação jurisdicional. P.R.I.C.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0644083-71.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça necessárias à prática do ato processual e junte comprovante de recolhimento, levando em consideração a quantidade de pessoas que deverão constar no mandado, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JOSIANE GOMES RIBEIRO (OAB 11854/AM) - Processo 0644460-71.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Glaucia de Fatima de Souza e Souza - Pelo exposto, presentes os requisitos legais, DEFIRO A TUTELA ANTECIPADA para determinar à parte ré que se abstenha de efetuar o corte no fornecimento de

energia elétrica na UC de n. 0656142-0, bem como realize a vistoria técnica no local acompanhado da autora no prazo de 10 dias, e que no mesmo prazo proceda à retirada do nome da autora do cadastro de devedores. No caso de descumprimento desta decisão pela parte ré, com fulcro nos artigos 536, § 1º c/c 537, caput, do CPC, após a intimação da parte ré desta decisão, fixo multa no valor de R$ 1.000,00 (mil reais), para cada dia de permanência da inscrição, até o limite de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), com fundamento no disposto nos artigos 536, § 1º c/c 537, caput, do CPC. Na sequência, observe-se o procedimento a seguir detalhado. DESIGNO AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO para o dia 18 de novembro de 2019, às 11 horas, a qual será realizada no Centro Judiciário de Resolução de Conflitos - CEJUSC. Cite-se a requerida para que, querendo, compareça a audiência de conciliação, nos termos do art. 334 do CPC.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0644709-22.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco J Safra S/A - Intime-se a parte autora para que se manifeste, em dez dias, sob pena de extinção (art. 485, IV do CPC), de modo a viabilizar a citação por qualquer das modalidades previstas em Lei. No mesmo prazo, deverão ser recolhidas as custas para consultas eletrônicas de endereço ou expedição de carta/mandado, sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0646535-83.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais sejam: mandado de citação, com busca e apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da justiça gratuita total. Após juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL. Recolhidos os pertinentes emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV, do CPC, por ausência de preenchimento de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o autor para que, no prazo de quinze dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte ré para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se o Requerido de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei no. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Finalmente, proceda-se ao bloqueio do bem objeto da lide, para fins de transferência, por meio do sistema RENAJUD, desde que previamente pagos os respectivos emolumentos. Advirto o banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei. Cumpra-se.

ADV: DHEYMISON ALBUQUERQUE DA SILVA (OAB 12223/AM) - Processo 0648208-14.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - REQUERENTE: Karleson Albuquerque da Silva - Assim sendo, no caso concreto, a priori, diante da natureza da demanda, objeto discutidos, a condição pessoal da parte a permitir contratação de advogado particular a patrociná-lo, necessário se faz juntada pela parte requerente sob pena de indeferimento da benesse: a) cópia da declaração de imposto de renda do último ano; b) cópia das ultima folhas da carteira de trabalho ou comprovante de rendimentos mensal, bem como aquele percebido por eventual cônjuge; c) cópia dos extratos bancários de contas de titularidade e de eventual cônjuge referentes aos últimos três meses; d) cópia dos extratos de cartão de crédito dos últimos três meses, bem assim daqueles pertencentes a eventual cônjuge; Cumpra-se no prazo de 15 dias. Decorrido o prazo legal, com resposta do(a) requerente, voltem-me, imediatamente, os autos conclusos para análise do pedido de gratuidade processual. Caso a parte requerente não apresente a documentação acima descrita, deverá no prazo assinalado comprovar o pagamento das custas iniciais, sob pena de cancelamento da distribuição. Intime-se.

ADV: RIVALDO SIMÕES PIMENTA (OAB 209676/SP) - Processo 0649075-07.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Asia Shipping Transporte Internacionais Ltda. - Vistos, Cumpra-se a Carta Precatória, expeça-se o mandado de penhora e avaliação. Após, retornem os autos com as cautelas de estilo.

ADV: WILSON JOSÉ DA SILVA CUNHA (OAB 3479/AM) - Processo 0649600-86.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: Othilio Francisco Tino - Assim sendo, no caso concreto, a priori, diante da natureza da demanda, objeto discutidos, a condição pessoal da parte a permitir contratação de advogado particular a patrociná-lo, necessário se faz juntada pela parte requerente sob pena de indeferimento da benesse: a) cópia da declaração de imposto de renda do último ano; b) cópia das ultima folhas da carteira de trabalho ou comprovante de rendimentos mensal, bem como aquele percebido por eventual cônjuge; c) cópia dos extratos bancários de contas de titularidade e de eventual cônjuge referentes aos últimos três meses; d) cópia dos extratos de cartão de crédito dos últimos três meses, bem assim daqueles pertencentes a eventual cônjuge; Cumpra-se no prazo de 15 dias. Em igual prazo deverá digitalizar os documentos de fls. 32/40, posto constar como indisponível a visualização, e especificar o pedido, vez que na alínea “a” do pedido, encontra-se menção ao fornecimento de materiais e serviços indicados no relatório médico doc. 11, porém não há numeração na documentação. Decorrido o prazo legal, com resposta do(a) requerente, voltem-me, imediatamente, os autos conclusos. Caso a parte requerente não apresente a documentação acima descrita, deverá no prazo assinalado comprovar o pagamento das custas iniciais, sob pena de cancelamento da distribuição. Intime-se.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0649637-16.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais sejam: mandado de citação, com busca e apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da justiça gratuita total. Após juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante

legal do requerente. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL. Recolhidos os pertinentes emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV, do CPC, por ausência de preenchimento de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o autor para que, no prazo de quinze dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte ré para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se o Requerido de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei no. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Finalmente, proceda-se ao bloqueio do bem objeto da lide, para fins de transferência, por meio do sistema RENAJUD, desde que previamente pagos os respectivos emolumentos. Advirto o banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0650228-75.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Tendo a inicial preenchido os requisitos do artigo 700 do CPC/2015 e, estando a mesma devidamente instruída com documentação comprobatória do débito, com base em prova escrita, sem eficácia de título, defiro a monitória. Determino a expedição de carta de citação para pagamento da quantia em dinheiro, apontada na inicial (art. 700, I), no prazo máximo e improrrogável de 15 (quinze) dias, incluído o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído a causa, conforme Caput do artigo 701, CPC/2015. Intime-se o autor para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o pagamento das custas de emissão do AR, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Provimento nº 273-CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV e VI do CPC/2015. Advirto desde já que, caso não seja realizado o pagamento ou não opostos embargos, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, nos termos do disposto no §2º do artigo 701, CPC/2015. Anote-se, de igual forma, que se ocorrer o pagamento também no mesmo prazo o réu ficará isento de custas processuais, em consonância com o disposto no parágrafo 1o, do artigo 701, também do CPC/2015. Caso sejam apresentados embargos à monitória, suspenda-se a eficácia da decisão referida no Caput do art.701 do CPC/15 até o julgamento em primeiro grau. Ato contínuo ao recebimento dos embargos, intime-se o autor da monitória para que responda aos embargos em até 15(quinze) dias, nos termos do art.702, §5º, do CPC/15. Cumpre ressaltar que o devedor poderá, mediante a comprovação de depósito de 30% (trinta por cento) do valor cobrado, acrescido de custas e honorários de advogado de 5% (cinco por cento), requerer o restante do pagamento em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos dos artigos 701, §5º c/c 916, CPC/2015. Caso a carta expedida retorne negativa, consulte-se o(s) sistema(s) eletrônico(s) INFOJUD, SIEL, BACENJUD e/ou RENAJUD, a fim de localizar o atual endereço da parte ré, após o pagamento, no prazo de 05(cinco) dias, dos emolumentos pertinentes a cada pesquisa solicitada, nos termos da Portaria nº116/2017, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI do CPC. Constatado um único endereço e diverso do que já fora efetuada a diligência, expeça-se imediatamente nova carta de citação, caso contrário, intime-se o autor para manifestar-se, no prazo de 5(cinco) dias, sobre as referidas consultas, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI, do CPC. No caso de ser solicitado a expedição de mandado de pagamento, defiro-a desde logo, devendo a parte comprovar, no prazo de 15(quinze) dias, o recolhimento das custas das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Tabela I do Provimento nº 261/2015 - CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI do CPC.

ADV: ELENILCE COSTA DOS SANTOS (OAB 9590/AM) - Processo 0650251-21.2019.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: Enivaldo Lopes Lima - Assim sendo, no caso concreto, a priori, diante da natureza da demanda, objeto discutidos, a condição pessoal da parte a permitir contratação de advogado particular a patrociná-lo, necessário se faz juntada pela parte requerente sob pena de indeferimento da benesse: a) cópia da declaração de imposto de renda do último ano; b) cópia das ultima folhas da carteira de trabalho ou comprovante de rendimentos mensal, bem como aquele percebido por eventual cônjuge; c) cópia dos extratos bancários de contas de titularidade e de eventual cônjuge referentes aos últimos três meses; d) cópia dos extratos de cartão de crédito dos últimos três meses, bem assim daqueles pertencentes a eventual cônjuge; Cumpra-se no prazo de 15 dias. Decorrido o prazo legal, com resposta do(a) requerente, voltem-me, imediatamente, os autos conclusos para análise do pedido de gratuidade processual. Caso a parte requerente não apresente a documentação acima descrita, deverá no prazo assinalado comprovar o pagamento das custas iniciais, sob pena de cancelamento da distribuição. Defiro a proridade na tramitação, nos termos do art. 1.048 do CPC. Intime-se.

ADV: BARTOLOMEU FERREIRA DE AZEVEDO JÚNIOR (OAB 4334/AM) - Processo 0650283-26.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Merronit Comercial Ltda - Em razão do princípio da vedação às decisões-surpresa, intime-se o autor para que se manifeste acerca da possível litispendência entre a presente demanda e as de n. 0237969-16.2019.8.04.0001 e 0650313-61.2019.8.04.0001.

ADV: BARTOLOMEU FERREIRA DE AZEVEDO JÚNIOR (OAB 4334/AM) - Processo 0650313-61.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - AGRAVANTE: Merronit Comercial Ltda - Em razão do princípio da vedação às decisões-surpresa, intime-se o autor para que se manifeste acerca da possível litispendência entre a presente demanda e as de n. 0237969-16.2019.8.04.0001 e 0650283-26.2019.8.04.0001.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0650321-38.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Tendo a inicial preenchido os requisitos do artigo 700 do CPC/2015 e, estando a mesma devidamente instruída com documentação comprobatória do débito, com base em prova escrita, sem eficácia de título, defiro a monitória. Determino a expedição de carta de citação para pagamento da quantia em dinheiro, apontada na inicial (art. 700, I), no prazo máximo e improrrogável de 15 (quinze) dias, incluído o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído a causa, conforme Caput do artigo 701, CPC/2015. Intime-se o autor para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o pagamento das custas de emissão do AR, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Provimento nº 273-CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV e VI do CPC/2015. Advirto desde já que, caso não seja realizado o pagamento ou não opostos embargos, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, nos termos do disposto no §2º do artigo 701, CPC/2015. Anote-se, de igual forma, que se ocorrer o pagamento também no mesmo prazo o réu ficará isento de custas

processuais, em consonância com o disposto no parágrafo 1o, do artigo 701, também do CPC/2015. Caso sejam apresentados embargos à monitória, suspenda-se a eficácia da decisão referida no Caput do art.701 do CPC/15 até o julgamento em primeiro grau. Ato contínuo ao recebimento dos embargos, intime-se o autor da monitória para que responda aos embargos em até 15(quinze) dias, nos termos do art.702, §5º, do CPC/15. Cumpre ressaltar que o devedor poderá, mediante a comprovação de depósito de 30% (trinta por cento) do valor cobrado, acrescido de custas e honorários de advogado de 5% (cinco por cento), requerer o restante do pagamento em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos dos artigos 701, §5º c/c 916, CPC/2015. Caso a carta expedida retorne negativa, consulte-se o(s) sistema(s) eletrônico(s) INFOJUD, SIEL, BACENJUD e/ou RENAJUD, a fim de localizar o atual endereço da parte ré, após o pagamento, no prazo de 05(cinco) dias, dos emolumentos pertinentes a cada pesquisa solicitada, nos termos da Portaria nº116/2017, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI do CPC. Constatado um único endereço e diverso do que já fora efetuada a diligência, expeça-se imediatamente nova carta de citação, caso contrário, intime-se o autor para manifestar-se, no prazo de 5(cinco) dias, sobre as referidas consultas, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI, do CPC. No caso de ser solicitado a expedição de mandado de pagamento, defiro-a desde logo, devendo a parte comprovar, no prazo de 15(quinze) dias, o recolhimento das custas das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Tabela I do Provimento nº 261/2015 - CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI do CPC.

ADV: ARIANNE SOARES CHAGAS (OAB 9564/AM), ADV: LUCIANA VELASCO VASCONCELLOS (OAB 4972/AM), ADV: JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR (OAB 2167/AM) - Processo 0650741-77.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Almir Ivo de Barros - REQUERIDO: Supermercados DB Ltda. - Vistos, Enfito que a ré, mercê da validade de sua citação, não apresentou defesa, conforme certidão de fls., motivo porquanto reconheço a revelia e, não incorrendo a demanda em nenhuma das hipóteses elencadas no art. 345, aplico-lhe a pena de confissão quanto à matéria de fato aduzida na vestibular, com estribo no art. 344, sem prejuízo da disposição a que alude o art. 346, todos do Digesto Processual Civil. Nesse soar, vislumbro ser prescindível a produção pelo autor de demais provas em audiência de instrução e julgamento, razão pela qual sou pelo julgamento antecipado da lide, com lastro no art. 355, II, do CPC. Após a fluência do prazo recursal, in albis, voltem-me os autos conclusos para senten

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0655831-66.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Intime-se a parte autora para que se manifeste, em dez dias, sob pena de extinção (art. 485, IV do CPC), de modo a viabilizar a citação por qualquer das modalidades previstas em Lei. No mesmo prazo, deverão ser recolhidas as custas para consultas eletrônicas de endereço ou expedição de carta/mandado, sob pena de extinção. Cumpra-se.

Adair José Pereira Moura (OAB 1251/AM)
Adriana Almeida Lima (OAB 4577/AM)
Adriano Cardoso Gomes Ferreira (OAB 251406/SP)
Adriano de Oliveira Bayeux (OAB 151032/SP)
Adriano José da Cunha Souza (OAB 8410/AM)
Alessandra Caroline Oliveira Mota (OAB 6359/AM)
Allan Aguilar Cortez (OAB 216259/SP)
Ana Cláudia Medeiros de Aquino (OAB 6712/AM)
Anderson Sales de Souza (OAB 8760/AM)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Arianne Soares Chagas (OAB 9564/AM)
Armando de Souza Negrão (OAB 1982/AM)
Arnoldo Bentes Coimbra (OAB 345/AM)
Augusto Costa Júnior (OAB 4337/AM)
Bandeira de Melo e Barbirato Advogados (OAB 222/AM)
Bartolomeu Ferreira de Azevedo Júnior (OAB 4334/AM)
Bráulio Ghidalevich (OAB 2248/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 15410A/PA)
Cássia Luciana da Conceição Rocha (OAB 7819/AM)
Cássio Chaves Cunha (OAB 12268/PA)
Christiano Pinheiro da Costa (OAB 3542/AM)
Cíntia Rossette de Souza (OAB 4605/AM)
Cristiane Bentes Teixeira (OAB 5283/AM)
DANIEL CALAZANS PALOMINO TEIXEIRA (OAB 42391DF)
Daniel de Lima Albuquerque (OAB 6548/AM)
Danielle Salgado Freire (OAB 5349/AM)
Dario dos Santos Monteiro (OAB 10365/AM)
David Azulay Benayon (OAB 8688/AM)
David Saleon Gomes Abecassis (OAB 9614/AM)
Débora Nascimento Giffoni (OAB 12604/AM)
Dheymison Albuquerque da Silva (OAB 12223/AM)
Domingos Sávio Tavares da Silva (OAB 5610/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduardo Vasconcelos Corrêa Júnior (OAB 11692/AM)
Eduardo Vasconcelos Corrêa Júnior (OAB 16991/PA)
Elenilce Costa dos Santos (OAB 9590/AM)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Elpídio Donizetti (OAB 45290/MG)
Fabiano Kleber Moreno Dalan (OAB 52871/PR)
Fábio Nunes Bandeira de Melo (OAB 4331/AM)
Fábio Rivelli (OAB 1119A/AM)
Fabrício Perrotta da Silva (OAB 165909/RJ)
Felipe Navega Medeiros (OAB 165147/MG)
Fernando Dênis Martins (OAB 182424/SP)
Fernando Nunes da Frota (OAB 1527/AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 96864/MG)
Flávia Neves Nou de Brito (OAB 17065/BA)
Flávia Ramos de Carvalho (OAB 8786/AM)
Francisco Honorato de Brito (OAB 6638/AM)
Gabriela Marinho Alves (OAB 13368/AM)
Giovana Isabelle Pimentel Lima (OAB 3981/AM)
Glauce Maria Costa de Sousa (OAB 6140/AM)
Gláucio Herculano Alencar (OAB 11183/AM)
Glêna Maria Ramalho Correia (OAB 9837/RN)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Michelotti Fleck (OAB 21243/DF)
Helton Lannucy Veras Leite (OAB 13005/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Hermes Pontes Lima Junior (OAB 13567/AM)
IARA DE SOUSA GOMES (OAB 16689/PA)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Ivanildo Rodrigues da Gama Júnior (OAB 8525/PA)
Jamil Ribeiro da Silva (OAB 7167/AM)
Jamile Ribeiro da Silva (OAB 4977/AM)
Jorge Fernandes Garcia de Vasconcellos Júnior (OAB 2167/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB 392A/RN)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Félix de Oliveira Brandão (OAB 11862/AM)
Josiane Gomes Ribeiro (OAB 11854/AM)
Juceila Lourdes Dall'Agnol de Lacerda (OAB 43454/RS)
Juliane dos Santos Simões Pereira (OAB 7624/AM)
Juscelino de Oliveira Melo (OAB 12546/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Karina Auxiliadora Pinto (OAB 2496/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Karla Etelvina Oliveira Machado (OAB 13826/AM)
Leonardo Alvarenga Viana (OAB 6956/AM)
Ligier Martins Moreira Júnior (OAB 6660/AM)
Linconl Freire da Silva (OAB 11125/AM)
Lívia Maria Andrade Porto (OAB 11348/AM)
Lúcia Cristina Pinho Rosas (OAB 5109/AM)

Luciana Velasco Vasconcellos (OAB 4972/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Carlos Palheta Silva (OAB 9717/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Cláudio Cruz da Silva (OAB 6906/AM)
Marcelo da Silva Carlos (OAB 7366/AM)
Marcelo Soares Cabral (OAB 187843/SP)
Marcia Caroline Milleo Laredo (OAB 8936/AM)
Márcio Perez de Rezende (OAB 77460/SP)
Marco Antonio Coelho de Agostini (OAB 72045/SP)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marco Antonio Ferrão (OAB 239906/SP)
MARIA DAS GRACAS MAUES DA GAMA (OAB 12785/PA)
Maria do Carmo Alves (OAB 296853/SP)
Maria do Rosário de Oliveira Melo (OAB 5385/AM)
Maria Fátima Silva Oliveira (OAB 6356/AM)
Marileide Mota da Silva Falcão (OAB 13472/AM)
Marina das Graças Paula de Araújo (OAB 3906/AM)
Mário Alberto da Fonseca Monteiro Júnior (OAB 1431/AM)
MARLOIVA ANDRADE SAMPAIO (OAB 31008/RS)
Maurício Marques Domingues (OAB 175513/SP)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Maykon Felipe de Melo (OAB 20373/SC)
Michelle Nascimento Tachy Coelho (OAB 9918/AM)
Milton Antônio Rivera Reyes (OAB 9851/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Patricia de Souza Leandro (OAB 60498/RS)
PATRÍCIA KELLY DA SILVA BARRETO (OAB 14080/PA)
Patrícia Saeta Lopes (OAB 167432/SP)
Paulo César Laborda Valente (OAB 1403/AM)
Polyne Maressa da Mota Lopes (OAB 13523/AM)
Queila Coelho de Souza (OAB 7931/AM)
Rafael Nascimento Picanço (OAB 10349/AM)
Raissa Bohry de Souza Vasconcelos Correa (OAB 18149/PA)
Reginaldo Souza de Oliveira (OAB 8310/AM)
Renato Fioravante do Amaral (OAB 349410/SP)
Ricardo Hübner (OAB 9398/AM)
Rivaldo Simões Pimenta (OAB 209676/SP)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Roberval Emerson Oliveira de Paula Filho (OAB 6721/AM)
Robson Carvalho Ferreira (OAB 12268/AM)
Rodolpho Eric Moreno Dalan (OAB 37760/PR)
Rodrigo Medeiros Lócio (OAB 39972/PE)
Rogerio Zampier Nicola (OAB 242436/SP)
Rômulo José Fernandes da Silva (OAB 1818/AM)
Rosemary Lima Rodrigues (OAB 2351/AM)
Ruy Miraglia da Silveira (OAB 723A/AM)
Selma Mara Santana Mota (OAB 5524/AM)
Silvana Maria lúdice da Silva (OAB 452A/AM)
Silvia Rodrigues P. Pachikoski (OAB 130219/SP)
Sônia Maria Cansanção da Silva (OAB 2431/AM)
Suraide Auxiliadora Nunes Pinto (OAB 2506/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Urbano Vitalino Advogados (OAB 313/PE)
Vanessa Pizzaro Rapp (OAB 569A/AM)
Waldiney Ferreira Guimarães (OAB 255286/SP)
Walfran Siqueira Caldas (OAB 8915/AM)
Wallison Daniel Dias Oliveira (OAB 8932/AM)
Wanderlene Lima Ferreira Lungareze (OAB 2459/AM)
Wellington de Amorim Alves (OAB 2993/AM)
William Carmona Maya (OAB 257198/SP)
Wilson José da Silva Cunha (OAB 3479/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)
Ygor Felipe Távora da Silva (OAB 8341/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUIZ(A) DE DIREITO MÔNICA CRISTINA RAPOSO DA CÂMARA CHAVES DO CARMO

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CYNTHIA MARIA JACOB ROCHA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0311/2019

ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG), ADV: JÚLIO DE CARVALHO PAULA LIMA (OAB A1149AM), ADV: LUIZ FERNANDO MAFRA NEGREIROS (OAB 5641/AM), ADV: TATIANE MEDINA OLIVEIRA (OAB 6336/AM) - Processo 0636063-91.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Hts - Serviços de Hotelaria e Turismo Ltda - EXECUTADO: S F Bar e Restaurante Ltda - Considerando a legitimidade das partes e em razão da transação atender e preservar os seus interesses, HOMOLOGO o acordo para que surta seus efeitos jurídicos e legais e declaro extinto o processo com resolução do mérito (art. 487, III, “b” do CPC). Isento de custas na forma do § 3º do art. 90 do CPC.Proceda-se à baixa.

Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
Júlio de Carvalho Paula Lima (OAB A1149AM)
Luiz Fernando Mafra Negreiros (OAB 5641/AM)
Tatiane Medina Oliveira (OAB 6336/AM)

11ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DO TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0207/2019

ADV: HILEANO PEREIRA PRAIA (OAB 3834/AM), ADV: LUCIANO DE SOUZA GUIMARÃES (OAB 39453/DF) - Processo 0244121-51.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Luciano de Souza Guimarães e outro - REQUERIDO: Tecnisa S/A e outro - Recebo os presentes autos nesta data, neste estado. Trata-se de ação declaratória de negativa de existência de vínculo contratual c/c indenização por danos morais proposta por Luciano de Souza Guimarães e Jorge de Souza Guimarães em face de Tecnisa S/A e Empresa Torquato Empreendimentos Imobiliários SPE-S/A. Analisando a narrativa dos Autores, extrai-se dos autos que sua vontade se consubstancia ou revela no desejo de tornar inválido o contrato objeto dos presentes autos diante da modificação dos termos anteriormente acordados no ato de assinatura do referido contrato (fls. 40/62). Contudo, há nos autos emails trocados com a Requerida Tecnisa S/A que ensejam a compreensão de ocorrência de rescisão contratual (fls. 36/37). Desse modo, esclareço que recebo a presente ação como ação declaratória de nulidade contratual, diante da narrativa dos Autores de que teriam assinado contrato com termos diversos daquele em que haviam manifestado sua vontade. No que pertine à rescisão contratual, verifico quanto a anuência das Requeridas em rescindir o contrato nos termos constantes no contrato, conforme se observa em fls. 36/38, razão pela qual não observo interesse de agir no que tange ao referido pedido. Isso posto, passo a sanear o presente feito, compreendendo-o como ação de declaração de nulidade de negócio jurídico, nos termos do art. 357 do CPC. Inicialmente, verifico que as empresas Torquato Empreendimento Imobiliários e Tecnisa S/A apresentaram duas contestações. Nesse contexto, diante do instituto da preclusão consumativa, avalio tão somente as preliminares suscitadas em Contestações de fls. 146/178 e 212/216. I) Ilegitimidade Ativa de Jorge de Souza Guimarães: Afasto a referida preliminar, pois que em que pese no contrato só haver o nome do primeiro Autor, conforme se observa da narrativa da inicial, o segundo Autor procedeu com o pagamento da entrada através dos cheques n° 850199 e 850200, os quais também são objeto da presente demanda. Desse modo, observa-se nos autos que o segundo Autor possui interesse processual, na medida em que o deslinde da presente demanda lhe aproveitará diante da procedência ou improcedência do pedido de cancelamento dos cheques. II) Ilegitimidade Passiva de Torquato Empreendimentos Imobiliário SPE-S/A para responder pela devolução da corretagem: Embora não verifique nos autos pedido expresso de devolução de valores pagos a título de corretagem, observo que os valores pagos, narrados como entrada pelos Autores, correspondem com

os valores acordados no contrato de corretagem de fls. 206/210. Nesse elastério, verifico quanto a legitimidade da Requerida para figurar no pólo passivo da demanda no que se refere à devolução de corretagem, tendo em vista o reconhecimento pelo Superior Tribunal de Justiça - STJ, em julgamento de Recurso Especial submetido ao rito dos Repetitivos, quanto a legitimidade da incorporadora, na condição de promitente-vendedora, para compor o polo passivo da demanda em que se argui prática abusiva de transferência desse encargo ao consumidor, isto é, se os Autores estavam cientes da transferência do encargo para si de pagar os referidos valores. Nesse sentido: REsp 1551951/SP, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Segunda Seção, julgado em 24/08/2016, DJe 06/09/2016. III) Ilegitimidade Passiva de Tecnisa S/A: Conquanto não haja subscrito o contrato de promessa de compra e venda de que cuidam os autos (fls. 40/62), na qualidade de vendedora, a Requerida Tecnisa S/A participou/interveio no negócio jurídico em exame, conforme se observa dos espelhos dos boletos emitidos para pagamento ao Autor, demonstrativos dos serviços prestados e comissões recebidas no ato, emitido igualmente pela Requerida Tecnisa. Ademais, a Requerida respondeu ao e-mail enviado pelo Autor, informando sobre as possibilidades de ocorrência de distrato; a sugerir que, ao menos, atuou na administração do negócio jurídico entabulado entre as partes. Assim sendo, de acordo com a teoria da asserção, segundo a qual, as condições da ação são examinadas à luz das alegações iniciais, bem assim também com fundamento da teoria da aparência, visualizo quanto a legitimidade passiva da empresa Tecnisa S/A, eis que as circunstâncias apontam para um atuar conjunto entre as duas empresas para a execução do ajuste. Em assim sendo, afasto a referida preliminar e declaro legítima para figurar no pólo passivo da presente demanda a Requerida Tecnisa S/A. Adiante, fixo os pontos controvertidos que se referem às questões de fato e de direito sobre as quais deve recair atividade probatória de natureza documental, por depoimentos das partes e testemunhal: a) sobre os termos contratados com a corretora anteriormente a assinatura do contrato na data de 19/09/2014; b) sobre a possibilidade de existência de aditivo contratual, a fim de modificar os termos contratados; c) sobre se os cheques números 850199 e 850200 são destinados à entrada do imóvel ou destinados ao pagamento dos serviços de corretagem; e, d) sobre a ocorrência de dano moral à hipótese e do seu respectivo quantum indenizatório No que pertine ao ônus da prova, verifico que os Requerentes são consumidores nos moldes do art. 2º, do CDC e os Requeridos enquadram-se no conceito de fornecedores, nos moldes do art. 3º, do CDC. Vislumbro ainda que os Requerentes são hipossuficientes nos planos técnico e fático. Por tais razões, defiro em favor dos Autores a inversão do ônus probatório, nos moldes do art. 6º, VIII, do CDC e art. 373, § 1º, do CPC. Intimem-se as partes para apresentarem rol de testemunhas no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos dos arts. 357, §4° e 450, ambos do CPC. Pauto audiência de Instrução e Julgamento para o vindouro dia 12/11/2019, às 09:30 horas. Oportunamente, esclareço que nos termos do art. 455 do CPC, cabe aos advogados das partes informarem ou intimarem as testemunhas por eles arroladas. Int. Cumpra-se.

ADV: ANTONIO CHRISTO DA ROCHA LACERDA (OAB 1188/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: BRUNO VEIGA PASCARELLI LOPES (OAB 7092/AM), ADV: MARIANA PINA PAIVA (OAB 4917/AM), ADV: GISELLE FALCONE PASCARELLI LOPES (OAB 3747/AM), ADV: MARCOS ALDENIR FERREIRA RIVAS (OAB 2250/AM), ADV: NARA CRUZ DE ALMEIDA (OAB 7170/AM) - Processo 0256980-12.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: FLÁVIO HUMBERTO PASCARELLI LOPES - REQUERIDO: Wilson Ferreira Lisboa - NÃO INFORM: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. e outro - Vistos. Em complemento ao DESPACHO proferido a fls. 445, DEFIRO a petita de fls. 438 para os fins de DETERMINAR a EXPEDIÇÃO de OFÍCIO à SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS para, no prazo razoável de 10 (dez) dias, INFORMAR a este JUÍZO acerca da EXISTÊNCIA de eventual VÍNCULO FUNCIONAL porventura mantido com o executado WILSON FERREIRA LISBOA - CPF 052.629.502-30, seja em atividade ou em inatividade. À Secretaria para expedição do pertinente ofício. Custas de diligências já pagas - fls. 442/444. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0600475-52.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca dos ARs juntado aos autos sem cumprimento, às fls. 386/387, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Outrossim, intimo a parte interessada para manifestar-se sobre o Aviso de Recebimento de fls. 388 recebido por terceiro, também no prazo de 5 (cinco) dias Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: FERNANDA MEYGE DE BRITO (OAB 35105/BA), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0602100-92.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Antonio Martins do Carmo - REQUERIDO: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas e outro - Vistos, Cuidam os presentes autos de Cumprimento Definitivo de Sentença formulado por Antônio Martins do Carmo em face de Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. Conforme se depreende da sentença de fls. 175/177, um dos encargos do Executado se consubstancia em obrigação de pagar quantia certa. Em assim sendo, determino que se intime o Executado, por meio eletrônico, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, promova a impugnação da execução, nos termos do art. 535 do CPC. Após o transcurso do prazo, voltem-me os autos conclusos. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: CELSO DAVID ANTUNES (OAB 1141A/BA), ADV: DAIANA FERREIRA DE SOUSA (OAB 8527/AM), ADV: FRANCISCO ANTÔNIO FRAGADA JÚNIOR (OAB 1179A/BA), ADV: AMANDA ARAÚJO DOS SANTOS (OAB 6150/AM), ADV: ADRIANE ORTIZ GRANJA DE SOUZA (OAB 5129/AM), ADV: LUÍS CARLOS MONTEIRO LAURENÇO (OAB 16780/BA) - Processo 0603759-73.2016.8.04.0001 - Cautelar Inominada - Liminar - REQUERENTE: IVANILDO CASTRO DOS SANTOS - REQUERIDO: Itaú Unibanco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: VILMA OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 542A/AM) - Processo 0605079-56.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Afinco Comércio de Vestuário Ltda - Em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para que apresente instrumento de mandato, regularizando a representação processual da patrona Dra Vilma Oliveira dos Santos OAB/AM 542A, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM) - Processo 0611979-55.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LUIZ GUSTAVO BARBOSA DE SOUZA FRANÇA (OAB 9528/AM), ADV: RENNAN LESSA FERREIRA (OAB 13046/AM) - Processo 0614054-67.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Coencil - Comércio, Importação e Exportação Ltda - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, às fls. 62, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: CHRISTIANO PINHEIRO DA COSTA (OAB 3542/AM), ADV: PÉRICLES DUARTE DE SOUZA JÚNIOR (OAB 4808/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM) - Processo 0615521-86.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Everaldo Oliveira Nascimento - De ordem, intimo a parte interessada para manifestar-se sobre o Aviso de Recebimento de fls. retro recebido por terceiro, no prazo de 5 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LEANDRO KAZUYUKI TAKAHASHI (OAB 12343/AM), ADV: LUANNA BARROS DE ALBUQUERQUE GOMES (OAB 13172/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM) - Processo 0618012-95.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Karine Medeiros Cavalcante - REQUERIDO: 4º Ofício de Registro Civil das Pessoas Naturais e outros - Vistos, Encerrada a fase postulatória do feito e sendo improvável a conciliação das partes neste momento processual, passo a sanear o processo na forma do disposto no art. 357 do NCPC. Fixo na espécie, os seguintes pontos controvertidos que referem às questões de fato e de direito sobre as quais deve recair a atividade probatória de natureza documental, testemunhal e por depoimentos das partes: das circunstâncias em que teria ocorrido o cancelamento/postergação da cerimônia de casamento sobre que tratam os autos; da ocorrência ou não de dano moral à hipótese. Analiso na sequência a única questão processual pendente de análise como se vê em Contestação ofertada pelos Réus em fls.49/68 - Ilegitimidade Passiva da serventia extrajudicial - Cartório do 4º Ofício do Registro Civil, para figurar no pólo passivo processual: Assiste razão aos Contestantes, na medida em que é pacífica a jurisprudência do STJ no sentido de que " A atual jurisprudência desta Corte orienta que "o tabelionato não detém personalidade jurídica, respondendo pelos danos decorrentes dos serviços notariais o titular do cartório na época dos fatos. Responsabilidade que não se transfere ao tabelião posterior" (AgRg no REsp 624.975/SC, Rel. Ministra Maria Isabel Gallotti, DJe 11/11/2010). "RECURSO ESPECIAL - CARTÓRIO EXTRAJUDICIAL - TABELIONATO - INTERPRETAÇÃO DO ART.22 DA LEI N.8.935/94 - LEI DOS CARTÓRIOS - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO - RESPONSABILIDADE CIVIL DO TABELIONATO - LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM - AUSÊNCIA - RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO. 1. O art. 22 da Lei n. 8.935/94 não prevê que os tabelionatos,comumente denominados "Cartórios", responderão por eventuais danos que os Titulares e seus prepostos causarem a terceiros. 2. O Cartório extrajudicial não detém personalidade jurídica e, portanto, deverá ser representado em juízo pelo respectivo titular. 3. A possibilidade do próprio tabelionato ser demandado em juízo, implica admitir que, em caso de sucessão, o titular sucessor deveria responder pelos danos que o titular sucedido ou seus prepostos causarem a terceiros, nos termos do art. 22 do Lei dos Cartórios,o que contrasta com o entendimento de que apenas o titular do cartório à época do dano responde pela falha no serviço notarial. 4. Recurso especial improvido." (REsp 911.151/DF, Rel.Ministro MASSAMI UYEDA, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/6/2010, DJe 6/8/2010.). Em assim sendo, decido por excluir do pólo processual passivo destes autos o Cartório do 4º Ofício de Registro Civil de Pessoas Naturais, ex vi do art. 485, VI, do CPC, mantendo assim no referido polo apenas a titular da referida serventia Mirandolina da Silva Godinho. Nesse contexto, determino à Secretaria da 4a. UPJ que ultime providências à exclusão do Cartório do 4º Ofício de Registro Civil de Pessoas Naturais, junto ao sistema SAJ. Ademais, defino a distribuição do ônus da prova na forma do art.273, I e II, do NCPC. Por derradeiro, designo audiência de instrução e julgamento ao vindouro dia 13/11/2019, às 09:30 horas, fixando prazo comum não superior a 15 (quinze) dias para apresentação de rol de testemunhas. Registro por oportuno que cabe ao advogado da parte informar ou intimar a testemunha por ele arrolada do dia, da hora e do local da audiência designada, dispensando-se a intimação do juízo, ex vi do art.455 do CPC. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: RICHARD LEIGNEL CARNEIRO (OAB 9555/RN), ADV: SARAH CORREIA OLIVEIRA (OAB 8781/AM), ADV: ROOSEVELT CORREIA MONTE (OAB 11299/AM) - Processo 0618594-03.2015.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: ROSÂNGELA PORFÍRIO BASTOS - REQUERIDO: LOJAS AMERICANAS S/A e outros - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: REBECA BEATRIZ SILVA SOUSA (OAB 12219/AM), ADV: HAMILTON NOVO LUCENA JÚNIOR (OAB 5488/AM), ADV: HELOÍSA PONTES MAUÉS (OAB 9667/AM) - Processo 0621517-60.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Vitória de Souza Oliveira - REQUERIDO: Prodimagem - Clínica de Produção Por Imagem de Manaus Ltda. - LITSPASSIV: Samel - Plano de Saúde Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre as duas contestações.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0625248-06.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos, A citação por edital é medida excepcional e só deve ser deferida quando esgotadas todas as diligências que se mostram por disponíveis, a fim de que ocorra a citação do Executado. No vertente caso, verifico que o Exequente diligenciou em 4 (quatro) endereços obtendo respostas negativas em todos eles, a saber: Rua Carolina das Neves, nº 78, Aparecida, 69010-320; Rua 09, nº 24, Quadra 30, Nova Cidade - 69095-535; Rua Xavier Marques, nº 38, Quadra 91, Compensa, 69035-280; Beco B, nº 23, São Jorge, 69033-803. Ocorreram buscas nos cadastros de órgãos públicos InfoJud, BacenJud, RenaJud e SIEL, sendo encontrados os mesmos endereços já diligenciados. Ante o exposto, defiro o pedido de citação por edital pelo prazo de 20 (vinte) dias, na forma do art. 256, II e 257, CPC. Advirto que em caso de revelia, será nomeado curado especial, na forma do art. 257, IV. Registro que a publicação deverá ocorrer na rede mundial de computadores, no sítio do tribunal de justiça e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, de tudo certificando-se nos autos, conforme o disposto no art. 257, II, CPC. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: ALESSANDRA SOARES DA COSTA MELO (OAB 29047/DF), ADV: ALINE NOVAIS CONRADO DOS SANTOS (OAB 415428/SP), ADV: JUSCELINO ADSON DE SOUZA FILHO (OAB 122345/MG), ADV: BRUNA GAIL MENDES (OAB 150255/MG), ADV: LUCYLEA THOME DE PAIVA (OAB 13320/AM) - Processo 0627031-62.2017.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: União Brasiliense de Educação e Cultura - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo

mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ALEXANDER CORREA PINHEIRO (OAB 68173/RS) - Processo 0629859-94.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Busca e Apreensão - REQUERENTE: Realdrive Simuladores Ltda. - Me - Vistos, Considerando o teor da certidão exarada pelo Sr. Oficial de Justiça em fls. 66, bem assim as informações prestadas às fls. 73, determino que se ultimem providências à devolução do instrumento com nossas homenagens ao r. Juízo Deprecante, respondendo-se portanto ao Ofício 2019/2019 (fls. 74/75). Providências legais. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC) - Processo 0632838-92.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Ana Maria do Nascimento - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, e em virtude da ausência a perícia médica designada para o dia 16/09/2019 conforme fls. 79, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0633125-89.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0633625-63.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos, A citação por edital é medida excepcional e só deve ser deferida quando esgotadas todas as diligências que se mostram por disponíveis, a fim de que ocorra a citação do Executado. No vertente caso, verifico que o Requerente diligenciou em 4 (quatro) endereços obtendo respostas negativas em todos eles, a saber: Travessa 04, Conj. Jardim Petrópolis, nº 55, Casa 01, Petrópolis, 69067-140; Rua Cinco de Setembro, nº 1025, Japiim, 69078-420; Rua 04, nº 09, Petrópolis; Rua Doutor Castro e Costa, nº 09, Petrópolis, 69067-140. Ocorreram buscas nos cadastros de órgãos públicos InfoJud, BacenJud, RenaJud e SIEL, sendo encontrados os mesmos endereços já diligenciados. Ante o exposto, defiro o pedido de citação por edital pelo prazo de 20 (vinte) dias, na forma do art. 256, II e 257, CPC. Advirto que em caso de revelia, será nomeado curado especial, na forma do art. 257, IV, do CPC. Registro que a publicação deverá ocorrer na rede mundial de computadores, no sítio do tribunal de justiça e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, de tudo certificando-se nos autos, conforme o disposto no art. 257, II, CPC. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0633969-44.2015.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, intimo a parte interessada para manifestar-se sobre o Mandado de fls. retro recebido por terceiro, no prazo de 5 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 211648/SP), ADV: ANE ROCHA DE CARVALHO (OAB 7116/AM), ADV: MÁRCIO ROCHA DE CARVALHO (OAB 5274/AM), ADV: MARIA DE NAZARETH FARIAS DO NASCIMENTO (SUSPENSÃO PREVENTIVA ATÉ 07/09/2019 - OFÍCIO CIRCULAR 002/2019 - OAB/AM - TED) (OAB 3182/AM) - Processo 0634709-36.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Repetição de indébito - REQUERENTE: EDSON SOARES DE CARVALHO - REQUERIDO: BANCO DO BRASIL S/A - Isso posto, decido por: a) encaminhar os presentes autos à Contadoria do juízo, a fim de que se apure por meio das diretrizes indicadas na decisão de fls. 588/590, o valor atualizado dos créditos relativos aos contratos n.º 777529280; 784687201; 805645222 e 818201488, procedendo-se, em seguida, à subtração entre o aludido crédito e a soma das parcelas vencidas, devidamente atualizadas, referentes aos contratos n.º 777529280; 784687201e 818201488, bem assim o valor levantado pelo Exequente à fl. 630; b) em substituição ao comando exarado às fls. 607/609, determinar seja a presente decisão encaminhada, por ofício, à Diretoria de Administração do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, a fim de que o referido órgão gestor tome conhecimento e providências acerca da inexistência de débitos referentes, unicamente, ao contrato de nº 805645222 em nome do Exequente, determinando à Divisão de Pessoal e à Divisão de Orçamento que promovam a imediata cessação dos descontos realizados no contracheque do Exequente alusivos ao referido contrato.

ADV: JOSÉ TRINTIN JUNIOR (OAB 5608/AM), ADV: KLEPER EVANOVICK LEITÃO JÚNIOR (OAB 10322/AM), ADV: JOÃO EDUARDO RODRIGUES DO NASCIMENTO (OAB 13289/AM), ADV: LUIZ FERNANDO MAFRA NEGREIROS (OAB 5641/AM) - Processo 0635106-95.2014.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Prestação de Serviços - RECLAMANTE: JAGUANHARA GONZAGA DE SOUZA - REQUERIDO: Vivien Pricilla Ann Kriger D' amorim Antony - Ante o exposto, conheço dos embargos de declaração opostos por Vivien Priscilla Ann Kriger D'Amorim Antony e, no mérito, lhes nego provimento. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0635173-84.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: RAPHAEL QUINTILIANO PAZUELLO (OAB 8881/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 1119A/AM) - Processo 0636667-86.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Rilzabete de Jesus Sousa - REQUERIDO: Pdg Realty S/A Empreendimentos e Participações e outro - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MAURÍLIO SÉRGIO FERREIRA DA COSTA FILHO (OAB 9967/AM) - Processo 0639425-33.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Eliane Sena de Souza Brito - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 31/10/2019 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 17 de setembro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: SÉRGIO EDUARDO GOMES SAYAO LOBATO (OAB 28362/RS) - Processo 0639469-23.2017.8.04.0001 - Monitória - Duplicata - REQUERENTE: Brasil Norte Bebidas Ltda - De ordem, intimo a parte interessada para manifestar-se sobre o Aviso de Recebimento de fls. retro recebido por terceiro, no prazo de 5 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JOYCE JOANNY DE OLIVEIRA LEITÃO LIMEIRA (OAB 11294/AM), ADV: ZAYRA THAYS DA SILVA ALBUQUERQUE (OAB 11957/AM) - Processo 0639832-39.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Bianco e Bianco Atividades Médicas Ltda. - De ordem, intimo a parte interessada para manifestar-se sobre o Aviso de Recebimento de fls. retro recebido por terceiro, no prazo de 5 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0641371-40.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ROZANA RIBEIRO PRAIA (OAB 10234/AM), ADV: ROBERTA SILVA DE SENA (OAB 8956/AM) - Processo 0641861-62.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Francisco George Lima de Mesquita e outro - Vistos, Em análise ao petitório de fls. 176/181, determino que se intimem os Requerentes a fim de que comprovem quanto a alegada prisão de Gleice Cristina Queiroz Reis, no prazo de 15 (quinze) dias. Diante disso, redesigno a audiência de conciliação aprazada para o dia 24/09/2019 ao vindouro dia 13/02/2020, às 08h30. Intimem-se as partes sobre a presente deliberação. Int. Cumpra-se.

ADV: EUGÊNIO FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 3424/AM) - Processo 0643502-85.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Cooperativa de Credito de Livre Admissão de Associados de Manaus Sicoob Uniam - Vistos, Cuidam os presentes autos de Execução de Título Extrajudicial formulada por Cooperativa de Credito de Livre Admissão de Associados de Manaus - Sicoob Uniam em face de Fisiomed Servicos de Fisioterapia Ltda - ME, Antônio Ademir Stroski Júnior e Vivian Kramer Stroski. Verifico quanto ao preenchimento dos requisitos do art. 798, I do NCPC, ao observar que a petição inicial demonstra a existência de título executivo extrajudicial consubstanciado em cédula de crédito bancário (fls. 52/59) e demonstrativo de débito atualizado (fl. 79/80), bem como a comprovação do pagamento das custas iniciais (fls. 48/50). Assim, entendo como cumpridos todos os requisitos necessários ao prosseguimento do feito. Nesse contexto, determino que se intime o Exequente para que proceda ao prévio recolhimento das custas do Oficial de Justiça, conforme os termos da Portaria n.º 116/2017, de 23 de janeiro de 2017, disponibilizada no DJE de 23 de janeiro de 2017, a fim de que sejam citados os Executados. Diante da comprovação do pagamento, citem-se os Executados nos termos do art. 829 do NCPC, atentando-se para o que dispõe o art. 830 do NCPC. Fixo os honorários advocatícios do patrono do Exequente em 10% (dez por cento) sobre o valor da execução, nos termos do art. 827, do NCPC. Acaso se efetivem citação e penhora e transcorra in albis o prazo para embargar, intime-se o Exequente para postular o que bem entender no prazo de 10 dias. Acaso se realize apenas o arresto previsto no art. 830 do NCPC, intime-se o Exequente para lhe oportunizar agir na forma do art. 830, §2º, do NCPC. De outra banda, se a juntada do mandado executivo despontar o insucesso integral dos objetivos dessa diligência, intime-se o Exequente para se manifestar também em 10 dias. Por derradeiro, retifico o valor da causa para o montante de R$ 37.861,09 (trinta e sete mil, oitocentos e sessenta e um reais e nove centavos), quantia que consiste no valor atualizado do débito. P.R.I.C.

ADV: RENAN DE MELO ROSAS LUNA (OAB 14253/AM) - Processo 0644304-83.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Jailson Pereira Abreu - Ante ao exposto, decido por: a) indeferir a antecipação dos efeitos da tutela; b) determinar ocorram providências pela Secretaria da 4.ª UPJ para que ultime a retificação do valor da causa junto ao Sistema de Automação da Justiça - SAJ, a constar o valor indicado em fl. 42 b) deferir a gratuidade da justiça, na forma do art. 98, § 1.º, do CPC; c) postergar a apreciação do pedido de inversão do ônus da prova para a ocasião do saneamento e de organização do processo, ex vi do art. 357, III, do CPC; d) determinar sejam encaminhados os autos ao CEJUSC/CIVEL, para procedimentos relativos à audiência de conciliação e mediação, nos termos do art. 334 do CPC. Contudo, à vista de que expresso pelo Autor na exordial - fls. 02 e 13, seu desinteresse em participar de audiência de conciliação e mediação, ex vi do art. 319, VII, do CPC, certo é que poderá a Ré também manifestar seu desinteresse na autocomposição, desde que o faça por petição apresentada com 10 (dez) dias de antecedência da data aprazada ao referido ato - art. 334, §5º do CPC. P.R.I.C.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0644734-35.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05

(cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0644901-52.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: BENEDITO EVALDO DE LIMA (OAB 4821/AM) - Processo 0645152-70.2019.8.04.0001 - Imissão na Posse - Imissão - REQUERENTE: Mateus Ferreira da Silva - Ante o exposto, decido por: a) deferir liminarmente a tutela de urgência em prol do Autor, determinando seja expedido mandado de imissão provisória na posse do imóvel localizado na Avenida 7 de Setembro, n.º 1251, apartamento n.º 1206, Edifício Antonio Simões, Centro, Manaus/AM, concedendo à parte Requerida prazo de 30 (trinta) dias para que desocupe o referido bem, pena de cominação de multa de R$ 300,00 (trezentos reais), até o limite de 20 (vinte) dias-multa; b) determinar sejam intimadas/citadas as partes para audiência de conciliação e mediação, a ser realizada junto ao CEJUSC/CIVEL no dia 13/02/2020 às 09:00h, na forma do art. 334 do NCPC. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: KÁSSIA CRISTINA PEREIRA TORRES (OAB 10577/AM) - Processo 0645325-94.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Francisca Moreira Paiva - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 27/09/2019, a partir das 08:30 hs., no endereço abaixo indicado.4 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.5- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo.Dr. Flaviano Bivaqua de Araújo Junior, CRM/AM-4335, CPF:613.382.572-34,na ONCLOCIN, sito a Av. Castelo Branco , 1779, Cachoeirinha, nesta cidade.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0646456-07.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Vistos, Em análise aos autos, verifico que se impõe novamente ao Exequente emendar a inicial, na medida em que não observo presente nos autos o demonstrativo de débito da Cédula de Crédito sob nº 348/8876486. Diante disso, determino que se intime derradeiramente o Exequente, a fim de que ultime referida diligência, em prazo de 15 (quinze) dias, pena de indeferimento, nos termos do art. 321 do CPC. Int. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0647918-96.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Vistos, Recebo os presentes autos no estado, nesta data. Cuida-se de Execução de Título Extrajudicial formulada por Banco do Brasil S/A em face de AIC Comércio de Componentes Eletrônicos Ltda e Raimundo Batista dos Santos. Verifico quanto ao preenchimento dos requisitos do art. 798, I do NCPC, ao observar que a petição inicial demonstra a existência de título executivo extrajudicial consubstanciado em cédula de crédito bancário (fls. 74/89) e demonstrativo de débito atualizado (fls. 90/91), bem como a comprovação do pagamento das custas iniciais (fls. 92/94). Assim, entendo como cumpridos todos os requisitos necessários ao prosseguimento do feito. Nesse contexto, determino que se intime o Exequente para que proceda ao prévio recolhimento das custas do Oficial de Justiça, conforme os termos da Portaria n.º 116/2017, de 23 de janeiro de 2017, disponibilizada no DJE de 23 de janeiro de 2017, a fim de que sejam citados os Executados. Diante da comprovação do pagamento, citem-se os Executados nos termos do art. 829 do NCPC, atentando-se para o que dispõe o art. 830 do NCPC. Fixo os honorários advocatícios do patrono do Exequente em 10% (dez por cento) sobre o valor da execução, nos termos do art. 827, do NCPC. Acaso se efetivem citação e penhora e transcorra in albis o prazo para embargar, intime-se o Exequente para postular o que bem entender no prazo de 10 dias. Acaso se realize apenas o arresto previsto no art. 830 do NCPC, intime-se o Exequente para lhe oportunizar agir na forma do art. 830, §2º, do NCPC. De outra banda, se a juntada do mandado executivo despontar o insucesso integral dos objetivos dessa diligência, intime-se o Exequente para se manifestar também em 10 dias. P.R.I.C

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0648159-70.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Vistos, Trata-se de Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária proposta por Banco Bradesco Financiamentos S/A, já qualificado nos autos, em face de Renner Tiago Júnior, também individualizado nos autos. Em síntese, aduz o Requerente haver celebrado com o Requerido contrato de alienação fiduciária sob nº 290/5649676, financiando, assim, a aquisição do veículo FIAT/IDEA 1.6, placa OAJ8E48. Diante do descumprimento do pactuado, objetiva a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem ou o pagamento da totalidade do débito no prazo de 5 (cinco) dias. Com a inicial, documentos de fls. 4 a 34. Despacho de fls. 35 e 36 determina ocorra emenda à inicial, a fim de que o Requerente esclareça a contradição entre a Cédula de Crédito e o demonstrativo de débito, bem como retifique o valor da causa, a somar as parcelas vencidas com as vincendas. O Requerente apresenta emenda à inicial (fls. 39/40) retificando, tão somente, o valor da causa. O Juízo determina que se emende novamente a exordial, à fl. 41, a fim de que esclareça o Autor sobre a incoerência entre a Cédula de Crédito e o demonstrativo de débito. O petitório de fl. 46 não atende o despacho anterior, pois que não esclarece o que foi determinado. É o relatório. Decido. Instado que foi o Autor para esclarecer a contradição existente entre a Cédula de Crédito nº 2905649676 e o demonstrativo de débito, visto que ali está pactuado como plano de parcelamento 48 (quarenta e oito) parcelas, enquanto aqui se apresentam 49 (quarenta e nove) prestações, o Requerente quedou-se inerte. Diante dessa declaração, resta patente a inépcia da petição inicial, vez que da narração dos fatos não decorre logicamente a conclusão, não havendo o Requerente por observar o comando insculpido no art. 330, §1.º, III, do CPC. Ante o exposto, decido por extinguir sem resolução de mérito a presente ação, consoante o disposto no art. 330, I c/c o art. 485, I, do CPC. À vista do princípio da causalidade, condeno o Requerente ao pagamento das custas processuais. Assevero ainda que deixo de condenar o Autor a pagar honorários advocatícios sucumbenciais em virtude de não ter o Requerido por sequer ter sido citados, tampouco constituído advogado. Ocorrente o trânsito em julgado, ultimem-se providências à baixa e arquivamento dos autos. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0650320-53.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos, Cuidam os presentes autos de ação Monitória formulada por Amazonas Distribuidora de Energia S/A em face de Jacira Lopes Vieira. A demanda monitória, nos termos do art. 700, do CPC, deve estar instruída com documentos escritos sem eficácia

de título executivo que detenham atributos suficientes para que o juízo se convença, por meio de cognição sumária, acerca da existência da obrigação neles consignada e do direito do autor ao seu cumprimento, tornando-se possível, a imposição liminar do pagamento de soma em dinheiro, da entrega de coisa fungível ou de determinado bem móvel. Desse modo, conforme disposição do art. 700, §2º do CPC, a petição inicial deve ser instruída com memória de cálculo apta a individualizar a importância devida, bem como deve ser demonstrado o valor atual da coisa reclamada e discriminado o conteúdo patrimonial em discussão ou o proveito econômico perseguido. Nessa toada, verifico que o Autor acostou à petição inicial, como prova escrita sem eficácia de título executivo, as faturas de energia elétrica referentes aos meses em que a Requerida encontra-se em débito (fls. 33/145). Observo ainda à fl. 31 a existência de demonstrativo de débito, em que é explicitada a importância requerida devidamente atualizada. Ocorre correspondência entre a referida importância e o valor da causa, conforme preceitua o §3º do artigo 700 do CPC. Diante do exposto, é possível asseverar que resta demonstrado o valor atual do crédito reclamado, bem como que se encontra suficientemente delimitado o proveito econômico perseguido. Isso posto, estando presentes os requisitos estampados no §2º do artigo 700 do CPC, defiro o pedido de expedição de carta de citação com aviso de recebimento, conforme o caput do artigo 701, devendo-se citar a Ré para que, no prazo de 15 (quinze) dias, pague à Autora a importância de R$: 23.574,91 (vinte e três mil, quinhentos e setenta e quatro reais e noventa e um centavos), bem como os honorários relativos a 5% do valor da causa. Oportunamente, determino que conste na carta de citação a advertência segundo a qual não opostos embargos no referido prazo, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, independentemente de qualquer formalidade, nos termos do art. 701, §2º do CPC. Anote-se, de igual forma que, ocorrendo o pagamento também no mesmo prazo, a Ré ficará isenta de custas, conforme art. 701, §1º do CPC. Diante da comprovação do pagamento (fls. 6/7), expeça-se a competente carta de citação. Int. Cumpra-se.

ADV: MARCO ROBERTO PEREIRA DA SILVA (OAB 10172/AM) - Processo 0659286-39.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: S.A.B.P. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0659604-22.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados Bacenjud e Infojud, levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

Adriane Ortiz Granja de Souza (OAB 5129/AM)
Alessandra Soares da Costa Melo (OAB 29047/DF)
Alexander Correa Pinheiro (OAB 68173/RS)
Aline Novais Conrado dos Santos (OAB 415428/SP)
Amanda Araújo dos Santos (OAB 6150/AM)
Ane Rocha de Carvalho (OAB 7116/AM)
Antonio Christo da Rocha Lacerda (OAB 1188/AM)
Benedito Evaldo de Lima (OAB 4821/AM)
Bruna Gail Mendes (OAB 150255/MG)
Bruno Veiga Pascarelli Lopes (OAB 7092/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Celso David Antunes (OAB 1141A/BA)
Christiano Pinheiro da Costa (OAB 3542/AM)
Daiana Ferreira de Sousa (OAB 8527/AM)
Eugênio Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 3424/AM)
Fábio Rivelli (OAB 1119A/AM)
Fernanda Meyge de Brito (OAB 35105/BA)
Francisco Antônio Fragada Júnior (OAB 1179A/BA)
Giselle Falcone Pascarelli Lopes (OAB 3747/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Hamilton Novo Lucena Júnior (OAB 5488/AM)
Heloísa Pontes Maués (OAB 9667/AM)
Hileano Pereira Praia (OAB 3834/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069/AM)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
João Eduardo Rodrigues do Nascimento (OAB 13289/AM)
José Trintin Junior (OAB 5608/AM)
Joyce Joanny de Oliveira Leitão Limeira (OAB 11294/AM)
JUSCELINO ADSON DE SOUZA FILHO (OAB 122345/MG)
Kássia Cristina Pereira Torres (OAB 10577/AM)
Kleper Evanovick Leitão Júnior (OAB 10322/AM)
Leandro Kazuyuki Takahashi (OAB 12343/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Luanna Barros de Albuquerque Gomes (OAB 13172/AM)
Luciano de Souza Guimarães (OAB 39453/DF)
Lucylea Thome de Paiva (OAB 13320/AM)
Luís Carlos Monteiro Laurenço (OAB 16780/BA)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Fernando Mafra Negreiros (OAB 5641/AM)
Luiz Gustavo Barbosa de Souza França (OAB 9528/AM)
Márcio Rocha de Carvalho (OAB 5274/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marco Roberto Pereira da Silva (OAB 10172/AM)
Marcos Aldenir Ferreira Rivas (OAB 2250/AM)
Maria de Nazareth Farias do Nascimento (SUSPENSÃO PREVENTIVA até 07/09/2019 - Ofício Circular 002/2019 - OAB/AM - TED) (OAB 3182/AM)
Mariana Pina Paiva (OAB 4917/AM)
Maurílio Sérgio Ferreira da Costa Filho (OAB 9967/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Maykon Felipe de Melo (OAB 20373/SC)
Nara Cruz de Almeida (OAB 7170/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Péricles Duarte de Souza Júnior (OAB 4808/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 211648/SP)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Raphael Quintiliano Pazuello (OAB 8881/AM)
Rebeca Beatriz Silva Sousa (OAB 12219/AM)
Renan de Melo Rosas Luna (OAB 14253/AM)
Rennan Lessa Ferreira (OAB 13046/AM)
Richard Leignel Carneiro (OAB 9555/RN)
Roberta Silva de Sena (OAB 8956/AM)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Roosevelt Correia Monte (OAB 11299/AM)
Rozana Ribeiro Praia (OAB 10234/AM)
Sarah Correia Oliveira (OAB 8781/AM)
Sérgio Eduardo Gomes Sayao Lobato (OAB 28362/RS)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Vilma Oliveira dos Santos (OAB 542A/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Zayra Thays da Silva Albuquerque (OAB 11957/AM)

12ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 12ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0209/2019

ADV: JULIANA MARIMON SOVERAL (OAB 54843/SC) - Processo 0220022-46.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Franquia - REQUERENTE: FDC ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS DE FRANQUIAS LTDA - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada

para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item III - Dos oficiais de justiça avaliadores, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça necessárias à prática do ato processual, (Penhora e Avaliação) e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUALTER MORAES DOS REIS (OAB 8804/AM) - Processo 0237267-70.2019.8.04.0001 (processo principal 0628307-31.2017.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Senso Engenharia e Comercio Ltda - Vistos etc. Trata-se de petição simples cadastrada como novo processo, que passa a gerar falsa estatística, gerando um volume de processos sem movimentação e sem reclamação das partes, ultrapassando o prazo máximo estabelecido pelas Metas exigidas pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ. Entretanto, visando evitar que o feito permaneça parado na Secretaria como que por inércia deste Juízo, TRASLADEM-SE a PETIÇÃO e DOCUMENTOS qua a acompanham, ao PROC. 0628307-31.2017.8.04.0001. Após, dê-se BAIXA e ARQUIVEM-SE estes autos. P.R.I.C.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: HELOÍSA HELENA QUEIROZ DE MATOS CANTO (OAB 9056/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0241068-72.2011.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Maria Oliveira do Nascimento - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0605097-82.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0605888-80.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0607668-89.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0611997-76.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, intimo a parte interessada para manifestar-se sobre o Aviso de Recebimento de fls. retro recebido por terceiro, no prazo de 5 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ANDRÉ NIETO MOYA (OAB 235738/SP) - Processo 0612074-22.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - De ordem, intimo a parte interessada para manifestar-se sobre o Aviso de Recebimento de fls. retro recebido por terceiro, no prazo de 5 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0615426-51.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ARI AMARANTO MOURA DA SILVA (OAB 2988/AM), ADV: ROBERTA SILVA DE SENA (OAB 8956/AM) - Processo 0619148-35.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: J.B.R.R. e outros - REQUERIDO: C.E. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s), para que tomem ciência da data de perícia marcada para o dia 10/10/2019, às 14:00 hrs, no endereço da ONCOCLIN, Av. Presidente Castelo Branco, 1779, Cachoeirinha, Manaus/AM, conforme informação do perito de fls. 240.

ADV: ANTÔNIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE), ADV: ADELAIDE MARIA DE FREITAS CAMARGOS RIBEIRO (OAB 781A/AM), ADV: VICTOR ANDRE SAMPAIO DA SILVA (OAB 11214/AM), ADV: PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA JUNIOR (OAB 11130/AM), ADV: ADRIANA CRISTINA MARREIRA PINTO (OAB 9935/AM) - Processo 0620327-04.2015.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Vega Manaus Transporte de Passageiros Ltda. - REQUERIDO: E.S.S Costa - ME - DECISÃO Ante ao exposto e por tudo mais que dos autos consta, com fundamento no artigo 485, inciso I, do CPC, JULGO PROCEDENTE a ação, para os fins de CONDENAR o Requerido ao pagamento a título de RESSARCIMENTO por MATERIAL no valor de R$ 3.147,20 (três mil cento e quarenta e sete reais e vinte centavos) acrescido de correção monetária e juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês desde o evento danoso. CONDENO o REQUERIDO à SUCUMBÊNCIA, pagamento de custas e despesas processuais e HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, que arbitro, nos termos do artigo 85 do Código de Processo Civil, em 20% (vinte porcento) sobre o valor do proveito econômico, considerando-se, sobretudo, a singeleza da causa. Com o trânsito em julgado, dê-se BAIXA e ARQUIVEM-SE os autos. P. R. I.C.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0623821-32.2019.8.04.0001 - Execução

de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Ipiranga Produtos de Petróleo S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, às fls. 197/199, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE), ADV: EDMAR PEREIRA DE FREITAS (OAB 11750/AM) - Processo 0624055-14.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B.F. - REQUERIDO: A.S.S. - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: MALU BORGES NUNES (OAB 51458/SC), ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0624371-27.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - AGRAVANTE: Josineto Gomes Xavier - DECISÃO Diante do exposto, com fundamento no artigo 487, inciso I, do Novo Código de Processo Civil, JULGO IMPROCEDENTE a presente ação. CONDENO parte autora à SUCUMBÊNCIA - ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS que fixo, no valor de 10% do valor da causa - entretanto, considerando que a parte vencida é beneficiária da assistência judiciária gratuita, a exigibilidade de tais valores ficará condicionada a demonstração dos requisitos do artigo 98, §3°, do Código de Processo Civil. Com o trânsito em julgado, dê-se BAIXA e ARQUIVEM-SE os autos.

ADV: ÁTILA FERREIRA DA SILVA (OAB 5969/AM), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB 658A/AM), ADV: GLAUCO GOMES MADUREIRA (OAB 188483/SP), ADV: HENRIQUE JOSÉ PARADA SIMÃO (OAB 221386/SP) - Processo 0626180-91.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0622439-43.2015.8.04.0001) - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - CONSIGNANTE: FABIOLA CANTIZANI NEVES - CONSIGNADO: Banco Pan S/A - HOMOLOGO POR SENTENÇA o ACORDO celebrado entre as partes, para que produza seus efeitos jurídicos e legais, e, em consequência, resolvo o mérito da presente demanda, nos termos do artigo 487, inciso III, alínea “b”, do Código de Processo Civil. Com o TRÂNSITO EM JULGADO e observadas as cautelas devidas, silente as partes quanto ao cumprimento do acordo, dê-se baixa e arquivem-se os autos.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0627444-07.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, intimo a parte interessada para manifestar-se sobre o Aviso de Recebimento de fls. retro recebido por terceiro, no prazo de 5 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0628063-34.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Jose Auricelio de Andrade Rufino - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: PÉRICLES DUARTE DE SOUZA JÚNIOR (OAB 4808/AM), ADV: LORENA SILVA DE ALBUQUERQUE (OAB 6023/AM) - Processo 0631377-95.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: EDGARD MAIA DE ALBUQUERQUE ROCHA - REQUERIDO: Julio Bandeira de Melo Filho e outros - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0633972-91.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, intimo a parte interessada para manifestar-se sobre o Aviso de Recebimento de fls. retro recebido por terceiro, no prazo de 5 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0634169-80.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, às fls. 125, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM) - Processo 0637035-90.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - DECISÃO Pelo exposto, REJEITO os EMBARGOS opostos, julgando PROCEDENTE o PEDIDO INICIAL, para DECLARAR CONSTITUÍDO TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL em face das FATURAS de energia, no valor de R$54.833,50 (cinquenta e quatro mil, oitocentos e trinta e três reais e cinquenta centavos), a ser liquidado em momento oportuno, devidamente atualizado até seu efetivo pagamento, com correção monetária e juros de mora legais desde a CITAÇÃO. Defiro o pedido de gratudidade de justiça do Embargante. Pela sucumbência, CONDENO o EMBARGANTE no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor do débito, atualizado, devendo a cobrança se dar nos termos da lei pertinente, observado os termos do art. 98, § 3º, do NCPC, em razão da gratuidade de justiça concedida. Com o TRÂNSITO EM JULGADO, dê-se BAIXA e ARQUIVEM-SE os autos. P.R.I.C Manaus, 16 de setembro de 2019. Márcio Rothier Pinheiro Torres Juiz DE DIREITO

ADV: ANDRÉ DE ASSIS ROSA (OAB 12809/MS) - Processo 0640191-86.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - HOMOLOGO POR SENTENÇA o ACORDO celebrado entre as partes, para que produza seus efeitos jurídicos e legais, e, em consequência, resolvo o mérito da presente demanda, nos termos do artigo 487, inciso III, alínea “b”, do Código de Processo Civil, arquivando provisoriamente os presentes autos. Adimplidas as condições firmadas no termo de acordo celebrado pelas partes arquivem-se os presentes autos, dando-se baixa no SAJ e no setor de Distribuição. Em caso de descumprimento no todo ou em parte da aludida composição, requeira o interessado o que entender de direito. Sem custas processuais (§3º do art. 90 do NCPC). Após o

trânsito em julgado, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: ISAEL FRANKLIN GONÇALVES (OAB 12054/AM), ADV: DANIELLE DELGADO GONÇALVES (OAB 9983/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM) - Processo 0642519-23.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: José Francisco Figueiredo Santos - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: GABRIELA BARRETO LIMA DE CARVALHO (OAB 10244/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0642762-30.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Stop Jeans Confecções Ltda e outros - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerida para que apresente instrumento de mandato, regularizando a representação processual dos patronos: Dr. Guilherme Vilela de Paula OAB/AM 1010A, Dr. Luis Phillip de Lana Foureaux OAB/AM 1011A e Dra. Isabela Montuori Bougleux de Araújo OAB/AM 1069A, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0643823-23.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0644727-43.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LIDIANE DA COSTA BATISTA (OAB 7492/AM), ADV: TATIANA MARIA MELLO DE LIMA (OAB 15118/DF), ADV: RODRIGO BADARÓ DE CASTRO (OAB 2221A/DF) - Processo 0646258-04.2018.8.04.0001 - Renovatória de Locação - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Claro S/A - REQUERIDO: Pátio Sertório Shopping Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerida para que se manifeste acerca da proposta de honorários de fls. 443/444, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: HIGOR CESAR DE CASTRO (OAB 12719/AM), ADV: SANDRA REGINA DOS SANTOS (OAB 3455/AM) - Processo 0648915-16.2018.8.04.0001 - Monitória - Compra e Venda - REQUERENTE: Cidade Comércio de Derivados de Petróleo e Serviços Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados Bacenjud e Renajud, levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LEONARDO ALVES CANUTO (OAB 355791/SP) - Processo 0650375-04.2019.8.04.0001 - Monitória - Mútuo - REQUERENTE: Cooperforte - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Funcionários de Instituições Financeiras Públicas Federais Ltd - A T O O R D I N A T Ó R I O DE ORDEM do Dr. MÁRCIO ROTHIER PINHEIRO TORRES, Juiz Titular da 12ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho de Manaus/AM, neste ato, procedo a INTIMAÇÃO do Autor para que realize o pagamento das CUSTAS INICIAIS, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição (art. 290 CPC), conforme Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, art. 1º, inciso I, c/c Portaria 116/2017-PTJ art. 7º, §2º e art. 10).

ADV: ERIC PIRES BENIGNO (OAB 9944/AM) - Processo 0650473-86.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Associação dos Adquirentes de Apartamento do Edifício Geneve - A T O O R D I N A T Ó R I O DE ORDEM do Dr. MÁRCIO ROTHIER PINHEIRO TORRES, Juiz Titular da 12ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho de Manaus/AM, neste ato, procedo a INTIMAÇÃO do Autor para que realize o pagamento das CUSTAS INICIAIS, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição (art. 290 CPC), conforme Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, art. 1º, inciso I, c/c Portaria 116/2017-PTJ art. 7º, §2º e art. 10).

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0657169-75.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Considerando que os valores correspondentes às despesas postais com a realização de citações e intimações devem ser suportados pelas partes que se utilizam do ato praticado, razão pela qual intime-se o EXEQUENTE, para, no prazo de 5 (cinco) dias comprovar o aludido recolhimento, sob pena de extinção/arquivamento, com base na na Lei 4.408/2016 e art. 485, III, do CPC/2015. I. C.

ADV: RODRIGO GAGO FREITAS VALE BARBOSA (OAB 165046/SP) - Processo 0657328-18.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - De ordem, intimo a parte interessada para manifestar-se sobre o Aviso de Recebimento de fls. retro recebido por terceiro, no prazo de 5 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM) - Processo 0657878-13.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

Adelaide Maria de Freitas Camargos Ribeiro (OAB 781A/AM)
Adriana Cristina Marreira Pinto (OAB 9935/AM)
André de Assis Rosa (OAB 12809/MS)
André Nieto Moya (OAB 235738/SP)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio Cleto Gomes (OAB 5864/CE)
Ari Amaranto Moura da Silva (OAB 2988/AM)
Átila Ferreira da Silva (OAB 5969/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Danielle Delgado Gonçalves (OAB 9983/AM)
Edmar Pereira de Freitas (OAB 11750/AM)
Eric Pires Benigno (OAB 9944/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB 658A/AM)
Gabriela Barreto Lima de Carvalho (OAB 10244/AM)

Glauco Gomes Madureira (OAB 188483/SP)
Gualter Moraes dos Reis (OAB 8804/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Heloísa Helena Queiroz de Matos Canto (OAB 9056/AM)
Henrique José Parada Simão (OAB 221386/SP)
Higor Cesar de Castro (OAB 12719/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069/AM)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isael Franklin Gonçalves (OAB 12054/AM)
Juliana Marimon Soveral (OAB 54843/SC)
Leonardo Alves Canuto (OAB 355791/SP)
Lidiane da Costa Batista (OAB 7492/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Lorena Silva de Albuquerque (OAB 6023/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Malu Borges Nunes (OAB 51458/SC)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Maykon Felipe de Melo (OAB 20373/SC)
Moisés Batista de Souza (OAB 469A/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Pedro Antonio de Oliveira Junior (OAB 11130/AM)
Péricles Duarte de Souza Júnior (OAB 4808/AM)
Roberta Silva de Sena (OAB 8956/AM)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
RODRIGO BADARÓ DE CASTRO (OAB 2221A/DF)
Rodrigo Gago Freitas Vale Barbosa (OAB 165046/SP)
Sandra Regina dos Santos (OAB 3455/AM)
Tatiana Maria Mello de Lima (OAB 15118/DF)
Thiago Almeida Rebello (OAB 12327/AM)
VICTOR ANDRE SAMPAIO DA SILVA (OAB 11214/AM)

13ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 13ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0239/2019

ADV: MARIA DA GLÓRIA AMAZONAS CAVALCANTI (OAB 615/AM) - Processo 0025767-84.2002.8.04.0001 (001.02.025767-9) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERIDO: Waldemar Moss Filho - Intime o Requerido para, no prazo de cinco dias, manifestar-se acerca da proposta de acordo às fls. 284/285. Cumpra-se.

ADV: PATRÍCIA FONSECA BENAYON ALBANO DE SOUZA (OAB 2500/AM), ADV: DEBORA CARLA ALMEIDA ATEM DE OLIVEIRA (OAB 8516/AM), ADV: ARTHÊMIO WAGNER DANTAS DE OLIVEIRA (OAB 2026/AM), ADV: ANDRÉA CALDEIRA DO COUTO (OAB 3601/AM) - Processo 0212774-34.2016.8.04.0001 (processo principal 0206742-91.2008.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Adjudicação Compulsória - EXEQUENTE: Embracont Construção Ltda - EXECUTADO: JOAQUIM MARQUES DOS SANTOS JUNIOR - Anatole Maria Araújo Marques dos Santos - Assim, indefiro o pedido de fls. 25/30, no que pertine à constrição de dinheiro encontrado na conta-corrente da executada Anatole, ao passo em que determino expedição de alvará do valor constrito em favor da exequente. Dando prosseguimento ao feito, defiro o pedido de fls.52, razão pela qual determino a realização de consulta no RENAJUD e INFOJUD em nome dos executados. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: CRISTIANE BENTES TEIXEIRA (OAB 5283/AM), ADV: LEONARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6956/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: MARIA CAROLINA PORDEUS E SILVA CARDOSO (OAB 8083/AM), ADV: ADOLPHO MAURO MAUÉS NAZARETH (OAB 5540/AM) - Processo 0234078-02.2010.8.04.0001 (001.10.234078-2) - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: PEDROSA IND E COM LTDA e outros - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada no sistema conveniado Infojud, levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ELAISE MOSS PORTELA (OAB 7689/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: CÁSSIO FRANÇA VIEIRA (OAB 4409/AM), ADV: CELSO VALÉRIO FRANÇA VIEIRA (OAB 3886/AM), ADV: FRANCINETE SEGADILHA FRANÇA (OAB 867/AM) - Processo 0260893-02.2011.8.04.0001 (apensado ao processo 0229350-78.2011.8.04.0001) - Consignação em Pagamento - Liminar - CONSIGNANTE: Associação dos Policiais Federais no Estado do Amazonas - APOFAM/AM - CONSIGNADO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Encaminhem-se os autos ao Setor da Conta única para indicação dos valores depositados.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM) - Processo 0600557-20.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - A modalidade de citação editalícia, por ser via externa, deve ser utilizada quando esgotados todos os meios possíveis para a localização do réu. E conforme se encontra nos autos, restaram infrutíferos as pesquisas pelos sistemas de localização de endereço do requerido para que fosse realizada a sua citação pessoal, uma vez que este se encontra em lugar incerto e não sabido. Face ao exposto, DEFIRO o pedido de citação por edital nos termos do artigo 256 do CPC/2015. Por conseguinte, expeça-se edital de citação constando as advertências legais, o qual deverá ser publicado na plataforma de editais do Tribunal de Justiça do Amazonas, bem como no Diário de Justiça Eletrônico (parte final do art. 257, parágrafo único do CPC/15), cujo prazo de divulgação deverá ser de 20 (vinte dias), conforme art. 257, III do NCPC. A expedição do edital ficará condicionada ao recolhimento das custas, nos termos da Portaria 116/2017, Tabela II, item f, no prazo de 5 dias. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0602586-48.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - A modalidade de citação editalícia, por ser via externa, deve ser utilizada quando esgotados todos os meios possíveis para a localização do réu. E conforme se encontra nos autos, restaram infrutíferos as pesquisas pelos sistemas de localização de endereço do requerido para que fosse realizada a sua citação pessoal, uma vez que este se encontra em lugar incerto e não sabido. Face ao exposto, DEFIRO o pedido de citação por edital nos termos do artigo 256 do CPC/2015. Por conseguinte, expeça-se edital de citação constando as advertências legais, o qual deverá ser publicado na plataforma de editais do Tribunal de Justiça do Amazonas, bem como no Diário de Justiça Eletrônico (parte final do art. 257, parágrafo único do NCPC), cujo prazo de divulgação deverá ser de 20 (vinte dias), conforme art. 257, III do NCPC. A expedição do edital ficará condicionada ao recolhimento das custas, nos termos da Portaria 116/2017, Tabela II, item f, no prazo de 5 dias. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RAIMUNDO AZEVEDO PEREIRA (OAB 2186/AM), ADV: SÉRGIO RICARDO PEREIRA DE SALES (OAB 8927/AM), ADV: MICHELLE MELO BARBOSA (OAB 2648/AM) - Processo 0603715-88.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Transferência de Financiamento (contrato de gaveta) - REQUERENTE: Luiz Gonzaga Lima Valente - REQUERIDO: Magson Jesus de Souza Freitas - Isto posto, determino a conversão em penhora de 30% (trinta por cento) do valor da verba salarial da Executada, que

perfaz R$ 275,53 (duzentos e setenta e cinco reais e cinquenta e três centavos), bem como o cancelamento da indisponibilidade do valor excedente, com fulcro no art. 854, §3º do CPC. Intime-se o Exequente para prosseguir na execução quanto ao valor remanescente, no prazo de 05 (cinco) dias. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: JÚLIO ALBERTO CORRÊA SALAS (OAB 10165/AM) - Processo 0605086-48.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: T.T. - REQUERIDO: K.N.E.E.I.S. - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: TATIANA DANTAS PORTELA (OAB 6562/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ÂNGELA MARIA DANTAS DE ALENCAR (OAB 8924/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0606171-45.2014.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se o executado, por Edital (CPC/15, art. 513, §2º, IV), para que, no prazo de 15 dias, efetue o pagamento do valor de R$8.312,61 (oito mil trezentos e doze reais e sessenta e um reais), conforme cálculos apresentados à fl. 176. Conste no expediente a advertência de que, caso não haja cumprimento voluntário da obrigação, serão acrescidos ao valor da condenação multa no percentual de 10% (dez por cento) e honorários no percentual de 10% (dez por cento), conforme prevê, art. 523, § 1º, bem como será expedido mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação. Ressalte-se ainda que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Vista ao Curador por meio do Portal Eletrônico. À Secretaria para as diligências de prax

ADV: KAREN KELLY ROSSATTO DOS SANTOS (OAB 19204/MT), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: EDUARDO CHALFIN (OAB A1140/AM) - Processo 0612225-51.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Paulo Cesar Rossatto - REQUERIDO: Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros - Vistos e examinados. Nos termos do art. 487, inciso III, alínea b, do NCPC, Homologo, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo de fls. 272-276, firmado entre as partes nos autos da Ação Ordinária de Obrigação de Fazer ajuizada por Paulo Cesar Rossatto contra Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros. Após o cumprimento integral da avença, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe, procedendo-se a baixa na distribuição e, em havendo requerimento, ao desentranhamento dos documentos solicitados. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0615511-42.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ADROALDO ALEXANDRE ARRUDA DA SILVA (OAB 5483/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0617550-46.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Soraya Lilia Trucinkas - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM) - Processo 0617802-10.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Cremilda Socorro Maquiné Coelho - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Diante destas judiciosas razões, a teor do art. 487, I, do CPC, conheço o mérito da presente lide, para JULGAR PROCEDENTES os pedidos formulados na inicial, para i) DETERMINAR que o Réu suspenda as cobranças referentes a “CESTA FÁCIL ECONÔMICA”, tornando inexigíveis as suas obrigações; ii) CONDENAR o Requerido a devolver os valores eventualmente descontados da conta corrente do Autor (fls. 19/42), em dobro, perfazendo a quantia de R$ 2.182,68 (dois mil cento e oitenta e dois e sessenta e oito reais), com correção monetária e juros de mora (INPC) incidentes desde a data da quitação das parcelas; iii) CONDENAR o Requerido ao pagamento da indenização pelos danos morais provocados, os quais arbitro em R$ 5.000,00 (cinco mil reais) com correção monetária e juros de mora incidentes a partir da presente data. CONDENO o Requerido ao pagamento de custas, despesas e honorários de sucumbência, os quais arbitro em 20% (vinte por cento) sobre o valor do proveito econômico, devidamente atualizado, nos termos do art. 85, §2º do CPC. P.R.I.

ADV: ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO (OAB 98628/SP) - Processo 0618256-87.2019.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Cruzeiro do Sul S/A - Pelo exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC.

ADV: THIAGO MAHFUZ VEZZI (OAB 228213/SP), ADV: BRUNO RAMPIM CASSIMIRO (OAB 218164/SP) - Processo 0619434-71.2019.8.04.0001 - Monitória - Duplicata - REQUERENTE: Facchini S/A - DEFIRO o pedido de consulta, via sistemas INFOJUD, RENAJUD, BACENJUD e SIEL, dos dados cadastrais da parte requerida, ML. F. MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 05.100.673/0001-37. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0620319-85.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - REQUERIDO: Fenix da Amazonia Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: HARRINGTON PRAIA MARQUES (OAB 3199/AM) - Processo 0621135-04.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXECUTADO: R de A Lima-me (Amazon Car Multimarcas) - Rep. Rogério de Almeida Lima e outros - Intime-se a parte autora, via de seu Advogado, para se manifestar acerca dos documentos de fl 117-119 e seguintes.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0622756-12.2013.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - A modalidade de citação editalícia, por ser via externa, deve ser utilizada quando esgotados todos os meios possíveis para a localização do réu. E conforme se encontra nos autos, restaram infrutíferos as pesquisas pelos sistemas de localização de endereço do requerido para que fosse realizada a sua citação pessoal, uma vez que este se encontra em lugar incerto e não

sabido. Face ao exposto, DEFIRO o pedido de citação por edital nos termos do artigo 256 do CPC/2015. Por conseguinte, expeça-se edital de citação constando as advertências legais, o qual deverá ser publicado na plataforma de editais do Tribunal de Justiça do Amazonas, bem como no Diário de Justiça Eletrônico (parte final do art. 257, parágrafo único do CPC/15), cujo prazo de divulgação deverá ser de 20 (vinte dias), conforme art. 257, III do NCPC. A expedição do edital ficará condicionada ao recolhimento das custas, nos termos da Portaria 116/2017, Tabela II, item f, no prazo de 5 dias. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0622994-21.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Jarbas de Oliveira Montenegro - Em conformidade com o art. 1º, XVII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que se manifestem sobre o laudo pericial, em conformidade com o art. 477, § 1º do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: LUIZ ANTÔNIO GOMIERO JÚNIOR (OAB 154733/SP), ADV: ELISÂNGELA DIAS GAMA (OAB 12349/AM) - Processo 0623342-44.2016.8.04.0001 - Monitória - Duplicata - REQUERENTE: SAINT-GOBAIN DO BRASIL PRODUTOS INDUSTRIAIS E PARA CONSTRUÇÃO LTDA. DIVISÃO GLASS - REQUERIDO: ELIAS CRISOSTOMO DE SOUZA ME e outro - Haja vista a realização, no período de 04/11/2019 a 08/11/2019 da "Semana da Conciliação", organizada em conjunto com o Conselho Nacional de Justiça, designo audiência de conciliação para o 05/11/2019, às 11h, a ser realizada na sala de audiência deste Juízo, localizada no Fórum Henoch Reis, Avenida Humberto Calderaro, sem número, Bairro São Francisco, 3º andar, Setor 4, ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir.

ADV: MAYRA DE CASTRO MAIA FLORÊNCIO (OAB 11740/PB) - Processo 0624732-83.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Distribuidora Equador de Produtos de Petroleo Ltda - Intime-se a Parte Autora/Exequente para promover o pagamento das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, disponibilizada no DJE de 24-01-2017. A expedição de mandado do arresto fica condicionada à comprovação do recolhimento das custas. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0626881-86.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - A modalidade de citação editalícia, por ser via externa, deve ser utilizada quando esgotados todos os meios possíveis para a localização do réu. E conforme se encontra nos autos, restaram infrutíferos as pesquisas pelos sistemas de localização de endereço do requerido para que fosse realizada a sua citação pessoal, uma vez que este se encontra em lugar incerto e não sabido. Face ao exposto, DEFIRO o pedido de citação por edital nos termos do artigo 256 do CPC/2015. Por conseguinte, expeça-se edital de citação constando as advertências legais, o qual deverá ser publicado na plataforma de editais do Tribunal de Justiça do Amazonas, bem como no Diário de Justiça Eletrônico (parte final do art. 257, parágrafo único do NCPC), cujo prazo de divulgação deverá ser de 20 (vinte dias), conforme art. 257, III do NCPC. A expedição do edital ficará condicionada ao recolhimento das custas, nos termos da Portaria 116/2017, Tabela II, item f, no prazo de 5 dias. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0627884-71.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se pessoalmente o executado para que, no prazo de 15 dias, efetue o pagamento do valor de R$ 13.245,30 (treze mil, duzentos e quarenta e cinco reais e trinta centavos), conforme cálculos apresentados à fl. 153. Conste no expediente a advertência de que, caso não haja cumprimento voluntário da obrigação, serão acrescidos ao valor da condenação multa no percentual de 10% (dez por cento) e honorários no percentual de 10% (dez por cento), conforme prevê, art. 523, § 1º, bem como será expedido mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação. Ressalte-se ainda que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Intime-se o Exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, promover o pagamento das despesas postais, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, disponibilizada no DJE de 24-01-2017. A expedição da carta de intimação fica condicionada à comprovação do recolhimento do valor das despesas. À Secretaria para as diligências de praxe.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0628209-46.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ALYSSON TOSIN (OAB 86925/MG) - Processo 0629266-02.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: Recon Administradora de Consorcios Ltda - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: EDMAR PEREIRA DE FREITAS (OAB 11750/AM) - Processo 0631211-87.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Condomínio Ione Barra - Compulsando os autos, verifico que o endereço indicado para cumprimento da diligência do oficial de justiça pertence à comarca diversa. Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para informar se há interesse na expedição de Carta Pretória ou indicar endereço pertencente a esta comarca, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/AM), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0632603-62.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Carlos Alberto Cavalcante da Silva - REQUERIDO: Hapvida Assistência Médica Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s), para que tomem ciência da data de perícia marcada para o dia 23/10/2019, às 16:00h, na Cristal Tower, localizada na Av. Humberto Calderaro Filho, 455, sala 303 - Norclin, conforme informação do perito de fls. 443. Obs.: Tolerância de 30 (trinta) minutos; comparecer com documento de identificação com foto.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0633867-80.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0634001-44.2018.8.04.0001 - Despejo - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Condomínio Amazonas - Processo Findo. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os

autos. Cumpra-se.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0634151-25.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Cintia de Lima Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Defiro o bloqueio via BACEN-JUD, conforme requerido, sem custas, haja vista, o requerente se beneficiário da gratuidade da justiça.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0634464-25.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Haja vista que não compete ao juiz determinar que a citação se faça por hora certa, apenas o Sr. Meirinho pode indicar fatos evidenciadores de que o citando vem tentando evitar o cumprimento do mandado, indefiro parcialmente o pedido de fls. 136-137. Determino que seja expedido novo Mandado de Citação, observando o endereço indicado na fl. 137, ficando ao encargo do Oficial de Justiça, quanto a citação por hora certa, caso haja suspeita de ocultação, nos termos do art. 252, do CPC/15. Intime-se a Parte Autora para promover o pagamento das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, disponibilizada no DJE de 24-01-2017. A expedição de mandado fica condicionada à comprovação do recolhimento das custas.

ADV: WALDERY JUNIO MARQUES DE MESQUITA (OAB 10714/AM), ADV: LUIZA HELENA RIBEIRO SIMONETTI CABRAL (OAB 3502/AM) - Processo 0635492-52.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio do Conjunto Habitacional Tocantins - Ii Etapa - Cite(m)-se o(s) executado(s) para pagar a dívida, custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios, fixados no patamar de 10% (dez por cento), no prazo de 3 (três) dias, a contar da citação. Caso o(s) executado(s) possua(m) cadastro na forma do art. 246, §1º, e art. 1.051, do Código de Processo Civil, a citação deverá ser feita de maneira preferencialmente eletrônica. Do mandado ou carta de citação deverá constar, também, a ordem de penhora e avaliação a ser cumprida pelo Oficial de Justiça tão logo verificado o não pagamento no prazo assinalado, de tudo lavrando-se auto, com intimação do executado. Não encontrado(s) o(s) executado(s), havendo bens de sua titularidade, o Oficial de Justiça deverá proceder ao arresto de tantos quanto bastem para garantir a execução, seguindo o processo na forma do art. 830, do Código de Processo Civil. As citações, intimações e penhoras poderão realizar-se no período de férias forenses, ou nos feriados ou dias úteis mesmo antes das 6 e depois das 20 horas, observado o disposto no art. 5º, inciso XI, da Constituição Federal. O(s) executado(s) deverá(ão) ter ciência de que, nos termos do art. 827, §1º, do Código de Processo Civil, em caso de pagamento integral no prazo declinado, os honorários advocatícios poderão ser reduzidos pela metade. Registre-se, também, a possibilidade de oferecimento de embargos à execução, distribuídos por dependência e instruídos com cópias das peças processuais relevantes, no prazo de 15 (quinze) dias, contados na forma do art. 231, do Código de Processo Civil. Alternativamente, no lugar dos embargos, mediante o depósito de trinta por cento do valor total executado, poderá ser requerido o parcelamento do restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de um por cento ao mês. Fica(m) o(s) executado(s) advertido(s) que a rejeição dos embargos, ou, ainda, inadimplemento das parcelas, poderá acarretar na elevação dos honorários advocatícios, multa em favor da parte, além de outras penalidades previstas em lei. O exequente, por sua vez, deverá ter ciência de que, não localizados o(s) executado(s), deverá, na primeira oportunidade, requerer as medidas necessárias para a viabilização da citação, sob pena de não se aplicar o disposto no art. 240, §1º, do Código de Processo Civil. Tratando-se de pessoa jurídica, deverá, desde logo, providenciar a juntada de certidão de breve relato obtida junto à Junta Comercial ou semelhante, diligenciando, ainda, perante os cadastros processuais do juízo onde a empresa tem sede ou filial. Por fim, registre-se que, independentemente de nova ordem judicial, mediante o recolhimento das respectivas taxas, o exequente poderá requerer diretamente à Serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 828, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do Código de Processo Civil. Expedida a certidão, caberá ao exequente providenciar as averbações e comunicações necessárias, comprovando posteriormente nos autos no prazo de 10 dias, sob pena de nulidade, sem prejuízo de eventual responsabilização. Fica a Parte interessada intimada desde já a promover o recolhimento das custas dos atos e diligências necessários ao cumprimento desta decisão e dos atos que vier a requerer, a teor da Portaria n. 116/2017-PTJ, sob pena de arquivamento sem necessidade de nova intimação. Após, a comprovação do pagamento da diligência, expeça-se o competente mandado/carta. Caso não seja efetuado o pagamento, voltem-me os autos conclusos. Cientifique-se as partes que considera-se ato atentatório à dignidade da justiça a conduta comissiva ou omissiva do executado que: I - frauda a execução; II - se opõe maliciosamente à execução, empregando ardis e meios artificiosos; III - dificulta ou embaraça a realização da penhora; IV - resiste injustificadamente às ordens judiciais; V - intimado, não indica ao juiz quais são e onde estão os bens sujeitos à penhora e os respectivos valores, nem exibe prova de sua propriedade e, se for o caso, certidão negativa de ônus, conforme art. 774, do CPC. À Secretaria para as diligências de praxe.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0638694-42.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Suspendo o processo pelo prazo de 1 (um) ano, conforme disposto no Art. 921, III, do CPC, diante da inexistência de bens penhoráveis. Decorrido o prazo, sem que seja localizado o executado ou que sejam encontrados bens penhoráveis, determino o arquivamento dos autos. Cumpra-se. Intimem-se. Publique-se.

ADV: WALTER SIQUEIRA BRITO (OAB 4186/AM), ADV: MIQUÉIAS MATIAS FERNANDES JÚNIOR (OAB 9958/AM), ADV: ENYSSON ALCÂNTARA BARROSO (OAB 5097/AM), ADV: ROBERTA NINA ALCÂNTARA BARROSO (OAB 12189/AM) - Processo 0639251-58.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Industria e Comercio de Colchões e Espuma Ltda - REQUERIDO: Luquine Comércio de Colchões e Artigos de Colchoaria Ltda Me e outros - Considerando que é dever das partes não produzir provas inúteis ou desnecessárias (NCPC, art. 77, III), intime-se a parte requerente/requerida para manifestar de forma específica e fundamentada a pertinência da prova testemunhal/deponencial/pericial que pretende produzir, justificando a sua necessidade no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 370, parágrafo único do NCPC.

ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM), ADV: ADRIANA MONTEIRO DE CASTRO MARTINS (OAB 86928/RJ), ADV: CHRISTIANO PINHEIRO DA COSTA (OAB 3542/AM) - Processo 0641129-86.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Afonso Barao Batista e outros - REQUERIDO: Bradesco Vida e Previdência S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS), ADV: AURÉLIO CÂNCIO PELUSO (OAB 32521/PR), ADV: MARIA EDNA ARAÚJO MATEUS (OAB 3461/AM) - Processo 0641140-47.2018.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - CONSIGNADO: Banco Santander Brasil S/A - Financiamento Renailt - CIA DE CRÉDITO, Financiamento E Investimento RCI BRASIL - Arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. Dê-se baixa na distribuição.

ADV: CICERO GEHLEN DAPPER (OAB 62564/RS), ADV:

PAULA OLIVEIRA PINHEIRO (OAB 287652/SP) - Processo 0642628-03.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0602690-98.2019.8.04.0001) - Embargos à Execução - Pagamento - EMBARGANTE: Procter e Gamble do Brasil S/A - EMBARGADO: Prodromus Comércio de Equipamentos para Automação Ltda. - Intime-se o embargado para, querendo, manifestrar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do §2º do art. 1023 do CPC.

ADV: CAIO COELHO REDIG (OAB 14400/AM) - Processo 0642701-72.2019.8.04.0001 - Interdito Proibitório - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Cidade Comércio de Derivados de Petróleo e Serviços Ltda. - REQUERIDO: RODRIGO PRADO PORTILHO - Diante da certidão de fl. 113, voltem-me os autos conclusos após o pagamento das custas ou decurso do prazo para pagamento. Cumpra-se.

ADV: CÁRITA DOS ANJOS NASCIMENTO (OAB 8082/AM) - Processo 0643062-89.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Fhf Mendes Epp - Com amparo no art. 7º da Portaria nº 116/2017 - PTJ c/c art. 98, 6º, do CPC, a fim de evitar prejuízo ao direito constitucional de acesso ao Judiciário (art. 5º, XXXV, da CF), DEFIRO o benefício da gratuidade da justiça somente com relação às custas iniciais, para conceder o direito ao pagamento parcelado das mesmas em 06 (seis) parcelas iguais. Por conseguinte, determino que a parte autora apresente nos autos, mensalmente, comprovante de pagamento das respectivas parcelas independente de nova intimação, sob pena de extinção. Intime-se a parte Autora para dirigir-se a 3ª contadoria deste forum a fim de providenciar o emissão e retirada dos boletos, com o referido parcelamento e efetuar o pagamento da primeira parcela no prazo de 15 (quinze) dias, ficando o vencimento da mesma aprazado para o dia 10/10/2019 e as demais, para o mesmo dia dos meses subsequentes sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito (art. 290 do CPC).

ADV: LEYLA VIGA YURTSEVER (OAB 3737/AM) - Processo 0645798-80.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: L. S. M. Comércio de Alimentos e Navegação Ltda. - Me - Tendo em vista a certidão da 3ª Contadoria (fl. 47), intime-se a parte autora para efetuar o pagamento das custas processuais. Cumpra-se no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição do feito (Art. 290, NCPC). Publique-se.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0646912-54.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Fernando Ferreira da Silva - Haja vista a presunção de veracidade da alegação de insuficiência de recursos para arcar com as custas, despesas e honorários de advogado, defiro o benefício da gratuidade da justiça formulado na inicial nos termos do artigo 98 c/c 99, parágrafos 2º e 3º, ambos do NCPC. A teor do art. 300, do NCPC, a tutela provisória de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. No caso dos autos, porém, entendo que os documentos carreados à inicial, em análise sumária, não são capazes de induzir este juízo à concessão da medida pleiteada. Diante disso, INDEFIRO por ora a medida antecipatória de tutela provisória, sem prejuízo de posterior reanálise. Cite-se a Requerida por Carta de Citação Via Portal Eletrônico para, querendo, apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias, constando no expediente as advertências legais (NCPC, art. 335 c/c 344, respectivamente).

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: THIAGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 7671/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0647188-22.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria Amélia Félix de Morais - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: JOSÉ ARTUR POZZETTI (OAB 9707/AM), ADV: MARCUS JOSÉ QUEIROZ FERREIRA (OAB 9930/AM) - Processo 0649084-03.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Kayque Alberto Lima Luiz - Requeiram as partes o que for de direito. Intimem-se.

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE) - Processo 0649376-51.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco J. Safra S/A - Isto posto, estando devidamente comprovada a mora da Requerida, DEFIRO liminarmente a medida, com espeque no art. 3º do Decreto-Lei 911/69, para determinar a citação da Parte Requerida, para, no prazo de 15 dias, apresentar contestação, conforme está previsto nos parágrafos 3º e 4º do Decreto-Lei nº 911/69) e a busca e apreensão do bem acima descrito, no local onde for encontrado ou na residência da Ré, devendo para tanto, ser entregue ao Autor, mediante termo de apreensão, até decisão final. Após o cumprimento da medida, intime-se a Ré, para, querendo, no prazo de 5 dias, pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados na inicial, sob pena de lhe ser aplicado o que está estabelecido no parágrafo 1º do art. 3º do referido Decreto-Lei. Para expedição do Mandado de Citação, Busca e Apreensão, promova o requerente o pagamento das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, disponibilizada no DJE de 24-01-2017. A expedição de mandado fica condicionada à comprovação do recolhimento das custas. À Secretaria para as diligências de praxe.

ADV: ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO (OAB 98628/SP) - Processo 0649635-46.2019.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Cruzeiro do Sul S/A - Haja vista a presunção de veracidade da alegação de insuficiência de recursos para arcar com as custas, despesas e honorários de advogado, defiro o benefício da gratuidade da justiça formulado na inicial nos termos do artigo 98 c/c 99, parágrafos 2º e 3º, ambos do NCPC. I - Nos termos do art. 701, do NCPC, expeça-se mandado/carta de citação para pagamento no prazo de 15 dias, constando no expediente as advertências dos §§ 1º e 2º do mesmo dispositivo legal. II - Fixo os honorários advocatícios em 5% (cinco por cento) sobre o valor atribuído à causa (NCPC, art. 701 - parte final). III - Decorrido o prazo sem o devido pagamento, havendo ou não oposição dos embargos à ação monitória (NCPC, art. 702), voltem-me os autos conclusos. À Secretaria para as diligências de praxe.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0649782-72.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - I - Nos termos do art. 701, do NCPC, expeça-se carta de citação para pagamento no prazo de 15 dias, constando no expediente as advertências dos §§ 1º e 2º do mesmo dispositivo legal. II - Fixo os honorários advocatícios em 5% (cinco por cento) sobre o valor atribuído à causa (NCPC, art. 701 - parte final). III - Decorrido o prazo sem o devido pagamento, havendo ou não oposição dos embargos à ação monitória (NCPC, art. 702), voltem-me os autos conclusos. À Secretaria para as diligências de praxe.

ADV: EUGÊNIO FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 3424/AM) - Processo 0649979-27.2019.8.04.0001 - Monitória - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Manaus Sicoob Uniam - I - Nos termos do art. 701, do NCPC, expeça-se mandado/carta de citação para pagamento no prazo de 15 dias, constando no expediente as advertências dos §§ 1º e 2º do mesmo dispositivo legal. II - Fixo os honorários advocatícios em 5% (cinco por cento) sobre o valor atribuído à causa (NCPC, art. 701 - parte final). III - Decorrido o prazo sem o devido pagamento, havendo ou não oposição dos embargos à ação monitória (NCPC, art. 702), voltem-me os autos conclusos. À Secretaria para as diligências de praxe.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0650200-10.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - I - Nos termos do art. 701, do NCPC, expeça-se mandado de citação para pagamento no prazo de 15 dias, constando no expediente as advertências dos §§ 1º e 2º do mesmo dispositivo legal. II - Fixo os honorários advocatícios em 5% (cinco por cento) sobre o valor atribuído à causa (NCPC, art. 701 - parte final). III - Decorrido o prazo sem o devido pagamento, havendo ou não oposição dos embargos à ação monitória (NCPC, art. 702), voltem-me os autos

conclusos. À Secretaria para as diligências de praxe.

ADV: DANTE MARIANO GREGNANIN SOBRINHO (OAB 31618/SP) - Processo 0650262-50.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Toyota do Brasil S/a. - Isto posto, estando devidamente comprovada a mora da Requerida, DEFIRO liminarmente a medida, com espeque no art. 3º do Decreto-Lei 911/69, para determinar a citação da Parte Requerida, para, no prazo de 15 dias, apresentar contestação, conforme está previsto nos parágrafos 3º e 4º do Decreto-Lei nº 911/69) e a busca e apreensão do bem acima descrito, no local onde for encontrado ou na residência da Ré, devendo para tanto, ser entregue ao Autor, mediante termo de apreensão, até decisão final. Após o cumprimento da medida, intime-se a Ré, para, querendo, no prazo de 5 dias, pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados na inicial, sob pena de lhe ser aplicado o que está estabelecido no parágrafo 1º do art. 3º do referido Decreto-Lei. Para expedição do Mandado de Citação, Busca e Apreensão, promova o requerente o pagamento das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, disponibilizada no DJE de 24-01-2017. A expedição de mandado fica condicionada à comprovação do recolhimento das custas. À Secretaria para as diligências de praxe.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0650324-90.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - I - Nos termos do art. 701, do NCPC, expeça-se carta de citação para pagamento no prazo de 15 dias, constando no expediente as advertências dos §§ 1º e 2º do mesmo dispositivo legal. II - Fixo os honorários advocatícios em 5% (cinco por cento) sobre o valor atribuído à causa (NCPC, art. 701 - parte final). III - Decorrido o prazo sem o devido pagamento, havendo ou não oposição dos embargos à ação monitória (NCPC, art. 702), voltem-me os autos conclusos. À Secretaria para as diligências de praxe.

ADV: BRUNO OLIVEIRA MEDEIROS (OAB 7203/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM), ADV: JOICY COSTA CORRÊA DA CUNHA ARGENT THOMPSO (OAB 146976/RJ), ADV: JULIANO MARTINS MANSUR (OAB 113786/RJ) - Processo 0655406-39.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Francisco Justino de Abreu - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Sabemi Seguradora S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte autora para que se manifeste acerca da petição de fls. 247/248, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0656280-24.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

Adolpho Mauro Maués Nazareth (OAB 5540/AM)
Adriana Monteiro de Castro Martins (OAB 86928/RJ)
Adroaldo Alexandre Arruda da Silva (OAB 5483/AM)
Alysson Tosin (OAB 86925/MG)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Andréa Caldeira do Couto (OAB 3601/AM)
Ângela Maria Dantas de Alencar (OAB 8924/AM)
Arthêmio Wagner Dantas de Oliveira (OAB 2026/AM)
Aurélio Câncio Peluso (OAB 32521/PR)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Bruno Oliveira Medeiros (OAB 7203/AM)
Bruno Rampim Cassimiro (OAB 218164/SP)
Caio Coelho Redig (OAB 14400/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Cárita dos Anjos Nascimento (OAB 8082/AM)
Cássio França Vieira (OAB 4409/AM)
Celso Valério França Vieira (OAB 3886/AM)
Christiano Pinheiro da Costa (OAB 3542/AM)
Cicero Gehlen Dapper (OAB 62564/RS)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Cristiane Bentes Teixeira (OAB 5283/AM)
Dante Mariano Gregnanin Sobrinho (OAB 31618/SP)
DEBORA CARLA ALMEIDA ATEM DE OLIVEIRA (OAB 8516/AM)
Edmar Pereira de Freitas (OAB 11750/AM)
Eduardo Chalfin (OAB A1140/AM)
Elaise Moss Portela (OAB 7689/AM)
Elisângela Dias Gama (OAB 12349/AM)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Eloi Pinto de Andrade & Filhos - Advogados (OAB 46/AM)
Enysson Alcântara Barroso (OAB 5097/AM)
Eugênio Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 3424/AM)
Fabianne Ribeiro Halinski (OAB 7059/AM)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Francinete Segadilha França (OAB 867/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Harrington Praia Marques (OAB 3199/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Joicy Costa Corrêa da Cunha Argent Thompso (OAB 146976/RJ)
José Artur Pozzetti (OAB 9707/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
Juliano Martins Mansur (OAB 113786/RJ)
Júlio Alberto Corrêa Salas (OAB 10165/AM)
Karen Kelly Rossatto dos Santos (OAB 19204/MT)
LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM)
Leonardo Alvarenga Viana (OAB 6956/AM)
Leyla Viga Yurtsever (OAB 3737/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Luiz Antônio Gomiero Júnior (OAB 154733/SP)
Luiza Helena Ribeiro Simonetti Cabral (OAB 3502/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Marcus José Queiroz Ferreira (OAB 9930/AM)
Maria Carolina Pordeus e Silva Cardoso (OAB 8083/AM)
Maria da Glória Amazonas Cavalcanti (OAB 615/AM)
Maria Edna Araújo Mateus (OAB 3461/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mayra de Castro Maia Florêncio (OAB 11740/PB)
Michelle Melo Barbosa (OAB 2648/AM)
Miquéias Matias Fernandes Júnior (OAB 9958/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Oreste Nestor de Souza Laspro (OAB 98628/SP)
Patrícia Fonseca Benayon Albano de Souza (OAB 2500/AM)
Paula Oliveira Pinheiro (OAB 287652/SP)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Raimundo Azevedo Pereira (OAB 2186/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberta Nina Alcântara Barroso (OAB 12189/AM)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Sérgio Ricardo Pereira de sales (OAB 8927/AM)
Tatiana Dantas Portela (OAB 6562/AM)
Thiago Andrade de Oliveira (OAB 7671/AM)
Thiago Mahfuz Vezzi (OAB 228213/SP)
Waldery Junio Marques de Mesquita (OAB 10714/AM)
Walter Siqueira Brito (OAB 4186/AM)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

14ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 14ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0227/2019

ADV: AUGUSTO COSTA JÚNIOR (OAB 4337/AM), ADV: SAMUEL CAVALCANTE (OAB 003.260/AM), ADV: CESAR SUYPEENE DE MENEZES DOS SANTOS (OAB 75117/RJ), ADV: CÉSAR SUYPEENE DE MENEZES DOS SANTOS (OAB 75117/RJ), ADV: SAMUEL CAVALCANTE DA SILVA (OAB 3260/AM) - Processo 0005742-45.2005.8.04.0001 (001.05.005742-2) - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Álvaro Sérgio Gouvêa Quintão - REQUERIDO: Sindicato dos Aeroviários do Amazonas - Sindamazon - Feito na fase de cumprimento de sentença, em caráter definitivo. Intime-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão do feito, na forma do artigo 921, III do CPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte. De arremate, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do CPC. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RENATA KELLY SALGADO DA COSTA (OAB 5346/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ROSEMARY LIMA RODRIGUES (OAB 2351/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0037655-11.2006.8.04.0001 (001.06.037655-5) - Cumprimento de sentença - REQUERENTE: Manaus Energia S/A - Diante disso, considerando as diligências frustradas na tentativa de localizar a executada revel (fl. 184), que não informou seu endereço atualizado a este Juízo, reputo válida a intimação da parte ré, em fase de cumprimento de sentença, conforme fundamentação acima aludida. Por oportuno, determino que a Secretaria certifique se houve o pagamento do débito ou oposição de embargos no prazo legal. Certificado, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do CPC, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, podendo pleitear o que entender de direito. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GLENDA ALVES TAVARES DE MELO (OAB 4218/AM), ADV: MIKAÉLE KLOPPEL SILVA (OAB 35961/SC), ADV: ANGÉLICA MARIA MONTEIRO DUARTE (OAB 2659/AM) - Processo 0041867-12.2005.8.04.0001 (001.05.041867-0) - Cumprimento de sentença - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Ronaldo Pereira Da Silva - REQUERIDA: Vivo - Norte Brasil Telecon S/A - Considerando a existência de dúvidas quanto aos valores depositados, se pertencem ao requerente ou à requerida, decorrentes da obrigação da sentença (fls. 53/54 e 148/152), determino a remessa dos autos à Contadoria Judicial para elaboração de cálculo do débito remanescente, apurando-se o quantum atualizado da condenação até a data do efetivo pagamento em 20/12/2010 (fl. 157), abatendo-se deste o valor levantado pelo requerente. Após, determino à Secretaria consultar o extrato do saldo remanescente do valor depositado, vinculado a este feito. Com as informações acima aludidas, dê-se vista às partes, para manifestação no prazo de 15 (quinze) dias. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ELDAIR DE SOUZA MARTINS (OAB 1822/AM), ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM), ADV: ALEXANDRE MIRANDA LIMA (OAB 596A/AM), ADV: RENATO DAMASCENO BATISTA (OAB 3120/AM), ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM), ADV: DJAMAI MOSCARIELLO FURNARI (OAB 4375/AM), ADV: JOAO BENTES PACHECO FILHO (OAB 001.540/AM), ADV: DANIELLA RODRIGUES DE ARAÚJO (OAB 8199/AM) - Processo 0043030-18.2010.8.04.0012 (012.10.043030-1) - Cumprimento de sentença - REQUERENTE: Telecomunicacoes do Amazonas S.a. - REQUERIDO: Jose Cruz da Silva - Diante disso, determino a intimação da exequente, por seus patronos habilitados nos autos, para proceder ao recolhimento da aludida despesa legal, no prazo de 05 (cinco) dias, para fins de intimar o executado a se manifestar sobre o bloqueio judicial de valores (fls. 365/366) no prazo legal. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ELISABETE LUCAS (OAB 4118/AM) - Processo 0200474-16.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Acidente de Trabalho - REQUERENTE: Ana Helena Duarte Araujo - Feito em fase de cumprimento de sentença em caráter definitivo. Considerando o lapso temporal transcorrido sem manifestação da requerente para dar prosseguimento ao feito, apesar de devidamente intimada (fl. 267), determino o arquivamento dos autos, dando-se baixa no SAJ. Cumpra-se.

ADV: ÉLIO FRANCISCO DE CARVALHO (OAB 493/AM), ADV: FÁBIO MORAES CASTELLO BRANCO (OAB 4603/AM), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ), ADV: MARIANA MORAES CASTELLO BRANCO (OAB 12421/AM), ADV: MARCOS DANIEL SOUZA RODRIGUES (OAB 10987/AM), ADV: FERNANDO CÉSAR LIMA FERREIRA DE OLIVEIRA (OAB 843A/AM) - Processo 0202222-78.2014.8.04.0001 (processo principal 0700584-55.2011.8.04.0001) - Impugnação ao Cumprimento de Decisão - Seguro - IMPUGNANTE: Bradesco Auto/re Companhia de Seguros S/A - IMPUGNADA: Eucirene França Rolim - Trata-se de Impugnação ao Cumprimento de Sentença já decidido (fls. 77/81), de sorte que encerrada a prestação jurisdicional no presente incidente. Logo, incabível nesse caderno processual a análise de pedido de restituição ou levantamento de valores, devendo as partes formularem eventuais pedidos nos autos do cumprimento de sentença. Arquivem-se os presentes autos, dando-se baixa no SAJ. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO GUEDES REIS E SOUZA (OAB 275562/SP), ADV: CARMEM VALÉRYA ROMERO SALVIONI (OAB 6328/AM) - Processo 0204055-58.2019.8.04.0001 (processo principal 0627693-65.2013.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Paulo Roberto Reis de Souza - REQUERIDO: A.P. - RAMOS PRODUTOS ORTOPÉDICOS E HOSPITALARES LTDA e outros - Diante disso, transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do CPC, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executada para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a constrição dos valores, nos termos do art. 525, §11, do CPC, voltando os autos conclusos para decisão. Na hipótese de insuficiência da penhora e desde que pagos, no prazo de 05 (cinco) dias, os emolumentos processuais concernentes à consulta aos sistemas mencionados, conforme Lei n. 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, efetue-se a pesquisa de bens em nome da parte executada, por meio do RENAJUD. Autorizo, desde logo, a constrição, mediante RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome do devedor, expedindo-se o respectivo mandado de penhora, avaliação e intimação, se comprovada nos autos as custas de diligência do oficial de justiça (Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 - PTJ). Reversamente, havendo respostas negativas das pesquisas pelos sistemas RENAJUD e BACENJUD, em estrito atendimento ao art. 5º, LXXVIII, da CF/88 e à garantia da eficácia jurisdicional, é, desde logo, deferido o pedido de consulta pelo sistema INFOJUD acerca da relação de bens somente do executado. Nesta hipótese, intime-se o exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o recolhimento das despesas de processamento eletrônico. Após a comprovação, proceda-se a consulta acima aludida, devendo o resultado ser juntado aos autos como documento sigiloso, em atenção ao disposto no art. 773, parágrafo único, do CPC; e, ato contínuo, dê-se vista à parte autora para requerer o que de direito no prazo de 05 (cinco) dias. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ELLEN CRISTINA LIMA CARNEIRO (OAB 23063/PA), ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0208685-60.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Lúcia Rozane Tomaz - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: PÉRICLES DUARTE DE SOUZA JÚNIOR (OAB 4808/AM) - Processo 0211008-43.2016.8.04.0001 (processo principal 0208187-76.2010.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Acidente de Trabalho - EXEQUENTE: Francisco Natividade de Moura - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JOÃO PAULO MONTEIRO DE LIMA (OAB 7618/AM), ADV: THIAGO ANDRADE DE MELO (OAB 7214/AM) - Processo 0226426-94.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Renato Galvão Maciel - Intimem-se as partes, por seus representantes legais, para, no prazo de 05 (cinco) dias, pleitear o que entenderem de direito. Cumpra-se.

ADV: JONNY CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 8340/AM), ADV: HELOÍSA PONTES MAUÉS (OAB 9667/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0227580-84.2010.8.04.0001 (001.10.227580-8) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Hyssa Abrahin e Cia Ltda - Tendo em vista a decisão de fl. 259 e o pleito de fl. 270, determino a intimação do exequente, por seus patronos habilitados nos autos, para proceder ao recolhimento das despesas de processamento eletrônico (Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 - PTJ), no prazo de 05 (cinco) dias. Após a comprovação, autorizo a consulta e penhora pelo sistema RENAJUD, devendo ser procedido o registro da penhora relativa ao débito exequendo em caso de serem localizados veículos livres e desembraçados, desde que juntado aos autos o comprovante de pagamento das despesas de processamento eletrônico (Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 - PTJ). Retornando resposta positiva da constrição, via RENAJUD, expeça-se o mandado de penhora, avaliação e intimação após a juntada do comprovante de pagamento das diligências do oficial de justiça (Lei Estadual n° 4.408/2016 e Portaria n° 116/2017 - PTJ), no prazo de 05 (cinco) dias. Reversamente, havendo resposta negativa da diligência, voltem-me os autos conclusos para análise do pedido de consulta ao sistema SREI. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALEXANDRE AUGUSTO FORCINITTI VALERA (OAB 972A/AM), ADV: ALEXANDRE AUGUSTO FORCINITTI VALERA (OAB A972/AM), ADV: FABRÍCIO PERROTTA DA SILVA (OAB 165909/RJ) - Processo 0229224-81.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: NAZARENO DOS SANTOS SALVADOR - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Tendo em vista o conflito de competência suscitado por este Juízo (fls. 111/113), o Superior Tribunal de Justiça, por meio do ofício de fl. 126, comunicou ter declarado competente a Justiça Federal para processar e julgar a presente demanda. Diante disso, declino da competência da Justiça Estadual para julgamento e processamento do presente feito em prol da Justiça Federal. Redistribua-se à Justiça Federal via distribuição. À Secretaria para providências cabíveis. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0235760-60.2008.8.04.0001 (001.08.235760-0) - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Manaus Energia S/A - Diante disso, em estrito atendimento ao art. 5º, LXXVIII, da CF/88, à garantia da eficácia jurisdicional e considerando ainda a displicência da executada, defiro o pedido de consulta pelo sistema RENAJUD. Tendo em vista a Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 - PTJ, determino a intimação da exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o recolhimento das despesas de processamento eletrônico. Após a comprovação, proceda-se a consulta acima aludida, devendo ser procedido o registro da penhora relativa ao débito exequendo em caso de serem localizados veículos livres e desembraçados. Retornando resposta positiva, intime-se a exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceder ao recolhimento das custas de diligência do oficial de justiça, conforme a Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 - PTJ; e, após a juntada do respectivo comprovante, expeça-se o mandado de penhora, avaliação e intimação. Reversamente, havendo resposta negativa, intime-se a parte autora para requerer o que de direito. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: JULIANA FARIAS RODRIGUES (OAB 3797/AM) - Processo 0241675-85.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Indefiro o pedido de penhora (fls. 160/161), vez que a tentativa de intimação para fins de cumprimento voluntário restou frustrada em razão da não localização do número do imóvel, e não por mudança de endereço (fl. 155), sendo exigida a intimação pessoal da ré quando representada pela Defensoria Pública, consoante o art. 513, §2º, II, do CPC. Diante disso, intime-se a exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, informar o endereço atualizado da executada, para fins de intimação, sob pena de arquivamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARA BIANCA ROCHA LINS (OAB 4006/AM), ADV: PAULO RICARDO DA SILVA GOMES (OAB 7942/AM), ADV: KARINA SEFFAIR DE CASTRO DE ABREU (OAB 3780/AM), ADV: SAULO MOYSÉS REZENDE DA COSTA (OAB 7300/AM), ADV: EDUARDO SANTANA PINHEIRO (OAB 7049/AM) - Processo 0250114-51.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Amanda Botelho Gomes e outro - REQUERIDA: Faculdade Metropolitana de Manaus - Fametro - Considerando o trânsito em julgado da sentença e a ausência de interesse das partes, apesar de devidamente intimados (certidão, fl. 251), determino o arquivamento dos autos com as cautelas de praxe, dando-se baixa no SAJ. Cumpra-se.

ADV: JAIRO RAFAEL MORAES MUNHOZ (OAB 8703/AM), ADV: JOSÉ BEZERRA DE ARAÚJO (OAB 4871/AM), ADV: MARIANA GOUVÊA LESSA (OAB 11018/AM) - Processo 0600703-32.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cheque - REQUERENTE: Verde Comércio de Peças e Lubrificantes Ltda - Intime-se a Exequente, por seus advogados habilitados, para, no prazo de 05 (cinco) dias, juntar ao feito a memória de cálculo atualizada da dívida, sob pena de arquivamento. Cumpra-se.

ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM) - Processo 0600877-36.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Maria do Socorro Medeiros Roberto - A requerente foi intimada para efetuar o recolhimento das despesas postais, tendo o prazo transcorrido in albis, consoante certificado nos autos. Diante disso, em observância ao disposto no art. 317 do CPC, determino a intimação da aludida parte, por seus patronos habilitados nos autos, para proceder ao recolhimento da supramencionada despesa legal no prazo de 05 (cinco) dias, sob as penas da lei. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP) - Processo 0601900-17.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - Compulsando os autos, verifico que a presente demanda foi ajuizada em 2019 e até o momento não foi realizada a citação. Considerando que, pelo princípio da cooperação, previsto no art. 6º, do CPC, tanto as partes quanto o Juiz que preside o feito devem atuar em conjunto para alcançar uma decisão justa; bem como que a eficiência da prestação jurisdicional está atrelada à duração

razoável do processo, cujo objetivo principal é a estabilização das relações jurídicas, consoante o art. 4º, do CPC, em observância ao disposto no art. 317 do CPC, determino a intimação da requerente, por seus patronos habilitados nos autos, para, no prazo de 05 (cinco) dias, informar o endereço do requerido, para fins de citação, sob as penas da lei. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0601925-64.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Paradiso Anturio - Evidencio dos autos que a carta de intimação foi recebida por terceiro, consoante se verifica no aviso de recebimento (fl. 131), pelo que o ato foi realizado sem a observância dos requisitos legais. Diante disso, torno sem efeito a certidão de fl. 132 e determino a expedição de mandado, para fins de realização do ato de intimação da executada, por oficial de justiça, a fim de manifestar sobre o bloqueio judicial de valores (fls. 105/106), observando-se o endereço de fl. 86. Por oportuno, determino a intimação do exequente para juntar aos autos comprovante de pagamento das custas do oficial de justiça (Lei n. 4.408/2016 e Portaria n. 116/2017-PGJ). Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0601954-80.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Diante disso, determino suspensão do feito pelo prazo de 02 (dois) meses, com fundamento no art. 313, §2º, inciso I, do CPC, bem como a intimação do exequente para, no prazo acima aludido, promover a sucessão processual do polo passivo, com a citação do respectivo espólio, na pessoa de seu inventariante/administrador provisório, ou, na sua ausência, dos sucessores/herdeiros, juntando-se ao feito as informações necessárias quanto à qualificação e endereço destes, para regular prosseguimento do feito Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUCAS CORDEIRO MARQUES (OAB 187570/RJ), ADV: CRISTIANO SILVA COLEPICOLO (OAB 81376/MG), ADV: RODOLFO RIPPER FERNANDES (OAB 121045/RJ), ADV: JOÃO GILBERTO FREIRE GOULART (OAB 73169/MG), ADV: VANESSA OLIVEIRA ALMEIDA (OAB 9558/AM), ADV: ILLY SOARES DE SOUZA (OAB 10263/AM), ADV: MARIA ELIRIANY MARTINS GOMES BISSOLI (OAB 7432/AM), ADV: MAURÍCIO BENEDITO GOMES BISSOLI (OAB 13845/AM) - Processo 0602847-42.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Shopping Manaus Norte Spe S/a, - EXECUTADO: LC Comércio de Alimentos Ltda - Ana Regina Rodrigues Smith - Pelo exposto, conheço dos presentes embargos de declaração, porque deduzidos a tempo e a modo, e lhes DOU PARCIAL PROVIMENTO para suprir a omissão apontada no sentido de indeferir o pedido de reabertura de prazo para ajuizamento de embargos à execução, nos termos da fundamentação. Mantenho incólume as demais disposições da decisão. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0603724-16.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: GELSIMAR ALVES PANTOJA - Intime-se a Autarquia Previdenciária, por seu representante judicial, para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre a petição de fl. 222. Cumpra-se.

ADV: WILLIAM ROBERT NAHRA FILHO (OAB 73536PR) - Processo 0604278-48.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: COSTA RICA MALHAS E CONFECÇÕES LTDA - Intime-se pessoalmente a executada para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se sobre a desistência dos bens penhorados às fls. 131/132, bem como sobre o pedido de bloqueio de ativos financeiros pelos sistemas BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD (fl. 153). Por oportuno, antes da expedição da respectiva carta, determino a intimação da exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, juntar ao feito comprovante de pagamento das despesas postais, conforme Lei Estadual n° 4.408/2016 e Portaria n° 116/2017 - PTJ. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANDRE JEAN FIGUEIREDO DE SOUZA (OAB 14758/AM), ADV: ANDRÉ LUIZ SIMONETTI RIBEIRO DE SOUZA (OAB 12350/AM), ADV: LEONARDO AUGUSTO NEVES DA COSTA (OAB 8147/AM), ADV: FRANCISCA NÚBIA DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 4376/AM), ADV: JÚLIO CÉSAR FRANCO DE SOUZA (OAB 6415/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: ANTÔNIO CLÁUDIO PINTO FLORES (OAB A583/AM), ADV: ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM) - Processo 0604491-59.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: A J COMÉRCIO DE PNEUS LTDA - ME - REQUERIDO: Murano Veículos Ltda. - ASSLITISC: Fiat Automóveis S/A - Em conformidade com o art. 1º, XVI, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que se manifestem sobre proposta de honorários periciais, no prazo de 5 (cinco) dias, na forma do § 3º do artigo 465 do CPC. Ademais, intimo a(s) parte(s) interessada(s), para que tomem ciência da data de perícia marcada para o dia 05/10/2019, às 09:00h, nas dependências da Murano Veículos na Avenida Cosme Ferreira, 443, Aleixo, CEP 69083-000, conforme informação do perito de fls. 331/333.

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: MILTON ANTÔNIO RIVERA REYES (OAB 9851/AM) - Processo 0604789-12.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Rejane da Silva Farias - REQUERIDO: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda - Retorna aos autos a requerente para pleitear o levantamento dos valores depositados, bem como prosseguimento da execução quanto ao saldo remanescente (fls. 189/193). Pois bem, evidencio do presente feito que os valores depositados em juízo (fls. 170/173) são decorrentes da obrigação imposta pela sentença transitado em julgado (certidão, fl. 186); todavia, a demandante junta planilha com os valores remanescentes que entende devido, Considerando que a importância depositada pelo Requerido, às fls. 171/173, trata-se de valor incontroverso, defiro o pedido de fls. 189/191 e determino à Secretaria que proceda à consulta acerca do depósito e, retornando resposta positiva, expeça alvará em favor da parte autora para levantamento da quantia, na forma requerida. Ato contínuo, fica o requerido intimado, por seus advogados habilitados nos autos, para, no prazo de 15 (quinze) dias, pagar o saldo remanescente da condenação (fls. 189/193). Em caso de pagamento do valor remanescente pelo demandado, determino à Secretaria consultar o saldo atualizado dos valores depositados; em caso positivo, expeça-se alvará judicial para levantamento da quantia devida ao credor, na forma pleiteada. Se houver impugnação, certifique-se o preparo, e, depois, dê-se vista à parte adversa; com a manifestação, voltem-me conclusos para decisão. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ROBSON DA SILVA NEVES (OAB 100377/RJ), ADV: VITOR VILHENA GONÇALO DA SILVA (OAB 6502/AM), ADV: ERIKA NAIANA D'AQUINO PIRES (OAB 590A/AM), ADV: RICARDO GARCÊS LESSA (OAB 218872/RJ), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: JORGE ANTÔNIO VERAS FILHO (OAB 5693/AM) - Processo 0605527-68.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Technos da Amazonia Indústria e Comércio S.A. - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM) - Processo 0605979-73.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0607779-05.2019.8.04.0001 - Execução de

Título Extrajudicial - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial Nascentes do Tarumã - Trata-se de ação de execução, com mandado expedido em março/2019 (fl. 129). Em razão do não cumprimento integral do mandado, foi determinada a expedição de ofício à Central de mandados para esclarecimentos sobre a citação do outro executado, Sr. Rogério de Almeida Lima (fls. 131 e 143), sem resposta (fl. 144). Pois bem, considerando a ausência de informações sobre a citação de Rogério de Almeida Lima, mas tão somente de Joyce Gomes dos Santos, determino a expedição de novo mandado de citação, em desfavor de Rogerio de Almeida Lima, com isenção da parte exequente quanto ao recolhimento das custas do Oficial de Justiça. Oficie-se à Central de mandados para que sejam adotadas as providências necessárias para apurar a responsabilidade administrativa da Oficiala de Justiça, Srª. Aurileda de Souza Montenegro. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB 3032/AM) - Processo 0607839-46.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Mário Jorge Moraes de Souza - REQUERIDO: Lojas Riachuelo S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUÍS FERNANDO DE ALMEIDA LORENZONI (OAB 8948/AM), ADV: SUZANA PINTO LORENZONI (OAB 9155/AM) - Processo 0607874-35.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Laurimar Nogueira de Lima - REQUERIDO: Banco Bmg S/A - Desta feita, decido pelo julgamento antecipado do mérito da demanda, nos termos do art. 355, I, do CPC, determinando que os autos sejam conclusos para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0608056-55.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - determino o desbloqueio dos valores constritos às fls. 66/68. No que se refere ao pedido de RENAJUD, defiro o pleito, em estrito atendimento ao art. 5º, LXXVIII, da CF/88, à garantia da eficácia jurisdicional e considerando, ainda, a displicência da executada. Proceda-se à consulta acima aludida, devendo ser realizado registro da penhora relativa ao débito exequendo em caso de serem localizados veículos livres e desembraçados. Retornando resposta positiva (bens livres), intime-se o exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceder ao recolhimento das custas de diligência do oficial de justiça, conforme a Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 - PTJ; e, após a juntada do respectivo comprovante, expeça-se o mandado de penhora, avaliação e intimação. Reversamente, havendo resposta negativa da diligência, intime-se a parte exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, indicar bens passíveis de penhora, sob pena de arquivamento dos autos pelo prazo de 01 (um) ano, após o qual iniciará o prazo prescricional, conforme art. 921, III e §§1° e 4° do CPC. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FERNANDA CABRAL MARQUES (OAB 6755/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM) - Processo 0609383-11.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Duplicata - REQUERENTE: Itautinga Agro Industrial S/A - De arremate, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do CPC. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO GAGO FREITAS VALE BARBOSA (OAB 165046/SP) - Processo 0610879-70.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bonsucesso Consignado S.A - Diante disso, determino a intimação do exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar memória de cálculo do débito remanescente com o abatimento das prestações pagas pelo executado. Após as diligências, voltem-me os autos conclusos para análise do pedido de consulta via BACENJUD/RENAJUD/INFOJUD. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ DE ASSIS ROSA (OAB 12809/MS) - Processo 0611310-02.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0612497-16.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Seguro - REQUERENTE: Bradesco Saúde S/A - De arremate, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do CPC. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0612588-38.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: LILIAN DA SILVA MAFRA (OAB 10899SC) - Processo 0613795-77.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - REQUERENTE: Karsten S/A - Diante disso, determino a intimação da exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceder ao recolhimento das despesas das consultas eletrônicas acima aludidas, sob as penas da lei. Comprovado o recolhimento das despesas, proceda-se a devida consulta. Retornando resposta positiva com novo endereço, intime-se a exequente para proceder o recolhimento das custas da diligência do oficial de justiça ou das despesas da carta precatória eventualmente incidentes, conforme o caso, sob as penas da lei; e, após a comprovação, expeça-se o respectivo expediente, observando-se o despacho de fl. 255. Reversamente, retornando resposta negativa da pesquisa acima aludida, fica a parte autora intimada para, no prazo legal, providenciar a citação, sob as penas da lei. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ), ADV: MÁRCIO LEANDRO DEODATO DE AQUINO (OAB 748/RR), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM) - Processo 0613867-30.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Raimundo Barbosa Izaias - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte autora para que se manifeste acerca da petição de fls. 221/226, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: FABRÍCIO PERROTTA DA SILVA (OAB 165909/RJ), ADV: ANA CRISTINA MARINHO BESSA (OAB 11702/AM) - Processo 0614092-50.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Acidente (Art. 86) - REQUERENTE: Marcos Silva de Arruda - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - " Vistos, etc. Cuida-se de procedimento de cumprimento de sentença interposto por Marcos Silva de Arruda contra Instituto Nacional do Seguro Social INSS. Em sede de defesa (fls. 221/225), o Requerido apresentou planilha contendo os cálculos que entendia devidos, com os quais o Requerente não se opôs (fls. 227/228). Em face do exposto, julgo procedente o presente cumprimento de sentença e HOMOLOGO os cálculos apresentados (fls. 221/225), que se tornam incontroversos (fls. 227/228), e, estando o valor final incluso no teto estipulado do art. 17, §1º, da Lei nº 10.259/2001, deve ser

expedido RPV, com fundamento no art. 100, §3º da Constituição Federal. Expeça-se RPV, a fim de que o Requerido promova o pagamento, no prazo de 02 (dois) meses, sob pena de sequestro de bens, nos termos do art. 17, caput, da Lei nº 10.259/2011). Intimem-se. Cumpra-se. "

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0616080-43.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: BANCO BRADESCO S.A - À Secretaria para certificar se a executada Construtora Terra e Teto Ltda. pagou a dívida ou interpôs embargos à execução no prazo legal. Cumpra-se.

ADV: LUIZ CARLOS SOUZA VASCONCELOS JÚNIOR (OAB 43462/BA), ADV: ANTONIO HENRIQUE DE MARCO (OAB 300891SP) - Processo 0616386-46.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: BENEFICIADORA DE BATATA E CEBOLA IRMAOS CORAGEM LTDA - EXECUTADO: MANOEL BONFIM SOUZA - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: EDSON AMARAL DOS SANTOS (OAB 8274/AM), ADV: MARIA ÂNGELA FERREIRA REIS (OAB 5906/AM) - Processo 0617029-62.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Ananda Juliana Ferreira Ramos - Considerando a ausência de informações quanto à citação/intimação dos requeridos e a necessidade de realização de audiência de conciliação (art. 335 do CPC), designo o dia 14/10/2019, às 11:00 horas, na sede deste Juízo, para a realização da audiência acima aludida. Por oportuno, determino a intimação da requerente, por seu advogado habilitado nos autos, para, no prazo de 05 (cinco) dias, juntar ao feito comprovante de pagamento das despesas postais (Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ). Intime-se a requerente, por seu patrono, da data designada. Citem-se os requeridos para comparecer ao ato. À Secretaria para cumprir as diligências necessárias ao cumprimento desta ordem judicial, bem como inserir as advertências do despacho de fl. 65. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DAVI MAFRA DOS ANJOS (OAB 9694/AM), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0618265-83.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Ila Maria da Costa - REQUERIDO: Banco Itaú S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: JOSSAN BATISTUTE (OAB 33292/PR), ADV: RENI ALVES TEIXEIRA LIMA (OAB 3910/AM) - Processo 0618435-55.2018.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Muller Diesel Comércio de Peças Ltda - REQUERIDO: Dorival Correa Rabelo e outro - Em conformidade com o art. 1º, XV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte contrária para que se manifeste sobre os documentos juntados, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma do § 1º do artigo 437 do CPC.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0619157-55.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Pan S/A - Tendo em vista a petição encartada às fls. 75, que aponta a ausência de informações quanto à citação, determino o desentranhamento do mandado n.º 001.2019/086013-9 (fl. 62), para fins de cumprimento integral pelo oficial de justiça designado, no mesmo endereço, sem ônus ao requerente. Oficie-se à Central de mandados para intimação do referido meirinho. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0619402-66.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Adilson Nunes de Souza - Em conformidade com o art. 1º, XVII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que se manifestem sobre o laudo pericial, em conformidade com o art. 477, § 1º do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM) - Processo 0619521-32.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0614415-89.2016.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Real Bebidas da Amazonia Ltda - Defiro, em parte, o pedido de fl. 200. Proceda-se à pesquisa ao sistema RENAJUD, juntando-se aos autos os respectivos recibos. Por oportuno, indefiro a consulta ao SIEL por estar indisponível a este magistrado. Indefiro, também, a consulta ao ERIDFT pois este sistema tem por objetivo somente a localização de bens. Antes do seu cumprimento, intime-se a requerente, para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o recolhimento das despesas de processamento eletrônico (RENAJUD), conforme Lei Estadual n° 4.408/2016 e Portaria n° 116/2017 - PTJ, sob as penas da lei. Retornando resposta positiva com novo endereço, intime-se a requerente para proceder ao recolhimento das despesas postais, no prazo de 05 (cinco) dias, sob as penas da lei; em caso de juntada do comprovante, remetam-se o feito ao CEJUSC para designar nova data para a realização de audiência de conciliação, em cumprimento ao despacho de fl. 40. Na oportunidade, expeça-se nova carta de citação, observando-se o endereço atualizado, dando-se de tudo ciência às partes quanto ao referido ato. Reversamente, retornando resposta negativa da pesquisa acima aludida, fica a parte autora intimada para, no prazo legal, providenciar a citação, sob as penas da lei. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: TAMARA JÉSSICA NEVES FERREIRA (OAB 12363/AM), ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM), ADV: TAMARA JESSICA NEVES FERREIRA (OAB 12363/AM) - Processo 0619937-97.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDA: Joana Maria Vieira Marques - Tendo em vista a tutela antecipada deferida nos autos do Processo n.º 0631103-24.2019.8.04.0001, aguarde-se o desfecho em definitivo dos embargos à execução. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MIQUÉIAS MATIAS FERNANDES (OAB 1516/AM), ADV: MIQUÉIAS MATIAS FERNANDES JÚNIOR (OAB 9958/AM) - Processo 0620435-67.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direito de Vizinhança - REQUERENTE: Associação dos Proprietarios de Lotes no Central Park - R.H. Recebo o processo hoje no estado em que se encontra, em razão da suspeição da magistrada titular da 15ª Vara Cível e de Acidente de Trabalho às fls. 219. Considerando que foi deferida tutela de urgência às fls. 209 e 210 pelo juiz que me antecedeu no feito, e em razão do conteúdo da certidão do Oficial de Justiça às fls. 235 e 236, por efeito, determino que seja expedido novo mandado para cumprir a demolição forçada com força policial, caso a parte requerida não tenha efetivada a demolição da obra além dos limites de 23,00 m do lote, nos termos da decisão lançada às fls. 210. Por fim, ordeno a intimação da parte requerente, para no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre a petição de fls. 230 a 234, bem como para efetuar o recolhimento das custas de diligências, conforme Portaria n. 11/2017-PTJ. Expeçam-se os ofícios necessários. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0622409-71.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerida para que se manifeste acerca da petição de fl. 220, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/

AM) - Processo 0623331-10.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Luzielle Oliveira de Paula - REQUERIDO: Itaú Unibanco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0624058-37.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ALCIMAR VIDÉO PAES (OAB 3331/AM), ADV: JULIANA PASSOS DOS SANTOS (OAB 7815/AM), ADV: HILDEBERTO CORRÊA DIAS (OAB 1127/AM), ADV: RAFAEL REIS PEREIRA (OAB 7219/AM), ADV: WARNEY MAURO PRESTES DA COSTA VAL (OAB 2837/AM) - Processo 0624374-21.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0636586-40.2016.8.04.0001) - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Móvel - EXEQUENTE: Amazongás Distribuidora de Gás Liquefeito de Petróleo Ltda - EXECUTADO: A J L - Industria e Comercio Ltda - Indefiro o pedido de fl. 87, pois o presente feito se trata de ação de execução de título executivo extrajudicial e, neste caso, não há sentença de mérito a ser proferida, pois já há presunção do direito liquido, certo e exigível. Diante disso, intime-se a exequente, por seus advogados habilitados, para, no prazo de 05 (cinco) dias, indicar os meios expropriatórios que entender devidos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RAFAEL FERNANDO TIESCA MACIEL (OAB 7187/AM), ADV: CHRISTIANNE DI FELÍCIO FERREIRA DA SILVA (OAB 3631/AM) - Processo 0625239-73.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inadimplemento - REQUERENTE: Sarol Comercio e Representações Ltda - REQUERIDO: André Luiz Guedes da Silva - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: ÉLIO FRANCISCO DE CARVALHO (OAB 493/AM), ADV: LUÍS OTÁVIO DE ARAÚJO SILVA (OAB 6972/RO) - Processo 0625261-63.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Adalberto Martins Silva - Compulsando os autos, verifico que a presente demanda foi ajuizada em 2019 e até o momento não foi realizada a citação. Considerando que, pelo princípio da cooperação, previsto no art. 6º, do CPC, tanto as partes quanto o Juiz que preside o feito devem atuar em conjunto para alcançar uma decisão justa; bem como que a eficiência da prestação jurisdicional está atrelada à duração razoável do processo, cujo objetivo principal é a estabilização das relações jurídicas, consoante o art. 4º, do CPC, em observância ao disposto no art. 317 do CPC, determino a intimação do requerente, por seus patronos habilitados nos autos, para, no prazo de 05 (cinco) dias, informar o endereço dos requeridos, para fins de citação, sob as penas da lei. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ELISABETE LUCAS (OAB 4118/AM), ADV: MARIA DO ROSÁRIO DE OLIVEIRA MELO (OAB 5385/AM) - Processo 0625274-67.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Domingos Sávio de Almeida Barbosa - Feito na fase de cumprimento da sentença, em caráter definitivo. Considerando a ausência de apresentação de cálculos por parte do requerente, beneficiário da gratuidade da justiça, intime-se o INSS, na pessoa de seu representante judicial, para, em procedimento de execução invertida, juntar ao presente feito os cálculos, ou impugnar a execução, conforme redação do artigo 535 do CPC, bem como cumprir a obrigação de fazer constante na sentença, no prazo de 30 dias. Juntados documentos ou apresentada manifestação do requerido, dê-se vista ao Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, pleitear o que entender de direito. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0627191-19.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - AGRAVANTE: Suedson Diniz dos Santos - Em conformidade com o art. 1º, XVII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que se manifestem sobre o laudo pericial, em conformidade com o art. 477, § 1º do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: ALYSSON ROBERTO ROCHA FERREIRA (OAB 11860/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: ANDRÉ LUIZ DUARTE DA CRUZ (OAB 7694/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: SÉRGIO RICARDO BEZERRA DE CALDAS (OAB 13316/PE) - Processo 0627348-26.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Mario Jorge de Menezes Souza Aguiar - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: MAURO ALLEN BEZERRA (OAB 2655/AM), ADV: HELOÍSA PONTES MAUÉS (OAB 9667/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: CÉSAR ITUASSU DA SILVA NETO (OAB 9506/AM) - Processo 0630283-44.2015.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: RAINIER PASSOS DE CARVALHO - REQUERIDO: Net Serviço de Comunicação S/A - Feito em fase de cumprimento de sentença em caráter definitivo. Considerando o lapso temporal transcorrido sem manifestação do requerente para dar prosseguimento ao feito, apesar de devidamente intimado (fls. 378), determino o arquivamento dos autos, dando-se baixa no SAJ. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: JOAO CELIO MOURA SZLACHTA (OAB 11979/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0630493-56.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Janice Costa de Carvalho - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0630501-38.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Retorna aos autos o exequente para pleitear a consulta eletrônica disponível ao Poder Judiciário para localizar o endereço atualizado dos executados. Defiro o pedido de fl. 115. Proceda-se à pesquisa ao sistema BACENJUD, juntando-se aos autos os respectivos recibos. Retornando resposta positiva com novo endereço, intime-se o exequente para proceder ao recolhimento das custas de oficial de justiça, no prazo de 05 (cinco) dias, sob as penas da lei; em caso de juntada do comprovante, expeça-se o respectivo mandado. Reversamente, retornando resposta negativa da pesquisa acima aludida, fica a parte autora intimada para, no prazo legal, providenciar a citação, sob as penas da lei. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARCOS ANTÔNIO DE LUNA (OAB 10880/AM), ADV: ANDRÉ RICARDO DE ARAÚJO SANTIAGO (OAB 11875/AM) - Processo 0631288-96.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Condomínio Parque Residencial Itapuranga Iii - EXECUTADO: Dernando Pessoa Reis e outro - À Secretaria para certificar se o pedido de parcelamento da dívida (fls. 97/98) ocorreu dentro do prazo de embargos, conforme art. 916 do CPC, bem como se há depósito de valores realizado pelos executados, vinculados a este feito, ou interposição de embargos. Após, voltem-me os autos conclusos para decisão. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0632809-47.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: WELLINGTON JOSLEI RODRIGUES - Feito na fase de

cumprimento da sentença, em caráter definitivo. Intime-se a Autarquia Previdenciária, na pessoa de seu representante judicial, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias, impugnar a execução, conforme redação do artigo 535, CPC. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ROBERVAL VIEIRA JÚNIOR (OAB 244234/SP), ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP) - Processo 0633592-05.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: S.B.S. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para que se manifeste(m) acerca da certidão de fl.97 , no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: VERUSK DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 27070/PE), ADV: SIDDHARTA GAUTAMA DE ALMEIDA ANTONY (OAB 3962/AM), ADV: PATRÍCIA PAZOS VILAS BOAS DA SILVA (OAB 124899/SP), ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE), ADV: FERNANDO ANTÔNIO FERREIRA LOPES (OAB 2766/AM), ADV: VERA LÚCIA DE SOUZA (OAB 14712/PE) - Processo 0634074-55.2014.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Pagamento em Consignação - REQUERENTE: RITA MOREIRA DE SOUZA - REQUERIDO: Banco Votorantim - PERITO: Fernando Antônio Ferreira Lopes - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 149225/SP), ADV: EDNEY MARTINS GUILHERME (OAB 177167/SP), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM) - Processo 0634124-08.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça necessárias à prática do ato processual e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: AUGUSTO GONÇALVES GUIMARAES NETO (OAB 9830/AM) - Processo 0634644-65.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Administração judicial - REQUERENTE: Sara Magalhães Pimentel - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca da petição de fls 52-56, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM) - Processo 0634990-16.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Elis Sabino dos Santos - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 02/10/2019, a partir das 08:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.5- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo.Dr Helder Freitas Alagia, CRM/AM-2021, CPF:270.934.920-53,no Eldorado Consultórios, sito à Rua Z, Casa 01, Praça dos Caranguejos - Eldorado, nesta cidade.

ADV: JONNY CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 8340/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: HELOÍSA PONTES MAUÉS (OAB 9667/AM) - Processo 0635457-29.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Samel - Assistencia Médica Hospitalar Ltda - Intime-se a Requerente, por seus advogados habilitados nos autos, para, no prazo de 05 (cinco) dias, juntar ao feito comprovante de que o Sr. Osimar Maia da Silva é o sócio representante da requerida, bem como recolher as despesas postais/custas de oficial de justiça, sob as penas da lei. Em caso de juntada dos comprovantes, determino à remessa dos autos ao CEJUSC para designar nova data para realização de audiência de conciliação, conforme despacho de fl. 69, expedindo-se os atos necessários ao regular andamento processual. Cumpra-se.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0635688-56.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para indicar o endereço do requerido para fins de citação, no prazo legal de 05 (cinco) dias, indicando informações que auxiliem no cumprimento, como rua, CEP, número, bairro, apartamento, sala, condomínio, complemento, etc. Havendo manifestação no sentido de se expedir mandado/carta para mais de um endereço ou de realizar consultas via sistemas judiciais, e não sendo o caso de benefício da justiça gratuita integral, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0637157-40.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. - Compulsando os autos, verifico que a presente demanda foi ajuizada em 2018 e até o momento não foi realizada a citação. Considerando que, pelo princípio da cooperação, previsto no art. 6º, do CPC, tanto as partes quanto o Juiz que preside o feito devem atuar em conjunto para alcançar uma decisão justa; bem como que a eficiência da prestação jurisdicional está atrelada à duração razoável do processo, cujo objetivo principal é a estabilização das relações jurídicas, consoante o art. 4º, do CPC, em observância ao disposto no art. 317 do CPC, determino a intimação da requerente, por seus patronos habilitados nos autos, para, no prazo de 05 (cinco) dias, informar o endereço do requerido, para fins de citação, sob as penas da lei. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0637333-82.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Gmac S.a - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: KLEIBIANNO TELES DE SOUZA (OAB 7098/AM), ADV: KEITHIANE DA SILVA PINHEIRO (OAB 7948/AM), ADV: ALMIR ALBUQUERQUE DOS SANTOS ANSELMO (OAB 8441/AM), ADV: RICARDO PINHEIRO DA COSTA (OAB 7952/AM) - Processo 0639006-52.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERENTE: Noemy Stoco - REQUERIDA: José Armando Rodrigues Pereira - ME - Evidencio dos autos que a sentença de fls. 246/248, transitado em julgado (fl. 251) é ilíquida, pelo que deve a requerente promover a fase de liquidação na forma

estabelecida na legislação processual civil (art. 509 e seguintes do CPC), vez que necessária a apuração do respectivo quantum devido, não bastando para tanto o mero cálculo aritmético. Diante disso, intime-se a requerente, por seu advogado habilitado nos autos, para promover a liquidação do julgado quanto à parte ilíquida, sob pena de arquivamento do feito. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOÃO RICARDO DE SOUZA DIXO JÚNIOR (OAB 3236/AM) - Processo 0639842-83.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Alzenaide da Silva Freitas - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: ADEMARIO DO ROSARIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0640129-85.2015.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Movimentos Repetitivos/Tenossinovite/LER/DORT - REQUERENTE: LILIAM DOS SANTOS HORTA - Intime-se a Requerente, por seu advogado habilitado nos autos, para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre os documentos juntados pela parte adversa, às fls. 308/310, podendo pleitear o que entender de direito. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: SÉRGIO ROBERTO BULCÃO BRINGEL JÚNIOR (OAB 14182/AM), ADV: IVY SOARES DE SOUZA ARAYA (OAB 13303/AM), ADV: KELY PATRÍCIA PAIXÃO SILVA (OAB 9763/AM) - Processo 0640169-96.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Inadimplemento - REQUERENTE: Lucas do Amaral Silva Ferreira - REQUERIDO: Evilasio Badziak - De arremate, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do CPC. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CELSO ANTÔNIO DA SILVEIRA (OAB 5807/AM) - Processo 0640459-43.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Raimundo Lima da Luz - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 17/10/2019 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 17 de setembro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0641144-21.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Defiro, em parte, o pedido de fls. 171. Proceda-se à pesquisa ao sistema RENAJUD, juntando-se aos autos os respectivos recibos. Por oportuno, indefiro o pedido de consulta ao SIEL, por estar indisponível a este magistrado. Antes do seu cumprimento, intime-se o exequente, para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o pagamento das despesas de processamento eletrônico (RENAJUD), conforme Lei Estadual n° 4.408/2016 e Portaria n° 116/2017 - PTJ, sob as penas da lei. Retornando resposta positiva com novo endereço, intime-se o exequente para proceder ao recolhimento das custas de oficial de justiça, no prazo de 05 (cinco) dias, sob as penas da lei; em caso de juntada do comprovante, expeça-se o respectivo mandado. Reversamente, retornando resposta negativa da pesquisa acima aludida, fica a parte autora intimada para, no prazo legal, providenciar a citação, sob as penas da lei. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: KARLA FREIXO BRAGA (OAB 3775/AM) - Processo 0642079-95.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Condomínio Civil do Shopping Ponta Negra - Retorna aos autos o exequente para pleitear a consulta eletrônica disponível ao Poder Judiciário para localizar o endereço atualizado dos executados. Defiro o pedido de fl. 151. Proceda-se à pesquisa aos sistemas INFOJUD/RENAJUD, juntando-se aos autos os respectivos recibos. Retornando resposta positiva com novo endereço, intime-se o exequente para proceder ao recolhimento das custas de oficial de justiça, no prazo de 05 (cinco) dias, sob as penas da lei; em caso de juntada do comprovante, expeça-se o respectivo mandado. Reversamente, retornando resposta negativa da pesquisa acima aludida, fica a parte autora intimada para, no prazo legal, providenciar a citação, sob as penas da lei. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0642212-74.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Diante disso, em atenção ao art. 10 do CPC, intime-se a parte exequente, por seu advogado habilitado, para, no prazo de 05 (cinco) dias, indicar o endereço dos executados, para fins de citação, nos termos do artigo 240, § 2º, do CPC, sob as penas da lei. No caso de ser informado novo endereço no prazo conferido, e juntado comprovante de recolhimento das custas do oficial de justiça (Lei n. 4.408/2016 e Portaria n 116/2017-PTJ), expeça-se o respectivo mandado. Por oportuno, esclareço que se houver interesse na pesquisa de endereço em sistemas eletrônicos disponíveis nessa Serventia (RENAJUD), deve o exequente informar a este Juízo, no prazo acima aludido, juntando-se as despesas de processamento eletrônico (Lei Estadual n° 4.408/2016 e Portaria n° 116/2017 - PTJ), sob as penas da lei. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO DA SILVA COSTA (OAB 5386/AM) - Processo 0642270-09.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Compra e Venda - REQUERENTE: Alfatec Indústria e Comércio Ltda - Tendo em vista a petição encartada às fls. 57/59, determino a intimação da exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, adequar a petição e memória de cálculo do cumprimento de sentença no sentido de retificar o valor do débito exequendo, excluindo-se a multa de 10% (dez por cento). Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MÁRIO ALBERTO DA FONSECA MONTEIRO JÚNIOR (OAB 1431/AM), ADV: NAZARENO PEREIRA DE MELO (OAB 5690/AM) - Processo 0642359-95.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Compromisso - REQUERENTE: Condominio Vivenda Verde - REQUERIDO: Nazareno Pereira de Melo e outros - Indefiro o pedido de expedição de mandado de penhora e avaliação do imóvel, tendo em vista que a propriedade do bem indicado não pertence ao executado e sim a terceiros. Diante disso, intime-se o exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, cumprir a decisão de fl. 80, juntando-se ao feito o respectivo comprovante de pagamento das custas do oficial de justiça, para fins de levantamento da penhora de fls. 57/58, tendo em vista que a sentença homologatória de acordo (fls. 53/54) julgou extinto o feito em relação aos executados Edmar Souza da Silva e Valéria de Melo e Silva. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANA CRISTINA DA SILVEIRA GOMES DE FREITAS (OAB 5763/AM) - Processo 0643270-73.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Terezinha de Jesus Martins Chaves - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Conciliação - CEJUSC - Cível, designada para o dia 14/11/2019 às 09:30h, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania no 4º Andar /Setor 01 do Fórum de Justiça Henoch Reis - Telefone: (92) 3303-5246.

ADV: JEAN CARLOS DE ARAÚJO ASSANTE (OAB 9215/AM) - Processo 0643746-48.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: M.N.R.A. - Tendo em vista a promoção ministerial encartada às fls. 66/67 e o cumprimento do despacho de fl. 37, determino que a Secretaria expeça os respectivos mandados de citação/intimação com nova data de audiência de conciliação perante o CEJUSC, com isenção de custas, por ser a autora beneficiária da gratuidade da justiça. Após, remetam-se os autos ao CEJUSC para a realização da audiência. Dê-se de tudo ciência às partes interessadas quanto ao referido ato. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MAXON DO NASCIMENTO SOUZA (OAB 12615/AM) - Processo 0648114-66.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça -

REQUERENTE: Construtora Rayol Ltda - Considerando o pedido liminar, designo o dia 03/10/2019, às 11:00 horas, sede deste Juízo, para a realização da audiência de justificação na sede deste Juízo. Intime-se o requerente, por seu patrono, da data designada. Cite-se o requerido para comparecer ao ato. Cumpra-se.

ADV: ISLEY E SOUZA DE SOUZA (OAB 9703/AM) - Processo 0649571-70.2018.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Luiz França da Costa - Diante disso, em observância ao disposto no art. 317 do CPC, determino a intimação da aludida parte, por seus patronos habilitados nos autos, para proceder ao recolhimento da supramencionada despesa legal no prazo de 05 (cinco) dias, sob as penas da lei. Caso seja comprovado o pagamento no prazo acima, expeça-se nova carta de citação no endereço indicado às fls. 58/59, observando-se a data da audiência designada pelo CEJUSC às fls. 53. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DINA FLÁVIA FREITAS DA SILVA (OAB 8182/AM) - Processo 0650108-32.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Ana Paulina Nascimento Medeiros - Paute-se a audiência de conciliação, realize-se a citação e a intimação para cumprimento da tutela antecipada no prazo acima assinalado bem como para apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial observará o previsto nos incisos do art. 335 do CPC. Caso a parte passiva não possua cadastro para fins de citação eletrônica, intime-se o requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o recolhimento das despesas postais, conforme a Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 - PTJ; e, após a comprovação, adote a Secretaria as diligências acima determinadas. Ficam as partes advertidas do seguinte quanto à audiência de conciliação: a) o não-comparecimento injustificado ao ato implicará na imposição de multa, nos termos do art. 334, § 8°, do CPC; b) cada litigante deve se fazer acompanhar de advogado ou Defensor Público, conforme determina o § 9° do aludido Dispositivo Legal. Na hipótese de requerente e requerido manifestarem o desinteresse na audiência de composição, proceda-se ao cancelamento da audiência em questão, nos termos do art. 334, §4º, I, do CPC. Expeçam-se os expedientes necessários. Remetam-se os autos ao CEJUSC para os fins acima determinados. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DINA FLÁVIA FREITAS DA SILVA (OAB 8182/AM) - Processo 0650108-32.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Ana Paulina Nascimento Medeiros - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Conciliação - CEJUSC - Cível, designada para o dia 29/10/2019 às 09:00h, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania no 4º Andar /Setor 01 do Fórum de Justiça Henoch Reis - Telefone: (92) 3303-5246.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0650174-12.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De arremate, na hipótese do(s) réu(s) não ser(em) encontrado(s) no endereço declinado na peça de ingresso, fica autorizada a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, INFOJUD e SIEL. Após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa requerida, renove-se a citação. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: EDSON MACHADO (OAB 12572/AM) - Processo 0652298-02.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: C.K.S. - Diante disso, indefiro o pedido de fls. 177/178 e proceda-se à consulta ao INFOJUD, sem ônus por ser a demandante beneficiária da gratuidade da justiça. Retornando resposta positiva com novo endereço, intime-se a requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceder o recolhimento das despesas postais (Lei n. 4.408/2016 e Portaria n 116/2017-PTJ), sob as penas da lei. Após a comprovação, remetam-se os autos ao CEJUSC para designar nova data para a realização de audiência de conciliação, observando-se os termos da decisão de fls. 104/106. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ROGER MARQUES MENDES (OAB 9516/AM), ADV: GISELA DA SILVA DINIZ (OAB 10569/AM), ADV: JOSÉ ELIAS BALBI (OAB 1846/AM), ADV: FRED FIGUEIREDO CÉSAR (OAB 9508/AM), ADV: SANDRO LUCIANO MARTINS RASZL (OAB 9087/AM), ADV: INGO DIETER PIETZSCH (OAB 6337/AM), ADV: JORGE LUÍS ENRIQUE GALLARDO ONDINOLA (OAB 10044/AM), ADV: CMG - CÉSAR, MENDES & GALLARDO ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 9508/AM) - Processo 0700244-77.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Despejo por Denúncia Vazia - REQUERENTE: Sônia Maria do Nascimento - REQUERIDO: Valdemar Francisco do Nascimento - Diante disso, assinalo o prazo de 15 (quinze) dias para a desocupação voluntária do imóvel, nos termos do art. 63, §1º, “a”, da Lei n. 8.245/91. Expeça-se o respectivo mandado, consignando a intimação do executado para desocupação voluntária no prazo acima aludido, bem como a determinação de que, decorrido o prazo sem a aludida desocupação, seja procedido o despejo compulsório. Por oportuno, determino a intimação da parte executada, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública ou quando não tiver procurador constituído nos autos; ou por publicação oficial, no caso de réu revel citado na forma do art. 256, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento).

ADV: RISONALDO DE MELO LIMA JÚNIOR (OAB 6997/AM) - Processo 0715304-90.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Móvel - EXEQUENTE: Vitalli Distribuidora de Embalagens LTDA. - Tendo em vista a petição encartada às fls. 159 e em cumprimento à decisão de fl. 155, devolvam-se os autos à Contadoria Judicial para verificar se os cálculos apresentados pela exequente, às fls. 153 e 159, estão de acordo com a legislação pertinente. Em caso positivo, homologo os referidos valores. Após as diligências, determino à Secretaria expedir a respectiva certidão de crédito, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do CPC Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM), ADV: PÉRICLES DUARTE DE SOUZA JÚNIOR (OAB 4808/AM), ADV: RICARDO QUEIROZ DE PAIVA (OAB 4510/AM) - Processo 0718273-78.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Compra e Venda - REQUERENTE: WILMA SOUZA GODOY - Retorna aos autos a exequente, representada pela Defensoria Pública do Estado, para pleitear a consulta eletrônica disponível ao Poder Judiciário para localizar o endereço atualizado do executado. Defiro, em parte, o pedido de fl. 116. Proceda-se à pesquisa ao sistema BACENJUD, juntando-se aos autos os respectivos recibos. Por oportuno, indefiro a consulta ao SIEL por estar indisponível a este magistrado. Retornando resposta positiva com novo endereço, expeça-se a respectiva carta de intimação, em cumprimento ao despacho de fl. 72. Reversamente, retornando resposta negativa da pesquisa acima aludida, fica a parte autora intimada para, no prazo de 05 (cinco) dias, pleitear o que entender de direito. Intime-se. Cumpra-se.

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Ademario do Rosario Azevedo (OAB 2926/AM)
Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Adson Pinho Pinto (OAB 5850/AM)
Alcimar Vidéo Paes (OAB 3331/AM)
Alexandre Augusto Forcinitti Valera (OAB 972A/AM)
Alexandre Augusto Forcinitti Valera (OAB A972/AM)
Alexandre Miranda Lima (OAB 596A/AM)
Almir Albuquerque dos Santos Anselmo (OAB 8441/AM)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 831A/AM)
ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ)
Alysson Roberto Rocha Ferreira (OAB 11860/AM)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Ana Cristina da Silveira Gomes de Freitas (OAB 5763/AM)
Ana Cristina Marinho Bessa (OAB 11702/AM)
André de Assis Rosa (OAB 12809/MS)
Andre Jean Figueiredo de Souza (OAB 14758/AM)
André Luiz Duarte da Cruz (OAB 7694/AM)
André Luiz Simonetti Ribeiro de Souza (OAB 12350/AM)
André Ricardo de Araújo Santiago (OAB 11875/AM)
Angélica Maria Monteiro Duarte (OAB 2659/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM)
Antônio Cláudio Pinto Flores (OAB A583/AM)

Antonio Henrique de Marco (OAB 300891SP)
Augusto Costa Júnior (OAB 4337/AM)
Augusto Gonçalves Guimaraes Neto (OAB 9830/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Carmem Valérya Romero Salvioni (OAB 6328/AM)
Cássia Luciana da Conceição Rocha (OAB 7819/AM)
Celso Antônio da Silveira (OAB 5807/AM)
César Ituassu da Silva Neto (OAB 9506/AM)
Cesar Suypeene de Menezes dos Santos (OAB 75117/RJ)
César Suypeene de Menezes dos Santos (OAB 75117/RJ)
Christianne Di Felício Ferreira da Silva (OAB 3631/AM)
CMG - César, Mendes & Gallardo Advogados Associados (OAB 9508/AM)
Cristiano Silva Colepicolo (OAB 81376/MG)
Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
Daniella Rodrigues de Araújo (OAB 8199/AM)
Davi Mafra dos Anjos (OAB 9694/AM)
Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB O/AM)
Dina Flávia Freitas da Silva (OAB 8182/AM)
Dinah Amazonas de Oliveira (OAB 4667/AM)
Djamai Moscariello Furnari (OAB 4375/AM)
Edney Martins Guilherme (OAB 177167/SP)
Edson Amaral dos Santos (OAB 8274/AM)
Edson Machado (OAB 12572/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduardo Santana Pinheiro (OAB 7049/AM)
Élio Francisco de Carvalho (OAB 493/AM)
Elisabete Lucas (OAB 4118/AM)
Ellen Cristina Lima Carneiro (OAB 23063/PA)
Erika Naiana D'Aquino Pires (OAB 590A/AM)
Fábio Moraes Castello Branco (OAB 4603/AM)
Fabrício Perrotta da Silva (OAB 165909/RJ)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Félix de Melo Ferreira (OAB 3032/AM)
Fernanda Cabral Marques (OAB 6755/AM)
Fernando Antônio Ferreira Lopes (OAB 2766/AM)
Fernando César Lima Ferreira de Oliveira (OAB 843A/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Francisca Núbia de Oliveira de Lima (OAB 4376/AM)
Fred Figueiredo César (OAB 9508/AM)
GISELA DA SILVA DINIZ (OAB 10569/AM)
Glenda Alves Tavares de Melo (OAB 4218/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Heloísa Pontes Maués (OAB 9667/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Hildeberto Corrêa Dias (OAB 1127/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Illy Soares de Souza (OAB 10263/AM)
Ingo Dieter Pietzsch (OAB 6337/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isley e Souza de Souza (OAB 9703/AM)
Ivy Soares de Souza Araya (OAB 13303/AM)
Jairo Rafael Moraes Munhoz (OAB 8703/AM)
Jean Carlos de Araújo Assante (OAB 9215/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
Joao Bentes Pacheco Filho (OAB 001.540/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
Joao Celio Moura Szlachta (OAB 11979/AM)
João Gilberto Freire Goulart (OAB 73169/MG)
João Paulo Monteiro de Lima (OAB 7618/AM)
João Ricardo de Souza Dixo Júnior (OAB 3236/AM)
Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB 8340/AM)
Jorge Antônio Veras Filho (OAB 5693/AM)
Jorge Luís Enrique Gallardo Ondinola (OAB 10044/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
José Bezerra de Araújo (OAB 4871/AM)
José Eldair de Souza Martins (OAB 1822/AM)
José Elias Balbi (OAB 1846/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
Jossan Batistute (OAB 33292/PR)
Juliana Farias Rodrigues (OAB 3797/AM)
Juliana Passos dos Santos (OAB 7815/AM)
Júlio César Franco de Souza (OAB 6415/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Karina Seffair de Castro de Abreu (OAB 3780/AM)
Karla Freixo Braga (OAB 3775/AM)
Keithiane da Silva Pinheiro (OAB 7948/AM)
Kely Patrícia Paixão Silva (OAB 9763/AM)
Kleibianno Teles de Souza (OAB 7098/AM)
Leonardo Augusto Neves da Costa (OAB 8147/AM)
LILIAN DA SILVA MAFRA (OAB 10899SC)
Lucas Cordeiro Marques (OAB 187570/RJ)
Lúcia Cristina Pinho Rosas (OAB 5109/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Fernando de Almeida Lorenzoni (OAB 8948/AM)
Luís Otávio de Araújo Silva (OAB 6972/RO)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Carlos Souza Vasconcelos Júnior (OAB 43462/BA)
Mara Bianca Rocha Lins (OAB 4006/AM)
Márcio Leandro Deodato de Aquino (OAB 748/RR)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos Antônio de Luna (OAB 10880/AM)
Marcos Daniel Souza Rodrigues (OAB 10987/AM)
Maria Ângela Ferreira Reis (OAB 5906/AM)
Maria do Rosário de Oliveira Melo (OAB 5385/AM)
Maria Eliriany Martins Gomes Bissoli (OAB 7432/AM)
Mariana Gouvêa Lessa (OAB 11018/AM)
Mariana Moraes Castello Branco (OAB 12421/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Mário Alberto da Fonseca Monteiro Júnior (OAB 1431/AM)
Maurício Benedito Gomes Bissoli (OAB 13845/AM)
Mauro Allen Bezerra (OAB 2655/AM)
Maxon do Nascimento Souza (OAB 12615/AM)
Mikaéle Kloppel Silva (OAB 35961/SC)
Milton Antônio Rivera Reyes (OAB 9851/AM)
Miquéias Matias Fernandes (OAB 1516/AM)
Miquéias Matias Fernandes Júnior (OAB 9958/AM)
Moisés Batista de Souza (OAB 149225/SP)
Nazareno Pereira de Melo (OAB 5690/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Patrícia Pazos Vilas Boas da Silva (OAB 124899/SP)
Paulo Ricardo da Silva Gomes (OAB 7942/AM)
Péricles Duarte de Souza Júnior (OAB 4808/AM)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Rafael Fernando Tiesca Maciel (OAB 7187/AM)
Rafael Reis Pereira (OAB 7219/AM)
Renata Kelly Salgado da Costa (OAB 5346/AM)
Renato Damasceno Batista (OAB 3120/AM)
Reni Alves Teixeira Lima (OAB 3910/AM)
Ricardo Garcês Lessa (OAB 218872/RJ)
Ricardo Pinheiro da Costa (OAB 7952/AM)
Ricardo Queiroz de Paiva (OAB 4510/AM)
Risonaldo de Melo Lima Júnior (OAB 6997/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Roberval Vieira Júnior (OAB 244234/SP)
Robson da Silva Neves (OAB 100377/RJ)
Rodolfo Ripper Fernandes (OAB 121045/RJ)
Rodrigo da Silva Costa (OAB 5386/AM)
Rodrigo Gago Freitas Vale Barbosa (OAB 165046/SP)
Rodrigo Guedes Reis e Souza (OAB 275562/SP)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Roger Marques Mendes (OAB 9516/AM)
Rosemary Lima Rodrigues (OAB 2351/AM)
Samuel Cavalcante (OAB 003.260/AM)

Samuel Cavalcante da Silva (OAB 3260/AM)
SANDRO LUCIANO MARTINS RASZL (OAB 9087/AM)
Saulo Moysés Rezende da Costa (OAB 7300/AM)
Sérgio ricardo bezerra de caldas (OAB 13316/PE)
Sérgio Roberto Bulcão Bringel Júnior (OAB 14182/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Siddharta Gautama de Almeida Antony (OAB 3962/AM)
Suzana Pinto Lorenzoni (OAB 9155/AM)
Tamara Jessica Neves Ferreira (OAB 12363/AM)
Tamara Jéssica Neves Ferreira (OAB 12363/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Thiago Andrade de Melo (OAB 7214/AM)
Vanessa Oliveira Almeida (OAB 9558/AM)
Vera Lúcia de Souza (OAB 14712/PE)
VERUSK DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 27070/PE)
Vitor Vilhena Gonçalo da Silva (OAB 6502/AM)
Warney Mauro Prestes da Costa Val (OAB 2837/AM)
William Robert Nahra Filho (OAB 73536PR)
Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB 4339/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0373/2019

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: WANISE DE OLIVEIRA BASTOS (OAB 1166/AM) - Processo 0211893-33.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADA: E.R. Domingues e outro - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da superior instância e as intimo para manifestação no prazo de (15) quinze dias.

ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM), ADV: VICTÓRIA GUIMARÃES DE MELO CARDOSO (OAB 14813/AM), ADV: CAIO PATRICK COELHO SILVA ANDADE (OAB 13408/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM) - Processo 0218794-51.2010.8.04.0001 (001.10.218794-1) - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Cristiane da Silva Gomes - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XVII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que se manifestem sobre o laudo pericial, em conformidade com o art. 477, § 1º do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ALEXSANDRA HELENA PEIXOTO DA SILVA ROSA (OAB 920A/AM) - Processo 0246244-22.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Antônio Leocádio de Albuquerque - De ordem, intimo o INSS para apresentar a conta de liquidação do crédito no prazo de 45 dias, bem como para que cumpra a obrigação de fazer, se for o caso. Havendo concordância por parte da parte credora, será expedido a requisição para pagamento em 60 dias (se inferior a 60 s.m) ou nos moldes do art. 100 e parágrafos da Constituição Federal (se superior a 60 s.m).

ADV: ALAN SAMPAIO CAMPOS (OAB 341543/SP), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: CARLOS EDUARDO CAVALCANTE RAMOS (OAB 37489A/BA), ADV: LUIZ GUSTAVO FERNANDES DA COSTA (OAB 149048/MG), ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM) - Processo 0603369-98.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria do Socorro da Glória Pereira - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0611873-30.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Renajud e Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0612384-28.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Acidente (Art. 86) - REQUERENTE: Leonardo Araújo Xavier - De ordem, intimo o INSS para apresentar a conta de liquidação do crédito no prazo de 45 dias, bem como para que cumpra a obrigação de fazer, se for o caso. Havendo concordância por parte da parte credora, será expedido a requisição para pagamento em 60 dias (se inferior a 60 s.m) ou nos moldes do art. 100 e parágrafos da Constituição Federal (se superior a 60 s.m).

ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM), ADV: DANIEL FÁBIO JACOB NOGUEIRA (OAB 3136/AM), ADV: SILVANA LIMA DE OLIVEIRA (OAB 8778/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM) - Processo 0613279-23.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Reginaldo Rodrigues de Lima - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Instrução e Julgamento, designada para o dia 14/04/2020 às 09:30h, a ser realizada na sala de audiência do Cartório da 2ª UPJ, Av. Paraíba, S/N, Fórum Ministro Henoch da Silva Reis, 3º Andar, Setor 6, Adrianópolis - CEP 69079-265, Manaus-AM.

ADV: ADRIANA MONTEIRO DE CASTRO MARTINS (OAB 86928/RJ), ADV: LUCIANA NAZIMA (OAB 169451/SP), ADV: LUCIANA MORAIS AVELAR (OAB 633A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB 117417/SP) - Processo 0613791-06.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direitos / Deveres do Condômino - REQUERENTE: Condomínio Alphaville Manaus 3 - REQUERIDO: Elias Ricardo Novoa Silva - Revenda Representações e Vendas Comerciais S/A - Alphaville Manaus Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0620798-15.2018.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Danton Wuilham de Souza Calvo - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: FELIPE ALMEIDA FERREIRA (OAB 10271/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVEZ DOS SANTOS (OAB 1163/AM) - Processo 0622411-75.2015.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Aquisição - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A -

REQUERIDO: Raullys de Araújo Nery - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: BRUNO GIMACK SALGADO (OAB 6610/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0623108-91.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0624202-16.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ANTÔNIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE) - Processo 0625895-98.2015.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Vega Manaus Transporte de Passageiros Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Instrução e Julgamento, designada para o dia 13/04/2020 às 09:30h, a ser realizada na sala de audiência do Cartório da 2ª UPJ, Av. Paraíba, S/N, Fórum Ministro Henoch da Silva Reis, 3º Andar, Setor 6, Adrianópolis - CEP 69079-265, Manaus-AM.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0628081-89.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0628547-49.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0631601-23.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: FELIPE NAVEGA MEDEIROS (OAB 165147/MG), ADV: KAREN BEZERRA ROSA BRAGA (OAB 6617/AM) - Processo 0632399-18.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0613082-05.2016.8.04.0001) - Petição Cível - Pagamento - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - ADMINISTRA: Karen Bezerra Rosa Braga - De ordem, intimo a parte autora para manifestar-se acerca da resposta do administrador, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM) - Processo 0635200-67.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Maria Cleomar dos Santos - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30(trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

ADV: CARLA DAYANY LUZ ABREU (OAB 7038/AM), ADV: MARIANA DE JESUS RODRIGUES RAMOS (OAB 9702/AM), ADV: LUZILENA GOMES MOTA (OAB 9991/AM), ADV: MARA RUTH FERRAZ OTTONI (OAB 787A/AM) - Processo 0636263-40.2013.8.04.0001 - Cautelar Inominada - Liminar - REQUERENTE: MAPEMI MATERIAIS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS LTDA - REQUERIDO: PÁTIO SERTÓRIO SHOPPING LTDA e outros - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da superior instância e as intimo para manifestação no prazo de (15) quinze dias.

ADV: CLÍSSIA LOPES CAVALCANTE (OAB 10258/AM), ADV: LIA DE SOUZA FARIA (OAB 10211/AM), ADV: JOÃO EURICO BRASILEIRO DE SOUZA FARIA (OAB 8312/AM) - Processo 0637080-65.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Claudio Silveira Rodrigues - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) requerente(s) para que se manifeste(m) acerca do ofício de fls. 156/158, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: JOSÉ AIRTON GARCIA JÚNIOR (OAB 8386/AM), ADV: JUAREZ MONTEIRO DE OLIVEIRA JÚNIOR (OAB 10405/AM) - Processo 0642381-90.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Smile Parque das Flores - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM) - Processo 0642523-65.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Darcionita Corrêa de Oliveira - De ordem, intimo o INSS para apresentar a conta de liquidação do crédito no prazo de 45 dias, bem como para que cumpra a obrigação de fazer, se for o caso. Havendo concordância por parte da parte credora, será expedido a requisição para pagamento em 60 dias (se inferior a 60 s.m) ou nos moldes do art. 100 e parágrafos da Constituição Federal (se superior a 60 s.m).

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0645155-25.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Marcelo Ramos Figueira - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Semana Nacional de Conciliação, designada para o dia 07/11/2019, às 10:00h, a ser realizada na sala de audiência do Cartório da 2ª UPJ, Av. Paraíba, S/N, Fórum Ministro Henoch da Silva Reis, 3º Andar, Setor 6, Adrianópolis - CEP 69079-265, Manaus-AM.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM) - Processo 0648692-63.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0712354-11.2012.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

Adriana Monteiro de Castro Martins (OAB 86928/RJ)
Alan Sampaio Campos (OAB 341543/SP)
Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Alexsandra Helena Peixoto da Silva Rosa (OAB 920A/AM)
Antônio Cleto Gomes (OAB 5864/CE)
Bruno Gimack Salgado (OAB 6610/AM)
Caio Patrick Coelho Silva Andade (OAB 13408/AM)
Carla Dayany Luz Abreu (OAB 7038/AM)
Carlos Augusto Gordinho Bindá (OAB 12972/AM)
Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (OAB 37489A/BA)
Cássia Luciana da Conceição Rocha (OAB 7819/AM)
Clíssia Lopes Cavalcante (OAB 10258/AM)
Daniel Fábio Jacob Nogueira (OAB 3136/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)
Felipe Almeida Ferreira (OAB 10271/AM)
Felipe Navega Medeiros (OAB 165147/MG)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique dos Santos Viseu (OAB 117417/SP)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Joaab Melo Barbosa (OAB 8348/AM)
João Eurico Brasileiro de Souza Faria (OAB 8312/AM)
José Airton Garcia Júnior (OAB 8386/AM)
José Lídio Alvez dos Santos (OAB 1163/AM)
Juarez Monteiro de Oliveira Júnior (OAB 10405/AM)
Karen Bezerra Rosa Braga (OAB 6617/AM)
Lia de Souza Faria (OAB 10211/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Luciana Morais Avelar (OAB 633A/AM)
Luciana Nazima (OAB 169451/SP)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Gustavo Fernandes da Costa (OAB 149048/MG)
Luzilena Gomes Mota (OAB 9991/AM)
Mara Ruth Ferraz Ottoni (OAB 787A/AM)
Mariana de Jesus Rodrigues Ramos (OAB 9702/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Silvana Lima de Oliveira (OAB 8778/AM)
Thiago Almeida Rebello (OAB 12327/AM)
Victória Guimarães de Melo Cardoso (OAB 14813/AM)
Wanise de Oliveira Bastos (OAB 1166/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUIZ(A) DE DIREITO ÁLDRIN HENRIQUE DE CASTRO RODRIGUES

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CLARINDO JOSÉ LÚCIO GOMES JUNIOR

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0374/2019

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ADRIANE ORTIZ GRANJA DE SOUZA (OAB 5129/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0608780-25.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Bancários - REQUERENTE: Sizino Torceira da Costa - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE o pedido inicial para: a) DECLARAR a inexistência do contrato discutido nos autos; b) DETERMINAR a exclusão imediata do nome da parte autora no cadastro de inadimplentes e o cancelamento de protestos, se existentes, sob pena de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais), limitada a R$ 10.000,00 (dez mil reais); c) DETERMINAR a cessação imediata dos descontos em tela da conta do (a) autor (a), sob pena de exigência da mesma multa já citada no item b; d) CONDENAR a parte reclamada à restituição, em dobro, das quantias que foram descontadas da parte autora (quantia a ser liquidada), corrigidas monetariamente pelo índice INPC e acrescidas de juros de 1% ao mês, a partir da data de cada desconto, mais todas as parcelas que venceram no curso da ação, em igual forma de atualização; Não o condeno a Instituição Financeira, de outra sorte, à indenização por danos morais, pelas razões pontuadas no campo específico do pedido. RESOLVO O MÉRITO, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Declaro a extinção da demanda, segundo disposição do artigo 316, da Lei do Rito Civil. Condeno o Réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, estes fixados à base de 10 % (dez por cento) sobre o valor de condenação, de conformidade com o apregoado no artigo 85, § 2º, incisos I a IV da Lei do Rito Civil, tendo-se em vista o zelo do advogado; o trabalho desempenhado; a natureza e importância da causa, assim como o lugar em que prestado o serviço. Publique-se. Registrado eletronicamente. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM) - Processo 0609791-94.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Maria Celina Carvalho do Carmo - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º, do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD,

conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0610784-74.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Imagem Comércio, Importação e Exportação Ltda. - Alessandra Malheiros de Souza Gomes - Newton Cardoso Gomes - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0612763-08.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Andreza Cavalcante de Oliveira Mar - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º, do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM), ADV: ISAEL DE JESUS GONÇALVES AZEVEDO (OAB 3051/AM) - Processo 0621720-22.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Estácio Santos de Sá - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Banco Bradesco S/A - Forte em tais razões, JULGO PROCEDENTE EM PARTE o pedido inicial para: a) CONFIRMAR a decisão de fls. 41 a 44; b) DECLARAR a inexistência do contrato discutido nos autos; c) DETERMINAR a exclusão imediata do nome da parte autora no cadastro de inadimplentes e o cancelamento de protestos, se existentes, sob pena de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais), limitada a R$ 10.000,00 (dez mil reais); d) DETERMINAR a cessação imediata dos descontos em tela da conta do (a) autor (a), sob pena de exigência da mesma multa já citada no item c; e) CONDENAR a parte reclamada à restituição, em dobro, das quantias que foram descontadas da parte autora (quantia a ser liquidada), corrigidas monetariamente pelo índice INPC e acrescidas de juros de 1% ao mês, a partir da data de cada desconto, mais todas as parcelas que venceram no curso da ação, em igual forma de atualização; Deixo de condenar a Instituição Financeira, de outra sorte, à indenização por danos morais, pelas razões pontuadas no campo específico do pedido. RESOLVO O MÉRITO, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Declaro a extinção da demanda, segundo disposição do artigo 316, da Lei do Rito Civil. Condeno o Réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, estes fixados à base de 10 % (dez por cento) sobre o valor de condenação, de conformidade com o apregoado no artigo 85, § 2º, incisos I a IV da Lei do Rito Civil, tendo-se em vista o zelo do advogado; o trabalho desempenhado; a natureza e importância da causa, assim como o lugar em que prestado o serviço. Publique-se. Registrado eletronicamente. Intimem-se . Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0622856-64.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Amarildo do Espírito Santo Lopes da Silva - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º, do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: JOÃO EURICO BRASILEIRO DE SOUZA FARIA (OAB 8312/AM) - Processo 0625501-52.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Rosângela Silva Souza - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 01/10/2019, a partir das 14:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.5- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo.Dr Abrahim Bady Bacry Filho, CRM/AM-2823, CPF:309.750.002-25,na CLIF - Clínica de Fisioterapia, sito à Rua Stenio Neves, nº 64, Parque10 de Novembro, nesta cidade.

ADV: JOCIL DA SILVA MORAES FILHO (OAB 12010/AM) - Processo 0625797-74.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Davi Avelino da Silva - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 01/10/2019, a partir das 14:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.5- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo.Dr Abrahim Bady Bacry Filho, CRM/AM-2823, CPF:309.750.002-25,na CLIF - Clínica de Fisioterapia, sito à Rua Stenio Neves, nº 64, Parque10 de Novembro, nesta cidade.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0627086-76.2018.8.04.0001 - Monitória - Mútuo - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Saulo Araújo Doroteu - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0627173-95.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE:

Felipe Batista Ferreira - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 01/10/2019, a partir das 14:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.5- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo.Dr Abrahim Bady Bacry Filho, CRM/AM-2823, CPF:309.750.002-25,na CLIF - Clínica de Fisioterapia, sito à Rua Stenio Neves, nº 64, Parque10 de Novembro, nesta cidade.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0627881-48.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Jânio Omar Colares da Silva - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 27/09/2019, a partir das 08:30hs., no endereço abaixo indicado.4 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.5- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo.Dr. Flaviano Bivaqua de Araújo Junior, CRM/AM-4335, CPF:613.382.572-34,na ONCLOCIN, sito a Av. Castelo Branco , 1779, Cachoeirinha, nesta cidade.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0630689-26.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Maria Cristina Fonseca de Assis - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM) - Processo 0638336-09.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Rio Negro Comércio de Ferragens Ltda. - ME - Eloi Pedroso da Silva - Bárbara Pereira de Vasconcelos - Considerando a legitimidade das partes e em razão da transação atender e preservar os seus interesses, HOMOLOGO o acordo para que surta seus efeitos jurídicos e legais e declaro extinto o processo com resolução do mérito (art. 487, III, “b”, do CPC). Isento de custas na forma do § 3º, do art. 90, do CPC. Proceda-se à baixa.

ADV: ANTÔNIO VINÍCIUS RODRIGUES DE ALBUQUERQUE (OAB 9782/AM) - Processo 0641492-68.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Associação Amazonense do Ministério Público - REQUERIDO: Eletrobras Amazonas Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte autora para que recolha as custas de processamento da demanda, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0647392-66.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: José Ricardo Martins Ferreira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE o pedido inicial para: a) DECLARAR a inexistência do contrato discutido nos autos; b) DETERMINAR a exclusão imediata do nome da parte autora no cadastro de inadimplentes e o cancelamento de protestos, se existentes, sob pena de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais), limitada a R$ 10.000,00 (dez mil reais); c) DETERMINAR a cessação imediata dos descontos em tela da conta do (a) autor (a), sob pena de exigência da mesma multa já citada no item b; d) CONDENAR a parte reclamada à restituição, em dobro, das quantias que foram descontadas da parte autora (quantia a ser liquidada), corrigidas monetariamente pelo índice INPC e acrescidas de juros de 1% ao mês, a partir da data de cada desconto, mais todas as parcelas que venceram no curso da ação, em igual forma de atualização; Não o condeno a Instituição Financeira, de outra sorte, à indenização por danos morais, pelas razões pontuadas no campo específico do pedido. RESOLVO O MÉRITO, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Declaro a extinção da demanda, segundo disposição do artigo 316, da Lei do Rito Civil. Condeno o Réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, estes fixados à base de 10 % (dez por cento) sobre o valor de condenação, de conformidade com o apregoado no artigo 85, § 2º, incisos I a IV da Lei do Rito Civil, tendo-se em vista o zelo do advogado; o trabalho desempenhado; a natureza e importância da causa, assim como o lugar em que prestado o serviço. Publique-se. Registrado eletronicamente. Intimem-se . Cumpra-se.

ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM), ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0706218-95.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: J. L. Comércio de Polpas Ltda. - Josiane do Nascimento Sousa - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

Adriane Ortiz Granja de Souza (OAB 5129/AM)
Antônio Vinícius Rodrigues de Albuquerque (OAB 9782/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Cíntia Rossette de Souza (OAB 4605/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isael de Jesus Gonçalves Azevedo (OAB 3051/AM)
João Eurico Brasileiro de Souza Faria (OAB 8312/AM)
Jocil da Silva Moraes Filho (OAB 12010/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Lúcia Cristina Pinho Rosas (OAB 5109/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)

Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0357/2019

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0210311-61.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: DEBORAH SABBÁ GALVÃO (OAB 3048/AM), ADV: ROBERTA SOUZA SILVA (OAB 11429/AM), ADV: TATIANA ROCHA DE MENEZES E ROCHA (OAB 3663/AM) - Processo 0210678-56.2010.8.04.0001 (001.10.210678-0) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: I. B. Sabbá S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0214909-58.2012.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ALEXANDRE MAGNO ARANHA RODRIGUES (OAB 6821/AM), ADV: NATASJA DESCHOOLMEESTER (OAB 2140/AM) - Processo 0223713-05.2018.8.04.0001 (processo principal 0603559-66.2016.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Repetição de indébito - REQUERENTE: Fátima dos Anjos Aranha - REQUERIDO: Associação Adventista Norte Brasileira de Prevenção e Assistência à Saúde - Em consulta aos autos principais (0223713-05.2018.8.04.0001 - Ação de Repetição de Indébito cumulada com Indenização por Danos Morais), observa-se que se encontra em tramitação Recurso Especial. Intimem-se as partes, por advogados habilitados no feito, para que no prazo de cinco dias (art. 485, III e § 1º, do NCPC c/c art. 317, NCPC) informem e demonstrem acerca do efeito em que foi recebido o Recurso Especial em comento. Após, voltem-me os autos para análise deste Cumprimento Provisório de Sentença. Cumpra-se.

ADV: ANNIE MARA ARRUDA DE SÁ E BRITO (OAB 6286/AM), ADV: ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB 6161/AM), ADV: GISELLE CORDEIRO SAMPAIO (OAB 8091/AM), ADV: ARIOSMAR NERIS (OAB 232751/SP), ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB 700A/AM), ADV: DANIEL NUNES ROMERO (OAB 168016/SP) - Processo 0239079-02.2009.8.04.0001 (001.09.239079-0) - Execução de Título Extrajudicial - Posse - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A - Homologo a desistência do feito para fins do artigo 200, parágrafo único do Código de Processo Civil. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Custas pagas. Proceda-se à baixa.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0248001-61.2011.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ante o exposto, acolho os presentes embargos declaratórios opostos, suprindo a omissão apontada incluindo no dispositivo da sentença a seguinte redação: “Os valores devidos deverão ser corrigidos nos moldes estabelecidos na Portaria n.º 1.855/2016-PTJ.”. P.R.I.C.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM), ADV: RAIMUNDO AMORIM DE ALMEIDA (OAB 10055/AM) - Processo 0600575-07.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0644810-93.2018.8.04.0001) - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Raimundo Pereira de Almeida - EMBARGADA: Idalina da Silva Reis - R. H. Intimem-se as partes para especificarem provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, sob pena de indeferimento, no prazo de lei. No tocante às questões de fato controvertidas, deixo para apreciá-las quando do proferimento da decisão de mérito. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB 1109A/AM), ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0605886-81.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0606201-80.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Reitero o ato ordinatório de fl.128. Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls.121/123, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: JOÃO PAULO BEZERRA DE FREITAS (OAB 12201/AM), ADV: THAYENNE LORAN GOUVÊA DE MENDONÇA (OAB 11731/AM) - Processo 0610635-73.2018.8.04.0001 - Embargos à Execução - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - EMBARGANTE: S. C. P. Andrade Mousse - EMBARGADO: Administradora de Imóveis Batará Ltda. - EPP - R. H. Intimem-se as partes para especificarem provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, sob pena de indeferimento, no prazo de lei. No tocante às questões de fato controvertidas, deixo para apreciá-las quando do proferimento da decisão de mérito. Cumpra-se.

ADV: LÁZARO JOSÉ GOMES JÚNIOR (OAB 8125/MS), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0611616-68.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Bartolomeu Aparecido de Albuquerque - REQUERIDO: Crefisa S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de

15 (quinze) dias.

ADV: GABRIELA BARRETO LIMA DE CARVALHO (OAB 10244/AM), ADV: GUSTAVO CLEMENTE VILELA (OAB 220907/SP) - Processo 0613485-66.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0625431-69.2018.8.04.0001) - Embargos à Execução - Extinção da Execução - EMBARGANTE: Realty XXVII Empreendimentos Imobiliários Ltda. - EMBARGADO: Platinum Construções Ltda. - R. H. Intime-se a parte Requerente para se manifestar acerca do teor dos embargos à execução e documentos apensados nos presentes autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: RODRIGO GAGO FREITAS VALE BARBOSA (OAB 165046/SP) - Processo 0615116-45.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0619223-69.2018.8.04.0001) - Embargos à Execução - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - EMBARGANTE: Maria Vilani Fernandes dos Santos - EMBARGADO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - A concessão da justiça gratuita não pode ser deferida por mera deliberação diante das afirmações do beneficiário, devendo ser considerado ainda a comprovação do estado de pobreza. Diante do exposto, e de conformidade com o artigo 5º, LXXIV da Constituição Federal, comprove o requerente a condição de beneficiário da justiça gratuita, juntando aos autos declaração de hipossuficiência, ou efetue o pagamento das custas processuais. Concedo o prazo de 15 (quinze) dias úteis para a emenda da exordial, sob pena de indeferimento, a teor do disposto no parágrafo único, do artigo 321, do CPC/15. Ressalto que o transcurso do prazo sem qualquer manifestação da parte Autora acerca da emenda da justiça gratuita ocasionará a condenação em custas processuais, a qual, homologada por sentença, gerará título executivo passível de cobrança judicial e extrajudicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0615322-59.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Alcenir da Silva Tananta - REQUERIDO: Philips do Brasil Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0615711-44.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada no sistema conveniado (SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0618930-41.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados (Renajud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CÁRITA DOS ANJOS NASCIMENTO (OAB 8082/AM) - Processo 0620467-96.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Correção Monetária - REQUERENTE: Toka da Karol Materiais de Construção Ltda. - Certifico, para os devidos fins de direito, que REDESIGNEI a AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 22/10/2019 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 17 de setembro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0621877-34.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - EXECUTADA: Elisângela da Silva Souza - Josias Rodrigues Ribeiro - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0621913-76.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados (Renajud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: WALLISON DANIEL DIAS OLIVEIRA (OAB 8932/AM), ADV: LUIZ FELIPE VILHENA RODRIGUES (OAB 10418/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0622088-65.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Rosa Maria Oliveira da Silva - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP), ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP) - Processo 0622496-90.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Desta feita, concedo o prazo de 10 (dez) dias para que a parte Autora promova a citação da parte requerida, sob pena de extinção, nos moldes disciplinados no art. 485, IV, do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ IVAN BENAION CARDOSO (OAB 1657/AM) - Processo 0622553-40.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0640126-96.2016.8.04.0001) - Embargos à Execução - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - EMBARGANTE: Darcley Matos Marques - R. H. Intime-se a parte Requerente para se manifestar acerca do teor dos embargos à execução e documentos apensados nos presentes autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: LEVI PALMA (OAB 29224/PR) - Processo 0623337-17.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - REQUERENTE: Confecções Mafessoni Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a

parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ADRIANA MONTEIRO DE CASTRO MARTINS (OAB 86928/RJ), ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0624316-76.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0251127-22.2011.8.04.0001) - Embargos à Execução - Pagamento - EMBARGANTE: Cecília Maria Félix Pessoa e outros - EMBARGADO: Banco Bradesco S/A - "R. H. Intimem-se as partes para especificarem provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, sob pena de indeferimento, no prazo de lei. No tocante às questões de fato controvertidas, deixo para apreciá-las quando do proferimento da decisão de mérito. Cumpra-se. Manaus, 12 de setembro de 2019. Abraham Peixoto Campos Filho Juiz

ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 149225/SP), ADV: EDNEY MARTINS GUILHERME (OAB 177167/SP) - Processo 0625122-19.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Desta feita, concedo o prazo de 10 (dez) dias para que a parte Autora promova a citação da parte requerida, sob pena de extinção, nos moldes disciplinados no art. 485, IV, do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM), ADV: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO (OAB 7675-A/TO), ADV: IGOR BRANDÃO BARBOSA (OAB 6598/AM), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM) - Processo 0625141-30.2013.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Overbooking - REQUERENTE: Jhulie Rolim Silva e outro - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - Homologo por sentença o acordo firmado às fls. 61-92, para que produza os jurídicos e legais efeitos. A transação tem efeito de sentença, razão pelo qual julgo extinto o processo, com julgamento do mérito, na forma do art. 487, III, "b" do NCPC, já ajustado entre as partes as custas, despesas processuais e honorários advocatícios. Caso haja depósito judicial referente ao presente feito, remetam-se os autos ao Gestor da Conta Única para informar a existência dos respectivos valores. Custas pagas. Após, o trânsito em julgado, expeça-se o competente alvará, para levantamento dos valores depositado em juízo. Dê-se baixa e arquive-se o feito com as cautelas de praxe. P.R.I.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM) - Processo 0625642-08.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados (Renajud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0625950-44.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados (Renajud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MAURÍLIO SÉRGIO FERREIRA DA COSTA FILHO (OAB 9967/AM) - Processo 0626568-52.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ineildo Pereira Vieira - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Conciliação - CEJUSC - Cível, designada para o dia 03/03/2020 às 11:00h, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania no 4º Andar /Setor 01 do Fórum de Justiça Henoch Reis - Telefone: (92) 3303-5246.

ADV: MARIA DO SOCORRO GAMA DA SILVA (OAB 5365/AM), ADV: FABIO LUIZ AMARAL FARIAS (OAB 16713/PA) - Processo 0628902-93.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0615690-39.2017.8.04.0001) - Embargos à Execução - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - EMBARGANTE: Consutec Consultoria & Tecnologia Ltda. - EMBARGADO: Geo Strauss Engenharia de Fundações da Amazônia Ltda. - Compulsando os autos verifico que a parte Embargante não procedeu ao preparo da demanda, motivo pelo qual determino o cancelamento da distribuição, com fulcro no art. 290 do CPC e, por conseguinte, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC. Transitada em julgado a presente decisão, após, encerrem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I.C.

ADV: ELSON RODRIGUES DE ANDRADE FILHO (OAB 5753/AM) - Processo 0631113-68.2019.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Maria Eunice Silva de Abreu - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Conciliação - CEJUSC - Cível, designada para o dia 03/03/2020 às 10:30h, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania no 4º Andar /Setor 01 do Fórum de Justiça Henoch Reis - Telefone: (92) 3303-5246.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0633127-93.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0636583-80.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - EXECUTADA: Ana de Souza Lima Fernandes - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: STEFANY BIANCA NASCIMENTO TAVARES (OAB 9341/AM) - Processo 0636684-54.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Helena Maria Queiroz Cabral - ME - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, complemente as custas da(s) diligência(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0636897-94.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - EXECUTADA: Elsa Nunes da Silva - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria

Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM) - Processo 0638567-07.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0640819-12.2018.8.04.0001 - Monitória - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Desta feita, concedo o prazo de 10 (dez) dias para que a parte Autora promova a citação da parte requerida, sob pena de extinção, nos moldes disciplinados no art. 485, IV, do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0641568-34.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR Negativo juntado aos autos, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0641568-34.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP), ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP) - Processo 0641699-09.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Assiste razão ao Embargante. A sentença lançada contém omissão em relação ao ponto levantado por intermédio destes embargos. Assim, passo a corrigi-la, passando a parte dispositiva da sentença a contar com a seguinte redação: "Em observância ao princípio da celeridade processual e economia processual, reconsidero a decisão de extinção do feito, uma vez que apenas o petitório de apresentação de custas de diligência foi protocolado a destempo, porém o recolhimento ocorreu dentro do prazo legal. Neste sentido, chamo o processo à ordem para tornar sem efeito a sentença lançada às fls. 136/137. Expeça-se o mandado competente no endereço indicado às fls. 127." Pelo exposto, acolho os embargos para suprir a omissão nos termos acima explicitados. À Secretaria para as devidas providências. P.R.I.C.

ADV: FELIPE ANDRADE MONTEIRO (OAB 9954/AM), ADV: LUÍS FELIPE AVELINO MEDINA (OAB 6100/AM), ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM) - Processo 0642902-06.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Bruno Rebello Guerreiro - Compulsando os autos, constato que a sentença de fls. 80/81 não foi publicado, haja vista inconsistência na certidão de fls. 82, razão pela qual intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que tome(m) ciência de seu conteúdo, cujo teor segue abaixo: "Não concordando a parte com a decisão emanada por este Juízo, deve-se utilizar o recurso adequado, tendo em vista a ausência dos requisitos imprescindíveis aos aclaratórios. A observância da técnica e da legislação processual evitaria inúmeros instrumentos que assoberbam e afogam o Judiciário, expedientes que subtraem do julgador e da sociedade tempo e atividade que deveriam estar sendo destinados à solução dos conflitos de ordem material, solução do cerne dos conflitos. Na espécie seria o caso de adentrar na seara da sanção por embargos protelatórios. Porém, parece-me que tudo se resume, prima facie, ao ardor dos advogados, razão pela qual, nesse momento não analiso o cabimento da sanção. Ressalvando, porém, a observância do §2º, do art. 1026, do CPC, em caso de reiteração. Assim, não resta outro entendimento, a não ser rejeitar os Embargos de Declaração interpostos pela embargante, mantendo, destarte, a mesma hígida nos moldes tal como está lançada, por seus jurídicos e legais fundamentos. P.R.I.C.Colar o teor da decisão/despacho" Manaus, 17 de setembro de 2019.

ADV: CLÁUDIO ELIAS DOS SANTOS (OAB 4036/AM), ADV: KARLA FREIXO BRAGA (OAB 3775/AM), ADV: HILEANO PEREIRA PRAIA (OAB 3834/AM) - Processo 0643439-94.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0641051-58.2017.8.04.0001) - Embargos à Execução - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Condomínio Civil do Shopping Ponta Negra - EXECUTADO: Espaco Verde Turismo Ltda - R. H. Intimem-se as partes para especificarem provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, sob pena de indeferimento, no prazo de lei. No tocante às questões de fato controvertidas, deixo para apreciá-las quando do proferimento da decisão de mérito. Cumpra-se.

ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 7629/SC) - Processo 0643461-60.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte autora para que recolha as custas complementares, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: ÉRICO VIDAL ROTONDANO (OAB 10709/AM), ADV: FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (OAB 109730/MG), ADV: CAMILA CEOLIN LIMA (OAB 152308/MG) - Processo 0646840-04.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Evandro Oliveira da Silva - REQUERIDO: Localiza Fleet S/A e outro - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0649521-10.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Antonio Marcos

de Albuquerque Silva - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Conciliação - CEJUSC - Cível, designada para o dia 03/03/2020 às 11:30h, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania no 4º Andar /Setor 01 do Fórum de Justiça Henoch Reis - Telefone: (92) 3303-5246.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM) - Processo 0655145-74.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Ivânia Regina de Souza Rebouças - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: VICTOR DA SILVA TRINDADE (OAB 2991/AM), ADV: DANIEL SANTOS DE ANDRADE (OAB 6733/AM), ADV: WELLINGTON DE AMORIM ALVES (OAB 2993/AM), ADV: ARNOLDO BENTES COIMBRA (OAB 345/AM) - Processo 0709188-68.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Aurismar Peixoto - REQUERIDO: HABITEC - Habitação, Empreendimentos e Construção Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) exequente(s) para que se manifeste(m) acerca da impugnação de fls. retro, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0718868-77.2012.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se a parte Autora, por advogado habilitado no feito, para que no prazo de cinco dias (art. 485, III e § 1º, do NCPC c/c art. 317, NCPC) manifeste interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que lhe parecer de direito, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito. Cumpra-se.

Adriana Monteiro de Castro Martins (OAB 86928/RJ)
Alexandre Magno Aranha Rodrigues (OAB 6821/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 831A/AM)
ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Andréa Cristina da Costa Le Sueur (OAB 6161/AM)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
Annie Mara Arruda de Sá e Brito (OAB 6286/AM)
Ariosmar Neris (OAB 232751/SP)
Arnoldo Bentes Coimbra (OAB 345/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
CAMILA CEOLIN LIMA (OAB 152308/MG)
Cárita dos Anjos Nascimento (OAB 8082/AM)
Carlos Alberto Rodrigues de Souza (OAB 6164/AM)
Cíntia Rossette de Souza (OAB 4605/AM)
Cláudio Elias dos Santos (OAB 4036/AM)
Daniel Nunes Romero (OAB 168016/SP)
Daniel Santos de Andrade (OAB 6733/AM)
Deborah Sabbá Galvão (OAB 3048/AM)
Edney Martins Guilherme (OAB 177167/SP)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Elson Rodrigues de Andrade Filho (OAB 5753/AM)
Érico Vidal Rotondano (OAB 10709/AM)
Fábio Carvalho de Arruda (OAB 8076/AM)
Fabio Luiz Amaral Farias (OAB 16713/PA)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Felipe Andrade Monteiro (OAB 9954/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB 109730/MG)
Gabriela Barreto Lima de Carvalho (OAB 10244/AM)
Giselle Cordeiro Sampaio (OAB 8091/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Antonio Feres Paixao (OAB 7675-A/TO)
Gustavo Clemente Vilela (OAB 220907/SP)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Hileano Pereira Praia (OAB 3834/AM)
Hudson José Ribeiro (OAB 150060/SP)
Igor Brandão Barbosa (OAB 6598/AM)
Ingryd dos Santos Mousse (OAB 8304/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
João Paulo Bezerra de Freitas (OAB 12201/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB 1109A/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
José Ivan Benaion Cardoso (OAB 1657/AM)
Karla Freixo Braga (OAB 3775/AM)
Lázaro José Gomes Júnior (OAB 8125/MS)
Levi Palma (OAB 29224/PR)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Felipe Avelino Medina (OAB 6100/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Felipe Vilhena Rodrigues (OAB 10418/AM)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB 700A/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria do Socorro Gama da Silva (OAB 5365/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Maurílio Sérgio Ferreira da Costa Filho (OAB 9967/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Moisés Batista de Souza (OAB 149225/SP)
Moisés Batista de Souza (OAB 469A/AM)
Natasja Deschoolmeester (OAB 2140/AM)
Pasquali Parise e Gasparini Júnior (OAB 4752/SP)
Pedro de Araújo Ribeiro (OAB 6935/AM)
Raimundo Amorim de Almeida (OAB 10055/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Roberta Souza Silva (OAB 11429/AM)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Rodrigo Gago Freitas Vale Barbosa (OAB 165046/SP)
Sérgio Schulze (OAB 7629/SC)
Stefany Bianca Nascimento Tavares (OAB 9341/AM)
Tatiana Rocha de Menezes e Rocha (OAB 3663/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thayenne Loran Gouvêa de Mendonça (OAB 11731/AM)
Victor da Silva Trindade (OAB 2991/AM)
Wallison Daniel Dias Oliveira (OAB 8932/AM)
Wellington de Amorim Alves (OAB 2993/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUIZ(A) DE DIREITO ABRAHAM PEIXOTO CAMPOS FILHO

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CLARINDO JOSÉ LÚCIO GOMES JUNIOR

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0358/2019

ADV: JOÃO AUGUSTO CORDEIRO RAMOS (OAB 5754/AM), ADV: FELIPE DOS ANJOS THURY (OAB 4518/AM) - Processo 0204820-44.2010.8.04.0001 (001.10.204820-8) - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: AGROAM - Agrícola Amazonas Comercial Ltda. - REQUERIDO: Brio Química Comércio de Alimentos Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. .

ADV: JACÓ CARLOS SILVA COELHO (OAB 15155A/MS), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM), ADV:

PAULO DE TARSO PEGOLO (OAB 10789/MS), ADV: HENRIQUE LIMA (OAB 9979/MS), ADV: GUILHERME BRITO (OAB 9982/MS) - Processo 0242263-48.2018.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Seção Cível - REQUERENTE: Bruno Suhett Tayar - REQUERIDO: Bradesco Vida e Previdência S/A - Mapfre Vida S/A - PERITO: Helber Freitas Alagia - De ordem, intimo a parte requerida Mapfre Vida S/A para tomar conhecimento da decisão de fls. 160 e depositar sua cota-parte dos honorários periciais , no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ROMMEL JÚNIOR QUEIROZ RODRIGUES (OAB 8279/AM), ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 799A/AM) - Processo 0249604-62.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0623745-18.2013.8.04.0001) - Embargos à Execução - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EMBARGANTE: Luiz Otávio Bastos Bastos - EMBARGADO: Rego e Mendes Construções Ltda. - Compulsando os autos verifico que a parte Autora não procedeu ao preparo da demanda, motivo pelo qual determino o cancelamento da distribuição, com fulcro no art. 290, do CPC e, por conseguinte, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC. Transitada em julgado a presente decisão, após, encerrem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I.C.

ADV: PEDRO LUCAS LINDOSO (OAB 496A/AM), ADV: AUTA GAGLIARDI MADEIRA (OAB 5585/DF), ADV: NANCY MAGGIO (OAB 6460/AM) - Processo 0351813-61.2007.8.04.0001 (001.07.351813-2) - Procedimento Comum Cível - Nulidade / Anulação - REQUERENTE: Jonathas de Amorim Gagliardi Madeira - REQUERIDO: Raimundo José da Silva Fernandes - Metalúrgica Gênesis Ltda. - Nilo Silva de Souza - Maria da Conceição Marinho de Souza - PERITO: Hermann Sauders Fernandes - R. H. À secretaria para certificar acerca do decurso de prazo da publicação do edital de citação de fls. 144-145. Cumpra-se.

ADV: ELI MARQUES CAVALCANTE JÚNIOR (OAB 2881/AM), ADV: WALLESTEIN MONTEIRO DE SOUZA (OAB 4907/AM) - Processo 0602759-43.2013.8.04.0001 - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Playmídia Comunicação Ltda. - EMBARGADO: Eli Marques Cavalcante Júnior - Intime-se o autor para proceder ao recolhimento das custas da diligência ordenada em ato de fl. 134, observando-se o disposto na Portaria nº 116/2017 - PTJ, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento do feito. Cumpra-se.

ADV: EDGAR ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3995/AM), ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM) - Processo 0604503-97.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Rodrigo Santos Azevedo - REQUERIDO: HTS Serviços de Hotelaria e Turismo Ltda. - PERITO: Levi D'Araújo Nogueira - R. H. Considerando a informação de renúncia de mandato às fls. 299-300, determino que a parte requerida regularize sua representação processual, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art.76, I, do CPC. Cumpra-se.

ADV: VINÍCIUS MARTINS DUTRA (OAB 69677/RS) - Processo 0608483-57.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Mútuo - EXEQUENTE: Fundação Aplub de Crédito Educativo - FUNDAPLUB - EXECUTADO: Marco Aurélio de Carvalho Ferreguetti - Júlio Bernardo Ferreguetti Júnior - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: ROSINALVA GOMES BARROS (OAB 8183/AM), ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/AM), ADV: IGOR MACEDO FACÓ (OAB 16470/CE) - Processo 0612467-78.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Júlio Pontes de Souza - Hielra Oliveira Tenório - Beatriz Tenório de Souza - REQUERIDO: Hapvida Assistência Médica Ltda. - Considerando a legitimidade das partes e em razão da transação atender e preservar os seus interesses, HOMOLOGO o acordo para que surta seus efeitos jurídicos e legais e declaro extinto o processo com resolução do mérito (art. 487, III, "b", do CPC). Isento de custas na forma do § 3º, do art. 90, do CPC. Proceda-se à baixa.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0615403-08.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Jadir Frazão de Oliveira - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0615494-06.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: José Roberto Lima Saraiva - À Secretaria, para cumprir a decisão de fl. 148.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0615494-06.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: José Roberto Lima Saraiva - R. H. Chamo o processo à ordem, tornando sem efeito a decisão de folhas 148. Como requer às folhas 146, expeça-se o competente mandado de citação para o endereço indicado às folhas 139. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO SILVA DO VALLE (OAB 9148/AM) - Processo 0616210-28.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: J. B. da Silva & Cia. Ltda. - REQUERIDO: Danny Coutinho de Figueiredo - ME - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM), ADV: ROSILDA DE CARVALHO (OAB 5354/AM) - Processo 0617054-80.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDA: Keilly Grethen Pereira dos Santos - DEPOSFIEL: Maurício Martins de Lima - Diante do exposto, julgo PROCEDENTE a presente ação de BUSCA E APREENSÃO, para consolidar a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem descrito na inicial, autorizando a venda extrajudicial do mesmo. Resolvido o mérito, nos termos do artigo 487, I, do CPC. Condeno a parte Requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes no valor de R$ 1.000,00 (Mil reais), verba que arbitro com fundamento no art. 85, § 8º, do CPC. Porém suspendo a exigibilidade de tais despesas em razão da gratuidade concedida ao requerido. Autorizo a baixa da restrição no cadastro do veículo perante ao Detran-AM, bem como a expedição de ofício ao SERASA e SPC, para retirada de eventual registro em nome da parte Requerida, decorrente da distribuição desta ação. Não havendo interposição de recurso, certifique-se o trânsito em julgado, após baixe-se e arquive-se o feito, observadas as formalidades legais. P.R.I.C.

ADV: DIAS DOS SANTOS ADVOGADOS (OAB 311/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: FERNANDO CÉSAR LIMA FERREIRA DE OLIVEIRA (OAB 843A/AM), ADV: ALYNE COELHO OLIVEIRA (OAB 844A/

AM) - Processo 0618502-88.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Priscila Freire Rodrigues - LITSPASSIV: Citero Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Aretusa Empreendimentos Imobiliários Ltda. - REQUERIDO: Capital Rossi Empreendimentos S/A - Ante exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para declarar rescindido o contrato objeto da lide. Condeno as requeridas solidariamente, ao ressarcimento do valor de R$ 55.686,41 (cinquenta e cinco mil seiscentos e oitenta e seis reais e quarenta e um centavos). Juros e correção monetária, nos termos da portaria n.° 1855/2016 do TJAM. Por fim, condeno as demandadas ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que arbitro em 20 % (vinte por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do art. 85, § 2°, do CPC. Dou por resolvido o mérito da demanda, nos termos do artigo 487, inciso I, do CPC. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquive-se com as cautelas de praxe. P.R.I.C.

ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE), ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0621704-10.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - REQUERIDO: Francimar da Conceição - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CLÁUDIA SULZBACH PORTELLA DE MACÊDO (OAB 9886/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM) - Processo 0623150-09.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0608780-59.2018.8.04.0001) - Embargos à Execução - Penhora / Depósito/ Avaliação - EMBARGANTE: Patri Dezoito Empreendimentos Imobiliários Ltda. - EMBARGADO: Condomínio Smille Village Cidade Nova - Instadas a promoverem o andamento do feito, as partes Requerente e Requerida fizeram alusão a acordo firmado nos autos principais (0608780-59.2018.8.04.0001), deixando patente o seu desinteresse no prosseguimento dos presentes embargos à execução. Em razão do exposto, determino a extinção e arquivamento deste processo, com fulcro no art. 485, III, do Novo CPC. Ofícios ao Serasa e Detran/Am, se necessário. Se o veículo foi bloqueado via RENAJUD, desde logo, determino o seu desbloqueio via sistema informatizado. Custas na forma do acordo homologado nos autos principais. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquive-se o feito com as cautelas de praxe. P.R.I.C.

ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: LÚCIO DE REZENDE NETO (OAB 512A/AM), ADV: ANTÔNIO JOSÉ OLIVA VELOSO (OAB 6339/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: ELAISE MOSS PORTELA (OAB 7689/AM) - Processo 0627367-03.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: PRONTOCORD - Pronto Socorro Cárdio Respiratório e Hospital do Coração S/S Ltda. - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - R. H. A parte vencida, apesar de intimada, não realizou voluntariamente o pagamento fixado em sentença, assim, aplico a multa de 10% e condeno ao pagamento de honorários advocatícios no percentual de 10% (dez por cento) do valor do débito, nos termos do artigo 523, do CPC. Defiro o bloqueio via Sistema BACENJUD no valor postulado às fls. 577, em consonância com a planilha de fls. 582, em face apenas da UNIMED Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda, que é a única demandada nesta ação. Determino a expedição de ofícios aos tomadores de serviços e as empresas indicadas às fls. 556/560 e 586, para informarem a existência de créditos a serem pagos a parte requerida. Ordeno, ainda, que seja oficiada a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Manaus - SICOOB UNIAM para informar se há relação jurídica com a parte requerida. Por fim, intime-se a parte requerida para indicar bens móveis ou imóveis, direitos creditícios e faturamento mensal, no prazo de 10 (dez) dias. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MANUELA MOURA DA FONTE (OAB 20357/PE), ADV: FRANCISCO DE ASSIS LELIS DE MOURA JÚNIOR (OAB 20.289/PE) - Processo 0628024-13.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERENTE: Yasuda Seguros S/A - REQUERIDO: Manoel Moreira da Costa - R. H. Intimem-se o exequente, por seu advogado habilitado no feito, para no prazo de cinco dias, requerer o que lhes parecer de direito, sob pena de extinção do processo. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0628094-54.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Kassandra Costa Silva da Silva - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 30/09/2019, a partir das 08:30 hs., no endereço abaixo indicado.4 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.5- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo.Dr. Flaviano Bivaqua de Araújo Junior, CRM/AM-4335, CPF:613.382.572-34,na ONCLOCIN, sito a Av. Castelo Branco, 1779, Cachoeirinha, nesta cidade.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0632532-26.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Zilma Serrão dos Santos - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 30/09/2019, a partir das 08:30hs., no endereço abaixo indicado.4 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.5- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo.Dr. Flaviano Bivaqua de Araújo Junior, CRM/AM-4335, CPF:613.382.572-34,na ONCLOCIN, sito a Av. Castelo Branco, 1779, Cachoeirinha, nesta cidade.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0633645-83.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Raquel Modas Ltda. - AVALISTA: Mahmoud Hashem Ahmad Mohammed Yacub - Marwa Mrayed - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: INÁCIA MARIA CALDAS TRINDADE PUGA FERREIRA (OAB 6656/AM), ADV: RAPHAEL QUINTILIANO PAZUELLO (OAB 8881/AM) - Processo 0635169-52.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: João Marques Ribeiro Filho - EXECUTADO: Edilbert Salomão Brito Filho - Em conformidade com o art. 1º, XXVI, da Portaria Conjunta nº

001/2017-PTJ, intimo a parte excepta para manifestar-se sobre exceção de pré-executividade, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0637123-31.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Alexandra da Silva Oliveira - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 01/10/2019, a partir das 14:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.5- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo.Dr Abrahim Bady Bacry Filho, CRM/AM-2823, CPF:309.750.002-25, na CLIF - Clínica de Fisioterapia, sito à Rua Stenio Neves, nº 64, Parque10 de Novembro, nesta cidade.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0639441-84.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDO: Antônio Marcos de Souza Gato - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte autora para que recolha as custas de processamento da demanda, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: RODRIGO GAGO FREITAS VALE BARBOSA (OAB 165046/SP) - Processo 0642435-56.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - EXECUTADA: Karina Yurica Suguiyama Oka - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: NELSON ADSON ALMEIDA DO AMARAL (OAB 7203/PA) - Processo 0644371-48.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Euro Comércio de Peças e Lubrificantes Ltda. - REQUERIDO: Integração Transportes Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte autora para que recolha as custas de processamento da demanda, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: ELSON RODRIGUES DE ANDRADE FILHO (OAB 5753/AM) - Processo 0644833-05.2019.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Antônio da Silva Lima - REQUERIDO: Manoel da Rocha Cunha - R. H. Defiro a gratuidade judiciária. Compulsando os autos, verifica-se que a parte Requerente deixou de colacionar o laudo de reconstituição do acidente de trânsito, ao fito de que se possa aferir a dinâmica do acidente descrito nos autos. Assim, concedo o prazo de 15 (quinze) dias, para que a parte Autora complete a inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP), ADV: ARIOSMAR NERIS (OAB 232751/SP), ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP) - Processo 0646164-56.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDO: Silas dos Santos Antony - Diante do exposto, julgo PROCEDENTE a presente ação de BUSCA E APREENSÃO, para consolidar a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem descrito na inicial, autorizando a venda extrajudicial do mesmo. Resolvido o mérito, nos termos do artigo 487, I, do CPC. Condeno a parte Requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes no valor de R$ 1.000,00 (Mil reais), verba que arbitro com fundamento no art. 85, § 8º, do CPC. Autorizo a baixa/desbloqueio da restrição no cadastro do veículo perante ao Detran-AM e/ou via sistema RENAJUD, bem como a expedição de ofício ao SERASA e SPC, para retirada de eventual registro em nome da parte Requerida, decorrente da distribuição desta ação. Não havendo interposição de recurso, certifique-se o trânsito em julgado, após baixe-se e arquive-se o feito, observadas as formalidades legais. P.R.I.C.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0649852-89.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Flaviana da Silva Rodrigues - Tendo a inicial preenchido os requisitos do artigo 700, do CPC/2015 e, estando a mesma devidamente instruída com documentação comprobatória do débito, com base em prova escrita, sem eficácia de título, defiro a monitória. Determino a expedição de carta de citação para pagamento da quantia em dinheiro, apontada na inicial (art. 700, I), no prazo máximo e improrrogável de 15 (quinze) dias, incluído o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído a causa, conforme Caput do artigo 701, CPC/2015. Intime-se o autor para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o pagamento das custas de emissão do AR, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Provimento nº 273-CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV e VI, do CPC/2015. Advirto desde já que, caso não seja realizado o pagamento ou não opostos embargos, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, nos termos do disposto no §2º, do artigo 701, CPC/2015. Anote-se, de igual forma, que se ocorrer o pagamento também no mesmo prazo o réu ficará isento de custas processuais, em consonância com o disposto no parágrafo 1o, do artigo 701, também do CPC/2015. Caso sejam apresentados embargos à monitória, suspenda-se a eficácia da decisão referida no Caput do art. 701, do CPC/15 até o julgamento em primeiro grau. Ato contínuo ao recebimento dos embargos, intime-se o autor da monitória para que responda aos embargos em até 15 (quinze) dias, nos termos do art. 702, §5º, do CPC/15. Cumpre ressaltar que o devedor poderá, mediante a comprovação de depósito de 30% (trinta por cento) do valor cobrado, acrescido de custas e honorários de advogado de 5% (cinco por cento), requerer o restante do pagamento em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos dos artigos 701, §5º, c/c 916, CPC/2015. Caso a carta expedida retorne negativa, consulte-se o(s) sistema(s) eletrônico(s) INFOJUD, SIEL, BACENJUD e/ou RENAJUD, a fim de localizar o atual endereço da parte ré, após o pagamento, no prazo de 05 (cinco) dias, dos emolumentos pertinentes a cada pesquisa solicitada, nos termos da Portaria nº 116/2017, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 485, IV e VI, do CPC. Constatado um único endereço e diverso do que já fora efetuada a diligência, expeça-se imediatamente nova carta de citação, caso contrário, intime-se o autor para manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre as referidas consultas, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 485, IV e VI, do CPC. No caso de ser solicitado a expedição de mandado de pagamento, defiro-a desde logo, devendo a parte comprovar, no prazo de 15 (quinze) dias, o recolhimento das custas das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Portaria n° 116/2017-PTJ, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 485, IV e VI, do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JONILSON MAIA PEREIRA (OAB 7871/AM) - Processo 0650101-40.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Márcio Pantoja Pinto - REQUERIDO: Oi Móvel S/A - R. H. A concessão da justiça gratuita não pode ser deferida por mera deliberação

diante das afirmações do beneficiário, devendo ser considerado ainda a comprovação do estado de pobreza. Diante do exposto, e de conformidade com o artigo 5º, LXXIV, da Constituição Federal, comprove o requerente a condição de beneficiário da justiça gratuita, juntado aos autos documentos de sua condição de hipossuficiência ou efetue o pagamento das custas processuais. Concedo o prazo de 15 (quinze) dias úteis, para a emenda da exordial, sob pena de indeferimento, a teor do disposto no parágrafo único, do artigo 321, do CPC/15. Ressalto que o transcurso do prazo sem qualquer manifestação da parte Autora acerca da emenda da justiça gratuita ocasionará a condenação em custas processuais, a qual, homologada por sentença, gerará título executivo passível de cobrança judicial e extrajudicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0650173-27.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Áurea Lúcia Ramos dos Santos - Tendo a inicial preenchido os requisitos do artigo 700, do CPC/2015 e, estando a mesma devidamente instruída com documentação comprobatória do débito, com base em prova escrita, sem eficácia de título, defiro a monitória. Determino a expedição de carta de citação para pagamento da quantia em dinheiro, apontada na inicial (art. 700, I), no prazo máximo e improrrogável de 15 (quinze) dias, incluído o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído a causa, conforme Caput do artigo 701, CPC/2015. Intime-se o autor para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o pagamento das custas de emissão do AR, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Provimento nº 273-CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV e VI, do CPC/2015. Advirto desde já que, caso não seja realizado o pagamento ou não opostos embargos, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, nos termos do disposto no §2º, do artigo 701, CPC/2015. Anote-se, de igual forma, que se ocorrer o pagamento também no mesmo prazo o réu ficará isento de custas processuais, em consonância com o disposto no parágrafo 1o, do artigo 701, também do CPC/2015. Caso sejam apresentados embargos à monitória, suspenda-se a eficácia da decisão referida no Caput do art. 701, do CPC/15 até o julgamento em primeiro grau. Ato contínuo ao recebimento dos embargos, intime-se o autor da monitória para que responda aos embargos em até 15 (quinze) dias, nos termos do art. 702, §5º, do CPC/15. Cumpre ressaltar que o devedor poderá, mediante a comprovação de depósito de 30% (trinta por cento) do valor cobrado, acrescido de custas e honorários de advogado de 5% (cinco por cento), requerer o restante do pagamento em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos dos artigos 701, §5º, c/c 916, CPC/2015. Caso a carta expedida retorne negativa, consulte-se o(s) sistema(s) eletrônico(s) INFOJUD, SIEL, BACENJUD e/ou RENAJUD, a fim de localizar o atual endereço da parte ré, após o pagamento, no prazo de 05 (cinco) dias, dos emolumentos pertinentes a cada pesquisa solicitada, nos termos da Portaria nº 116/2017, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 485, IV e VI, do CPC. Constatado um único endereço e diverso do que já fora efetuada a diligência, expeça-se imediatamente nova carta de citação, caso contrário, intime-se o autor para manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre as referidas consultas, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 485, IV e VI, do CPC. No caso de ser solicitado a expedição de mandado de pagamento, defiro-a desde logo, devendo a parte comprovar, no prazo de 15 (quinze) dias, o recolhimento das custas das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Portaria n° 116/2017-PTJ, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 485, IV e VI, do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM) - Processo 0650196-70.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Marcos G. da Silva Marques - Tendo a inicial preenchido os requisitos do artigo 700, do CPC/2015 e, estando a mesma devidamente instruída com documentação comprobatória do débito, com base em prova escrita, sem eficácia de título, defiro a monitória. Determino a expedição de carta de citação para pagamento da quantia em dinheiro, apontada na inicial (art. 700, I), no prazo máximo e improrrogável de 15 (quinze) dias, incluído o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído a causa, conforme Caput do artigo 701, CPC/2015. Intime-se o autor para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o pagamento das custas de emissão do AR, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Provimento nº 273-CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV e VI, do CPC/2015. Advirto desde já que, caso não seja realizado o pagamento ou não opostos embargos, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, nos termos do disposto no §2º, do artigo 701, CPC/2015. Anote-se, de igual forma, que se ocorrer o pagamento também no mesmo prazo o réu ficará isento de custas processuais, em consonância com o disposto no parágrafo 1o, do artigo 701, também do CPC/2015. Caso sejam apresentados embargos à monitória, suspenda-se a eficácia da decisão referida no Caput do art. 701, do CPC/15 até o julgamento em primeiro grau. Ato contínuo ao recebimento dos embargos, intime-se o autor da monitória para que responda aos embargos em até 15 (quinze) dias, nos termos do art. 702, §5º, do CPC/15. Cumpre ressaltar que o devedor poderá, mediante a comprovação de depósito de 30% (trinta por cento) do valor cobrado, acrescido de custas e honorários de advogado de 5% (cinco por cento), requerer o restante do pagamento em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos dos artigos 701, §5º, c/c 916, CPC/2015. Caso a carta expedida retorne negativa, consulte-se o(s) sistema(s) eletrônico(s) INFOJUD, SIEL, BACENJUD e/ou RENAJUD, a fim de localizar o atual endereço da parte ré, após o pagamento, no prazo de 05 (cinco) dias, dos emolumentos pertinentes a cada pesquisa solicitada, nos termos da Portaria nº 116/2017, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 485, IV e VI, do CPC. Constatado um único endereço e diverso do que já fora efetuada a diligência, expeça-se imediatamente nova carta de citação, caso contrário, intime-se o autor para manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre as referidas consultas, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 485, IV e VI, do CPC. No caso de ser solicitado a expedição de mandado de pagamento, defiro-a desde logo, devendo a parte comprovar, no prazo de 15 (quinze) dias, o recolhimento das custas das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Portaria n° 116/2017-PTJ, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 485, IV e VI, do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0651988-93.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: S. B. Transportes e Empreendimento Ltda. - Sandoval Bezerra da Silva - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM) - Processo 0702244-50.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Distribuidora Quarella Brasil Ltda. - FIADOR: Adriano Quarella - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados (ERIDFT), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no

prazo de 5 (cinco) dias.

Alyne Coelho Oliveira (OAB 844A/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
Antônio José Oliva Veloso (OAB 6339/AM)
Ariosmar Neris (OAB 232751/SP)
Auta Gagliardi Madeira (OAB 5585/DF)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Cláudia Sulzbach Portella de Macêdo (OAB 9886/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Dias dos Santos Advogados (OAB 311/AM)
Edgar Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3995/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Elaise Moss Portela (OAB 7689/AM)
Eli Marques Cavalcante Júnior (OAB 2881/AM)
Eliete Santana Matos (OAB 10423/CE)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Eloi Pinto de Andrade & Filhos - Advogados (OAB 46/AM)
Elson Rodrigues de Andrade Filho (OAB 5753/AM)
Fabianne Ribeiro Halinski (OAB 7059/AM)
Felipe dos Anjos Thury (OAB 4518/AM)
Fernando César Lima Ferreira de Oliveira (OAB 843A/AM)
Francisco de Assis Lelis de Moura Júnior (OAB 20.289/PE)
Guilherme Brito (OAB 9982/MS)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Henrique Lima (OAB 9979/MS)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Hudson José Ribeiro (OAB 150060/SP)
Igor Macedo Facó (OAB 16470/CE)
Inácia Maria Caldas Trindade Puga Ferreira (OAB 6656/AM)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Jacó Carlos Silva Coelho (OAB 15155A/MS)
João Augusto Cordeiro Ramos (OAB 5754/AM)
Jonilson Maia Pereira (OAB 7871/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Lúcia Cristina Pinho Rosas (OAB 5109/AM)
Lúcio de Rezende Neto (OAB 512A/AM)
Manuela Moura da Fonte (OAB 20357/PE)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Nancy Maggio (OAB 6460/AM)
Nelson Adson Almeida do Amaral (OAB 7203/PA)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Pasquali Parise e Gasparini Júnior (OAB 4752/SP)
Paulo de Tarso Pegolo (OAB 10789/MS)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Pedro Lucas Lindoso (OAB 496A/AM)
Raphael Quintiliano Pazuello (OAB 8881/AM)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 799A/AM)
Rodrigo Gago Freitas Vale Barbosa (OAB 165046/SP)
Rodrigo Silva do Valle (OAB 9148/AM)
Rommel Júnior Queiroz Rodrigues (OAB 8279/AM)
Rosilda de Carvalho (OAB 5354/AM)
Rosinalva Gomes Barros (OAB 8183/AM)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)
Vinícius Martins Dutra (OAB 69677/RS)
Wallestein Monteiro de Souza (OAB 4907/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)

17ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 17ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0223/2019

ADV: JAMILA MARINHO CHEHAD BARBOSA (OAB 2950/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: FERNANDA CABRAL MARQUES (OAB 6755/AM) - Processo 0201511-44.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: E D M Comercio de Derivados de Petroleo Ltda - Proceda-se à nova tentativa de bloqueio via Bacenjud. Intime-se previamente a parte Autora para recolher as custas devidas, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.

ADV: MÁRCIA ARIADNE DA SILVA (OAB 28918/GO), ADV: ROBERTO VILELA FRANÇA (OAB 21876/GO), ADV: RUBENITO CARDOSO DA SILVA JÚNIOR (OAB 4947/AM) - Processo 0202266-58.2018.8.04.0001 (processo principal 0255865-58.2008.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - REQUERENTE: Distribuidora Rozenha Ltda e outros - REQUERIDO: FJR - Indústria e Comércio de Calçados e outro - Indefiro o pedido de fls. 73/79, sendo necessário o prévio manejo do Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica para atingir outros não inseridos no título exequendo originário. Intime-se o Exequente para dar regular prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: MARCIA RACHEL RIS MOHRER (OAB 142462/SP), ADV: BRUNO MONTENEGRO DA CUNHA AUGELLI (OAB 189968/SP) - Processo 0203260-52.2019.8.04.0001 (processo principal 0603639-98.2014.8.04.0001) - Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica - Letra de Câmbio - REQUERENTE: DIXTAL BIOMÉDICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - REQUERIDO: MM SERVIÇOS DE ANÁLISE DE CRÉDITO E COBRANÇAS LTDA - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: MAURO ALLEN BEZERRA (OAB 2655/AM), ADV: SHIRLEY JANE DE OLIVEIRA CINTRÃO (OAB 4451/AM), ADV: ADRIANO RODRIGUES LOPES (OAB 10846/AM), ADV: PATRÍCIA GOMES DE ABREU (OAB 4447/AM), ADV: SILVYANE PARENTE DE ARAÚJO CASTRO (OAB 7237/AM) - Processo 0209147-17.2019.8.04.0001 (processo principal 0241670-63.2011.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Posse - REQUERENTE: Silvestre Castro Filho - REQUERIDO: José Francisco Alves de Moraes - Intimem-se as Partes para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentarem estimativas razoáveis da mensuração econômica do prejuízo no caso de eventual reversão do mérito no processo principal, a fim de subsidiar o Juízo no estabelecimento do valor da caução.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG) - Processo 0214887-97.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Considerando que até o momento as diligências realizadas não foram suficientes para encontrar bens penhoráveis da parte Executada, determino a suspensão do presente feito com fulcro no art. 921, III, do CPC, sem prejuízo de seu desarquivamento a pedido do(a) Exequente, indicadas novas medidas executórias concretas. Intime-se via DJE e arquive-se. Cumpra-se.

ADV: FERNANDA MEYGE DE BRITO (OAB 35105/BA), ADV: JOSÉ IVAN BENAION CARDOSO (OAB 1657/AM) - Processo 0234830-27.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Jose Ribamar de Freitas Aires - REQUERIDO: Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS e outro - Oficie-se à Caixa Econômica para que proceda à transferência do valor dos honorários ao FUNDEP. Expeça-se Alvará em favor do Autor.

ADV: KÁTIA DE OLIVEIRA PINHEIRO LEITÃO (OAB 4333/AM), ADV: MICHELLE FERREIRA DE OLIVEIRA IMENES (OAB 137534/RJ), ADV: LUIZ FERNANDO MAFRA NEGREIROS (OAB 5641/AM), ADV: LANA FABRÍCIA NEGREIROS COHEN (OAB 5643/AM) - Processo 0238886-74.2015.8.04.0001 (processo principal 0237756-88.2011.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Laboratórios B. Braun S/A - EXECUTADO: Comercial e Distribuidora Fasa Ltda.

- Considerando a extinção do presente feito, proceda-se ao desbloqueio dos veículos.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0239737-60.2008.8.04.0001 (001.08.239737-7) - Cumprimento de sentença - REQUERENTE: Manaus Energia S/A - Proceda-se à nova tentativa de bloqueio e consulta de bens via Bacenjud, Renajud e Infojud. Intime-se previamente a parte Autora para recolher as custas devidas, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0601596-23.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Considerando que o bloqueio foi efetivado a título de arresto, intime-se o Exequente para requerer as medidas que entender cabíveis para realizar a citação da Executada. Prazo de 10 (dez) dias.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: DAVID GOMES BENAYON (OAB 2180/AM), ADV: DAVID DA SILVA BENAYON (OAB 7958/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0601961-14.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: Edimetal Instalacoes e Comercio Ltda e outros - Expeça-se Alvará. Proceda-se à tentativa de consulta e bloqueio de bens via Renajud. Intime-se previamente a parte Autora para recolher as custas devidas, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.

ADV: KÁSSIA CRISTINA PEREIRA TORRES (OAB 10577/AM) - Processo 0602464-30.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Aposentadoria por Invalidez Acidentária - REQUERENTE: Neci Anselmo Genu - Assim, julgo EXTINTA a Execução, nos termos do art. 924, II do CPC. Expeça-se Alvará e arquivem-se os Autos. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM), ADV: ALEXANDRE MIRANDA LIMA (OAB 596A/AM), ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM), ADV: CAROLINA GOMES MAR (OAB 8627/AM), ADV: MÔNICA VICENTE TAKETA (OAB 7988/AM) - Processo 0603522-05.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Locação de Imóvel - REQUERENTE: José Ribamar Ventilari Correa - REQUERIDO: TNL PCS S/A - Inicialmente aprecio a Impugnação de fls. 293/295 à proposta de honorários periciais. Ora, referida proposta está coerente com o trabalho a ser realizado e com a complexidade da avaliação e dos conhecimentos técnicos exigidos, em especial diante da expertise necessária para verificar os fatos expostos, estando ainda dentro dos padrões praticados no âmbito deste Tribunal de Justiça. A impugnação genérica consiste em mera tentativa de barganha, não podendo ser aceita pelo Juízo. Do exposto, HOMOLOGO a proposta de honorários de fls. 252/261, fixando-se em 06 (seis) salários mínimos deste ano de 2019. Dê-se ciência ainda às Partes do currículo da Perita juntado às fls. 333/336. Intime-se a Requerida para efetuar o seu pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revogação da prova, presumindo-se em favor da parte contrária a questão controversa que seria por ela dirimida.

ADV: GRAZZIANO MANOEL FIGUEIREDO CEARÁ (OAB 241338/SP), ADV: JOSEMBERGUE CAVALCANTE FIGUEIREDO (OAB 7298/AM) - Processo 0604387-57.2019.8.04.0001 - Renovatória de Locação - Locação de Imóvel - REQUERENTE: American Tower do Brasil Cessão de Infraestruturas Ltda. - REQUERIDO: Francisco Pinheiro Queiroz e outro - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para que se manifeste acerca da petição de fls. 85/87, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: PEDRO BIRMAN (OAB 123134/RJ), ADV: RODOLFO CASTRIOTO DE FIGUEIREDO E MELLO (OAB 112299/RJ), ADV: LUIZ HENRIQUE FERREIRA LEITE (OAB 73690/RJ), ADV: JONNY CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 8340/AM), ADV: JOSE HENRIQUE CALEFFI LOPES (OAB 289546/SP), ADV: CLÁUDIA YU WATANABE (OAB 152046/SP), ADV: LEONARDO DA SILVA DE PAULA (OAB 158085/RJ) - Processo 0605673-46.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: MUSASHI DA AMAZÔNIA LTDA - REQUERIDO: SUPER TERMINAIS COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA. - DENUNCIADO: SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS (SASG) - Aplico o julgamento antecipado da lide (art. 355, I do CPC), considerando serem suficientes as provas presentes nos Autos. Nada obstante, considerando que subsiste o interesse na Conciliação, e vislumbrando a possibilidade de resolução da lide pela autocomposição, que pode ser tentada a qualquer tempo e em qualquer fase processual, digam as Partes se concordam com a realização de nova Audiência Conciliatória. Em caso afirmativo, recomendo às Requeridas que estudem antecipadamente propostas de acordo, inclusive realizando tratativas necessárias com a seguradora, zelando para efetivamente concretizarem um acordo. Cumpra-se.

ADV: MARINA LACERDA CUNHA LIMA (OAB 15769/PB), ADV: GABRIELLE STOCO FÁBIO (OAB 12913/AM), ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 697A/AM), ADV: BASSLA MARINHO ABDEL AZIZ (OAB 13568/AM), ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 56543/MG) - Processo 0608045-89.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Control Construções Ltda. - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Suspenda-se o presente feito, considerando o recebimento dos Embargos com efeito suspensivo.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0609795-68.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Proceda-se à consulta via Erdift. Intime-se previamente a parte Autora para recolher as custas devidas, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0611802-91.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0612822-93.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Proceda-se à consulta via Eridft. Intime-se previamente a parte Autora para recolher as custas devidas, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.

ADV: SCARLAT GABRIELE SARAIVA BARROSO (OAB 13912/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: ADRIELI RAIANI LIMA MARQUES (OAB 13897/AM) - Processo 0613052-62.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Jose Reinaldo Souza de Abreu - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Proceda-se ao bloqueio via Bacenjud. Observe-se a Gratuidade de Justiça.

ADV: AUGUSTO GONÇALVES GUIMARAES NETO (OAB 9830/AM), ADV: MARCELO DE CAMARGO ANDRADE (OAB 133185/SP) - Processo 0613479-64.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - REQUERENTE: Packseven Industria e Comércio Ltda - REQUERIDO: Wildhen Industria Comercio e Servicos LTDA - Vista à Executada da Petição de fls. 171/172, em 15 (quinze) dias.

ADV: RICARDO TAHAN (OAB 188590/SP) - Processo 0615794-60.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível -

Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Liberty Seguros S/A - Concedo a dilação de prazo por 15 (quinze) dias, contados a partir da publicação do presente.

ADV: ELLEN CRISTINA LIMA CARNEIRO (OAB 23063/PA), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: FABRÍCIO PERROTTA DA SILVA (OAB 165909/RJ) - Processo 0616016-62.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Restabelecimento - REQUERENTE: Antonio Carlos Cardoso de Lima - REQUERIDO: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca da petição de fls. 147 e documentos de fls 148/149, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: JOSÉ BEZERRA DE ARAÚJO (OAB 4871/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: MICHELLE NASCIMENTO DA SILVA TACHY (OAB 830A/AM) - Processo 0616887-29.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - REQUERENTE: Bradesco Saúde S/A - REQUERIDO: Cace Casa dos Componentes Eletronicos Ltda Epp - Intime-se a Parte Executada, para, querendo, se manifestar do bloqueio, em 5 (cinco) dias, nos termos do art. 854, §3º do CPC. Cumpra-se.

ADV: CARLOS JOSÉ VEIGA CRESPO (OAB 5177/AM), ADV: JOSÉ RICARDO GOMES DE OLIVEIRA (OAB 5254/AM), ADV: JOSÉ ORLANDO DOMINGUES DE CASTRO (OAB 1607/AM), ADV: CRIS DA SILVA PALMEIRA (OAB 7281/AM), ADV: CRISTIANE BENTES TEIXEIRA (OAB 5283/AM), ADV: OLAVO CÉSAR CASTRO MENDES (OAB 513A/AM) - Processo 0617370-98.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Industrial - EXEQUENTE: Agência de Fomento do Estado do Amazonas S.A.- Afeam - Cite-se o Executado Adonis Maciel de Araújo, via Oficial de Justiça, no mesmo endereço. Intime-se previamente a parte Autora para recolher as custas devidas, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.

ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 149225/SP), ADV: EDNEY MARTINS GUILHERME (OAB 177167/SP), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM) - Processo 0618409-23.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Com relação ao pedido de fl. 66, não foi efetivado bloqueio via Renajud nos presentes Autos, de forma que eventual bloqueio incidente sobre o veículo não é oriundo do presente feito. Intime-se e após retornem os Autos ao Arquivo.

ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: EDUARDO JOSÉ SILVA DOS SANTOS (OAB 7171/AM), ADV: FABIO RIVELLI (OAB 1119/AM) - Processo 0619199-75.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: Ronaldo Tsunematsu Hatta - REQUERIDO: Pdg Reality S.a Empreendimentos e Participações e outros - Proceda-se ao bloqueio via Bacenjud, com os acréscimos do art. 523, §1º, do CPC. Expeça-se ainda Carta de Adjudicação em favor do Autor, dela constando igualmente o cancelamento da hipoteca.

ADV: ALEXANDRE LESSMANN BUTTAZZI (OAB 168731/RJ) - Processo 0619491-60.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Digigraf Distribuidora Comércio e Serviços S.a. - Concedo a dilação de prazo por 15 (quinze) dias, contados a partir da publicação do presente.

ADV: SANDRO RAFAEL BARIONI DE MATOS (OAB 34882PR) - Processo 0619813-17.2016.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Mitalcopy Máquinas e Equuipamentos Para Escritório Ltda EPP - Devolva-se a Carta Precatória. Com relação ao pedido de fl. 132, informo que a guia pode ser gerada diretamente no site deste Tribunal de Justiça, sendo que eventuais dúvidas podem ser dirimidas diretamente junto à contadoria. Informe-se ainda ao Juízo Deprecante que o locatário do imóvel tomou ciência e afirmou que depositaria os alugueis em Juízo, salientando que os valores depositados no presente Juízo ficarão à disposição do Juízo Deprecante.

ADV: JÉSSICA FERREIRA BOTELHO (OAB 6826/AM), ADV: LEONARDO LEMOS DE ASSIS (OAB 6497/AM), ADV: HELDER ARAÚJO BARBOSA (OAB 4444/AM), ADV: ROOSEVELT JOBIM FILHO (OAB 3920/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO RIBEIRO SIMONETTI CABRAL (OAB 3725/AM), ADV: ALBERTO SIMONETTI CABRAL NETO (OAB 2599/AM), ADV: JOÃO VÍTOR CASTELLO BRANCO GIRÃO (OAB 9454/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: ELAISE MOSS PORTELA (OAB 7689/AM) - Processo 0619902-06.2017.8.04.0001 - Petição Cível - Liminar - REQUERENTE: Elaine de Souza Saldanha - REQUERIDA: Eliana Cássia de Souza Pinheiro - Em atenção ao Ofício recebido às fls. 1485/1511, oriundo da 4ª Vara da Fazenda Pública, intime-se a Autora Elaine de Souza Saldanha para que deposite em Juízo a parcela do acordo de fls. 1428/1438, homologado no presente feito às fls. 1439/1440 - a vencer no dia 30/09/2019, no valor de R$1.000.000,00 (um milhão de reais), sob pena de ser constrangida a pagar novamente o valor caso o pague diretamente à Requerida, nos termos do art. 298 c/c 312 do Código Civil. Intime-a por DJe e também por Oficial de Justiça, via Plantão da Central de Mandados. Comunique-se ainda à 4ª Vara da Fazenda Pública acerca da presente medida, valendo a cópia da presente Decisão como Ofício.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0620379-92.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. - Defiro o pedido de conversão, embasado no Decreto-Lei nº 911/69. Cite(m)-se o(s) Executado(s) para pagar(em) o crédito em execução, indicado na petição inicial, no prazo legal de 3 (três) dias, sob pena de penhora e avaliação de tantos de seus bens quanto bastem para garantia da dívida e acréscimos legais decorrentes (art. 827 do NCPC). Fixo, de plano os honorários do patrono do Exequente, a serem pagos pelos Executados, no equivalente a 10% (vinte por cento) do valor da execução. No caso de integral pagamento no prazo de 03 (três) dias, referida verba honorária será reduzida pela metade (art. 827, § 1º do NCPC) Intime-se o Exequente para providenciar o pagamento dos emolumentos devidos ao Oficial de Justiça, devendo efetuar o recolhimento, tudo nos termos do Provimento nº 261-CGJ/AM (DJe 14/10/2015, Ed-1785), OU recolher as despesas postais, nos termos do Provimento nº 273 - CGJ/AM (DJe 09/06/2016), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção. Comprovando o recolhimento, expeça-se o necessário. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: ANA CAROLINA SOUSA CEI (OAB 8349/AM) - Processo 0620633-36.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0647810-67.2019.8.04.0001) - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Vistos, Intime-se o (a) Exequente para dar devido prosseguimento ao feito, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: EVERTON SARRAFF NASCIMENTO (OAB 6538/AM) - Processo 0622733-27.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Rony Miguel Burga Sandoval - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM) - Processo 0623980-48.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Considerando que até o momento as diligências realizadas não foram suficientes para encontrar bens penhoráveis da parte Executada, determino a suspensão do presente feito com fulcro no art. 921, III, do CPC, sem prejuízo de seu desarquivamento a pedido do(a) Exequente, indicadas novas medidas executórias concretas. Intime-se via DJE e arquive-se. Cumpra-se.

ADV: MARCUS LEANDRO DE SOUZA ANDRADE (OAB

6928/AM) - Processo 0625633-12.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Cleomara Ribeiro de Souza - Em conformidade com o art. 1º, XVII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que se manifestem sobre o laudo pericial, em conformidade com o art. 477, § 1º do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0625817-02.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S.a - Oficie-se à Caixa Econômica para proceder a transferência à conta indicada. Obtenha-se a matrícula do imóvel penhorado à fl. 175 via sistema Eridft.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0626416-09.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: José Alcebíades Silva Santos - Cientifique-se o INSS da Decisão de fl. 148, via portal eletrônico. Prejudicado, por ora o pedido de fl. 151.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0626527-90.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Antes de determinar a penhora dos veículos bloqueados, é prudente realizar as pesquisas individualizadas de suas situações, a fim de verificar a existência de alienação fiduciária ou outros ônus. Proceda-se à referida consulta via Renajud. Intime-se previamente a parte Autora para recolher as custas devidas, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.

ADV: WILSON JORGE BRAGA DO VALE (OAB 6360/AM), ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB 3032/AM) - Processo 0626748-73.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Ingresso e Exclusão dos Sócios na Sociedade - REQUERENTE: JOANILSON MAGALHAES FIGUEIREDO - REQUERIDO: SANTAREM CONSTRUCAO LTDA - Intime-se o Exequente para dar regular prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0628040-88.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Proceda-se à consulta de endereços via Renajud, Infojud e Siel. Intime-se previamente a parte Autora para recolher as custas devidas, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: CLÁUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB 122626/SP), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0628083-35.2013.8.04.0001 (apensado ao processo 0650082-34.2019.8.04.0001) - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Considerando a rejeição dos Embargos, intime-se o Exequente para dar regular prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: FRANCISCO ALDAIRTON RIBEIRO CARVALHO JÚNIOR (OAB 16045/CE), ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM), ADV: ANTÔNIO DOS SANTOS MOTA (OAB 19283/CE), ADV: ROBÉRIO CASSIUS SAMPAIO ARAGÃO (OAB 16468/CE), ADV: THIAGO CAVALCANTE DA COSTA (OAB 37011/CE) - Processo 0628952-22.2018.8.04.0001 - Monitória - Mútuo - REQUERENTE: Fundação dos Economiários Federais - Funcef - REQUERIDO: Edelson Marinho Beltrao - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LAURA CID VIEIRA BELEM (OAB 11987/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: WILLIANE WANESSA QUEIROZ CAVALCANTE (OAB 8489/AM), ADV: THAYENNE LORAN GOUVÊA DE MENDONÇA (OAB 11731/AM) - Processo 0629119-05.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Revisão do Saldo Devedor - REQUERENTE: Inspetoria Salesiana Missionária da Amazônia (Pró-menor Dom Bosco) - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: MARINA LACERDA CUNHA LIMA (OAB 15769/PB), ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 56543/MG), ADV: BASSLA MARINHO ABDEL AZIZ (OAB 13568/AM), ADV: GABRIELLE STOCO FÁBIO (OAB 12913/AM) - Processo 0631319-82.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0608045-89.2019.8.04.0001) - Embargos à Execução - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - EMBARGANTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - EMBARGADO: Control Construções Ltda. - Considerando a garantia do Juízo, recebo os presente Embargos com efeito suspensivo. Intime-se a Parte Embargada para apresentar Impugnação, em 15 (quinze) dias.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0631501-05.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM) - Processo 0632053-67.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Digam as Partes, em 5 (cinco) dias, se há interesse na inclusão do presente feito na Semana Nacional de Conciliação. Intime-se a DPE/AM via Portal Eletrônico, e observe-se ainda o prazo em dobro.

ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 84206/SP), ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0633304-62.2014.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0634260-44.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para que se manifeste acerca do ofício recebido, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: DIOGO COELHO DE FREITAS (OAB 10733/AM), ADV: CAIO PATRICK COELHO SILVA ANDADE (OAB 13408/AM) - Processo 0634266-46.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria das Graças Coelho da Gama - REQUERIDO: Unimed Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda - Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil. Condeno a Autora nas custas processuais, bem como em honorários advocatícios, ora arbitrados em 10% sobre o valor atribuído à lide, observados os benefícios da justiça gratuita a ela concedidos. P.I. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB

10057/AM) - Processo 0634594-73.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Maria Eliete Rodrigues Gonçalves - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Intime-se a Impugnante para comprovar o recolhimento de custas da Impugnação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de não conhecimento da mesma.

ADV: CLEUZA ANNA COBEIN (OAB 30650/SP) - Processo 0635242-53.2018.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Safra S/A - Defiro a antecipação de 50% dos honorários em favor da Perita. Intime-a ainda para dar início aos trabalhos periciais

ADV: FABRÍCIO PERROTTA DA SILVA (OAB 165909/RJ), ADV: RUBENS ALVES DA SILVA (OAB 9610/AM) - Processo 0636094-77.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Cícero André Queiroz Freitas - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Defiro o pedido de Execução Invertida. Intime-se o INSS, via Portal Eletrônico, para apresentar os cálculos referentes ao retroativo, no prazo de 30 (trinta) dias.

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0636328-59.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: H. - Defiro o pedido de conversão, embasado no Decreto-Lei nº 911/69. Cite(m)-se o(s) Executado(s) para pagar(em) o crédito em execução, indicado na petição inicial, no prazo legal de 3 (três) dias, sob pena de penhora e avaliação de tantos de seus bens quanto bastem para garantia da dívida e acréscimos legais decorrentes (art. 827 do NCPC). Fixo, de plano os honorários do patrono do Exequente, a serem pagos pelos Executados, no equivalente a 10% (vinte por cento) do valor da execução. No caso de integral pagamento no prazo de 03 (três) dias, referida verba honorária será reduzida pela metade (art. 827, § 1º do NCPC) Intime-se o Exequente para providenciar o pagamento dos emolumentos devidos ao Oficial de Justiça, devendo efetuar o recolhimento, tudo nos termos do Provimento nº 261-CGJ/AM (DJe 14/10/2015, Ed-1785), OU recolher as despesas postais, nos termos do Provimento nº 273 - CGJ/AM (DJe 09/06/2016), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção. Comprovando o recolhimento, expeça-se o necessário. A Secretaria ainda para expedir certidão nos moldes do art. 828 do CPC. Cumpra-se.

ADV: VITOR VILHENA GONÇALO DA SILVA (OAB 6502/AM), ADV: PATRÍCIA DA SILVA (OAB 7395/AM) - Processo 0637963-75.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - EXEQUENTE: Viviany da Cruz Ramos Pinto - EXECUTADO: Marcelo Cordeiro dos Santos - Aplico o julgamento antecipado da lide (art. 355, I do CPC), considerando serem suficientes as provas presentes nos Autos. Nada obstante, considerando que subsiste o interesse na Conciliação, e vislumbrando a possibilidade de resolução da lide pela autocomposição, que pode ser tentada a qualquer tempo e em qualquer fase processual, digam as Partes se concordam com a inclusão do presente feito na Semana Nacional de Conciliação. Em caso afirmativo, recomendo às Requeridas que estudem antecipadamente propostas de acordo, inclusive realizando tratativas necessárias com a seguradora, zelando para efetivamente concretizarem um acordo.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0638506-44.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. - Defiro o pedido de expedição de Carta Precatória para o endereço de fl. 73/75. Menciono, outrossim, que são devidas custas para o próprio ato de expedição da Carta Precatória, no âmbito deste Juízo Deprecante, conforme Portaria nº 116/2017-PTJ/AM, ficando o Exequente intimado para recolhe-las, em 10 (dez) dias, sob pena de extinção. Comprovado o pagamento das custas expeça-se a Carta Precatória. Fica ainda o(a) Autor(a) intimado(a) para que proceda o seu devido acompanhamento junto ao Juízo Deprecado, independentemente de intimação por este Juízo, devendo providenciar o pagamento de custas, se for o caso indicação de depositário, e sanar quaisquer outras pendências que ocasionalmente surjam e lhe caiba suprir, ficando advertido(a) de que a devolução sem cumprimento da Carta Precatória, causada por sua inércia, ocasionará a extinção do feito. Deverá igualmente o(a) Autor(a), no prazo de 60 (sessenta) dias corridos contados a partir da expedição e remessa da Carta Precatória, informar o número de distribuição da Carta Precatória e quais as medidas tomadas tendentes para seu cumprimento, a teor do art. 261, §3º do CPC, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, IV do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CLEBER DE OLIVEIRA LIMA (OAB 13770/AM) - Processo 0638790-52.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Lialô Veiculos Comércio e Representação Ltda - Autorizo o parcelamento das custas iniciais. Intime-se o Autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento da 1ª parcela, trazendo a devida comprovação aos Autos, sob pena de extinção. Ressalto, ainda, que as demais parcelas deverão ser rigorosamente pagas até os vencimentos, sem necessidade de qualquer nova intimação por Parte deste Juízo, e que o inadimplemento ou pagamento em atraso de qualquer delas ensejará a extinção do feito sem resolução do mérito, independentemente do estágio em que estiver o processo. Destaco, ainda, que é obrigação exclusiva do Autor providenciar as guias e se for o caso realizar as tratativas diretamente junto à contadoria para sanar eventuais dúvidas. Intime-se.

ADV: LÁZARO JOSÉ GOMES JÚNIOR (OAB 8125/MS), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0640569-42.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Revisão - REQUERENTE: Marcio Silva da Rocha - REQUERIDO: Crefisa S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: DANILO SILVEIRA SANTOS (OAB 323457/SP), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0641833-94.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Antônio Cardoso Barbosa e outro - REQUERIDO: Cartaxo Empreendimentos Imobiliarios Ltda (Capital Rossi) e outro - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0642364-88.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Expeça-se Mandado de Citação para o endereço de fl. 149. Custas pagas.

ADV: ALEXANDRE VIRGÍLIO RIBEIRO DA SILVA (OAB 11980/AM) - Processo 0642626-33.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Construção Civil - REQUERENTE: Skill Serviço de Construção Ltda-me - Defiro o pedido de gratuidade de justiça. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, “o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos”. Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que “o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, observando-se a gratuidade de justiça deferida. Após, proceda-se nova remessa ao CEJUSC para agendamento de audiência conforme necessário e renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda,

que o Edital seja publicado em jornal de ampla circulação, no prazo máximo de 15 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: MARLY GOMES CAPOTE (OAB 7067/AM) - Processo 0647000-92.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Subsídios - REQUERENTE: Adelane do Socorro Matos Martins - HOMOLOGO a desistência, extinguindo o processo SEM RESOLUÇÃO do mérito, com base no art. 485, VIII, do CPC. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: ADRIANNE SANCHES SOARES DA SILVA (OAB 8595/AM), ADV: MAYRA MAMED LEVY (OAB 8598/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0647694-95.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Graziela Ferreira Garcia - REQUERIDO: Cartório do 6º Tabelionato de Notas de Manaus-amazonas - Eline Benfica Alves - Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial, resolvendo o mérito, nos termos do art. 487, inciso I do CPC. Condeno o Autor ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios que arbitro em 15% do valor dado à causa. P.I. Cumpra-se.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0648596-14.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Ônix Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0650279-86.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos, Tendo a inicial preenchido os requisitos do artigo 700 do CPC/2015 e, estando a mesma devidamente instruída com documentação comprobatória do débito, com base em prova escrita, sem eficácia de título, defiro a monitória. Determino a expedição de carta de citação para pagamento da quantia em dinheiro, apontada na inicial (art. 700, I), no prazo máximo e improrrogável de 15 (quinze) dias, incluído o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído a causa, conforme Caput do artigo 701, CPC/2015. Intime-se o autor para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o pagamento das custas de emissão do AR, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Provimento nº 273-CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV e VI do CPC/2015. Advirto desde já que, caso não seja realizado o pagamento ou não opostos embargos, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, nos termos do disposto no §2º do artigo 701, CPC/2015. Anote-se, de igual forma, que se ocorrer o pagamento também no mesmo prazo o réu ficará isento de custas processuais, em consonância com o disposto no parágrafo 1o, do artigo 701, também do CPC/2015. Caso sejam apresentados embargos à monitória, suspenda-se a eficácia da decisão referida no Caput do art.701 do CPC/15 até o julgamento em primeiro grau. Ato contínuo ao recebimento dos embargos, intime-se o autor da monitória para que responda aos embargos em até 15(quinze) dias, nos termos do art.702, §5º, do CPC/15. Cumpre ressaltar que o devedor poderá, mediante a comprovação de depósito de 30% (trinta por cento) do valor cobrado, acrescido de custas e honorários de advogado de 5% (cinco por cento), requerer o restante do pagamento em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos dos artigos 701, §5º c/c 916, CPC/2015. Caso a carta expedida retorne negativa, consulte-se o(s) sistema(s) eletrônico(s) INFOJUD, SIEL, BACENJUD e/ou RENAJUD, a fim de localizar o atual endereço da parte ré, após o pagamento, no prazo de 05(cinco) dias, dos emolumentos pertinentes a cada pesquisa solicitada, nos termos da Portaria nº116/2017, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI do CPC. Constatado um único endereço e diverso do que já fora efetuada a diligência, expeça-se imediatamente nova carta de citação, caso contrário, intime-se o autor para manifestar-se, no prazo de 5(cinco) dias, sobre as referidas consultas, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI, do CPC. No caso de ser solicitado a expedição de mandado de pagamento, defiro-a desde logo, devendo a parte comprovar, no prazo de 15(quinze) dias, o recolhimento das custas das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Tabela I do Provimento nº 261/2015 - CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI do CPC.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0650323-08.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: A.C.F.I. - Vistos e etc., Ação idêntica a de n° 0649815-62.2019.8.04.0001. Assim descreve o artigo 337 do Código de Processo Civil: “Art. 337. (...) § 1º Verifica-se a litispendência ou a coisa julgada quando se reproduz ação anteriormente ajuizada. § 2º Uma ação é idêntica a outra quando possui as mesmas partes, a mesma causa de pedir e o mesmo pedido. § 3º Há litispendência quando se repete ação que está em curso.”. Ante o exposto, declaro extinto sem resolução do mérito o feito, nos termos do art. 485, V do CPC. Dê-se baixa e arquivem-se.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0650343-96.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos, Tendo a inicial preenchido os requisitos do artigo 700 do CPC/2015 e, estando a mesma devidamente instruída com documentação comprobatória do débito, com base em prova escrita, sem eficácia de título, defiro a monitória. Determino a expedição de carta de citação para pagamento da quantia em dinheiro, apontada na inicial (art. 700, I), no prazo máximo e improrrogável de 15 (quinze) dias, incluído o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído a causa, conforme Caput do artigo 701, CPC/2015. Intime-se o autor para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o pagamento das custas de emissão do AR, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Provimento nº 273-CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV e VI do CPC/2015. Advirto desde já que, caso não seja realizado o pagamento ou não opostos embargos, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, nos termos do disposto no §2º do

artigo 701, CPC/2015. Anote-se, de igual forma, que se ocorrer o pagamento também no mesmo prazo o réu ficará isento de custas processuais, em consonância com o disposto no parágrafo 1o, do artigo 701, também do CPC/2015. Caso sejam apresentados embargos à monitória, suspenda-se a eficácia da decisão referida no Caput do art.701 do CPC/15 até o julgamento em primeiro grau. Ato contínuo ao recebimento dos embargos, intime-se o autor da monitória para que responda aos embargos em até 15(quinze) dias, nos termos do art.702, §5º, do CPC/15. Cumpre ressaltar que o devedor poderá, mediante a comprovação de depósito de 30% (trinta por cento) do valor cobrado, acrescido de custas e honorários de advogado de 5% (cinco por cento), requerer o restante do pagamento em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos dos artigos 701, §5º c/c 916, CPC/2015. Caso a carta expedida retorne negativa, consulte-se o(s) sistema(s) eletrônico(s) INFOJUD, SIEL, BACENJUD e/ou RENAJUD, a fim de localizar o atual endereço da parte ré, após o pagamento, no prazo de 05(cinco) dias, dos emolumentos pertinentes a cada pesquisa solicitada, nos termos da Portaria nº116/2017, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI do CPC. Constatado um único endereço e diverso do que já fora efetuada a diligência, expeça-se imediatamente nova carta de citação, caso contrário, intime-se o autor para manifestar-se, no prazo de 5(cinco) dias, sobre as referidas consultas, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI, do CPC. No caso de ser solicitado a expedição de mandado de pagamento, defiro-a desde logo, devendo a parte comprovar, no prazo de 15(quinze) dias, o recolhimento das custas das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Tabela I do Provimento nº 261/2015 - CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI do CPC.

ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: BRUNA DAS CHAGAS DE MENDONCA (OAB 10474/AM), ADV: HUGO METZGER PESSANHA HENRIQUES (OAB 151285/RJ), ADV: EDUARDO REIS DE MENEZES (OAB 162449/RJ), ADV: DANIELLE DE AZEVEDO CARDOSO (OAB 56347/BA) - Processo 0652736-28.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Waldson Francisco da Silva - REQUERIDO: Mongeral Aegon Seguros e Previdência - Vistos, Ante o exposto nas petições de fls. 196 e 198/199, designo o dia 3 de outubro de 2019, às 14 horas para o início dos trabalhos periciais, devendo as partes interessadas comparecerem ao local indicado, qual seja: Rua Salvador, nº 120, 12º andar, Ed. Vieiralves Business Center - Adrianópolis. Expeça-se ofício ao Comando-Geral da PM/AM, para que apresente o autor, 3º SGT PM WALDSON FRANCISCO DA SILVA, no dia, horário e endereço acima indicados, para realização do ato. Intimem-se. Cumpra-se com urgência.

ADV: HUGO FERREIRA ALBUQUERQUE (OAB 10197/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0660408-87.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Vertentes do Tarumã - Intime-se por AR a Parte Executada, para, querendo, se manifestar do bloqueio, em 5 (cinco) dias, nos termos do art. 854, §3º do CPC.

ADV: BARTOLOMEU FERREIRA DE AZEVEDO JÚNIOR (OAB 4334/AM), ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM) - Processo 0661176-13.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Kaele Ltda - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

Adrianne Sanches Soares da Silva (OAB 8595/AM)
Adriano Rodrigues Lopes (OAB 10846/AM)
Adrieli Raiani Lima Marques (OAB 13897/AM)
Alberto Simonetti Cabral Neto (OAB 2599/AM)
Alexandre Lessmann Buttazzi (OAB 168731/RJ)
Alexandre Miranda Lima (OAB 596A/AM)
Alexandre Virgílio Ribeiro da Silva (OAB 11980/AM)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Ana Carolina Sousa Cei (OAB 8349/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio dos Santos Mota (OAB 19283/CE)
Augusto Gonçalves Guimaraes Neto (OAB 9830/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bartolomeu Ferreira de Azevedo Júnior (OAB 4334/AM)
Bassla Marinho Abdel Aziz (OAB 13568/AM)
Bruna das Chagas de Mendonca (OAB 10474/AM)
Bruno Montenegro da Cunha Augelli (OAB 189968/SP)
Caio Patrick Coelho Silva Andade (OAB 13408/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carlos José Veiga Crespo (OAB 5177/AM)
Carolina Gomes Mar (OAB 8627/AM)
Cláudia Yu Watanabe (OAB 152046/SP)
Cláudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB 122626/SP)
Cleber de Oliveira Lima (OAB 13770/AM)
Cleuza Anna Cobein (OAB 30650/SP)
Cris da Silva Palmeira (OAB 7281/AM)
Cristiane Bentes Teixeira (OAB 5283/AM)
Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
Danielle de Azevedo Cardoso (OAB 56347/BA)
Danilo Silveira Santos (OAB 323457/SP)
David da Silva Benayon (OAB 7958/AM)
David Gomes Benayon (OAB 2180/AM)
Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB 56543/MG)
Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB 697A/AM)
Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB O/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Diogo Coelho de Freitas (OAB 10733/AM)
Edney Martins Guilherme (OAB 177167/SP)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduardo José Silva dos Santos (OAB 7171/AM)
Eduardo Reis de Menezes (OAB 162449/RJ)
Elaise Moss Portela (OAB 7689/AM)
Ellen Cristina Lima Carneiro (OAB 23063/PA)
Everton Sarraff Nascimento (OAB 6538/AM)
Fabio Rivelli (OAB 1119/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Fabrício Perrotta da Silva (OAB 165909/RJ)
Félix de Melo Ferreira (OAB 3032/AM)
Fernanda Cabral Marques (OAB 6755/AM)
Fernanda Meyge de Brito (OAB 35105/BA)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Francisco Aldairton Ribeiro Carvalho Júnior (OAB 16045/CE)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Gabrielle Stoco Fábio (OAB 12913/AM)
Grazziano Manoel Figueiredo Ceará (OAB 241338/SP)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Helder Araújo Barbosa (OAB 4444/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Hugo Ferreira Albuquerque (OAB 10197/AM)
Hugo Metzger Pessanha Henriques (OAB 151285/RJ)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Jamila Marinho Chehad Barbosa (OAB 2950/AM)
Jéssica Ferreira Botelho (OAB 6826/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João Vítor Castello Branco Girão (OAB 9454/AM)
Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB 8340/AM)
José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (OAB 3725/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Bezerra de Araújo (OAB 4871/AM)
Jose Henrique Caleffi Lopes (OAB 289546/SP)
José Ivan Benaion Cardoso (OAB 1657/AM)
José Orlando Domingues de Castro (OAB 1607/AM)

José Ricardo Gomes de Oliveira (OAB 5254/AM)
Josembergue Cavalcante Figueiredo (OAB 7298/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Kássia Cristina Pereira Torres (OAB 10577/AM)
Kátia de Oliveira Pinheiro Leitão (OAB 4333/AM)
Lana Fabrícia Negreiros Cohen (OAB 5643/AM)
Laura Cid Vieira Belem (OAB 11987/AM)
Lázaro José Gomes Júnior (OAB 8125/MS)
Leonardo da Silva de Paula (OAB 158085/RJ)
Leonardo Lemos de Assis (OAB 6497/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Luiz Fernando Mafra Negreiros (OAB 5641/AM)
LUIZ HENRIQUE FERREIRA LEITE (OAB 73690/RJ)
MARCELO DE CAMARGO ANDRADE (OAB 133185/SP)
MÁRCIA ARIADNE DA SILVA (OAB 28918/GO)
Marcia Rachel Ris Mohrer (OAB 142462/SP)
Marcus Leandro de Souza Andrade (OAB 6928/AM)
Maria Lucília Gomes (OAB 84206/SP)
Marina Lacerda Cunha Lima (OAB 15769/PB)
Marly Gomes Capote (OAB 7067/AM)
Mauro Allen Bezerra (OAB 2655/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Mayra Mamed Levy (OAB 8598/AM)
Michelle Ferreira de Oliveira Imenes (OAB 137534/RJ)
MICHELLE NASCIMENTO DA SILVA TACHY (OAB 830A/AM)
Moisés Batista de Souza (OAB 149225/SP)
Mônica Vicente Taketa (OAB 7988/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Olavo César Castro Mendes (OAB 513A/AM)
Patrícia da Silva (OAB 7395/AM)
Patrícia Gomes de Abreu (OAB 4447/AM)
Pedro Birman (OAB 123134/RJ)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Ricardo Tahan (OAB 188590/SP)
Robério Cassius Sampaio Aragão (OAB 16468/CE)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Roberto Vilela França (OAB 21876/GO)
Rodolfo Castrioto de Figueiredo e Mello (OAB 112299/RJ)
Roosevelt Jobim Filho (OAB 3920/AM)
Rubenito Cardoso da Silva Júnior (OAB 4947/AM)
Rubens Alves da Silva (OAB 9610/AM)
SANDRO RAFAEL BARIONI DE MATOS (OAB 34882PR)
Scarlat Gabriele Saraiva Barroso (OAB 13912/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Shirley Jane de Oliveira Cintrão (OAB 4451/AM)
Silvyane Parente de Araújo Castro (OAB 7237/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thayenne Loran Gouvêa de Mendonça (OAB 11731/AM)
Thiago Almeida Rebello (OAB 12327/AM)
Thiago Cavalcante da Costa (OAB 37011/CE)
Victor Hugo Trindade Simões (OAB 9286/AM)
Vitor Vilhena Gonçalo da Silva (OAB 6502/AM)
Williane Wanessa Queiroz Cavalcante (OAB 8489/AM)
Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB 4339/AM)
Wilson Jorge Braga do Vale (OAB 6360/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

18ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 18ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0222/2019

ADV: EMERSON DA SILVA CASTRO (OAB 5591/AM), ADV: SAMUEL MARTINS FREITAS (OAB 11969/AM), ADV: JOSÉ LUÍS CANTUÁRIA DOS REIS (OAB 2896/AM) - Processo 0204677-21.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Brasil Factoring Fomento Comercial Ltda. - EXECUTADA: Barinda Coleta de Resíduos Ltda - Tendo em vista a instauração do incidente da desconsideração da personalidade jurídica, registrado sob o nº 0203160-97.2019.8.04.0001, SUSPENDO a presente execução, com supedâneo no art. § 3º, art. 134, do Código de Processo Civil. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FLÁVIO DA CONCEIÇÃO FERREIRA OLIVEIRA (OAB 5960/AM), ADV: ANDRÉA FONSECA OLIVEIRA (OAB 5959/AM), ADV: MARCELO RODRIGUES DOS SANTOS AMAZONAS (OAB 888888/AM), ADV: ANTONIO MILEO GOMES (OAB 1366/PA), ADV: EDUARDO SILVA DE CARVALHO (OAB 8123/PA), ADV: MARCELO RODRIGUES DOS SANTOS (OAB 3181/AM), ADV: MARCOS MILÉO BRASIL (OAB 15121/PA), ADV: PAULO BOSCO MILÉO GOMES VILAR (OAB 9348/PA), ADV: BERNARDO HAGE UCHOA (OAB 015659/PA) - Processo 0242839-90.2008.8.04.0001 (001.08.242839-6) - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - EXEQUENTE: Flavio da Conceição Ferreira Oliveira - EXECUTADO: Unirios Rodofluvial Comercial Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0600436-94.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Compulsando os autos, verifico que o endereço indicado para cumprimento da diligência do oficial de justiça pertence à comarca diversa. Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para informar se há interesse na expedição de Carta Pretória ou indicar endereço pertencente a esta comarca, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 1175A/AM) - Processo 0603203-03.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: S.B.S. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: RÔMULO JOSÉ FERNANDES DA SILVA (OAB 1818/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0607288-95.2019.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: Astro Toys Comercial de Brinquedos Ltda - Vistos. Trata-se de Ação Monitória, proposta por Banco do Brasil S/A em face de Astro Toys Comercial de Brinquedos Ltda, ambos devidamente qualificados nos autos. Em petitório às fls. 73/75 consta petitório da parte Requerida informando a existência de uma outra ação tramitando na 14ª Vara Cível desta comarca. Em consulta ao Sistema de Automação deste Poder - SAJ5, verificou-se a existência de ação de 0632454-37.2016.8.01.0001, que tem como causa remota os contratos de financiamento à importação (FINIMP), tramitando junto a 14ª Vara Cível. O parágrafo 3° do artigo 55 da legislação processual em rigor, ampliou as hipóteses da reunião do processos para julgamento em conjunto, nestes termos: "Art. 55 do novo código de processo civil. §3° Serão reunidos para julgamento conjunto

os processos que possam gerar risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias caso decididos separadamente, mesmo sem conexão entre eles" Extrai-se do artigo mencionado que, na hipótese de conexão entre demandas, os efeitos devem ser julgados pelo juízo prevento, visando evitar decisões conflitantes. Nesta esteira, cumpre destacar que a presente demanda foi distribuída para este juízo em 15/02/2019, enquanto, o processo de n° 0632454-37.2016.8.04.0001, foi distribuído na 14ª Vara Cível no dia 03/10/2016. Nesse sentido, o artigo 59, do CPC, dispõe: "Art. 59. O registro ou distribuição da petição inicial torna prevento o juízo". Em razão disso, reconheço a conexão entre as ações e, na forma do artigo 55, § 2°, I e artigo 59, do CPC, hei por bem declinar a competência para processar e julgar este feito em favor do juízo da 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho, que se acha prevento. Faz-se necessária, portanto, a tramitação conjunta das ações 0607288-95.2019.8.0001 e de 0632454-37.2016.8.04.0001, observando-se que ainda não há julgamento de mérito neste feito de n° 0632454-37.2016.8.01.0001. Ante o exposto, à secretaria para as providências cabíveis quanto a remessa dos presentes autos para a 14ª Vara Cível. Cumpra-se.

ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 313A/AM), ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0608255-14.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consorcios Ltda - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0611969-11.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados Bacenjud e Infojud, levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ADRIANA VIEIRA FERREIRA (OAB 11924/AM) - Processo 0618462-04.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direito de Vizinhança - REQUERENTE: Maria Batista da Silva - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 31/10/2019 às 10:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 17 de setembro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: FELIPE NAVEGA MEDEIROS (OAB 165147/MG) - Processo 0618846-69.2016.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: ADNA LIMA DA SILVA (OAB 11171/AM) - Processo 0632201-83.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - RECLAMANTE: Lindemberg Claudemiro da Silva de Souza - REQUERIDO: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais (TAUARA ASSESSORIA E CORRETORA DE SEGUROS) e outro - Assim, pelo exposto e por tudo mais que consta nos autos, nos termos do art. 485, I do CPC, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTES os pedidos formulados na inicial, em razão da ausência de invalidez decorrente do acidente. Condeno a Autora ao pagamento de custas e honorários de sucumbência, os quais fixo neste ato no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa, suspensa a exigibilidade nos termos do art. 98, §3º do CPC. P.R.I.C.

ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: JOSÉ ORISVALDO BRITO DA SILVA (OAB 57069/RJ) - Processo 0632338-65.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Maria Misy da Silva Urquiza - REQUERIDO: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais e outro - Assim, pelo exposto e por tudo mais que consta nos autos, nos termos do art. 487, inciso I do CPC, JULGO IMPROCEDENTES os pedido formulados na inicial, em razão da ausência de comprovação da invalidez. Condeno a parte autora ao pagamento das custas e honorários de advogado, os quais arbitro neste ato no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa, suspensa a exigibilidade nos termos do art. 98, parágrafo 3º do NCPC. P.R.I.C.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0632707-20.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Mayana de Moura Bonfim - Vistos. Defiro o pedido de gratuidade da justiça à parte Requerente, à luz das informações presentes nos autos e na forma do parágrafo 3º do artigo 99 do Código de Processo Civil. Destaco que o benefício é temporário, uma vez que, nos termos do artigo 98, parágrafos 2º e 3º, do referido Diploma legal, a gratuidade não afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência, cujas obrigações poderão ser executadas se, nos 05 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade. Por conta do princípio de promoção pelo Estado da solução dos conflitos por autocomposição, e tendo em vista que a inicial preenche os requisitos essenciais, determino que os presentes autos sejam encaminhados ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC, para designação de data, citação e emissão de todos os expedientes necessários à realização da Audiência de Conciliação, nos termos do caput do artigo 334 do Código de Processo Civil. Dê-se ciência que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado", conforme artigo 334, §8º, do referido Código. Em caso da parte Requerida não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo, quando requerido, a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL. Após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, exceto se beneficiário da justiça gratuita, proceda-se nova remessa ao CEJUSC para agendamento de nova audiência conforme necessário e renove-se a citação. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, com a devida atribuição ao valor da causa e recolhimento das custas iniciais, intime-se a parte Requerente/Reconvinda para que, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de 15 (quinze) dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida

eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. À Secretaria para as diligências de praxe. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM), ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM) - Processo 0635970-60.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Cleocimar Carvalho da Silva - Vistos. Defiro o pedido de gratuidade da justiça à parte Requerente, à luz das informações presentes nos autos e na forma do parágrafo 3º do artigo 99 do Código de Processo Civil. Destaco que o benefício é temporário, uma vez que, nos termos do artigo 98, parágrafos 2º e 3º, do referido Diploma legal, a gratuidade não afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência, cujas obrigações poderão ser executadas se, nos 05 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade. Por conta do princípio de promoção pelo Estado da solução dos conflitos por autocomposição, e tendo em vista que a inicial preenche os requisitos essenciais, determino que os presentes autos sejam encaminhados ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC, para designação de data, citação e emissão de todos os expedientes necessários à realização da Audiência de Conciliação, nos termos do caput do artigo 334 do Código de Processo Civil. Dê-se ciência que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado", conforme artigo 334, §8º, do referido Código. Em caso da parte Requerida não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo, quando requerido, a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL. Após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, exceto se beneficiário da justiça gratuita, proceda-se nova remessa ao CEJUSC para agendamento de nova audiência conforme necessário e renove-se a citação. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, com a devida atribuição ao valor da causa e recolhimento das custas iniciais, intime-se a parte Requerente/Reconvinda para que, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de 15 (quinze) dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. À Secretaria para as diligências de praxe. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0636856-59.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: EDNEY MARTINS GUILHERME (OAB 177167/SP), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 149225/SP) - Processo 0637318-50.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados Bacenjud, Infojud, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: FELIPE BRAGA DE OLIVEIRA (OAB 9663/AM) - Processo 0641005-98.2019.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: Celso Satoshi Ferreira Yamaguchi - Vistos. Trata-se de Ação de Despejo proposta por Celso Satoshi Ferreira Yamaguchi contra Compasso Construções e Reformas Prediais Ltda, fundada na falta de pagamento de aluguel e acessórios, com pedido liminar para ordenar na imissão da posse o Requerente ao imóvel pelos descumprimentos contratuais. Para que seja concedida liminar de desocupação do imóvel pelo locatário no prazo de 15 (quinze) dias, essencial se faz a observância dos requisitos contidos no artigo 59, parágrafo 1º, inciso IX, da Lei nº 8.245/91, ou seja, faz-se necessário que o contrato esteja desprovido de qualquer das garantias previstas no artigo 37 da referida lei, e que seja prestada caução pelo locador no valor equivalente a 03 (três) meses de aluguel. Não obstante haja entendimento dos tribunais pátrios acerca do oferecimento, pretendido pelo Requerente, dos próprios aluguéis em atraso como caução para a concessão liminar de desocupação do imóvel locado, todavia este não é o único requisito para concessão da liminar pleiteada. Conforme acima citado, faz-se necessário que o contrato esteja desprovido de qualquer das garantias previstas no artigo 37 da Lei n° 8.245/91. No presente caso, o contrato de locação objeto da lide não possui garantia de caução, mas não foi prestada a caução pelo locador. Assim, não foram preenchidos todos os requisitos para o deferimento da liminar, razão pela qual INDEFIRO o pedido. Defiro ainda o pedido de gratuidade da justiça à parte Requerente, à luz das informações presentes nos autos e na forma do parágrafo 3º do artigo 99 do Código de Processo Civil. Destaco que o benefício é temporário, uma vez que, nos termos do artigo 98, parágrafos 2º e 3º, do referido Diploma legal, a gratuidade não afasta a responsabilidade dos beneficiários pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência, cujas obrigações poderão ser executadas se, nos 5 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade. Cite-se a parte ré, conforme endereço constante do petitório de fls. 64/65, para no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar contestação ou requerer a purgação da mora (art. 62, II, da Lei nº 8.245/91), sob pena de revelia (art. 344, do CPC). Para o caso de purgação da mora, arbitro em 10% (dez por cento) do débito, no dia do efetivo pagamento, o valor dos honorários advocatícios. Intime-se o Autor para efetuar o pagamento das despesas de postagem, mediante guia ser impressa diretamente no site do TJAM, com a devida comprovação nos autos. Intimem-se e Cumpra-se.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM) - Processo 0657608-86.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0234675-39.2008.8.04.0001) - Embargos de Terceiro Cível - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Keyla Brasil Itadani - Processo nº 0657608-86.2018.8.04.0001 Embargos de Terceiro Cível Embargante:Keyla Brasil Itadani Embargado: Amilson dos Santos Rodrigues DECISÃO Trata-se de Embargos de Terceiro opostos por Keyla Brasil Itadani em face de Amilson dos Santos Rodrigues, pelos fatos e fundamentos expendidos na inicial. A Embargante objetiva provimento jurisdicional para desconstituir ato constritivo que determinou à apreensão do veículo GM/S10 Executive D, cor prata, placa JXW-1381, ano/modelo 2011/2011, chassi 9BG138SP0BC496093, sob a alegação de que não é parte

no processo de Execução n° 0234675-39.2008.8.04.0001 e que sempre foi a legítima proprietária do bem penhorado. Alega que, inicialmente o Executado apenas comprou o carro em seu nome, mas a embargante sempre teve a posse do bem e, atualmente, a propriedade no papel. Às fls. 17, foi dado despacho para recolhimento às custas iniciais. Em fls. 20/25, solicitou os benefícios da gratuidade de justiça e juntada dos documentos nas fls. 26/27. Requer sejam os presentes Embargos julgados procedentes, anulando o ato expropriatório que se deu através da Decisão proferida nos autos de Execução n° 0234675-39.2008.8.04.0001. É o relatório passo a decidir. Defiro o pedido de gratuidade da justiça à parte Requerente, à luz das informações presentes nos autos e na forma do parágrafo 3º do artigo 99 do Código de Processo Civil. Destaco que o benefício é temporário, uma vez que, nos termos do artigo 98, parágrafos 2º e 3º, do referido Diploma legal, a gratuidade não afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência, cujas obrigações poderão ser executadas se, nos 05 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade O artigo 678 do Código de Processo Civil permite que o juiz determine a suspensão das medidas constritivas sobre os bens litigiosos objetos dos embargos, bem como a manutenção ou a reintegração provisória da posse, se o embargante a houver requerido, caso esteja suficientemente provado o domínio ou a posse. Do exposto, antes de proferir Decisum nos presentes autos, determino a intimação da parte interessada para manifestação no prazo de 15 (quinze) dias. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 16 de setembro de 2019. Kathleen dos Santos Gomes Juíza de Direito

ADV: KELLEN DOS SANTOS SENNA (OAB 4626/AM), ADV: JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR (OAB 2167/AM), ADV: JOCIMAR ESTALK (OAB 247302/SP) - Processo 0659308-97.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais S/A - REQUERIDO: Global Gnz Empreendimentos e Participações Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

Adna Lima da Silva (OAB 11171/AM)
Adriana Vieira Ferreira (OAB 11924/AM)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 831A/AM)
ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Andréa Fonseca Oliveira (OAB 5959/AM)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
ANTONIO MILEO GOMES (OAB 1366/PA)
Bernardo Hage Uchoa (OAB 015659/PA)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
David Sombra Peixoto (OAB 1175A/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Edney Martins Guilherme (OAB 177167/SP)
EDUARDO SILVA DE CARVALHO (OAB 8123/PA)
Emerson da Silva Castro (OAB 5591/AM)
Felipe Braga de Oliveira (OAB 9663/AM)
Felipe Navega Medeiros (OAB 165147/MG)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Flávio da Conceição Ferreira Oliveira (OAB 5960/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Jocimar Estalk (OAB 247302/SP)
Jorge Fernandes Garcia de Vasconcellos Júnior (OAB 2167/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Luís Cantuária dos Reis (OAB 2896/AM)
José Orisvaldo Brito da Silva (OAB 57069/RJ)
Kellen dos Santos Senna (OAB 4626/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Marcelo Rodrigues dos Santos (OAB 3181/AM)
MARCELO RODRIGUES DOS SANTOS AMAZONAS (OAB 888888/AM)
MARCOS MILÉO BRASIL (OAB 15121/PA)
Maria Lucília Gomes (OAB 313A/AM)
Moisés Batista de Souza (OAB 149225/SP)
PAULO BOSCO MILÉO GOMES VILAR (OAB 9348/PA)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Rômulo José Fernandes da Silva (OAB 1818/AM)
Samuel Martins Freitas (OAB 11969/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)

19ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 19ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0274/2019

ADV: LAURA MARIA SANTIAGO LUCAS (OAB 4872/AM), ADV: LUANA DE ASSIS PIRES (OAB 5030/AM) - Processo 0020352-81.2006.8.04.0001 (001.06.020352-9) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Rio Claro Trust de Recebiveis S/A - Defiro petitório de fl. 225, razão pela qual, determino o bloqueio no RENAJUD dos veículos em nome do réu para pagamento da dívida. Outrossim, em observância ao que determina a Portaria 116/2017- TJ, tal medida fica condicionada ao pagamento das custas devidas à consulta. Portanto, intime-se a parte autora para que efetue o recolhimento no prazo de 05 (cinco) dias. Após a consulta, intime-se o Requerente, para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar o seu interesse no prosseguimento do feito, e requerer o que entender de direito. Na decorrência do prazo, com ou sem pronunciamento, voltem-me conclusos. Cumpra-se.

ADV: MARCELO JORGE MARTINS (OAB 8634/PI), ADV: MAURO DE MELO BOTELHO JÚNIOR (OAB 3305/AM) - Processo 0600868-90.2014.8.04.0020 (apensado ao processo 0625623-75.2013.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Jessica da Silva Viana - REQUERIDO: Alda Fernandes da Silva - Outrossim, tratando-se de processo em curso desde 2014 sem vislumbre de termo, com arrimo na economia processual e no princípio da razoável duração do processo, bem como com fulcro no art. 370, parágrafo único, do CPC, chamo o processo à ordem para indeferir a oitiva do Sargento Luiz Bulcão. Intimem-se as partes para apresentação das razões finais no prazo de lei. Após, façam-me conclusos para sentença. Cumpra-se.

ADV: KÁSSIO ALMEIDA FAYE DAS CHAGAS (OAB 10208/AM), ADV: MÁRIO JORGE OLIVEIRA DE PAULA FILHO (OAB 2908/AM), ADV: JOZELÚCIA LIMA MACIEL (OAB 7160/AM) - Processo 0600907-42.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Juares de Azevedo Gois - REQUERIDO: Brecha Transporte e Turismo Ltda - Da análise dos autos percebo que a audiência de instrução faz-se necessária a fim de obter maiores dados para informar o processo e subsidiar decisão posterior. Assim, pauto a audiência de instrução e julgamento para o dia 12/11/2019 às 10:00, momento em que serão tomados os depoimentos das partes, sob pena de confesso, e inquiridas as testemunhas, se arroladas pelas partes, independentemente de intimação. Ainda, defiro o prazo de 10 dias para que as partes requererem antecipadamente as provas que eventualmente pretendam produzir na audiência de instrução e julgamento, justificando sua pertinência. Intimem-se as partes e seus representantes legais para que compareçam ao ato. Cumpra-se.

ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0604059-64.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de

Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ante a certidão de fl. 125, bem ainda tendo em vista o lapso temporal decorrido desde a última manifestação da requerente a dar prosseguimento ao feito, em razão do quê a lide segue não angularizada, intime-se pessoalmente a parte autora e seu causídico, via diário eletrônico, para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se e requerer o que de direito, sob pena de extinção à inteligência do disposto no art. 485, III e IV do CPC. Na decorrência do prazo, com ou sem pronunciamento, voltem-me conclusos. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: ANA CAROLINA SOUSA CEI (OAB 8349/AM) - Processo 0607301-70.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Dessa forma, analisando-se os presentes autos, verifico que o executado encontra-se em local incerto ou ignorado, razão pela qual defiro o pedido de fls. 121/122 e determino seja citado o executado por meio de edital, no prazo de 20 (vinte) dias, nos termos do art. 256 do CPC. Citado o executado e não apresentada sua defesa no prazo legal, determino seja dada vista dos presentes autos ao Curador de Ausentes, a possibilitar a realização do contraditório e do direito de defesa, nos termos do art. 72, II, do CPC. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ROBERTO BRUNO ALVES PEDROSA (OAB 8200B/PA) - Processo 0608355-66.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco da Amazônia S/A - Defiro o pedido de fls. 168. Ante o exposto, renove-se a citação através de carta precatória. À secretaria para expedir o supracitado documento. Após, intime-se o exequente, mediante a publicação do presente despacho no DJE, para que pague o preparo, postagem e a diligência do Oficial de Justiça no juízo deprecado e imprima a carta e os documentos pertinentes, bem assim remeta-os ou protocole um processo eletrônico autônomo junto ao juízo deprecado. Saliento que o exequente deve comprovar nestes autos o protocolo da Precatória junto à vara competente, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção, salvo no caso de expedição de carta precatória para Comarcas do Estado do Amazonas, nos termos da Portaria n° 2072. Com a juntada do protocolo, o exequente deverá comprovar o cumprimento da diligência em até 6 (seis) meses, conforme enuncia o art. 261, § 2º e 3º, do CPC, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito. Mantenham-se os autos suspensos no aguardo do cumprimento da carta precatória, salvo se houver outras diligências em curso. Cumpra-se.

ADV: DIEGO DOS SANTOS LIMA (OAB 33773/SC), ADV: ALEXSANDRO SILVA DOS SANTOS (OAB 12290/AM), ADV: ELBE RENAN DE OLIVEIRA DA SILVA (OAB 9883/AM), ADV: PENÉLOPE ARYADNE ANTONY LIRA (OAB 7357/AM), ADV: PUALLO PORTO PEREIRA (OAB 10278/AM), ADV: YONETE MELO DAS CHAGAS (OAB 8827/AM) - Processo 0611857-42.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Busca e Apreensão - REQUERENTE: Felipe Marinho de Souza - REQUERIDO: Diego dos Santos Lima - Lindem Felipe Carneiro de Sales - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração de fls. 143-144, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: FABIANO VÍTOR DA CRUZ SANTANA (OAB 12287/AM), ADV: KETLLEN BRAGA CASTRO (OAB 12518/AM) - Processo 0613232-78.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez Acidentária - REQUERENTE: Izabel Cristina do Amaral Silva - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 30/09/2019, a partir das 10:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.5- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo.Dr. Francisco Batista de Almeida, CPF 45248737400, CRM/AM 3009, na Clinica Hap Vida, na Av. Duque de Caxias, nª 1905, Bairro Praça14 de Janeiro, nesta cidade.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM), ADV: SANDRA JOELMA P. PAIVA VAZ (OAB 8831/AM) - Processo 0613798-27.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Kairon Ribeiro Monteiro - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação, proposta de acordo e documentos. Bem como, intimo a parte requerida, em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, para que indique o CEP do endereço para onde deverão ser enviadas possíveis cartas de intimação pessoal, uma vez que o endereço indicado na contestação está incompleto, sob pena do contido no art. 274, parágrafo único, do CPC.

ADV: ALESSANDRA AZEVEDO ARAÚJO FURTUNATO (OAB 4705/AC), ADV: ROGÉRIO PINTO MARTINS (OAB 31084/CE) - Processo 0614247-87.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - Diante do exposto, declaro a nulidade do ato citatório de fls.120 , indefiro o pedido de fls.122/129 e determino seja expedido mandado de citação à Rua 188, Núcleo 16, nº34, quadra, 352, Cidade Nova. Ressalto que na oportunidade será realizada a citação da pessoa física Nelsoneide dos Santos Barbosa bem como citação da empresa executada na pessoa de Nelsoneide dos Santos Barbosa. Contudo, antes de proceder à expedição do mandado, em observância ao que dispõe a Portaria nº 1116/2017. Após, a comprovação do pagamento da diligência, expeça-se mandado. Cumpra-se, intime-se e cite-se.

ADV: RENATA LANGE MOURA (OAB 183473/SP), ADV: FABIANA MONTEIRO CONTI DELLA MANNA (OAB 155929/SP) - Processo 0616063-36.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Gree Electric Appliances do Brasil Ltda - Defiro o pedido de fls. 176/177, determinando a expedição de novo Mandado de Citação, via Oficial de Justiça, ao endereço: Rua 02, nº 39,Conjunto Renato Souza Pinto, Bairro Cidade Nova, CEP 69095-624, Manaus/AM. Cumpra-se.

ADV: SANDRA JOELMA P. PAIVA VAZ (OAB 8831/AM), ADV: SARAH CORREIA OLIVEIRA (OAB 8781/AM), ADV: VILSON GOMES BENAYON FILHO (OAB 4820/AM) - Processo 0616368-88.2016.8.04.0001 - Protesto - Liminar - REQUERENTE: CONDOMÍNIO 4 VILLA JARDIM TORQUATO CONDOMÍNIO LÍRIO - REQUERIDO: ESGOTEC SERVIÇOS DE TRANSPORTE LTDA-ME - Com fundamento nos arts. 6º e 10, do Código de Processo Civil, faculto às partes o prazo comum de 15 (quinze) dias para que apontem, de maneira clara, objetiva e sucinta, as questões de fato e de direito que entendam pertinentes ao julgamento da lide. Quanto às questões de fato, deverão indicar a matéria que consideram incontroversa, bem como aquela que entendem já provada pela prova trazida, enumerando nos autos os documentos que servem de suporte a cada alegação. Com relação ao restante, remanescendo controvertida, deverão especificar as provas que pretendem produzir, justificando, objetiva e fundamentadamente, sua relevância e pertinência. O silêncio ou o protesto genérico por produção de provas serão interpretados como anuência ao julgamento antecipado, indeferindo-se, ainda, os requerimentos de diligências inúteis ou meramente protelatórias. Quanto às questões de direito, para que não se alegue prejuízo, deverão, desde logo, manifestar-se sobre a matéria cognoscível de ofício pelo juízo, desde que interessem ao processo. Com relação aos argumentos jurídicos trazidos pelas partes, deverão estar de acordo com

toda a legislação vigente, que, presume-se, tenha sido estudada até o esgotamento pelos litigantes, e cujo desconhecimento não poderá ser posteriormente alegado. Registre-se, ainda, que não serão consideradas relevantes as questões não adequadamente delineadas e fundamentadas nas peças processuais, além de todos os demais argumentos insubsistentes ou ultrapassados pela jurisprudência reiterada. Intime-se.

ADV: MICHELE FERREIRA DE ALENCAR (OAB 11864/AM), ADV: IGOR ALMEIDA REBELO (OAB 7529/AM) - Processo 0616481-71.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Industria e Comercio de Confecções Schowambac - Com fundamento nos arts. 6º e 10, do Código de Processo Civil, faculto às partes o prazo comum de 15 (quinze) dias para que apontem, de maneira clara, objetiva e sucinta, as questões de fato e de direito que entendam pertinentes ao julgamento da lide. Quanto às questões de fato, deverão indicar a matéria que consideram incontroversa, bem como aquela que entendem já provada pela prova trazida, enumerando nos autos os documentos que servem de suporte a cada alegação. Com relação ao restante, remanescendo controvertida, deverão especificar as provas que pretendem produzir, justificando, objetiva e fundamentadamente, sua relevância e pertinência. O silêncio ou o protesto genérico por produção de provas serão interpretados como anuência ao julgamento antecipado, indeferindo-se, ainda, os requerimentos de diligências inúteis ou meramente protelatórias. Quanto às questões de direito, para que não se alegue prejuízo, deverão, desde logo, manifestar-se sobre a matéria cognoscível de ofício pelo juízo, desde que interessem ao processo. Com relação aos argumentos jurídicos trazidos pelas partes, deverão estar de acordo com toda a legislação vigente, que, presume-se, tenha sido estudada até o esgotamento pelos litigantes, e cujo desconhecimento não poderá ser posteriormente alegado. Registre-se, ainda, que não serão consideradas relevantes as questões não adequadamente delineadas e fundamentadas nas peças processuais, além de todos os demais argumentos insubsistentes ou ultrapassados pela jurisprudência reiterada. Intime-se.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026A/AM) - Processo 0618383-25.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado (fls. 99) juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ANTÔNIO REYNALDO CAMPOS SAMPAIO (OAB 7372/AM), ADV: VICTOR EDUARDO LOPES BARRETO (OAB 13515/AM), ADV: ERIKA SEFFAIR RIKER (OAB 7735/AM), ADV: JOANY SILLAS PEREIRA (OAB 9646/AM), ADV: EDSON AMARAL DOS SANTOS (OAB 8274/AM) - Processo 0619744-82.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - EXECUTADO: Moden Modelo de Engenharia Ltda - MARIZE LOPES MOREIRA e outro - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para, no prazo legal de 05 (cinco) dias, indicar o endereço completo do imóvel de Matrícula nº 2.179, que deverá constar no mandado de penhora e avaliação, deferido em Decisão de fls. 365, indicando informações que auxiliem no cumprimento, como rua, CEP, número, bairro, apartamento, sala, condomínio, complemento, etc.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0625929-05.2017.8.04.0001 - Monitória - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud)), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0630380-05.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado (fl. 69) juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: ADRIANA FERREIRA DO NASCIMENTO (OAB 5498/AM) - Processo 0631547-33.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Itautinga Agro Industria S/A - Em virtude do tempo decorrido sem qualquer manifestação da parte, intime-se, pessoalmente, o Exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar o seu interesse no prosseguimento do feito, e requerer o que entender de direito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito (art. 485, inc. VI, do CPC). Na decorrência do prazo, com ou sem pronunciamento, voltem-me conclusos. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM) - Processo 0631895-75.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, c/c o art. 513, §2º, II, do CPC, intimo a parte exequente para que recolha e junte comprovante de recolhimento, no prazo de 05 (cinco) dias, de custas postais, conforme Provimento nº 273/CGJ, referentes à intimação da parte devedora para cumprimento voluntário da condenação, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s).

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0632788-66.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - AGRAVANTE: Robert Lira Soares - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30(trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0633061-45.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: George Rodrigo Gomes Napoles - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30(trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM), ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0633805-40.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Jefferson Menezes de Almeida - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0633812-37.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Defiro o pedido de fls. 154. Ante o exposto, renove-se a citação através de carta precatória. À secretaria para expedir o supracitado documento. Após, intime-

se o exequente, mediante a publicação do presente despacho no DJE, para que pague o preparo, postagem e a diligência do Oficial de Justiça no juízo deprecado e imprima a carta e os documentos pertinentes, bem assim remeta-os ou protocole um processo eletrônico autônomo junto ao juízo deprecado. Saliento que o exequente deve comprovar nestes autos o protocolo da Precatória junto à vara competente, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção, salvo no caso de expedição de carta precatória para Comarcas do Estado do Amazonas, nos termos da Portaria n° 2072. Com a juntada do protocolo, o exequente deverá comprovar o cumprimento da diligência em até 6 (seis) meses, conforme enuncia o art. 261, § 2º e 3º, do CPC, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito. Mantenham-se os autos suspensos no aguardo do cumprimento da carta precatória, salvo se houver outras diligencias em curso. Cumpra-se.

ADV: CÉSAR AUGUSTO GOMES MONTEIRO (OAB 9696/AM) - Processo 0634394-32.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Lindalva Tavares Ramos - Analisando a petição de fls. 27, resolvo me acautelar, por ora, acerca do pedido de liminar contido no bojo da peça de ingresso, postergando sua apreciação para momento posterior à triangularização processual. Outrossim, defiro o pedido de citação dos réus por meio de Oficial de Justiça, todavia determino a redesignação da audiência marcada para o dia 30/09/2019, uma vez que não atenderá o prazo do art. 334 do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0635658-89.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Wilson Molina Porto - Dessa forma, analisando-se os presentes autos, verifico que o executado encontra-se em local incerto ou ignorado, razão pela qual defiro o pedido de fls. 106 e determino seja citado o executado por meio de edital, no prazo de 20 (vinte) dias, nos termos do art. 256 do CPC. Citado o executado e não apresentada sua defesa no prazo legal, determino seja dada vista dos presentes autos ao Curador de Ausentes, a possibilitar a realização do contraditório e do direito de defesa, nos termos do art. 72, II, do CPC. Cite-se. Cumpra-se

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0637553-80.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Perda de Bens e Valores - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado (fl. 50) juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MARIA DO CARMO ALVES (OAB 296853/SP) - Processo 0638258-15.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itau Seguros S/A - Ante o exposto, e mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na inicial, bem como EXTINGO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, NOS TERMOS DO ART. 487, I do CPC, para, nos termos do art. 3º, §1º, do Dec.-Lei n. 911/69, consolidar a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem móvel, marca VOLKSWAGEN, modelo VOYAGE, ano/modelo 2015, cor PRETO, renavam 01026113072, chassi 9BWDA45U9FT052807 e placa OXM-2985,, cuja apreensão liminar torno definitiva no patrimônio do credor fiduciário, cabendo às repartições competentes, quando for o caso, expedir certificado de registro de propriedade em nome do credor, ou terceiro por ele indicado, livre do ônus da propriedade fiduciária. Determino que o autor, após a venda do veículo objeto da lide, apresente prestação de contas em Juízo, no prazo de 10 (dez) dias, para apurar o valor a ser devolvido ao réu ou saldo da dívida a ser pago pelo mesmo. Pela sucumbência, condeno o réu ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios que, na forma do art. 85, § 2°, do CPC, fixo em 20% (vinte por cento) sobre o valor do proveito econômico obtido, este considerado a quantia referente à dívida ora exigida (purga da mora). Transitada esta em julgado e, observadas as cautelas devidas, dê-se baixa e arquivem-se os presentes. P. R. I. Cumpra-se.

ADV: MARIA FÁTIMA SILVA OLIVEIRA (OAB 6356/AM) - Processo 0640660-35.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Roberto Filho Quintino Araújo - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 26/09/2019, a partir das 13:30 hs., no endereço abaixo indicado.4 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.5- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo.Dr. Flaviano Bivaqua de Araújo Junior, CRM/AM-4335, CPF:613.382.572-34,na ONCLOCIN, sito a Av. Castelo Branco , 1779, Cachoeirinha, nesta cidade.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0640946-13.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Eddy Brito de Lima - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 25/09/2019, a partir das 08:30 hs., no endereço abaixo indicado.4 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.5- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo.Dr. Flaviano Bivaqua de Araújo Junior, CRM/AM-4335, CPF:613.382.572-34,na ONCLOCIN, sito a Av. Castelo Branco , 1779, Cachoeirinha, nesta cidade.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0641001-61.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Israel da Costa Amorim - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465,

§ 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 26/09/2019, a partir das 13:30 hs., no endereço abaixo indicado.4 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.5- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo.Dr. Flaviano Bivaqua de Araújo Junior, CRM/AM-4335, CPF:613.382.572-34,na ONCLOCIN, sito a Av. Castelo Branco , 1779, Cachoeirinha, nesta cidade.

ADV: ANA CAROLINE SILVA PICANÇO (OAB 14459/AM) - Processo 0641569-77.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Jacson Moreira da Silva - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 27/09/2019, a partir das 00:00 hs., no endereço abaixo indicado.4 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.5- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo.Dr. Flaviano Bivaqua de Araújo Junior, CRM/AM-4335, CPF:613.382.572-34,na ONCLOCIN, sito a Av. Castelo Branco , 1779, Cachoeirinha, nesta cidade.

ADV: TIAGO MANETTA FALCI FERREIRA (OAB 293643SP), ADV: RONALDO LÁZARO TIRADENTES (OAB 4113/AM), ADV: KIÊ MARIEE CAVALCANTE HARA (OAB 4779/AM) - Processo 0641579-29.2016.8.04.0001 - Produção Antecipada da Prova - Provas - REQUERENTE: Wilson Sardinha Aziago e outro - REQUERIDO: Rede de Rádio e Televisão Tiradentes Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta nas fls. 108-118, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: ÉRICO VIDAL ROTONDANO (OAB 10709/AM) - Processo 0644597-53.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Carlos Hallen Felix Barros - Como cediço nas Cortes Superiores, o benefício da gratuidade da Justiça não pode ser concedido por mera deliberação diante das afirmações do beneficiário, quando os elementos dos autos não trilham a mesma direção. Com efeito, para fins de concessão da assistência judiciária gratuita, carreio fileiras à corrente que entende não basta mais o singelo pedido, instruído com apenas declaração de pobreza. Não se discutia que a Lei 1060/50 em seu art. 4º (revogado pelo CPC/2015) previa a possibilidade de concessão da assistência judiciária pela só declaração do autor na inicial de sua necessidade. Aliás tal regra, apesar de mitigada, também está inserida no art. 99 §3º do CPC/2015, em relação a pessoas naturais. Entretanto a Constituição Federal não exclui a possibilidade de apreciação pelo juiz, das circunstâncias em que o pedido ocorre, já que exige a comprovação da insuficiência de recursos para a concessão da assistência judiciária àqueles que a alegam. No que diz respeito à determinação para comprovação da insuficiência de recursos, até porque fundamentada em preceito constitucional, há tempos vem decidindo os tribunais pátrios que "não é ilegal condicionar o juiz a concessão da gratuidade à comprovação da miserabilidade jurídica, se a atividade ou cargo exercidos pelo interessado fazem, em princípio, presumir não se tratar de pessoa pobre (STJ RT 686/185). No mesmo sentido: STJ REsp. n. 151.943/GO; TJSP AI n. 172.390-4/4-SP e extinto 2º TACSP AI n. 822.173-00/1. Tal entendimento jurisprudencial porque pacífico foi inserido na Lei 13.105/2015 (CPC/2015) no parágrafo 2º do art. 99. No mesmo sentido, a propósito: AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO - PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA INDEFERIDO - NÃO BASTA A MERA DECLARAÇÃO DE POBREZA - NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA - AUSENTES PROVAS DAS ALEGAÇÕES - REGIMENTAL CONHECIDO E NÃO PROVIDO. Ausentes nos autos provas que corroborem a alegada hipossuficiência, impõe-se o indeferimento da assistência judiciária. Nega-se provimento ao recurso se as razões do regimental não alteraram o entendimento anterior e, mormente, quando não demonstrado qualquer erro ou injustiça na decisão recorrida. (TJ-MS - AGR: 14139280420158120000 MS 1413928-04.2015.8.12.0000, Relator: Des. Marcos José de Brito Rodrigues, Data de Julgamento: 26/01/2016, 2ª Câmara Cível, Data de Publicação: 27/01/2016) Diante do exposto e de conformidade com o art. 5º, inc. LXXIV, da Constituição da República, comprove o requerente a condição de beneficiário da justiça gratuita, sob pena de indeferimento da gratuidade, devendo adotar as seguintes providências, juntando aos autos: Comprovante de rendimentos; Declaração de imposto de renda do último ano; Intime-se.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0650182-86.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - No exame preliminar dos argumentos do pedido e da documentação carreada aos autos, verifica-se a existência de um juízo de probabilidade, satisfazendo dessa forma as exigências do art. 700 do Código de Processo Civil, a ensejar o processamento da presente Ação Monitória. Diante do exposto, determino a expedição de carta de citação para pagamento da quantia em dinheiro, apontada na inicial (art. 700, I), no prazo máximo e improrrogável de 15 (quinze) dias, incluído o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído a causa, conforme caput do artigo 701, CPC. Advirto desde já que, se não opostos embargos no prazo retro, ou não realizado o pagamento, o referido mandado monitório se converterá de pleno direito em título executivo judicial, nos termos do que dispõe o art. 701, § 2° do CPC. Anote-se, de igual forma, que se ocorrer o pagamento no prazo, o réu ficará isento de custas processuais, em consonância com o disposto no § 1º do art. 701, também do CPC. Caso sejam apresentados embargos à monitória, suspenda-se a eficácia da decisão referida no caput do art. 701 até o julgamento em primeiro grau, segundo dispõe art. 702, § 4° do CPC . Ato contínuo ao recebimento dos embargos, intime-se o autor da monitória para que responda aos embargos em até 15 (quinze) dias, nos termos do art. 702, § 5º, do CPC. Cumpre ressaltar que o devedor poderá, mediante a comprovação de depósito de 30% (trinta por cento) do valor cobrado, acrescido de custas e honorários de advogado de 5% (cinco por cento), requerer o restante do pagamento em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos dos artigos 701, § 5º c/c 916, todos do CPC. Caso a carta expedida retorne negativa, consulte-se o(s) sistema(s) eletrônico(s) INFOJUD, SIEL, BACENJUD e/ou RENAJUD, a fim de localizar o atual endereço da parte ré, após o pagamento, no prazo de 05 (cinco) dias, dos emolumentos pertinentes a cada pesquisa solicitada, nos termos da Portaria nº 116/2017, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 485, IV e VI do CPC. Constatado um único endereço e diverso do que já fora efetuada a diligência, expeça-se imediatamente nova carta de citação, caso contrário, intime-se o autor para manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre as referidas consultas, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 485, IV e VI, do CPC. No caso de ser solicitada a expedição de mandado de pagamento, defiro-a desde logo, devendo a parte comprovar, no prazo de 15 (quinze) dias, o recolhimento das custas das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Tabela I do Provimento nº 261/2015 CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 485, IV e VI do CPC. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0650204-47.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vejo que as ações sequer possuem as mesmas partes, logo a suspeita de repetição de ação indicada pelo SAJ é verdadeira inconsistência do referido programa. Dessa feita, em observância ao princípio do juiz natural (art. 5.º, XXXVII, da CF/1988), entendo inexistir razão para a distribuição processual por dependência a vincular este Juízo. Posto que, tal distribuição por dependência acarreta incompetência absoluta deste Juízo, a qual pode ser, inclusive, declarada de ofício. Ordeno, pois, sejam os autos remetidos ao Setor de Distribuição Processual para que este ultime sua livre distribuição para uma das Varas Cíveis da Comarca da Capital. Intime-se a autora por publicação. Cumpra-se.

ADV: WANDERLEY ROMANO DANADEL (OAB 78870/MG) - Processo 0650217-46.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Banco Bradesco Cartões S/A - Desse modo, intime-se o requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, sanar o vício apontado, de modo a trazer aos autos o contrato original pelo qual por ora resgata seu crédito, sob pena de indeferimento da inicial e extinção do processo, ex vi dos arts. 321, parágrafo único c/c 485, I, do CPC. Cumpra-se.

ADV: CATHARINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 6484/AM), ADV: PALOMA TAVARES FEITOZA VIEIRA (OAB 8759/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: FERNANDO ALVES POMPEU (OAB 12220/AM), ADV: INGRID CRISTINE DE SÁ RIBEIRO PACHECO (OAB 12209/AM) - Processo 0655759-79.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Wagner Silva dos Santos e outro - REQUERIDO: Simois Empreendimentos Imobiliários Ltda e outro - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para indicar o endereço que deverá constar na carta, no prazo legal de 05 (cinco) dias, indicando informações que auxiliem no cumprimento, como rua, CEP, número, bairro, apartamento, sala, condomínio, complemento, etc. Havendo manifestação no sentido de se expedir mandado/carta para mais de um endereço ou de realizar consultas via sistemas judiciais, e não sendo o caso de benefício da justiça gratuita integral, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências.

ADV: JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JÚNIOR (OAB 45445/PR) - Processo 0659626-80.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: I. - Tendo em conta o prévio recolhimento das custas das diligências do Oficial de Justiça, como verificado em consulta ao SAJ-PG5, DEFIRO o pedido de fl. 35. Expeça-se o competente mandado de busca, apreensão e citação, a ser cumprido no endereço declinado na exordial. Cumpra-se.

ADV: VITOR KIKUDA (OAB 424A/AM), ADV: RODRIGO MEDEIROS LÓCIO (OAB 39972/PE) - Processo 0712667-69.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: ROBSON ANTÔNIO PEREIRA DA SILVA - REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - Primeiramente, na precisa hipótese dos autos o autor é beneficiário da justiça gratuita, portanto, conforme a Portaria 1.233/2012 o pagamento dos honorários do perito será efetuado pelo Tribunal de Justiça do Amazonas. Assim, em consonância com o artigo 6º da referida Portaria, o Tribunal de Justiça do Amazonas arcará com o pagamento dos honorários do experto até o limite de R$ 1.000,00 (mil reais), valor este que fixo como verba honorária. Em face a certidão de fl. 358, faz-se a necessidade de perícia, nomeio como perito a Dra. Kerolayne Mafra de Morais, Bacharela em Ciências Contábeis, inscrita no Conselho Regional de Contabilidade do Amazonas, CRC/AM, n° 016012/O-0, cujo endereço é Rua Misushiro, n° 154, Condomínio Acqua, Torre 3, apt 74, Parque Dez, CEP 69054-672, Manaus/AM, telefone (92) 99167-9235 e (92) 98173-7256 com e-mail: maframoraiscontabil@gmail.com onde deverá ser intimada para informar, no prazo de 05 (cinco) dias, se aceita o encargo e adotar as medidas necessárias à realização do exame pericial, conforme art. 465, § 2° do CPC. Intimem-se os litigantes para, em 15 (quinze) dias, arguirem o impedimento/suspeição do perito nomeado, se for o caso; indicarem assistentes técnicos e formularem quesitos, querendo, nos termos do art. 465, §1°, I, II e III do CPC. Após, intime-se o perito e assistentes, se indicados, para a efetivação da perícia. Assinalo o prazo máximo de 60 dias, contados da realização da perícia, para a entrega do laudo em Juízo (art. 465 do CPC). As partes serão intimadas para, querendo, manifestar-se sobre o laudo do perito do juízo no prazo comum de 15 (quinze) dias, podendo o assistente técnico de cada uma das partes, em igual prazo, apresentar seu respectivo parecer, nos termos do art. 477, §1° do CPC. Transitada em julgada a presente demanda, expeça-se o competente alvará judicial em favor do perito. Após, deverão ser os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se. Caso haja recusa à nomeação, voltem-me conclusos.

Adriana Ferreira do Nascimento (OAB 5498/AM)
Alessandra Azevedo Araújo Furtunato (OAB 4705/AC)
Alexsandro Silva dos Santos (OAB 12290/AM)
Ana Carolina Sousa Cei (OAB 8349/AM)
Ana Caroline Silva Picanço (OAB 14459/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 1026A/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio Reynaldo Campos Sampaio (OAB 7372/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Catharina Ribeiro Botelho (OAB 6484/AM)
César Augusto Gomes Monteiro (OAB 9696/AM)
Diego dos Santos Lima (OAB 33773/SC)
Edson Amaral dos Santos (OAB 8274/AM)
Elbe Renan de Oliveira da Silva (OAB 9883/AM)
Érico Vidal Rotondano (OAB 10709/AM)
Erika Seffair Riker (OAB 7735/AM)
Fabiana Monteiro Conti Della Manna (OAB 155929/SP)
Fabiano Vítor da Cruz Santana (OAB 12287/AM)
Fernando Alves Pompeu (OAB 12220/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)
Igor Almeida Rebelo (OAB 7529/AM)
Ingrid Cristine de Sá Ribeiro Pacheco (OAB 12209/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Joany Sillas Pereira (OAB 9646/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
José Carlos Skrzyszowski Júnior (OAB 45445/PR)
Jozelúcia Lima Maciel (OAB 7160/AM)
Kássio Almeida Faye das Chagas (OAB 10208/AM)
Ketllen Braga Castro (OAB 12518/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Kiê Mariee Cavalcante Hara (OAB 4779/AM)
Laura Maria Santiago Lucas (OAB 4872/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Luana de Assis Pires (OAB 5030/AM)
Marcelo Jorge Martins (OAB 8634/PI)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Maria do Carmo Alves (OAB 296853/SP)
Maria Fátima Silva Oliveira (OAB 6356/AM)
Mário Jorge Oliveira de Paula Filho (OAB 2908/AM)
Mauro de Melo Botelho Júnior (OAB 3305/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Michele Ferreira de Alencar (OAB 11864/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Paloma Tavares Feitoza Vieira (OAB 8759/AM)
Penélope Aryadne Antony Lira (OAB 7357/AM)
PUALLO PORTO PEREIRA (OAB 10278/AM)
Renata Lange Moura (OAB 183473/SP)
Roberto Bruno Alves Pedrosa (OAB 8200B/PA)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Rodrigo Medeiros Lócio (OAB 39972/PE)
Rogério Pinto Martins (OAB 31084/CE)
Ronaldo Lázaro Tiradentes (OAB 4113/AM)

Sandra Joelma P. PAiva Vaz (OAB 8831/AM)
Sarah Correia Oliveira (OAB 8781/AM)
Tiago Manetta Falci Ferreira (OAB 293643SP)
Victor Eduardo Lopes Barreto (OAB 13515/AM)
Vilson Gomes Benayon Filho (OAB 4820/AM)
Vitor Kikuda (OAB 424A/AM)
Wanderley Romano Danadel (OAB 78870/MG)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Yonete Melo das Chagas (OAB 8827/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 19ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO ROGERIO JOSÉ DA COSTA VIEIRA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CYNTHIA MARIA JACOB ROCHA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0275/2019

ADV: JÚLIO DE CARVALHO PAULA LIMA (OAB A1149AM), ADV: NATASHA CRISTINA PEREIRA DE JESUS (OAB 8437/AM), ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG) - Processo 0019863-44.2006.8.04.0001 (001.06.019863-0) - Cumprimento de sentença - Rescisão / Resolução - EXEQUENTE: Unipar Construtora Ltda - EXECUTADO: João Paulino Machado da Costa (J. P. M. da Costa) ‘ Strutura ‘ - INTSSADO: Juízo da 8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho da Comarca de Manaus/AM - João Paulino Machado da Costa - ssim, dando prosseguimento ao feito, defiro petitório de fls. 440/441 e homologo a proposta de parcelamento da dívida com o pagamento das parcelas subsequentes na mesma data da entrada (02) e desde logo , defiro a expedição de alvará do sinal pago pelo executado em favor do credor . Em relação ao pedido de complementação do sinal , ao entendimento do valor da entrada ter sido inferior ao devido em R$1.283,64 , no sentido de não haver decisão surpresa, concedo vista ao executado para se manifestar no prazo de 05 dias. Intime-se . Cumpra-se.

ADV: AMANDA DIAS SIMÕES DE OLIVEIRA (OAB 12445/AM), ADV: ALTAMIR DA SILVA VIEIRA JUNIOR (OAB 12961/AM), ADV: ALTAMIR DA SILVA VIEIRA JÚNIOR (OAB 12961/AM) - Processo 0022215-09.2005.8.04.0001 (001.05.022215-6) - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Escritório de Arrecadação e Distribuição - ECAD - REQUERIDO: Mário Jorge Serafim da Silva - Considerando o prazo da prescrição intercorrente ainda em curso, e diante do petitório de fls. 330/331, determino a intimação da parte autora para manifestar o seu interesse no prosseguimento do feito, e requerer o que entender de direito. Cumpra-se.

ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 1213A/AM) - Processo 0201916-22.2008.8.04.0001 (001.08.201916-0) - Depósito - Depósito - REQUERENTE: Banco PSA Finance Brasil S/A - Banco ABN AMRO REAL S.A - REQUERIDA: CLP da Amazônia - ME - Defiro o pedido de desarquivamento, com vista dos autos em Secretaria pelo prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM) - Processo 0214381-29.2009.8.04.0001 (001.09.214381-5) - Busca e Apreensão - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MÃO PADRONIZADOS AMERICA MULTICARTEIRA - REQUERIDO: Carlos D’Alessandro Alegre Capella - Defiro o pedido de fls 92. Assim, determino seja expedido ofício ao Detran/AM para desbloqueio do veículo bloqueado às fls.36. Após, mantenho os autos baixados e arquivados.

ADV: CAIO AUGUSTO MASCARENHAS DIAS (OAB 4100/AM), ADV: JOSÉ RICARDO GOMES DE OLIVEIRA (OAB 5254/AM) - Processo 0260864-49.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Unimed Manaus - Cooperativa de Trabalho Médico - EXECUTADO: Balda Lumberg Technologies Plásticos da Amazônia Indústria e Comércio Ltda. - Intime-se pessoalmente a parte autora para apresentar novo patrono a fim de regularizar a sua representação, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 76, § 1°, I do CPC. Cumpra-se.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0266341-53.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADA: M. A. Comércio de Gêneros Alimentícios Ltda. - Ana de Oliveira Pantoja - Manuel de Nazare Paiva Pantoja - Defiro petitório de fls. 130/131, razão pela qual, determino a consulta no INFOJUD, incluindo as 3 (três) últimas declarações de Imposto de Renda, bem como as Declarações sobre Operações Imobiliárias (DOI) e de Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (DITR) dos , com o objetivo de verificar se existem bens passíveis de constrição judicial. Exequente: Banco Bradesco S/A. Executados: M. A. Comércio de Gêneros Alimentícios Ltda., Ana de Oliveira Pantoja e Manuel de Nazare Paiva Pantoja. CPF/CNPJ dos executados: 84.132.463/0001-05, 275.185.402-82 e 027.710.202-20. No entanto, em observância ao que determina a Portaria 116/2017- TJ, tal medida fica condicionada ao pagamento das custas devidas à consulta. Portanto, intime-se o exequente para que efetue o recolhimento no prazo de 05 (cinco) dias. Após, intime-se o exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, se manifestar sobre resultado de diligência. Cumpra-se

ADV: ALDINE ANDRADE DE MACEDO (OAB 8204AM), ADV: RODRIGO CAVALCANTE DOS SANTOS (OAB 8943/AM), ADV: RUBENITO CARDOSO DA SILVA JÚNIOR (OAB 4947/AM), ADV: VANYLTON BEZERRA DOS SANTOS (OAB 7719/AM), ADV: LUCAS LEOPOLDINO MARINHO LARANJEIRAS (OAB 10625/AM) - Processo 0600289-05.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Estabelecimentos de Ensino - REQUERENTE: JOILMA PEREIRA DA SILVA - REQUERIDO: E DE L E LIMA & CIA LTDA (ESBAM) ESCOLA SUPERIOR BATISTA DO AMAZONAS - Trata-se de incidente de desconsideração da personalidade jurídica em sua modalidade direta. Defiro em parte o pedido de fls. 315/321, assim processe-se o presente incidente de desconsideração da personalidade jurídica apresentado em desfavor de E. De Lima e Cia. Ltda - Escola Superior Batista do Amazonas - ESBAM. Preenchidos os requisitos autorizadores de seu regular processamento, citem-se os sócios da pessoa jurídica ré para, querendo, manifestar-se e requerer as provas cabíveis no prazo de 15 (quinze) dias, conforme artigo 135, CPC. Para tanto, determino a intimação do requerente para promover a citação, devendo apresentar o nome dos sócios a serem citados. Após, expeça-se carta de citação. Caso retorne negativa, consulte-se o sistema de informações ao judiciário (INFOJUD), o Sistema de Informação Eleitoral (SIEL), além dos Sistemas BACENJUD E RENAJUD, a fim de localizar o atual endereço da parte requerida. Após, intime-se a parte requerente, através de seu patrono, para se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias, acerca das referidas consultas, a fim de promover a citação do requerido, sob as penas do artigo 240, § 2º, CPC. Caso solicitada expedição de mandado de citação, defiro-a desde logo, devendo a parte comprovar o recolhimento das custas das diligências do Oficial de Justiça, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes na Portaria nº116/2017 do TJAM. Cumpra-se. Intime-se. Cite-se.

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: GERSICA BARBOSA DA CUNHA (OAB 14051/AM), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM) - Processo 0604748-50.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: ANDRE LUIS COSTA E SILVA - REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS - Trata-se de cumprimento de sentença. Compulsando os autos, verifico que a parte exequente não observou os requisitos necessários para dar início a esta fase processual, especialmente ao disposto no art. 524 do CPC. Diante disso, tenho por bem intimar a parte exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar sua petição, bem como apresentar planilha atualizada do valor apurado na condenação. Nos casos em que envolvam o INSS, poderá a parte exequente manifestar sua opção pela execução invertida, onde a autarquia apresentará os cálculos da condenação que entende devido. Outrossim, verifico que foi determinado em sentença o restabelecimento de auxílio-doença acidentário, razão pela qual determino que seja intimada Agencia da Previdência Social de Atendimento das Demandas Judiciais - APSADJ - para as providencias necessárias no sentido de restabelecer o benefício em favor do autor, sob pena de multa no valor de R$ 500,00 por dia de atraso, primeiramente até o limite de 30 dias, sem prejuízo de nova avaliação após decorrido o prazo, conforme dispõe o art. 536, § 1° do CPC. Após, voltem-me

os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO JOSÉ BATISTA NOGUEIRA (OAB 6834/AM) - Processo 0606913-70.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: VIA MARCONI VEICULOS LTDA - EXECUTADO: Auto Pronto Ltda - Ante a inércia do Sr. Oficial de Justiça em devolver o mandado número 001.2014/022330-5, oficie-se à Central de Mandados para que proceda a intimação do Sr. Oficial de Justiça encarregado de cumprir o Mandado de fls. 30, para que devolva o aludido Mandado devidamente cumprido e/ou justifique a razão do não cumprimento até a presente data, no prazo de 05 (cinco) dias. Na decorrência do prazo, com ou sem pronunciamento, voltem-me conclusos. Cumpra-se.

ADV: ÉLIO FRANCISCO DE CARVALHO (OAB 493/AM), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ) - Processo 0607653-91.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Seguro - EXEQUENTE: Braulio Alvarez Alvarez - Candida Rosa Machuca Vargas - EXECUTADO: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais S/A - Intime-se a parte executada, nos termos do artigo 513, §2º do CPC, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública ou quando não tiver procurador constituído nos autos, salvo revel citado por edital; por edital, se, citado desta forma, tiver sido revel na fase de conhecimento, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a parte executada efetue o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor da parte exequente para levantamento do respectivo valor. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, ressaltando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15 (quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais, nos termos da Portaria nº 116/2017 PTJ. Ultimadas tais providências, intime-se a parte exequente para se manifestar no prazo de quinze dias sobre a impugnação. Em caso de não recolhimento, ou, ainda, de adimplemento a menor das referidas custas, voltem-me os autos conclusos. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do CPC, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, não sendo o caso de gratuidade judiciária. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC, em desfavor da parte executada. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executada para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a constrição dos valores, nos termos do art. 525, §11, do CPC. Na hipótese de insuficiência da penhora e desde que pagos, no prazo de 05 (cinco) dias, os emolumentos processuais concernentes à consulta aos sistemas mencionados, conforme Lei n. 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, efetue-se a pesquisa de bens em nome da parte executada, por meio do INFOJUD e do RENAJUD. Autorizo, desde logo, a constrição, mediante RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome do devedor. Após, intimem-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão, na forma do artigo 921, III do CPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do CPC. Cumpra-se.

ADV: CAMILA CEOLIN LIMA (OAB 152308/MG), ADV: FRANCISCO HONORATO DE BRITO (OAB 6638/AM) - Processo 0610351-65.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Paulo Roberto Marques Junior - REQUERIDO: André Ramos Santos Dezincourt - Localiza Rent A Car S/A - Defiro o pedido de reconstituição do acidente de trânsito objeto da lide realizado pela parte ré. Entretanto, decorre da experiência deste Julgador o ínfimo resultado positivo dos ofícios à DEAT com o fito de realizar reconstituição de acidentes de trânsito, muitos dos quais nem ao menos são respondidos (malgrado reiterações). Diante disso, determino que seja expedido ofício à Secretaria de Segurança Pública do Estado para que indique, no prazo de 05 (cinco) dias, o departamento competente pelas reconstituições de acidentes de trânsito. Cumpra-se.

ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: DANIEL FÁBIO JACOB NOGUEIRA (OAB 3136/AM), ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0612236-51.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Vanice Teixeira dos Reis - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Pelas razões apresentadas, julgo Improcedente o pedido . Ante a impossibilidade da fixação dos honorários advocatícios com base em salários mínimos (Súmula nº 201 do Egrégio Superior Tribunal de Justiça), condeno o autor ao pagamento de verba honorária fixada em 10% sobre o valor da causa , entretanto, por ser a parte sucumbente beneficiária da justiça gratuita, a execução ficará suspensa pelo prazo de 5 (cinco) anos.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0613936-04.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADA: Plasmetallo Indústria de Componentes Plásticos e Metálicos Ltda - Marcos Chinelato - Defiro parcialmente o pedido de fls.134/135. Proceda-se ao registro de penhora dos imóveis que constam às fls. 116/117 e 118/122 (matrículas 2.291 e 5.077) através do sistema E-ridft. Em observância ao que determina a Portaria 116/2017- TJ, tal medida fica condicionada ao pagamento das custas devidas à consulta. Portanto, intime-se a parte autora para que efetue o recolhimento no prazo de 05 (cinco) dias. Quanto ao pedido de penhora do imóvel de matrícula nº217, indefiro, visto que, analisando a matrícula, verifico que foi adquirido por pessoa alheia ao presente processo, Sra. Rosa Maria Ferreira Clemente. Outrossim, indefiro o pedido de citação, posto que já houve a citação por edital em face dos executados. Cumpra-se.

ADV: ERIVELTON PINHEIRO DE MENEZES (OAB 7181/AM), ADV: EWERTON SMITH DO NASCIMENTO (OAB 9715/AM) - Processo 0614797-48.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: A. L. F. Fernandes - EPP - REQUERIDO: Tupinamba & Vieiralves Advogados Associados - Compulsando os autos, verifico que no Termo de audiência de conciliação (77/78), a parte requerente concorda com a manifestação do réu de fls.70/71 onde requereu a redesignação da audiência, bem como inclusão no pólo passivo de Ana Cláudia Conde Vieiralves e Alexandre Correa Lima. Assim, determino que a parte requerente promova a citação de ambos, no prazo de 10 (dez) dias, devendo indicar endereço e recolher custas para expedição de carta/mandado. Ou, caso não saiba informar o endereço, deve recolher custas para consultas eletrônicas de endereço. Após, remetam-se os autos ao CEJUSC para nova tentativa de conciliação, com as ressalvas de praxe. Cite-se. Cumpra-se.

ADV: JACOB & NOGUEIRA ADVOGADOS (OAB 192/AM), ADV: DANIEL FÁBIO JACOB NOGUEIRA (OAB 3136/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: FRANCISCO JACQUES DE AMORIM (OAB 5257/AM) - Processo 0615819-73.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Condomínio do Edifício Comendador José Cruz (Condomínio Personnalité) - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Trata-se ação ordinária com pedido de restituição de valor pago, danos morais e repetição de indébito, no qual a requerida realiza a prestação de serviços de fornecimento de águas, a partir de contrato de concessão publica com o Município de Manaus para prestar os serviços a toda municipalidade. Verifica-se na contestação , o pedido de denunciação a lide pela Águas de Manaus contra o Município de Manaus , porém, desde logo , INDEFIRO o pedido uma vez que, as pessoas jurídicas de direito público e as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público respondem objetivamente pelos danos que causarem a terceiros, com fundamento no art. 37, § 6º, da Constituição Federal, tanto por

atos comissivos quanto por atos omissivos, em situações como a ora em exame, desde que demonstrado o nexo causal entre o dano e a omissão, ainda queaconduta não lhe possa ser diretamente imputada, mas resulte do risco da atividade. Da análise dos autos percebo que a audiência de conciliação, instrução e julgamento , faz-se necessária a fim de obter maiores dados para informar o processo e subsidiar a sentença .Dessarte, determino que seja pautada a audiência e intimadas as partes e seus representantes legais para que compareçam ao ato.

ADV: MÁRCIA REGINA BARROSO COSTA (OAB 5130/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0617490-39.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Marcos Valério Mendonça Baia - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Dando prosseguimento ao feito, em razão do teor da certidão de fl. 744 e, verificando a premência de exame pericial para efetivo deslinde da causa, nos termos do art. 370 do CPC, nomeio como perito deste Juízo o Dr. Caio Victor Hayden Frota, especialidade perícia grafotécnica, cujo endereço é Rua 23, n° 856, Conjunto Castelo Branco, Paquê Dez, CEP 69055-410, Manaus/AM, WhatsApp: (92)98127-5207, e-mail: victorhayden.f@gmail.com e victorhayden@compej.org.br, onde deverá ser intimado para informar se aceita o encargo mediante recebimento dos honorários abaixo estipulados, bem ainda adotar as medidas necessárias à realização do entelado exame. Sendo a parte autora, responsável pelo referido pedido, beneficiária da gratuidade judiciária, consigno que nos termos do art. 6º, da Portaria 1.233/2012, da Presidência deste E. Tribunal de Justiça, o pagamento dos pertinentes honorários periciais ficará ao encargo do próprio Tribunal, que o efetuará somente após o trânsito em julgado da presente demanda, no valor de R$1.000,00 (um mil reais), qual fixo desde logo. Intimem-se os litigantes para, em 15 (quinze) dias, arguirem o impedimento/suspeição do perito nomeado, se for o caso; indicarem assistentes técnicos e formularem quesitos, querendo, nos termos do art. 465, §1°, I, II e III do CPC. Após, intime-se o perito e assistentes, se indicados, para a efetivação da perícia informando a data e local em que poderá realizar a perícia judicial. Assinalo o prazo máximo de 60 dias, contados da realização da perícia, para a entrega do laudo em Juízo (art. 465 do CPC). As partes serão intimadas para, querendo, manifestar-se sobre o laudo do perito do Juízo no prazo comum de 15 (quinze) dias, podendo o assistente técnico de cada uma das partes, em igual prazo, apresentar seu respectivo parecer, nos termos do art. 477, §1° do CPC. Após, deverão ser os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se. Caso haja recusa à nomeação, voltem-me conclusos.

ADV: MARCELO CANDIOTTO FREIRE (OAB 346433SP) - Processo 0618162-13.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Promessa de Compra e Venda - EXEQUENTE: Ônix Empreendimentos Imobiliários Ltda. - EXECUTADO: Aldemir Araújo Ribas - Defiro o pedido de fls.195/196, referente à substituição processual. Proceda-se conforme ali indicado.

ADV: RODRIGO SILVA DO VALLE (OAB 9148/AM) - Processo 0618896-27.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: J. B. da Silva & Cia. Ltda. - EXECUTADO: H da M Q de Aquino - Compulsando os autos, verifico que a parte, não obstante ter sido citada, não pagou, nem tampouco indicou bens à penhora, razão pela qual determino a penhora “on line”, a teor da inteligência dos arts. 835, inciso I, e 854, ambos da Lei Adjetiva Civil, notadamente por se tratar da medida executiva prevalente. Assim, dando prosseguimento ao feito, defiro parcialemente o petitório de fls. 92, razão pela qual, determino o bloqueio do valor de R$ 8.939,75 no BACEN JUD em desfavor da executada no CPF/CNPJ n°22.093.377/0001-75. Determino ainda o bloqueio no RENAJUD dos veículos em nome do executado para pagamento da dívida Entendo, todavia, que cabe à parte autora a atualização, por simples cálculo aritmético, do seu crédito. Outrossim, em observância ao que determina a Portaria 116/2017- TJ, tal medida fica condicionada ao pagamento das custas devidas à consulta. Portanto, intime-se a parte autora para que efetue o recolhimento no prazo de 05 (cinco) dias. Efetuada a penhora, intime-se o réu, na pessoa de seu advogado ou, não tendo, pessoalmente para se manifestar em 05 dias, nos termos do art. 854, § 2° do CPC. Em caso negativo, intime-se o exequente para se manifestar sobre o prosseguimento do feito e requerer o que entender de direito. Cumpra-se.

ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM), ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0619457-56.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Indefiro o pedido de fls. 68, pois o ônus de diligenciar quanto a obtenção de CPF para fins de citação é do autor. Desse modo, intime-se o autor, para dar andamento ao feito, e fornecer o CPC do Sr. Jefferson da Silva Oliveira, de modo a possibilitar a realização de consultas ou requerer o que entender de direito, no sentido de promover a citação, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, inc. IV do Caderno Processual Civil. Cumpra-se.

ADV: CARLOS ROBERTO DENESZCZUK ANTÔNIO (OAB 146360/SP), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: ANA PAULA NAZARETH BABBULIN (OAB 187306/SP) - Processo 0620221-71.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - EXECUTADO: BDS Confecções Ltda (Bicho da Seda) - Luiz Augusto Barreto Rocha - Suely Campos de Araújo Rocha - Raimunda Campos de Araújo - Peregrino Cavalcante de Araújo - Dê-se vista dos autos à parte executada para que se manifeste acerca da petição de fls.228/230 e documentos anexos. Cumpra-se.

ADV: ADRIANO DE OLIVEIRA LEITE (OAB 4609/AM), ADV: MAURO EDUARDO LIMA DE CASTRO (OAB 146791/SP), ADV: FELIPE DE CARVALHO SOARES (OAB 335936/SP) - Processo 0621040-71.2018.8.04.0001 - Produção Antecipada da Prova - Liminar - REQUERENTE: I. - C. - REQUERIDO: I. - Trata-se de pedido de reconsideração formulado pela parte autora às fls.154/163, o qual pretende a modificação da decisão proferida às fls. 150/152. Inicialmente, cumpre destacar, no tocante às decisões interlocutórias, que a parte interessada dispõe de recurso para pugnar pela reforma do decisum. Nessa esteira, não se pode olvidar que o princípio da taxatividade recursal não admite a criação de qualquer espécie recursal sem a existência de lei federal prévia que o faça. Ademais, a parte autora faz menção a documento em língua inglesa, o qual, nos termos do artigo 192, parágrafo único, do CPC, deveria estar acompanhado de versão em português realizada por tradutor juramentado, razão pela qual não conheço dos aludidos documentos em língua inglesa que constam nos autos. Assim. tenho que o pedido de reconsideração nos moldes postos, sem previsão expressa em lei, inova e se reveste de recurso não previsto no ordenamento jurídico. Em razão disso, não conheço o pedido de fls. 154/163, por falta de previsão legal, mantendo-se a decisão de fls. 150/152. Por fim, verifico que não houve interposição de recurso contra a decisão acima citada, razão pela qual, determino baixa e arquivamento dos presentes autos, conforme já determinado às fls.152. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Intimem-se.

ADV: RENATA ANDRÉA CABRAL PESTANA VIEIRA (OAB 3149/AM), ADV: JULIANA FERREIRA CORRÊA (OAB 7589/AM), ADV: MAXSUEL DA SILVEIRA RODRIGUES (OAB 7118/AM), ADV: RODRIGO SANTOS DA SILVA (OAB 10696/AM) - Processo 0621386-22.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Mirian Pinheiro da Silveira - REQUERIDO: Federação das Unimeds da Amazônia - Compulsando os autos, mais especificamente a contestação, verifico que a parte ré impugnou o benefício de justiça gratuita concedido à autora e como cediço nas Cortes Superiores, o aludido benefício não pode ser concedido por mera deliberação diante das afirmações do beneficiário, quando os elementos dos autos não trilham a mesma direção. Com efeito, para fins de concessão da assistência judiciária gratuita, carreio fileiras à corrente que entende não basta mais o singelo pedido, instruído com apenas declaração de pobreza. Não se discutia que a Lei 1060/50 em seu art. 4º (revogado pelo CPC/2015) previa a possibilidade de concessão da assistência judiciária pela só declaração do autor na inicial de sua necessidade. Aliás tal regra, apesar de mitigada, também está inserida no art. 99 §3º do CPC/2015, em relação a pessoas naturais. Entretanto a Constituição Federal não exclui a possibilidade de apreciação pelo juiz, das circunstâncias em que o pedido ocorre, já que exige a comprovação da insuficiência de recursos para a concessão da assistência judiciária àqueles que a alegam. No que diz respeito à determinação para comprovação da insuficiência de

recursos, até porque fundamentada em preceito constitucional, há tempos vem decidindo os tribunais pátrios que "não é ilegal condicionar o juiz a concessão da gratuidade à comprovação da miserabilidade jurídica, se a atividade ou cargo exercidos pelo interessado fazem, em princípio, presumir não se tratar de pessoa pobre (STJ RT 686/185). No mesmo sentido: STJ REsp. n. 151.943/GO; TJSP AI n. 172.390-4/4-SP e extinto 2º TACSP AI n. 822.173-00/1. Tal entendimento jurisprudencial porque pacífico foi inserido na Lei 13.105/2015 (CPC/2015) no parágrafo 2º do art. 99. No mesmo sentido, a propósito: AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO - PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA INDEFERIDO - NÃO BASTA A MERA DECLARAÇÃO DE POBREZA - NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA - AUSENTES PROVAS DAS ALEGAÇÕES - REGIMENTAL CONHECIDO E NÃO PROVIDO. Ausentes nos autos provas que corroborem a alegada hipossuficiência, impõe-se o indeferimento da assistência judiciária. Nega-se provimento ao recurso se as razões do regimental não alteraram o entendimento anterior e, mormente, quando não demonstrado qualquer erro ou injustiça na decisão recorrida. (TJ-MS - AGR: 14139280420158120000 MS 1413928-04.2015.8.12.0000, Relator: Des. Marcos José de Brito Rodrigues, Data de Julgamento: 26/01/2016, 2ª Câmara Cível, Data de Publicação: 27/01/2016) Diante do exposto e de conformidade com o art. 5º, inc. LXXIV, da Constituição da República, determino que a requerente comprove a condição de beneficiária da justiça gratuita, colacionando aos autos seu comprovante de rendimentos, declaração de imposto de renda atualizada e demais documentos que entenda pertinentes para justificar sua alegada condição de hipossuficiente financeira. No mais, indefiro o pleito da parte ré de requerimento de documentos do grupo familiar da autora, visto não ser razoável determinar juntada de documentos para fins de aferição de gratuidade de pessoas totalmente alheias ao presente processo, até mesmo porque quem consta no pólo ativo da demanda é tão somente a requerente. Após a juntada, voltem os autos conclusos para decisão. Cumpra-se.

ADV: PEDRO HENRIQUE BARROS DE SENA (OAB 13600/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: SÍLVIO BENEDICTO ABIBE ARANHA FILHO (OAB 11956/AM), ADV: CARLOS MURILO LAREDO SOUZA (OAB 7356/AM), ADV: MATHEUS DE SOUZA DEMASI (OAB 11327/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: INGRID CRISTINE DE SÁ RIBEIRO PACHECO (OAB 12209/AM) - Processo 0621803-72.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0617739-19.2018.8.04.0001) - Despejo - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Rosana Administradora Ltda - REQUERIDO: L Y Kajita Me - À secretaria para que certifique quanto à apresentação da contestação/citação.

ADV: ODEMILTON PINHEIRO MACENA JÚNIOR (OAB 7155/AM) - Processo 0623360-31.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Arlete Paulain Pereira - EXECUTADA: Michelle Guimarães Maciel - Vera Lucia dos Santos Almeida - Gean da Silva Sales - Dessa forma, analisando-se os presentes autos, verifico que o executado encontra-se em local incerto ou ignorado, razão pela qual defiro o pedido de fls. 75/76 e determino seja citado o executado por meio de edital no prazo de 20 (vinte) dias, nos termos do art. 256 do CPC. Citado o executado e não apresentada sua defesa no prazo legal, determino seja dada vista dos presentes autos ao Curador de Ausentes, a possibilitar a realização do contraditório e do direito de defesa, nos termos do art. 72, II, do CPC. Cite-se. Cumpra-se

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0623572-91.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: S. F. SEIXAS - SEBASTIÃO FONSECA SEIXAS - Em face ao tempo decorrido sem qualquer manifestação da parte, inclusive quanto ao Ato Ordinatório de fls. 122, intime-se, pessoalmente, o Exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar o seu interesse no prosseguimento do feito, e requerer o que entender de direito, sob pena de extinção por abandono (art. 485, III, do CPC). Na decorrência do prazo, com ou sem pronunciamento, voltem-me conclusos. Cumpra-se.

ADV: MARCO ANTÔNIO CRESPO BARBOSA (OAB 115665/SP), ADV: MICHELLE NASCIMENTO TACHY COELHO (OAB 9918/AM) - Processo 0624021-49.2013.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Tiago Cauassa Leão - Da análise detida dos autos, verifico que a guia de fl. 33 foi indevidamente emitida, vez que este Juízo ao homologar a desistência requerida, consoante sentença de fl. 27, determinou a devolução do mandado sem cumprimento, dando por quitadas as custas processuais. Ante o exposto, remetam-se os autos à Contadoria para proceder ao cancelamento da cobrança. Após, proceda-se ao arquivamento e à baixa do processo. Cumpra-se.

ADV: HENRIQUE DA CUNHA TAVARES (OAB 10159/ES), ADV: YARA FONSECA DE ALBUQUERQUE SOARES (OAB 4264/AM), ADV: WILLIAM CARMONA MAYA (OAB 257198/SP), ADV: FERNANDO DÊNIS MARTINS (OAB 182424/SP) - Processo 0624434-23.2017.8.04.0001 - Recuperação Judicial - Administração judicial - REQUERENTE: Servigran Mármores e Granitos Ltda - INTSSADO: Itaú Unibanco S/A - PERITO: FERNANDO ANTONIO FERREIRA DE MACEDO - PERITO - INTSSADO: Gramarcal Granitos Marmores e Calcareos Ltda - Conclusos os autos para decisão , o requerente interpôs petição e documentos sobre questão atinente a lide, contradizendo o parecer ministerial sobre a apresentação intempestiva do Plano de Recuperação Judicia, . Demonstrando a viabilidade da recuperação judicial, em seu parecer , o apontamento da intempestividade da apresentação do plano não deve ser acolhida, uma vez que pacífico o entendimento de que a contagem do prazo se dá por dias úteis , em observância ao disposto no Código de Processo Civil 2015. Ao presente momento, penso que o autor já vem se beneficiando da suspensão dos prazos inerentes a execução de credores, não sendo caso de prorrogação , uma vez que não diligenciou por todo o período para viabilizar o trabalho do Administrador Judicial nomeado, com o acerto da proposta de honorários, uma vez que são necessários os devidos ajustes com o representante judicial perante o processo de recuperação judicial, pelo qual também o indefiro . Ao exposto, neste momento ainda não se justifica a convolação em falência, sendo tempestivo o plano pela contagem do prazo em dias úteis, razão pelo qual o indefiro o pedido do órgão ministerial. Ante a necessidade de ajustes do Plano de Recuperação, o que não se justifica a demora do recuperando em viabilizar o trabalho do Administrador Judicial , sendo imprescindível que a nomeação fique devidamente assentada nos autos, para prover o juízo de informações a respeito da recuperação judicial , haja vista que vão fazer 02 anos do despacho de nomeação . No sentido de oportunizar o amplo direito de defesa e não haver decisão surpresa, na forma do artigo 9 e 10 do CPC , concedo vista ao Requerente, pelo prazo de 15 dias , para saneamento do feito perante o Administrador Judicial, assim como o último balanço contábil da empresa, sob pena de convolação em falência . Prestadas as informações e regularizada a atuação do Administrador Judicial, abra-se vista ao Administrador e em seguida ao Ministério Público para manifestação sucessivamente pelo prazo de 15 dias. Intime-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0628382-02.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Edivam Alves Macedo Campos - Intime-se a parte executada, nos termos do artigo 513, §2º do CPC, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública ou quando não tiver procurador constituído nos autos, salvo revel citado por edital; por edital, se, citado desta forma, tiver sido revel na fase de conhecimento, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a parte Executada efetue o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor da parte Exequente para levantamento do respectivo valor. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, ressaltando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem

o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15(quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais, nos termos da Portaria nº 116/2017 PTJ. Ultimadas tais providências, intime-se a parte exequente para se manifestar no prazo de quinze dias sobre a impugnação. Em caso de não recolhimento, ou, ainda, de adimplemento a menor das referidas custas, voltem-me os autos conclusos. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do CPC, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC, em desfavor de Edivam Alves Macedo Campos, CPF n° 363.033.802-04 Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executada para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a constrição dos valores, nos termos do art. 525, §11, do CPC. Na hipótese de insuficiência da penhora e desde que pagos, no prazo de 05 (cinco) dias, os emolumentos processuais concernentes à consulta aos sistemas mencionados, conforme Lei n. 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, efetue-se a pesquisa de bens em nome da parte executada, por meio do INFOJUD e do RENAJUD. Autorizo, desde logo, a constrição, mediante RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome do devedor. Após, intimem-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão, na forma do artigo 921, III do CPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do CPC. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0629129-49.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - EXECUTADA: Rosângela Cardoso de Castro Bicharra - Intime-se a parte executada, nos termos do artigo 513, §2º do CPC, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública ou quando não tiver procurador constituído nos autos, salvo revel citado por edital; por edital, se, citado desta forma, tiver sido revel na fase de conhecimento, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a parte Executada efetue o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor da parte Exequente para levantamento do respectivo valor. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, ressaltando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15(quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais, nos termos da Portaria nº 116/2017 PTJ. Ultimadas tais providências, intime-se a parte exequente para se manifestar no prazo de quinze dias sobre a impugnação. Em caso de não recolhimento, ou, ainda, de adimplemento a menor das referidas custas, voltem-me os autos conclusos. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do CPC, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC, em desfavor de Rosângela Cardoso de Castro Bicharra, CNPJ/CPF n° 596.964.272-04. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executada para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a constrição dos valores, nos termos do art. 525, §11, do CPC. Na hipótese de insuficiência da penhora e desde que pagos, no prazo de 05 (cinco) dias, os emolumentos processuais concernentes à consulta aos sistemas mencionados, conforme Lei n. 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, efetue-se a pesquisa de bens em nome da parte executada, por meio do INFOJUD e do RENAJUD. Autorizo, desde logo, a constrição, mediante RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome do devedor. Após, intimem-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão, na forma do artigo 921, III do CPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do CPC. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 1119A/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: RODRIGO CASTRO VAZ (OAB 6719/AM) - Processo 0630168-18.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Aldenice Souza de Macedo - Bruno Souza de Macedo - REQUERIDO: Pdg Realty S.a. Empreendimentos e Participações - Agra Bergen Incorporadora Ltda - Conforme Despacho de fls. 274 e 275

ADV: JONNY CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 8340/AM) - Processo 0633591-88.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Jardel de Oliveira Ribeiro - REQUERIDO: Aliança Incorporadora Ltda. - PDG REALTY S/A EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES - GONDER INCORPORADORA LTDA - Saliento que, apesar do referido acórdão não vedar o prosseguimento do feito nos demais pedidos, entendo que há evidente relação de prejudicialidade quanto às questões abordadas no IRDR, razão pela qual DETERMINO a manutenção da suspensão do presente feito, até o julgamento final do referido incidente, nos termos do art. 313, IV do CPC. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM), ADV: EDNEY MARTINS GUILHERME (OAB 177167/SP), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 149225/SP) - Processo 0635246-90.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDO: Carlos Alves Matos - DEFIRO o pedido de fl. 64 para determinar que sejam renovadas as diligências de busca, apreensão e citação ordenadas às fls. 33/34, mediante desentranhamento do mandado de fl. 59, nº 001.2019/015100-6, o qual deverá ser cumprido em caráter de urgência. Cumpra-se.

ADV: JONATHAN SOLON MELO NUNES (OAB 12119/AM) - Processo 0637663-79.2019.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - REQUERENTE: Fernando Araujo dos Santos Mendes - REQUERIDO: A. Martins Contruções Ltda. - Nos termos do art. 145, §1º, do CPC, declaro-me suspeita para atuar neste processo, por motivos de foro íntimo. Remetam-se os autos ao meu substituto legal com as cautelas de praxe. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0637912-35.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: A e S Contabilidade e Assessoria Empresarial Ltda-me - Andrea de Souza Brito - Defiro petitório de fls. 101/102, razão pela qual determino o bloqueio no RENAJUD dos veículos em nome do executado para pagamento da dívida. Ademais, determino a consulta ao sistema INFOJUD, da Secretaria da Receita Federal do Brasil, incluindo as 3 (três) últimas declarações de Imposto de Renda do executado, bem como as Declarações sobre Operações Imobiliárias (DOI) e de Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural

(DITR), com o objetivo de verificar se existem bens passíveis de constrição judicial. Outrossim, em observância ao que determina a Portaria 116/2017- TJ, tal medida fica condicionada ao pagamento das custas devidas à consulta. Portanto, intime-se o exequente para que efetue o recolhimento no prazo de 05 (cinco) dias. Após a consulta, intime-se o exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar o seu interesse no prosseguimento do feito, e requerer o que entender de direito. Na decorrência do prazo, com ou sem pronunciamento, voltem-me conclusos. Cumpra-se.

ADV: LUIZ FERNANDO MAFRA NEGREIROS (OAB 5641/AM) - Processo 0639903-41.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: A. Martins Construções Ltda. - REQUERIDA: Mariza Helena Vasconcelos Dias Pinto - Nos termos do art. 145, §1º, do CPC, declaro-me suspeita para atuar neste processo, por motivos de foro íntimo. Remetam-se os autos ao meu substituto legal, com as cautelas de praxe. Cumpra-se.

ADV: LUIZ FERNANDO MAFRA NEGREIROS (OAB 5641/AM) - Processo 0639903-41.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: A. Martins Construções Ltda. - REQUERIDA: Mariza Helena Vasconcelos Dias Pinto - Nos termos do art. 145, §1º, do CPC, declaro-me suspeita para atuar neste processo, por motivos de foro íntimo. Remetam-se os autos ao meu substituto legal com as cautelas de praxe. Cumpra-se.

ADV: JANAINA MARIA ALBUQUERQUE FOGASSA (OAB 13800/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0640151-07.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Ivan Pereira da Silva - REQUERIDO: Afonso Celso Sampaio de Queiroz - Sylvia Maria Vieiralves de Queiroz - Raimundo Marques do Nascimento - Conforme regulamenta a Portaria 490/2017 - PTJ, defiro o pedido de parcelamento de custas. Portanto, remetam-se os autos à contadoria para emissão das Guias de recolhimento judicial e após INTIME-SE a parte autora para efetuar pagamento da primeira parcela das custas, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do processo, devendo pagar as demais parcelas nas datas aprazadas. Após, voltem-me os autos conclusos.

ADV: IAGO OLIVEIRA PASCARELLI (OAB 13854/AM) - Processo 0641860-77.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maximo Vasconcelos Rocha - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de gratuidade da justiça requerido pela autora. Diante disso, remetam-se os autos ao contador para fins de cálculo das custas e intime-se para fins de recolhimento, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial, por falta de documentos indispensáveis ao prosseguimento da ação e irregularidades obstativas do andamento processual, com fulcro nos arts. 320, 321, parágrafo único, 330, IV e 485, I, todos do Código de Processo Civil. Intime-se e cumpra-se.

ADV: ALEXANDRE MIRANDA LIMA (OAB 596A/AM), ADV: DANIELLA RODRIGUES DE ARAÚJO (OAB 8199/AM) - Processo 0641993-27.2016.8.04.0001 - Renovatória de Locação - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Paggo - Administradora de Crédito Ltda. - REQUERIDO: Francisco de Assis Gomes - Da leitura dos autos, entendo ser dispensável a instrução processual, vez que as provas já existentes neste apresentam-se suficientes para autorizar o julgamento antecipado do pedido (art. 355, inciso I, CPC), aplicando-se, in casu, os princípios da economia processual e o da razoável duração do processo. Outrossim, verifico ainda que, inobstante não ter sido citado (fls.149),o requerido compareceu espontaneamente nos autos, conforme se depreende do Termo de Audiência de Conciliação às fls.155/156. Assim, nos moldes do artigo 239, §1º, do CPC, o prazo para contestar flui a partir do comparecimento espontâneo. Todavia, decorrido 01 (um) ano desde seu comparecimento espontâneo, o requerido não contestou a presente ação, razão pela qual decreto, nos moldes do disposto no artigo 345 e ss. do CPC, a sua revelia. Diante disto, o julgamento antecipado do pedido também se justifica pelo art. 355, inciso II, do CPC. Portanto, determino a intimação das partes desta decisão, devendo os autos, após o transcurso de 15 (quinze) dias, contados da efetivação das intimações, e sem recurso das partes, voltarem-me conclusos para julgamento. Cumpra-se.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0642440-10.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Euzebio da Silveira Brandão - Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO MICHELOTTI FLECK (OAB 21243/DF) - Processo 0644425-14.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Temporária - REQUERENTE: Patrícia Moreira de Vasconcelos - Nos termos na Portaria nº 2183/2017 - PTJ e do Termo de Cooperação n° 012/2017 - TJ encaminho os autos ao CEJUSC para providências requeridas no feito. Nomeio como perito judicial o profissional habilitado junto ao núcleo. Designe perícia. Cite-se a parte ré. Apresentado o Laudo no prazo de 30 (trinta) dias, expeça-se o competente Alvará ao Perito nomeado, observadas as devidas cautelas. Defiro a gratuidade da justiça em favor da parte autora, nos termos do art. 98 do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: EDSON AMARAL DOS SANTOS (OAB 8274/AM) - Processo 0649880-57.2019.8.04.0001 - Produção Antecipada da Prova - Liminar - REQUERENTE: Ivongrid Patric Mouzinho da Anunciação - REQUERIDO: Nazareno Ferreira Medeiros - Lucas Emanuel Pinto Pereira Lima - Vislumbro, in casu, dúvida acerca da carência econômica do(a) postulante, razão pela qual concedo o prazo de quinze dias para que traga aos autos uma cópia de sua Declaração de Imposto de Renda do ultimo exercício fiscal, a fim de avaliar as condições para o deferimento ou não da assistência judiciária.

Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Adriano de Oliveira Leite (OAB 4609/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Aldine Andrade de Macedo (OAB 8204AM)
Alexandre Miranda Lima (OAB 596A/AM)
Altamir da Silva Vieira Junior (OAB 12961/AM)
Altamir da Silva Vieira Júnior (OAB 12961/AM)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 831A/AM)
ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ)
Amanda Dias Simões de Oliveira (OAB 12445/AM)
Ana Paula Nazareth Babbulin (OAB 187306/SP)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Antônio José Batista Nogueira (OAB 6834/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Caio Augusto Mascarenhas Dias (OAB 4100/AM)
CAMILA CEOLIN LIMA (OAB 152308/MG)
Carlos Murilo Laredo Souza (OAB 7356/AM)
Carlos Roberto Deneszczuk Antônio (OAB 146360/SP)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
Daniel Fábio Jacob Nogueira (OAB 3136/AM)
Daniella Rodrigues de Araújo (OAB 8199/AM)
Edney Martins Guilherme (OAB 177167/SP)
Edson Amaral dos Santos (OAB 8274/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Élio Francisco de Carvalho (OAB 493/AM)
Erivelton Pinheiro de Menezes (OAB 7181/AM)
Ewerton Smith do Nascimento (OAB 9715/AM)
Fábio Rivelli (OAB 1119A/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Felipe de Carvalho Soares (OAB 335936/SP)
Fernando Dênis Martins (OAB 182424/SP)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francisco Honorato de Brito (OAB 6638/AM)
Francisco Jacques de Amorim (OAB 5257/AM)
Gersica Barbosa da Cunha (OAB 14051/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Michelotti Fleck (OAB 21243/DF)
Henrique da Cunha Tavares (OAB 10159/ES)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)

Iago Oliveira Pascarelli (OAB 13854/AM)
Ingrid Cristine de Sá Ribeiro Pacheco (OAB 12209/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
JACOB & NOGUEIRA ADVOGADOS (OAB 192/AM)
Janaina Maria Albuquerque Fogassa (OAB 13800/AM)
Jonathan Solon Melo Nunes (OAB 12119/AM)
Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB 8340/AM)
José Ricardo Gomes de Oliveira (OAB 5254/AM)
Juliana Ferreira Corrêa (OAB 7589/AM)
Júlio de Carvalho Paula Lima (OAB A1149AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Lucas Leopoldino Marinho Laranjeiras (OAB 10625/AM)
Lúcia Cristina Pinho Rosas (OAB 5109/AM)
Luiz Fernando Mafra Negreiros (OAB 5641/AM)
Marcelo Candiotto Freire (OAB 346433SP)
Márcia Regina Barroso Costa (OAB 5130/AM)
Marco Antônio Crespo Barbosa (OAB 115665/SP)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Matheus de Souza Demasi (OAB 11327/AM)
Mauro Eduardo Lima de Castro (OAB 146791/SP)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Maxsuel da Silveira Rodrigues (OAB 7118/AM)
Michelle Nascimento Tachy Coelho (OAB 9918/AM)
Moisés Batista de Souza (OAB 149225/SP)
Moisés Batista de Souza (OAB 469A/AM)
Natasha Cristina Pereira de Jesus (OAB 8437/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Odemilton Pinheiro Macena Júnior (OAB 7155/AM)
Pedro Henrique Barros de Sena (OAB 13600/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Renata Andréa Cabral Pestana Vieira (OAB 3149/AM)
Rodrigo Castro Vaz (OAB 6719/AM)
Rodrigo Cavalcante dos Santos (OAB 8943/AM)
Rodrigo Santos da Silva (OAB 10696/AM)
Rodrigo Silva do Valle (OAB 9148/AM)
Rubenito Cardoso da Silva Júnior (OAB 4947/AM)
Sérgio Schulze (OAB 1213A/AM)
Sílvio Benedicto Abibe Aranha Filho (OAB 11956/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Vanylton Bezerra dos Santos (OAB 7719/AM)
William Carmona Maya (OAB 257198/SP)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)
Yara Fonseca de Albuquerque Soares (OAB 4264/AM)

20ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 20ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0288/2019

ADV: RAFAEL FERNANDO MELO DA COSTA (OAB 5837/AM), ADV: ANDRE MARQUES FERREIRA PEDROSA (OAB 86359/MG), ADV: MARCOS ANTÔNIO BRANDÃO SAMPAIO (OAB 001.863/AM), ADV: JACQUES MACHADO PORTELA (OAB 2722/AM) - Processo 0046069-03.2003.8.04.0001 (001.03.046069-8) - Cumprimento de sentença - REQUERENTE: Fast Rio Logisticis Ltda - REQUERIDO: Instituto do Coração do Amazonas - Defiro o pedido de fls. 487/489. Nesse espeque, intime-se a parte exequente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, dê prosseguimento aos seguintes feitos, quais sejam: I- Apresente memória discriminada e atualizada do débito; II- Recolha as custas atinentes às consultas eletrônicas (Bacenjud, Renajud, Infojud e Eridft), nos termos da Lei nº 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº 116/2017-PTJ, a fim de encontrar bens em nome da executada. Impende ressaltar que o deferimento desta nova diligencia não interrompe o prazo prescricional, salvo se forem encontrados bens passiveis de penhora, e desde que, capazes de saldar a integralidade do débito exequendo. Cumpra-se.

ADV: JUSCELINO DE OLIVEIRA MELO (OAB 12546/AM), ADV: REJANE CAMPOS CROSARA (OAB 165870/MG) - Processo 0201180-18.2019.8.04.0001 (processo principal 0621062-32.2018.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francisco Carlos Pires Vieira e outro - REQUERIDO: 6d Manaus Segurança Eletrônica Ltda - 6d Dimensoes e outros - Em virtude de o documento de fls. 01 ter sido anexado a estes autos de maneira equivocada, translade-o para o processo principal nº 0621062-32.2018.8.04.0001. Após, arquivem-se. Cumpra-se.

ADV: ELZA MEGUMI LIDA (OAB 95740/SP), ADV: NICOLLE SOUZA DA SILVA SCARAMUZZINI TORRES (OAB 679A/AM) - Processo 0203874-04.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigações - EXEQUENTE: Natulab Laboratório S/A - Vistos, etc. Na falta de bens penhoráveis para fazer frente à pretensão do(a) exequente, determino a suspensão do processo pelo prazo de 01 (um) ano, conforme o disposto no artigo 921, § 1º do CPC, ficando suspensa a prescrição, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada do processo. Ultrapassado o prazo mencionado, sem que haja qualquer manifestação das partes, arquivem-se os autos, com a remessa destes à fila de "processos encerrados", ocasião na qual terá inicio o prazo de prescrição intercorrente, sem prejuízo da retomada do processo, caso existam bens penhoráveis, conforme o § 2º do referido artigo. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: TAYANA MARIA JAÑA PINTO (OAB 4455/AM), ADV: JACQUELINE FREIRE BITAR (OAB 8810/AM), ADV: ANTÔNIO TAVARES FERREIRA COSTA (OAB 6941/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: CÍNTIA ALMEIDA PRADO (OAB 12891/AM), ADV: ANA BEATRIZ DA SILVA OLIVEIRA (OAB 9372/AM), ADV: RAPHAELA BATISTA DE OLIVEIRA (OAB 9169/AM), ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM) - Processo 0208903-93.2016.8.04.0001 (processo principal 0220047-40.2011.8.04.0001) - Impugnação ao Cumprimento de Sentença - Obrigações - IMPUGNANTE: Patri Onze Empreendimentos Imobiliários Ltda - IMPUGNADO: Garantia Real Empresa de Segurança Ltda - Vistos, etc Compulsando os autos, verifico que se faz necessário a apresentação dos extratos bancários dos depósitos judiciais atualizados, das contas (3205/040/01520475-0 e 3205/040/01520244-7), afim de subsidiar decisão referente ao excesso de execução no cumprimento de sentença. (Processo nº 0205482-32.2015) Determino à Secretaria para que proceda as providências necessárias, concernentes aos extratos bancários atualizados de Pág.(s) (33/34) após o levantamento do Alvará de Pág.(s) (42/43,44 e 48). Mantenham-se os autos em decurso no aguardo do cumprimento da decisão, salvo se houver outras diligências em curso. Somente após, efetivadas tais medidas e respostas, voltem-me os autos conclusos para análise acerca da impugnação ao cumprimento de sentença. Cumpra-se.

ADV: DOUGLAS RUI PESSOA REIS AGUIAR (OAB 11441/AM), ADV: MARIA DA CONCEIÇÃO TEIXEIRA FRAZÃO (OAB 5701/AM), ADV: GERALDO DA SILVA FRAZÃO (OAB 2674/AM), ADV: ERICA CONCEIÇÃO GUIMARAES NEGREIROS (OAB 9914A/AM), ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM) - Processo 0216336-22.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0234879-15.2010.8.04.0001) (processo principal 0234879-15.2010.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EXEQUENTE: CREDRIO - Sociedade de Crédito ao Microempreendedor Ltda - EXECUTADO: Altariba José da Costa - Dayse Maria Guimarães Negreiros e outros - Vistos, etc Compulsando os autos, verifico que a parte Requerente(Credrio - Sociedade de Crédito ao Microempreendedor Ltda.), atendendo ao Despacho de Pág.(s) (192), pugna pelo Deferimento de consulta ao sistema E-RIDFT, pleito às Pág.(s) (195). Conforme o Art.4º e o Art.139, inciso II-CPC, preveem o direito das partes à celeridade processual e é o dever do Magistrado de velar por esta celeridade. Defiro o petitório de Pág.(s).(195) retro.... Nesse espeque, determino a realização da referida consulta judicial mediante o sistema E-RIDFT, após o pagamento das custas processuais pertinentes ao ato, no prazo de 05(cinco) dias, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Consulte-se o sistema de informações ao judiciário, objetivando localizar ativos

imobiliários e encontrar bens imóveis em nome da Requerida/Executada. Tão somente após, a efetivação da medida, intime-se a parte Requerente/Exequente, através de seu patrono, para se manifestar, no prazo de 05 dias, acerca das referidas consultas, requerendo o que entender de direito. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MICHELLE FASCINI XAVIER (OAB 860A/AM), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM) - Processo 0227412-67.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Joziomar Baia Albarado - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta nas fls. 169-192, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: MELQUISEDEC FREITAS PANTOJA (OAB 10412/AM), ADV: ROBERTO TRIGUEIRO FONTES (OAB 692A/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: BRUNO BENEVIDES FERREIRA (OAB 8632/AM) - Processo 0235256-68.2019.8.04.0001 (processo principal 0630093-76.2018.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Decisão - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - EXEQUENTE: Antonia Bianca Cavalcante dos Santos - EXECUTADO: UNINORTE - Vistos, etc. Intime-se o executado provisório, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos ou por carta com aviso de recebimento se acompanhado da Defensoria Pública e no caso de réu revel, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário em razão de descumprimento de obrigação imposta em decisão de fls.59/92 de autos principais nº 0630093-76.2018.8.04.0001, no valor de R$10.000,00 (dez mil reais). Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15(quinze) dias para o oferecimento de impugnação nos próprios autos, independentemente de penhora. Transcorrido o prazo de pagamento voluntário, proceda-se à consulta ao sistema BACENJUD e proceda-se à penhora na forma do art.854, do CPC/15. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executada para se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre a constrição dos valores, nos termos do art.854, §3º, do CPC. Após o transcurso do prazo, com ou sem manifestação, intime-se o exequente para se manifestar, no prazo de 05(cinco) dias. Em caso de penhora negativa ou insuficiente, efetue-se pesquisa de bens da parte executada, através do INFOJUD, ERIDFT e RENAJUD. Havendo bens, autorizo desde logo, a constrição judicial apenas dos veículos desembaraçados mediante o sistema RENAJUD. Após, intimem-se a parte exequente, para que no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão, na forma do artigo 921, III do CPC/2015, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução. Caso a parte exequente seja beneficiária da gratuidade de justiça fica dispensada do pagamento das custas para realização dos atos acima elencados. Na hipótese de manejo de impugnação ao cumprimento provisório de sentença, deverá o impugnante desde logo pagar as respectivas custas. Ressalto desde já que este cumprimento provisório pauta-se nos termos do Art. 537, §3º, CPC/2015. Cumpra-se.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0600345-62.2019.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado (fls. 125/126) juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: DANIEL SILVA DE OLIVEIRA (OAB 9553/AM) - Processo 0602458-91.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Evandro Antonio Ferreira de Oliveira - Defiro o pedido de fls. 165. Nesse espeque, remetam-se estes autos à fila de consultas eletrônicas. Custas pagas às fls. 166. Impende ressaltar que o deferimento desta nova diligencia não interrompe o prazo prescricional, salvo se forem encontrados bens passiveis de penhora, e desde que, capazes de saldar a integralidade do débito exequendo. Cumpra-se.

ADV: CARLA CRISTINA LOPES SCORTECCI (OAB 248970/SP), ADV: CARLA CRISTINA LOPES SCORTECCI (OAB 1254A/AM) - Processo 0603587-63.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para que complemente as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud, Infojud, SIEL e ERIDFT), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MARIA TEREZA CÂMARA FERNANDES LIMA (OAB 4676/AM), ADV: JONNY CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 8340/AM), ADV: HELOÍSA PONTES MAUÉS (OAB 9667/AM), ADV: SÉRGIO ALBERTO CORRÊA DE ARAÚJO (OAB 3749/AM), ADV: MIQUÉIAS MATIAS FERNANDES JÚNIOR (OAB 9958/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: CAMILA DA COSTA ALMEIDA (OAB 8877/AM) - Processo 0605274-12.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Silvana Gato Penha Freire - REQUERIDO: Samel - Serviços de Assistência Médico-hospitalar Ltda. - Em razão da incompatibilidade de pauta, redesigno o dia 26/11/2019 às 09:30h para realização da audiência de instrução e julgamento, na forma do artigo 357, V, do Digesto Processual Civil. Intimem-se as partes, através dos respectivos patronos. Cumpra-se.

ADV: HANNA TAVARES CUNHA (OAB 10417/AM), ADV: ENY BITTENCOURT (OAB 29442/BA), ADV: TADEUZA BENTES DE ALMEIDA (OAB 8205/AM) - Processo 0606248-78.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Carlos Jose Ribeiro Lanhellas - REQUERIDO: Banco Itaú Bmg Consignado S.a - Nos termos do Art. 3°, § 2°, do CPC/2015, como norma fundamental, temos que "O estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". E ainda, nos termos do § 3° do referido artigo, "A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Publico, inclusive no curso do Processo judicial". Assim, por conta do Princípio da Promoção pelo Estado da Solução de Conflitos por autocomposição e em virtude da realização da XIV Semana Nacional de Conciliação no período de 04/11/2019 a 08/11/2019, designo audiência de conciliação para o dia 04/11/2019 às 14:30h, a ser realizada na sala 02, 7º andar, 1ª UPJ - Unidade de Processamento Judicial, Fórum Desembargadora Euza Maria Naice de Vasconcellos. Dê-se ciência que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (Art. 334 § 8º do CPC). Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: CARLOS MURILO LAREDO SOUZA (OAB 7356/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: WELLYNGTON DA SILVA E SILVA (OAB 422A/AM), ADV: ERIKA PAIVA PONCE E SILVA (OAB 10795/AM), ADV: WELLYNGTON DA SILVA E SILVA (OAB A422/AM) - Processo 0610798-87.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0645116-96.2017.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Joao Rosa dos Santos Filho e outro - REQUERIDO: Direcional Engenharia S/A - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o

prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JOÃO EURICO BRASILEIRO DE SOUZA FARIA (OAB 8312/AM), ADV: LIA DE SOUZA FARIA (OAB 10211/AM) - Processo 0616375-75.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Jovenilson dos Anjos Cardoso - I-RELATÓRIO Vistos, etc. Cuida-se de ação previdenciária intentada por Jovenilson dos Anjos Cardoso, devidamente qualificado, em face de Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. O autor, em sua exordial, aduz que após acidente de trabalho adquiriu sérias lesões nos membros superiores e na coluna que o impossibilitaram para o trabalho, motivo pelo qual vinha recebendo auxílio-doença por acidente de trabalho até a cessação indevida pela autarquia. Inconformado com a decisão, requer, judicialmente, o restabelecimento do auxilio-doença e, a posterior conversão em aposentadoria por invalidez. Em sua defesa, o requerido alega que o demandante não satisfaz os requisitos necessários para nenhum destes benefícios. Ao final, pugna pela improcedência do pedido contido na presente ação. Laudo pericial às fls. 137/143. Vieram os autos conclusos. Decido. II - FUNDAMENTAÇÃO Não há questão preliminar a ser analisada, razão pela qual ingressa-se diretamente no meritum causae. O acidente de trabalho, conforme disposto no art. 19 da Lei n.º 8.213/91, é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa ou pelo exercício do trabalho dos segurados especiais, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho. Para a configuração do infortúnio trabalhista devem estar presentes a causalidade, a nocividade, a incapacitação e o nexo etiológico. Ou seja, o acidente deve acarretar uma lesão corporal, uma perturbação funcional física ou mental, impedindo a prática da atividade laboral. Assim, os benefícios por incapacidade somente são concedidos quando a enfermidade acarreta incapacidade laborativa, ou há redução desta capacidade em relação a atividade habitualmente exercida. Já o auxílio-doença é devido ao segurado que ficar incapacitado totalmente para o trabalho ou sua atividade habitual por mais de quinze dias. No caso dos autos, há constatação de que as patologias degenerativas são de caráter irreversível (fls.139, item g), e portanto reduziram sua capacidade laborativa para exercer atividade anteriormente desenvolvida e tendo em conta o princípio do in dubio pro misero, bem como a função social da legislação previdenciária, que busca resguardar o direito do trabalhador exercer seu mister com dignidade, o que não se faz possível na espécie, faz jus a parte autora à concessão do benefício do auxílio-acidente. Ressalto que no presente caso, incabível é o beneficio de aposentadoria por invalidez, visto que a parte requerente é jovem, tem relativo grau de instrução e com reabilitação pode exercer outras atividades laborativas. No tocante ao termo inicial para concessão do auxílio-acidente, entendo que deve ser considerado como o dia seguinte ao da cessação do auxílio-doença (NB 626.322.678-5), consoante disposto no §2.º do artigo 86 da Lei n.º 8.213/91 (com redação dada pela Lei nº 9.528/97), in verbis: O auxílio-acidente será devido a partir do dia seguinte ao da cessação do auxílio-doença, independentemente de qualquer remuneração ou rendimento auferido pelo acidentado, vedada sua acumulação com qualquer aposentadoria. III - DISPOSITIVO Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido contido na presente ação, para declarar a incapacidade parcial e permanente da parte requerente e condenar a autarquia previdenciária ao pagamento do BENEFÍCIO DE AUXÍLIO-ACIDENTE em favor da parte autora, equivalente a 50% (cinquenta por cento) do salário-de-benefício, com termo inicial a partir da cessação do auxílio-doença (28/04/2019), sendo devido até a véspera do início de qualquer aposentadoria ou até a data do óbito do segurado (art. 86, § 1.º, da Lei n.º 8.213/91). Devem ser compensados os valores eventualmente pagos a título de auxílio-doença ou outro benefício cuja cumulação seja vedada por lei (art. 124 da Lei 8.213/1991 e art. 20, § 4º, da Lei 8.742/1993) após a data de início do benefício concedido nesta ação. O INSS deverá converter todos os NBs objetos da presente ordem judicial para a espécie acidentária. Presentes as condições que autorizam a concessão da medida, porquanto trata-se de verba alimentar e inequívoco o prejuízo da mora, nos termos do art. 498, CPC, ANTECIPO A TUTELA para determinar a imediata implantação do benefício, oficiando-se a autarquia. Em razão da sucumbência, condeno o INSS ao pagamento de honorários advocatícios na importância de 10% (dez por cento) sobre o valor das parcelas vencidas até a data desta sentença (súmula 111 do STJ e art. 85, § 2º, do CPC). Ficando isento do pagamento de custas e despesas processuais. Sentença não sujeita a reexame necessário (artigo 496, §3º, inciso I, do Código de Processo Civil), pois o valor da condenação, ainda que apurada em liquidação, não ultrapassará 1.000 salários mínimos. Intime-se a Agencia da Previdência Social de Atendimento das Demandas Judiciais - APSADJ - para as providencias necessárias no sentido de implantar o benefício em favor da parte autora. Transitada em julgado, remetam-se os autos à contadoria para baixa nos registros. Havendo irresignações, intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões. Após, remetam-se ao Tribunal. P.R.I. Manaus, 17 de setembro de 2019. Roberto Hermidas de Aragão Filho Juiz de Direito Espécie:Auxílio - acidente acidentário Auxílio-doença precedenteNB:626.322.678-5 DIB:Dia posterior à DCB do auxílio-doença precedente (29/04/2019DIP: 1°dia do mês da sentença (01/09/2019) RMI:A calcular Nome do beneficiário: Jovenilson dos Anjos Cardoso CPF: 67660355287 Data do ajuizamento08/04/2019Data da citação: 18/08/2019 Percentual de honorários de sucumbência 10% JurosArt. 1º-F da Lei nº 9.494/97 (Redação da Lei nº 11.960/2009) Correção monetáriaPortaria nº 1.855/2016-PTJ (DJE de 27/09/2016) IPCA-e

ADV: SEBASTIÃO ALMADA DA SILVA (OAB 8940/AM), ADV: PAULO LINDEMBECK BELCHIOR (OAB 10617/AM) - Processo 0617646-22.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Manuel Gonçalves Costa e outro - REQUERIDO: Bela Vista Empreendimentos Imobiliários Ltda - Spe - Defiro o pedido de fls. 78/86. Nesse espeque, em virtude do deferimento de recuperação judicial (vide decisão cópia de fls.88/93), à Secretaria que suspenda esta demanda pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, nos termos da referida decisão. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC) - Processo 0621700-31.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Luzia Jane Gomes Oliveira - SENTENÇA Processo n°: 0621700-31.2019.8.04.0001 Ação: Procedimento Comum Cível/PROC Requerente:Luzia Jane Gomes Oliveira Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS I-RELATÓRIO Vistos, etc. Cuida-se de ação previdenciária intentada por Luzia Jane Gomes Oliveira, devidamente qualificado, em face de Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. A autora, em sua exordial, aduz que após anos exercendo a mesma atividade adquiriu sérias lesões nos membros superiores que a impossibilitaram para o trabalho, motivo pelo qual vinha recebendo auxílio-doença por acidente de trabalho até a cessação indevida pela autarquia. Inconformada com a decisão, requer, judicialmente, o restabelecimento do auxilio-doença e, a posterior conversão em aposentadoria por invalidez. Em sua defesa, o requerido alega que a demandante não satisfaz os requisitos necessários para nenhum destes benefícios. Ao final, pugna pela improcedência do pedido contido na presente ação. Laudo pericial às fls. 106/111. Vieram os autos conclusos. Decido. II - FUNDAMENTAÇÃO Não há questão preliminar a ser analisada, razão pela qual ingressa-se diretamente no meritum causae. O acidente de trabalho, conforme disposto no art. 19 da Lei n.º 8.213/91, é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa ou pelo exercício do trabalho dos segurados especiais, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho. Para a configuração do infortúnio trabalhista devem estar presentes a causalidade, a nocividade, a incapacitação e o nexo etiológico. Ou seja, o acidente deve acarretar uma lesão corporal, uma perturbação funcional física ou mental, impedindo a prática da atividade laboral. Assim, os benefícios por incapacidade somente são concedidos quando a enfermidade acarreta incapacidade laborativa, ou há redução desta capacidade em relação a atividade habitualmente exercida. Já o auxílio-doença é devido ao segurado que ficar incapacitado totalmente para o trabalho ou sua atividade habitual por mais de quinze dias. No caso dos autos, há constatação de que as

patologias degenerativas são de caráter irreversível (fls. 108, item g), e portanto reduziram sua capacidade laborativa para exercer atividade anteriormente desenvolvida e tendo em conta o princípio do in dubio pro misero, bem como a função social da legislação previdenciária, que busca resguardar o direito do trabalhador exercer seu mister com dignidade, o que não se faz possível na espécie, faz jus a parte autora à concessão do benefício do auxílio-acidente. Ressalto que no presente caso, incabível é o beneficio de aposentadoria por invalidez, visto que a parte requerente é jovem, tem relativo grau de instrução e com reabilitação pode exercer outras atividades laborativas. No tocante ao termo inicial para concessão do auxílio-acidente, entendo que deve ser considerado como o dia seguinte ao da cessação do auxílio-doença (NB 617.985.062-7), consoante disposto no §2.º do artigo 86 da Lei n.º 8.213/91 (com redação dada pela Lei nº 9.528/97), in verbis: O auxílio-acidente será devido a partir do dia seguinte ao da cessação do auxílio-doença, independentemente de qualquer remuneração ou rendimento auferido pelo acidentado, vedada sua acumulação com qualquer aposentadoria. III - DISPOSITIVO Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido contido na presente ação, para declarar a incapacidade parcial e permanente da parte requerente e condenar a autarquia previdenciária ao pagamento do benefício de AUXÍLIO-ACIDENTE em favor da parte autora, equivalente a 50% (cinquenta por cento) do salário-de-benefício, com termo inicial a partir da cessação do auxílio-doença (31/07/2017), sendo devido até a véspera do início de qualquer aposentadoria ou até a data do óbito do segurado (art. 86, § 1.º, da Lei n.º 8.213/91). Devem ser compensados os valores eventualmente pagos a título de auxílio-doença ou outro benefício cuja cumulação seja vedada por lei (art. 124 da Lei 8.213/1991 e art. 20, § 4º, da Lei 8.742/1993) após a data de início do benefício concedido nesta ação. O INSS deverá converter todos os NBs objetos da presente ordem judicial para a espécie acidentária. Presentes as condições que autorizam a concessão da medida, porquanto trata-se de verba alimentar e inequívoco o prejuízo da mora, nos termos do art. 498, CPC, ANTECIPO A TUTELA para determinar a imediata implantação do benefício, oficiando-se a autarquia. Em razão da sucumbência, condeno o INSS ao pagamento de honorários advocatícios na importância de 10% (dez por cento) sobre o valor das parcelas vencidas até a data desta sentença (súmula 111 do STJ e art. 85, § 2º, do CPC). Ficando isento do pagamento de custas e despesas processuais. Sentença não sujeita a reexame necessário (artigo 496, §3º, inciso I, do Código de Processo Civil), pois o valor da condenação, ainda que apurada em liquidação, não ultrapassará 1.000 salários mínimos. Intime-se a Agencia da Previdência Social de Atendimento das Demandas Judiciais - APSADJ - para as providencias necessárias no sentido de implantar o benefício em favor da parte autora. P.R.I. Manaus, 17 de setembro de 2019. Roberto Hermidas de Aragão Filho Juiz de Direito Espécie:Auxílio - acidente acidentário Auxílio-doença precedenteNB: 617.985.062-7 DIB:Dia posterior à DCB do auxílio-doença precedente (01/08/2018) DIP: 1°dia do mês da sentença (01/09/2019) RMI:A calcular Nome do beneficiário: Luzia Jane Gomes Oliveira CPF: 67668321268 Data do ajuizamento06/05/2019Data da citação:18/08/2019 Percentual de honorários de sucumbência 10% JurosArt. 1º-F da Lei nº 9.494/97 (Redação da Lei nº 11.960/2009) Correção monetáriaPortaria nº 1.855/2016-PTJ (DJE de 27/09/2016)

ADV: EUSENEIDE ALVES DE SOUSA (OAB 12853/AM) - Processo 0622890-29.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Restituição / Indenização de Despesa - REQUERENTE: Ray Alves Vital - Nos termos do Art. 3°, § 2°, do CPC/2015, como norma fundamental, temos que "O estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". E ainda, nos termos do § 3° do referido artigo, "A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Publico, inclusive no curso do Processo judicial". Assim, por conta do Princípio da Promoção pelo Estado da Solução de Conflitos por autocomposição e em virtude da realização da XIV Semana Nacional de Conciliação no período de 04/11/2019 a 08/11/2019, designo audiência de conciliação para o dia 05/11/2019 às 09:00h, a ser realizada na sala 02, 7º andar, 1ª UPJ - Unidade de Processamento Judicial, Fórum Desembargadora Euza Maria Naice de Vasconcellos. Dê-se ciência que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (Art. 334 § 8º do CPC). Saliente-se que o prazo para que o(s) réu(s) ofereça(m) contestação correrá a partir da audiência de conciliação ou de mediação frustradas, quando uma das partes não comparecer ou quando for frustrada a autocomposição, nos termos do Art. 335, inciso I, do CPC ou nos demais casos previstos no mesmo dispositivo. À Secretaria que expeça mandado de citação, sem custas, para o endereço indicado na exordial. Autor beneficiário da gratuidade de justiça (fls. 46/47) Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOÃO PAULO FOGAÇA DE ALMEIDA FAGUNDES (OAB 154384/SP), ADV: RONALDO RAYES (OAB 147949/RJ), ADV: RONALDO RAYES (OAB 114521/SP), ADV: EDUARDO VITAL CHAVES (OAB 257874/SP) - Processo 0624548-64.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: TNT Mercúrio Cargas e Encomendas Expressas S/A - Vistos, etc. Na falta de bens penhoráveis para fazer frente à pretensão do(a) exequente, determino a suspensão do processo pelo prazo de 01 (um) ano, conforme o disposto no artigo 921, § 1º do CPC, ficando suspensa a prescrição, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada do processo. Ultrapassado o prazo mencionado, sem que haja qualquer manifestação das partes, arquivem-se os autos, com a remessa destes à fila de "processos encerrados", ocasião na qual terá inicio o prazo de prescrição intercorrente, sem prejuízo da retomada do processo, caso existam bens penhoráveis, conforme o § 2º do referido artigo. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DINA FLÁVIA FREITAS DA SILVA (OAB 8182/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 983A/PE), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0625059-23.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento Indevido - REQUERENTE: Ronilda de Vasconcelos Sena - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta nas fls. 366-392, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC), ADV: MALU BORGES NUNES (OAB 51458/SC), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0627798-32.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Fabricio Alves de Oliveira - SENTENÇA Processo n°: 0627798-32.2019.8.04.0001 Ação: Procedimento Comum Cível/PROC Requerente:Fabricio Alves de Oliveira Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS I-RELATÓRIO Vistos, etc. Cuida-se de ação previdenciária intentada por Fabricio Alves de Oliveira, devidamente qualificado, em face de Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. O autor, em sua exordial, aduz que após anos exercendo a mesma atividade, adquiriu sérias lesões na coluna que o impossibilitaram para o trabalho, motivo pelo qual vinha recebendo auxílio-doença por acidente de trabalho até a cessação indevida pela autarquia. Inconformado com a decisão, requer, judicialmente, o restabelecimento do auxilio-doença e, a posterior conversão em aposentadoria por invalidez. Em sua defesa, o requerido alega que o demandante não satisfaz os requisitos necessários para nenhum destes benefícios. Ao final, pugna pela improcedência do pedido contido na presente ação. Laudo pericial às fls. 88/93. Vieram os autos conclusos. Decido. II - FUNDAMENTAÇÃO Não há questão preliminar a ser analisada, razão pela qual ingressa-se diretamente no meritum causae. O acidente de trabalho, conforme disposto no art. 19 da Lei n.º 8.213/91, é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa ou pelo exercício do trabalho dos segurados especiais, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente

ou temporária, da capacidade para o trabalho. Para a configuração do infortúnio trabalhista devem estar presentes a causalidade, a nocividade, a incapacitação e o nexo etiológico. Ou seja, o acidente deve acarretar uma lesão corporal, uma perturbação funcional física ou mental, impedindo a prática da atividade laboral. Assim, os benefícios por incapacidade somente são concedidos quando a enfermidade acarreta incapacidade laborativa, ou há redução desta capacidade em relação a atividade habitualmente exercida. Já o auxílio-doença é devido ao segurado que ficar incapacitado totalmente para o trabalho ou sua atividade habitual por mais de quinze dias. No caso dos autos, há constatação de que as patologias degenerativas são de caráter irreversível (fls. 90, item g), e portanto reduziram sua capacidade laborativa para exercer atividade anteriormente desenvolvida e tendo em conta o princípio do in dubio pro misero, bem como a função social da legislação previdenciária, que busca resguardar o direito do trabalhador exercer seu mister com dignidade, o que não se faz possível na espécie, faz jus a parte autora à concessão do benefício do auxílio-acidente. Ressalto que no presente caso, incabível é o beneficio de aposentadoria por invalidez, visto que a parte requerente é jovem, tem relativo grau de instrução e com reabilitação pode exercer outras atividades laborativas. No tocante ao termo inicial para concessão do auxílio-acidente, entendo que deve ser considerado como o dia seguinte ao da cessação do auxílio-doença (NB 611.097.274-0), consoante disposto no §2.º do artigo 86 da Lei n.º 8.213/91 (com redação dada pela Lei nº 9.528/97), in verbis: O auxílio-acidente será devido a partir do dia seguinte ao da cessação do auxílio-doença, independentemente de qualquer remuneração ou rendimento auferido pelo acidentado, vedada sua acumulação com qualquer aposentadoria. III - DISPOSITIVO Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido contido na presente ação, para declarar a incapacidade parcial e permanente da parte requerente e condenar a autarquia previdenciária ao pagamento do benefício de AUXÍLIO-ACIDENTE em favor da parte autora, equivalente a 50% (cinquenta por cento) do salário-de-benefício, com termo inicial a partir da cessação do auxílio-doença (10/12/2015), sendo devido até a véspera do início de qualquer aposentadoria ou até a data do óbito do segurado (art. 86, § 1.º, da Lei n.º 8.213/91). Devem ser compensados os valores eventualmente pagos a título de auxílio-doença ou outro benefício cuja cumulação seja vedada por lei (art. 124 da Lei 8.213/1991 e art. 20, § 4º, da Lei 8.742/1993) após a data de início do benefício concedido nesta ação. O INSS deverá converter todos os NBs objetos da presente ordem judicial para a espécie acidentária. Presentes as condições que autorizam a concessão da medida, porquanto trata-se de verba alimentar e inequívoco o prejuízo da mora, nos termos do art. 498, CPC, ANTECIPO A TUTELA para determinar a imediata implantação do benefício, oficiando-se a autarquia. Em razão da sucumbência, condeno o INSS ao pagamento de honorários advocatícios na importância de 10% (dez por cento) sobre o valor das parcelas vencidas até a data desta sentença (súmula 111 do STJ e art. 85, § 2º, do CPC). Ficando isento do pagamento de custas e despesas processuais. Sentença não sujeita a reexame necessário (artigo 496, §3º, inciso I, do Código de Processo Civil), pois o valor da condenação, ainda que apurada em liquidação, não ultrapassará 1.000 salários mínimos. Intime-se a Agencia da Previdência Social de Atendimento das Demandas Judiciais - APSADJ - para as providencias necessárias no sentido de implantar o benefício em favor da parte autora. P.R.I. Manaus, 17 de setembro de 2019. Roberto Hermidas de Aragão Filho Juiz de Direito Espécie:Auxílio - acidente acidentário Auxílio-doença precedenteNB: 611.097.274-0 DIB:Dia posterior à DCB do auxílio-doença precedente (11/12/2015) DIP: 1°dia do mês da sentença (01/09/2019) RMI:A calcular Nome do beneficiário: Fabricio Alves de Oliveira CPF: 51721503234 Data do ajuizamento04/06/2019Data da citação: 18/08/2019 Percentual de honorários de sucumbência 10% JurosArt. 1º-F da Lei nº 9.494/97 (Redação da Lei nº 11.960/2009) Correção monetáriaPortaria nº 1.855/2016-PTJ (DJE de 27/09/2016)

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC) - Processo 0627867-64.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Hudson da Conceição do Nascimento - SENTENÇA Processo n°: 0627867-64.2019.8.04.0001 Ação: Procedimento Comum Cível/PROC Requerente:Hudson da Conceição do Nascimento Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS I-RELATÓRIO Vistos, etc. Cuida-se de ação previdenciária intentada por Hudson da Conceição do Nascimento, devidamente qualificado, em face de Instituto Nacional do Seguro Social - INSS. O autor, em sua exordial, aduz que após anos exercendo a mesma atividade adquiriu sérias lesões nos membros superiores que o impossibilitaram para o trabalho, motivo pelo qual vinha recebendo auxílio-doença por acidente de trabalho até a cessação indevida pela autarquia. Inconformado com a decisão, requer, judicialmente, o restabelecimento do auxilio-doença e, a posterior conversão em aposentadoria por invalidez. Em sua defesa, o requerido alega que o demandante não satisfaz os requisitos necessários para nenhum destes benefícios. Ao final, pugna pela improcedência do pedido contido na presente ação. Laudo pericial às fls. 100/105. Vieram os autos conclusos. Decido. II - FUNDAMENTAÇÃO A questão suscitada pela autarquia de incompetência absoluta não merece acolhimento. Digo isso porque o laudo pericial constatou que as lesões decorreram do trabalho exercido (fls. 101). O acidente de trabalho, conforme disposto no art. 19 da Lei n.º 8.213/91, é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa ou pelo exercício do trabalho dos segurados especiais, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho. Para a configuração do infortúnio trabalhista devem estar presentes a causalidade, a nocividade, a incapacitação e o nexo etiológico. Ou seja, o acidente deve acarretar uma lesão corporal, uma perturbação funcional física ou mental, impedindo a prática da atividade laboral. Assim, os benefícios por incapacidade somente são concedidos quando a enfermidade acarreta incapacidade laborativa, ou há redução desta capacidade em relação a atividade habitualmente exercida. O artigo 20 da Lei 8.213/91 inclui no rol de acidente de trabalho as seguintes situações: I - doença profissional, assim entendida a produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade e constante da respectiva relação elaborada pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social; II - doença do trabalho, assim entendida a adquirida ou desencadeada em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relacione diretamente, constante da relação mencionada no inciso I. Portanto, não há o que se falar em incompetência deste Juízo, matérias de natureza acidentária permanecem sob os cuidados da Justiça Estadual. No mérito, há constatação de que as patologias degenerativas são de caráter irreversível (fls. 102, item g), e portanto reduziram sua capacidade laborativa para exercer atividade anteriormente desenvolvida e tendo em conta o princípio do in dubio pro misero, bem como a função social da legislação previdenciária, que busca resguardar o direito do trabalhador exercer seu mister com dignidade, o que não se faz possível na espécie, faz jus a parte autora à concessão do benefício do auxílio-acidente. Ressalto que no presente caso, incabível é o beneficio de aposentadoria por invalidez, visto que a parte requerente é jovem, tem relativo grau de instrução e com reabilitação pode exercer outras atividades laborativas. No tocante ao termo inicial para concessão do auxílio-acidente, entendo que deve ser considerado como o dia seguinte ao da cessação do auxílio-doença (NB 615.689.463-6), consoante disposto no §2.º do artigo 86 da Lei n.º 8.213/91 (com redação dada pela Lei nº 9.528/97), in verbis: O auxílio-acidente será devido a partir do dia seguinte ao da cessação do auxílio-doença, independentemente de qualquer remuneração ou rendimento auferido pelo acidentado, vedada sua acumulação com qualquer aposentadoria. III - DISPOSITIVO Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido contido na presente ação, para declarar a incapacidade parcial e permanente da parte requerente e condenar a autarquia previdenciária ao pagamento do benefício de AUXÍLIO-ACIDENTE em favor da parte autora, equivalente a 50% (cinquenta por cento) do salário-de-benefício, com termo inicial a partir da cessação do auxílio-doença (05/10/2016), sendo devido até a véspera do início de qualquer aposentadoria ou até a data do óbito do segurado (art. 86, § 1.º, da Lei n.º 8.213/91). Devem ser compensados os valores eventualmente pagos a título de auxílio-doença ou outro benefício cuja cumulação seja vedada por lei (art. 124 da Lei 8.213/1991 e art. 20, § 4º, da Lei 8.742/1993) após a data de início do benefício concedido nesta ação. O INSS deverá converter todos os NBs

objetos da presente ordem judicial para a espécie acidentária. Presentes as condições que autorizam a concessão da medida, porquanto trata-se de verba alimentar e inequívoco o prejuízo da mora, nos termos do art. 498, CPC, ANTECIPO A TUTELA para determinar a imediata implantação do benefício, oficiando-se a autarquia. Em razão da sucumbência, condeno o INSS ao pagamento de honorários advocatícios na importância de 10% (dez por cento) sobre o valor das parcelas vencidas até a data desta sentença (súmula 111 do STJ e art. 85, § 2º, do CPC). Ficando isento do pagamento de custas e despesas processuais. Sentença não sujeita a reexame necessário (artigo 496, §3º, inciso I, do Código de Processo Civil), pois o valor da condenação, ainda que apurada em liquidação, não ultrapassará 1.000 salários mínimos. Intime-se a Agencia da Previdência Social de Atendimento das Demandas Judiciais - APSADJ - para as providencias necessárias no sentido de implantar o benefício em favor da parte autora. P.R.I. Manaus, 17 de setembro de 2019. Roberto Hermidas de Aragão Filho Juiz de Direito Espécie:Auxílio - acidente acidentário Auxílio-doença precedenteNB: 615.689.468-6 DIB:Dia posterior à DCB do auxílio-doença precedente (06/10/2016)DIP: 1°dia do mês da sentença (01/09/2019) RMI:A calcular Nome do beneficiário: Hudson da Conceição do Nascimento CPF: 68380674200 Data do ajuizamento04/06/2019Data da citação:18/08/2019 Percentual de honorários de sucumbência 10% JurosArt. 1º-F da Lei nº 9.494/97 (Redação da Lei nº 11.960/2009) Correção monetáriaPortaria nº 1.855/2016-PTJ (DJE de 27/09/2016)

ADV: RODRIGO BENAYON PONTES SERUDO (OAB 11132/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: KON TSIH WANG (OAB 4646/AM), ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 189340/SP), ADV: BEATRIZ DE SOUZA SOUZA (OAB 12761/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: LUMA VIEIRA MARQUEZ (OAB 10959/AM), ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 799A/AM) - Processo 0627886-07.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Bruna Freitas Gonçalves - REQUERIDO: Abaré Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s), para que tomem ciência da data inaugural de perícia marcada para o dia 04/10/2019, conforme informação da perita de fls.416.

ADV: NAUDAL RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 4068/AM), ADV: ANGÉLICA MARIA MONTEIRO DUARTE (OAB 2659/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: TUDE MOUTINHO DA COSTA (OAB 564/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0628570-05.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - EXECUTADO: Edson Gomes da Silva - ME (RESTAURANTE E CHOPPERIA MURUPI) e outro - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ e com o despacho de fls,359, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes à consulta Bacenjud e expedição de mandado de penhora e avaliação, bem como para que informe o endereço que deverá constar no referido mandado, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0629223-94.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Banco Bradesco S. A. - Sucessor de Banco Hsbc Bank Brasil S. A. - Banco Múltiplo - I - RELATÓRIO Vistos, etc Cuida-se de ação monitória intentada por Banco Bradesco S. A. - Sucessor de Banco Hsbc Bank Brasil S. A. - Banco Múltiplo em face de Reinaldo Dias Albuquerque Dourado, a fim de que o débito indicado na exordial seja devidamente adimplido. O autor lastreia sua pretensão nos documentos anexos à vestibular, correspondentes ao contrato de abertura de conta corrente (nº1122-04390-40) na qual o réu obteve crédito que atinge o montante atualizado de R$1.110.367,27. Sustenta, igualmente, que os débitos não foram pagos, sendo imprescindível, portanto, o manejo da presente monitória, a fim de receber os valores inadimplidos. Requereu, por fim, a expedição de mandado de pagamento do importe, acrescido de juros moratórios e correção monetária. Citados pessoalmente os réus não apresentou embargos monitórios. Vieram-me os autos conclusos. II - FUNDAMENTAÇÃO De início, vislumbro ser prescindível a produção de outras provas, razão pela qual passo a proferir julgamento antecipado do pedido, com lastro no art. 355, I, do NCPC. Não se afigura despiciendo acrescentar que a instituição financeira acostou arcabouço documental bastante para a comprovação da existência de contrato de crédito em conta corrente que consubstancia prova escrita da dívida, sem eficácia de título executivo, documento suficiente para atender aos requisitos da legislação processual para cobrança via ação monitória, pois servem como início de prova escrita. Sobre isso, vale assinalar que a admissibilidade da ação monitória dispensa que o autor instrua a ação com prova robusta, estreme de dúvida, podendo ser aparelhada por documento idôneo, ainda que emitido pelo próprio credor, contanto que, por meio do prudente exame do magistrado, exsurja o juízo de probabilidade acerca do direito afirmado pelo autor, o que exatamente ocorre na espécie. A esse respeito, veja-se o seguinte julgado: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO MONITÓRIA. CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO. PRELIMINAR DE INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA E ILEGITIMIDADE PASSIVA. REJEIÇÃO. NULIDADE DA NOTA PROMISSÓRIA. IRRELEVÂNCIA. PROCEDIMENTO INSTAURADO COM BASE EM CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO. CABIMENTO. ENUNCIADO DA SÚMULA Nº 247 DO STJ. SENTENÇA MANTIDA. 1 - A preliminar de inadequação da via eleita arguida pelo Apelante não merece acolhimento, pois, segundo o disposto no art. 1.102-A do Código de Processo Civil, pode valer-se da Ação Monitória quem pretender, com base em prova escrita, sem eficácia de título executivo, pagamento de soma em dinheiro, entrega de coisa fungível ou de determinado bem móvel. 2 - Ostenta legitimidade passiva para a Ação Monitória fundada em contrato de abertura de crédito de cheque especial o avalista que, livre e espontaneamente, assinou a cláusula de garantia fidejussória em benefício da devedora principal, sua empresa à época, mormente quando não consta do contrato manifestação contrária à prorrogação do ajuste, devendo a garantia ser considerada até a resolução da avença e o cumprimento das obrigações. Precedentes. 3 - Tendo a Ação Monitória sido ajuizada com base em contrato de abertura de crédito, nos moldes do autorizado pelo Enunciado da Súmula nº 247 do STJ, segundo o qual "o contrato de abertura de crédito em conta-corrente, acompanhado do demonstrativo de débito, constitui documento hábil para o ajuizamento da ação monitória", afigura-se absolutamente inócua a discussão acerca da validade da nota promissora meramente acostada aos autos. Apelação Cível desprovida. (TJ-DF - APC: 20080110364143, Relator: ANGELO CANDUCCI PASSARELI, Data de Julgamento: 19/08/2015, 5ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE : 26/08/2015 . Pág.: 174). E, no caso em tela, os documentos juntados pela instituição financeira apresentam de forma clara e objetiva as movimentações financeiras relacionadas ao contrato e a tabela demonstrativa do débito permite a correta visualização das transações que comprovam que o valor mutuado foi entregue ao devedor. Dessa forma, existente prova escrita de dívida sem eficácia de titulo executivo, mister é que se proceda à conversão do mandado de pagamento em mandado executivo, ex vi do caput do art. 700 do Digesto Processual Civil. III - DISPOSITIVO A teor do exposto, REJEITO OS EMBARGOS MONITÓRIOS para constituir o título executivo judicial em face de Reinaldo Dias Albuquerque Dourado, no valor de R$1.110.367,27, nos termos do artigo 701, §2º, do CPC. Aplique-se juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação inicial e correção monetária a contar da propositura da ação, conforme art. 405 e 406 do Diploma Civil. Custas e honorários advocatícios pelo réu, estes à proporção de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, com suporte no art. 85, §2º, do CPC. Havendo apelação, intime-se a parte adversa para contrarrazoar. Após, remetam-se os autos ao Tribunal de Justiça. Após o trânsito em julgado, encaminhem-se os presentes autos à contadoria para a baixa nos registros, sem prejuízo de eventual pedido de cumprimento de sentença. Em caso de eventual pendência do pagamento de custas, determino a devolução dos autos a esta serventia para que proceda a intimação do devedor a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, realize o adimplemento do débito relativo às custas judiciais. Decorrido o prazo sem o aludido pagamento, encaminhe-se os autos à contadoria para emissão de certidão de crédito e respectivo protesto, na forma da Portaria nº116/2017-PTJ c/c Provimento nº228/2014 da CGJ/AM. Publique-

se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: EVERTON BERNARDO CLEMENTE (OAB 26506/GO), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0630522-14.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Causas Supervenientes à Sentença - EXEQUENTE: Sileta da Rocha Lima - EXECUTADO: Banco do Brasil S.A - Vistos, etc Compulsando os autos, verifico que a parte Requerente(Sileta da Rocha Lima), atendendo o Ato Ordinatório de Pág.(s) (281), pugna pelo Deferimento dos pleitos às Pág.(s) (284/290). A parte Requerida, requer conforme petições de Pág.(s) (292/297). Analisando detidamente as petições e documentos juntados, DEFIRO os pedidos de Pág.(s) (296) no que tange, a regularização de representação processual da executada. À Secretaria para que proceda as providências necessárias. Quanto à constrição do valor efetivado via BacenJud, conforme Pág.(s) (146). DEFIRO o desbloqueio e desde já, fica à parte Requerida/Executada intimada para apresentar conta de sua preferência para transferência do valor e providências. Acerca dos pedidos de expedição de alvará de Pág.(s) (284,286 e 289), determino à secretaria que certifique-se da existência de advogado(a) com procuração válida e poderes específicos para tal finalidade. Em caso positivo, expeça-se alvará dos valores depositados judicialmente ou, a requerimento da parte interessada, expeça-se ofício à Caixa Econômica Federal com escopo de promover a transferência eletrônica dos valores para conta de sua preferência, nos termos do parágrafo único do Art.906, do CPC/15. Em caso negativo, intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, indique profissional habilitado nos autos com as especificações retromencionadas. Após a manifestação, expeça-se o competente alvará. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0630678-94.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0631076-41.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Parcial - REQUERENTE: Claudia Maria Oliveira da Silva - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30(trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0632828-48.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Alder Joacy Pereira Albuquerque - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30(trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

ADV: ANY CAROLINY DA SILVA OZORIO (OAB 8130/AM) - Processo 0633174-96.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Edinilson Marques dos Santos - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30(trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/AM), ADV: IGOR MACEDO FACÓ (OAB 16470/CE), ADV: CHRISTIANO PINHEIRO DA COSTA (OAB 3542/AM), ADV: ANA CLARA SOARES LADEIRA (OAB 7289/AM) - Processo 0633927-24.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Silvia Araújo de Aquino - EXECUTADO: Hapvida Assistência Médica Ltda. - Vistos, etc. Remetam-se estes autos à fila da Contadoria para que essa proceda à liquidação de sentença. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho inicial. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 205961/SP), ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM) - Processo 0634808-30.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado fl 74/.75) juntado aos autos com cumprimento parial, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MARIA EMÍLIA GONÇALVES DE RUEDA (OAB 23748/PE), ADV: DANIELA ARICÓ HAUSCH (OAB 234350/SP), ADV: MARCOS ANDRÉ PEREIRA DA SILVA (OAB 161014/SP), ADV: PRISCILLA PICELLI LACERDA (OAB 374826/SP), ADV: AMANDA DE QUEIROZ MORAES (OAB 12291/AM), ADV: DÉBORA KATARINNE DE SOUZA RODRIGUES (OAB 9840/AM), ADV: LEYLA VIGA YURTSEVER (OAB 3737/AM) - Processo 0636398-47.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Antonia Francionete Porto Andrade - REQUERIDO: Vip Transportes Urbano Ltda - DENUNCIADO: Companhia Nobre Seguradora do Brasil S/A - O art. 1º, §2º da Portaria nº 2072/2016-PTJ, assim dispõe: “A impressão, o envio e o protocolo quando dirigidos a setores externos do Poder Judiciário Estadual fica a cargo da parte interessada, salvo situações específicas da Justiça Criminal e dos assistidos pela Defensoria Pública do Estado do Amazonas.” Desta feita, intimo a parte interessada para que tome ciência do(s) documento(s) expedido(s) - carta precatória - , remeta-o(s) ao(s) seu(s) destinatário(s) e junte, nos presentes autos, o(s) respectivo(s) comprovante(s) de protocolamento. Caso o(s) referido(s) documento(s) seja(m) enviado(s) via postal, solicito ao responsável pelo envio que identifique o número do processo no(s) Aviso(s) de Recebimento (AR), possibilitando a juntada deste(s) no processo correto quando devolvido ao cartório.

ADV: MARCELO CANDIOTTO FREIRE (OAB 346433SP), ADV: MARCELO CANDIOTTO SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 104784/MG) - Processo 0636573-36.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - REQUERENTE: Direcional Jhsf Zircone Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Vistos, etc. Vieram-me os autos conclusos. Decido. O pedido de homologação do acordo extrajudicial celebrado entre as partes deve ser acolhido por este juízo. Sendo assim, HOMOLOGO o acordo de fls.69/75, para que surta seus efeitos legais e, via de consequência, DECLARO A SUSPENSÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO durante o prazo concedido ao devedor para cumprimento voluntário da obrigação, na forma do art.922 do CPC. Após o cumprimento integral da obrigação arquivem-se os autos. À Secretaria para as providências de estilo. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ELIEZER ALVES DE OLIVEIRA (OAB 10900/AM) - Processo 0637232-45.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Educanorte Instituto de Apoio Superior do Norte - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para corrigir o endereço que deverá constar no mandado, no prazo legal de 05 (cinco) dias, indicando informações que auxiliem no cumprimento, como rua, CEP, número, bairro, apartamento, sala, condomínio, complemento, etc. Havendo manifestação no sentido de se expedir mandado para mais de um endereço ou de realizar consultas via sistemas judiciais, e não sendo o caso de benefício da justiça gratuita integral, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV:

DANIEL DE LIMA ALBUQUERQUE (OAB 6548/AM) - Processo 0637292-86.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Patricia Bargas Liborio - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta nas fls. 159-199, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0637626-52.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S. A. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado (fl. 60) juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ANDRÉ LUIZ FARIAS DE OLIVEIRA (OAB 2419/AM), ADV: LUCIANY MOTA BEZERRA DE OLIVEIRA (OAB 5679/AM), ADV: WELLINGTON DE AMORIM ALVES (OAB 2993/AM), ADV: ARNOLDO BENTES COIMBRA (OAB 345/AM), ADV: DANIEL SANTOS DE ANDRADE (OAB 6733/AM) - Processo 0638316-86.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Habitec - Habitação, Empreendimento e Construções Ltda - REQUERIDA: Nedite Correa do Nascimento - I-RELATÓRIO Cuida-se de ação de rescisão contratual de promessa de compra e venda de imóvel cumulada com reintegração de posse intentada por Habitec - Habitação, Empreendimento e Construções Ltda contra Nedite Correa do Nascimento. Alega a autora que celebrou em 24.01.2005 contrato com a ré objetivando a subscrição de cotas para construção de imóvel residencial, com preço ajustado de R$46.125,00, cujo pagamento seria feito de forma parcelada. Sustenta que a partir de março de 2011 a ré deixou de cumprir o contrato e em razão disso foi notificada extrajudicialmente em 11.10.201, sem que houvesse qualquer manifestação. Diante da pose precária e de má-fé da ré, pugna pela declaração de rescisão contratual, com a consequente reintegração na posse do imóvel e ao pagamento de R$1.000,00 de alugueis até a desocupação do bem. Audiência de conciliação realizada na qual compareceram as partes, sem que houvesse composição. Contestação apresentada pela ré na qual informa que no decorrer da relação contratual foi informada pela autora que haveria a necessidade de acréscimo referente ao preço do terreno, o que a impossibilitou de arcar com os valores não previstos originalmente. Diz que por isso passou procuração ao Sr Raison Sampaio de Oliveira, funcionário da Habitec, para que o mesmo efetivasse a transferência da unidade a terceiros, sendo que o imóvel foi transferido para senhora Luciany Mota Bezerra de Oliveira em 10/09/2009. Assevera ser parte ilegítima e pugna pela inclusão da senhora Luciany. No mérito argumenta haver abusividade nos índices de correção utilizados o que onerou as parcelas do contrato, além de já ter pago substancialmente o valor do contrato o que não permitiria a resolução do vínculo contratual. Na hipótese de rescisão, requerer a devolução das parcelas pagas e indenização pelas benfeitorias realizadas. Réplica às fls.120/127. Determinação de citação da litisconsorte às fls.136. Contestação da ré Luciany Mota Bezerra de Oliveira na qual sustenta preliminarmente ausência de documento que comprove a mora da requerida, indispensável à propositura da ação. No mérito, afirma que a autora estava ciente da transferência do imóvel, mas nunca lhe enviou qualquer notificação sobre os débitos. Além disso, reiterou as teses defensivas da litisconsorte passiva. Réplica às fls.229/237. Anunciado o julgamento antecipado. Vieram-me os autos conclusos. É o relatório. Decido. II-FUNDAMENTAÇÃO A causa comporta julgamento antecipado, um vez que a questão controvertida é unicamente de direito, sendo suficiente a prova documental trazida, dispensando-se a produção de outras para a sua resolução. A legitimidade passiva deve ser aferida de acordo com as assertivas autorais e de forma abstrata, sem qualquer juízo quanto ao mérito da pretensão autoral. No caso, a preliminar de ilegitimidade passiva arguida pela ré não comporta acolhimento, uma vez que está efetivamente figurou no contrato de promessa de compra e venda celebrado com a autora. De igual modo, o pedido de substituição da ré também não merece guarida, uma vez que este juízo reconheceu existir litisconsórcio necessário com a atual ocupante do imóvel, na medida em que esta também sofrerá as consequências do resultado de eventual procedência do pleito autoral. No que tange a notificação extrajudicial, não se evidencia qualquer nulidade, sendo suficiente para comprovação da mora e a rescisão contratual o envio de notificação extrajudicial realizada por intermédio do Cartório de Títulos e Documentos e entregue no endereço da devedora constante do contrato, mesmo que recebida por terceira pessoa estranha à relação contratual, o que efetivamente ocorreu (vide fls.21/22). Quanto ao mérito, segundo o que consta nos autos, as partes celebraram contrato particular de promessa de compra e venda de imóvel, com parcelas mensais e sucessivas. Ocorre que a promissária compradora deixou de efetuar o pagamento de saldo devedor, tendo sido constituída em mora por notificação extrajudicial. Ademais, muito embora alegue a existência de cobrança indevida decorrente de acréscimo de valores não ajustados inicialmente, não há qualquer prova disso. A respeito da correção do saldo devedor com a utilização de INCC, vale registar que é lícita a cláusula contratual que prevê a correção monetária, pois a atualização do valor da moeda não implica em ocorrência de onerosidade excessiva tampouco em acréscimo, tendo como fim atualizar o valor da obrigação. Dessa forma, a correção monetária deve ser mantida com base no INCC (Índice de Custo da Construção Civil), que acompanha as variações do custo da matéria-prima e a sua utilização é admitida no período antecedente a entrega do imóvel. Assim, deve ser reconhecida a legalidade da correção monetária do saldo devedor do imóvel pelo INCC (Índice Nacional da Construção Civil), mas até a obtenção do habite-se (término da construção), quando deve ser substituído pelo IGPM (Índice Geral de Preços de Mercado). Todavia, em que pese a aplicação do INCC após a entrega do imóvel no caso em tela, denota-se que a ré já encontrava-se em mora em momento anterior. De igual modo, inaplicável a tese de adimplemento substancial. Isso porque, de acordo com o STJ (REsp 76.362/MT), para a configuração da teoria do adimplemento substancial são necessários os seguintes pressupostos: a) a existência de expectativas legítimas geradas pelo comportamento das partes; b) o pagamento faltante há de ser ínfimo em se considerando o total do negócio; c) deve ser possível a conservação da eficácia do negócio sem prejuízo ao direito do credor de pleitear a quantia devida pelos meios ordinários. No caso, levando em consideração a inadimplência reiterada da devedora aliada à falta do interesse da mesma em adimplir a dívida ao longo de anos, considera-se que a conduta desta não se coaduna com a boa-fé objetiva, corolária da teoria do adimplemento substancial. Assim, a aplicação desta resta prejudicada no caso concreto, diante da verificação do interesse de agir da autora e da incontroversa mora da compradora. Acerca da resolução ou execução de contrato em face do seu inadimplemento dispõe o Código Civil de 2002: Art. 475. A parte lesada pelo inadimplemento pode pedir a resolução do contrato, se não preferir exigir-lhe o cumprimento, cabendo, em qualquer dos casos, indenização por perdas e danos. Nesse passo, é medida legal a rescisão do contrato quando inadimplido. Contudo, uma vez que o promitente vendedor de bem imóvel opta pela rescisão cabe-lhe restituir os valores recebidos. Por isso, deve ocorrer o retorno ao status quo ante, com a consequente devolução dos valores pagos corrigidos monetariamente a partir do respectivo desembolso, e reintegração da posse do imóvel à parte autora. Assim, a partir do inadimplemento, a posse, que antes era justa em decorrência do contrato, tornou-se injusta já que a promissária compradora, não tendo pagado o preço e não tendo efetuado a devolução do bem, tornou-se possuidora precária, restando caracterizado, assim, o esbulho possessório. Dessa forma, uma vez rescindido o contrato de promessa de compra e venda em razão da inadimplência da compradora, é devido à vendedora o direito de ser indenizada pelo uso e fruição do bem durante o período de inadimplência. Nessa

esteira, ordenada a rescisão do contrato, com o retorno das partes ao status quo ante, é plenamente justificável o pagamento de alugueres relativos ao período em que a compradora ocupou o bem indevidamente. Veja-se o seguinte julgado do Superior Tribunal de Justiça: AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA. INADIMPLEMENTO DO PROMISSÁRIO COMPRADOR. PAGAMENTO DE ALUGUEL PELO USO DO IMÓVEL. OBRIGAÇÃO DEVIDA POR TODO O PERÍODO DE OCUPAÇÃO. CONSECTÁRIO LÓGICO DO RETORNO AO ESTADO ANTERIOR. PRECEDENTES DA CORTE. 1. Decretada a resolução do contrato de compra e venda de imóvel, com a restituição das parcelas pagas pelo comprador, o retorno das partes ao estado anterior implica o pagamento de indenização pelo tempo em que o comprador ocupou o bem, desde a data em que a posse lhe foi transferida. Precedentes. 2. A pretensão de que apenas fosse indenizada a posse do imóvel a partir do momento em que o comprador se tornou inadimplente ensejaria enriquecimento ilícito do ocupante, uma vez que as prestações pagas serão devolvidas como efeito da própria rescisão. 3. Agravo interno provido para negar provimento ao recurso especial. (AgInt no REsp 1216477/RS, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃESc(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), Rel. P/Acórdão Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 10/04/2018, DJe 07/06/2018). Cabe salientar que o pagamento de aluguéis não envolve discussão acerca da licitude ou ilicitude da conduta da ocupante. O ressarcimento é devido por força da determinação legal segundo a qual a ninguém é dado enriquecer sem causa à custa de outrem, usufruindo de bem alheio sem contraprestação. Confira-se o teor do art. 389 do Código Civil sobre perdas e danos, in verbis: Art. 389. Não cumprida a obrigação, responde o devedor por perdas e danos, mais juros e atualização monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, e honorários de advogado. Esse o entender do Superior Tribunal de Justiça: "(). A rescisão de contrato de promessa de compra e venda de imóvel, na hipótese em que o promitente comprador deixa de pagar a prestação e continua usufruindo do imóvel, enseja ao promitente vendedor o direito à indenização pelo uso do imóvel durante o período de inadimplência." (STJ, 4ª Turma, AgRg no REsp nº 696712/DF, Relator: Ministro João Otávio de Noronha, DJ 31/08/2009). No caso, entendo razoável a fixação de aluguel mensal no valor 1% sobre o valor atualizado do imóvel previsto contratado, valor que deverá ser deduzido das parcelas pagas pela compradora e que deverão ser restituídas. De outro lado, e necessário averiguar se a possuidora agiu ou não de boa fé, por acreditar que a propriedade lhe pertencia ou poderia lhe pertencer em futuro próximo. Analisando os elementos de prova colacionados aos autos, verifica-se que a construção implementada se enquadra no conceito de benfeitorias necessárias e, sendo lícita e de boa-fé a posse, porquanto amparada pelo contrato de compra e venda do imóvel, revela-se justo o recebimento pelas benfeitorias e acessões realizadas. Evidenciada a realização de benfeitorias e acessões no imóvel e a boa-fé da promitente compradora, mister a obrigação de ser indenizada pela promitente vendedora, a teor do art. 1.219, do Código Civil. Com efeito, a rescisão do contrato de promessa de compra e venda de bem imóvel fundada na falta de pagamento é imperativa, uma vez que restou provada a contratação e não provado o adimplemento pela compradora. A rescisão implica na devolução dos valores recebidos e indenização das benfeitorias e acessões que se compensam com a indenização pelo uso do imóvel. Circunstância dos autos em que se impõe reconhecer o direito de indenização por benfeitorias e acessões a serem apuradas em liquidação de sentença e assegurar o direito de retenção. III-DISPOSITIVO A teor do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos deduzidos na inicial, com fulcro no art.487, I, do CPC, para: 1) Declarar a rescisão do contrato de compromisso de compra e venda, determinando a restituição das partes ao statu quo ante; 2) Condenar a ré Nedite ao pagamento de taxa de fruição mensal, a partir da notificação extrajudicial e até a data da efetiva devolução ou reintegração da autora na posse do bem, no valor equivalente a 1,0 % (um por cento) ao mês do preço atualizado do imóvel apontado no contrato, cujo débito poderá ser descontado do valor da restituição das parcelas a quem tem direito a autora, excluída a taxa de corretagem; as despesas administrativas e tributárias, previstas contratualmente e eventuais despesas incidentes sobre o imóvel, como IPTU e contas de consumo; 3) Determinar a reintegração da autora na posse do imóvel, condicionada, contudo, à restituição à ré, em uma única parcela, do valor equivalente as parcelas pagas, devidamente atualizadas a partir da data do desembolso de cada prestação, bem como ao pagamento de indenização por benfeitorias, apuradas em liquidação de sentença, descontada desta indenização o valor do débito relativo à taxa de fruição devida pela ré; Apliquem-se juros e correção monetária segundo índices constantes na Portaria nº 1.855/2016-PTJ. Tendo em vista que a autora sucumbiu na menor parte de seus pedidos, condeno-a ao pagamento de 25% das custas processuais e honorários de advogado e condeno as rés ao pagamento de 75% das custas processuais e honorários de advogado que fixo em 10% sobre o valor da condenação, com amparo no art. 85, § 2º c/c o art. 86 do CPC. Havendo irresignações, intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões. Após, remetam-se ao Tribunal. Após o trânsito em julgado, encaminhem-se os presentes autos à contadoria para a baixa nos registros, sem prejuízo de eventual pedido de cumprimento de sentença. Em caso de eventual pendência do pagamento de custas, determino a devolução dos autos a esta serventia para que proceda a intimação do devedor a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, realize o adimplemento do débito relativo às custas judiciais. Decorrido o prazo sem o aludido pagamento, encaminhe-se os autos à contadoria para emissão de certidão de crédito e respectivo protesto, na forma da Portaria nº116/2017-PTJ c/c Provimento nº228/2014 da CGJ/AM. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: NATAN COSTA TEIXEIRA (OAB 10656/AM), ADV: ERIC PIRES BENIGNO (OAB 9944/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0638373-70.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Luciano Pimentel de Lima - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Vistos, etc. Vieram-me os autos conclusos. Decido. O pedido de homologação do acordo extrajudicial celebrado entre as partes deve ser acolhido por este juízo. Sendo assim, HOMOLOGO a transação celebrada, para que surta seus efeitos legais e, via de consequência, JULGO EXTINTO o processo, com resolução de mérito, na forma do art.487, III, "b" c/c art.354, Caput, do NCPC. Arquivem-se os autos, independentemente do trânsito julgado, face a ausência de interesse recursal. Encaminhem-se os presentes autos à contadoria para a baixa nos registros. Em caso de eventual pendência do pagamento de custas, determino a devolução dos autos a esta serventia para que proceda a intimação do devedor a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, realize o adimplemento do débito relativo às custas judiciais. Decorrido o prazo sem o aludido pagamento, encaminhe-se os autos à contadoria para emissão de certidão de crédito e respectivo protesto, na forma da Portaria nº116/2017-PTJ c/c Provimento nº228/2014 da CGJ/AM. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM) - Processo 0639708-56.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Denis Almeida Teixeira - I-RELATÓRIO Vistos, etc. Cuida-se de ação declaratória c/c indenização por danos morais que Denis Almeida Teixeira maneja em face de Banco BMG S/A. Aduz o autor que em dezembro/2011 contraiu empréstimo junto ao requerido no valor de R$ 5.164,56 (cinco mil, cento e sessenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos). No entanto em janeiro/2013, o requerido passou a descontar nova parcela de empréstimo denominado BMG EMP 02 - Código 5898, no valor de R$ 17,40 (dezessete reais e quarenta centavos). Solicitou junto ao réu, a cópia desse novo empréstimo, visto que desconhece esse negócio. Ao final pugna pela inexigibilidade do débito, condenação do requerido ao pagamento de danos morais e materiais. Devidamente citada, a parte ré não contestou a ação, deixando transcorrer, in albis, o prazo legal. Isto posto, procedo ao julgamento antecipado da lide nos termos do art. 355, II do Código de Processo Civil. É o sucinto relatório. Decido. II-FUNDAMENTAÇÃO Da análise dos autos, deflui que a parte ré, mercê da validade de sua citação, não apresentou defesa, motivo pelo qual decreto-lhe a revelia e, não incorrendo a demanda em

nenhuma das hipóteses elencadas no art. 345, aplico-lhe a pena de confissão quanto à matéria de fato aduzida na vestibular, com estribo no art. 344, sem prejuízo da disposição a que alude o art. 346, todos do Digesto Processual Civil.

ADV: MARIA DO ROSÁRIO NEVES FILARDI (OAB 5504/AM) - Processo 0639788-20.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Fernanda Paula de Azevedo Cesar - I-RELATÓRIO Vistos, etc. Cuida-se de ação de cobrança c/c obrigação de fazer e danos materiais e morais intentada por Fernanda Paula de Azevedo César contra Contec - Consultoria Técnica e Construção Lda. Sustenta a autora que em razão de termo de separação litigiosa ficou com um apartamento no Residencial Jardim Califórnia, Bloco Camélia, apto 303, Localizado no bairro Adrianópolis. Diz que na data de 29/01/1980 foi assinado termo de reserva e sinal de pagamento para aquisição da referida unidade residencial, bem como pedido de reserva e proposta de compra datada de 27/06/1985. Alega que para sua surpresa, após verificação recente no Cartório de Registro de Imóveis constatou a venda do bem para terceiros com registro na data de 30/09/1985, mesmo após já ter pago entorno de 20% do valor do imóvel. Assevera que a requerida fez proposta de entregar um terreno na área do Tarumã para quitação do apartamento, o que foi recusado, uma vez que o terreno não está legalizado e nem quitado. Requer indenização pelos danos materiais e morais. É o relatório. Decido. II-FUNDAMENTAÇÃO Observo que o negócio jurídico foi firmado sob a vigência do Código Civil de 1916, uma vez que o terreno foi pago parcialmnete pelo ex-esposo da autora entre os anos 1980 a 1985 e, diante do tempo que se passou, tendo entrado em vigor o Novo Código Civil, faz-se necessário tecer alguns apontamentos, já que a controvérsia arrastou-se por diversos anos, ultrapassando o período em que o Código anterior estava vigente. Ademais, a autora também comprovou que o imóvel de matrícula nº 26.845 foi alienado em 30/09/1985 para terceiro, a senhora Raimunda da Silva Moraes. Não se discute que o negócio jurídico é nulo quando não preencher os requisitos contidos no artigo 104 do Código Civil/02 que assim dispõe: Art. 104. A validade do negócio jurídico requer: II - objeto lícito, possível, determinado ou determinável; III - forma prescrita ou não defesa em lei. Ocorre que o negócio sob exame foi feito nos moldes do CC/16, sendo que a regra contida em seu bojo que descreve a respeito da nulidade é a do artigo 145 do mencionado Código, não se distanciando do entendimento elencado no CC/02. Logo, transcrevo o artigo 145 do CC/16 e o correspondente da atual, que preveem quando é nulo o negócio jurídico, respectivamente: Art. 145. É nulo o ato jurídico: I. Quando praticado por pessoa absolutamente incapaz (art. 5). II. Quando for ilícito, ou impossível, o seu objeto. III. Quando não revestir a forma prescrita em lei arts. 82 e 130. IV. Quando for preteria alguma solenidade que a lei considere essencial para a sua validade. V. Quando a lei taxativamente o declarar nulo ou lhe negar efeito. I - celebrado por pessoa absolutamente incapaz; II - for ilícito, impossível ou indeterminável o seu objeto; III - o motivo determinante, comum a ambas as partes, for ilícito; IV - não revestir a forma prescrita em lei; V - for preterida alguma solenidade que a lei considere essencial para a sua validade; VI - tiver por objetivo fraudar lei imperativa; VII - a lei taxativamente o declarar nulo, ou proibir-lhe a prática, sem cominar sanção. Nesse quadrante, há nulidade no negócio realizado quando o objeto não for lícito ou possível, tornando-o nulo de pleno direito. Dessa maneira, não se nega que não é possível vender coisa alheia, de forma que existe dolo em comercializar, duas vezes o mesmo objeto para pessoas distintas, como ocorreu na hipótese sob exame. Configurando o contrato de compra e venda como relação jurídica de natureza pessoal, o prazo prescricional para a pretensão de discussão de eventual descumprimento contratual e danos daí decorrentes é dez anos, conforme previsão do Art. 205 do Código Civil de 2002 ou 20 anos, pelo Art. 177 do Código Civil de 1916. Art. 205. A prescrição ocorre em dez anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor. Art. 177 - As ações pessoais prescrevem, ordinariamente, em 20 (vinte) anos, as reais em 10 (dez), entre presentes, e entre ausentes em 15 (quinze), contados da data em que poderiam ter sido propostas. Nesse âmbito, por incidir o CC/16, a regra a ser aplicada é a da prescrição de 20 (vinte) anos, tendo em vista que por não conter disposição específica, além de ser a regra geral no mencionado Código, não havia norma equivalente à contida no CC/02, que assim prevê, em seu artigo 169: O negócio jurídico nulo não é suscetível de confirmação, nem convalesce pelo decurso do tempo. À hipótese, friso que o Código a ser aplicado é o de 1916 e não o de 2002, já que pela regra de transição, entre uma norma e outra, prevista no art. 2.028 do CC/02, o prazo prescricional do CC/16 só pode ser aplicado quando reduzido pelo CC/02, e se na data de sua entrada em vigor, já houver se passado mais da metade do tempo fixado na lei revogada. Como o prazo prescricional geral da norma anterior (1916) foi reduzido pela atual norma (2002), passando a ser de 10 (dez) anos, em tese, seria possível aplicar as previsões do CC/02, que incluiu a prescrição geral de 10 anos e a de imprescritibilidade de negócio jurídico nulo. Ocorre que o CC/02 entrou em vigor em 11 de janeiro de 2003 (art. 2.044, CC/02), quando já havia ocorrido a transferência do imóvel, que se deu em 1985, tendo-se passado, de fato, mais de 20 anos. Sendo assim, não há que se cogitar a utilização da regra de transição acima referida. Dessa maneira, a regra da não sujeição a prazo prescricional se dá apenas para negócios realizados sob a vigência do CC/02 e não na do CC/16, quando havia prazo para declarar a nulidade do negócio, qual seja, a regra geral, por não haver prazo específico, que era de 20 (vinte) anos no CC/16, seja porque, como já salientado, já havia se passado mais de 20 anos quando da transferência do imóvel e o ajuizamento da presente demanda, que se deu em 30/07/2019. A esse respeito, vejam-se os seguintes julgados: APELAÇÃO CÍVEL. CONTRATO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. AÇÃO DE RESOLUÇÃO DE CONTRATO POR INADIMPLEMENTO. PRESCRIÇÃO. Tendo o contrato de promessa de compra e venda sido firmado e inadimplido sob a vigência do Código Civil de 1916, aplica-se a regra de transição do art. 2.028 do Regramento de Direito Material de 2002. Não havendo transcorrido mais da metade do prazo prescricional, é aplicável ao caso dos autos o prazo de prescrição do art. 205 do Código Civil de 2002, com início de contagem a partir da entrada em vigor do novo ordenamento. Fluído o prazo decenal antes do ajuizamento da resolutiva, é de ser reconhecida a prescrição, fulminando a pretensão exposta na peça inicial. A notificação extrajudicial realizada antes de decorrido o prazo de prescrição, não tem o condão de afastar a incidência do instituto. Extinto o pedido de resolução de contrato, merecem prejudicados os demais requerimentos da inaugural. Sentença Reformada. APELAÇÃO PROVIDA. UNÂNIME. (Apelação Cível Nº 70079234944, Décima Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Nelson José Gonzaga, Julgado em 27/02/2019). (TJ-RS - AC: 70079234944 RS, Relator: Nelson José Gonzaga, Data de Julgamento: 27/02/2019, Décima Oitava Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 06/03/2019). E: PRESCRIÇÃO - Compromisso particular de compra e venda de imóvel - Bem que já se encontrava sob a titularidade de terceiro, conforme matrícula - Herdeiros que, mais de vinte anos depois, vem pleitear indenização por dano material e moral - Prazo transcorrido ainda quando o de cujus era vivo - Irrelevância de discutir a incapacidade de seu herdeiro - Aplicação do artigo 177, do CC/16, ou do artigo 206, § 3º., V, e 2028, do atual CC, todos levando ao mesmo resultado - Prescrição decretada - Sentença mantida - Recurso não provido. (TJ-SP - APL: 00054528620118260266 SP 0005452-86.2011.8.26.0266, Relator: Mônica de Carvalho, Data de Julgamento: 01/11/2018, 8ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 01/11/2018). E: APELAÇÃO CÍVEL. PROMESSA DE COMPRA E VENDA. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA. SENTENÇA DE EXTINÇÃO MANTIDA. Partes que firmaram Contrato de Compra e Venda de terreno em 07/11/1978, sendo o último valor devido pela parte autora pago em favor da ré em 16/12/1985, de modo que aplicável a prescrição vintenária do Art. 177 do Código Civil de 1976, com fulcro, também, na regra de transição do art. 2.028 do Código Civil de 2015. APELO DESPROVIDO. UNÂNIME. (Apelação Cível Nº 70079274056, Décima Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Gelson Rolim Stocker, Julgado em 29/11/2018). (TJ-RS - AC: 70079274056 RS, Relator: Gelson Rolim Stocker, Data de Julgamento: 29/11/2018, Décima Sétima Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 10/12/2018). Por oportuno, saliento que se a autora tivesse sido zelosa em

cuidar do bem que havia comprado, talvez essa situação não tivesse ocorrido, ou no mínimo, ela teria descoberto a venda para outra pessoa, de forma que haveria tempo hábil para ajuizar demanda para discutir o direito judicialmente. Diante do exposto, reconheço a prescrição referente aos pedidos de ressarcimento e danos morais. III-DISPOSITIVO A teor do exposto, reconheço a prescrição da pretensão autoral quanto aos pedidos de ressarcimento e danos morais, motivo pelo qual declaro o feito extinto com resolução do mérito nos termos do art.332, §1º c/c 487, inc. II, do CPC. Condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, este último fixado em 10% sobre o valor da condenação, conforme art. 85, §2º do CPC, cuja exigibilidade deverá permanecer suspensa, ante os benefícios da gratuidade da justiça concedidos. Havendo irresignação, cite-se o réu para apresentar contrarrazões. Após, remetam-se ao Tribunal. Após o trânsito em julgado, encaminhem-se os presentes autos à contadoria para a baixa nos registros, sem prejuízo de eventual pedido de cumprimento de sentença. Em caso de eventual pendência do pagamento de custas, determino a devolução dos autos a esta serventia para que proceda a intimação do devedor a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, realize o adimplemento do débito relativo às custas judiciais. Decorrido o prazo sem o aludido pagamento, encaminhe-se os autos à contadoria para emissão de certidão de crédito e respectivo protesto, na forma da Portaria nº116/2017-PTJ c/c Provimento nº228/2014 da CGJ/AM. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CAROLINA POSTIGO SILVA (OAB 9214/AM), ADV: ALINE FERREIRA DE ANDRADE (OAB 7676/AM), ADV: CARLOS DANIEL RANGEL BARRETTO SEGUNDO (OAB 5035/AM), ADV: EDUARDO BONATES DE LIMA (OAB 5076/AM), ADV: ANDRÉ RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 5016/AM), ADV: CAMILA ALMEIDA DELMAN LAINS (OAB 332129/SP), ADV: JUNDIVAL ADALBERTO PIEROBOM SILVEIRA (OAB 55160/SP) - Processo 0640477-35.2017.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: Federação dos Trabalhadores Nas Indústrias do Estado do Amazonas - REQUERIDO: Fernando Bivaqua de Araújo Filho - I-RELATÓRIO Vistos, etc. Cuida-se de ação de reintegração de posse proposta por Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado do Amazonas em face de Fernando Bivaqua de Araújo Filho. Narra o autor que firmou contrato particular de compra e venda de imóvel por meio alienação fiduciária com o requerido, contudo, não obstante a prévia intimação para purgar a mora, continuou inerte nos seus deveres obrigacionais, o que levou a consolidação da propriedade em favor do requerente. Acrescenta ainda que o imóvel foi levado a leilão, sem arrematantes. Após o leilão, o autor outorgou ao requerido o termo de quitação e extinção da dívida, contudo se recusa a sair da posse do bem. Ao final requer a reintegração definitiva da autora na posse do bem imóvel, bem como condenação do réu a taxa de ocupação. Decisão de fls. 73/75 que concedeu a tutela de urgência. Contestação às fls. 99/109. Réplica às fls. 159/175. Vieram-me os autos conclusos. Decido. II-FUNDAMENTAÇÃO Cinge-se a controvérsia sobre a legalidade do procedimento de execução extrajudicial e leilão de imóvel levada a efeito pela instituição financeira. A matéria é tipicamente de direito, sendo desnecessária a produção de outras provas para o deslinde da controvérsia, motivo pelo qual passo ao julgamento antecipado dos pedidos, na forma do art.355, I, do CPC. A análise minunciosa das peças processuais revela que o réu foi intimado do leilão por meio de editais publicados em jornais de grande circulação por três dias. E, apesar da comprovada intimação, infiro que o autor se descuidou de seu ônus de promover a intimação pessoal do devedor. Ora, consoante assente entendimento do STJ, revela-se necessária a intimação pessoal do devedor do local e data do leilão realizado nos moldes da Lei nº 9.514/97, senão vejamos: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO ANULATÓRIA DE LEILÃO EXTRAJUDICIAL. LEI Nº 9.514/97. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE COISA IMÓVEL. NOTIFICAÇÃO PESSOAL DO DEVEDOR FIDUCIANTE. NECESSIDADE. PRECEDENTE ESPECÍFICO. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO. 1. “No âmbito do Decreto-Lei nº 70/66, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça há muito se encontra consolidada no sentido da necessidade de intimação pessoal do devedor acerca da data da realização do leilão extrajudicial, entendimento que se aplica aos contratos regidos pela Lei nº 9.514/97” (REsp 1447687/DF, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/08/2014, DJe 08/09/2014). 2. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. (AgRg no REsp 1367704/RS, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/08/2015, DJe 13/08/2015). Com efeito, havendo previsão legal de aplicação do artigo 36, parágrafo único, do Decreto-Lei nº 70 /66 ao procedimento previsto na Lei nº 9.514 /97, revela-se indubitável a necessidade de intimação pessoal da data do leilão extrajudicial, procedimento preterido pela instituição financeira. Dessa feita, ainda que regular a notificação do devedor para purgar a mora, é indispensável a sua renovação por ocasião da alienação extrajudicial do imóvel, o que não ocorreu na espécie. Assim, não há dúvida de eiva no procedimento de intimação pessoal do devedor acerca da data do leilão extrajudicial, oportunidade na qual poderia purgar a mora, sendo nula a intimação por edital quando não exauridas as tentativas de intimação pessoal, principalmente quando a tese de que o devedor estava em lugar incerto e não sabido diverge frontalmente do fato de que efetivamente estava no endereço constante no contrato com a instituição financeira, consoante se percebe dos documentos colacionados, tendo inclusive procuradora para receber as intimações. A respeito da purgação da mora, vale registrar que ao contrário do que defende o autor, a consolidação da propriedade não impede a possibilidade de purgação da mora que na hipótese estende-se até a assinatura do auto de arrematação. Dessa forma, o disposto no arts.34 e 36 do Dec. Lei 70/66 assim disciplina: Art 34. É lícito ao devedor, a qualquer momento, até a assinatura do auto de arrematação, purgar o débito, totalizado de acordo com o artigo 33, e acrescido ainda dos seguintes encargos: I - se a purgação se efetuar conforme o parágrafo primeiro do artigo 31, o débito será acrescido das penalidades previstas no contrato de hipoteca, até 10% (dez por cento) do valor do mesmo débito, e da remuneração do agente fiduciário; II - daí em diante, o débito, para os efeitos de purgação, abrangerá ainda os juros de mora e a correção monetária incidente até o momento da purgação. (...) Art 36. Os públicos leilões regulados pelo artigo 32 serão anunciados e realizados, no que este decreto-lei não prever, de acordo com o que estabelecer o contrato de hipoteca, ou, quando se tratar do Sistema Financeiro da Habitação, o que o Conselho de Administração do Banco Nacional da Habitação estabelecer. Parágrafo único. Considera-se não escrita a cláusula contratual que sob qualquer pretexto preveja condições que subtraiam ao devedor o conhecimento dos públicos leilões de imóvel hipotecado, ou que autorizem sua promoção e realização sem publicidade pelo menos igual à usualmente adotada pelos leiloeiros públicos em sua atividade corrente. Nesse contexto, diversamente do que ocorre nos contratos de alienação fiduciária de bens móveis, é possível a purgação da mora na hipótese de bem imóvel quando já consolidada a propriedade em nome do credor fiduciário. Isso porque, no âmbito da alienação fiduciária de imóveis em garantia, o contrato não se extingue por força da consolidação da propriedade em nome do credor fiduciário, mas, sim, pela alienação em leilão público do bem objeto da alienação fiduciária, após a lavratura do auto de arrematação. Por isso, considerando-se que o credor fiduciário, nos termos do art. 27 da Lei nº 9.514/1997, não incorpora o bem alienado em seu patrimônio, o contrato de mútuo não se extingue com a consolidação da propriedade em nome do fiduciário, sendo admitida a purgação da mora até a arrematação, desde que cumpridas todas as exigências previstas no art. 34 do Decreto-Lei nº 70/1966. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE BEM IMÓVEL E NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL DO DEVEDOR PARA OPORTUNIZAR A PURGAÇÃO DE MORA.Em alienação fiduciária de bem imóvel (Lei n. 9.514/1997), é nula a intimação do devedor para oportunizar a purgação de mora realizada por meio de carta com aviso de recebimento quando esta for recebida por pessoa desconhecida e alheia à relação jurídica. Inicialmente, salienta-se o previsto no art. 26 da Lei n. 9.514/1997: “Art. 26. Vencida e não paga, no todo ou em parte, a dívida e constituído em mora o fiduciante, consolidar-se-á, nos termos deste artigo, a propriedade do imóvel em nome do fiduciário. § 1º Para os fins do disposto neste artigo, o fiduciante, ou seu representante legal ou procurador regularmente constituído,

será intimado, a requerimento do fiduciário, pelo oficial do competente Registro de Imóveis, a satisfazer, no prazo de quinze dias, a prestação vencida e as que se vencerem até a data do pagamento, os juros convencionais, as penalidades e os demais encargos contratuais, os encargos legais, inclusive tributos, as contribuições condominiais imputáveis ao imóvel, além das despesas de cobrança e de intimação. (...) § 3º A intimação far-se-á pessoalmente ao fiduciante, ou ao seu representante legal ou ao procurador regularmente constituído, podendo ser promovida, por solicitação do oficial do Registro de Imóveis, por oficial de Registro de Títulos e Documentos da comarca da situação do imóvel ou do domicílio de quem deva recebê-la, ou pelo correio, com aviso de recebimento." Como se vê, o referido artigo é claro: a intimação do devedor deve ser pessoal. O dispositivo esclarece, ainda, que essa intimação pessoal pode ser realizada de três maneiras: a) por solicitação do oficial do Registro de Imóveis; b) por oficial de Registro de Títulos e Documentos da comarca da situação do imóvel ou do domicílio de quem deva recebê-la; ou c) pelo correio, com aviso de recebimento. Nesse contexto, verifica-se que o fato de a Lei n. 9.514/1997 ter atribuído ao credor a escolha da forma pela qual o devedor será constituído em mora não exclui a exigência de que a intimação seja pessoal. De fato, a necessidade de intimação pessoal decorre da previsão constitucional da propriedade como direito fundamental (art. 5º, XXII, da CF), o que torna justificável a exigência de um tratamento rigoroso ao procedimento que visa desapossar alguém (devedor) desse direito essencial. Ressalta-se, inclusive, a existência de entendimento doutrinário no sentido de que a intimação deve, em regra, ser realizada nas duas primeiras modalidades deferidas pela lei e apenas excepcionalmente pelo correio, meio pelo qual, no entender dessa vertente doutrinária, reveste-se de menor segurança. Além disso, convém atentar para a jurisprudência do STJ que considera indispensável a intimação pessoal da parte da data designada para os leilões do imóvel em processo de execução (REsp 1.447.687-DF, Terceira Turma, DJe 8/9/2014; REsp 1.115.687-SP, Terceira Turma, DJe 2/2/2011; REsp 1.088.922-CE, Primeira Turma, DJe 4/6/2009). Ora, se a intimação para a data dos leilões, que é ato posterior, deve ser pessoal, com muito mais razão ser exigida a intimação pessoal no início do procedimento, quando há a oportunidade de purgação da mora e a consequente possibilidade de manutenção do contrato. REsp 1.531.144-PB, Rel. Min. Moura Ribeiro, julgado em 15/3/2016, DJe 28/3/2016. APELAÇÃO - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - REINTEGRAÇÃO DE POSSE - Ajuizamento da ação pela instituição financeira visando a retomada da posse do imóvel objeto do contrato, após arrematação pela credora em leilão extrajudicial - Hipótese em que os devedores não foram intimados pessoalmente quanto à data, horário e local do leilão extrajudicial - Intimação que ocorreu por edital - Nulidade dos atos praticados pela instituição financeira - Orientação jurisprudencial a respeito, inclusive do Colendo Superior Tribunal de Justiça - Alteração legislativa nesse sentido, promovida pela Lei n. 13.465/17, que incluiu o § 2-A ao art. 27 da Lei n.º 9.514/97 - Procedência da ação afastada - Recurso dos réus provido. (TJ-SP 10010577720178260604 SP 1001057-77.2017.8.26.0604, Relator: Claudio Hamilton, Data de Julgamento: 21/06/2018, 25ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 21/06/2018) AGRAVO DE INSTRUMENTO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE BEM IMÓVEL. TUTELA PROVISÓRIA CONCEDIDA PARA SUSTAR OS EFEITOS DO LEILÃO. NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL COM A DATA DA REALIZAÇÃO DO LEILÃO. REQUISITO NÃO OBSERVADO. O STJ consolidou o entendimento no sentido de que é necessária a intimação pessoal do devedor sobre a realização do leilão, entendimento estendido aos contratos regidos pela Lei nº 9.514/97. Entretanto, pelos documentos acostados aos autos, não se constata a efetiva intimação pessoal dos agravados a respeito da data designada para realização dos leilões extrajudiciais. Com efeito, a publicação de editais de leilão não supre o dever de intimação pessoal do devedor fiduciante, sendo cabível somente na hipótese em que restarem frustradas as tentativas de intimação pessoal e o devedor se encontrar em local incerto ou não sabido. AGRAVO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. (Classe: Agravo de Instrumento,Número do Processo: 0002307-19.2017.8.05.0000, Relator (a): Moacyr Montenegro Souto, Terceira Câmara Cível, Publicado em: 10/07/2018) (TJ-BA - AI: 00023071920178050000, Relator: Moacyr Montenegro Souto, Terceira Câmara Cível, Data de Publicação: 10/07/2018) Por tais motivos, reconheço a invalidade do leilão extrajudicial realizado sem a intimação pessoal do devedor, ante a precipitada intimação por edital, instrumento que só deve ser adotado subsidiariamente, em situações tais que esgotados os meios de intimação pessoal. III-DISPOSITIVO A teor do exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos, com fulcro no art.487, I, do CPC, para decretar a nulidade do leilão extrajudicial, por ausência de intimação pessoal do devedor, mantenho o réu na posse do bem. Revogo a tutela provisória de urgência. Condeno o autor ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que arbitro em 10% sobre o valor da causa, conforme art. 85, §2º do CPC. Havendo irresignações, intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões. Após, remetam-se os autos ao Tribunal de Justiça. Transitada em julgado a presente decisão, encaminhem-se os presentes autos à contadoria para a baixa nos registros. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: BRUNA MARIANA NASCIMENTO DOS SANTOS (OAB 10935/AM) - Processo 0643229-09.2019.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Responsabilidade dos sócios e administradores - REQUERENTE: Jessica Farias Trindade Pinheiro - Vistos, etc. Cuida-se de ação de rescisão contratual c/c restituição de parcelas pagas e indenização por danos morais intentada por Jéssica Farias Trindade Pinheiro em face de Ideal Engenharia e Incorporações Imobiliárias Ltda e Lótus Tarumã Incorporações Imobiliárias SPE Ltda, com pedido de tutela antecipada para que se abstenha de incluir o nome dos requerentes nos órgãos de proteção ao crédito, bem como de cobrar prestações vincendas. Decido. Nos termos do Novo Código de Processo Civil, em seu Artigo 294, a concessão da tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência. Nos termos do Art. 300, caput do NCPC, referente a tutela de urgência, o juiz a concederá "quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo". Ademais, no §3° do mesmo artigo, a tutela de urgência de natureza antecipada não será deferida quando houver perigo de irreversibilidade. Da análise sumária dos documentos e alegações declinadas pela autora em sua exordial, verifico a existência da fumaça do bom direito nos fatos narrados; plausibilidade do pedido e o perigo na demora em conceder a tutela poderá acarretar à autora cobrança de valores oriundas de um contrato do qual não tem mais interesse em permanecer, bem como as partes não encontram ponto em comum acerca da percentagem de devolução de quantias já pagas. Diante disso, encontro subsídios para conceder a tutela provisória, com fundamentado no artigo 300 do CPC/15. Portanto, intimem-se os requeridos para que se abstenham de incluir/retirem o nome da requerente nos órgãos de proteção ao crédito, bem como de cobrar prestações que estejam a vencer/venceram após a propositura desta ação, ou seja, após 15/08/2019, no prazo de até 5 (cinco) dias corridos. O descumprimento desta ordem judicial ensejará multa diária de R$1.000,00 (um mil reais) até o limite de 10 (dez) dias-multa. Nos termos do Art. 3°, § 2°, do CPC/2015, como norma fundamental, temos que "O estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". E ainda, nos termos do § 3° do referido artigo, "A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Publico, inclusive no curso do Processo judicial". Assim, por conta do Princípio da Promoção pelo Estado da Solução de Conflitos por autocomposição, e tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos essenciais, designo audiência de conciliação para o dia 21/10/2019 às 8h30min, nos termos do Art. 334 do NCPC, a ser realizada no CEJUSC Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado no 3º andar /setor 1 do Fórum de Justiça Ministro Henoch da Silva Reis. Dê-se ciência que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (Art. 334 § 8º do CPC). Defiro a inversão do ônus da prova e da gratuidade de justiça em favor da autora. Cite(m)-se e intime(m)-se.

ADV: DAVID CUNHA NOVOA (OAB 10777/AM), ADV:

JENNIFER GUIMARÃES DA SILVA (OAB 13314/AM), ADV: LUCIENE CABRAL DE ALBUQUERQUE (OAB 3903/AM), ADV: JULIANA TRINDADE DA SILVA (OAB 13687/AM), ADV: EVANDRO DE AZEVEDO MARTINS FILHO (OAB 8290/AM), ADV: RONALDO THALES UCHÔA BRANDÃO (OAB 12738/AM), ADV: MARINA REZENDE LOPES (OAB 12153/AM), ADV: JÉSSICA SANTANA MAGNANI (OAB 10343/AM), ADV: ALEXANDER SIMONETTE PEREIRA (OAB 6139/AM) - Processo 0643726-57.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Apuração de haveres - REQUERENTE: Jacqueline Katherine Bentes de Jesus - REQUERIDO: Aajt Odontologia Ltda e outros - Vistos, etc. Designo o dia 17/10/2019 às 11:30h, para realização de audiência de saneamento a que alude o § 3º do artigo 357 do Código de Processo Civil com o objetivo de resolver as questões processuais pendentes e delimitar as questões de fato e de direito relevantes para o julgamento da causa. Intimem-se as partes através de seus respectivos patronos, para comparecerem ao referido ato. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: CHRISTIANO DE OLIVEIRA SANTIAGO (OAB 9536/AM), ADV: GLÁUCIO NUNES DA LUZ (OAB 6326/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0648651-96.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Ana Rita Torres Frota - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Nos termos do Art. 3°, § 2°, do CPC/2015, como norma fundamental, temos que "O estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". E ainda, nos termos do § 3° do referido artigo, "A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Publico, inclusive no curso do Processo judicial". Assim, por conta do Princípio da Promoção pelo Estado da Solução de Conflitos por autocomposição e em virtude da realização da XIV Semana Nacional de Conciliação no período de 04/11/2019 a 08/11/2019, designo audiência de conciliação para o dia 04/11/2019 às 15:30h, a ser realizada na sala 02, 7º andar, 1ª UPJ - Unidade de Processamento Judicial, Fórum Desembargadora Euza Maria Naice de Vasconcellos. Dê-se ciência que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (Art. 334 § 8º do CPC). Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0650216-61.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Tendo a inicial preenchido os requisitos do artigo 700 do CPC/2015 e, estando a mesma devidamente instruída com documentação comprobatória do débito, com base em prova escrita, sem eficácia de título, defiro a monitória. Determino a expedição de carta de citação para pagamento da quantia em dinheiro, apontada na inicial (art. 700, I), no prazo máximo e improrrogável de 15 (quinze) dias, incluído o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído a causa, conforme Caput do artigo 701, CPC/2015. Advirto desde já que, caso não seja realizado o pagamento ou não opostos embargos, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, nos termos do disposto no §2º do artigo 701, CPC/2015. Anote-se, de igual forma, que se ocorrer o pagamento também no mesmo prazo o réu ficará isento de custas processuais, em consonância com o disposto no parágrafo 1o, do artigo 701, também do CPC/2015. Caso sejam apresentados embargos à monitória, suspenda-se a eficácia da decisão referida no Caput do art.701 do CPC/15 até o julgamento em primeiro grau. Ato contínuo ao recebimento dos embargos, intime-se o autor da monitória para que responda aos embargos em até 15(quinze) dias, nos termos do art.702, §5º, do CPC/15. Cumpre ressaltar que o devedor poderá, mediante a comprovação de depósito de 30% (trinta por cento) do valor cobrado, acrescido de custas e honorários de advogado de 5% (cinco por cento), requerer o restante do pagamento em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos dos artigos 701, §5º c/c 916, CPC/2015. Caso a carta expedida retorne negativa, consulte-se o(s) sistema(s) eletrônico(s) INFOJUD, SIEL, BACENJUD e/ou RENAJUD, a fim de localizar o atual endereço da parte ré, após o pagamento, no prazo de 10 (dez) dias, dos emolumentos pertinentes a cada pesquisa solicitada, nos termos da Portaria nº116/2017, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI do CPC. Constatado um único endereço e diverso do que já fora efetuada a diligência, expeça-se imediatamente nova carta de citação, caso contrário, intime-se o autor para manifestar-se, no prazo de 10 (dez) dias, sobre as referidas consultas, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI, do CPC. No caso de ser solicitado a expedição de mandado de pagamento, defiro-a desde logo, devendo a parte comprovar, no prazo de 15(quinze) dias, o recolhimento das custas das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0650277-19.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Tendo a inicial preenchido os requisitos do artigo 700 do CPC/2015 e, estando a mesma devidamente instruída com documentação comprobatória do débito, com base em prova escrita, sem eficácia de título, defiro a monitória. Determino a expedição de carta de citação para pagamento da quantia em dinheiro, apontada na inicial (art. 700, I), no prazo máximo e improrrogável de 15 (quinze) dias, incluído o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído a causa, conforme Caput do artigo 701, CPC/2015. Advirto desde já que, caso não seja realizado o pagamento ou não opostos embargos, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, nos termos do disposto no §2º do artigo 701, CPC/2015. Anote-se, de igual forma, que se ocorrer o pagamento também no mesmo prazo o réu ficará isento de custas processuais, em consonância com o disposto no parágrafo 1o, do artigo 701, também do CPC/2015. Caso sejam apresentados embargos à monitória, suspenda-se a eficácia da decisão referida no Caput do art.701 do CPC/15 até o julgamento em primeiro grau. Ato contínuo ao recebimento dos embargos, intime-se o autor da monitória para que responda aos embargos em até 15(quinze) dias, nos termos do art.702, §5º, do CPC/15. Cumpre ressaltar que o devedor poderá, mediante a comprovação de depósito de 30% (trinta por cento) do valor cobrado, acrescido de custas e honorários de advogado de 5% (cinco por cento), requerer o restante do pagamento em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos dos artigos 701, §5º c/c 916, CPC/2015. Caso a carta expedida retorne negativa, consulte-se o(s) sistema(s) eletrônico(s) INFOJUD, SIEL, BACENJUD e/ou RENAJUD, a fim de localizar o atual endereço da parte ré, após o pagamento, no prazo de 10 (dez) dias, dos emolumentos pertinentes a cada pesquisa solicitada, nos termos da Portaria nº116/2017, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI do CPC. Constatado um único endereço e diverso do que já fora efetuada a diligência, expeça-se imediatamente nova carta de citação, caso contrário, intime-se o autor para manifestar-se, no prazo de 10 (dez) dias, sobre as referidas consultas, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI, do CPC. No caso de ser solicitado a expedição de mandado de pagamento, defiro-a desde logo, devendo a parte comprovar, no prazo de 15(quinze) dias, o recolhimento das custas das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO ARY FRANCO CÉSAR (OAB 123514/SP), ADV: KLISMAN DA SILVA MULLER (OAB 11080/AM), ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO) - Processo 0655048-74.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum

Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Tiago Lopes Vinente da Costa - REQUERIDO: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Cardif - Cardif do Brasil Seguros e Garantias S/A - Vistos, etc. Designo o dia 17/10/2019 às 10:30h, para realização de audiência de saneamento a que alude o § 3º do artigo 357 do Código de Processo Civil com o objetivo de resolver as questões processuais pendentes e delimitar as questões de fato e de direito relevantes para o julgamento da causa. Intimem-se as partes através de seus respectivos patronos, para comparecerem ao referido ato. Cumpra-se.

ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM) - Processo 0656883-97.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Movimentos Repetitivos/Tenossinovite/LER/DORT - REQUERENTE: Elinete Cascais da Costa - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração de fls. 309-310, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

Alexander Simonette Pereira (OAB 6139/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Aline Ferreira de Andrade (OAB 7676/AM)
Amanda de Queiroz Moraes (OAB 12291/AM)
Ana Beatriz da Silva Oliveira (OAB 9372/AM)
Ana Clara Soares Ladeira (OAB 7289/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
André Luiz Farias de Oliveira (OAB 2419/AM)
Andre Marques Ferreira Pedrosa (OAB 86359/MG)
André Rodrigues de Almeida (OAB 5016/AM)
Angélica Maria Monteiro Duarte (OAB 2659/AM)
Antônio Ary Franco César (OAB 123514/SP)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Tavares Ferreira Costa (OAB 6941/AM)
Any Caroliny da Silva Ozorio (OAB 8130/AM)
Arnoldo Bentes Coimbra (OAB 345/AM)
Beatriz de Souza Souza (OAB 12761/AM)
Bruna Mariana Nascimento dos Santos (OAB 10935/AM)
BRUNO BENEVIDES FERREIRA (OAB 8632/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Camila Almeida Delman Lains (OAB 332129/SP)
Camila da Costa Almeida (OAB 8877/AM)
Carla Cristina Lopes Scortecci (OAB 1254A/AM)
Carla Cristina Lopes Scortecci (OAB 248970/SP)
Carlos Daniel Rangel Barretto Segundo (OAB 5035/AM)
Carlos Murilo Laredo Souza (OAB 7356/AM)
Carolina Postigo Silva (OAB 9214/AM)
Christiano de Oliveira Santiago (OAB 9536/AM)
Christiano Pinheiro da Costa (OAB 3542/AM)
Cíntia Almeida Prado (OAB 12891/AM)
Daniel de Lima Albuquerque (OAB 6548/AM)
Daniel Santos de Andrade (OAB 6733/AM)
Daniel Silva de Oliveira (OAB 9553/AM)
Daniela Aricó Hausch (OAB 234350/SP)
David Cunha Novoa (OAB 10777/AM)
Débora Katarinne de Souza Rodrigues (OAB 9840/AM)
Dina Flávia Freitas da Silva (OAB 8182/AM)
Douglas Rui Pessoa Reis Aguiar (OAB 11441/AM)
Eduardo Bonates de Lima (OAB 5076/AM)
Eduardo Vital Chaves (OAB 257874/SP)
Eliezer Alves de Oliveira (OAB 10900/AM)
Elza Megumi Lida (OAB 95740/SP)
Eny Bittencourt (OAB 29442/BA)
Eric Pires Benigno (OAB 9944/AM)
ERICA CONCEIÇÃO GUIMARAES NEGREIROS (OAB 9914A/AM)
Erika Paiva Ponce e Silva (OAB 10795/AM)
Euseneide Alves de Sousa (OAB 12853/AM)
Evandro de Azevedo Martins Filho (OAB 8290/AM)
Everton Bernardo Clemente (OAB 26506/GO)
Fabianne Ribeiro Halinski (OAB 7059/AM)
Geraldo da Silva Frazão (OAB 2674/AM)
Gláucio Nunes da Luz (OAB 6326/AM)
Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB 5546/RO)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Hanna Tavares Cunha (OAB 10417/AM)
Heloísa Pontes Maués (OAB 9667/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Igor Macedo Facó (OAB 16470/CE)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069/AM)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Jacqueline Freire Bitar (OAB 8810/AM)
Jacques Machado Portela (OAB 2722/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
Jennifer Guimarães da Silva (OAB 13314/AM)
Jéssica Santana Magnani (OAB 10343/AM)
Joaab Melo Barbosa (OAB 8348/AM)
João Eurico Brasileiro de Souza Faria (OAB 8312/AM)
João Paulo Fogaça de Almeida Fagundes (OAB 154384/SP)
Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB 8340/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
Juliana Trindade da Silva (OAB 13687/AM)
Jundival Adalberto Pierobom Silveira (OAB 55160/SP)
Juscelino de Oliveira Melo (OAB 12546/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Klisman da Silva Muller (OAB 11080/AM)
Kon Tsih Wang (OAB 4646/AM)
Leyla Viga Yurtsever (OAB 3737/AM)
Lia de Souza Faria (OAB 10211/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luciany Mota Bezerra de Oliveira (OAB 5679/AM)
Luciene Cabral de Albuquerque (OAB 3903/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luma Vieira Marquez (OAB 10959/AM)
Malu Borges Nunes (OAB 51458/SC)
Marcelo Candiotto Freire (OAB 346433SP)
Marcelo Candiotto Sociedade de Advogados (OAB 104784/MG)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
MARCOS ANDRÉ PEREIRA DA SILVA (OAB 161014/SP)
Marcos Antônio Brandão Sampaio (OAB 001.863/AM)
Maria da Conceição Teixeira Frazão (OAB 5701/AM)
Maria do Rosário Neves Filardi (OAB 5504/AM)
Maria Emília Gonçalves de Rueda (OAB 23748/PE)
Maria Tereza Câmara Fernandes Lima (OAB 4676/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 983A/PE)
Marina Rezende Lopes (OAB 12153/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Maykon Felipe de Melo (OAB 20373/SC)
Melquisedec Freitas Pantoja (OAB 10412/AM)
Michelle Fascini Xavier (OAB 860A/AM)
Miquéias Matias Fernandes Júnior (OAB 9958/AM)
Natan Costa Teixeira (OAB 10656/AM)
Naudal Rodrigues de Almeida (OAB 4068/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Nicolle Souza da Silva Scaramuzzini Torres (OAB 679A/AM)
Paulo Lindembeck Belchior (OAB 10617/AM)
Pedro de Araújo Ribeiro (OAB 6935/AM)
Priscilla Picelli Lacerda (OAB 374826/SP)
Rafael Fernando Melo da Costa (OAB 5837/AM)
Raphaela Batista de Oliveira (OAB 9169/AM)
Rejane Campos Crosara (OAB 165870/MG)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Rennalt Lessa de Freitas (OAB 8020/AM)
Roberto Trigueiro Fontes (OAB 692A/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Benayon Pontes Serudo (OAB 11132/AM)

Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 189340/SP)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 799A/AM)
Ronaldo Rayes (OAB 114521/SP)
RONALDO RAYES (OAB 147949/RJ)
Ronaldo Thales Uchôa Brandão (OAB 12738/AM)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 205961/SP)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 921A/AM)
Sebastião Almada da Silva (OAB 8940/AM)
Sérgio Alberto Corrêa de Araújo (OAB 3749/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Tadeuza Bentes de Almeida (OAB 8205/AM)
Tayana Maria Jaña Pinto (OAB 4455/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Tude Moutinho da Costa (OAB 564/AM)
Wellington de Amorim Alves (OAB 2993/AM)
wellyngton da Silva e Silva (OAB 422A/AM)
Wellyngton da Silva e Silva (OAB A422/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 20ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUIZ(A) DE DIREITO ROBERTO HERMIDAS DE ARAGÃO FILHO

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CYNTHIA MARIA JACOB ROCHA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0287/2019

ADV: ALESSANDRA FRANCISCO DE MELO FRANCO (OAB 179209/SP) - Processo 0648835-18.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Direitos e Títulos de Crédito - REQUERENTE: Fidere Securitizadora S/A - REQUERIDO: Multiplas Resinas da Amazonia Ltda - Genilson Moda - Intime-se o autor para, no prazo de 15(quinze) dias, efetuar o pagamento das custas iniciais, sob pena de cancelamento da distribuição e extinção do feito, na forma do artigo 290 do Código de Processo Civil. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho inicial. Cumpra-se.

ADV: ALESSANDRA FRANCISCO DE MELO FRANCO (OAB 179209/SP) - Processo 0648835-18.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Direitos e Títulos de Crédito - REQUERENTE: Fidere Securitizadora S/A - REQUERIDO: Multiplas Resinas da Amazonia Ltda - Genilson Moda - Vistos, etc. A Secretaria para certificar se houve a publicação do despacho de fls. 80. Em caso positivo, que certifique igualmente o decurso do prazo. Em caso contrário, que republique o despacho de fls. 80 por meio de ato eletrônico, renovando-se assim o prazo para pagamento de custas iniciais. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho inicial. Intimem-se. Cumpra-se.

ALESSANDRA FRANCISCO DE MELO FRANCO (OAB 179209/SP)

1ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0175/2019

ADV: MARIA DE JESUS DE SOUZA LIMA (OAB 3076/AM), ADV: ANTÔNIO AZEVEDO DE LIRA (OAB 5474/AM) - Processo 0007947-52.2002.8.04.0001 (001.02.007947-9) - Cumprimento de sentença - Atos Administrativos - REQUERENTE: Célio Acácio e Silva - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se as partes para, querendo, manifestarem-se sobre os cálculos de fl. 601, no prazo de 5 (cinco) dias - art. 218, §3º, c/c art. 183, caput, CPC. Intime-se.

ADV: LUIZ AUGUSTO DE BORBOREMA BLASCH (OAB 7982/AM), ADV: FABRÍCIO CALEBE DO CARMO SANTOS (OAB 8078/AM) - Processo 0201786-32.2008.8.04.0001 (001.08.201786-8) - Cumprimento de sentença - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Mario Rubens Macedo Vianna - Diante da expedição do alvará eletrônico às fls. 418/419 e considerando que o pagamento de valores requisitados em regime de precatório (fls. 404/405) se dá por intermédio da Coordenadoria da Central de Precatórios, determino a baixa e o arquivamento dos autos com as cautelas de estilo, assegurando-se aos interessados que possam requerer o seu desarquivamento em caso de necessidade. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE MARTINS POND (OAB 6426/AM) - Processo 0208194-68.2010.8.04.0001 (001.10.208194-9) - Procedimento Comum Cível - REQUERENTE: Dircelani da Silveira Souza e outro - Baixa e arquivamento, com as cautelas de estilo. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO GONÇALVES DA COSTA (OAB 1240/AM) - Processo 0211076-32.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: Mohamad Hassan Assad - Diante da inércia das partes acerca do ato ordinatório de fl. 105, proceda-se à baixa e ao arquivamento dos autos, com as cautelas de estilo, assegurando-se aos interessados que possam requerer o seu desarquivamento em caso de necessidade. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: EZELAIDE VIEGAS DA COSTA ALMEIDA (OAB 1339/AM) - Processo 0221796-92.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Responsabilidade da Administração - REQUERENTE: Matheus Vinicius Nogueira Correa - Diante da expedição do alvará eletrônico às fls. 311/312 e considerando que o pagamento de valores requisitados em regime de precatório (fls. 287/288) se dá por intermédio da Coordenadoria da Central de Precatórios, determino a baixa e o arquivamento dos autos com as cautelas de estilo, assegurando-se aos interessados que possam requerer o seu desarquivamento em caso de necessidade. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MICHELLE PEREIRA CRUZ (OAB 7072/AM) - Processo 0222160-83.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0008983-18.2010.8.04.0012) - Procedimento Comum Cível - Usufruto e Administração dos Bens de Filhos Menores - REQUERENTE: Érika Costa Lima - Baixa e arquivamento, com as cautelas de estilo. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARTHA MAFRA GONZALES (OAB 4103/AM) - Processo 0224331-28.2010.8.04.0001 (001.10.224331-0) - Cumprimento de sentença - REQUERENTE: Gerson Antonio Bandeira dos Santos - Diante da expedição do alvará eletrônico à fl. 403, proceda-se à baixa e ao arquivamento dos autos, com as cautelas de estilo. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DANIEL FÁBIO JACOB NOGUEIRA (OAB 3136/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: MARCOS DOS SANTOS CARMO FILHO (OAB 6818/AM), ADV: LUÍS FELIPE AVELINO MEDINA (OAB 6100/AM) - Processo 0235583-91.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Anulação - REQUERENTE: Manaus Ambiental S/A - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se a parte interessada para que forneça, no prazo de 05 (cinco) dias, as informações e documentos abaixo relacionados, com vistas a viabilizar a expedição da Requisição de Pequeno Valor (RPV), os quais são requisitos necessários no termos da Resolução 003/2014 do TJ/AM: 1 - a cópia do CPF do Advogado do Requerente; não é suficiente a informação do número do documento, mas é necessária a cópia. 2 - o número do NIT do Advogado do Requerente; Intime-se.

ADV: ANTÔNIO CARLOS GAMA ALVES (OAB 16215/PA), ADV: ROSA EVANEIDE MENDES PINTO (OAB 7291/AM), ADV: JOSÉ RICARDO MARTINS PONTES (OAB 900A/AM), ADV: JONILSON MAIA PEREIRA (OAB 7871/AM), ADV: ZACARIAS SANTOS DE SOUZA (OAB 7531/AM) - Processo 0602111-87.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Licença-Prêmio - EXEQUENTE: Maria da Conceição Pereira Gonçalves - Considerando que o pagamento de valores requisitados em regime de precatório (fls. 125/126) se dá por intermédio da Coordenadoria da Central de Precatórios, determino a baixa e o arquivamento dos autos com as cautelas de estilo, assegurando-se aos interessados que possam requerer o seu desarquivamento em caso de necessidade. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ALTAMIR DA SILVA VIEIRA JÚNIOR (OAB 12961/AM) - Processo 0602661-58.2013.8.04.0001 (apensado ao processo 0604725-41.2013.8.04.0001) - Cautelar Inominada - Liminar - REQUERENTE: ESCRITÓRIO CENTRAL DE ARRECADAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO - ECAD - Baixa e arquivamento, com as cautelas de estilo. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RAUL GÓES NETO (OAB 8203/AM), ADV: ROSQUILD AZÊDO OMENA (OAB A605/AM) - Processo 0605253-65.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Maria de Fatima Portilho Nascimento - Decisão. Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido, a fim de determinar o pagamento das diferenças salariais decorrentes do reenquadramento funcional da Autora do Padrão 3, Referência "B" para o Padrão 5, Referência "C", referente ao período de junho/2014 a outubro/2016, inclusive com reflexos sobre o 13º salário e as férias pagas nestes exercícios. Sobre o montante condenatório incidirão juros moratórios, a contar da citação, e correção monetária, segundo o mês de vencimento de cada um dos salários na forma dos arts. 8º e 18 da Portaria n.º 1.855/16-TJAM. Por conseguinte, declaro encerrada a fase de conhecimento, com resolução do mérito, ex vi do art. 487, I do CPC. Honorários advocatícios pelo Município de Manaus fixados sobre o valor da condenação, cujo percentual será definido quando da liquidação - inteligência do art. 85, §4º, II, do CPC. Custas pelo Município de Manaus, na forma da lei. Deixo de submeter a presente sentença ao reexame necessário, conforme autoriza o art. 496, §3º, III do CPC. P.R.I.

ADV: GEORGIA DO NASCIMENTO JUCÁ (OAB 5442/AM), ADV: JULIANA BATISTA BRAGA (OAB 4166/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM), ADV: PATRICIA RAQUEL BEZERRA DELGADO (OAB 6859/AM), ADV: JOSÉ EDGARD DA CUNHA BUENO FILHO (OAB 684A/AM) - Processo 0610815-65.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Banco Citibank S.A - Diante da inércia das partes acerca do ato ordinatório de fl. 144, proceda-se à baixa e ao arquivamento dos autos, com as cautelas de estilo, assegurando-se aos interessados que possam requerer o seu desarquivamento em caso de necessidade. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARCELO AUGUSTO FARIAS DE SOUZA (OAB 7664/AM), ADV: CRISTIANE MARIA PONTES DA SILVA (OAB 12495/AM) - Processo 0611952-09.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: João Batista Afonso da Silva - De ordem do MM. Juiz de Direito, intime-se o(a) exequente para manifestar-se sobre os termos da Impugnação ao Cumprimento de Sentença, no prazo de 15 (quinze) dias úteis (art. 513, caput, c/c art. 920, I, e 219, caput, CPC/2015), informando expressamente se concorda com os cálculos apresentados pelo(a) Impugnante, para fins de celeridade no julgamento da Impugnação. Após, os autos deverão ser encaminhados conclusos ao MM. Juiz. Intime-se.

ADV: MARCELO ABDON SOUTO KIZEM (OAB 2138/AM), ADV: NELSON ABDON SOUTO KIZEM (OAB 5454/AM) - Processo 0613587-93.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: EF Comércio de Veículos Ltda - Diga a Exequente sobre o teor da petição de fls. 136/138, no prazo de 10 (dez) dias. Após, conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: EDSON PAES FONTENELE (OAB 7926/AM) - Processo 0615709-11.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Rui Jose Almeida da Silva - Baixa e arquivamento, com as cautelas de estilo. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ALDA HELOÍSA TAVARES TOLEDO (OAB 7133/AM) - Processo 0615927-44.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Gratificações de Atividade - REQUERENTE: Maria Aurea Damasceno do Nascimento - Baixa e arquivamento, com as cautelas de estilo. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: WELLINGTON ARAÚJO DE OLIVEIRA (OAB 10146/AM) - Processo 0617728-24.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria Santa Araújo Reis - Diante da expedição dos alvarás eletrônicos às fls. 107/108 e 109/110, proceda-se à baixa e ao arquivamento dos autos, com as cautelas de estilo. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: PENÉLOPE ARYADNE ANTONY LIRA (OAB 7357/AM) - Processo 0617925-76.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Adicional por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Paulo Roberto Guimarães Lobo - Baixa e arquivamento, com as cautelas de estilo. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RAFAEL DA CRUZ LAURIA (OAB 5716/AM) - Processo 0621909-34.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO CIVIL - REQUERIDO: Manaus Previdência - MANAUSPREV - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se a(s) parte(s) Apelada(s) para, querendo, oferecer(em) contrarrazões à(s) apelação(ões) interposta(s), no respectivo prazo legal, nos termos do art. 1.010, §1°, c/c art. 219, caput, art. 180, caput, art. 183, caput, e art. 186, caput, todos do CPC. Decorrido o prazo legal, com ou sem manifestação, os autos deverão ser encaminhados ao E. Tribunal de Justiça (art. 1.010, §3°, CPC/2015), com as cautelas de estilo. Intime-se.

ADV: DIEGO D'AVILLA CAVALCANTE (OAB 6905/AM), ADV: THIAGO OLIVEIRA COSTA (OAB 83060/PR), ADV: ADRIANO ALVES DE LIMA (OAB 7398/AM) - Processo 0623631-74.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contrato Temporário de Mão de Obra L 8.745/1993 - REQUERENTE: Hulda Soares de Oliveira - REQUERIDO: Carlos Eduardo de Souza Braga e outros - Baixa e arquivamento, com as cautelas de estilo. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUCICLÉA RAMOS DE CARVALHO (OAB 11269/AM) - Processo 0632154-07.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pensão por Morte (Art. 74/9) - REQUERENTE: X.O.R. - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se a parte Requerente para, querendo, manifestar-se sobre a contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos dos arts. 350 e 351, CPC. Intime-se.

ADV: MIQUÉIAS MATIAS FERNANDES JÚNIOR (OAB 9958/AM) - Processo 0634756-39.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: VILNA CAVALCANTE NOGUEIRA - Baixa e arquivamento, com as cautelas de estilo. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CAROLINE PEREIRA DE SOUZA (OAB 9052/AM) - Processo 0636654-24.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Erro Médico - REQUERENTE: Defensoria Pública do Estado do Amazonas e outro - Decisão. Diante do exposto, HOMOLOGO o acordo firmado entre as partes para que surta seus jurídicos e legais efeitos, nos termos da fundamentação. Por conseguinte, declaro encerrada a fase de conhecimento do processo, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, III, "b", do CPC. Sem honorários advocatícios. Honorários periciais, fixados no valor de R$1.000,00 (mil reais), serão suportados pelo Estado do Amazonas. Custas processuais pelo Requerido, isento na forma da lei. P.R.I.

ADV: MICAEL PINHEIRO NEVES SILVA (OAB 6088/AM) - Processo 0637528-72.2016.8.04.0001 - Ação Civil Pública Cível - Ordenação da Cidade / Plano Diretor - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Diga o Ministério Público sobre o teor das petições/documentos de fls. 289/537, no prazo de 15 (quinze) dias. Após, conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: AMARILDO PEREIRA DA SILVA (OAB 9812/AM) - Processo 0641099-17.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Audiney Oliveira Ferreira Pinto e outro - Diante da inércia das partes acerca do ato ordinatório de fl. 770, proceda-se à baixa e ao arquivamento dos autos, com as cautelas de estilo, assegurando-se aos interessados que possam requerer o seu desarquivamento em caso de necessidade. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CARVALHO ADVOCACIA (OAB 558AM), ADV: FRANCISCO GILBERT MELO DA SILVA (OAB 10983/AM) - Processo 0645173-46.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Reginaldo Barros de Oliveira - Trata-se de pedido de cumprimento de Acórdão proferido pelo E. Tribunal Pleno em sede de mandado de segurança coletivo. É sabido que a competência para a execução dos julgados cabe ao Juízo que originariamente decidiu a demanda, como dita o regramento processual vigente. Contudo, embora o MS Coletivo n.º 4003023-05.2017.8.04.0000 tenha sido julgado originariamente pelo E. Pleno do Tribunal de Justiça, diversos pedidos de cumprimento de sentença relativo ao referido julgado tem sido propostos perante este Juízo, com base em precedente jurisprudencial do STF. Parece-me que a questão não é tão simples, pois o julgado da Suprema Corte, nesse caso, não repercute de forma vinculativa na competência das Cortes Estaduais. Ademais, na organização judiciária estadual vigente não há nada dispondo sobre o deslocamento da competência da execução para o Juízo de primeiro grau, de decisões terminativas proferidas em ações coletivas. Assim, antes de decidir sobre essa questão de relevância processual, asseguro ao Requerente/Exequente que se manifeste

sobre a matéria, no prazo de 10 (dez) dias, como determina o art. 10, do CPC. Determino, ainda, que o Estado do Amazonas seja intimado para, querendo, pronunciar-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: SUELEN GUEDES BARBOSA SIMONETTI (OAB 6533/AM), ADV: RAQUEL ISADORA LEITE VIEIRA (OAB 7586/AM) - Processo 0645789-55.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: José Maria Cavalcante - Diante da inércia das partes acerca do ato ordinatório de fl. 81, proceda-se à baixa e ao arquivamento dos autos, com as cautelas de estilo, assegurando-se aos interessados que possam requerer o seu desarquivamento em caso de necessidade. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DIEGO CID VIEIRA PRESTES (OAB 7805/AM), ADV: LUANA DO NASCIMENTO JUCÁ (OAB 8367/AM), ADV: JORDAN HENRIQUE DO NASCIMENTO OLIVEIRA (OAB 12778/AM), ADV: SÉRGIO PAULO MONTEIRO LITAIFF FILHO (OAB 7507/AM) - Processo 0645967-67.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Hf Construções e Transportes Ltda - Com efeito, a singela declaração de incapacidade financeira acompanhada de extrato de uma das contas bancárias da Requerente não é bastante para este Juízo deferir a gratuidade judicial. Deverá a parte Requerente apresentar, no prazo de 10 (dez) dias, declaração de imposto de renda dos exercícios de 2018 e 2019, bem como outros elementos que possam subsidiar o melhor exame do pedido. Outra alternativa está no parcelamento das custas, como autorizado na Portaria nº 490/2017-PTJ, caso seja de interesse da parte. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCO GILBERT MELO DA SILVA (OAB 10983/AM), ADV: CARVALHO ADVOCACIA (OAB 558AM) - Processo 0646972-27.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Ivan Reis Bezerra de Souza Neto - Trata-se de pedido de cumprimento de Acórdão proferido pelo E. Tribunal Pleno em sede de mandado de segurança coletivo. É sabido que a competência para a execução dos julgados cabe ao Juízo que originariamente decidiu a demanda, como dita o regramento processual vigente. Contudo, embora o MS Coletivo n.º 4003023-05.2017.8.04.0000 tenha sido julgado originariamente pelo E. Pleno do Tribunal de Justiça, diversos pedidos de cumprimento de sentença relativo ao referido julgado tem sido propostos perante este Juízo, com base em precedente jurisprudencial do STF. Parece-me que a questão não é tão simples, pois o julgado da Suprema Corte, nesse caso, não repercute de forma vinculativa na competência das Cortes Estaduais. Ademais, na organização judiciária estadual vigente não há nada dispondo sobre o deslocamento da competência da execução para o Juízo de primeiro grau, de decisões terminativas proferidas em ações coletivas. Assim, antes de decidir sobre essa questão de relevância processual, asseguro ao Requerente/Exequente que se manifeste sobre a matéria, no prazo de 10 (dez) dias, como determina o art. 10, do CPC. Determino, ainda, que o Estado do Amazonas seja intimado para, querendo, pronunciar-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ARNOLDO BENTES COIMBRA (OAB 345/AM), ADV: WELLINGTON DE AMORIM ALVES (OAB 2993/AM), ADV: JOSÉ LUPÉRCIO RAMOS DE OLIVEIRA JUNIOR (OAB 6830/AM), ADV: JULIANA DOS REIS HABR (OAB 195359/SP), ADV: DANIEL SANTOS DE ANDRADE (OAB 6733/AM) - Processo 0647734-77.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Classificação e/ou Preterição - REQUERENTE: Nathalie Moreira Garcia de Lima e outro - REQUERIDO: Fundação Carlos Chagas e outros - Em que pese o teor da decisão de fls. 771, onde se disse que a presente demanda não comportaria a intervenção ministerial, verifico que, no caso concreto, há a possibilidade da decisão provocar efeito multiplicador sobre o certame. Assim, antes do pronunciamento deste Juízo e, do alcance multiplicador da demanda, caso o pedido venha a ser julgado procedente, mostra-se necessário o pronunciamento do Ministério Público quanto ao pedido formulado na inicial. Por essas razões, determino que os autos sejam encaminhados ao Órgão Ministerial para, querendo, pronunciar-se sobre o pedido, no prazo legal. Após, retornem conclusos para sentença. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MICAEL PINHEIRO NEVES SILVA (OAB 6088/AM) - Processo 0658062-66.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Decisão. Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para condenar o Estado do Amazonas ao pagamento da indenização por dano material, na forma de pensão mensal aos Autores, nos termos da fundamentação, assim como R$60.000,00 (sessenta mil reais), a título de indenização por dano moral, a serem divididos na ordem de R$30.000,00 (trinta mil reais) para NARA JANGLESDES NOGUEIRA E SILVA e R$15.000,00 (quinze mil reais) para cada um dos filhos, RYAN CARLOS E SILVA PARENTE e CARLA NAYUME JANGLIDES NOGUEIRA E SILVA, devidamente corrigidos nos termos da fundamentação. Por conseguinte, declaro encerrada a fase de conhecimento, com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, I, do CPC. Sem honorários advocatícios (súmula nº 421 do STJ). Custas pelo Requerido, das quais está isento, na forma da lei. Deixo de submeter esta sentença ao reexame necessário, nos termos do art. 496, § 3º, II do CPC. P.R.I.

Adriano Alves de Lima (OAB 7398/AM)
Alda Heloísa Tavares Toledo (OAB 7133/AM)
Altamir da Silva Vieira Júnior (OAB 12961/AM)
Amarildo Pereira da Silva (OAB 9812/AM)
Antônio Azevedo de Lira (OAB 5474/AM)
Antônio Carlos Gama Alves (OAB 16215/PA)
Antônio Gonçalves da Costa (OAB 1240/AM)
Arnoldo Bentes Coimbra (OAB 345/AM)
Caroline Pereira de Souza (OAB 9052/AM)
Carvalho Advocacia (OAB 558AM)
Cristiane Maria Pontes da Silva (OAB 12495/AM)
CRISTIANE MARTINS POND (OAB 6426/AM)
Daniel Fábio Jacob Nogueira (OAB 3136/AM)
Daniel Santos de Andrade (OAB 6733/AM)
Diego Cid Vieira Prestes (OAB 7805/AM)
Diego D'Avilla Cavalcante (OAB 6905/AM)
Edson Paes Fontenele (OAB 7926/AM)
Ezelaide Viegas da Costa Almeida (OAB 1339/AM)
Fabrício Calebe do Carmo Santos (OAB 8078/AM)
Francisco Gilbert Melo da Silva (OAB 10983/AM)
GEORGIA DO NASCIMENTO JUCÁ (OAB 5442/AM)
Jonilson Maia Pereira (OAB 7871/AM)
Jordan Henrique do Nascimento Oliveira (OAB 12778/AM)
José Edgard da Cunha Bueno Filho (OAB 684A/AM)
JOSÉ LUPÉRCIO RAMOS DE OLIVEIRA JUNIOR (OAB 6830/AM)
JOSÉ RICARDO MARTINS PONTES (OAB 900A/AM)
Juliana Batista Braga (OAB 4166/AM)
Juliana dos Reis Habr (OAB 195359/SP)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Luana do Nascimento Jucá (OAB 8367/AM)
Lucicléa Ramos de Carvalho (OAB 11269/AM)
Luís Felipe Avelino Medina (OAB 6100/AM)
Luiz Augusto de Borborema Blasch (OAB 7982/AM)
Marcelo Abdon Souto Kizem (OAB 2138/AM)
Marcelo Augusto Farias de Souza (OAB 7664/AM)
Marcos dos Santos Carmo Filho (OAB 6818/AM)
Maria de Jesus de Souza Lima (OAB 3076/AM)
Martha Mafra Gonzales (OAB 4103/AM)
Micael Pinheiro Neves Silva (OAB 6088/AM)
Michelle Pereira Cruz (OAB 7072/AM)
Miquéias Matias Fernandes Júnior (OAB 9958/AM)
Nelson Abdon Souto Kizem (OAB 5454/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Patricia Raquel Bezerra Delgado (OAB 6859/AM)
Penélope Aryadne Antony Lira (OAB 7357/AM)
Rafael da Cruz Lauria (OAB 5716/AM)
Raquel Isadora Leite Vieira (OAB 7586/AM)
Raul Góes Neto (OAB 8203/AM)
Rosa Evaneide Mendes Pinto (OAB 7291/AM)
Rosquild Azêdo Omena (OAB A605/AM)
Sérgio Paulo Monteiro Litaiff Filho (OAB 7507/AM)
Suelen Guedes Barbosa Simonetti (OAB 6533/AM)
Thiago Oliveira Costa (OAB 83060/PR)
Wellington Araújo de Oliveira (OAB 10146/AM)
Wellington de Amorim Alves (OAB 2993/AM)
Zacarias Santos de Souza (OAB 7531/AM)

2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0162/2019

ADV: VANDER LAAN REIS GÓES (OAB 1380/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: ALESSANDRA BARROSO ALMEIDA (OAB 4923/AM), ADV: ILÍDIO BARBOSA VIEIRA DE CARVALHO JÚNIOR (OAB 3860/AM), ADV: DANIEL RICARDO DO CARMO RIBEIRO FERNANDES (OAB 7269/AM), ADV: PATRÍCIA HELENA MARTA MARTINS (OAB 164253/SP), ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM) - Processo 0245328-03.2008.8.04.0001 (apensado ao processo 0245328-03.2008.8.04.0001) (001.08.245328-5) - Procedimento Comum Cível - Coisas - REQUERENTE: Comissão Téc. Perm.de Defesa do Comsum. da Ale - AM e outro - LITSATIVO: A Comissao de Defesa do Cons.da Camara Mun. de Manaus - REQUERIDO: Águas do Amazonas S.A - Manaus Ambiental S/A - Ante o exposto e nos termos da fundamentação acima, JULGO IMPROCEDENTE o pedido, nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil.

Alessandra Barroso Almeida (OAB 4923/AM)
Daniel Ricardo do Carmo Ribeiro Fernandes (OAB 7269/AM)
Ilídio Barbosa Vieira de Carvalho Júnior (OAB 3860/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
Patrícia Helena Marta Martins (OAB 164253/SP)
Rayane Cristina Carvalho Lins (OAB 4544/AM)
Vander Laan Reis Góes (OAB 1380/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
JUIZ(A) DE DIREITO LEONEY FIGLIUOLO HARRAQUIAN
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ANTÔNIO PEREIRA DA SILVA FILHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0161/2019

ADV: JOSÉ ELDAIR DE SOUZA MARTINS (OAB 1822/AM), ADV: JOSÉ ELDAIR DE SOUZA MARTINS (OAB 1822/AM), ADV: AMANDA MARTINS VALENTE (OAB 2487/AM), ADV: ABRAHAM NISSIM BENOLIEL (OAB 2375/AM), ADV: LAÉRCIO DE CASTRO DOURADO JÚNIOR (OAB 13184/AM), ADV: VIRGINIA NUNES BESSA (OAB 3591/AM) - Processo 0006645-80.2005.8.04.0001 (001.05.006645-6) - Cumprimento de sentença - Obrigações - REQUERENTE: Ormir Abreu Almeida - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Pois bem. Da feita que os argumentos apresentados pelo Estado do Amazonas estão em total consonância com as diretrizes legais, bem como de que não houve contrariedade pelo exequente dos termos apresentados na impugnação, ACOLHO INTEGRALMENTE a impugnação ao cumprimento de sentença interposta, reconhecendo excesso de execução no valor de R$ 428.400,62 (quatrocentos e vinte e oito mil, quatrocentos reais e sessenta e dois centavos), HOMOLOGANDO como devida a quantia de R$ 722.650,98 (setecentos e vinte e dois mil, seiscentos e cinquenta reais e noventa e oito centavos), na forma dos cálculos indicados pelo Estado do Amazonas às fls. 443-446.

ADV: ABRAHAM NISSIM BENOLIEL (OAB 2375/AM), ADV: AMANDA MARTINS VALENTE (OAB 2487/AM), ADV: JOSÉ ELDAIR DE SOUZA MARTINS (OAB 1822/AM), ADV: VIRGINIA NUNES BESSA (OAB 3591/AM), ADV: JOSÉ ELDAIR DE SOUZA MARTINS (OAB 1822/AM), ADV: LAÉRCIO DE CASTRO DOURADO JÚNIOR (OAB 13184/AM) - Processo 0006645-80.2005.8.04.0001 (001.05.006645-6) - Cumprimento de sentença - Obrigações - REQUERENTE: Ormir Abreu Almeida - REQUERIDO: Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito Dr. Leoney Figliuolo Harraquian, digam as partes, no prazo de 05 (cinco) dias, acerca da atualização de cálculos de fls. 460.

ADV: MARIA HOSANA DE SOUZA MONTEIRO (OAB 2333/AM), ADV: GIORDANO BRUNO DA COSTA CRUZ (OAB 761A/AM), ADV: MARCELO AUGUSTO ALBUQUERQUE DA CUNHA (OAB 2538/AM), ADV: MAURÍCIO PEREIRA DA SILVA (OAB 1122/AM), ADV: ENEIAS DE PAULA BEZERRA (OAB 2354/AM) - Processo 0206412-26.2010.8.04.0001 (001.10.206412-2) - Cumprimento de sentença - RECLAMANTE: Franciney Atanazio Martins - RECLAMADO: Estado do Amazonas - Diante do comprovante de depósito às fls. 356-357, expeça-se o respectivo alvará para levantamento dos valores. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LEILA MARIA RAPOSO XAVIER LEITE (OAB 3726/AM), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: JULIANA CORREA TUJI (OAB 6559/AM), ADV: GERSICA BARBOSA DA CUNHA (OAB 14051/AM), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: SAMUEL PINTO DA SILVA (OAB 6734/AM) - Processo 0207844-80.2010.8.04.0001 (001.10.207844-1) - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Yuri Vinicius Geraldes dos Santos - REQUERIDO: O Estado Amazonas - Estado do Amazonas - Tendo em vista que, embora regularmente intimado, o Estado do Amazonas deixou de apresentar impugnação ao cumprimento de sentença, expeça-se a requisição de precatório, nos termos do inciso I, do § 3º, do art. 535, do Código de Processo Civil. Outrossim, intime-se o executado para, no prazo de 10 (dias), comprovar o cumprimento da obrigação de fazer que lhe fora imposta na sentença, ou seja, a instituição de pensão em favor do exequente, sob pena de multa diária de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), até o limite de 20 (vinte) dias-multa. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FABIANO BURIOL (OAB 7657/AM), ADV: JUAREZ CAMELO ROSA (OAB 2695/AM), ADV: KAREN BEZERRA ROSA BRAGA (OAB 6617/AM) - Processo 0215588-29.2010.8.04.0001 (001.10.215588-8) - Procedimento Comum Cível - Exame de Saúde e/ou Aptidão Física - REQUERENTE: Luzia Araújo Oliveira - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Diante da inércia do requerido, Estado do Amazonas, na produção da prova determinada, nos termos do inciso I e II, do art. 400, do Código de Processo Civil, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados pela autora, cuja comprovação fundar-se-ia nas provas não apresentadas. Sendo assim, publicada esta decisão, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: NEURIVAN DA SILVA REBOUÇAS (OAB 8126/AM), ADV: JUREMA DIAS DE LIMA MISSIONEIRO DOS SANTOS (OAB 116A/AM), ADV: ALBERTO ANTONY DANTAS DE VEIGA CABRAL (OAB 21816/PA) - Processo 0220794-24.2010.8.04.0001 (001.10.220794-2) - Ação Civil de Improbidade Administrativa - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Ministério Público do Estado do Amazonas - 13.ª Promotoria de Justiça - Patrimônio Público - 58.ª Promotoria de Justiça - Defesa do Direito do Cidadão - REQUERIDO: Elynaldo Albuquerque da Rocha - Roselândia Amoedo Corrêa - Rosenildo da Silva Amoêdo - Cristiano da Silva Amoedo - Carlos Leilson da Mota Silva - Estado do Amazonas - Como requer o Ministério Público às fl. 513. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉA MAQUINÉ CRUZ (OAB 3711/AM), ADV: JOCIL DA SILVA MORAES (OAB 1298/AM), ADV: ROBERTO DA MOTA PRAIA JÚNIOR (OAB 6782/AM) - Processo 0227865-33.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão - REQUERENTE: Jane Erica Aguiar Ribeiro - REQUERIDO: Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XIII, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, ficam as partes intimadas para requererem o que lhes parecer de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Nada sendo requerido, os autos serão baixados e arquivados nos termos do inciso XXXII do mesmo ato.

ADV: MÔNICA SANTA RITA BONFIM (OAB 3384/AM), ADV: JIVAGO AFONSO DOMINGUES DE CASTRO (OAB 9679/AM), ADV: ADENIR SOUZA DA COSTA (OAB 8222/AM) - Processo 0235563-56.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0610737-95.2018.8.04.0001) (processo principal 0610737-95.2018.8.04.0001) - Oposição - Transferência de Financiamento (contrato de gaveta) - OPOENTE: Liduina de Araújo Naveca - OPOSTA: Waldelice Cavalcante de Souza - Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB - Maria Raimunda Gonzaga - Raimundo Araújo Naveca - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Defiro a produção da prova testemunhal requerida. Consoante disposição do inciso IV, do § 4º, do art. 455, do Código de Processo Civil, intimem-se as testemunhas arroladas para a audiência de instrução e julgamento designada para o dia 22/10/2019, às 11:30 horas.

ADV: ALBERTO BEZERRA DE MELO (OAB 2015/AM), ADV: VIVIEN MEDINA NORONHA (OAB 1931/AM), ADV: JOSÉ LOURENÇO GADELHA (OAB 2220/AM) - Processo 0239348-41.2009.8.04.0001 (001.09.239348-0) - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Francilene Rufino Mendonça - REQUERIDO: O Estado Amazonas - Estado do Amazonas - De ordem do MM. Juiz de Direito Dr. Leoney Figliuolo

Harraquian, digam as partes, no prazo de 05 (cinco) dias, acerca da atualização de cálculos de fls. 335.

ADV: LUDUVINA DE MELO SAMPAIO (OAB 2230/AM), ADV: MARIA DOMINGAS GOMES LARANJEIRA (OAB 1239/AM), ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM), ADV: VALDEIR DA ROCHA FALCÃO (OAB 5429/AM), ADV: QUELEN FABIANA BENTES DA SILVA (OAB 7144/AM), ADV: ELCINETE CARDOSO DE ALMEIDA (OAB 6946/AM), ADV: BRUNO CALHEIRO DE OLIVEIRA (OAB 5986/AM) - Processo 0241914-89.2011.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Liminar - IMPETRANTE: Maralucia de Sa Magalhaes - IMPETRADO: Universidade do Estado do Amazonas - UEA - LISTPASSIV: Bárbara de Melo Sampaio - Lisiane Risia da Silva Barbosa - Loraine Kirna dos Santos Nascimento - Marcele Seixas Reis - Michele Bruna da Silva Sena - Querem Evelyn da Silva Pereira - Tayane Ferreira Brito - Thayane Karine Verçosa da Silva - Verônica de Jesus de Oliveira Silva - Willian Leal dos Santos - Carlos Victor Montefusco Pereira - John Weslley Pereira da Silva - Daiana da Silva Araújo - IMPETRADO: Universidade do Estado do Amazonas - UEA - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XIII, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, ficam as partes intimadas para requererem o que lhes parecer de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Nada sendo requerido, os autos serão baixados e arquivados nos termos do inciso XXXII do mesmo ato.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0245015-90.2018.8.04.0001 (processo principal 0641411-90.2017.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Silvio Rogério Fernandes Machado - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Fundação Centro de Controle de Oncologia do Estado Do Amazonas- FCECON - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XIX, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, fica a exequente intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca da impugnação ao cumprimento de sentença.

ADV: ROSELY DA COSTA TRIBUZY (OAB 3440/AM), ADV: RAIMUNDO PAIVA DE SOUZA (OAB 2839/AM), ADV: LUCIANA ARAÚJO PAES (OAB 4678/AM), ADV: CAROLINE RETTO FROTA (OAB 4411/AM) - Processo 0255275-81.2008.8.04.0001 (001.08.255275-5) - Mandado de Segurança Infância e Juventude - IMPETRANTE: Juarez Camurça Lima - IMPETRADO: Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - LITSPASSIV: Estado do Amazonas - IMPETRADO: Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XV, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, fica a parte executada intimada para, no prazo legal, querendo, apresentar impugnação ao Cumprimento de Sentença.

ADV: JOSÉ ELDAIR DE SOUZA MARTINS (OAB 1822/AM), ADV: LEILA MARIA RAPOSO XAVIER LEITE (OAB 3726/AM) - Processo 0322722-23.2007.8.04.0001 (001.07.322722-7) - Cumprimento de sentença - Obrigações - REQUERENTE: Francisco Rodrigues de Mesquita - REQUERIDO: Estado do Amazonas - EXECUTADO: Estado do Amazonas - Sem mais delongas, INDEFIRO a cobrança de honorários em favor da Procuradoria do Estado. Condeno o Estado do Amazonas a pagar os honorários advocatícios do autor da ação, ora Executado, em R$ 500,00 (quinhentos reais), equivalente a 10% (dez por cento) sobre o valor da cobrança indevida, face o incidente processual de cumprimento de sentença.

ADV: RAFAEL CÂNDIDO DA SILVA (OAB 6499/AM), ADV: GLÁUCIO CASTELO BRANCO MAUÉS (OAB 5666/AM), ADV: ROBERTA FERREIRA DE ANDRADE (OAB 2334/AM), ADV: LUIS PAULO CAVALCANTE (OAB 5746/AM), ADV: JOSÉ GILBERTO DE SOUZA LUZEIRO (OAB 1891/AM), ADV: JOSE GILBERTO DE S. LUZEIRO (OAB 001.891/AM), ADV: ALDEMIR PEREIRA BRASIL NETO (OAB 5642/AM), ADV: EVANDRO ARAÚJO BRASIL (OAB 3988/AM), ADV: ARTHÊMIO WAGNER DANTAS DE OLIVEIRA (OAB 2026/AM) - Processo 0330505-66.2007.8.04.0001 (001.07.330505-8) - Procedimento Comum Cível - REQUERENTE: Mouhamad Mourad - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Transbral - Indústria e Comercio da Construção Civil Ltda. - Estado do Amazonas - INTSSADO: Advocacia Geral da Uniao - Como requer o exequente às fls. 595-596. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FERNANDO FIGUEIREDO SEREJO MESTRINHO (OAB 7593/AM), ADV: LISIEUX RIBEIRO LIMA (OAB 4486/AM), ADV: JUCELINNO ARAÚJO LIMA (OAB 8039/AM) - Processo 0601746-67.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Diego Gomes de Souza - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Defiro a petição de fls. 190-191. Nomeio perito judicial a médica Clívia Bianca Lima Noronha, que deverá ser intimada do munus público para, no prazo de 5 (cinco) dias apresentar contatos profissionais atualizados, especialmente endereço eletrônico, para onde serão dirigidas as intimações. Caso a realização da perícia dependa da presença das partes, deverá a Senhora Perita informar a este Juízo a data e o local para início dos trabalhos periciais, com antecedência suficiente para as intimações necessárias. Arbitro os honorários periciais em R$ 1.000,00 (mil reais), cujo pagamento deve ser suportado pelo Tribunal de Justiça, dentro dos limites e termos fixados pela Resolução 232/2016-CNJ e Portaria nº. 1.233/2012-DVEXPED/TJ-AM por se tratar de prova cuja realização foi requerida pelo autor beneficiário da gratuidade de justiça. Fixo em 30 (trinta) dias o prazo para apresentação laudo pericial, tendo como termo inicial da data estabelecida para início dos trabalhos periciais. Intimem-se as partes para apresentarem quesitos e indicarem assistentes técnicos, no prazo legal (art. 465, §1º, NCPC). Cumpra-se.

ADV: JORGE ALBERTO MENDES JÚNIOR (OAB 3000/AM), ADV: ROSQUILD AZÊDO OMENA (OAB A605/AM), ADV: LAÉRCIO DE CASTRO DOURADO JÚNIOR (OAB 13184/AM), ADV: RAUL GÓES NETO (OAB 8203/AM) - Processo 0602132-63.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Claudenor de Souza Piedade - REQUERIDO: Estado do Amazonas - I - Uso da faculdade que me concede o art. 355 do CPC para julgar antecipadamente a lide tendo em vista que não há necessidade de produção de outras provas além das que já se encontram nos autos.

ADV: RAFAEL CÂNDIDO DA SILVA (OAB 6499/AM), ADV: DANIEL PINHEIRO VIEGAS (OAB A746/AM), ADV: PAULO ROGÉRIO KOLENDA LEMOS DOS SANTOS (OAB 7199/AM) - Processo 0603586-54.2013.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Estado do Amazonas - Companhia de Desenvolvimento do Est do Amazonas Ciama - REQUERIDO: Dudas Representações Comerciais da Amazonia LTDA - Unidade Fabril - I Distrito Industrial de ME e EPP - DIMPE - Expeça-se Mandado de Reintegração de Posse, nos fundamentos da decisão de fls. 214/217. Em continuidade, verifico nos autos que não há necessidade de produção de outras provas, tendo em vista considerar suficientes aquelas até aqui juntadas pelas partes. Dessa forma, proferirei julgamento antecipado do mérito (art. 355, I, CPC). Sem resignação das partes, dê-se vista ao Ministério Público para, querendo, emitir parecer conclusivo. Após, retornem os autos conclusos para sentença.

ADV: ELIZIO PEREIRA MENDES JUNIOR (OAB 9853MT) - Processo 0603903-18.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Classificação e/ou Preterição - REQUERENTE: MARIA DIVANIRA SOUSA DE CASTRO - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Efetivada à prestação jurisdicional, arquivem-se os autos, com a baixa nos registros e distribuição, sem prejuízo de desarquivamento diante de eventual pedido das partes. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MANUELA CANTANHEDE VEIGA ANTUNES (OAB 4598/AM) - Processo 0604641-64.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Assistência à Saúde - REQUERENTE: Luis Carlos Pereira Coutinho - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Requeira o autor, Luis Carlos Pereira Coutinho, por meio da Defensoria Pública do Estado do Amazonas, o que de direito, em 30 dias, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 485 do CPC. Transcorrido o prazo, voltem-me conclusos os autos para nova deliberação.

ADV: EUGENIO NUNES SILVA (OAB A763/AM), ADV: VANESSA DOROTEIA BATISTA DA SILVA (OAB 7501/AM), ADV: ELCI CARVALHO DOS SANTOS (OAB 8337/AM), ADV: KALINA MADDY MACÊDO COHEN (OAB 4258/AM), ADV: ELIEZER LEÃO GONZALES (OAB A-212AM) - Processo 0605034-62.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: ROSIANE SANTOS DA MOTA - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Isto posto, RECEBO os

Embargos de Declaração, para integrar a sentença proferida nos termos da fundamentação supra.

ADV: VITOR HUGO MOTA DE MENEZES (OAB 1675/AM), ADV: DEBORA BANDEIRA KOENOW (OAB 36823/GO), ADV: GEYSA MITZ DANTAS GUIMARÃES (OAB 6395/AM), ADV: EVANDRO EZIDRO DE LIMA RÉGIS (OAB 2498/AM), ADV: FRANCISCO JORGE RIBEIRO GUIMARÃES (OAB 2978/AM) - Processo 0607381-29.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Flaurice Fonseca Batalha - REQUERIDO: Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XIII, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, ficam as partes intimadas do retorno dos autos do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas para requererem o que lhes parecer de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Nada sendo requerido, os autos serão arquivados nos termos do inciso XXXII do mesmo ato.

ADV: JORGE ALBERTO SILVA DE MELO (OAB 5916/AM), ADV: JORGE HENRIQUE SILVA DE MELO (OAB 7999/AM), ADV: IVÂNIA LÚCIA SILVA COSTA (OAB 7530/AM), ADV: ANA ESMELINDA MENEZES DE MELO (OAB A3569/AM) - Processo 0610070-17.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: ALEXANDRE BATISTA DE OLIVEIRA - REQUERIDO: ESTADO DO AMAZONAS - COMANDANTE GERAL DA POLICIA MILITAR DO ESTADO DO AMAZONAS - Estado do Amazonas - Em virtude do exposto e considerando tudo mais que dos autos constam, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos, com resolução do mérito, termos do art. 487, I, do CPC.

ADV: ELISÂNGELA PEREIRA DANIEL (OAB 5725/AM), ADV: LUÍS FELIPE DE ARAÚJO FLÔR (OAB 8748/AM) - Processo 0610316-76.2016.8.04.0001 - Desapropriação - Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941 - REQUERENTE: Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB - REQUERIDA: Lucinete Alves de Souza - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - PERITA: Amanda Araújo da Rocha - Tendo em vista que, em consulta no SAJ, o Agravo de Instrumento nº.4003142-97.2016.8.04.000 encontra-se encerrado, diga a SUHAB, no prazo de 10 (dez) dias, acerca do interesse no prosseguimento na presente ação, sob pena de extinção do feito. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LARA BETSE PARÁ NUNES (OAB 12034/AM), ADV: ERIC PIRES BENIGNO (OAB 9944/AM), ADV: NATAN COSTA TEIXEIRA (OAB 10656/AM) - Processo 0612747-49.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contrato Temporário de Mão de Obra L 8.745/1993 - REQUERENTE: Marcelo Linhares Farias - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Isto posto, NEGO PROVIMENTO aos embargos de declaração.

ADV: FRANCISCO JORGE RIBEIRO GUIMARÃES (OAB 2978/AM) - Processo 0616317-43.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Maria Marlete Rodrigues da Silva - REQUERIDO: Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XII, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, fica a apelada intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresentar Contrarrazões ao recurso de Apelação. Decorrido o prazo com ou sem manifestação, o processo será remetido ao Tribunal de Justiça (art. 1.010, §§ 1º. 2º e 3º). Manaus, 16 de setembro de 2019. Antônio Pereira da Silva Filho Diretor de Secretaria

ADV: MARCIO THIAGO DOS SANTOS SOUZA (OAB 8808/AM), ADV: LUCIANA ARAÚJO PAES (OAB 4678/AM), ADV: GABRIELA SAMARA DE OLIVEIRA TRAVASSOS (OAB 9504/AM) - Processo 0617224-52.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Erro Médico - REQUERENTE: David Leite dos Santos - REQUERIDO: Estado do Amazonas - NÃO INFORM: Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas - SUSAM - PERITO: Francisco Batista de Almeida - Arbitro os honorários periciais em R$ 1.000,00 (mil reais), cujo pagamento deve ser suportado pelo Tribunal de Justiça, dentro dos limites e termos fixados pela Resolução 232/2016-CNJ, por se tratar de prova cuja realização foi requerida pelo autor beneficiário da justiça gratuita. Requisite-se ao Senhor Presidente do Tribunal de Justiça as providências necessárias para o pagamento dos honorários periciais, na forma do art. 10 e § 1º, da Portaria nº. 1.233/2012. Deverá o Senhor perito iniciar imediatamente os trabalhos periciais, observando o prazos e determinações contidas na decisão de fls. 260-261.

ADV: MARTHA MAFRA GONZALES (OAB 4103/AM), ADV: MICAEL PINHEIRO NEVES SILVA (OAB 6088/AM), ADV: LUCIANA BARROSO DE FREITAS (OAB 5144/AM), ADV: LORENA SILVA DE ALBUQUERQUE (OAB 6023/AM) - Processo 0617740-43.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Irredutibilidade de Vencimentos - REQUERENTE: ELÁDIO BARRETO REIS e outros - Elzimar da Silva Correa - Everaldo dos Santos Allfaia - Feliciano Ferreira Tavares - Francisco Dorval Ferreira Mesquita - Ivanildo Barbosa Nogueira - João da Silva Vieira - JOAO EUDES LIMA BATISTA - João Pereira Soares - Joaquim Rodrigues Martins - REQUERIDO: Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XIII, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, ficam as partes intimadas do retorno dos autos do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas para requererem o que lhes parecer de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Nada sendo requerido, os autos serão arquivados nos termos do inciso XXXII do mesmo ato.

ADV: ROGÉRIO PENA BENTO DA SILVA (OAB 9960/AM), ADV: ERNANDO SIMIÃO DA SILVA FILHO (OAB 9069/AM), ADV: SUELEM PENA BENTO DA SILVA (OAB 9796/AM) - Processo 0620351-61.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - REQUERENTE: Herondina Neves de Souza - REQUERIDO: Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XIII, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, ficam as partes intimadas para requererem o que lhes parecer de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Nada sendo requerido, os autos serão baixados e arquivados nos termos do inciso XXXII do mesmo ato.

ADV: JORGE LUÍS DOS REIS OLIVEIRA (OAB 6866/AM), ADV: CAROLINE RETTO FROTA (OAB 4411/AM) - Processo 0622464-27.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pensão por Morte (Art. 74/9) - REQUERENTE: Gilson Mendes Esperança - REQUERIDO: Fundo Previenciario do Estado do Amazonas - Amazonprev - Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - A apuração dos valores pleiteados em sede de cumprimento de sentença depende de simples cálculos aritméticos, cabendo, assim, ao exequente, apresentar o demonstrativo discriminado e atualizado do crédito, bem como os demais requisitos determinados no art. 534 e inciso do Código de Processo Civil. Assim, determino ao exequente a adequação do cumprimento de sentença apresentado, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de arquivamento do feito. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUIZ GUSTAVO NEGRO VAZ JÚNIOR (OAB 7355/AM), ADV: FÁBIO MARTINS RIBEIRO (OAB 449A/AM), ADV: CAROLINE RETTO FROTA (OAB 4411/AM) - Processo 0624655-69.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pensão por Morte (Art. 74/9) - REQUERENTE: Joyce Marques Silva - REQUERIDO: Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - À vista do exposto, CONFIRMO a liminar concedida e JULGO A AÇÃO PROCEDENTE, com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para CONDENAR a AMAZONPREV à manutenção do benefício de pensão por morte concedido, até o limite de 24 anos de idade ou conclusão em curso superior, conforme jurisprudência do E. Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM) - Processo 0625694-67.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERENTE: Elieze Bandeira de Carvalho - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso VI, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, fica os autores intimados para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresentar réplica à contestação. Manaus, 17 de setembro de 2019. Antônio Pereira da Silva Filho Diretor de Secretaria

ADV: LUIZ FELIPE VILHENA RODRIGUES (OAB 10418/AM), ADV: HANNA TAVARES CUNHA (OAB 10417/AM), ADV: ERNANDO SIMIÃO DA SILVA FILHO (OAB 9069/AM) - Processo 0626415-24.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Rescisão - REQUERENTE: Maria Regina de Souza Lima - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Nos termos do art. 534 e incisos do Código de Processo Civil, cabe ao exequente apresentar, no cumprimento de sentença, o demonstrativo discriminado e atualizado do crédito,

sobretudo quando se restringir à apuração a realização de simples cálculos aritméticos. Assim, fixo o prazo de 15 (quinze) dias para que o autor adeque seu cumprimento de sentença, sob pena de arquivamento do feito. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ FÉLIX DE OLIVEIRA BRANDÃO (OAB 11862/AM), ADV: DANIEL CREPALDI DIAZ (OAB 441/AM) - Processo 0626514-57.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pensão por Morte (Art. 74/9) - REQUERENTE: Nidja Grasiele Clark Pontes e Silva - Bernardo Cristiano Clark Pontes de Oliveira - REQUERIDO: Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - À vista do exposto, REVOGO a tutela antecipada concedida (fl. 210) e JULGO A AÇÃO IMPROCEDENTE, com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, CPC.

ADV: LARYSSA ARAÚJO MÜLLER (OAB 13197/AM) - Processo 0628319-74.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Férias - REQUERENTE: Edilene Gonçalves Gomes de Oliveira - REQUERIDO: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge - Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso VI, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, fica a autora intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresentar réplica à contestação. Manaus, 17 de setembro de 2019. Antônio Pereira da Silva Filho Diretor de Secretaria

ADV: LEONARDO DE BORBOREMA BLASCH (OAB 2997/AM), ADV: CARLOS ALEXANDRE M.C.M MATOS (OAB 2364/AM), ADV: CLINGER BELÉM PEREIRA (OAB 5340/AM), ADV: CLÓVIS SMITH FROTA JÚNIOR (OAB 3626/AM), ADV: OLÍVIA MARIA ASSIS CAMPOS COUTO (OAB 4212/AM), ADV: PRISCILLA NOGUEIRA FRANÇA (OAB 3340/AM), ADV: EDINALDO CARVALHO DE AGUIAR (OAB 5982/AM), ADV: JÚLIO CÉSAR DE VASCONCELLOS ASSAD (OAB 4765/AM), ADV: FLÁVIA LOURDES MENDES COELHO (OAB 3552/AM), ADV: MÁRCIO PINHEIRO AZÊDO (OAB 7539/AM), ADV: JORGE LUIZ PEIXOTO DO NASCIMENTO (OAB 2305/AM), ADV: HUGO FÁBIO SAMPAIO TELLES DE SOUZA (OAB 7153/AM), ADV: MARCO AURÉLIO DOS REIS FERNANDES (OAB 7371/AM), ADV: NATALY ACRIS BARROSO (OAB 6475/AM), ADV: VITOR FABIAN SOARES CIPRIANO (OAB 6019/AM) - Processo 0628459-21.2013.8.04.0001 - Desapropriação - Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941 - REQUERENTE: Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB - REQUERIDO: RAIMUNDO MILTON DA SILVA LEÃO - Dê-se vista ao Ministério Público para, querendo, emitir parecer conclusivo. Após, retornem-me conclusos os autos para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DÂMEA MOURÃO TELLES DE MENEZES (OAB 9198/AM) - Processo 0629674-22.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Daiana de Paulo Mascarenhas - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso VI, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, fica a autora intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresentar réplica à contestação. Manaus, 17 de setembro de 2019. Antônio Pereira da Silva Filho Diretor de Secretaria

ADV: MEYRE ANNE MAGALHÃES NEVES (OAB 4242/AM), ADV: LUIZ GUSTAVO CARDOSO MAIA (OAB 6971/AM), ADV: ACÁCIA BRANCA SECO FERREIRA (OAB 2507/AM), ADV: ISMAEL DE MELO SILVA (OAB 4921/AM), ADV: MÁRCIO PINHEIRO AZÊDO (OAB 7539/AM), ADV: HELANE ARAÚJO DA COSTA (OAB 7350/AM), ADV: FAUSTO MENDONÇA VENTURA (OAB 2503/AM), ADV: DANIEL AUGUSTO MAUÉS CARVALHO (OAB 5629/AM), ADV: ANNA CLÁUDIA FERRAZ ROCHA (OAB 8874/AM), ADV: SAMARA GUERRA ALMEIDA (OAB 7194/AM) - Processo 0629728-27.2015.8.04.0001 - Desapropriação - Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941 - REQUERENTE: Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB - REQUERIDO: Adelino Moreira Fernandes Cruz - Estado do Amazonas - PERITO: Valério Ladeira Luniére - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XV, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, fica o executado intimado para cumprir a obrigação de pagar no prazo legal, ou, querendo, apresentar impugnação ao Cumprimento de Sentença.

ADV: MAURÍCIO PEREIRA DA SILVA (OAB 1122/AM), ADV: IVÂNIA LÚCIA SILVA COSTA (OAB 7530/AM), ADV: ENEIAS DE PAULA BEZERRA (OAB 2354/AM) - Processo 0630264-09.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: MAURO ALMEIDA DA SILVA - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Intime-se a(o) Estado do Amazonas, na pessoa de seu representante judicial, para, querendo, no prazo de 30 dias, impugnar a execução, nos moldes do art. 535 do CPC/2015.

ADV: RODOLFO MEIRA ROESSING (OAB 12719/PA) - Processo 0634363-46.2018.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: White Martins Gases Industriais do Norte Ltda - REQUERIDO: Fundação de Medicina Tropical Doutor Heitor Vieira Dourado - FMT - Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do art. 702, §6°, do Novo Código de Processo Civil, fica o autor intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias, responder os Embargos à monitória interpostos. Manaus, 17 de setembro de 2019. Antônio Pereira da Silva Filho Diretor de Secretaria

ADV: MARCELLO PHILLIPE AGUIAR MARTINS (OAB 12584/AM), ADV: ANTÔNIO BRAZ DE LIMA FILHO (OAB 10014/AM), ADV: ANDRÉA PEREIRA DE FREITAS (OAB 4845/AM), ADV: EDUARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6032/AM) - Processo 0638780-47.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Gratificação Incorporada / Quintos e Décimos / VPNI - REQUERENTE: LUIZ IDELFONSO VEIGA MARTINS - REQUERIDO: ESTADO DO AMAZONAS - Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XIX, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, fica a exequente intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca da impugnação ao cumprimento de sentença.

ADV: ELCINETE CARDOSO DE ALMEIDA (OAB 6946/AM), ADV: ISABELA PERES RUSSO (OAB 3198/AM) - Processo 0639395-03.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Joaquim Jose Gama Leandro - REQUERIDO: Estado do Amazonas - I - Uso da faculdade que me concede o art. 355 do CPC para julgar antecipadamente a lide tendo em vista que não há necessidade de produção de outras provas além das que já se encontram nos autos.

ADV: ANNE LISE PERIN (OAB 7447/AM) - Processo 0649431-02.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Remuneração - REQUERENTE: Marcia Cristina da Mota Sales - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Defiro o pedido de gratuidade da justiça, nos termos do art. 98 e seguintes do NCPC. Deixo de pautar a audiência de conciliação a que alude o art. 334 do CPC/2015, em homenagem ao princípio da celeridade processual, em razão de não se ter notícia da existência de lei ou ato normativo estadual que autorize a Procuradoria Geral do Estado a transigir em juízo o que, por consequência, acaba por inadmitir a autocomposição (art. 334, II, do CPC/2015). Cite-se o Requerido para contestar a ação no prazo legal.

ADV: JOSUÉ NASCIMENTO PIMENTEL (OAB 9118/AM) - Processo 0649798-26.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Adriano Jorge Paes Marques - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Ao Autor, para pagas as custas no prazo legal, sob pena de cancelamento da distribuição. Intime-se.

ADV: MARLY GOMES CAPOTE (OAB 7067/AM) - Processo 0649903-03.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Subsídios - REQUERENTE: Rejane da Silva Farias - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Defiro o pedido de gratuidade da justiça, nos termos do art. 98 e seguintes do NCPC. Deixo de pautar a audiência de conciliação a que alude o art. 334 do CPC/2015, em homenagem ao princípio da celeridade processual, em razão de não se ter notícia da existência de lei ou ato normativo estadual que autorize a Procuradoria Geral do Estado a transigir em juízo o que, por consequência, acaba por inadmitir a autocomposição (art. 334, II, do CPC/2015). Cite-se o Requerido para contestar a ação no prazo legal.

ADV: MARLY GOMES CAPOTE (OAB 7067/AM) - Processo 0650040-82.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Subsídios - REQUERENTE: Claudileno Lofiego Cacau - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Defiro o pedido de gratuidade da justiça, nos termos do art. 98 e seguintes do NCPC. Deixo de pautar a audiência de conciliação a que alude o art. 334 do CPC/2015, em homenagem ao princípio da celeridade processual, em razão de não se ter notícia da existência de lei ou ato normativo estadual que autorize a Procuradoria Geral do

Estado a transigir em juízo o que, por consequência, acaba por inadmitir a autocomposição (art. 334, II, do CPC/2015). Cite-se o Requerido para contestar a ação no prazo legal. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 16 de setembro de 2019. Assinatura digital LEONEY FIGLIUOLO HARRAQUIAN Juiz de Direito

ADV: MARLY GOMES CAPOTE (OAB 7067/AM) - Processo 0650048-59.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Subsídios - REQUERENTE: Luizete Rodrigues Campos - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Defiro o pedido de gratuidade da justiça, nos termos do art. 98 e seguintes do NCPC. Deixo de pautar a audiência de conciliação a que alude o art. 334 do CPC/2015, em homenagem ao princípio da celeridade processual, em razão de não se ter notícia da existência de lei ou ato normativo estadual que autorize a Procuradoria Geral do Estado a transigir em juízo o que, por consequência, acaba por inadmitir a autocomposição (art. 334, II, do CPC/2015). Cite-se o Requerido para contestar a ação no prazo legal.

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM) - Processo 0650081-49.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERENTE: Marcílio Cavalcante de Medeiros - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Defiro o pedido de gratuidade da justiça, nos termos do art. 98 e seguintes do NCPC. Deixo de pautar a audiência de conciliação a que alude o art. 334 do CPC/2015, em homenagem ao princípio da celeridade processual, em razão de não se ter notícia da existência de lei ou ato normativo estadual que autorize a Procuradoria Geral do Estado a transigir em juízo o que, por consequência, acaba por inadmitir a autocomposição (art. 334, II, do CPC/2015). Cite-se o Requerido para contestar a ação no prazo legal.

ADV: RAFAEL YAN DE SOUZA SILVA (OAB 13427/AM) - Processo 0650126-53.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Wilson Gomes de Carvalho - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Deverá o advogado que subscreve a exordial, no prazo de 10 (dez) dias, regularizar a representação da parte autor, juntado aos autos instrumento de mandato que o habilite para o feito, sob pena de indeferimento da inicial.

ADV: MATHEUS LOBATO BELTRÃO (OAB 13287/AM) - Processo 0650149-96.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Invens Roberto de Souza Nunes - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Tendo em vista a alteração da Lei de Organização Judiciária do Estado do Amazonas promovida pela LC nº 178/17, que transformou a 1ª VEDAE em Vara do Juizado da Fazenda Pública Estadual e Municipal (art. 14) e, estando a presente ação dentre aquelas de competência de tal juízo especializado, declino da minha competência. Redistribuam-se os autos para a Vara do Juizado da Fazenda Pública Estadual e Municipal.

ADV: RICARDO QUEIROZ DE PAIVA (OAB 4510/AM), ADV: ALDENOR DE SOUZA RABELO (OAB 8030/AM) - Processo 0712223-36.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria de Fátima Ramos de Oliveira - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - PERITO: Newton Carlos Heinrich de Oliveira - Defiro a petição de fl. 82. Oficie-se o Egrégio Tribunal de Justiça, a fim de que promova o adiantamento do valor de R$ 350 (trezentos e cinquenta) reais dos honorários periciais, na forma do art. 7º, da Portaria nº. 1.233/201-DVEXPED/TJAM.

ADV: RICARDO QUEIROZ DE PAIVA (OAB 4510/AM) - Processo 0718234-81.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Desapropriação Indireta - REQUERENTE: Raimundo Gomes da Silva Filho - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - REQUERIDO: Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB - Embora regularmente citado a Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB não apresentou contestação, motivo pelo qual decreto a sua revelia, deixando, no entanto, de produzir os efeitos dela decorrentes, dado que a ação versa sobre direito indisponível e já houve apresentação de contestação por parte do Estado do Amazonas, consoante dicção dos incisos I e II, do art. 345, do CPC. Sendo assim, as partes, no prazo de 10 (dez) dias, as provas que pretende produzir. Decorrido o prazo sem requerimentos de provas, remetam-se os autos ao Ministério Público para emissão de parecer. Após, voltem os autos concluos para sentença.

Abraham Nissim Benoliel (OAB 2375/AM)
Acácia Branca Seco Ferreira (OAB 2507/AM)
Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Adenir Souza da Costa (OAB 8222/AM)
Alberto Antony Dantas de Veiga Cabral (OAB 21816/PA)
Alberto Bezerra de Melo (OAB 2015/AM)
Aldemir Pereira Brasil Neto (OAB 5642/AM)
Aldenor de Souza Rabelo (OAB 8030/AM)
Amanda Martins Valente (OAB 2487/AM)
Ana Esmelinda Menezes de Melo (OAB A3569/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Andréa Maquiné Cruz (OAB 3711/AM)
Andréa Pereira de Freitas (OAB 4845/AM)
Anna Cláudia Ferraz Rocha (OAB 8874/AM)
Anne Lise Perin (OAB 7447/AM)
Antônio Braz de Lima Filho (OAB 10014/AM)
Arthêmio Wagner Dantas de Oliveira (OAB 2026/AM)
Bruno Calheiro de Oliveira (OAB 5986/AM)
Carlos Alexandre M.C.M Matos (OAB 2364/AM)
Caroline Retto Frota (OAB 4411/AM)
Clinger Belém Pereira (OAB 5340/AM)
Clóvis Smith Frota Júnior (OAB 3626/AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Dâmea Mourão Telles de Menezes (OAB 9198/AM)
Daniel Augusto Maués Carvalho (OAB 5629/AM)
Daniel Crepaldi Diaz (OAB 441/AM)
Daniel Pinheiro Viegas (OAB A746/AM)
Debora Bandeira Koenow (OAB 36823/GO)
Edinaldo Carvalho de Aguiar (OAB 5982/AM)
Eduardo Alvarenga Viana (OAB 6032/AM)
Elci Carvalho dos Santos (OAB 8337/AM)
Elcinete Cardoso de Almeida (OAB 6946/AM)
Eliezer Leão Gonzales (OAB A-212AM)
Elisângela Pereira Daniel (OAB 5725/AM)
Elizio Pereira Mendes Junior (OAB 9853MT)
Eneias de Paula Bezerra (OAB 2354/AM)
Eric Pires Benigno (OAB 9944/AM)
Ernando Simião da Silva Filho (OAB 9069/AM)
EUGENIO NUNES SILVA (OAB A763/AM)
Evandro Araújo Brasil (OAB 3988/AM)
Evandro Ezidro de Lima Régis (OAB 2498/AM)
Fabiano Buriol (OAB 7657/AM)
Fábio Martins Ribeiro (OAB 449A/AM)
Fausto Mendonça Ventura (OAB 2503/AM)
Fernando Figueiredo Serejo Mestrinho (OAB 7593/AM)
Flávia Lourdes Mendes Coelho (OAB 3552/AM)
Francisco Jorge Ribeiro Guimarães (OAB 2978/AM)
Gabriela Samara de Oliveira Travassos (OAB 9504/AM)
Gersica Barbosa da Cunha (OAB 14051/AM)
Geysa Mitz Dantas Guimarães (OAB 6395/AM)
Giordano Bruno da Costa Cruz (OAB 761A/AM)
Gláucio Castelo Branco Maués (OAB 5666/AM)
Hanna Tavares Cunha (OAB 10417/AM)
Helane Araújo da Costa (OAB 7350/AM)
Hugo Fábio Sampaio Telles de Souza (OAB 7153/AM)
Isabela Peres Russo (OAB 3198/AM)
Ismael de Melo Silva (OAB 4921/AM)
Ivânia Lúcia Silva Costa (OAB 7530/AM)
JIVAGO AFONSO DOMINGUES DE CASTRO (OAB 9679/AM)
Jocil da Silva Moraes (OAB 1298/AM)
Jonathas Alves Maia (OAB 12187/AM)
Jorge Alberto Mendes Júnior (OAB 3000/AM)
Jorge Alberto Silva de Melo (OAB 5916/AM)
Jorge Henrique Silva de Melo (OAB 7999/AM)
Jorge Luís dos Reis Oliveira (OAB 6866/AM)
Jorge Luiz Peixoto do Nascimento (OAB 2305/AM)
José Eldair de Souza Martins (OAB 1822/AM)
José Félix de Oliveira Brandão (OAB 11862/AM)
Jose Gilberto de S. Luzeiro (OAB 001.891/AM)
José Gilberto de Souza Luzeiro (OAB 1891/AM)
José Lourenço Gadelha (OAB 2220/AM)
Josué Nascimento Pimentel (OAB 9118/AM)
Juarez Camelo Rosa (OAB 2695/AM)

Jucelinno Araújo Lima (OAB 8039/AM)
Juliana Correa Tuji (OAB 6559/AM)
Júlio César de Vasconcellos Assad (OAB 4765/AM)
Jurema Dias de Lima Missioneiro dos Santos (OAB 116A/AM)
Kalina Maddy Macêdo Cohen (OAB 4258/AM)
Karen Bezerra Rosa Braga (OAB 6617/AM)
Laércio de Castro Dourado Júnior (OAB 13184/AM)
Lara Betse Pará Nunes (OAB 12034/AM)
Laryssa Araújo Müller (OAB 13197/AM)
Leila Maria Raposo Xavier Leite (OAB 3726/AM)
Leonardo de Borborema Blasch (OAB 2997/AM)
Lisieux Ribeiro Lima (OAB 4486/AM)
Lorena Silva de Albuquerque (OAB 6023/AM)
Luciana Araújo Paes (OAB 4678/AM)
Luciana Barroso de Freitas (OAB 5144/AM)
Luduvina de Melo Sampaio (OAB 2230/AM)
Luís Felipe de Araújo Flôr (OAB 8748/AM)
LUIS PAULO CAVALCANTE (OAB 5746/AM)
Luiz Felipe Vilhena Rodrigues (OAB 10418/AM)
Luiz Gustavo Cardoso Maia (OAB 6971/AM)
Luiz Gustavo Negro Vaz Júnior (OAB 7355/AM)
Manuela Cantanhede Veiga Antunes (OAB 4598/AM)
Marcello Phillipe Aguiar Martins (OAB 12584/AM)
Marcelo Augusto Albuquerque da Cunha (OAB 2538/AM)
Márcio Pinheiro Azêdo (OAB 7539/AM)

Marcio Thiago dos Santos Souza (OAB 8808/AM)
Marco Aurélio dos Reis Fernandes (OAB 7371/AM)
Maria Domingas Gomes Laranjeira (OAB 1239/AM)
Maria Hosana de Souza Monteiro (OAB 2333/AM)
Marly Gomes Capote (OAB 7067/AM)
Martha Mafra Gonzales (OAB 4103/AM)
Matheus Lobato Beltrão (OAB 13287/AM)
Maurício Pereira da Silva (OAB 1122/AM)
Meyre Anne Magalhães Neves (OAB 4242/AM)
Micael Pinheiro Neves Silva (OAB 6088/AM)
Mônica Santa Rita Bonfim (OAB 3384/AM)
Nataly Acris Barroso (OAB 6475/AM)
Natan Costa Teixeira (OAB 10656/AM)
Neurivan da Silva Rebouças (OAB 8126/AM)
Olívia Maria Assis Campos Couto (OAB 4212/AM)
Paulo Rogério Kolenda Lemos dos Santos (OAB 7199/AM)
Priscilla Nogueira França (OAB 3340/AM)
Quelen Fabiana Bentes da Silva (OAB 7144/AM)
Rafael Cândido da Silva (OAB 6499/AM)
Rafael Yan de Souza Silva (OAB 13427/AM)
Raimundo Paiva de Souza (OAB 2839/AM)
Raul Góes Neto (OAB 8203/AM)
Ricardo Queiroz de Paiva (OAB 4510/AM)
Roberta Ferreira de Andrade (OAB 2334/AM)
Roberto da Mota Praia Júnior (OAB 6782/AM)
Rodolfo Meira Roessing (OAB 12719/PA)
Rogério Pena Bento da Silva (OAB 9960/AM)
Rosely da Costa Tribuzy (OAB 3440/AM)
Rosquild Azêdo Omena (OAB A605/AM)
Samara Guerra Almeida (OAB 7194/AM)
Samuel Pinto da Silva (OAB 6734/AM)
Suelem Pena Bento da Silva (OAB 9796/AM)
Valdeir da Rocha Falcão (OAB 5429/AM)
Vanessa Doroteia Batista da Silva (OAB 7501/AM)
Virginia Nunes Bessa (OAB 3591/AM)
Vitor Fabian Soares Cipriano (OAB 6019/AM)
Vitor Hugo Mota de Menezes (OAB 1675/AM)
Vivien Medina Noronha (OAB 1931/AM)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
JUIZ(A) DE DIREITO ETELVINA LOBO BRAGA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL DARCLEIDE FERREIRA DE SOUZA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0067/2019

ADV: LUÍS CABRAL MORAIS (OAB 7483/AM), ADV: OSNI AMARAL SANTANA (OAB 1959/AM) - Processo 0209124-52.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Luís Cabral Morais - Luis Carlos Araújo Morais - REQUERIDO: O Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Certifico, nesta data, que expeço o competente Ato Ordinatório, com fulcro na Portaria n. 002/19-3ªVFP, de 18.02.2019, disponibilizada no DJE do dia 25.02.2019, para fins de intimação das partes, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º) e DJE, no prazo de 10 dias, para requererem o que for de direito, visto que os autos retornaram da 2ª Instância. É o que me cumpre certificar. O referido é verdade, dou fé. Manaus, 17 de setembro de 2019. Darcleide Ferreira de Souza Diretora de Secretaria

ADV: AMANDA AYDEN SIMÕES DE OLIVEIRA (OAB 5196/AM), ADV: MARIANA SEREJO CABRAL DOS ANJOS (OAB 5985/AM) - Processo 0217534-02.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Associação " Phillipe Sociais "da Comunidade Nova Aliança - REQUERIDA: Companhia de Gás do Amazonas - CIGÁS - R.h; Em virtude do não retorno do mandado de fls. 85 até a presente data, determino seja aguardada a juntada do referido mandado e, após, voltem-me os autos conclusos; Cumpra-se.

ADV: JOSÉ GOMES DE AMORIM (OAB 10881/AM) - Processo 0222103-02.2018.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Liminar - IMPETRANTE: Léo André Guimarães de Oliveira - IMPETRADO: Delegado Geral de Polícia Civil do Estado do Amazonas - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Ante o exposto, DENEGO A SEGURANÇA, nos termos do art.6º, §5º da Lei 12.016/2009. Custas pelos impetrantes, sendo suspensa sua cobrança na forma do art. 98, §3º do CPC/2015 e sem honorários advocatícios (Súmulas n. 512 do STF, 105 do STJ e art. 25 da Lei n. 12.016/09). Após o trânsito em julgado, arquive-se com baixa na distribuição. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: ANTÔNIO AZEVEDO DE LIRA (OAB 5474/AM) - Processo 0625789-34.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reajustes de Remuneração, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: João Vieira de Castro - REQUERIDO: Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Aos 13 de maio de 2019, em cumprimento a determinação do MM. Juiz de Direito Dr(a). Melissa Sanches Silva da Rosa, faço remessa destes autos ao Setor de Distribuição - Fórum Ministro Henoch Reis, para as devidas providências, do qual lavrei este termo e assino.

ADV: FRANCISCO JORGE RIBEIRO GUIMARÃES (OAB 2978/AM) - Processo 0631265-87.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Azenate de Araujo Costa - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO DE INTIMAÇÃO Processo n°:0631265-87.2017.8.04.0001 Classe: Procedimento Comum Cível/PROC Requerente:Azenate de Araujo Costa Requerido:Estado do Amazonas Certifico, nesta data, que expeço o competente Ato Ordinatório, com fulcro na Portaria n. 002/19-3ªVFP, de 18.02.2019, disponibilizada no DJE do dia 25.02.2019, para fins de intimação das partes, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º) e DJE, no prazo de 10 dias, para requererem o que for de direito, visto que os autos retornaram da 2ª Instância. É o que me cumpre certificar. O referido é verdade, dou fé. Manaus, 17 de setembro de 2019. Darcleide Ferreira de Souza Diretora de Secretaria

ADV: RONALDO SANTANA MACEDO (OAB 6536/AM), ADV: VITOR HUGO MOTA DE MENEZES (OAB 1675/AM) - Processo 0632565-21.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO DE SOUZA E SOUZA - REQUERIDO: Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO DE INTIMAÇÃO Processo n°:0632565-21.2016.8.04.0001 Classe: Procedimento Comum Cível/PROC Requerente:MARIA DO

PERPÉTUO SOCORRO DE SOUZA E SOUZA Requerido:Estado do Amazonas Certifico, nesta data, que expeço o competente Ato Ordinatório, com fulcro na Portaria n. 002/19-3ªVFP, de 18.02.2019, disponibilizada no DJE do dia 25.02.2019, para fins de intimação das partes, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º) e DJE, no prazo de 10 dias, para requererem o que for de direito, visto que os autos retornaram da 2ª Instância. É o que me cumpre certificar. O referido é verdade, dou fé. Manaus, 17 de setembro de 2019. Darcleide Ferreira de Souza Diretora de Secretaria

ADV: EVANDRO EZIDRO DE LIMA RÉGIS (OAB 2498/AM), ADV: KON TSIH WANG (OAB 4646/AM) - Processo 0635992-26.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Diárias e Outras Indenizações - REQUERENTE: Fernando Machado Carneiro - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - R. Hoje.Dê-se vista dos autos ao Ministério Público, acerca da prescrição argüida em contestação pelo Estado do Amazonas. Cumpra-se.

ADV: KON TSIH WANG (OAB 4646/AM) - Processo 0635992-26.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Diárias e Outras Indenizações - REQUERENTE: Fernando Machado Carneiro - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Certifico, nesta data, que expeço o competente Ato Ordinatório, com fulcro na Portaria n. 002/19-3ªVFP, de 18.02.2019, disponibilizada no DJE do dia 25.02.2019, para fins de intimação das partes, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º) e DJE, no prazo de 10 dias, para requererem o que for de direito, visto que os autos retornaram da 2ª Instância. É o que me cumpre certificar. O referido é verdade, dou fé. Manaus, 17 de setembro de 2019. Darcleide Ferreira de Souza Diretora de Secretaria

Amanda Ayden Simões de Oliveira (OAB 5196/AM)
Antônio Azevedo de Lira (OAB 5474/AM)
Evandro Ezidro de Lima Régis (OAB 2498/AM)
Francisco Jorge Ribeiro Guimarães (OAB 2978/AM)
José Gomes de Amorim (OAB 10881/AM)
Kon Tsih Wang (OAB 4646/AM)
Luís Cabral Morais (OAB 7483/AM)
Mariana Serejo Cabral dos Anjos (OAB 5985/AM)
Osni Amaral Santana (OAB 1959/AM)
Ronaldo Santana Macedo (OAB 6536/AM)
Vitor Hugo Mota de Menezes (OAB 1675/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
JUIZ(A) DE DIREITO ETELVINA LOBO BRAGA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL DARCLEIDE FERREIRA DE SOUZA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0068/2019

ADV: MOZARTH RIBEIRO BESSA NETO (OAB 4390/AM), ADV: FABIANE RODRIGUES DE CASTRO (OAB 6031/AM) - Processo 0256414-63.2011.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Liminar - IMPETRANTE: Francisco Gomes Caldas - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Certifico, nesta data, que expeço o competente Ato Ordinatório, com fulcro na Portaria n. 002/19-3ªVFP, de 18.02.2019, disponibilizada no DJE do dia 25.02.2019, para fins de das partes, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º) e DJE, no prazo de 10 dias, para requererem o que for de direito, visto que os autos retornaram da 2ª Instância. É o que me cumpre certificar. O referido é verdade, dou fé.

ADV: JOAO LIRA TAVARES (OAB 8799/AM), ADV: ANTÔNIO AZEVEDO DE LIRA (OAB 5474/AM), ADV: FLÁVIA RAMOS DE CARVALHO (OAB 8786/AM) - Processo 0600049-79.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Vanuza Patrício de Araújo - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Certifico, nesta data, que expeço o competente Ato Ordinatório, com fulcro na Portaria n. 002/19-3ªVFP, de 18.02.2019, disponibilizada no DJE do dia 25.02.2019, para fins de intimação parte autora, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º) e DJE, no prazo de 15 dias, para requererem o que for de direito, conforme decisão de fls. 297. É o que me cumpre certificar. O referido é verdade, dou fé.

ADV: DAYANA MÁRCIA EVANGELISTA DE OLIVEIRA (OAB 10892/AM) - Processo 0609085-43.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: N.B.S.I. - F.N.S.S. - REQUERIDO: I.C.A.I. - E.A. e outro - Certifico, nesta data, que expeço o competente Ato Ordinatório, com fulcro na Portaria n. 002/19-3ªVFP, de 18.02.2019, disponibilizada no DJE do dia 25.02.2019, para fins de intimação das partes, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º) e DJE, no prazo de 10 dias, para se manifestarem acerca da nomeação do Sr. Perito. É o que me cumpre certificar. O referido é verdade, dou fé.

ADV: MANUELA CANTANHEDE VEIGA ANTUNES (OAB 4598/AM) - Processo 0610540-19.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Anulação e Correção de Provas / Questões - REQUERENTE: Matheus Martins de Freitas - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Certifico, nesta data, que expeço o competente Ato Ordinatório, com fulcro na Portaria n. 002/19-3ªVFP, de 18.02.2019, disponibilizada no DJE do dia 25.02.2019, para fins de intimação do Estado do Amazonas, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º) e DJE, no prazo de 30 dias, para apresentar impugnação a execução (art. 535, do CPC). É o que me cumpre certificar. O referido é verdade, dou fé.

ADV: SUDJANE DA LUZ RODRIGUES (OAB 6718/AM) - Processo 0611869-27.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Exoneração - REQUERENTE: Rayrason Charlles Mattos de Almeida - REQUERIDO: Estado do Amazonas e outro - Certifico, nesta data, que expeço o competente Ato Ordinatório, com fulcro na Portaria n. 002/19-3ªVFP, de 18.02.2019, disponibilizada no DJE do dia 25.02.2019, para fins de intimação das partes, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º) e DJE, no prazo de 10 dias, para requererem o que for de direito, visto que os autos retornaram da 2ª Instância. É o que me cumpre certificar. O referido é verdade, dou fé. Manaus, 17 de setembro de 2019. Darcleide Ferreira de Souza

ADV: JÚLIO CÉSAR TEIXEIRA DA SILVA (OAB 6181/AM) - Processo 0618208-41.2013.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Atos Administrativos - IMPETRANTE: Banco do Brasil SA - IMPETRADA: Diretora do Procon AM - LITSPASSIV: Estado do Amazonas - Certifico, nesta data, que expeço o competente Ato Ordinatório, com fulcro na Portaria n. 002/19-3ªVFP, de 18.02.2019, disponibilizada no DJE do dia 25.02.2019, para fins de das partes, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º) e DJE, no prazo de 10 dias, para requererem o que for de direito, visto que os autos retornaram da 2ª Instância. É o que me cumpre certificar. O referido é verdade, dou fé.

ADV: JUAREZ CAMELO ROSA (OAB 2695/AM), ADV: KAREN BEZERRA ROSA BRAGA (OAB 6617/AM) - Processo 0621572-21.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Rosimarília Leite da Silva - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Certifico, nesta data, que expeço o competente Ato Ordinatório, com fulcro na Portaria n. 002/19-3ªVFP, de 18.02.2019, disponibilizada no DJE do dia 25.02.2019, para fins de intimação das partes, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º) e DJE, no prazo de 10 dias, para manifestarem-se sobre os cálculos apresentados pela Contadoria É o que me cumpre certificar. O referido é verdade, dou fé.

ADV: AGUINELO BALBI JUNIOR (OAB 89/AM) - Processo 0625192-31.2019.8.04.0001 - Ação Civil Pública Cível - Ordenação da Cidade / Plano Diretor - REQUERENTE: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - REQUERIDO: Instituto Municipal de Ordem Social e Planejamento Urbano - IMPLURB - R. Hoje. Sendo as partes legítimas, inexistindo nulidades a declarar e estando as questões processuais resolvidas, entendo que a presente lide está pronta para o julgamento, uma vez que a prova é apenas documental, não necessitando de instrução, conforme dispõe o art. 355, I, do NCPC. Abra-se vista ao MP. Intimem-se. Publique-se.

ADV: DÂMEA MOURÃO TELLES DE MENEZES (OAB 9198/AM) - Processo 0627684-64.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Edivalda de Castro Dias - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - REQUERIDO: Estado do Amazonas e outro - Certifico, nesta data, que expeço o competente Ato Ordinatório, com fulcro na Portaria n. 002/19-3ªVFP, de 18.02.2019, disponibilizada no DJE do dia 25.02.2019, para fins de intimação das partes, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º) e DJE, no prazo de 10 dias, para requererem o que for de direito, visto que os autos retornaram da 2ª Instância. É o que me cumpre certificar. O referido é verdade, dou fé. Manaus, 17 de setembro de

2019. Darcleide Ferreira de Souza Diretora de Secretaria

ADV: PENÉLOPE ARYADNE ANTONY LIRA (OAB 7357/AM) - Processo 0629649-14.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Adicional por Tempo de Serviço - REQUERENTE: DANIELE MATOS MASCARENHAS - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Certifico, nesta data, que expeço o competente Ato Ordinatório, com fulcro na Portaria n. 002/19-3ªVFP, de 18.02.2019, disponibilizada no DJE do dia 25.02.2019, para fins de intimação das partes, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º) e DJE, no prazo de 10 dias, para manifestarem-se sobre os cálculos apresentados pela Contadoria. É o que me cumpre certificar. O referido é verdade, dou fé.

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0629830-10.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Danielza Alexandra de Araújo Costa - A presente demanda trata de cumprimento de sentença de título judicial transitado em julgado, ou seja, foge do escopo do expediente da Administração Pública. Frise-se que a presente demanda versa ainda sobre cumprimento de obrigação de pagar de verba de servidor público que está prevista em Lei, portanto, descabe se falar em ausência de previsão orçamentária para pagamento das verbas. Por fim, esclareço que o pedido de suspensão do feito não em o condão de suspender o prazo para impugnação do cumprimento de sentença e muito menos interrompê-lo como pretende o executado. Ante o exposto, indefiro o pedido de suspensão do feito. Indefiro o pedido de devolução do prazo. Publique-se. Cumpra-se. Manaus, 08 de agosto de 2019. ETELVINA LOBO BRAGA Juíza de Direito

ADV: RONALDO SANTANA MACEDO (OAB 6536/AM) - Processo 0633336-96.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: RAIMUNDA ELIZABETE DE ALCÂNTARA CRUZ - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Certifico, nesta data, que expeço o competente Ato Ordinatório, com fulcro na Portaria n. 002/19-3ªVFP, de 18.02.2019, disponibilizada no DJE do dia 25.02.2019, para fins de intimação das partes, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º) e DJE, no prazo de 10 dias, para requererem o que for de direito, visto que os autos retornaram da 2ª Instância. É o que me cumpre certificar. O referido é verdade, dou fé. Manaus, 17 de setembro de 2019. Darcleide Ferreira de Souza Diretora de Secretaria

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0638842-82.2018.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Renan Rodrigues da Silva - REQUERIDO: Cel Qopm David de Souza Brandão Chefe da Polícia Militar - Estado do Amazonas - Certifico, nesta data, que expeço o competente Ato Ordinatório, com fulcro na Portaria n. 002/19-3ªVFP, de 18.02.2019, disponibilizada no DJE do dia 25.02.2019, para fins de intimação das partes, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º) e DJE, no prazo de 10 dias, para requererem o que for de direito, visto que os autos retornaram da 2ª Instância. É o que me cumpre certificar. O referido é verdade, dou fé.

ADV: MARTHA MAFRA GONZALES (OAB 4103/AM) - Processo 0645255-77.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Ronaldo Jorge Alves de Freitas - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Certifico, nesta data, que expeço o competente Ato Ordinatório, com fulcro na Portaria n. 002/19-3ªVFP, de 18.02.2019, disponibilizada no DJE do dia 25.02.2019, para fins de intimação da parte autora, via DJE, no prazo de 10 dias, se manifestar sobre o despacho de fls. 71, bem como, se manifestar sobre as custas apresentadas pela Contadoria, fls, 74/79. É o que me cumpre certificar. O referido é verdade, dou fé.

ADV: TEREZA CARMO DE CASTRO (OAB 479A/AM) - Processo 0645669-46.2017.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Curso de Formação - REQUERENTE: Roseli de Castro Piszter - REQUERIDO: Delegado-geral de Polícia Civil do Estado do Amazonas - INTSSADO: Estado do Amazonas - Ao lume de todo o exposto, em razão da relevância dos pedidos e uma vez que o ato impugnado pode resultar a ineficácia da medida, se deferida ao final, CONCEDO A LIMINAR PLEITEADA, a fim de que seja permitida à parte impetrante matricular-se no Curso de Formação Profissional, para o cargo de Escrivão de Polícia, sujeito às regras do item 10 do Edital n. 001/2009-PCAM, a ser realizada nos dias descritos no edital de convocação juntado às fls.113/117, devendo as partes impetradas serem intimadas para cumprir, de imediato, os termos da liminar.Em sequência determino que no mesmo ato notifiquem-se as Autoridades coatoras, por seus representantes legais, apontadas para prestar as informações necessárias no prazo assinalado pelo art. 7º, I, da Lei nº12.016/2009.Defluido o prazo para as informações, prestadas estas ou não, dê-se vistas ao Ministério Público.Diligência legais. Cumpra-se.

ADV: TEREZA CARMO DE CASTRO (OAB 479A/AM) - Processo 0645669-46.2017.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Curso de Formação - REQUERENTE: Roseli de Castro Piszter - REQUERIDO: Delegado-geral de Polícia Civil do Estado do Amazonas - INTSSADO: Estado do Amazonas - Certifico, nesta data, que expeço o competente Ato Ordinatório, com fulcro na Portaria n. 002/19-3ªVFP, de 18.02.2019, disponibilizada no DJE do dia 25.02.2019, para fins de das partes, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º) e DJE, no prazo de 10 dias, para requererem o que for de direito, visto que os autos retornaram da 2ª Instância. É o que me cumpre certificar. O referido é verdade, dou fé.

Aguinelo Balbi Junior (OAB 89/AM)
Antônio Azevedo de Lira (OAB 5474/AM)
Antônio Jarlison Pires da Silva (OAB 12261/AM)
Carlos Alberto Rodrigues de Souza (OAB 6164/AM)
Dâmea Mourão Telles de Menezes (OAB 9198/AM)
Dayana Márcia Evangelista de Oliveira (OAB 10892/AM)
Fabiane Rodrigues de Castro (OAB 6031/AM)
Flávia Ramos de Carvalho (OAB 8786/AM)
Joao Lira Tavares (OAB 8799/AM)
Juarez Camelo Rosa (OAB 2695/AM)
Júlio César Teixeira da Silva (OAB 6181/AM)
Karen Bezerra Rosa Braga (OAB 6617/AM)
Manuela Cantanhede Veiga Antunes (OAB 4598/AM)
Martha Mafra Gonzales (OAB 4103/AM)
Mozarth Ribeiro Bessa Neto (OAB 4390/AM)
Penélope Aryadne Antony Lira (OAB 7357/AM)
Ronaldo Santana Macedo (OAB 6536/AM)
Sudjane da Luz Rodrigues (OAB 6718/AM)
Tereza Carmo de Castro (OAB 479A/AM)

4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0171/2019

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: PALOMA TAVARES FEITOZA VIEIRA (OAB 8759/AM) - Processo 0603075-80.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: Karliano Dias de Queiroz - REQUERIDO: Construtora Capital S/A - Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB - DESPACHO Autos nº:0603075-80.2018.8.04.0001 ClasseProcedimento Comum Cível AssuntoAdjudicação Compulsória Autor: Karliano Dias de Queiroz Réu: Construtora Capital S/A e Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB Trata-se de ação ordinária, ajuizada por Karliano Dias de Queiroz em face de Construtora Capital S/A e Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB. Inicialmente, convalida-se os atos anteriormente praticados. Ademais, deixa-se de pautar a audiência de conciliação prevista no art. 334 do CPC, em virtude da ausência de notícia da existência de lei ou ato normativo estadual que autorize a Procuradoria Geral do Estado a transigir em juízo o que, por consequência, acaba por inadmitir a autocomposição. Dessa forma, cite-se a Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB para apresentar resposta à presente ação, no prazo legal. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, opondo as considerações que justificadamente entender procedentes. Derradeiramente a manifestação das partes, dê-se

vista ao Ministério Público. Ademais, após todos esses trâmites e com a viabilidade do desfecho da fase postulatória, por motivo de manifestação processual de todos os integrantes da relação jurídica processual, venham-me imediatamente os autos em conclusão. Outrossim, ocorrendo circunstância não definida no presente despacho, por certidão, suscite a Secretaria a devida dúvida, para a tomada de decisão do julgador que este subscreve. Por fim, concede-se à parte demandante os benefícios da justiça gratuita. À Secretaria para as providências cabíveis. Manaus, 07 de agosto de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

ADV: CARLOS EUGÊNIO VERAS DE MENEZES (OAB 4693/AM), ADV: MAURO GILBERTO FROTA LOBATO (OAB 10848/AM), ADV: MARIA DO CARMO LEÃO (OAB 5735/AM), ADV: JÚLIA GABRIELA TRINDADE DE MELO (OAB 8074/AM), ADV: MARIA FERNANDA VIANEZ DE CASTRO E CAVALCANTI (OAB 13000/AM), ADV: PAULO SÉRGIO GUIMARÃES DE OLIVEIRA (OAB 8196/AM), ADV: PAULO FELIPE SANTOS MAGALHÃES (OAB 11367/AM), ADV: BRENNO CAZEMIRO CÂMARA (OAB 13168/AM), ADV: NATASJA DESCHOOLMEESTER (OAB 2140/AM) - Processo 0606719-02.2016.8.04.0001 - Ação Civil de Improbidade Administrativa - Dano ao Erário - REQUERIDA: Eliana Cássia de Souza Pinheiro - RAIMAR CARVALHO DE ARAUJO - HOMERO DE MIRANDA LEÃO NETO - Antonio Evandro Melo de Oliveira - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Autos nº:0606719-02.2016.8.04.0001 ClasseAção Civil de Improbidade Administrativa Assunto: Autor(a): Réu(s): Dano ao Erário Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau, Município de Manaus e 13.ª Promotoria de Justiça - Patrimônio Público Eliana Cássia de Souza Pinheiro, RAIMAR CARVALHO DE ARAUJO, HOMERO DE MIRANDA LEÃO NETO e Antonio Evandro Melo de Oliveira Vistos etc. Trata-se de ação civil pública por ato de improbidade administrativa com pedido de antecipação de tutela ajuizada por Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau, Município de Manaus e 13.ª Promotoria de Justiça - Patrimônio Público em face de Eliana Cássia De Souza Pinheiro, Raimar Carvalho de Araujo, Homero De Miranda Leão Neto e Antonio Evandro Melo De Oliveira. Conforme devidamente fundamentado na exordial, bem como pelas razões expostas na petição às fls. 787/788, apresentada pelo Ministério Público, vislumbra-se a possibilidade de deferimento do pleito. Dessa forma, tendo em vista o deferimento do pedido de indisponibilidade de bens (fls. 628/633) e a existência de crédito em favor da parte ré nos autos do Processo nº 0619902-06.2017.8.04.0001, em tramitação na 17ª Vara Cível e Acidentes de Trabalho, sob a jurisdição do juiz titular da vara referida, defere-se o pedido do autor da ação de improbidade, o Ministério Publico Estadual, solicitando-se a V. Exa. que recebido o crédito de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), referente à última parcela do acordo firmado, em favor da ré nestes autos, Eliana Cássia de Souza Pinheiro, seja o mesmo bloqueado, não liberado à credora, bem como, colocado à disposição deste juízo, para fazer frente as sanções provenientes da improbidade, atribuída à mencionada credora da verba cujo bloqueio é levado à sua excelsa consideração. Remeta-se ao juízo da 17ª Vara Cível e Acidentes de Trabalho, cópia da petição inicial, petição às fls. 787/788 e desta decisão interlocutória. Dada a urgência, roga-se ao MM. Juiz da 17ª Vara Cível e Acidentes de Trabalho, que acolha o a presente decisão como ofício, dando-lhe o provimento ora solicitado. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 13 de setembro de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

ADV: ALEXSANDRA HELENA PEIXOTO DA SILVA ROSA (OAB A920/AM), ADV: ÍKARO PEREIRA AMORE (OAB 6350/AM) - Processo 0629788-63.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Erika Anveres da Costa - Luan Gil da Silva e outros - REQUERIDO: Superintendência Municipal de Transportes Urbanos - SMTU e outro - Autos nº:0629788-63.2016.8.04.0001 Classe:Procedimento Comum Cível Autores:Erika Anveres da Costa, DALVA CAIO DA SILVA, Luan Gil da Silva, Kenia Cassia Caio da Silva e Leonardo Gil da Silva Réus:LUANA SANTOS DA SILVA e Superintendência Municipal de Transportes Urbanos - SMTU DESPACHO Verifica-se que o ponto central da controvérsia está demonstrado nos autos e o feito se faz pronto para recepcionar final outorga jurisdicional. Desta forma, identifica-se, na espécie, a possibilidade de proferir julgamento antecipado da lide de acordo com o atual estado do processo, segundo dicção que se extrai do artigo 355 do CPC. Aplica-se à causa a regra do art. 357 do CPC, para ordenar a intimação das partes e de seus procuradores para, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da publicação deste despacho, manifestarem-se: I. Se desejam firmar algum acordo; II. Se concordam com o julgamento antecipado, pois a questão é unicamente de direito e prova documental; III. Caso contrário, indicarem as provas que pretendem produzir, explicitando a sua necessidade. Destarte, ficam as partes intimadas para se manifestarem acerca deste pronunciamento, entendendo-se o silêncio como aceitação ao julgamento antecipado previsto no art. 355, inciso I do CPC. Após a manifestação nos autos, voltem-me os autos conclusos. Manaus, 19 de agosto de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

ADV: RODRIGO CAVALCANTE DOS SANTOS (OAB 8943/AM) - Processo 0631208-74.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: RENATA NOGUEIRA DOS SANTOS - DECISÃO Autos nº:0631208-74.2014.8.04.0001 ClasseProcedimento Comum Cível AssuntoIndenização por Dano Material Requerente: RENATA NOGUEIRA DOS SANTOS Requerido: Município de Manaus Vistos etc. Constata-se que o laudo pericial foi juntado aos autos às fls. 255/257, havendo resposta aos questionamentos formulados às fls. 281/282. Dessa forma, intimem-se as partes para se manifestarem sobre a necessidade de realização de audiência de instrução e julgamento, no prazo de 10 dias. Após a manifestação e não havendo interesse na audiência, determina-se a intimação destas para apresentarem alegações finais no prazo de 15 dias. Após, abra-se vista ao Parquet para oferecimento de parecer. Posteriormente, façam os autos conclusos para sentença. Manaus, 04 de setembro de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

ADV: ERNANI TEIXEIRA RIBEIRO JUNIOR (OAB 218426/SP) - Processo 0631516-37.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação - REQUERIDO: Promega Biotecnologia do Brasil Ltda e outros - DECISÃO Autos nº:0631516-37.2019.8.04.0001 ClasseMandado de Segurança Cível AssuntoHabilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação Requerente: Life Technologies Brasil Comércio e Indústria de Produtos para Biotecnologia Ltda. Requerido: Comissao Geral de Licitacoes do Poder Executivo, Estado do Amazonas e Promega Biotecnologia do Brasil Ltda Vistos etc. Diante da notícia apresentada nos autos, acerca da existência da ação n. 0622072-77.2019.8.04.0001, que tratam de certame anteriormente declarado fracassado e que possui objeto igual ao da licitação questionada nestes autos, tem-se por necessário determinar a suspensão deste processo, até o trânsito em julgado da ação acima destacada. Isso porque a o resultado daquela influenciará sobremaneira nos presentes autos, posto que se houve a concessão da segurança, perderá o objeto a presente ação. Desse modo, determina-se a suspensão do presente feito até o transito em julgado da ação n. 0622072-77.2019.8.04.0001, por ser esta prejudicial de mérito quanto ao presente writ. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 04 de setembro de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

ADV: ANA CAROLINA SOARES SOUZA (OAB 12300/AM) - Processo 0640230-88.2016.8.04.0001 - Ação Civil de Improbidade Administrativa - Dano ao Erário - REQUERIDO: Joney Ricardo da Silva e outro - DECISÃO Autos nº:0640230-88.2016.8.04.0001 ClasseAção Civil de Improbidade Administrativa AssuntoDano ao Erário Requerente: 77.ª Promotoria de Justiça - Patrimônio Público e Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau Requerido: Joney Ricardo da Silva e Alessandro Carneiro Lima Vistos etc. Diante do certificado pelo Meirinho às fls. 810/811, bem como pela Secretaria da Vara às fls. 811, declara-se a revelia do réu Alessandro Carneiro Lima, nos termos do art. 76, II, do CPC, por ter sido. Ademais, retire-se o processo de suspensão e, após a devida publicação desta decisão, com a ciência da parte autora, voltem os autos conclusos para decisão de recebimento da ação. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 04 de setembro de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM) - Processo 0643975-71.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Suspensão - REQUERENTE: Integração Transportes Ltda. e outros - ATO ORDINATÓRIO Processo nº: 0643975-71.2019.8.04.0001 Ação: Procedimento Comum Cível

Autor(a): Integração Transportes Ltda., Rondônia Transportes Ltda., Integração Transportes Cayman ("integração Cayman") e Rondônia Transportes Cayman ("rondônia Cayman") Réu(s): Aktiebolaget Svensk Exportkredit ("ab Svensk"), Hsbc Bank Plc ("hsbc Plc"), Banco Bradesco S/A De ordem do Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza, nos termos do art. 1°, II, do Provimento nº 63/02-CGJ, fica a parte autora intimada para que efetue o pagamento das custas de diligências de Oficial de Justiça do 1º Grau, no prazo de 15 (quinze) dias, juntando aos autos comprovante de pagamento. Manaus, 17 de setembro de 2019.

ADV: ANNE LOUISE VENTURA DA SILVA (OAB 8297/AM) - Processo 0645209-88.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação - REQUERENTE: Maria Lucineide de Carvalho Figueira - DECISÃO Autos nº:0645209-88.2019.8.04.0001 ClasseMandado de Segurança Cível AssuntoHabilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação Impetrante: Maria Lucineide de Carvalho Figueira Impetrado: Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas - Adaf e Assessoria Em Organização de Concurso Público - Instituto Aocp Vistos etc. I. Relata-se Trata-se de ação de mandado de segurança com pedido de antecipação de tutela ajuizada por Maria Lucineide de Carvalho Figueira em face de ato supostamente ilegal praticado pelo Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas - Adaf e Assessoria Em Organização de Concurso Público - Instituto Aocp. Em apertada síntese, aduz a impetrante que participou do concurso público da ADAF - Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Amazonas, concorrendo às vagas de CARGO 410: FISCAL AGROPECUÁRIO MÉDICO VETERINÁRIO, sendo 33 vagas para ampla concorrência. No entanto, informa que na prova de títulos, não lhe foi atribuída qualquer pontuação, sob o argumento de que os documentos apresentados não observaram os pressupostos do item 11.14.4, a, do edital do concurso. Diante da situação narrada, impetrou o presente mandamus, pugnando pela concessão de tutela liminar que determine à autoridade coatora que procedam com a atribuição da pontuação negada à autora (2,5 pontos na experiência profissional na ADAF - Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Amazonas), na prova de títulos e/ou experiência profissional, bem como sua reclassificação, para auferir a 48ª POSIÇÃO dos candidatos de ampla concorrência, no cargo de Fiscal Agropecuário Médico Veterinário - 410. Juntou documentos às fls. 21/96. É o relatório. II. Fundamenta-se Inicialmente, é imperioso explicar que para a concessão das tutelas de urgência (satisfativas e cautelares), se faz necessário que a parte que a requereu demonstre elementos que evidenciem a probabilidade do direito, bem como o perigo de dano ou risco ao resultado útil ao processo, conforme dicção do art. 300, do CPC. Não havendo tal demonstração, impõe-se o indeferimento do pedido ab initio litis. No presente caso, observa-se que a impetrante se insurge contra a decisão da autoridade coatora que não lhe concedeu a pontuação que entende devida, na prova de títulos. Ao analisar o edital do certame, observa-se que há clara determinação, no item 11.14.3, b, de que a prova da experiência profissional deve ser feita com a emissão de certidão nos seguintes termos: 11.14.3 b) certidão ou declaração do órgão público onde conste a função exercida, o período (com início e fim) da atividade realizada, que ateste que o candidato exerceu atividade na área do cargo a que concorre, com descrição das principais atividades exercidas. A certidão ou declaração deverá apresentar também as seguintes informações: nome empresarial ou denominação social do emitente; endereço e telefones válidos; CNPJ e Inscrição Estadual; identificação completa do profissional beneficiado; assinatura e identificação do emitente (nome completo legível, acompanhado de função). Portanto, para que a documentação apresentada fosse válida, deveria apresentar os requisitos elencados no citado dispositivo. A documentação apresentada pela impetrante, de fato, não possui indicação da atividade na área do cargo a que concorre, com descrição das principais atividades exercidas, mesmo aquela fornecida pela própria ADAF, na qual consta que a impetrante ocupava cargo de "coordenador local II AD-3". Pela declaração, impossível averiguar se a atividade profissional exercida seria a mesma do cargo concorrido. Registra-se que o edital do certame faz lei entre as partes, devendo ser estritamente cumprido pelo candidato e pelo órgão público, não tendo havido qualquer impugnação da autora quanto ao citado item. Portanto, entende-se que correto o indeferimento do recurso apresentado pela impetrante, uma vez que seus documentos não foram expedidos nos termos do edital. Tal situação aponta para a inexistência da probabilidade do direito, havendo-se a necessidade de indeferimento do pedido de antecipação de tutela. III.- Decide-se Diante do exposto, INDEFERE-SE o pedido de antecipação de tutela. Ademais, notifique-se o agente apontado como coator acerca do inteiro teor da proemial manejada pela parte impetrante, para que preste as informações no prazo de 10 (dez) dias, conforme o apregoado no artigo 7°, inciso I, da Lei n° 12.016, de 7 de agosto de 2009. Cientifique-se a ADAF e o Instituto AOCP, para que ingressem no feito, se assim o desejarem. Desnecessário, neste caso, o encaminhamento dos documentos que a instruem, de conformidade com o que reza o artigo 7°, inciso II, da Lei do Mandado de Segurança. Define-se que, findo o prazo de 10 dias contados da notificação feita à autoridade coatora, haja ou não a prestação de informações, dever-se-á colher do Órgão Ministerial seu opinar. Considera-se necessário registrar, para a regular tramitação do processo que, concluído o prazo de 10 (dez) dias para a manifestação do Ministério Público, sobrevindo a hipótese de não apresentação do respectivo parecer, ainda assim deverão os autos ser encaminhados, em conclusão, ao juiz para a correspondente decisão. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 28 de agosto de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

ADV: LEONARDO LIMA TOLEDANO (OAB 10107/AM) - Processo 0645315-50.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Ingresso e Concurso - REQUERENTE: Andreza Nazare de Abreu - DECISÃO Autos nº:0645315-50.2019.8.04.0001 ClasseMandado de Segurança Cível AssuntoIngresso e Concurso Impetrante: Andreza Nazare de Abreu Impetrado: Município de Manaus Vistos etc. I. Relata-se Trata-se de ação de mandado de segurança com pedido de antecipação de tutela ajuizada por Andreza Nazare de Abreu em face de ato supostamente ilegal praticado pelo Município de Manaus. Em apertada síntese, aduz a impetrante que está participando do Processo Eleitoral do Conselho Tutelar 2019/2022 realizado pela Prefeitura Municipal de Manaus por meio do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA). Informa que após a divulgação das notas relativas as questões subjetivas, entendeu que caberia recurso para sua nota, motivo pelo qual apresentou a petição junto à Comissão Permanente de Concursos. No entanto, para a sua surpresa, ao tentar protocolar o recurso, teve o pedido negado, sob o argumento de que o item 8.1 do edital havia sido alterado, retirando dos candidatos a possibilidade de apresentar recurso. Por entender que a alteração prejudicou o seu dirito de petição, impetrou o presente mandamus, pugnando pela concessão de tutela liminar que determine à autoridade coatora que receba o recurso da impetrante e proceda com a revisão de sua prova, afim de garantir a participação da impetrante na próxima etapa do processo eleitoral do conselho tutelar 2019-2022. Juntou documentos às fls. 9/126. É o relatório. II. Fundamenta-se Inicialmente, é imperioso explicar que para a concessão das tutelas de urgência (satisfativas e cautelares), se faz necessário que a parte que a requereu demonstre elementos que evidenciem a probabilidade do direito, bem como o perigo de dano ou risco ao resultado útil ao processo, conforme dicção do art. 300, do CPC. Não havendo tal demonstração, impõe-se o indeferimento do pedido ab initio litis. No presente caso, observa-se que o edital do concurso público em questão retirou dos candidatos a possibilidade de apresentação de recurso em uma das fases dos certame. Com efeito, tem-se que a nova redação do item 8.1 do edital é claramente inconstitucional, porquanto compromete a possibilidade de defesa dos candidatos, além de afrontar ao contraditório e ao devido processo legal, principios estes consagrados no art 5º, LV, da Constituição Federal, que dita aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes. Desse modo, é evidente a probabilidade do direito pleiteado pela impetrante. No que concerne ao perigo de dano, este também se mostra presente, porquanto a impetrante se encontra impossibilitada de continuar no certame, o qual se encerrará sem a sua participação, com a verdadeira perda de uma chance, caso não seja deferida a medida antecipatória. Assim, presentes os requisitos ensejadores

do pedido liminar, impõe-se o seu deferimento. III.- Decide-se Diante do exposto, DEFERE-SE o pedido de antecipação de tutela, determinando-se à autoridade coatora, ou quem lhe faça as vezes, que receba o recurso da impetrante e proceda com a revisão de sua prova. A ordem deve ser cumprida no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de aplicação da multa diária fixada em R$500,00 (quinhentos reais), no limite de 30 dias-multa. Ainda, advirta-se a autoridade coatora com a possibilidade de responder pelo crime de desobediência e por ato de improbidade administrativa, em caso de descumprimento da ordem. Ademais, notifique-se o agente apontado como coator acerca do inteiro teor da proemial manejada pela parte impetrante, para que preste as informações no prazo de 10 (dez) dias, conforme o apregoado no artigo 7°, inciso I, da Lei n° 12.016, de 7 de agosto de 2009. Cientifique-se o Estado do Amazonas, para que ingressem no feito, se assim o desejarem. Desnecessário, neste caso, o encaminhamento dos documentos que a instruem, de conformidade com o que reza o artigo 7°, inciso II, da Lei do Mandado de Segurança. Define-se que, findo o prazo de 10 dias contados da notificação feita à autoridade coatora, haja ou não a prestação de informações, dever-se-á colher do Órgão Ministerial seu opinar. Considera-se necessário registrar, para a regular tramitação do processo que, concluído o prazo de 10 (dez) dias para a manifestação do Ministério Público, sobrevindo a hipótese de não apresentação do respectivo parecer, ainda assim deverão os autos ser encaminhados, em conclusão, ao juiz para a correspondente decisão. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 02 de setembro de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

ADV: ALEXANDRE MAGNO ARANHA RODRIGUES (OAB 6821/AM) - Processo 0645555-39.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação - REQUERENTE: Rodrigo dos Santos Nascimento - DECISÃO Autos nº:0645555-39.2019.8.04.0001 ClasseMandado de Segurança Cível AssuntoHabilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação Impetrante: Rodrigo dos Santos Nascimento Impetrado: Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente Cmdca Vistos etc. I. Relata-se Trata-se de ação de mandado de segurança com pedido de antecipação de tutela ajuizada por Rodrigo dos Santos Nascimento em face de ato supostamente ilegal praticado pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente Cmdca. Em apertada síntese, aduz o impetrante que se encontra participando do Processo de Escolha dos Membros dos Conselhos Tutelares do Município de Manaus/AM, em estrita observância ao edital nº 002/2019 CMDCA/MANAUS. No entanto, informa que após a realização da prova subjetiva, se insurgiu contra o gabarito da questão subjetiva n. 04, tendo apresentado recurso administrativo à Banca Examinadora. No entanto, sustenta que não houve motivação na decisão proferida, além de entender que a questão deve ser anulada. Diante da situação narrada impetrou o presente mandamus, pugnando pela concessão de tutela liminar que determine à autoridade coatora que seja determinado efetivação da continuidade do impetrante nas demais fases do certame, ordenando à autoridade impetrada que determine providências no sentido de proceder a HABILITAÇÃO do concorrente no certame, permitindo assim seu ingresso na fase final de ETAPA DO PROCESSO ELEITORAL, previsto para começar em 28/AGOSTO DE 2019. Juntou documentos às fls. 14/36. É o relatório. II. Fundamenta-se Inicialmente, é imperioso explicar que para a concessão das tutelas de urgência (satisfativas e cautelares), se faz necessário que a parte que a requereu demonstre elementos que evidenciem a probabilidade do direito, bem como o perigo de dano ou risco ao resultado útil ao processo, conforme dicção do art. 300, do CPC. Não havendo tal demonstração, impõe-se o indeferimento do pedido ab initio litis. No presente caso, observa-se que o impetrante se insurge contra decisão da autoridade coatora, no que concerne ao gabarito da questão subjetiva n. 4, do certame regido pelo edital n. 002/2019 CMDCA/MANAUS. Com efeito, nos termos da jurisprudência do STJ, apenas é possível ao judiciário analisar demandas que buscam a anulação de questões de concurso público nos casos de "flagrante ilegalidade de questão objetiva de concurso público e ausência de observância às regras do edital, em que se admite a anulação de questões por aquele Poder, como forma de controle da legalidade. Veja-se: ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. CARGO DE FISCAL DE RENDA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. A ANÁLISE DA POSSIBILIDADE DE ANULAÇÃO PELO PODER JUDICIÁRIO DE QUESTÃO DE CONCURSO PÚBLICO SE RELACIONA COM O CONTROLE DE LEGALIDADE. QUESTÃO COM POSSIBILIDADE DE DUAS RESPOSTAS CORRETAS. RECURSO ORDINÁRIO PROVIDO. 1. Não compete ao Poder Judiciário apreciar critérios de formulação e correção das provas, em respeito ao princípio da separação de poderes, tendo ressalvado os casos de flagrante ilegalidade de questão objetiva de concurso público e ausência de observância às regras do edital, em que se admite a anulação de questões por aquele Poder, como forma de controle da legalidade. 2. A análise pelo Poder Judiciário da adequação de questão objetiva em concurso público não se relaciona com o controle do mérito do ato administrativo mas com o controle da legalidade e a incapacidade ou a impossibilidade de se aceitar que, em uma prova objetiva, figurem duas questões que são, ao mesmo tempo corretas, ou que seriam, ao mesmo tempo, erradas. 3. Recurso Ordinário provido para anular a Questão n. 90, atribuindo a pontuação que lhe corresponde, qualquer que seja, a todos os competidores, nesse certame, independentemente de virem a ser aprovados ou não e de virem a obter classificação melhor. (STJ - RMS: 39635 RJ 2012/0247355-8, Relator: Ministro BENEDITO GONÇALVES, Data de Julgamento: 05/06/2014, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 15/10/2014) Nesse passo, ao analisar o pedido do impetrante, não verifica a cogitada nulidade da questão n. 4, porquanto fora formulada dentro do conteúdo programático do edital, estando a sua resposta na Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu art. 83, §2°, como bem mencionado na resposta ao recurso (fls. 22). Desse modo, não se vislumbra no caso a alegada nulidade, o que importa no reconhecimento da inexistência da probabilidade do direito pleiteado e o consequente indeferimento do pedido liminar. III.- Decide-se Diante do exposto, INDEFERE-SE o pedido de antecipação de tutela. Ademais, notifique-se o agente apontado como coator acerca do inteiro teor da proemial manejada pela parte impetrante, para que preste as informações no prazo de 10 (dez) dias, conforme o apregoado no artigo 7°, inciso I, da Lei n° 12.016, de 7 de agosto de 2009. Cientifique-se o Estado do Amazonas, para que ingressem no feito, se assim o desejarem. Desnecessário, neste caso, o encaminhamento dos documentos que a instruem, de conformidade com o que reza o artigo 7°, inciso II, da Lei do Mandado de Segurança. Define-se que, findo o prazo de 10 dias contados da notificação feita à autoridade coatora, haja ou não a prestação de informações, dever-se-á colher do Órgão Ministerial seu opinar. Considera-se necessário registrar, para a regular tramitação do processo que, concluído o prazo de 10 (dez) dias para a manifestação do Ministério Público, sobrevindo a hipótese de não apresentação do respectivo parecer, ainda assim deverão os autos ser encaminhados, em conclusão, ao juiz para a correspondente decisão. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 02 de setembro de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM) - Processo 0653536-56.2018.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Licitações - IMPETRANTE: Lcf Lima - Me - SENTENÇA Autos nº:0653536-56.2018.8.04.0001 ClasseMandado de Segurança Cível AssuntoLicitações Embargante: Lcf Lima - Me Embargado: Presidente da Comissão Geral de Licitação do Poder Executivo do Estado do Amazonas, Estado do Amazonas e P e G - Comercio e Servicos de Informatica Ltda I.- Relata-se. Trata-se de embargos de declaração apresentados por P e G - Comercio e Serviços de Informatica Ltda em face da sentença prolatada às fls. 1295/1300 dos autos, alegando omissão no decisum. Aduz a parte embargante que a sentença prolatada foi omissa por não ter analisado os argumentos trazidos na petição de fls. 1274/1284. Assim, pugnou pelo reconhecimento dos embargos e da omissão suscitada. Manifestação da parte embargada às fls. 1323/1328. É o relatório. II.- Fundamenta-se. Sobre os embargos de declaração, explicita-se que a presente espécie de recurso se presta para promover a alteração de sentença/decião que se encontrar eivada de algum dos vícios enumerados no art. 1.022 e seus incisos do Estatuto Processual Civil. O art. 1.022 do CPC dispõe, in verbis: Art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para: I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; II - suprir omissão de ponto ou questão

sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; III - corrigir erro material. Parágrafo único. Considera-se omissa a decisão que: I - deixe de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência aplicável ao caso sob julgamento; II - incorra em qualquer das condutas descritas no art. 489, § 1o. Veja-se que os embargos de declaração são espécie de recurso cabível quando a sentença/decisão contiver obscuridade, contradição, omissão ou erro material. A embargante alega que a sentença proferida possui omissão por não ter analisado os argumento da petição de fls. 1274/1283, de sua autoria. Com efeito, é possível constatar dos autos que de fato, não houve a menção à participação da embargante no processo, bem como sobre as sua fundamentação, motivo pelo qual devem os presentes embargos serem conhecidos. Assim, passa-se a análise das disposições da peça de fls. 1274/1283. O presente mandamus foi proposto com vistas a alterar o vencedor do Pregão Eletrônico n. 872/2018-SEDUC, tendo a impetrante, ora embargada, pugnado pelo reconhecimento da inadequação do produto ofertado pela então empresa vencedora, ora embargante. A embargante inicialmente sustentou que a ação deveria ter sido extinta, posto que não houve o cumprimento da ordem judicial, pela impetrante, de citação do litisconsórcio necessário. É bem verdade que não foi realizada a mencionada citação pela parte impetrante. Todavia, nos termos do art. 239, §3°, do CPC, a nulidade processual pela falta de citação é suprida pelo comparecimento espontâneo do requerido nos autos. Esse é o entendimento da jurisprudência: DIREITO E PROCESSO CIVIL. DIREITO DE FAMÍLIA. APELAÇÃO. OBRIGAÇÃO ALIMENTAR. ALEGAÇÃO DE NULIDADE DA CITAÇÃO. COMPARECIMENTO ESPONTÂNEO QUE SUPRE O VÍCIO. RECONHECIMENTO DE VÍCIO DE CONSENTIMENTO. AUSÊNCIA DE VÍNCULO GENÉTICO E DE RELAÇÃO SOCIOAFETIVA. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO DE ALIMENTOS. SENTENÇA REFORMADA. 1. O comparecimento espontâneo do requerido aos autos, com a apresentação de contestação, supre a falta ou a nulidade de citação, nos termos do art. 239, § 1º, do Código de Processo Civil. 2. Aação de alimentos em análise tem como fundamento o vínculo de paternidade entre as partes, comprovado pela declaração contida na certidão de nascimento juntada com a inicial. 3. Sobreveio, contudo, sentença proferida em ação de Investigação de Paternidade, com base em exame de DNA produzido sob o crivo do contraditório, que constatou a ausência da compatibilidade genética, reconhecendo, assim, o vício de consentimento constante da certidão de nascimento. 4. Em face da ausência do vínculo genético e da não comprovação de relação socioafetiva entre as partes, impõe-se a improcedência do pedido acerca da obrigação alimentar. 5. Preliminar de nulidade de citação rejeitada. Apelação provida. (TJ-DF 20160510068638 - Segredo de Justiça 0006760-22.2016.8.07.0005, Relator: SEBASTIÃO COELHO, Data de Julgamento: 22/11/2017, 5ª TURMA CÍVEL, Data de Publicação: Publicado no DJE : 05/12/2017 . Pág.: 364/368) Com efeito, constata-s que a embargada, nos termos da petição de fls. 1274/1283, compareceu espontaneamente nos autos, efetuando a sua defesa, situação esta que afasta a nulidade existente, bem como afasta a possibilidade de extinção do feito sem resolução do mérito, em virtude do Principio do Julgamento de Mérito. Quanto à alegação de ausência de direito líquido e certo, tem-se que tal argumentação também não merece guarida. Isso porque a embargante fundamenta a sua defesa na inexistência de direito líquido e certo, uma vez que a demanda necessitaria de instrução probatória, por meio de prova pericial, a fim de comprovar que o objeto apresentado pela mesma no Pregão Eletrônico n. 872/2018-SEDUC. Contudo, observa-se que o objeto apresentado pela embargante, em sede de amostra, para análise da comissão técnica da licitação, foi verificado por 3 vezes, cujas notas técnicas se encontram às fls. 1221, 1225 e 1237, tendo sido constatado pela comissão de servidores do GESIN que o objeto estaria em desconformidade com o edital. Inclusive, foi alertado que no momento da realização do pregão eletrônico, a empresa ora embargante havia apresentado apenas documento com as especificações idênticas ao do edital, motivo este que a levou a ser classificada. Não obstante, após a analise da amostra, a Administração Pública constatou que o produto não possuía as mesmas características informadas pela então vencedora. A situação foi verdadeiramente apontada pela própria autoridade coatora, sendo esta a responsável por apresentar nos autos as notas técnicas que informaram à administração sobre a inadequação do produto apresentado. Ou seja, a própria Administração Pública reconheceu a existência da inobservância ao edital, de tal sorte que sobreveio ao juízo a demonstração do direito líquido e certo da impetrante. Portanto, a prova constante os autos demonstra que houve descumprimento dos requisitos do edital pela empresa embargante, motivo este que ensejou o acolhimento do pedido da impetrante, conforme explicitado na sentença de fls. 1295/1300. Assim, tem-se que não se pode ser acolhida a alegação de necessidade de dilação probatória no presente caso, o que afasta a possibilidade de acolhimento dos presentes embargos. III.- Decide-se Diante da fundamentação acima exposta, conheço os presentes embargos de declaração para, no mérito REJEITA-LOS. Ademais, reinicie-se o prazo para apresentação de recurso em face das partes, uma vez que os embargos de declaração interrompem o prazo para recurso, conforme dicção do art. 1.026, do CPC. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 29 de agosto de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM) - Processo 0706523-79.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: Aglair Pontes de Souza - EXECUTADO: Dave Fonseca de Santana e outro - DESPACHO Autos nº:0706523-79.2012.8.04.0001 Classe:Cumprimento de Sentença Autor:Aglair Pontes de Souza Réu:Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB e Dave Fonseca de Santana Vistos etc. Reitera-se a intimação da parte autora acerca do despacho de fls. 241. Não havendo manifestação, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. Manaus, 29 de agosto de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

Alexandre Magno Aranha Rodrigues (OAB 6821/AM)
Alexsandra Helena Peixoto da Silva Rosa (OAB A920/AM)
Amanda Karla Paiva da Silva (OAB 12229/AM)
Ana Carolina Soares Souza (OAB 12300/AM)
Anne Louise Ventura da Silva (OAB 8297/AM)
Brenno Cazemiro Câmara (OAB 13168/AM)
Carlos Eugênio Veras de Menezes (OAB 4693/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Ernani Teixeira Ribeiro Junior (OAB 218426/SP)
Íkaro Pereira Amore (OAB 6350/AM)
Júlia Gabriela Trindade de Melo (OAB 8074/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Leonardo Lima Toledano (OAB 10107/AM)
Maria do Carmo Leão (OAB 5735/AM)
Maria Fernanda Vianez de Castro e Cavalcanti (OAB 13000/AM)
Mauro Gilberto Frota Lobato (OAB 10848/AM)
Natasja Deschoolmeester (OAB 2140/AM)
Paloma Tavares Feitoza Vieira (OAB 8759/AM)
Paulo Felipe Santos Magalhães (OAB 11367/AM)
Paulo Sérgio Guimarães de Oliveira (OAB 8196/AM)
Rodrigo Cavalcante dos Santos (OAB 8943/AM)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)

5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0163/2019

ADV: ANTONIO DUARTE (OAB 002.316/AM), ADV: FÁBIO DE ASSUNÇÃO ACOSTA (OAB 8415/AM), ADV: MÁRCIO LOBÃO SILVA (OAB 8661/AM) - Processo 0012119-19.1993.8.04.0012 (012.93.012119-0) - Procedimento Comum Cível - Adicional de Periculosidade - REQUERENTE: Antonio Platao de Almeida e Outros e outros - CERTIFICO que deixei de retificar a Requisição de Precatório, em razão de não constar nos autos o NIT/PIS/PASEP dos credores dos honorários, Edivaldo Martins Alves, Aldenor dos Santos Xavier, Almir Costa da Silva, Adnei Batalha Castilho,

Antônio Bartolomeu Dias do Monte e Jorge Hudson Ribeiro Lima, documento indispensável à instrução da Requisição. Manaus, 17 de setembro de 2019. Marco Antonio Teixeira da Silva Diretor de Secretaria em exercício

ADV: DOMINGOS SÁVIO TAVARES DA SILVA (OAB 5610/AM) - Processo 0605292-33.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Sebastião Simões da Silva - CERTIFICO que deixei de expedir a Requisição de Pequeno Valor, como determinado no decisão de fls. 161, em razão de não constar nos autos cópia da OAB e NIT/PIS/PASEP do advogado credor dos honorários, documento indispensável à instrução da RPV. Manaus, 17 de setembro de 2019. Marco Antonio Teixeira da Silva Diretor de Secretaria em exercício

ADV: MILTON PONGITORY DE MENEZES NETO (OAB 10582/AM) - Processo 0606353-31.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Nomeação - REQUERENTE: FRANCISCO GEFISON ARAUJO COELHO - CERTIFICO a tempestividade do recurso de apelação interposto pelo Requerido, Estado do Amazonas, às fls. 271/277. Intimo o Requerente, FRANCISCO GEFISON ARAUJO COELHO, para no prazo legal, apresentar contrarrazões. Decorrido o prazo, ao Tribunal de Justiça, para julgamento do recurso. Manaus, 13 de setembro de 2019.

ADV: ELCINETE CARDOSO DE ALMEIDA (OAB 6946/AM) - Processo 0612654-18.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenizações Regulares - REQUERENTE: Associação dos Cabos e Soldados da Polícia Militar do Amazonas - Nos termos da Ordem de Serviço nº 01/2012 e do disposto no art. 152, VI, do NCPC, vista ao Autor para se manifestar sobre a contestação no prazo de 15 (quinze) dias. Manaus, 13 de setembro de 2019. Marco Antonio Teixeira da Silva Diretor de Secretaria, em exercício

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: MARIA SHAIDA CORDOVIL (OAB 6580/AM) - Processo 0615062-16.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pensão por Morte (Art. 74/9) - REQUERENTE: Urdes Cecilia Farias Ordones - REQUERIDO: Instituto de Previdência do Município de Tabatinga - Ipretab e outro - Nos termos da Ordem de Serviço nº 01/2012 e do disposto no art. 152, VI, do NCPC, vista ao Autor para se manifestar sobre a contestação no prazo de 15 (quinze) dias. Manaus, 16 de setembro de 2019. Marco Antonio Teixeira da Silva Diretor de Secretaria, em exercício

ADV: ROGÉRIO DA SILVA RODRIGUES (OAB 9949/AM) - Processo 0622384-24.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Multas e demais Sanções - REQUERENTE: Rogério da Silva Rodrigues - TERMO Nos termos da Ordem de Serviço nº 01/2012, CERTIFICO que recebi os autos da contadoria com cálculos às fls.268, conforme decisão de fls.262, e abro vista às partes para manifestação. Manaus, 17 de setembro de 2019 Marco Antonio Teixeira da Silva Diretor de Secretaria em exercício

ADV: ALCINARA MARQUES DOS SANTOS (OAB 8665/AM) - Processo 0629604-05.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Exame de Saúde e/ou Aptidão Física - REQUERENTE: Joareis Mendes de Souza e outro - Nos termos da Ordem de Serviço nº 01/2012 e do disposto no art. 152, VI, do NCPC, vista ao Autor para se manifestar sobre a contestação no prazo de 15 (quinze) dias. Manaus, 13 de setembro de 2019. Marco Antonio Teixeira da Silva Diretor de Secretaria, em exercício

Alcinara Marques dos Santos (OAB 8665/AM)
Antonio Duarte (OAB 002.316/AM)
Domingos Sávio Tavares da Silva (OAB 5610/AM)
Elcinete Cardoso de Almeida (OAB 6946/AM)
Fábio de Assunção Acosta (OAB 8415/AM)
Márcio Lobão Silva (OAB 8661/AM)
Maria Shaida Cordovil (OAB 6580/AM)
Milton Pongitory de Menezes Neto (OAB 10582/AM)
Rogério da Silva Rodrigues (OAB 9949/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)

2ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0387/2019

ADV: ERIK DINIZ FIGUEIRA (OAB 6425/AM) - Processo 0015827-27.2004.8.04.0001 (001.04.015827-7) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - DENUNCIADO: Edson Correa do Nascimento e outros - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA Processo: 0015827-27.2004.8.04.0001 A Excelentíssima Senhora Doutora Suzi Irlanda Araújo Granja da Silva, Juíza de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o(a) Dr (a). 6425/AM - Erik Diniz Figueira, acerca da audiência de instrução e julgamento a ser realizada no dia 15/10/2019 às 11:45h, concernente ao Processo nº 0015827-27.2004.8.04.0001, onde figura como Réu Edson Correa do Nascimento, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 18/09/2019. Eu, Daniel Fonseca de Albuquerque, Diretor de Secretaria em substituição, o Digitei e assino.

ADV: WICTOR FLÁVIO DE SÃO PAULO AGUIAR (OAB 8907/AM) - Processo 0200838-41.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação - INDICIADO: Waldemar Silva de Souza - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA Processo: 0200838-41.2018.8.04.0001 A Excelentíssima Senhora Doutora Suzi Irlanda Araújo Granja da Silva, Juíza de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o(a) Dr (a). 8907/AM - Wictor Flávio de São Paulo Aguiar, acerca da audiência de instrução e julgamento a ser realizada no dia 15/10/2019 às 11:15h, concernente ao Processo nº 0200838-41.2018.8.04.0001, onde figura como Réu Waldemar Silva de Souza, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 17/09/2019. Eu, Daniel Fonseca de Albuquerque, Diretor de Secretaria em substituição, o Digitei e assino.

ADV: JAMMES BEZERRA DE OLIVEIRA (OAB 10038/AM), ADV: OTÁVIO ARAÚJO NETO (OAB 10189/AM), ADV: JOHAN DA COSTA ARAÚJO (OAB 12234/AM), ADV: NIELI NASCIMENTO ARAÚJO FERNANDES (OAB 1089A/AM) - Processo 0227627-82.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Falso testemunho ou falsa perícia - DENUNCIADO: Renato dos Santos Bentes e outro - EDITAL DE INTIMAÇÃO PARA ALEGAÇÕES FINAIS Processo: 0227627-82.2015.8.04.0001 A Excelentíssima Senhora Doutora Suzi Irlanda Araújo Granja da Silva, Juíza de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o(a) Dr (a). 1089A/AM - Nieli Nascimento Araújo Fernandes, 10038/OAB/AM - Jammes Bezerra de Oliveira, 10189/OAB/AM - Otávio Araújo Neto, 12234/OAB/AM - Johan da Costa Araújo, para apresentar Alegações Finais, no prazo de 05 (cinco) dias, concernente ao Processo nº 0227627-82.2015.8.04.0001, onde figura como Réu Renato dos Santos Bentes, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 17/09/2019. Eu, Daniel Fonseca de Albuquerque, Diretor de Secretaria em Substituição, o Digitei e assino.

ADV: EDUARDO DE SOUZA RODRIGUES (OAB 5559/AM) -

Processo 0261727-05.2011.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Quadrilha ou Bando - DENUNCIADO: Delmar Oliveira da Silva e outros - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA Processo: 0261727-05.2011.8.04.0001 A Excelentíssima Senhora Doutora Suzi Irlanda Araújo Granja da Silva, Juíza de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) dos Réus, o(a) Dr (a). 5559/AM - Eduardo de Souza Rodrigues, acerca da audiência de instrução e julgamento a ser realizada no dia 10/10/2019 às 11:00h, concernente ao Processo nº 0261727-05.2011.8.04.0001, onde figura como Réu Francisco Chaves Lobo Filho, Francisco Mendes dos Santos e Delmar Oliveira da Silva, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 17/09/2019. Eu, Daniel Fonseca de Albuquerque, Diretor de Secretaria em substituição, o Digitei e assino.

ADV: PAULO SÉRGIO LIMA DOS SANTOS (OAB 5337/AM) - Processo 0356201-07.2007.8.04.0001 (001.07.356201-8) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Outras fraudes - DENUNCIADO: Antônio Fernandes de Jesus e outro - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA Processo: 0356201-07.2007.8.04.0001 A Excelentíssima Senhora Doutora Suzi Irlanda Araújo Granja da Silva, Juíza de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o(a) Dr (a). 5337/AM - Paulo Sérgio Lima dos Santos, acerca da audiência de instrução e julgamento a ser realizada no dia 10/10/2019 às 09:30h, concernente ao Processo nº 0356201-07.2007.8.04.0001, onde figura como Réu Antônio Fernandes de Jesus, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 17/09/2019. Eu, Daniel Fonseca de Albuquerque, Diretor de Secretaria em substituição, o Digitei e assino.

ADV: MARCO ANTÔNIO DE CARVALHO BRASIL (OAB 9165/AM) - Processo 0608263-54.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - AUTORFATO: Peter Richard Mowat - SENTENÇA Trata-se de Ação Penal movida pelo Ministério Público do Estado do Amazonas em face de Peter Richard Mowat já qualificado nos autos, pela prática do delito tipificado no art. 155, § 3º do Código Penal. Narra a denúncia que: "No dia 1 de dezembro de 2017, fiscais da concessionária de energia e da delegacia especializada, constataram que a unidade localizada na rua Bernando Michiles, n. 345, Petrópolis, estava ligada direto na rede de distribuição, sem nenhuma medição de energia, caracterizando clandestinidade. PETER RICHARD MOWAT, proprietário do imóvel, informa que não paga energia desde janeiro de 2015 e, como a concessionária não o procurou para regularizar a situação, entende estar isento de responsabilidade. Ressalta-se que, no local, funciona uma fábrica, com algumas máquinas, condicionadores de ar e freezer, aparelhos que consomem bastante energia." Recebida a denúncia, o acusado foi regularmente citado. Após a apresentação de Defesa Prévia e, inexistindo quaisquer das hipóteses de absolvição sumária, foi pautada audiência de instrução e julgamento. Realizada Audiência de Instrução e Julgamento onde foram colhidos os depoimentos da testemunha, da vítima, bem como do acusado, e determinada a abertura de prazo para apresentação das Alegações Finais. Em suas Alegações Finais, o Ministério Público pugnou pela procedência dos pedidos formulados na denúncia, e consequente condenação do réu nos termos narrados na inicial acusatória. A defesa requereu a absolvição do Réu em razão da atipicidade da conduta e da ausência de provas, com fulcro no art. 386, III e VII do CPP, efetuando pedidos subsidiários. É o relatório. Decido. Quanto ao delito tipificado no art. 155, § 3º do CP, verifico que não restou demonstrada a materialidade do crime. Para a configuração do crime de furto é necessária conduta comissiva do agente consistente no ato de subtrair. De igual forma, no furto qualificado de energia elétrica é necessário que o autor realize ligação clandestina com o objetivo de subtrair a energia para seu consumo sem que por estes necessite pagar a contraprestação. No presente caso, verificou-se conforme narrado pelo acusado, que a concessionária cobrava tarifação fixa e, em razão do atraso no pagamento das faturas, foi firmado um acordo, pelo qual ficou acertado que o acusado pagaria o débito em atraso, parcelado, juntamente com a tarifa mensal. Em razão do não cumprimento do acordo, pelo acusado, houve a antecipação do vencimento das parcelas vincendas, o que ensejou o pagamento do valor integral do débito em atraso, devidamente quitado pelo acusado. Entretanto, a partir do pagamento a concessionária deixou de emitir as faturas nos meses subsequentes, o que ensejou a ida daquele até a sede da concessionária para pedir informação acerca da não cobrança. Lá, foi informado por preposto da concessionária que houve um pagamento a maior, razão pela qual o acusado não receberia faturas nos meses seguintes. Nos meses seguintes, até dezembro de 2017, como não houve envio de faturas, o acusado não pagou mais contas de energia. Por outro lado, conforme depoimento da testemunha Robson Sam Marinho em juízo, as tarifas de energia não estavam sendo encaminhadas a unidade do acusado pois esta aparecia no sistema da Eletrobrás com o status desligado - o que ocorre quando é solicitado o cancelamento do serviço ou quando existe débito. Entretanto, não soube informar se ocorreu qualquer das situações mencionadas. Explicou que quando chegaram na unidade consumidora para fiscalização verificaram a ausência de medidor de energia. Do exposto no presente caso, não verifico a ocorrência do elemento objetivo do tipo, qual seja, a subtração por meio de ligação clandestina realizada pelo acusado. Isto porque, conforme depoimentos colhidos em juízo, o acusado não realizou ligação clandestina na rede elétrica, tampouco requisitou a suspensão do serviço ou contraiu novo débito. Na verdade, o que se verificou foi mera falha da prestadora de serviço que não atentou para a necessidade de se colocar o medidor na residência em questão. Nesse sentido, conforme laudo pericial de fls. 73/80, verificou-se que o quadro de energia localizado no setor frontal externo não possuía equipamento de medição de consumo de energia, mas estavam energizados e abastecendo o imóvel/empresa com energia em configuração trifásica. Ora, a colocação do aparelho de medição é de responsabilidade da empresa concessionária de serviço de energia, não podendo imputar tal culpa ao acusado. Ademais, ainda que, moralmente reprovável, por si só não configura ilícito penal, devendo ser apreciado no âmbito do direito civil, por meio da ação competente. Decisão. Pelo exposto, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos formulados na denúncia e ABSOLVO Peter Richard Mowat pela prática do delito tipificado no art. 155, §3° do CP, nos termos do art. 386, III do Código de Processo Penal. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa nos autos, arquivando-os. À Secretaria para providências.

ADV: INGRID JULIANA DA SILVA BALBI (OAB 12798/AM) - Processo 0610051-74.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - VÍTIMAFATO: Mailson da Silva Nascimento e outro - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA Processo: 0610051-74.2016.8.04.0001 A Excelentíssima Senhora Doutora Suzi Irlanda Araújo Granja da Silva, Juíza de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) da vítima, o(a) Dr (a). 12798/AM - Ingrid Juliana da Silva Balbi, acerca da audiência de instrução e julgamento a ser realizada no dia 08/10/2019 às 12:15h, concernente ao Processo nº 0610051-74.2016.8.04.0001, onde figura como réu Bruno Almeida Gomes, para que chegue ao conhecimento de todos, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 17/09/2019. Eu, Daniel Fonseca de Albuquerque, Diretor de Secretaria em substituição, o Digitei e assino.

ADV: RAIMUNDO NUNES AMAZONAS (OAB 7379/AM) - Processo 0616561-69.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento

Ordinário - Estelionato Majorado - DENUNCIADO: Raimundo Enias Laureiro da Rocha - EDITAL DE INTIMAÇÃO PARA ALEGAÇÕES FINAIS Processo: 0616561-69.2017.8.04.0001 A Excelentíssima Senhora Doutora Suzi Irlanda Araújo Granja da Silva, Juíza de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o(a) Dr (a). 7379/AM - Raimundo Nunes Amazonas, para apresentar Alegações Finais, no prazo de 05 (cinco) dias, concernente ao Processo nº 0616561-69.2017.8.04.0001, onde figura como Réu Raimundo Enias Laureiro da Rocha, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 17/09/2019. Eu, Daniel Fonseca de Albuquerque, Diretor de Secretaria em Substituição, o Digitei e assino.

ADV: FABIANO CORTEZ DE NEGREIROS (OAB 9281/AM) - Processo 0634802-57.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: David Souza de Lima - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA Processo: 0634802-57.2018.8.04.0001 A Excelentíssima Senhora Doutora Suzi Irlanda Araújo Granja da Silva, Juíza de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o(a) Dr (a). 9281/AM - Fabiano Cortez de Negreiros, acerca da audiência de instrução e julgamento a ser realizada no dia 15/10/2019 às 12:00h, concernente ao Processo nº 0634802-57.2018.8.04.0001, onde figura como Réu David Souza de Lima, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 17/09/2019. Eu, Daniel Fonseca de Albuquerque, Diretor de Secretaria em substituição, o Digitei e assino.

ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM), ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: FLAVIA YONARA ANDREOLA DA SILVA (OAB 13811/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: CYRO ROBERTO PEREIRA DA COSTA (OAB 9836/AM), ADV: AMANDA GUIMARÃES PRAIA (OAB 10761/AM), ADV: JOELMA TAKEDA DE MORAES (OAB 8432/AM), ADV: RICHARDSON MARTINS PRAIA BRAGA (OAB 4786/AM), ADV: KAREN REGINA NOGUEIRA RAMALHOSA (OAB 9101/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM), ADV: HENRIQUE DA SILVA BRAGA (OAB 9379/AM), ADV: PRISCILA RUBIM NEPOMUCENO DA SILVA (OAB 13493/AM), ADV: JOÃO BOSCO LOPES MAIA JÚNIOR (OAB 8107/AM), ADV: RAPHAEL COELHO DA SILVA (OAB 7998/AM), ADV: NATHÁLIA PIMENTEL BIONE DE SOUZA (OAB 8027/AM), ADV: MICHEL ALEX DA CUNHA ALVES MAIA (OAB 9543/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM), ADV: LUCIANO MENEZES GADELHA (OAB 8648/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM), ADV: THAYS STEFANY SOUZA DA SILVA (OAB 12289/AM), ADV: IRAN VIEIRA DE SOUSA (OAB 5706/AM), ADV: ANDRÉIA COSTA FERNANDES (OAB 11155/AM), ADV: GEYSA CAROLINE DE SOUZA MACHADO (OAB 6149/AM), ADV: FÁBIO ASSUNÇÃO PAVESI (OAB 8754/AM), ADV: DAVI RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 8550/AM) - Processo 0637494-92.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Augusto Carlos Carneiro Assunção - EDITAL DE INTIMAÇÃO PARA ALEGAÇÕES FINAIS Processo: 0637494-92.2019.8.04.0001 A Excelentíssima Senhora Doutora Suzi Irlanda Araújo Granja da Silva, Juíza de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o(a) Dr (a). 7258/AM - Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga, 5596/OAB/AM - Cíntia Albuquerque Brito, 12473/OAB/ AM - Érica Cândida Costa, 12229/OAB/AM - Amanda Karla Paiva da Silva, 10761/OAB/AM - Amanda Guimarães Praia, 9836/OAB/AM - Cyro Roberto Pereira da Costa, 3283/OAB/AM - Andréa Marques Telles de Souza, 13811/OAB/AM - Flavia Yonara Andreola da Silva, 3042OAB/AM - Antônio Frazão Amaral, 8223/AM - Camila Bertolini de Paiva, 8432/OAB/AM - Joelma Takeda de Moraes, 8504/OAB/AM - CHARLENE DUARTE MAIA, 8550/OAB/AM - Davi Rodrigues de Oliveira, 8754/OAB/AM - Fábio Assunção Pavesi, 6149/OAB/AM - Geysa Caroline de Souza Machado, 9379/OAB/AM - Henrique da Silva Braga, 5706/OAB/AM - Iran Vieira de Sousa, 12289/OAB/AM - Thays Stefany Souza da Silva, 9509/OAB/AM - Jerônimo Pereira da Silva Neto, 8107/OAB/AM - João Bosco Lopes Maia Júnior, 6389/OAB/ AM - Kal-El Bessa Nascimento Salem, 8648/OAB/AM - Luciano Menezes Gadelha, 9346/OAB/AM - Marcos Dino da Rocha Marinho, 6541/OAB/AM - Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio, 9543/OAB/AM - Michel Alex da Cunha Alves Maia, 8027/OAB/AM - Nathália Pimentel Bione de Souza, 7998/OAB/AM - Raphael Coelho da Silva, 13493/OAB/AM - Priscila Rubim Nepomuceno da Silva, 11155/OAB/AM - Andréia Costa Fernandes, 4786/OAB/AM - Richardson Martins Praia Braga, 9101/OAB/AM - Karen Regina Nogueira Ramalhosa, para apresentar Alegações Finais, no prazo de 05 (cinco) dias, concernente ao Processo nº 0637494-92.2019.8.04.0001, onde figura como Réu Augusto Carlos Carneiro Assunção, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 17/09/2019. Eu, Daniel Fonseca de Albuquerque, Diretor de Secretaria em Substituição, o Digitei e assino.

ADV: EULER BARRETO CARNEIRO (OAB 4762/AM) - Processo 0640609-92.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Patrick Souza de Souza e outros - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA Processo: 0640609-92.2017.8.04.0001 A Excelentíssima Senhora Doutora Suzi Irlanda Araújo Granja da Silva, Juíza de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o(a) Dr (a). 4762/AM - Euler Barreto Carneiro, acerca da audiência de instrução e julgamento a ser realizada no dia 15/10/2019 às 09:30h, concernente ao Processo nº 0640609-92.2017.8.04.0001, onde figura como Réu Patrick Souza de Souza, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 17/09/2019. Eu, Daniel Fonseca de Albuquerque, Diretor de Secretaria em substituição, o Digitei e assino.

Amanda Guimarães Praia (OAB 10761/AM)
Amanda Karla Paiva da Silva (OAB 12229/AM)
Andréa Marques Telles de Souza (OAB 3283/AM)
Andréia Costa Fernandes (OAB 11155/AM)
Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga (OAB 7258/AM)
Antônio Frazão Amaral (OAB 3042/AM)
Camila Bertolini de Paiva (OAB 8223/AM)
CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM)
Cíntia Albuquerque Brito (OAB 5596/AM)
Cyro Roberto Pereira da Costa (OAB 9836/AM)
Davi Rodrigues de Oliveira (OAB 8550/AM)
Eduardo de Souza Rodrigues (OAB 5559/AM)
Érica Cândida Costa (OAB 12473/AM)
Erik Diniz Figueira (OAB 6425/AM)
Euler Barreto Carneiro (OAB 4762/AM)
Fabiano Cortez de Negreiros (OAB 9281/AM)
Fábio Assunção Pavesi (OAB 8754/AM)
Flavia Yonara Andreola da Silva (OAB 13811/AM)

Geysa Caroline de Souza Machado (OAB 6149/AM)
Henrique da Silva Braga (OAB 9379/AM)
Ingrid Juliana da Silva Balbi (OAB 12798/AM)
Iran Vieira de Sousa (OAB 5706/AM)
Jammes Bezerra de Oliveira (OAB 10038/AM)
Jerônimo Pereira da Silva Neto (OAB 9509/AM)
João Bosco Lopes Maia Júnior (OAB 8107/AM)
Joelma Takeda de Moraes (OAB 8432/AM)
Johan da Costa Araújo (OAB 12234/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Karen Regina Nogueira Ramalhosa (OAB 9101/AM)
Luciano Menezes Gadelha (OAB 8648/AM)
Marco Antônio de Carvalho Brasil (OAB 9165/AM)
Marcos Dino da Rocha Marinho (OAB 9346/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio (OAB 6541/AM)
Michel Alex da Cunha Alves Maia (OAB 9543/AM)
Nathália Pimentel Bione de Souza (OAB 8027/AM)
Nieli Nascimento Araújo Fernandes (OAB 1089A/AM)
Otávio Araújo Neto (OAB 10189/AM)
Paulo Sérgio Lima dos Santos (OAB 5337/AM)
Priscila Rubim Nepomuceno da Silva (OAB 13493/AM)
Raimundo Nunes Amazonas (OAB 7379/AM)
Raphael Coelho da Silva (OAB 7998/AM)
Richardson Martins Praia Braga (OAB 4786/AM)
Thays Stefany Souza da Silva (OAB 12289/AM)
Wictor Flávio de São Paulo Aguiar (OAB 8907/AM)

4ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO MARGARETH ROSE CRUZ HOAGEN
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ANDERSON SILVA DA COSTA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0086/2019

ADV: LEONARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6956/AM), ADV: ROSEMARY LIMA RODRIGUES (OAB 2351/AM), ADV: SÔNIA MARIA CANSANÇÃO DA SILVA (OAB 2431/AM) - Processo 0207919-38.2014.8.04.0015 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Injúria - DENUNCIADO: Marcos Damasceno Mustafa - Instrução e Julgamento Data: 18/12/2019 Hora 09:00 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: JOÃO ROBERTO DA SILVEIRA TAPAJÓS (OAB 1915/AM), ADV: ROBERTA CINTRÃO SIMÕES DE OLIVEIRA (OAB 3582/AM) - Processo 0210573-61.2015.8.04.0015 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Difamação - AUTORAFATO: Mona Augusta Onety dos Santos - Instrução e Julgamento Data: 03/12/2019 Hora 11:30 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: JOSE ANTONIO TUMA NETO (OAB 1515/AM) - Processo 0216011-57.2008.8.04.0001 (001.08.216011-3) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo (art. 157) - DENUNCIADO: Michael Junio do Nascimento Oliveira e outros - Instrução e Julgamento Data: 02/10/2019 Hora 08:30 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM) - Processo 0219988-13.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Incêndio - RÉU: Adalberto dos Santos Silva - DENUNCIADO: Edimar da Silva Batista - Delcimara Tavares Miranda - Lusione da Silva Oliveira - Natanael Macedo dos Santos - RELLYSON MIRANDA DA SILVA - Jhonesmar da Silva Batista - Klinger Bentes Mota - Instrução e Julgamento Data: 03/10/2019 Hora 08:30 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: ROSÂNGELA AMORIM DA SILVA (OAB 5760/AM) - Processo 0222421-53.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Romero Correia da Silva - Instrução e Julgamento Data: 16/03/2020 Hora 12:30 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: JANETE MARIA NEVES DE SOUSA (OAB 8626/AM) - Processo 0239753-67.2015.8.04.0001 - Inquérito Policial - Estelionato - AUTORFATO: Amós Ribeiro de Souza - Instrução e Julgamento Data: 03/10/2019 Hora 08:30 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: ANIZIO ANTONIO SILVA DE CASTRO PAES (OAB 9777/AM) - Processo 0243965-34.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - DENUNCIADO: Geovane Lima Pereira e outro - Instrução e Julgamento Data: 16/12/2019 Hora 09:30 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: BALTAZAR SOARES DE OLIVEIRA (OAB 14398/AM) - Processo 0611793-32.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Gleison Araújo Costa - Instrução e Julgamento Data: 18/10/2019 Hora 10:30 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

Anizio Antonio Silva de Castro Paes (OAB 9777/AM)
Baltazar Soares de Oliveira (OAB 14398/AM)
Helena de Oliveira Galvão (OAB 2753/AM)
Janete Maria Neves de Sousa (OAB 8626/AM)
João Roberto da Silveira Tapajós (OAB 1915/AM)
Jose Antonio Tuma Neto (OAB 1515/AM)
Leonardo Alvarenga Viana (OAB 6956/AM)
Roberta Cintrão Simões de Oliveira (OAB 3582/AM)
Rosângela Amorim da Silva (OAB 5760/AM)
Rosemary Lima Rodrigues (OAB 2351/AM)
Sônia Maria Cansanção da Silva (OAB 2431/AM)

5ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ANDRÉA JANE SILVA DE MEDEIROS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ALDEIR MENDONÇA DOS SANTOS
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0070/2019

ADV: OSVALDO BIASE MARTINS JÚNIOR (OAB 11096/AM), ADV: LUIZ EVANDRO DE SOUZA (OAB 1430/AM), ADV: JEFFERSON LABORDA DA SILVA (OAB 4322/AM), ADV: ISAIAS IOVANE TAVARES (OAB 137935/SP), ADV: NÁIADE VICTÓRIA ARAÚJO PERRONE (OAB 9183/AM), ADV: ANDRÉ HENRIQUE BEZERRA REBELLO DE SOUZA (OAB 5400/AM), ADV: CLÁUDIO AUGUSTO COLARES DA COSTA (OAB 8429/AM) - Processo 0207341-88.2012.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - INDICIADO: Alef Gomes Ferreira e outros - Apresentada defesa prévia pelo acusado, e ausentes as hipóteses do art. 397 do Código de Processo Penal, não sendo o caso de absolvição sumária, fica designada audiência de Instrução e Julgamento para 30/09/2019 às 10:00h, devendo a Secretaria tomar as providências legais para a intimação das partes e testemunhas, observando-se o disposto no art. 370 e ss., ficando autorizada a emitir intimação via postal concomitantemente, bem como para a requisição do réu, caso se encontrar preso, na forma do art. 185, §7º, ambos do Código de Processo Penal. Fica ainda autorizada a Secretaria do Juízo a expedir Carta Precatória para as diligências que se fizerem necessárias.

ADV: GABRIELA DE BRITO COIMBRA (OAB 8889/AM), ADV: TIAGO MARTINS SISTO (OAB 226018/SP), ADV: DIEGO AMÉRICO COSTA SILVA (OAB 5819/AM), ADV: ANTÔNIO COIMBRA FILHO (OAB 3252/AM) - Processo 0224830-36.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - VÍTIMAFATO: DISTRIBUIDORA JK - CERTIFICO para os devidos fins que a AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, designada para esta data, não se realizou em virtude do Promotor titular deste Juízo, ter sido convocado para participar de um curso no Ministério Público, ficando, assim, comprometida a realização do ato nesta data e horário. De ordem da MMª. Juíza de Direito, a presente audiência foi redesignada para o dia 05/11/2019, às 12:00h. Pela Secretaria, proceda a consulta aos Sistemas para localizar o atual endereço da vítima, testemunhas (Daniel Mendes dos Santos Filho e Moisés Alves da Silva) e do acusado, e, por conseguinte, expeça-se CARTA DE INTIMAÇÃO e, ainda, MANDADO DE INTIMAÇÃO, este a ser cumprido por Oficial de Justiça. Ademais, intime-se os advogados pelo DJE. Cumpra-se.

ADV: GAMAL SWAMI DE ABREU (OAB 9106/AM), ADV: MARGIDE AMARO DE SOUZA (OAB 10380/AM), ADV: MARCELO OLIVEIRA LOPES (OAB 6083/AM) - Processo 0236140-39.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Homicídio Simples - INDICIADO: NAASON HENRIQUE MUNIZ DE SOUZA e outro - Diante de todo o exposto, JULGO

IMPROCEDENTE o pedido ínsito na denúncia e, por conseguinte absolvo Naason Henrique Muniz de Souza e Marcelo Marcus Mota da Encarnação, o que faço com fulcro no art. 386, inciso VII do Código de Processo Penal.

ADV: RAIMUNDO NONATO DE MORAES BRANDÃO (OAB 8253/AM), ADV: PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA JUNIOR (OAB 11130/AM), ADV: PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA (OAB 9678/AM), ADV: MANOEL DIAS BARBOSA (OAB 6736/AM), ADV: ELIANE GONÇALVES DO NASCIMENTO (OAB 11107/AM) - Processo 0247393-87.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - DIREITO PENAL - REPTADO: Nelson Fernando Silva da Costa - INDICIADA: Marcia Moldes da Silva - Ex positis, pelos motivos acima declinados, SUSPENDO O PROCESSO E SEU RESPECTIVO PRAZO PRESCRICIONAL em relação à ré Marcia Moldes da Silva, e determino a produção antecipada de provas, o que faço com fulcro no art. 366 do Código de Processo Penal. Deixo de decretar a prisão preventiva, uma vez que é defeso ao juiz decretar a prisão apenas com fundamento na ausência de localização do réu. A fim de resguardar os princípios do contraditório e da ampla defesa, nomeio o Ilustre Defensor Público Dr. Miguel Henrique Tinoco de Alencar para atuar na defesa do réu revel. Por oportuno, em relação ao réu Nelson Fernando Silva Costa, apresentada resposta escrita e ausentes as hipóteses do art. 397 do Código de Processo Penal, não sendo o caso de absolvição sumária, fica designada audiência de Instrução e Julgamento para 26/02/2020 às 11:30h, devendo a Secretaria tomar as providências legais para a intimação das partes e testemunhas, observando o disposto no art. 370 e ss., bem como para a requisição do réu, caso se encontrar preso, na forma do art. 185, §7º, ambos do Código de Processo Penal. Junte-se folha de antecedentes criminais atualizada, e caso haja alguma indicação de processo criminal julgado, igualmente, junte-se certidão circunstanciada do mesmo.

ADV: ANANIAS GOMES DE SOUZA (OAB 9772/AM) - Processo 0603978-86.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - VÍTIMAFATO: MARLISSON CARLOS SIMÕES DOS SANTOS - AUTOR: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - INDICIADO: ALEXSANDRO BATISTA RIBEIRO e outro - Inquirição - Audiência Data: 18/02/2020 Hora 10:00 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: PEDRO CELESTINO DA SILVA (OAB 9758/AM), ADV: FRANCISCO BATISTA DOS SANTOS (OAB 9550/AM), ADV: JAKSON ALVES DE SOUZA (OAB 8840/AM) - Processo 0607578-47.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - INDICIADO: José Albany Costa Pinto - Apresentada defesa prévia pelo acusado, e ausentes as hipóteses do art. 397 do Código de Processo Penal, não sendo o caso de absolvição sumária, fica designada audiência de Instrução e Julgamento para 08/10/2019 às 10:00h, devendo a Secretaria tomar as providências legais para a intimação das partes e testemunhas, observando-se o disposto no art. 370 e ss., ficando autorizada a emitir intimação via postal concomitantemente, bem como para a requisição do réu, caso se encontrar preso, na forma do art. 185, §7º, ambos do Código de Processo Penal. Fica ainda autorizada a Secretaria do Juízo a expedir Carta Precatória para as diligências que se fizerem necessárias.

ADV: JAMES RODRIGUES MOREIRA (OAB 8227/AM) - Processo 0611201-22.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - AUTORAFATO: Diana Hadelis do Amaral Bentes - Após, dê-se vista à Defesa, pelo prazo de 05 (cinco) dias cada, para apresentação de memoriais, na forma do art. 403, §3º do Código de Processo Penal. Ato contínuo, voltemme conclusos para sentença.

ADV: SARAH LIMA TOLEDANO (OAB 10106/AM) - Processo 0614311-29.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - INDICIADO: Markley da Silva Gomes - Cleiton Souza da Silva - Inquirição - Audiência Data: 30/04/2020 Hora 10:00 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: HINLLER DA SILVA MADURO (OAB 12080/AM), ADV: LUCIMAR VIDINHA GOMES (OAB 9318/AM) - Processo 0618429-14.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - INDICIADO: Fabio Saraiva de Oliveira - Inquirição - Audiência Data: 26/02/2020 Hora 10:00 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: FÁBIO ASSUNÇÃO PAVESI (OAB 8754/AM), ADV: GEYSA CAROLINE DE SOUZA MACHADO (OAB 6149/AM), ADV: JOÃO BOSCO LOPES MAIA JÚNIOR (OAB 8107/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM) - Processo 0624655-35.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Daniel Guedes dos Santos - INDICIADO: João Victor Gomes de Morais - RÉU: Leonardo Felipe Gil Vale - Vista à defesa de Daniel Guedes dos Santos, pelo prazo de 05 (cinco) dias, para apresentação de memoriais, na forma do art. 403, §3º do Código de Processo Penal. Após, voltem-me conclusos para sentença.

ADV: ANTÔNIO LÚCIO PANTOJA JÚNIOR (OAB 8111/AM), ADV: ROOSEVELT JOBIM FILHO (OAB 3920/AM), ADV: RAFAEL RAPOSO DA CÂMARA AULER (OAB 8000/AM), ADV: RAFAEL CÂNDIDO DA SILVA (OAB 6499/AM), ADV: JULIANE ELIZABETE DE SOUZA MAIA (OAB 12643/AM), ADV: JORGE HENRIQUE SILVA DE MELO (OAB 7999/AM), ADV: ANA ESMELINDA MENEZES DE MELO (OAB A356/AM) - Processo 0631583-36.2018.8.04.0001 - Pedido de Prisão Preventiva - Furto Qualificado - VÍTIMAFATO: M.G.P.C.P.C. - INVESTIGAD: C.A.M.S. - Dessa forma, a fim de corrigir o tumulto processual causado pelo excessivo número de laudas decorrente da juntada repetida do inquérito policial e demais peças investigativas determino que sejam tornadas sem efeito as fls. 479/628; 629/778; 779/928; 929/1.078; 1.079/1.282; 1.460/1.915 e 1.284, as quais se encontram em duplicidade e que sejam mantidas as fls. 01/478; 1.129; 1.393; 1.408; 1.414/1.427; 1.433/1.434; 1.437/1.459. Antes de cumprir a presente determinação, dê-se vista às partes para se manifestarem previamente no prazo de 05 (cinco) dias. Após, nada sendo requerido, promovam-se os ajustes necessários nos termos acima.

ADV: ALDENORA DOS SANTOS SOARES (OAB 13129/AM), ADV: FRANCIANE AGUIAR DE CASTRO (OAB 10425/AM) - Processo 0633628-47.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato - INVESTIGAD: Alessandra Campos Pereira - CERTIFICO para os devidos fins que a AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, designada para esta data, não se realizou em virtude da não intimação regular das vítimas, e da testemunha de acusação, ficando, assim, comprometida a realização do ato nesta data e horário. De ordem da MMª. Juíza de Direito, a presente audiência foi redesignada para o dia 01/10/2019, às 11:30h. Pela Secretaria, proceda a consulta aos Sistemas para localizar o atual endereço das vítimas e da testemunha, e, por conseguinte, expeça-se CARTA DE INTIMAÇÃO e, ainda, MANDADO DE INTIMAÇÃO, este a ser cumprido por Oficial de Justiça. Ademais, intime-se os advogados pelo DJE. Cumpra-se.

ADV: IVI MARTINS DO NASCIMENTO (OAB 11105/AM), ADV: RAQUEL NATALINA BRITO SILVA (OAB 10323/AM) - Processo 0636080-30.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - INDICIADO: Diogo Correia Barros - Apresentada defesa prévia pelo acusado, e ausentes as hipóteses do art. 397 do Código de Processo Penal, não sendo o caso de absolvição sumária, fica designada audiência de Instrução e Julgamento para 08/10/2019 às 09:00h, devendo a Secretaria tomar as providências legais para a intimação das partes e testemunhas, observando-se o disposto no art. 370 e ss., ficando autorizada a emitir intimação via postal concomitantemente, bem como para a requisição do réu, caso se encontrar preso, na forma do art. 185, §7º, ambos do Código de Processo Penal. Fica ainda autorizada a Secretaria do Juízo a expedir Carta Precatória para as diligências que se fizerem necessárias.

ADV: GEYSA CAROLINE DE SOUZA MACHADO (OAB 6149/AM), ADV: FÁBIO ASSUNÇÃO PAVESI (OAB 8754/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: AMANDA

KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: NATHÁLIA PIMENTEL BIONE DE SOUZA (OAB 8027/AM), ADV: JOÃO BOSCO LOPES MAIA JÚNIOR (OAB 8107/AM) - Processo 0637920-07.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - INDICIADO: Romário Brito Costa e outro - De ordem da MMª. Juíza de Direito, a presente audiência foi redesignada para o dia 21/10/2019, às 10:30h. Pela Secretaria, proceda a consulta aos Sistemas para localizar o atual endereço das vítimas, testemunhas e da acusada, e, por conseguinte, expeça-se CARTA DE INTIMAÇÃO e, ainda, MANDADO DE INTIMAÇÃO, este a ser cumprido por Oficial de Justiça. Ademais, intime-se os advogados pelo DJE. Cumpra-se.

ADV: AMANDA GUIMARÃES PRAIA (OAB 10761/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM), ADV: CYRO ROBERTO PEREIRA DA COSTA (OAB 9836/AM), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM), ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM), ADV: NATHÁLIA PIMENTEL BIONE DE SOUZA (OAB 8027/AM), ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: FÁBIO ASSUNÇÃO PAVESI (OAB 8754/AM), ADV: GEYSA CAROLINE DE SOUZA MACHADO (OAB 6149/AM), ADV: JOÃO BOSCO LOPES MAIA JÚNIOR (OAB 8107/AM) - Processo 0641493-53.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - INDICIADO: Tarsis da Silva Gonçalves - Apresentada defesa prévia pelo acusado, e ausentes as hipóteses do art. 397 do Código de Processo Penal, não sendo o caso de absolvição sumária, fica designada audiência de Instrução e Julgamento para 07/10/2019 às 12:00h, devendo a Secretaria tomar as providências legais para a intimação das partes e testemunhas, observando-se o disposto no art. 370 e ss., ficando autorizada a emitir intimação via postal concomitantemente, bem como para a requisição do réu, caso se encontrar preso, na forma do art. 185, §7º, ambos do Código de Processo Penal. Fica ainda autorizada a Secretaria do Juízo a expedir Carta Precatória para as diligências que se fizerem necessárias.

ADV: GEYSA CAROLINE DE SOUZA MACHADO (OAB 6149/AM), ADV: ELCI CARVALHO DOS SANTOS (OAB 8337/AM), ADV: CYRO ROBERTO PEREIRA DA COSTA (OAB 9836/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM), ADV: BRUNO LEITE DE OLIVEIRA (OAB 14593/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: AMANDA GUIMARÃES PRAIA (OAB 10761/AM), ADV: DELDSON SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 8848/AM), ADV: FÁBIO ASSUNÇÃO PAVESI (OAB 8754/AM), ADV: NATHÁLIA PIMENTEL BIONE DE SOUZA (OAB 8027/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: JOCIL DA SILVA MORAES FILHO (OAB 12010/AM), ADV: JOÃO BOSCO LOPES MAIA JÚNIOR (OAB 8107/AM), ADV: JHONATA MONTEIRO DO CARMO (OAB 14244/AM) - Processo 0643656-40.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Latrocínio - RÉU: Marlon Veras Barragan Santos - Henrique Taylor Valoes - Natanael Santos Rodrigues - Gelcy Gonçalves Ferreira e outros - Vista às defesas, pelo prazo de 05 (cinco) dias, para apresentação de memoriais, na forma do art. 403, §3º do Código de Processo Penal. Após, voltem-me conclusos para sentença.

ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: ANTÔNIO AUGUSTO BRITO FEIJÓ JÚNIOR (OAB 8408/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: FÁBIO ASSUNÇÃO PAVESI (OAB 8754/AM), ADV: GEYSA CAROLINE DE SOUZA MACHADO (OAB 6149/AM), ADV: JOÃO BOSCO LOPES MAIA JÚNIOR (OAB 8107/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM), ADV: NATHÁLIA PIMENTEL BIONE DE SOUZA (OAB 8027/AM) - Processo 0646251-46.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - INDICIADO: Joel Pereira dos Santos - Inquirição - Audiência Data: 18/09/2019 Hora 11:00 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

Aldenora dos Santos Soares (OAB 13129/AM)
Amanda Guimarães Praia (OAB 10761/AM)
Amanda Karla Paiva da Silva (OAB 12229/AM)
Ana Esmelinda Menezes de Melo (OAB A356/AM)
Ananias Gomes de Souza (OAB 9772/AM)
André Henrique Bezerra Rebello de Souza (OAB 5400/AM)
Andréa Marques Telles de Souza (OAB 3283/AM)
Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga (OAB 7258/AM)
Antônio Augusto Brito Feijó Júnior (OAB 8408/AM)
Antônio Coimbra Filho (OAB 3252/AM)
Antônio Frazão Amaral (OAB 3042/AM)
Antônio Lúcio Pantoja Júnior (OAB 8111/AM)
Bruno Leite de Oliveira (OAB 14593/AM)
Camila Bertolini de Paiva (OAB 8223/AM)
CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM)
Cíntia Albuquerque Brito (OAB 5596/AM)
Cláudio Augusto Colares da Costa (OAB 8429/AM)
Cyro Roberto Pereira da Costa (OAB 9836/AM)
Deldson Souza de Oliveira (OAB 8848/AM)
Diego Américo Costa Silva (OAB 5819/AM)
Elci Carvalho dos Santos (OAB 8337/AM)
Eliane Gonçalves do Nascimento (OAB 11107/AM)
Érica Cândida Costa (OAB 12473/AM)
Fábio Assunção Pavesi (OAB 8754/AM)
Franciane Aguiar de Castro (OAB 10425/AM)
Francisco Batista dos Santos (OAB 9550/AM)
Gabriela de Brito Coimbra (OAB 8889/AM)
Gamal Swami de Abreu (OAB 9106/AM)
Geysa Caroline de Souza Machado (OAB 6149/AM)
Hinller da Silva Maduro (OAB 12080/AM)
ISAIAS IOVANE TAVARES (OAB 137935/SP)
IVI MARTINS DO NASCIMENTO (OAB 11105/AM)
JAKSON ALVES DE SOUZA (OAB 8840/AM)
James Rodrigues Moreira (OAB 8227/AM)
Jefferson Laborda da Silva (OAB 4322/AM)
Jhonata Monteiro do Carmo (OAB 14244/AM)
João Bosco Lopes Maia Júnior (OAB 8107/AM)
Jocil da Silva Moraes Filho (OAB 12010/AM)
Jorge Henrique Silva de Melo (OAB 7999/AM)
Juliane Elizabete de Souza Maia (OAB 12643/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Lucimar Vidinha Gomes (OAB 9318/AM)
Luiz Evandro de Souza (OAB 1430/AM)
Manoel Dias Barbosa (OAB 6736/AM)
Marcelo Oliveira Lopes (OAB 6083/AM)
Marcos Dino da Rocha Marinho (OAB 9346/AM)
Margide Amaro de Souza (OAB 10380/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio (OAB 6541/AM)
Náiade Victória Araújo Perrone (OAB 9183/AM)
Nathália Pimentel Bione de Souza (OAB 8027/AM)
Osvaldo Biase Martins Júnior (OAB 11096/AM)
Pedro Antônio de Oliveira (OAB 9678/AM)
Pedro Antonio de Oliveira Junior (OAB 11130/AM)
Pedro Celestino da Silva (OAB 9758/AM)
Rafael Cândido da Silva (OAB 6499/AM)
Rafael Raposo da Câmara Auler (OAB 8000/AM)
Raimundo Nonato de Moraes Brandão (OAB 8253/AM)
Raquel Natalina Brito Silva (OAB 10323/AM)
Roosevelt Jobim Filho (OAB 3920/AM)
Sarah Lima Toledano (OAB 10106/AM)
Tiago Martins Sisto (OAB 226018/SP)

7ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ANDRÉA JANE SILVA DE MEDEIROS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA DO SOCORRO ALMEIDA DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0190/2019

ADV: MONIQUE RODRIGUES DA CRUZ (OAB 4292/AM) - Processo 0029126-42.2002.8.04.0001 (001.02.029126-5) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - ACUSADO: Mario Elson Moura Pereira - Isto posto, declaro, de ofício, extinta a punibilidade do réu, pela prescrição do delito previsto no artigo 155, caput, do Código Penal Brasileiro, com fundamento no artigo 107, inciso IV, c/c o artigo 109, inciso IV, ambos também da Lei Substantiva Penal. Publique-se, registre-se, intime-se e arquive-se.

ADV: EGUINALDO GONÇALVES DE MOURA (OAB 3761/AM), ADV: CÂNDIDO HONÓRIO SOARES FERREIRA NETO (OAB 5199/AM), ADV: MARCIO THIAGO DOS SANTOS SOUZA (OAB 8808/AM) - Processo 0228554-19.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - RÉU: Eliomar Everton de Carvalho Filho e outros - Intime-se a defesa dos acusados Isaac Santos Jesus e José Ilson Oliveira dos Santos para apresentar os memoriais , conforme o art 403 § 3 do Codigo de Processo Penal.

ADV: RAFAEL RAPOSO DA CÂMARA AULER (OAB 8000/AM), ADV: LEONARDO LEMOS DE ASSIS (OAB 6497/AM) - Processo 0250752-50.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes da Lei de licitações - RÉU: Nicolau Gustavo Rodrigues e outro - Ante o exposto, em consonância com a promoção ministerial de fls. 829-830, julgo extinta a punibilidade de Nicolau Gustavo Rodrigues em razão da prescrição retroativa antecipada da pretensão punitiva, com amparo nos arts. 109, inciso IV c/c art. 115, e 107, inciso IV, 1ª figura, todos do Código Penal Brasileiro.

ADV: MONIQUE RODRIGUES DA CRUZ (OAB 4292/AM), ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM) - Processo 0619111-66.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - RÉU: Bruno Lima Samias - Dulciani Rodrigues de Matos - Intimem-se as defesas dos réus para apresentarem os memoriais escritos, nos termos do artigo 403, §3o do código de processo penal.

ADV: FÁBIO LEANDRO LIRA PEREIRA (OAB 4730/AM) - Processo 0624933-36.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Abraão Asteris dos Santos Evangelista e outro - Audiência designada para o dia 01.10.2019, às 10h15.

ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM) - Processo 0628902-59.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Latrocínio - RÉU: Gean Leite dos Santos e outros - Audiência designada para o dia 24.09.2019, às 08h15. APRESENTAR DEFESA PRÉVIA.

ADV: NATIELEN SOUZA DE CARVALHO SIMOES (OAB 12940/AM) - Processo 0631375-18.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - INDICIADO: D.S.S. e outro - Audiência designada para o dia 01.10.2019, às 10h30. Apresentar defesa prévia.

Cândido Honório Soares Ferreira Neto (OAB 5199/AM)
EGUINALDO GONÇALVES DE MOURA (OAB 3761/AM)
Érica Cândida Costa (OAB 12473/AM)
Fábio Leandro Lira Pereira (OAB 4730/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Leonardo Lemos de Assis (OAB 6497/AM)
Marcio Thiago dos Santos Souza (OAB 8808/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio (OAB 6541/AM)
Monique Rodrigues da Cruz (OAB 4292/AM)
Natielen Souza de Carvalho Simoes (OAB 12940/AM)
Rafael Raposo da Câmara Auler (OAB 8000/AM)
Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB 4339/AM)

8ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0903/2019

ADV: ANA ESMELINDA MENEZES DE MELO (OAB A3569/AM) - Processo 0219147-28.2009.8.04.0001 (001.09.219147-0) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo (art. 157) - RÉU: Arleson dos Santos Lima - Certifico, para os devidos fins, em cumprimento à decisão retro, que resta designado o dia 06/11/2019, às 09:30h, na Sala padrão, para realização da audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: CARLEN KRYISLEN KAWAMURA FELIPE (OAB 7929/AM), ADV: ANDREY KAWAMURA FELIPE (OAB 9685/AM) - Processo 0228634-80.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Paulo Roberto Figueiredo de Castro - Certifico, para os devidos fins, que em virtude de readequação da pauta, a audiência de instrução e julgamento foi redesignada para o dia 22/06/2020, às 09:45h, na Sala padrão.

ADV: ANDERSON ORTIZ GRANJA DE SOUZA (OAB 5059/AM) - Processo 0251605-54.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato - RÉ: Marialva Bertero Pastura e outro - Certifico, para os devidos fins, em cumprimento à decisão retro, que resta designado o dia 07/11/2019, às 09:45h, na Sala padrão, para realização da audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: GILVAN PEREIRA DÁCIO (OAB 12781/AM) - Processo 0623089-22.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Alailson Feitosa de Noronha - Designo o dia 31/10/2019, às 11:00h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: SARAH PORTO LIMA ANIJAR (OAB 4098/AM), ADV: JOÃO CARLOS PINTO DE ARAÚJO (OAB 3787/AM), ADV: EDUARDO DE SOUZA RODRIGUES (OAB 5559/AM), ADV: VANGLEYS REIS VIANNA (OAB 7797/AM), ADV: SHEILA MARA MARTINS ARAUJO (OAB 11995/AM), ADV: CIRLANE FIGUEREDO ALBERTINO (OAB 8085/AM), ADV: KELY PATRÍCIA PAIXÃO SILVA (OAB 9763/AM) - Processo 0626220-68.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - RÉU: Erirkley Vasconcelos Caldeira - Samuel Pereira Cabral - Alex Oliveira da Silva e outro - Ante o exposto, ADMITO o recurso de apelação de fl. 594, eis que presentes os requisitos de admissibilidade, e DETERMINO a remessa dos autos à Superior Instância, nos termos do art. 600, §4º, do Código de Processo Penal, porquanto assim requereu o Apelante.

ADV: WILLIAM BRUNO TOYODA HITOTUZI (OAB 7506/AM), ADV: SÓSTENES ADIEL PEREIRA BATISTA (OAB 10131/AM) - Processo 0627723-61.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - VÍTIMAFATO: Angela Maria Cavalcante de Freitas - INDICIADO: Kelven Douglas Palheta Leitao - Diante de todo o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido ínsito na Denúncia e, por conseguinte condeno KELVEN DOUGLAS PALHETA LEITÃO às sanções penais do artigo 157, § 2º, II c/c artigo 14, II, ambos Código Penal Brasileiro e artigo 244-B, da Lei nº 8.069/1990.

ADV: MARCIA BRAGA DA SILVA (OAB 13508/AM) - Processo 0646145-16.2019.8.04.0001 - Representação Criminal/Notícia de Crime - Injúria - REQUERENTE: Luiz Arteiro de Paiva - Certifico, para os devidos fins, em cumprimento à decisão retro, que resta designado o dia 07/11/2019, às 14:30h, na Sala padrão, em virtude a SEMANA NACIONAL DA CONCILIAÇÃO - 2019, para realização da audiência de

Ana Esmelinda Menezes de Melo (OAB A3569/AM)
Anderson Ortiz Granja de Souza (OAB 5059/AM)
Andrey Kawamura Felipe (OAB 9685/AM)
Carlen Kryislen Kawamura Felipe (OAB 7929/AM)
Cirlane Figueredo Albertino (OAB 8085/AM)
Eduardo de Souza Rodrigues (OAB 5559/AM)
Gilvan Pereira Dácio (OAB 12781/AM)
João Carlos Pinto de Araújo (OAB 3787/AM)
Kely Patrícia Paixão Silva (OAB 9763/AM)
Marcia Braga da Silva (OAB 13508/AM)
Sarah Porto Lima Anijar (OAB 4098/AM)
Sheila Mara Martins Araujo (OAB 11995/AM)

Sóstenes Adiel Pereira Batista (OAB 10131/AM)
VANGLEYS REIS VIANNA (OAB 7797/AM)
William Bruno Toyoda Hitotuzi (OAB 7506/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO PATRÍCIA MACÊDO DE CAMPOS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GINA OLIVEIRA SPOSINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0904/2019

ADV: ANA ESMELINDA MENEZES DE MELO (OAB A356/AM) - Processo 0212311-05.2010.8.04.0001 (001.10.212311-0) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Outras fraudes - AUTOR: A Justica Publica - Forte nesses argumentos, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia para CONDENAR Carlos Thiago Passos Pinto como incurso nas penas do artigo 297, do Código Penal Brasileiro, e Davi de Oliveira, como incurso nas penas do artigos 304, do Código Penal Brasileiro.

Ana Esmelinda Menezes de Melo (OAB A356/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO PATRÍCIA MACÊDO DE CAMPOS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GINA OLIVEIRA SPOSINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0905/2019

ADV: DANIELLE QUEIROZ RIBEIRO (OAB 9296/AM), ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3835/AM) - Processo 0619339-75.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação - INDICIADO: Anderson Diogo Alves de Andrade - Ante ao exposto, e por tudo mais que dos autos consta, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia, para condenar Bruno Mendes Fonseca como incurso nas penas do artigo 180, caput, do Código Penal Brasileiro.

Danielle Queiroz Ribeiro (OAB 9296/AM)
Maria Goreth Terças de Oliveira (OAB 3835/AM)

10ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ÁLDRIN HENRIQUE DE CASTRO RODRIGUES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MANRIQUE MOTTA MACIEL JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0594/2019

ADV: **FLAVÍCIA DIAS DE SOUZA (OAB 6950/AM)** - Processo 0255500-67.2009.8.04.0001 (001.09.255500-5) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo (art. 157) - RÉU: Danthiago Pessoa da Silveira e outro - Intime-se o defensor do **réu Marcos Phelipe Mendonça Marinho** para apresentar **as legaçoes finais, nos termos do art. 403, § 3º, do Código de Processo Penal, no prazo de 5 (cinco) dias**, conforme Ata de audiência de instrunção e julgamento de 18/05/2018

Flavícia Dias de Souza (OAB 6950/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ÁLDRIN HENRIQUE DE CASTRO RODRIGUES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MANRIQUE MOTTA MACIEL JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0597/2019

ADV: **JÉSSICA COSTA SILVA (OAB 10724/AM)**, ADV: **MARIANA PINHEIRO GONÇALVES (OAB 13906/AM)** - Processo 0232019-31.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0229962-40.2016.8.04.0001) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Outras fraudes - RÉU: E.P.S. e outro - Intime-se a defesa do réu **Eliomar Pinheiro da Silva**, para **apresentação da alegações finais, nos termos do art. 403, § 3º do Código de Processo Penal, no prazo de 5 (cinco) dias**.

Jéssica Costa Silva (OAB 10724/AM)
Mariana Pinheiro Gonçalves (OAB 13906/AM)

1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0434/2019

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0217556-89.2013.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Antonio Nilson Freitas do Nascimento e outro - PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO AMAZONAS COMARCA DA CAPITAL FÓRUM MINISTRO HENOCH REIS JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI ATO ORDINATÓRIO - DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA INSTRUÇÃO Processo n°0217556-89.2013.8.04.0001 Réu: Marcondes Gomes Sabóia Para fins de impulsionar o feito, por ato ordinatório, esta Secretaria DESIGNA A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO para o dia 29/11/2019 às 09:45h, a qual é feita por registro audiovisual, conforme determina o art. 405 CPP. Na oportunidade, intima o(s) advogados(s), caso exista(m) constituídos por meio deste ato. Providenciar-se-ão as intimações devidas e necessárias para a realização do ato pela Secretaria da vara. É que me cumpre certificar. Manaus, 17 de setembro de 2019 . Cintya Luana Gandra Diretora de Secretaria Matrícula 3339-1

ADV: ALESSANDRA AMAZONAS DA CUNHA (OAB 5780/AM), ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM), ADV: FRANCISCO ALMINO RAMOS MOTA DA SILVA (OAB 5774/AM) - Processo 0218579-75.2010.8.04.0001 (001.10.218579-5) - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - RÉU: João da Silva Gama - PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO AMAZONAS COMARCA DA CAPITAL FÓRUM MINISTRO HENOCH REIS JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI ATO ORDINATÓRIO - DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA INSTRUÇÃO Processo n°0218579-75.2010.8.04.0001 Réu: João da Silva Gama Para fins de impulsionar o feito, por ato ordinatório, esta Secretaria DESIGNA A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO para o dia 29/11/2019 às 09:00h, a qual é feita por registro audiovisual, conforme determina o art. 405 CPP. Na oportunidade, intima o(s) advogados(s), caso exista(m) constituídos por meio deste ato. Providenciar-se-ão as intimações devidas e necessárias para a realização do ato pela Secretaria da vara. É que me cumpre certificar. Manaus, 17 de setembro de 2019 . Cintya Luana Gandra Diretora de Secretaria Matrícula 3339-1

ADV: JUAN BERNABÉU CÉSPEDES (OAB 2595/AM), ADV: ELIANE REIS BERNABÉU CÉSPEDES (OAB 4430/AM) - Processo 0242105-42.2008.8.04.0001 (001.08.242105-7) - Ação Penal de Competência do Júri - Crimes contra a vida - RÉU: Rozicley Tomaz de Oliveira e outro - SENTENÇA Vistos etc... O Ministério Público Estadual ofereceu denúncia contra os acusados, já qualificado nos autos, conforme Exordial de fls. 65/67. Sentença de Extinção da Punibilidade pela morte do acusado Horizonildo Rodrigues Miranda, fl. 141. Laudo de Exame Necroscópico da vítima, fl. 04. Resposta Escrita, fls. 97/98, 102/103 e 140. Termo de Interrogatório do acusado, fls. 187/189. Alegações Finais do Ministério Público, fls. 187/189. Alegações Finais da Defesa, fls. 187/189. É o Relatório, Segue a Decisão. Trata-se o presente Processo de apuração da autoria delitiva pela suposta prática do crime descrito na Exordial. A Sentença de Pronúncia possui natureza interlocutória mista não terminativa, pois decide sobre a possibilidade de submeter o réu a julgamento pelo tribunal popular, encerrando, assim, a fase do judicium acusationes, todavia, não finaliza o processo. Tanto a doutrina como a jurisprudência há muito consagraram o princípio in dubio pro societate, segundo o qual, havendo dúvida deve-se pronunciar, deixando para o Tribunal do Júri o veredicto final acerca da culpabilidade ou não do acusado. Assim, se, por exemplo, houver qualquer dúvida sobre a ocorrência de uma excludente de ilicitude: deve-se pronunciar. Se há dúvida sobre a possibilidade de desclassificar o crime: também se deve pronunciar, pois cabe ao júri popular dar a palavra final sobre a responsabilidade do acusado. Com este posicionamento, praticamente extinguiu-se a possibilidade de acatar-se uma tese de desclassificação de crime, ou qualquer outra causa de impronúncia nesta fase processual (ressalvados os casos de evidente impronúncia), tudo em nome do direito constitucional auferido à sociedade de decidir sobre os crimes dolosos contra a vida, tentados ou consumados. Outrossim, a respeito do conteúdo

da sentença de pronúncia, sua fundamentação limitar-se-á à indicação da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação. De igual modo deve ocorrer em relação ao exame das teses defensivas, a qual também deverão ser apreciadas com superficialidade, não podendo este Juízo afastá-las de forma peremptória. Relativo à prova do crime, o próprio STF já posicionou-se no sentido de não ser necessária a prova incontestável da sua existência para ocorrer a sentença de pronúncia (RTJ 63/476). Em caso de dúvida deve pronunciar-se (RT 523/377,503/328,522/361, 518/393). Neste mesmo sentido: STJ, REsp. 565, 5ª Turma, DJU 8.4.91, p. 3892. Diversos doutrinadores manifestam-se sobre a questão, em posições convergentes. Ao tratar da matéria, Edilson Mougenot Bonfim coloca que a pronúncia não carece de certeza absoluta para existir e nem uma análise intensa acerca da culpabilidade, pois a dúvida deve ser interpretada em favor do direito da sociedade em proferir a decisão: "Donde concluir que a pronúncia não deve conter uma análise profunda do meritum causae. Assim, nessa decisão apenas se reconhece a existência de um crime e a presença de suficientes indícios da responsabilidade do réu, apontando-se a direção a ser seguida pela ação penal (François Martineau, Petit Traité argumentation judiciaire, 2. ed., Paris: Dalloz, p.27). Na dúvida, cabe ao juiz pronunciar, encaminhando o feito ao Tribunal do Júri, órgão competente para julgamento da causa. Nessa fase vigora a máxima in dubio pro societate." (Código de Processo Penal Anotado - 2ª ed., Ed. Saraiva, 2009, p. 690). Por sua vez, Mirabete acrescenta até que o júri popular poderá decidir inclusive contra a decisão de pronúncia, sendo esta decisão apenas um juízo de admissibilidade da acusação: "Convencido da existência do crime e de haver indícios da autoria, o juiz deve proferir a sentença de pronúncia. Essa sentença, e não mero despacho, por ser mero juízo de admissibilidade da acusação, com o objetivo de submeter o acusado ao julgamento pelo júri, tem natureza processual, não produzindo res judicata, mas preclusão pro judicato, podendo o Tribunal do Júri decidir contra aquilo que ficou assentado na pronúncia. Por isso, fala-se em "sentença processual". (Código de Processo Penal Interpretado - 11ª ed., Ed. Atlas S.A, 2007, p. 1082). Finalmente, Damásio de Jesus reflete que a Lei 11.689/08, que inovou a sistemática processual do Tribunal do Júri, preocupou-se com a linguagem adotada na pronúncia no sentido de evitar expressões de juízo de valor acerca da culpa, uma vez que caberá à sociedade decidir a questão: "A Lei n. 11.689/08 demonstrou justificável preocupação com a linguagem empregada na decisão de pronúncia, ao definir que o juiz deverá, fundamentadamente, se limitar a indicar a materialidade do fato (i.e., a existência material do crime) e a presença de indícios suficientes de autoria ou de participação, além do dispositivo legal em que julgar incurso o acusado e especificar as circunstâncias qualificadoras e as causas de aumento de pena." (Código de Processo Penal Anotado - 23ª ed., Ed. Saraiva, 2009, p. 352). Conforme explicitado nos ensinamentos doutrinários e jurisprudencial supracitados, aliado ao teor redacional do artigo 413 do Código de Processo Penal, constata-se ser indispensável para prolação da Sentença de Pronúncia a existência cumulativa de dois requisitos, quais sejam, a materialidade do crime e os indícios de que o réu seja o autor. Quanto à materialidade, essa resta comprovada na forma do Laudo de Exame Necroscópico realizado na pessoa da vítima, e presente nos autos às fl. 04. Entretanto, com relação aos indícios de autoria, observo que o arcabouço probatório colhido durante toda esta fase sumária é insuficiente para evidenciarmos a responsabilidade criminal dos acusados em relação ao suposto crime apurado perante o processo. Não houve produção suficiente de provas em Juízo para satisfazer os indícios suficientes de autoria. Ademais, em Interrogatório Judicial, ciente do direito Constitucional de permanecer em silêncio sem prejuízo, os acusados nada disseram. Deste modo, considerando a ineficiência do teor probatório apresentado pela acusação nesta cognição de admissibilidade, não me resta alternativa distinta, a não ser o reconhecimento da impronúncia dos réus, face à ausência de indícios suficientes de autoria. APELAÇÃO. HOMICÍDIO QUALIFICADO. RECURSO MINISTERIAL. IMPRONÚNCIA. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE AUTORIA. DECISÃO MANTIDA. Para motivar a pronúncia o indício deve se mostrar real, ser necessariamente provado e aproximar-se da certeza sem, contudo, excluir a dúvida. A mera possibilidade de autoria, sem fundar-se em fatos concretos e minimamente seguros, torna a impronúncia medida impositiva. APELO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJ-GO - APR: 871065120148090044, Relator: DES. NICOMEDES DOMINGOS BORGES, Data de Julgamento: 30/11/2017, 1A CAMARA CRIMINAL, Data de Publicação: DJ 2405 de 13/12/2017). Sendo assim, não havendo o mínimo de elementos de convicção acerca da culpabilidade do réu, deixo de submetê-lo à julgamento diante do Tribunal do Júri, nos moldes do Art. 414 do CPP. Ante o exposto, em consonância com as partes, JULGO IMPROCEDENTE a Denúncia do Órgão Ministerial, e IMPRONUNCIO os acusados ELISSON LAMEIRA DA SILVA, ZENILDO RODRIGUES DE MIRANDA e ROZICLEY TOMAZ DE OLIVEIRA, já qualificados nos autos. Faço-o com fundamento no art. 414 do Código de Processo Penal, da imputação que lhe foi feita na exordial acusatória, nada impedindo que, surgidas novas provas, reabra-se a investigação. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, observadas as cautelas de praxe. Intimem-se pessoalmente os acusados desta Sentença, entregando-lhes cópia da Impronúncia. Intime-se a Defesa dos acusados. Intime-se pessoalmente o Ministério Público. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se Manaus,

ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM) - Processo 0369028-50.2007.8.04.0001 (001.07.369028-8) - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - DENUNCIADO: Everton Ricardo Lima - ATO ORDINATÓRIO - DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA INSTRUÇÃO Processo n°0369028-50.2007.8.04.0001 Réu: Everton Ricardo Lima Para fins de impulsionar o feito, por ato ordinatório, esta Secretaria DESIGNA A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO para o dia 25/11/2019 às 12:30h, a qual é feita por registro audiovisual, conforme determina o art. 405 CPP. Na oportunidade, intima o(s) advogados(s), caso exista(m) constituídos por meio deste ato. Providenciar-se-ão as intimações devidas e necessárias para a realização do ato pela Secretaria da vara. É que me cumpre certificar. Manaus, 17 de setembro de 2019 . Cintya Luana Gandra Diretora de Secretaria Matrícula 3339-1

Alessandra Amazonas da Cunha (OAB 5780/AM)
Amanda Karla Paiva da Silva (OAB 12229/AM)
Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB O/AM)
Eliane Reis Bernabéu Céspedes (OAB 4430/AM)
Francisco Almino Ramos Mota da Silva (OAB 5774/AM)
Juan Bernabéu Céspedes (OAB 2595/AM)

TJ/AM - COMARCA DE MANAUS
JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JURI
JUIZ(A) DE DIREITO: George Hamilton Lins Barroso
DIRETORA DE SECRETARIA: Cintya Luana Araujo Gandra

EDITAL DE INTIMAÇÃO JULGAMENTO

O Dr. Celso Souza de Paula, Juiz de Direito da 1º Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente O ACUSADO, adiante identificado, que por este Júri e Cartório da 1º Vara do Tribunal do Júri tramitam os termos do processo nº **0254091-17.2013.8.04.0001**, que a Justiça Pública move contra **MARTA OLIVEIRA DE SOUZA,** Brasileiro(a), Solteira, Dona de Casa, RG 1880811-5, pai Jordão Fidelis de Souza, mãe Selma Xavier de Oliveira, Nascido/Nascida 28/02/1982, natural de Manaus - AM, Outros Dados: 99403-1433 (pai dos seus filhos - José), com endereço à Rua 01 (no rip rap), 34, proximo ao mercadinho JP, Petrópolis, CEP 69000-000, Manaus - AM, por infração ao artigo 121 caput do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPB, o MMº. Juiz de Direito mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas, para INTIMAR O ACUSADO para que compareça na sede da ESA - Escola Superior da Advocacia do Amazonas, situada na Rua São Benedito nº 99, Bairro – Adrianópolis, Manaus-AM, **no dia 14/10/2019 às 13:00h**, a fim de ser submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular, pelo cometimento do crime de homicídio. E para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento, mandou expedir o presente

edital, considerado publicado no Diário da Justiça Eletrônico em data posterior a esta. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 09 de setembro de 2019. Eu, Cintya Luana Araujo Gandra, o digitei. Eu, Cintya Luana Araujo Gandra , Diretora de Secretaria, o conferi.

Celso Souza de Paula
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO JULGAMENTO

O Dr. Celso Souza de Paula, Juiz de Direito da 1º Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente O ACUSADO, adiante identificado, que por este Júri e Cartório da 1º Vara do Tribunal do Júri tramitam os termos do processo nº **0205154-15.2009.8.04.0001**, que a Justiça Pública move contra **CARLOS ANDRADE LOPES DA SILVA**, Brasileiro(a), Solteiro, Agricultor, pai Raimundo Azevedo da Silva, mãe Suely Lopes da Silva, Nascido/Nascida 23/06/1984, natural de Fonte Boa - AM, com endereço à Rua Mossoró, 165, Prox. Escola Municipal Raimunda Nonata, Grande Vitória, Manaus - AM, Fone 9224-3867, por infração ao artigo 121... do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPB, o MMº. Juíz de Direito mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas, para INTIMAR O ACUSADO para que compareça neste juízo do 1° Tribunal do Júri, sito ESCOLA SUPERIOR DE ADVOCACIA (ESA) – Rua São Benedito nº 99, Adrianópolis, Manaus-AM, no dia **16/10/2019 às 08:00h, a fim de ser submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular,** pelo cometimento do crime de homicídio. E para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento, mandou expedir o presente edital, considerado publicado no Diário da Justiça Eletrônico em data posterior a esta. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 17 de setembro de 2019. Eu, Sidnéia de Oliveira Freitas Fortes, o digitei. Eu, Cintya Luana Araujo Gandra , Diretora de Secretaria, o conferi.

Celso Souza de Paula
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Autos nº:0205154-15.2009.8.04.0001
Ação:Ação Penal de Competência do Júri/PROC
Autor(a): A JUSTIÇA PÚBLICA
RéuCarlos Andrade Lopes da Silva

O Dr. Celso Souza de Paula, Juiz de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, Estado do Amazonas, Republica Federativa do Brasil.

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente O ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório do 1º Tribunal do Júri, tramitam os termos do processo **0205154-15.2009.8.04.0001** que a Justiça Pública move contra o acusado **CARLOS ANDRADE LOPES DA SILVA,** Brasileiro(a), Solteiro, Agricultor, pai Raimundo Azevedo da Silva, mãe Suely Lopes da Silva, Nascido/Nascida 23/06/1984, natural de Fonte Boa - AM, com endereço à Rua Mossoró, 165, Prox. Escola Municipal Raimunda Nonata, Grande Vitória, Manaus - AM, Fone 9224-3867, atualmente em local incerto e não sabido, pronunciado por crime capitulado nas penas do Art. 121, caput, do Código Penal. em determinação ao disposto no Artigo 420 do CPP, pelo que mandou o MM. Juiz expedir o presente Edital de Intimação, a fim de que o acusado fique ciente da Sentença de Pronúncia nos seguintes termos **"JULGO PROCEDENTE a denúncia formulada pelo Ministério Público para PRONUNCIAR o acusado como incurso Art. 121, caput, do Código Penal. Por fim, considerando que não se encontram presentes os motivos dispostos nos arts. 311 e 312 do Código de Processo Penal a ensejarem a custódia cautelar do(s) acusado(s), mantenho-o(s) em liberdade/preso aguardando seu(s) julgamento(s) pelo Tribunal do Povo.".** E para que chegue ao conhecimento do(s) Réu(s), e para no futuro ninguém alegar ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário Oficial do Estado do Amazonas e afixado na porta principal do Tribunal do Júri. Dado e passado nesta cidade de Manaus - Amazonas, 11 de setembro de 2019. Eu, GRACE KARINA SOARES DE ARAÚJO, expedi, e eu Cintya Luana Araujo Gandra, Diretor(a) de Secretaria, confiro.

Celso Souza de Paula
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO JULGAMENTO

O Dr. CELSO SOUZA DE PAULA, Juiz de Direito da 1º Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente O ACUSADO, adiante identificado, que por este Júri e Cartório da 1º Vara do Tribunal do Júri tramitam os termos do processo nº **0261750-48.2011**.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra **DANIEL ALVES GOMES**, Brasileiro(a), Solteiro, Vigilante, RG 2802501-6, pai Manoel Gomes Rodrigues, mãe Eleontina Alves de Lima, Nascido/Nascida 01/02/1993, natural de Itacoatiara - AM, com endereço à Rua 02, 85, Zumbi I, CEP 69084-000, Manaus - AM, por infração ao artigo 121, §2º, V do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPB, o MMº. Juíz de Direito mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas, para INTIMAR O ACUSADO para que compareça na sede da ESA – Escola Superior da Advocacia do Amazonas, Bairro – Adrianópolis, Manaus-AM, **no dia 17/10/2019 às 08:00h, a fim de ser submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular, pelo cometimento do crime de homicídio. E para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento,** mandou expedir o presente edital, considerado publicado no Diário da Justiça Eletrônico em data posterior a esta. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 09 de setembro de 2019. Eu, Cintya Luana Araujo Gandra, o digitei. Eu, Cintya Luana Araujo Gandra , Diretora de Secretaria, o conferi.

Celso Souza de Paula
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO JULGAMENTO

O Dr. CELSO SOUZA DE PAULA, Juiz de Direito da 1º Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente O ACUSADO, adiante identificado, que por este Júri e Cartório da 1º Vara do Tribunal do Júri tramitam os termos do processo nº 0241114-90.2013.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra **MARINA MACEDO LAVAREDA**, Brasileiro(a), pai Raimundo Ferreira da Rocha, mãe Maria Rosa Macedo da Rocha, Nascido/Nascida 15/08/1982, natural de Urucurituba - AM, Outros Dados: 99372-0135, com endereço à Rua Abitibol, 24, Zumbi, CEP 69000-000, Manaus - AM, por infração ao artigo 121, §2º, II do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPB, o MMº. Juíz de Direito mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas, para INTIMAR O ACUSADO para que compareça na sede ds ESA - Escola Superior da Advocacia do Amazonas, situada na Rua São Benedito n° 99, Bairro – Adrianópolis, Manaus-AM, **no dia 17/10/2019 às 13:00h, a fim de ser submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular,** pelo cometimento do crime de homicídio. E para que, no futuro, o mesmo não alegue

desconhecimento, mandou expedir o presente edital, considerado publicado no Diário da Justiça Eletrônico em data posterior a esta. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 09 de setembro de 2019. Eu, Cintya Luana Araujo Gandra, o digitei. Eu, Cintya Luana Araujo Gandra , Diretora de Secretaria, o conferi.

Celso Souza de Paula
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO JULGAMENTO

O Dr. Celso Souza de Paula, Juiz de Direito da 1º Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente O ACUSADO, adiante identificado, que por este Júri e Cartório da 1º Vara do Tribunal do Júri tramitam os termos do processo nº 0225509-75.2011.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra **WALDINEIA MARQUES DE SOUZA,** Brasileiro(a), RG 13267477/AM, CPF 039.212.136-06, pai Jose Raimundo Vicente Marques, mãe Maria Delair de Souza Marques, Nascido/Nascida 30/12/1975, natural de Santo Antonio do Ica - AM, com endereço à Rua Elidio Lopes, 424, Apto . 13, Japiim, Manaus - AM, por infração ao artigo 121... do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPB, o MMº. Juíz de Direito mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas, para INTIMAR O ACUSADO para que compareça neste juízo do 1° Tribunal do Júri, sito na ESCOLA SUPERIOR DE ADVOCACIA (ESA), sito Rua São Benedito nº 99 – Adrianópolis, Manaus-AM, **no dia 18/10/2019 às 08:00h, a fim de ser submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular, p**elo cometimento do crime de homicídio. E para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento, mandou expedir o presente edital, considerado publicado no Diário da Justiça Eletrônico em data posterior a esta. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 17 de setembro de 2019. Eu, Sidnéia de Oliveira Freitas Fortes, o digitei. Eu, Cintya Luana Araujo Gandra , Diretora de Secretaria, o conferi.

Celso Souza de Paula
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Autos nº:0245282-77.2009.8.04.0001
Ação:Ação Penal de Competência do Júri/PROC
Autor(a): A JUSTIÇA PÚBLICA
IndiciadoGencivaldo da Silva Neves

O Dr. Celso Souza de Paula, Juiz de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, Estado do Amazonas, Republica Federativa do Brasil.

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente O ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório do 1º Tribunal do Júri, tramitam os termos do processo 0245282-77.2009.8.04.0001 que a Justiça Pública move contra o acusado **GENCIVALDO DA SILVA NEVES**, Brasileiro(a), RG 2505507/AM, pai Raimundo Cunha das Neves, mãe Maria de Fátima da Silva Neves, Nascido/Nascida 28/04/1988, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua Anador, 344, Jorge Teixeira, CEP 69000-000, Manaus - AM, atualmente em local incerto e não sabido, pronunciado por crime capitulado nas penas do Capitulação Oferecida a Denúncia ou Queixa Crime << Informação indisponível >>, em determinação ao disposto no Artigo 420 do CPP, pelo que mandou o MM. Juiz expedir o presente Edital de Intimação, a fim de que o acusado fique ciente da Sentença de Pronúncia nos seguintes termos "JULGO PROCEDENTE a denúncia formulada pelo Ministério Público para PRONUNCIAR o (s) acusado (s) como incurso (s) na pena do Capitulação Oferecida a Denúncia ou Queixa Crime << Informação indisponível >>. Por fim, considerando que não se encontram presentes os motivos dispostos nos arts. 311 e 312 do Código de Processo Penal a ensejarem a custódia cautelar do(s) acusado(s), mantenho-o(s) em liberdade/preso aguardando seu(s) julgamento(s) pelo Tribunal do Povo.". E para que chegue ao conhecimento do(s) Réu(s), e para no futuro ninguém alegar ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário Oficial do Estado do Amazonas e afixado na porta principal do Tribunal do Júri. Dado e passado nesta cidade de Manaus - Amazonas, 17 de setembro de 2019. Eu, Sidnéia de Oliveira Freitas Fortes, expedi, e eu Cintya Luana Araujo Gandra, Diretor(a) de Secretaria, confiro.

Celso Souza de Paula
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO JULGAMENTO

O Dr. Celso Souza de Paula, Juiz de Direito da 1º Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente O ACUSADO, adiante identificado, que por este Júri e Cartório da 1º Vara do Tribunal do Júri tramitam os termos do processo nº 0245282-77.2009.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra GENCIVALDO DA SILVA NEVES, Brasileiro(a), RG 2505507/AM, pai Raimundo Cunha das Neves, mãe Maria de Fátima da Silva Neves, Nascido/Nascida 28/04/1988, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua Anador, 344, Jorge Teixeira, CEP 69000-000, Manaus - AM, por infração ao artigo 121, §2º, II do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPB, o MMº. Juíz de Direito mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas, para INTIMAR O ACUSADO para que compareça na ESA – Escola Superior da Advocacia do Amazonas, situada na Rua São Benedito n. 99, Bairro – Adrianópolis, Manaus-AM, no dia 15/10/2019 às 13:00h, a fim de ser submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular, pelo cometimento do crime de homicídio. E para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento, mandou expedir o presente edital, considerado publicado no Diário da Justiça Eletrônico em data posterior a esta. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 09 de setembro de 2019. Eu, Cintya Luana Araujo Gandra, o digitei. Eu, Cintya Luana Araujo Gandra , Diretora de Secretaria, o conferi.

Celso Souza de Paula
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Autos nº:0205154-15.2009.8.04.0001
Ação:Ação Penal de Competência do Júri/PROC
Autor(a): A JUSTIÇA PÚBLICA
RéuCarlos Andrade Lopes da Silva

O Dr. Celso Souza de Paula, Juiz de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, Estado do Amazonas, Republica Federativa do Brasil.

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente O ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório do 1º Tribunal do Júri, tramitam os termos do processo 0205154-15.2009.8.04.0001 que a Justiça Pública move contra o acusado **CARLOS ANDRADE LOPES DA SILVA**, Brasileiro(a), Solteiro, Agricultor, pai Raimundo Azevedo da Silva, mãe Suely Lopes da Silva, Nascido/Nascida 23/06/1984, natural de Fonte Boa - AM, com endereço à Rua Mossoró, 165, Prox. Escola Municipal Raimunda Nonata, Grande Vitória, Manaus - AM, Fone 9224-3867, atualmente em local incerto e não sabido, pronunciado por crime capitulado nas penas do Art. 121, caput, do Código Penal. em determinação ao disposto no Artigo 420 do CPP, pelo que mandou o MM. Juiz expedir

o presente Edital de Intimação, a fim de que o acusado fique ciente da Sentença de Pronúncia nos seguintes termos "**JULGO PROCEDENTE** a denúncia formulada pelo Ministério Público para PRONUNCIAR o acusado como incurso Art. 121, caput, do Código Penal. Por fim, considerando que não se encontram presentes os motivos dispostos nos arts. 311 e 312 do Código de Processo Penal a ensejarem a custódia cautelar do(s) acusado(s), mantenho-o(s) em liberdade/preso aguardando seu(s) julgamento(s) pelo Tribunal do Povo.". E para que chegue ao conhecimento do(s) Réu(s), e para no futuro ninguém alegar ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário Oficial do Estado do Amazonas e afixado na porta principal do Tribunal do Júri. Dado e passado nesta cidade de Manaus - Amazonas, 11 de setembro de 2019. Eu, GRACE KARINA SOARES DE ARAÚJO, expedi, e eu Cintya Luana Araujo Gandra, Diretor(a) de Secretaria, confiro.

Celso Souza de Paula
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO JULGAMENTO

O Dr. Celso Souza de Paula, Juiz de Direito da 1º Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente O ACUSADO, adiante identificado, que por este Júri e Cartório da 1º Vara do Tribunal do Júri tramitam os termos do processo nº 0205154-15.2009.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra **CARLOS ANDRADE LOPES DA SILVA**, Brasileiro(a), Solteiro, Agricultor, pai Raimundo Azevedo da Silva, mãe Suely Lopes da Silva, Nascido/Nascida 23/06/1984, natural de Fonte Boa - AM, com endereço à Rua Mossoró, 165, Prox. Escola Municipal Raimunda Nonata, Grande Vitória, Manaus - AM, Fone 9224-3867

, por infração ao artigo 121... do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPB, o MMº. Juíz de Direito mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas, para INTIMAR O ACUSADO para que compareça neste juízo do 1° Tribunal do Júri, sito **ESCOLA SUPERIOR DE ADVOCACIA (ESA**) – Rua São Benedito nº 99, Adrianópolis, Manaus-AM, **no dia 16/10/2019 às 08:00h,** a fim de ser submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular, pelo cometimento do crime de homicídio. E para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento, mandou expedir o presente edital, considerado publicado no Diário da Justiça Eletrônico em data posterior a esta. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 17 de setembro de 2019. Eu, Sidnéia de Oliveira Freitas Fortes, o digitei. Eu, Cintya Luana Araujo Gandra , Diretora de Secretaria, o conferi.

Celso Souza de Paula
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO JULGAMENTO

O Dr. Celso Souza de Paula, Juiz de Direito da 1º Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente O ACUSADO, adiante identificado, que por este Júri e Cartório da 1º Vara do Tribunal do Júri tramitam os termos do processo nº 0241084-55.2013.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra **MANOEL MENEZES DA SILVA**, Brasileiro(a), Solteiro, Desempregado, RG 1102488-7/AM, pai Nestor Leandro da Silva, mãe Mizao Menezes da Silva, Nascido/Nascida 23/08/1974, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua AIRTON SENNA, 0, COMUNIDADE BELA VISTA, PURAQUEQUARA, Manaus - AM, por infração ao artigo 121... do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPB, o MMº. Juíz de Direito mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas, para INTIMAR O ACUSADO para que compareça neste juízo do 1° Tribunal do Júri, sito na Av. Jornalista Humberto Calderaro Filho, s/n, térreo, setor 3 (Fórum Ministro Henoch Reis), Bairro – Adrianópolis, Manaus-AM, **no dia 18/10/2019 às 13:00h**, a fim de ser submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular, pelo cometimento do crime de homicídio. E para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento, mandou expedir o presente edital, considerado publicado no Diário da Justiça Eletrônico em data posterior a esta. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 17 de setembro de 2019. Eu, Sidnéia de Oliveira Freitas Fortes, o digitei. Eu, Cintya Luana Araujo Gandra , Diretora de Secretaria, o conferi.

Celso Souza de Paula
Juiz de Direito

TJ/AM - COMARCA DE MANAUS
JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JURI
JUIZ(A) DE DIREITO: George Hamilton Lins Barroso
DIRETORA DE SECRETARIA: Cintya Luana Araujo Gandra

EDITAL DE INTIMAÇÃO JULGAMENTO

O Dr. George Hamilton Lins Barroso, Juiz de Direito da 1º Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente O ACUSADO, adiante identificado, que por este Júri e Cartório da 1º Vara do Tribunal do Júri tramitam os termos do processo nº 0229441-66.2014.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra **MIQUÉIAS DOS SANTOS ARAÚJO**, Brasileiro(a), Solteiro, mãe Maria Nilba dos Santos Araújo, Nascido/Nascida 05/04/1995, natural de Manaus - AM, com endereço à Conj. Viver Melhor, 493, Cidade de Deus, CEP 69000-000, Manaus - AM, por infração ao artigo 121... do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPB, o MMº. Juíz de Direito mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas, para INTIMAR O ACUSADO para que compareça neste juízo do 1° Tribunal do Júri, sito na Av. Jornalista Humberto Calderaro Filho, s/n, térreo, setor 3 (Fórum Ministro Henoch Reis), Bairro – Adrianópolis, Manaus-AM, **no dia 16/10/2019 às 08:00h, a fim de ser submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular,** pelo cometimento do crime de homicídio. E para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento, mandou expedir o presente edital, considerado publicado no Diário da Justiça Eletrônico em data posterior a esta. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 17 de setembro de 2019. Eu, GRACE KARINA SOARES DE ARAÚJO, o digitei. Eu, Cintya Luana Araujo Gandra , Diretora de Secretaria, o conferi.

George Hamilton Lins Barroso
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO JULGAMENTO

O Dr. Celso Souza de Paula, Juiz de Direito da 1º Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente O ACUSADO, adiante identificado, que por este Júri e Cartório da 1º Vara do Tribunal do Júri tramitam os termos do processo nº 0219250-98.2010.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra **ELLEN CRISTINA SOUZA DE CASTRO,** Brasileiro(a), Convivente, Prendas do Lar, RG 1740194-1SSP/AM, CPF 787.894.862-34, pai Cosmo Gomes de Castro, mãe Maria de Nazaré Oliveira de Souza, Nascido/Nascida 21/10/1982, natural de Manaus - AM,

com endereço à Rua Purus, 299, Próximo o Baratão da Carne da Grande Vitória, Grande Vitória, Manaus - AM, por infração ao artigo 121, caput c/c art.14 do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPB, o MMº. Juíz de Direito mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas, para INTIMAR O ACUSADO para que compareça no Plenário de Julgamentos, sito na Av. Jornalista Humberto Calderaro Filho, s/n, térreo, setor 3 (Fórum Ministro Henoch Reis), Bairro – Adrianópolis, Manaus-AM, **no dia 14/10/2019 às 13:00h,** a fim de ser submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular, pelo cometimento do crime de homicídio. E para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento, mandou expedir o presente edital, considerado publicado no Diário da Justiça Eletrônico em data posterior a esta. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 09 de setembro de 2019. Eu, Cintya Luana Araujo Gandra, o digitei. Eu, Cintya Luana Araujo Gandra , Diretora de Secretaria, o conferi.

Celso Souza de Paula
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO JULGAMENTO

O Dr. George Hamilton Lins Barroso, Juiz de Direito da 1º Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc...

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente O ACUSADO, adiante identificado, que por este Júri e Cartório da 1º Vara do Tribunal do Júri tramitam os termos do processo nº **0024671-92.2006**.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra **UBIRAJARA DA COSTA HERCULANO,** Brasileiro, Casado, Autônomo, CPF 224.500.922-34, pai José Herculano Sobrinho, mãe Severina Herculano da Costa, natural de Sao Mamede - PB, com endereço à Rua Dom João VI , QD C4, 4, Parque 10 de Novembro, CEP 69054-000, Manaus - AM, Fone 3634-3480, por infração ao artigo 121... do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPB, o MMº. Juíz de Direito mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas, para INTIMAR O ACUSADO para que compareça neste juízo do 1° Tribunal do Júri, sito na Av. Jornalista Humberto Calderaro Filho, s/n, térreo, setor 3 (Fórum Ministro Henoch Reis), Bairro – Adrianópolis, Manaus-AM, **no dia 16/10/2019 às 13:00h, a fim de ser submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular,** pelo cometimento do crime de homicídio. E para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento, mandou expedir o presente edital, considerado publicado no Diário da Justiça Eletrônico em data posterior a esta. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 17 de setembro de 2019. Eu, GRACE KARINA SOARES DE ARAÚJO, o digitei. Eu, Cintya Luana Araujo Gandra , Diretora de Secretaria, o conferi.

George Hamilton Lins Barroso
Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO CELSO SOUZA DE PAULA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CINTYA LUANA ARAUJO GANDRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0433/2019

ADV: CHRISTIANE DE SOUZA GONÇALVES (OAB 4223/AM) - Processo 0261456-93.2011.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crimes contra a vida - INDICIADO: Bruno Alberto Silva e outro - Recebi hoje. Em virtude do erro cometido por este juízo, e demonstrado pelo Patrono do acusado, determino a retirada destes autos da Pauta de Julgamento do dia 02 de outubro de 2019, as 8:30h, para que sejam sanados tais vicios. Diante do exposto, determino a intimação desta para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentarem rol de testemunhas que irão depor em plenário, bem como juntar documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, conforme estabelece o art. 422 do Código de Processo Penal. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 16 de setembro de 2019 Celso Souza de Paula Juiz de Direito

ADV: CHRISTIANE DE SOUZA GONÇALVES (OAB 4223/AM) - Processo 0261456-93.2011.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crimes contra a vida - INDICIADO: Bruno Alberto Silva e outro - FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE, o (a)(s) patrono (a)(s) do acusado (a) para no prazo de 05 (cinco) dias, apresentarem ROL DE TESTEMUNHAS que irão depor em plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias, conforme estabelece o art. 422 do Código de Processo Penal.

ADV: GAMAL SWAMI DE ABREU (OAB 9106/AM), ADV: MARGIDE AMARO DE SOUZA (OAB 10380/AM), ADV: DAISY FEITOSA COUTINHO (OAB 6989/AM) - Processo 0600817-10.2018.8.04.0030 - Petição Criminal - Homicídio Simples - REQUERIDO: A.C.C.R. - ''FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE, o patrono do acusado para que compareça a 1ª Vara do Tribunal do Júri, para Audiência de Instrução e Julgamento, pautada para o dia 08/10/2019 às 10H''

Christiane de Souza Gonçalves (OAB 4223/AM)
Daisy Feitosa Coutinho (OAB 6989/AM)
Gamal Swami de Abreu (OAB 9106/AM)
Margide Amaro de Souza (OAB 10380/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO GEORGE HAMILTON LINS BARROSO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CINTYA LUANA ARAUJO GANDRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0435/2019

ADV: ADJAILSON SILVA FIGUEIRA DE SOUZA (OAB 8620/AM), ADV: ELIANE GONÇALVES DO NASCIMENTO (OAB 11107/AM) - Processo 0244199-89.2010.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Valteny Saldanha da Silva - PUBLICAÇÃO DA SENTENÇA Processo nº 0244199-89.2010.8.04.0001. De ordem do Dr. George Hamilton Lins Barroso, Juiz de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, Estado do Amazonas, Republica Federativa do Brasil, Considerando a Decisão Judicial. FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Cartório do 1º Tribunal do Júri, tramitam os termos do processo nº 0244199-89.2010.8.04.0001 que a Justiça Pública move contra o acusado VALTENY SALDANHA DA SILVA, Brasileiro(a), Solteiro, Montador, RG 1594045-4/AM, CPF 525.165.632-72, pai Antônio Glória da Silva, mãe Maria Helena Saldanha da Silva, Nascido/Nascida 23/11/1981, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua travessa canarinho, 159, Ouro Verde, Manaus - AM, pronunciado como incurso nas sanções do Art. 121, §2°, inciso I (motivo torpe) do Código Penal, a fim de tornar pública a Sentença de (fls. 139 usque 142) a seguir resumida em transcrição "Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO o acusado VALTENY SALDANHA DA SILVA, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do Art. 121, §2°, inciso I (motivo torpe) do Código Penal.",e, para no futuro ninguém alegar ignorância, mandou o MM. Juiz, expedir o presente Edital, que será publicado no Diário Oficial do Estado do Amazonas e afixado na porta principal do Tribunal do Júri. Dado e passado nesta cidade de Manaus - Amazonas,04 de junho de 2019. Eu,Veranilce Marques Paiva, digitei. Eu, Cintya Luana Araujo Gandra, Diretora de Secretaria, confiro e assino.

ADV: ADJAILSON SILVA FIGUEIRA DE SOUZA (OAB 8620/AM), ADV: ELIANE GONÇALVES DO NASCIMENTO (OAB 11107/AM) - Processo 0244199-89.2010.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Valteny Saldanha da Silva - FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE, o (a) patrono(a) do acusado(a) DA CIÊNCIA DA SENTENÇA, resumido em transcrição com o seguinte teor:"Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO

PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO o acusado VALTENY SALDANHA DA SILVA, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do Art. 121, §2°, inciso I (motivo torpe) do Código Penal."

Adjailson Silva Figueira de Souza (OAB 8620/AM)

Eliane Gonçalves do Nascimento (OAB 11107/AM)

2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0286/2019

ADV: NORMA BARBOZA ARAUJO (OAB 2845/AM) - Processo 0028511-13.2006.8.04.0001 (001.06.028511-8) - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - ACUSADO: Gilson Silva de Souza e outro - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Anésio Rocha Pinheiro, Juíza de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(s) ADVOGADO(S) HABILITADO(S) NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime n. 0028511-13.2006.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Gilson Silva de Souza, por infração ao disposto no art. 121, § 2º, I e IV, do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o(s) Dr(s). Norma Barboza Araujo, OAB 2845/AM, a fim de APRESENTAR OU RATIFICAR O ROL DE TESTEMUNHAS QUE IRÃO DEPOR EM PLENÁRIO, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias, no PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 17 de setembro de 2019. Eu, Luis Carlos Pego dos Santos, Estagiário(a), o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA DIRETORA DE SECRETARIA

ADV: MÔNICA ARAÚJO RISUENHO DE SOUZA (OAB 7760/AM) - Processo 0043033-50.2003.8.04.0001 (001.03.043033-0) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉ: Rosineiry da Cunha Pereira e outros - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Anésio Rocha Pinheiro, Juíza de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(s) ADVOGADO(S) HABILITADO(S) NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime n. 0043033-50.2003.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Roberto Rubem da Cunha Pereira, por infração ao disposto no art. 121, § 2º, I e IV, do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o(s) Dr(s). Mônica Araújo Risuenho de Souza, OAB 7760/AM, a fim de APRESENTAR OU RATIFICAR O ROL DE TESTEMUNHAS QUE IRÃO DEPOR EM PLENÁRIO, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias, no PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 17 de setembro de 2019. Eu, Luis Carlos Pego dos Santos, Estagiário(a), o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA DIRETORA DE SECRETARIA

ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: ALDERICIO DE AQUINO SILVA JÚNIOR (OAB 4014/AM), ADV: ORLANDO BOTELHO BENTES (OAB 8863/AM), ADV: SAMUEL CAVALCANTE DA SILVA (OAB 3260/AM), ADV: ABDALLA ISAAC SAHDO JÚNIOR (OAB 2207/AM), ADV: KATHLEEN SENNA DA SILVA (OAB 3323/AM) - Processo 0045245-44.2003.8.04.0001 (001.03.045245-8) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - ACUSADO: Ernane Rocha Pereira - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0045245-44.2003.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Ernane Rocha Pereira, por infração Art. 121 "caput" c/c Art. 14 "caput", II ambos do(a) CP todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Dr. Antônio Frazão Amaral, Dr. Aldericio de Aquino Silva Júnior, Dra. Kathleen Senna da Silva, Dr.Abdalla Isaac Sahdo Júnior, Dr. Samuel Cavalcante da Silva, OAB 8863/AM, 3042/AM, 4014/AM, 3323/AM, 2207/AM e 3260/AM, a fim de se fazer presente na AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO do acusado acima mencionado, designada para o dia 30/09/2019 às 10:00h, neste juízo, na Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5225, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 18 de setembro de 2019. Eu, Nayara Santos de Sá, Estagiário(a), o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: ORLANDO BOTELHO BENTES (OAB 8863/AM), ADV: SAMUEL CAVALCANTE DA SILVA (OAB 3260/AM) - Processo 0045245-44.2003.8.04.0001 (001.03.045245-8) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - ACUSADO: Ernane Rocha Pereira - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0045245-44.2003.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Ernane Rocha Pereira, por infração Art. 121 "caput" c/c Art. 14 "caput", II ambos do(a) CP todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Dr. Orlando Botelho Bentes, OAB 3042/AM,, a fim de ACOSTAR PROCURAÇÃO JUDICIAL DEVIDAMENTE ASSINADO PELO ACUSADO NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, conforme Decisão Interlocutória de fls.239/424 dos autos supracitado. 2º Vara do Tribunal do Júri, Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5225, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 18 de setembro de 2019. Eu, Nayara Santos de Sá, Estagiário(a), o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: EDIERI MARIA MOUSINHO ABITBOL (OAB 7862/

AM) - Processo 0204874-63.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: Rogério Feitoza Neco - EDITAL DE INTIMAÇÃO De ordem do Doutor Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0204874-63.2017.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Rogério Feitoza Neco, por infração Art. 121 "caput" do(a) CP, todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Dr. Edieri Maria Mousinho Abitbol, OAB 7862/AM, a fim de apresentar as Alegações Finais na forma de MEMORIAIS escritos, disposto no Art. 403, § 3º do Código de Processo Penal Brasileiro NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, neste juízo, na Avenida Jornalista Humberto Calderaro Filho, s/nº, Bairro Adrianópolis, CEP - 69.057-021, Fones: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 17 de setembro de 2019. Eu, Arlyson Alvarenga do Nascimento, Estagiário(a) o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: ORLANDO BOTELHO BENTES (OAB 8863/AM), ADV: ADNILSO GOMES NERY (OAB 4124/AM), ADV: LEONARDO ANASTACIO MASCARENHAS (OAB 27975/BA), ADV: ANA ESMELINDA MENEZES DE MELO (OAB A3569/AM) - Processo 0210616-06.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Joseney das Neves Morais - Thiago Carvalho Trindade - Germano da Luz Júnior e outro - EDITAL DE INTIMAÇÃO De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0210616-06.2016.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Germano da Luz Júnior, Thiago Carvalho Trindade e Joseney das Neves Morais, por infração Art. 121 § 2º, IV do(a) CPArt. 121 § 2º, IV do(a) CP e Art. 121 § 2º, IV do(a) CP, todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Dr. Orlando Botelho BentesLeonardo Anastacio MascarenhasAdnilso Gomes NeryAna Esmelinda Menezes de MeloLeonardo Anastacio Mascarenhas, OAB A3569/AM, 27975/BA, 8863/AM, 27975/BA e 4124/AM, a fim de apresentar as Alegações Finais na forma de MEMORIAIS escritos, disposto no Art. 403, § 3º do Código de Processo Penal Brasileiro NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, neste juízo, na Avenida Jornalista Humberto Calderaro Filho, s/nº, Bairro Adrianópolis, CEP - 69.057-021, Fones: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 17 de setembro de 2019. Eu, Lerissa Souza Neves, Estagiário(a) o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: ANDRÉ LUIZ SIMONETTI RIBEIRO DE SOUZA (OAB 12350/AM), ADV: LUIZ SERGIO VIEIRALVES DONATO LOPES FILHO (OAB 5338/AM), ADV: GORETH CAMPOS RUBIM (OAB 8542/AM), ADV: RAIMUNDO NUNES AMAZONAS (OAB 7379/AM), ADV: VALÉRIA FERREIRA RABELLO (OAB 6287/AM), ADV: ELANE LABORDA DA SILVA (OAB 11222/AM) - Processo 0211411-41.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0200176-14.2017.8.04.0001) - Ação Penal de Competência do Júri - Crimes contra a vida - DENUNCIADO: R.M.N. - R.S.L. - R.A.C. - R.O.P. e outros - RÉU: R.Q.S. - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0211411-41.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Ricardo de Souza Lima, Rodrigo de Oliveira Pereira, Rogério Queiroz de Souza e Reginaldo Muller Neto, por infração Art. 121 § 2º, I (seis vezes) c/c Art. 14, II e Art. 212 (quarenta e seis vezes) c/c Art. 29 "caput" e Art. 121 § 2º, I, III, IV (cinquenta e seis vezes) e Art. 69 "caput" todos do(a) CP e Art. 1-º, IArt. 121 § 2º, I (seis vezes) c/c Art. 14, II e Art. 212 (quarenta e seis vezes) c/c Art. 29 "caput" e Art. 121 § 2º, I, III, IV (cinquenta e seis vezes) e Art. 69 "caput" todos do(a) CP e Art. 1-º, IArt. 121 § 2º, I (seis vezes) c/c Art. 14, II e Art. 212 (quarenta e seis vezes) c/c Art. 29 "caput" e Art. 121 § 2º, I, III, IV (cinquenta e seis vezes) e Art. 69 "caput" todos do(a) CP e Art. 1-º, e Art. 121 § 2º, I (seis vezes) c/c Art. 14, II e Art. 212 (quarenta e seis vezes) c/c Art. 29 "caput" e Art. 121 § 2º, I, III, IV (cinquenta e seis vezes) e Art. 69 "caput" todos do(a) CP e Art. 1-º, I todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Dr. André Luiz Simonetti Ribeiro de Souza, LUIZ SERGIO VIEIRALVES DONATO LOPES FILHO, Elane Laborda da Silva, Raimundo Nunes Amazonas, Goreth Campos Rubim, OAB 11222/AM, 8542/AM, 12350/AM e 5338/AM, a fim de se fazer presente na AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO dos acusados acima mencionados, designada para o dia 16/10/2019, às 08:30h, neste juízo, na Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5225, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 17 de setembro de 2019. Eu, Allan Gabriel G. Fonseca, Estagiário(a), o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: FABIANO CORTEZ DE NEGREIROS (OAB 9281/AM) - Processo 0217366-29.2013.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: A.P.M. - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0217366-29.2013.8.04.0001 e 0209869-51.2019.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra ALESSON PESSOA MOTA e outro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Dr. Fabiano Cortez de Negreiros, OAB 9281/AM, a fim de apresentar as Razões do Recurso em Sentido Estrito, em favor do acusado, conforme determinado nas folhas 3 dos autos apensados (RESE, acima mencionado), neste juízo, na Avenida Jornalista Humberto Calderaro Filho, s/nº, Bairro Adrianópolis, CEP - 69.057-021, Fones: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 17 de setembro de 2019. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Escrivã(o)/Secretária(o) o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA DO SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: JOSÉ RICARDO ALVES GONÇALVES (OAB 12097/AM), ADV: ANTÔNIO GONÇALVES DA COSTA (OAB 1240/AM), ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM),

ADV: JOELMA TAKEDA DE MORAES (OAB 8432/AM), ADV: BENEDITO DE OLIVEIRA COSTA (OAB 13110/AM) - Processo 0601756-43.2019.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉ: S.G.J. - L.S.F. - EDITAL DE INTIMAÇÃO De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0601756-43.2019.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Lucimara de Souza Feitosa e Silvilla Gonçalves Judiss, por infração Art. 121 "caput" do(a) CP, todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR os Dsr. Benedito de Oliveira Costa, José Ricardo Alves Gonçalves, Antônio Gonçalves da Costa, Jerônimo Pereira da Silva Neto, Joelma Takeda de Moraes, OAB 9509/AM, 8432/AM, 13110/AM, 13110/AM, 12097/AM e 1240/AM, a fim de apresentar as Alegações Finais na forma de MEMORIAIS escritos, disposto no Art. 403, § 3º do Código de Processo Penal Brasileiro NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, neste juízo, na Avenida Jornalista Humberto Calderaro Filho, s/nº, Bairro Adrianópolis, CEP - 69.057-021, Fones: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 17 de setembro de 2019. Eu, Lerissa Souza Neves, Estagiário(a) o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: SÂMIA BRENA FURTADO MONTEIRO (OAB 11988/AM), ADV: SIDNEY JOSÉ VIEIRA DE SOUZA (OAB 5798/AM), ADV: JÉSSICA DO NASCIMENTO CORREA (OAB 10254/AM), ADV: LUCIANA DA SILVA TERÇAS (OAB 4121/AM) - Processo 0603485-75.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: P.V.F.R. - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Juíza de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(s) ADVOGADO(S) HABILITADO(S) NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime n. 0603485-75.2017.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Paulo Vitor de Freitas Rolla, por infração ao disposto no art. 121, § 2º, I e IV, do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o(s) Dr(s). Sidney José Vieira de SouzaSâmia Brena Furtado Monteiro, OAB 5798/AM, 11988/AM, 10254/AM e 4121/AM, a fim de APRESENTAR OU RATIFICAR O ROL DE TESTEMUNHAS QUE IRÃO DEPOR EM PLENÁRIO, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias, no PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 17 de setembro de 2019. Eu, Luis Carlos Pego dos Santos, Estagiário(a), o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA DIRETORA DE SECRETARIA

Abdalla Isaac Sahdo Júnior (OAB 2207/AM)
Adnilso Gomes Nery (OAB 4124/AM)
Aldericio de Aquino Silva Júnior (OAB 4014/AM)
Ana Esmelinda Menezes de Melo (OAB A3569/AM)
André Luiz Simonetti Ribeiro de Souza (OAB 12350/AM)
Antônio Frazão Amaral (OAB 3042/AM)
Antônio Gonçalves da Costa (OAB 1240/AM)
Benedito de Oliveira Costa (OAB 13110/AM)
Edieri Maria Mousinho Abitbol (OAB 7862/AM)
Elane Laborda da Silva (OAB 11222/AM)
Fabiano Cortez de Negreiros (OAB 9281/AM)
Goreth Campos Rubim (OAB 8542/AM)
Jerônimo Pereira da Silva Neto (OAB 9509/AM)
Jéssica do Nascimento Correa (OAB 10254/AM)
Joelma Takeda de Moraes (OAB 8432/AM)
José Ricardo Alves Gonçalves (OAB 12097/AM)
Kathleen Senna da Silva (OAB 3323/AM)
Leonardo Anastacio Mascarenhas (OAB 27975/BA)
Luciana da Silva Terças (OAB 4121/AM)
LUIZ SERGIO VIEIRALVES DONATO LOPES FILHO (OAB 5338/AM)
Mônica Araújo Risuenho de Souza (OAB 7760/AM)
Norma Barboza Araujo (OAB 2845/AM)
Orlando Botelho Bentes (OAB 8863/AM)
Raimundo Nunes Amazonas (OAB 7379/AM)
Sâmia Brena Furtado Monteiro (OAB 11988/AM)
Samuel Cavalcante da Silva (OAB 3260/AM)
Sidney José Vieira de Souza (OAB 5798/AM)
Valéria Ferreira Rabello (OAB 6287/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO ANA PAULA DE MEDEIROS BRAGA BUSSULO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0277/2019

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0023698-74.2005.8.04.0001 (001.05.023698-0) - Ação Penal de Competência do Júri - ACUSADO: Elieder Serrão Bezerra Filho - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Juíza de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de n. 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramita o Processo Crime n. 0023698-74.2005.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Elieder Serrão Bezerra Filho, por infração ao art. Art. 121 § 2º, II, IV do(a) CP do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 431 c/c Art. 420, parágrafo único da Lei Adjetiva Penal e Portaria n. 01/2014, a MM.ª Juíza de Direito mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Acusado Elieder Serrão Bezerra Filho, a fim de se fazer presente na SESSÃO DE JULGAMENTO, designada para o DIA 14/10/2019 às 08:00h, no Plenário da ESCOLA SUPERIOR BATISTA DO AMAZONAS - FACULDADE ESBAM, localizada na RUA LEONOR TELES, 153 - ADRIANÓPOLIS, MANAUS - AM, 69057-510, e para que no futuro o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 18 de setembro de 2019. Eu, João Victor Miranda Galeno, Técnico Judiciário, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0025628-30.2005.8.04.0001 (001.05.025628-0) - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - ACUSADO: Zerly Ferreira Figueiredo - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Juíza de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de n. 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramita o Processo Crime n. 0025628-30.2005.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Zerly Ferreira Figueiredo, por infração ao art. Art. 121 § 2º, II c/c Art. 14 "caput", II ambos do(a) CP do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 431 c/c Art. 420, parágrafo único da Lei Adjetiva Penal

e Portaria n. 01/2014, a MM.ª Juíza de Direito mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Acusado Zerly Ferreira Figueiredo, a fim de se fazer presente na SESSÃO DE JULGAMENTO, designada para o DIA 14/10/2019 às 13:00h, no Plenário da ESCOLA SUPERIOR BATISTA DO AMAZONAS - FACULDADE ESBAM, localizada na RUA LEONOR TELES, 153 - ADRIANÓPOLIS, MANAUS - AM, 69057-510, e para que no futuro o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 18 de setembro de 2019. Eu, João Victor Miranda Galeno, Técnico Judiciário, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0209387-55.2009.8.04.0001 (001.09.209387-7) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - ACUSADO: Adriano Barbosa Mendonça - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Juíza de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de n. 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramita o Processo Crime n. 0209387-55.2009.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Adriano Barbosa Mendonça, por infração ao art. Art. 121 "caput" c/c Art. 14, II ambos do(a) CP do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 431 c/c Art. 420, parágrafo único da Lei Adjetiva Penal e Portaria n. 01/2014, a MM.ª Juíza de Direito mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Acusado Adriano Barbosa Mendonça, a fim de se fazer presente na SESSÃO DE JULGAMENTO, designada para o DIA 18/10/2019 às 08:00h, no Plenário da ESCOLA SUPERIOR BATISTA DO AMAZONAS - FACULDADE ESBAM, localizada na RUA LEONOR TELES, 153 - ADRIANÓPOLIS, MANAUS - AM, 69057-510, e para que no futuro o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 18 de setembro de 2019. Eu, João Victor Miranda Galeno, Técnico Judiciário, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0211477-65.2011.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - ACUSADO: Gilson Rafael Filgueira Gomes - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Juíza de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de n. 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramita o Processo Crime n. 0211477-65.2011.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Gilson Rafael Filgueira Gomes, por infração ao art. Art. 121 "caput" c/c Art. 14, II ambos do(a) CP do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 431 c/c Art. 420, parágrafo único da Lei Adjetiva Penal e Portaria n. 01/2014, a MM.ª Juíza de Direito mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Acusado Gilson Rafael Filgueira Gomes, a fim de se fazer presente na SESSÃO DE JULGAMENTO, designada para o DIA 18/10/2019 às 13:00h, no Plenário da ESCOLA SUPERIOR BATISTA DO AMAZONAS - FACULDADE ESBAM, localizada na RUA LEONOR TELES, 153 - ADRIANÓPOLIS, MANAUS - AM, 69057-510, e para que no futuro o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 18 de setembro de 2019. Eu, João Victor Miranda Galeno, Técnico Judiciário, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0220535-29.2010.8.04.0001 (001.10.220535-4) - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - ACUSADO: Alriney da Silva Lima - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Juíza de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de n. 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramita o Processo Crime n. 0220535-29.2010.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Alriney da Silva Lima, por infração ao art. Art. 121 "caput" c/c Art. 14, II ambos do(a) CP do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 431 c/c Art. 420, parágrafo único da Lei Adjetiva Penal e Portaria n. 01/2014, a MM.ª Juíza de Direito mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Acusado Alriney da Silva Lima, a fim de se fazer presente na SESSÃO DE JULGAMENTO, designada para o DIA 15/10/2019 às 08:00h, no Plenário da ESCOLA SUPERIOR BATISTA DO AMAZONAS - FACULDADE ESBAM, localizada na RUA LEONOR TELES, 153 - ADRIANÓPOLIS, MANAUS - AM, 69057-510 , e para que no futuro o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 18 de setembro de 2019. Eu, João Victor Miranda Galeno, Técnico Judiciário, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0220750-05.2010.8.04.0001 (001.10.220750-0) - Ação Penal de Competência do Júri - ACUSADO: Joberson dos Reis Moraes - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Juíza de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de n. 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramita o Processo Crime n. 0220750-05.2010.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Joberson dos Reis Moraes, por infração ao art. Art. 121 "caput" do(a) CP do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 431 c/c Art. 420, parágrafo único da Lei Adjetiva Penal e Portaria n. 01/2014, a MM.ª Juíza de Direito mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Acusado Joberson dos Reis Moraes, a fim de se fazer presente na SESSÃO DE JULGAMENTO, designada para o DIA 15/10/2019 às 13:00h, no Plenário da ESCOLA SUPERIOR BATISTA DO AMAZONAS - FACULDADE ESBAM, localizada na RUA LEONOR TELES, 153 - ADRIANÓPOLIS, MANAUS - AM, 69057-510, e para que no futuro o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 18 de setembro de 2019. Eu, João Victor Miranda Galeno, Técnico Judiciário, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: ANTONIO EDERVAL DE LIMA (OAB 1780/AM) - Processo 0221696-11.2009.8.04.0001 (001.09.221696-0) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - ACUSADO: Ramon Carvalho Silva - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Juíza de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de n. 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramita o Processo Crime n. 0221696-11.2009.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Ramon Carvalho Silva, por infração ao art. Art. 121 "caput" do(a) CP do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 431 c/c Art. 420, parágrafo único da Lei Adjetiva Penal e Portaria n. 01/2014, a MM.ª Juíza de Direito

mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Acusado Ramon Carvalho Silva, a fim de se fazer presente na SESSÃO DE JULGAMENTO, designada para o DIA 16/10/2019 às 13:00h, no Plenário da ESCOLA SUPERIOR BATISTA DO AMAZONAS - FACULDADE ESBAM, localizada na RUA LEONOR TELES, 153 - ADRIANÓPOLIS, MANAUS - AM, 69057-510, e para que no futuro o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 18 de setembro de 2019. Eu, João Victor Miranda Galeno, Técnico Judiciário, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0222218-96.2013.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - ACUSADO: J.S.S. - DEFENSORA: D.P.E.A. - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Juíza de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de n. 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramita o Processo Crime n. 0222218-96.2013.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Jucicleupe Santos Soares, por infração ao art. Art. 121 § 2º, II do(a) CP do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 431 c/c Art. 420, parágrafo único da Lei Adjetiva Penal e Portaria n. 01/2014, a MM.ª Juíza de Direito mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Acusado Jucicleupe Santos Soares, a fim de se fazer presente na SESSÃO DE JULGAMENTO, designada para o DIA 17/10/2019 às 08:00h, no Plenário da ESCOLA SUPERIOR BATISTA DO AMAZONAS - FACULDADE ESBAM, localizada na RUA LEONOR TELES, 153 - ADRIANÓPOLIS, MANAUS - AM, 69057-510, e para que no futuro o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 18 de setembro de 2019. Eu, João Victor Miranda Galeno, Técnico Judiciário, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0223477-58.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: W.N.C. - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Juíza de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de n. 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramita o Processo Crime n. 0223477-58.2015.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra WELLINTON DO NASCIMENTO CASTRO, por infração ao art. Art. 121 § 2º, I do(a) CP do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 431 c/c Art. 420, parágrafo único da Lei Adjetiva Penal e Portaria n. 01/2014, a MM.ª Juíza de Direito mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Acusado WELLINTON DO NASCIMENTO CASTRO, a fim de se fazer presente na SESSÃO DE JULGAMENTO, designada para o DIA 17/10/2019 às 10:00h, no Plenário da ESCOLA SUPERIOR BATISTA DO AMAZONAS - FACULDADE ESBAM, localizada na RUA LEONOR TELES, 153 - ADRIANÓPOLIS, MANAUS - AM, 69057-510, e para que no futuro o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 18 de setembro de 2019. Eu, João Victor Miranda Galeno, Técnico Judiciário, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

Antonio Ederval de Lima (OAB 1780/AM)

Sem Patrono (OAB /AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

JUIZ(A) DE DIREITO ANA PAULA DE MEDEIROS BRAGA BUSSULO

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0280/2019

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0221687-49.2009.8.04.0001 (001.09.221687-1) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - ACUSADO: Gutierre Gomes Ribeiro - De ordem da MM.ª Juíza, Dra. Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, faço vistas dos autos às Partes, para ciência da Sessão de Julgamento designada para o dia 16/10/2019 às 08:00h.

Sem Patrono (OAB /AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

JUIZ(A) DE DIREITO ANA PAULA DE MEDEIROS BRAGA BUSSULO

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0281/2019

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0221687-49.2009.8.04.0001 (001.09.221687-1) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - ACUSADO: Gutierre Gomes Ribeiro - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Juíza de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de n. 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramita o Processo Crime n. 0221687-49.2009.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Gutierre Gomes Ribeiro, por infração ao art. Art. 121 “caput” c/c Art. 14 “caput”, II ambos do(a) CP do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 431 c/c Art. 420, parágrafo único da Lei Adjetiva Penal e Portaria n. 01/2014, a MM.ª Juíza de Direito mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Acusado Gutierre Gomes Ribeiro, a fim de se fazer presente na SESSÃO DE JULGAMENTO, designada para o DIA 16/10/2019 às 08:00h, no Plenário da ESCOLA SUPERIOR BATISTA DO AMAZONAS - FACULDADE ESBAM, localizada na RUA LEONOR TELES, 153 - ADRIANÓPOLIS, MANAUS - AM, 69057-510, e para que no futuro o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 18 de setembro de 2019. Eu, João Victor Miranda Galeno, Técnico Judiciário, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

Sem Patrono (OAB /AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

JUIZ(A) DE DIREITO ANA PAULA DE MEDEIROS BRAGA BUSSULO

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0282/2019

ADV: ANTONIO EDERVAL DE LIMA (OAB 1780/AM) - Processo 0008714-79.2010.8.04.0011 (011.10.008714-1) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - ACUSADO: Carlos Alberto Santana Sampaio - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Juíza de Direito da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0008714-79.2010.8.04.0011, que a Justiça Pública move contra

Carlos Alberto Santana Sampaio, por infração Art. 121 § 2º, IV do(a) CP todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 431 c/c Art. 420, parágrafo único do CPP e Portaria nº 01/2014, a MM. Juíza de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Acusado Carlos Alberto Santana Sampaio, a fim de se fazer presente na SESSÃO DE JULGAMENTO, da Pauta Extraordinária, designada para o dia 14/10/2019 às 08:00h, no Auditório da ESMAM, prédio anexo ao Edifício Desembargador Arnoldo Peres, localizado na Av. André Araújo, s/nº, Aleixo, Manaus/Am - CEP 69060-000, Fone (92) 2129-6666, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 17 de setembro de 2019. Eu, Mayara Vanessa Gomes Rodrigues Martins, Assistente JudiciárioNAJV, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

Antonio Ederval de Lima (OAB 1780/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

JUIZ(A) DE DIREITO ANA PAULA DE MEDEIROS BRAGA BUSSULO

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0284/2019

ADV: PEDRO CAVALCANTE DA COSTA (OAB 7292/AM) - Processo 0041257-10.2006.8.04.0001 (001.06.041257-8) - Ação Penal de Competência do Júri - ACUSADO: Valquemir Nunes Gadelha e outro - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Juíza de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0041257-10.2006.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Valquemir Nunes Gadelha e Valquimar Nunes Gadelha, por infração Art. 121 § 2º, II c/c Art. 29 "caput" ambos do(a) CP e Art. 121 § 2º, II c/c Art. 29 "caput" ambos do(a) CP todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Dr. Pedro Cavalcante da Costa, OAB 7292/AM, a fim de se fazer presente na SESSÃO DE JULGAMENTO do acusado acima mencionado, designada para o dia 14/10/2019 às 08:00h, que será realizada na 1ª Sala da ESMAM, prédio anexo ao Edifício Desembargador Arnoldo Peres, localizado na Av. André Araújo, s/nº, Aleixo, Manaus/Am, CEP 69060-000, Fone (92) 2129-6666, E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, Fone: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 14 de setembro de 2019. Eu, João Victor Miranda Galeno, Técnico Judiciário, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora De Secretaria

ADV: PEDRO CAVALCANTE DA COSTA (OAB 7292/AM) - Processo 0041257-10.2006.8.04.0001 (001.06.041257-8) - Ação Penal de Competência do Júri - ACUSADO: Valquemir Nunes Gadelha e outro - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Juline Rossendy Rosa Neres, Juíza de Direito, da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0041257-10.2006.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Valquimar Nunes Gadelha e Valquemir Nunes Gadelha, por infração Art. 121 § 2º, II c/c Art. 29 "caput" ambos do(a) CP e Art. 121 § 2º, II c/c Art. 29 "caput" ambos do(a) CP todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 431 c/c Art. 420, parágrafo único do CPP e Portaria nº 01/2014, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Acusado Valquimar Nunes Gadelha e Valquemir Nunes Gadelha, a fim de se fazer presente na SESSÃO DE JULGAMENTO, designada para o dia 14/10/2019 às 08:00h, que será realizada na 1ª Sala da ESMAM, prédio anexo ao Edifício Desembargador Arnoldo Peres, localizado na Av. André Araújo, s/nº, Aleixo, Manaus/Am, CEP 69060-000, Fone (92) 2129-6666, no dia ,, Fone: 3303-5225, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, Fone: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 14 de setembro de 2019. Eu, João Victor Miranda Galeno, Técnico Judiciário, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

Pedro Cavalcante da Costa (OAB 7292/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

JUIZ(A) DE DIREITO ANA PAULA DE MEDEIROS BRAGA BUSSULO

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0285/2019

ADV: VILSON GOMES BENAYON FILHO (OAB 4820/AM) - Processo 0008924-39.2005.8.04.0001 (001.05.008924-3) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - ACUSADO: Jarbson Bento Braga - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Juiza de Direito da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0008924-39.2005.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Jarbson Bento Braga, por infração Art. 121 § 2º, II do(a) CP todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 431 c/c Art. 420, parágrafo único do CPP e Portaria nº 01/2014, a MM. Juíza de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Acusado Jarbson Bento Braga, a fim de se fazer presente na SESSÃO DE JULGAMENTO, da Pauta Extraordinária, designada para o dia 14/10/2019 às 13:00h, no AUDITÓRIO ESMAM, prédio anexo ao Edifício Desembargador Arnoldo Peres, localizado na Av. André Araújo, s/nº, Aleixo, Manaus/Am - CEP 69060-000, Fone (92) 2129-6666, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 17 de setembro de 2019. Eu, Mayara Vanessa Gomes Rodrigues Martins, Assistente Judiciário-NAJV, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

Vilson Gomes Benayon Filho (OAB 4820/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

JUIZ(A) DE DIREITO ANA PAULA DE MEDEIROS BRAGA BUSSULO

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0287/2019

ADV: ANTONIO EDERVAL DE LIMA (OAB 1780/AM) - Processo 0044986-78.2005.8.04.0001 (001.05.044986-0) - Ação Penal de Competência do Júri - ACUSADO: Luciano Rodrigues da Silva - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº

03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0044986-78.2005.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Luciano Rodrigues da Silva, por infração Art. 121 § 2º, II do(a) CP todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 431 c/c Art. 420, parágrafo único do CPP e Portaria nº 01/2014, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Acusado Luciano Rodrigues da Silva, a fim de se fazer presente na SESSÃO DE JULGAMENTO, designada para o dia 14/10/2019 às 13:00h, no Plenário do Júri neste juízo, que será realizada na 1ª Sala da ESMAM, prédio anexo ao Edifício Desembargador Arnoldo Peres, localizado na Av. André Araújo, s/nº, Aleixo, Manaus/Am, CEP 69060-000, Fone (92) 2129-6666, no dia - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, Fone: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 14 de setembro de 2019. Eu, João Victor Miranda Galeno, Técnico Judiciário, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

Antonio Ederval de Lima (OAB 1780/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

JUIZ(A) DE DIREITO ANA PAULA DE MEDEIROS BRAGA BUSSULO

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0288/2019

ADV: ANTONIO EDERVAL DE LIMA (OAB 1780/AM) - Processo 0230645-53.2011.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - ACUSADO: Selço da Silva Castro - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Juíza de Direito da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0230645-53.2011.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Selço da Silva Castro, por infração Art. 121 § 2º, IV do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 431 c/c Art. 420, parágrafo único do CPP e Portaria nº 01/2014, a MM. Juíza de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Acusado Selço da Silva Castro, a fim de se fazer presente na SESSÃO DE JULGAMENTO, da Pauta Extraordinária, designada para o dia 14/10/2019 às 08:00h, na 2ª SALA DA ESMAM, prédio anexo ao Edifício Desembargador Arnoldo Peres, localizado na Av. André Araújo, s/nº, Aleixo, Manaus/Am - CEP 69060-000, Fone (92) 2129-6666, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 17 de setembro de 2019. Eu, Mayara Vanessa Gomes Rodrigues Martins, Assistente Judiciário-NAJV, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

Antonio Ederval de Lima (OAB 1780/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

JUIZ(A) DE DIREITO ANA PAULA DE MEDEIROS BRAGA BUSSULO

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0289/2019

ADV: ANTONIO EDERVAL DE LIMA (OAB 1780/AM) - Processo 0230806-97.2010.8.04.0001 (001.10.230806-4) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - ACUSADO: Venancio Washington Vieira Braz - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Juíza de Direito da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0230806-97.2010.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Venancio Washington Vieira Braz, por infração Art. 121 § 2º, II, IV do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 431 c/c Art. 420, parágrafo único do CPP e Portaria nº 01/2014, a MM. Juíza de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Acusado Venancio Washington Vieira Braz, a fim de se fazer presente na SESSÃO DE JULGAMENTO, da Pauta Extraordinária, designada para o dia 14/10/2019 às 13:00h, na 2ª Sala da ESMAM, prédio anexo ao Edifício Desembargador Arnoldo Peres, localizado na Av. André Araújo, s/nº, Aleixo, Manaus/Am - CEP 69060-000, Fone (92) 2129-6666, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 17 de setembro de 2019. Eu, Mayara Vanessa Gomes Rodrigues Martins, Assistente Judiciário-NAJV, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

Antonio Ederval de Lima (OAB 1780/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

JUIZ(A) DE DIREITO ANA PAULA DE MEDEIROS BRAGA BUSSULO

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0290/2019

ADV: ANTONIO EDERVAL DE LIMA (OAB 1780/AM) - Processo 0233602-95.2009.8.04.0001 (001.09.233602-8) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCITE: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - ACUSADO: Luis Pereira da Silva - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Juíza de Direito da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0233602-95.2009.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Luis Pereira da Silva, por infração Art. 121 "caput" do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 431 c/c Art. 420, parágrafo único do CPP e Portaria nº 01/2014, a MM. Juíza de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Acusado Luis Pereira da Silva, a fim de se fazer presente na SESSÃO DE JULGAMENTO, da Pauta Extraordinária, designada para o dia 15/10/2019 às 08:00h, na 2ª Sala da ESMAM, prédio anexo ao Edifício Desembargador Arnoldo Peres, localizado na Av. André Araújo, s/nº, Aleixo, Manaus/Am - CEP 69060-000, Fone (92) 2129-6666, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 18 de setembro de 2019. Eu, Mayara Vanessa Gomes Rodrigues Martins, Assistente Judiciário-NAJV, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

Antonio Ederval de Lima (OAB 1780/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

JUIZ(A) DE DIREITO ANA PAULA DE MEDEIROS BRAGA BUSSULO

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA SOCORRO LEANDRO DA

SILVA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0291/2019

ADV: LUCÍLIA BRUNA TORRES MONTEIRO NUNES (OAB 9904/AM) - Processo 0234262-26.2008.8.04.0001 (001.08.234262-9) - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - ACUSADA: Viviane Lima Verde de Carvalho - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Juíza de Direito da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente a ACUSADA, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0234262-26.2008.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Viviane Lima Verde de Carvalho, por infração Art. 121 "caput" c/c Art. 14 "caput", II ambos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 431 c/c Art. 420, parágrafo único do CPP e Portaria nº 01/2014, a MM. Juíza de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR a Acusada Viviane Lima Verde de Carvalho, a fim de se fazer presente na SESSÃO DE JULGAMENTO, da Pauta Extraordinária, designada para o dia 15/10/2019 às 13:00h, na 2ª Sala da ESMAM, prédio anexo ao Edifício Desembargador Arnoldo Peres, localizado na Av. André Araújo, s/nº, Aleixo, Manaus/Am - CEP 69060-000, Fone (92) 2129-6666, e para que, no futuro, a mesma não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 18 de setembro de 2019. Eu, Mayara Vanessa Gomes Rodrigues Martins, Assistente Judiciário-NAJV, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: LUCÍLIA BRUNA TORRES MONTEIRO NUNES (OAB 9904/AM) - Processo 0234262-26.2008.8.04.0001 (001.08.234262-9) - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - ACUSADA: Viviane Lima Verde de Carvalho - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Juíza de Direito da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente a ADVOGADA HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0234262-26.2008.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Viviane Lima Verde de Carvalho, por infração Art. 121 "caput" c/c Art. 14 "caput", II ambos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, a MM. Juíza de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Dr. Lucília Bruna Torres Monteiro Nunes, OAB 9904/AM, a fim de se fazer presente na SESSÃO DE JULGAMENTO, da pauta Extraordinária), da acusada acima mencionado, designada para o dia 15/10/2019 às 13:00h, na 2ª Sala da ESMAM, prédio anexo ao Edifício Desembargador Arnoldo Peres, localizado na Av. André Araújo, s/nº, Aleixo, Manaus/Am - CEP 69060-000, Fone (92) 2129-6666, e para que, no futuro, a mesma não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 18 de setembro de 2019. Eu, Mayara Vanessa Gomes Rodrigues Martins, Assistente Judiciário-NAJV, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora De Secretaria

Lucília Bruna Torres Monteiro Nunes (OAB 9904/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

JUIZ(A) DE DIREITO ANA PAULA DE MEDEIROS BRAGA BUSSULO

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0292/2019

ADV: HORLANDO HALIX RIBEIRO DE BRITO (OAB 5102/AM) - Processo 0059744-33.2003.8.04.0001 (001.03.059744-8) - Ação Penal de Competência do Júri - ACUSADO: Samuel Marques de Oliveira - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Juíza de Direito da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0059744-33.2003.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Samuel Marques de Oliveira, por infração Art. 121 "caput" do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 431 c/c Art. 420, parágrafo único do CPP e Portaria nº 01/2014, a MM. Juíza de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Acusado Samuel Marques de Oliveira, a fim de se fazer presente na SESSÃO DE JULGAMENTO, da pauta Extraordinária, designada para o dia 15/10/2019 às 13:00h, na 1ª Sala da ESMAM, prédio anexo ao Edifício Desembargador Arnoldo Peres, localizado na Av. André Araújo, s/nº, Aleixo, Manaus/Am - CEP 69060-000, Fone (92) 2129-6666, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 18 de setembro de 2019. Eu, Mayara Vanessa Gomes Rodrigues Martins, Assistente Judiciário-NAJV, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: HORLANDO HALIX RIBEIRO DE BRITO (OAB 5102/AM) - Processo 0059744-33.2003.8.04.0001 (001.03.059744-8) - Ação Penal de Competência do Júri - ACUSADO: Samuel Marques de Oliveira - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Juíza de Direitoda 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0059744-33.2003.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Samuel Marques de Oliveira, por infração Art. 121 "caput" do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, a MM. Juíza de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Dr. Horlando Halix Ribeiro de Brito, OAB 5102/AM, a fim de se fazer presente na SESSÃO DE JULGAMENTO, da Pauta Extraordinária, do acusado acima mencionado, designada para o dia 15/10/2019 às 13:00h, na 1ª Sala da ESMAM, prédio anexo ao Edifício Desembargador Arnoldo Peres, localizado na Av. André Araújo, s/nº, Aleixo, Manaus/Am - CEP 69060-000, Fone (92) 2129-6666 , e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 18 de setembro de 2019. Eu, Mayara Vanessa Gomes Rodrigues Martins, Assistente Judiciário-NAJV, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora De Secretaria

Horlando Halix Ribeiro de Brito (OAB 5102/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

JUIZ(A) DE DIREITO ANA PAULA DE MEDEIROS BRAGA BUSSULO

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0293/2019

ADV: ANTONIO EDERVAL DE LIMA (OAB 1780/AM) - Processo 0046865-23.2005.8.04.0001 (001.05.046865-1) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - ACUSADO: Nelinho Souza dos Santos - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem da Doutora

Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Juíza de Direito da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0046865-23.2005.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Nelinho Souza dos Santos, por infração Art. 121 "caput" do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 431 c/c Art. 420, parágrafo único do CPP e Portaria nº 01/2014, a MM. Juíza de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Acusado Nelinho Souza dos Santos, a fim de se fazer presente na SESSÃO DE JULGAMENTO, Pauta Extraordinária, designada para o dia 15/10/2019 às 08:00h, no Auditório da ESMAM, prédio anexo ao Edifício Desembargador Arnoldo Peres, localizado na Av. André Araújo, s/nº, Aleixo, Manaus/Am - CEP 69060-000, Fone (92) 2129-6666,, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 18 de setembro de 2019. Eu, Mayara Vanessa Gomes Rodrigues Martins, Assistente Judiciário-NAJV, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

Antonio Ederval de Lima (OAB 1780/AM)

3ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

JUÍZO DE DIREITO DA 3º VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

JUIZ(A) DE DIREITO MAURO MORAES ANTONY

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL DIEGO DE JESUS BRAGA DA COSTA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0251/2019

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0229427-19.2013.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - ACUSADO: Dioni Guimarães Lira e outros - De ordem do Juízo da 3ª Vara do Tribunal do Júri, Adonaid Abrantes de Souza Tavares, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de INTIMAR o acusado KENNY ROGER SOUZA LESSA, Brasileiro(a), RG 22766839, CPF 006.846.922-52, pai José Santana Cruz Lessa, mãe Graciete Costa de Souza, Nascido 27/03/1989, natural de Manaus - AM, com endereço à Avenida Real, 328, Mauazinho II, Manaus - AM, nos termos do art. 420, § único do CPP, da SENTENÇA de IMPRONÚNCIA, proferida nestes autos da Ação Penal nº. 0229427-19.2013.8.04.0001. O presente Edital é expedido com prazo de 15 (quinze) dias, contado do dia da publicação na imprensa oficial. O prazo para recurso correrá após o término dos 15 (quinze) dias, salvo se, no curso deste, for feita a intimação por qualquer das outras formas estabelecidas na legislação processual penal. Cópia da Sentença de Pronúncia ficará à disposição do acusado, pelo prazo deste edital e do recursal, em Juízo, na Secretaria da 3.ª Vara do Tribunal do Júri, Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, 4º andar, Setor 06 - Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5152, Manaus-AM - E-mail: 3tribunal.juri@tjam.jus.br. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 17 de setembro de 2019. Eu, Daniel Oliveira Alves, Assistente Judiciário, o digitei.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0236214-98.2012.8.04.0001 - Inquérito Policial - Crimes contra a vida - INDICIADO: A ESCLARECER - Arquive-se.

ADV: ANTÔNIO GONÇALVES DA COSTA (OAB 1240/AM), ADV: MARIO PORTO DE AGUIAR (OAB 2296/AM), ADV: JUVENAL SEVERINO BOTELHO (OAB 5044/AM) - Processo 0238423-40.2012.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - ACUSADO: Luciana Moriz Barroso - Para fins de impulsionar o feito, obedecendo a comando judicial constante da parte final da decisão de pronúncia, esta secretaria INTIMA os advogados 2296/AM - Mario Porto de Aguiar, 1240/AM - Antônio Gonçalves da Costa e 5044/AM - Juvenal Severino Botelho para, em 05 (cinco) dias, apresentar(em) o rol de testemunhas, devidamente qualificadas, que irão depor em Plenário, até o máximo de 05 (cinco) por crime imputado a cada acusado(a)(s) (limite legal e jurisprudencial), oportunidade em que poderão juntar documentos e requererem diligências necessárias, nos termos do art 422, do CPP. Considerando ser impróprio o prazo de 05 (cinco) dias do art. 422 do CPP e valendo-se este Juízo dos poderes ordinatórios e instrutórios inerentes à atividade jurisdicional, fica estabelecido o prazo limite de 02 (dois) MESES antes da data do julgamento em plenário para os requerimentos das partes, fundados no art. 422 do CPP, nos exatos termos e razões expostos na parte final da decisão de pronúncia.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0243110-55.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Feminicídio - RÉU: Antonio Rodrigues da Costa Filho - Para fins de impulsionar o feito e com base no Provimento nº. 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria, considerando o decurso de prazo para devolução da Carta Precatória de Intimação às fls. 293, expedirá Ofício à Comarca de Barro Duro/PI, para que informe o mais breve possível, sobre o cumprimento ou não da Carta Precatória.

ADV: GORETH CAMPOS RUBIM (OAB 8542/AM), ADV: LARISSA CAMPOS RUBIM (OAB 11145/AM) - Processo 0245558-98.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: E.F.R. - PROCESSO Nº: 0245558-98.2015.8.04.0001 AÇÃO: Ação Penal de Competência do Júri AUTOR: O MINISTÉRIO PÚBLICO ACUSADO(A)(S):Eldimar Figueiredo Ribeiro VÍTIMA: Roseli de Castro Marinho e Matheus Marinho Martins sentença Vistos. O Ministério Público ajuizou a presente Ação Penal contra ELDIMAR FIGUEIREDO RIBEIRO, qualificados nos autos, imputando-lhes a prática de um delito de homicídio qualificado pelo motivo fútil contra Roseli de Castro Marinho e de um delito de homicídio simples contra Matheus Marinho Martins, em concurso material de infrações penais (art. 121, §2º, II e art. 121, caput, c/c art. 69, todos do Código Penal). Segundo a exordial, em síntese, no dia 06/12/2015, por volta de 06:00, Na Rua Campos Sales, nº 158, Bairro Compensa II, nesta Capital, o acusado, movido por sentimento de vingança, esfaqueou várias vezes a vítima Roseli de Castro Marinho, ocasião em que o filho dessa, o adolescente Matheus Marinho Martins, atacou o acusado, no intuito de defender a mãe, tendo o acusado, em ato contínuo, revidado esfaqueando por diversas vezes a vítima Matheus. As referidas lesões perfuro cortantes teriam sido a causa da morte de ambas as vítimas. A denúncia foi recebida em 21/01/2016. Em 11/01/2017 o Acusado foi pronunciado nos termos da Decisão de fls. 503/507, como incurso no crime previsto no art. 121, §2º, II (motivo fútil) e art. 121, caput, c/c art. 69 todos do CPB. Na fase do art. 422 do CPP, o Ministério Público arrolou como testemunhas para oitiva em Plenário as indicadas na Denúncia e a Defesa indicou as testemunhas LEONARDO MORAES DE OLIVEIRA, MAYRA PINHEIRO LEMOS e ÉRICA DA SILVA MAIA. Estando o processo em ordem para ser submetido ao julgamento plenário pelo Tribunal do Júri, foi redigido Relatório sucinto do processo e foi designada data para o Julgamento em Sessão Plenária do Juri, conforme arts. 423, inciso II, do Código de Processo Penal Brasileiro. Consoante Ata integrante do processo, no dia de hoje, 16/09/2019 o Tribunal do Juri desta Comarca se reuniu, tendo sido formado o Conselho de Sentença. Após a instrução, foram procedidos os debates, nos quais a acusação pediu a condenação do acusado pela prática dos crimes de homicídio qualificado pelo motivo fútil e homicídio simples, respectivamente contra Roseli de Castro Marinho e Matheus Marinho Martins, em concurso material de infrações penais. Sustentou, ainda, em plenário, a agravante da embriaguez preordenada, prevista no art. 61, II, alínea "l", do Código Penal em relação ao homicídio cometido contra a vítima Roseli de Castro Marinho. A defesa do acusado, pediu a desclassificação da conduta praticada contra a vítima Roseli de Castro Marinho para o crime de

homicídio simples privilegiado (art. 121, caput e §1º, do CP) Por sua vez, em relação à vítima Matheus Marinho Martins, a Defesa pediu a absolvição do acusado por ausência de ilicitude da conduta pela configuração da justificante da legítima defesa ou pela dúvida da sua ocorrência ou, subsidiariamente, pela desclassificação da conduta para lesão corporal seguida de morte por ausência do animus necandi. A defesa não sustentou, em plenário, circunstâncias atenuantes. Após, o Conselho de Sentença, o Juiz Presidente, o Ministério Público e a Defesa, se reuniram em sala secreta, tendo os Jurados respondido aos quesitos que lhe foram formulados da seguinte maneira: 1. QUESITOS REFERENTES À VÍTIMA ROSELI DE CASTRO MARINHO 1.1 - A vítima ROSELI DE CASTRO MARINHO faleceu em decorrência das lesões descritas no Laudo de Exame Cadavérico de fls. 436/437 dos autos? Na forma do art. 483, §§1º e 2º, do CPP, MAIS QUE TRÊS JURADOS RESPONDERAM (X) SIM ( )NÃO 1.2 - O Acusado ELDIMAR FIGUEIREDO RIBEIRO foi o autor das lesões sofridas pela vítima ROSELI DE CASTRO MARINHO e descritas no Laudo de Exame Cadavérico de fls. 436/437 dos autos? Na forma do art. 483, §§1º e 2º, do CPP, MAIS QUE TRÊS JURADOS RESPONDERAM (X) SIM ( )NÃO 1.3. - O jurado absolve o Acusado ELDIMAR FIGUEIREDO RIBEIRO em relação aos fatos que vitimaram ROSELI DE CASTRO MARINHO? Em analogia à forma prevista no art. 483, §§1º e 2º, do CPP, MAIS QUE TRÊS JURADOS RESPONDERAM ( ) SIM (X)NÃO 1.4. - O Acusado ELDIMAR FIGUEIREDO RIBEIRO cometeu o crime sob domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima? Na forma do art. 489 do CPP, por maioria, o Conselho de Sentença deliberou ( ) SIM (X) NÃO 1.5. - O Acusado ELDIMAR FIGUEIREDO RIBEIRO cometeu o crime por motivo fútil? Na forma do art. 489 do CPP, por maioria, o Conselho de Sentença deliberou (X) SIM ( ) NÃO 2. QUESITOS REFERENTES À VÍTIMA MATHEUS MARINHO MARTINS 2.1 - A vítima MATHEUS MARINHO MARTINS faleceu em decorrência das lesões descritas no Laudo de Exame Cadavérico de fls. 434/435 dos autos? Na forma do art. 483, §§1º e 2º, do CPP, MAIS QUE TRÊS JURADOS RESPONDERAM (X) SIM ( )NÃO 2.2 - O Acusado ELDIMAR FIGUEIREDO RIBEIRO foi o autor das lesões sofridas pela vítima MATHEUS MARINHO MARTINS e descritas no Laudo de Exame Cadavérico de fls. 436/437 dos autos? Na forma do art. 483, §§1º e 2º, do CPP, MAIS QUE TRÊS JURADOS RESPONDERAM (X) SIM ( )NÃO 2.3. - O jurado absolve o Acusado ELDIMAR FIGUEIREDO RIBEIRO? Em analogia à forma prevista no art. 483, §§1º e 2º, do CPP, MAIS QUE TRÊS JURADOS RESPONDERAM ( ) SIM (X)NÃO 2.4 - O acusado ELDIMAR FIGUEIREDO RIBEIRO quis matar ou assumiu o risco de produzir o resultado morte da vítima MATHEUS MARINHO MARTINS? Na forma do art. 489 do CPP, por maioria, o Conselho de Sentença deliberou (X) SIM ( ) NÃO DISPOSITIVO Ante o exposto, em consonância com o art. 5º, inciso XXXVIII da CF/88, e na forma dos arts. 482 e 483 do CPP, o Conselho de Sentença JULGOU TOTALMENTE PROCEDENTE A IMPUTAÇÃO CONTIDA NA SENTENÇA DE PRONÚNCIA, CONDENANDO ELDIMAR FIGUEIREDO RIBEIRO pela prática dos crimes previstos no art. 121, § 2º, inciso II, e art. 121, caput, ambos do Código Penal, respectivamente contra as vítimas Roseli de Castro Marinho e Matheus Marinho Martins, razão pela qual passo a proceder à individualização da pena do sentenciado condenado, na forma do art. 492, inciso I, do CPP, fixando-lhe a pena-base; considerando as circunstâncias agravantes e atenuantes alegadas nos debates; e impondo-lhe os aumentos ou diminuições da pena, em atenção às causas admitidas pelo Júri. 1. DA INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA 1.1. - DA INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA REFERENTE AO CRIME DO HOMICÍDIO QUALIFICADO PRATICADO CONTRA ROSELI DE CASTRO MARINHO MARTINS 1.1.1 - DA FIXAÇÃO DO QUANTUM SANCIONATÓRIO Em consonância com o sistema trifásico de individualização da pena previsto no art. 68, caput, do CP, as penas definitivas do Acusado pelo crime de homicídio qualificado pelo motivo fútil contra Roseli de Castro Marinho Martins, ao qual foi condenado pelo Conselho de Sentença, resultarão de três operações sucessivas. A pena-base será fixada entre os valores mínimo e máximo abstratamente previstos para o tipo qualificado de homicídio, previsto no preceito secundário do art. 121, §2º, do Código Penal, atendendo-se os critérios do art. 59 do Código Penal, razão pela qual passo avaliar individualmente as circunstâncias judiciais previstas nos referidos dispositivos. Culpabilidade - A ação efetivamente praticada pelo Réu apresenta, no caso concreto, maior reprovabilidade do que aquela já considerada pelo legislador ao incriminar abstratamente a conduta e proceder à individualização legislativa da pena. Isto porque o número de golpes de faca perpetrado pelo acusado no corpo da vítima indica seu intenso dolo de matar. Por tais razões, considero tal circunstância desfavorável. Antecedentes - Não restou demonstrado nos autos que o Réu tenha sido previamente condenado, por sentença penal transitada em julgado por fato antecedente ao apurado na presente ação penal. Por tais razões considero tal circunstância neutra. Conduta Social - Não foi apurada durante a persecução penal a qualidade da relação mantida pelo condenado com a sua família e com a comunidade em que vivia. Por tal razão, considero tal circunstância neutra. Personalidade do agente - No caso concreto, não foram colhidos elementos na instrução em plenário que permitem a este magistrado avaliar, tecnicamente, a personalidade do agente para fins da individualização da sua pena. Por tal razão considero tal circunstância neutra. Motivos do crime - os motivos do crime qualificam o crime de homicídio, no inciso II, do §2º do art. 121, do CP. Tendo o Conselho de Sentença acolhido a qualificadora do motivo fútil, e tendo esta sido utilizada para atrair a incidência do preceito secundário previsto no art. 121, §2º, do CP, deixo de considerá-la como circunstância judicial desfavorável com fito a evitar indevido bis in idem. Circunstâncias do crime - as circunstâncias nas quais se desenvolveu a conduta criminosa apresentam peculiaridades que desbordam do tipo penal de homicídio qualificado pelo qual o acusado foi condenado. A vítima foi morta em sua própria casa, desnuda, na frente de seu próprio filho adolescente. Neste sentido, a lesividade da ação do condenado desbordou tão somente da vítima, passando a atingir o direito ao respeito, dignidade e à proteção integral de adolescente que, antes de também morrer pela ação do réu, presenciou o fato traumático. Mesmo que por curto espaço de tempo, o fato de um adolescente presenciar uma execução fatal contra a sua própria mãe, causou-lhe, com toda certeza, trauma irreversível com consequências psicológicas de extensão imprevisível sobre a formação emocional, da personalidade e, até mesmo, sobre o seu caráter. O condenado sabia que a vítima morava com seu filho adolescente e, portanto, ao entrar na casa da vítima para ceifar a sua vida com facadas, às 06:00 horas, no início da manhã, assumiu o risco da produção de trauma no filho da vítima. O fato de o réu ter matado o filho da vítima Roseli de Castro Marinho Martins, logo após ceifar a vida desta, não afasta a circunstância deste ter, de forma consciente e voluntária, resolvido praticar o crime na frente do filho da vítima, assumido o risco de produzir o trauma acima descrito. Por tal razão considero tal circunstância desfavorável. Consequências do crime - não foram apontadas consequências extrapenais da conduta perpetrada pelo condenado, mormente porquanto o filho da vítima não ficou vivo para efetivamente sofrer as consequências psicológicas advindas da perda de sua mãe. Neste sentido, as consequências do delito não desbordam do resultado naturalístico do tipo penal em comento. Por tal razão considero tal circunstância neutra. Comportamento da vítima - não logrou provar a defesa que a vítima, no momento do fato, tenha dado ensejo à ação criminosa fatal perpetrada pelo acusado. Pela versão do próprio acusado em plenário, não foi a vítima eleita pelo acusado a responsável pelo abandono afetivo perpetrado pela companheira do réu e que lhe causou descontrole emocional, que saciou com o esfaqueamento da vítima. A pecha social do acusado, como “corno”, não foi criada pela vítima, que somente teria lhe xingado em uma ou duas oportunidades. A ausência de freios morais, laxismo de caráter e fraqueza psicológica do acusado não lhe socorre favoravelmente. Por tal razão considero tal circunstância neutra. Analisando no caso concreto as circunstâncias judiciais constantes no art. 59 do CP, recomenda-se a fixação da pena-base imposta ao delito em 16 (dezesseis) anos e 06 (seis) meses de reclusão. Passo à segunda etapa do sistema trifásico. Não constato a incidência de circunstâncias legais atenuantes no caso submetido ao acertamento jurisdicional, tampouco a defesa sustentou alguma atenuante em plenário. Por sua vez, o Ministério Público sustentou, em plenário, a agravante da embriaguez preordenada, prevista no art. 61, II, alínea “l”, do Código Penal. Com efeito, o próprio

acusado, em sua versão apresentada em Plenário do Júri, admitiu que cometeu o crime motivado pelo fato de a vítima ter lhe chamado de "corno" na noite anterior à manhã em que ocorreu o crime, tendo bebido e se drogado durante toda a madrugada vindo por invadir a casa da residência da vítima à 06:00 horas da manhã do dia seguinte, armado-se de uma faca e partido para cima da vítima esfaqueando-a diversas vezes. Tais circunstâncias, conhecidas e provadas nos autos, autorizam, na forma do art. 239 do CP, a conclusão de que o acusado bebeu e se drogou com substâncias entorpecentes ilícitas até o ponto de voltar toda a sua raiva machista na pessoa da vítima, mulher, escolhida covardemente pelo agente dentre toda a comunidade que, na sua visão sexista, lhe afetava a masculinidade. Outra conclusão não se extrai das circunstâncias provadas nos autos que não a de que o réu cometeu o delito mediante embriaguez preordenada, visto que já havia se sentido ofendido pela vítima na noite anterior ao crime e, nesta oportunidade, ainda possuía os freios morais suficientes para não reagir contra a vítima de forma fatal. Tão somente consumir bebidas alcoólicas e utilizar cocaína o acusado, propositalmente, bloqueou o seu superego, dando azo ao seu ímpeto assassino motivado pela vingança banal pelo fato de a vítima ter te chamado de "corno" na noite anterior ao crime. Destarte, tendo em vista a incidência da circunstância legal genérica prevista no art. 61, II, alínea "I", do Código Penal e agravo a pena base em 1/6 (um sexto, fixando como pena intermediária a sanção de 19 (dezenove) anos e 03 (três) meses de reclusão. Na terceira fase da dosimetria das penas, devem ser consideradas as causas de diminuição de pena, sustentadas em plenário e também acatadas pelo Conselho de Sentença, em resposta aos quesitos que lhes forem perguntados. Outrossim, devem ser consideradas as causas de aumento previstas na Sentença de Pronúncia e acatadas pelo Conselho de Sentença, em resposta aos quesitos que lhes forem perguntados. Neste aspecto, em resposta aos quesitos que lhes forem perguntados, o Conselho de Sentença não acatou a minorante prevista no art. 121, § 1º, do CP, sustentada em plenário. Assim, ante a ausência de previsão de causas de aumento na Sentença de Pronúncia, mantenho como definitivo o quantum sancionatório aplicado como pena intermediária, fixando ao sentenciado a pena definitiva de 19 (dezenove) anos e 03 (três) meses de reclusão, como necessária e suficiente para a reprovação e prevenção do crime de homicídio qualificado perpetrado pelo Réu contra a vítima Roseli de Castro Marinho Martins. 1.2. - DA INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA REFERENTE AO CRIME DO HOMICÍDIO SIMPLES PRATICADO CONTRA MATHEUS MARINHO MARTINS 1.2.1 - DA FIXAÇÃO DO QUANTUM SANCIONATÓRIO Em consonância com o sistema trifásico de individualização da pena previsto no art. 68, caput, do CP, as penas definitivas do Acusado pelo crime de homicídio simples contra Matheus Marinho Martins, ao qual foi condenado pelo Conselho de Sentença, resultarão de três operações sucessivas. A pena-base será fixada entre os valores mínimo e máximo abstratamente previstos para o tipo qualificado de homicídio, previsto no preceito secundário do art. 121, caput, do Código Penal, atendendo-se os critérios do art. 59 do Código Penal, razão pela qual passo avaliar individualmente as circunstâncias judiciais previstas nos referidos dispositivos. Culpabilidade - A ação efetivamente praticada pelo Réu apresenta, no caso concreto, maior reprovabilidade do que aquela já considerada pelo legislador ao incriminar abstratamente a conduta e proceder à individualização legislativa da pena. Isto porque o número de golpes de faca perpetrado pelo acusado no corpo da vítima indica seu intenso dolo de matar. Por tais razões, considero tal circunstância desfavorável. Antecedentes - Não restou demonstrado nos autos que o Réu tenha sido previamente condenado, por sentença penal transitada em julgado por fato antecedente ao apurado na presente ação penal. Por tais razões considero tal circunstância neutra. Conduta Social - Não foi apurada durante a persecução penal a qualidade da relação mantida pelo condenado com a sua família e com a comunidade em que vivia. Por tal razão, considero tal circunstância neutra. Personalidade do agente - No caso concreto, não foram colhidos elementos na instrução em plenário que permitem a este magistrado avaliar, tecnicamente, a personalidade do agente para fins da individualização da sua pena. Por tal razão considero tal circunstância neutra. Motivos do crime - o motivo do homicídio perpetrado pelo réu contra a vítima Matheus Marinho Martins foi cometido em razão desta ter partido para cima do réu com uma faca, logo após este ter esfaqueado a sua mãe, talvez como forma de afugentar o agressor ou de fazer cessar a agressão. De todo modo, o motivo do crime decorreu das circunstâncias do crime cometido contra a mãe da vítima de forma que se não favorece, também não prejudica o acusado. Por tal razão considero tal circunstância neutra. Circunstâncias do crime - as circunstâncias nas quais se desenvolveu a conduta criminosa não apresentam peculiaridades que desbordam do tipo penal de homicídio qualificado pelo qual o acusado foi condenado. Por tal razão considero tal circunstância neutra. Consequências do crime - não foram apontadas consequências extrapenais da conduta perpetrada pelo condenado. Neste sentido, as consequências do delito não desbordam do resultado naturalístico do tipo penal em comento. Por tal razão considero tal circunstância neutra. Comportamento da vítima - não logrou provar a defesa que a vítima tenha dado ensejo à ação criminosa fatal perpetrada pelo acusado. Por tal razão considero tal circunstância neutra. Analisando no caso concreto as circunstâncias judiciais constantes no art. 59 do CP, recomenda-se a fixação da pena-base imposta ao delito em 07 (sete) anos e 09 (nove) meses de reclusão. Passo à segunda etapa do sistema trifásico. Não constato a incidência de circunstâncias legais atenuantes no caso submetido ao acertamento jurisdicional, tampouco a defesa sustentou alguma atenuante em plenário. Por sua vez, o Ministério Público também não sustentou, em plenário, agravantes. Destarte, mantenho como pena intermediária a sanção de 07 (sete) anos e 09 (nove) meses de reclusão. Na terceira fase da dosimetria das penas, devem ser consideradas as causas de diminuição de pena, sustentadas em plenário e também acatadas pelo Conselho de Sentença, em resposta aos quesitos que lhes forem perguntados. Outrossim, devem ser consideradas as causas de aumento previstas na Sentença de Pronúncia e acatadas pelo Conselho de Sentença, em resposta aos quesitos que lhes forem perguntados. Assim, ante a ausência de minorantes acatadas pelo conselho de sentença ou causas de aumento na Sentença de Pronúncia, mantenho como definitivo o quantum sancionatório aplicado como pena intermediária, fixando ao sentenciado a pena definitiva de 07 (sete) anos e 09 (nove) meses de reclusão, como necessária e suficiente para a reprovação e prevenção do crime de homicídio perpetrado pelo Réu contra a vítima Matheus Marinho Martins. 1.3 - DO CÚMULO MATERIAL DE INFRAÇÕES PENAIS. Tendo a agente, mediante mais de uma ação, praticado mais de um crime, aplicam-se cumulativamente as penas privativas de liberdade em que haja incorrido, nos termos do art. 69 do Código Penal. Destarte, somando-se as penas acima fixadas ao réu pela prática do criem de homicídio qualificado contra a vítima Roseli de castro Marinho e de homicídio simples contra a vítima Matheus Marinho Martins, chega-se ao cúmulo material sancionatório de 27 (vinte e sete) anos de reclusão. 1.4 - DO REGIME INICIAL DE CUMPRIMENTO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE. Fixo o regime fechado para o início de cumprimento da pena de reclusão imposta ao réu, em atenção ao comando contido no art. 33, §2º, alínea "a", do CP, considerando, ainda, que o réu permaneceu preso cautelarmente apenas por 01 (um) ano 09 (nove) meses e 13 (treze) dias , em razão do presente processo penal, em conformidade com o art. 387, §2º, do CPP. A pena de reclusão deverá ser cumprida em Unidade prisional desta Comarca destinada ao Cumprimento do regime fechado. 1.1.3 - DA IMPOSSIBILIDADE DE SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVAS DE DIREITOS E DA SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA. O art. 44 do Código Penal determina a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos quando: I - aplicada pena privativa de liberdade não superior a quatro anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa ou, qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for culposo; II - o réu não for reincidente em crime doloso; III - a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstâncias indicarem que essa substituição seja suficiente. Outrossim, o art. 77 do CP, prescreve que a execução da pena privativa de liberdade, não superior a 2 (dois) anos, poderá ser suspensa, por 2 (dois) a 4 (quatro) anos, desde que: I - o condenado não seja reincidente em crime doloso; II - a culpabilidade, os

antecedentes, a conduta social e personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias autorizem a concessão do benefício; III - Não seja indicada ou cabível a substituição prevista no art. 44 deste Código. No caso trazido ao acertamento jurisdicional, além da pena privativa de liberdade aplicada ao Réu ser superior a quatro anos, o crime foi cometido com violência à pessoa, razão pela qual torna-se incabível tanto a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos quanto a suspensão condicional da pena, com fulcro no art. 44, incisos I e art. 77, caput, ambos do CP. 1.1.4 - DA DESNECESSIDADE DA DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA EM DESFAVOR DO CONDENADO. Em observância ao comando contido no art. 387, §1º, do CPP, constata-se a desnecessidade da decretação da prisão cautelar do sentenciado, vez que permanecem inalteradas as circunstâncias consideradas na decisão de fls. 608/609, que, em 29/09/2017, concedeu liberdade provisória ao réu, mediante a imposição de medidas cautelares diversas da prisão. Mantenho, portanto, as medidas cautelares diversas da prisão impostas pela decisão de fls. 608/609 e pelas interlocutórias posteriores que eventualmente a modificaram. 2 - DOS EFEITOS DA SENTENÇA CONDENATÓRIA Com fulcro no art. 91, inciso I, do CP, torno certa a obrigação do sentenciado condenado em indenizar o dano causado pelo crime aos familiares da vítima. 3 - DAS PROVIDÊNCIAS FINAIS APÓS O TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA: I - Expeça-se o Mandado de Prisão e, após notícia do seu cumprimento, a Guia de Recolhimento Definitiva no sistema BNMP2.0. II - Lance-se o nome do réu no rol dos culpados; III - oficie-se ao TRE deste Estado comunicando a condenação do réu, com sua devida identificação pessoal, acompanhada de fotocópia da presente decisão, para cumprimento do disposto no art. 71, §22º, do Código Eleitoral c/c art. 15, inciso III, da CF/88; IV -Comunique-se aos órgãos de estatística criminal do Estado; Fica, a priori, o sentenciado obrigado ao pagamento das custas processuais nos termos do art. 804, do CPP. Providências necessárias. A presente sentença foi lida e publicada em Plenário do Júri. INTIMADOS em plenário o Ministério Público, o Réu e sua defesa. Dada a palavra à acusação, nada requereu. Dada a palavra à defesa, interpôs Embargos de Declaração na forma oral, em virtude da omissão da Sentença prolatada quanto à atenuante genérica da confissão espontânea. Com fulcro no princípio da instrumentalidade das formas, este Magistrado passou a julgar, imediatamente, em plenário os Embargos de Declaração opostos pela Defesa nos seguintes termos: SENTENÇA Trata-se de Embargos de Declaração opostos em plenário, na forma oral, em virtude da omissão da Sentença prolatada quanto à atenuante genérica da confissão espontânea. Este Magistrado presidente prolatou Sentença Condenatória, em plenário, fixando o montante 27 (vinte e sete) anos de reclusão em razão da condenação do Réu ELDIMAR FIGUEIREDO RIBEIRO pela prática do criem de homicídio qualificado contra a vítima Roseli de Castro Marinho e de homicídio simples contra a vítima Matheus Marinho Martins. É o relatório necessário. Foi fixada ao sentenciado a pena definitiva de 19 (dezenove) anos e 03 (três) meses de reclusão, como necessária e suficiente para a reprovação e prevenção do crime de homicídio qualificado perpetrado pelo Réu contra a vítima Roseli de Castro Marinho Martins. Foi fixada ao sentenciado a pena definitiva de 07 (sete) anos e 09 (nove) meses de reclusão, como necessária e suficiente para a reprovação e prevenção do crime de homicídio perpetrado pelo Réu contra a vítima Matheus Marinho Martins. Não foi considerada na dosimetria de ambas as sanções, a circunstância legal atenuante genérica da confissão espontânea, prevista no art. 65, III, “d”, do CP. Assiste razão ao Embargante ao indicar a omissão na presente sentença quanto à consideração da referida atenuante. 1. QUANTO À CONSIDERAÇÃO DA ATENUANTE DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA RELATIVA AO AO CRIME DO HOMICÍDIO QUALIFICADO PRATICADO CONTRA ROSELI DE CASTRO MARINHO MARTINS O réu confessou a autoria do fato delitivo cometido contra ROSELI DE CASTRO MARINHO MARTINS em plenário do Júri, razão pela qual faz jus à atenuação da pena em decorrência da aplicação da circunstância legal prevista no art. 65, III, “d”, do CP. Tendo em vista concomitante incidência da circunstância legal genérica prevista no art. 61, II, alínea “l”, do Código Penal, procedo na forma do art. 67 do Código Penal, ante o concurso de atenuantes e agravantes. Neste sentido, devem ser consideradas preponderantes as circunstâncias que resultam dos motivos determinantes do crime, da personalidade do agente e da reincidência. Conforme pacífico entendimento do STJ, a atenuante da confissão espontânea está relacionada à personalidade do agente. Por sua vez, não há dúvida que a agravante da embriagues preordenada resulta dos motivos determinantes do crime. Assim, considero, igualmente preponderantes as circunstâncias legais previstas no art. 65, III, “d” e art. 61, II, alínea “l”, ambos do Código Penal, razão pela qual compenso atenuante com a agravante mencionadas, matendo-se, coo pena intermediária a pena base fixada ao delito, qual seja 16 (dezesseis) anos e 06 (seis) meses de reclusão. Na terceira fase da dosimetria das penas, devem ser consideradas as causas de diminuição de pena, sustentadas em plenário e também acatadas pelo Conselho de Sentença, em resposta aos quesitos que lhes forem perguntados. Outrossim, devem ser consideradas as causas de aumento previstas na Sentença de Pronúncia e acatadas pelo Conselho de Sentença, em resposta aos quesitos que lhes forem perguntados. Neste aspecto, em resposta aos quesitos que lhes forem perguntados, o Conselho de Sentença não acatou a minorante prevista no art. 121, § 1º, do CP, sustentada em plenário. Assim, ante a ausência de previsão de causas de aumento na Sentença de Pronúncia, mantenho como definitivo o quantum sancionatório aplicado como pena intermediária, fixando ao sentenciado a pena definitiva de 16 (dezesseis) anos e 06 (seis) meses de reclusão, como necessária e suficiente para a reprovação e prevenção do crime de homicídio qualificado perpetrado pelo Réu contra a vítima Roseli de Castro Marinho Martins. 2. QUANTO À CONSIDERAÇÃO DA ATENUANTE DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA RELATIVA AO AO CRIME DO HOMICÍDIO SIMPLES PRATICADO CONTRA MATHEUS MARINHO MARTINS Em que pese o réu ter confessado a autoria do fato delitivo em plenário do Júri, assim o fez para sustentar a tese de legítima defesa, configurando, portanto, a chamada “confissão qualificada”, não aceita pelo STF para ensejar a incidência da atenuante da confissão espontânea (art. 65, inciso III, “d”, do CP). Neste sentido (STF. HC 119671, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 05/11/2013, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-237 DIVULG 02-12-2013 PUBLIC 03-12-2013). Outrossim, em atenção à Súmula 545 do STJ, constata-se que em nenhum momento a autoria delitiva restou contraditada nos autos, sendo tal conclusão facilmente extraída pelos simples depoimentos das testemunhas e pela prova pericial acostada aos autos. Destarte não se pode dizer que a confissão foi utilizada para a formação do convencimento dos jurados. Destarte, não entendo cabível a incidência da atenuante da confissão espontânea em relação ao crime de homicídio simples perpetrado contra Matheus Marinho Martins. DISPOSITIVO Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O EMBARGO DE DECLARAÇÃO OPOSTO PELA DEFESA para, aplicar a atenuante da confissão espontânea, prevista no art. 65, inciso III, “d”, do CP tão somente em relação ao crime de homicídio qualificado perpetrado pelo Réu contra a vítima Roseli de Castro Marinho Martins, conferindo efeitos infringentes para fixar-lhe, em definitivo, a pena de 16 (dezesseis) anos e 06 (seis) meses de reclusão de em relação a tal crime. Destarte, altera-se, ainda, o cúmulo material das penas para 24 (vinte e quatro) anos e 03 (três) meses de reclusão. Mantenho, no restante, a sentença penal condenatória embargada. Manaus, 16 de setembro de 2019 Lucas Couto Bezerra

ADV: ROBERTO DE SOUZA SIMONETTI NETO (OAB 8454/AM), ADV: NEILA MARIA DANTAS AZRAK (OAB 10584/AM), ADV: KLEIBIANNO TELES DE SOUZA (OAB 7098/AM), ADV: IGOR COSTA DE SOUZA (OAB 10608/AM), ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM), ADV: CÂNDIDO HONÓRIO SOARES FERREIRA NETO (OAB 5199/AM), ADV: CÂNDIDO HONÓRIO FERREIRA FILHO (OAB 1270/AM), ADV: ANDRÉ LUIZ DUARTE DA CRUZ (OAB 7694/AM), ADV: DIEGO AMÉRICO COSTA SILVA (OAB 5819/AM), ADV: RAIMUNDO NUNES AMAZONAS (OAB 7379/AM), ADV: RÔMULO ALMEIDA DO NASCIMENTO (OAB 2150/AM) - Processo 0246717-13.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - ACUSADO: Cassio Dourado Batista e outros - RÉU: WELLINGTON FERREIRA DA COSTA - De ordem do Juízo da 3ª Vara do Tribunal do Júri, Mauro Moraes Antony, da

Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de INTIMAR o acusado LUIZ DO NASCIMENTO TAVEIRA, Brasileiro(a), RG 2481694-9, mãe Maria do Rozario do Nascimento Taveira, Nascido 09/11/1993, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua 68, 12, Qd. 133, Nova Cidade, CEP 69000-000, Manaus - AM, nos termos do art. 420, § único do CPP, da SENTENÇA de PRONÚNCIA, proferida nestes autos da Ação Penal nº. 0246717-13.2014.8.04.0001. O presente Edital é expedido com prazo de 15 (quinze) dias, contado do dia da publicação na imprensa oficial. O prazo para recurso correrá após o término dos 15 (quinze) dias, salvo se, no curso deste, for feita a intimação por qualquer das outras formas estabelecidas na legislação processual penal. Cópia da Sentença de Pronúncia ficará à disposição do acusado, pelo prazo deste edital e do recursal, em Juízo, na Secretaria da 3.ª Vara do Tribunal do Júri, Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, 4º andar, Setor 06 - Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5152, Manaus-AM - E-mail: 3tribunal.juri@tjam.jus.br. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 17 de setembro de 2019. Eu, Daniel Oliveira Alves, Assistente Judiciário, o digitei.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0248468-06.2012.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crimes contra a vida - VÍTIMAFATO: Aldenor Rodrigues da Silva e outro - ACUSADA: KLÍSSIA BRAGA DA SILVA e outro - De ordem do Juízo da 3ª Vara do Tribunal do Júri, Adonaid Abrantes de Souza Tavares, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de INTIMAR a acusada KLÍSSIA BRAGA DA SILVA, Brasileiro(a), Solteira, pai MANOEL BASTO DA SILVA, mãe EDNELZA MENEZES BRAGA, Nascida 10/09/1991, natural de Manaus - AM, com endereço à Beco Nova Esperança, N° 77, CEL: (92) 99477-6842, Monte das Oliveiras, CEP 69000-000, Manaus - AM, nos termos do art. 420, § único do CPP, da SENTENÇA de PRONÚNCIA, proferida nestes autos da Ação Penal nº. 0248468-06.2012.8.04.0001. O presente Edital é expedido com prazo de 15 (quinze) dias, contado do dia da publicação na imprensa oficial. O prazo para recurso correrá após o término dos 15 (quinze) dias, salvo se, no curso deste, for feita a intimação por qualquer das outras formas estabelecidas na legislação processual penal. Cópia da Sentença de Pronúncia ficará à disposição do acusado, pelo prazo deste edital e do recursal, em Juízo, na Secretaria da 3.ª Vara do Tribunal do Júri, Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, 4º andar, Setor 06 - Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5152, Manaus-AM - E-mail: 3tribunal.juri@tjam.jus.br. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 17 de setembro de 2019. Eu, Daniel Oliveira Alves, Assistente Judiciário, o digitei.

ADV: RENAN RUFINO ROCHA DA SILVA (OAB 9692/AM), ADV: DANIEL FERREIRA MAGALHÃES (OAB 8958/AM), ADV: VITO EDUARDO DE AMORIM ANDRELINO (OAB 9463/AM) - Processo 0257263-69.2010.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: Mauro Maciel Freitas e outros - Reporto-me à petição de fls. 88/886. Os réus Mauro Maciel Freitas e Marco Maciel Freitas requerem o adiamento da sessão agendada para o dia 18.09.2019, argumentando a impossibilidade de comparecimento em razão do estado de saúde de sua genitora. Passo a deliberar. Não obstante a informação acerca do estado de saúde da mãe dos réus Mauro Maciel Freitas e Marco Maciel Freitas, ora requerentes, tal evento não é empecilho para realização do julgamento. O motivo alegado não encontra embasamento legal. O impedimento informado, em que pese ocorrer com a mãe dos acusados, não é causa que impossibilite a presença deles na sessão de Julgamento. Os atos processuais não podem ficar a mercê de eventos que não se refiram a estrita órbita pessoal dos réus, sob pena de criarmos hipóteses de adiamento não previstas pelo legislador. Ademais, consta nos autos que a intimação do Réu Marco Maciel Freitas, fls. 862, fora negativa em razão do mesmo encontrar-se na Cidade de Belém/PA, conforme certificado às 881, informações que foram prestadas pela sua cunhada Sra. Alice. Já o acusado Mauro Maciel Freitas, a sua intimação, fls. 862, restou negativa, conforme pode ser observado às fls. 878, sendo procurado por três vezes (inclusive por hora certa), em sua residência, mas não foi encontrado e, como houvesse suspeita de ocultação, o Sr. Oficial de Justiça, deixou a intimação com a mãe do referido acusado Sra. Vera Lúcia Dantas Maciel, portadora do RG 3738379 SSP/PA. Por fim, trata-se de ação penal ajuizada em março de 2013 (fls. 235/238), caso em que se enquadra nos critérios da Meta 02 fixada pelo CNJ. Por todo exposto, INDEFIRO o requerimento, formulado pela defesa nas fls. 885/886. Manaus, 16 de setembro de 2019

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0607761-18.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Salomão de Lima Raposo - Isto posto, para dar continuidade ao ato processual, designo nova data de audiência para o dia 31/10/2019 às 11:00h e determino a expedição de mandado de condução coercitiva da testemunha de acusação, Rick Oliveira de Carvalho, além da intimação do acusado. À secretaria para as demais providências. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0607761-18.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Salomão de Lima Raposo - De ordem do Juízo da 3º Vara do Tribunal do Júri, Mauro Moraes Antony, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de INTIMAR o acusado SALOMÃO DE LIMA RAPOSO, Brasileiro, Solteiro, RG 2499050-7-SSP-AM, CPF 008.544.932-63, pai RAIMUNDO MARTINS RAPOSO, mãe VERA LÚCIA RODRIGUES DE LIMA, Nascido 06/06/1990, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua 24 de Junho, Nº 274, Colônia Terra Nova, Manaus - AM, nos termos do art. 361 do CPP, PARA COMPARECER, neste Juízo do 3º Tribunal do Júri, sito na Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, 4º andar, Setor 06 - Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5152, Manaus-AM - E-mail: 3tribunal.juri@tjam.jus.br, no horário das 08:00h às 14:00h, tão logo tome conhecimento do presente edital, para ser cientificado da audiência de instrução e julgamento designada para 31/10/2019 às 11:00h, nos autos do processo-crime nº. 0607761-18.2018.8.04.0001. Para que chegue ao conhecimento do denunciado é passado o presente Edital que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Amazonas, para que, no futuro, o acusado não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 17 de setembro de 2019. Eu, Daniel Oliveira Alves, Assistente Judiciário, o digitei.

ADV: PIETRO DE HOLANDA FRANCO ALMEIDA COSTA GOMES LOPES (OAB 13804/AM), ADV: EVANDRO THIAGO CID SANTOS (OAB 13915/AM) - Processo 0612876-20.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: FLÁVIO PEREIRA DA SILVA NETO - De ordem do Juízo da 3ª Vara do Tribunal do Júri, Mauro Moraes Antony, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de INTIMAR o acusado FLÁVIO PEREIRA DA SILVA NETO, Brasileiro(a), Solteiro, Ajudante de Pedreiro, RG 2825611-5SSP/AM, CPF 030.746.672-81, pai Gelbi Pereira da Silva, mãe Marta Cristina Leal de Souza, Nascido 10/09/1997, natural de Manaus - AM, com endereço à Rua 35, N°57, Quadra 104 Mutirão (casa da avó), Amazonino Mendes, Manaus - AM, nos termos do art. 420, § único do CPP, da SENTENÇA de PRONÚNCIA, proferida nestes autos da Ação Penal nº. 0612876-20.2018.8.04.0001. O presente Edital é expedido com prazo de 15 (quinze) dias, contado do dia da publicação na imprensa oficial. O prazo para recurso correrá após o término dos 15 (quinze) dias, salvo se, no curso deste, for feita a intimação por qualquer das outras formas estabelecidas na legislação processual penal. Cópia da Sentença de Pronúncia ficará à disposição do acusado, pelo prazo deste edital e do recursal, em Juízo, na Secretaria da 3.ª Vara do Tribunal do Júri, Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, 4º andar, Setor 06 - Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5152, Manaus-AM - E-mail: 3tribunal.juri@tjam.jus.br. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 17 de setembro de 2019. Eu, Daniel Oliveira Alves, Assistente Judiciário, o digitei.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0616719-27.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - RÉU: Jailson Castro de Menezes - De ordem do Juízo da 3ª Vara do Tribunal do Júri, Adonaid Abrantes de Souza Tavares, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de INTIMAR o acusado

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0621914-56.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - RÉU: Geilson dos Santos Oliveira - O Ministério Público, em vista dos autos, dispensou a oitiva da vítima, Jean Ricardo da Silva, informando que não foi possível a apresentação de novos endereços (fls. 189). A defesa do acusado requereu a inclusão de Genilton Nogueira Campos como testemunha de defesa a fim de ser intimado para audiência a ser oportunamente designada (fls. 188). Isto posto, defiro o pedido formulado pela Defensoria e, na oportunidade, designo nova data de audiência para o dia 31/10/2019 às 10:30h. À Secretaria para as demais providências. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0621914-56.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - RÉU: Geilson dos Santos Oliveira - De ordem do Juízo da 3º Vara do Tribunal do Júri, Mauro Moraes Antony, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de INTIMAR o acusado GEILSON DOS SANTOS OLIVEIRA, Brasileiro, RG 1249535-2, CPF 826.221.082-49, pai Damiao Vieira de Oliveira, mãe Maria Ilsa dos Santos Oliveira, Nascido 27/08/1968, com endereço à Rua : Rio Sol, 10, Ao lado da Colina do Aleixo, SAO JOSE OPERARIO, CEP 69086-420, Manaus - AM, nos termos do art. 361 do CPP, PARA COMPARECER, neste Juízo do 3º Tribunal do Júri, sito na Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, 4º andar, Setor 06 - Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5152, Manaus-AM - E-mail: 3tribunal.juri@tjam.jus.br, no horário das 08:00h às 14:00h, tão logo tome conhecimento do presente edital, para ser cientificado da audiência de instrução e julgamento designada para 31/10/2019 às 10:30h, nos autos do processo-crime nº. 0621914-56.2018.8.04.0001. Para que chegue ao conhecimento do denunciado é passado o presente Edital que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Amazonas, para que, no futuro, o acusado não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 17 de setembro de 2019. Eu, Daniel Oliveira Alves, Assistente Judiciário, o digitei.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0622078-21.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Feminicídio - RÉU: Severino Correa Neto - Para fins de impulsionar o feito e com base no Provimento nº. 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria, considerando o decurso de prazo para devolução da Carta Precatória de Intimação às fls. 143, expedirá Ofício à Comarca de Manacapuru/AM, para que informe o mais breve possível, sobre o cumprimento ou não da Carta Precatória.

ADV: VALÉRIA FERREIRA RABELLO (OAB 6287/AM) - Processo 0622190-87.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - RÉ: M.S.C.P. - De ordem do Magistrado Adonaid Abrantes de Souza Tavares, Juiz de Direito da 3ª Vara do Tribunal do Júri, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de INTIMAR o acusado Milena Silva Costa, p. 20/22, pai Marcos Vinicios de Assis Costa, mãe Janaina Silva Costa, nascido em 08/12/1998, Rua Maná (Sem Saída), N°07, Riacho Doce II, nos termos do art. 361 do CPP, PARA COMPARECER, neste Juízo do 3º Tribunal do Júri, sito na Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, 4º andar, Setor 06 - Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5152, Manaus-AM - E-mail: 3tribunal.juri@tjam.jus.br, no horário das 08:00h às 14:00h, tão logo tome conhecimento do presente edital, com o fim de ser cientificado da sessão de julgamento do Tribunal do Júri designada para o dia 15/10/2019, às 08:30h, nos autos do processo-crime nº. 0622190-87.2018.8.04.0001. Para que chegue ao conhecimento do denunciado é passado o presente Edital que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Amazonas, para que, no futuro, o acusado não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 17 de setembro de 2019. Eu, Daniel Oliveira Alves, Assistente Judiciário, o digitei.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0623067-61.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - REPTANTE: L.F.R.J. - Para fins de impulsionar o feito, obedecendo a comando judicial constante da parte final da decisão de pronúncia, esta secretaria INTIMA à Defensoria Pública para, em 05 (cinco) dias, apresentar(em) o rol de testemunhas, devidamente qualificadas, que irão depor em Plenário, até o máximo de 05 (cinco) por crime imputado a cada acusado(a)(s) (limite legal e jurisprudencial), oportunidade em que poderão juntar documentos e requererem diligências necessárias, nos termos do art 422, do CPP. Considerando ser impróprio o prazo de 05 (cinco) dias do art. 422 do CPP e valendo-se este Juízo dos poderes ordinatórios e instrutórios inerentes à atividade jurisdicional, fica estabelecido o prazo limite de 02 (dois) MESES antes da data do julgamento em plenário para os requerimentos das partes, fundados no art. 422 do CPP, nos exatos termos e razões expostos na parte final da decisão de pronúncia.

ADV: MARIA DA CONCEIÇÃO PINHEIRO MONTEIRO ENGEL (OAB 4700/AM), ADV: SAMUEL T. FURTADO MONTEIRO (OAB 13377/AM) - Processo 0629187-86.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: A.M.N. - De ordem do Juízo da 3ª Vara do Tribunal do Júri, Adonaid Abrantes de Souza Tavares, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de INTIMAR o acusado AGEU DA MOTA NOGUEIRA, Brasileiro(a), RG 27030075, pai Ademar Batista Nogueira Junior, mãe Maria Ivaldete Figueira da Mota, Nascido 07/06/1995, com endereço à Rua Ajuricaba, Prosamim Gilberto Mestrinho, Bloco 28, Apto 2, Cachoeirinha, nos termos do art. 420, § único do CPP, da SENTENÇA de PRONÚNCIA, proferida nestes autos da Ação Penal nº. 0629187-86.2018.8.04.0001. O presente Edital é expedido com prazo de 15 (quinze) dias, contado do dia da publicação na imprensa oficial. O prazo para recurso correrá após o término dos 15 (quinze) dias, salvo se, no curso deste, for feita a intimação por qualquer das outras formas estabelecidas na legislação processual penal. Cópia da Sentença de Pronúncia ficará à disposição do acusado, pelo prazo deste edital e do recursal, em Juízo, na Secretaria da 3.ª Vara do Tribunal do Júri, Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, 4º andar, Setor 06 - Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5152, Manaus-AM - E-mail: 3tribunal.juri@tjam.jus.br. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 17 de setembro de 2019. Eu, Daniel Oliveira Alves, Assistente Judiciário, o digitei.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0629358-77.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0629410-73.2017.8.04.0001) - Auto de Prisão em Flagrante - Homicídio Qualificado - REQUERIDO: A.F.P. - Determinação às fls. 65

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0633257-20.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: MÁRCIO PINTO PEREIRA - De ordem do Juízo da 3ª Vara do Tribunal do Júri, Adonaid Abrantes de Souza Tavares, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de INTIMAR o acusado MÁRCIO PINTO PEREIRA, Brasileiro, Pintor de Automóveis, RG 21865248, pai Manoel Binda Pereira, mãe Maria Moraes Pinto, Nascido 23/07/1976, natural de Manaus - AM, com endereço à RUA 5 de Fevereiro, N° 100, Próx. ao Sindicato dos Vigilantes, Betânia, Manaus - AM, nos termos do art. 420, § único do CPP, da SENTENÇA de PRONÚNCIA, proferida nestes autos da Ação Penal nº. 0633257-20.2016.8.04.0001. O presente Edital é expedido com prazo de 15

(quinze) dias, contado do dia da publicação na imprensa oficial. O prazo para recurso correrá após o término dos 15 (quinze) dias, salvo se, no curso deste, for feita a intimação por qualquer das outras formas estabelecidas na legislação processual penal. Cópia da Sentença de Pronúncia ficará à disposição do acusado, pelo prazo deste edital e do recursal, em Juízo, na Secretaria da 3.ª Vara do Tribunal do Júri, Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, 4º andar, Setor 06 - Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5152, Manaus-AM - E-mail: 3tribunal.juri@tjam.jus.br. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 17 de setembro de 2019. Eu, Daniel Oliveira Alves, Assistente Judiciário, o digitei.

ADV: CÂNDIDO HONÓRIO SOARES FERREIRA NETO (OAB 5199/AM), ADV: JUAREZ BARBOSA DE LIMA NETO (OAB 8819/AM), ADV: CÂNDIDO HONÓRIO FERREIRA FILHO (OAB 1270/AM), ADV: GISELLE CRISTINA MONTEIRO FERREIRA (OAB 11159/AM) - Processo 0637201-25.2019.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Arnaldo Maik dos Santos Melo de Oliveira - Moacir Batista Costa Junior e outros - Para fins de impulsionar o feito e com fundamento no provimento 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria INTIMA o ADVOGADO Cândido Honório Soares Ferreira Neto OAB 5199/AMCândido Honório Ferreira Filho OAB 1270/AMGiselle Cristina Monteiro Ferreira OAB 11159/AM, devidamente constituído nos autos, conforme PROCURAÇÃO às fls. 117 , VIA NOTA DE INTIMAÇÃO, para APRESENTAR a RESPOSTA ESCRITA do(a) Réu Arnaldo Maik dos Santos Melo de Oliveira, no prazo legal.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0637214-24.2019.8.04.0001 - Pedido de Prisão Temporária - Homicídio Qualificado - INDICIADO: M.M.A. e outros - Foram indiciados os seguintes nacionais: Júlio César do Nascimento Soeiro Júnior, Márcio Magalhães Artriclino e Ewerton Siqueira Pimentel. Na ação penal ajuizada, consta oferecimento de denúncia apenas em face de Júlio César do Nascimento Soeiro Júnior e Márcio Magalhães Artriclino, em que pese constar narrada também a conduta de Ewerton Siqueira Pimentel. Isto posto, entendo conveniente que a denúncia seja emendada para inserir o nome do indiciado Ewerton Siqueira Pimentel na referida peça acusatória. Intime-se o Ministério Público. Cumpra-se.

ADV: EDGAR DIAS FILHO (OAB 4788/AM), ADV: PAULO ROBERTO PINHEIRO AMAZONAS (OAB 11243/AM), ADV: ALEX DE SOUZA CABRAL (OAB 12096/AM) - Processo 0638044-24.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - AUTOR: P.C.E.A. - VÍTIMAFATO: F.S.F. - RÉU: R.S.O. e outros - Recebidos e vistos. Reporto-me ao pedido de fls. 427 para acolhê-lo. Assim, sendo, DETERMINO a intimação do réu Alessandro de Sousa Marques, ora indefeso, por mandado e edital, simultaneamente, com prazo de 05 dias, para, querendo, constituir novo advogado, de sua preferência e confiança, no prazo de 10 (dez) dias, com a observação de que, ultrapassado esse prazo sem a juntada de procuração ad judicia a novo patrono, ser-lhe-á nomeada a Defensoria Pública para o fim de assisti-lo e garantir o regular prosseguimento do feito. Decorrido o prazo sem manifestação, NOMEIA-SE a Defensoria Pública para prover a assistência jurídica do acusado nestes autos, assumindo a sua defesa técnica, com a prática dos ulteriores atos processuais. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0639814-18.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Homicídio Simples - VÍTIMAFATO: Mauricio Gonçalves de Paula - AUTORFATO: A Esclarecer - Nesse sentido, em consonância com o Ministério Público, determino o ARQUIVAMENTO dos presentes autos, nos termos do art. 28 do CPP, sem embargos de desarquivamento, se novas provas surgirem (art.18 do CPP). Dê-se baixa na Distribuição. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CARLOS PEDRO CASTELO BARROS (OAB 1229/AM), ADV: RAYCLINGE LUIZ VIANA ROCHA (OAB 11245/AM) - Processo 0640826-04.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Elinaldo Silva dos Santos - Rodrigo Carlos de Souza e outro - Para fins de impulsionar o feito e com fundamento no provimento 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria INTIMA o Dr Carlos Pedro Castelo Branco Barros, OAB Nº 1229, devidamente constituído nos autos, conforme PROCURAÇÃO às fls. 76, VIA NOTA DE INTIMAÇÃO, para APRESENTAR a RESPOSTA ESCRITA do(a) Réu Rodrigo Carlos de Souza, no prazo legal.

ADV: RAYCLINGE LUIZ VIANA ROCHA (OAB 11245/AM), ADV: CARLOS PEDRO CASTELO BARROS (OAB 1229/AM) - Processo 0640826-04.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Elinaldo Silva dos Santos - Rodrigo Carlos de Souza e outro - Para fins de impulsionar o feito e com fundamento no provimento 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria INTIMA o Dr. Rayclinge Luiz Viana Rocha, OAB Nº 11.245, constituído nos autos, conforme PROCURAÇÃO às fls. 52, VIA NOTA DE INTIMAÇÃO, para APRESENTAR a RESPOSTA ESCRITA do(a) Réu Elinaldo Silva dos Santos, no prazo legal.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0643032-54.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Induzimento, Instigação ou Auxílio a Suicídio - VÍTIMAFATO: Jonathas Gonçalves Pereira - AUTORFATO: A Esclarecer - Nesse sentido, em consonância com o Ministério Público, determino o ARQUIVAMENTO dos presentes autos, nos termos do art. 28 do CPP, sem embargos de desarquivamento, se novas provas surgirem (art.18 do CPP). Dê-se baixa na Distribuição. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0648850-84.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Homicídio Simples - VÍTIMAFATO: Flavio Jose Magalhães de Freitas e outro - AUTORFATO: A Esclarecer - Nesse sentido, em consonância com o Ministério Público, determino o ARQUIVAMENTO dos presentes autos, nos termos do art. 28 do CPP, sem embargos de desarquivamento, se novas provas surgirem (art.18 do CPP). Dê-se baixa na Distribuição. Intime-se. Cumpra-se.

Alex de Souza Cabral (OAB 12096/AM)
André Luiz Duarte da Cruz (OAB 7694/AM)
Antônio Gonçalves da Costa (OAB 1240/AM)
Cândido Honório Ferreira Filho (OAB 1270/AM)
Cândido Honório Soares Ferreira Neto (OAB 5199/AM)
Carlos Pedro Castelo Barros (OAB 1229/AM)
Daniel Ferreira Magalhães (OAB 8958/AM)
Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB O/AM)
Diego Américo Costa Silva (OAB 5819/AM)
Edgar Dias Filho (OAB 4788/AM)
Evandro Thiago Cid Santos (OAB 13915/AM)
Giselle Cristina Monteiro Ferreira (OAB 11159/AM)
Goreth Campos Rubim (OAB 8542/AM)
Igor Costa de Souza (OAB 10608/AM)
Juarez Barbosa de Lima Neto (OAB 8819/AM)
Juvenal Severino Botelho (OAB 5044/AM)
Kleibianno Teles de Souza (OAB 7098/AM)
Larissa Campos Rubim (OAB 11145/AM)
Maria da Conceição Pinheiro Monteiro Engel (OAB 4700/AM)
Mario Porto de Aguiar (OAB 2296/AM)
Neila Maria Dantas Azrak (OAB 10584/AM)
Paulo Roberto Pinheiro Amazonas (OAB 11243/AM)
Pietro de Holanda Franco Almeida Costa Gomes Lopes (OAB 13804/AM)
Raimundo Nunes Amazonas (OAB 7379/AM)
Rayclinge Luiz Viana Rocha (OAB 11245/AM)
Renan Rufino Rocha da Silva (OAB 9692/AM)
Roberto de Souza Simonetti Neto (OAB 8454/AM)
Rômulo Almeida do Nascimento (OAB 2150/AM)
Samuel T. Furtado Monteiro (OAB 13377/AM)
Valéria Ferreira Rabello (OAB 6287/AM)
Vito Eduardo de Amorim Andrelino (OAB 9463/AM)

VARA DE EXECUÇÃO PENAL

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS (VEP)

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0193/2019

ADV: BRUNO MARQUES CASTRO (OAB 14134/AM) - Processo 0011987-43.2003.8.04.0001 (001.03.011987-2) - Execução da Pena - APENADO: Erley Alves do Nascimento e outros - Assim, CONCEDO PROGRESSÃO do regime fechado para o regime semiaberto em favor de Erley Alves do Nascimento, até configurados os requisitos para novo benefício. Contudo, considerando as atuais condições do Complexo Penitenciário Anísio Jobim - Semiaberto, em atenção ao decidido no processo de n.º 0203049-84.2017.8.04.0001, e considerando o Censo Penitenciário elaborado por este juízo, envolvendo os apenados do regime semiaberto desta capital, DEFIRO a aplicação de monitoramento eletrônico ao reeducando, devendo a SEAP disponibilizar a tornozeleira imediatamente. Após a instalação, deverá o apenado comparecer, em até 30 (trinta) dias, ao Setor Psicossocial da VEP para participar do censo penitenciário, ocasião em que deverá apresentar comprovante de residência e justificar de suas atividades (trabalho e/ou estudo), sob pena de revogação do benefício. DAS CONDIÇÕES DO MONITORAMENTO ELETRÔNICO 1) O reeducando deverá permanecer em sua residência no período de 22h às 06h, durante a semana (segunda a sexta-feira), estando autorizado a locomover-se no perímetro urbano exclusivamente para comparecer ao local de trabalho, estudo ou tratamento de saúde, cujos endereços deverão ser informados a Central de Monitoramento - não podendo o reeducando aproveitar tal período para resolver assuntos particulares em outros endereços. Aos fins de semana, dias de folga e feriados, deve o reeducando recolher-se integralmente em sua residência; 2) Após o horário de recolhimento, é vedada a ausência do reeducando ao endereço cadastrado como sendo de sua residência, exceto em hipóteses devidamente justificadas ou em situação de caso fortuito/força maior, devendo comunicar o fato, imediatamente, à Central de Operação e Controle do Sistema Penitenciário, sob pena de revogação do benefício e configuração de falta grave; 3) Não mudar de residência sem prévia autorização judicial, bem como não se ausentar da Comarca de Manaus, devendo permanecer nos locais e horários previamente autorizados por este Juízo, sob pena de configuração de falta grave; 4) Atender com rapidez as intimações das autoridades judiciárias e do sistema penitenciário, bem como fornecer todas as informações requisitadas pelos órgãos de fiscalização, além de transitar portando documento de identidade e cópia desta decisão para exibi-los quando solicitado; 5) Não portar qualquer espécie de arma (arma de fogo, arma branca, canivete, estilete etc.); 6) Não ingerir bebida alcoólica ou fazer uso de qualquer espécie de substância entorpecente; 7) Não se envolver em qualquer tipo de infração penal (crime ou contravenção); 8) No caso de dano, perda, violação e/ou inutilização do equipamento de monitoração, ficará obrigado à reparação do prejuízo, bem como poderá ser processado criminalmente pelo crime de dano ao patrimônio público. Fica o Reeducando advertido de que o descumprimento das condições impostas implicará na revogação do benefício, sem prejuízo de caracterizar falta grave, bem como que a concessão da presente autorização não significa que deixou cumprir a reprimenda imposta (atualmente no regime semiaberto, em condições diferenciadas). Noutro giro, determino que, em caso de não haver equipamento de monitoração eletrônica disponível para instalação quando do comparecimento do apenado, deve a SEAP colocá-lo em liberdade, salvo se por outro motivo estiver recluso, e fornecê-lo Termo de Comparecimento, respaldando o apenado acerca do comparecimento e cientificando-o de nova data para instalação do equipamento, devendo a SEAP também comunicar essa situação a esta Vara de Execução Penal. Dê-se ciência ao Ministério Público. Intimem-se. SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO OFÍCIO.

ADV: EMERSON SIQUEIRA PEREIRA (OAB 10338/AM) - Processo 0207711-91.2017.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Evandro de Oliveira Silva - Diante da absoluta omissão do apenado no cumprimento da prisão domiciliar, mantenho a decisão que determinou a expedição de mandado de prisão ao regime fechado. Intimem-se.

ADV: CIRLANE FIGUEREDO ALBERTINO (OAB 8085/AM), ADV: JOÃO CARLOS PINTO DE ARAÚJO (OAB 3787/AM) - Processo 0208281-92.2008.8.04.0001 (001.08.208281-3) - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Dioney Abreu dos Santos - Assim, acompanhando o parecer ministerial, INDEFIRO o pedido de prisão domiciliar ao sentenciado

ADV: FLÁVIO OLIVEIRA SPOSINA (OAB 11374/AM) - Processo 0217458-36.2015.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Neris Souza dos Santos - Assim, CONCEDO PROGRESSÃO do regime fechado para o regime semiaberto em favor de Neris Souza dos Santos, até configurados os requisitos para novo benefício. Contudo, considerando as atuais condições do Complexo Penitenciário Anísio Jobim - Semiaberto, em atenção ao decidido no processo de n.º 0203049-84.2017.8.04.0001, e considerando o Censo Penitenciário elaborado por este juízo, envolvendo os apenados do regime semiaberto desta capital, DEFIRO a aplicação de monitoramento eletrônico ao reeducando, devendo a SEAP disponibilizar a tornozeleira imediatamente. Após a instalação, deverá o apenado comparecer, em até 30 (trinta) dias, ao Setor Psicossocial da VEP para participar do censo penitenciário, ocasião em que deverá apresentar comprovante de residência e justificar de suas atividades (trabalho e/ou estudo), sob pena de revogação do benefício. DAS CONDIÇÕES DO MONITORAMENTO ELETRÔNICO 1) O reeducando deverá permanecer em sua residência no período de 22h às 06h, durante a semana (segunda a sexta-feira), estando autorizado a locomover-se no perímetro urbano exclusivamente para comparecer ao local de trabalho, estudo ou tratamento de saúde, cujos endereços deverão ser informados a Central de Monitoramento - não podendo o reeducando aproveitar tal período para resolver assuntos particulares em outros endereços. Aos fins de semana, dias de folga e feriados, deve o reeducando recolher-se integralmente em sua residência; 2) Após o horário de recolhimento, é vedada a ausência do reeducando ao endereço cadastrado como sendo de sua residência, exceto em hipóteses devidamente justificadas ou em situação de caso fortuito/força maior, devendo comunicar o fato, imediatamente, à Central de Operação e Controle do Sistema Penitenciário, sob pena de revogação do benefício e configuração de falta grave; 3) Não mudar de residência sem prévia autorização judicial, bem como não se ausentar da Comarca de Manaus, devendo permanecer nos locais e horários previamente autorizados por este Juízo, sob pena de configuração de falta grave; 4) Atender com rapidez as intimações das autoridades judiciárias e do sistema penitenciário, bem como fornecer todas as informações requisitadas pelos órgãos de fiscalização, além de transitar portando documento de identidade e cópia desta decisão para exibi-los quando solicitado; 5) Não portar qualquer espécie de arma (arma de fogo, arma branca, canivete, estilete etc.); 6) Não ingerir bebida alcoólica ou fazer uso de qualquer espécie de substância entorpecente; 7) Não se envolver em qualquer tipo de infração penal (crime ou contravenção); 8) No caso de dano, perda, violação e/ou inutilização do equipamento de monitoração, ficará obrigado à reparação do prejuízo, bem como poderá ser processado criminalmente pelo crime de dano ao patrimônio público. Fica o Reeducando advertido de que o descumprimento das condições impostas implicará na revogação do benefício, sem prejuízo de caracterizar falta grave, bem como que a concessão da presente autorização não significa que deixou cumprir a reprimenda imposta (atualmente no regime semiaberto, em condições diferenciadas). Noutro giro, determino que, em caso de não haver equipamento de monitoração eletrônica disponível para instalação quando do comparecimento do apenado, deve a SEAP colocá-lo em liberdade, salvo se por outro motivo estiver recluso, e fornecê-lo Termo de Comparecimento, respaldando o apenado acerca do comparecimento e cientificando-o de nova data para instalação do equipamento, devendo a SEAP também comunicar essa situação a esta Vara de Execução Penal. Dê-se ciência ao Ministério Público. Intimem-se. SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO OFÍCIO.

ADV: SIMONE ALENCAR OMENA (OAB 4327/AM) - Processo 0219625-21.2018.8.04.0001 - Execução da Pena - Roubo Majorado - APENADO: Fábio Gabriel Picanço Oliveira - Assim,

acompanhando o parecer ministerial, INDEFIRO o pedido de prisão domiciliar ao sentenciado

ADV: JOÃO FERNANDES CARNEIRO JÚNIOR (OAB 14022/AM) - Processo 0230105-63.2015.8.04.0001 - Carta Precatória Criminal - Acompanhamento de Livramento Condicional - APENADO: Franque de Mendonça - DECISÃO Trata-se de pedido formulado pela Defesa de Franque de Mendonça, ocasião em que requereu o cumprimento da pena na Comarca de Caucaia/CE - fls. 844/845. Às fls. 856/857, decisão proferida por este Juízo, após oitiva do Ministério Público, autorizando a transferência da execução, porém, em razão de manifestação do apenado, às fls. 859, o processo foi chamado à ordem para manter a execução nesta Capital. Contudo, o apenado novamente compareceu à VEP, às fls. 869, informando que resolveu problema com sua família e, estando desempregado nesta Capital, ainda possui oferta de emprego na Comarca de Caucuaia/CE, razão pela qual requereu novamente a transferência da execução. Após, vieram-me conclusos. Decido. O apenado atualmente encontra-se em gozo de livramento condicional, cumprindo as condições com regularidade, sendo assim, não ocupará unidade prisional local. Ademais, como sobredito, já teve deferido pedido semelhante, onde foram analisados todos os requisitos. Assim, DEFIRO, o pedido para transferência da execução penal para a Comarca de Caucaia/CE. Expeça-se Guia atualizada. A cópia da presente decisão serve como Ofício. Após, dê-se baixa no feito.

ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB 3032/AM), ADV: LUCIANA LOPES XAVIER (OAB 8022/AM) - Processo 0230823-21.2019.8.04.0001 - Pedido de Providências - Transferência de Preso - APENADA: Taylane Batista Ferreira - Decisão

ADV: DIOCLEMAR SANTOS NOGUEIRA JÚNIOR (OAB 12013/AM), ADV: AULENICE MARIA FERNANDES DE OLIVEIRA NOGUEIRA (OAB 10233/AM) - Processo 0231330-94.2010.8.04.0001 (001.10.231330-0) - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Nilton Rodrigues Pereira - Diante de todo o exposto, não conheço do pedido por entender ausente a competência deste juízo. Cientifique-se o Ministério Público. Intimem-se.

ADV: LÚCIO FÁBIO CORDEIRO RIBEIRO (OAB 10088/AM) - Processo 0237303-93.2011.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Nilson de Souza da Silva - A manifestação da defesa é mera reprodução do já afastado por este juízo, sem qualquer fato novo. Assim, acompanhando o parecer ministerial, INDEFIRO o pedido de prisão domiciliar ao sentenciado

ADV: BRUNO CORTEZ CANUTO (OAB 12230/AM) - Processo 0240312-87.2016.8.04.0001 - Execução Provisória - Execução Penal - APENADO: Marcelo Augusto de Freitas Cabral Santos - Decisão Interlocutória

ADV: BRUNO CORTEZ CANUTO (OAB 12230/AM) - Processo 0240312-87.2016.8.04.0001 - Execução Provisória - Execução Penal - APENADO: Marcelo Augusto de Freitas Cabral Santos - Assim, diante de todo o exposto, não conheço do pedido de reconsideração, eis que desprovido de fundamento legal. P.R.I.C.

ADV: CLÁUDIO AUGUSTO COLARES DA COSTA (OAB 8429/AM) - Processo 0243846-68.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0218199-37.2019.8.04.0001) - Execução da Pena - DIREITO PENAL - APENADO: J.N.S. - Considerando a comunicação de que não há disponibilidade de tormozeleira eletrônica, deve a SEAP colocá-la em liberdade, salvo se por outro motivo estiver recluso, e fornecê-lo Termo de Comparecimento, respaldando o apenado acerca do comparecimento e cientificando-o de nova data para instalação do equipamento. Deve a SEAP comunicar essa situação a esta Vara de Execução Penal. Por ocasião da assinatura do termo, deve o preso ser cientificado que não tendo atividade laboral comprovada nos autos, deverá comparecer em até 5 dias ao Setor de Reintegração Social da SEAP. Após, em até 30 dias, deverá comparecer à Vara das Execuções Penais, no Setor Psicossocial, para comprovar que compareceu ao Setor de Reintegração Social da SEAP e justificar a sua atividade laboral ou a impossibilidade de fazê-lo, sob pena de revogação imediata do benefício. Este termo deverá ser valorado como ofício. Intimem-se.

ADV: JOÃO CARLOS PINTO DE ARAÚJO (OAB 3787/AM), ADV: THAINÁ REGINA PARENTE ABREU (OAB 12653/AM), ADV: SHEILA MARA MARTINS ARAUJO (OAB 11995/AM), ADV: CIRLANE FIGUEREDO ALBERTINO (OAB 8085/AM), ADV: SARAH PORTO LIMA ANIJAR (OAB 4098/AM), ADV: JAYME BENCHAYA MARINHO (OAB 4287/AM) - Processo 0253133-26.2016.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Jhonata Herbert Ribeiro Gomes - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os autos à defesa, para que, em 5 (cinco) dias, se manifeste sobre os cálculos apresentados com relação ao apenado Jhonata Herbert Ribeiro Gomes.

ADV: ANDRÉ HUMBERTO FORTES PAPALÉO (OAB 5688/AM) - Processo 0254464-53.2010.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: L.F.L.O. - Assim, CONCEDO PROGRESSÃO do regime fechado para o regime semiaberto em favor de Lúcio Flávio Lopes de Oliveira, até configurados os requisitos para novo benefício. Contudo, considerando as atuais condições do Complexo Penitenciário Anísio Jobim - Semiaberto, em atenção ao decidido no processo de n.º 0203049-84.2017.8.04.0001, e considerando o Censo Penitenciário elaborado por este juízo, envolvendo os apenados do regime semiaberto desta capital, DEFIRO a aplicação de monitoramento eletrônico ao reeducando, devendo a SEAP disponibilizar a tornozeleira imediatamente. Após a instalação, deverá o apenado comparecer, em até 30 (trinta) dias, ao Setor Psicossocial da VEP para participar do censo penitenciário, ocasião em que deverá apresentar comprovante de residência e justificar de suas atividades (trabalho e/ou estudo), sob pena de revogação do benefício. DAS CONDIÇÕES DO MONITORAMENTO ELETRÔNICO 1) O reeducando deverá permanecer em sua residência no período de 22h às 06h, durante a semana (segunda a sexta-feira), estando autorizado a locomover-se no perímetro urbano exclusivamente para comparecer ao local de trabalho, estudo ou tratamento de saúde, cujos endereços deverão ser informados a Central de Monitoramento - não podendo o reeducando aproveitar tal período para resolver assuntos particulares em outros endereços. Aos fins de semana, dias de folga e feriados, deve o reeducando recolher-se integralmente em sua residência; 2) Após o horário de recolhimento, é vedada a ausência do reeducando ao endereço cadastrado como sendo de sua residência, exceto em hipóteses devidamente justificadas ou em situação de caso fortuito/força maior, devendo comunicar o fato, imediatamente, à Central de Operação e Controle do Sistema Penitenciário, sob pena de revogação do benefício e configuração de falta grave; 3) Não mudar de residência sem prévia autorização judicial, bem como não se ausentar da Comarca de Manaus, devendo permanecer nos locais e horários previamente autorizados por este Juízo, sob pena de configuração de falta grave; 4) Atender com rapidez as intimações das autoridades judiciárias e do sistema penitenciário, bem como fornecer todas as informações requisitadas pelos órgãos de fiscalização, além de transitar portando documento de identidade e cópia desta decisão para exibi-los quando solicitado; 5) Não portar qualquer espécie de arma (arma de fogo, arma branca, canivete, estilete etc.); 6) Não ingerir bebida alcoólica ou fazer uso de qualquer espécie de substância entorpecente; 7) Não se envolver em qualquer tipo de infração penal (crime ou contravenção); 8) No caso de dano, perda, violação e/ou inutilização do equipamento de monitoração, ficará obrigado à reparação do prejuízo, bem como poderá ser processado criminalmente pelo crime de dano ao patrimônio público. Fica o Reeducando advertido de que o descumprimento das condições impostas implicará na revogação do benefício, sem prejuízo de caracterizar falta grave, bem como que a concessão da presente autorização não significa que deixou cumprir a reprimenda imposta (atualmente no regime semiaberto, em condições diferenciadas). Noutro giro, determino que, em caso de não haver equipamento de monitoração eletrônica disponível para instalação quando do comparecimento do apenado, deve a SEAP colocá-lo em liberdade, salvo se por outro motivo estiver recluso, e fornecê-lo Termo de Comparecimento, respaldando o apenado acerca do comparecimento e cientificando-o de nova data para instalação do equipamento, devendo a SEAP também comunicar essa situação a esta Vara de Execução Penal. Dê-se ciência ao Ministério Público. Intimem-se. SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO OFÍCIO.

ADV: RÔMULO ALMEIDA DO NASCIMENTO (OAB 2150/AM) - Processo 0260334-40.2014.8.04.0001 - Execução da Pena

- Pena Restritiva de Direitos - APENADO: Arleson Stefane da Silva Alves - Assim, CONCEDO PROGRESSÃO do regime fechado para o regime semiaberto em favor de Arleson Stefane da Silva Alves, até configurados os requisitos para novo benefício. Contudo, considerando as atuais condições do Complexo Penitenciário Anísio Jobim - Semiaberto, em atenção ao decidido no processo de n.º 0203049-84.2017.8.04.0001, e considerando o Censo Penitenciário elaborado por este juízo, envolvendo os apenados do regime semiaberto desta capital, DEFIRO a aplicação de monitoramento eletrônico ao reeducando, devendo a SEAP disponibilizar a tornozeleira imediatamente. Após a instalação, deverá o apenado comparecer, em até 30 (trinta) dias, ao Setor Psicossocial da VEP para participar do censo penitenciário, ocasião em que deverá apresentar comprovante de residência e justificar de suas atividades (trabalho e/ou estudo), sob pena de revogação do benefício. DAS CONDIÇÕES DO MONITORAMENTO ELETRÔNICO 1) O reeducando deverá permanecer em sua residência no período de 22h às 06h, durante a semana (segunda a sexta-feira), estando autorizado a locomover-se no perímetro urbano exclusivamente para comparecer ao local de trabalho, estudo ou tratamento de saúde, cujos endereços deverão ser informados a Central de Monitoramento - não podendo o reeducando aproveitar tal período para resolver assuntos particulares em outros endereços. Aos fins de semana, dias de folga e feriados, deve o reeducando recolher-se integralmente em sua residência; 2) Após o horário de recolhimento, é vedada a ausência do reeducando ao endereço cadastrado como sendo de sua residência, exceto em hipóteses devidamente justificadas ou em situação de caso fortuito/força maior, devendo comunicar o fato, imediatamente, à Central de Operação e Controle do Sistema Penitenciário, sob pena de revogação do benefício e configuração de falta grave; 3) Não mudar de residência sem prévia autorização judicial, bem como não se ausentar da Comarca de Manaus, devendo permanecer nos locais e horários previamente autorizados por este Juízo, sob pena de configuração de falta grave; 4) Atender com rapidez as intimações das autoridades judiciárias e do sistema penitenciário, bem como fornecer todas as informações requisitadas pelos órgãos de fiscalização, além de transitar portando documento de identidade e cópia desta decisão para exibi-los quando solicitado; 5) Não portar qualquer espécie de arma (arma de fogo, arma branca, canivete, estilete etc.); 6) Não ingerir bebida alcoólica ou fazer uso de qualquer espécie de substância entorpecente; 7) Não se envolver em qualquer tipo de infração penal (crime ou contravenção); 8) No caso de dano, perda, violação e/ou inutilização do equipamento de monitoração, ficará obrigado à reparação do prejuízo, bem como poderá ser processado criminalmente pelo crime de dano ao patrimônio público. Fica o Reeducando advertido de que o descumprimento das condições impostas implicará na revogação do benefício, sem prejuízo de caracterizar falta grave, bem como que a concessão da presente autorização não significa que deixou cumprir a reprimenda imposta (atualmente no regime semiaberto, em condições diferenciadas). Noutro giro, determino que, em caso de não haver equipamento de monitoração eletrônica disponível para instalação quando do comparecimento do apenado, deve a SEAP colocá-lo em liberdade, salvo se por outro motivo estiver recluso, e fornecê-lo Termo de Comparecimento, respaldando o apenado acerca do comparecimento e cientificando-o de nova data para instalação do equipamento, devendo a SEAP também comunicar essa situação a esta Vara de Execução Penal. Dê-se ciência ao Ministério Público. Intimem-se. SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO OFÍCIO.

ADV: RICHARDSON MARTINS PRAIA BRAGA (OAB 4786/AM) - Processo 0260515-41.2014.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Lukas Pinheiro de Medeiros - Assim, CONCEDO PROGRESSÃO do regime fechado para o regime semiaberto em favor de Lukas Pinheiro de Medeiros, até configurados os requisitos para novo benefício. Contudo, considerando as atuais condições do Complexo Penitenciário Anísio Jobim - Semiaberto, em atenção ao decidido no processo de n.º 0203049-84.2017.8.04.0001, e considerando o Censo Penitenciário elaborado por este juízo, envolvendo os apenados do regime semiaberto desta capital, DEFIRO a aplicação de monitoramento eletrônico ao reeducando, devendo a SEAP disponibilizar a tornozeleira imediatamente. Após a instalação, deverá o apenado comparecer, em até 30 (trinta) dias, ao Setor Psicossocial da VEP para participar do censo penitenciário, ocasião em que deverá apresentar comprovante de residência e justificar de suas atividades (trabalho e/ou estudo), sob pena de revogação do benefício. DAS CONDIÇÕES DO MONITORAMENTO ELETRÔNICO 1) O reeducando deverá permanecer em sua residência no período de 22h às 06h, durante a semana (segunda a sexta-feira), estando autorizado a locomover-se no perímetro urbano exclusivamente para comparecer ao local de trabalho, estudo ou tratamento de saúde, cujos endereços deverão ser informados a Central de Monitoramento - não podendo o reeducando aproveitar tal período para resolver assuntos particulares em outros endereços. Aos fins de semana, dias de folga e feriados, deve o reeducando recolher-se integralmente em sua residência; 2) Após o horário de recolhimento, é vedada a ausência do reeducando ao endereço cadastrado como sendo de sua residência, exceto em hipóteses devidamente justificadas ou em situação de caso fortuito/força maior, devendo comunicar o fato, imediatamente, à Central de Operação e Controle do Sistema Penitenciário, sob pena de revogação do benefício e configuração de falta grave; 3) Não mudar de residência sem prévia autorização judicial, bem como não se ausentar da Comarca de Manaus, devendo permanecer nos locais e horários previamente autorizados por este Juízo, sob pena de configuração de falta grave; 4) Atender com rapidez as intimações das autoridades judiciárias e do sistema penitenciário, bem como fornecer todas as informações requisitadas pelos órgãos de fiscalização, além de transitar portando documento de identidade e cópia desta decisão para exibi-los quando solicitado; 5) Não portar qualquer espécie de arma (arma de fogo, arma branca, canivete, estilete etc.); 6) Não ingerir bebida alcoólica ou fazer uso de qualquer espécie de substância entorpecente; 7) Não se envolver em qualquer tipo de infração penal (crime ou contravenção); 8) No caso de dano, perda, violação e/ou inutilização do equipamento de monitoração, ficará obrigado à reparação do prejuízo, bem como poderá ser processado criminalmente pelo crime de dano ao patrimônio público. Fica o Reeducando advertido de que o descumprimento das condições impostas implicará na revogação do benefício, sem prejuízo de caracterizar falta grave, bem como que a concessão da presente autorização não significa que deixou cumprir a reprimenda imposta (atualmente no regime semiaberto, em condições diferenciadas). Noutro giro, determino que, em caso de não haver equipamento de monitoração eletrônica disponível para instalação quando do comparecimento do apenado, deve a SEAP colocá-lo em liberdade, salvo se por outro motivo estiver recluso, e fornecê-lo Termo de Comparecimento, respaldando o apenado acerca do comparecimento e cientificando-o de nova data para instalação do equipamento, devendo a SEAP também comunicar essa situação a esta Vara de Execução Penal. Dê-se ciência ao Ministério Público. Intimem-se. SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO OFÍCIO.

ADV: RENATO LALOR DO REGO (OAB 5820/AM) - Processo 0645722-56.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0261293-50.2010.8.04.0001) - Agravo de Execução Penal - Denegação - AGRAVADO: Jaitt José Ribeiro de Queiroz Filho e outro - De ordem do Juiz de Direito Romulo Garcia Barros Silva, faço vista dos presentes autos à defesa do apenado Jaitt José Ribeiro de Queiroz Filho, para contrarrazões no prazo legal.

ADV: RUI GUILHERME MODESTO BORGES (OAB 11829/AM) - Processo 0647746-57.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0223022-59.2016.8.04.0001) - Agravo de Execução Penal - Denegação - AGRAVADO: Arão Amorim de Lima e outro - De ordem do Juiz de Direito Romulo Garcia Barros Silva, faço vista dos presentes autos à defesa do apenado Arão Amorim de Lima, para contrarrazões no prazo legal.

ADV: EDMILSON FREITAS MESQUITA (OAB 10115/AM) - Processo 0648051-41.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0264159-94.2011.8.04.0001) - Agravo de Execução Penal - Denegação - AGRAVADO: Wilkson Oliveira do Carmo e outro - De ordem do Juiz de Direito Glen Hudson Paulain Machado, faço vista dos presentes autos ao Ministério Público para contrarrazões no prazo legal.

André Humberto Fortes Papaléo (OAB 5688/AM)

Aulenice Maria Fernandes de Oliveira Nogueira (OAB 10233/AM)

Bruno Cortez Canuto (OAB 12230/AM)
Bruno Marques Castro (OAB 14134/AM)
Cirlane Figueredo Albertino (OAB 8085/AM)
Cláudio Augusto Colares da Costa (OAB 8429/AM)
Dioclemar Santos Nogueira Júnior (OAB 12013/AM)
Edmilson Freitas Mesquita (OAB 10115/AM)
Emerson Siqueira Pereira (OAB 10338/AM)
Félix de Melo Ferreira (OAB 3032/AM)
Flávio Oliveira Sposina (OAB 11374/AM)
Jayme Benchaya Marinho (OAB 4287/AM)
João Carlos Pinto de Araújo (OAB 3787/AM)
João Fernandes Carneiro Júnior (OAB 14022/AM)
LUCIANA LOPES XAVIER (OAB 8022/AM)
Lúcio Fábio Cordeiro Ribeiro (OAB 10088/AM)
Renato Lalor do Rego (OAB 5820/AM)
Richardson Martins Praia Braga (OAB 4786/AM)
Rômulo Almeida do Nascimento (OAB 2150/AM)
Rui Guilherme Modesto Borges (OAB 11829/AM)
Sarah Porto Lima Anijar (OAB 4098/AM)
Sheila Mara Martins Araujo (OAB 11995/AM)
Simone Alencar Omena (OAB 4327/AM)
Thainá Regina Parente Abreu (OAB 12653/AM)

AUDITORIA MILITAR

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DA AUDITORIA MILITAR
JUIZ(A) DE DIREITO ALCIDES CARVALHO VIEIRA FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ALESSANDRA LÊDO GONÇALVES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0324/2019

ADV: JONILSON MAIA PEREIRA (OAB 7871/AM), ADV: RONALDO SPERRY JÚNIOR (OAB 9308/AM), ADV: ROSA EVANEIDE MENDES PINTO (OAB 7291/AM), ADV: ZACARIAS SANTOS DE SOUZA (OAB 7531/AM) - Processo 0203516-97.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes Militares - ACUSADO: Oracildo Ferreira Gomes - Ante o teor da certidão de fls. 189, interrogue-se o acusado no dia 30 de outubro de 2019, às 10 horas e 30 minutos. Intimem-se e requisite-se. Reitere-se a intimação ao causídico constituído, cuja ausência imotivada, sem que conste renúncia, não afasta a aplicação do artigo 74 do Código de Processo Penal Militar, pois o processo não pode ficar parado por ausência reiterada de causídico constituído. Logo, cientifique-se a Defensoria Pública para que, comparecendo ao ato, possa substituir naquela oportunidade o advogado, caso torne a faltar.

ADV: JONILSON MAIA PEREIRA (OAB 7871/AM), ADV: ROSA EVANEIDE MENDES PINTO (OAB 7291/AM), ADV: ZACARIAS SANTOS DE SOUZA (OAB 7531/AM), ADV: RONALDO SPERRY JÚNIOR (OAB 9308/AM) - Processo 0203516-97.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes Militares - ACUSADO: Oracildo Ferreira Gomes - Interrogatório Data: 30/10/2019 Hora 10:30 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM) - Processo 0203539-43.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes Militares - ACUSADO: CB PM Pedro dos Santos Oliveira - Interrogatório Data: 15/10/2019 Hora 10:30 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA), ADV: DAYSEVANDA DAS GRAÇAS BRITO DANTAS (OAB 7003/AM), ADV: SÓSTENES ADIEL PEREIRA BATISTA (OAB 10131/AM) - Processo 0203540-28.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes Militares - DENUNCIADO: Cardovan da Silva Soeiro - Expeça-se carta precatória à Comarca de Benjamim Constant, Estado do Amazonas, para que sejam inquiridas a vítima e as testemunhas arroladas na denúncia. Propicie-se a formulação de quesitos às partes. Intimem-se.

ADV: ORLANDO BOTELHO BENTES (OAB 8863/AM) - Processo 0203545-50.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes Militares - ACUSADO: Daniel Souza Leite - Interrogatório Data: 01/10/2019 Hora 10:30 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: JOSÉ JÚLIO CÉSAR CORRÊA (OAB 7810/AM), ADV: MAURÍCIO FERNANDES DE ALMEIDA (OAB 7783/AM) - Processo 0203562-86.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes Militares - ACUSADO: Jean Charles Alves da Silva - Ante o teor da certidão de fls. 238, fixo o dia 26 de novembro de 2019, às 11 horas, para realização da audiência de inquirição da testemunha arrolada na denúncia. Reitere-se a intimação ao causídico constituído, cuja ausência imotivada, sem que conste renúncia, não afasta a aplicação do artigo 74 do Código de Processo Penal Militar, pois o processo não pode ficar parado por ausência reiterada de causídico constituído. Logo, cientifique-se a Defensoria Pública para que, comparecendo ao ato, possa substituir naquela oportunidade o advogado, caso torne a faltar. Intimem-se e requisitem-se.

ADV: JOSÉ JÚLIO CÉSAR CORRÊA (OAB 7810/AM), ADV: MAURÍCIO FERNANDES DE ALMEIDA (OAB 7783/AM) - Processo 0203562-86.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes Militares - ACUSADO: Jean Charles Alves da Silva - Inquirição - Audiência Data: 26/11/2019 Hora 11:00 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM) - Processo 0208076-53.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes Militares - ACUSADO: Humberto Assen Neto - Ante o teor dos documentos de fls. 165/189, dê-se vista à defesa, por 3 (três) dias.

ADV: OTÁVIO ARAÚJO NETO (OAB 10189/AM), ADV: JOHAN DA COSTA ARAÚJO (OAB 12234/AM), ADV: JAMMES BEZERRA DE OLIVEIRA (OAB 10038/AM), ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM) - Processo 0214715-82.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra a vida - VÍTIMAFATO: Wisley Souza da Silva e outro - RÉU: Bruno Souza de Souza - A condição imposta cautelarmente, retirando do acusado o porte de arma de fogo em serviço, deve ser mantida, entendendo-se a proibição como restrita ao uso de arma da Corporação, não podendo mais subsistir a carga pessoal que lhe fora confiada. Portanto, a súplica da defesa não suplanta a proibição cautelar, que se trata de um cumprimento obrigatório, o qual, se não observado pelo acusado, prejudica-lhe a liberdade. Trata-se de condição ligada ao fato delituoso, cabendo-lhe simplesmente cumprir para não ficar custodiado. Oficie-se ao Comando-Geral para que informe o que foi requerido pelo Ministério Público. Dê-se prosseguimento ao feito, com vista à defesa, pelo prazo de 5 (cinco) dias, já que não há testemunha de acusação remanescente. Intimem-se.

ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM) - Processo 0223521-43.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes Militares - DENUNCIADO: Michel de Souza Bahiense - Interrogatório Data: 02/10/2019 Hora 10:30 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: OTÁVIO ARAÚJO NETO (OAB 10189/AM), ADV: WELLINGTON FILGUEIRA SAMPAIO (OAB 5308/AM), ADV: NIELI NASCIMENTO ARAUJO FERNANDES (OAB 397A/RN), ADV: JAMMES BEZERRA DE OLIVEIRA (OAB 10038/AM) - Processo 0225710-62.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes Militares - ACUSADO: DAVISON ANDERSON CUTRIM SOEIRO - Antônio Dimas Silva Alves - Inquirição - Audiência Data: 12/11/2019 Hora 11:00 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: SÓSTENES ADIEL PEREIRA BATISTA (OAB 10131/AM) - Processo 0230265-20.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes Militares - RÉU: João Pereira de Souza - Inquirição - Audiência Data: 19/11/2019 Hora 10:00 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: RAPHAELA LUNA MOURA LOBO (OAB 14486/AM), ADV: ORLANDO BOTELHO BENTES (OAB 8863/AM), ADV: ALEXANDRA CALDERARO QUEIROZ (OAB A1224/AM) - Processo 0234484-47.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes Militares - RÉU: FELIPE GUERREIRO SILVEIRA - Instrução, Debates e Julgamento Data: 22/10/2019 Hora 09:30 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM) - Processo 0235492-93.2014.8.04.0001 - Inquérito Policial - Crimes Militares - ACUSADO: Jair Lúcio Corrêa de Souza - Interrogatório Data: 13/11/2019 Hora 11:00 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: OTÁVIO ARAÚJO NETO (OAB 10189/AM), ADV: NIELI

NASCIMENTO ARAUJO FERNANDES (OAB 397A/RN), ADV: JOHAN DA COSTA ARAÚJO (OAB 12234/AM), ADV: JAMMES BEZERRA DE OLIVEIRA (OAB 10038/AM) - Processo 0241512-95.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes Militares - ACUSADO: Júlio Sérgio Costa do Nascimento - Inquira-se a testemunha arrolada na denúncia no dia 21 de novembro de 2019, às 11 horas, ato para o qual deverão ser feitas as intimações e requisições necessárias.

ADV: JAMMES BEZERRA DE OLIVEIRA (OAB 10038/AM), ADV: OTÁVIO ARAÚJO NETO (OAB 10189/AM), ADV: NIELI NASCIMENTO ARAUJO FERNANDES (OAB 397A/RN), ADV: JOHAN DA COSTA ARAÚJO (OAB 12234/AM) - Processo 0241512-95.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes Militares - ACUSADO: Júlio Sérgio Costa do Nascimento - Inquirição - Audiência Data: 21/11/2019 Hora 11:00 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: JAMMES BEZERRA DE OLIVEIRA (OAB 10038/AM), ADV: JOHAN DA COSTA ARAÚJO (OAB 12234/AM), ADV: NIELI NASCIMENTO ARAÚJO FERNANDES (OAB 1089A/AM), ADV: OTÁVIO ARAÚJO NETO (OAB 10189/AM) - Processo 0625732-79.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes Militares - RÉU: Welton Michel da Silva - Instrução, Debates e Julgamento Data: 28/11/2019 Hora 09:30 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: CLEUVIS COSTA DOS SANTOS (OAB 13640/AM) - Processo 0655985-84.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes Militares - RÉU: Fabrison Lima do Nascimento - As alegações preliminares não têm o condão de anular o processo, como quer a defesa. Seja como for, sobre elas deve o Ministério Público pronunciar-se, sem causar óbice ao andamento do feito, para o que determino a ciência da Exma. Dra. Promotora de Justiça quanto ao teor da defesa inicial de fls. 179/182. Inquiram-se as testemunhas arroladas na denúncia no dia 21 de novembro de 2019, às 10 horas, ato para o qual deverão ser feitas as intimações e requisições necessárias.

ADV: CLEUVIS COSTA DOS SANTOS (OAB 13640/AM) - Processo 0655985-84.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes Militares - RÉU: Fabrison Lima do Nascimento - Inquirição Plenário Data: 21/11/2019 Hora 10:00 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

Alexandra Calderaro Queiroz (OAB A1224/AM)
Ciro Gonçalves Botelho (OAB 39395/BA)
Cleuvis Costa dos Santos (OAB 13640/AM)
Daysevanda das Graças Brito Dantas (OAB 7003/AM)
Frederico Gustavo Távora (OAB 6462/AM)
Jammes Bezerra de Oliveira (OAB 10038/AM)
Johan da Costa Araújo (OAB 12234/AM)
Jonilson Maia Pereira (OAB 7871/AM)
José Júlio César Corrêa (OAB 7810/AM)
Maurício Fernandes de Almeida (OAB 7783/AM)
Nieli Nascimento Araújo Fernandes (OAB 1089A/AM)
Nieli Nascimento Araujo Fernandes (OAB 397A/RN)
Orlando Botelho Bentes (OAB 8863/AM)
Otávio Araújo Neto (OAB 10189/AM)
Raphaela Luna Moura Lobo (OAB 14486/AM)
Ronaldo Sperry Júnior (OAB 9308/AM)
Rosa Evaneide Mendes Pinto (OAB 7291/AM)
Sóstenes Adiel Pereira Batista (OAB 10131/AM)
Wellington Filgueira Sampaio (OAB 5308/AM)
Zacarias Santos de Souza (OAB 7531/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DA AUDITORIA MILITAR
JUIZ(A) DE DIREITO ALCIDES CARVALHO VIEIRA FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ALESSANDRA LÊDO GONÇALVES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0325/2019

ADV: ALEXANDRA CALDERARO QUEIROZ (OAB A1224/AM), ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 1216A/AM), ADV: ORLANDO BOTELHO BENTES (OAB 8863/AM) - Processo 0206873-51.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes Militares - ACUSADO: SANDRO TEIXEIRA DE CARVALHO - Ante o teor da certidão de fls. 138, intimem-se os causídicos pertencentes ao Quadro Jurídico da Associação dos Praças do Estado do Amazonas (APEAM), indicados pelo acusado, para que se manifestem de acordo com o artigo 407 e parágrafo único do Código de Processo Penal Militar. Juntados os documentos de fls. 139/183, dê-se vista ao Ministério Público, sem prejuízo das providências acima. Intimem-se.

Alexandra Calderaro Queiroz (OAB A1224/AM)
Ciro Gonçalves Botelho (OAB 1216A/AM)
Orlando Botelho Bentes (OAB 8863/AM)

1ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FAMÍLIA (EUZA MARIA)
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0192/2019

ADV: THAYS DE SOUZA BATISTA (OAB 10440/AM) - Processo 0602352-27.2019.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: V.A.P.S. e outro - REQUERIDO: L.P.S. - Vistos, etc. Os requerentes, qualificados na inicial, requereram homologação de acordo de fls. 118/120, nos termos e condições do documento que o formalizou. O MP opinou favoravelmente. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Sem custas. Providencie-se o necessário para cumprimento. P.R.I. Transitando em julgado, BAIXE-SE e arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: MICHELE DE SOUZA DERZE (OAB 6418/AM) - Processo 0612076-55.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: Maria Cristiane Oliveira Barbosa - REQUERIDO: Israel Aparecido Barbosa - Vistos, etc. Os requerentes, qualificados na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. O MP opinou favoravelmente. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Sem custas. Providencie-se o necessário para cumprimento. P.R.I. Transitando em julgado, BAIXE-SE e arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: EMERSON FABRÍCIO NOBRE DOS SANTOS (OAB 4147/AM), ADV: THAIZE GENEROSO DE OLIVEIRA (OAB 14313/AM) - Processo 0620108-83.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: L.S.L.S.M. - REQUERIDO: A.G.C.S. - Vistos, etc. Os requerentes, qualificados na inicial, requereram homologação de acordo de fls. 52/54, nos termos e condições do documento que o formalizou. O MP opinou favoravelmente. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Sem custas. Providencie-se o necessário para cumprimento. P.R.I. Transitando em julgado, BAIXE-SE e arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: DANTON CAVALCANTE BEZERRA (OAB 12258/AM) - Processo 0623123-26.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: W.M.C.S. - REQUERIDA: N.S.M. - Vistos etc. Os requerentes, qualificados na inicial, requereram homologação de acordo de fls. 39/40, nos termos e condições do documento que o formalizou. O MP opinou favoravelmente. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Sem custas. Providencie-se o necessário para cumprimento. P.R.I. Transitando em julgado, BAIXE-SE e arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: SÉRGIO MARINHO LINS (OAB 2414/AM) - Processo 0628243-50.2019.8.04.0001 - Guarda - Leve - REQUERENTE: W.R.C. - REQUERIDO: M.A.R.C.O.C. e outro - Vistos etc. Os requerentes, qualificados na inicial, requereram homologação de acordo de fls. 42/44, nos termos e condições do documento que o formalizou. O MP opinou favoravelmente. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Sem custas. Providencie-se o necessário para cumprimento. P.R.I. Transitando em julgado, BAIXE-SE e arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: HELDER SABELI MATOS (OAB 13869/AM) - Processo 0646626-76.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: E.N.V. e outro - Vistos, etc. Os requerentes, qualificados na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. O MP opinou favoravelmente. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Sem custas. Providencie-se o necessário para cumprimento. P.R.I. Transitando em julgado, BAIXE-SE e arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: BERNADETE CORREA SOUZA MONTEFUSCO (OAB 10980/AM), ADV: KAIO KLINGER VIANA DO NASCIMENTO (OAB 12185/AM) - Processo 0647025-42.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: G.M.C. - REQUERIDA: S.S.S.M. - Vistos etc. Os requerentes, qualificados na inicial, requereram homologação de acordo de fls. 79/81, nos termos e condições do documento que o formalizou. O MP opinou favoravelmente. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Sem custas. Providencie-se o necessário para cumprimento. P.R.I. Transitando em julgado, BAIXE-SE e arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: ADNEY FERREIRA GAMA (OAB 4170/AM) - Processo 0648523-42.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: Fares Franc Abinader Rodrigues Junior e outro - Vistos, etc. Os requerentes, qualificados na inicial, requereram homologação de acordo, nos termos e condições do documento que o formalizou. O MP opinou favoravelmente. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Sem custas. Providencie-se o necessário para cumprimento. P.R.I. Transitando em julgado, BAIXE-SE e arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: JOSEANI CATUNDA PRUDENTE (OAB 3504/AM), ADV: ALEXANDRE DE CASTRO VENTURELLI (OAB 14043/AM) - Processo 0659988-82.2018.8.04.0001 - Regulamentação de Visitas - Regulamentação de Visitas - REQUERENTE: N.B.C. - REQUERIDA: L.S.G. - Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir em audiência, justificando-as. A audiência de instrução e julgamento deve ser realizada com o objetivo de elucidar os fatos controvertidos, observando-se os meios legais possíveis, a exemplo da prova testemunhal, depoimento pessoal etc. Caso o único meio de prova a ser produzido é o documental, por exemplo, nenhuma utilidade terá a designação de audiência. Ao contrário, apenas trará prejuízos aos litigantes e judiciário, ferindo os princípios da celeridade e economia. Havendo provas a produzir, paute-se audiência de instrução e julgamento, independente de nova conclusão. Procedam com as intimações necessárias. Prazo: 05 (cinco) dias.

Adney Ferreira Gama (OAB 4170/AM)
Alexandre de Castro Venturelli (OAB 14043/AM)
BERNADETE CORREA SOUZA MONTEFUSCO (OAB 10980/AM)
Danton Cavalcante Bezerra (OAB 12258/AM)
Emerson Fabrício Nobre dos Santos (OAB 4147/AM)
Helder Sabeli Matos (OAB 13869/AM)
Joseani Catunda Prudente (OAB 3504/AM)
Kaio Klinger Viana do Nascimento (OAB 12185/AM)
Michele de Souza Derze (OAB 6418/AM)
Sérgio Marinho Lins (OAB 2414/AM)
Thaize Generoso de Oliveira (OAB 14313/AM)
Thays de Souza Batista (OAB 10440/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FAMÍLIA (EUZA MARIA)
JUIZ(A) DE DIREITO MARCOS SANTOS MACIEL
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MÔNICA COSTEIRA DE MENDONÇA FURTADO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0193/2019

ADV: JENNIFER DE QUEIROZ RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 8383/AM) - Processo 0207552-17.2018.8.04.0001 (processo principal 0620291-93.2014.8.04.0001) - Exibição de Documento ou Coisa Infância e Juventude - Regulamentação de Visitas - REQUERENTE: Davi Rodrigues de Oliveira - Posto isso, julgo extinto o processo, sem resolução de mérito, nos termos do disposto no artigo 485, III do NCPC. Defiro a gratuidade de justiça. Arquive-se.

ADV: HELOÍSA HELENA QUEIROZ DE MATOS CANTO (OAB 9056/AM) - Processo 0213264-85.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Fixação - EXEQUENTE: L.K.B.F. - Atendam a Promoção Ministerial retro, providenciando-se as diligências necessárias para o caso concreto. Manaus, 16 de setembro de 2019

ADV: RISONALDO DE MELO LIMA JÚNIOR (OAB 6997/AM), ADV: ALAN YURI GOMES FERREIRA (OAB 10450/AM), ADV: JÉSSICA FERREIRA BOTELHO (OAB 6826/AM), ADV: ALBERTO SIMONETTI CABRAL NETO (OAB 2599/AM) - Processo 0217450-54.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - EXEQUENTE: J.V.M.S. e outro - EXECUTADO: J.P.S.O. - Vistos etc. Manifestação do executado com alegação de adimplemento da obrigação acompanhada de comprovante. Antes de qualquer outra providência, suspendam o mandado de prisão em favor do devedor, pois a prisão civil é medida excepcional visando compelir o adimplemento da obrigação, não se justificando a sua manutenção diante do pagamento. Intime-se a parte credora para manifestação sobre a alegação de pagamento integral da dívida, no prazo de cinco dias. Após, remetam os autos ao Parquet. Manaus, 16 de setembro de 2019.

ADV: FÁBIO DE ASSUNÇÃO ACOSTA (OAB 8415/AM), ADV: JÚLIO CÉSAR DE ALMEIDA LORENZONI (OAB 5545/AM), ADV: FELIPE SENA DE CARVALHO (OAB 3816/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0223319-66.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0223872-16.2016.8.04.0001) (processo principal 0322938-81.2007.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Alimentos - REQUERENTE: Michelle Alexandrina dos Santos Furtado Representadas Pela Mãe e outro - REQUERIDO: E.S.F. - Vistos etc. Compete as exequentes observar que os valores que porventura estejam ainda pendentes de pagamentos sofreram alterações ou não são mais executáveis por força de decisões proferidas posteriormente, em ação de revisão de alimentos de nr. 0602305-63.2013 (redução de 14 SM para 03 SM, sendo 02 SM para a filha Melissa e 01 SM para a filha Michelle) e em decorrência da ação de exoneração de alimentos de nr. 0715178-40.2012, sendo que nesta última ficou consignada a extinção da obrigação de prestar alimentos do executado em relação a filha maior e capaz Michelle Alexandrina dos Santos Furtado. Convém ressaltar que o valor dos alimentos reduzidos e os efeitos da exoneração da obrigação alimentar devem retroagir à data da citação das respectivas ações (revisional e exoneratória), conforme o disposto no artigo 13, caput e § 2º, da Lei nº 5.478/68 (eficácia ex tunc). Neste sentido: "PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA N. 7/STJ. ALIMENTOS PROVISÓRIOS. EXECUÇÃO. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA DOS ALIMENTOS. EFEITOS. PRECEDENTES. 1. Os efeitos da sentença proferida em ação de alimentos - seja em caso de redução, majoração ou exoneração - retroagem à data da citação (Lei 5.478/68, art. 13, § 2º), ressalvada a irrepetibilidade dos valores adimplidos e a impossibilidade de compensação do excesso pago com prestações vincendas (EREsp 1181119/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Rel. p/ Acórdão Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 27/11/2013, DJe 20/06/2014). 2. Agravo interno a que se nega provimento." (AgInt no REsp 1689450/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 02/08/2018, DJe 10/08/2018) (grifei) "HABEAS CORPUS. PRISÃO CIVIL. ALIMENTOS. AÇÃO DE EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS. EFEITOS A PARTIR DA CITAÇÃO. DECRETO PRISIONAL QUE INCLUIU VALORES QUE NÃO PODERIAM SER CONSIDERADOS. 1. Habeas corpus impetrada contra decreto de prisão civil, que desconsiderou a redução do valor da pensão alimentícia. 2. "Os efeitos da sentença proferida em ação de revisão de alimentos - seja em caso de redução, majoração ou exoneração - retroagem à data da citação (Lei 5.478/68, art. 13, § 2º), ressalvada a irrepetibilidade dos valores adimplidos e a impossibilidade de compensação do excesso pago com prestações vincendas" (EREsp 1.181.119/RJ, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, Rel. p/ acórdão Min. MARIA

ISABEL GALLOTTI, Segunda Seção, DJe 20/06/2014). 3.HABEAS CORPUS CONCEDIDO." (HC 446.409/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/06/2018, DJe 15/06/2018) (grifei) "RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. DIREITO CIVIL. FAMÍLIA. EXECUÇÃO ALIMENTÍCIA. OBRIGAÇÃO. INADIMPLEMENTO. PRISÃO CIVIL. BINÔMIO NECESSIDADE E POSSIBILIDADE. EX-CÔNJUGE. CREDORA MAIOR E CAPAZ. INDEPENDÊNCIA ECONÔMICA. COMPROVAÇÃO. EMERGÊNCIA. INEXISTÊNCIA. OBRIGAÇÃO PRETÉRITA. RITO DA EXPROPRIAÇÃO. CABIMENTO. ÓCIO. PRAZO DETERMINADO. AÇÃO REVISIONAL. EXONERAÇÃO. CITAÇÃO. RETROATIVIDADE. 1. A execução de dívida alimentar pelo rito da prisão exige a atualidade da dívida, a urgência e a necessidade na percepção do valor pelo credor e que o inadimplemento do devedor seja voluntário e inescusável. 2. Na hipótese, a alimentanda, ex-cônjuge do paciente, é maior e economicamente independente, inexistindo situação emergencial a justificar a medida extrema da restrição da liberdade sob o regime fechado de prisão. 3. A obrigação, porquanto pretérita, poderá ser cobrada pelo rito menos gravoso da expropriação. 4. Os alimentos devidos entre ex-cônjuges não podem servir de fomento ao ócio ou ao enriquecimento sem causa, motivo pelo qual devem ser fixados com prazo determinado. 5. Os efeitos da sentença que julga procedente o pedido de exoneração do encargo alimentício retroagem à data da citação, desonerando o obrigado desde então, conforme dispõe o artigo 13, § 2º, da Lei nº 5.478/1968. 6. Recurso ordinário em habeas corpus conhecido e provido." (RHC 95.204/MS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe 30/04/2018) (grifei) "AGRAVO INTERNO EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO PRECONIZADO POR ESTA CORTE. SÚMULA 83/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO. 1. De acordo com a jurisprudência desta Corte, uma vez demonstrado em sede de juízo exauriente que a obrigação alimentar imposta liminarmente não deve subsistir, resta vedada a cobrança dos denominados alimentos provisórios, sob pena de enriquecimento sem causa da alimentanda. Precedentes. Incidência da Súmula 83/STJ. 2. Agravo interno não provido." (AgInt no AREsp 1149320/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 07/06/2018, DJe 13/06/2018) (grifei) Em 12 de dezembro de 2018, a 2ª Turma do STJ aprovou, por unanimidade, a edição da Súmula 621, assentando a compreensão acima exposta. A súmula afirma que: "os efeitos da sentença que reduz, majora ou exonera o alimentante do pagamento retroagem à data da citação, vedadas a compensação e a repetibilidade". Assim, concedo as exequentes o derradeiro prazo de 15 dias para que cumpra o quanto determinado acima, apresentando novo demonstrativo discriminado e atualizado de seu crédito, com observância da retroatividade das decisões de revisão (redução) e exoneração (extinção da obrigação alimentar) dos alimentos à data da citação ocorrida em cada feito, atento as certidões de fls. 396 e 401. Valores eventualmente quitados devem ser deduzidos. Int.

ADV: SASKIA SILVA FERRAZ (OAB 12158/AM) - Processo 0225024-31.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Guarda - REQUERENTE: M.A.S.M. - O cumprimento provisório de sentença não pode ser ingressado nos mesmos autos que o processo de conhecimento, sendo de ritos diferentes. Deve ser interposto em autos apartados, distribuído ao juízo competente, conforme artigo 522, caput do CPC. Cancele-se a petição de fls. 87/97 e reitero o despacho de fls. 85.

ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM) - Processo 0230692-32.2008.8.04.0001 (001.08.230692-4) - Procedimento Comum Cível - Alimentos - REQUERENTE: L.B.M.F. e outro - Intime-se a parte exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, especificar o objeto a ser adotado na presente execução, observando a existência de dois pedidos com objetos diferentes (alimentos e descumprimento de guarda), devendo ingressar o outro em um processo apartado.

ADV: MÁRCIO DJAMES DA COSTA FURTADO (OAB 4533/AM), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM) - Processo 0230692-32.2008.8.04.0001 (001.08.230692-4) - Procedimento Comum Cível - Alimentos - REQUERENTE: L.B.M.F. e outro - Pedido de cumprimento de sentença com pluralidade de ritos (prisão e penhora de bens). Observa-se que mandados serão expedidos cumulando os ritos a serem observados, devendo os litigantes terem cautela em suas petições para expor com clareza sobre quais parcelas estarão se referindo de modo a não tumultuar o feito, observa-se ao devedor a obrigação de cooperar com a indicação expressa de quais parcelas estará adimplindo, no caso de pagamento parcial. Adverte-se aos litigantes que na omissão sobre quais parcelas incidirá serão amortizado, o juízo dará prioridade ao adimplemento da obrigação executada sob o rito da prisão. Parcelas sob o rito da prisão: Intime-se pessoalmente o executado para, em três dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo. Caso o executado, nesse prazo, não efetue o pagamento, não prove que o efetuou ou não apresente justificativa da impossibilidade de efetuá-lo, fica desde já a determinação para fins de a Secretaria viabilizar o protesto da sentença/acordo/decisão interlocutória que estipulou os alimentos ora em execução, sem prejuízo da prisão civil do devedor.(art. 528, § 1º e 3º, do NCPC). Parcelas sob o rito da penhora: Na forma do art. 528, § 8º, c/c 523, ambos do NCPC, intime-se o(a) executado(a) na pessoa do advogado constituído, por meio de publicação no diário oficial (NCPC 513 § 2º) para, em 15 (quinze) dias, pagar o débito, sob pena de da incidência multa de 10% (dez por cento) e, também, de honorários de 10% (dez por cento), estes calculados sobre o valor do débito em execução (NCPC 523 § 1º), além de se sujeitar à penhora (NCPC 831). Sujeitar-se-á o devedor, ainda, a protesto (art. 528, § 3º, do NCPC). Caso o devedor seja representado pela Defensoria Pública ou não tiver representante nos autos, deve ser intimado por carta com aviso de recebimento (NCPC 513 § 2º II) ou por edital, se for revel (NCPC 513 § 2º IV). Atente-se que o marco inicial de incidência da multa é a intimação do devedor. Ocorrendo o pagamento parcial do débito, no prazo previsto no caput, do art. 528, do NCPC, a multa referida e os honorários previstos no § 1o do mesmo dispositivo legal incidirão sobre o valor restante (523, §2,º do NCPC). Não sendo efetuado tempestivamente o pagamento voluntário, será expedido, desde logo, mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação (523, §3º e 831, do NCPC). Advirta o devedor de que transcorrido o prazo previsto no art. 523 do NCPC sem que tenha havido o pagamento voluntário, inicia-se a contagem do prazo de 15 (quinze) dias para que ele, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação, alegando os temas apontados no rol legal (CPC 525 § 1º). Recaindo a penhora em dinheiro, mesmo que a impugnação disponha de efeito suspensivo, é permitido mensalmente o levantamento do valor da prestação (NCPC 528 § 8º), descabe a imposição de caução, vez que se trata de crédito de natureza alimentar (NCPC 521 I). Na hipótese da execução ser levada a efeito após um ano do trânsito em julgado da sentença, a intimação ao devedor é feita, por meio de carta com aviso de recebimento (NCPC 513 § 4º). Esta carta deverá ser encaminhada ao endereço constante dos autos. Considera-se realizada a intimação se o devedor tiver mudado de residência sem prévia comunicação ao juízo (NCPC 513 § 3º). Viabilize-se. Fixo honorários advocatícios em vinte por cento sobre o valor da execução, mais as que se vencerem no decorrer do trâmite processual. Com a preclusão do prazo assinado à parte devedora, procedam nos moldes da PORTARIAS Nº 01 E 02 de 2017.

ADV: BIANCA DA SILVA JARDIM (OAB 13119/AM) - Processo 0232175-63.2009.8.04.0001 (001.09.232175-6) - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Alimentos - REQUERENTE: William de Souza Mendes - O polo ativo informa que a parte adversa se encontra em lugar incerto e desconhecido. Com a finalidade de se evitar eventual injustiça, determino a consulta junto ao SIEL. Havendo necessidade de informações necessárias à consulta, intime-se o polo ativo para apresentá-las em cinco dias.

ADV: BRENO BARBOSA FERREIRA (OAB A451/AM) - Processo 0232900-13.2013.8.04.0001 (processo principal 0704474-65.2012.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Fixação - EXEQUENTE: Irene da Silva Santos - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Manaus-Am, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: intimação do polo ativo para manifestação sobre a consulta junto ao BacenJud no

prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: THIAGO HENRIQUE ANDRADE MARQUES (OAB 14585/AM) - Processo 0233610-23.2019.8.04.0001 (processo principal 0620993-63.2019.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Decisão - Fixação - REQUERENTE: Artur de Souza Pimentel - Cumprimento de sentença sob o rito da coerção pessoal. Intime-se pessoalmente o executado para, em três dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo. Caso o executado, nesse prazo, não efetue o pagamento, não prove que o efetuou ou não apresente justificativa da impossibilidade de efetuá-lo, fica desde já a determinação para fins de a Secretaria viabilizar o protesto da sentença/acordo/decisão interlocutória que estipulou os alimentos ora em execução, sem prejuízo da prisão civil do devedor.(art. 528, § 1º e 3º, do NCPC).

ADV: FELIPE SENA DE CARVALHO (OAB 3816/AM), ADV: JÚLIO CÉSAR DE ALMEIDA LORENZONI (OAB 5545/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: LILIAN DA SILVA ALVES (OAB 8921/AM) - Processo 0249370-27.2010.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Apuração de haveres - REQUERENTE: Marluce Marta Silva dos Santos - REQUERIDO: Euclides dos Santos Furtado - Vistos etc, Processo Meta 2. Verifica-se que o perito não observou os prazo por ele indicado ou mesmo apresentou qualquer justificação a pendência, prejudicando o prosseguimento regular do trâmite processual Assim, assino o prazo de quarenta e oito horas para o perito apresentar o laudo pendente ou, sendo caso, justificar comprovadamente as razões de sua omissão, sob pena de ser destituído do encargo e ter de devolver o valor recebido, sem prejuízo de serem tomadas as medidas penais cabíveis ao caso concreto. Cumpra-se. Intimem-se.

ADV: HORLANDO HALIX RIBEIRO DE BRITO (OAB 5102/AM), ADV: EMERSON TAVARES PEREIRA (OAB 8616/AM), ADV: FÁBIO DE ASSUNÇÃO ACOSTA (OAB 8415/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: JÚLIO CÉSAR DE ALMEIDA LORENZONI (OAB 5545/AM) - Processo 0322938-81.2007.8.04.0001 (001.07.322938-6) - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: M.A.S.F.R.P.M. e outro - REQUERIDO: E.S.F. - Vistos etc. Às exequentes para especificarem, detalhadamente, o período que estão executando nestes autos, atento que, conforme certidão de fls. 1451, já existe o cumprimento de sentença de nr. 0223319-66.2016 envolvendo as mesmas partes, no qual estão sendo executados alimentos impagos no período de março a maio de 2016, assim como as parcelas não quitadas e que venceram no curso do citado processo. Ademais, devem as exequentes observar que os valores que porventura estejam ainda pendentes de pagamentos sofreram alterações ou não são mais executáveis por força de decisões proferidas posteriormente, em ação de revisão de alimentos de nr. 0602305-63.2013 (redução de 14 SM para 03 SM, sendo 02 SM para a filha Melissa e 01 SM para a filha Michelle) e em decorrência da ação de exoneração de alimentos de nr. 0715178-40.2012, sendo que nesta última ficou consignada a extinção da obrigação de prestar alimentos do executado em relação a filha maior e capaz Michelle Alexandrina dos Santos Furtado. Convém ressaltar que o valor dos alimentos reduzidos e os efeitos da exoneração da obrigação alimentar devem retroagir à data da citação das respectivas ações (revisional e exoneratória), conforme o disposto no artigo 13, caput e § 2º, da Lei nº 5.478/68 (eficácia ex tunc). Neste sentido: "PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA N. 7/STJ. ALIMENTOS PROVISÓRIOS. EXECUÇÃO. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA DOS ALIMENTOS. EFEITOS. PRECEDENTES. 1. Os efeitos da sentença proferida em ação de alimentos - seja em caso de redução, majoração ou exoneração - retroagem à data da citação (Lei 5.478/68, art. 13, § 2º), ressalvada a irrepetibilidade dos valores adimplidos e a impossibilidade de compensação do excesso pago com prestações vincendas (EREsp 1181119/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Rel. p/ Acórdão Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 27/11/2013, DJe 20/06/2014). 2. Agravo interno a que se nega provimento." (AgInt no REsp 1689450/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 02/08/2018, DJe 10/08/2018) (grifei) "HABEAS CORPUS. PRISÃO CIVIL. ALIMENTOS. AÇÃO DE EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS. EFEITOS A PARTIR DA CITAÇÃO. DECRETO PRISIONAL QUE INCLUIU VALORES QUE NÃO PODERIAM SER CONSIDERADOS. 1. Habeas corpus impetrada contra decreto de prisão civil, que desconsiderou a redução do valor da pensão alimentícia. 2. "Os efeitos da sentença proferida em ação de revisão de alimentos - seja em caso de redução, majoração ou exoneração - retroagem à data da citação (Lei 5.478/68, art. 13, § 2º), ressalvada a irrepetibilidade dos valores adimplidos e a impossibilidade de compensação do excesso pago com prestações vincendas" (EREsp 1.181.119/RJ, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, Rel. p/ acórdão Min. MARIA ISABEL GALLOTTI, Segunda Seção, DJe 20/06/2014). 3.HABEAS CORPUS CONCEDIDO." (HC 446.409/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/06/2018, DJe 15/06/2018) (grifei) "RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. DIREITO CIVIL. FAMÍLIA. EXECUÇÃO ALIMENTÍCIA. OBRIGAÇÃO. INADIMPLEMENTO. PRISÃO CIVIL. BINÔMIO NECESSIDADE E POSSIBILIDADE. EX-CÔNJUGE. CREDORA MAIOR E CAPAZ. INDEPENDÊNCIA ECONÔMICA. COMPROVAÇÃO. EMERGÊNCIA. INEXISTÊNCIA. OBRIGAÇÃO PRETÉRITA. RITO DA EXPROPRIAÇÃO. CABIMENTO. ÓCIO. PRAZO DETERMINADO. AÇÃO REVISIONAL. EXONERAÇÃO. CITAÇÃO. RETROATIVIDADE. 1. A execução de dívida alimentar pelo rito da prisão exige a atualidade da dívida, a urgência e a necessidade na percepção do valor pelo credor e que o inadimplemento do devedor seja voluntário e inescusável. 2. Na hipótese, a alimentanda, ex-cônjuge do paciente, é maior e economicamente independente, inexistindo situação emergencial a justificar a medida extrema da restrição da liberdade sob o regime fechado de prisão. 3. A obrigação, porquanto pretérita, poderá ser cobrada pelo rito menos gravoso da expropriação. 4. Os alimentos devidos entre ex-cônjuges não podem servir de fomento ao ócio ou ao enriquecimento sem causa, motivo pelo qual devem ser fixados com prazo determinado. 5. Os efeitos da sentença que julga procedente o pedido de exoneração do encargo alimentício retroagem à data da citação, desonerando o obrigado desde então, conforme dispõe o artigo 13, § 2º, da Lei nº 5.478/1968. 6. Recurso ordinário em habeas corpus conhecido e provido." (RHC 95.204/MS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe 30/04/2018) (grifei) "AGRAVO INTERNO EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO PRECONIZADO POR ESTA CORTE. SÚMULA 83/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO. 1. De acordo com a jurisprudência desta Corte, uma vez demonstrado em sede de juízo exauriente que a obrigação alimentar imposta liminarmente não deve subsistir, resta vedada a cobrança dos denominados alimentos provisórios, sob pena de enriquecimento sem causa da alimentanda. Precedentes. Incidência da Súmula 83/STJ. 2. Agravo interno não provido." (AgInt no AREsp 1149320/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 07/06/2018, DJe 13/06/2018) (grifei) Em 12 de dezembro de 2018, a 2ª Turma do STJ aprovou, por unanimidade, a edição da Súmula 621, assentando a compreensão acima exposta. A súmula afirma que: "os efeitos da sentença que reduz, majora ou exonera o alimentante do pagamento retroagem à data da citação, vedadas a compensação e a repetibilidade". Assim, concedo as exequentes o derradeiro prazo de 15 dias para que cumpra o quanto determinado acima, apresentando novo demonstrativo discriminado e atualizado de seu crédito, com observância da retroatividade das decisões de revisão (redução) e exoneração (extinção da obrigação alimentar) dos alimentos à data da citação ocorrida em cada feito, assim como eliminando parcelas que eventualmente estejam inseridas no cumprimento de sentença de nr. 0223319-66.2016, conforme certificado às fls. 1451. Valores eventualmente quitados devem ser deduzidos. Int.

ADV: SARA MARTINS SOMBRA DE OLIVEIRA (OAB 9456/AM), ADV: RODRIGO CASTRO VAZ (OAB 6719/AM), ADV: SÉRGIO AUGUSTO COSTA DA SILVA (OAB 6583/AM) - Processo 0601117-30.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0629048-08.2016.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Dissolução - REQUERIDO: Francisco Roberto Pereira da Silva - Intime-se a parte exequente para se manifestar sobre a comprovação de pagamento de fls. 821/825, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MARIA LUIZA CASTELO BARROS (OAB 6904/AM), ADV: LOURENA CRISTINA LIMA AFONSO (OAB 6957/AM),

ADV: ANDERSON DE SOUZA LIMA (OAB 10190/AM), ADV: ANADIR RIBEIRO NOGUEIRA (OAB 9704/AM), ADV: JOÍSA MACIEL GUERRA DE SOUZA (OAB 7774/AM) - Processo 0601911-56.2013.8.04.0001 (apensado ao processo 0607554-24.2015.8.04.0001) - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: A.A.L. - Vista a(o) advogado(a) do(a) autor(a), para que fale sobre a certidão, no prazo de 10(dez) dias.

ADV: VANILDE DE JESUS DUARTE (OAB 10028/AM) - Processo 0601988-55.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Guarda - REQUERENTE: Adriana Dantas de Oliveira - Chamo o feito à ordem para apreciar e deferir o pedido de gratuidade de justiça apresentado nos presentes autos, pois encontra-se observado os requisitos legais previstos no CPC. Dê-se prosseguimento ao feito, sanando eventuais pendências. I. Manaus, 12 de setembro de 2019

ADV: CLOVES QUEIROZ DE MEDEIROS (OAB 525A/AM), ADV: LARISSA MONTENEGRO DE MEDEIROS (OAB 12196/AM), ADV: HELTON LANNUCY VERAS LEITE (OAB 13005/AM), ADV: LUÍS DOS SANTOS BERNARDES (OAB 11984/AM) - Processo 0602341-71.2014.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: N.C.P. - REQUERIDO: H.I.S.L. - Vistos etc. Tendo em vista a certificação do decurso do prazo para manifestação pela zelosa Serventia, manifeste-se a parte exequente, em cinco dias. No silêncio, remetam-se os autos, incontinenti, ao arquivo, aguardando-se provocação ou decurso do prazo de prescrição intercorrente. Intime-se.

ADV: DAISY FEITOSA COUTINHO (OAB 6989/AM), ADV: ELCINETE CARDOSO DE ALMEIDA (OAB 6946/AM), ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM), ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM) - Processo 0602865-29.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: E.P.A.B.M.I.S.G.L.R.P.A. - Em razão da natureza da demanda apresentada em juízo, determino a consulta do endereço do(a) requerente, via INFOJUD ou SIEL. Com o resultado da diligência ou na impossibilidade de assim o fazer (por exemplo, a falta de dados necessários), voltem os autos conclusos.

ADV: SÍLVIA MARIA ABENSUR SANTOS (OAB 1005/AM), ADV: EHUD EMANUEL ABENSUR SANTOS (OAB 10760/AM) - Processo 0604394-54.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Expropriação de Bens - EXECUTADO: A.M.L.R. - Uma vez realizado o comando de bloqueio de conta bancário, somente ato posterior a desbloqueará. Assim procedei com a consulta para aferir se algum valor foi bloqueado. Intime-se o devedor para indicar bens passíveis de penhora, no prazo de cinco dias, sob pena de aplicação de multa por descumprimento de ordem judicial. Manaus, 13 de setembro de 2019.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0605262-27.2019.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERENTE: M.I.M.M. - Observa-se que a parte autora reside no mesmo endereço que o requerido, sendo assim, encontram-se em lugar incerto e desconhecido. Com a finalidade de se evitar eventual injustiça, determino a consulta junto ao SIEL.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0605911-26.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: D.E.S.A. - Acolho a promoção ministerial de fls. 46. Paute-se nova data para audiência com tempo hábil para o cumprimento da carta precatória. À Secretaria desta Especializada para as providências cabíveis. Cumpra-se, sem tardança.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0605911-26.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: D.E.S.A. - CERTIDÃO Processo n°:0605911-26.2018.8.04.0001 De ordem, CERTIFICO para os devidos fins, que a audiência de Conciliação fica pautada para o dia 11/02/2020 às 09:30h, em cumprimento ao despacho do(a) MM. Juiz(a). Em, 16 de setembro de 2019.

ADV: CÁSSIO JOSÉ MATOS DE BARROS (OAB 13256/AM), ADV: MARCONDE MARTINS RODRIGUES (OAB 4695/AM) - Processo 0606543-52.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - ALIMENTAND: T.M.R. - Intime-se o executado para manifestação e pagamento do saldo remanescente em 03 (três) dias, sob pena de ser decretada sua prisão.

ADV: KAREN ESTHER DE QUEIROZ NORONHA (OAB 9293/AM), ADV: LIANA MACIEL NOBRE (OAB 11009/AM), ADV: MARICARLA FONSECA DE SOUZA (OAB 10573/AM) - Processo 0607537-51.2016.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: M.R.V. e outro - REQUERIDA: C.A.L. e outro - Acolho a promoção ministerial de fls. 225. À Secretaria desta Especializada para as providências cabíveis. Cumpra-se, sem tardança.

ADV: ELANE LABORDA DA SILVA (OAB 11222/AM), ADV: CHRISTIANNE DI FELÍCIO FERREIRA DA SILVA (OAB 3631/AM) - Processo 0609023-03.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: J.S. - REQUERIDO: A.W.G.F. - CERTIDÃO Processo n°:0609023-03.2018.8.04.0001 De ordem, CERTIFICO para os devidos fins, que a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento fica pautada para o dia 03/02/2020 às 09:00h, em cumprimento ao despacho do(a) MM. Juiz(a). Em, 17 de setembro de 2019.

ADV: KAMILA MAIA BOTELHO TELLES (OAB 8957/AM), ADV: NATHACHA CAMARA DE ALBUQUERQUE (OAB 12164/AM) - Processo 0610183-29.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Waleska Gracieme Andrade Marques de Oliveira - CERTIDÃO Processo n°:0610183-29.2019.8.04.0001 De ordem, CERTIFICO para os devidos fins, que a audiência de Inspeção Judicial fica pautada para o dia 31/01/2020 às 09:30h, em cumprimento ao despacho do(a) MM. Juiz(a). Em, 17 de setembro de 2019.

ADV: WALLESTEIN MONTEIRO DE SOUZA (OAB 4907/AM) - Processo 0610499-76.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Expropriação de Bens - EXEQUENTE: N.S.F.C. - N.S.F.C. - C.B.S. - Encaminhem-se os autos ao contador judicial para a realização do cálculo atualizado do débito que será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de 10% (dez por cento), intimando-se a parte exequente para que, em cinco dias, indique bens do devedor passíveis de penhora. Viabilize-se.

ADV: ALESSANDRA DA SILVA CONTENTE (OAB 7091/AM), ADV: RAFAEL CÂNDIDO DA SILVA (OAB 6499/AM), ADV: FRANCISCO ADONIAS PINHEIRO (OAB 1584/AM), ADV: ROOSEVELT JOBIM FILHO (OAB 3920/AM), ADV: EDSON PEREIRA DUARTE (OAB 3702/AM), ADV: ALESSANDRA FRANCISCO DE MELO FRANCO (OAB 179209/SP), ADV: RAFAEL RAPOSO DA CÂMARA AULER (OAB 8000/AM), ADV: JULIANE ELIZABETE DE SOUZA MAIA (OAB 12643/AM), ADV: MAGDA RAQUEL GUIMARÃES FERREIRA (OAB 163055/SP), ADV: MAGDA RAQUEL GUIMARÃES FERREIRA LOBATO (OAB 724A/AM), ADV: ERICA DA SILVA OLIVEIRA (OAB 180783/SP) - Processo 0610799-04.2019.8.04.0001 - Interdição - Capacidade - REQUERENTE: M.R.G.F.L. - REQUERIDO: Jose Adalcindo Ferreira e outros - Declaro prejudicada a análise do mérito da alegada omissão descrita no item “III.A”, dos embargos de declaração de folhas 180/188, em razão da entrevista realizada no decorrer do tramite processual; Nego provimento ao pedido de eliminação de contradição alegada no item “III.B”, dos embargos de declaração, pois a decisão guerreada apresentou as orientações, advertências e fundamentações adequadas às perícias designadas; Declaro prejudicada a análise do mérito da alegada omissão sobre o momento para apresentação da impugnação, em razão do embargante tê-la apresentado, sem prejuízo ao seu direito de contraditório e ampla defesa; Em razão da idade avançada do interditando e necessidade de nomeação de curador com a maior brevidade possível, oficie-se os peritos responsáveis pelo estudo psicossocial para priorizarem os estudos ligados ao presente feito, destinados à identificação da melhor alternativa, no caso concreto, para regulamentação da curatela; Intime-se a senhora Magda para promover a citação da companheira do senhor José Adalcindo Ferreira, no prazo de quinze dias; Declaro a incompetência do juízo para apreciar e julgar atos vinculados ao Direito Empresarial ou bens e valores das empresas das quais o interditando seja sócio, a exemplo dos itens “IV e “V” (fls. 276); Defiro o pedido apresentado para efetivação de bloqueio dos bens e de valores de titularidade do interditando, devendo a senhora Magda apresentar, com o auxílio de seus irmãos, no prazo de quinze dias, planilhas descritivas de todos bens e valores de titularidade do interditando, acompanhada com a documentação necessária para comprovação do acervo patrimonial. Quanto às empresas, deverá apresentar cópia do contrato social e alterações contratuais, bem como o último balanço realizado. Em razão do exposto no capítulo pertinente

à gratuidade de justiça, determino a intimação dos interessados que pleiteiam o deferimento da suspensão da exigibilidade dos tributos e honorários, para apresentarem, no prazo de quinze dias, os documentos comprobatórios dos respectivos rendimentos (ex. Contracheque, declaração de imposto de renda, etc.). Postergo a análise do pedido de conversão do feito para tomada de decisão apoiada para quando forem apresentados os pareceres técnicos requisitados. Enviem os autos ao CEJUSC-Família para tentativa de acordo entre os interessados sobre a destinação de valores em favor do interditando para o suprimento de suas necessidades. Tudo providenciado, retornem os autos acompanhado de lista de peritos fornecida pelo Tribunal. Inexistindo técnico com a especialização descrita na página 374, oficie-se ao Conselho Regional de Medicina do Estado do Amazonas para fornecer ao juízo nomes de médicos aptos à efetivação da perícia.

ADV: FRANCISCO FRUTUOSO LIMA (OAB 9748/AM), ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM) - Processo 0610816-40.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Regime de Bens Entre os Cônjuges - REQUERENTE: Gerise Gomes de Souza - REQUERIDO: Arlindo Rodrigues de Almeida - CERTIDÃO Processo n°:0610816-40.2019.8.04.0001 De ordem, CERTIFICO para os devidos fins, que a audiência de Instrução e Julgamento fica pautada para o dia 14/04/2020 às 10:00h, em cumprimento ao despacho do(a) MM. Juiz(a). Em, 17 de setembro de 2019.

ADV: MIRIANE BATISTA CORREA (OAB 11343/AM), ADV: HELEN LUCIANE SILVA DE ARAÚJO (OAB 11237/AM), ADV: LEON CÉZANE DA SILVA DE JESUS (OAB 10332/AM), ADV: PAULO VÍTOR LOPES BEZERRA (OAB 9660/AM) - Processo 0611288-75.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Família - EXEQUENTE: Ingrid Lorena Abreu Valente - EXECUTADO: Jose Claudio Alves da Costa - Intime-se o executado para pagar o débito pendente no prazo de três dias, sob pena de ser decretada sua prisão.

ADV: MAX EDUARDO VIEIRA SARUBI (OAB 9540/AM) - Processo 0612847-33.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: M.S.S. - CERTIDÃO Processo n°:0612847-33.2019.8.04.0001 De ordem, CERTIFICO para os devidos fins, que a audiência de Instrução e Julgamento fica pautada para o dia 02/04/2020 às 09:00h, em cumprimento ao despacho do(a) MM. Juiz(a). Em, 16 de setembro de 2019.

ADV: GUILHERME GUSTAVO VASQUES MOTA (OAB 5663/AM), ADV: GABRIEL MELO SAMPAIO (OAB 9793/AM), ADV: GUILHERME GUSTAVO VASQUES MOTA (OAB 5663/AM) - Processo 0614299-78.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: L.S.B.A. - Vistos etc. Pondera-se da análise do teor da petição presente nas páginas 68 e 69 que os alimentos fixados na decisão interlocutória de folhas 25/27, implicitamente contemplam as parcelas a serem pagas diretamente pelo empregador ao alimentante, sendo desnecessário expedir ofício exclusivamente para o referido fim. Contudo, há de se fazer uma ressalva em relação ao saldo de FGTS. Veja, o FGTS tem regras próprias para seu levantamento, e não há previsão legal para que seja utilizado para o pagamento de alimentos. Ademais, os valores recebidos a título de FGTS, não constituem verba remuneratória para incidência de pensão alimentícia. Na verdade, trata-se de verba indenizatória que não se presta ao pagamento de pensão alimentícia. É a jurisprudência: AGRAVO. ALIMENTOS. FGTS E VERBAS RESCISÓRIAS TRABALHISTAS. VERBAS INDENIZATÓRIAS. É pacífico o entendimento no sentido de que os valores recebidos a título de FGTS e as verbas rescisórias trabalhistas não constituem verbas remuneratórias para incidência da pensão alimentícia. Trata-se, pois, de verbas indenizatórias, e nesta qualidade não ficam incluídas no encargo alimentar. NEGADO SEGUIMENTO. (DECISÃO MONOCRÁTICA - SEGREDO DE JUSTIÇA). (Agravo de Instrumento Nº 70008243990, Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Rui Portanova, Julgado em 03/03/2004) AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. FGTS. ALIMENTOS. NÃO INCIDÊNCIA. A pensão alimentícia não incide sobre verbas rescisórias/trabalhistas, a exemplo do que ocorre com o fgts, ambas de cunho indenizatório, e não salarial. Precedentes. Apelação desprovida". (APELAÇÃO CÍVEL Nº 70007214927, OITAVA CÂMARA CÍVEL, TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RS, RELATOR: JOSÉ ATAÍDES SIQUEIRA TRINDADE, JULGADO EM 09/10/2003). ALIMENTOS. BASE DE CÁLCULO. INCIDÊNCIA SOBRE DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO, GRATIFICAÇÕES, PRÊMIOS DE QUALQUER NATUREZA, FÉRIAS, HORAS EXTRAS, TERÇO CONSTITUCIONAL REFERENTE ÀS FÉRIAS. EXCLUSÃO DE INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS E FGTS. Independentemente de pedido expresso da parte, os alimentos incidem sobre a gratificação do 13º salário, férias, gratificações, horas extras, terço constitucional de férias. Isso porque referidas parcelas integram para todos os efeitos a remuneração do alimentante. Por outro lado, devem ser excluídos da base de cálculo, porque são de natureza indenizatória, e não salarial, os valores havidos de indenizações trabalhistas, bem como aqueles provenientes do fgts. Proveram em parte, por maioria". (AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 70006682777, SÉTIMA CÂMARA CÍVEL, TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RS, RELATOR: LUIZ FELIPE BRASIL SANTOS, JULGADO EM 01/10/2003). ALIMENTOS. EXECUÇÃO. INCIDÊNCIA DA PENSÃO ALIMENTÍCIA SOBRE O FGTS. DESCABIMENTO. É pacífico o entendimento deste colegiado de que os valores recebidos a título de fgts não constituem verbas remuneratórias, mas, sim, indenizatórias, e nesta qualidade não ficam incluídas no encargo alimentar, salvo se expressamente previsto na avença ou na decisão. Agravo improvido, por maioria". (AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 70006624654, SÉTIMA CÂMARA CÍVEL, TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RS, RELATOR: JOSÉ CARLOS TEIXEIRA GIORGIS, JULGADO EM 24/09/2003). EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. PENHORA DO FGTS. IMPOSSIBILIDADE. Mesmo cuidando-se de execução de alimentos por quantia certa contra devedor solvente, não é possível penhorar o valor em depósito no fundo de garantia por tempo de serviço, pertencente ao devedor, eis que o numerário existente nesse fundo não é disponível para o devedor, sendo ele regido por normas próprias e finalidade específica. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento Nº 70005916697, Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Sérgio Fernando de Vasconcellos Chaves, Julgado em 26/03/2003) Assim, fica indeferido o pedido de fls. 68, pois FGTS e aviso-prévio são verbas de caráter indenizatório. Int.

ADV: IVO JORDAN VERAS DOS SANTOS (OAB 23635/PA) - Processo 0614574-27.2019.8.04.0001 - Interdição - Capacidade - REQUERENTE: Thais Sadala Palheta - Cumpra-se integralmente a decisão de fls. 22/23, com a citação do interditando para comparecer perante o juiz em dia designado para entrevista. Á Secretaria desta Especializada para as providências possíveis.

ADV: FABRÍCIO CABRAL DOS ANJOS MARINHO (OAB 7665/AM) - Processo 0614804-69.2019.8.04.0001 - Interdição - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Jussara Souza Reis - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Manaus-Am, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: intimação do polo ativo para levar em mãos ofício à SUSAM, bem como informar seu número de telefone atualizado, bem como acompanhar o Interditando na realização do exame, no prazo de quinze dias.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0614912-35.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.I.V.R. - Acolho a promoção ministerial de fls.51. À Secretaria desta Especializada para as providências cabíveis. Cumpra-se, sem tardança.

ADV: JOÃO BOSCO CORREA OMENA (OAB 9109/AM) - Processo 0615975-61.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: A.F.A. - CERTIDÃO Processo n°:0615975-61.2019.8.04.0001 De ordem, CERTIFICO para os devidos fins, que a audiência de Instrução e Julgamento fica pautada para o dia 01/04/2020 às 09:00h, em cumprimento ao despacho do(a) MM. Juiz(a). Em, 16 de setembro de 2019.

ADV: CARLOS GERALDO CRUZ DUARTE (OAB 10550/AM), ADV: DANIEL MARCELO BENVENUTTI DE SALES (OAB 7949/AM) - Processo 0617434-69.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - ALIMENTAND: S.A.A.F. - ALIMENTANT: C.G.C.D. - Certifico para os devidos fins que encaminho para publicação do Despacho retro nesta data.

ADV: GILVAN SIMÕES PIRES DA MOTTA (OAB 1662/AM), ADV: HENRIQUE PAULO AUGUSTO (OAB 77333/SP), ADV:

BRENDA LUANA SLUZARSKI DA SILVA (OAB 13378/AM), ADV: MAIARA CARVALHO DA MOTTA (OAB 3994/AM) - Processo 0617531-69.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.I.M.O.M. - REQUERIDO: J.M.A.O. - Vistos etc, Com a morte cessa-se a obrigação de prestar alimentos, sendo um direito personalíssimo e intransmissível. Por este motivo, em virtude da morte do alimentante, conforme consta na certidão de óbito de fls. 678, extingue-se a prestação de alimentos nos termos do artigo .

ADV: PEDRO EDINILSON SILVA PINTO (OAB 14500/AM), ADV: ANA PAULA DE FREITAS LOPES (OAB 7495/AM), ADV: MAIARA CRISTINA MORAL DA SILVA (OAB 7738/AM), ADV: PAULA CAROLINA ARAÚJO DA SILVA (OAB 14505/AM) - Processo 0617921-05.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: V.B.D.S. - REQUERIDO: Y.A.S. - CERTIDÃO Processo n°:0617921-05.2018.8.04.0001 De ordem, CERTIFICO para os devidos fins, que a audiência de Instrução e Julgamento fica pautada para o dia 01/04/2020 às 10:00h, em cumprimento ao despacho do(a) MM. Juiz(a). Em, 16 de setembro de 2019.

ADV: THIAGO THADEU BASTOS TAVARES DA SILVA (OAB 11821/AM), ADV: MANOEL DIAS BARBOSA (OAB 6736/AM), ADV: ANDERSON DE SOUZA LIMA (OAB 10190/AM) - Processo 0617973-64.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão Infância e Juventude - Abuso Sexual - REQUERENTE: E.S.M. - REQUERIDA: A.P.B.S. - Assim, mantenho a tutela provisória deferida. INTIMEM-SE sucessivamente as partes, para que especifiquem as provas que pretendem produzir, na forma do NCPC, art. 348, fundamentando a pertinência das mesmas, sob pena de indeferimento, na linha do atual entendimento jurisprudencial acerca do tema. (ex.: STJ; AgRg-REsp 1.407.571; Proc. 2013/0330961-2; RJ; Segunda Turma; Relª Minª Assusete Magalhães; DJE 18/09/2015) Cumpra-se, sem tardança.

ADV: ANA CELIA SANTANA DA SILVA (OAB 456AAM), ADV: FRANCISCO MOACIR MAIA FILHO (OAB 5560/AM), ADV: WALDEMIR DOS SANTOS COSTA JÚNIOR (OAB 8905/AM) - Processo 0618850-72.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERIDO: S.S.C. - Ante o exposto, nos termos do artigo do artigo 355, II C/C 356, II ambos do CPC, julgo procedente o pedido de reconhecimento e dissolução da união estável ocorrida por dezoito anos, entre o ano de 1998 até setembro de 2016. Muito embora a questão patrimonial reside no âmbito da disponibilidade do direito, a presunção legal de veracidade dos fatos não é absoluta quando configurado quaisquer das hipóteses descritas no artigo 345, do CPC. Pairam dúvidas quanto a necessidade do feito em razão de acordo firmado entre as partes. Assim, converto ato em diligência para determinar a intimação das partes para apresentarem as suas manifestações sobre o acordo firmado perante a Defensoria Pública, nos termos do título extrajudicial presente nas páginas 105/107 e, sendo o caso, apresentar respectiva sentença. Prazo: cinco dias. Intime-se.

ADV: SEBASTIÃO JERÔNIMO PORTELA (OAB 5159/AM) - Processo 0618930-36.2017.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Levantamento de Valor - EXECUTADO: G.A.P. - Acolho a promoção ministerial de fls. 201. À Secretaria desta Especializada para as providências cabíveis. Cumpra-se, sem tardança.

ADV: ALAN DIEGO COELHO DOS REIS (OAB 14490/AM) - Processo 0619037-12.2019.8.04.0001 - Guarda - Fixação - REQUERENTE: M.F.R. - O polo passivo foi regularmente citado para integrar a relação processual, porém deixou transcorrer em branco o prazo legal para apresentar sua defesa. Diante do exposto, DECRETO A REVELIA do polo passivo, no entanto, deixo de de aplicar-lhe os efeitos legais, previstos no art. 344, do NCPC, porque envolve questão envolvendo interesse de incapaz. Em observância às disposições e princípios elencados nos artigos 6º e 8º, 77, II, 139, III, 470, I, 459, §2º, 464, II do CPC, deve o magistrado evitar atos desnecessários ou inaptos a alcançar a análise do mérito de forma mais célere possível. A audiência de instrução e julgamento deve ser realizada com o objetivo de elucidar apenas fatos controvertidos, observando-se os meios legais possíveis, a exemplo da prova testemunhal, depoimento pessoal etc. Caso o único meio de prova a ser produzido é o documental, por exemplo, nenhuma utilidade terá a designação de audiência. Ao contrário, apenas trará prejuízos tanto aos litigantes quanto ao Poder Judiciário, ferindo os princípios da celeridade e economia. Importante também enfatizar que as partes somente serão pessoalmente intimadas para participarem da audiência de instrução e julgamento nos casos expressamente previstos no CPC, sendo a publicação por nota o meio ordinário para dar ciência dos atos processuais, quando se fizerem representados por Advogado habilitado no processo. Por tais razões, determino a intimação do polo ativo para, no prazo de 5 (cinco) dias, e sob as cominações legais aplicáveis (NCPC, art. 223), especificar as provas que pretende produzir em audiência; justificando-as (NCPC, art. 348). Oportunamente, deliberarei, de ofício, se for o caso, acerca da produção de provas que, pelo Juízo, venham a ser reputadas como necessárias ao julgamento do mérito (NCPC, art. 370). Intime-se o polo ativo e cumpra-se, como devido.

ADV: MARIA GLADES RODRIGUES GUEDES (OAB 9823/AM), ADV: JANIETE DA SILVA MONTEIRO (OAB 10084/AM), ADV: EDUARDO CORDEIRO DE SOUZA (OAB 10207/AM), ADV: ELTON MANOEL BARRETO RODRIGUES (OAB 6683/AM) - Processo 0619835-75.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: D.B.R.S. - REQUERIDO: C.E.N.S. - Arquive-se.

ADV: ANDERSON SANTOS SILVA (OAB 12015/AM) - Processo 0620696-56.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: Eliane Rosa Lima - Chamo o feito à ordem para tornar sem efeito a deliberação presente na página 40 em razão do expresso e prévio pedido de citação por edital sob o argumento de que o polo passivo encontra-se em lugar incerto e não sabido. Todas as diligências para localização da parte passiva foram infrutíferas. Por meio de promoção, o Ministério Público opinou pela citação editalícia. Ante o exposto, cite-se a parte demandada por edital, observando-se os requisitos do descritos nos incisos do art. 257 do CPC, para apresentar contestação no prazo de quinze dias, a contar da publicação do edital. Adverte-se sobre a necessária observância do previsto no inciso II, do art. 257, do CPC.

ADV: SIDDHARTA GAUTAMA DE ALMEIDA ANTONY (OAB 3962/AM) - Processo 0621371-53.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: A.M.S. - O polo passivo foi regularmente citado para integrar a relação processual, porém deixou transcorrer em branco o prazo legal para apresentar sua defesa. Diante do exposto, DECRETO A REVELIA do polo passivo, no entanto, deixo de de aplicar-lhe os efeitos legais, previstos no art. 344, do NCPC, porque envolve questão envolvendo interesse de incapaz. Em observância às disposições e princípios elencados nos artigos 6º e 8º, 77, II, 139, III, 470, I, 459, §2º, 464, II do CPC, deve o magistrado evitar atos desnecessários ou inaptos a alcançar a análise do mérito de forma mais célere possível. A audiência de instrução e julgamento deve ser realizada com o objetivo de elucidar apenas fatos controvertidos, observando-se os meios legais possíveis, a exemplo da prova testemunhal, depoimento pessoal etc. Caso o único meio de prova a ser produzido é o documental, por exemplo, nenhuma utilidade terá a designação de audiência. Ao contrário, apenas trará prejuízos tanto aos litigantes quanto ao Poder Judiciário, ferindo os princípios da celeridade e economia. Importante também enfatizar que as partes somente serão pessoalmente intimadas para participarem da audiência de instrução e julgamento nos casos expressamente previstos no CPC, sendo a publicação por nota o meio ordinário para dar ciência dos atos processuais, quando se fizerem representados por Advogado habilitado no processo. Por tais razões, determino a intimação do polo ativo para, no prazo de 5 (cinco) dias, e sob as cominações legais aplicáveis (NCPC, art. 223), especificar as provas que pretende produzir em audiência; justificando-as (NCPC, art. 348). Oportunamente, deliberarei, de ofício, se for o caso, acerca da produção de provas que, pelo Juízo, venham a ser reputadas como necessárias ao julgamento do mérito (NCPC, art. 370). Intime-se o polo ativo e cumpra-se, como devido.

ADV: INGO DIETER PIETZSCH (OAB 6337/AM) - Processo 0621761-91.2016.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERIDO: A.G.C.N. - Certifico para os devidos fins que faço a juntada tempestiva da Apelação interposta pela parte Autora. De ordem, intimo a parte apelada para, querendo, oferecer

contrarrazões à apelação interposta, nos termos do art. 1.010, § 1º do NCPC.

ADV: ELEN KARINA FONSECA MAUÉS (OAB 13157/AM), ADV: GYORNEY MATOS NERY (OAB 13151/AM) - Processo 0622709-28.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: E.J.F. - Certifico para os devidos fins que a contestação e documentos de fls. 49/88 são tempestivos. Nesta ocasião, de ordem, intima-se a parte autora para réplica no prazo legal. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ADRIANO SILVEIRA DE SOUZA (OAB 12312/AM), ADV: SASKIA SILVA FERRAZ (OAB 12158/AM) - Processo 0623277-78.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: S.B.A. - INTIMEM-SE sucessivamente as partes, para que especifiquem as provas que pretendem produzir, na forma do NCPC, art. 348, fundamentando a pertinência das mesmas, sob pena de indeferimento, na linha do atual entendimento jurisprudencial acerca do tema. (ex.: STJ; AgRg-REsp 1.407.571; Proc. 2013/0330961-2; RJ; Segunda Turma; Relª Minª Assusete Magalhães; DJE 18/09/2015) Cumpra-se.

ADV: ROBSON GONZAGA MUNDIM (OAB 13112/AM) - Processo 0623929-61.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: N.O.V. - Certifico para os devidos fins que a contestação de fls. 48/52 é tempestiva. Nesta ocasião, de ordem, intima-se a parte autora para réplica no prazo legal. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM) - Processo 0623938-57.2018.8.04.0001 - Homologação de Transação Extrajudicial - Pagamento - REQUERENTE: S.G.S. - A designação de audiência possui como pressuposto a disponibilidade de pauta no juízo, observando-se o primeiro dia e horário disponível na sala de audiências. Somente com o cancelamento de outra audiência poderá haver disponibilidade de pauta em data anterior à designada nos presentes autos. Além do mais, para fim de viabilidade do pedido, deve-se observar a inexistência de iguais pedidos feito previamente por outros jurisdicionados com iguais direitos. Por fim, com o surgimento de vaga para fins de relocação da audiência, caberá ainda se auferir haver tempo hábil para promoção das intimações necessárias. Diante do exposto, caso haja disponibilidade de pauta nas condições descritas alhures, antecipe-se o ato processual, providenciando-se as intimações necessárias. Intime-se a requerida Bruna Laís Granjeiro da Silva no endereço informado às fls. 95.

ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM) - Processo 0623938-57.2018.8.04.0001 - Homologação de Transação Extrajudicial - Pagamento - REQUERENTE: S.G.S. - CERTIDÃO Processo n°:0623938-57.2018.8.04.0001 De ordem, CERTIFICO para os devidos fins, que a audiência de Conciliação/ratificação, foi antecipada para o dia 04/11/2019 às 09:30h, em cumprimento ao despacho do(a) MM. Juiz(a). Em, 17 de setembro de 2019.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0625272-29.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: D.C.M. - Cumpram a determinação de citação e designação de audiência observando-se o endereço fornecido na página 64. Intimem-se.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0625272-29.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: D.C.M. - CERTIDÃO Processo n°:0625272-29.2018.8.04.0001 De ordem, CERTIFICO para os devidos fins, que a audiência de Conciliação fica pautada para o dia 04/11/2019 às 10:00h, em cumprimento ao despacho do(a) MM. Juiz(a). Em, 17 de setembro de 2019.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0625281-88.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: D.G.S. - Expeçam novo mandado observando os comandos já proferidos no presente feito.

ADV: BEATRIZ DE SOUZA SOUZA (OAB 12761/AM), ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 799A/AM) - Processo 0625756-44.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Expropriação de Bens - EXEQUENTE: P.K.M. - I.K.B. - abre-se vista à parte exequente para se manifestar no prazo legal.

ADV: NORMA SOCORRO MOTA LOPES FERNANDES (OAB 12052/AM) - Processo 0625851-40.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: Augustinho Ayres Nakamine - Pericles Torres Nakamine - CERTIDÃO Processo n°:0625851-40.2019.8.04.0001 De ordem, CERTIFICO para os devidos fins, que a audiência de Conciliação fica pautada para o dia 04/11/2019 às 09:00h, em cumprimento ao despacho do(a) MM. Juiz(a). Em, 17 de setembro de 2019.

ADV: IAGO DA SILVA RODRIGUES (OAB 13954/AM) - Processo 0626038-19.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERIDA: F.C.S.A. - Defiro o pedido de fls. 142/143. Paute-se nova audiência. Intimações necessárias.

ADV: JESSIKA ALCINDA DA SILVA MESQUITA (OAB 386B/RR), ADV: IAGO DA SILVA RODRIGUES (OAB 13954/AM) - Processo 0626038-19.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERIDA: F.C.S.A. - CERTIDÃO Processo n°:0626038-19.2017.8.04.0001 De ordem, CERTIFICO para os devidos fins, que fica pautada nova data para audiência de Depoimento/oitiva, dia 17/03/2020 às 09:00h, em cumprimento ao despacho do(a) MM. Juiz(a). Em, 16 de setembro de 2019.

ADV: LUCIANO DA SILVA ROCHA (OAB 9788/AM) - Processo 0626407-42.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: R.M.P. - Aguarde-se o término do prazo concedido em audiência de fls. 42/43. Após, remetam os autos conclusos.

ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM), ADV: MARIA DE LOURDES NOGUEIRA SAMPAIO (OAB 5063/AC) - Processo 0626735-06.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: R.C.S. - Vista a(o) advogado(a) do(a) autor(a), para que fale sobre a certidão, no prazo de 10(dez) dias.

ADV: ABERONES GOMES DE ARAÚJO (OAB 2137/AM), ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM) - Processo 0626735-06.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: R.C.S. - REQUERIDA: D.L.M. - CERTIDÃO Processo n°:0626735-06.2018.8.04.0001 De ordem, CERTIFICO para os devidos fins, que a audiência de Instrução e Julgamento fica pautada para o dia 14/04/2020 às 09:00h, em cumprimento ao despacho do(a) MM. Juiz(a). Em, 17 de setembro de 2019.

ADV: JEANNE CORREA DE OLIVEIRA (OAB 7327/AM) - Processo 0626800-98.2018.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: Luciana Maria Arguelles Leão - Defiro o pedido para expedição de termo de curatela em igual prazo concedido na decisão de fls. 42/43.

ADV: MÁRCIA DE SOUZA MARTINS (OAB 7714/AM) - Processo 0627094-92.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Revisão - REQUERENTE: A.J.M.M. - Vistos etc. Gratuidade processual deferida. Constato duplicidade de formas de cumprimento de sentença de alimentos (coerção pessoal e coerção patrimonial). Embora este Julgador entenda como a maioria da jurisprudência nacional, com destaque ao Tribunal Gaúcho com decisões recentes sobre o tema, em não ser possível a cumulação dos dois pedidos nos mesmos autos (art. 327 §1º, I e III, do NCPC, contrario sensu), considerando que reclamam formas procedimentais diversas e incompatíveis entre si (NCPC, art. 780), bem assim, pela inevitável possibilidade de causar tumulto no processo, em prejuízo das próprias partes, hei de me curvar ao posicionamento precário (provisório) do Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM) que admitiu um Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) acerca do assunto, tendo sido, inclusive, concedida tutela provisória da lavra do eminente Desembargador Aristóteles Lima Thury no sentido de que os Juízos Familiaristas processem simultaneamente os pedidos de cumprimento de sentença sujeitos ao rito da prisão (parcelas recentes = três últimas anteriores ao ajuizamento da execução) e da penhora (parcelas antigas), devendo, portanto, ocorrer a cisão dos procedimentos, mas dentro do mesmo processo, na verdade, nos autos em que o título executivo judicial foi concebido. Por amor ao argumento, ressalto que a própria doutrinadora Maria Berenice Dias, advogada, desembargadora aposentadado TJ/RS e integrante nacional doIBDFAM - Instituto Brasileiro de Direito de Família, citada no pedido formulado pela Defensoria Pública Estadual já havia anteriormente se manifestado em artigos nestes termos quando do advento do novo Código de Processo Civil, se não vejamos: “A cobrança dos alimentos definitivos pode ser levada a efeito nos mesmos autos, seja por meio do cumprimento da sentença ou da execução por coação pessoal. Pretendendo o credor fazer uso de ambos os procedimentos, isto é, quando quiser

cobrar tanto as parcelas vencidas há mais de três meses como a dívida recente, mister que o pedido de execução sob a modalidade de prisão seja veiculado em apartado. Nos mesmos autos será buscado o cumprimento da sentença. A diversidade de rito entre as duas formas de cobrança certamente retardaria o adimplemento da obrigação se processadas em conjunto." (Dias, Maria Berenice. EXECUÇÃO DOS ALIMENTOS E AS REFORMAS DO CPC. Revista de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Editora Espaço Jurídico). (grifei) E a ilustre doutrinadora prossegue afirmando: "Havendo parcelas antigas e atuais, não conseguiu o legislador encontrar uma saída. Parece que continua a ser indispensável que o credor proponha dupla execuções, o que só onera as partes e afoga a justiça. A não ser que a cobrança seja feita em sequência. Frustrada a via da prisão, a execução segue pelo rito da expropriação (CPC 530)" (DIAS, Maria Berenice. A cobrança dos alimentos no novo CPC. Migalhas. [S. l.]. 2015.) (grifei) Logo, a questão não se mostra singela como faz crer a(s) parte(s) exequente(s). Na forma pretendida, a prestação jurisdicional apenas se tornará onerosa em demasia, ao contrário do que pensa(m) o(a) (s) exequente(s). É fato a possibilidade de confusão dos meses devidos por um rito e por outro. A prática forense demonstra isso no dia a dia. A título de exemplo, basta que um único valor devido que leve à expropriação de bens seja erroneamente lançado como fundamento para a prisão do executado. Pronto, está criada a celeuma, vindo o executado com justificativas e petições dizendo que sob determinado valor seria cabível a penhora, e não a prisão. Ou, então, basta o entendimento diverso do juízo para que o(a)(s) exequente(s) que se sinta(m) prejudicado(a)(s). A cada decisão dada, portanto, caberia o recurso respectivo, apenas atravancando o andamento dos autos, em flagrante prejuízo ao bom andamento do feito. O novo CPC não criou a possibilidade da cumulação de ritos. O que antes se fazia pelo rito do art. 733 (prisão) e do art. 732 (ou 475-J cumprimento de sentença com expropriação de bens), em autos distintos, agora é feito pelos ritos dos art. 523 ou 528 do novo Código, com pouquíssimas alterações, aliás, tal qual a possibilidade de protesto do débito e a previsão legal de alguns entendimentos jurisprudenciais sobre o tema, como a adoção da Sumula 309 do STJ, que se encontra prevista claramente no disposto no § 7º, do art. 528. Na forma pretendida, a prestação jurisdicional apenas se tornará onerosa em demasia, ao contrário do que pensa(m) o(a) (s) exequente(s). É fato a possibilidade de confusão dos meses devidos por um rito e por outro. A prática forense demonstra isso no dia a dia. A título de exemplo, basta que um único valor devido que leve à expropriação de bens seja erroneamente lançado como fundamento para a prisão do executado. Pronto, está criada a celeuma, vindo o executado com justificativas e petições dizendo que sob determinado valor seria cabível a penhora, e não a prisão. Ou, então, basta o entendimento diverso do juízo para que o(a)(s) exequente(s) que se sinta(m) prejudicado(a)(s). A cada decisão dada, portanto, caberia o recurso respectivo, apenas atravancando o andamento dos autos, em flagrante prejuízo ao bom andamento do feito. Assim sendo, com a devida vênia quanto às vozes que vêm sustentado entendimento contrário, como no caso a Defensoria Pública deste Estado, do ponto de vista prático, não é nada funcional a cumulação de ritos, além do que acredito não ser essa posição a mais adequada. A inadmissibilidade de cumulação de ritos numa mesma execução está consolidada, inclusive, na Conclusão nº 22 do Centro de Estudos do Tribunal de Justiça, a saber: "22ª - Não deve ser admitida, em um mesmo processo, de forma simultânea ou sucessiva, a execução de alimentos pela via expropriatória e coercitiva". (destaquei) Em suma, destaco mais uma vez que a jurisprudência majoritária, respeitada (TJRS, TJSP, etc) e atual caminha no sentido da impossibilidade da cumulação da execuções de alimentos sob ritos distintos no mesmo processo, tendo em vista: (A) a incompatibilidade de procedimentos (NCPC, art. 780); (B) a possibilidade de se criar tumulto processual; e (C) a impossibilidade de impor ao devedor dois meios de coerção simultâneos, em relação aos mesmos débitos. Além do que isso vai de encontro aos princípios Efetividade e Celeridade da Prestação Jurisdicional (CRFB, art. 5º, XXXV e LXXVIII) e não observa o teor do artigo art. 798, II, alínea "a", do NCPC, que impõe ao credor o dever de indicar "a espécie de execução de sua preferência, quando por mais de um modo puder ser realizada". Feita a reflexão acima e em atenção a determinação provisória do e. TJAM no IRDR nº 00042232-43.2018.8.04.000, ordeno: A) Intime-se pessoalmente o(a) executado para, em três dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo. Caso o executado, nesse prazo, não efetue o pagamento, não prove que o efetuou ou não apresente justificativa da impossibilidade de efetuá-lo, fica desde já a determinação para fins de a Secretaria viabilizar o protesto da sentença/acordo/decisão interlocutória que estipulou os alimentos ora em execução, sem prejuízo da prisão civil do devedor.(art. 528, § 1º e 3º, do NCPC). Anote-se que o débito alimentar que autoriza a prisão civil do alimentante é o que compreende até as 3 (três) prestações anteriores ao ajuizamento da execução e as que se vencerem no curso do processo; B) Na forma do art. 528, § 8º, c/c 523, ambos do NCPC, intime-se o executado na pessoa do advogado constituído, por meio de publicação no diário oficial (NCPC 513 § 2º) para, em 15 (quinze) dias, pagar o débito, sob pena de da incidência multa de 10% (dez por cento) e, também, de honorários de 10% (dez por cento), estes calculados sobre o valor do débito em execução (NCPC 523 § 1º), além de se sujeitar à penhora (NCPC 831). Atente-se que, neste caso, o cumprimento de sentença de alimentos alcança as parcelas ditas antigas, ou seja, não inseridas no pedido do item acima. Sujeitar-se-á o devedor, ainda, a protesto. (art. 528, § 3º, do NCPC) Caso o devedor seja representado pela Defensoria Pública ou não tiver representante nos autos, deve ser intimado por carta com aviso de recebimento (NCPC 513 § 2º II) ou por edital, se for revel (NCPC 513 § 2º IV). Atente-se que o marco inicial de incidência da multa é a intimação do devedor. Na hipótese da execução ser levada a efeito após um ano do trânsito em julgado da sentença, a intimação ao devedor é feita, por meio de carta com aviso de recebimento (NCPC 513 § 4º). Esta carta deverá ser encaminhada ao endereço constante dos autos. Considera-se realizada a intimação se o devedor tiver mudado de residência sem prévia comunicação ao juízo (NCPC 513 § 3º). Ocorrendo o pagamento parcial do débito, no prazo previsto nocaput, do art. 528, do NCPC, a multa referida e os honorários previstos no § 1odo mesmo dispositivo legal incidirão sobre o valor restante. (523, §2,º do NCPC) Não sendo efetuado tempestivamente o pagamento voluntário, será expedido, desde logo, mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação. (523, §3º e 831, do NCPC) Advirta o devedor de que transcorrido o prazo previsto no art. 523 do NCPC sem que tenha havido o pagamento voluntário, inicia-se a contagem do prazo de 15 (quinze) dias para que ele, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação, alegando os temas apontados no rol legal (CPC 525 § 1º). Recaindo a penhora em dinheiro, mesmo que a impugnação disponha de efeito suspensivo, é permitido mensalmente o levantamento do valor da prestação (NCPC 528 § 8º), descabe a imposição de caução, vez que se trata de crédito de natureza alimentar (NCPC 521 I). Viabilize-se.

ADV: JANAINA MARIA ALBUQUERQUE FOGASSA (OAB 13800/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0627244-97.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: R.M.N. - CERTIFICO que, em cumprimento à decisão retro do MM. Juiz de Direito Dr. Marcos Santos Maciel, fica pautada Audiência de Conciliação/Mediação- com duração aproximada de 2(duas) horas, para o dia 05 de novembro de 2019, às 8 horas e 30 minutos, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260, As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). Recomenda-se aos interessados, informados através de seu(ua) advogado(a), que compareçam à Oficina de Pais, a ser realizada no dia 03 ou 31/10/2019, juntamente com filhos na faixa etária de 06 a 17 anos, estes para Oficina das Crianças/Adolescentes, com início às 09 horas e término às 12 horas (tolerância de atraso de 20 minutos), no auditório do Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos - térreo. Serão fornecidas declarações para fins de justificativa no trabalho, se houver necessidade, cabendo ressaltar que a presença na Oficina de Pais não substitui o comparecimento à audiência de conciliação e mediação.

ADV: WINSTON DE ARAÚJO TEIXEIRA (OAB 11584/RN) -

Processo 0627541-07.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: D.P.S. - Defiro o pedido de emenda da inicial. Cumpra-se a integralidade da decisão presente nas páginas 37/39, enviando os autos ao CEJUSC.

ADV: TATIANA FERREIRA DA SILVA (OAB 10168/AM), ADV: IÊDA SANTOS CARDOSO (OAB 5714/AM) - Processo 0627918-51.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - REQUERENTE: M.M.F.S. - Posto isto, julgo extinto o feito, sem resolução do mérito, com fundamento no art. 485, III do NCPC. As partes ficam isentas das custas e despesas do processo, na forma do art. 12 da Lei da Assistência Judiciária. Transitando esta em julgado, expeça-se a certidão de honorários e arquivem-se os autos, observadas as cautelas de praxe. Façam-se as anotações de extinção no sistema.

ADV: FERNANDA DA SILVA PEREIRA (OAB 14317/AM) - Processo 0628123-07.2019.8.04.0001 - Interdição - Assistência Judiciária Gratuita - REQUERENTE: Irene Moreira da Silva - Fixo o prazo de 30 dias para apresentação do laudo. Tudo cumprido, ouça-se o Ministério Público. Intime-se.

ADV: CARMEM MELLO MOURA (OAB 3649/AM) - Processo 0629183-15.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: C.H.C.C. - Mandado nº: 001.2019/131238-0 Situação: Aguardando Cumprimento em 16/09/2019 Local: Oficial de justiça - Raimundo José de Vasconcelos Dias Júnior

ADV: MÁRCIO ARDUÍNO (OAB 3364/AM), ADV: CLEONE MARIA SANTOS CARVALHO GRANA (OAB 3507/AM) - Processo 0630882-75.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: A.P.P.S. - CERTIDÃO Processo n°:0630882-75.2018.8.04.0001 De ordem, CERTIFICO para os devidos fins, que a audiência deixou de ser realizada, em razão da ausência da requerente. Advogada não intimado por nota. Presente o requerido. Fica desde já pautada nova data para Instrução e Julgamento, dia 15/04/2020 às 10:00h, em cumprimento ao despacho do(a) MM. Juiz(a). Em, 17 de setembro de 2019.

ADV: AUGUSTO SAMPAIO DE ARAÚJO NETTO (OAB 11809/AM), ADV: LEANDRO JOSEPH DE AQUINO (OAB 12474/AM) - Processo 0631145-73.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: M.D.V. - Dentro do referido contexto, por resta configurados os requisitos da tutela de urgência, defiro o pedido liminar, exonerando o alimentante da obrigação alimentar em relação ao polo passivo. Havendo desconto em folha, oficie-se o empregador do alimentante para fazer cessar os descontos. Paute-se audiência de conciliação junto ao CEJUSC, providenciando-se as intimações necessárias, inclusive cientificando o M.P. Cite-se o polo passivo para comparecer à audiência de mediação e conciliação. Intime-se, também, o polo ativo para comparecimento à mencionada audiência.

ADV: ALINE MIKAELA GARCIA GOMES (OAB 9626/AM) - Processo 0631293-84.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: V.A.C. - Considerando os fatos descritos na petição inicial e documentos anexos, fixos alimentos provisórios em meio salário mínimo com vencimento a cada quinto dia útil ao mês subsequente ao de referência. Faculto à autora melhor instruir o feito, trazendo provas documentais relativas à união estável, partilha de bens e capacidade financeira do requerido até o momento cabível para emenda da inicial sem autorização do polo passivo. Cite-se o polo passivo para integrar a lide. Intimem as partes para o comparecimento à audiência de conciliação/mediação a ser designada e realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos das Varas de Família, nos termos do artigo 695 do NCPC. Faculta-se desde logo à parte alimentante apresentar em juízo documentos hábeis à comprovar sua verdadeira capacidade financeira, para fins de possível reanálise dos alimentos provisórios, ressaltando-se ser seu o ônus da prova na comprovação de sua capacidade financeira.

ADV: FÁBIO ANTÔNIO DE SOUZA SEGUNDO (OAB 7966/AM), ADV: JOSENILSON DA ROCHA LIMA (OAB 1757/AM) - Processo 0631325-89.2019.8.04.0001 - Separação Litigiosa - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: R.G.C. - REQUERIDO: J.B.S. - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família da Comarca de Manaus-Am, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: Juntada de procuração com a atualização dos dados e endereços dos procuradores no sistema informatizado.

ADV: CRISTIANE CARVALHO DA SILVA (OAB 13486/AM), ADV: THAIS XIMENES DE SOUZA (OAB 14027/AM) - Processo 0631345-80.2019.8.04.0001 - Interdição - Interdição - REQUERENTE: Elizabeth Castro de Moraes - REQUERIDA: Elizete Barroncas Castro - CERTIDÃO Processo n°:0631345-80.2019.8.04.0001 De ordem, CERTIFICO para os devidos fins, que a audiência de Interrogatório/entrevista, fica pautada para o dia 20/03/2020 às 09:45h, em cumprimento ao despacho do(a) MM. Juiz(a). Em, 16 de setembro de 2019.

ADV: MOACIR MARQUES DE MEDEIROS (OAB 13394/AM) - Processo 0631862-22.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: C.F.G. - Os requeridos foram regularmente citados para integrarem a relação processual, porém deixou transcorrer em branco o prazo legal para apresentar sua defesa. Diante do exposto, DECRETO A REVELIA dos requeridos, no entanto, deixo de de aplicar-lhe os efeitos legais, previstos no art. 344, do NCPC, porque envolve questão envolvendo interesse de incapaz. Em observância às disposições e princípios elencados nos artigos 6º e 8º, 77, II, 139, III, 470, I, 459, §2º, 464, II do CPC, deve o magistrado evitar atos desnecessários ou inaptos a alcançar a análise do mérito de forma mais célere possível. Paute-se nova data para audiência audiência de coleta de material genético. Intimem-se as partes.

ADV: MICHAEL QUEIROZ REDIG ARDAYA (OAB 12680/AM), ADV: MÁRCIO SANTANA MALTA (OAB 13054/AM), ADV: LANUSA KARIZA MEIDEIROS DA SILVA MOURA (OAB 14496/AM) - Processo 0631903-52.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: G.F.B. - Intime-se a parte autora para manifestar-se sobre o resultado da consulta junto ao Siel e requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ALAN CARLOS AMARAL GOMES DE ALBUQUERQUE (OAB 8344/AM) - Processo 0632113-74.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: J.M.T. - Vista a(o) advogado(a) do(a) autor(a), para que fale sobre a certidão, no prazo de 10(dez) dias.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM) - Processo 0632398-33.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERIDA: M.P.S. - Certifico para os devidos fins que as alegações finais de fls. 499/506 foram apresentadas tempestivamente. Nesta ocasião, de ordem, intima-se a parte requerida para alegações finais no prazo legal. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: DANIELLE VIEIRA HITOTUZI PAES (OAB 4631/AM), ADV: MARIA FERREIRA DE SOUZA (OAB 2346/AM), ADV: JAQUELINE MONTENEGRO DA CRUZ (OAB 7763/AM), ADV: ROSIVALDO PEREIRA DA SILVA (OAB 1619/AM), ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM) - Processo 0632600-44.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - União Homoafetiva - REQUERENTE: M.C.A.B. - REQUERIDA: G.N.M.S. - M.M.S. - M.S.A.N. - Intime-se.

ADV: MELQUISEDEC FREITAS PANTOJA (OAB 10412/AM) - Processo 0632946-24.2019.8.04.0001 - Interdição - Nomeação - REQUERENTE: Charlene Santos da Silva. - CERTIDÃO Processo n°:0632946-24.2019.8.04.0001 De ordem, CERTIFICO para os devidos fins, que a audiência de Interrogatório/entrevista fica pautada para o dia 27/03/2020 às 09:45h, em cumprimento ao despacho do(a) MM. Juiz(a). Em, 16 de setembro de 2019.

ADV: NAYANNE PIRES CÉSAR (OAB 7782/AM) - Processo 0633402-71.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - EXEQUENTE: S.T.R.S. - A.C.S.G. - é aberto Vista a(o) advogado(a) do(a) autor(a), para que fale sobre a certidão, no prazo de 10(dez) dias.

ADV: NÁIADE VICTÓRIA ARAÚJO PERRONE (OAB 9183/AM), ADV: DEVID VINICIUS XAVIER DA COSTA (OAB 9673/AM) - Processo 0634190-85.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Divisão e Demarcação - REQUERENTE: D.V.X.C. - CERTIFICO que, em cumprimento ao despacho retro do MM. Juiz de Direito Dr. Marcos Santos Maciel, fica pautada Audiência de Conciliação/Mediação- com duração aproximada de 2(duas) horas, para o dia

10 de outubro de 2019, às 10 horas e 30 minutos, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260, As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). Recomenda-se aos interessados, informados através de seu(ua) advogado(a), que compareçam à Oficina de Pais, a ser realizada no dia 26/09 ou 03/10/2019, juntamente com filhos na faixa etária de 06 a 17 anos, estes para Oficina das Crianças/Adolescentes, com início às 09 horas e término às 12 horas (tolerância de atraso de 20 minutos), no auditório do Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos - térreo. Serão fornecidas declarações para fins de justificativa no trabalho, se houver necessidade, cabendo ressaltar que a presença na Oficina de Pais não substitui o comparecimento à audiência de conciliação e mediação.

ADV: LÍDIA MAURA LOPES DA COSTA (OAB 6399/AM) - Processo 0634301-69.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Exoneração - REQUERENTE: V.M.M. - CERTIFICO que, em cumprimento ao despacho retro do MM. Juiz de Direito Marcos Santos Maciel, fica pautada Audiência de conciliação/mediação - com duração aproximada de 2 (duas) horas, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260, no dia 30/10/2019 às 08:30h. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: REJANE DA SILVA VIANA (OAB 4496/AM), ADV: ADRIANA ALMEIDA LIMA (OAB 4577/AM), ADV: DENISON MELO DE AGUIAR (OAB 6825/AM), ADV: LEOCLEIDE SILVA DUARTE HITOTUZI (OAB 11110/AM) - Processo 0634485-64.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - EXECUTADA: M.P.S.G. - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família da Comarca de Manaus-Am, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: Juntada de procuração com a atualização dos dados e endereços dos procuradores no sistema informatizado.

ADV: ANDERSON CARLOS GOMES (OAB 300215/SP), ADV: TÂMARA MENDES GONÇALVES DE SOUSA (OAB 6857/AM), ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0634685-32.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: H.O.S. - REQUERIDA: G.R.M.T. - Acolho a promoção ministerial de fls. 46. À Secretaria desta Especializada para as providências cabíveis. Cumpra-se, sem tardança.

ADV: ROBERTO CÉSAR DINIZ CABRERA (OAB 6071/AM) - Processo 0635229-25.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: E.J.C.D. - Intime-se Eliseu José Carole Dias para esclarecer sobre o pedido de cumprimento de sentença de fls. 100/101, vez que não há na sentença proferida às fls. 92/95 o valor por ele informado como devido pela parte acionada. Na verdade, deveria o postulante/exequente buscar liquidar, antes de mais nada, a sentença em relação a determinação de partilha da posse do imóvel descrito na inicial. Cumpra-se.

ADV: DAVI MARTINS DA SILVA JÚNIOR (OAB 11694/AM), ADV: STEPHANE VARELA GARCEZ (OAB 9876/AM) - Processo 0635463-02.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Johann Melchior Bartz - Defiro o pedido de fls. 53. Viabilize-se.

ADV: NILDO NOGUEIRA NUNES (OAB 2698/AM), ADV: JESSICA SANTOS DE OLIVEIRA ATHAN (OAB 14225/AM) - Processo 0636215-71.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: J.M.S. - REQUERIDO: R.L.M. - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família da Comarca de Manaus-Am, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: Juntada de procuração com a atualização dos dados e endereços dos procuradores no sistema informatizado.

ADV: EMMILLY KAREN APOLÔNIO DA SILVA (OAB 9716/AM), ADV: EDUARDO MARQUES DA SILVA (OAB 9114/AM), ADV: EVELLYN KELRYEN APOLÔNIO DA SILVA (OAB 9125/AM) - Processo 0636294-50.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - ALIMENTAND: L.L.F.E.S. - REQUERENTE: L.F.R. - CERTIFICO que, em cumprimento à decisão de fl 16/18 do MM. Juiz de Direito Dr. Marcos Santos Maciel, fica pautada Audiência de Conciliação/Mediação- com duração aproximada de 2(duas) horas, para o dia 05 de novembro de 2019, às 8 horas e 30 minutos, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260, As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). Recomenda-se aos interessados, informados através de seu(ua) advogado(a), que compareçam à Oficina de Pais, a ser realizada no dia 31/10/2019, juntamente com filhos na faixa etária de 06 a 17 anos, estes para Oficina das Crianças/Adolescentes, com início às 09 horas e término às 12 horas (tolerância de atraso de 20 minutos), no auditório do Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos - térreo. Serão fornecidas declarações para fins de justificativa no trabalho, se houver necessidade, cabendo ressaltar que a presença na Oficina de Pais não substitui o comparecimento à audiência de conciliação e mediação.

ADV: CÉSAR LUIZ CAMPOS DA COSTA (OAB 8026/AM) - Processo 0636601-77.2014.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Dissolução - REPTANTE: W.M.C.S.R. - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Manaus-Am, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: intimação do polo ativo para manifestação sobre a resposta a consulta junto ao Renajud, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ITALLO GUSTAVO DE ALMEIDA LEITE (OAB 7413/MT), ADV: KEILA CRISTINA DE CARVALHO RAYOL (OAB 10802/AM) - Processo 0637011-67.2016.8.04.0001 - Petição Cível - Seção Cível - REQUERENTE: K.C.S.S. e outro - RÉU: A.L.A.B. - Diante dos fatos descritos no processo, esclareço aos litigantes que a guarda unilateral não retira o direito de convivência dos filhos com o outro genitor, devendo a convivência entre pais e filhos ser fomentada, independentemente dos possíveis desentendimentos entre os genitores. A resistência desmotivada em viabilizar o convívio entre parentes pode caracterizar ato de alienação parental. Aos filhos, a referida conduta pode ser nefasta ao desenvolvimento psicológico, tendo como exemplo mais grave, segundo especialistas, o suicídio.

ADV: CLAUDEMIR DA SILVA (OAB 4641/AC), ADV: ANTONIO SÉRGIO BLASQUEZ DE SÁ PEREIRA (OAB 4593/AC) - Processo 0637467-12.2019.8.04.0001 - Declaração de Ausência - Curadoria dos bens do ausente - REQUERENTE: Rosa Maria Rodrigues - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Manaus-Am, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: intimação do polo ativo para manifestação sobre a resposta a consulta junto ao Renajud, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LUCIANO DA SILVA ROCHA (OAB 9788/AM), ADV: MARIA DO ROSÁRIO DE OLIVEIRA MELO (OAB 5385/AM) - Processo 0637484-48.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: Valéria Tainá Guimarães Macedo da Silva - Diante do exposto, com fundamento no parágrafo único do artigo 200 c/c artigo 485, inciso VIII, ambos do Código de Processo Civil, homologo o pedido de desistência do feito e julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas pela parte desistente, nos termos do art. 90, do CPC. Contudo, suspensa a exigibilidade pelo prazo prescricional de cinco anos, em razão da gratuidade de justiça requerida na petição inicial.

ADV: EDIANE EVANGELISTA DE MOURA DOS SANTOS (OAB 12161/AM), ADV: ALESSANDRO ADAUTO DE MEDEIROS (OAB 12142/AM) - Processo 0637694-02.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Dívida Ativa - REQUERENTE: A.C.C. - REQUERIDO: J.F.S.S. - Vistos etc. Para fins de extinção do feito nos termos do art. 485, VIII do CPC, após o término do prazo

para oferecimento de contestação, faz-se necessário intimação do polo passivo, nos termos de seu § 4º. Intime-se o polo passivo por nota, para manifestação no prazo de cinco dias, considerando o seu silêncio como anuência tácita à desistência do polo ativo. Retornem os autos conclusos após término do prazo. Manaus16 de setembro de 2019

ADV: JULIANA DA SILVA SEREJO (OAB 3922/AM) - Processo 0637936-58.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: Marco Aurélio Imbiriba da Costa - Conciliação Data: 05/11/2019 Hora 09:00 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: JULIANA DA SILVA SEREJO (OAB 3922/AM) - Processo 0637936-58.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: Marco Aurélio Imbiriba da Costa - CERTIDÃO Processo n°:0637936-58.2019.8.04.0001 De ordem, CERTIFICO para os devidos fins, que a audiência de mediação e Conciliação fica pautada para o dia 05/11/2019 às 09:00h, em cumprimento ao despacho do(a) MM. Juiz(a). Em, 16 de setembro de 2019.

ADV: RAIMUNDO MÁRIO BELCHIOR DE ANDRADE (OAB 1775/AM) - Processo 0638020-59.2019.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: G.A.L.F. - Defiro o pedido de fls. 42/43. Expeça-se a carta precatória. Viabilize-se.

ADV: LINDOMAR LIMA DE SOUZA (OAB 9739/AM), ADV: RODRIGO MENDES LASMAR (OAB 12480/AM), ADV: RICARDO MENDES LASMAR (OAB 5933/AM) - Processo 0638065-97.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Expropriação de Bens - EXEQUENTE: E.P.M. - E.M.M. - EXECUTADO: I.S.P.M. - Dessa forma, verifica-se que a apresentação de contestação ao invés de impugnação, trata-se de erro evidente, não havendo que se falar em aplicação do princípio da fungibilidade, já que não se pode substituir a impugnação pela contestação, que, embora sejam instrumentos à disposição da parte Ré, possuem particularidades que marcam suas diferenças, sendo esta última afeta ao processo de conhecimento, nunca para a fase de cumprimento de sentença. Ante ao exposto, rejeito as peças contestatórias de fls. 17/24 e fls. 86/93) e determino o desentranhamento/cancelamento, daquela, dos presentes autos. Após, encaminhem-se os autos ao contador judicial para a realização do cálculo atualizado do débito que será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de 10% (dez por cento), intimando-se a parte exequente para que, em cinco dias, indique bens do devedor passíveis de penhora. Viabilize-se. Publique-se e intime-se. Cumpra-se.

ADV: MÔNICA ARAÚJO RISUENHO DE SOUZA (OAB 7760/AM) - Processo 0638177-32.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: M.G.L. - CERTIDÃO Processo n°:0638177-32.2019.8.04.0001 De ordem, CERTIFICO para os devidos fins, que a audiência de Depoimento/oitiva, fica pautada para o dia 19/11/2019 às 09:30h, em cumprimento ao despacho do(a) MM. Juiz(a). Em, 17 de setembro de 2019.

ADV: ROSANE ROMERO RAVAZI (OAB 8063/AM), ADV: CHARLES GOMES DA COSTA JÚNIOR (OAB 10715/AM), ADV: SARA RAFAELLA JORGE ARAUJO (OAB 11776/AM) - Processo 0638834-42.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: T.N.A. - Isto posto, JULGO PROCEDENTE a presente AÇÃO DE COBRANÇA movida por THAIS NEVES AGUIAR em face de SAULO RODRIGO DE AGUIAR CORREA, condenando a ré ao pagamento de R$ 2.150,46 (dois mil, cento e cinquenta reais e quarenta e seis centavos), devidamente corrigido

ADV: ALMENILZE VALENTE SAMPAIO (OAB 5456/AM), ADV: ÍKARO PEREIRA AMORE (OAB 6350/AM) - Processo 0639331-85.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Nulidade / Anulação - REQUERENTE: Ketlen Mikaela Barbosa dos Santos - REQUERIDO: Jean Mendonça dos Santos - A parte autora sequer mencionou o acordo homologado pelo juízo da 6ª Vara de Família, envolvendo os mesmos pedidos dos presentes autos. Considerando que a requerente está alterando a verdade dos fatos, o Código de Processo Civil autoriza o magistrado agir de ofício ou mediante provocação para apuração de ato descrito como caraterizador de litigância de má-fé conforme hipóteses descritas nos incisos do artigo 80 do CPC.

ADV: REBEKAH ROCHA PRAIA (OAB 10936/AM), ADV: RONALDO NUNES MADURO JUNIOR (OAB 13428/AM) - Processo 0639389-25.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: I.M.C. - REQUERIDA: N.K.M.C. - Em atenção do despacho do MM. Juiz(fls. 128), certifico para os devidos fins, não haver disponibilidade para antecipação da audiência, em razão dos horários já estarem com audiências pautadas. Caso haja cancelamento de outra, ou, surgimento de vaga para fins de recolocação, o ato processual será antecipado. Em, 16 de setembro de 2019.

ADV: JOSÉ RICARDO GOMES DE OLIVEIRA (OAB 5254/AM) - Processo 0639747-53.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: J.R.G.O. - Intime-se o(a)(s) advogado(a)(s) da parte autora para, em 15 dias úteis, juntar declaração de hipossuficiência econômica (art. 105, caput, do NCPC), pois como adverte, Fredie Didier Jr. e Rafael Alexandria de Oliveira, na obra Benefício da Justiça Gratuita, 6ª edição, Editora JusPodiVm, página 70, 2016, “é importante a exigência de poder especial para tanto, já que a revogação do benefício concedido pode acarretar sanção para o beneficiário”. E mais, “a ausência de poder específico do procurador torna o requerimento ineficaz em relação ao seu constituinte. Mas o ato é passível de ratificação, caso em que será considerado eficaz desde o momento em que foi praticado”. Cumpra-se.

ADV: CÉLIA ALICE CORDEIRO PINHEIRO (OAB 8898/AM) - Processo 0639939-83.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: C.L.P. - Certifico para os devidos fins que a parte executada apresentou manifestação às fls. 23/29. Nesta ocasião, de ordem, intima-se a parte autora para manifestação no prazo de 03 (três) dias. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JOSÉ EDVALDO DE SOUZA FERREIRA (OAB 7086/AM) - Processo 0640511-39.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - ALIMENTAND: I.M.S. - Atendam a Promoção Ministerial retro, providenciando-se as diligências necessárias para o caso concreto. Manaus, 16 de setembro de 2019

ADV: EDMILSON LUCENA DOS SANTOS JÚNIOR (OAB 6030/AM) - Processo 0641300-38.2019.8.04.0001 - Interdição - Capacidade - REQUERENTE: Maria Francisca da Silva - Acolho a promoção ministerial de fls. 22. À Secretaria desta Especializada para as providências cabíveis. Cumpra-se, sem tardança.

ADV: WILSON JOSÉ DA SILVA CUNHA (OAB 3479/AM) - Processo 0641938-71.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Fixação - REQUERENTE: K.C.S. - CERTIFICO que, em cumprimento ao/à despacho/decisão retro do MM. Juiz de Direito Dr. Marcos Santos Maciel, fica pautada Audiência de Conciliação/Mediação- com duração aproximada de 2(duas) horas, para SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO 2019 no dia 05 de novembro de 2019, às 8 horas e 30 minutos, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260, As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015). Recomenda-se aos interessados, informados através de seu(ua) advogado(a), que compareçam à Oficina de Pais, a ser realizada no dia 03 ou 31/10/2019, juntamente com filhos na faixa etária de 06 a 17 anos, estes para Oficina das Crianças/Adolescentes, com início às 09 horas e término às 12 horas (tolerância de atraso de 20 minutos), no auditório do Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos - térreo. Serão fornecidas declarações para fins de justificativa no trabalho, se houver necessidade, cabendo ressaltar que a presença na Oficina de Pais não substitui o comparecimento à audiência de conciliação e mediação.

ADV: EDNALDO ROGÉRIO TENÓRIO VIEIRA (OAB 8356/AM) - Processo 0642068-61.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: T.K.B.F. - Defiro o pedido de assistência judiciária gratuita ao polo ativo. O processo deve seguir em segredo de justiça. No caso em tela a autora requer auxílio financeiro do genitor para o pagamento do curso de nível superior em que se matriculou. A petição inicial é deficiente na indicação sumária dos elementos pertinentes à capacidade financeira do alimentante, de modo a melhor subsidiar a fixação do valor dos alimentos descritos no pedido de tutela provisória. Além do mais, não se sabe sequer se o requerido possui condições

financeira para custear os gastos da filha em instituição particular. Faculta-se a juntada de documentos no prazo assinado no presente despacho. Intime-se o polo ativo para esclarecimentos sobre alimentante pertinentes ao vínculo empregatício, a existência de outros dependentes etc. Prazo: quinze dias.

ADV: MANOEL PEDRO DE CARVALHO (OAB 4890/AM) - Processo 0642413-27.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: L.C.L. - R.C.C.L. - Paute-se audiência para a Semana Nacional de Conciliação, providenciando-se as intimações necessárias, inclusive cientificando o M.P. Cite-se o polo passivo para comparecer à audiência de mediação e conciliação. Intime-se, também, o polo ativo para comparecimento à mencionada audiência.

ADV: ÍTALO EDUARDO PINA PRADO (OAB 13261/AM), ADV: GEFERSON BATISTA PINHEIRO (OAB 11931/AM), ADV: NÚBIA BATISTA PINHEIRO (OAB 11184/AM) - Processo 0642461-20.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: S.C.S. - EXECUTADO: N.S.S. - Chamo o feito à ordem para apreciar e deferir o pedido de gratuidade de justiça apresentado nos presentes autos, pois encontra-se observado os requisitos legais previstos no CPC. Dê-se prosseguimento ao feito, sanando eventuais pendências. I. Manaus, 12 de setembro de 2019

ADV: BRUNO OLIVEIRA MEDEIROS (OAB 7203/AM) - Processo 0642902-64.2019.8.04.0001 - Interdição - Gravíssima - REQUERENTE: T.F.L. - Atendam a Promoção Ministerial retro, providenciando-se as diligências necessárias para o caso concreto. Com a resposta, devolvam os autos ao Parquet. Prazo: quinze dias úteis. Manaus, 16 de setembro de 2019

ADV: JANAINA MARIA ALBUQUERQUE FOGASSA (OAB 13800/AM), ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0643006-90.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: P.A.S. - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Manaus-Am, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: intimação do polo ativo para manifestação sobre resposta a consulta junto ao Infojud, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: VERA LÚCIA JOHNSON DE ASSIS (OAB 2904/AM) - Processo 0643096-64.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: A.M.S.J. - O título revisando é documento essencial à propositura da ação, razão pela qual, determino a intimação do polo ativo para apresentá-lo, no prazo de quinze dias, sob pena de ser indeferida a petição inicial.

ADV: MAYARA CRISTINI TEIXEIRA LIMA (OAB 13409/AM) - Processo 0643286-27.2019.8.04.0001 - Conversão de Separação Judicial em Divórcio - Dissolução - REQUERENTE: T.M.G.S. - Intime-se a parte autora para cumprir a determinação de fls. 15, observando que na petição inicial o Sr. Antônio Carlos Castro da Silva não se encontra habilitado. Sendo o processo de forma consensual, deve haver assinaturas das partes, caso contrário, incluir no polo passivo da demanda. Prazo: 15 (quinze) dias.

ADV: LUIZ AUGUSTO DOS SANTOS BRAZ (OAB 13992/AM) - Processo 0643358-14.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: P.R.N. - Vistos etc. DETERMINO a intimação do(a)(s) requerente(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, recolher(em) as custas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição, nos termos do artigo 290 do NCPC. Postergo a análise da tutela de urgência para após o contraditório. Paute-se audiência para a Semana Nacional de Conciliação , providenciando-se as intimações necessárias, inclusive cientificando o M.P. Cite-se o polo passivo para comparecer à audiência de mediação e conciliação. Intime-se, também, o polo ativo para comparecimento à mencionada audiência.

ADV: ROGÉRIO PENA BENTO DA SILVA (OAB 9960/AM) - Processo 0643364-21.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.C.H.P.R. - ALIMENTAND: E.H.P.R.T. - Chamo o processo à ordem. O menor não possui legitimidade para ingressar com ação de guarda nem mesmo se cumulada com pedido de alimentos. A genitora, por sua vez, pode ingressar com a referida ação e pedir a fixação de alimentos em favor do menor, admitindo-se, ainda, a formação de litisconsórcio ativo. Assim,intime-se pararegularização do polo ativo. Atendidooitemacima, o que será certificado pela Srª Diretora de Secretaria,conclusos. Diligencie-se.

ADV: MARIA AUXILIADORA SOUZA E SILVA (OAB 6966/AM) - Processo 0643524-80.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - ASSISTENTE: L.L.C. - Vistos etc, Chamo o feito à ordem para apreciar e deferir o pedido de gratuidade de justiça apresentado nos presentes autos, pois encontra-se observado os requisitos legais previstos no CPC. Dê-se prosseguimento ao feito, sanando eventuais pendências.

ADV: JARDEL BANDEIRA E SILVA (OAB 13424/AM) - Processo 0643656-06.2019.8.04.0001 - Interdição - Capacidade - REQUERENTE: E.A.R. - Nos termos do art. 751, do CPC, cite-se o(a) interditando(a) para comparecer perante juiz em dia a ser designado para a entrevista com o fim de auferir minuciosamente acerca de sua vida, negócios, bens, vontades, preferências e laços familiares e afetivos e sobre o que mais lhe parecer necessário para convencimento quanto à sua capacidade para praticar atos da vida civil. No ato da diligência, o oficial de justiça deverá certificar sobre a impossibilidade de deslocamento do interditando, para fim de se proceder com a inspeção judicial. Façam constar no mandado o termo e prazo para apresentação de impugnação do pedido de interdição, por advogado. Paute-se audiência para interdição, providenciando-se as intimações necessárias. Manaus, 16 de setembro de 2019.

ADV: MICHEL RODRIGUES DOS SANTOS (OAB 12036/AM) - Processo 0644051-95.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Guarda - REQUERENTE: Fabricia Simas dos Santos - Portanto,DEIXO DE APRECIAR, por ora, o pedido de antecipação de tutela quanto a guarda, sem prejuízo de posterior análise, após a formação do contraditório.Em consequência, fica prejudicado o pedido de alimentos, vez que os filhos estão na posse do requerido. Paute-se audiência na Semana Nacional de Conciliação, providenciando-se as intimações necessárias, inclusive cientificando o M.P. Cite-se o polo passivo para comparecer à audiência de mediação e conciliação. Intime-se, também, o polo ativo para comparecimento à mencionada audiência. Façam constar nos instrumentos a advertência de aplicação de multa pelo não comparecimento à audiência sem a devida justificação. O instrumento de citação conterá apenas os dados necessários à audiência e deverá estar desacompanhado de cópia da petição inicial, assegurado ao réu o direito de examinar seu conteúdo a qualquer tempo. (art. 695, §1º, do CPC/2015). A citação ocorrerá com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data designada para a audiência. (art. 695, §2º, do CPC/2015). As partes deverão estar obrigatoriamente acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos na audiência de mediação ou conciliação, para que esta seja bem conduzida e orientada. (art. 695, §4º, do CPC/2015). Consoante o art. 697, do CPC/2015, sendo infrutífera a mediação ou a conciliação, ou seja, não realizado o acordo, passarão a incidir, a partir de então, as normas do procedimento comum (ordinário), observado o art. 335 do Codex. Assim sendo, inexitoso o acordo, fica a parte demandada intimada para contestar, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, devendo, na audiência, receber a contrafé. (art. 335, do CPC/2015). O termo inicial para defesa, portanto, será a data da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição (art. 335, inciso I, do CPC/2015); do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando as partes manifestarem, em comum, o desinteresse pelo acordo (art. 335, inciso II, do CPC/2015); prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. (art. 335, inciso III, do CPC/2015). Na eventual necessidade de recolhimento de despesas postais, observar o previsto no provimento nº 273 -CGJ/AM. Retornando o instrumento citatório sem o devido cumprimento por não localização do endereço ou do destinatário, intime-se a parte demandante para promoção da citação no prazo de cinco dias, inclusive com a descrição de ponto de referência ou qualquer outra informação útil à efetivação da diligência. Aos litigantes ressalto o disposto no artigo 81 do CPC “De ofício ou a requerimento, o juiz condenará o litigante de má-fé a pagar multa, que deverá ser superior a um por cento e inferior a dez por cento

do valor corrigido da causa, a indenizar a parte contrária pelos prejuízos que esta sofreu e a arcar com os honorários advocatícios e com todas as despesas que efetuou". No ato de habilitação o polo passivo deverá apresentar todas os seus dados descritos no artigo 379, do CPC. Intime-se. Viabilize-se.

ADV: NATASHA CAVALCANTE DA COSTA MARTINS (OAB 13091/AM) - Processo 0644080-48.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: S.M.S. - ALIMENTAND: S.M.S. - Paute-se audiência de conciliação junto ao CEJUSC, providenciando-se as intimações necessárias, inclusive cientificando o M.P. Cite-se o polo passivo para comparecer à audiência de mediação e conciliação. Intime-se, também, o polo ativo para comparecimento à mencionada audiência. Façam constar nos instrumentos a advertência de aplicação de multa pelo não comparecimento à audiência sem a devida justificação.

ADV: ANDERSON ORTIZ GRANJA DE SOUZA (OAB 5059/AM) - Processo 0644325-59.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: D.S.P. - ALIMENTAND: V.H.P.G. - H.H.P.G. - Vistos etc. Versam os presentes autos sobre ação de alimentos com apresentação de alimentos provisórios e gratuidade de justiça. Anote-se o segredo de justiça no sistema. O vínculo de parentesco entre alimentante e alimentados incapazes encontra-se comprovado nos presentes autos, portanto evidenciado o dever de prestar alimentos com base no poder familiar. A deficiência na demonstração de elementos pertinentes a necessidade do(a) alimentado e possibilidade do alimentante dificultam a fixação de alimentos provisórios em valor razoável fixação dos alimentos provisórios é de difícil aferição no caso concreto, em razão da deficiência de elementos. Considerando os fatos descritos na petição inicial e documentos anexos, é com fundamento no artigo 4º da Lei 5478/68, fixos alimentos provisórios em 60% do salário(s) mínimo(s) com vencimento a cada quinto dia útil ao mês subsequente ao de referência. Os alimentos provisórios serão devidos desde a citação do requerido (art. 13, § 2º, da Lei nº 5478/68). Faculta-se desde logo ao polo passivo apresentar em juízo documento hábeis a comprovar sua verdadeira capacidade financeira, para fins de possível reanálise dos alimentos provisórios, observando ser do alimentante o ônus da prova de sua capacidade financeira. Paute-se audiência de conciliação junto ao CEJUSC, providenciando-se as intimações necessárias, inclusive cientificando o M.P. Cite-se e intime-se o polo passivo para integrar a lide e comparecer à audiência de mediação e conciliação. Intime-se, também, o polo ativo para comparecimento à mencionada audiência, observando que o prazo para contestação no caso concreto diverge do rito comum previsto no CPC. Caso a auto-composição restar frustrada, intimem-se as partes para comparecerem a audiência una de conciliação e julgamento a ser realizado no presente juízo, ocasião em que a contestação será apresentada e feito instruído para, ao fim, ser prolatada sentença. (arts. 8° e 9° da Lei de Alimentos). Advirta-se também as partes de que não havendo conciliação o feito será na mesma data instruído e julgado, adotando-se a forma célere e compacta que a lei prevê (sumário), pelo que deverão comparecer à audiência acompanhadas das provas que tiverem, sendo que testemunhas serão admitidas no máximo três para cada parte, que deverá trazê-las independentemente de intimação, tudo nos termos dos Arts. 7º e 8° da Lei de Alimentos (Lei 5.478/68). Na intimação do polo passivo deve constar a ordem para o requerido apresentar seus comprovantes de rendimentos, no momento da instrução do feito. Advirtam-se as partes de que o não comparecimento à audiência una pelo autor ensejará extinção do feito, e no caso da falta do requerido, será declarada sua revelia. Advirta-se também que as partes deverão comparecer à audiência una acompanhados de seus respectivos advogados e testemunhas, independentemente de intimação de prévio depósito de rol.

ADV: VILSON GOMES BENAYON FILHO (OAB 4820/AM) - Processo 0644519-59.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: R.W.S. - Atendam a Promoção Ministerial retro, providenciando-se as diligências necessárias para o caso concreto. Prazo: quinze dias úteis. Manaus, 17 de setembro de 2019

ADV: FRANCISCO SOUZA DE MELO (OAB 7808/AM) - Processo 0644570-70.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: R.M. - Vistos etc. Chamo o processo à ordem. Inexiste prevenção no caso em tela a justificar o acatamento do pedido de distribuição de dependência. Como é cediço, a prevenção é critério de modificação de competência e tem por escopo evitar decisões contraditórias. Não estando mais em curso, isto é, encontrando-se julgada a ação de alimentos, não há porque se falar em prevenção, pois "para a caracterização da prevenção, cujo escopo maior é evitar decisões contraditórias, reclama-se, em linha de princípio, que as ações sejam conexas e estejam em curso". Desta forma, como uma das ações já restou julgada, desaparece o fundamento lógico que reclamaria a reunião dos processos: havendo a extinção de um deles, inexiste razão para a reunião dos feitos, não há mais risco de prolação de decisões divergentes. Nesse sentido o § 1º, art. 55 do CPC/2015, que positivou o entendimento consignado na Súmula nº 235 do STJ (A conexão não determina a reunião dos processos, se um deles já foi julgado). Diante do exposto, determino que seja encaminhada a exordial para a livre distribuição a uma das Varas Familiaristas. Int.

ADV: JOÃO ROBERTO DA SILVEIRA TAPAJÓS (OAB 1915/AM) - Processo 0644625-21.2019.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Causas Supervenientes à Sentença - EXEQUENTE: H.E.B.F. - Intime-se a parte exequente para emendar a inicial juntando nos autos os valores dos cálculos de seus respectivos ritos, tendo em vista que é mencionado apenas um único valor total. Prazo: 15 (quinze) dias.

ADV: FRANCIANE MONTEIRO CAVALCANTE (OAB 6934/AM) - Processo 0644950-93.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Revisão - REQUERENTE: Antônio Cleuder Lima da Silva - Não se pode assegurar que realmente houve as alterações da possibilidades da parte autora frente à obrigação alimentar assumida. Assim, sem prejuízo de posterior análise, com base em fatos novos ou produção de outras provas que convençam o juízo da plausibilidade jurídica do pedido, diante da falta de comprovação da atual situação financeira, indefiro o pedido de tutela provisória para redução da obrigação alimentar. Remetam os autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos das Varas de Família para citação(ões) e intimações necessárias para o comparecimento à audiência de mediação e conciliação a ser designada e realizada no referido órgão, nos termos do artigo 695 do NCPC. Intime-se, também, o polo ativo para comparecimento a mencionada audiência. O instrumento conterá apenas os dados necessários à audiência e deverá estar desacompanhado de cópia da petição inicial, assegurado ao réu o direito de examinar seu conteúdo a qualquer tempo. (art. 695, §1º, do CPC/2015). A citação ocorrerá com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data designada para a audiência. (art. 695, §2º, do CPC/2015). Consoante o art. 697, do CPC/2015, sendo infrutífera a mediação ou a conciliação, ou seja, não realizado o acordo, passarão a incidir, a partir de então, as normas do procedimento comum (ordinário), observado o art. 335 do Codex. Assim sendo, inexitoso o acordo, fica o polo passivo intimado para contestar, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, devendo, na audiência, receber(em) a contrafé. (art. 335, do CPC/2015). Na eventual necessidade de recolhimento de despesas postais, observar o previsto no provimento nº 273 -CGJ/AM.

ADV: MARCELO DOS SANTOS ERGESSE MACHADO (OAB 167008/SP) - Processo 0645167-39.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: B.A.C.S. - Expeça-se ofício à 7ª Vara de Família, a fim de obter informações acerca do processo de nº 0633426-36.2018. Após, retornem os autos conclusos.

ADV: ROSQUILD AZÊDO OMENA (OAB A605/AM) - Processo 0645543-25.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: L.L.T.N. - Por isso, INDEFIRO o pedido de tutela antecipada. Ressalto, porém, que, garantido o contraditório, referido pedido poderá ser reapreciado. Paute-se audiência de conciliação junto ao CEJUSC, providenciando-se as intimações necessárias, inclusive cientificando o M.P. Cite-se o polo passivo para comparecer à audiência de mediação e conciliação. Intime-se, também, o polo ativo para comparecimento à mencionada audiência. Façam constar nos instrumentos a advertência de aplicação de multa pelo não comparecimento à audiência sem a devida justificação. O instrumento de citação conterá apenas os dados necessários à audiência e deverá estar desacompanhado de cópia da petição inicial, assegurado ao réu

o direito de examinar seu conteúdo a qualquer tempo. (art. 695, §1º, do CPC/2015). A citação ocorrerá com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data designada para a audiência. (art. 695, §2º, do CPC/2015). As partes deverão estar obrigatoriamente acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos na audiência de mediação ou conciliação, para que esta seja bem conduzida e orientada. (art. 695, §4º, do CPC/2015). Consoante o art. 697, do CPC/2015, sendo infrutífera a mediação ou a conciliação, ou seja, não realizado o acordo, passarão a incidir, a partir de então, as normas do procedimento comum (ordinário), observado o art. 335 do Codex. Assim sendo, inexitoso o acordo, fica a parte demandada intimada para contestar, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, devendo, na audiência, receber a contrafé. (art. 335, do CPC/2015). O termo inicial para defesa, portanto, será a data da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição (art. 335, inciso I, do CPC/2015); do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando as partes manifestarem, em comum, o desinteresse pelo acordo (art. 335, inciso II, do CPC/2015); prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. (art. 335, inciso III, do CPC/2015). Na eventual necessidade de recolhimento de despesas postais, observar o previsto no provimento nº 273 -CGJ/AM. Retornando o instrumento citatório sem o devido cumprimento por não localização do endereço ou do destinatário, intime-se a parte demandante para promoção da citação no prazo de cinco dias, inclusive com a descrição de ponto de referência ou qualquer outra informação útil à efetivação da diligência. Aos litigantes ressalto o disposto no artigo 81 do CPC "De ofício ou a requerimento, o juiz condenará o litigante de má-fé a pagar multa, que deverá ser superior a um por cento e inferior a dez por cento do valor corrigido da causa, a indenizar a parte contrária pelos prejuízos que esta sofreu e a arcar com os honorários advocatícios e com todas as despesas que efetuou". No ato de habilitação o polo passivo deverá apresentar todas os seus dados descritos no artigo 379, do CPC. Intime-se. Viabilize-se.

ADV: FRANCISCO DE ASSIS SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 8298/AM) - Processo 0645747-69.2019.8.04.0001 - Interdição - Nomeação - REQUERENTE: Maria Raimunda Silva de Souza - Nos termos do art. 751, do CPC, cite-se o(a) interditando(a) para comparecer perante juiz em dia a ser designado para a entrevista com o fim de auferir minuciosamente acerca de sua vida, negócios, bens, vontades, preferências e laços familiares e afetivos e sobre o que mais lhe parecer necessário para convencimento quanto à sua capacidade para praticar atos da vida civil. No ato da diligência, o oficial de justiça deverá certificar sobre a impossibilidade de deslocamento do interditando, para fim de se proceder com a inspeção judicial. Façam constar no mandado o termo e prazo para apresentação de impugnação do pedido de interdição, por advogado. Paute-se audiência para interdição, providenciando-se as intimações necessárias. Atenda-se a última parte da promoção ministerial, visando a juntada de laudos médicos atuais que atestem a atual condição clínica do interditando. Manaus, 16 de setembro de 2019.

ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM) - Processo 0645871-52.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: H.G.S. - Cumpra-se integralmente o despacho de fls. 33, devendo a parte observar que o valor da causa é a diferença entre o valor atual e o que se pretende pagar, acrescido de 12 (doze) parcelas.

ADV: DIEGO AMÉRICO COSTA SILVA (OAB 5819/AM) - Processo 0646091-50.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Fixação - REQUERENTE: Elem Soares Maciel - Considerando os fatos descritos na petição inicial e documentos anexos, fixo alimentos provisórios em favor dos dois menores descritos na petição inicial em 20 % dos rendimentos brutos do requerido, deduzidos os descontos obrigatórios (ex. Previdência, IR e FGTS) e verbas indenizatórias a serem descontados em folha de pagamento da parte alimentante e depositados na conta bancária de quem os reivindica (ou representante legal). Quanto à requerente, verifica-se tratar de pessoa jovem e apta ao trabalho. Também inexistem provas da dependência econômica, observando que a autora sequer apresentou sua carteira de trabalho. Em razão do exposto, indefiro o pedido de alimentos em favor da senhora Elem Soares Maciel. No prazo de quinze dias, objetivando-se efetivação do desconto dos alimentos em folha de pagamento, intime-se a autora para indicar os dados do empregador do requerido. Faculto à autora apresentação de documentos aptos à comprovação tanto de sua capacidade financeira quanto ao patrimônio descrito na inicial, ate o momento da realização da audiência de conciliação. Paute-se audiência de conciliação junto ao CEJUSC, providenciando-se as intimações necessárias, inclusive cientificando o M.P. Cite-se e intime-se o polo passivo para integrar a lide e comparecer à audiência de mediação e conciliação. Intime-se, também, o polo ativo para comparecimento à mencionada audiência.

ADV: GUSTAVO KOITI SUGAWARA (OAB 422579/SP) - Processo 0646445-75.2019.8.04.0001 - Interdição - Capacidade - REQUERENTE: Y.K.S. - N.K. - Defiro o pedido de realização de entrevista da senhora Sueko Kido no local de sua residência ou, sendo o caso, onde se encontre internada. Manaus, 16 de setembro de 2019.

ADV: FELIPE BRAGA DE OLIVEIRA (OAB 9663/AM), ADV: VILA & BRAGA ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 523/AM), ADV: FRANCISCO RODRIGO DE MENEZES E SILVA (OAB 9771/AM), ADV: ANA LÚCIA SALAZAR DE SOUSA (OAB 7173/AM), ADV: ALEX DA SILVA ALMEIDA (OAB 10706/AM) - Processo 0646469-40.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: M.T.S. - M.M.A.M. - S.M.S.A.M. - Indefiro o pedido de fls. 161/162. A execução dos alimentos provisórios (cumprimento de sentença) se dá em autos apartados, sob pena de baralhar o andamento do presente feito. A propósito, o artigo art. 531, §1º, do Novo Código de Processo Civil: "Art. 531 - O disposto neste Capítulo aplica-se aos alimentos definitivos ou provisórios. § 1° - A execução dos alimentos provisórios, bem como a dos alimentos fixados em sentença ainda não transitada em julgado, se processa em autos apartados". (grifos não do original) Nesse sentido, conforme consta do Código de Processo Civil Anotado, da Associação dos Advogados de São Paulo - AASB e Ordem dos Advogados do Estado do Paraná - OAB/PR, pág. 883, "por questão de organização e a fim de evitar tumulto processual, a execução de alimentos provisórios, sejam os fixados em decisão interlocutória ou em sentença ou acórdão não transitados em julgado, tramitará em autos apartados. Por outro lado, a execução dos alimentos definitivos segue nos próprios autos". Int. Cumpra-se.

ADV: CAROLINE GUIMARÃES DO VALLE (OAB 6412/AM) - Processo 0646539-57.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: L.S.M. - CERTIDÃO Processo n°:0646539-57.2018.8.04.0001 De ordem, CERTIFICO para os devidos fins, que a audiência de Instrução e Julgamento fica pautada para o dia 10/03/2020 às 09:00h, em cumprimento ao despacho do(a) MM. Juiz(a). Em, 16 de setembro de 2019.

ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM) - Processo 0646885-71.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: S.F.V. - Vistos etc. Versam os presentes autos sobre ação de alimentos com apresentação de alimentos provisórios e gratuidade de justiça. Anote-se o segredo de justiça no sistema. O vínculo de parentesco entre alimentante e alimentado incapaz encontra-se comprovado nos presentes autos, portanto evidenciado o dever de prestar alimentos com base no poder familiar. A deficiência na demonstração de elementos pertinentes a necessidade do(a) alimentado e possibilidade do alimentante dificultam a fixação de alimentos provisórios em valor razoável fixação dos alimentos provisórios é de difícil aferição no caso concreto, em razão da deficiência de elementos. Considerando os fatos descritos na petição inicial e documentos anexos, é com fundamento no artigo 4º da Lei 5478/68, fixos alimentos provisórios em 50% do salário(s) mínimo(s) com vencimento a cada quinto dia útil ao mês subsequente ao de referência. Os alimentos provisórios serão devidos desde a citação do requerido (art. 13, § 2º, da Lei nº 5478/68). Faculta-se desde logo ao polo passivo apresentar em juízo documento hábeis a comprovar sua verdadeira capacidade financeira, para fins de possível reanálise dos alimentos provisórios, observando ser do alimentante o ônus da prova de sua capacidade financeira. Paute-se audiência de conciliação junto ao CEJUSC, providenciando-se as intimações necessárias, inclusive cientificando o M.P. Cite-se e intime-se o polo passivo

para integrar a lide e comparecer à audiência de mediação e conciliação. Intime-se, também, o polo ativo para comparecimento à mencionada audiência, observando que o prazo para contestação no caso concreto diverge do rito comum previsto no CPC. Caso a auto-composição restar frustrada, intimem-se as partes para comparecerem a audiência una de conciliação e julgamento a ser realizado no presente juízo, ocasião em que a contestação será apresentada e feito instruído para, ao fim, ser prolatada sentença. (arts. 8° e 9° da Lei de Alimentos). Advirta-se também as partes de que não havendo conciliação o feito será na mesma data instruído e julgado, adotando-se a forma célere e compacta que a lei prevê (sumário), pelo que deverão comparecer à audiência acompanhadas das provas que tiverem, sendo que testemunhas serão admitidas no máximo três para cada parte, que deverá trazê-las independentemente de intimação, tudo nos termos dos Arts. 7º e 8° da Lei de Alimentos (Lei 5.478/68). Na intimação do polo passivo deve constar a ordem para o requerido apresentar seus comprovantes de rendimentos, no momento da instrução do feito. Advirtam-se as partes de que o não comparecimento à audiência una pelo autor ensejará extinção do feito, e no caso da falta do requerido, será declarada sua revelia. Advirta-se também que as partes deverão comparecer à audiência una acompanhados de seus respectivos advogados e testemunhas, independentemente de intimação de prévio depósito de rol.

ADV: JONATHAS DA SILVA SOARES (OAB 14335/AM) - Processo 0646958-43.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Fixação - REQUERENTE: A.C.N.O. - Considerando os fatos descritos na petição inicial e documentos anexos, fixo alimentos provisórios em favor do(a) menor descrito(a) na petição inicial em 30 % dos rendimentos brutos do(a) requerido(a), deduzidos os descontos obrigatórios (ex. Previdência, IR e FGTS) e verbas indenizatórias a serem descontados em folha de pagamento da parte alimentante e depositados na conta bancária de quem os reivindica (ou representante legal). Paute-se audiência de conciliação junto ao CEJUSC, providenciando-se as intimações necessárias, inclusive cientificando o M.P. Cite-se e intime-se o polo passivo para integrar a lide e comparecer à audiência de mediação e conciliação. Intime-se, também, o polo ativo para comparecimento à mencionada audiência.

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: JANAINA MARIA ALBUQUERQUE FOGASSA (OAB 13800/AM) - Processo 0647051-06.2019.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Fixação - REQUERENTE: Gisele Collares Santos - Diante do exposto, no prazo de quinze dias, determino a intimação da parte credora para adequar sua pretensão dos termos da Lei, optando pela redução do número de parcelas ou mudança de rito para coerção patrimonial. Em igual prazo, junte nos autos o título judicial que originou os alimentos.

ADV: EDINEI LOURENÇO DE CARVALHO (OAB 9689/AM) - Processo 0647619-22.2019.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Fixação - EXEQUENTE: Sandra Luiza Carvalho de Oliveir - Antonio Saulo Oliviera de Souza - Na forma do art. 528, § 8º, c/c 523, ambos do NCPC, intime-se a parte executada na pessoa do advogado constituído, por meio de publicação no diário oficial (NCPC 513 § 2º) para, em 15 (quinze) dias, pagar o débito, sob pena de incidência da multa de 10% (dez por cento) e, também, de honorários de 10% (dez por cento), estes calculados sobre o valor do débito em execução (NCPC 523 § 1º), além de se sujeitar à penhora (NCPC 831).

ADV: FABÍOLA DA SILVA GUIMARÃES (OAB 8422/AM), ADV: OTÁVIO DIAS PEDROSA FILHO (OAB 9559/AM), ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0647920-03.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: K.N.R.C. - REQUERIDO: J.M.P. - Atendam a Promoção Ministerial retro, providenciando-se as diligências necessárias para o caso concreto. Manaus, 17 de setembro de 2019

ADV: PIETRO DE HOLANDA FRANCO ALMEIDA COSTA GOMES LOPES (OAB 13804/AM) - Processo 0648195-15.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: S.S.S. - ALIMENTAND: R.L.S.N. - R. h. POSTERGO o pedido de tutela provisória de urgência formulada pela parte autora para após o contraditório. Paute-se audiência de conciliação junto ao CEJUSC, providenciando-se as intimações necessárias, inclusive cientificando o M.P. Cite-se o polo passivo para comparecer à audiência de mediação e conciliação. Intime-se, também, o polo ativo para comparecimento à mencionada audiência. Façam constar nos instrumentos a advertência de aplicação de multa pelo não comparecimento à audiência sem a devida justificação. O instrumento de citação conterá apenas os dados necessários à audiência e deverá estar desacompanhado de cópia da petição inicial, assegurado ao réu o direito de examinar seu conteúdo a qualquer tempo. (art. 695, §1º, do CPC/2015). A citação ocorrerá com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data designada para a audiência. (art. 695, §2º, do CPC/2015). As partes deverão estar obrigatoriamente acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos na audiência de mediação ou conciliação, para que esta seja bem conduzida e orientada. (art. 695, §4º, do CPC/2015). Consoante o art. 697, do CPC/2015, sendo infrutífera a mediação ou a conciliação, ou seja, não realizado o acordo, passarão a incidir, a partir de então, as normas do procedimento comum (ordinário), observado o art. 335 do Codex. Assim sendo, inexitoso o acordo, fica a parte demandada intimada para contestar, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, devendo, na audiência, receber a contrafé. (art. 335, do CPC/2015). O termo inicial para defesa, portanto, será a data da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição (art. 335, inciso I, do CPC/2015); do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando as partes manifestarem, em comum, o desinteresse pelo acordo (art. 335, inciso II, do CPC/2015); prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. (art. 335, inciso III, do CPC/2015). Na eventual necessidade de recolhimento de despesas postais, observar o previsto no provimento nº 273 -CGJ/AM. Retornando o instrumento citatório sem o devido cumprimento por não localização do endereço ou do destinatário, intime-se a parte demandante para promoção da citação no prazo de cinco dias, inclusive com a descrição de ponto de referência ou qualquer outra informação útil à efetivação da diligência. Aos litigantes ressalto o disposto no artigo 81 do CPC “De ofício ou a requerimento, o juiz condenará o litigante de má-fé a pagar multa, que deverá ser superior a um por cento e inferior a dez por cento do valor corrigido da causa, a indenizar a parte contrária pelos prejuízos que esta sofreu e a arcar com os honorários advocatícios e com todas as despesas que efetuou”. No ato de habilitação o polo passivo deverá apresentar todas os seus dados descritos no artigo 379, do CPC. Intime-se. Viabilize-se.

ADV: WANDERSON DE SOUSA LIMA (OAB 10791/AM) - Processo 0648343-26.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: R.M.Q. - Deverá na mesma oportunidade apresentar declaração de próprio punho de que não tem conhecimento de que o(a) falecido(a) era casado(a) ou possuía outra(o) companheira(o), sob as penas da lei, bem como certidão do órgão previdenciário a que o(a) falecido(a) era vinculado (INSS, AMAZONPREV, MANAUSPREV ou outro equivalente) dando conta da eventual existência de algum dependente habilitado para recebimento de pensão. Prazo; 15 (quinze) dias. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: VERA REGINA CARVALHO DE MENDONÇA (OAB 4427/AM) - Processo 0649022-26.2019.8.04.0001 - Interdição - Curadoria dos bens do ausente - REQUERENTE: Vera Regina Carvalho de Mendonça - DETERMINO a intimação do(a)(s) requerente(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, recolher(em) as custas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição, nos termos do artigo 290 do NCPC. Após, dê-se vista ao M.P. Cumpra-se.

ADV: FRANÇOIS ANTÔNIO GALVÃO (OAB 10015/AM) - Processo 0649066-45.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Guarda - REQUERENTE: Suellen Mota de Menezes - Intime-se o requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, atribuir o valor correto à causa, devendo levar em consideração a soma de doze parcelas do valor dos alimentos que serão destinados aos filhos. Cumprido o determinado, retornem os autos conclusos.

ADV: CARLOS ALLAN AMORIM DE CARVALHO (OAB 14327/AM) - Processo 0649159-08.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: I.S.L. - Muito embora seja possível a cumulação dos pedidos de fixação de

guarda e revisional de alimentos adotando-se o rito comum, os alimentados não possuem legitimidade para sofrer o pedido de guarda. A regulamentação do presente feito pode ser realizado mediante formação de litisconsórcio entre a guardiã e os menores, ou somente àquela, pois representa os filhos, mas nunca tal como se apresenta (os menores- polo passivo - representados por sua genitora). Diante do exposto, determino a intimação da parte autora para adequar sua petição inicial, no prazo de quinze dias úteis, sob pena de ser indeferido liminarmente parte dos pedidos por carência de legitimidade.

ADV: JEAN CARLO NAVARRO CORRÊA (OAB 5114/AM) - Processo 0649182-51.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: Valfre Correia Barros - A petição inicial não preenche os requisitos descritos no artigo 319, do CPC. Em razão do exposto, determino a intimação da parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, adequando-a aos requisitos dispostos no art. 319 do NCPC e arts. 1º, 2º, 3º, 4º e §2º, todos previstos no Provimento da Corregedoria Nacional de Justiça - CNJ nº 61, de 17.10.2017, publicada no D.J.E, em 18.10.2017, uma vez que não foi possível localizar o endereço eletrônico das partes, bem como o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas CPF da parte ré ou justificação da impossibilidade de assim proceder ou, ainda, requerimento de diligências para obtenção. Intime-se.

ADV: ENDREW DOS SANTOS MESQUITA (OAB 14260/AM) - Processo 0649314-11.2019.8.04.0001 - Curatela - Nomeação - REQUERENTE: Daiana Peroba do Nascimento - Intime-se o(a)(s) advogado(a)(s) da parte autora para, em 15 dias úteis, juntar procuração judicial com poderes específicos para firmar declaração de hipossuficiência econômica (art. 105, caput, do NCPC) em prol de seu(ua) constituinte, pois como adverte, Fredie Didier Jr. e Rafael Alexandria de Oliveira, na obra Benefício da Justiça Gratuita, 6ª edição, Editora JusPodiVm, página 70, 2016, “é importante a exigência de poder especial para tanto, já que a revogação do benefício concedido pode acarretar sanção para o beneficiário”. E mais, “a ausência de poder específico do procurador torna o requerimento ineficaz em relação ao seu constituinte. Mas o ato é passível de ratificação, caso em que será considerado eficaz desde o momento em que foi praticado”. Cumpra-se.

ADV: TADEUZA BENTES DE ALMEIDA (OAB 8205/AM) - Processo 0649386-95.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: Ane Caroline Figueira da Silva - Portanto, diante da excepcionalidade dos alimentos compensatórios, não ficou demonstradoinitio litis,o preenchimento dos requisitos ensejadores para a concessão da medida pleiteada, razão pela qual,INDEFIROA FIXAÇÃO DE ALIMENTOSCOMPENSATÓRIOSPROVISÓRIOS EM FAVOR DA AUTORA. Paute-se audiência de conciliação junto ao CEJUSC, providenciando-se as intimações necessárias, inclusive cientificando o M.P. Cite-se o polo passivo para comparecer à audiência de mediação e conciliação. Intime-se, também, o polo ativo para comparecimento à mencionada audiência. Façam constar nos instrumentos a advertência de aplicação de multa pelo não comparecimento à audiência sem a devida justificação. O instrumento de citação conterá apenas os dados necessários à audiência e deverá estar desacompanhado de cópia da petição inicial, assegurado ao réu o direito de examinar seu conteúdo a qualquer tempo. (art. 695, §1º, do CPC/2015). A citação ocorrerá com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data designada para a audiência. (art. 695, §2º, do CPC/2015). As partes deverão estar obrigatoriamente acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos na audiência de mediação ou conciliação, para que esta seja bem conduzida e orientada. (art. 695, §4º, do CPC/2015). Consoante o art. 697, do CPC/2015, sendo infrutífera a mediação ou a conciliação, ou seja, não realizado o acordo, passarão a incidir, a partir de então, as normas do procedimento comum (ordinário), observado o art. 335 do Codex. Assim sendo, inexitoso o acordo, fica a parte demandada intimada para contestar, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, devendo, na audiência, receber a contrafé. (art. 335, do CPC/2015). O termo inicial para defesa, portanto, será a data da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição (art. 335, inciso I, do CPC/2015); do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando as partes manifestarem, em comum, o desinteresse pelo acordo (art. 335, inciso II, do CPC/2015); prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. (art. 335, inciso III, do CPC/2015). Na eventual necessidade de recolhimento de despesas postais, observar o previsto no provimento nº 273 -CGJ/AM. Retornando o instrumento citatório sem o devido cumprimento por não localização do endereço ou do destinatário, intime-se a parte demandante para promoção da citação no prazo de cinco dias, inclusive com a descrição de ponto de referência ou qualquer outra informação útil à efetivação da diligência. Aos litigantes ressalto o disposto no artigo 81 do CPC “De ofício ou a requerimento, o juiz condenará o litigante de má-fé a pagar multa, que deverá ser superior a um por cento e inferior a dez por cento do valor corrigido da causa, a indenizar a parte contrária pelos prejuízos que esta sofreu e a arcar com os honorários advocatícios e com todas as despesas que efetuou”. No ato de habilitação o polo passivo deverá apresentar todas os seus dados descritos no artigo 379, do CPC. Intime-se. Viabilize-se.

ADV: LEON FÁBIO SILVA LEAL (OAB 8413/AM) - Processo 0649510-78.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: W.C.M. - Intime-se o polo ativo para adequar sua inicial, no prazo de quinze dias, observando o disposto no presente despacho.

ADV: ERIK LORENZZO MARINHO DA SILVA (OAB 4944/AM) - Processo 0649542-83.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: P.R.S. - M.Z.R.S. - Intime-se o(a)(s) advogado(a)(s) da parte autora para, em 15 dias úteis, juntar procuração judicial com poderes específicos para firmar declaração de hipossuficiência econômica (art. 105, caput, do NCPC) em prol de seu(ua) constituinte, pois como adverte, Fredie Didier Jr. e Rafael Alexandria de Oliveira, na obra Benefício da Justiça Gratuita, 6ª edição, Editora JusPodiVm, página 70, 2016, “é importante a exigência de poder especial para tanto, já que a revogação do benefício concedido pode acarretar sanção para o beneficiário”. E mais, “a ausência de poder específico do procurador torna o requerimento ineficaz em relação ao seu constituinte. Mas o ato é passível de ratificação, caso em que será considerado eficaz desde o momento em que foi praticado”. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ LIRA BARROSO (OAB 14670/AM) - Processo 0649722-02.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: L.R.S.O. - ALIMENTAND: M.H.O.M. - Diante do exposto, determino a intimação da parte autora para adequar sua petição inicial, no prazo de quinze dias úteis, sob pena de ser indeferido liminarmente parte dos pedidos por carência de legitimidade.

ADV: THAISA ASSIS DE SOUZA (OAB 14533/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0649737-68.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: A.P.F. - Manifestação sem a devida comprovação de outorga de poderes de representação. Intime-se o(a) advogado(a) peticionante para regulamentar nos autos seus poderes de representação, no prazo de dez dias.

ADV: CAIO AUGUSTO MASCARENHAS DIAS (OAB 4100/AM) - Processo 0650044-22.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: C.A.M.D. - Defiro o pedido de parcelamento das custas processuais. Remetam os presentes autos à Contadoria para as providências cabíveis.

ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM) - Processo 0650068-50.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: George Vitor Farias Bonfim - Defiro a gratuidade de justiça ao polo ativo, nos termos do artigo 98 do CPC. Cite-se o Requerido para comparecer à audiência de mediação e conciliação a ser designada e realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos das Varas de Família, nos termos do artigo 695 do NCPC.Intime-se, também, o Requerente para comparecimento a mencionada audiência. Façam constar nos instrumentos a advertência de aplicação de multa pelo não comparecimento à audiência sem a devida justificação. O instrumento de citação conterá apenas os dados necessários à audiência e deverá estar desacompanhado de cópia da petição inicial, assegurado ao réu o direito de examinar seu conteúdo a qualquer tempo. (art. 695, §1º, do CPC/2015). A citação ocorrerá com antecedência mínima de 15

(quinze) dias da data designada para a audiência. (art. 695, §2º, do CPC/2015). Para que não pairem dúvidas de sua efetivação e diante da pessoalidade das demandas familiares, a citação será sempre feita na pessoa do réu, não se admitindo a intimação postal ou por edital. (art. 695, §3º, do CPC/2015). Ao oficial de Justiça observa-se o dever de citar a parte demandada onde quer que a encontre, observando-se as hipóteses de não citação previstas nos artigos 244 e 245 do CPC e o poder/dever de proceder com a citação por hora certa quando por 2 (duas) vezes, o oficial de justiça houver procurado o citando em seu domicílio ou residência sem o encontrar, havendo suspeita de ocultação, devendo intimar qualquer pessoa da família ou, em sua falta, qualquer vizinho de que, no dia útil imediato, voltará a fim de efetuar a citação, na hora que designar. As partes deverão estar obrigatoriamente acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos na audiência de mediação ou conciliação, para que esta seja bem conduzida e orientada. (art. 695, §4º, do CPC/2015). Consoante o art. 697, do CPC/2015, sendo infrutífera a mediação ou a conciliação, ou seja, não realizado o acordo, passarão a incidir, a partir de então, as normas do procedimento comum (ordinário), observado o art. 335 do Códex. Assim sendo, inexitoso o acordo, fica a parte demandada intimada para contestar, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, devendo, na audiência, receber a contrafé. (art. 335, do CPC/2015). O termo inicial para defesa, portanto, será a data da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição (art. 335, inciso I, do CPC/2015); do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando as partes manifestarem, em comum, o desinteresse pelo acordo (art. 335, inciso II, do CPC/2015); prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. (art. 335, inciso III, do CPC/2015). Atente-se, por derradeiro, para os ensinamentos de Maria Berenice Dias, in verbis: "Na tentativa de encontrar formas consensuais de solução dos conflitos, é prevista a realização de audiência preliminar de conciliação ou mediação em todos os processos de conhecimento (334). Esta determinação, no entanto, não se confunde com o mesmo ato a ser realizado nas ações de família. Nestas demandas o mediador ou conciliador deve estar acompanhado de profissional de outras áreas de conhecimento (694). Há outras peculiaridades. No processo de conhecimento o réu deve ser citado com 20 dias de antecedência (334), enquanto para a audiência de família, o prazo é de 15 dias (695 § 2º). Nestas demandas não é possível a qualquer das partes manifestar desinteresse em sua realização, como é facultado ao autor e ao réu nas demais ações (334 §§ 4º e 5º)." (Grifos não do original) (in As ações de família no novo Código de Processo Civil - por Maria Berenice Dias. Maria Berenice Dias - Advogada - Vice Presidenta Nacional do IBDFAM. 25 de Julho de 2015). Na eventual necessidade de recolhimento de despesas postais, observar o previsto no provimento nº 273 -CGJ/AM. Aos litigantes ressalto o disposto no artigo 81 do CPC "De ofício ou a requerimento, o juiz condenará o litigante de má-fé a pagar multa, que deverá ser superior a um por cento e inferior a dez por cento do valor corrigido da causa, a indenizar a parte contrária pelos prejuízos que esta sofreu e a arcar com os honorários advocatícios e com todas as despesas que efetuou". No ato de habilitação o polo passivo deverá apresentar todas os seus dados descritos no artigo 379, do CPC. Intime-se. Viabilize-se.

ADV: MAURO DA GAMA MONTEIRO (OAB 9734/AM) - Processo 0650097-03.2019.8.04.0001 - Interdição - Interdição - REQUERENTE: Eleonora da Silva Ferreira - Intime-se o(a)(s) advogado(a)(s) da parte autora para, em 15 dias úteis, juntar procuração judicial com poderes específicos para firmar declaração de hipossuficiência econômica (art. 105, caput, do NCPC) em prol de seu(ua) constituinte, pois como adverte, Fredie Didier Jr. e Rafael Alexandria de Oliveira, na obra Benefício da Justiça Gratuita, 6ª edição, Editora JusPodiVm, página 70, 2016, "é importante a exigência de poder especial para tanto, já que a revogação do benefício concedido pode acarretar sanção para o beneficiário". E mais, "a ausência de poder específico do procurador torna o requerimento ineficaz em relação ao seu constituinte. Mas o ato é passível de ratificação, caso em que será considerado eficaz desde o momento em que foi praticado". Cumpra-se.

ADV: LORENZA SAID MONTEIRO (OAB 8421/AM) - Processo 0650141-22.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: F.F.L. - Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, juntar aos autos o acordo que definiu os alimentos.

ADV: KAMILA SOMBRA PORTELA MAGALHÃES (OAB 14502/AM) - Processo 0650427-97.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Restituição / Indenização de Despesa - REQUERENTE: Darina Comonian Prado - Intime-se o requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, atribuir o valor correto à causa, devendo levar em consideração o valor dos bens a partilhar somados a doze vezes o valor dos alimentos que serão destinados aos filhos. Cumprido o determinado, retornem os autos conclusos.

ADV: DANIEL DE LIMA CAVALCANTE (OAB 9070/AM) - Processo 0650453-95.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Requisitos - REQUERENTE: J.P.R.A. - Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, esclarecer a sua pretensão, vez que o processo mostra-se consensual, porém não há nos autos acordo assinado pela divorcianda, nem procuração com a outorga de poderes assinada por esta. Verifica-se também que a petição inicial está sem a devida comprovação de outorga de poderes de representação. Intime-se o(a) advogado(a) peticionante para regulamentar nos autos seus poderes de representação, em igual prazo.

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: TATIANA DANTAS PORTELA (OAB 6562/AM), ADV: JANAINA MARIA ALBUQUERQUE FOGASSA (OAB 13800/AM), ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM), ADV: THAISA ASSIS DE SOUZA (OAB 14533/AM) - Processo 0653369-39.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - ALIMENTANT: M.N.C. - O polo passivo foi regularmente citado para integrar a relação processual, porém deixou transcorrer em branco o prazo legal para apresentar sua defesa. Diante do exposto, DECRETO A REVELIA do polo passivo, no entanto, deixo de de aplicar-lhe os efeitos legais, previstos no art. 344, do NCPC, porque envolve questão envolvendo interesse de incapaz. Em observância às disposições e princípios elencados nos artigos 6º e 8º, 77, II, 139, III, 470, I, 459, §2º, 464, II do CPC, deve o magistrado evitar atos desnecessários ou inaptos a alcançar a análise do mérito de forma mais célere possível. A audiência de instrução e julgamento deve ser realizada com o objetivo de elucidar apenas fatos controvertidos, observando-se os meios legais possíveis, a exemplo da prova testemunhal, depoimento pessoal etc. Caso o único meio de prova a ser produzido é o documental, por exemplo, nenhuma utilidade terá a designação de audiência. Ao contrário, apenas trará prejuízos tanto aos litigantes quanto ao Poder Judiciário, ferindo os princípios da celeridade e economia. Importante também enfatizar que as partes somente serão pessoalmente intimadas para participarem da audiência de instrução e julgamento nos casos expressamente previstos no CPC, sendo a publicação por nota o meio ordinário para dar ciência dos atos processuais, quando se fizerem representados por Advogado habilitado no processo. Por tais razões, determino a intimação do polo ativo para, no prazo de 5 (cinco) dias, e sob as cominações legais aplicáveis (NCPC, art. 223), especificar as provas que pretende produzir em audiência; justificando-as (NCPC, art. 348). Oportunamente, deliberarei, de ofício, se for o caso, acerca da produção de provas que, pelo Juízo, venham a ser reputadas como necessárias ao julgamento do mérito (NCPC, art. 370). Intime-se o polo ativo e cumpra-se, como devido.

ADV: EDUARDO SANTANA PINHEIRO (OAB 7049/AM) - Processo 0654314-26.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: I.S.P. - Intime-se a parte autora para dar prosseguimento no feito e requerer o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: BRUNO OLIVEIRA MEDEIROS (OAB 7203/AM) - Processo 0656705-51.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: I.L.S. - Vistos etc, Chamo o feito à ordem para apreciar e deferir o pedido de gratuidade de justiça apresentado nos presentes autos, pois encontra-se observado os requisitos legais previstos no CPC. Arquive-se.

ADV: LUIS EDUARDO DOS SANTOS VALOIS COÊLHO (OAB 1975/AM), ADV: CAROLINE GUIMARÃES DO VALLE (OAB 6412/AM) - Processo 0657869-51.2018.8.04.0001 - Alimentos

- Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: L.C.C. - ALIMENTANT: R.C.L.O. - Defiro o pedido de fls. 83. Viabilize-se.

ADV: LUIS EDUARDO DOS SANTOS VALOIS COÊLHO (OAB 1975/AM), ADV: CAROLINE GUIMARÃES DO VALLE (OAB 6412/AM) - Processo 0657869-51.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: L.C.C. - ALIMENTANT: R.C.L.O. - CERTIDÃO Processo n°:0657869-51.2018.8.04.0001 De ordem, CERTIFICO para os devidos fins, que fica pautada nova data para audiência de Instrução e Julgamento, dia 13/04/2020 às 09:00h, em cumprimento ao despacho do(a) MM. Juiz(a). Em, 17 de setembro de 2019.

ADV: MARTA MARIA VALE OYAMA (OAB 7146/AM), ADV: AMANDA DA ROCHA ALVES (OAB 3202/AM) - Processo 0659654-48.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - ALIMENTAND: I.S.F. - REQUERIDO: I.G.F. - Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE a ação proposta, e mantenho, por decorrência, os alimentos no patamar originalmente fixado.

ADV: DANIEL MARINHO PEREIRA (OAB 5157/AM) - Processo 0700172-27.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Regulamentação de Visitas - EXEQUENTE: R.G.M.S. - Defiro o pedido de fls. 249. Viabilize-se.

Aberones Gomes de Araújo (OAB 2137/AM)
Adriana Almeida Lima (OAB 4577/AM)
Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)
Adriano Silveira de Souza (OAB 12312/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alan Carlos Amaral Gomes de Albuquerque (OAB 8344/AM)
Alan Diego Coelho dos Reis (OAB 14490/AM)
Alan Yuri Gomes Ferreira (OAB 10450/AM)
Alberto Simonetti Cabral Neto (OAB 2599/AM)
Alessandra da Silva Contente (OAB 7091/AM)
ALESSANDRA FRANCISCO DE MELO FRANCO (OAB 179209/SP)
Alessandro Adauto de Medeiros (OAB 12142/AM)
Alex da Silva Almeida (OAB 10706/AM)
Aline Mikaela Garcia Gomes (OAB 9626/AM)
Almenilze Valente Sampaio (OAB 5456/AM)
Amanda da Rocha Alves (OAB 3202/AM)
Ana Celia Santana da Silva (OAB 456AAM)
Ana Lúcia Salazar de Sousa (OAB 7173/AM)
Ana Paula de Freitas Lopes (OAB 7495/AM)
Anadir Ribeiro Nogueira (OAB 9704/AM)
Anderson Carlos Gomes (OAB 300215/SP)
Anderson de Souza Lima (OAB 10190/AM)
Anderson Ortiz Granja de Souza (OAB 5059/AM)
Anderson Santos Silva (OAB 12015/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
André Lira Barroso (OAB 14670/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antonio Sérgio Blasquez de Sá Pereira (OAB 4593/AC)
Augusto Sampaio de Araújo Netto (OAB 11809/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Beatriz de Souza Souza (OAB 12761/AM)
Bianca da Silva Jardim (OAB 13119/AM)
Brenda Luana Sluzarski da Silva (OAB 13378/AM)
Breno Barbosa Ferreira (OAB A451/AM)
Bruno Oliveira Medeiros (OAB 7203/AM)
Caio Augusto Mascarenhas Dias (OAB 4100/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carlos Alberto Rodrigues de Souza (OAB 6164/AM)
Carlos Allan Amorim de Carvalho (OAB 14327/AM)
Carlos Geraldo Cruz Duarte (OAB 10550/AM)
Carmem Mello Moura (OAB 3649/AM)
Caroline Guimarães do Valle (OAB 6412/AM)
Cássio José Matos de Barros (OAB 13256/AM)
CÉLIA ALICE CORDEIRO PINHEIRO (OAB 8898/AM)
César Luiz Campos da Costa (OAB 8026/AM)
Charles Gomes da Costa Júnior (OAB 10715/AM)
Christianne Di Felício Ferreira da Silva (OAB 3631/AM)
Cíntia Rossette de Souza (OAB 4605/AM)
Claudemir da Silva (OAB 4641/AC)
Cleone Maria Santos Carvalho Grana (OAB 3507/AM)
Cloves Queiroz de Medeiros (OAB 525A/AM)
Cristiane Carvalho da Silva (OAB 13486/AM)
Daisy Feitosa Coutinho (OAB 6989/AM)
Daniel de Lima Cavalcante (OAB 9070/AM)
Daniel Marcelo Benvenutti de Sales (OAB 7949/AM)
Daniel Marinho Pereira (OAB 5157/AM)
Danielle Vieira Hitotuzi Paes (OAB 4631/AM)
Davi Martins da Silva Júnior (OAB 11694/AM)
Denison Melo de Aguiar (OAB 6825/AM)
Devid Vinicius Xavier da Costa (OAB 9673/AM)
Diego Américo Costa Silva (OAB 5819/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Ediane Evangelista de Moura dos Santos (OAB 12161/AM)
Edinei Lourenço de Carvalho (OAB 9689/AM)
Edmilson Lucena dos Santos Júnior (OAB 6030/AM)
Ednaldo Rogério Tenório Vieira (OAB 8356/AM)
Edson Pereira Duarte (OAB 3702/AM)
Eduardo Cordeiro de Souza (OAB 10207/AM)
Eduardo Marques da Silva (OAB 9114/AM)
Eduardo Santana Pinheiro (OAB 7049/AM)
Ehud Emanuel Abensur Santos (OAB 10760/AM)
Elane Laborda da Silva (OAB 11222/AM)
Elcinete Cardoso de Almeida (OAB 6946/AM)
Elen Karina Fonseca Maués (OAB 13157/AM)
Elton Manoel Barreto Rodrigues (OAB 6683/AM)
Emerson Tavares Pereira (OAB 8616/AM)
Emmilly Karen Apolônio da Silva (OAB 9716/AM)
Endrew dos Santos Mesquita (OAB 14260/AM)
Erica da Silva Oliveira (OAB 180783/SP)
Erik Lorenzzo Marinho da Silva (OAB 4944/AM)
Evellyn Kelryen Apolônio da Silva (OAB 9125/AM)
Fábio Antônio de Souza Segundo (OAB 7966/AM)
Fábio de Assunção Acosta (OAB 8415/AM)
Fabíola da Silva Guimarães (OAB 8422/AM)
Fabrício Cabral dos Anjos Marinho (OAB 7665/AM)
Felipe Braga de Oliveira (OAB 9663/AM)
Felipe Sena de Carvalho (OAB 3816/AM)
Fernanda da Silva Pereira (OAB 14317/AM)
Franciane Monteiro Cavalcante (OAB 6934/AM)
Francisco Adonias Pinheiro (OAB 1584/AM)
Francisco de Assis Souza de Oliveira (OAB 8298/AM)
Francisco Frutuoso Lima (OAB 9748/AM)
Francisco Moacir Maia Filho (OAB 5560/AM)
Francisco Rodrigo de Menezes e Silva (OAB 9771/AM)
Francisco Souza de Melo (OAB 7808/AM)
François Antônio Galvão (OAB 10015/AM)
Frederico Gustavo Távora (OAB 6462/AM)
Frederico Moraes Bracher (OAB 7311/AM)
Gabriel Melo Sampaio (OAB 9793/AM)
Geferson Batista Pinheiro (OAB 11931/AM)
Gilvan Simões Pires da Motta (OAB 1662/AM)
Guilherme Gustavo Vasques Mota (OAB 5663/AM)
Gustavo Koiti Sugawara (OAB 422579/SP)
Gyorney Matos Nery (OAB 13151/AM)
Helen Luciane Silva de Araújo (OAB 11237/AM)
Heloísa Helena Queiroz de Matos Canto (OAB 9056/AM)
Helton Lannucy Veras Leite (OAB 13005/AM)
Henrique Paulo Augusto (OAB 77333/SP)
Horlando Halix Ribeiro de Brito (OAB 5102/AM)
IAGO DA SILVA RODRIGUES (OAB 13954/AM)
Iêda Santos Cardoso (OAB 5714/AM)
Íkaro Pereira Amore (OAB 6350/AM)
Ingo Dieter Pietzsch (OAB 6337/AM)
Itallo Gustavo de Almeida Leite (OAB 7413/MT)
Ítalo Eduardo Pina Prado (OAB 13261/AM)
Ivo Jordan Veras dos Santos (OAB 23635/PA)
Janaina Maria Albuquerque Fogassa (OAB 13800/AM)
Janiete da Silva Monteiro (OAB 10084/AM)
Jaqueline Montenegro da Cruz (OAB 7763/AM)
Jardel Bandeira e Silva (OAB 13424/AM)
Jean Carlo Navarro Corrêa (OAB 5114/AM)
Jeanne Correa de Oliveira (OAB 7327/AM)
Jennifer de Queiroz Rodrigues de Oliveira (OAB 8383/AM)
Jéssica Ferreira Botelho (OAB 6826/AM)
Jessica Santos de Oliveira Athan (OAB 14225/AM)
Jessika Alcinda da Silva Mesquita (OAB 386B/RR)

João Bosco Correa Omena (OAB 9109/AM)
João Roberto da Silveira Tapajós (OAB 1915/AM)
Joísa Maciel Guerra de Souza (OAB 7774/AM)
Jonathas da Silva Soares (OAB 14335/AM)
José Edvaldo de Souza Ferreira (OAB 7086/AM)
José Ricardo Gomes de Oliveira (OAB 5254/AM)
Josenilson da Rocha Lima (OAB 1757/AM)
Juliana da Silva Serejo (OAB 3922/AM)
Juliane Elizabete de Souza Maia (OAB 12643/AM)
Júlio César de Almeida Lorenzoni (OAB 5545/AM)
Kamila Maia Botelho Telles (OAB 8957/AM)
Kamila Sombra Portela Magalhães (OAB 14502/AM)
Karen Esther de Queiroz Noronha (OAB 9293/AM)
Keila Cristina de Carvalho Rayol (OAB 10802/AM)
Lanusa Kariza Meideiros da Silva Moura (OAB 14496/AM)
Larissa Montenegro de Medeiros (OAB 12196/AM)
Leandro Joseph de Aquino (OAB 12474/AM)
Leocleide Silva Duarte Hitotuzi (OAB 11110/AM)
Leon Cézane da Silva de Jesus (OAB 10332/AM)
Leon Fábio Silva Leal (OAB 8413/AM)
Liana Maciel Nobre (OAB 11009/AM)
Lídia Maura Lopes da Costa (OAB 6399/AM)
Lilian da Silva Alves (OAB 8921/AM)
Lindomar Lima de Souza (OAB 9739/AM)
Lorenza Said Monteiro (OAB 8421/AM)
Lourena Cristina Lima Afonso (OAB 6957/AM)
Luciano da Silva Rocha (OAB 9788/AM)
Luís dos Santos Bernardes (OAB 11984/AM)
Luis Eduardo dos Santos Valois Coêlho (OAB 1975/AM)
Luiz Augusto dos Santos Braz (OAB 13992/AM)
Magda Raquel Guimarães Ferreira (OAB 163055/SP)
Magda Raquel Guimarães Ferreira Lobato (OAB 724A/AM)
Maiara Carvalho da Motta (OAB 3994/AM)
Maiara Cristina Moral da Silva (OAB 7738/AM)
Manoel Dias Barbosa (OAB 6736/AM)
Manoel Pedro de Carvalho (OAB 4890/AM)
Marcelo dos Santos Ergesse Machado (OAB 167008/SP)
Márcia de Souza Martins (OAB 7714/AM)
Márcio Arduíno (OAB 3364/AM)
Márcio Djames da Costa Furtado (OAB 4533/AM)
Márcio Santana Malta (OAB 13054/AM)
Marconde Martins Rodrigues (OAB 4695/AM)
Maria Auxiliadora Souza e Silva (OAB 6966/AM)
Maria de Lourdes Nogueira Sampaio (OAB 5063/AC)
Maria do Rosário de Oliveira Melo (OAB 5385/AM)
Maria Ferreira de Souza (OAB 2346/AM)
Maria Glades Rodrigues Guedes (OAB 9823/AM)
Maria Luiza Castelo Barros (OAB 6904/AM)
Maricarla Fonseca de Souza (OAB 10573/AM)
Marta Maria Vale Oyama (OAB 7146/AM)
Mauro da Gama Monteiro (OAB 9734/AM)
Max Eduardo Vieira Sarubi (OAB 9540/AM)
Mayara Cristini Teixeira Lima (OAB 13409/AM)
Melquisedec Freitas Pantoja (OAB 10412/AM)
Michael Queiroz Redig Ardaya (OAB 12680/AM)
Michel Rodrigues dos Santos (OAB 12036/AM)
MIRIANE BATISTA CORREA (OAB 11343/AM)
Moacir Marques de Medeiros (OAB 13394/AM)
Mônica Araújo Risuenho de Souza (OAB 7760/AM)
Náiade Victória Araújo Perrone (OAB 9183/AM)
Natasha Cavalcante da Costa Martins (OAB 13091/AM)
Nathacha Camara de Albuquerque (OAB 12164/AM)
Nayanne Pires César (OAB 7782/AM)
Nildo Nogueira Nunes (OAB 2698/AM)
Norma Socorro Mota Lopes Fernandes (OAB 12052/AM)
Núbia Batista Pinheiro (OAB 11184/AM)
Otávio Dias Pedrosa Filho (OAB 9559/AM)
Patrícia Sena Praia (OAB 8244/AM)
PAULA CAROLINA ARAÚJO DA SILVA (OAB 14505/AM)
Paulo Vítor Lopes Bezerra (OAB 9660/AM)
Pedro Edinilson Silva Pinto (OAB 14500/AM)
Pietro de Holanda Franco Almeida Costa Gomes Lopes (OAB 13804/AM)
Rafael Cândido da Silva (OAB 6499/AM)
Rafael Raposo da Câmara Auler (OAB 8000/AM)
Raimundo Mário Belchior de Andrade (OAB 1775/AM)
REBEKAH ROCHA PRAIA (OAB 10936/AM)
Rejane da Silva Viana (OAB 4496/AM)
Ricardo Mendes Lasmar (OAB 5933/AM)
Risonaldo de Melo Lima Júnior (OAB 6997/AM)
Roberto César Diniz Cabrera (OAB 6071/AM)
Robson Gonzaga Mundim (OAB 13112/AM)
Rodrigo Castro Vaz (OAB 6719/AM)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 799A/AM)
Rodrigo Mendes Lasmar (OAB 12480/AM)
Rogério Pena Bento da Silva (OAB 9960/AM)
Ronaldo Nunes Maduro Junior (OAB 13428/AM)
Roosevelt Jobim Filho (OAB 3920/AM)
Rosane Romero Ravazi (OAB 8063/AM)
Rosivaldo Pereira da Silva (OAB 1619/AM)
Rosquild Azêdo Omena (OAB A605/AM)
Sara Martins Sombra de Oliveira (OAB 9456/AM)
Sara Rafaella Jorge Araujo (OAB 11776/AM)
Saskia Silva Ferraz (OAB 12158/AM)
Sebastião Jerônimo Portela (OAB 5159/AM)
Sem Patrono (OAB /AM)
Sérgio Augusto Costa da Silva (OAB 6583/AM)
Siddharta Gautama de Almeida Antony (OAB 3962/AM)
Sílvia Maria Abensur Santos (OAB 1005/AM)
Stephane Varela Garcez (OAB 9876/AM)
Tadeuza Bentes de Almeida (OAB 8205/AM)
Tâmara Mendes Gonçalves de Sousa (OAB 6857/AM)
Tatiana Dantas Portela (OAB 6562/AM)
Tatiana Ferreira da Silva (OAB 10168/AM)
Thais Ximenes de Souza (OAB 14027/AM)
Thaisa Assis de Souza (OAB 14533/AM)
Thiago Henrique Andrade Marques (OAB 14585/AM)
Thiago Thadeu Bastos Tavares da Silva (OAB 11821/AM)
Vanilde de Jesus Duarte (OAB 10028/AM)
Vera Lúcia Johnson de Assis (OAB 2904/AM)
Vera Regina Carvalho de Mendonça (OAB 4427/AM)
Vila & Braga Advogados Associados (OAB 523/AM)
Vilson Gomes Benayon Filho (OAB 4820/AM)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)
Waldemir dos Santos Costa Júnior (OAB 8905/AM)
Wallestein Monteiro de Souza (OAB 4907/AM)
Wanderson de Sousa Lima (OAB 10791/AM)
Wilson José da Silva Cunha (OAB 3479/AM)
Winston de Araújo Teixeira (OAB 11584/RN)

4ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DE FAMÍLIA
JUIZ(A) DE DIREITO ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CLEMÍLIA MARIA ANDRADE DE SOUSA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0102/2019

ADV: ALFREDO JOSÉ BORGES GUERRA (OAB 2668/AM), ADV: JOSÉ LOURENÇO GADELHA (OAB 2220/AM) - Processo 0038885-93.2003.8.04.0001 (001.03.038885-7) - Execução de Alimentos - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Iuçana Cavalcante Gadelha - REQUERIDO: Jose Lourenco Gadelha - DESPACHO Intime-se o Executado no prazo de 10 (dez) dias, para se manifestar acerca da petição de fls. 238/239. Cumpra-se Manaus, 17 de setembro de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: ALESSANDRA AMAZONAS DA CUNHA (OAB 5780/AM) - Processo 0203450-59.2012.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: V.F.B. - EXECUTADO: E.L.A.B. - Conciliação Data: 05/11/2019 Hora 11:30 Local: Sala padrão

ADV: CÉSAR AUGUSTO GOMES MONTEIRO (OAB 9696/AM), ADV: MARIA FÁTIMA LOUREIRO (OAB 1377/AM), ADV: BRUNO INFANTE FONSECA (OAB 1945E/AM) - Processo 0204283-04.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Liquidação /

Cumprimento / Execução - REQUERENTE: J.B.G. - REQUERIDO: R.O.P. - Intime-se a parte autora, pessoalmente, por carta com AR, para se manifestar pelo interesse no prosseguimento do feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, § 1o, do Código de Processo Civil.

ADV: ALEX DE SOUZA CABRAL (OAB 12096/AM), ADV: EARLEN GUEDES DA SILVA (OAB 10720/AM) - Processo 0204486-29.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.C.A.C. - REQUERIDO: R.S.A. - Trata-se de Ação de Alimentos. A parte requerida encontra-se em local incerto e não sabido, razão pela qual há pedido de citação por edital. Assim, em respeito aos artigos 256, II, e 257, I, do Código de Processo Civil, determino a citação por edital do requerido, com prazo de 20 dias. Decorrido o prazo do edital sem manifestação, designe-se curador especial, o qual deverá ser intimado para oferecer contestação, no prazo legal, nos termos do art. 72, II do CPC. Cumpra-se.

ADV: ROBERTA SILVA DE SENA (OAB 8956/AM) - Processo 0207614-28.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: J.D.M. - Cumpra-se despacho de folha 35 no endereço informado pelo petitório de folha 50.

ADV: MARIA ROSIANE DE BRITO ANDRADE (OAB 7628/AM) - Processo 0217448-55.2016.8.04.0001 (processo principal 0639680-30.2015.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Decisão - Fixação - REQUERENTE: Aldemira Gomes das Chagas - REQUERIDO: Daniel Xavier de Oliveira - Trata-se de Ação de Cumprimento Provisório de Decisão. A parte requerida encontra-se em local incerto e não sabido, razão pela qual há pedido de citação por edital. Assim, em respeito aos aritogs 256, II, e 257, I, do Código de Processo Civil, determino a citação por edital do requerido, com prazo de 20 dias. Decorrido o prazo do edital sem manifestação, designe-se curador especial, o qual deverá ser intimado para oferecer contestação, no prazo legal, nos termos do art. 72, II do CPC. Cumpra-se.

ADV: MARIA CLÁUDIA SOUSA DA SILVA (OAB 11990/MA), ADV: ADROALDO ALEXANDRE ARRUDA DA SILVA (OAB 5483/AM) - Processo 0224312-75.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: M.V.N.E. - REQUERIDO: R.N.V.S. - Instrução e Julgamento Data: 13/11/2019 Hora 09:45 Local: Sala padrão

ADV: FABÍOLA FERREIRA DO NASCIMENTO (OAB 8980/AM), ADV: ITAMAR BRITO GONÇALVES (OAB 9684/AM), ADV: RAYNA COELHO BARBOSA (OAB 12222/AM), ADV: ROBERTO CARLOS LEANDRO SOARES (OAB 7653/AM) - Processo 0224882-61.2017.8.04.0001 (processo principal 0635235-37.2013.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Revisão - REQUERENTE: Leandro de Souza Lima - EXECUTADO: S.D.L. - Indefiro o pedido do requerido de realização de nova audiência de conciliação e mediação. Entretanto, visando a satisfação do crédito e a resolução consensual da lide, intime-se para, caso deseje, apresente proposta de acordo em dez dias.

ADV: RAPHAELA LUNA MOURA LOBO (OAB 14486/AM), ADV: RAPHAEL DE ASSIS CAVALCANTE (OAB 14251/AM) - Processo 0232738-08.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: C.L.S. - H.B.L.S. - REQUERIDO: M.A.S.M. - Conciliação Data: 05/11/2019 Hora 11:00 Local: Sala padrão

ADV: ANTÔNIO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE JUNIOR (OAB 2992/AM) - Processo 0240765-82.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: RAMON GARCIA DA CUNHA - REQUERIDA: GILMAR LIMA DA CUNHA - Intime-se a parte autora, pessoalmente, por carta com AR, para se manifestar pelo interesse no prosseguimento do feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, § 1o, do Código de Processo Civil.

ADV: VITOR DE OLIVEIRA MONTENEGRO (OAB 001.798/AM) - Processo 0241883-93.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: R.P.S. - EXECUTADO: A.C.S.S. - Intime-se a parte autora, pessoalmente, por carta com AR, para se manifestar pelo interesse no prosseguimento do feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, § 1o, do Código de Processo Civil.

ADV: DANIEL DE LIMA ALBUQUERQUE (OAB 6548/AM) - Processo 0600301-14.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Revisão - REQUERENTE: J.F.C. - REQUERIDA: I.F.B.R.M.J.B.F.C.J.C.B.C. - K.T.B.C. - J.B.F.C. - DESPACHO Processo sentenciado em fls. 306/310. Em fls. 313/318 foi interposto recurso de apelação pelo Sr. JOSIAS FERREIRA CAVALCANTE. Em fls. 32/330 o apelante desistiu do recurso de apelação, uma vez que foi realizado acordo no processo de execução n°0622485-95.2016.8.04.0001, conforme fls. 331/333. Portanto, dê-se baixa e arquive. Cumpra-se Manaus, 17 de setembro de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: ANA MARCIA FRANCO DA SILVA (OAB 13889/AM), ADV: MÁRCIO FIGUEIREDO PESSOA (OAB 6458/AM) - Processo 0601299-16.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0213530-72.2018.8.04.0001) - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: P.A.S.O. - REQUERIDA: J.R.S.O. - Intimem-se as partes para, em 10 (dez) dias, manifestarem-se acerca do relatório psicossocial de folhas 289-299. Cumpra-se.

ADV: ISABEL DA SILVA MEDEIROS (OAB 7178/AM) - Processo 0601933-41.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: I.B.S. - REQUERIDA: H.C.S.M. - Paute-se audiência de instrução e julgamento, em razão da complexidade da demanda em apreço Defiro prova documental e testemunhal, cabendo às partes, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentarem rol de testemunhas, observando o disposto nos parágrafos 4º, 5º e 6º do art. 357 do CPC. Esclareço às partes que as testemunhas arroladas deverão comparecer independentemente de intimação. Intimem-se as partes, contendo a advertência do art. 385, § 1º, do CPC, e seus advogados. Cumpra-se.

ADV: MARIA ROCHA FERNANDES (OAB 13713/AM), ADV: MARIA DA CONCEIÇÃO TEIXEIRA FRAZÃO (OAB 5701/AM) - Processo 0604214-33.2019.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: R.K.T.F.V. - REQUERIDO: D.B.D. - Intimem-se as partes para, em 10 (dez) dias, manifestarem-se acerca do relatório psicossocial de folhas 119-138. Cumpra-se.

ADV: WALTER SIQUEIRA BRITO (OAB 4186/AM), ADV: CARLOS JOSÉ VEIGA CRESPO (OAB 5177/AM), ADV: ELLEN ESTEFANY DE SOUZA BATISTA (OAB 11136/AM), ADV: CÉSAR AUGUSTO MACEDO MONTEIRO (OAB 11121/AM), ADV: ROBERTA NINA ALCÂNTARA BARROSO (OAB 12189/AM), ADV: ADÉRITO DA COSTA PENAFORT JÚNIOR (OAB 13571/AM), ADV: CAIO ANDRÉ PINHEIRO DE OLIVEIRA (OAB 4205/AM), ADV: ENYSSON ALCÂNTARA BARROSO (OAB 5097/AM) - Processo 0606459-51.2018.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: C.M.S. - REQUERIDA: P.S.S. - Paute-se audiência de instrução e julgamento, em razão da complexidade da demanda em apreço Defiro prova documental e testemunhal, cabendo às partes, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentarem rol de testemunhas, observando o disposto nos parágrafos 4º, 5º e 6º do art. 357 do CPC. Esclareço às partes que as testemunhas arroladas deverão comparecer independentemente de intimação. Intimem-se as partes, contendo a advertência do art. 385, § 1º, do CPC, e seus advogados. Cumpra-se.

ADV: MITHAN VASCONCELOS CORRÊA (OAB 5784/AM) - Processo 0608175-79.2019.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: M.C.F.P. - R.C.S. - REQUERIDA: A.C.F.S. - F.L.O.P. - DESPACHO Reitero o despacho de fls. 39. Cumpra-se Manaus, 17 de setembro de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: LUCÉLIA MACHADO DIAS (OAB 11279/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0609174-03.2017.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: A.S.K.L. - REQUERIDO: A.D.S.F. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: “Intime-se a parte autora para juntar os nomes dos avós paternos , bem como a alteração a ser feita no nome do menor , no prazo de 10 dias”.

ADV: MARIA FÁTIMA LOUREIRO (OAB 1377/AM) - Processo

0609414-94.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: E.E.S.F.C. - REQUERIDO: J.H.A.S. - Intime-se a parte autora, pessoalmente, por carta com AR, para se manifestar pelo interesse no prosseguimento do feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, § 1o, do Código de Processo Civil.

ADV: CRISTIANE RODRIGUES SILVEIRA (OAB 10838/AM) - Processo 0610201-84.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: L.B.M.T. - M.S.M.T. - REQUERIDO: M.M.S.J. - Instrução e Julgamento Data: 13/11/2019 Hora 10:30 Local: Sala padrão

ADV: CRISTIANO BATISTA MOTTA (OAB 10645/PA), ADV: SANDRO SANTOS SILVA (OAB 3550/AM) - Processo 0613916-71.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.R.M. - REQUERIDA: E.R.L. - Intime-se por meio de Oficial de Justiça para cumprimento do despacho de folha 138.

ADV: WANDERLEY PINHEIRO DA SILVA (OAB 13288/AM), ADV: ÍTALO EDUARDO PINA PRADO (OAB 13261/AM) - Processo 0614320-54.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: M.M.C. - REQUERIDO: F.J.O.S. - J.R.F.F. - J.R.S.S.M. e outros - DESPACHO Intime-se a parte autora no prazo de 10 (dez) dias, para informar aos autos a que fatos se referem as testemunhas arroladas em fls. 84. Cumpra-se Manaus, 17 de setembro de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: GUTTEMBERG ALENCAR VIANA (OAB 9698/AM), ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM) - Processo 0614712-96.2016.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.A.P.S. - REQUERIDO: M.A.J.T. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Dê-se vista ao Ministério Público".

ADV: ULISSES SOARES FERREIRA (OAB 13730/AM), ADV: MARIA ESTER COELHO DE OLIVEIRA (OAB 9677/AM), ADV: MÁRCIA SIMONE COELHO FERREIRA DA SILVA (OAB 9736/AM) - Processo 0614937-14.2019.8.04.0001 - Separação Litigiosa - Fixação - REQUERENTE: G.M.G. - REQUERIDO: F.X.A.O.J. - DESPACHO Intime-se a parte Requerida no prazo de 10 (dez) dias, para informar aos autos a que fatos se referem as testemunhas arroladas em fls. 91. Cumpra-se Manaus, 17 de setembro de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: ADRIANA BARBOSA DE SOUZA VALENTE (OAB 3714/AM), ADV: ANNE CRISTINA SOUZA DE SÃO PAULO AGUIAR (OAB 24583/BA) - Processo 0618593-76.2019.8.04.0001 - Interdição - Capacidade - REQUERENTE: Maria de Nazaré Soeiro da Rocha - REQUERIDO: Victoria Kanawati - DESPACHO Chamo o processo à ordem para tornar sem efeito o despacho de fls. 61. Dê-se vista à representante do Ministério Público. Cumpra-se. Manaus, 17 de setembro de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: DOUGLAS HERCULANO BARBOSA (OAB 6407/AM), ADV: MIRIAN DA MOTA VINHOTE (OAB A923/AM) - Processo 0618871-14.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: E.N.B. - REQUERIDA: J.S.N.B. - Intimem-se as partes litigantes a fim de que informem, no prazo de 10 (dez) dias, se ainda pretendem produzir provas ou se a demanda pode ser julgada, uma vez que já há decisão saneadora nos autos, conforme folha 62-63. Cumpra-se.

ADV: DANIEL SANTOS DE ANDRADE (OAB 6733/AM), ADV: ARNOLDO BENTES COIMBRA (OAB 345/AM), ADV: LUIZ ERON CASTRO RIBEIRO (OAB 3274/AM), ADV: WELLINGTON DE AMORIM ALVES (OAB 2993/AM), ADV: JEAN CARLO NAVARRO CORRÊA (OAB 5114/AM), ADV: MOISÉS CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 5912/AM) - Processo 0620289-84.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: T.S.C. - REQUERIDO: M.G.S. - I.B.M.S. - Intime-se a parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifestar sobre o petitório de fls. 84/85 e documentos de fls. 86/88. Após, conclusos. Cumpra-se.

ADV: KENNY MARCEL OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 7202/AM) - Processo 0622126-77.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: G.L.S. - EXECUTADO: P.C.S.S. - Suspenda-se o feito por um ano, conforme pedido de folha 135 e consoante artigo 921, parágrafo primeiro, do Código de Processo Civil.

ADV: ANDREIA FARIAS DE BARROS (OAB 10773/AM), ADV: WALDEMIR MORAES TORRES (OAB 11126/AM) - Processo 0622766-46.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: Michele de Nazaré Pinheiro Farias - REQUERIDO: Luciano de Queiroz Farias - Dê-se vista à representante do Ministério Público. Após, retornem os autos para Decisão Interlocutória. Cumpra-se.

ADV: EZELAIDE VIEGAS DA COSTA ALMEIDA (OAB 1339/AM) - Processo 0622814-05.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: C.A.C. - ALIMENTANT: L.N.C. - Citada, fl. 34/35, a parte requerida quedou-se inerte fl.36. Assim, reconheço sua revelia, entretanto, verifico a inocorrência do efeito da revelia, nos termos dos art. 345, II, do NCPC. Assim, intime-se o autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, especificar as provas que pretende produzir, nos termos do art. 348 do NCPC. Cumpra-se.

ADV: FRED ANDRES DO COUTO SILVA (OAB 7695/AM), ADV: ISRAEL LAMEGO DE LIMA JÚNIOR (OAB 8475/AM), ADV: MARIA DE FÁTIMA LIMA DA SILVA (OAB 6785/AM), ADV: LAMEGO & WAUGHAN - ESCRITÓRIO JURÍDICO (OAB 8475/AM), ADV: PAULO RICARDO DA SILVA SANTOS (OAB 7887/AM), ADV: SIMONE WAUGHAN FREITAS DE SOUZA (OAB 11830/AM) - Processo 0624191-45.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Compromisso - REQUERENTE: Viviane de Albuquerque Vasconcelos - REQUERIDO: Bráulio da Silva Lima - Conciliação Data: 06/11/2019 Hora 10:30 Local: Sala padrão

ADV: RUSTENE ROCHA MONTEIRO (OAB 11974/AM) - Processo 0625601-41.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Alimentos - EXEQUENTE: Samuel da Costa Sousa - Maysa Vitória da Costa Sousa - Marcilene Santos da Costa Porto - EXECUTADO: Fortunato Morais de Sousa - DESPACHO Defiro o pedido de fls. 51/52 Expeça-se novo mandado para o Executado no endereço de fls. 53. Cumpra-se Manaus, 17 de setembro de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: ELAINA LARISSE FRUTUOSO CESTARI DE LIMA (OAB 13633/AM), ADV: DAYSEVANDA DAS GRAÇAS BRITO DANTAS (OAB 7003/AM) - Processo 0626408-61.2018.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: F.C.S. - F.S.M.F. - De Ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Família da Comarca de Manaus, Dr. ODÍLIO PEREIRA COSTA NETO e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria n.º 01/2018 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: "Intime-se as partes para juntar a cópia legível da certidão de casamento no prazo de 10 dias".

ADV: ALBANITA MACEDO CASTRO DOLZANIS (OAB 2800/PA), ADV: LEONIO JOSÉ SENA DE ALMEIDA (OAB 7946/AM), ADV: SANDRA REGINA DOS SANTOS (OAB 3455/AM), ADV: WILTON WALTER MORAIS DOLZANIS (OAB 3448A/PA) - Processo 0629170-89.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: O.V.S. - REQUERIDO: F.G.S. - M.A.S.A. - Paute-se audiência de instrução e julgamento, em razão da complexidade da demanda em apreço Defiro prova documental e testemunhal, cabendo às partes, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentarem rol de testemunhas, observando o disposto nos parágrafos 4º, 5º e 6º do art. 357 do CPC. Esclareço às partes que as testemunhas arroladas deverão comparecer independentemente de intimação. Intimem-se as partes, contendo a advertência do art. 385, § 1º, do CPC, e seus advogados. Cumpra-se.

ADV: DÍDIA HAYDÉE DE MENDONÇA SOARES (OAB 8544/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES (OAB 1137/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES FILHO (OAB 5505/AM) - Processo 0631686-77.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - EXEQUENTE: N.S.O. - EXECUTADO: J.B.V.S. - DESPACHO Intime-se a parte Exequente no prazo de 10 (dez) dias, para se manifestar acerca da petição de fls. 115/116. Cumpra-se Manaus, 17 de setembro de 2019. Odílio

Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: RITA DE CÁSSIA FERREIRA DE LUCENA (OAB 5107/AM) - Processo 0635631-04.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: R.N.S.L. - REQUERIDA: S.M.F.M. - CERTIFICO que, face a manifestação da parte autora, em razão da devolução do AR negativo retro e em cumprimento ao despacho do MM. Juiz de Direito Dr. Odílio Pereira Costa Neto, fica REDESIGNADA a audiência de conciliação/mediação- com duração aproximada de 2(duas) horas, tendo em vista que o(a) Oficial(a) de Justiça não terá tempo hábil para cumprir o mandado, a ser realizada no CEJUSC -FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260 , Manaus - AM, para o dia 29 de outubro de 2019, às 10 horas e 30 minutos. As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: TELMÁRCIA DAYENE SILVA DO NASCIMENTO (OAB 10097/AM), ADV: CAROLINA OLIVEIRA DA FONSECA (OAB 10249/AM), ADV: DEYVISON SOUZA BRITO (OAB 9366/AM), ADV: RAPHAELA DA COSTA NASCIMENTO (OAB 9861/AM), ADV: EDINEI LOURENÇO DE CARVALHO (OAB 9689/AM), ADV: EDINEI LOURENÇO DE CARVALHO JÚNIOR (OAB 9347/AM) - Processo 0637144-12.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - REQUERENTE: M.I.L.S. - A.P.L.R. - REQUERIDO: C.S.S. - DESPACHO Expeça-se alvará para levantamento de valores. Dê-se vista à representante do Ministério Público. Cumpra-se. Manaus, 17 de setembro de 2019. Odílio Pereira Costa Neto Juiz de Direito

ADV: RITA DE CÁSSIA RIÇA DE ARAÚJO (OAB 12787/AM) - Processo 0641473-96.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: L.K.B.V. - REQUERIDO: C.Y.S.F. - Vistos, Não vislumbro nenhuma das hipóteses de julgamento antecipado do mérito. Incide, portanto, a aplicação do art. 357 do CPC. O referido artigo determina que o juiz deverá definir a distribuição do ônus da prova, observado o art. 373. Fixa-se, portanto, o ônus do autor quanto aos fatos constitutivos do seu direito e do réu quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. Consoante os elementos dos autos, entendo que não há necessidade de produção de provas em audiência de instrução e julgamento. Com efeito, a matéria em debate nesta ação é eminentemente documental, incidindo ao caso o art. 443 do CPC. Sendo assim, intime-se o Requerente para juntar aos autos toda a documentação que entenda pertinente acerca das suas despesas fixas, no prazo de 15 (quinze) dias. Ato contínuo, intime-se o Requerido para apresentar a documentação que entender pertinente acerca dos seus rendimentos (como contracheques, imposto de renda, faturas do cartão de crédito, etc.) no prazo de 15 (quinze) dias. Após, dê-se vista ao Ministério Público. Por fim, torne os autos conclusos para sentença. Cumpra-se.

ADV: JÉSSICA FERREIRA BOTELHO (OAB 6826/AM), ADV: LUIZA HELENA RIBEIRO SIMONETTI CABRAL (OAB 3502/AM), ADV: WALDERY JUNIO MARQUES DE MESQUITA (OAB 10714/AM) - Processo 0641980-28.2016.8.04.0001 - Regulamentação de Visitas - Regulamentação de Visitas - REQUERENTE: A.M.B.N. - REQUERIDO: J.S.A.J. - No mais, considerando o grande lapso temporal para realização do estudo psicossocial pelo setor competente deste Poder, em razão da sua grande demanda, intimem-se as partes para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestarem-se acerca da possibilidade de nomeação de perito particular sob suas expensas. Caso não haja manifestação ou sendo ela negativa, permaneça-se aguardando a realização do estudo. Caso haja manifestação positiva, tornem os autos conclusos para Decisão Interlocutória. Cumpra-se.

ADV: KEILA REGINA DE ALMEIDA RÊGO (OAB 7478/AM) - Processo 0644331-03.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: M.S.S. - REQUERIDO: M.S.S.F. - Vistos, Não vislumbro nenhuma das hipóteses de julgamento antecipado do mérito. Incide, portanto, a aplicação do art. 357 do CPC. O referido artigo determina que o juiz deverá definir a distribuição do ônus da prova, observado o art. 373. Fixa-se, portanto, o ônus do autor quanto aos fatos constitutivos do seu direito e do réu quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. Consoante os elementos dos autos, entendo que não há necessidade de produção de provas em audiência de instrução e julgamento. Com efeito, a matéria em debate nesta ação é eminentemente documental, incidindo ao caso o art. 443 do CPC. Sendo assim, intime-se o Requerente para juntar aos autos toda a documentação que entender pertinente acerca dos seus rendimentos (como contracheques, imposto de renda, faturas do cartão de crédito, etc.) no prazo de 15 (quinze) dias. Ato contínuo, intime-se o Requerido para apresentar A documentação que entenda pertinente acerca das suas despesas fixas, no prazo de 15 (quinze) dias. Após, dê-se vista ao Ministério Público. Por fim, torne os autos conclusos para sentença. Cumpra-se.

ADV: JANDER DA SILVA NASCIMENTO (OAB 10377/AM), ADV: THIAGO DOS SANTOS BARBOSA (OAB 5299/AM) - Processo 0645271-31.2019.8.04.0001 - Interdição - Nomeação - REQUERENTE: Doranilsa Silva Veiga - REQUERIDA: Margareth da Silva e Silva - Interrogatório Data: 14/10/2019 Hora 11:00 Local: Sala padrão

ADV: CHRISTIANE RUBIN FIGUEIREDO (OAB 5191/AM) - Processo 0646295-94.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Perda ou Modificação de Guarda - REQUERENTE: Domingos Carneiro Lima Junior - REQUERIDA: Maria Eliana Lopes dos Santos - Conciliação Data: 06/11/2019 Hora 10:00 Local: Sala padrão

ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM) - Processo 0646809-47.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: J.C.B. - REQUERIDO: J.M.B. - Conciliação Data: 21/10/2019 Hora 11:15 Local: Sala padrão

ADV: ADRIANA SILVA GOMES (OAB 12901/AM) - Processo 0646978-34.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.S.G. - REQUERIDO: N.A.S.K. - Intime-se a parte autora para emendar a inicial, no prazo de 15 dias, a fim de esclarecer o ingresso de nova demanda judicial, visto que existe uma execução no processo principal de nº. 0612012-79.2018.8.04.0001, assim como o esclarecimento do pedido de tutela antecipada neste processo visto tratar de demanda executória, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 321 do Código de Processo Civil. Cumpra-se.

ADV: ANA CLAÚDIA DE AZEVEDO MONTEIRO (OAB 3837/AM) - Processo 0647445-13.2019.8.04.0001 - Interdição - Interdição - REQUERENTE: Roseane Velloso Praia - REQUERIDA: Maria da Salette Velloso Praia - Inspeção Judicial Data: 18/10/2019 Hora 10:30 Local: Sala padrão

ADV: CAROLINE DANTAS DE ARAÚJO (OAB 6918/AM) - Processo 0647566-41.2019.8.04.0001 - Separação Litigiosa - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: R.F.B.B. - REQUERIDA: H.A.B. - Intime-se a parte autora para emendar a inicial, no prazo de 15 dias, a fim de esclarecer a respeito do pedido de gratuidade de justiça, bem como do recolhimento das custas, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 321 do Código de Processo Civil. Cumpra-se.

ADV: EZEQUIEL DE FREITAS MEDEIROS (OAB 9818/AM) - Processo 0647569-93.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: E.M.B. - REQUERIDO: E.V.L. - Intime-se a parte autora para emendar a inicial, no prazo de 15 dias, a fim de juntar a Declaração de Imposto de Renda, em decorrência do pedido de justiça gratuita, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 321 do Código de Processo Civil. Cumpra-se.

ADV: FRANCIEL FRANCO DE SOUZA ALMEIDA (OAB 9301/AM) - Processo 0647759-56.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: L.S.S. - ALIMENTAND: R.D.S.C. - ALIMENTANT: R.C.L. - Conciliação Data: 06/11/2019 Hora 09:30 Local: Sala padrão

ADV: ROBSON MOREIRA DE QUEIROZ (OAB 10075/AM) - Processo 0647835-80.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: Willangela Castelo Branco Feitoza - REQUERIDA: Maria José Aprígio - Intime-se a parte autora para emendar a inicial, no prazo de 15 dias, a fim de juntar a certidão de nascimento do filho em comum entre a Autora e o de cujus, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 321 do Código de Processo Civil. Cumpra-se.

ADV: MARIA GLÁUCIA BARBOSA SOARES (OAB 2477/AM) - Processo 0649098-50.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual

- Dissolução - REQUERENTE: L.A.C.F. - G.O.F. - Dê-se vista ao Ministério Público, tendo em vista existir interesse de incapaz. Após, concluso. Cumpra-se.

ADV: JANAINA MARIA ALBUQUERQUE FOGASSA (OAB 13800/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0655062-58.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: G.M.V. - M.Q.J.M.V. - REQUERIDO: F.C.L. - A.V.M.C. - Considerando o grande lapso temporal para realização do estudo psicossocial pelo setor competente deste Poder, em razão da sua grande demanda, intimem-se as partes para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestarem-se acerca da possibilidade de nomeação de perito particular sob suas expensas. Caso não haja manifestação ou sendo ela negativa, permaneça-se aguardando a realização do estudo. Caso haja manifestação positiva, tornem os autos conclusos para Decisão Interlocutória. Cumpra-se.

Adérito da Costa Penafort Júnior (OAB 13571/AM)
Adriana Barbosa de Souza Valente (OAB 3714/AM)
Adriana Silva Gomes (OAB 12901/AM)
Adroaldo Alexandre Arruda da Silva (OAB 5483/AM)
Albanita Macedo Castro Dolzanis (OAB 2800/PA)
Alessandra Amazonas da Cunha (OAB 5780/AM)
Alex de Souza Cabral (OAB 12096/AM)
Alfredo José Borges Guerra (OAB 2668/AM)
Ana Claúdia de Azevedo Monteiro (OAB 3837/AM)
Ana Marcia Franco da Silva (OAB 13889/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Andreia Farias de Barros (OAB 10773/AM)
Anne Cristina Souza de São Paulo Aguiar (OAB 24583/BA)
Antônio Cavalcante de Albuquerque Junior (OAB 2992/AM)
Arnoldo Bentes Coimbra (OAB 345/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Bruno Infante Fonseca (OAB 1945E/AM)
Caio André Pinheiro de Oliveira (OAB 4205/AM)
Carlos José Veiga Crespo (OAB 5177/AM)
Carolina Oliveira da Fonseca (OAB 10249/AM)
Caroline Dantas de Araújo (OAB 6918/AM)
César Augusto Gomes Monteiro (OAB 9696/AM)
César Augusto Macedo Monteiro (OAB 11121/AM)
Christiane Rubin Figueiredo (OAB 5191/AM)
Cíntia Rossette de Souza (OAB 4605/AM)
CRISTIANE RODRIGUES SILVEIRA (OAB 10838/AM)
CRISTIANO BATISTA MOTTA (OAB 10645/PA)
Daniel de Lima Albuquerque (OAB 6548/AM)
Daniel Santos de Andrade (OAB 6733/AM)
Daysevanda das Graças Brito Dantas (OAB 7003/AM)
Deyvison Souza Brito (OAB 9366/AM)
Dídia Haydée de Mendonça Soares (OAB 8544/AM)
Douglas Herculano Barbosa (OAB 6407/AM)
Earlen Guedes da Silva (OAB 10720/AM)
Edinei Lourenço de Carvalho (OAB 9689/AM)
Edinei Lourenço de Carvalho Júnior (OAB 9347/AM)
Elaina Larisse Frutuoso Cestari de Lima (OAB 13633/AM)
Ellen Estefany de Souza Batista (OAB 11136/AM)
Enysson Alcântara Barroso (OAB 5097/AM)
Ezelaide Viegas da Costa Almeida (OAB 1339/AM)
Ezequiel de Freitas Medeiros (OAB 9818/AM)
Fabíola Ferreira do Nascimento (OAB 8980/AM)
Franciel Franco de Souza Almeida (OAB 9301/AM)
Fred Andres do Couto Silva (OAB 7695/AM)
Guttemberg Alencar Viana (OAB 9698/AM)
Helom César da Silva Nunes (OAB 6174/AM)
Isabel da Silva Medeiros (OAB 7178/AM)
Israel Lamego de Lima Júnior (OAB 8475/AM)
Ítalo Eduardo Pina Prado (OAB 13261/AM)
Itamar Brito Gonçalves (OAB 9684/AM)
Janaina Maria Albuquerque Fogassa (OAB 13800/AM)
Jander da Silva Nascimento (OAB 10377/AM)
Jean Carlo Navarro Corrêa (OAB 5114/AM)
Jéssica Ferreira Botelho (OAB 6826/AM)
José Lourenço Gadelha (OAB 2220/AM)
Keila Regina de Almeida Rêgo (OAB 7478/AM)
Kenny Marcel Oliveira dos Santos (OAB 7202/AM)
Lamego & Waughan - Escritório Jurídico (OAB 8475/AM)
LEONIO JOSÉ SENA DE ALMEIDA (OAB 7946/AM)
Lucélia Machado Dias (OAB 11279/AM)
Luiz Eron Castro Ribeiro (OAB 3274/AM)
Luiza Helena Ribeiro Simonetti Cabral (OAB 3502/AM)
Márcia Simone Coelho Ferreira da Silva (OAB 9736/AM)
Márcio Figueiredo Pessoa (OAB 6458/AM)
Maria Cláudia Sousa da Silva (OAB 11990/MA)
Maria da Conceição Teixeira Frazão (OAB 5701/AM)
Maria de Fátima Lima da Silva (OAB 6785/AM)
Maria Ester Coelho de Oliveira (OAB 9677/AM)
Maria Fátima Loureiro (OAB 1377/AM)
Maria Gláucia Barbosa Soares (OAB 2477/AM)
Maria Rocha Fernandes (OAB 13713/AM)
Maria Rosiane de Brito Andrade (OAB 7628/AM)
MIRIAN DA MOTA VINHOTE (OAB A923/AM)
Mithan Vasconcelos Corrêa (OAB 5784/AM)
Moisés Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 5912/AM)
Paulo Ricardo da Silva Santos (OAB 7887/AM)
Raimundo de Amorim Francisco Soares (OAB 1137/AM)
Raimundo de Amorim Francisco Soares Filho (OAB 5505/AM)
Raphael de Assis Cavalcante (OAB 14251/AM)
Raphaela da Costa Nascimento (OAB 9861/AM)
Raphaela Luna Moura Lobo (OAB 14486/AM)
Rayna Coelho Barbosa (OAB 12222/AM)
Rita de Cássia Ferreira de Lucena (OAB 5107/AM)
Rita de Cássia Riça de Araújo (OAB 12787/AM)
Roberta Nina Alcântara Barroso (OAB 12189/AM)
Roberta Silva de Sena (OAB 8956/AM)
Roberto Carlos Leandro Soares (OAB 7653/AM)
Robson Moreira de Queiroz (OAB 10075/AM)
Rustene Rocha Monteiro (OAB 11974/AM)
Sandra Regina dos Santos (OAB 3455/AM)
Sandro Santos Silva (OAB 3550/AM)
Simone Waughan Freitas de Souza (OAB 11830/AM)
Telmárcia Dayene Silva do Nascimento (OAB 10097/AM)
Thiago dos Santos Barbosa (OAB 5299/AM)
Ulisses Soares Ferreira (OAB 13730/AM)
Vitor de Oliveira Montenegro (OAB 001.798/AM)
Waldemir Moraes Torres (OAB 11126/AM)
Waldery Junio Marques de Mesquita (OAB 10714/AM)
Walter Siqueira Brito (OAB 4186/AM)
Wanderley Pinheiro da Silva (OAB 13288/AM)
Wellington de Amorim Alves (OAB 2993/AM)
WILTON WALTER MORAIS DOLZANIS (OAB 3448A/PA)

5ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DE FAMÍLIA (EUZA MARIA)
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0196/2019

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0234556-63.2017.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERIDO: L.G.S. - Dando integral cumprimento ao(à) despacho / decisão de fls. 97 , intime-se o réu para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar suas razões finais.

ADV: LÍVIA OLIVEIRA E SILVA (OAB 12851/AM), ADV: FELIPE BRAGA DE OLIVEIRA (OAB 9663/AM), ADV: ALESSANDRA SERIACOPI VILA (OAB 9881/AM), ADV: VILA & BRAGA ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 523/AM) - Processo 0313103-69.2007.8.04.0001 (001.07.313103-3) - Cumprimento de sentença - Alimentos - EXEQUENTE: P.H.M.V. e outro - Vista ao patrono do(a) exequente. 05 (cinco) dias.

Alessandra Seriacopi Vila (OAB 9881/AM)
Felipe Braga de Oliveira (OAB 9663/AM)
Lívia Oliveira e Silva (OAB 12851/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Vila & Braga Advogados Associados (OAB 523/AM)

7ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA DE FAMÍLIA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0089/2019

ADV: MARCELO FERNANDO ALVES MOLINARI (OAB 185932/SP), ADV: LOURIVAL SIQUEIRA SILVA NETO (OAB 11828/AM), ADV: LUCAS ALBERTO DE ALENCAR BRANDÃO (OAB 12555/AM), ADV: MARIANA DE JESUS RODRIGUES RAMOS (OAB 9702/AM), ADV: CARLA DAYANY LUZ ABREU (OAB 7038/AM), ADV: HERALDO MOUSINHO BARRETO (OAB 4204/AM), ADV: ARTHEMIO WAGNER DANTAS DE OLIVEIRA (OAB 002.026/AM), ADV: LUZILENA GOMES MOTA (OAB 9991/AM), ADV: JOYCE VIVIANNE VELOSO DE LIMA (OAB 8679/AM), ADV: MARCELLO HENRIQUE GARCIA LIMA (OAB 10461/AM), ADV: LETÍCIA SANT'ANA XAVIER (OAB 12994/AM), ADV: CARLOS DE CAMPOS NETO (OAB 8670/AM), ADV: JOSÉ MANOEL BIATTO DE MENEZES (OAB A432/AM), ADV: ANNA LUIZA MENDONÇA BIATTO DE MENEZES (OAB 5314/AM) - Processo 0034451-56.2006.8.04.0001 (001.06.034451-3) - Separação Consensual - Dissolução - REQUERENTE: Romero Reis - REQUERIDA: Denise Borges Stopatto - Ante o teor da petição de fls. 4976/4977, à Secretaria, para as providências cabíveis. Cumpra-se, com urgência.

ADV: PAULA ELIZABETH GOMES DE SOUZA (OAB 13295/AM), ADV: LUCIANO VIEIRA DA ROCHA SILVA (OAB 4787/AM), ADV: WILMAR LUIZ FONTES BELLEZA (OAB 9860/AM) - Processo 0208772-16.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERENTE: L.L.P.M. - REQUERIDA: H.S.S. - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias manifestar-se acerca da petição e documentos de fls. 100/110. Sem prejuízo da determinação anterior, intimem-se as partes, por seus advogados, para no prazo de 15 (quinze) dias, informarem se pretendem produzir alguma prova adicional no presente feito, requerendo o que for de seu interesse. Cumpra-se, com urgência.

ADV: CARLA CRISTINA ALVES TORQUATO (OAB 3392/AM) - Processo 0209085-79.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - REQUERENTE: J.X.L.S. - Ante o teor da decisão de fls. 61/62, e considerando o lapso temporal transcorrido, à secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se, com urgência.

ADV: MAURO ALLEN BEZERRA (OAB 2655/AM), ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM) - Processo 0209725-92.2010.8.04.0001 (001.10.209725-0) - Execução de Alimentos - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: A.S.V. e outro - REQUERIDO: A.C.V. - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte Exequente, pessoalmente, por mandado, bem como por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Transcorrido o prazo, sem manifestação, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: LISBET DE SOUZA CARDOSO BARBOSA (OAB 12359/AM), ADV: LUCAS COSTA DO VALE (OAB 7990/AM), ADV: JOSÉ DAS GRAÇAS DE SOUZA FURTADO JÚNIOR (OAB 9322/AM) - Processo 0210788-79.2015.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Transação - REQUERENTE: I.S.P. - A.V.B.L. - Intime-se o Executado, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias manifestar-se acerca da petição e documentos de fls. 144/149. Transcorrido o prazo, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: RONALDO DA SILVA GAMA (OAB 7900/AM), ADV: LUÍS ROBERTO PAIVA FILHO (OAB 8628/AM), ADV: SIDDHARTA GAUTAMA DE ALMEIDA ANTONY (OAB 3962/AM) - Processo 0212316-90.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Casamento - EXEQUENTE: V.L.P.A. - EXECUTADO: S.G.A.A. - Intime-se o Executado, por mandado, no endereço indicado às fls. 261/262, acerca do teor do despacho de fls. 253 Cumpra-se, com urgência.

ADV: NAHUE SALIGNAC MUSSA (OAB 4704/AM), ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM) - Processo 0215716-49.2010.8.04.0001 (001.10.215716-3) - Procedimento de Conhecimento - União Estável ou Concubinato - REQUERENTE: Maria do Rosário Leite Bentes - REQUERIDO: M.O.S.S. e outro - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte requerente, pessoalmente, por mandado, bem como por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. Na mesma oportunidade, intime-se a parte requerida, por seu advogado, para, desde já, informar, no prazo de 05 (cinco) dias, se concorda com eventual extinção do feito em razão do abandono do autor, nos termos do art. 485, § 6º do CPC. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Cumpra-se, com urgência.

ADV: CHRISTIANO DE OLIVEIRA SANTIAGO (OAB 9536/AM), ADV: KARDINALLENN DOS SANTOS FERREIRA (OAB 12003/AM), ADV: SUDJANE DA LUZ RODRIGUES (OAB 6718/AM), ADV: GLÁUCIO NUNES DA LUZ (OAB 6326/AM), ADV: LIDIANE DA SILVA ROQUE (OAB 12702/AM), ADV: LUCIANA LOPES XAVIER (OAB 8022/AM), ADV: ALEXANDRE COELHO DA SILVA (OAB 5846/AM), ADV: MARCELO DA COSTA PINHEIRO (OAB 4775/AM), ADV: FELIX DE MELO FERREIRA E ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 3032/AM) - Processo 0217187-90.2016.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: L.C.V.C. - REQUERIDO: J.C.S. - Em razão disso, tem-se, com fundamento no art. 487, III, 'b', do Código de Processo Civil, por HOMOLOGADO O ACORDO PARCIAL de fls. 75/77, declarando-se o réu pai do autor. Expeça-se mandado de averbação, com os dados paternos necessários. Quanto aos alimentos, indefiro-os, eis que é o Autor está com 21 anos de idade, não cursa ensino superior, tem profissão e aufere renda própria.

ADV: RENATO LALOR DO REGO (OAB 5820/AM), ADV: EDILSON DA COSTA SILVA (OAB 9884/AM), ADV: LEONARDO LIMA TOLEDANO (OAB 10107/AM), ADV: INGO DIETER PIETZSCH (OAB 6337/AM), ADV: EDSON TADEU LALOR DO REGO (OAB 6291/AM) - Processo 0221753-92.2010.8.04.0001 (001.10.221753-0) - Execução de Alimentos - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: M.A.S.S.J. e outro - REQUERIDO: M.A.S.S. - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte Exequente, pessoalmente, por mandado, bem como por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Transcorrido o prazo, sem manifestação, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: HELOÍSA HELENA QUEIROZ DE MATOS CANTO (OAB 9056/AM) - Processo 0249517-09.2017.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: P.G.B.L. - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte Exequente, pessoalmente, por mandado, bem como por Defensor, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Transcorrido o prazo, sem manifestação, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: REGINA APARECIDA DOS REIS FERRAZ (OAB 2205/AM), ADV: BARTOLOMEU FERREIRA DE AZEVEDO JÚNIOR (OAB 4334/AM), ADV: NATIVIDADE DE JESUS MAGALHÃES MAIA (OAB 5556/AM) - Processo 0262219-65.2009.8.04.0001 (001.09.262219-5) - Separação Litigiosa - Dissolução - REQUERENTE: A.A.A.N. - REQUERIDA: V.I.F.A.A. - Sopesado o exposto, e mais o que dos autos consta, em consonância com

o douto parecer ministerial, HOMOLOGO por sentença o acordo de vontades firmado pelos divorciandos, decretando o Divórcio de Amim Abdel Aziz Neto e VALÉRIA INGRID FRAXE ABDEL AZIZ, com supedâneo no art. 226, § 6º, da Constituição Federal, cessando, em conseqüência, os deveres de coabitação e fidelidade recíprocas, bem como o regime de bens, servindo a presente sentença como mandado de averbação, ressaltando que a divorcianda voltará a usar o seu nome de solteira, a saber, Valéria Ingrid Sequeira Fraxe. Incumbirá às próprias partes providenciarem o encaminhamento da presente sentença ao Cartório de Registro Civil respectivo, caso este seja localizado na Comarca de Manaus - AM, para fins de averbação do divórcio, devendo comparecerem munidas com a senha do processo, cabendo ressaltar que o Cartório não deverá exigir qualquer tipo de carimbo ou autenticação da Vara, tendo em vista que a assinatura digital constante da lateral do documento é suficiente para atestar sua autenticidade. Expeça-se o Termo de Guarda, em favor do requerente, mediante a prestação do compromisso legal de bem e fielmente cumprir o encargo, dispensando ao filho toda a assistência e proteção necessárias ao seu adequado desenvolvimento físico, moral, emocional e educacional. Sem custas, em virtude do benefício da gratuidade da justiça deferido. Tendo as partes renunciado ao prazo recursal, proceda-se à baixa e ao arquivamento. P.R.I.

ADV: DELANO JOSÉ DA SILVA (OAB 7030/AM) - Processo 0600156-55.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: D.O.C. - Torno sem efeito o despacho de fls. 51. Intime-se a parte requerida, por carta com AR e por mandado, para no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar contestação ao presente feito. Cumpra-se, com urgência.

ADV: BERNARDO SILVA DE SEIXAS (OAB 7910/AM) - Processo 0601293-09.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Revisão - EXEQUENTE: M.S.A.L. e outros - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte Exequente, pessoalmente, por mandado, bem como por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Transcorrido o prazo, sem manifestação, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: MARCOS CIRINO SERRA (OAB 5843/AM), ADV: PEDRO NORONHA MONSALVE JÚNIOR (OAB 10511/AM), ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM) - Processo 0601854-67.2015.8.04.0001 - Guarda - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: F.A.S.F. - REQUERIDA: R.M.C. - Intime-se a parte requerida, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, atender à promoção ministerial de fls. 493. Suprida a irregularidade apontada, dê-se nova vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: BERNARDO SILVA DE SEIXAS (OAB 7910/AM) - Processo 0603303-26.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: G.P.C. e outro - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte Exequente, pessoalmente, por mandado, bem como por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Transcorrido o prazo, sem manifestação, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ERIC PIRES BENIGNO (OAB 9944/AM), ADV: JERÔNIMO SÁ PEIXOTO PINHEIRO (OAB 5575/AM) - Processo 0604828-43.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: J.A.L. e outro - EXECUTADO: D.V.R. - Intime-se a parte Exequente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias manifestar-se acerca da petição de fls. 139/143. Cumpra-se, com urgência.

ADV: SIDDHARTA GAUTAMA DE ALMEIDA ANTONY (OAB 3962/AM) - Processo 0605017-21.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Levantamento de Valor - EXEQUENTE: L.D.D.S. - Ante o teor da decisão de fls.104/105, e considerando o lapso temporal transcorrido, à secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se, com urgência.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM), ADV: TÂMARA MENDES GONÇALVES DE SOUSA (OAB 6857/AM), ADV: LUCIANO MOURA MACIEL (OAB 6744/AM), ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM), ADV: JAMILE RIBEIRO DA SILVA (OAB 4977/AM) - Processo 0606471-70.2015.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: K.S.R.M. - REQUERIDO: J.O.M. - Ante o teor da decisão de fls. 83/84, e considerando o lapso temporal transcorrido, à secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se, com urgência.

ADV: MILTON ANTÔNIO RIVERA REYES (OAB 9851/AM), ADV: CÉSAR AUGUSTO GOMES MONTEIRO (OAB 9696/AM) - Processo 0607185-93.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: I.S.S. - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte Exequente, pessoalmente, por mandado, bem como por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Transcorrido o prazo, sem manifestação, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM), ADV: RAIMUNDO AUGUSTO DE ARAÚJO NETO (OAB 5602/AM), ADV: CÍNTIA PINHEIRO DOS SANTOS (OAB 5433/AM), ADV: RODRIGO SANTOS DA SILVA (OAB 10696/AM) - Processo 0608223-43.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0200901-76.2012.8.04.0001) - Execução de Alimentos - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: A.C.H. - EXECUTADO: C.R.C. - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte Exequente, pessoalmente, por mandado, bem como por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Transcorrido o prazo, sem manifestação, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: NARA NADIA SILVEIRA DO VALE (OAB 9477/AM) - Processo 0608884-17.2019.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERENTE: Rossana Janeza Wanzeler de Oliveira - DESPACHO Defiro a gratuidade da Justiça. Fixe-se data para audiência de entrevista pessoal da interditanda, a ser realizada in loco. Cite-se e intime-se a interditanda, ressaltando que, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da audiência, poderá impugnar o pedido. Intime-se a parte requerente e as partes indicadas às fls. 25/26 para comparecerem à audiência a ser realizada no endereço da interditanda, notificando-se o Ministério Público. Considerando que este Fórum não possui veículos disponíveis para atender os casos em que há necessidade de realização de audiência de entrevista pessoal in loco, intime-se a parte requerente, por seu advogado, para efetuar o transporte do servidor/servidora desta 7ª Vara de Família ao local onde se encontra o interditando bem como o seu retorno à secretaria da Vara. Cumpra-se com urgência. Manaus, 17 de setembro de 2019.

ADV: PAULO RODRIGUES DE ARRUDA (OAB 2685/AM) - Processo 0608913-04.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: R.C.F. - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para manifestar-se acerca da contestação apresentada, no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se, com urgência.

ADV: MARCOS AURÉLIO ALBUQUERQUE RODRIGUES (OAB 8855/AM), ADV: MANOEL PEDRO DE CARVALHO (OAB 4890/AM) - Processo 0608971-41.2017.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: A.L.B.C.C. - EXECUTADO: M.M.D.C. - Ante o lapso temporal

transcorrido, intime-se a parte Exequente, pessoalmente, por mandado, bem como por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Transcorrido o prazo, sem manifestação, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: MANOEL PEDRO DE CARVALHO (OAB 4890/AM), ADV: MARCOS AURÉLIO ALBUQUERQUE RODRIGUES (OAB 8855/AM) - Processo 0608989-62.2017.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: A.L.B.C.C. - EXECUTADO: M.M.D.C. - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte Exequente, pessoalmente, por mandado, bem como por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Transcorrido o prazo, sem manifestação, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: SAMYA DE OLIVEIRA SANCHES (OAB 8029/AM) - Processo 0610090-66.2019.8.04.0001 - Separação Litigiosa - Dissolução - REQUERENTE: D.P.L.S. - Sopesado o exposto, e mais o que dos autos consta, observadas as formalidades legais, JULGO EXTINTO o presente feito, sem resolução de mérito, nos termos do que dispõe o artigo 485, inciso V, do C.P.C, ao tempo em quê, TORNO SEM EFEITO a Decisão Interlocutória de fls. 51. Sem custas. P.R.I.

ADV: BEATRIZ BOTINELLY CUNHA E SILVA (OAB 1184/AM), ADV: DANIEL DE LIMA CAVALCANTE (OAB 9070/AM) - Processo 0611230-43.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: L.C.B. e outro - EXECUTADO: W.M.B. - Em consonância ao parecer ministerial de fls. 105, intime-se a parte requerida, por seu advogado, para informar, no prazo de 05 (cinco) dias, se concorda com a extinção do feito, nos termos do art. 485, § 4º do CPC. Cumpra-se, com urgência.

ADV: KARINA D'ARC LIMA DE SOUSA (OAB 11045/AM), ADV: JOSÉ CARLOS GOMES DE LIMA (OAB 7383/AM) - Processo 0612575-44.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Levantamento de Valor - EXEQUENTE: M.I.M.S. e outro - EXECUTADO: M.J.A.S. - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte Exequente, pessoalmente e por mandado, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. Na mesma oportunidade, intime-se a parte requerida, por seu advogado, para, desde já, informar, no prazo de 05 (cinco) dias, se concorda com eventual extinção do feito em razão do abandono do autor, nos termos do art. 485, § 6º do CPC. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Transcorrido o prazo, sem manifestação, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: JOANA LOREN DE OLIVEIRA BARBOSA GRANA (OAB 10729/AM), ADV: FRANCISCO EFRAIM FELIX DA SILVA FILHO (OAB 10721/AM), ADV: SAULO LIMA DE NORONHA (OAB 8016/AM), ADV: CONSUELO PINHEIRO DE FARIAS (OAB 8181/AM), ADV: ANTÔNIA PEREIRA DA SILVA (OAB 5841/AM) - Processo 0613174-17.2015.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Levantamento de Valor - REQUERENTE: I.R.C. - REQUERIDO: S.G.B.F. - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte Exequente, pessoalmente, por mandado, bem como por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Transcorrido o prazo, sem manifestação, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: DANIELE DE FREITAS CORREA (OAB 9287/AM), ADV: MICHELE FREITAS CORRÊA (OAB 3348/AM) - Processo 0615453-73.2015.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: B.A.S. - Intimem-se as partes, por seus advogados, para no prazo de 15 (quinze) dias manifestar-se acerca do ofício recebido às fls. 490/508. Sem prejuízo da determinação anterior, dê-se vista ao Ministério Público, para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se, com urgência.

ADV: PATRÍCIA FORTES ATTADEMO FERREIRA (OAB 6170/AM), ADV: RAMYDE WASHINGTON ABEL CALDEIRA DOCE CARDOZO (OAB 12029/AM), ADV: REJANE DA SILVA VIANA (OAB 4496/AM) - Processo 0616170-85.2015.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Fixação - EXEQUENTE: F.A.L.S. - EXECUTADO: A.S.S. - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte Exequente, pessoalmente, por mandado, bem como por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. Na mesma oportunidade, intime-se a parte requerida, por seu advogado, para, desde já, informar, no prazo de 05 (cinco) dias, se concorda com eventual extinção do feito em razão do abandono do autor, nos termos do art. 485, § 6º do CPC. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Transcorrido o prazo, sem manifestação, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: VANESSA CUNHA FORTES (OAB 10579/AM), ADV: ROBERTO WALLACE SOUZA RODRIGUES (OAB 9770/AM) - Processo 0616226-84.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: G.S.A. - EXECUTADO: M.J.P.S. - Intime-se a exequente, para no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca da certidão de fls. 135. Cumpra-se, com urgência.

ADV: NELSON ABDON SOUTO KIZEM (OAB 5454/AM), ADV: ANA LÚCIA SALAZAR DE SOUSA (OAB 7173/AM), ADV: MARCELO ABDON SOUTO KIZEM (OAB 2138/AM) - Processo 0618313-76.2017.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: M.A.A.H. e outro - EXECUTADO: A.K.A.A.H. - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte Exequente, pessoalmente, por mandado, bem como por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Transcorrido o prazo, sem manifestação, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: REBECA DANTAS DIB (OAB 8909/AM), ADV: MAX EDUARDO VIEIRA SARUBI (OAB 9540/AM), ADV: MARIETH DOS SANTOS MARQUES (OAB 5220/AM) - Processo 0618682-70.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: M.R.B.S. - REQUERIDO: L.J.M.F. - Em consonância ao parecer ministerial de fls. 145, intime-se a parte requerida, por seu advogado, para informar, no prazo de 05 (cinco) dias, se concorda com a extinção do feito, nos termos do art. 485, § 4º do CPC. Transcorrido o prazo, sem manifestação, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ANDREY HUMBERTO FROZ DE BORBA (OAB 9723/AM), ADV: JACKELINE FERREIRA DA SILVA (OAB 9460/AM), ADV: ADRIANO MARCELO FROZ DE BORBA (OAB 8966/AM) - Processo 0618949-81.2013.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: M.V.A.R. e outro - EXECUTADO: J.J.P.R. - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte Exequente, pessoalmente, por mandado, bem como por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no

feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Transcorrido o prazo, sem manifestação, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: MARCOS MAURÍCIO COSTA DA SILVA (OAB 4272/AM), ADV: CLÁUDIA DE SANTANA (OAB 8369/AM), ADV: BRUNO DE SOUZA CAVALCANTE (OAB 9057/AM) - Processo 0618994-17.2015.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: S.F.L. - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte Exequente, pessoalmente, por mandado, bem como por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Transcorrido o prazo, sem manifestação, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: LEYLA VIGA YURTSEVER (OAB 3737/AM), ADV: MARCOS MAURÍCIO COSTA DA SILVA (OAB 4272/AM), ADV: BRUNO DE SOUZA CAVALCANTE (OAB 9057/AM), ADV: CLÁUDIA DE SANTANA (OAB 8369/AM) - Processo 0618996-84.2015.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REPTANTE: S.F.L. - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte Exequente, pessoalmente, por mandado, bem como por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Transcorrido o prazo, sem manifestação, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: FRANCIEL FRANCO DE SOUZA ALMEIDA (OAB 9301/AM) - Processo 0619213-59.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria Erodina Pereira Bruce - Sopesado o exposto, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso VIII, do C.P.C.. Sem custas. Transitada em julgado, dê-se baixa e providencie-se o arquivamento atinente com as cautelas legais. P.R.I.

ADV: MARCOS MAURÍCIO COSTA DA SILVA (OAB 4272/AM), ADV: CLÁUDIA DE SANTANA (OAB 8369/AM), ADV: BRUNO DE SOUZA CAVALCANTE (OAB 9057/AM) - Processo 0620617-19.2015.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: E.G.M. e outro - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte Exequente, pessoalmente, por mandado, bem como por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Transcorrido o prazo, sem manifestação, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: SÉRGIO LUIZ RIBEIRO DOS SANTOS (OAB 12953/AM), ADV: CELSO JOSE DIAS (OAB 11774/AM), ADV: PATRÍCIA DA SILVA MELO (OAB 8172/AM) - Processo 0621107-36.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0626653-09.2017.8.04.0001) - Execução de Alimentos - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: M.V.F.S. - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte Exequente, pessoalmente, por mandado, bem como por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Transcorrido o prazo, sem manifestação, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: GUTTEMBERG ALENCAR VIANA (OAB 9698/AM), ADV: EDUARDO SANTANA PINHEIRO (OAB 7049/AM) - Processo 0621997-38.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: E.M.S. - REQUERIDO: V.A.T.M. e outro - Chamo o processo à ordem para tornar sem efeito o despacho de fls. 44, tendo em vista a irregularidade da citação dos requeridos. Fixe-se nova data para audiência de conciliação, a ser pautada durante a Semana Nacional da Conciliação, que ocorrerá na Semana de 04 a 08 de novembro de 2019. Cumpra-se, com urgência.

ADV: LEYLA VIGA YURTSEVER (OAB 3737/AM), ADV: FABIANA COSTA MATTOS (OAB 12417/AM), ADV: ANGELA GALVÃO DOS SANTOS SILVA (OAB 12672/AM) - Processo 0623305-17.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - ALIMENTAND: D.R.A.P. - REQUERIDA: G.B.S.M. - Ante a natureza da causa e peculiaridades do caso, intime-se a parte Exequente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, de forma que a questão relativa ao descumprimento do referido acordo, relativamente ao dever do Executado realizar o pagamento das taxas condominiais, seja postulada em processo autônomo, aplicando-se o procedimento previsto no art. 536 do C.P.C., a fim de evitar tumulto processual no presente feito. Cumpra-se, com urgência.

ADV: LUCIVANE CARLA DA SILVA (OAB 10109/AM), ADV: TELMÁRCIA DAYENE SILVA DO NASCIMENTO (OAB 10097/AM) - Processo 0624088-09.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: M.A.S.S. e outro - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte Exequente, pessoalmente, por mandado, bem como por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Transcorrido o prazo, sem manifestação, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: YANNE PINHEIRO TEIXEIRA (OAB 14312/AM) - Processo 0624720-98.2017.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: G.T.L. - Defiro o pedido formulado às fls. 33, conceda-se o prazo de 30 (trinta) dias para a parte requerente cumprir o despacho de fls. 25. Cumpra-se, com urgência.

ADV: PIETRO DE HOLANDA FRANCO ALMEIDA COSTA GOMES LOPES (OAB 13804/AM), ADV: EVANDRO THIAGO CID SANTOS (OAB 13915/AM) - Processo 0625421-88.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: A.S.S. - Sopesado o exposto, e mais o que dos autos consta, em consonância com o douto parecer ministerial, HOMOLOGO por sentença o acordo de vontades firmado pelos divorciandos, decretando o Divórcio de Alessandra dos Santos Cavalcante e Alison Uchoa Cavalcante, com supedâneo no art. 226, § 6º, da Constituição Federal, cessando, em conseqüência, os deveres de coabitação e fidelidade recíprocas, bem como o regime de bens, servindo a presente sentença como mandado de averbação, ressaltando que a divorcianda voltará a usar o seu nome de solteira, a saber Alessandra Silva dos Santos. Incumbirá às próprias partes providenciarem o encaminhamento da presente sentença ao Cartório de Registro Civil respectivo, caso este seja localizado na Comarca de Manaus - AM, para fins de averbação do divórcio, devendo comparecerem munidas com a senha do processo, cabendo ressaltar que o Cartório não deverá exigir qualquer tipo de carimbo ou autenticação da Vara, tendo em vista que a assinatura digital constante da lateral do documento é suficiente para atestar sua autenticidade. A presente sentença servirá como Formal de Partilha, para os fins de direito, cabendo a cada um dos divorciandos os bens relacionados no acordo celebrado. Expeça-se o Termo de Guarda, em favor dos requerentes, mediante a prestação do compromisso legal de bem e fielmente cumprir o encargo, dispensando ao filho toda a assistência e proteção necessárias ao seu adequado desenvolvimento físico, moral, emocional e educacional. Sem custas, em virtude do benefício da gratuidade da justiça deferido. Tendo as partes renunciado ao prazo recursal, proceda-se à baixa e ao arquivamento. P.R.I.

ADV: LUCIANA DA SILVA TERÇAS (OAB 4121/AM), ADV: LUANA PEREIRA RÉGIS (OAB 9340/AM) - Processo 0626049-82.2016.8.04.0001 - Guarda - Regulamentação de Visitas - REQUERENTE: R.P.R.S. - REQUERIDA: B.C.S.S. - Em consonância ao parecer ministerial de fls. 173, intime-se a parte requerida, por seu advogado, para, desde já, informar, no prazo de 05 (cinco) dias, se concorda com eventual extinção do feito em razão do abandono do autor, nos termos do art. 485, § 6º do CPC. Transcorrido o prazo, sem manifestação, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: SUERDA CARLA CAMPOS MORAIS DE ARAÚJO (OAB 4083/AM) - Processo 0627904-62.2017.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: A.I.S.L. - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte Exequente, pessoalmente, por mandado, bem como por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Transcorrido o prazo, sem manifestação, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: JULIANA CHAVES COIMBRA GARCIA (OAB 4040/AM) - Processo 0629369-77.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0211665-58.2011.8.04.0001) - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: R.S.C.S. e outro - Ante o teor da certidão de fls. 108, intime-se a parte Exequente, por seu advogado, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias. Informado o endereço atualizado do Executado, ou confirmado o endereço que consta nos autos, expeça-se novo Mandado de Citação, ressaltando-se ao Sr. Oficial de Justiça que, havendo suspeita de ocultação, deverá proceder à citação com hora certa, observando rigorosamente o disposto nos arts. 252 e 253 do C.P.C.. Cumpra-se, com urgência.

ADV: DILZA AGUIAR SOUTO (OAB 12459/AM), ADV: ALDENORA DOS SANTOS SOARES (OAB 13129/AM) - Processo 0630894-89.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Exoneração - REQUERENTE: C.A.P.B. - Proceda-se à baixa e ao arquivamento dos autos. Cumpra-se, com urgência.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0631186-11.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - EXEQUENTE: E.W.F.O. - Em consonância ao parecer ministerial de fls. 63, intime-se a parte requerida, por seu advogado, para, desde já, informar, no prazo de 05 (cinco) dias, se concorda com eventual extinção do feito em razão do abandono do autor, nos termos do art. 485, § 6º do CPC. Transcorrido o prazo, sem manifestação, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: CAIO AUGUSTO MASCARENHAS DIAS (OAB 4100/AM), ADV: PAULO TAVARES DE SOUZA JÚNIOR (OAB 4547/AM) - Processo 0632028-20.2019.8.04.0001 - Separação de Corpos - Violência Doméstica Contra a Mulher - REQUERENTE: A.P.B.H. - REQUERIDO: G.M.B. - Defiro o pedido de fls. 42. Intime-se a autora, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca da petição e documento de fls. 46/50. Cumpra-se, com a máxima urgência.

ADV: MAX EDUARDO VIEIRA SARUBI (OAB 9540/AM) - Processo 0632540-71.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0620140-59.2016.8.04.0001) - Execução de Alimentos - Multa de 10% - EXEQUENTE: Y.O.F. - Intime-se a exequente, para no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca da certidão de fls. 42. Cumpra-se, com urgência.

ADV: ANÍSIO MARQUES VALENTE NETTO (OAB 13255/AM) - Processo 0633167-07.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: E.S.C. - É o relatório. Decido: Sopesado o exposto, e mais o que dos autos consta, e em consonância com o Ministério Público, HOMOLOGO por sentença o acordo de vontades firmado por Edimara da Silva Cavalcante e Agnaldo Texeira da Silva, para que produza seus jurídicos e legais efeitos. Sem custas, em virtude do benefício da gratuidade da justiça deferido. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos. P.R.I.

ADV: MICHELE FREITAS CORRÊA (OAB 3348/AM) - Processo 0634922-37.2017.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: W.G.R.J. - Sopesado o exposto, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso VIII, do C.P.C.. Sem custas. Transitada em julgado, dê-se baixa e providencie-se o arquivamento atinente com as cautelas legais. P.R.I.

ADV: THASSIA POLLYANA FERNANDES DA COSTA (OAB 13462/AM) - Processo 0635052-90.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Seção Cível - REQUERENTE: D.B.I. - Sopesado o exposto, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso VIII, do C.P.C.. Sem custas. Transitada em julgado, dê-se baixa e providencie-se o arquivamento atinente com as cautelas legais. P.R.I.

ADV: ANA PAULA MAFRA CAMPELO LACERDA CARNEIRO DE BARROS (OAB 14999/RN), ADV: MAURO CÉLLIO LACERDA CARNEIRO DE BARROS (OAB 9857/RN), ADV: KETLEN ROQUE DOS ANJOS (OAB 10827/AM) - Processo 0635267-03.2017.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Revisão - EXEQUENTE: K.P.N.O. - EXECUTADO: M.S.O. - Ante o lapso temporal transcorrido, intime-se a parte requerente, pessoalmente, por mandado, bem como por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C. Na mesma oportunidade, intime-se a parte requerida, por seu advogado, para, desde já, informar, no prazo de 05 (cinco) dias, se concorda com eventual extinção do feito em razão do abandono do autor, nos termos do art. 485, § 6º do CPC. Frustradas as tentativas anteriores, intime-se a parte autora, por Edital com prazo de 30 (trinta) dias, para manifestar o seu interesse no feito, promovendo o seu prosseguimento, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, do C.P.C.. Transcorrido o prazo, sem manifestação, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: MAX EDUARDO VIEIRA SARUBI (OAB 9540/AM) - Processo 0637667-87.2017.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: C.S.S. - Sopesado o exposto, e mais o que dos autos consta, observadas as formalidades legais, em dissonância com o parecer ministerial de fls. 26/27, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO das partes, para declarar a paternidade do Sr. Cacio Clei Coelho da Silva em relação ao menor Cauê Soares da Silva, nos termos do art. 487, inciso I do C.P.C., c/c o art. 7º da Lei 8.560, de 29/12/1992, e art. 1.609, IV c/c art. 1.616 do C.C., primeira figura, determinando o SUPRIMENTO e a RETIFICAÇÃO do Registro Civil de Nascimento de fls. 14, para que o nome do Sr. Cacio Clei Coelho da Silva passe a constar como genitor do menor, cujo nome deverá ser alterado, passando a chamar-se Cauê Soares Coelho da Silva, incluindo-se o nome dos seus avós paternos, os quais deverão constar como Acácio Farias da Silva e Sra. Marcilena dos Santos Coelho, ao tempo em que, HOMOLOGO o acordo de fls. 33/35, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, por força do qual, ficou estabelecido pelas partes que a guarda do filho do casal caberá à genitora do menor, e que o pai prestará alimentos ao menor no percentual de 13% (treze por cento) do salário mínimo vigente, o que corresponde atualmente ao valor de R$ 129,74 (cento e vinte e nove reais e setenta e quatro centavos). Expeça-se o Termo de Guarda, em favor da Sra. Marlene Soares da Silva, mediante a prestação do compromisso legal de bem e fielmente cumprir o encargo, dispensando ao filho toda a assistência e proteção necessárias ao seu adequado desenvolvimento físico, moral, emocional e educacional. Sem custas. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos. P.R.I

ADV: ELIANA DE OLIVEIRA RESENDE (OAB 12168/AM) - Processo 0638838-11.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: J.J.S.B. - Defiro os benefícios da justiça gratuita. Arbitro os alimentos provisórios em favor dos filhos do requerido, no valor correspondente a 15% (quinze por cento) dos seus vencimentos líquidos, a serem descontados, mensalmente, em folha de pagamento e depositados na conta poupança nº 6645-7, Agência nº 2853, Operação 013, Banco Caixa Econômica Federal, devendo ser entendido como vencimentos líquidos a totalidade dos ganhos mensais auferidos, incluindo-se o 13º salário, férias, gratificações, abonos e indenizações, excluindo-se para efeito de cálculo, os valores referentes aos descontos tributários, previdenciários, horas

extraordinárias e 1/3 Constitucional das férias. Arbitro os alimentos provisórios em favor da requerente, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) dos vencimentos líquidos do requerido, a serem descontados, mensalmente, em folha de pagamento e depositados na conta poupança nº 6645-7, Agência nº 2853, Operação 013, Banco Caixa Econômica Federal, devendo ser entendido como vencimentos líquidos a totalidade dos ganhos mensais auferidos, incluindo-se o 13º salário, férias, gratificações, abonos e indenizações, excluindo-se para efeito de cálculo, os valores referentes aos descontos tributários, previdenciários, horas extraordinárias e 1/3 Constitucional das férias. Expeça-se ofício ao empregador do alimentante, para que seja efetuado os descontos dos alimentos em folha de pagamento. Fixe-se data para realização de audiência preliminar de conciliação, a ser pautada durante a Semana Nacional da Conciliação, que ocorrerá na Semana de 04 a 08 de novembro de 2019, intimando-se as partes, mediante carta com AR e notificando-se o Ministério Público. Cite-se o réu. Caso não haja acordo, daquela audiência fluirá o prazo de 15 (quinze) dias para a resposta do requerido, devendo, em sendo o caso, a Secretaria certificar quanto à apresentação de Contestação e sua tempestividade. Intimem-se as partes, ressaltando que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado, nos termos do art. 334, § 8º, do C.P.C.. Notifique-se o Representante do Ministério Público. No caso de a resposta ser negativa, proceda-se à citação/intimação por Mandado, ressaltando-se que, na hipótese de o endereço do réu não ser localizado, intime-se o autor, por seu advogado, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias e uma vez informado o endereço atualizado ou confirmado o que se encontra nos autos, expeça-se novo Mandado ou Carta Precatória de Citação, a depender do caso. Apresentada a Contestação e/ou Reconvenção, intime-se a parte requerente/reconvinte, por seu advogado, para, querendo, manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias. Réplica nos autos, dê-se vista ao Ministério Público. Promoção Ministerial nos autos, voltem-me conclusos. Cumpra-se com urgência.

ADV: OTÁVIO ARAÚJO NETO (OAB 10189/AM) - Processo 0639039-37.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Exoneração - REQUERENTE: Albertino Pereira dos Santos - Sopesado o exposto, e mais o que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, nos termos do art. 5º c/c art. 1.635, inciso III do Código Civil e Súmula 358 do Superior Tribunal de Justiça, para exonerar o requerente, Albertino Pereira dos Santos, da obrigação de pagar alimentos à requerida, Sra. Anna Karine Braga dos Santos, determinando, por conseguinte, o cancelamento do desconto de 12,5% (doze virgula cinco por cento) dos seus vencimentos líquidos, no contracheque do autor, a título de alimentos em favor da ré. Oficie-se ao empregador do requerente, indicado às fls. 13, encaminhando cópia desta decisão, objetivando seu cumprimento imediato. Sem custas. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos. P.R.I.

ADV: KÁTIA OLIVEIRA SANTOS DA COSTA (OAB 8260/AM), ADV: MARIA SÍGLID SEVERINO DOS SANTOS (OAB 8115/AM) - Processo 0643338-62.2015.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Transação - EXECUTADO: J.O.S. - Cumpra-se o despacho de fls. 78 no endereço informado às fls. 58/59. Cumpra-se, com urgência.

ADV: PEDRO CELESTINO DA SILVA (OAB 9758/AM) - Processo 0646453-86.2018.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERENTE: Jordana de Melo Guerreiro - Sopesado o exposto e mais o que dos autos consta, observadas as formalidades legais, e em consonância com o Ministério Público, DECRETO a INTERDIÇÃO de Juscelino Nogueira de Melo, com base no art. 1.767, I, do Código Civil, nomeando-lhe CURADORA sua filha, Jordana de Melo Guerreiro, que o representará nos atos da vida civil e na administração dos seus bens, sobretudo, os de natureza patrimonial e negocial, podendo praticar todos os atos inerentes ao exercício do encargo, em nome do genitor curatelado interditado, com exclusividade, com a inspeção deste Juízo, obrigando-se à prestação de contas, com fulcro no art. 1.774, c/c o art. 1.747, caput e incisos, e segts. caput e incisos, e art. 1.755, do Código Civil, no que couber. Expeça-se em favor da Curadora o Termo de Curatela, mediante a prestação de compromisso de bem e fielmente cumprir o encargo, de acordo com o disposto no art. 759, do Código de Processo Civil. Expeça-se Mandado para a inscrição da sentença junto ao Cartório do 1º Ofício do Registro de Pessoas Naturais, procedendo-se a imediata publicação desta decisão na rede mundial de computadores, no sítio do tribunal a que estiver vinculado o juízo e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 6 (seis) meses, na imprensa local, 1 (uma) vez, e no órgão oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital os nomes do interdito e da curadora, a causa da interdição, os limites da curatela e, não sendo total a interdição, os atos que o interdito poderá praticar autonomamente, conforme exigência do art. 755, § 3º, do C.P.C. À Secretaria, para as providências cabíveis. Sem custas. Transitada em Julgado, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos. P.R.I.

ADV: MICHELLEN DE LIMA AVES (OAB 10367/AM) - Processo 0647071-94.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: James Dean Oliveira dos Santos Junior e outro - Sopesado o exposto, e mais o que dos autos consta, em consonância com o douto parecer ministerial, HOMOLOGO por sentença o acordo de vontades firmado pelos divorciandos, decretando o Divórcio de James Dean Oliveira dos Santos Junior e Diana Dorgam de Aguiar dos Santos, com supedâneo no art. 226, § 6º, da Constituição Federal, cessando, em conseqüência, os deveres de coabitação e fidelidade recíprocas, bem como o regime de bens, servindo a presente sentença como mandado de averbação, ressaltando que a divorcianda voltará a usar o seu nome de solteira, a saber, Diana Dorgam de Aguiar. Incumbirá às próprias partes providenciarem o encaminhamento da presente sentença ao Cartório de Registro Civil respectivo, caso este seja localizado na Comarca de Manaus - AM, para fins de averbação do divórcio, devendo comparecerem munidas com a senha do processo, cabendo ressaltar que o Cartório não deverá exigir qualquer tipo de carimbo ou autenticação da Vara, tendo em vista que a assinatura digital constante da lateral do documento é suficiente para atestar sua autenticidade. Expeça-se o Termo de Guarda, em favor dos requerente, mediante a prestação do compromisso legal de bem e fielmente cumprir o encargo, dispensando aos filhos toda a assistência e proteção necessárias ao seu adequado desenvolvimento físico, moral, emocional e educacional. Sem custas, em virtude do benefício da gratuidade da justiça deferido. Transitada em julgado, proceda-se à baixa e ao arquivamento. P.R.I.

ADV: MAURO DE FIGUEIREDO LOBATO (OAB 14210/AM) - Processo 0648334-64.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.S.S. - Defiro os benefícios da justiça gratuita. Arbitro os alimentos provisórios em favor das filhas do requerido, no valor correspondente a 1/2 (meio) salário mínimo, devidos a partir da citação, cujo montante deverá ser pago até o dia 30 (trinta) de cada mês, diretamente à representante legal das autoras, ou depositado em conta bancária que esta venha a indicar. Fixe-se data para audiência de conciliação, instrução e julgamento, a ser realizada neste Juízo. Cite-se o réu. Intimem-se as partes, para comparecerem acompanhadas dos seus advogados e testemunhas, cientificando-as de que o não comparecimento do requerente determinará o arquivamento do pedido e que a ausência do requerido importará em revelia, bem como que, frustrada a conciliação, a contestação deverá ser oferecida na própria audiência., além de ressaltar que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado, nos termos do art. 334, § 8º, do C.P.C.. Notifique-se o Ministério Público. Apresentada contestação, na hipótese de não ser celebrado acordo entre as partes, intime-se o autor, em audiência, para apresentar réplica à contestação, no prazo de 15 (quinze) dias. Réplica nos autos, dê-se vista ao Ministério Público. Promoção Ministerial nos autos, voltem-me conclusos. Cumpra-se, com urgência.

ADV: EDIANE EVANGELISTA DE MOURA DOS SANTOS (OAB 12161/AM) - Processo 0648471-80.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: C.C.S. -

Sopesado o exposto, JULGO EXTINTO o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso VIII, do C.P.C.. Sem custas. Transitada em julgado, dê-se baixa e providencie-se o arquivamento atinente com as cautelas legais. P.R.I.

ADV: EMERSON SIQUEIRA PEREIRA (OAB 10338/AM) - Processo 0649013-64.2019.8.04.0001 - Separação Consensual - Dissolução - REQUERENTE: V.B.R. - Intimem-se as partes, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, informando se as partes dispensam alimentos entre si, sob pena de indeferimento. Suprida a irregularidade apontada, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: MICHELLE MELO BARBOSA (OAB 2648/AM) - Processo 0649310-71.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: J.K.S.B. - Sopesado o exposto, e mais o que dos autos consta, em consonância com o douto parecer ministerial, HOMOLOGO por sentença o acordo de vontades firmado pelos divorciandos, decretando o Divórcio de Johny Kléber dos Sanyos Batista e Erenice de Oliveira Batista, com supedâneo no art. 226, § 6º, da Constituição Federal, cessando, em conseqüência, os deveres de coabitação e fidelidade recíprocas, bem como o regime de bens, servindo a presente sentença como mandado de averbação, ressaltando que a divorcianda voltará a usar o seu nome de solteira, a saber, Erenice Conrado de Oliveira. Incumbirá às próprias partes providenciarem o encaminhamento da presente sentença ao Cartório de Registro Civil respectivo, caso este seja localizado na Comarca de Manaus - AM, para fins de averbação do divórcio, devendo comparecerem munidas com a senha do processo, cabendo ressaltar que o Cartório não deverá exigir qualquer tipo de carimbo ou autenticação da Vara, tendo em vista que a assinatura digital constante da lateral do documento é suficiente para atestar sua autenticidade. A presente sentença servirá como Formal de Partilha, para os fins de direito, cabendo a cada um dos divorciandos os bens relacionados no acordo celebrado. Sem custas, em virtude do benefício da gratuidade da justiça deferido. Transitado em julgado, expeçam-se os Mandados de Averbação, dirigidos aos Cartórios do Registro de Imóveis competentes, se for o caso, além dos Alvarás, se forem requeridos, resguardando-se os direitos de terceiros. P.R.I.

ADV: KAMILA MARIA PINHEIRO DE MENEZES (OAB 12278/AM) - Processo 0649339-24.2019.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: D.C.S. - Defiro a gratuidade da Justiça Fixe-se data para realização de audiência de conciliação, a ser pautada durante a Semana Nacional da Conciliação, que ocorrerá na Semana de 04 a 08 de novembro de 2019, intimando-se a parte requerente, mediante carta com AR e notificando-se o Ministério Público. Cite-se e intime-se a parte requerida, para audiência de reconhecimento voluntário da paternidade, ressaltando que, caso não haja acordo, daquela audiência fluirá o prazo de 15 (quinze) dias para a apresentação da sua contestação. Cumpra-se, com urgência.

ADV: FRANCIANE AGUIAR DE CASTRO (OAB 10425/AM) - Processo 0649596-49.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: Moacir Rodrigues da Silva - Defiro a gratuidade da Justiça Fixe-se data para realização de audiência de conciliação, a ser pautada durante a Semana Nacional da Conciliação, que ocorrerá na Semana de 04 a 08 de novembro de 2019, intimando-se a parte requerente, mediante carta com AR. Cite-se a ré. Caso não haja acordo, daquela audiência fluirá o prazo de 15 (quinze) dias para a resposta da requerida, devendo, em sendo o caso, a Secretaria certificar quanto à apresentação de Contestação e sua tempestividade. Intimem-se as partes, ressaltando que o não comparecimento injustificado do autor ou da ré à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado, nos termos do art. 334, § 8º, do C.P.C.. No caso de a resposta ser negativa, proceda-se à citação/intimação por Mandado, ressaltando-se que, na hipótese de o endereço da ré não ser localizado, intime-se o autor, por seu advogado, para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias e uma vez informado o endereço atualizado ou confirmado o que se encontra nos autos, expeça-se novo Mandado ou Carta Precatória de Citação, a depender do caso. Apresentada a Contestação e/ou Reconvenção, intime-se a parte requerente/reconvinte, por seu advogado, para, querendo, manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias. Réplica nos autos, voltem-me conclusos. Cumpra-se, com urgência.

ADV: MANOEL PEDRO DE CARVALHO (OAB 4890/AM) - Processo 0652078-04.2018.8.04.0001 - Interdição - Família - REQUERENTE: Maria Eudalete da Cruz Carvalho - Defiro o pedido formulado às fls. 62/63. Fixe-se data para audiência de entrevista pessoal do interditando, a ser realizada in loco. Cite-se e intime-se a interditanda, ressaltando que, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da audiência, poderá impugnar o pedido. Intime-se a parte requerente, notificando-se o Ministério Público. Intime-se o Sr. Paulo da Cruz Carvalho, por mandado. Considerando que este Fórum não possui veículos disponíveis para atender os casos em que há necessidade de realização de audiência de entrevista pessoal in loco, intime-se a parte requerente, por seu advogado, para efetuar o transporte do servidor/servidora desta 7ª Vara de Família ao local onde se encontra o interditando bem como o seu retorno à secretaria da Vara. Cumpra-se com urgência.

ADV: FERNANDA MARIA SILVA (OAB 7975/AM) - Processo 0659171-18.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: F.A.V.R. - Intime-se a parte requerente, por seu advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar suas alegações finais. Cumpra-se, com urgência.

Adriano Marcelo Froz de Borba (OAB 8966/AM)
Aldenora dos Santos Soares (OAB 13129/AM)
Alexandre Coelho da Silva (OAB 5846/AM)
Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM)
Ana Lúcia Salazar de Sousa (OAB 7173/AM)
Ana Paula Mafra Campelo Lacerda Carneiro de Barros (OAB 14999/RN)
Andrey Humberto Froz de Borba (OAB 9723/AM)
Angela Galvão dos Santos Silva (OAB 12672/AM)
Anísio Marques Valente Netto (OAB 13255/AM)
Anna Luiza Mendonça Biatto de Menezes (OAB 5314/AM)
Antônia Pereira da Silva (OAB 5841/AM)
Arthemio Wagner Dantas de Oliveira (OAB 002.026/AM)
Bartolomeu Ferreira de Azevedo Júnior (OAB 4334/AM)
Beatriz Botinelly Cunha e Silva (OAB 1184/AM)
Bernardo Silva de Seixas (OAB 7910/AM)
Bruno de Souza Cavalcante (OAB 9057/AM)
Caio Augusto Mascarenhas Dias (OAB 4100/AM)
Carla Cristina Alves Torquato (OAB 3392/AM)
Carla Dayany Luz Abreu (OAB 7038/AM)
Carlos Alberto Rodrigues de Souza (OAB 6164/AM)
Carlos de Campos Neto (OAB 8670/AM)
Celso Jose Dias (OAB 11774/AM)
César Augusto Gomes Monteiro (OAB 9696/AM)
Christiano de Oliveira Santiago (OAB 9536/AM)
Cíntia Pinheiro dos Santos (OAB 5433/AM)
Cláudia de Santana (OAB 8369/AM)
Consuelo Pinheiro de Farias (OAB 8181/AM)
Daniel de Lima Cavalcante (OAB 9070/AM)
Daniele de Freitas Correa (OAB 9287/AM)
Delano José da Silva (OAB 7030/AM)
Dilza Aguiar Souto (OAB 12459/AM)
Ediane Evangelista de Moura dos Santos (OAB 12161/AM)
Edilson da Costa Silva (OAB 9884/AM)
Edson Tadeu Lalor do Rego (OAB 6291/AM)
Eduardo Santana Pinheiro (OAB 7049/AM)
Eliana de Oliveira Resende (OAB 12168/AM)
Emerson Siqueira Pereira (OAB 10338/AM)
Eric Pires Benigno (OAB 9944/AM)
Evandro Thiago Cid Santos (OAB 13915/AM)
Fabiana Costa Mattos (OAB 12417/AM)
Felix de Melo Ferreira e Advogados Associados (OAB 3032/AM)
Fernanda Maria Silva (OAB 7975/AM)
Franciane Aguiar de Castro (OAB 10425/AM)
Franciel Franco de Souza Almeida (OAB 9301/AM)
Francisco Efraim Felix da Silva Filho (OAB 10721/AM)
Gláucio Nunes da Luz (OAB 6326/AM)
Guttemberg Alencar Viana (OAB 9698/AM)
Helena de Oliveira Galvão (OAB 2753/AM)
Heloísa Helena Queiroz de Matos Canto (OAB 9056/AM)

Heraldo Mousinho Barreto (OAB 4204/AM)
Ingo Dieter Pietzsch (OAB 6337/AM)
Jackeline Ferreira da Silva (OAB 9460/AM)
Jamile Ribeiro da Silva (OAB 4977/AM)
Jerônimo Sá Peixoto Pinheiro (OAB 5575/AM)
Joana Loren de Oliveira Barbosa Grana (OAB 10729/AM)
José Carlos Gomes de Lima (OAB 7383/AM)
JOSÉ DAS GRAÇAS DE SOUZA FURTADO JÚNIOR (OAB 9322/AM)
José Manoel Biatto de Menezes (OAB A432/AM)
Joyce Vivianne Veloso de Lima (OAB 8679/AM)
Juliana Chaves Coimbra Garcia (OAB 4040/AM)
Kamila Maria Pinheiro de Menezes (OAB 12278/AM)
Kardinallenn dos Santos Ferreira (OAB 12003/AM)
KARINA D'ARC LIMA DE SOUSA (OAB 11045/AM)
Kátia Oliveira Santos da Costa (OAB 8260/AM)
Ketlen Roque dos Anjos (OAB 10827/AM)
Leonardo Lima Toledano (OAB 10107/AM)
Letícia Sant'ana Xavier (OAB 12994/AM)
Leyla Viga Yurtsever (OAB 3737/AM)
Lidiane da Silva Roque (OAB 12702/AM)
Lisbet de Souza Cardoso Barbosa (OAB 12359/AM)
Lourival Siqueira Silva Neto (OAB 11828/AM)
Luana Pereira Régis (OAB 9340/AM)
Lucas Alberto de Alencar Brandão (OAB 12555/AM)
Lucas Costa do Vale (OAB 7990/AM)
Luciana da Silva Terças (OAB 4121/AM)
LUCIANA LOPES XAVIER (OAB 8022/AM)
Luciano Moura Maciel (OAB 6744/AM)
Luciano Vieira da Rocha Silva (OAB 4787/AM)
Lucivane Carla da Silva (OAB 10109/AM)
Luís Roberto Paiva Filho (OAB 8628/AM)
Luzilena Gomes Mota (OAB 9991/AM)
Manoel Pedro de Carvalho (OAB 4890/AM)
Marcello Henrique Garcia Lima (OAB 10461/AM)
Marcelo Abdon Souto Kizem (OAB 2138/AM)
Marcelo da Costa Pinheiro (OAB 4775/AM)
Marcelo Fernando Alves Molinari (OAB 185932/SP)
Marcos Aurélio Albuquerque Rodrigues (OAB 8855/AM)
Marcos Cirino Serra (OAB 5843/AM)
Marcos Maurício Costa da Silva (OAB 4272/AM)
Maria Síglid Severino dos Santos (OAB 8115/AM)
Mariana de Jesus Rodrigues Ramos (OAB 9702/AM)
Marieth dos Santos Marques (OAB 5220/AM)
Mauro Allen Bezerra (OAB 2655/AM)
Mauro Céllio Lacerda Carneiro de Barros (OAB 9857/RN)
Mauro de Figueiredo Lobato (OAB 14210/AM)
Max Eduardo Vieira Sarubi (OAB 9540/AM)
Michele Freitas Corrêa (OAB 3348/AM)
Michelle Melo Barbosa (OAB 2648/AM)
Michellen de Lima Aves (OAB 10367/AM)
Milton Antônio Rivera Reyes (OAB 9851/AM)
Nahue Salignac Mussa (OAB 4704/AM)
Nara Nadia Silveira do Vale (OAB 9477/AM)
Natividade de Jesus Magalhães Maia (OAB 5556/AM)
Nelson Abdon Souto Kizem (OAB 5454/AM)
Otávio Araújo Neto (OAB 10189/AM)
Patrícia da Silva Melo (OAB 8172/AM)
Patrícia Fortes Attademo Ferreira (OAB 6170/AM)
Paula Elizabeth Gomes de Souza (OAB 13295/AM)
Paulo Rodrigues de Arruda (OAB 2685/AM)
Paulo Tavares de Souza Júnior (OAB 4547/AM)
Pedro Celestino da Silva (OAB 9758/AM)
Pedro Noronha Monsalve Júnior (OAB 10511/AM)
Pietro de Holanda Franco Almeida Costa Gomes Lopes (OAB 13804/AM)
Raimundo Augusto de Araújo Neto (OAB 5602/AM)
Ramyde Washington Abel Caldeira Doce Cardozo (OAB 12029/AM)
Rebeca Dantas Dib (OAB 8909/AM)
Regina Aparecida dos Reis Ferraz (OAB 2205/AM)
Rejane da Silva Viana (OAB 4496/AM)
Renato Lalor do Rego (OAB 5820/AM)
Roberto Wallace Souza Rodrigues (OAB 9770/AM)
Rodrigo Santos da Silva (OAB 10696/AM)
Ronaldo da Silva Gama (OAB 7900/AM)
Samya de Oliveira Sanches (OAB 8029/AM)
Saulo Lima de Noronha (OAB 8016/AM)
Sérgio Luiz Ribeiro dos Santos (OAB 12953/AM)
Siddharta Gautama de Almeida Antony (OAB 3962/AM)
Sudjane da Luz Rodrigues (OAB 6718/AM)
Suerda Carla Campos Morais de Araújo (OAB 4083/AM)
Tâmara Mendes Gonçalves de Sousa (OAB 6857/AM)
Telmárcia Dayene Silva do Nascimento (OAB 10097/AM)
Thassia Pollyana Fernandes da Costa (OAB 13462/AM)
Vanessa Cunha Fortes (OAB 10579/AM)
Wilmar Luiz Fontes Belleza (OAB 9860/AM)
Yanne Pinheiro Teixeira (OAB 14312/AM)

VARA ESPECIALIZADA DA DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ESPECIALIZADA DA DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0112/2019

ADV: AUREA CARVALHO PINHEIRO (OAB 1186/AM), ADV: TRACEY MARIA DA SILVA RESENDE (OAB 4329/AM) - Processo 0325308-33.2007.8.04.0001 (001.07.325308-2) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Município de Manaus - EXECUTADO: Jorge Abboud Daou - R. Hoje. Dê-se vista ao Exequente para, no prazo de 20 (vinte) dias, manifestar-se acerca do seu interesse ou não do prosseguimento do feito. Cumpra-se. Intime-se.

Aurea Carvalho Pinheiro (OAB 1186/AM)
Tracey Maria da Silva Resende (OAB 4329/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ESPECIALIZADA DA DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL
JUIZ(A) DE DIREITO ANA MARIA DE OLIVEIRA DIÓGENES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL LORENA PONTES DOS SANTOS
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0111/2019

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0600043-72.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Marcos Ulisses S de Araujo - SENTENÇA Autos n°: 0600043-72.2015.8.04.0001 Ação: Procedimento Comum Cível/PROC Requerente: Marcos Ulisses S de Araujo Requerido: Município de Manaus Vistos etc... Trata-se de Ação Declaratória de Nulidade de Débito combinada com Indenização por Dano Moral com Pedido de Tutela Antecipada oposta por Marcos Ulisses S de Araujo, já devidamente qualificada, em face do Município de Manaus. A parte Autora requer, em síntese, concessão de Tutela Antecipada determinando a imediata retirada do seu nome da lista dos maus pagadores, bem como dos Cartórios de Protesto de letras da cidade de Manaus, e declaração de nulidade do débito lançado sob seu nome, referente ao Imposto Predial e Territorial Urbano-IPTU, em decorrência da suposta propriedade do imóvel de matrícula nº 666667465 localizado na Rua Iaci, nº. 47 - Bairro Cidade Nova - Manaus/AM-CEP 69090-210. Argumenta que o imóvel sobre o qual recai a cobrança do imposto municipal nunca foi de sua propriedade e nem teve qualquer relação jurídica com o mesmo e que, apesar disso, teve seu nome inserido como sujeito passivo da obrigação tributária referente ao IPTU, com o respectivo débito inscrito em dívida ativa municipal e posterior lançamento de protesto em cartório, causando-lhe danos morais, motivo pelo qual requer a condenação da Requerida ao pagamento de indenização. Por meio da Decisão Interlocutória de fl. 23, este Juízo acautelou-se na concessão da Tutela Antecipada como requerida na exordial . Por meio da Contestação juntada às fls. 34/41 o Município de Municipal informa que de fato houve o cadastramento indevido em nome do Requerente , motivo pelo qual procedeu à retificação do cadastro do imóvel de matrícula nº 666667465, mediante identificação do seu real proprietário, bem como providenciou a baixa do protesto lançado com a consequente exclusão de seu nome dos órgãos de restrição creditícia. No mais, após tecer comentários acerca do pleito indenizatório, requer a improcedência dos pedidos formulados, haja vista a ausência de

ASSINATURA TJAM SAJ DIGITAL

má-fé do Ente Municipal e as providências quanto a retificação cadastral em questão. Vistas ao Douto Ministério Público, que, por meio do Parecer de fls. 65/67, informou que no caso não há interesse público que justifique sua intervenção. Vieram-me os autos. Relatados, passo a decidir. Nos temos o art. 99, do Código de Processo Civil, o pedido de gratuidade da justiça pode ser feito na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro ou em recurso. Em seu § 3º, o mesmo define que a alegação de preenchimento dos requisitos feita por pessoa natural será presumida verdadeira, ou seja, quando uma pessoa natural faz o pedido de concessão dos benefícios alegando preenchimento dos requisitos este deve ser deferido, face a presunção de veracidade que esta alegação possui. Nesses termos, à vista da alegação de hipossuficiência, presumidamente verdadeira, defiro o pedido de gratuidade de justiça com fulcro nos arts. 98/99 do Código de Processo Civil. Em análise dos demais pleitos, verifico que o tema em pauta versa também sobre pagamento de retorno indenizatório, frente a possível dano moral sofrido pelo Autor em virtude do constrangimento propiciado pela prática de ato ilícito por parte do Município de Manaus, que indevidamente ajuizou Ação de Execução Fiscal referente a débito oriundo de responsabilidade tributária indevidamente atribuída. Como é cediço, a edição da Lei Complementar nº 178/2017, que modificou o artigo 153, inciso II, da Lei Complementar nº 17/97, estabelece que a presente Especializada é competente para processar e julgar "as ações que tenham por objeto matéria tributária". Nesses termos , não obstante a ocorrência de circunstância de cunho tributário, entendo que a situação fática ora em pauta, referente ao pagamento de verba indenizatória em virtude de suposto dano moral experimentado, não poderá ser apreciado pois mostra-se evidente a incompetência deste Juízo Especializado de Dívida Ativa Municipal para a análise da discussão concernente a indenização. No mais, consta nos autos a informação de que o Município de Manaus procedeu à retificação do cadastro do imóvel de matrícula nº 666667465 após o reconhecimento de que indevidamente atribuiu à Autora a propriedade e respectiva responsabilidade tributária dos débitos de IPTU vinculados ao imóvel em questão. Reconhecido o erro, foi providenciada a baixa do protesto lançado e consequente regularização da condição da Autora junto aos órgãos de proteção ao crédito, fatos que configuram o esvaziamento da presente ação. Por todo o exposto, verifico que não existem mais razões plausíveis capazes de autorizar a continuidade da discussão processual existente nestes autos, ante a prejudicialidade operada pela perda superveniente de seu objeto, caracterizando a falta de interesse processual, exigindo-se, consequentemente, a extinção do feito. Reza o artigo 485 do Código de Processo Civil; "Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: (...) VI - verificar ausência de legitimidade ou de interesse processual;" Assim, tendo em vista a perda superveniente do objeto, JULGO EXTINTA a Ação, SEM A RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com base nas disposições do artigo 485, inciso VI, do Código de Processo Civil. Em homenagem ao princípio da causalidade, tendo em vista que o Ente Municipal equivocadamente atribuiu à Autora cobrança fiscal, dando causa à presente ação, hei por bem CONDENAR o Município de Manaus ao pagamento dos honorários advocatícios, os quais arbitro em R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais). Publique-se. Registre-se . Intimem-se as partes. Após o trânsito em julgado, dê-se BAIXA nos autos e arquivem-se com as cautelas de praxe. Cumpra-se. Manaus, 02 de setembro de 2019.

ADV: ANDERSON LINCOLN VITAL DA SILVA (OAB 8525/AM), ADV: LUIZ GUSTAVO BARBOSA DE SOUZA FRANÇA (OAB 9528/AM) - Processo 0605302-48.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Anulação de Débito Fiscal - REQUERENTE: ANDRE LORENTI PACHECO DE OLIVEIRA - DECISÃO Digam as partes, no prazo de 15 (quinze) dias, as provas que ainda desejam produzir nestes autos. Na hipótese de não manifestação ou não interesse na dilação probatória, voltem-me os autos conclusos para que o processo seja julgado sob a égide do art. 355, Inciso I, do Código de Processo Civil. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 04 de setembro de 2019.

ADV: ANALI CAROLINE CASTRO SANCHES MENNA BARRETO (OAB 273768/SP), ADV: ROBERTO BARRIEU (OAB 81665/SP) - Processo 0607471-66.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - REQUERENTE: Imp. e Adm. de Cemiterios da Amazonia Ltda- Cedam. - R.Hoje. Recebo o Recurso de Apelação, sob a égide do art. 1.012, do Código de Processo Civil de 2015. Intime-se a parte Apelada para, no prazo legal, responder, na forma do art. 1.010, §1° do CPC/2015. Após, cumprida a exigência retro, proceda-se a remessa dos autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas com as homenagens de estilo, em atenção as disposições do § 3°, do art. 1.010 daquele Diploma Processual Civil. Cumpra-se. Intime-se.

ADV: CLAUDIA TEIXEIRA BRASIL (OAB 7400/AM) - Processo 0630554-53.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0888620-81.2011.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Anulação de Débito Fiscal - REQUERENTE: Fernanda de Lima Teixeira - SENTENÇA Autos n°: 0630554-53.2015.8.04.0001 Ação: Procedimento Comum Cível/PROC Requerente: Fernanda de Lima Teixeira Requerido: Município de Manaus Vistos etc... Trata-se de Ação Anulatória de Débito Fiscal combinada com Indenização por Dano Moral com Pedido de Tutela Antecipada oposta por Fernanda de Lima Teixeira, já devidamente qualificada, em face do Município de Manaus. A Autora requer, em síntese, concessão de Tutela Antecipada e declaração de nulidade do débito lançado sob seu nome, referente ao IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano, em decorrência da suposta propriedade do imóvel de matrícula nº 2089733 localizado na Rua Vasco Vasques, nº 9, Qd F, Lt, Shangrila IV, Parque 10 - Parque 10 - CEP: 69.093-000. Manaus-AM. Argumenta que o imóvel sobre o qual recai a cobrança do imposto municipal não é de sua propriedade e não tem nenhum vínculo com o mesmo, e que, apesar disso, teve seu nome inserido como sujeito passivo da obrigação tributária referente ao IPTU do exercício 2006, com o respectivo débito inscrito em dívida ativa municipal e posterior ajuizamento da Ação de Execução Fiscal nº 0888620-81.2011.8.04.0001, causando-lhe danos morais, motivo pelo qual requer a condenação da parte Requerida ao pagamento de indenização. Por meio da Contestação juntada às fls. 45/53 o Município de Municipal informa que de fato houve o cadastramento indevido em nome da Autora, motivo pelo qual procedeu à retificação do cadastro do imóvel de matrícula nº 2089733, mediante identificação do seu real proprietário, bem como requereu a suspensão dos processos judiciais existentes, inclusive, no presente caso, a cobrança da certidão nº 664344. No mais, após tecer comentários acerca do pleito indenizatório, requer a improcedência dos pedidos formulados, haja vista a ausência de má-fé do Ente Municipal e as providências quanto a retificação cadastral em questão. As partes foram intimadas (fl. 95) para manifestarem a pretensão de produzirem novas provas nos autos. O prazo decorreu sem manifestação das partes, conforme Certidão de fl. 103. Vieram-me os autos. Relatados, passo a decidir. Nos temos o art. 99, do Código de Processo Civil, o pedido de gratuidade da justiça pode ser feito na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro ou em recurso. Em seu § 3º, o mesmo define que a alegação de preenchimento dos requisitos feita por pessoa natural será presumida verdadeira, ou seja, quando uma pessoa natural faz o pedido de concessão dos benefícios alegando preenchimento dos requisitos este deve ser deferido, face a presunção de veracidade que esta alegação possui. Nesses termos, à vista da alegação de hipossuficiência, presumidamente verdadeira, defiro o pedido de gratuidade de justiça com fulcro nos arts. 98/99 do Código de Processo Civil. Em análise dos demais pleitos, verifico que o tema em pauta versa também sobre pagamento de retorno indenizatório, frente a possível dano moral sofrido pela Autora em virtude do constrangimento propiciado pela prática de ato ilícito por parte do Município de Manaus, que indevidamente ajuizou Ação de Execução Fiscal referente a débito oriundo de responsabilidade tributária indevidamente atribuída. Como é cediço, a edição da Lei Complementar nº 178/2017, que modificou o artigo 153, inciso II, da Lei Complementar nº 17/97, estabelece que a presente Especializada é competente para processar e julgar "as ações que tenham por objeto matéria tributária". Nesses termos , não obstante a ocorrência de circunstância de cunho tributário, entendo que a situação fática ora em pauta, referente ao pagamento de verba indenizatória em virtude de suposto dano moral experimentado, não poderá ser apreciado pois mostra-se evidente a incompetência deste Juízo Especializado de Dívida Ativa Municipal para a análise

da discussão concernente a indenização. No mais, consta nos autos a informação de que o Município de Manaus procedeu à retificação do cadastro do imóvel de matrícula nº 2089733 após o reconhecimento de erro que indevidamente atribuiu à Autora a propriedade e respectiva responsabilidade tributária dos débitos de IPTU vinculados ao imóvel em questão. Por todo o exposto, verifico que não existem mais razões plausíveis capazes de autorizar a continuidade da discussão processual existente nestes autos, ante a prejudicialidade operada pela perda superveniente de seu objeto, caracterizando a falta de interesse processual, exigindo-se, consequentemente, a extinção do feito. Reza o artigo 485 do Código de Processo Civil; "Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: (...) VI - verificar ausência de legitimidade ou de interesse processual;" Assim, tendo em vista a perda superveniente do objeto, JULGO EXTINTA a Ação, SEM A RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com base nas disposições do artigo 485, inciso VI, do Código de Processo Civil. Em homenagem ao princípio da causalidade, tendo em vista que o Ente Municipal equivocadamente atribuiu à Autora cobrança fiscal, dando causa à presente ação, hei por bem CONDENAR o Município de Manaus ao pagamento dos honorários advocatícios, os quais arbitro em R$ 1.000,00 (mil reais). Publique-se. Registre-se. Intimem-se as partes. Após o trânsito em julgado, dê-se BAIXA nos autos e arquivem-se com as cautelas de praxe. Cumpra-se. Manaus, 02 de setembro de 2019.

ADV: MARCOS EDUARDO ABREU COSTA FERREIRA (OAB 6698/AM), ADV: CLAUDIA TEIXEIRA BRASIL (OAB 7400/AM) - Processo 0630570-07.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Anulação de Débito Fiscal - REQUERENTE: Fernanda de Lima Teixeira - Autos n°: 0630570-07.2015.8.04.0001 Ação: Procedimento Comum Cível/PROC Requerente: Fernanda de Lima Teixeira Requerido: Município de Manaus Vistos etc... Trata-se de Ação Anulatória de Débito Fiscal combinada com Indenização por Dano Moral com Pedido de Tutela Antecipada oposta por Fernanda de Lima Teixeira, já devidamente qualificada, em face do Município de Manaus. A Autora requer, em síntese, concessão de Tutela Antecipada e declaração de nulidade do débito lançado sob seu nome, referente ao IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano, em decorrência da suposta propriedade do imóvel de matrícula nº 2089733 localizado na Rua Vasco Vasques, nº 9, Qd F, Lt, Shangrila IV, Parque 10 - Parque 10 - CEP: 69.093-000. Manaus-AM. Argumenta que o imóvel sobre o qual recai a cobrança do imposto municipal não é de sua propriedade e não tem nenhum vínculo com o mesmo, e que, apesar disso, teve seu nome inserido como sujeito passivo da obrigação tributária referente ao IPTU dos exercícios 2012 e 2013, com o respectivo débito inscrito em dívida ativa municipal e posterior ajuizamento da Ação de Execução Fiscal nº 0865379-39.2015.8.04.0001, causando-lhe danos morais, motivo pelo qual requer a condenação da Requerida ao pagamento de indenização. Por meio da Decisão Interlocutória de fl. 23, o Juízo de Direito da 1ª Vara Especializada da Dívida Ativa Municipal acautelou-se na concessão da liminar requerida na exordial. . Na mesma Decisão deferiu o pedido de Justiça Gratuita pleiteado. Por meio da Contestação juntada às fls. 41/56 o Município de Municipal informa que de fato houve o cadastramento indevido em nome da Autora, motivo pelo qual procedeu, de ofício, à retificação do cadastro do imóvel de matrícula nº 2089733, mediante identificação do seu real proprietário. No mais, após tecer comentários acerca do pleito indenizatório, requer a improcedência dos pedidos formulados, haja vista a ausência de má-fé do Ente Municipal e as providências quanto a retificação cadastral em questão. Vistas ao Douto Ministério Público, que, por meio do Parecer de fls. 122/124, informou que no caso não há interesse público que justifique sua intervenção. Vieram-me os autos. Relatados, passo a decidir. Ao analisar a matéria, verifico que o tema em pauta versa também sobre pagamento de retorno indenizatório, frente a possível dano moral sofrido pela Autora em virtude do constrangimento propiciado pela prática de ato ilícito por parte do Município de Manaus, que indevidamente ajuizou Ação de Execução Fiscal referente a débito oriundo de responsabilidade tributária indevidamente atribuída. Como é cediço, a edição da Lei Complementar nº 178/2017, que modificou o artigo 153, inciso II, da Lei Complementar nº 17/97, estabelece que a presente Especializada é competente para processar e julgar "as ações que tenham por objeto matéria tributária". Nesses termo, não obstante a ocorrência de circunstância de cunho tributário, entendo que a situação fática ora em pauta, referente ao pagamento de verba indenizatória em virtude de suposto dano moral experimentado, não poderá ser apreciado pois mostra-se evidente a incompetência deste Juízo Especializado de Dívida Ativa Municipal para a análise da discussão concernente a indenização. No mais, consta nos autos a informação de que o Município de Manaus, de ofício, procedeu à retificação do cadastro do imóvel de matrícula nº 2089733 após o reconhecimento de erro que indevidamente atribuiu à Autora a propriedade e respectiva responsabilidade tributária dos débitos de IPTU vinculados ao imóvel em questão. Por todo o exposto, verifico que não existem mais razões plausíveis capazes de autorizar a continuidade da discussão processual existente nestes autos, ante a prejudicialidade operada pela perda superveniente de seu objeto, caracterizando a falta de interesse processual, exigindo-se, consequentemente, a extinção do feito. Reza o artigo 485 do Código de Processo Civil; "Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: (...) VI - verificar ausência de legitimidade ou de interesse processual;" Assim, tendo em vista a perda superveniente do objeto, JULGO EXTINTA a Ação, SEM A RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com base nas disposições do artigo 485, inciso VI, do Código de Processo Civil. Em homenagem ao princípio da causalidade, tendo em vista que o Ente Municipal equivocadamente atribuiu à Autora cobrança fiscal, dando causa à presente ação, hei por bem CONDENAR o Município de Manaus ao pagamento dos honorários advocatícios, os quais arbitro em R$ 1.000,00 (mil reais). Publique-se. Registre-se. Intimem-se as partes. Após o trânsito em julgado, dê-se BAIXA nos autos e arquivem-se com as cautelas de praxe. Cumpra-se.

ADV: CLAUDIA TEIXEIRA BRASIL (OAB 7400/AM) - Processo 0630575-29.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Anulação de Débito Fiscal - REQUERENTE: Fernanda de Lima Teixeira - SENTENÇA Autos n°: 0630575-29.2015.8.04.0001 Ação: Procedimento Comum Cível/PROC Requerente: Fernanda de Lima Teixeira Requerido: Municipio de Manaus Vistos etc... Trata-se de Ação Anulatória de Débito Fiscal combinada com Indenização por Dano Moral com Pedido de Tutela Antecipada oposta por Fernanda de Lima Teixeira, em face do MUNICÍPIO DE MANAUS. A Autora requer, em síntese, concessão de Tutela Antecipada e declaração de nulidade do débito lançado sob seu nome, referente ao IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano, em decorrência da suposta propriedade do imóvel de matrícula nº 2089733 localizado na Rua Vasco Vasques, nº 9, Qd F, Lt, Shangrila IV, Parque 10 - Parque 10 - CEP: 69.093-000. Manaus-AM. Argumenta que o imóvel sobre o qual recai a cobrança do imposto municipal não é de sua propriedade e não tem nenhum vínculo com o mesmo, e que, apesar disso, teve seu nome inserido como sujeito passivo da obrigação tributária referente ao IPTU dos exercícios 2004 e 2005, com o respectivo débito inscrito em dívida ativa municipal e posterior ajuizamento da Ação de Execução Fiscal nº 0854574-37.2009.8.04.0001, causando-lhe danos morais, motivo pelo qual requer a condenação da Requerida ao pagamento de indenização. Por meio da Decisão Interlocutória de fls. 30/33, o Juízo de Direito da 1ª Vara Especializada da Dívida Ativa Municipal indeferiu a Tutela Antecipada nos moldes requeridos na exordial. Na mesma Decisão deferiu o pedido de Justiça Gratuita pleiteado. Por meio da Contestação juntada às fls. 40/47 o Município de Municipal sustenta que a Requerente é a responsável pelos débitos tributários do imóvel em questão. Argumenta que caberia a Autora, por meio de processo administrativo específico, impugnar o lançamento do tributo. No mais, após tecer comentários acerca do pleito indenizatório, requer a improcedência dos pedidos formulados. Em Réplica, a Requerente informa que buscou por via administrativa, (processo administrativo n°: 2016.11209.12613.0.054612) a devida correção e retificação dos dados erroneamente inseridos no sistema de cadastro municipal, e que o pleito foi decidido em seu favor, conforme documentação de fls. 54/57. Vistas ao Ministério Público, que, por meio do Parecer de fls. 111/115, informou que no caso não há interesse público que justifique sua intervenção. Vieram-me os autos. Relatados, passo a decidir. Ao analisar a matéria vindicada na causa ora em observância, verifico que o tema em pauta versa também sobre pagamento de retorno indenizatório, frente a possível dano moral sofrido pela Autora em virtude do constrangimento propiciado pela prática de ato ilícito por parte do Município de Manaus, que indevidamente ajuizou Ação de Execução Fiscal referente a débito oriundo de responsabilidade

tributária indevidamente atribuída. Como é cediço, a edição da Lei Complementar nº 178/2017, que modificou o artigo 153, inciso II, da Lei Complementar nº 17/97, estabelece que a presente Especializada é competente para processar e julgar "as ações que tenham por objeto matéria tributária". Nesses termo, não obstante a ocorrência de circunstância de cunho tributário, entendo que a situação fática ora em pauta, referente ao pagamento de verba indenizatória em virtude de suposto dano moral experimentado, não poderá ser apreciado pois mostra-se evidente a incompetência deste Juízo Especializado de Dívida Ativa Municipal para a análise da discussão concernente a indenização. No mais, conforme consta nos autos julgados por este Juízo: processos nº 0630554-53.2015.8.04.0001; nº 0630570-07. 2015.8.04.0001; nº 0630563-15.2015.8.04.0001; nº 0630567-52.2015. 8.04.0001 e nº 0630579-66.2015. 8.04.0001, o Município de Manaus procedeu à retificação do cadastro do imóvel de matrícula nº 2089733 após o reconhecimento do erro que indevidamente atribuiu à Autora a propriedade e respectiva responsabilidade tributária dos débitos de IPTU vinculados ao imóvel em questão. Nesses termos, verifico que não existem mais razões plausíveis capazes de autorizar a continuidade da discussão processual existente nestes autos, ante a prejudicialidade operada pela perda superveniente de seu objeto, caracterizando a falta de interesse processual, exigindo-se, consequentemente, a extinção do feito. Reza o artigo 485 do Código de Processo Civil; "Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: (...) VI - verificar ausência de legitimidade ou de interesse processual;" Assim, tendo em vista a perda superveniente do objeto, JULGO EXTINTA a Ação, SEM A RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com base nas disposições do artigo 485, inciso VI, do Código de Processo Civil. Em homenagem ao princípio da causalidade, tendo em vista que o Ente Municipal equivocadamente atribuiu à Autora cobrança fiscal, dando causa à presente ação, hei por bem CONDENAR o Município de Manaus ao pagamento dos honorários advocatícios, os quais arbitro em R$ 1.000,00 (mil reais). Publique-se. Registre-se. Intimem-se as partes. Após o trânsito em julgado, dê-se BAIXA nos autos e arquivem-se com as cautelas de praxe. Cumpra-se. Manaus, 02 de setembro de 2019.

ADV: MARCELO DA COSTA PINHEIRO (OAB 4775/AM) - Processo 0639208-63.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0840306-70.2012.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Anulação de Débito Fiscal - REQUERENTE: Antônio Alves da Costa - DECISÃO Digam as partes, no prazo de 15 (quinze) dias, as provas que ainda desejam produzir nestes autos. Na hipótese de não manifestação ou não interesse na dilação probatória, voltem-me os autos conclusos para que o processo seja julgado sob a égide do art. 355, Inciso I, do Código de Processo Civil. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 04 de setembro de 2019.

ADV: ANTÔNIO LUIZ RODRIGUES ARAÚJO (OAB 8882/AM) - Processo 0641586-55.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Anulação de Débito Fiscal - REQUERENTE: SEVERINO ARAÚJO DA SILVA - SENTENÇA Autos n°: 0641586-55.2015.8.04.0001 Ação: Procedimento Comum Cível/PROC Requerente: SEVERINO ARAÚJO DA SILVA Requerido: Município de Manaus Vistos etc... Trata-se de Ação Anulatória de Débito Fiscal com Pedido de Tutela Antecipada e Indenização por Dano Moral oposta por SEVERINO ARAÚJO DA SILVA, já devidamente qualificada, em face do Município de Manaus. A parte Autora requer, em síntese, concessão de Tutela Antecipada no sentido de determinar a exclusão do seu nome do registro dos órgãos de proteção ao crédito SPC/SERASA, com cancelamento do respectivo Protesto Cartorário, e declaração de nulidade do débito lançado sob seu nome, referente ao IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano, em decorrência da suposta propriedade do imóvel de matrícula municipal nº 777434579, localizado na Rua Porangatu, n° 226, Bairro Redenção, CEP 69047-071, Manaus/AM. Argumenta que o imóvel sobre o qual recai a cobrança do imposto municipal não é de sua propriedade e não tem nenhum vínculo com o mesmo, e que, apesar disso, teve seu nome inserido como sujeito passivo da obrigação tributária referente ao IPTU dos exercícios 2011 a 2014, com o respectivo débito inscrito em dívida ativa municipal, lançamento de protesto em cartório e inscrição indevida de seu nome no SERASA e SPC causando-lhe danos morais, motivo pelo qual requer a condenação do Requerido ao pagamento de indenização. Por meio da Decisão Interlocutória de fls. 46/50, o então Juízo de Direito da 1ª Vara Especializada da Dívida Ativa Municipal indeferiu a tutela de urgência nos moldes requeridos pela Autor. Na mesma Decisão deferiu o pedido de Justiça Gratuita pleiteado. Devidamente citado, o Ente Municipal manifesta-se às fls. 57/66 por meio de Contestação e documentos, nos quais informa que o levantamento feito por meio do processo administrativo nº 2017.02287.02369.0.000306 constatou que, de fato, houve o cadastramento indevido em nome do Autor , motivo pelo qual procedeu à retificação do cadastro do imóvel de matrícula nº 777434579, mediante identificação do seu real proprietário, homônimo do Requerente. No mais, após tecer comentários acerca do pleito indenizatório, requer a improcedência dos pedidos formulados, haja vista a ausência de má-fé do Ente Municipal e as providências quanto a retificação cadastral em questão. As partes foram intimadas (fl. 89) para manifestarem a pretensão de produzirem novas provas nos autos. A parte Requerida, no petitório de fls. 94, informa que não pretende produzir novas provas. O prazo decorreu sem manifestação do Requerente. Vieram-me os autos. Relatados, passo a decidir. Ao analisar a matéria, verifico que o tema em pauta versa também sobre pagamento de retorno indenizatório, frente a possível dano moral sofrido pelo Autor em virtude do constrangimento propiciado pela prática de ato ilícito por parte do Município de Manaus, que indevidamente lhe atribuiu responsabilidade tributária, com posterior lançamento de protesto em cartório. Como é cediço, a edição da Lei Complementar nº 178/2017, que modificou o artigo 153, inciso II, da Lei Complementar nº 17/97, estabelece que esta Especializada é competente para processar e julgar "as ações que tenham por objeto matéria tributária". Nesses termos , não obstante a ocorrência de circunstância de cunho tributário, entendo que a situação fática ora em pauta, referente ao pagamento de verba indenizatória em virtude de suposto dano moral experimentado, não poderá ser apreciado pois mostra-se evidente a incompetência deste Juízo Especializado de Dívida Ativa Municipal para a análise da discussão concernente a indenização. No mais, consta nos autos a informação de que o Município de Manaus procedeu à retificação do cadastro do imóvel de matrícula nº 777434579 após o reconhecimento de erro perpetrado administrativamente pela SEMEF que indevidamente atribuiu à Autora a propriedade e respectiva responsabilidade tributária dos débitos de Imposto Predial e Territorial Urbano-IPTU vinculados ao imóvel em questão. Reconhecido o erro, foi providenciada a baixa do protesto lançado e consequente regularização da condição da Autora junto aos órgãos de restrição creditícia, fatos que configuram o esvaziamento da presente ação. Por todo o exposto, verifico que não existem mais razões plausíveis capazes de autorizar a continuidade da discussão processual existente nestes autos, ante a prejudicialidade operada pela perda superveniente de seu objeto, caracterizando a falta de interesse processual, exigindo-se, consequentemente, a extinção do feito. Reza o artigo 485 do Código de Processo Civil; "Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: (...) VI - verificar ausência de legitimidade ou de interesse processual;" Assim, tendo em vista a perda superveniente do objeto, JULGO EXTINTO a presente Ação, SEM A RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com base nas disposições do artigo 485, inciso VI, do Código de Processo Civil. Em homenagem ao princípio da causalidade, tendo em vista que o Ente Municipal equivocadamente atribuiu à Autora cobrança fiscal, dando causa à presente ação, hei por bem CONDENAR o Município de Manaus ao pagamento dos honorários advocatícios, os quais arbitro em R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais). Publique-se. Registre-se. Intimem-se as partes. Após o trânsito em julgado, dê-se BAIXA nos autos e arquivem-se com as cautelas de praxe. Cumpra-se. Manaus, 02 de setembro de 2019

Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Anali Caroline Castro Sanches Menna Barreto (OAB 273768/SP)
Anderson Lincoln Vital da Silva (OAB 8525/AM)
Antônio Luiz Rodrigues Araújo (OAB 8882/AM)
Claudia Teixeira Brasil (OAB 7400/AM)
Luiz Gustavo Barbosa de Souza França (OAB 9528/AM)
Marcelo da Costa Pinheiro (OAB 4775/AM)
Marcos Eduardo Abreu Costa Ferreira (OAB 6698/AM)
Roberto Barrieu (OAB 81665/SP)

2ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE DEFESA PRELIMINAR

A Doutora **Rosália Guimarães Sarmento**, Juíza de Direito da 2ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus, fazendo uso de suas atribuições legais **NOTIFICA O(A)(S) DENUNCIADO(A)(S)** abaixo mencionado(a)(s). conforme preceitua o art. 361,CPP, com prazo de 15 dias, para apresentação da **Defesa Preliminar** no prazo de 10(dez) dias:

Nº do Processo: 0206181-86.2016
Denunciado(a)(s): Vanderlane Araujo da Silva, filho de Deolindo Gonçalves da Silva e Raimunda Campos de Araujo.

Nº do Processo: 0206181-86.2016
Denunciado(a)(s): Silvaney Rodrigues de Souza, filho de Manoel Silva Rodrigues de Souza e Maria Mice Rodrigues de Lima.

4ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª V.E.C.U.T.E.
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0258/2019

ADV: JACKSON DA CRUZ ANDRADE (OAB 2460/AM), ADV: CAMILLA FERNANDA TUFI ALMEIDA (OAB 7024/AM), ADV: DEIWES ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 6355/AM), ADV: DAVID ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 2153/AM), ADV: FERNANDO ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 2060/AM) - Processo 0209525-75.2016.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Leonardo de Oliveira Nunes - Por todo o exposto e com substrato nos art. 312, caput e parágrafo único, do CPP, INDEFIRO o pedido de Revogação da Prisão Preventiva, e mantenho a segregação cautelar de Leonardo de Oliveira Pimentel.

Camilla Fernanda Tufi Almeida (OAB 7024/AM)
David Almeida dos Santos (OAB 2153/AM)
Deiwes Almeida dos Santos (OAB 6355/AM)
Fernando Almeida dos Santos (OAB 2060/AM)
Jackson da Cruz Andrade (OAB 2460/AM)

1ª VARA DE CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIMES CONTRA DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
JUIZ(A) DE DIREITO NAIA MOREIRA YAMAMURA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL JULIANA DO VALLE CORREIA LIMA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0142/2019

ADV: KÁTIA ALMEIDA DA SILVA (OAB 8928/AM) - Processo 0201588-69.2016.8.04.0015 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Contravenções Penais - RÉU: Daniel Rocha de Oliveira - Desta forma, declaro EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado DANIEL ROCHA DE OLIVEIRA, em face da PRESCRIÇÃO, e o faço com fundamento no artigo 107, IV, c/c 114 e art. 117, I, todos do Código Penal Brasileiro.

ADV: MARCELO COSTA DOS SANTOS (OAB 3821/AM) - Processo 0205045-88.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - DENUNCIADO: J.M.F.C. - Dê-se vista às partes para apresentação de Memoriais, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: RISONALDO DE MELO LIMA JÚNIOR (OAB 6997/AM) - Processo 0216557-34.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - RÉU: F.V.B. - Intime-se a defesa para que no prazo de 05 (cinco) ias apresente as Alegações Finais.

ADV: JORGE SECAF NETO (OAB 1167/AM), ADV: ANDREI FARIAS DE BARROS (OAB 6074/AM), ADV: EVANDRO DE AZEVEDO MARTINS FILHO (OAB 8290/AM), ADV: FRANROBSON RODRIGUES RIBEIRO (OAB 5441/AM), ADV: KAISER CORRÊA RIBEIRO (OAB 4904/AM), ADV: RONALDO THALES UCHÔA BRANDÃO (OAB 12738/AM), ADV: MARINA REZENDE LOPES (OAB 12153/AM), ADV: JÉSSICA SANTANA MAGNANI (OAB 10343/AM), ADV: JENNIFER GUIMARÃES DA SILVA (OAB 13314/AM), ADV: DAVID CUNHA NOVOA (OAB 10777/AM) - Processo 0219327-05.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - DENUNCIADO: Marcelo Newton Santos Frota - Intime-se a defesa acerca da Decisão de fls. 507/508.

ADV: LUZILENA GOMES MOTA (OAB 9991/AM), ADV: JOYCE VIVIANNE VELOSO DE LIMA (OAB 8679/AM), ADV: PRISCILA INOCÊNCIO DOS SANTOS (OAB 10445/AM), ADV: CARLA DAYANY LUZ ABREU (OAB 7038/AM), ADV: FILIPE DE FREITAS NASCIMENTO (OAB 6445/AM), ADV: LOURIVAL SIQUEIRA SILVA NETO (OAB 11828/AM), ADV: MARIANA DE JESUS RODRIGUES RAMOS (OAB 9702/AM), ADV: ISAURA CRISTINA BONAFÉ RODRIGUES (OAB 9518/AM) - Processo 0228231-09.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - DENUNCIADO: S.D.R.R. - D.M.R. - L.M.R. - Dê-se ciência à Defesa do denunciado acerca do teor do documento de fl.420, quanto ao valor referente aos honorários do intérprete. Considerando que o art. 281 do CPP equiparou, para todos os efeitos, o intérprete ao perito, determino que a Defesa do réu proceda ao depósito judicial do valor constante na fl. 420, até o dia 10/10/2019, juntando-se o comprovante junto ao presente feito, em conta vinculada a este processo, com fundamento no art. 95, § 1o, do CPC.

ADV: RAIMUNDO NUNES AMAZONAS (OAB 7379/AM) - Processo 0232859-46.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de vulnerável - RÉU: Marcelo Tavares Alves - Dê-se vista às partes para apresentação de Memoriais, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ISABEL LUANA DE OLIVEIRA NOBRE PAPALÉO (OAB 7338/AM), ADV: FRANK FERREIRA DANTAS (OAB 10195/AM), ADV: ANDRÉ HUMBERTO FORTES PAPALÉO (OAB 5688/AM) - Processo 0235199-26.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - RÉU: P.R.V. - Intime-se a Defesa do acusado, para que no prazo de 05 (cinco) dias apresente as Alegações Finais.

ADV: MOYSÉS ROBERTO GEBER CORRÊA (OAB 5678/AM) - Processo 0261701-02.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de vulnerável - RÉU: B.R.S. - Assim, com tais fundamentos, MANTENHO A PRISÃO PREVENTIVA DE BENILTON ROLIM DA SILVA, como garantia da ordem pública e por conveniência da instrução criminal, com fundamento no art. 311 e seguintes do CPP.

André Humberto Fortes Papaléo (OAB 5688/AM)
Andrei Farias de Barros (OAB 6074/AM)
Carla Dayany Luz Abreu (OAB 7038/AM)
David Cunha Novoa (OAB 10777/AM)
Evandro de Azevedo Martins Filho (OAB 8290/AM)
Filipe de Freitas Nascimento (OAB 6445/AM)
Frank Ferreira Dantas (OAB 10195/AM)
Franrobson Rodrigues Ribeiro (OAB 5441/AM)
Isabel Luana de Oliveira Nobre Papaléo (OAB 7338/AM)
Isaura Cristina Bonafé Rodrigues (OAB 9518/AM)
Jennifer Guimarães da Silva (OAB 13314/AM)
Jéssica Santana Magnani (OAB 10343/AM)
Jorge Secaf Neto (OAB 1167/AM)
Joyce Vivianne Veloso de Lima (OAB 8679/AM)
Kaiser Corrêa Ribeiro (OAB 4904/AM)
Kátia Almeida da Silva (OAB 8928/AM)
Lourival Siqueira Silva Neto (OAB 11828/AM)
Luzilena Gomes Mota (OAB 9991/AM)
Marcelo Costa dos Santos (OAB 3821/AM)
Mariana de Jesus Rodrigues Ramos (OAB 9702/AM)
Marina Rezende Lopes (OAB 12153/AM)

Moysés Roberto Geber Corrêa (OAB 5678/AM)
Priscila Inocêncio dos Santos (OAB 10445/AM)
Raimundo Nunes Amazonas (OAB 7379/AM)
Risonaldo de Melo Lima Júnior (OAB 6997/AM)
Ronaldo Thales Uchôa Brandão (OAB 12738/AM)

2ª VARA DE CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIMES CONTRA DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

JUIZ(A) DE DIREITO ARTICLINA OLIVEIRA GUIMARÃES

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL JANDERSON BARRETO DE SOUZA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0215/2019

ADV: EULER BARRETO CARNEIRO ADVOCACIA (OAB 4762/AM) - Processo 0244344-43.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - DENUNCIADO: E.B.S. - Em conformidade com as diretrizes instituídas pela ordem de serviço n° 001/2018, publicada em 04.10.2018, da MMª. Juíza de Direito Titular deste Juízo, esta secretaria procederá o seguinte ato ordinário: Procedo à intimação da defesa para comparecer à audiência designada no dia 23/09/2019 às 09:15h.

ADV: ROBERTO RANSES DAS C. BRASIL (OAB 2935/AM) - Processo 0640258-51.2019.8.04.0001 - Medidas Protetivas - Estatuto do Idoso Criminal - Estupro de Vulnerável - AUTOR: J.R.A.S. - Em consulta ao sistema saj verifico que procede razão ao órgão ministerial. Desta forma, tendo em vista que o pedido do requerente guarda relação com os autos 0633509-18.2019 que tramitam na 2ª Vara Especializada em Crimes contra a Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes, remetam-se os autos aquele juízo. À Secretaria para providências.

EULER BARRETO CARNEIRO ADVOCACIA (OAB 4762/AM)

Roberto Ranses das C. Brasil (OAB 2935/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIMES CONTRA DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0217/2019

ADV: PAULA CAROLINE GALVÃO DOS SANTOS SILVA (OAB 10175/AM), ADV: CINTHIA CRISTIANE DOS SANTOS SILVA (OAB 2302/AM), ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM), ADV: JOSE RICARDO VIEIRA TRINDADE (OAB 1459/AM) - Processo 0217798-53.2010.8.04.0001 (001.10.217798-9) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Contra a dignidade sexual - RÉU: C.C.B.V.B. - Deste modo, paute-se, com brevidade, Audiência de Instrução e Julgamento, com as intimações necessárias. Sendo o caso, expeçam-se as Cartas Precatórias pertinentes, de tudo dando ciência ao Ministério Público, ao Assistente da Acusação, se houver, e às Defensoras do Réu (procuração às fls. 70).

ADV: THIAGO FELIPE FERNANDES FERREIRA (OAB 13944/AM) - Processo 0222260-19.2011.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - DENUNCIADO: J.A.L. - CERTIFICO, QUANTO AO RÉU, Jonas de Aquino Lessa - INTIMADO, para comparecer à audiência designada para 22/10/2019 às 12:00h, conforme se demonstra na Certidão positiva do Oficial de Justiça e a carta de aviso de recebimento, respectivamente, às fls. 212 e 214. CERTIFICO, QUANTO À TESTEMUNHA E REPRESENTANTE LEGAL arrolada(s) na DENÚNCIA Roberta de Aquino Lessa, INTIMADA EM CARTÓRIO, conforme fls.207, a mesma ficou responsável em trazer as duas vítimas. CERTIFICO, QUANTO À(S) VÍTIMAS(S), Thais de Aquino Lessa e Patricia de Aquino Lessa foi expedido mandado e carta para, pois as duas são maiores de idade, esta Secretaria aguarda o retorno.

ADV: FÁBIO GUEDES DOS REIS (OAB 3132/AM) - Processo 0229926-03.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - RÉU: I.L.M. - CERTIFICO, QUANTO AO(S) RÉU(S), Ivan Lima de Menezes - NÃO INTIMADO(S) para comparecer à audiência designada para 21/04/2020 às 08:00h, conforme se demonstra na Certidão Negativa do Oficial de Justiça e a carta de aviso de recebimento, respectivamente, às de fls. XX/XX, esta Secretaria procederá as consultas nos sistemas judiciais disponíveis. CERTIFICO, QUANTO AO(S) RÉU(S),Ivan Lima de Menezes - NÃO INTIMADO(S) para comparecer à audiência designada para 21/04/2020 às 08:00h, conforme se demonstra na Certidão Negativa do Oficial de Justiça e a carta de aviso de recebimento, respectivamente, às de fls. XX/XX, esta Secretaria para tomar as providências, pois segundo Certidão do Oficial de Justiça o RÉU não reside mais no referido endereço, configurando se mudança de endereço sem aviso ao Cartório, tendo em vista que o Réu se comprometeu em informar a esta Secrataria qualquer mudança de sua localização, conforme termo de ciência assinado pelo mesmo, segundo fls.: XX. Informo ainda que procedi pesquisa na lista de réu presos e não encontrei seu nome.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0230757-41.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Crimes contra a Dignidade Sexual - DENUNCIADO: R.S.B. - Dessa forma, RECEBO A DENÚNCIA. Cite-se o DENUNCIADO por Oficial de Justiça - uma vez que se encontra em liberdade -, para responder à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, por meio de advogado, nos termos do art. 396 do CPP, devendo desde logo arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário (CPP, art. 396-A). Encaminhe-se anexo ao respectivo instrumento cópia da Denúncia, bem como faça constar a advertência de que transcorrido o prazo assinalado, sem manifestação, fica desde já nomeado o Defensor Público com atuação nesta Vara Especializada para representar o acusado, devendo neste caso os autos lhe serem encaminhados. Caso o DENUNCIADO não seja localizado no endereço constante da denúncia nem tenha havido a citação com hora certa, proceda-se às diligências de pesquisa de endereço deste através dos sistemas judiciários de busca disponíveis neste Juízo, para regular citação, renovando-se o ato citatório por Oficial de Justiça e pelos correios, autorizando-se, desde já, a expedição de carta precatória caso se trate de domicílio localizado fora desta jurisdição. Frustradas todas as diligências anteriores, cite-se na forma editalícia, consoante disciplina o art.361 e seguintes do Código de Processo Penal. Não havendo resposta ao chamado da justiça, determino, de imediato, a suspensão do curso do processo, bem como do prazo prescricional, nos termos do artigo 366 do Código de Processo Penal, com a devida ciência ao Ministério Público. Junte-se aos autos as certidões de antecedentes criminais, caso ainda não tenham sido juntadas. Evolua-se a classe processual para Ação Penal e proceda-se à atualização da qualificação das partes perante o cadastro. Intime-se o Ministério Público mediante vista dos autos.

ADV: BRENDO DE CASTRO MARTINS (OAB 13009/AM) - Processo 0233298-47.2019.8.04.0001 (processo principal 0216736-60.2019.8.04.0001) - Insanidade Mental do Acusado - Crimes de Tortura - EXCIPIENTE: Maria Elaine Damasceno Coelho - Ante o exposto, DEFIRO o pedido formulado pela Defesa, DETERMINANDO a instauração de incidente de insanidade mental, a fim de que a Ré seja submetida, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a exame médico-legal com a finalidade de apurar se, ao tempo da ação delitiva, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, configurando-se inimputável nos termos do art. 26 do Código Penal. Nomeio como curador para a Ré o seu advogado com procuração nos autos (fls. 05), Dr. Brendo de Castro Martins, OAB/AM 13.009, suspendendo o processo até desfecho do incidente, nos termos do § 2º do art. 149 do CPP. Para o efeito do exame, considerando que a Ré encontra-se solta, oficie-se ao setor competente a fim de que realize o exame de sanidade mental, no prazo acima designado, devendo informar ao juízo caso necessite de internação desta em estabelecimento especializado do Estado, nos termos do art. 150, caput do CPP. Intimem-se o Ministério Público e a Defesa para, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentarem outros quesitos, em atenção ao disposto no art. 176 do Código de Processo Penal. O(s) perito(s) deve(m)

responder aos seguintes quesitos, além de eventuais quesitos formulados pelas partes: 1 - A Ré é atualmente, ou era a época dos fatos, portadora de doença mental? Caso positivo, qual doença (informar o CID)? A doença de que padece a Ré é permanente, progressiva ou regressiva? 2 - A Ré possui atualmente, ou possuía a época dos fatos, desenvolvimento mental incompleto? 3 - A Ré possui atualmente, ou possuía a época dos fatos, retardo mental? 6 - A doença mental/desenvolvimento mental incompleto/retardo deixou a Ré inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento? 5 - A Ré estava sendo submetido à atendimento ambulatorial à época dos fatos? 6 - Sendo positiva a resposta ao quesito "5", o tratamento a que era a Ré submetida era capaz de controlar a doença ou permitir que esta entendesse o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento? 7 - Há risco de reiteração delitiva? 8 - A Ré oferece risco ao convício familiar ou ao convívio social? É violenta ou perigosa? 9 - Há mais alguma informação complementar que seja necessária saber sobre a Ré? Por fim, determino que, após a apresentação do laudo, dê-se vista às partes para que se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias. À Secretaria para as providências.

ADV: SUELY DE MELO COSTA (OAB 1499/AM) - Processo 0500918-78.2008.8.04.0001 (001.08.500918-1) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Atentado Violento ao Pudor - RÉU: R.N.F. - CERTIFICO que em conformidade com as diretrizes instituídas pela ordem de serviço n° 001/2018 do (a) MM. Juiz (a) de Direito, esta secretaria procederá o seguinte ato ordinário: Procede ao cancelamento da audiência designada para o dia 12/03/2020 às 08:00h, em razão da sentença prolatada nos itens 215/218. Eu, Janderson Barreto de Souza, Assistente Judiciário, digitei-o e Eu, Janderson Barreto de Souza, Diretor de Secretaria, conferi-o e subscrevo-o. Manaus, 17 de setembro de 2019 DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006 Janderson Barreto de Souza Diretor de Secretaria

ADV: JÚLIO CÉSAR ADAMI BERNEIRA (OAB 398/AM) - Processo 0550532-18.2009.8.04.0001 (001.09.550532-7) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Atentado Violento ao Pudor - RÉU: M.C.Q.S. - CERTIFICO que em conformidade com as diretrizes instituídas pela ordem de serviço n° 001/2018 do (a) MM. Juiz (a) de Direito, esta secretaria procederá o seguinte ato ordinário: Procede ao cancelamento da audiência designada para o dia 06/11/2019 às 08:00h, em razão da sentença prolatada nos itens 155/158. Eu, Janderson Barreto de Souza, Assistente Judiciário, digitei-o e Eu, Janderson Barreto de Souza, Diretor de Secretaria, conferi-o e subscrevo-o. Manaus, 17 de setembro de 2019 DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006 Janderson Barreto de Souza Diretor de Secretaria

ADV: EDMILSON DAS NEVES GUERRA (OAB 848/AM), ADV: EDUARDO JOSÉ BORGES GUERRA (OAB 5188/AM) - Processo 0550780-81.2009.8.04.0001 (001.09.550780-0) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro - DENUNCIADO: J.A.L.C. - CERTIFICO, QUANTO AO RÉU, Jaucer Antônio Leal Coimbra - INTIMADO para comparecer à audiência designada para 22/10/2019 às 11:00h, conforme se demonstra na Certidão positiva do Oficial de Justiça e a carta de aviso de recebimento, respectivamente, às de fls. 211/212. CERTIFICO, QUANTO À(S) TESTEMUNHAS) arrolada(s) na DENÚNCIA Jailson de Almeida Antunes e Alzinete Mascarenhas Simões, mandado de condução coercitiva, conforme fls.211/212.

ADV: RICARDO LEITE MENEZES (OAB 10110/AM) - Processo 0604776-42.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - DENUNCIADO: M.R.S.M.S. - CERTIFICO, QUANTO à audiência do dia 02/10/2019 as partes encontram -se devidamente intimadas, pois o Réu Manoel Roberto Socorro Matos de Sousa - INTIMADO(S), segundo fls.: 283 e a testemunha materno da vítima, Rui Paulo Ferreira de Miranda - INTIMADO, pois o assistente de acusação se comprometeu em trazer a referida testemunha conforme se demonstra no termo de fls. 283.

ADV: ANÍSIO MARQUES VALENTE NETTO (OAB 13255/AM), ADV: CÁSSIO JOSÉ MATOS DE BARROS (OAB 13256/AM) - Processo 0608739-58.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - RÉ: R.A.A. - Em conformidade com as diretrizes instituídas pela ordem de serviço n° 001/2018, publicada em 04.10.2018, da MMª. Juíza de Direito Titular deste Juízo, esta secretaria procederá o seguinte ato ordinário: Procedo à intimação da defesa, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, apresente os memoriais escritos, nos termos do art. 403, § 3º do CPP.

ADV: DIÓGENES SILVA ABREU (OAB 5051/AM) - Processo 0620270-44.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crime / Contravenção contra Criança / Adolescente - RÉU: J.M.R.R. - Dessa forma, RECEBO A DENÚNCIA. Cite-se o DENUNCIADO por Oficial de Justiça, na respectiva Unidade Prisional - uma vez que se encontra preso -, para responder à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, por meio de advogado, nos termos do art. 396 do CPP, devendo desde logo arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário (CPP, art. 396-A). Encaminhe-se anexo ao respectivo instrumento cópia da Denúncia, bem como faça constar a advertência de que transcorrido o prazo assinalado, sem manifestação, fica desde já nomeado o Defensor Público com atuação nesta Vara Especializada para representar o acusado, devendo neste caso os autos lhe serem encaminhados. Caso o DENUNCIADO não seja localizado no endereço constante da denúncia nem tenha havido a citação com hora certa, proceda-se às diligências de pesquisa de endereço deste através dos sistemas judiciários de busca disponíveis neste Juízo, para regular citação, renovando-se o ato citatório por Oficial de Justiça e pelos correios, autorizando-se, desde já, a expedição de carta precatória caso se trate de domicílio localizado fora desta jurisdição. Frustradas todas as diligências anteriores, cite-se na forma editalícia, consoante disciplina o art.361 e seguintes do Código de Processo Penal. Não havendo resposta ao chamado da justiça, determino, de imediato, a suspensão do curso do processo, bem como do prazo prescricional, nos termos do artigo 366 do Código de Processo Penal, com a devida ciência ao Ministério Público. Junte-se aos autos as certidões de antecedentes criminais, caso ainda não tenham sido juntadas. Evolua-se a classe processual para Ação Penal e proceda-se à atualização da qualificação das partes perante o cadastro. Intime-se o Ministério Público mediante vista dos autos.

ADV: JOSÉ RICARDO ALVES GONÇALVES (OAB 12097/AM), ADV: CARLOS ALBERTO BARROS FERREIRA (OAB 12374/AM) - Processo 0628330-40.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - RÉU: M.S.M. - Em conformidade com as diretrizes instituídas pela ordem de serviço n° 001/2018, publicada em 04.10.2018, da MMª. Juíza de Direito Titular deste Juízo, esta secretaria procederá o seguinte ato ordinário: Procedo à intimação da defesa, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, apresente os memoriais escritos, nos termos do art. 403, § 3º do CPP.

ADV: LUAN VIEIRA DA CUNHA (OAB 11201/AM), ADV: MAURÍCIO VIEIRA DE CASTRO FILHO (OAB 11035/AM) - Processo 0638764-88.2018.8.04.0001 - Medidas Protetivas - Estatuto do Idoso Criminal - Estupro de Vulnerável - INVESTIGAD: J.I.O.S. e outro - Dessa forma, RECEBO A DENÚNCIA. Citem-se os DENUNCIADOS por Oficial de Justiça - uma vez que estão em liberdade - , para responderem à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, por meio de advogado, nos termos do art. 396 do CPP, devendo desde logo arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário (CPP, art. 396-A). Encaminhe-se anexo ao respectivo instrumento cópia da Denúncia, bem como faça constar a advertência de que transcorrido o prazo assinalado, sem manifestação, fica desde já nomeado o Defensor Público com atuação nesta Vara Especializada para representar os denunciados, devendo neste caso os autos lhe serem encaminhados. Caso os DENUNCIADOS não sejam localizados no endereço constante da denúncia nem tenha havido a citação com hora certa, proceda-se às diligências de pesquisa de endereço destes através dos sistemas judiciários de busca disponíveis neste Juízo, para regular citação, renovando-se o ato citatório por Oficial de Justiça e pelos correios, autorizando-se, desde já, a expedição de carta precatória caso se trate de domicílio

localizado fora desta jurisdição. Frustradas todas as diligências anteriores, cite-se na forma editalícia, consoante disciplina o art.361 e seguintes do Código de Processo Penal. Não havendo resposta ao chamado da justiça, determino, de imediato, a suspensão do curso do processo, bem como do prazo prescricional, nos termos do artigo 366 do Código de Processo Penal, com a devida ciência ao Ministério Público. Junte-se aos autos as certidões de antecedentes criminais, caso ainda não tenham sido juntadas. Evolua-se a classe processual para Ação Penal e proceda-se à atualização da qualificação das partes perante o cadastro. Intime-se o Ministério Público mediante vista dos autos.

ADV: EULER BARRETO CARNEIRO (OAB 4762/AM) - Processo 0639866-14.2019.8.04.0001 - Pedido de Prisão Preventiva - Estupro de vulnerável - RÉU: N.M.M. - Pelo exposto, em consonância com Parecer Ministerial de fls. 87/88, INDEFIRO O PEDIDO DE REVOGAÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA COM PEDIDO ALTERNATIVO DE SUBSTITUIÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA POR MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO em favor de NILSON DE MOURA MOTA, com supedâneo nos artigos 282, § 4º e 6º, 311, 312, 313 I e II, 315 e 316, todos do Código de Processo Penal, por permanecerem inalterados os motivos que ensejam sua segregação cautelar, consoante fundamentação supra. À Secretaria para as providências.

ADV: DHEYSON LOBO DA SILVA MIRANDA (OAB 10363/AM), ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM) - Processo 0646264-45.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro - RÉU: H.M.L. - Pelo exposto, determino que seja extraída cópia das fls. 102, 103, 121, 122, 123/129, 130, 131, 132, 133, inclusive desta Decisão, e remetida à Presidência da Ordem dos Advogados do Brasil- Seção/AM, para que adote as medidas pertinentes no âmbito da Associação, requisitando, ainda, que informe a este Juízo o resultado do procedimento, se por ventura instaurado, inclusive, se foi aplicada multa ao advogado DHEYSON LOBO DA SILVA MIRANDA, OAB/AM 10.363, prevista no artigo 265, caput, do Código de Processo Penal, pelo abandono injustificado da causa. De outro lado, determino a imediata exclusão do cadastro do advogado DHEYSON LOBO DA SILVA MIRANDA, OAB/AM 10.363, uma vez que os autos tramitam em segredo de Justiça, conforme art. 234-B, do Código Penal, e que o causídico omitiu-se quanto à obrigação assumida com o constituinte, tendo sido, inclusive, já expedida Carta (fls. 134) e Mandado (fls. 135) com a finalidade de initmar o Réu para constituir novo advogado. À Secretaria para as providências.

Alex Mendes dos Santos (OAB 7308/AM)
Anísio Marques Valente Netto (OAB 13255/AM)
Brendo de Castro Martins (OAB 13009/AM)
Camila Bertolini de Paiva (OAB 8223/AM)
Carlos Alberto Barros Ferreira (OAB 12374/AM)
Cássio José Matos de Barros (OAB 13256/AM)
Cinthia Cristiane dos Santos Silva (OAB 2302/AM)
Dheyson Lobo da Silva Miranda (OAB 10363/AM)
Diógenes Silva Abreu (OAB 5051/AM)
Edmilson das Neves Guerra (OAB 848/AM)
Eduardo José Borges Guerra (OAB 5188/AM)
Euler Barreto Carneiro (OAB 4762/AM)
Fábio Guedes dos Reis (OAB 3132/AM)
Helena de Oliveira Galvão (OAB 2753/AM)
José Ricardo Alves Gonçalves (OAB 12097/AM)
Jose Ricardo Vieira Trindade (OAB 1459/AM)
Júlio César Adami Berneira (OAB 398/AM)
Luan Vieira da Cunha (OAB 11201/AM)
Maurício Vieira de Castro Filho (OAB 11035/AM)
Paula Caroline Galvão dos Santos Silva (OAB 10175/AM)
Ricardo Leite Menezes (OAB 10110/AM)
Suely de Melo Costa (OAB 1499/AM)
Thiago Felipe Fernandes Ferreira (OAB 13944/AM)

SEÇÃO VII

JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE - CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO REBECA DE MENDONÇA LIMA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL JAIME TORQUATO DE MELO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0060/2019

ADV: MÁRIO LIMA WU FILHO (OAB 2135A/DP) - Processo 0201066-16.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: A.M. - REQUERIDA: N.A.L. e outro - DECISÃO Pelo exposto, defiro a tutela de urgência, inaudita altera parte, para conceder a GUARDA do adolescente A. M. J. ao requerente A. M. Expeça-se o competente Termo de Guarda e de Responsabilidade. Cite-se o(s) requerido(s), no endereço que consta na inicial para, querendo, apresentar Contestação referente aos termos da presente demanda. Sendo esta diligencia infrutífera, diligencie-se junto ao SIEL quanto ao endereço da requerida. Intime-se. Cumpra-se, sem tardança.

ADV: VÂNIA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO MARQUES MARINHO (OAB 3247A/MP) - Processo 0202798-32.2018.8.04.0001 - Execução de Medida de Proteção à Criança e Adolescente - Seção Cível - REQUERENTE: C.T.Z.N.M. - REQUERIDA: C.C.B.B. - Pelo exposto e pelas razões supracitadas, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO nos termos do artigo 485, III do Código de Processo Civil, tendo em vista a desídia da parte autora.

ADV: MÁRIO LIMA WU FILHO (OAB 2135A/DP) - Processo 0209529-44.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: S.T.S.C. - REQUERIDA: R.F.S. e outro - Pelo exposto e pelas razões supracitadas, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO nos termos do artigo 485, III do Código de Processo Civil, pois o Autor não informou sua mudança de endereço e as tentativas de localiza-lo restaram infrutíferas.

ADV: PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA (OAB 9678/AM), ADV: MÁRIO LIMA WU FILHO (OAB 2135A/DP) - Processo 0210662-87.2019.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: S.A.T. - REQUERIDO: F.F.M. - DESPACHO R.H. Defiro o pedido de habilitação de fl. 89. Intime-se o requerido através do patrono para, querendo, apresentar Contestação, no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: LISBET DE SOUZA CARDOSO BARBOSA (OAB 12359/AM), ADV: WILSON JORGE BRAGA DO VALE (OAB 6360/AM) - Processo 0211081-10.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: H.S.R. - REQUERIDA: E.A.O. e outro - DESPACHO R.H. Diante da juntada de fls. 240/295, intime-se as partes para manifestação pertinente e requerer o que entender de direito, no prazo de 10 (dez) dias. Cumpra-se.

ADV: VÂNIA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO MARQUES MARINHO (OAB 3247A/MP) - Processo 0211194-61.2019.8.04.0001 - Execução de Medida de Proteção à Criança e Adolescente - Maus Tratos - REQUERENTE: S.A.C.A.S. - Determino que a adolescente seja desacolhida e entregue para os genitores Srs. W. A. de S. e G. da S. S. Expeça-se a Guia de Desacolhimento. Oficie-se ainda a instituição NACER para que realize visita domiciliar e envie relatório a este juízo da situação da adolescente e família após dois meses, visando findar a presente medida de proteção. Com a chegada de informações, conclusos. Intime-se. Cumpra-se, sem tardança.

ADV: VÂNIA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO MARQUES MARINHO (OAB 3247A/MP) - Processo 0212415-79.2019.8.04.0001 - Execução de Medida de Proteção à Criança e Adolescente - Seção Cível - REQUERENTE: S.S.J.I.J.C. - Decido. Analisado os autos e levando em consideração que não há mais o animus da genitora em entregar a criança para adoção e diante da ausência de situação de risco, HOMOLOGO O PEDIDO DE DESISTÊNCIA nos termos do artigo 485, VIII do Código de Processo Civil.

ADV: MÁRIO LIMA WU FILHO (OAB 2135A/DP) - Processo 0213257-69.2013.8.04.0001 - Execução de Medida de Proteção à Criança e Adolescente - Seção Cível - REQUERENTE: D.P.S.E.D.

- REQUERIDO: A.I.S.A. e outros - Decisão Diante do exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO nos termos do inciso VI, do artigo 485, do Código de Processo Civil, diante da impossibilidade de aplicação de medida de proteção, tendo em vista que o jovem L. H. DA S. P. atingiu a maioridade.

ADV: DIÊGO RIBEIRO GOMES (OAB 10614/AM) - Processo 0214604-98.2017.8.04.0001 - Execução de Medida de Proteção à Criança e Adolescente - Seção Cível - REQUERENTE: C.T.Z.L.M. - REQUERIDO: J.I.J.C.P.F.A. - INTSSADA: Y.E.S.S.A. e outros - DESPACHO R.H. Intime-se o Dr. Diêgo Ribeiro Gomes - OAB/AM nº 10.614/AM para juntar o pedido de habilitação de fls. 69/73 no processo pertinente, tendo em vista que as partes são estranhas aos autos. Outrossim, diante do trânsito em julgado, dê-se baixa e arquive-se.

ADV: DANIEL OCTÁVIO SILVA MARINHO (OAB 4301/AM), ADV: MÁRIO LIMA WU FILHO (OAB 2135A/DP) - Processo 0215843-69.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança Infância e Juventude - Seção Cível - IMPETRANTE: T.J.C.B.P. - IMPETRADA: M.M. e outro - DECISÃO Posto isso, e pelo que demais consta dos autos, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, nos termos do art. 487, I do CPC, para conceder ao impetrante T. J. C. B. P., a segurança pleiteada, definitivamente, ratificando os termos da liminar concedida, para reconhecer o seu direito líquido e certo de matricular-se, como matriculado já foi, na escola Municipal Presidente João Goulart, ou alternativamente, na Escola Municipal Profª Sara Barroso Cordeiro.

ADV: NILDA SILVA DE SOUSA (OAB 112/AM) - Processo 0216811-70.2017.8.04.0001 - Execução de Medida de Proteção à Criança e Adolescente - Seção Cível - REQUERENTE: C.T.Z.R.M. - Decisão Posto isto, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO nos termos do inciso VI, do artigo 485, do Código de Processo Civil, diante da impossibilidade de aplicação de medida de proteção, tendo em vista que o jovem atingiu a maioridade.

ADV: MÁRIO LIMA WU FILHO (OAB 2135A/DP) - Processo 0219015-87.2017.8.04.0001 - Regularização de Registro Civil - Seção Cível - REQUERENTE: J.T.T. - DECISÃO Pelo exposto, diante do preenchimento dos requisitos legais e em consonância com Ministério Público, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, nos termos do art. 487, I do Código de Processo Civil para ratificar a decisão judicial fls. 77/78 em que determinou-se a lavratura do Registro de Nascimento da criança Iza Katriny da Rocha da Silva, e CONCEDO a Guarda da referida criança para a requerente J. T. T., com fundamento no artigo 33, §2º da Lei nº 8.069/90. Sem custas e honorários, na forma do artigo 141, §2º, do Estatuto da Criança e do Adolescente. Dê-se ciência ao Ministério Público. Com o trânsito em julgado, expeça-se o necessário para cumprimento desta decisão, e após, arquive-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: VÂNIA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO MARQUES MARINHO (OAB 3247A/MP) - Processo 0221198-31.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0644051-66.2017.8.04.0001) - Execução de Medida de Proteção à Criança e Adolescente - Seção Cível - REQUERENTE: C.T.M.Z.L. - INTSSADO: R.N. e outros - Posto isto, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil em razão do fim da situação de risco, de forma que a infante passou a conviver com sua família substituta.

ADV: MÁRIO LIMA WU FILHO (OAB 2135A/DP) - Processo 0223730-07.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança Infância e Juventude - Seção Cível - IMPETRANTE: S.S.N. - DECISÃO Posto isso, e pelo que demais consta dos autos, julgo procedente o pedido para conceder a impetrante S. S. N., a segurança pleiteada, definitivamente, ratificando os termos da liminar concedida, para reconhecer o seu direito líquido e certo de matricular-se, como matriculada já foi, na Escola Municipal Síria Mamed Amed Chagas. Sem custas e honorários, na forma do artigo 141, §2º, do Estatuto da Criança e do Adolescente. Dê-se ciência ao Ministério Público. Decorrido o trânsito em julgado, expeça-se o necessário para cumprimento desta decisão. Após o transito em julgado, arquive-se. Publique-se, Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: VÂNIA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO MARQUES MARINHO (OAB 3247A/MP) - Processo 0227018-31.2017.8.04.0001 - Execução de Medida de Proteção à Criança e Adolescente - Seção Cível - REQUERENTE: C.T.Z.L. - REQUERIDO: E.A. e outros - Decisão Posto isto, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO nos termos do inciso VI, do artigo 485, do Código de Processo Civil, diante da impossibilidade de aplicação de medida de proteção, tendo em vista que a jovem atingiu a maioridade.

ADV: VÂNIA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO MARQUES MARINHO (OAB 3247A/MP) - Processo 0228704-92.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0220692-89.2016.8.04.0001) - Execução de Medida de Proteção à Criança e Adolescente - Seção Cível - REQUERENTE: C.T.Z.L.M. - Decisão Posto isto, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO nos termos do inciso VI, do artigo 485, do Código de Processo Civil, diante da impossibilidade de aplicação de medida de proteção, tendo em vista que a jovem Karoline atingiu a maioridade.

ADV: VÂNIA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO MARQUES MARINHO (OAB 3247A/MP) - Processo 0230212-68.2019.8.04.0001 - Providência - Seção Cível - REQUERENTE: S.S.J.I.J.C. - De ordem, designo o dia 11/11/2019 às 10:30h para a realização da audiência, em seguida faço o encaminhamento dos autos ao setor competente para expedir as Intimações necessárias. Dou fé. Manaus, 17 de setembro de 2019.

ADV: NILDA SILVA DE SOUSA (OAB 112/AM) - Processo 0230303-95.2018.8.04.0001 - Execução de Medida de Proteção à Criança e Adolescente - Abuso Sexual - REQUERENTE: S.A.C.A.S. - Pelo exposto, em consonância com o parecer ministerial determino que se remetam os autos ao Juízo da Infância e Juventude da Comarca de Careiro Castanho/AM. Cautelas de praxe. Intimações necessárias. Cumpra-se sem demora Publique-se, Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: VÂNIA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO MARQUES MARINHO (OAB 3247A/MP) - Processo 0230304-80.2018.8.04.0001 - Execução de Medida de Proteção à Criança e Adolescente - Seção Cível - REQUERENTE: S.A.C.A.S. - Posto isto, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil em razão do fim da situação de risco, de forma que a infante voltou a conviver com sua família natural.

ADV: VÂNIA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO MARQUES MARINHO (OAB 3247A/MP) - Processo 0231059-07.2018.8.04.0001 - Execução de Medida de Proteção à Criança e Adolescente - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: M.M.T. - REQUERIDA: G.W.S.S. - Decido. Analisado os autos e levando em consideração que não há mais o animus da genitora em entregar a criança para adoção e diante da ausência de situação de risco, HOMOLOGO O PEDIDO DE DESISTÊNCIA nos termos do artigo 485, VIII do Código de Processo Civil.

ADV: MÁRIO LIMA WU FILHO (OAB 2135A/DP) - Processo 0231713-57.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança Infância e Juventude - Seção Cível - IMPETRANTE: I.M.S. - IMPETRADO: K.H.S.C.S.S.M.E. e outro - DECISÃO Posto isso, e pelo que demais consta dos autos, julgo procedente o pedido para conceder a impetrante I. M. dos S., a segurança pleiteada, definitivamente, ratificando os termos da liminar concedida, para reconhecer o seu direito líquido e certo de matricular-se, como matriculada já foi, no CMEI Prof.ª Rita Etelvina Cássia G. Mourão. Sem custas e honorários, na forma do artigo 141, §2º, do Estatuto da Criança e do Adolescente. Dê-se ciência ao Ministério Público. Decorrido o trânsito em julgado, expeça-se o necessário para cumprimento desta decisão. Após o transito em julgado, arquive-se. Publique-se, Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MÁRIO LIMA WU FILHO (OAB 2135A/DP) - Processo 0231714-42.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança Infância e Juventude - Seção Cível - IMPETRANTE: G.A.S.V. e outros - IMPETRADA: I.C.C.C.A.C.C.M.S.E.E. e outro - DECISÃO Posto isso, e pelo que demais consta dos autos, julgo procedente o pedido, nos termos do art. 487, I do CPC, para conceder aos Impetrantes G. A. S. V., S. A. S. V., Y. F. S. V., a segurança pleiteada, definitivamente, ratificando os termos da liminar concedida, para reconhecer os seus direitos líquidos e certos de matricularem-se, como matriculados já foram, na Escola Estadual Zilda Arns Neumann. Sem custas e honorários, na forma do artigo 141, §2º, do Estatuto da Criança e do Adolescente. Dê-se ciência ao Ministério Público. Decorrido o trânsito em julgado, expeça-se o necessário para cumprimento desta decisão, e após, arquive-se.

Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: REGINA JANSEN SIMÕES (OAB 1086/AM) - Processo 0233617-49.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão Infância e Juventude - Maus Tratos - REQUERENTE: I.J.S. e outro - Decido. Pelo exposto e pelas razões supracitadas, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO nos termos do art. 485, VI do Código de Processo Civil, por perda do objeto, em razão do objetivo da demanda ajuizada fora alcançado sem a intervenção deste Juízo, não subsistindo razão para a existência da presente demanda processual.

ADV: MÁRIO LIMA WU FILHO (OAB 2135A/DP) - Processo 0234148-04.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: M.F.F.A. e outros - REQUERIDA: J.A.F.A. - DECISÃO Pelo exposto, em consonância com Ministério Público, defiro a tutela de urgência para conceder a GUARDA do infante Vinícius Gabriel Félix de Almeida aos requerentes M. F. F. DE A. e A. R. DE A.. Expeça-se o competente Termo de Guarda e de Responsabilidade. Encaminhe-se os autos para realização do estudo técnico pela Equipe Multidisciplinar. Com a vinda dos Pareceres, retornem os autos ao Ministério Público. Intime-se. Cumpra-se, sem tardança.

ADV: VÂNIA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO MARQUES MARINHO (OAB 3247A/MP) - Processo 0235618-70.2019.8.04.0001 - Execução de Medida de Proteção à Criança e Adolescente - Maus Tratos - REQUERENTE: C.T.Z.N.M. - DECISÃO Ante o exposto, em consonância com Ministério Público, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fundamento no artigo 485, V do Código de Processo Civil, por estar configurada a litispendência. Disponibilize-se cópia deste autos no processo de número: 0235632-54.2019. Dê-se ciência à nobre Promotora de Justiça. Decorrido o trânsito em julgado, expeça-se o necessário para cumprimento desta decisão. Dê-se baixa. Após, arquive-se. Publique-se, Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: VÂNIA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO MARQUES MARINHO (OAB 3247A/MP) - Processo 0235843-90.2019.8.04.0001 - Execução de Medida de Proteção à Criança e Adolescente - Seção Cível - REQUERENTE: S.A.C.A.S. - DECIDO Depreende-se da análise dos autos não haver meios legais para prosseguimento do feito, vez que findou-se a situação de risco que ensejou na propositura da presente demanda processual. Desta forma, não estando mais presentes os motivos basilares para a abertura das Medidas Protetivas elencados nos incisos artigo 98 da lei 8.069/90, conclui-se que a presente ação alcançou a sua finalidade, devendo, portanto, ser arquivada. Em consonância com o Parecer Ministerial, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil em razão do fim da situação de risco, de forma que o menor J. V. da S. M. voltou a conviver com sua família extensa, encontrando-se fora portanto da situação de risco ensejadora da presente demanda. Dê-se ciência ao Ministério Público. Após o transito em julgado, arquive-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: VÂNIA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO MARQUES MARINHO (OAB 3247A/MP) - Processo 0235960-52.2017.8.04.0001 - Execução de Medida de Proteção à Criança e Adolescente - Seção Cível - REQUERENTE: S.A.C.A.S. - Posto isto, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil em razão do fim da situação de risco, de forma que o adolescente voltou a conviver com sua família natural.

ADV: VÂNIA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO MARQUES MARINHO (OAB 3247A/MP) - Processo 0236799-09.2019.8.04.0001 - Providência - Seção Cível - REQUERENTE: S.A.C.A.S. - Em consonância com o Parecer Ministerial, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil em razão do fim da situação de risco, de forma que a adolescente voltou a conviver com sua família natural.

ADV: VÂNIA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO MARQUES MARINHO (OAB 3247A/MP) - Processo 0236803-46.2019.8.04.0001 - Providência - Seção Cível - REQUERENTE: S.A.C.A.S. - Posto isto, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil em razão do fim da situação de risco, de forma que o infante passou a conviver com sua família extensa.

ADV: VÂNIA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO MARQUES MARINHO (OAB 3247A/MP) - Processo 0241466-72.2018.8.04.0001 - Execução de Medida de Proteção à Criança e Adolescente - Abandono de incapaz - REQUERENTE: S.A.C.A.S. - DECISÃO Pelo exposto, em consonância com o Parecer Ministerial, DETERMINO A SUSPENSÃO DO DIREITO DE VISITAS E CONVIVÊNCIA da genitora Sra. E. do N. B. à suas filhas L. C. B. e R. K. do N. B., enquanto realizados estudo psicossocial acerca dos fatos narrados (fl. 30), para adoção de outras medidas necessárias para resguardas a integridade física e psíquica das crianças. Outrossim, cite-se e intime-se a requerida, para, querendo, apresentar contestação, e encaminhem-se os autos à equipe técnica para estudo. Cumpra-se.

ADV: SARAH MAIA VIANA (OAB 11440/AM) - Processo 0242870-66.2015.8.04.0001 - Execução de Medida de Proteção à Criança e Adolescente - Seção Cível - REQUERIDA: M.F.S. - E.A. e outros - DESPACHO R.H. Intime-se autora da ação, por meio de seu patrono constituído aos autos para requerer o que quiser de direito, tendo em vista resposta do Estado, no prazo de 15 dias. Cautelas de praxe

ADV: MÁRIO LIMA WU FILHO (OAB 2135A/DP) - Processo 0244775-04.2018.8.04.0001 - Execução de Medida de Proteção à Criança e Adolescente - Abandono de incapaz - REQUERENTE: S.A.C.A.S. - DECIDO Depreende-se da análise dos autos não haver meios legais para prosseguimento do feito, vez que findou-se a situação de risco que ensejou na propositura da presente demanda processual. Desta forma, não estando mais presentes os motivos basilares para a abertura das Medidas Protetivas elencados nos incisos artigo 98 da lei 8.069/90, conclui-se que a presente ação alcançou a sua finalidade, devendo, portanto, ser arquivada. Em consonância com o Parecer Ministerial, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil em razão do fim da situação de risco, de forma que a menor V. L. T. dos S. voltou passou a conviver com sua família extensa. Dê-se ciência ao Ministério Público. Após o transito em julgado, arquive-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: NILDA SILVA DE SOUSA (OAB 112/AM) - Processo 0521361-45.2011.8.04.0001 - Execução de Medida de Proteção à Criança e Adolescente - Seção Cível - REQUERENTE: José Cardoso Mendes da Silva - REQUERIDO: Aldeias Infantis SOS do Amazonas e outros - Posto isto, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil em razão do fim da situação de risco, de forma que a adolescente passou a conviver com sua família substituta.

ADV: DANTON CAVALCANTE BEZERRA (OAB 12258/AM) - Processo 0601989-40.2019.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: M.L.S. - C.C.S.S. - DECISÃO Ante o exposto, e pelo que demais consta dos autos, em consonância com o parecer do Ministério Público, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, nos termos do art. 487, III, “b” do Código de Processo Civil, razão pela qual homologo o acordo formulado em audiência de fls. 43/45, determinando a guarda compartilhada do infante L. C. da S. em favor de seus genitores, nos termos do acordo gerado.

ADV: EDILSON DA COSTA SILVA (OAB 9884/AM) - Processo 0604192-09.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: P.C. - L.D.S.C. - DESPACHO R.H. Intime-se a parte autora para manifestação pertinente e requerer o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, §1º do CPC. Outrossim, decorrido o prazo e em razão das informações de fls. 87/90, dê-se nova vista ao Ministério Público. Cumpra-se.

ADV: VÂNIA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO MARQUES MARINHO (OAB 3247A/MP) - Processo 0605398-63.2015.8.04.0001 - Execução de Medida de Proteção à Criança e Adolescente - Abandono Material - REQUERENTE: M.P.E.A.P.G. - REQUERIDO: D.S.A. - Posto isto, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil em razão do fim da situação de risco, de forma que os infantes estão a conviver com sua família natural.

ADV: GINA MORAES DE ALMEIDA (OAB 7036/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0605421-77.2013.8.04.0001 (apensado ao processo

0621800-93.2013.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Família - REQUERENTE: P.M.L. e outro - De ordem, designo o dia 26/09/2019 às 10:00h para a realização da audiência, em seguida faço o encaminhamento dos autos ao setor competente para expedir as Intimações necessárias. Dou fé. Manaus, 20 de agosto de 2019.

ADV: MÁRIO LIMA WU FILHO (OAB 2135A/DP) - Processo 0607030-90.2016.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: A.G.M. - REQUERIDA: K.G.O. e outros - Decido. Pelo exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO nos termos do inciso VI, do artigo 485 do Código de Processo Civil por falta de interesse de agir, uma vez que o pretendido já foi atingido em parte e restou prejudicado o pedido de guarda.

ADV: FRANCISCO ÉZIO VIANA DE OLIVEIRA (OAB 2160/AM), ADV: DANIEL DE OLIVEIRA CAMPOS (OAB 5258/AM) - Processo 0608633-33.2018.8.04.0001 - Execução de Medida de Proteção à Criança e Adolescente - Maus Tratos - REQUERENTE: J.S.A.S. - DECISÃO Ante o exposto, confirmo a decisão liminar e JULGO PROCEDENTE O PEDIDO para determinar o afastamento do lar da Requerida Sra. Â. C. B. de A. do endereço situado à travessa Maria de Lurdes, 102, Colônia Terra Nova, CEP 69015-175. Sem custas e honorários, na forma do artigo 141, §2º, do Estatuto da Criança e do Adolescente. Dê-se ciência à nobre Promotora de Justiça. Decorrido o trânsito em julgado, expeça-se mandado para cumprimento desta decisão. Dê-se baixa. Após, arquive-se. Publique-se, Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 12 de Setembro de 2019.

ADV: JAMMES BEZERRA DE OLIVEIRA (OAB 10038/AM) - Processo 0608666-57.2017.8.04.0001 - Adoção c/c Destituição do Poder Familiar - Adoção de Criança - REQUERENTE: J.N.F. e outro - DESPACHO R.H. Acolho a promoção ministerial. Intime-se os requerentes para que informem o endereço válido da Sra. F. S. G., para que seja remarcada audiência de consentimento. Cumpra-se.

ADV: BERNARDO SILVA DE SEIXAS (OAB 7910/AM) - Processo 0609305-75.2017.8.04.0001 - Adoção - Adoção de Criança - ADOTANTE: G.S.C. e outro - DESPACHO R.H. Compulsando os autos, verificou-se na certidão de nascimento do menor que o mesmo tem pai registral, e o mesmo não foi citado no processo, nem incluído no polo passivo da ação. Sendo assim, intime-se a parte autora para que emende a inicial, a fim de incluir o genitor no polo passivo da ação, ou informar a situação do mesmo. Cumpra-se.

ADV: VÂNIA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO MARQUES MARINHO (OAB 3247A/MP), ADV: DEBORA BANDEIRA KOENOW (OAB 12898/AM) - Processo 0610780-32.2018.8.04.0001 - Ação Civil Pública Infância e Juventude - Seção Cível - REQUERENTE: M.P.E.A.P.G. - REQUERIDO: E.A. e outro - DECISÃO Pelo Exposto, ratifico a decisão interlocutória de fls. 26/33 e JULGO PROCEDENTE O PEDIDO nos termos do art. 487, I, do Novo Código de Processo Civil, para determinar que o Estado do Amazonas forneça em caráter contínuo os seguintes materiais e medicamento: cloridrato de lidocaína, geléia estéril 2%, 04 tubos ao mês; gaze hidrófila, 01 pacote com 500 gazes ao mês; sondas de Nelaton calibre n.º 10, sendo 150 por mês; fraldas descartáveis infantil (XXG); Oxibutinina 1mg/ml, 2 vidros ao mês, em benefício da criança J. R. B. P., enquanto houver indicação médica. Outrossim, em caso de descumprimento estabeleço multa de R$1.000,00 (mil) reais limitados a 15 (quinze) dias-multa. À secretaria para as providências necessárias. Após o trânsito em julgado, arquive-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: TAMIRES MENEZES (OAB 8017/AM) - Processo 0612688-90.2019.8.04.0001 - Ação Civil Pública Infância e Juventude - Abandono Material - REQUERENTE: M.P.E.A.P.G. - REQUERIDA: M.M. - 3. DECISÃO Pelo exposto, rejeito as preliminares levantadas pelo requerido, e, no mérito, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO DO REQUERENTE, nos termos do art. 487, I do CPC, para condenar o requerido Município de Manaus a disponibilizar imediatamente e manter um mediador para acompanhamento pedagógico do infante C. G. K. L., sob pena de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais) limitados a 60 (sessenta) dias-multa. Sem custas e honorários por expressa disposição legal. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquive-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCO FRUTUOSO LIMA (OAB 9748/AM), ADV: BRENDO DE CASTRO MARTINS (OAB 13009/AM) - Processo 0613153-36.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0208947-44.2018.8.04.0001) - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: L.G.S.J. - M.M.S.N. - REQUERIDA: M.E.D.C. e outro - DESPACHO R.H. Diante da juntada do relatório psicológico de fls. 86/94, dê-se vista ao Ministério Público. Tendo em vista que a requerida constituiu patrono às fls. 84/85, concedo prazo de 15 (quinze) dias para, querendo, apresentar Contestação, cuja intimação deverá ser realizada via DJE. Quanto ao requerido, o AR de fl. 105 retornou com assinatura de pessoa estranha ao processo, sendo assim, determino sua citação por oficial de justiça. Cumpra-se.

ADV: DEIVID LEANDRO NASCIMENTO DE ARAÚJO (OAB 13731/AM) - Processo 0613362-68.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: D.F.L. - C.S.C. - DESPACHO R.H. Diante da promoção ministerial de fl. 207 e do trâmite dos autos nº 0219023-64.2017 (adoção), intime-se as partes para manifestação pertinente no prazo de 10 (dez) dias. Decorrido o prazo ou com a juntada de manifestação de ambas as partes, conclusos. Outrossim, apense-se os referidos autos. Cumpra-se.

ADV: ZILMARA MARCELA DE SOUZA GUEDES (OAB 10392/AM) - Processo 0615930-62.2016.8.04.0001 - Guarda - Guarda com genitor ou responsável no exterior - REQUERENTE: L.S.S. - REQUERIDA: A.T.A.S. e outro - DESPACHO R.H. Como quer o Ministério Público à fl. 346. Intime-se a genitora para manifestação acerca das informações constantes às fls. 320/344 no prazo de 10 (dez) dias. Após, conclusos.

ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM), ADV: FÁBIO RODRIGO DE OLIVEIRA MENEZES (OAB 13392/AM), ADV: MARIA EDILEUSA MORAES DE MEDEIROS (OAB 7060/AM) - Processo 0617784-57.2017.8.04.0001 - Adoção c/c Destituição do Poder Familiar - Adoção de Adolescente - ADOTANTE: P.S.S.S. - DECISÃO Ante o exposto e, pelo que demais consta dos autos, em consonância com pedido do Ministério Público, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, nos termos do art. 487, I do Código de Processo Civil, para decretar a DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR de A. W. S. J. sobre o filho K. M. S., com fundamento nos artigos 22 da Lei nº 8.069/90 e artigo 1.635 do Código Civil. Outrossim, defiro a ADOÇÃO UNILATERAL do jovem em favor do requerente, o Sr. P. S. S. de S., em caráter irrevogável, nos termos do artigo art. 1.618 do Código Civil, e artigos 39, 46, § 1°, 47 da Lei n. 12.010/09, pelo que determino: O cancelamento do registro original, com a abertura de um novo, neste constando o autor como pai, mantendo-se a Sra. H. Q. M. de S. como genitora, sendo vedada qualquer observação quanto à origem do ato. Deverá do novo assentamento constar como avós paternos os genitores do adotante, sendo também vedada qualquer observação quanto à origem do ato; O nome do adotando deverá se chamar K. M. DE S.

ADV: NILDA SILVA DE SOUSA (OAB 112/AM) - Processo 0618200-54.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0238595-69.2018.8.04.0001) - Tutela c/c Destituição do Poder Familiar - Abandono Material - REQUERENTE: M.P.E.A.P.G. - REQUERIDA: L.F.M. - DECISÃO Ante o exposto e, pelo que demais consta dos autos, em consonância com pedido do Ministério Público, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, nos termos do art. 487, I do Código de Processo Civil para decretar a DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR dos Srs. L. F. M. sobre a filha G. F. M., com supedâneo nos artigos 24 da Lei nº 8.069/90 e artigos 1.635 c/c 1638 do Código Civil.

ADV: NILDA SILVA DE SOUSA (OAB 112/AM) - Processo 0622107-37.2019.8.04.0001 - Ação Civil Pública Cível - Direitos da Personalidade - REQUERENTE: M.P.E.A.P.G. - DECISÃO Pelo Exposto, ratifico a decisão interlocutória de fls. 18/22 e JULGO PROCEDENTE O PEDIDO nos termos do art. 487, I, do Novo Código de Processo Civil, para determinar que o requerido Estado do Amazonas realização do exame de Ressonância Magnética de Crânio sob Sedação para fins de diagnóstico e, com o resultado, disponibilize consulta de retorno com neuropediatra em benefício da criança N. S. DA S., ao passo que consigno a realização do referido exame.

ADV: WALTER SIQUEIRA BRITO (OAB 4186/AM) - Processo 0623674-40.2018.8.04.0001 - Ação Civil Pública Infância e Juventude - Seção Cível - REQUERIDA: M.M. - DECISÃO Pelo

exposto, ratifico a decisão de fls. 37/42, e, no mérito, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO DO REQUERENTE, nos termos do art. 487, I do CPC para condenar o MUNICÍPIO DE MANAUS a disponibilizar TRANSPORTE ESPECIAL GRATUITO EM VEÍCULO ADAPTADO ÀS NECESSIDADES da criança E. M. DE A. C. para que possa frequentar as sessões de fisioterapia realizadas na Universidade Paulista - UNIP, enquanto houver indicação médica, sob pena de multa diária de R$1.000,00 (hum mil reais), limitados a 15 (quinze) dias-multa em caso de descumprimento do ora estabelecido. Sem custas e honorários por expressa disposição legal. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquive-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: WALDERY JUNIO MARQUES DE MESQUITA (OAB 10714/AM) - Processo 0624565-61.2018.8.04.0001 - Habilitação para Adoção - Adoção Internacional - REQUERENTE: A.P. - A.M. - Decido Ao exame dos autos, JULGO PROCEDENTE o pedido, nos termos do art. 487, I do Código de Processo Civil para que sejam habilitados os Srs. A. P. e A. M., junto ao Cadastro Nacional de Adoção, devendo ser obedecida a ordem cronológica da relação de inscrição existente no Setor de Adoção da Coordenação do Serviço Social.

ADV: VANESSA INGLYD AZEVEDO GUIMAS (OAB 10800/AM), ADV: RÔMULO ALMEIDA DO NASCIMENTO (OAB 2150/AM) - Processo 0627659-51.2017.8.04.0001 - Adoção c/c Destituição do Poder Familiar - Adoção de Criança - ADOTANTE: M.S.N.J. e outro - Ante o exposto, e pelo que demais consta dos autos, acolho o pedido do Ministério Público e JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, nos termos do art. 487, I do Código de Processo Civil, para conceder a guarda da adolescente J. DA S. F. aos Requerentes, com fundamento no artigo 33, §2º da Lei nº 8.069/90.

ADV: NANCY MAGGIO (OAB 6460/AM) - Processo 0627850-28.2019.8.04.0001 - Adoção - Adoção de Criança - REQUERENTE: T.L.S. - ADOTANTE: G.M. - DECISÃO Desta forma, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO nos termos do inciso VI, do artigo 485 c/c parágrafo único do art. 321 do Código de Processo Civil.

ADV: MÁRIO LIMA WU FILHO (OAB 2135A/DP) - Processo 0629639-96.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão Infância e Juventude - Maus Tratos - REQUERENTE: C.A.C.A. e outro - REQUERIDA: C.A.C. e outro - Decido. Pelo exposto e pelas razões supracitadas, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO nos termos do art. 485, VI do Código de Processo Civil, por perda do objeto, em razão do objetivo da presente medida fora alcançado sem a intervenção deste Juízo, não subsistindo razão para a existência da presente demanda processual.

ADV: CARLOS JAVIER TUNJA QUINONEZ (OAB 11801/AM) - Processo 0631113-39.2017.8.04.0001 - Adoção - Adoção de Adolescente - ADOTANTE: Getúlio Barbosa Sobrinho - Regina Aurora Matos da Cunha - Pelo exposto e pelas razões supracitadas, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO nos termos do artigo 485, III do Código de Processo Civil, tendo em vista a desídia da parte autora.

ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM) - Processo 0631723-36.2019.8.04.0001 - Petição Infância e Juventude Cível - Liminar - REQUERENTE: Associacao de Pais, Mestres e Comunitarios do Colegio Militar da Policia Militar Vii, Escola Estadual Professora Eliana - Associacao de Pais, Mestres e Comunitarios/apmc da Escola Estadual Aurea Pinheiro Braga - DESPACHO R.H. Defiro como requer o Ministério Público à fl. 244. À secretaria para que proceda com o desentranhamento das pecas de fls. 221/243, bem como intime-se a parte autora por meio de seu patrono sobre a manifestação de fls. 217/220 no prazo de 10 (dez) dias. Após, conclusos.

ADV: MÁRIO LIMA WU FILHO (OAB 2135A/DP) - Processo 0633905-29.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0224349-68.2018.8.04.0001) - Execução de Medida de Proteção à Criança e Adolescente - Seção Cível - REQUERENTE: S.R.O. e outro - REQUERIDA: K.R.S. - DECISÃO Ante o exposto, em consonância com Ministério Público, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, nos termos do art. 487, I do Código de Processo Civil para conceder a guarda da adolescente B. da S. L. em favor da requerentes, com fundamento no artigo 33, §2º da Lei nº 8.069/90.

ADV: VIRGINIA NUNES BESSA (OAB 3591/AM), ADV: NILDA SILVA DE SOUSA (OAB 112/AM) - Processo 0634567-90.2018.8.04.0001 - Ação Civil Pública Infância e Juventude - Seção Cível - REQUERENTE: M.P.E.A.P.G. - REQUERIDO: E.A. - E.A. - DECISÃO Pelo Exposto, ratifico a decisão interlocutória de fls. 21/26 e JULGO PROCEDENTE O PEDIDO nos termos do art. 487, I, do Novo Código de Processo Civil, para determinar que o Estado do Amazonas forneça em caráter contínuo SUPLEMENTO ALIMENTAR HIPERCALÓRICO e ACOMPANHAMENTO MENSAL COM NUTRICIONISTA, bem como, CADEIRA DE RODAS ADAPTADAS às medidas da criança R. V. DOS S. M., enquanto houver indicação médica, ao passo que consigno o cumprimento da determinação de fornecer a cadeira de rodas. Outrossim, diante da prestação continuada dos alimentos especiais e da consulta mensal com nutricionista, em caso de descumprimento estabeleço multa de R$500,00 (quinhentos) reais limitados a 10 (dez) dias-multa. À secretaria para as providências necessárias. Após o trânsito em julgado, arquive-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: NILDA SILVA DE SOUSA (OAB 112/AM) - Processo 0641665-92.2019.8.04.0001 - Ação Civil Pública Cível - Direitos da Personalidade - REQUERENTE: M.P.E.A.P.G. - REQUERIDA: M.M. - DECISÃO Ante o exposto, e pelo que demais consta dos autos JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fundamento no artigo 485, V do Código de Processo Civil por estar configurada a litispendência. Sem custas e honorários, na forma do artigo 141, §2º, do Estatuto da Criança e do Adolescente. Dê-se ciência à nobre Promotora de Justiça. Decorrido o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquive-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ARLINDO GONÇALVES DOS SANTOS NETO (OAB 4368/AM) - Processo 0644326-44.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Vinícius Rangel Marques dos Santos - DECISÃO Nessa esteira, em razão do exposto, DEFIRO a liminar inaudita altera pars, razão pela qual, DETERMINO ao requerido Estado do Amazonas, a disponibilizar no prazo de 15 (quinze) dias, o exame de Fibronasoscopia em favor do autor V. R. M. dos S., sob pena de bloqueio e levantamento de valor correspondente a obrigação de fazer (art. 497 do CPC), bem como, aplicação de multa diária de R$ 100,00 (cem reais) limitada a 10 (dez) dias-multa, em caso de descumprimento do ora estabelecido.

ADV: VÂNIA MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO MARQUES MARINHO(OAB3247A/MP)-Processo0645684-44.2019.8.04.0001 - Ação Civil Pública Infância e Juventude - Abandono Material - REQUERENTE: M.P.E.A.P.G. - DECISÃO Nessa esteira, em razão do exposto, DEFIRO a liminar inaudita altera pars, razão pela qual, DETERMINO ao requerido Estado do Amazonas, a disponibilizar no prazo de 15 (quinze) dias, o exame de videodeglutograma com fonoaudiólogo em favor da menor M. S. das C., sob pena de bloqueio e levantamento de valor correspondente a obrigação de fazer (art. 497 do CPC), bem como, aplicação de multa diária de R$ 100,00 (cem reais) limitada a 10 (dez) dias-multa, em caso de descumprimento do ora estabelecido.

ADV: NILDA SILVA DE SOUSA (OAB 112/AM) - Processo 0647955-26.2019.8.04.0001 - Guarda - Fato Atípico - REQUERENTE: M.P.E.A.P.G. - REQUERIDO: A.B.P. - DECISÃO Pelo exposto, em consonância com Ministério Público, defiro a tutela de urgência para conceder a GUARDA dos infantes A. C. S. P., Á. S. P. e A. A. S. P. à genitora A. S. de O.. Expeça-se o competente Termo de Guarda e de Responsabilidade. Cite-se o requerido para, querendo, apresentar Contestação referente aos termos da presente demanda. Encaminhe-se os autos para realização do estudo técnico pela Equipe Multidisciplinar. Com a vinda dos Pareceres, retornem os autos ao Ministério Público. Intime-se. Cumpra-se, sem tardança.

ADV: NILDA SILVA DE SOUSA (OAB 112/AM) - Processo 0648458-47.2019.8.04.0001 - Ação Civil Pública Infância e Juventude - Abandono Material - REQUERENTE: M.P.E.A.P.G. - DECISÃO Nessa esteira, em razão do exposto, DEFIRO a liminar inaudita altera pars, razão pela qual, DETERMINO ao requerido Estado do Amazonas, a disponibilizar no prazo de 15 (quinze) dias, o exame de ressonância magnética de crânio sob sedação, em favor da criança N. E. A. L., sob pena de bloqueio e levantamento de valor correspondente a obrigação de fazer (art. 497 do CPC), bem como, aplicação de multa diária de R$ 100,00 (cem reais)

limitada a 10 (dez) dias-multa, em caso de descumprimento do ora estabelecido.

ADV: MÁRIO LIMA WU FILHO (OAB 2135A/DP) - Processo 0651353-15.2018.8.04.0001 - Habilitação para Adoção - Adoção Nacional - REQUERENTE: E.R.S. - Decido Ao exame dos autos, JULGO PROCEDENTE o pedido, nos termos do art. 487, I do Código de Processo Civil para que sejam habilitados os Srs. E. R. dos S., junto ao Cadastro Nacional de Adoção, devendo ser obedecida a ordem cronológica da relação de inscrição existente no Setor de Adoção da Coordenação do Serviço Social.

Arlindo Gonçalves dos Santos Neto (OAB 4368/AM)
Bernardo Silva de Seixas (OAB 7910/AM)
Brendo de Castro Martins (OAB 13009/AM)
Carlos Javier Tunja Quinonez (OAB 11801/AM)
Daniel de Oliveira Campos (OAB 5258/AM)
Daniel Octávio Silva Marinho (OAB 4301/AM)
Danton Cavalcante Bezerra (OAB 12258/AM)
Debora Bandeira Koenow (OAB 12898/AM)
Deivid Leandro Nascimento de Araújo (OAB 13731/AM)
Diêgo Ribeiro Gomes (OAB 10614/AM)
Edilson da Costa Silva (OAB 9884/AM)
Fábio Rodrigo de Oliveira Menezes (OAB 13392/AM)
Francisco Ézio Viana de Oliveira (OAB 2160/AM)
Francisco Frutuoso Lima (OAB 9748/AM)
Gina Moraes de Almeida (OAB 7036/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Jammes Bezerra de Oliveira (OAB 10038/AM)
Lisbet de Souza Cardoso Barbosa (OAB 12359/AM)
Manoel Eduardo dos Santos Assis (OAB 9613/AM)
Maria Edileusa Moraes de Medeiros (OAB 7060/AM)
Mário Lima Wu Filho (OAB 2135A/DP)
Nancy Maggio (OAB 6460/AM)
Nilda Silva de Sousa (OAB 112/AM)
Pedro Antônio de Oliveira (OAB 9678/AM)
Regina Jansen Simões (OAB 1086/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Rômulo Almeida do Nascimento (OAB 2150/AM)
Sarah Maia Viana (OAB 11440/AM)
Tamires Menezes (OAB 8017/AM)
Vanessa Inglyd Azevedo Guimas (OAB 10800/AM)
Vânia Maria do Perpétuo Socorro Marques Marinho (OAB 3247A/MP)
Virginia Nunes Bessa (OAB 3591/AM)
Waldery Junio Marques de Mesquita (OAB 10714/AM)
Walter Siqueira Brito (OAB 4186/AM)
Wilson Jorge Braga do Vale (OAB 6360/AM)
Zilmara Marcela de Souza Guedes (OAB 10392/AM)

JUIZADO ESPECIALIZADO NO COMBATE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

1º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

JUÍZO DE DIREITO DA 1º JUIZADO ESPECIALIZADO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (MARIA DA PENHA)

JUIZ(A) DE DIREITO AUREA LINA GOMES ARAÚJO

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARGARIDA MARIA CAVALCANTE TOMÉ

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0106/2019

ADV: GISCARDE OVÍDIO KARRER DE MELO MONTEIRO (OAB 6885/AM), ADV: PAULO ROBERTO CORREIA SILVA (OAB 14033/AM) - Processo 0604862-87.2018.8.04.0020 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Ameaça - REQUERIDO: E.C.G.M. - SENTENÇA: Diante de tais argumentos, vislumbrando que as medidas protetivas anteriormente concedidas já não são mais necessárias à garantia da integridade física e moral da vítima, e convicta de que elas devem subsistir em decurso temporal que observe o princípio da razoabilidade, em respeito ao princípio da dignidade da pessoa humana, bem como ao direito, assegurado constitucionalmente a qualquer indivíduo de ir e vir, JULGO EXTINTO o processo sem resolução do mérito, o que faço por sentença, com fulcro no art. 485, VI, do NCPC (aplicado aqui subsidiariamente), devendo ser providenciado o seu arquivamento com baixa na distribuição.

ADV: FRANCIANE AGUIAR DE CASTRO (OAB 10425/AM), ADV: ALDENORA DOS SANTOS SOARES (OAB 13129/AM) - Processo 0605025-67.2018.8.04.0020 (apensado ao processo 0602927-12.2018.8.04.0020) - Ação Penal - Procedimento Sumário - Contra a Mulher - AUTORFATO: A.F.S. - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO a APELAÇÃO de folhas antecedentes, nos seus jurídicos e legais efeitos, ex vi do art. 593, I do Código de Processo Penal. Intime-se o apelado para apresentar contrarrazões no prazo legal. A seguir, com ou sem manifestação, ao e. TJAM. Cumpra-se, sem tardança. P.I.C

Aldenora dos Santos Soares (OAB 13129/AM)
Franciane Aguiar de Castro (OAB 10425/AM)
Giscarde Ovídio Karrer de Melo Monteiro (OAB 6885/AM)
Paulo Roberto Correia Silva (OAB 14033/AM)

2º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

JUÍZO DE DIREITO DA 2º JUIZADO ESPECIALIZADO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (MARIA DA PENHA)

JUIZ(A) DE DIREITO LUCIANA DA EIRA NASSER

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ANTÔNIO CARLOS CONDE HOLANDA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0067/2019

ADV: KÁSSIA CAMILA GUERRA MONTEIRO (OAB 13373/AM) - Processo 0200009-36.2019.8.04.0030 (apensado ao processo 0603670-45.2019.8.04.0001) - Pedido de Prisão Preventiva - Decorrente de Violência Doméstica - RÉU: J.M.L.F. - Isto posto, julgo extinto o processo sem julgamento do mérito, nos termos art. 485, V, do Código de Processo Civil. Após o transito em julgado, arquive-se. P.R.I. Manaus, 16 de setembro de 2019 Eline Paixão e Silva Gurgel do Amaral Pinto Juíza de Direito

ADV: LEONARDO DA PENHA ALVES (OAB 13649/AM) - Processo 0238180-52.2019.8.04.0001 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Contra a Mulher - REQUERENTE: M.A.C. - REQUERIDO: R.M.L. - DESPACHO Intime-se o causídico para juntar aos autos procuração outorgada pela vítima, assim como, elementos de prova que possibilitem a análise do pedido. Prazo de 05 dias. Cumpra-se.

ADV: MARCELO ALMEIDA DE OLIVEIRA (OAB 10004/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0600192-10.2017.8.04.0030 (apensado ao processo 0600415-26.2018.8.04.0030) - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Lesão Corporal - AUTORFATO: E.C. - Trata-se de pedido de restituição de arma de fogo, fls. 59. O Ministério Público manifestou-se favoravelmente. Decido. Nos autos do processo 0600415-26.2018, instaurado para apurar a suposta prática delituosa, o autor foi absolvido, assim, entendo que não há óbice para a restituição. Expeça-se alvará de restituição da arma de fogo. Cumpra-se.

ADV: RAÍSSA NATASHA MOURA DE OLIVEIRA (OAB 12537/AM) - Processo 0600888-75.2019.8.04.0030 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Ameaça - AUTORFATO: A.P.C. - Forte nos argumentos expostos, JULGO IMPROCEDENTE a pretensão punitiva deduzida pelo Ministério Público Estadual, para o fim de absolver ALDAIR PEREIRA DA COSTA pela prática da contravenção penal de vias de fato e ameaça. P.R.I. Após o trânsito em jugado, arquivem-se com baixa na distribuição. Sem custas. Manaus, 16 de setembro de 2019. Eline Paixão e Silva Gurgel do Amaral Pinto Juíza de Direito

ADV: MOISÉS ELIAS DA SILVA (OAB 6887/AM) - Processo 0601919-67.2018.8.04.0030 (apensado ao processo 0600948-19.2017.8.04.0030) - Ação Penal - Procedimento Sumário - Lesão Corporal - AUTORFATO: R.C.F. - DECISÃO I - Vistos etc ... II - RECEBO A DENÚNCIA em todos os seus termos. III - Cite-se o

denunciado acerca da exordial acusatória para que ofereça, via advogado constituído, resposta escrita no prazo de dez dias, conforme artigo 396A do CPP, advertindo-o ainda que, na sua falta, ser-lhe-á nomeado Defensor Público. IV - Não sendo o denunciado encontrado no endereço indicado na denúncia, fica a Secretaria autorizada a proceder a colheita de outros endereços, junto ao Banco de Dados do Tribunal Regional Eleitoral (SIEL) e junto ao próprio SAJ. V - Com fundamento no artigo 353 do CPP,realizada a consulta e verificado endereço em outra Comarca, fica a Secretaria autorizada a expedir a CARTA PRECATÓRIA, na forma dos artigos 354 e 355 do CPP . Consigne-se na Carta Precatória que, se o denunciado se ocultar para não ser citado, deverá o oficial de justiça certificar e proceder a citação por hora certa, nos moldes do artigo 362 do CPP. VI - Devidamente citado e transcorrido o prazo legal, sem manifestação do denunciado, intime-se a Defensoria Pública para representar o réu e apresentar sua defesa escrita. VII - Colhidos os possíveis endereços do denunciado, expedidos os mandados e não sendo ele encontrado para ser citado, vistas ao MP para manifestação. VIII - Sendo requerida, pelo Ministério Público, a citação por edital, desde logo a defiro, ficando a Secretaria autorizada a publicar o edital respectivo, com prazo de quinze dias, conforme artigo 361 e seguintes do CPP. IX - Diligencie-se para intimação do suposto agressor sobre medidas protetivas deferidas, se ainda não intimado. X - Junte-se certidão de antecedentes criminais do denunciado. XI - É ônus das partes - Ministério Público e defesa - arrolarem as testemunhas por ocasião do oferecimento da denúncia ou da defesa prévia, com qualificações e endereços completos, sob pena de restar prejudicada a intimação judicial das mesmas, quando, então, deverão ser apresentadas na audiência pelas próprias partes.

ADV: LILIANE CESAR CORRÊA (OAB 8393/AM) - Processo 0602988-37.2018.8.04.0030 (apensado ao processo 0602897-34.2018.8.04.0001) - Ação Penal - Procedimento Sumário - Difamação - AUTORFATO: V.S.C.J. - DECISÃO I - Vistos etc ... II - RECEBO A DENÚNCIA em todos os seus termos. III - Cite-se o denunciado acerca da exordial acusatória para que ofereça, via advogado constituído, resposta escrita no prazo de dez dias, conforme artigo 396A do CPP, advertindo-o ainda que, na sua falta, ser-lhe-á nomeado Defensor Público. IV - Não sendo o denunciado encontrado no endereço indicado na denúncia, fica a Secretaria autorizada a proceder a colheita de outros endereços, junto ao Banco de Dados do Tribunal Regional Eleitoral (SIEL) e junto ao próprio SAJ. V - Com fundamento no artigo 353 do CPP,realizada a consulta e verificado endereço em outra Comarca, fica a Secretaria autorizada a expedir a CARTA PRECATÓRIA, na forma dos artigos 354 e 355 do CPP . Consigne-se na Carta Precatória que, se o denunciado se ocultar para não ser citado, deverá o oficial de justiça certificar e proceder a citação por hora certa, nos moldes do artigo 362 do CPP. VI - Devidamente citado e transcorrido o prazo legal, sem manifestação do denunciado, intime-se a Defensoria Pública para representar o réu e apresentar sua defesa escrita. VII - Colhidos os possíveis endereços do denunciado, expedidos os mandados e não sendo ele encontrado para ser citado, vistas ao MP para manifestação. VIII - Sendo requerida, pelo Ministério Público, a citação por edital, desde logo a defiro, ficando a Secretaria autorizada a publicar o edital respectivo, com prazo de quinze dias, conforme artigo 361 e seguintes do CPP. IX - Diligencie-se para intimação do suposto agressor sobre medidas protetivas deferidas, se ainda não intimado. X - Junte-se certidão de antecedentes criminais do denunciado. XI - É ônus das partes - Ministério Público e defesa - arrolarem as testemunhas por ocasião do oferecimento da denúncia ou da defesa prévia, com qualificações e endereços completos, sob pena de restar prejudicada a intimação judicial das mesmas, quando, então, deverão ser apresentadas na audiência pelas próprias partes.

ADV: KASSER JORGE CHAMY DIB SOCIEDADE INDIVIDUAL (OAB 5551/AM) - Processo 0627841-66.2019.8.04.0001 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Contra a Mulher - AUTORFATO: A.H.M.B. - Vistos etc. Trata-se de pedido de medidas protetivas formulado pela vítima. As medidas protetivas foram deferidas e o réu foi devidamente intimado. Assim, não havendo contrariedade ao pedido, confirmo integralmente as medidas deferidas, pelo prazo de 10(dez) meses contados da intimação do requerido, sem prejuízo de posterior prorrogação a pedido da ofendida. P.R.I. Determino o sobrestamento do feito no aguardo do transcurso do prazo. Havendo manifestação de qualquer das partes, retornem conclusos. Transcorrido o prazo de vigência das medidas, sem manifestação, arquive-se em definitivo, independentemente de despacho judicial.

ADV: MARIA LÍRIA NEVES DA SILVA (OAB 10639/AM), ADV: CHARLES RIBEIRO DA SILVA (OAB 5694/AM) - Processo 0630872-65.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Decorrente de Violência Doméstica - INDICIADO: J.T.S. - Ato Ordinatório: Intime-se os(as) advogados(as), para tomar(em) ciência da AUDIÊNCIA de Instrução e Julgamento pautada para o dia 13/11/2019 às 09:00h, a ser realizada no 2º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha). Antônio Carlos Conde Holanda, Diretor(a) de Secretaria, por força da Portaria nº 063/02 da C.G.J. Manaus, 17 de setembro de 2019. Maria Líria Neves da Silva e Charles Ribeiro da Silva

ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM) - Processo 0642956-30.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Ameaça - INDICIADO: O.J.M.G. - Pelo exposto, REVOGO A PRISÃO PREVENTIVA de OTÁVIO JÚNIO MARQUES GUSMÃO e APLICO AS MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO elencadas nos incisos I, IV e IX do art. 319 do CPP c/c art. 22, II, III, “a”, “b” e “c”, da Lei 11.340/06, caso em que deverá: Comparecer mensalmente neste Juízo para informar e justificar atividades; Não se ausentar da Comarca; Ser monitorado eletronicamente, devendo: a) informar o endereço onde possa ser localizado, bem como um número de telefone celular, para que a central de monitoramento possa fazer contato imediato com o autuado, quando de qualquer ocorrência com o equipamento ou infração as normas constantes na decisão judicial; b) apresentar documento oficial de identificação e CPF (se houver); c) receber visitas de servidores da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado do Amazonas - SEAP, responsável pela monitoração eletrônica, para atendimentos de eventos decorrentes de violações das regras impostas, responder aos seus contratos e seguir suas orientações; d) abster-se de comportamento que possa afetar o normal funcionamento da monitoração eletrônica, especialmente atos tendentes a impedi-la ou dificultá-la, a eximir-se dela, a iludir os servidores que a monitoram, a causar dano ao equipamento utilizado ou permitir que outrem o faça; e) informar de imediato à SEAP, se detectar falhas no respectivo equipamento; f) recarregar o equipamento, de forma correta, todos os dias, conforme orientação prévia; g) manter atualizado o juízo competente de qualquer alteração de endereço residencial ou comercial, para que, de oficio, informe a SEAP para atualizar o sistema de monitoramento; h) comparecer, quando convocado, à SEAP, para efetuar qualquer verificação no equipamento; i) que a violação dos deveres previstos acarretará as sanções previstas na Lei e a revogação do benefício da liberdade, sem prejuízo de outras de ordem civil e administrativa; j) entregue-se o botão do pânico à ofendida (caso disponível); afastar-se do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida; proibição de determinadas condutas, entre as quais: a) aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de 300m distância entre estes e o agressor; b) contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação; c) frequentação lugares que a vítima costuma a frequentar, a fim de preservar a integridade física e psicológica daquela; Expeça-se o competente mandado de condução coercitiva do requerido para que seja apresentado à SEAP para colocação da tornozeleira e Termo de Compromisso, constando-se, no termo, as proibições de aproximação da ofendida, de sua residência e local de trabalho, se informado nos autos, com a distância mínima fixada. Oficie-se à SEAP para que execute o monitoramento e, em caso de descumprimento das regras aqui fixadas, efetue a prisão em flagrante do monitorado, em caso de cometimento de novo delito, ou represente de imediato à autoridade judicial, no plantão, se for o caso, para as providências cabíveis. Em caso de inexistência de tornozeleira eletrônica, o Requerido deverá ser colocado em liberdade, assumindo o compromisso de, tão logo seja chamado para colocação do equipamento, comparecer à SEAP para iniciar o monitoramento. Neste caso, comunique-se a SEAP acerca desta decisão para que seja o Requerido notificado para regularizar sua situação. INTIME-SE a vítima do inteiro teor desta decisão.

Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 17 de setembro de 2019 Eline Paixão e Silva Gurgel do Amaral Pinto Juíza de Direito

ADV: LINDOMAR LIMA DE SOUZA (OAB 9739/AM) - Processo 0644710-41.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0600830-72.2019.8.04.0030) - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Ameaça - REQUERIDO: L.R.C. - Ante o exposto, por considerar que a requerente não solicitou a prorrogação das Medidas concedidas, JULGO EXTINTO o presente feito, reconhecendo a perda de objeto da medida, com o devido prosseguimento regular do procedimento criminal.

ADV: ALEXANDRA SÁ SIMOES (OAB 12970/AM) - Processo 0648953-91.2019.8.04.0001 - Crimes de Calúnia, Injúria e Difamação de Competência do Juiz Singular - Difamação - VÍTIMAFATO: Luana Deyse Correira Souza - Narra a peça inicial que o querelado teria declarado, na Delegacia de Proteção a Criança, que a ofendida "é bipolar, faz uso de medicamentos controlados e faz uso de drogas", deixando de especificar o tempo do crime. Ainda, aduz que o querelado passou a ofender a vítima por meio de redes sociais, acusando-a de extorsão, deixando de descrever a conduta, a página de facebook onde foi divulgada e também o tempo do crime. Considerando que o querelado deve defender-se da fatos e que estes devem estar bem delimitados na inicial, determino a intimação da querelante para aditamento da queixa-crime. Por fim, deve a procuração outorgada conferir poderes expressos para o ajuizamento de queixa-crime. Intime-se o patrono para suprir as omissões supra dentro do prazo decadencial ou em cinco dias, o que ocorrer primeiro.

ADV: ALEX LELIS DA COSTA (OAB 11888/AM) - Processo 0650477-60.2018.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Ameaça - INDICIADO: C.G.V.C. - Assim, defiro o pedido, autorizando a restituição da fiança paga ao requerido. Expeça-se o alvará. Transitando em julgado, arquive-se. P.R.I.

Alex Lelis da Costa (OAB 11888/AM)
Alexandra Sá Simoes (OAB 12970/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Charles Ribeiro da Silva (OAB 5694/AM)
KASSER JORGE CHAMY DIB SOCIEDADE INDIVIDUAL (OAB 5551/AM)
Kássia Camila Guerra Monteiro (OAB 13373/AM)
Leonardo da Penha Alves (OAB 13649/AM)
Liliane Cesar Corrêa (OAB 8393/AM)
Lindomar Lima de Souza (OAB 9739/AM)
Marcelo Almeida de Oliveira (OAB 10004/AM)
Maria Líria Neves da Silva (OAB 10639/AM)
Moisés Elias da Silva (OAB 6887/AM)
Raíssa Natasha Moura de Oliveira (OAB 12537/AM)

3º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

JUÍZO DE DIREITO DA 3º JUIZADO ESPECIALIZADO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (MARIA DA PENHA)

JUIZ(A) DE DIREITO LUCIANA DA EIRA NASSER

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GILSON JOSÉ DOS SANTOS JUNIOR

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0062/2019

ADV: NÁDIA ALMEIDA LIMA (OAB 10786/AM) - Processo 0246549-69.2018.8.04.0001 (processo principal 0600520-03.2018.8.04.0030) - Exceção de Litispendência - Contravenções Penais - AUTORA: Maria de Nazare Jatoba do Lago - SENTENÇA: Vistos, etc... Trata-se de Exceção de Litispendência, com fulcro no art. 95, inciso III, do CPP. Aduz a requerente que já fora apresentada representação sobre os mesmo fatos e partes, nos autos do processo de n. 0602095-28.2017.8.04.0015, em trâmite neste Juízo, estando o mesmo aguardando audiência de retratação (fls. 115), conforme documentos em anexo. Considerando a existência de outro processo nº 0602095-28.2017.8.04.0015 (Queixa Crime/Representação), com as mesmas partes, fatos e pedidos. Decido por EXTINGUIR o processo sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, inciso V, do Novo Código de Processo Civil. Proceda-se a baixa, arquivando-se em seguida. Dê-se ciência à parte e ao Ministério Público. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: WENDEL ALMEIDA DE SOUZA (OAB 11172/AM) - Processo 0600267-68.2019.8.04.0001 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Ameaça - REQUERENTE: I.P.S. - De ordem do Excelentíssimo Dr. Tamiris Gualberto Figueiredo, Juiz de Direito do 3º Juizado Especializado no Combate à Violência Doméstica contra a Mulher e Família - Maria da Penha, procedo com a intimação da parte Requerida para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se sobre o teor da petição de fls. 22/26.

ADV: WENDEL ALMEIDA DE SOUZA (OAB 11172/AM) - Processo 0600267-68.2019.8.04.0001 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Ameaça - REQUERENTE: I.P.S. - Isso posto, não havendo contrariedade ao pedido autoral, julgo extinto o feito, confirmando medidas deferidas, pelo prazo nelas estipulado, sem prejuízo de posterior prorrogação a pedido da ofendida. Determino o arquivamento, ressaltando-se que, havendo comunicação da vítima de novo ato de violência, devem os autos serem desarquivados imediatamente para análise do Juízo.

ADV: ENDREW DOS SANTOS MESQUITA (OAB 14260/AM) - Processo 0606747-62.2019.8.04.0001 - Petição Criminal - Injúria - QUERELANTE: D.S.S. - SENTENÇA: Tendo em vista a manifestação da parte querelante, na qual requer a desistência e arquivamento do presente feito, julgo por sentença EXTINTA a QUEIXA CRIME, nos termos do artigo 107, inciso V, do Código Penal.

ADV: IZABELLE ARAÚJO MARINHO (OAB 12468/AM) - Processo 0633722-24.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Leve - VÍTIMAFATO: Giliane Gonçalves de Melo e outro - RÉU: G.S.G.M. - De Ordem do MM. Juiz, pautei audiência de instrução e julgamento para o dia 22/10/2019, às 11:15h.

ADV: MARCUS AURÉLIO FERNANDES SENA (OAB 10817/AM) - Processo 0636771-73.2019.8.04.0001 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Contra a Mulher - REQUERIDO: M.S.A. - Isto posto, mantendo-as medidas protetivas integralmente até o término de seu prazo de vigência, razão pela qual extingo o processo com resolução de mérito.

ADV: MARCIA ANDREA COELHO GOMES (OAB 12007/AM) - Processo 0642600-35.2019.8.04.0001 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Contra a Mulher - REQUERENTE: D.G.C. - REQUERIDA: A.M.C. - Isso posto, não havendo contrariedade ao pedido autoral, julgo extinto o feito, confirmando medidas deferidas, pelo prazo nelas estipulado, sem prejuízo de posterior prorrogação a pedido da ofendida. Determino o arquivamento, ressaltando-se que, havendo comunicação da vítima de novo ato de violência, devem os autos serem desarquivados imediatamente para análise do Juízo.

ADV: CLAUDOMILTON ROBERTO DA SILVA (OAB 10291/AM), ADV: MARLON SANTOS DE OLIVEIRA (OAB 10137/AM) - Processo 0644297-28.2018.8.04.0001 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Ameaça - REQUERIDO: H.F.A. - DECISÃO: Por isso, houve a perda do objeto da presente demanda, ausente medida protetiva válida, porque já substituída por decisão proferida em juízo diverso. Ainda, ausente justa causa para colocação do monitoramento, devendo pedido ser formulado no processo 0639872.21.2019. Posto isto, determino o arquivamento do presente, após regular intimação das partes.

ADV: FABIANO CORTEZ DE NEGREIROS (OAB 9281/AM) - Processo 0649509-30.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Ameaça - RÉU: L.S.S. - SENTENÇA: Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão punitiva deduzida pelo Ministério Público Estadual, motivo por que CONDENO LUCAS SILVA DE SOUZA nas sanções penais do art. 24-A da Lei 11.340/2006 e ABSOLVO da prática dos crimes previstos nos arts. 147 do Código Penal e 21 do Decreto Lei 3.688/41, nos termos do art. 386, VII do Código de Processo Penal.

Claudomilton Roberto da Silva (OAB 10291/AM)
Endrew dos Santos Mesquita (OAB 14260/AM)
Fabiano Cortez de Negreiros (OAB 9281/AM)
Izabelle Araújo Marinho (OAB 12468/AM)
Marcia Andrea Coelho Gomes (OAB 12007/AM)
MARCUS AURÉLIO FERNANDES SENA (OAB 10817/AM)
Marlon Santos de Oliveira (OAB 10137/AM)
Nádia Almeida Lima (OAB 10786/AM)
Wendel Almeida de Souza (OAB 11172/AM)

VARA DO JUIZADO DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL

JUÍZO DE DIREITO DA JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0410/2019

ADV: MATHEUS LOBATO BELTRÃO (OAB 13287/AM) - Processo 0603346-55.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: R.A.S. - Ante o exposto, julgo procedentes os pedidos constantes da exordial, para determinar ao Requerido que retifique a promoção do Autor à graduação de 3º Sargento, para que passe a contar de 31 de dezembro de 2014, nos termos da fundamentação acima exposta. Improcedentes os demais pleitos. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da sentença, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Após, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: ROGÉRIO PENA BENTO DA SILVA (OAB 9960/AM) - Processo 0604226-47.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Militar - REQUERENTE: Rudá de Souza Monteiro - DISPOSITIVO Ante o exposto, julgo improcedente o pleito autoral, extinguindo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe.. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I.

ADV: SARAH PORTO LIMA ANIJAR (OAB 4098/AM) - Processo 0604799-85.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Militar - REQUERENTE: Jean Ricardo Correa da Silva - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Jean Ricardo Correa da Silva em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM) - Processo 0607573-88.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: Sidney Natalino Costa Ferreira - Diante do exposto, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes, no valor de R$ 19.960,00 (dezenove mil, novecentos e sessenta reais), para que produza seus regulares efeitos jurídicos, nos termos do art. 487, III, "b", do Código de Processo Civil. Considerando que a parte autora já apresentou a conta bancária e os dados para instrução do ofício requisitório de pequeno valor, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Em seguida, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e honorários advocatícios (art. 55 da Lei 9.099/95). P.R.I. Cumpra-se.

ADV: ROGÉRIO PENA BENTO DA SILVA (OAB 9960/AM) - Processo 0608143-74.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Militar - REQUERENTE: José Denilson da Costa Fialho - Ante o exposto, julgo procedentes os pedidos constantes da exordial, para determinar ao Requerido que retifique a promoção do Autor à graduação de 2º Sargento, para que passe a contar de 21 de abril de 2016 e para condenar o Estado do Amazonas ao pagamento de R$ 4.052,88 (quatro mil e cinquenta e dois reais e oitenta e oito centavos), referente às diferenças remuneratórias decorrentes da promoção retroativa da Autora, no período de abril de 2016 a abril de 2018. Nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil, resolvo o processo com análise do mérito. Sem custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Sobre a condenação deve haver correção monetária mensal pelo IPCA-e (REsp 1495146/ MG) e incidirá juros de mora a partir da citação (art. 240 do CPC), nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da sentença, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. À Secretaria para expedição do ofício requisitório de pequeno valor, após a informação. Após, oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: WAGNER AMÂNCIO DOS SANTOS (OAB 4660/AM) - Processo 0609065-18.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pensão por Morte (Art. 74/9) - REQUERENTE: Francisco Domarci Martins de Melo - Dispositivo. Ante o exposto e nos termos da fundamentação acima, julgo improcedentes os pleitos autorais, ao passo em que extingo o processo com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil. Sem custas e condenação em honorários, em observância ao artigo 55 da Lei 9.099/95. Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: WIRLEY BENEZAR FALCAO (OAB 12792/AM) - Processo 0609270-47.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Elson Malveira da Silva - DISPOSITIVO Ante o exposto, julgo improcedente o pleito autoral, extinguindo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe.. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I.

ADV: ROSEMARY LIMA RODRIGUES (OAB 2351/AM) - Processo 0612188-24.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Catarina Damasceno Mustafa - Ante o exposto e nos termos da fundamentação acima, JULGO IMPROCEDENTE o pedido, EXTINGUINDO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil. Sem custas e condenação em honorários, em observância ao artigo 55 da Lei 9.099/95. Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GESSICLEIDE TIBURCIO DE MOURA ORIENTE (OAB 10867/AM) - Processo 0612399-94.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pensão por Morte (Art. 74/9) - REQUERENTE: Santina Belizario Michiles - DISPOSITIVO. Ante o exposto e nos termos da fundamentação acima, julgo improcedentes os pedidos, extinguindo o processo com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil. Sem custas e condenação em honorários, em observância ao artigo 55 da Lei 9.099/95. Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. Publique-se. Registre-se.

Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO CARLOS LEANDRO SOARES (OAB 7653/AM) - Processo 0613473-52.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Plano de Classificação de Cargos - REQUERENTE: Rosanne Melo da Rocha - DISPOSITIVO Por estes, motivos JULGO PROCEDENTE, em parte, a pretensão da autora, extinguindo-se o processo, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil, para o ?m de condenar o réu: a) a adequar os vencimentos da requerente para o equivalente do Padrão F-08, relativo ao cargo de Especialista em Saúde - Enfermeiro; b) a promover o pagamento das diferenças salariais devidas retroativamente a janeiro de 2014 e seus respectivos re?exos sobre 13º salário, férias + 1/3, no valor de R$ 11.743,25 (onze mil, setecentos e quarenta e três reais e vinte e cinco centavos), nos termos da planilha apresentada às fls. 127/132. Sobre os valores haverá correção monetária mensal, pelo IPCA-e, a contar de janeiro de 2014, devendo ser observada a diferença salarial mensal, tomando-se por base a planilha retrocitada. Haverá, ainda, incidência de juros de 0,5% a.m., 1º - F, da Lei Federal nº 9.494/97, a contar da citação, conforme decidiu o STF no RE870947 (Tema 810). Certificado o trânsito em julgado, caso seja promovido o cumprimento de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se o advogado da Requerente para ciência dos cálculos e para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Em seguida, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, expeça-se o alvará e arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM) - Processo 0615568-55.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Tatiana da Silva - DISPOSITIVO. Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial para: a) Obrigar a fundação requerida a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa abaixo estipulada; b) Condenar a requerida ao PAGAMENTO de R$ 8.464,67 (oito mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e sessenta e sete centavos), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito. c) CONDENAR, ainda, a requerida ao pagamento das parcelas vencidas e vincendas no curso da demanda, a partir do ajuizamento da ação, até o trânsito em julgado. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Após, inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, onde deverá apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor , remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CHRISTIANNE DI FELÍCIO FERREIRA DA SILVA (OAB 3631/AM) - Processo 0617567-43.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção - REQUERENTE: M.L.S. - DISPOSITIVO Ante o exposto, julgo procedentes os pedidos constantes da exordial, para determinar ao Requerido que retifique a promoção da Autora à graduação de 3º Sargento, para que passe a contar de 25 de agosto de 2015, bem como a retificação da posição hierárquica no quadro de 3º Sargento. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da sentença, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Após, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: CHRISTIANNE DI FELÍCIO FERREIRA DA SILVA (OAB 3631/AM) - Processo 0617830-75.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção - REQUERENTE: J.F.C.A.P. - DISPOSITIVO Ante o exposto, julgo procedente o pedido constante da exordial, para determinar ao Requerido que retifique a promoção do Autor à graduação de 3º Sargento, para que passe a contar de 25 de agosto de 2015, nos termos da fundamentação acima exposta. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da sentença, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Após, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ CARLOS HERCULINO DOS SANTOS (OAB 9945/AM) - Processo 0617942-44.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Classificação e/ou Preterição - REQUERENTE: Gilcicléia Nogueira Alves - Ante o exposto, julgo procedente o pedido formulado na petição inicial, para condenar o Estado do Amazonas na obrigação de nomear a Autora para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, na vaga destinada ao município de Barcelos/AM, nos termos do Edital nº 01 de 10 de fevereiro de 2014. Certificado o trânsito em julgado, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da sentença, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0621593-84.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Debora Maria Carvalho e Souza - DISPOSITIVO Diante do exposto, JULGO PROCEDENTES, em parte, os pleitos autorais, condenando a requerida na obrigação de, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação desta, promover a correção do valor do piso salarial da parte autora para o valor de R$ 1.250,00 (mil e duzentos e cinquenta reais), devendo este ser pago a título de vencimento, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das diferenças salariais retroativas, no valor de R$ 24.791,45 (vinte e quatro mil, setecentos e noventa e um reais e quarenta e cinco centavos), referente ao período de junho de 2014 até o mês de setembro de 2019. Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das parcelas que vencerem até o trânsito em julgado, consoante a fundamentação acima aduzida. Por conseguinte, extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Sobre os valores haverá correção monetária mensal pelo IPCA-e/IBGE, observando-se a diferença mensal, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o REsp 1.495.146-MG (Info 620). Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09. Em relação à obrigação

de pagar quantia certa, mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se o advogado da parte autora para ciência dos cálculos, oportunidade, em que deverá apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Em seguida, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535, § 2º, do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 535, § 3º, I, do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se. P.R.I

ADV: GABRIELLE DOS SANTOS FREIRE (OAB 12068/AM) - Processo 0623751-49.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Cleiton Andrade do Nascimento - DISPOSITIVO Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido de percepção de proventos calculados com base no soldo correspondente ao grau hierárquico de 3º Sargento PM, nos termos do art. 96, IV, c/c art. 98, §1º e §2º, "c", ambos do Estatuto da Polícia Militar do Estado do Amazonas, o que deverá ser feito no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais), limitados a 15 (quinze) dias multa. Por outro lado, julgo improcedentes os pedidos de auxílio-invalidez, acréscimo de gratificação por tempo de serviço e gratificação de tropa, resolvendo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil. Por conseguinte, declaro encerrada a fase de conhecimento processual, ex vi do art. 487, I do CPC. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da sentença, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação da multa acima estipulada. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO DE ASSUNÇÃO ACOSTA (OAB 8415/AM) - Processo 0623975-50.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Judite Loureiro da Silva - Ante o exposto, JULGO EXTINTO o feito, sem resolução do mérito, com fundamento no artigo 485, V, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários, com fundamento no art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. P. R. I.

ADV: SHELBY MOREIRA FINICELLI (OAB 5684/AM) - Processo 0624318-46.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Equivalência salarial - EXEQUENTE: Demildes Finicelli Lemos - Ante o exposto, INDEFIRO LIMINARMENTE A PETIÇÃO INICIAL, e extingo o processo sem resolução do mérito, com base nos arts. 485, I, e 321, parágrafo único, ambos do Código de Processo Civil. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I.

ADV: EDUARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6032/AM) - Processo 0624570-83.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Enquadramento - REQUERENTE: Jardel Rodrigues de Oliveira - DISPOSITIVO. Ante o exposto e com base na fundamentação aduzida, JULGO IMPROCEDENTES OS PLEITOS AUTORAIS, resolvendo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I.

ADV: JOÃO ANTONIO DA MOTA SEIXAS (OAB 10046/AM) - Processo 0625162-30.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pensão por Morte (Art. 74/9) - REQUERENTE: Maria Lima Rodrigues - Ante o exposto, com fulcro no artigo 485, inciso VI, Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO o presente processo sem resolução do mérito, por falta de interesse processual. Sem condenação em custas e honorários, observando-se a disposição do art. 55 da Lei nº 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I.

ADV: TAMILE DE PAULA FREITAS RODRIGUES AMANAJÁS (OAB 8185/AM), ADV: MÁRCIA LÚCIA TURIEL HAGGE (OAB 7681/AM), ADV: AGENOR CORRÊA GRAÇA JÚNIOR (OAB 10375/AM) - Processo 0626388-70.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Marcus Vinicius de Castro Soares - DISPOSITIVO. Ante o exposto e com base na fundamentação aduzida, julgo improcedente o pleito autoral, resolvendo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I.

ADV: FÁBIO MORAES CASTELLO BRANCO (OAB 4603/AM) - Processo 0626975-58.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Afastamento do Cargo - REQUERENTE: Malileia Liarte da Cruz - Dispositivo. Pelo exposto, reconhecida a incompetência absoluta deste Juizado, em razão do valor da causa, EXTINGO O PROCESSO SEM EXAME DO MÉRITO, nos termos do art. 485, IV, do Código de Processo Civil c/c art. 2º da Lei 12.153/2009. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Ocorrendo o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P. R. I. CUMPRA-SE.

ADV: PAULO SÉRGIO DE OLIVEIRA (OAB 8478/AM) - Processo 0630020-41.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Paulo Roberto de Lima Silva - Ante o exposto, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, na forma do artigo 485, inciso VI, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários, visto que incabível na espécie (artigo 55, da Lei n. 9.099/95). Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I.

ADV: CARMEM VALÉRYA ROMERO SALVIONI (OAB 6328/AM) - Processo 0630355-26.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Remuneração - REQUERENTE: Ericson de Souza Tavares - Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido de dano material, condenando o Estado do Amazonas ao pagamento de R$ 11.795,28 (onze mil, setecentos e noventa e cinco reais e vinte e oito centavos), referente às diferenças remuneratórias do período de abril a dezembro de 2017, extinguindo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil. Sem condenação em custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Sobre os valores haverá correção monetária pelo IPCA-e/IBGE, a contar de , e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, contados a partir da citação, em conformidade com o RE nº 870947 (Tema 810). Certificado o trânsito em julgado e mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se o advogado do Requerente para ciência dos cálculos e, no prazo de 15 dias, apresentar conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º da Lei n. 12.153/09 c/c art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535, § 2º, do CPC. Caso não haja resistência oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: JUAREZ CESAR FERREIRA DA SILVA (OAB 139986/MG) - Processo 0630643-37.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Erro Médico - REQUERENTE: David Machado de Souza - Dispositivo. Ante o exposto, INDEFIRO o processamento da PETIÇÃO INICIAL, extinguindo o processo sem resolução do mérito, com base nos arts. 485, I, e 321, parágrafo único, ambos do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários, conforme art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0630873-79.2019.8.04.0001 - Procedimento do

Juizado Especial Cível - Piso Salarial - RECLAMANTE: Leonardo Souza de Oliveira - DISPOSITIVO Diante do exposto, JULGO PROCEDENTES, em parte, os pleitos autorais, condenando a requerida na obrigação de, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação desta, promover a correção do valor do piso salarial da parte autora para o valor de R$ 1.250,00 (mil e duzentos e cinquenta reais), devendo este ser pago a título de vencimento, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das diferenças salariais retroativas, no valor de R$ 27.824,68 (vinte e sete mil, oitocentos e vinte e quatro reais e sessenta e oito centavos), referente ao período de junho de 2014 até o mês de junho de 2019. Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das parcelas vencidas e vincendas no curso da demanda, desde o ajuizamento até o trânsito em julgado, consoante a fundamentação acima aduzida. Por conseguinte, extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Sobre os valores haverá correção monetária mensal pelo IPCA-e/IBGE, observando-se a diferença mensal, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o REsp 1.495.146-MG (Info 620). Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09. Em relação à obrigação de pagar quantia certa, mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se o advogado da parte autora para ciência dos cálculos, oportunidade, em que deverá apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Em seguida, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535, § 2º, do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 535, § 3º, I, do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se. P.R.I

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0630876-34.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - RECLAMANTE: Eliab Souza de Oliveira - DISPOSITIVO Diante do exposto, JULGO PROCEDENTES, em parte, os pleitos autorais, condenando a requerida na obrigação de, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação desta, promover a correção do valor do piso salarial da parte autora para o valor de R$ 1.250,00 (mil e duzentos e cinquenta reais), devendo este ser pago a título de vencimento, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das diferenças salariais retroativas, no valor de R$ 27.824,68 (vinte e sete mil, oitocentos e vinte e quatro reais e sessenta e oito centavos), referente ao período de junho de 2014 até o mês de junho de 2019. Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das parcelas vencidas e vincendas no curso da demanda, desde o ajuizamento até o trânsito em julgado, consoante a fundamentação acima aduzida. Por conseguinte, extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Sobre os valores haverá correção monetária mensal pelo IPCA-e/IBGE, observando-se a diferença mensal, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o REsp 1.495.146-MG (Info 620). Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09. Em relação à obrigação de pagar quantia certa, mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se o advogado da parte autora para ciência dos cálculos, oportunidade, em que deverá apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Em seguida, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535, § 2º, do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 535, § 3º, I, do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se. P.R.I

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM) - Processo 0630924-90.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Regina Nascimento Lima Silva - DISPOSITIVO Diante do exposto, JULGO PROCEDENTES, em parte, os pleitos autorais, condenando a requerida na obrigação de, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação desta, promover a correção do valor do piso salarial da parte autora para o valor de R$ 1.250,00 (mil e duzentos e cinquenta reais), devendo este ser pago a título de vencimento, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das diferenças salariais retroativas, no valor de R$ 27.824,68 (vinte e sete mil, oitocentos e vinte e quatro reais e sessenta e oito centavos), referente ao período de junho de 2014 até o mês de junho de 2019. Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das parcelas vencidas e vincendas no curso da demanda, desde o ajuizamento até o trânsito em julgado, consoante a fundamentação acima aduzida. Por conseguinte, extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Sobre os valores haverá correção monetária mensal pelo IPCA-e/IBGE, observando-se a diferença mensal, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o REsp 1.495.146-MG (Info 620). Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09. Em relação à obrigação de pagar quantia certa, mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se o advogado da parte autora para ciência dos cálculos, oportunidade, em que deverá apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Em seguida, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535, § 2º, do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 535, § 3º, I, do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se. P.R.I

ADV: ENEIAS DE PAULA BEZERRA (OAB 2354/AM) - Processo 0632220-50.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: Arinos Lima Lopes - Isto posto, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, V, do CPC. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: RONALDO THALES UCHÔA BRANDÃO (OAB 12738/AM), ADV: MARINA REZENDE LOPES (OAB 12153/AM), ADV: JÉSSICA SANTANA MAGNANI (OAB 10343/AM), ADV: DAVID CUNHA NOVOA (OAB 10777/AM), ADV: JENNIFER GUIMARÃES DA SILVA (OAB 13314/AM) - Processo 0632422-61.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Ruben de Oliveira Santana Junior - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o requerente para, no prazo de 15 dias, conforme dicção dos arts. 350 e 351 do NCPC, manifestar-se acerca das preliminares suscitadas em sede de contestação.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) -

Processo 0633134-17.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - RECLAMANTE: Ivanilça Medeiros de Oliveira - Dispositivo. Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES, em parte, os pedidos formulados na petição inicial para: a) CONDENAR a FVS a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, a contar da publicação desta, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa ; b) CONDENAR a requerida ao PAGAMENTO de R$ 8.859,41 (oito mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e quarenta e um centavos), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito. c) CONDENAR, ainda, a requerida ao pagamento das parcelas vincendas no curso da demanda, até o trânsito em julgado. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação da multa acima estipulada. Quanto à obrigação de pagar, mediante prévia manifestação do Requerente, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, dê-se ciência à exequente dos cálculos, oportunidade em que a parte autora deverá apresentar os dados do titular e da conta bancária, para instrução do RPV, no prazo de 15 (quinze) dias. Em seguida, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0633135-02.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - RECLAMANTE: Ivanilça Medeiros de Oliveira - DISPOSITIVO Diante do exposto, JULGO PROCEDENTES, em parte, os pleitos autorais, condenando a requerida na obrigação de, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da publicação desta, promover a correção do valor do piso salarial da parte autora para o valor de R$ 1.250,00 (mil e duzentos e cinquenta reais), devendo este ser pago a título de vencimento, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das diferenças salariais retroativas, no valor de R$ 27.824,68 (vinte e sete mil, oitocentos e vinte e quatro reais e sessenta e oito centavos), referente ao período de junho de 2014 até o mês de fevereiro de 2019. Condeno, ainda, a requerida ao pagamento das parcelas vencidas e vincendas no curso da demanda, desde o ajuizamento até o trânsito em julgado, consoante a fundamentação acima aduzida. Por conseguinte, extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Sobre os valores haverá correção monetária mensal pelo IPCA-e/IBGE, observando-se a diferença mensal, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o REsp 1.495.146-MG (Info 620). Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09. Em relação à obrigação de pagar quantia certa, mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se o advogado da parte autora para ciência dos cálculos, oportunidade, em que deverá apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Em seguida, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535, § 2º, do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 535, § 3º, I, do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se. P.R.I

ADV: MARCELO DE CARVALHO SARMENTO (OAB 4316/AM), ADV: JAYME ARANHA CHACON JÚNIOR (OAB 8497/AM) - Processo 0633249-38.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Roberto da Graça Teixeira - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antônio Itamar de Sousa Gonzaga, CITE-SE o Requerido para oferecer CONTESTAÇÃO no prazo de 15 dias.

ADV: RUBINALDO CRUZ RODRIGUES (OAB 9787/AM), ADV: CHARLES LIMA DE BRITO (OAB 12466/AM) - Processo 0633551-67.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Concurso para servidor - REQUERENTE: Ivanilson Roque Cauassa - Ante o exposto, reconheço a ilegitimidade passiva do Requerido, resolvendo o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, VI, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe.

ADV: MÁRCIO CLEBSON DA SILVA COSTA (OAB 10116/AM) - Processo 0633861-73.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Anderson da Silva Santos Figueira - Dispositivo. Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES, em parte, os pedidos formulados na petição inicial para: a) CONDENAR a FVS a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, a contar da publicação desta, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa ; b) CONDENAR a requerida ao PAGAMENTO de R$ 5.759,64 (cinco mil, setecentos e cinquenta e nove reais e sessenta e quatro centavos), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação da multa acima estipulada. Quanto à obrigação de pagar, mediante prévia manifestação do Requerente, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, dê-se ciência à exequente dos cálculos, oportunidade em que a parte autora deverá apresentar os dados do titular e da conta bancária, para instrução do RPV, no prazo de 15 (quinze) dias. Em seguida, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MÁRCIO CLEBSON DA SILVA COSTA (OAB 10116/AM) - Processo 0633864-28.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Núbia Maria Cardoso de Lima - Dispositivo. Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES, em parte, os pedidos formulados na petição inicial para: a) CONDENAR a FVS a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no

valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, a contar da publicação desta, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa ; b) CONDENAR a requerida ao PAGAMENTO de R$ 5.759,64 (cinco mil, setecentos e cinquenta e nove reais e sessenta e quatro centavos), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação da multa acima estipulada. Quanto à obrigação de pagar, mediante prévia manifestação do Requerente, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, dê-se ciência à exequente dos cálculos, oportunidade em que a parte autora deverá apresentar os dados do titular e da conta bancária, para instrução do RPV, no prazo de 15 (quinze) dias. Em seguida, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MÁRCIO CLEBSON DA SILVA COSTA (OAB 10116/AM) - Processo 0633866-95.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Cristiana Alves Herculano - Dispositivo. Pelos fundamentos expostos, JULGO PROCEDENTES, em parte, os pedidos formulados na petição inicial para: a) CONDENAR a FVS a IMPLEMENTAR O AUXÍLIO TRANSPORTE na remuneração da parte autora, no valor excedente aos 06% (seis por cento) custeados por esta, conforme art. 1º, §1º, I e II, do Decreto n. 10.702/1987, a contar da publicação desta, no prazo de 15 dias, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa ; b) CONDENAR a requerida ao PAGAMENTO de R$ 5.759,64 (cinco mil, setecentos e cinquenta e nove reais e sessenta e quatro centavos), referente aos valores retroativos não pagos, a partir do período não prescrito. Sobre os valores haverá correção monetária, pelo IPCA-e, mensal, a contar do ajuizamento da ação, e juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, a partir da citação, consoante fundamentação supra. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da obrigação de fazer, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, sob pena de aplicação da multa acima estipulada. Quanto à obrigação de pagar, mediante prévia manifestação do Requerente, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, dê-se ciência à exequente dos cálculos, oportunidade em que a parte autora deverá apresentar os dados do titular e da conta bancária, para instrução do RPV, no prazo de 15 (quinze) dias. Em seguida, intime-se a Fundação de Vigilância em Saúde - FVS para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º, da Lei 12.153/2009 e art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se à Procuradoria da Fundação, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e honorários advocatícios, nos moldes do art. 55, da Lei 9.099/1995. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0634241-96.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Denys Fernandes Holanda - Ante o exposto, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, por ilegitimidade passiva do requerido, nos termos do art. 485, IV, do CPC. Sem custas e honorários, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I.

ADV: KLISSIA LAYANNE MARREIRA DE LIMA BARROS (OAB 14154/AM) - Processo 0637506-09.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria José Dantas Coelho - Dispositivo. Pelo exposto, reconhecida a incompetência absoluta deste Juizado, em razão do valor da causa, EXTINGO O PROCESSO SEM EXAME DO MÉRITO, nos termos do art. 485, IV, do Código de Processo Civil c/c art. 2º da Lei 12.153/2009. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Ocorrendo o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P. R. I. CUMPRA-SE.

ADV: KLISSIA LAYANNE MARREIRA DE LIMA BARROS (OAB 14154/AM) - Processo 0637749-50.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Cynara Melo Gato - Dispositivo. Pelo exposto, reconhecida a incompetência absoluta deste Juizado, em razão do valor da causa, EXTINGO O PROCESSO SEM EXAME DO MÉRITO, nos termos do art. 485, IV, do Código de Processo Civil c/c art. 2º da Lei 12.153/2009. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Ocorrendo o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P. R. I. CUMPRA-SE.

ADV: DAISY FEITOSA COUTINHO (OAB 6989/AM) - Processo 0638615-58.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Samuel Pinto da Silva - DISPOSITIVO Ante o exposto, julgo procedentes os pedidos constantes da exordial, para determinar ao Requerido que retifique a promoção do Autor à graduação de 2º Sargento, para que passe a contar de 21 de abril de 2016, nos termos da fundamentação acima exposta. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, oficie-se a autoridade citada para cumprimento da sentença, na forma do art. 12 da lei nº 12.153/09, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de aplicação de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), limitando-se a 15 (quinze) dias-multa. Após, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: LENIVALDO FERREIRA (OAB 13438/AM) - Processo 0641198-16.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Jesse Azevedo de Araujo - Em consequência, determino a intimação da parte autora, para realizar a emenda do valor da causa, nos termos acima descritos, no prazo de 15 dias. Cumpra-se.

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0642631-55.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Nulidade - REQUERENTE: David Brito Guerreiro - Ante o exposto, homologo o pedido de desistência e, por consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do artigo 485, VIII, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários conforme disposto no art. 55, da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, proceda-se ao arquivamento dos autos com as cautelas de praxe. P.R.I.C.

ADV: MARIA ROSIMAR DOS SANTOS RODRIGUES (OAB 12443/AM) - Processo 0643042-98.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - EXEQUENTE: Hosplab Comércio de Artigos Médicos e Ortopédicos Ltda-epp - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Hosplab Comércio de Artigos Médicos e Ortopédicos Ltda-epp em face do Fundação Hospital Adriano Jorge - FHAJ. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar

celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: DAVI FONTENELE DE ALMEIDA (OAB 13125/AM) - Processo 0644006-91.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Equivalência salarial - REQUERENTE: Irlene Coelho Eloi da Silva - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Irlene Coelho Eloi da Silva em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ERCLIUTON SOARES DO NASCIMENTO (OAB 7771/AM) - Processo 0644085-70.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Rescisão - REQUERENTE: Rosenildo de Souza Trindade - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Rosenildo de Souza Trindade em face do Município de Manaus. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ERCLIUTON SOARES DO NASCIMENTO (OAB 7771/AM) - Processo 0644089-10.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Rescisão - REQUERENTE: Antonio Deufino Lima - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Antonio Deufino Lima em face do Município de Manaus. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: SARAH LYS DA SILVA MAR (OAB 11906/AM) - Processo 0644389-69.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Aidy Salan de Souza - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Aidy Salan de Souza em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta

não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: SARAH LYS DA SILVA MAR (OAB 11906/AM) - Processo 0644389-69.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Aidy Salan de Souza - Isto posto, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, V, do CPC. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: ANDERSON SANTOS SILVA (OAB 12015/AM) - Processo 0644468-48.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: Celino Guimarães da Silva - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Celino Guimarães da Silva em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ANDERSON SANTOS SILVA (OAB 12015/AM) - Processo 0644474-55.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: Simone Patrícia Oliveira Mergulhão - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Simone Patrícia Oliveira Mergulhão em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0644536-95.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Gelson Kleber Amorim dos Santos - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Gelson Kleber Amorim dos Santos em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0644538-65.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Gelson Kleber Amorim dos Santos - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Gelson Kleber Amorim dos Santos em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de

custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: DAVI FONTENELE DE ALMEIDA (OAB 13125/AM) - Processo 0644548-12.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Equivalência salarial - REQUERENTE: Meire Alves Muraiare de Freitas - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Meire Alves Muraiare de Freitas em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0644559-41.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Amauri Chagas Ferreira - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Amauri Chagas Ferreira em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: RUBENS GONÇALVES BRITO (OAB 12484/AM) - Processo 0644565-48.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Rozineide de Oliveira Rosendo - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Rozineide de Oliveira Rosendo em face do Município de Manaus. Primeiramente, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar holerites ou ficha financeira do período, sob pena de indeferimento da inicial. Caso cumprida a diligência supra, passo a exarar as seguintes determinações relativas ao trâmite processual: Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: JÉSSICA NAIANY TAVARES BARROS (OAB 9547/AM) -

Processo 0644572-40.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Elivania Salinas de Souza - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Elivania Salinas de Souza em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: YAGO LIRA DE LIMA MABELINI (OAB 13650/AM) - Processo 0644579-32.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Orlean de Souza Saboia - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Orlean de Souza Saboia em face do Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge e Estado do Amazonas. Primeiramente, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar holerites do período, sob pena de indeferimento da inicial. Caso cumprida a diligência supra, passo a exarar as seguintes determinações relativas ao trâmite processual: Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: EVELYN MENEZES DA ROCHA (OAB 9790/AM) - Processo 0644624-36.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Equivalência salarial - REQUERENTE: Geimes Carlos Rodrigues de Souza - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Geimes Carlos Rodrigues de Souza em face do Município de Manaus. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ENALDO ALMEIDA CORREA (OAB 7696/AM) - Processo 0644630-43.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Equivalência salarial - REQUERENTE: Pedro Moraes da Rocha - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Pedro Moraes da Rocha em face do Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações

contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: RAQUEL ISADORA LEITE VIEIRA (OAB 7586/AM) - Processo 0644639-05.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Ana Paula Medeiros dos Santos - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Ana Paula Medeiros dos Santos em face do Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge e Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: PAULO VICTOR PEREIRA BARROS (OAB 13050/AM) - Processo 0644645-12.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Ana Cláudia Santana Leite da Costa - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Ana Cláudia Santana Leite da Costa em face do Município de Manaus. Primeiramente, analisando os requisitos do juízo de admissibilidade da ação proposta, verifico que a parte demandada, é órgão despersonalizado, integrante da estrutura do MUNICÍPIO, não possuindo capacidade processual para atuar em juízo em nome próprio, sendo necessária retificação do polo passivo da demanda. Deste modo, intimo a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, indicando ente legítimo para figurar no polo passivo da demanda, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do parágrafo único, do art. 321, do CPC. Cumprida a diligência acima determinada, passo a decidir: Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, tais entes necessitam para conciliar, transigir ou desistir do processo de previsão em lei respectiva, diploma legal ainda não elaborado pelo Estado do Amazonas e pelo Município de Manaus. Assim sendo, ante a ausência de legislação estadual ou municipal autorizadora, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis (Ato 691/2017 - PTJ). Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: DAVI FONTENELE DE ALMEIDA (OAB 13125/AM) - Processo 0644807-07.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Equivalência salarial - REQUERENTE: Ana Cláudia Montenegro Ramos - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Ana Cláudia Montenegro Ramos em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: INGRID GODINHO DODÔ (OAB 9425/AM) - Processo 0644870-32.2019.8.04.0001 - Petição Cível - ICMS / Incidência Sobre o Ativo Fixo - REQUERENTE: Ruth da Costa Malafaia - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Ruth da Costa Malafaia em face do Estado do Amazonas. Primeiramente, analisando os requisitos do juízo de admissibilidade da ação proposta, verifico que a parte demandada, é órgão despersonalizado, integrante da estrutura do ESTADO, não possuindo capacidade processual para atuar em juízo em nome próprio, sendo necessária retificação do polo passivo da demanda. Deste modo, intimo a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, indicando ente legítimo para figurar no polo passivo da demanda, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do parágrafo único, do art. 321, do CPC. Cumprida a diligência acima determinada, passo a decidir: Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, tais entes necessitam para conciliar, transigir ou

desistir do processo de previsão em lei respectiva, diploma legal ainda não elaborado pelo Estado do Amazonas e pelo Município de Manaus. Assim sendo, ante a ausência de legislação estadual ou municipal autorizadora, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis (Ato 691/2017 - PTJ). Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ANTÔNIO CARLOS GAMA ALVES (OAB 16215/PA) - Processo 0644882-46.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: Maria da Conceição Pereira Gonçalves - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Maria da Conceição Pereira Gonçalves em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ANTÔNIO CARLOS GAMA ALVES (OAB 16215/PA) - Processo 0644883-31.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: Maria da Conceição Pereira Gonçalves - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Maria da Conceição Pereira Gonçalves em face do Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: FÁBIO DE ASSUNÇÃO ACOSTA (OAB 8415/AM) - Processo 0644959-55.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Augusto Cesar Gonçalves Moutinho - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Augusto Cesar Gonçalves Moutinho em face do Estado do Amazonas. Primeiramente, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar planilha de cálculo atualizada e discriminada dos valores requestados e holerites do período, sob pena de indeferimento da inicial. Caso cumprida a diligência supra, passo a exarar as seguintes determinações relativas ao trâmite processual: Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: FÁBIO DE ASSUNÇÃO ACOSTA (OAB 8415/AM) - Processo 0644967-32.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Luiza Duarte Bezerra - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Luiza Duarte Bezerra em face do Estado do

Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: FÁBIO DE ASSUNÇÃO ACOSTA (OAB 8415/AM) - Processo 0644970-84.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Walmir Januário Tananta - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Walmir Januário Tananta em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ENOH CASTRO BARBOSA (OAB 5651/AM) - Processo 0645013-21.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - IPTU/ Imposto Predial e Territorial Urbano - REQUERENTE: Luzenira Vieira Cavalcante - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Luzenira Vieira Cavalcante em face do Município de Manaus e Secretaria Municipal de Finanças, Tecnologia da Informação e Controle Interno - SEMEF. Primeiramente, analisando os requisitos do juízo de admissibilidade da ação proposta, verifico que a parte demandada, é órgão despersonalizado, integrante da estrutura do MUNICÍPIO, não possuindo capacidade processual para atuar em juízo em nome próprio, sendo necessária retificação do polo passivo da demanda. Deste modo, intimo a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, indicando ente legítimo para figurar no polo passivo da demanda, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do parágrafo único, do art. 321, do CPC. Cumprida a diligência acima determinada, passo a decidir: Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, tais entes necessitam para conciliar, transigir ou desistir do processo de previsão em lei respectiva, diploma legal ainda não elaborado pelo Estado do Amazonas e pelo Município de Manaus. Assim sendo, ante a ausência de legislação estadual ou municipal autorizadora, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis (Ato 691/2017 - PTJ). Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ELOY BARBOSA PENNA RIBEIRO (OAB 3877/AM) - Processo 0645107-66.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: Cleonaldo Cardoso Pinheiro - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Cleonaldo Cardoso Pinheiro em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em

audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: DAVI FONTENELE DE ALMEIDA (OAB 13125/AM) - Processo 0645154-40.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Equivalência salarial - REQUERENTE: Andreza Maia Barroncas - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Andreza Maia Barroncas em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: CARLOS WALCI DIAS GÓES (OAB 10186/AM) - Processo 0645176-98.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Restituição / Indenização de Despesa - REQUERENTE: Demira Gonçalves Silva - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Demira Gonçalves Silva em face do Estado do Amazonas. Primeiramente, analisando os requisitos do juízo de admissibilidade da ação proposta, verifico que a parte demandada, é órgão despersonalizado, integrante da estrutura do ESTADO, não possuindo capacidade processual para atuar em juízo em nome próprio, sendo necessária retificação do polo passivo da demanda. Deste modo, intimo a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, indicando ente legítimo para figurar no polo passivo da demanda, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do parágrafo único, do art. 321, do CPC. Cumprida a diligência acima determinada, passo a decidir: Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, tais entes necessitam para conciliar, transigir ou desistir do processo de previsão em lei respectiva, diploma legal ainda não elaborado pelo Estado do Amazonas e pelo Município de Manaus. Assim sendo, ante a ausência de legislação estadual ou municipal autorizadora, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis (Ato 691/2017 - PTJ). Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: DAVI FONTENELE DE ALMEIDA (OAB 13125/AM) - Processo 0645181-23.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Equivalência salarial - REQUERENTE: Abne Estumano da Silva - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Abne Estumano da Silva em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ROMULO LOBO DE ALMEIDA (OAB 14364/AM) - Processo 0645190-82.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Belkione Santos Ribeiro - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Belkione Santos Ribeiro em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção

de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: EDILLAINNY RODRIGUES DE ARAÚJO (OAB 14531/AM) - Processo 0645199-44.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Adriana de Almeida Costa - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Adriana de Almeida Costa em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: EDILLAINNY RODRIGUES DE ARAÚJO (OAB 14531/AM) - Processo 0645200-29.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Franciana Rodrigues Maia - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Franciana Rodrigues Maia em face do Município de Manaus. Primeiramente, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar planilha de cálculo atualizada e discriminada dos valores requestados e holerites do período, sob pena de indeferimento da inicial. Caso cumprida a diligência supra, passo a exarar as seguintes determinações relativas ao trâmite processual: Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: EDILLAINNY RODRIGUES DE ARAÚJO (OAB 14531/AM) - Processo 0645201-14.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Francisca Alves de Lima - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Francisca Alves de Lima em face do Município de Manaus. Primeiramente, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar holerites do período, sob pena de indeferimento da inicial. Caso cumprida a diligência supra, passo a exarar as seguintes determinações relativas ao trâmite processual: Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM) - Processo 0645203-81.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Gratificações Estaduais Específicas - REQUERENTE: Rodrigo Rodrigues Braga - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Rodrigo Rodrigues Braga em face do Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge e Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência

do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: CARVALHO ADVOCACIA (OAB 558AM), ADV: FRANCISCO GILBERT MELO DA SILVA (OAB 10983/AM) - Processo 0645217-65.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: Augusto César Paula de Andrade - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Augusto César Paula de Andrade em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0645229-79.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Mario Jorge Gaia da Silva - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Mario Jorge Gaia da Silva em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0645230-64.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Daniel Maciel Caldas - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Daniel Maciel Caldas em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0645231-49.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Ranilson do Nascimento de Oliveira - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Ranilson do Nascimento de Oliveira em face do

Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM) - Processo 0645262-69.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: Dorronaldo Capucho dos Santos - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Dorronaldo Capucho dos Santos em face do Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: RAQUEL ISADORA LEITE VIEIRA (OAB 7586/AM) - Processo 0645320-72.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Marcus Vinícius dos Santos - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Marcus Vinícius dos Santos em face do Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge e Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: MATHEUS LOBATO BELTRÃO (OAB 13287/AM) - Processo 0645340-63.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: A.F.A.P. - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Alessandro Fabricio Amorim Pontes em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM) - Processo 0645341-48.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial

Cível - Pagamento - REQUERENTE: Marcílio Cavalcante de Medeiros - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Marcílio Cavalcante de Medeiros em face do Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: MATHEUS LOBATO BELTRÃO (OAB 13287/AM) - Processo 0645346-70.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: V.S.F. - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Valdinei da Silva Fabar em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: MATHEUS LOBATO BELTRÃO (OAB 13287/AM) - Processo 0645354-47.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Helisan dos Santso França - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Helisan dos Santso França em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: MATHEUS LOBATO BELTRÃO (OAB 13287/AM) - Processo 0645356-17.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: H.S.F. - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Helisan dos Santos França em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: MATHEUS LOBATO BELTRÃO (OAB 13287/AM) - Processo 0645358-84.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado

Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: A.F.A.P. - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Alessandro Fabricio Amorim Pontes em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: MATHEUS LOBATO BELTRÃO (OAB 13287/AM) - Processo 0645488-74.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Marcio dos Reis Pessoa - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Marcio dos Reis Pessoa em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: WINSTON DE ARAÚJO TEIXEIRA (OAB 11584/RN) - Processo 0645531-11.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Naide Malta Cabral - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Naide Malta Cabral em face do Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: MARIA DO CARMO BRITTO DE ANDRADE (OAB 4795/AM) - Processo 0645537-18.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Quitação - REQUERENTE: Natankleyton Neves dos Santos - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Natankleyton Neves dos Santos em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: MARCUS JOSÉ QUEIROZ FERREIRA (OAB 9930/AM) -

Processo 0645558-91.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: Harley Laiziomar Edwards de Souza - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Harley Laiziomar Edwards de Souza em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: RAQUEL ISADORA LEITE VIEIRA (OAB 7586/AM) - Processo 0645569-23.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Abono de Permanência em Serviço (Art. 87) - REQUERENTE: Claudemara Albano Guimaraes - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Claudemara Albano Guimaraes em face do Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge e Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: UESLEI FREIRE BERNARDINO (OAB 14474/AM) - Processo 0645602-13.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Mariza Rodrigues Ferreira - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Mariza Rodrigues Ferreira em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: UESLEI FREIRE BERNARDINO (OAB 14474/AM) - Processo 0645607-35.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Dispensa - REQUERENTE: Edilene Monteiro Vieira - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Edilene Monteiro Vieira em face do Município de Manaus. Primeiramente, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar holerites do período, sob pena de indeferimento da inicial. Caso cumprida a diligência supra, passo a exarar as seguintes determinações relativas ao trâmite processual: Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito,

haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: MATHEUS LOBATO BELTRÃO (OAB 13287/AM) - Processo 0645790-06.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Invens Roberto de Souza Nunes - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Invens Roberto de Souza Nunes em face do Estado do Amazonas. Primeiramente, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar planilha de cálculo atualizada e discriminada dos valores requestados do período, sob pena de indeferimento da inicial. Caso cumprida a diligência supra, passo a exarar as seguintes determinações relativas ao trâmite processual: Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: DAISY FEITOSA COUTINHO (OAB 6989/AM) - Processo 0645895-80.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Ruy Sarmento de Almeida - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Ruy Sarmento de Almeida em face do Estado do Amazonas. Primeiramente, verifico que o pleito do demandante possui reflexos econômicos vinculados, razão pela qual determino a intimação da parte autora para, no prazo de quinze dias, apresentar planilha de cálculo atualizada e discriminada do proveito econômico que se busca, e a consequente correção do valor da causa, sob pena de indeferimento da inicial. Compete esclarecer que este Juizado possui competência funcional para execução dos seus próprios julgados, nos termos dos arts. 3º, § 1º, II e 52 da Lei n.º 9.099/95, portanto, o reflexo econômico de um direito a ser reconhecido necessita, também, estar compreendido no limite do seu valor de alçada. Caso cumprida a diligência supra, passo a exarar as seguintes determinações relativas ao trâmite processual: Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, tais entes necessitam para conciliar, transigir ou desistir do processo de previsão em lei respectiva, diploma legal ainda não elaborado pelo Estado do Amazonas e pelo Município de Manaus. Assim sendo, ante a ausência de legislação estadual ou municipal autorizadora, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis (Ato 691/2017 - PTJ). Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM) - Processo 0645909-64.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Gratificações Estaduais Específicas - REQUERENTE: Adailson Ferreira de Souza - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Adailson Ferreira de Souza em face do Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge e Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: DAVI FONTENELE DE ALMEIDA (OAB 13125/AM) - Processo 0645911-34.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Equivalência salarial - REQUERENTE: Marilia Costa de Souza Alfaia - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Marilia Costa de Souza Alfaia em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito,

deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: DAVI FONTENELE DE ALMEIDA (OAB 13125/AM) - Processo 0645913-04.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Equivalência salarial - REQUERENTE: Marilia Costa de Souza Alfaia - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Marilia Costa de Souza Alfaia em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: MATHEUS LOBATO BELTRÃO (OAB 13287/AM) - Processo 0645914-86.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Josias do Nascimento Gomes - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Josias do Nascimento Gomes em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: MATHEUS LOBATO BELTRÃO (OAB 13287/AM) - Processo 0645925-18.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Nilo Andrade do Nascimento - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Nilo Andrade do Nascimento em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: THIAGO DA SILVA ALVES (OAB 13535/AM), ADV: WERNER DE ALBUQUERQUE LOPES (OAB 13400/AM) - Processo 0645951-16.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Maria Lucilene Damiao de Oliveira - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Maria Lucilene Damiao de Oliveira em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o

ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM) - Processo 0646181-58.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Gratificações Estaduais Específicas - REQUERENTE: Helio Gomes de Macedo - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Helio Gomes de Macedo em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: WERNER DE ALBUQUERQUE LOPES (OAB 13400/AM), ADV: THIAGO DA SILVA ALVES (OAB 13535/AM) - Processo 0646327-02.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Maria Varti Marques de Oliveira - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Maria Varti Marques de Oliveira em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: WERNER DE ALBUQUERQUE LOPES (OAB 13400/AM), ADV: THIAGO DA SILVA ALVES (OAB 13535/AM) - Processo 0646347-90.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Maria Neusilene Paula Lopes - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Maria Neusilene Paula Lopes em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ROSICLEIDE VIEIRA LIMA (OAB 10549/AM) - Processo 0646384-20.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Maria Socorro Oliveira da Silva - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Maria Socorro Oliveira da Silva em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda

pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: DAVI FONTENELE DE ALMEIDA (OAB 13125/AM) - Processo 0646429-24.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Equivalência salarial - REQUERENTE: Izabel Custódio Duarte - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Izabel Custódio Duarte em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: RAMYDE WASHINGTON ABEL CALDEIRA DOCE CARDOZO (OAB 12029/AM) - Processo 0646488-12.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Diárias e Outras Indenizações - REQUERENTE: Kevin Ferreira Aquino - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Kevin Ferreira Aquino em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: RAMON MICHAEL CHAVES PESQUEIRA (OAB 10594/AM) - Processo 0646631-98.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Equivalência salarial - REQUERENTE: Daniel Ferreira de Andrade - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Daniel Ferreira de Andrade em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: DAVI FONTENELE DE ALMEIDA (OAB 13125/AM) - Processo 0646641-45.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Equivalência salarial - REQUERENTE: Raimungo Jogimar Santos da Silva - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Raimungo Jogimar Santos da Silva em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no

que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: UESLEI FREIRE BERNARDINO (OAB 14474/AM) - Processo 0646647-52.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Dispensa - REQUERENTE: Larissa Gomes de Aguiar - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Larissa Gomes de Aguiar em face do Município de Manaus. Primeiramente, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar holerites do período, sob pena de indeferimento da inicial. Caso cumprida a diligência supra, passo a exarar as seguintes determinações relativas ao trâmite processual: Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ALCEMIR PESSOA FIGLIUOLO NETO (OAB 13248/AM) - Processo 0646729-83.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Resgate de Contribuição - REQUERENTE: Satie Okada Araujo - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Satie Okada Araujo em face do Município de Manaus. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: MATHEUS LOBATO BELTRÃO (OAB 13287/AM) - Processo 0646799-03.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Jones Pereira Leite - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Jones Pereira Leite em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: RAQUEL ISADORA LEITE VIEIRA (OAB 7586/AM) - Processo 0646806-92.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Eudes de Menezes Soares - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Eudes de Menezes Soares em face do Procuradoria Geral do

Estado do Amazonas - Pge e Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: HENRIQUE HÉRCULES DA COSTA PINTO (OAB 10229/AM) - Processo 0647002-96.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Sebastião Muniz Viana - Dispositivo. Pelo exposto, reconhecida a incompetência absoluta deste Juizado, em razão do valor da causa, EXTINGO O PROCESSO SEM EXAME DO MÉRITO, nos termos do art. 485, IV, do Código de Processo Civil c/c art. 2º da Lei 12.153/2009. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Ocorrendo o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P. R. I. CUMPRA-SE.

ADV: MATEUS SEVERIANO DA COSTA (OAB 23390/O/MT) - Processo 0647011-24.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Selene Machado Costa Guedes - Dispositivo. Pelo exposto, reconhecida a incompetência absoluta deste Juizado, em razão do valor da causa, EXTINGO O PROCESSO SEM EXAME DO MÉRITO, nos termos do art. 485, IV, do Código de Processo Civil c/c art. 2º da Lei 12.153/2009. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Ocorrendo o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P. R. I. CUMPRA-SE.

ADV: MARGIDE AMARO DE SOUZA (OAB 10380/AM) - Processo 0647213-98.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: João Marcos Neves Ribeiro - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por João Marcos Neves Ribeiro em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: FERNANDA MIRANDA FERREIRA DE MATTOS (OAB 5003/AM) - Processo 0647662-56.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941 - REQUERENTE: Município de Manaus - É o relatório. Ante o exposto, homologo o pedido de desistência e, por consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do artigo 485, VIII, do Código de Processo Civil. Ocorrendo o trânsito em julgado, proceda-se ao arquivamento dos autos, com a devida baixa na distribuição. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 189340/SP) - Processo 0659466-55.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Nomeação - REQUERENTE: Eduardo Martins Michiles da Silva - Forte nestas razões JULGO IMPROCEDENTES, com resolução do mérito, fundamentado no art. 487 do novel diploma processual civil, os pedidos elencados na peça vestibular. Sem condenação em custas e honorários advocatícios, em observância ao disposto no art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. P.R.I. Cumpra-se.

Agenor Corrêa Graça Júnior (OAB 10375/AM)
Alcemir Pessoa Figliuolo Neto (OAB 13248/AM)
Alex Mendes dos Santos (OAB 7308/AM)
Amauri Vieira dos Santos (OAB 11881/AM)
Anderson Santos Silva (OAB 12015/AM)
Antônio Carlos Gama Alves (OAB 16215/PA)
Antônio Jarlison Pires da Silva (OAB 12261/AM)
Carlos Walci Dias Góes (OAB 10186/AM)
Carmem Valérya Romero Salvioni (OAB 6328/AM)
Carvalho Advocacia (OAB 558AM)
Charles Lima de Brito (OAB 12466/AM)
Christianne Di Felício Ferreira da Silva (OAB 3631/AM)
Daisy Feitosa Coutinho (OAB 6989/AM)
Davi Fontenele de Almeida (OAB 13125/AM)
David Cunha Novoa (OAB 10777/AM)
Edillainny Rodrigues de Araújo (OAB 14531/AM)
Eduardo Alvarenga Viana (OAB 6032/AM)
ELOY BARBOSA PENNA RIBEIRO (OAB 3877/AM)
Enaldo Almeida Correa (OAB 7696/AM)
Eneias de Paula Bezerra (OAB 2354/AM)
Enoh Castro Barbosa (OAB 5651/AM)
Ercliuton Soares do Nascimento (OAB 7771/AM)
Evelyn Menezes da Rocha (OAB 9790/AM)
Fábio de Assunção Acosta (OAB 8415/AM)
Fábio Moraes Castello Branco (OAB 4603/AM)
Fernanda Miranda Ferreira de Mattos (OAB 5003/AM)
Francisco Gilbert Melo da Silva (OAB 10983/AM)
Gabrielle dos Santos Freire (OAB 12068/AM)
Gessicleide Tiburcio de Moura Oriente (OAB 10867/AM)
Henrique Hércules da Costa Pinto (OAB 10229/AM)
Ingrid Godinho Dodô (OAB 9425/AM)
Jayme Aranha Chacon Júnior (OAB 8497/AM)
Jennifer Guimarães da Silva (OAB 13314/AM)
Jéssica Naiany Tavares Barros (OAB 9547/AM)
Jéssica Santana Magnani (OAB 10343/AM)
João Antonio da Mota Seixas (OAB 10046/AM)

Jonathas Alves Maia (OAB 12187/AM)
José Carlos Herculino dos Santos (OAB 9945/AM)
Juarez Cesar Ferreira da Silva (OAB 139986/MG)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Klissia Layanne Marreira de Lima Barros (OAB 14154/AM)
Lenivaldo Ferreira (OAB 13438/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Marcelo de Carvalho Sarmento (OAB 4316/AM)
Márcia Lúcia Turiel Hagge (OAB 7681/AM)
Márcio Clebson da Silva Costa (OAB 10116/AM)
Marcus José Queiroz Ferreira (OAB 9930/AM)
Margide Amaro de Souza (OAB 10380/AM)
Maria do Carmo Britto de Andrade (OAB 4795/AM)
Maria Rosimar dos Santos Rodrigues (OAB 12443/AM)
Marina Rezende Lopes (OAB 12153/AM)
Mateus Severiano da Costa (OAB 23390/O/MT)
Matheus Lobato Beltrão (OAB 13287/AM)
Paulo Sérgio de Oliveira (OAB 8478/AM)
Paulo Victor Pereira Barros (OAB 13050/AM)
Ramon Michael Chaves Pesqueira (OAB 10594/AM)
Ramyde Washington Abel Caldeira Doce Cardozo (OAB 12029/AM)
Raquel Isadora Leite Vieira (OAB 7586/AM)
Roberto Carlos Leandro Soares (OAB 7653/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 189340/SP)
Rogério Pena Bento da Silva (OAB 9960/AM)
Romulo Lobo de Almeida (OAB 14364/AM)
Ronaldo Thales Uchôa Brandão (OAB 12738/AM)
Rosemary Lima Rodrigues (OAB 2351/AM)
Rosicleide Vieira Lima (OAB 10549/AM)
Rubens Gonçalves Brito (OAB 12484/AM)
Rubinaldo Cruz Rodrigues (OAB 9787/AM)
Sarah Lys da Silva Mar (OAB 11906/AM)
Sarah Porto Lima Anijar (OAB 4098/AM)
Shelby Moreira Finicelli (OAB 5684/AM)
Tamile de Paula Freitas Rodrigues Amanajás (OAB 8185/AM)
Thiago da Silva Alves (OAB 13535/AM)
Ueslei Freire Bernardino (OAB 14474/AM)
Wagner Amâncio dos Santos (OAB 4660/AM)
Werner de Albuquerque Lopes (OAB 13400/AM)
Winston de Araújo Teixeira (OAB 11584/RN)
Wirley Benezar Falcao (OAB 12792/AM)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)
Yago Lira de Lima Mabelini (OAB 13650/AM)

VARA INFRACIONAL DO JUIZADO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

JUÍZO DE DIREITO DA JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE - INFRACIONAL
JUIZ(A) DE DIREITO ELIEZER FERNANDES JÚNIOR
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RODRIGO DE ASSIS SOARES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0131/2019

ADV: MICHAEL QUEIROZ LEITÃO (OAB 9714/AM) - Processo 0603003-59.2019.8.04.0001 - Processo de Apuração de Ato Infracional - Estupro - AUTOR: A.A.M. - ADOLESCENTE: F.A.R. - Intime-se o patrono para apresentar a defesa prévia do representado no prazo legal.

ADV: ANARIENDA CRISTINA MUNIZ DOS SANTOS (OAB 9726/AM) - Processo 0638865-91.2019.8.04.0001 - Processo de Apuração de Ato Infracional - Estupro - AUTORA: C.D.A. - ADOLESCENTE: G.G.A.J. - Intime-se a patrona para apresentar a defesa prévia do representado no prazo legal.

Anarienda Cristina Muniz dos Santos (OAB 9726/AM)
Michael Queiroz Leitão (OAB 9714/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE - INFRACIONAL
JUIZ(A) DE DIREITO ELIEZER FERNANDES JÚNIOR
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ELCIO SIMÕES DE OLIVEIRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0132/2019

ADV: BRUNA DAS CHAGAS DE MENDONCA (OAB 10474/AM) - Processo 0649901-33.2019.8.04.0001 - Autorização judicial - Entrada e Permanência de Menores - REQUERENTE: Jersey de Nazareno Sisnando dos Santos - Me (Vip Eventos) - REQUERIDO: Juizado da Infancia e da Juventude Infracional - Ante o exposto, em consonância com o parecer ministerial de fls. 19-22, nos termos do art. 149, do ECA, DEFIRO o pedido formulado, devendo ainda, os menores só poderem frequentá-lo acompanhados por um responsável.

Bruna das Chagas de Mendonca (OAB 10474/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE - INFRACIONAL
JUIZ(A) DE DIREITO ELIEZER FERNANDES JÚNIOR
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ELCIO SIMÕES DE OLIVEIRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0133/2019

ADV: TARCÍSIO NEVES DE SOUZA (OAB 13946/AM) - Processo 0649358-30.2019.8.04.0001 - Autorização judicial - Entrada e Permanência de Menores - REQUERENTE: Apui Empreendimentos Ltda - PROCESSO: 0649358-30.2019.8.04.0001 REQUERENTE: APUÍ EMPREENDIMENTOS LTDA. D E C I S Ã O Vistos, etc. Trata-se de pedido formulado pela empresa “APUÍ EMPREENDIMENTOS LTDA.” para expedição de alvará para dois eventos denominados “GO HYPE” a serem realizados pelo requerente: o primeiro no dia 14/09/2019 autorizando a entrada e permanência de adolescentes a partir de 15 (quinze) anos de idade, acompanhados dos pais ou responsáveis, com início previsto para as 20:00 horas e término às 06:00 horas do dia 15/09/2019; o outro, a ser realizado no dia 20/09/2019 autorizando a entrada e permanência de adolescentes a partir de 12 (doze) anos de idade, acompanhados dos pais ou responsáveis, com início previsto para as 18:00 horas e término às 03:00 horas do dia 21/09/2019, ambos a serem realizados no Tropical Hotel, localizado na Avenida Coronel Teixeira, nº 1320, bairro Ponta Negra, nesta cidade.Quanto ao evento do dia 14/09/2019, determino que seja certificado nos autos se houve a realização do referido evento com a entrada de adolescentes sem a prévia autorização deste Juizado e se houve fiscalização no local do evento. Intime-se o requerente via DJE. Ao Comissariado para as providências necessárias. Manaus, 17 de setembro de 2019. Eliezer Fernandes Júnior Juiz

Tarcísio Neves de Souza (OAB 13946/AM)

SEÇÃO VIII

TURMA RECURSAL

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0602475-17.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: TIM Celular S.A. - Recorrida: Ana Rosa de Alencar Bartholo - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Mysia Oliveira de Paula (2199/AM), Carlos Roberto Siqueira Castro (671A/AM) e Marcelo da Silva Carlos (7366/AM), advogado(a) de Ana Rosa de Alencar Bartholo, TIM Celular S.A. intimado(a,s), da ACÓRDÃO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Julião Lemos Sobral Junior, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0602475-17.2018.8.04.0015. Manaus, 18 de setembro de 2019. RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. SERVIÇO DE TELEFONIA. DIREITO DO CONSUMIDOR. COBRANÇA DE VALORES ACIMA DO CONTRATADO.CONTESTAÇÃOADMINISTRATIVA.PAGAMENTO INDEVIDO REALIZADO. É OPORTUNO ESCLARECER QUE, NO CASO VERTENTE, HÁ EVIDENTE RELAÇÃO DE CONSUMO, NA QUAL A RECORRIDA É DESTINATÁRIA FINAL DO PRODUTO/SERVIÇO OFERECIDO PELO RECORRENTE, NOS TERMOS DO ARTIGO 2º, LEI 8.078/90. LOGO, TRATANDO-SE DE DEMANDA DERIVADA DE RELAÇÃO DE CONSUMO, O ONUS PROBANDI RECAI SOBRE O FORNECEDOR, CONSIDERANDO A SISTEMÁTICA INSTITUÍDA PELO CDC, ART. 6.º, VIII, QUE CONFERIU AO CONSUMIDOR ESTE IMPORTANTE MECANISMO DE PROTEÇÃO PROCESSUAL, PERMITINDO A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA EM SEU FAVOR, SEMPRE QUE FOR HIPOSSUFICIENTE OU VEROSSÍMIL SUA ALEGAÇÃO. VERIFICADA A VEROSSIMILHANÇA DO ALEGADO, JUSTIFICA-SE A INVERSÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO EM FAVOR DA PARTE AUTORA, HIPOSSUFICIENTE NA RELAÇÃO DE CONSUMO. NA MESMA ESTEIRA, INCUMBIA AO RÉU, ORA RECORRENTE, COMO FORNECEDOR DO SERVIÇO, EM SUA RESPONSABILIDADE OBJETIVA, O DEVER DE OBSTACULIZAR A PRETENSÃO DEDUZIDA, DE FORMA A IMPOR FATO IMPEDITIVO, MODIFICATIVO OU EXTINTIVO DO DIREITO AUTORAL, NA FORMA DO ARTIGO 373, II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, BEM COMO NA FORMA DO ART. 14, § 3º, DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, PROVANDO ALGUMA EXCLUDENTE DE SUA RESPONSABILIDADE. A DESPEITO DISSO, DEIXOU DE COMPROVAR SUAS ALEGAÇÕES, MORMENTE NO QUE TANGE À REGULARIDADE DA COBRANÇA A MAIOR E DOS VALORES RECEBIDOS PELA FORNECEDORA. DANO MATERIAL COMPROVADO. RESTITUIÇÃO QUE DEVE SER REALIZADA EM DOBRO, NOS TERMOS DO ARTIGO 42, PARÁGRAFO ÚNICO, CDC. AUSÊNCIA DE ENGANO JUSTIFICÁVEL. MÁ-FÉ DO RECORRENTE CONFIGURADA FACE A IMPUGANAÇÃO ADMINISTRATIVA DA CONSUMIDORA QUE NÃO FORA SOLUCIONADA. CONDUTA DE MANUTENÇÃO DA COBRANÇA INDEVIDA PERPETRADA PELA RECORRENTE. DIANTE DA FALHA DO SERVIÇO, COBRANÇAS INDEVIDAS E DESCASO DA FORNECEDORA EM RESOLVER O IMBRÓGLIO ADMINISTRATIVAMENTE, ENTENDO CONFORMADOS OS DANOS MORAIS. A FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO A TÍTULO DE DANOS MORAIS É TAREFA COMETIDA - Advs: Marcelo da Silva Carlos (OAB: 7366/AM) - Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB: 671A/AM) - Mysia Oliveira de Paula (OAB: 2199/AM) - Fórum Mário Verçosa

1ª Turma Recursal
DESPACHO DE RELATORES

1ª Turma Recursal

4000255-04.2019.8.04.9000 - Mandado de Segurança Cível. Impetrante: Direcional Engenharia Ltda. Advogada: Luma Vieira Marquez (OAB: 10959/AM). Impetrado: JUIZO DE DIREITO DA 11° VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE MANAUS. ListPassiv: Clycia Paula de Oliveira Souza. Advogado: Luis Albert dos Santos Oliveira (OAB: 8251/AM). Despacho: - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Luis Albert dos Santos Oliveira (8251/AM), Luma Vieira Marquez (10959/AM), advogado(a) de Clycia Paula de Oliveira Souza e JUIZO DE DIREITO DA 11° VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE MANAUS, Direcional Engenharia Ltda intimado(a,s), dO DESPACHO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Marcelo Manuel da Costa Vieira, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Mandado de Segurança Cível nº 4000255-04.2019.8.04.9000. Manaus, 18 de setembro de 2019.

Total de feitos: 1

DESPACHO DE INTIMAÇÃO

Nº 0203158-41.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: IVONE DE OLIVEIRA LIMA - Recorrido: SHEKINAH VEICULOS (Freider C. Moura Silva - ME) - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Bruno Anderson Mendes Amoedo Ferreira (11025/AM) e Mithan Vasconcelos Corrêa (5784/AM), Lídia Maura Lopes da Costa (6399/AM) , advogado de IVONE DE OLIVEIRA LIMA, SHEKINAH VEICULOS (Freider C. Moura Silva - ME), e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0203158-41.2017.8.04.0020 , interposto IVONE DE OLIVEIRA LIMA. Manaus, 18 de setembro de 2019. - Advs: Mithan Vasconcelos Corrêa (OAB: 5784/AM) - Bruno Anderson Mendes Amoedo Ferreira (OAB: 11025/AM) - Lídia Maura Lopes da Costa (OAB: 6399/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0601086-65.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: LUCIANA MENEZES DA SILVA - Recorrido: Onix Empreendimentos Imobiliarios Ltda - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Matheus Nunes de Oliveira Dantas (7197/AM), Humberto Rossetti Portela (91263/MG) , advogado de LUCIANA MENEZES DA SILVA, Onix Empreendimentos Imobiliarios Ltda, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0601086-65.2016.8.04.0015 , interposto LUCIANA MENEZES DA SILVA. Manaus, 18 de setembro de 2019. - Advs: Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB: 7197/AM) - Humberto Rossetti Portela (OAB: 91263/MG) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0607920-98.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Jessica da Silva Ferreira - Recorrido: Embratel Tvsat Telecomunicacoes Sa - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Diego da Silva Soares Cruz (21519/MT), Jose Henrique Cancado Goncalves (855A/SE) , advogado de Jessica da Silva Ferreira, Embratel Tvsat Telecomunicacoes Sa, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0607920-98.2018.8.04.0020 , interposto Jessica da Silva Ferreira. Manaus, 18 de setembro de 2019. - Advs: Diego da Silva Soares Cruz (OAB: 21519/MT) - Jose Henrique Cancado Goncalves (OAB: 855A/SE) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0610042-44.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: LILIA DE SOUZA FARIAS - Recorrido: Governador do Estado do Amazonas - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Marcelo Henrique Carvalho dos Santos (9848/AM), Lorena Silva de Albuquerque (6023/AM) , advogado de LILIA DE SOUZA FARIAS, Governador do Estado do Amazonas, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0610042-44.2018.8.04.0001 , interposto LILIA DE SOUZA FARIAS. Manaus, 18 de setembro de 2019. - Advs: Marcelo Henrique Carvalho dos

Santos (OAB: 9848/AM) - Lorena Silva de Albuquerque (OAB: 6023/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0618225-04.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Ives Frances Gama de Souza - Recorrido: Governador do Estado do Amazonas - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Gamal Swami Abreu e Margide Amaro de Souza (10380/AM), Ana Marcela Grana de Almeida (7513/AM) e Luciana Barroso de Freitas (5144/AM) , advogado de Ives Frances Gama de Souza, Governador do Estado do Amazonas, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0618225-04.2018.8.04.0001 , interposto Ives Frances Gama de Souza. Manaus, 18 de setembro de 2019. - Advs: Gamal Swami Abreu - Margide Amaro de Souza (OAB: 10380/AM) - Ana Marcela Grana de Almeida (OAB: 7513/AM) - Luciana Barroso de Freitas (OAB: 5144/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0618442-05.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Banco Bradesco S.a. - Recorrido: Roberto Simões Flores - Recorrida: Maria Alice Simões Flores - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (A598/AM), Yara Marília de Souza Queiroz (3094/AM) e Yara Marília de Souza Queiroz (3094/AM) , advogado de Banco Bradesco S.a., Maria Alice Simões Flores e Roberto Simões Flores, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0618442-05.2018.8.04.0015 , interposto Banco Bradesco S.a.. Manaus, 18 de setembro de 2019. - Advs: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: A598/AM) - Yara Marília de Souza Queiroz (OAB: 3094/AM) - - Fórum Mário Verçosa

Nº 0618830-47.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Marcos Maceno Lucas - Recorrido: Governador do Estado do Amazonas - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Gamal Swami Abreu e Margide Amaro de Souza (10380/AM), Isabella Peres Russo (3198/AM) e Leila Maria Raposo Xavier Leite (3726/AM) , advogado de Marcos Maceno Lucas, Governador do Estado do Amazonas, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0618830-47.2018.8.04.0001 , interposto Marcos Maceno Lucas. Manaus, 18 de setembro de 2019. - Advs: Margide Amaro de Souza (OAB: 10380/AM) - Gamal Swami Abreu - Leila Maria Raposo Xavier Leite (OAB: 3726/AM) - Isabella Peres Russo (OAB: 3198/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0621571-60.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Maurício de Souza Melo - Recorrido: Governador do Estado do Amazonas - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Gamal Swami Abreu e Margide Amaro de Souza (10380/AM), Isabella Peres Russo (3198/AM) e Lorena Silva de Albuquerque (6023/AM) , advogado de Maurício de Souza Melo, Governador do Estado do Amazonas, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0621571-60.2018.8.04.0001 , interposto Maurício de Souza Melo. Manaus, 18 de setembro de 2019. - Advs: Margide Amaro de Souza (OAB: 10380/AM) - Gamal Swami Abreu - Isabella Peres Russo (OAB: 3198/AM) - Lorena Silva de Albuquerque (OAB: 6023/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0621610-57.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Governador do Estado do Amazonas - Recorrido: Miguel dos Santos Garcia - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Alberto Bezerra de Melo (2015/AM) e Evandro Ezidro de Lima Regis (2498/AM), Defensoria Pública do Estado do Amazonas , advogado de Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Governador do Estado do Amazonas, Miguel dos Santos Garcia, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0621610-57.2018.8.04.0001 , interposto Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Governador do Estado do Amazonas. Manaus, 18 de setembro de 2019. - Advs: Alberto Bezerra de Melo (OAB: 2015/AM) - Evandro Ezidro de Lima Regis (OAB: 2498/AM) - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Fórum Mário Verçosa

Nº 0625640-38.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: José Viana Paz - 11508/PMAM - Recorrido: Governador do Estado do Amazonas - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Gamal Swami Abreu, Vitor Barbosa de Oliveira (8285/TO) , advogado de José Viana Paz - 11508/PMAM, Governador do Estado do Amazonas, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0625640-38.2018.8.04.0001 , interposto José Viana Paz - 11508/PMAM. Manaus, 18 de setembro de 2019. - Advs: Gamal Swami Abreu - Vitor Barbosa de Oliveira (OAB: 8285/TO) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0625843-97.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Claudineia dos Santos Maquine - Recorrido: Governador do Estado do Amazonas - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Paulo Victor Pereira Barros (13050/AM), Luciana Barroso de Freitas (5144/AM) e Vitor Barbosa de Oliveira (8285/TO) , advogado de Claudineia dos Santos Maquine, Governador do Estado do Amazonas, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0625843-97.2018.8.04.0001 , interposto Claudineia dos Santos Maquine. Manaus, 18 de setembro de 2019. - Advs: Paulo Victor Pereira Barros (OAB: 13050/AM) - Luciana Barroso de Freitas (OAB: 5144/AM) - Vitor Barbosa de Oliveira (OAB: 8285/TO) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0629392-18.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Pedro dos Santos Oliveira - Recorrido: Governador do Estado do Amazonas - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Raquel da Costa Subirana Pena (12304/AM), Lorena Silva de Albuquerque (6023/AM) e Vitor Barbosa de Oliveira (8285/TO) , advogado de Pedro dos Santos Oliveira, Governador do Estado do Amazonas, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0629392-18.2018.8.04.0001 , interposto Pedro dos Santos Oliveira. Manaus, 18 de setembro de 2019. - Advs: Raquel da Costa Subirana Pena (OAB: 12304/AM) - Lorena Silva de Albuquerque (OAB: 6023/AM) - Vitor Barbosa de Oliveira (OAB: 8285/TO) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0634760-08.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Governador do Estado do Amazonas - Recorrida: Lucilene Azevedo Freire - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Indra Mara Bessa (1877/AM), Lara Betse Pereira para , advogado de Governador do Estado do Amazonas, Lucilene Azevedo Freire, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0634760-08.2018.8.04.0001 , interposto Governador do Estado do Amazonas. Manaus, 18 de setembro de 2019. - Advs: Indra Mara Bessa (OAB: 1877/AM) - Lara Betse Pereira para - Fórum Mário Verçosa

Nº 0642402-32.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Requerente: Marcio Schinyder dos Santos Sudo - Recorrido: Governador do Estado do Amazonas - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Christianne Di Felício Felicio da Silva (3631/AM), Leila Maria Raposo Xavier Leite (3726/AM) , advogado de Marcio Schinyder dos Santos Sudo, Governador do Estado do Amazonas, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0642402-32.2018.8.04.0001 , interposto Marcio Schinyder dos Santos Sudo. Manaus, 18 de setembro de 2019.

- Advs: Christianne Di Felício Felicio da Silva (OAB: 3631/AM) - Leila Maria Raposo Xavier Leite (OAB: 3726/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0649592-46.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Edilany dos Passos Morais - Recorrido: Governador do Estado do Amazonas - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Christianne Di Felício Felicio da Silva (3631/AM), Vitor Barbosa de Oliveira (8285/TO) , advogado de Edilany dos Passos Morais, Governador do Estado do Amazonas, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0649592-46.2018.8.04.0001 , interposto Edilany dos Passos Morais. Manaus, 18 de setembro de 2019. - Advs: Christianne Di Felício Felicio da Silva (OAB: 3631/AM) - Vitor Barbosa de Oliveira (OAB: 8285/TO) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0653982-59.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Francirlei de Castro Lima - Recorrido: Governador do Estado do Amazonas - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Antonio Praia Caldas (9546/AM), Leila Maria Raposo Xavier Leite (3726/AM) , advogado de Francirlei de Castro Lima, Governador do Estado do Amazonas, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0653982-59.2018.8.04.0001 , interposto Francirlei de Castro Lima. Manaus, 18 de setembro de 2019. - Advs: Antonio Praia Caldas (OAB: 9546/AM) - Leila Maria Raposo Xavier Leite (OAB: 3726/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0654318-63.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Allan Jones Santiago Caldas - Recorrido: Governador do Estado do Amazonas - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Antonio Praia Caldas (9546/AM), Carlos Alexandre Moreira de Carvalho Martins de Matos , advogado de Allan Jones Santiago Caldas, Governador do Estado do Amazonas, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0654318-63.2018.8.04.0001 , interposto Allan Jones Santiago Caldas. Manaus, 18 de setembro de 2019. - Advs: Antonio Praia Caldas (OAB: 9546/AM) - Carlos Alexandre Moreira de Carvalho Martins de Matos - Fórum Mário Verçosa

Nº 0656314-96.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Julio Ramos Almeida - Recorrido: Governador do Estado do Amazonas - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Ciro Gonçalves Botelho (39395/BA), Fabio Pereira Garcia dos Santos (4850/AM) , advogado de Julio Ramos Almeida, Governador do Estado do Amazonas, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0656314-96.2018.8.04.0001 , interposto Julio Ramos Almeida. Manaus, 18 de setembro de 2019. - Advs: Ciro Gonçalves Botelho (OAB: 39395/BA) - Fabio Pereira Garcia dos Santos (OAB: 4850/AM) - Fórum Mário Verçosa

JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS - CAPITAL

1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0271/2019

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0201157-30.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Assinatura Básica Mensal - REQUERENTE: Arlindo Lopes da Silva - REQUERIDO: VIVO S/A - Vivo S/A (Telefônica do Brasil S/A) - Ante o exposto,JULGO PROCEDENTEo pedido formulado na inicial, termos em que: 1) TORNO DEFINITIVA a decisão interlocutória de fls. 13/15; 2) DETERMINO a revisão da fatura do mês de março de 2019 para o valor de R$39,99; 3) CONDENOo requerido a pagar R$80,00, com juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a data da citação; e 4)CONDENOo réu a pagar R$8.000,00 ao autor, a título de indenização por danos morais, com acréscimo de juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a data do arbitramento. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: MARIANA DENUZZO (OAB 253384/SP) - Processo 0202055-43.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Peter Schmidt - REQUERIDO: Divicom Administradora de Benefícios - Ante o exposto,JULGO IMPROCEDENTEo pedido formulado na inicial, termos em que TORNO SEM EFEITO a decisão interlocutória de fls. 27/29. Deixo de condenar o requerente ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: WALMIR RIBEIRO PEREIRA (OAB 6273/AM) - Processo 0204295-39.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Assinatura Básica Mensal - REQUERENTE: Maria de Fátima Ribeiro Rodrigues - REQUERIDO: Claro S/A - Ante o exposto, JULGO PROCEDENTES os pedidos elencados na inicial, termos em que: 1) DETERMINOo cancelamento de qaulquer cobrança por ponto adicional à requerente; e 2) CONDENOo requerido a pagar ao autor R$4.989,46 a título de repetição de indébito, com juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a data da citação. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: RENATA AZÊDO PEIXOTO FORTES DE SOUSA (OAB 12121/AM), ADV: JORDAN DE ARAÚJO FARIAS (OAB 12125/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0204701-60.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Carmen Conceição Carrilho Oliva - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Banco do Brasil S/A - Ante o exposto, determino a exclusão da lide do réu Banco do Brasil S.A. No mérito,JULGO PROCEDENTEo pedido formulado na inicial, termos em que: 1) CONDENO a requerida a restituir ao autor R$3.904,00, na forma do art. 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor, com juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a citação. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: RODRIGO MEDEIROS LÓCIO (OAB 39972/PE), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0600564-33.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Rodrigo Medeiros Lócio - REQUERIDO: Transportes Aéreos de Cabo Verde Tacv - Isso posto, julgo procedentes os pedidos formulados na inicial para condenar a ré, a título de danos materiais, a indenizar o autor na importância de R$377,32, com juros de um por cento ao mês a contar do evento danoso e correção monetária pelo INPC, ambos a contar da citação válida; e para condenar a ré, a título de danos morais, a indenizar o autor no montante de R$8.000,00, com aplicação de juros de um por cento ao mês e correção monetária pelo INPC, ambos a contar do arbitramento. Sem custas e honorários, salvo recurso. P.R.I.

ADV: ALAN SAMPAIO CAMPOS (OAB 341543/SP), ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM), ADV: NATHALIA PEREIRA LEITE VILELA TEIXEIRA (OAB 167006/RJ) - Processo 0602141-80.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Fernanda Silva

de Melo - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - De ordem da Exm.º Sr.º Cássio André Borges dos Santos, Juiz de Direito titular do 1º Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o acórdão e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM), ADV: MARA BIANCA ROCHA LINS (OAB 4006/AM), ADV: ANTÔNIO LÚCIO PANTOJA JÚNIOR (OAB 8111/AM) - Processo 0603183-67.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Estabelecimentos de Ensino - REQUERENTE: Luiz Rocha da Silva Junior - REQUERIDO: Ime - Instituto Metropolitano de Ensino Ltda - De ordem da Exm.º Sr.º Cássio André Borges dos Santos, Juiz de Direito deste Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o acórdão e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: MARCOS FÁBIO OLIVEIRA DE LIMA (OAB 11070/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0603706-16.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERENTE: Antonio Alves de Souza - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Cássio André Borges dos Santos, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente a sentença e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: NAYANDRA PRISCILA DA SILVA CÉSAR PIRES (OAB 10884/AM), ADV: CARLOS HENRIQUE DA SILVA CÉSAR PIRES (OAB 8263/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0603854-90.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: José Augusto Cardoso dos Santos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem da Exm.º Sr.º Cássio André Borges dos Santos, Juiz de Direito deste Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o acórdão e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: JOSÉ RICARDO ABRANTES BARRETO (OAB 2596/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB 117417/SP), ADV: ERIK LORENZZO MARINHO DA SILVA (OAB 4944/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0605303-49.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Tirso Farias Vargas - REQUERIDO: Editora Globo S.a - Banco Bradesco S/A - BradesCard S/A - Ante o exposto, determino a exclusão da lide do réu Banco Bradesco S/A. No mérito, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTESos pedidos formulados na inicial, termos em que: 1) CONDENOo réu EDITORA GLOBO S.A. a pagar R$15.000,00 ao autor, a título de indenização por danos morais, com acréscimo de juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a data do arbitramento; e 2) REJEITO os demais pedidos, oportunidade em que torno sem efeito a decisão de fls. 30/32. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: GYORNEY MATOS NERY (OAB 13151/AM), ADV: NAUDAL RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 4068/AM), ADV: ANGÉLICA MARIA MONTEIRO DUARTE (OAB 2659/AM), ADV: MELQUISEDEC FREITAS PANTOJA (OAB 10412/AM), ADV: RODRIGO RODRIGUES DIAS DE ALMEIDA (OAB 2518/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0606530-11.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Mazerita Daysivanda Rocha Fonseca - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Isto posto, julgo extinto o feito nos termos do art. 924, II, do CPC. Expedido o alvará, antes ou depois da assinatura desta decisão, uma vez que a Vara observa os princípios da celeridade e da informalidade, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição. Sem custas. P.R.I.

ADV: GYORNEY MATOS NERY (OAB 13151/AM) - Processo 0609426-90.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Renata Jessica Nobre dos Santos - REQUERIDO: Ym Siqueira Agencia de Turismo e Intercambio Ltda- Viva Intercambio Ltda - Isso posto, julgo procedentes os pedidos formulados na inicial, para condenar a ré, a título de repetição de indébito, a indenizar a parte autora no valor de R$7.533,24, com aplicação de juros de um por cento ao mês, a contar do evento danoso, e correção monetária pelo INPC, a partir da citação válida; e para condenar a ré a indenizar a parte autora no montante de R$10.000,00, com juros de um por cento ao mês e correção monetária pelo INPC, ambos a contar deste julgado. Sem custas e honorários, salvo recurso. P.R.I.

ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM) - Processo 0609771-56.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Márcio dos Santos Lima - REQUERIDO: Claro S/A - Ante o exposto, DECLARO EXTINTO O PROCESSO sem resolução do mérito, nos termos do art. 51, inciso I da Lei 9.099/95. Condeno o autor nas custas processuais. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA (OAB 9678/AM), ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM) - Processo 0609944-80.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Tarcinara do Rosario de Souza Tavares - REQUERIDO: Zurich Minas Brasil Seguros S.a - Banco Bradesco S.a - Ante o exposto, JULGO PROCEDENTEo pedido formulado na inicial, termos em que: 1) TORNO DEFINITIVA a decisão interlocutória de fls. 14/16; 2) CONDENO solidariamente os réus a restituírem à parte autora R$267,96, na forma do art. 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor, com juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a citação; e 3)CONDENO solidariamente os réus a pagarem R$10.000,00 ao autor, a título de indenização por danos morais, com acréscimo de juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a data do arbitramento. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: SANDRA RÉGIA DUDA CLEMENTE (OAB 9376/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0610034-88.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Augusto Wagner Ferreira - REQUERIDO: Banco Bradesco Cartões S/A - Banco Bradesco S/A - Ante o exposto, DECLARO EXTINTO O PROCESSO sem resolução do mérito, nos termos do art. 51, inciso I da Lei 9.099/95. Condeno o autor nas custas processuais. Publique-se, registre-se

e intimem-se.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: JOÃO RICARDO GOMES DA SILVA (OAB 14002/AM) - Processo 0610165-63.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Marlene dos Santos Izel - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ante o exposto, DECLARO EXTINTO O PROCESSO sem resolução do mérito, nos termos do art. 51, inciso I da Lei 9.099/95. Condeno o autor nas custas processuais. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM), ADV: LUMA VIEIRA MARQUEZ (OAB 10959/AM) - Processo 0610359-63.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Weekend Club Ponta Negra - REQUERIDO: Bruno Dantas Pereira - Direcional Engenharia S/A - Jonasa Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Ante o exposto, acolho a preliminar de mérito pelo que determino a exclusão da lide das rés DIRECIONAL ENGENHARIA S/A e JONASA EMPREEMDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., eJULGO PARCIALMENTE PROCEDENTEo pedido formulado na inicial, termos em que CONDENO o réu Bruno Dantas Pereira a pagar ao requerente R$15.172,89 referente a taxas condominiais constituídas no período de novembro de 2016 a abril de 2019, com acréscimo de juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a citação. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: DENNER B. MASCARENHAS BARBOSA (OAB 1183A/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM) - Processo 0610755-11.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria Raimunda da Silva - REQUERIDO: Banco Bgn S. A. (Cetelem) - De ordem do Exm.º Sr.º Cássio André Borges dos Santos, Juiz de Direito d este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o acórdão e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: SARAH ALMEIDA BEZERRA (OAB 12958/AM), ADV: BIANCA ALVES BORGES (OAB 11826/AM) - Processo 0611505-42.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Cd Agencia de Viagens Ltda-me - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Cássio André Borges dos Santos, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente a sentença e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: ALICE DA SILVA WELGERT (OAB 12614/AM), ADV: CAROLINNE SILVA MORESCHI (OAB 13761/AM), ADV: ANDREIA CARVALHO CHAGAS (OAB 14130/AM) - Processo 0611589-77.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Gildo Alves de Melo Júnior - REQUERIDO: Kelly Cristina Pessoa Abrao Montagem de Moveis Eireli Me (Df Decor & Design) - Ante o exposto,JULGO PROCEDENTEo pedido formulado na inicial, termos em que: 1) DETERMINO que a requerida promova a entrega, correção e conclusão da montagem dos móveis comprados pelo autor, no prazo de 30 dias a partir da intimação dessa sentença, sob pena de multa de diária de R$1.000,00, até o limite de R$10.000,00; e 2)CONDENOo réu a pagar R$8.000,00 ao autor, a título de indenização por danos morais, com acréscimo de juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a data do arbitramento. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0612785-48.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Bombarda Ltda - Me - Isso posto, RESOLVO SEM ANÁLISE DO MÉRITO a presente demanda, ante o vício de representação, com fulcro no art. 485, IV e §3º do NCPC, bem como art. 51, inciso I, da Lei 9.099/95. Condeno em custas em primeiro grau de jurisdição, ex vi do art. 51, inciso I e §2º, da lei 9.099/95. P.R.I.C.

ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 46521/BA), ADV: NAUDAL RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 4068/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0612912-20.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Eliandro Dias de Matos - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - De ordem, dou ciência à parte interessada do pagamento efetuado nos autos, e a intimo para, no prazo 2 (dois) dias, informar Banco, Agência e conta bancária para imediata transferência. Transcorrido o prazo sem a manifestação, o alvará será expedido na forma “em espécie”, para recebimento na boca do caixa.

ADV: JOSÉ LOURENÇO GADELHA (OAB 2220/AM), ADV: ERIVELT SABINO DE ARAÚJO (OAB 7920/AM), ADV: EDUARDO LELES DIAS (OAB 13842/AM) - Processo 0614920-04.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Erlande Soares Galvão - REQUERIDO: João Freire da Cunha Neto - De ordem do Exm.º Cássio André Borges dos Santos, Juiz de Direito do 1º Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente a sentença de fls. 44/45 e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM) - Processo 0615063-90.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Mauro Henrique Lopes Rezzuto - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem do Exm.º Sr.º Cássio André Borges dos Santos, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o acórdão e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: FLÁVIO QUEIROZ DE SOUZA PAULA (OAB 10036/AM) - Processo 0615145-24.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Shirley Hilda Corrêa dos Reis - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem da Exm.º Sr.º Cássio André Borges dos Santos, Juiz de Direito deste Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no

prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o acórdão e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0615671-88.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem do Exmo(a). Dr(a). Cássio André Borges dos Santos ,Juiz (a) de Direito, intime-se a parte requerida, para no prazo de 15 dias, querendo, apresentar Embargos à execução. Havendo inércia, a penhora será considerada em definitivo, razão pela qual haverá a transferência do valor bloqueado, e, por conseguinte, a expedição do Alvará Judicial.

ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: JOSÉ FRANCISCO LIMA PESSOA (OAB 1897/AM) - Processo 0618918-43.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Diogenes Vidal Pessoa Neto - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Cássio André Borges dos Santos, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar ao pagamento do valor remanescente, sob pena de penhora on-line.

ADV: FARID MENDONÇA JÚNIOR (OAB 6969/AM), ADV: LARISSA SENTO-SÉ ROSSI (OAB 1079A/SE), ADV: LARISSA SENTO-SÉ ROSSI (OAB 16330/BA), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0621972-51.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Agnaldo de Jesus Nascimento - REQUERIDO: Banco Citibank S/A - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Cássio André Borges dos Santos, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o acórdão e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0626116-97.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Marcio de Oliveira - REQUERIDO: Caixa Seguradora S/A - Preenchidos os pressupostos, determino à parte requerida que se abstenha de promover novos descontos referentes ao seguro ora posto em discussão, sob pena de incorrer em multa de R$1.000,00 a cada desconto efetivado. Sendo verossímeis as alegações da parte requerente, determino a inversão do ônus da prova em seu favor, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC. Designo a audiência de Instrução e Julgamento para 29/10/2019 às 10:15h, na sala Sala 3 do 1º JECC (Instrução e Julgamento Cível), na sede deste Juízo.

ADV: EDUARDO SANTANA PINHEIRO (OAB 7049/AM) - Processo 0626675-88.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: D.A.F. - REQUERIDO: P.A.N. - Ante o exposto,JULGO PROCEDENTEo pedido formulado na inicial, termos em que: 1) TORNO DEFINITIVA a decisão de fls. 23/34; e 2) CONDENOo réu a pagar R$10.000,00 ao autor, a título de indenização por danos morais, com acréscimo de juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a data do arbitramento. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0628855-77.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Cleuter Jorge Mendonça Silva - REQUERIDO: Aspbras - Associação dos Servidores Públicos Brasileiros - Ante o exposto,JULGO PROCEDENTEo pedido formulado na inicial, termos em que: 1) CONDENO a requerida a restituir ao autor o valor de R$3.600,00, a título de repetição de indébito, com juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a data da compra; e 2)CONDENOo réu a pagar R$10.000,00 ao autor, a título de indenização por danos morais, com acréscimo de juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a data do arbitramento. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: OZIEL PINTO DA SILVA (OAB 5455/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM) - Processo 0629102-58.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Amanda Barros das Neves - REQUERIDO: BradesCard S/A - Ante o exposto,JULGO PROCEDENTEo pedido formulado na inicial, termos em que: 1) TORNO DEFINITIVA a decisão interlocutória de fl. 20/22; e 2)CONDENOo réu a pagar R$10.000,00 ao autor, a título de indenização por danos morais, com acréscimo de juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a data do arbitramento. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

Alan Sampaio Campos (OAB 341543/SP)
Alice da Silva Welgert (OAB 12614/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Andreia Carvalho Chagas (OAB 14130/AM)
Angélica Maria Monteiro Duarte (OAB 2659/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antônio Lúcio Pantoja Júnior (OAB 8111/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Bianca Alves Borges (OAB 11826/AM)
BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carlos Henrique da Silva César Pires (OAB 8263/AM)
CAROLINNE SILVA MORESCHI (OAB 13761/AM)
Cidiney Rodrigues Ferreira (OAB 46521/BA)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Denner B. Mascarenhas Barbosa (OAB 1183A/AM)
Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB 6835/MS)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Dinah Amazonas de Oliveira (OAB 4667/AM)
Eduardo Leles Dias (OAB 13842/AM)
Eduardo Santana Pinheiro (OAB 7049/AM)
Erik Lorenzzo Marinho da Silva (OAB 4944/AM)
Erivelt Sabino de Araújo (OAB 7920/AM)
Farid Mendonça Júnior (OAB 6969/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Flávio Queiroz de Souza Paula (OAB 10036/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Gustavo Henrique dos Santos Viseu (OAB 117417/SP)
Gyorney Matos Nery (OAB 13151/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique Lima Marinheiro (OAB 9324/AM)
João Ricardo Gomes da Silva (OAB 14002/AM)
Jordan de Araújo Farias (OAB 12125/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Francisco Lima Pessoa (OAB 1897/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
José Lourenço Gadelha (OAB 2220/AM)
José Ricardo Abrantes Barreto (OAB 2596/AM)
Larissa Sento-Sé Rossi (OAB 1079A/SE)
Larissa Sento-Sé Rossi (OAB 16330/BA)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luma Vieira Marquez (OAB 10959/AM)

Mara Bianca Rocha Lins (OAB 4006/AM)
Marcos Fábio Oliveira de Lima (OAB 11070/AM)
Mariana Denuzzo (OAB 253384/SP)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Melquisedec Freitas Pantoja (OAB 10412/AM)
Nathalia Pereira Leite Vilela Teixeira (OAB 167006/RJ)
Naudal Rodrigues de Almeida (OAB 4068/AM)
Nayandra Priscila da Silva César Pires (OAB 10884/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Oziel Pinto da Silva (OAB 5455/AM)
Pedro Antônio de Oliveira (OAB 9678/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Rayane Cristina Carvalho Lins (OAB 4544/AM)
Renata Azêdo Peixoto Fortes de Sousa (OAB 12121/AM)
Renato Fernandes Mariano (OAB 8246/AM)
Rodrigo Medeiros Lócio (OAB 39972/PE)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Rodrigo Rodrigues Dias de Almeida (OAB 2518/AM)
Sandra Régia Duda Clemente (OAB 9376/AM)
SARAH ALMEIDA BEZERRA (OAB 12958/AM)
Victor Hugo Trindade Simões (OAB 9286/AM)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)
Walmir Ribeiro Pereira (OAB 6273/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

3ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUIZ(A) DE DIREITO ONILDO SANTANA DE BRITO

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUZA M. FILHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0124/2019

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0200915-71.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Assim sendo, 1) Julgo procedente o pedido para declarar a extinção do contrato impugnado devido sua nulidade, restituindo-se as partes ao estado em que antes dele se achavam, inclusive para efeito de obrigar a parte Requerida a restituir a quantia R$ 10.305,02 (dez mil, trezentos e cinco reais e dois centavos), com correção monetária contada da citação, que decorrente do saldo da compensação entre o valor que entregou de R$ 3.073,33 (três mil, setenta e três reais e trinta e três centavos) e o valor que recebeu de R$ 13.378,35 (treze mil, trezentos e setenta e oito reais e trinta e cinco centavos), em cumprimento a aludido contrato; 2) Julgo procedente o pedido para condenar a parte Requerida ao pagamento de reparação por danos morais no valor de R$ 9.980,00 (nove mil, novecentos e oitenta reais), incidindo-se correção monetária da data dessa decisão, bem como juros mensais de 1%, a partir da citação; 3) Oficie-se a SEAD (Secretaria do Estado de Administração e Gestão) para que se abstenha de efetuar descontos no contracheque da Autora em relação a dívida objeto da lide, devendo comunicar o cumprimento da ordem ao juízo, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de crime de desobediência. Defiro a tutela antecipada para determinar que oficie-se a SEAD (Secretaria do Estado de Administração e Gestão) para que suspenda e se abstenha de efetuar descontos no contracheque da Autora em relação a dívida objeto da lide, devendo comunicar o cumprimento da ordem ao juízo, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de crime de desobediência. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá(ão) a(s) parte(s) vencida(s) ser(em) instada(s) a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida(s) de que, acaso não cumpra(m) no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0600016-76.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERIDO: Banco BMG S/A - "Intimo V.Sa a impugnar no prazo de 15 dias a penhora realizada nos presentes autos, sob pena de transferência dos valores ao exequente."

ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM) - Processo 0600324-83.2015.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: RENNER ADAMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO LTDA. e outro - "Intimo V.Sa a impugnar no prazo de 15 dias a penhora realizada nos presentes autos, sob pena de transferência dos valores ao exequente."

ADV: WALTER DE OLIVEIRA MONTEIRO (OAB 66862/RJ), ADV: MARIA EDUARDA DUTRA DE OLIVEIRA SILVA (OAB 69780/RS), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: WALTER DE OLIVEIRA MONTEIRO (OAB 41783/DF) - Processo 0600860-86.2017.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERIDO: W G Eletro S/a- City Lar - Intimo V.Sa para que querendo, manifeste-se quanto ao término ou não do prazo de suspensão das ações e execuções de fls. 196/235, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA (OAB 18305A/PB) - Processo 0601379-64.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Tim Celular S/A - "Intimo V.Sa a impugnar no prazo de 15 dias a penhora realizada nos presentes autos, sob pena de transferência dos valores ao exequente."

ADV: CARLOS RICARDO DE ARAÚJO MELO (OAB 4239/AM) - Processo 0601637-11.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERENTE: Maria Lizete Bringel Nunes - Intimo V.Sa para que, apresente no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento, os seguintes documentos: 1) planilha detalhada do total que descontado nos contracheques do Requerente referente ao contrato de empréstimo/cartão de crédito firmado com a parte Requerida.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0601691-59.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Espécies de Contratos - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - "Intimo V.Sa a impugnar no prazo de 15 dias a penhora realizada nos presentes autos, sob pena de transferência dos valores ao exequente."

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0602184-17.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ana Emilia Soares Silvestre - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, fica designado o dia 06/12/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FRANCISCO JACOB DOS REIS (OAB 7728/AM) - Processo 0602184-80.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Odineia Tassinari - "Diante da insuficiência de saldo do Executado, conforme consulta do BacenJud juntada aos autos, intimo V.Sa. a indicar bens penhoráveis, no prazo de 15(quinze) dias. "

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM), ADV: BARBARA RODRIGUES FARIA DA SILVA (OAB 151204/MG) - Processo 0602196-31.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ana Emilia Soares Silvestre - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - De ordem, fica designado o dia 17/12/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0602377-32.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ana Emilia Soares Silvestre - REQUERIDO: Banco Daycoval S/A - De ordem, fica designado o dia 17/12/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0602485-66.2015.8.04.0015 - Procedimento

do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERIDO: Banco BMG S/A - "Intimo V.Sa a impugnar no prazo de 15 dias a penhora realizada nos presentes autos, sob pena de transferência dos valores ao exequente."

ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM), ADV: NATHALIA PEREIRA LEITE VILELA TEIXEIRA (OAB 167006/RJ), ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM) - Processo 0602696-97.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERENTE: Luiz Claudio Fonseca da Silva - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - De ordem, fica designado o dia 06/12/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: ANNIE MARA ARRUDA DE SÁ E BRITO (OAB 6286/AM) - Processo 0602735-31.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria Goreth Buzaglo Pinto - REQUERIDO: Banco Schahin S.a. - Ante o exposto, Julgo procedente os embargos de declaração para, mantidos os demais termos, sanar a omissão alegada no item 1 do dispositivo, da forma seguinte: " 1) habilitar como herdeiros, na presente demanda o Sr. Jeandreson Buzaglo Araujo, a Sra. Olga Cristina Buzaglo Araujo e Sra. Priscilla Buzaglo Pinto Rufino; " Sem custas. P. R. I.C.

ADV: JULIANO MARTINS MANSUR (OAB 113786/RJ), ADV: JOICY COSTA CORRÊA DA CUNHA ARGENT THOMPSO (OAB 146976/RJ), ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0602790-11.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Jakes Camara da Costa - REQUERIDO: Sabemi Seguradora S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 10(dez) dias, contrarrazões ao Recurso Inominado nos presentes autos.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM) - Processo 0602929-60.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Aluisio Carvalho de Sousa - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, fica designado o dia 04/12/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: BRUNA CARVALHO DOS SANTOS (OAB 11179/AM), ADV: BARBARA RODRIGUES FARIA DA SILVA (OAB 151204/MG), ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0603081-45.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Ivanete Paula da Silva - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - De ordem, fica designado o dia 12/12/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0603094-44.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Ivanete Paula da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, fica designado o dia 12/12/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: CARLOS EDUARDO PEREIRA TEIXEIRA (OAB 327026/SP), ADV: RODRIGO SCOPEL (OAB 21899/SC) - Processo 0603109-13.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Ivanete Paula da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, fica designado o dia 18/12/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: ANA TEREZA DE AGUIAR VALENÇA (OAB 33980/PE), ADV: LUIZ CARLOS LAURENÇO (OAB 11416AM/A) - Processo 0603258-11.2014.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: SANDRA MARIA DE PAULA FAÇANHA PINHO - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Intimo V.Sa. a comprovar, no prazo de 15(quinze) dias, o pagamento do valor da condenação, sob pena de execução.

ADV: VIVETE CORRÊA DE SOUZA (OAB 12510/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0603397-58.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Vivaldo Jesus de Souza - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, fica designado o dia 11/12/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ANDERSON AIRES DA SILVA (OAB 10043/AM), ADV: JOAQUIM VITAL PINHEIRO E SILVA (OAB 10206/AM) - Processo 0603408-87.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Adolfo Luiz Azevedo de Farias - Por fim, autorizo, desde já, a expedição de certidão de crédito, na forma dos Enunciados 75 e 76 XXV FONAJE, caso requerido pelo exequente.

ADV: CAMILA LEAL DE SOUZA (OAB 7498/AM) - Processo 0603757-56.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Fabio Pereira de Melo - REQUERIDO: Florence Garden Empreendimento Imobiliário Spe Ltda e outro - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 5(cinco) dias, contrarrazões aos Embargos nos presentes autos.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: EDUARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6032/AM) - Processo 0603838-39.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Carla Josephina Miranda Biaggi - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, fica designado o dia 18/12/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0603879-06.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Ademir de Oliveira Lemos - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - De ordem, fica designado o dia 11/12/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: YARA CRISTINA BARBOSA FERREIRA (OAB 9813/AM) - Processo 0603961-08.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERIDO: OI Movel S.A. - Intimo V.Sa. a efetuar pagamento espontâneo, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de prosseguimento da execução via penhora.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0604047-76.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERIDO: Banco BMG S/A - "Intimo V.Sa a impugnar no prazo de 15 dias a penhora realizada nos presentes autos, sob pena de transferência dos valores ao exequente."

ADV: IÊDA SANTOS CARDOSO (OAB 5714/AM) - Processo 0604417-50.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Anderson da Rocha Coelho, - Vistos. Diante da citação negativa do Requerido e o pleito realizado pelo Autor, intime-se o Requerente para apresentar endereço atualizado no prazo de 30 dias, sob pena de abandono nos termos do artigo 485, inc. III do CPC. Apresentado o Endereço, paute-se nova audiência e cite-se o Requerido. P.R.I.C.

ADV: KÊNIA BASTOS ANDRADE (OAB 4037/AM) - Processo 0604580-98.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Jesse Carvalho Pontes - Intimo V.Sa a apresentar, no prazo de 10(dez) dias, sob pena de arquivamento, os seguintes documentos: 1) valor total resultante dos saques depositados na conta bancária da parte Requerente; 2) planilha detalhada do total que descontado nos contracheques do Requerente referente ao contrato de empréstimo/cartão de crédito firmado com a parte Requerida.

ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM), ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0604729-60.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERENTE: Monica

Almeida de Almeida - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, fica designado o dia 17/12/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: CAROLINA DOS SANTOS VIANA (OAB 8361/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM) - Processo 0604755-24.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Lindalva da Silva Dabella - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Diante dos pleitos realizados por ocasião da audiência de conciliação (fls. 107/108). Defiro prazo de 15 dias para apresentar os documentos que requereu juntada. Após concedo que 15 dias de prazo para a Requerida se manifesstar acerca do aludido documento e apresentar sua defesa. Decorridos referidos prazos paute-se audiência de instrução. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: EDENILSON HOSODA MONTEIRO DA SILVA (OAB 9932/AM) - Processo 0605161-79.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Helena Santos Duarte - De ordem, fica designado o dia 17/12/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FLÁVIO QUEIROZ DE PAULA (OAB 2388/AM), ADV: VITOR VILHENA GONÇALO DA SILVA (OAB 6502/AM) - Processo 0605522-62.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Morada dos Jardins - Edifício Orquídeas - REQUERIDO: Flávio Ferreira Lopes - De ordem, fica designado o dia 12/12/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: DAVI FONTENELE DE ALMEIDA (OAB 13125/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: ALMERON CAMINHA (OAB 12270/AM) - Processo 0606083-23.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Eduardo Henrique de Almeida Trindade - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, fica designado o dia 11/12/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: DANIELLE AMORIM BATISTA DOS SANTOS (OAB 7109/AM) - Processo 0607301-52.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Antonio Martins Correia - REQUERIDO: Midway Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Lojas Riachuelo S/A - Assim sendo, Julgo improcedentes os pedidos.

ADV: HENRIQUE CABOCLO DE MACEDO (OAB 8816/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: ÉRICO CABOCLO DE MACEDO (OAB 7685/AM), ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM), ADV: MÁRIO BATISTA DE ANDRADE NETO (OAB 5083/AM) - Processo 0607553-89.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Daiana Gusmão de Andrade - REQUERIDO: Plural Gestao Em Planos de Saude Ltda - Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Diante da justificativa juntada às fls. 280/281, paute-se nova audiência de Conciliação (ou Instrução e Julgamento). Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MÁRIO BATISTA DE ANDRADE NETO (OAB 5083/AM), ADV: ÉRICO CABOCLO DE MACEDO (OAB 7685/AM), ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM) - Processo 0607553-89.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Daiana Gusmão de Andrade - REQUERIDO: Plural Gestao Em Planos de Saude Ltda - Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - De ordem, fica designado o dia 09/12/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM) - Processo 0607587-30.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Cleide Batista Lima - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, fica designado o dia 09/12/2019 às 10:00h para a realização de audiência Una (Conciliação,

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0607634-09.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: ERON RODRIGUES DOI CARMO - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Intimo V.Sa. a indicar conta bancária, no prazo de 05(cinco) dias, para devolução de valores.

ADV: CARLOS EDUARDO RAPOSO DA CÂMARA ALENCAR (OAB 4249/AM), ADV: MARCELO GUEDES DE MELLO E SILVA (OAB 9786/AM), ADV: FABRÍCIA ARRUDA MOREIRA AMAZONAS (OAB 5043/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0607691-56.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Jose Luiz Maciel Neto - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, fica designado o dia 10/12/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: VITOR VILHENA GONÇALO DA SILVA (OAB 6502/AM), ADV: ERIKA NAIANA D'AQUINO PIRES (OAB 590A/AM) - Processo 0607839-67.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Vivenda do Pontal - Intimo V.Sa. a juntar, no prazo de 15(quinze) dias, cálculo atualizado do valor da condenação, com juros e correção monetária.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM) - Processo 0608212-64.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Nezilene Rocha Pereira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, fica designado o dia 05/12/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0608279-29.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Francisco de Assis de A. Simas - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Relação: 0103/2019 Teor do ato: Assim sendo, 1) Julgo procedente o pedido para as faturas de água vencidas em 29.03.2019, 29.04.2019 e 29.05.2019 para o consumo de R$ 64,46 (sessenta e quatro reais e quarenta e seis centavos) cada, totalizando o débito R$ 193,38 (cento e noventa e três reais e trinta e oito centavos); 2) Julgo procedente a compensação o valor de R$ 193,38 (cento e noventa e três reais e trinta e oito centavos), com o corresponde valor da restituição da quantia paga, para efeito de extinguir aludidos débitos de água pelo adimplemento integral da respectiva obrigação contratual; 3) Julgo procedente o pedido de danos materiais para condenar a parte Requerida ao pagamento de R$ 888,80 (oitocentos e oitenta e oito reais e oitenta centavos), incidindo-se correção monetária a contar da data desta decisão, bem como juros de 1%, a partir da citação; devendo, por ocasião do pagamento do montante, ser abatido a título de compensação de créditos a quantia de R$ 193,38 (cento e noventa e três reais e trinta e oito centavos), devidamente atualizada e com juros de 1% ao mês a partir da presente data; 4) Julgo procedente o pedido de danos morais para condenar a parte Requerida ao pagamento de R$ 4.990,00 (quatro mil, novecentos e noventa reais), incidindo-se correção monetária a contar da data desta decisão, bem como juros mensais de 1%, a partir da citação; No mesmo ato de intimação da sentença, deverá(ão) a(s) parte(s) vencida(s) ser(em) instada(s) a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida(s) de que, acaso não cumpra(m) no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC). Advogados(s): Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM), Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)

ADV: ANTONELA MARTINS DOS SANTOS (OAB 9781/AM), ADV: LUIS FELIPE PROCÓPIO DE CARVALHO (OAB 303905/

SP) - Processo 0608370-56.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Eli de Oliveira Linhares - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 5(cinco) dias, contrarrazões aos Embargos nos presentes autos.

ADV: FÁBIO ROCHA SILVA (OAB 11403/AM) - Processo 0608782-84.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Edirlan Silva de Souza - Por fim, autorizo, desde já, a expedição de certidão de crédito, na forma dos Enunciados 75 e 76 XXV FONAJE, caso requerido pelo exequente.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0609006-27.2015.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Banco BMG S/A - "Intimo V.Sa a impugnar no prazo de 15 dias a penhora realizada nos presentes autos, sob pena de transferência dos valores ao exequente."

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: FRANCISCA NÚBIA DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 4376/AM) - Processo 0609371-42.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Dejacy Gomes da Silva - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - De ordem, fica designado o dia 01/11/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ALYSSON ROBERTO ROCHA FERREIRA (OAB 11860/AM), ADV: ANDRÉ LUIZ DUARTE DA CRUZ (OAB 7694/AM) - Processo 0609529-34.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Lucicley Gomes Ferreira - De ordem, intimo, novamente a a autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial: 1) retificando o item "B" dos pedidos da petição inicial, haja vista que a parte demandada trata-se do Banco Industrial do Brasil S/A e a parte autora requer antecipação de tutela no sentido suspender os descontos realizados no ao código de n.º 6308 (BMG CARTÃO), ou seja, não se trata da mesma parte requerida; 2) cópia dos contracheques do período de abril de 2018 a agosto de 2019, casos os descontos não tenham cessados.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0610164-78.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - RECLAMANTE: Paulo Roberto da Silva Alves - RECLAMADO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Assim sendo, 1) Julgo procedente o pedido para declarar a inexistência do débito impugnado nesta demanda, cujo no valor corresponde a R$ 3.859,98 (três mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e noventa e oito centavos); 2) Julgo procedente o pedido de danos morais para condenar a parte Requerida ao pagamento de R$ 6.986,00 (seis mil, novecentos e oitenta e seis reais), incidindo-se correção monetária oficial, a contar da data desta decisão, bem como juros mensais de mora de 1%, a partir da citação, tudo até o efetivo cumprimento da obrigação; 3) Confirmo a decisão que antecipou a tutela às fls. 24. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá(ão) a(s) parte(s) vencida(s) ser(em) instada(s) a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida(s) de que, acaso não cumpra(m) no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM) - Processo 0610246-46.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Jose Maria Nunes Filho - De ordem, considerando o incidente de Uniformização de Interpretação de Lei nº 0000199-73.2018.8.04.9000, transitado em julgado, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: cópia dos contracheques do período de março de 2018 a agosto de 2019, casos os descontos não tenham sido cessados.

ADV: DAIANE APARECIDA KLAUS (OAB 12860/AM) - Processo 0610254-86.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Genivaldo Correa Sarmento - De ordem, fica designado o dia 09/12/2019 às 11:00h para a realização de audiência Una (Conciliação,

ADV: VITOR VILHENA GONÇALO DA SILVA (OAB 6502/AM) - Processo 0610607-63.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERENTE: Jose Luiz Monteiro Filho - De ordem, considerando o incidente de Uniformização de Interpretação de Lei nº 0000199-73.2018.8.04.9000, transitado em julgado, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: cópia dos contracheques do período de abril de 2018 a agosto de 2019, casos os descontos não tenham sido cessados.

ADV: RODRIGO GONZALEZ (OAB 158817/SP) - Processo 0610947-75.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: ABRIL COMUNICAÇÕES S.A. - Intimo V.Sa. a efetuar pagamento espontâneo, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de prosseguimento da execução via penhora.

ADV: CAROLINE DA SILVA BRAZ DE OLIVEIRA (OAB 4846/AM) - Processo 0610968-51.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: FRANCISCA CORREIA IZIDIO - Por fim, autorizo, desde já, a expedição de certidão de crédito, na forma dos Enunciados 75 e 76 XXV FONAJE, caso requerido pelo exequente.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0611091-83.2015.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERIDO: Banco BMG S/A - "Intimo V.Sa a impugnar no prazo de 15 dias a penhora realizada nos presentes autos, sob pena de transferência dos valores ao exequente."

ADV: JOSÉ ESTEVÃO XAVIER (OAB 8824/AM) - Processo 0611427-82.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Myrtor Santos da Silva - De ordem, considerando o incidente de Uniformização de Interpretação de Lei nº 0000199-73.2018.8.04.9000, transitado em julgado, intimo a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: cópia dos contracheques do período de janeiro de 2018 a agosto de 2019.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0611602-13.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - "Intimo V.Sa a impugnar no prazo de 15 dias a penhora realizada nos presentes autos, sob pena de transferência dos valores ao exequente."

ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: INGRID JULIANA DA SILVA BALBI (OAB 12798/AM) - Processo 0611881-28.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Nelson Nonato da Silva Barreiro - REQUERIDO: Claro S/A - Isto posto, por força das e do dispositivo supra citado, HOMOLOGO o acordo realizado entre as partes de fls. 104/105 e torno sem efeito a sentença de fls. 108/110 dos autos. Transitado esta em julgado. arquivem-se os autos. P. R. I.C.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: ANDERSON JUNQUEIRA GUMINIAK (OAB 9761/AM) - Processo 0612008-63.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Maria da Conceição Pimenta Fagundes Derzi - REQUERIDO: BradesCard S/A e outro - De ordem, fica designado o dia 09/12/2019 às 09:30h para a realização de audiência Una (Conciliação,

ADV: GEORGE DE MELO MONTEIRO (OAB 8466/AM) - Processo 0612069-21.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: Mônica Matos Antunes - Por fim, autorizo, desde já, a expedição de certidão de crédito, na forma dos Enunciados 75 e 76 XXV FONAJE, caso requerido pelo exequente.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: MARGIDE AMARO DE SOUZA (OAB 10380/AM) - Processo 0612385-05.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Nesse contexto, ausentes quaisquer dos vícios ensejadores dos aclaratórios, afigura-se patente o intuito infringente

da presente irresignação, que objetiva não suprimir a omissão, afastar a obscuridade ou eliminar a contradição, mas, sim, a reforma do julgado por via inadequada. Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração. P. R. I.C.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0613317-61.2015.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERIDO: Banco BMG S/A - "Intimo V.Sa a impugnar no prazo de 15 dias a penhora realizada nos presentes autos, sob pena de transferência dos valores ao exequente."

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0613323-34.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Ruy Lopes Brasil - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Intimo V.Sa. a efetuar o pagamento do valor da condenação, no prazo de 15(quinze) dias,, sob pena de prosseguimento da execução via penhora.

ADV: MARCOS PEREIRA DA SILVA (OAB 11150/AM), ADV: JOSUÉ NASCIMENTO PIMENTEL (OAB 9118/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0613450-64.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Gumercindo Barbosa Reis - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, fica designado o dia 13/12/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0613532-66.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Maria Neide de Azevedo Nascimento - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Intimo V.Sa. a comprovar, no prazo de 15(quinze) dias, o pagamento do saldo remanescente da condenação, conforme cálculo nos autos, sob pena de execução.

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0613668-92.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Marlen Gomes Vasques - De ordem, fica designado o dia 13/12/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LUIZ GUSTAVO NEGRO VAZ JÚNIOR (OAB 7355/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0613696-94.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Socorro das Graças Moura Fernandes - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, considerando o incidente de Uniformização de Interpretação de Lei nº 0000199-73.2018.8.04.9000, transitado em julgado, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: cópia dos contracheques do período de junho de 2018 a agosto de 2019, casos os descontos não tenham sido cessados.

ADV: CECÍLIA AROUCHA JIMENES (OAB 10261/AM) - Processo 0615374-13.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Leonardo de Albuquerque Artini da Palma - De ordem, fica designado o dia 10/12/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0615952-78.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Intimo V.Sa. a efetuar o pagamento do saldo remanescente, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de prosseguimento da execução via penhora.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 373659/SP) - Processo 0616004-74.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Descontos Indevidos - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - "Intimo V.Sa a impugnar no prazo de 15 dias a penhora realizada nos presentes autos, sob pena de transferência dos valores ao exequente."

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0616258-47.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Intimo V.Sa. a pagar o valor do saldo remanescente, no prazo de 15(quinze) dias, sob pena de execução.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: ELVISLAN DO NASCIMENTO SILVA (OAB 8970/AM), ADV: FIGUEIRA & NASCIMENTO SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 572/AM) - Processo 0616973-55.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERENTE: Renata Louise da Silva Ioppi - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, fica designado o dia 17/12/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: SÉRGIO ROBERTO RIBEIRO FILHO (OAB 305088/SP) - Processo 0617103-79.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: China Construction Bank - Banco Múltiplo S/A (BIC - Banco Industrial e Comercial S/A) - Intimo V.Sa. a efetuar o pagamento do saldo remanescente, no prazo de 15 (quinze) dias sob pena de prosseguimento da execução via penhora.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0617351-11.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Rozeneide dos Santos Mussa - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - De ordem, fica designado o dia 10/12/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARISA TAVARES BARROS PAIVA DE MOURA (OAB 23647/PE), ADV: CARLOS TAVARES E SILVA (OAB 59567/DF) - Processo 0617615-91.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Daniele Silva Moura - REQUERIDO: Rivoli Veículos Ltda. - Peugeout, Citroen do Brasil Automóveis Ltda. - 1. A parte vencida depositou a quantia informada nos autos, fl.184 em cumprimento da sentença. Assim, expeça-se alvará em benefício da parte credora mediante quitação plena da dívida exequenda por termo nos autos, na forma do art. 905, do CPC; 2. Acaso a parte credora recuse a dá plena quitação da dívida, de imediato intime-a para promover o prosseguimento da execução com apresentação da memória atualizado da dívida, no prazo de 30 dias, sob pena de arquivamento dos autos; 3. Apresentado que seja pedido de execução com os cálculos atualizados, de imediato intime-se o devedor para que ele complemente o depósito do valor devido, sob pena de prosseguimento da execução via penhora; 4. Acaso o devedor espontaneamente não deposite o valor restante da dívida, a constrição dos bens será buscada via sistema BACENJUD. a juntada aos autos do documento de informação de bloqueio da quantia exequenda, o qual constituirá o próprio termo de penhora (Enunciados cíveis nº. 140 e 147, do FONAJE); 5. Feita que seja a PENHORA, intime-se o devedor, na pessoa de seu advogado ou pessoalmente, para, querendo, oferecer embargos, no prazo de quinze dias (art. 52, IX c/c os Enunciados 117 e 142 do FONAJE).

ADV: MARCELO AUGUSTO CRUZ PEDROSA (OAB 9290/AM) - Processo 0617615-91.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Daniele Silva Moura - REQUERIDO: Rivoli Veículos Ltda. - Peugeout, Citroen do Brasil Automóveis Ltda. - Intimo V.Sa. para retificar os dados bancários da parte autora, tendo em vista que o Sistema de Alvará Eletrônico não aceitou os dados fornecidos às fls. 178 a 181.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0617903-73.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Walcione Carvalho de Moura - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, fica designado o dia 06/12/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: TADEUZA BENTES DE ALMEIDA (OAB 8205/AM), ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM), ADV: KELLY OLIVEIRA - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 9330/AM) - Processo 0618936-30.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer /

Não Fazer - REQUERENTE: Auto Moto Escola Val Ltda - Me - De ordem, fica designado o dia 16/12/2019 às 11:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JOYCE VIVIANNE VELOSO DE LIMA (OAB 8679/AM) - Processo 0619161-84.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: José Augusto de Melo Neto - De ordem, fica designado o dia 16/12/2019 às 09:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RODRIGO ALBERTO DE ABREU LIMA (OAB 9086/AM) - Processo 0619288-85.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Aline Lima de Souza - De ordem, fica designado o dia 17/12/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JOÃO RICARDO GOMES DA SILVA (OAB 14002/AM) - Processo 0619448-13.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Valdina Neves de Figueiredo - De ordem, fica designado o dia 18/12/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0619553-87.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Rodrigo Barbosa Monteiro - De ordem, fica designado o dia 16/12/2019 às 09:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM) - Processo 0620568-91.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Flex Comércio de Embalagens e Descartáveis Ltda (Ecorforte Ltda) - De ordem, fica designado o dia 16/12/2019 às 10:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: KAREN PRICILLA COELHO SANTANA (OAB 11459/AM) - Processo 0620609-58.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Raquel Coupe de Oliveira - De ordem, fica designado o dia 16/12/2019 às 08:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0620733-41.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Suely dos Santos de Souza - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, fica designado o dia 05/12/2019 às 10:00h para a realização de audiência Una (Conciliação, Instrução e Julgamento). O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: PAULO RICARDO DA SILVA GOMES (OAB 7942/AM) - Processo 0620852-02.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Maria das Graças dos Santos Barbosa - RECLAMADO: Banco BMG S/A - De ordem, fica designado o dia 05/12/2019 às 11:00h para a realização de audiência Una (Conciliação

ADV: MARIA EMÍLIA GONÇALVES DE RUEDA (OAB 13788A/AL) - Processo 0620952-88.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERIDO: Cielo S/A - "Intimo V.Sa a impugnar no prazo de 15 dias a penhora realizada nos presentes autos, sob pena de transferência dos valores ao exequente."

ADV: RENAN CORREA SILVA (OAB 13818/AM), ADV: ZILMARA MARCELA DE SOUZA GUEDES (OAB 10392/AM) - Processo 0620969-90.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: André Tavares de Brito - De ordem, fica designado o dia 12/12/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FRANCISCO GILBERT MELO DA SILVA (OAB 10983/AM), ADV: CARVALHO ADVOCACIA (OAB 558AM) - Processo 0621146-54.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Gabriela Cristina de Paula Lima - De ordem, fica designado o dia 16/12/2019 às 10:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ROBERTO JEFERSON BRASIL ROMANO (OAB 13076/AM) - Processo 0621228-56.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Mirian Brasil Romano - "Diante da insuficiência de saldo do Executado, conforme consulta do BacenJud juntada aos autos, intimo V.Sa. a indicar bens penhoráveis, no prazo de 15(quinze) dias. "

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0621495-28.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - Intimo V.Sa. a efetuar o pagamento do saldo remanescente, no prazo de 15 (quinze) dias sob pena de prosseguimento da execução via penhora.

ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM), ADV: NATHALIA PEREIRA LEITE VILELA TEIXEIRA (OAB 167006/RJ) - Processo 0621521-26.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Pedro Rodrigues Menezes - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - De ordem, fica designado o dia 06/12/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARCELO DA SILVA CARLOS (OAB 7366/AM), ADV: TOMÁS GOMES DA SILVA NETO (OAB 12978/AM), ADV: LUAN OLIVEIRA DA SILVA (OAB 10910/AM) - Processo 0621668-52.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Katia Carvalho Barbosa - LITSPASSIV: Am Card Administradora de Cartões S/c Ltda - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - IRDR JULGADO

ADV: LUAN OLIVEIRA DA SILVA (OAB 10910/AM), ADV: TOMÁS GOMES DA SILVA NETO (OAB 12978/AM), ADV: MARCELO DA SILVA CARLOS (OAB 7366/AM) - Processo 0621668-52.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Katia Carvalho Barbosa - LITSPASSIV: Am Card Administradora de Cartões S/c Ltda - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - De ordem, fica designado o dia 06/12/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ELAINE VITÓRIA DA SILVA GUEDES (OAB 10583/AM) - Processo 0622085-34.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria José Paulino da Silva - De ordem, fica designado o dia 05/12/2019 às 11:30h para a realização de audiência Una (Conciliação, Instrução e Julgamento). O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: RICARDO DE OLIVEIRA LIMA (OAB 6306/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0622104-11.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Marcos Serafim dos Santos - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - De ordem, fica designado o dia 18/12/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0622104-11.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Marcos Serafim dos Santos - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Intimo V.Sa. para juntar cópia de contrato objeto da dívida impugnada, comprovante de depósito bancário/entrega do valor emprestado, bem como fatura/planilha discriminando o valor inicial da dívida, sua evolução e o valor atual da dívida consolidada.

ADV: NELSON CLAY FERNANDES TAVARES (OAB 8453/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0622245-30.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Patricia da Silva Sampaio - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, fica designado o dia 17/12/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARLY GOMES CAPOTE (OAB 7067/AM) - Processo 0622301-92.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Denis Silva - De ordem, fica designado o dia 10/12/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: GUSTAVO CARVALHO DE OLIVEIRA (OAB 98206/CE), ADV: MÁXIMO DE CARVALHO JÚNIOR (OAB 14887/CE), ADV: ANDRÉA CALDEIRA DO COUTO (OAB 3601/AM) - Processo 0622400-33.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Previplan Clube - "Intimo V.Sa a impugnar no prazo de 15 dias a penhora realizada nos presentes autos, sob pena de transferência dos valores ao exequente."

ADV: AGUIBERTO CAMILO REDI (OAB 202A/AM) - Processo 0622492-40.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Anailda Garreto Rodrigues - De ordem, fica designado o dia 16/12/2019 às 08:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: LUIZ EDUARDO HAYDEN DOS SANTOS (OAB 12051/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0622550-14.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Raimundo Aldemir dos Santos Guedes - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, fica designado o dia 06/12/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LUIZ EDUARDO HAYDEN DOS SANTOS (OAB 12051/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0622649-81.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Raimundo Eduardo de Andrade Guedes - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, fica designado o dia 06/12/2019 às 08:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: OBERDAN MUSSATORRES (OAB 14386/AM) - Processo 0624094-66.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Edimilson Alves Louzada - De ordem, fica designado o dia 04/12/2019 às 11:00h para a realização de audiência Una (Conciliação,

ADV: CARLOS DANIEL RANGEL BARRETTO SEGUNDO (OAB 5035/AM) - Processo 0624187-63.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Veículos - REQUERIDA: Amira Makarem da Cunha - Instrução e Julgamento Data: 11/12/2019 Hora 11:00 Local: Sala 3 do 3º JECC (Instrução e Julgamento Cível) Situacão: Pendente

ADV: TARCÍSIO RAMOS DO VALE (OAB 8534/AM) - Processo 0624295-58.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Ivone Assako Murayama - Sâmia Jury Murayama - De ordem, fica designado o dia 11/12/2019 às 10:30h para a realização de audiência Una (Conciliação,

ADV: OBERDAN MUSSATORRES (OAB 14386/AM) - Processo 0624693-05.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Edimilson Alves Louzado - De ordem, fica designado o dia 08/11/2019 às 16:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JULIANO MARTINS MANSUR (OAB 113786/RJ), ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM), ADV: JOICY COSTA CORRÊA DA CUNHA ARGENT THOMPSO (OAB 146976/RJ) - Processo 0624780-92.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Orleilson Moraiz de Lima - REQUERIDO: Sabemi Seguradora S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 10(dez) dias, contrarrazões ao Recurso Inominado nos presentes autos.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: EMERSON ABINEÃ DA SILVA (OAB 6393/AM) - Processo 0625822-79.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Algenor Maria da Costa Teixeira Filho - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, fica designado o dia 05/12/2019 às 10:30h para a realização de audiência Una (Conciliação, Instrução e Julgamento). O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JERRY LÚCIO DIAS DA SILVA JÚNIOR (OAB 11272/AM) - Processo 0626105-68.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Extravio de bagagem - REQUERENTE: Jerry Lúcio Dias da Silva Júnior - De ordem, fica designado o dia 13/12/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JOSÉ DE ANDRADE AZEDO NETTO (OAB 10394/AM) - Processo 0626349-94.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Andreia Blank Ideta - De ordem, fica designado o dia 07/11/2019 às 16:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LUCICLÉA RAMOS DE CARVALHO (OAB 11269/AM) - Processo 0626434-80.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Maria Lucideia Carvalho de Sousa - De ordem, fica designado o dia 07/11/2019 às 08:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LEIRIMAR DA SILVA NAZARÉ (OAB 13794/AM) - Processo 0626452-04.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rayane Castro da Costa - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: o comprovante de residência em nome da Autora, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que a autora reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante.

ADV: DANIEL GUEDES DE CARVALHO (OAB 7533/AM) - Processo 0626461-63.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Daniel Guedes de Carvalho - De ordem, fica designado o dia 18/12/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: DANIEL SILVA DE OLIVEIRA (OAB 9553/AM) - Processo 0626538-72.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Beija-flor 2 Iv Etapa - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção sem resolução do mérito, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: 1- Convenção do condomínio registrada em cartório; 2 - Ata de convenção ou assembleia que aprovou/fixou os valores das cotas de condomínio exequendas, tanto as taxas ordinárias quanto as taxas extraordinárias; 3- Certidão narrativa da Unidade Autônoma em nome do condômino/executado.

ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM) - Processo 0626582-91.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Alexandre Gomes Ribeiro - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: cópia do CPF e RG do autor; comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o autor reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante.

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0629391-88.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Julia Silva de Araujo - REQUERIDO: Vivo S/A - Intimo V.Sa. a contrarrazoar os embargos de declaração nos presentes autos, no prazo de 05(cinco) dias.

Aguiberto Camilo Redi (OAB 202A/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Almeron Caminha (OAB 12270/AM)
Alysson Roberto Rocha Ferreira (OAB 11860/AM)
Ana Tereza de Aguiar Valença (OAB 33980/PE)

Anderson Aires da Silva (OAB 10043/AM)
Anderson Junqueira Guminiak (OAB 9761/AM)
André Luiz Duarte da Cruz (OAB 7694/AM)
Andréa Caldeira do Couto (OAB 3601/AM)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Annie Mara Arruda de Sá e Brito (OAB 6286/AM)
Antonela Martins dos Santos (OAB 9781/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Barbara Rodrigues Faria da Silva (OAB 151204/MG)
Bruna Carvalho dos Santos (OAB 11179/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Camila Leal de Souza (OAB 7498/AM)
Carlos Daniel Rangel Barretto Segundo (OAB 5035/AM)
Carlos Eduardo Pereira Teixeira (OAB 327026/SP)
Carlos Eduardo Raposo da Câmara Alencar (OAB 4249/AM)
Carlos Ricardo de Araújo Melo (OAB 4239/AM)
Carlos Tavares e Silva (OAB 59567/DF)
Carolina dos Santos Viana (OAB 8361/AM)
Caroline da Silva Braz de Oliveira (OAB 4846/AM)
Carvalho Advocacia (OAB 558AM)
Cecília Aroucha Jimenes (OAB 10261/AM)
Christianne Gomes da Rocha (OAB 18305A/PB)
Daiane Aparecida Klaus (OAB 12860/AM)
Daniel Guedes de Carvalho (OAB 7533/AM)
Daniel Silva de Oliveira (OAB 9553/AM)
Danielle Amorim Batista dos Santos (OAB 7109/AM)
Davi Fontenele de Almeida (OAB 13125/AM)
Edenilson Hosoda Monteiro da Silva (OAB 9932/AM)
Eduardo Alvarenga Viana (OAB 6032/AM)
Elaine Vitória da Silva Guedes (OAB 10583/AM)
Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)
Elvislan do Nascimento Silva (OAB 8970/AM)
Emerson Abineã da Silva (OAB 6393/AM)
Érico Caboclo de Macedo (OAB 7685/AM)
Erika Naiana D'Aquino Pires (OAB 590A/AM)
Evaldo Lucio da Silva (OAB 10462/MT)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
FÁBIO ROCHA SILVA (OAB 11403/AM)
Fabrícia Arruda Moreira Amazonas (OAB 5043/AM)
Figueira & Nascimento Sociedade de Advogados (OAB 572/AM)
Flávio Queiroz de Paula (OAB 2388/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francisca Núbia de Oliveira de Lima (OAB 4376/AM)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Francisco Gilbert Melo da Silva (OAB 10983/AM)
Francisco Jacob dos Reis (OAB 7728/AM)
George de Melo Monteiro (OAB 8466/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
GUSTAVO CARVALHO DE OLIVEIRA (OAB 98206/CE)
Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Haroldo Alves Pimenta Filho (OAB 9502/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique Caboclo de Macedo (OAB 8816/AM)
Iêda Santos Cardoso (OAB 5714/AM)
Ingrid Juliana da Silva Balbi (OAB 12798/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Jerry Lúcio Dias da Silva Júnior (OAB 11272/AM)
João Ricardo Gomes da Silva (OAB 14002/AM)
Joaquim Vital Pinheiro e Silva (OAB 10206/AM)
Joicy Costa Corrêa da Cunha Argent Thompso (OAB 146976/RJ)
José de Andrade Azedo Netto (OAB 10394/AM)
José Estevão Xavier (OAB 8824/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
Josué Nascimento Pimentel (OAB 9118/AM)
Joyce Vivianne Veloso de Lima (OAB 8679/AM)
Juliano Martins Mansur (OAB 113786/RJ)
Karen Pricilla Coelho Santana (OAB 11459/AM)
Kelly Anne Corrêa de Oliveira (OAB 9330/AM)
Kelly Oliveira - Sociedade Individual de Advocacia (OAB 9330/AM)
Kênia Bastos Andrade (OAB 4037/AM)
Leirimar da Silva Nazaré (OAB 13794/AM)
Luan Oliveira da Silva (OAB 10910/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Lucicléa Ramos de Carvalho (OAB 11269/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luis Felipe Procópio de Carvalho (OAB 303905/SP)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Carlos Laurenço (OAB 11416AM/A)
Luiz Eduardo Hayden dos Santos (OAB 12051/AM)
Luiz Gustavo Negro Vaz Júnior (OAB 7355/AM)
Manoel Eduardo dos Santos Assis (OAB 9613/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Marcelo Augusto Cruz Pedrosa (OAB 9290/AM)
Marcelo da Silva Carlos (OAB 7366/AM)
Marcelo Guedes de Mello e Silva (OAB 9786/AM)
Marcos Pereira da Silva (OAB 11150/AM)
Margide Amaro de Souza (OAB 10380/AM)
Maria Eduarda Dutra de Oliveira Silva (OAB 69780/RS)
Maria Emília Gonçalves de Rueda (OAB 13788A/AL)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Mário Batista de Andrade Neto (OAB 5083/AM)
Marisa Tavares Barros Paiva de Moura (OAB 23647/PE)
Marly Gomes Capote (OAB 7067/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Máximo de Carvalho Júnior (OAB 14887/CE)
Nathalia Pereira Leite Vilela Teixeira (OAB 167006/RJ)
Nelson Clay Fernandes Tavares (OAB 8453/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Oberdan Mussa Torres (OAB 14386/AM)
Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (OAB 8766/AM)
Paulo Ricardo da Silva Gomes (OAB 7942/AM)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Renan Correa Silva (OAB 13818/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Renato Fernandes Mariano (OAB 8246/AM)
Ricardo de Oliveira Lima (OAB 6306/AM)
Roberto Jeferson Brasil Romano (OAB 13076/AM)
Rodrigo Alberto de Abreu Lima (OAB 9086/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Gonzalez (OAB 158817/SP)
Rodrigo Scopel (OAB 21899/SC)
Sérgio Roberto Ribeiro Filho (OAB 305088/SP)
Tadeuza Bentes de Almeida (OAB 8205/AM)
Tarcísio Ramos do Vale (OAB 8534/AM)
Tomás Gomes da Silva Neto (OAB 12978/AM)
Victor Hugo Trindade Simões (OAB 9286/AM)
Vitor Vilhena Gonçalo da Silva (OAB 6502/AM)
Vivete Corrêa de Souza (OAB 12510/AM)
Walter de Oliveira Monteiro (OAB 41783/DF)
Walter de Oliveira Monteiro (OAB 66862/RJ)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Wilson Sales Belchior (OAB 373659/SP)
Yara Cristina Barbosa Ferreira (OAB 9813/AM)
Zilmara Marcela de Souza Guedes (OAB 10392/AM)

4ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0243/2019
ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: RICARDO CARVALHO PAIXÃO (OAB 3742/AM) - Processo 0603971-44.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ediana

Dacio da Cruz - REQUERIDO: Faculdade Uninassau Manaus - Diante do exposto, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTES os pedidos iniciais, extinguindo o processo com resolução de mérito, nos moldes do art. 487, inc. I do CPC. Sem custas e honorários, conforme art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I.C.

ADV: DAVI MAFRA DOS ANJOS (OAB 9694/AM) - Processo 0604851-02.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Joane Mesquita Martins - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 11/10/2019 às 10:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 17 de setembro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: DAVI MAFRA DOS ANJOS (OAB 9694/AM) - Processo 0604936-85.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Altenira Alves de Souza - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 11/10/2019 às 10:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 17 de setembro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: DAVI MAFRA DOS ANJOS (OAB 9694/AM) - Processo 0604951-54.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Altenira Alves de Souza - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 11/10/2019 às 10:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 17 de setembro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: MARILENE BALBI DE ALBUQUERQUE (OAB 12492/AM), ADV: ROBERTO AMARAL ARRUDA FILHO (OAB 10034/AM) - Processo 0605344-76.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE:

Cristiane Pinto Justiniano - Certifico, para os devidos fins de direito, que REDESIGNEI A AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 21/10/2019 às 10:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 18 de setembro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0608811-63.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Aguinaldo Pereira Dias - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 23/10/2019 às 11:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 17 de setembro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 17641/MT) - Processo 0608856-67.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Rosimar Martins da Silva - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 23/10/2019 às 11:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 17 de setembro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM) - Processo 0608873-06.2019.8.04.0092 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: José Edmar Castro da Gama - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 23/10/2019 às 11:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 17 de setembro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do

réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

Adson Pinho Pinto (OAB 5850/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Davi Mafra dos Anjos (OAB 9694/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Marilene Balbi de Albuquerque (OAB 12492/AM)
Ricardo Carvalho Paixão (OAB 3742/AM)
Roberto Amaral Arruda Filho (OAB 10034/AM)
Ronan Botelho (OAB 17641/MT)

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUIZ(A) DE DIREITO JAIME ARTUR SANTORO LOUREIRO

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL AKÁSSIO SEBASTIÃO MEDEIROS CAVALCANTE

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0242/2019

ADV: MARIA EMÍLIA GONÇALVES DE RUEDA (OAB 13788A/AL) - Processo 0201067-19.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Cielo S/A - De ordem, intimem-se a parte Executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o julgado, nos termos do art. 523 do CPC.

ADV: WALFRAN SIQUEIRA CALDAS (OAB 8915/AM), ADV: SANELMO PEIXOTO SIQUEIRA (OAB 9814/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0600661-93.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Tania Maria Brasil de Souza - REQUERIDO: Banco Pan S/A - Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na inicial, consoante fundamentação supra e, por conseguinte, resolvo o mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para: I) DECLARAR a inexigibilidade do débito gerado em nome da Autora, referente ao boleto com vencimento em 25/12/2018, no valor de R$ 946,82, objeto da inicial; II) CONDENAR a Reclamada ao pagamento da quantia de R$ 6.000,00 (seis mil reais) a título de indenização por danos morais, com correção monetária pelo índice INPC a partir desta data e juros de 1% ao mês desde a citação, tudo nos termos da fundamentação supra". Mantenho a decisão interlocutória de fls. 15 tornando-a definitiva, nos termos da fundamentação supra. Em sede de Juizado Especial Cível, em 1º grau de jurisdição, não há condenação em custas processuais e honorários de advogado (Lei n. 9.099/95, art. 54 e 55). P. R. I. Após o trânsito em julgado, arquive-se os presentes autos. Manaus, 29 de agosto de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0600915-66.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Evandro do Rosario Andrade de Assunção - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Isto posto, EXTINGO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 51, inciso II, da Lei nº 9.099/95, ante a complexidade da prova a ser produzida. Revogo a decisão de folhas antecedentes, nos termos da fundamentação supra. Sem custas e honorários, conforme art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. P.R.I.C. Manaus, 24 de agosto de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz(a) de Direito

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ANA CAROLINA BEZERRA DE FREITAS (OAB 7698/AM) - Processo 0601062-92.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Irani Marli Muller - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Isto posto, EXTINGO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 51, inciso II, da Lei nº 9.099/95, ante a complexidade da prova a ser produzida. Por consequência, revogo a decisão de folhas antecedentes, nos termos da fundamentação supra. Sem custas e honorários, conforme art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I.C.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: MELQUISEDEC FREITAS PANTOJA (OAB 10412/AM) - Processo 0601187-60.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Renatha Pinheiro de Freitas - REQUERIDO: Claro S/A e outro - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos constam JULGO PROCEDENTE a Reclamação para: I) RETIFICAR a cobrança objeto desta demanda para o valor de R$ 107,00 (cento e sete reais) referente ao serviço NET ESSENCIAL DIG.EXCLUSIVO FID, INTERNET 5 MB (um ponto), ressalvadas eventuais cobranças de juros, multas, encargos, serviços extras e outros, bem como reajustes anuais autorizados pela ANATEL; II) CONDENAR o(a) Requerido(a) ao pagamento da quantia de R$ 2.000,00 (dois mil reais) a título de indenização por danos morais, acrescidos de correção monetária pelo índice INPC a partir dessa data e juros de 1% ao mês desde a citação, tudo nos termos da fundamentação supra. Confirmo a tutela antecipada concedida às fls. 34, tornando-a definitiva, pelos motivos acima expostos. Defiro o pedido de justiça gratuita. Sem custas ou honorários advocatícios, salvo em caso de recurso. Publique-se, registre-se e intimem-se. Manaus, 28 de agosto de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO (OAB 60359/RJ), ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0601238-71.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Rita de Cassia da Silva Fontes Lima - REQUERIDO: Banco Itaú Bmg Consignado S.a - Ante o exposto, não demonstrada nenhuma das hipóteses elencadas no art. 48 da Lei nº 9.099/95, REJEITO os embargos de declaração. P. R. I.C. Manaus, 26 de agosto de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: ELCINETE CARDOSO DE ALMEIDA (OAB 6946/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0601459-88.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Geraldo Freitas Ramos da Mota

- Nilcilene Silva e Silva - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Isto posto, extingo o processo sem julgamento do mérito, nos termos do art. 51, inciso II, da Lei nº 9.099/95, ante a complexidade da prova a ser produzida. Revogo a decisão de fls. 89, nos termos da fundamentação supra. Publique-se, registre-se, intime-se e arquive-se. Manaus, 26 de agosto de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz(a) de Direito

ADV: MAHIRA ALMEIDA DE SÁ, ADV: RAMI YURI MENEZES GAMA (OAB 8933/AM), ADV: EDER CARLOS RIBEIRO PIRES (OAB 7901/AM), ADV: RODRIGO RODRIGUES DIAS DE ALMEIDA (OAB 2518/AM), ADV: RONALDO DA SILVA GAMA (OAB 7900/AM), ADV: LUIZ HENRIQUE ZUBARAN OSSUOSKY FILHO (OAB 7537/AM) - Processo 0601471-44.2014.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: EULER PIMENTEL PEREIRA - EXECUTADO: Telefônica Brasil S/A - Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTES os Embargos à Execução opostos por Telefônica Brasil S/A contra Euler Pimentel Pereira, nos termos da fundamentação. À secretaria para atualizar o montante das astreintes a partir do arbitramento ("O termo inicial de incidência da correção monetária sobre a multa do § 4º do art. 461 do CPC deve ser a data do respectivo arbitramento, como ocorre nas hipóteses de dano moral (Súm. 362/STJ)" (EREsp n. 1.492.947/SP, Relator Ministro MOURA RIBEIRO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 28/6/2017, DJe 30/6/2017). Após, proceda-se à penhora eletrônica no sistema Bacenjud. Por fim, diante da ineficácia do montante arbitrado a título de astreintes, determino sua majoração para o importe de R$ 1.000,00 (mil reais) ao dia, até o limite de R$ 10.000,00 (dez mil reais). Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 16 de setembro de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: VALERIA SABRINA DE SOUZA DINIZ (OAB 13807/AM) - Processo 0601813-79.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - RECLAMANTE: Valeria Sabrina de Souza Diniz - RECLAMADO: Banco Bradesco S.a - Agência Sefaz - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos constam JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na exordial, consoante fundamentação supra e, por conseguinte, resolvo o mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para: A) DETERMINAR O CANCELAMENTO da cobrança a título de pacote de serviço (cesta básica/econômica e similares), sob pena de multa de R$ 50,00 (cinquenta reais) por cada desconto, até o limite de R$ 1.000,00 (mil reais), sem prejuízo de majoração por descumprimento; B) CONDENAR o Requerido à repetição do indébito deR$ 204,25 (duzentos e quatro reais e vinte e cinco centavos), o qual em dobro totaliza R$ 408,50 (quatrocentos e oito reais e cinquenta centavos), acrescidos de correção e juros desde o efetivo prejuízo, tudo conforme acima exposto. Julgo improcedente os demais pedidos, nos termos da fundamentação supra. P. R. I. Manaus, 28 de agosto de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS), ADV: EDER MACHADO ARAUJO (OAB 14085/AM) - Processo 0602039-84.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Elessandra Sabrina Oliveira Campos - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Banco Santander Brasil S/A - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos constam JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na exordial, consoante fundamentação supra e, por conseguinte, resolvo o mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para: I) DECLARAR a inexigibilidade dos débitos objeto da lide, referentes aos meses de janeiro e fevereiro de 2019; II) CONDENAR a Requerida 1 ao pagamento da quantia de R$ 2.000,00 (dois mil reais) a título de indenização por danos morais, corrigidos a partir da publicação da sentença e com juros desde a citação. Acolho a preliminar de ilegitimidade passiva e determino a exclusão do Requerido 2. Mantenho a decisão de fls. 25, tornado-a definitiva, pelos seus próprios fundamentos. P. R. I. C. Manaus, 28 de agosto de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz(a) de Direito

ADV: CÉSAR AUGUSTO MACEDO MONTEIRO (OAB 11121/AM), ADV: ELLEN ESTEFANY DE SOUZA BATISTA (OAB 11136/AM) - Processo 0602148-35.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Erika Lima Correa - De ordem, fica designado o dia 06/12/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação. A referida audiência será realizada na sede deste Juízo: Av. Noel Nutels, s/n, em frente ao posto do INSS, Cidade Nova, CEP 69095-000, Manaus/AM. Para a parte requerida será expedido mandado de citação no endereço indicado à fl. 32/33.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: ILLY SOARES DE SOUZA (OAB 10263/AM) - Processo 0602670-28.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: TOBIAS DA SILVA CHAVES - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Isto posto, extingo o processo sem julgamento do mérito, nos termos do art. 51, inciso II, da Lei nº 9.099/95, ante a complexidade da prova a ser produzida. Publique-se, registre-se, intime-se e arquive-se. Manaus, 26 de agosto de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz(a) de Direito

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: JOSAFÁ FERNANDES DE MELO (OAB 9525/AM), ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0602690-95.2015.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERIDO: Santa Beatriz Empreendimentos |mobiliários e outros - Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido, nos termos da fundamentação supra. Revogo a decisão de fls. 34 que, ante o julgamento improcedente, não produzirá qualquer efeito, nem mesmo astreintes. P. R. I. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se. Manaus, 11 de setembro de 2019 Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0602704-03.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Moises Alberto Rojas Soares - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos elencados na exordial, nos termos do artigo 487, I do CPC. P. R. I. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se. Manaus, 26 de agosto de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: CLEBER DE OLIVEIRA LIMA (OAB 13770/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM) - Processo 0602795-93.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Alesandro da Silva Monteiro - REQUERIDO: Claro S/A - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos constam JULGO PROCEDENTE a Reclamação para: I) DECLARAR a inexigibilidade de quaisquer débitos decorrentes do serviço denominado "CB MULTI ESSENC HD LIGH CINEMA FID", vez que sua contratação não restou demonstrada; II) CONDENAR o(a) Requerido(a) ao pagamento da quantia de R$ 2.000,00 (dois mil reais) a título de indenização por danos morais, acrescidos de correção monetária pelo índice INPC a partir dessa data e juros de 1% ao mês desde a citação, tudo nos termos da fundamentação supra. Defiro o pedido de justiça gratuita. Em sede de Juizados Especiais, em 1º grau de jurisdição, não há pagamento de custas processuais nem fixação de honorários advocatícios, na forma dos arts. 54 e 55, caput, da lei nº 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se. Manaus, 02 de setembro de 2019 Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: PRISCILLA LOPES DE ALCANTARA (OAB 8615/AM) - Processo 0603190-85.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Alessandra Santiago da Silva - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Isto posto, extingo o processo sem julgamento do mérito, nos termos do art. 51, inciso II, da Lei nº 9.099/95, ante a complexidade da prova a ser produzida. Revogo a decisão de fls. 28, nos termos da fundamentação supra. Publique-

se, registre-se, intime-se e arquive-se. Manaus, 29 de agosto de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz(a) de Direito

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: RAMYDE WASHINGTON ABEL CALDEIRA DOCE CARDOZO (OAB 12029/AM) - Processo 0603394-66.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ivan Sales dos Santos - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE a demanda formulada na inicial, consoante fundamentação supra e, por conseguinte, resolvo o mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Revogo a tutela de urgência concedida às fls. 73. Por fim, defiro o pedido de justiça gratuita, nos termos do artigo 98 do Código de Processo Civil. P. R. I. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se. P. R. I. C. Manaus, 26 de agosto de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: NOGUEIRA ADVOCACIA E ASSESSORIA JURÍDICA (OAB 443/AM), ADV: CLÁUDIO DAVI BATISTA NOGUEIRA (OAB 8286/AM) - Processo 0603473-11.2019.8.04.0092 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio River Park Residencial Club - De ordem, fica designado o dia 28/11/2019 às 09:45h para a realização de audiência de Conciliação. A referida audiência será realizada na sede deste Juízo: Av. Noel Nutels, s/n, em frente ao posto do INSS, Cidade Nova, CEP 69095-000, Manaus/AM.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0603592-69.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Wanderson Soares do Nascimento - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos constam JULGO PROCEDENTE a Reclamação formulada na exordial, consoante fundamentação supra e, por conseguinte, resolvo o mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para: A) DECLARAR nula a contratação do seguro rresidencia objeto desta demanda, sendo vedada a cobrança de quaisquer valores referentes a este. B) CONDENAR, solidariamente, os Requeridos à repetição em dobro do indébito de R$ 383,35 (trezentos e oitenta e três reais e oitenta e cinco centavos), totalizando a quantia de R$ 766,70 (setecentos e sessenta e seis reais e setenta centavos), acrescidos de correção pelo INPC e juros de 1% ao mês desde o desembolso; C) CONDENAR, solidariamente, os Reclamados ao pagamento da quantia de R$ 3.000,00 (três mil reais), a título de indenização por danos morais, acrescidos de correção pelo INPC a partir desta data e juros de 1% ao mês desde a citação, tudo nos termos da fundamentação supra. Defiro o pedido de justiça gratuita. P. R. I. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se. Manaus, 30 de agosto de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: SUZETE DA SILVA PRAXEDES (OAB 9315/AM), ADV: SIMONE ALVES DA SILVA (OAB 29016/PE) - Processo 0603663-71.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Nulidade / Anulação - REQUERENTE: Maria Nilza Sousa Santos - REQUERIDO: Banco Safra S/A - Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE a demanda formulada na inicial, consoante fundamentação supra e, por conseguinte, resolvo o mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Condeno a Requerente ao pagamento de multa por litigância de má-fé, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 80, II, do CPC cujo valor arbitro em 2% do valor da causa, resultando em R$ 716,89 (setecentos e dezesseis reais e oitenta e nove centavos), (art. 81, caput, do CPC), que deverá ser que deverá ser destinado a parte contrária (art. 96, CPC). P. R. I. Manaus, 29 de agosto de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: LEONARDO BRUNO BARBOSA MONTEIRO (OAB 8570/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: FÁBIO PINHEIRO DE ARAÚJO (OAB 9576/AM) - Processo 0603714-24.2015.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: CELCILENE BARROS DE OLIVEIRA ZENI - REQUERIDO: CLARO S/A INCORPORADORA DA NET SERVIÇOS E COM. S/A /Embratel S/A - NET - Por todo o exposto, JULGO IMPROCEDENTES os Embargos à Execução opostos por Claro S/A. Atualize-se o valor do débito e, em seguida, proceda-se ao bloqueio de ativos financeiros no sistema BACENJUD. Intimem-se. Cumpra-se. P. R. I. Manaus, 09 de setembro de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: DANIEL DE LIMA ALBUQUERQUE (OAB 6548/AM) - Processo 0604362-44.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: José Jacinto de Albuquerque Filho - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Isto posto, EXTINGO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉrito, nos termos do art. 51, inciso II, da Lei nº 9.099/95, ante a complexidade da prova a ser produzida. Por consequência, revogo a decisão de fls. 49/52, nos termos da fundamentação supra. Sem custas e honorários conforme art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 24 de agosto de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz(a) de Direito

ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM) - Processo 0604719-42.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: José do Rosário dos Santos Drumond - REQUERIDO: Banco Pan S/A - Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE a demanda formulada na inicial, consoante fundamentação supra e, por conseguinte, resolvo o mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. P. R. I. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se. P. R. I. C. Manaus, 28 de agosto de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ROBSON ALMEIDA DE OLIVEIRA (OAB 6457/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0605305-16.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Rossy Enne Athan de Oliveira - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Isto posto, EXTINGO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 51, inciso II, da Lei nº 9.099/95, ante a complexidade da prova a ser produzida. Por consequência, revogo a decisão de folhas antecedentes, nos termos da fundamentação supra. Sem custas e honorários, conforme art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. Publique-se, registre-se, intime-se e cumpra-se. Manaus, 24 de agosto de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: ALEXANDRE PAES BARRETO SARAIVA (OAB 8838/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0605760-44.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Angela Lopes Gato - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos constam JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na exordial, consoante fundamentação supra e, por conseguinte, resolvo o mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para fins de: I) CONDENAR o Requerido ao pagamento em dobro do valor de R$ 1.985,22 (mil, novecentos e oitenta e cinco reais e vinte e dois centavos), totalizando R$ 3.970,44 (três mil, novecentos e setenta reais e quarenta e quatro centavos) com correção e juros desde cada desconto; II) CONDENAR o Requerido ao pagamento da quantia de R$ 3.000,00 (três mil reais) a título de indenização por danos morais, corrigidos a partir da publicação da sentença e com juros desde a citação. P. R. I. Manaus, 28 de agosto de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ODELY COSTA DOS SANTOS (OAB 10324/AM) - Processo 0605776-95.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Helen Karina Alencar Nogueira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos constam JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na exordial,

consoante fundamentação supra e, por conseguinte, resolvo o mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para: I) DETERMINAR O CANCELAMENTO da cobrança a título de pacote de serviço (cesta básica/econômica e similares), sob pena de multa de R$ 100,00 (cem reais) por cada desconto, sem prejuízo de majoração por descumprimento; II) CONDENAR o Requerido à repetição do indébito deR$ 1.293,05 (um mil, duzentos e novena e três reais, cinco centavos), o qual em dobro totaliza R$ 2.586,10 (dois mil, quinhentos e oitenta e seis reais, dez centavos), acrescidos de correção e juros desde o efetivo prejuízo; Julgo improcedente os demais pedidos, nos termos da fundamentação supra. P. R. I. Manaus, 27 de agosto de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: KELLY OLIVEIRA - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 9330/AM), ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0605894-71.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Ademir de Oliveira Lemos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Ex positis, pronuncio a prescrição da pretensão da Reclamante, por haver ultrapassado o prazo prescricional de 03 (três) anos, o que faço com fundamento no art. 206, § 3º, inciso V, do Código Civil. Sem custas ou honorários advocatícios. P.R.I. Manaus, 29 de agosto de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0605900-78.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Eduardo Vieira dos Santos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos, nos termos da fundamentação supra. P. R. I. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se. Manaus, 30 de agosto de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz(a) de Direito

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0606038-79.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Verona Premium - De ordem, fica designado o dia 21/11/2019 às 10:45h para a realização de audiência de Conciliação. A referida audiência será realizada na sede deste Juízo: Av. Noel Nutels, s/n, em frente ao posto do INSS, Cidade Nova, CEP 69095-000, Manaus/AM. Para a parte requerida será expedido Mandado de Citação a ser cumprido por Oficial de Justiça no endereço indicado à fl. 74.

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: NAYANNA EVELLYN PESSOA MENDONÇA (OAB 12723/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0606056-66.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Daniel Sena Almeida - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos constam JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na exordial, consoante fundamentação supra e, por conseguinte, resolvo o mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para: I) DETERMINAR O CANCELAMENTO da cobrança a título de pacote de serviço (cesta básica/econômica e similares), sob pena de multa de R$ 100,00 (cinquenta reais) por cada desconto; II) CONDENAR o Requerido à repetição do indébito de R$ 1.226,94 (mil e duzentos e vinte e seis reais e noventa e quatro centavos), o qual em dobro totaliza R$ 2.453,88 (dois mil e quatrocentos e cinquenta e três reais e oitenta e oito centavos), acrescidos de correção e juros desde o efetivo prejuízo; Defiro o pedido de Justiça Gratuita. Julgo improcedente o pedido de indenização por danos morais, nos termos da fundamentação supra. P. R. I. Manaus, 26 de agosto de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: KÁTIA ASSIS RODRIGUES ROCHA (OAB 10320/AM), ADV: RUBENS GASPAR SERRA (OAB 119859/SP), ADV: RUBENS GASPAR SERRA (OAB 3499/AC), ADV: DOMINGOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 13940/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM) - Processo 0606175-61.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Joao Abreu da Silva - REQUERIDO: Banco Bmc Finasa S.a (Banco Bradesco Financiamentos S.a.) - Banco Bradesco S.a - Vistos etc. Diante do pedido do Requerente, entendo indispensável a realização de audiência de instrução e julgamento, que designo para o 27/11/2019 às 10:30h, a ser realizada na sala de audiência desta 4a Vara do Juizado Especial Cível. Cada parte poderá trazer até três testemunhas, que deverão comparecer independente de intimação. À Secretaria para as intimações necessárias. Manaus, 03 de setembro de 2019.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0606240-22.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Sonia Assunçao de Melo - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos constam JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a demanda formulada na exordial, consoante fundamentação supra e, por conseguinte, resolvo o mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para: I) DECLARAR inexigíveis a fatura de mês de referência de 12/2018; II) CONDENAR a Requerida à repetição do indébito no valor de R$ 19,63 (dezenove reais e sessenta e três reais) que em dobro totaliza R$ 39,26 (trinta e nove reais e vinte e seis centavos), acrescidos de correção pelo INPC e juros de 1% (um por cento) ao mês desde cada pagamento; III) CONDENAR a Reclamada a indenização pelos danos morais a que deu causa na quantia de R$ 1.000,00 (mil reais), corrigidos monetariamente pelo índice INPC desde o arbitramento e com juros legais desde a citação, tudo nos termos da fundamentação supra. Em sede de Juizados Especiais, em 1º grau de jurisdição, não há pagamento de custas processuais nem fixação de honorários advocatícios, na forma dos arts. 54 e 55, caput, da lei nº 9.099/95. Defiro o pedido de Justiça gratuita, nos termos do artigo 98 do CPC. P.R.I. Manaus, 26 de agosto de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: CÉLIO ORLANDO PAPES DE OLIVEIRA (OAB 9078/AM), ADV: THAYANNE DA SILVA ANJOS (OAB 13564/AM) - Processo 0606261-32.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio em Edifício - REQUERENTE: Condomínio Residencial Bella Vista - De ordem, fica designado o dia 26/11/2019 às 10:15h para a realização de audiência de Conciliação. A referida audiência será realizada na sede deste Juízo: Av. Noel Nutels, s/n, em frente ao posto do INSS, Cidade Nova, CEP 69095-000, Manaus/AM. Para a parte requerida será expedido mandado de citação no endereço indicado à fl. 86.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: DAVI MAFRA DOS ANJOS (OAB 9694/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0606295-70.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Debora Lima de Moraes - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Chubb Seguros Brasil S/A - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE a demanda formulada na inicial, consoante fundamentação supra e, por conseguinte, resolvo o mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para fins de: I) DETERMINAR que a Requerida se abstenha de efetuar cobranças à título de "SERVIÇO DE TERCEIROS" nas faturas de consumo da Autora, sob pena de pagamento de multa no valor de R$ 100,00 (cem reais) por cada cobrança indevida; II) CONDENAR a Requerida à repetição do indébito no valor de R$ 34,95 (trinta e quatro reais e noventa e cinco centavos), que em dobro totaliza R$ 69,90 (sessenta e nove reais e noventa centavos), acrescidos de correção pelo INPC e juros de 1% (um por cento) ao mês desde a citação; III) CONDENAR o Reclamado ao pagamento da quantia de R$ 1.000,00 (mil reais) a título de indenização por danos morais, corrigidos e atualizados monetariamente pelo índice oficial do INPC, a partir desta data e acrescido de juros de 1% ao mês, a partir da citação, tudo nos termos da fundamentação supra. Mantenho a decisão de fls. 38, tornando-a definitiva por seus próprios fundamentos. Defiro o pedido de gratuidade judiciária. Sem custas e honorários advocatícios. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). Publique-se, registre-se e intimem-se. Manaus, 30 de agosto de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo

0606329-45.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Rosinete Moitinho Menezes - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos constam JULGO PROCEDENTE a demanda formulada na exordial, consoante fundamentação supra e, por conseguinte, resolvo o mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para: I) DECLARAR inexigíveis as faturas: 08/2016(R$ 30,57); 09/2016(R$ 30,57); 10/2016(R$ 30,57); 12/2016(R$ 15,28); 01/2017(R$ 15,28); 02/2017(R$ 15,28); 03/2017(R$16,36); 04/2017(R$ 16,36); 05/2017(R$ 16,36); 06/2017(R$ 32,74); 07/2017(R$ 32,74); 08/2017(R$ 32,74); 09/2017(R$ 32,74); 10/2017(R$ 32,74); 11/2017(R$ 32,74); 12/2017(R$32,74); 01/2018(R$ 32,74); 02/2018(R$ 32,74); 03/2018(R$ 32,74); 04/2018(R$ 32,74); 06/2018(R$ 32,74); 07/2018(R$ 32,74); 08/2018(R$ 32,74); 09/2018(R$ 32,74); 10/2018(R$ 32,74); 11/2018(R$ 32,74); 12/2018(R$ 32,74); 01/2019(R$ 32,74); 02/2019(R$ 33,55); 03/2019(R$ 35,90); 04/2019(R$ 35,90); 05/2019(R$ 35,90) e 06/2019(R$ 35,90), juntadas com a inicial, conforme acima exposto; II) CONDENAR a Requerida a indenização pelos danos morais a que deu causa na quantia de R$ 2.000,00 (dois mil reais), corrigidos monetariamente pelo índice INPC desde o arbitramento e com juros legais desde a citação, tudo nos termos da fundamentação supra. Em sede de Juizados Especiais, em 1º grau de jurisdição, não há pagamento de custas processuais nem fixação de honorários advocatícios, na forma dos arts. 54 e 55, caput, da lei nº 9.099/95. Defiro o pedido de Justiça gratuita, nos termos do artigo 98 do CPC. P.R.I. Manaus, 27 de agosto de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0606342-44.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Silvia Brito Garcia - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos constam JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a demanda formulada na exordial, consoante fundamentação supra e, por conseguinte, resolvo o mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para: I) DECLARAR inexigíveis as faturas de mês de referência de 12/2018; II) CONDENAR a Requerida à repetição do indébito no valor de R$ 39,08 (trinta e nove reais e oito centavos), que em dobro totaliza R$ 78,16 (setenta e oito reais e dezesseis centavos), acrescidos de correção pelo INPC e juros de 1% (um por cento) ao mês desde cada pagamento; III) CONDENAR a Reclamada a indenização pelos danos morais a que deu causa na quantia de R$ 1.000,00 (mil reais), corrigidos monetariamente pelo índice INPC desde o arbitramento e com juros legais desde a citação, tudo nos termos da fundamentação supra. Em sede de Juizados Especiais, em 1º grau de jurisdição, não há pagamento de custas processuais nem fixação de honorários advocatícios, na forma dos arts. 54 e 55, caput, da lei nº 9.099/95. Defiro o pedido de Justiça gratuita, nos termos do artigo 98 do CPC. Manaus, 26 de agosto de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0606508-76.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Fátima Azevedo Marinho - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Por todo o exposto, com fulcro no artigo 487, I do CPC, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos elencados na inicial, nos termos da fundamentação supra. P. R. I. C. Manaus, 29 de agosto de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0606536-44.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Jonas Alves Cordeiro - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos constam JULGO PROCEDENTE a demanda formulada na exordial, consoante fundamentação supra e, por conseguinte, resolvo o mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para: I) DECLARAR inexigíveis as faturas de vencimento de 12/2018, 07/2019 e 03/2017; II) CONDENAR a Requerida a indenização pelos danos morais a que deu causa na quantia de R$ 2.000,00 (dois mil reais), corrigidos monetariamente pelo índice INPC desde o arbitramento e com juros legais desde a citação, tudo nos termos da fundamentação supra. Em sede de Juizados Especiais, em 1º grau de jurisdição, não há pagamento de custas processuais nem fixação de honorários advocatícios, na forma dos arts. 54 e 55, caput, da lei nº 9.099/95. Defiro o pedido de Justiça gratuita, nos termos do artigo 98 do CPC. P.R.I. Manaus, 28 de agosto de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0606538-14.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Raimundo Costa dos Santos - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos constam JULGO PROCEDENTE a demanda formulada na exordial, consoante fundamentação supra e, por conseguinte, resolvo o mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para: I) DECLARAR inexigíveis as faturas: 12/2018 (R$ 115,56) e 05/2019 (R$ 43,21), juntadas com a inicial; II) CONDENAR a Requerida à repetição do indébito no valor de R$ 158,77 (cento e cinquenta e oito reais, setenta e sete centavos), que em dobro totaliza R$ 317,54 (trezentos e dezessete reais, cinquenta e quatro centavos), acrescidos de correção pelo INPC e juros de 1% (um por cento) ao mês desde cada pagamento; III) CONDENAR a Reclamada a indenização pelos danos morais a que deu causa na quantia de R$ 2.000,00 (dois mil reais), corrigidos monetariamente pelo índice INPC desde o arbitramento e com juros legais desde a citação, tudo nos termos da fundamentação supra. Em sede de Juizados Especiais, em 1º grau de jurisdição, não há pagamento de custas processuais nem fixação de honorários advocatícios, na forma dos arts. 54 e 55, caput, da lei nº 9.099/95. Defiro o pedido de Justiça gratuita, nos termos do artigo 98 do CPC. P.R.I. Manaus, 28 de agosto de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0606551-13.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Lucinda Maria dos Santos Lameira - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos constam JULGO PROCEDENTE a demanda formulada na exordial, consoante fundamentação supra e, por conseguinte, resolvo o mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para: I) DECLARAR inexigível a fatura de dezembro de 2018 juntada com a inicial, conforme acima exposto; II) CONDENAR a Requerida a indenização pelos danos morais a que deu causa na quantia de R$ 1.000,00 (um mil reais), corrigidos monetariamente pelo índice INPC desde o arbitramento e com juros legais desde a citação, tudo nos termos da fundamentação supra. Confirmo a tutela antecipada concedida às fls. 17, tornando-a definitiva, pelos motivos acima expostos. Em sede de Juizados Especiais, em 1º grau de jurisdição, não há pagamento de custas processuais nem fixação de honorários advocatícios, na forma dos arts. 54 e 55, caput, da lei nº 9.099/95. Defiro o pedido de Justiça gratuita, nos termos do artigo 98 do CPC. P.R.I. Manaus, 28 de agosto de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0606592-77.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Viviane Silva de Almeida - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Por todo o exposto, com fulcro no artigo 487, I do CPC, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos elencados na inicial, nos termos da fundamentação supra. P. R. I. C. Manaus, 29 de agosto de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0606594-47.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Aldemir Gomes Carvalho - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Por todo o exposto, com fulcro no artigo 487, I do CPC, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos elencados na inicial, nos termos da fundamentação supra. P. R. I. C. Manaus, 29 de agosto de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA

DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0606709-68.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Aluizio Bezerra - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos, nos termos da fundamentação supra. Defiro o pedido de justiça gratuita. P. R. I. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se. Manaus, 26 de agosto de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz(a) de Direito

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0606767-71.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Angela Maria Souza de Oliveira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos, nos termos da fundamentação supra. P. R. I. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se. Manaus, 27 de agosto de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz(a) de Direito

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0606768-56.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Wanderley Viana Vieira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos, nos termos da fundamentação supra. P. R. I. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se. Manaus, 27 de agosto de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz(a) de Direito

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: KAIO FELIPE OLIVEIRA FERNANDES (OAB 9102/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0606784-44.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Ana Lucia Lima de Souza - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos constam JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na exordial, consoante fundamentação supra e, por conseguinte, resolvo o mérito, nos termo do art. 487, I, do CPC, para fins de: I) DETERMINAR que a Requerida proceda a retificação da fatura de consumo de energia elétrica da residência da Requerente referente a julho/2018, devendo esta cobrar a importância de R$ 30,96 (trinta reais e noventa e seis centavos), ressalvadas eventuais cobranças a título de juros, multa, encargos e/ou parcelamento, se houver; II) CONDENAR a Requerida ao pagamento da quantia de R$ 3.000,00 (três mil reais) a título de indenização por danos morais, com correção monetária a partir desta data e juros de 1% ao mês desde a citação, tudo nos termos da fundamentação supra; Confirmo a antecipação de tutela, concedia às fls. 27, por seus próprios fundamentos, tornando-a definitiva. Defiro o pedido de justiça gratuita. Deixo de analisar o pedido contraposto, visto que a Requerida não possui capacidade postulatória perante os Juizados Especiais, conforme enunciado nº 05 do FOAMJE (Fórum Permanente do Amazonas de Juizados Especiais): "É admissível pedido contraposto no caso de ser a parte pessoa jurídica, desde que enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte". Em sede de Juizados Especiais em 1º grau de jurisdição, não há pagamento de custas processuais nem fixação de honorários, inteligência do art. 54. Caput, da lei nº 9.099/95. Publique-se, Registre-se. Cumpra-se. Após o efetivo cumprimento, arquivem-se os autos com a baixa na distribuição. Manaus, 28 de agosto de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB 3032/AM) - Processo 0606810-08.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Monique Lemos França - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Por todo o exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos, nos termos do artigo 487, I do CPC. P. R. I. C. Manaus, 09 de agosto de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: VITOR VILHENA GONÇALO DA SILVA (OAB 6502/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0606829-14.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Eric Dantas da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos constam JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na exordial, consoante fundamentação supra e, por conseguinte, resolvo o mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para: I) DETERMINAR O CANCELAMENTO da cobrança a título de pacote de serviço (cesta básica/econômica e similares), sob pena de multa de R$ 100,00 (cem reais) por cada desconto; II) CONDENAR o Requerido à repetição do indébito de R$ 716,00 (setecentos e dezesseis reais), o qual em dobro totaliza R$ 1.432,00 (mil, quatrocentos e trinta e dois reais), acrescidos de correção e juros desde a citação. Defiro o pedido de Justiça Gratuita. Em sede de Juizados Especiais, em 1º grau de jurisdição, não há pagamento de custas processuais nem fixação de honorários advocatícios, na forma dos arts. 54 e 55, caput, da lei nº 9.099/95. Julgo improcedente os demais pedidos, nos termos da fundamentação supra. P. R. I. Manaus, 27 de agosto de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: LUIZ GUSTAVO BARBOSA DE SOUZA FRANÇA (OAB 9528/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM) - Processo 0607179-07.2016.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Claro S/A e outro - Ex positis, julgo PROCEDENTE a impugnação apresentada pelo Executado, determinando que a Secretaria deste Juízo expeça alvará judicial em nome da Embargante. Após, determino o arquivamento dos presentes autos. À secretaria para as providências de praxe. P.R.I.C.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0607222-36.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Aluizio Bezerra - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos constam JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na exordial, consoante fundamentação supra e, por conseguinte, resolvo o mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para: I) DETERMINAR O CANCELAMENTO somente da cobrança a título de pacote de serviço (cesta básica/econômica e similares), sob pena de multa de R$ 100,00 (cem reais) por cada desconto; II) CONDENAR o Requerido à repetição do indébito de R$ 862,20 (oitocentos e sessenta e dois reais e vinte centavos), o qual em dobro totaliza R$ 1.724,40 (mil, setecentos e vinte e quatro reais e quarenta centavos), acrescidos de correção e juros desde a citação; Defiro o pedido de Justiça Gratuita. Julgo improcedente os demais pedidos, nos termos da fundamentação supra. Manaus, 29 de agosto de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: RUBENS ALVES DA SILVA (OAB 9610/AM) - Processo 0607715-13.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Ana Claudia Lopes Boaventura - De ordem, fica designado o dia 04/11/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação (Semana Nacional da Conciliação/2019). O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARCELO FARIAS DE OLIVEIRA (OAB 10089/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0607844-52.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Maria Nazaré de Oliveira - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Isto posto, EXTINGO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITo, nos termos do art. 51, inciso II, da Lei nº 9.099/95, ante a complexidade da prova a ser produzida. Por consequência, revogo a decisão de fls. 35, nos termos da fundamentação supra. Sem custas e honorários conforme art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I.C. Manaus, 24 de agosto de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM) - Processo 0608022-64.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Cláudia Nunes do Rozário Mousinho - De ordem, fica designado o dia 29/10/2019 às 10:00h para realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/

AM) - Processo 0608025-19.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Cláudia Nunes do Rozário Mousinho - De ordem, fica designado o dia 29/10/2019 às 08:45h para a realização de audiência de Conciliação, a ser realizada na sede deste Juízo. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: MARCOS ANTÔNIO VÍTOR DA SILVA (OAB 7841/AM) - Processo 0608062-80.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Wilson Francisco Reis - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos constam JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na exordial, consoante fundamentação supra e, por conseguinte, resolvo o mérito, nos termo do art. 487, I, do CPC, para RETIFICAR a fatura de fls. 25, podendo a Requerida cobrar pelo consumo apenas a importância de R$ 2.337,66 (dois mil, trezentos e trinta e sete reais e sessenta e seis centavos), a ser paga em número de parcelas iguais ao dobro do período apurado (26 meses), ou seja, 52 prestações, ou ainda, por solicitação do consumidor, em número menor de parcelas, incluindo as parcelas nas faturas de energia elétrica subsequentes, ressalvada a incidência do outras cobranças, como custo administrativo, iluminação pública, juros, multa, encargos e outros, se houver, nos termos da fundamentação supra. Julgo improcedente o pedido de indenização por dano moral, conforme acima exposto. Confirmo a antecipação de tutela, concedia às fls. 32, por seus próprios fundamentos, tornando-a definitiva. Deixo de analisar o pedido contraposto, visto que a Requerida não possui capacidade postulatória perante os Juizados Especiais, conforme enunciado nº 05 do FOAMJE (Fórum Permanente do Amazonas de Juizados Especiais): "É admissível pedido contraposto no caso de ser a parte pessoa jurídica, desde que enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte". Em sede de Juizados Especiais em 1º grau de jurisdição, não há pagamento de custas processuais nem fixação de honorários, inteligência do art. 54. Caput, da lei nº 9.099/95. Defiro o pedido de justiça gratuita. Publique-se, Registre-se. Cumpra-se. Manaus, 29 de agosto de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0608216-64.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Gumercina da Silva Saturnino - Vistos etc. Relatório desnecessário, nos termos do artigo 38, caput, da Lei n. 9.099/95. Fundamento e decido. A ação proposta pela parte Requerente não observa a competência territorial estabelecida na Resolução nº 12/2017-TJAM, uma vez que o(a) Autor(a) não reside em nenhum dos bairros abrangidos por este Fórum, residindo no Bairro Amazonino Mendes, conforme documento de fls. 13. Tendo em vista que, neste microssistema, conforme dispõe a Lei nº. 9.099/95, em havendo reconhecimento da incompetência territorial, há que se determinar a EXTINÇÃO do presente processo, sem apreciação do meritum causae, nos termos do inciso III, do artigo 51, da Lei Especial. Desnecessária inclusive a intimação da parte Autora, conforme dispõe o art. 51, §1º, da Lei nº 9.099/95, "a extinção do processo independerá, em qualquer hipótese, de prévia intimação pessoal das partes". Pelo exposto, reconheço a incompetência deste juízo, para fins de julgar extinta a presente ação, com fulcro no art. 51, inciso III, da Lei nº 9.099/95. Sem custas e honorários advocatícios (Lei 9.099/95, art. 55, caput). Publique-se. Registre-se. Intime-se. Manaus, 27 de agosto de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0608222-71.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Junia Silva de Souza Ramos - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação (Semana Nacional da Conciliação). O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ROBERGES JUNIOR DE LIMA (OAB 27856-A/PA) - Processo 0608464-30.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Miza Reis Neves - De ordem, designo o dia 05/11/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação (Semana Nacional da Conciliação). O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ROBERGES JUNIOR DE LIMA (OAB 27856-A/PA) - Processo 0608478-14.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Nilson Pinto Fonseca - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação (Semana Nacional da Conciliação). O referido é verdade. Dou fé.

ADV: BLENDA DA SILVA BARROS (OAB 13147/AM) - Processo 0608506-79.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Jeova Freitas de Barros - De ordem, fica designado o dia 31/10/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FABÍOLA VASCONCELOS MITOSO (OAB 4236/AM) - Processo 0608514-56.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Ariane Pinheiro Campos - Assim, preenchidos os pressupostos do artigo 300 do CPC, determino a imediata retirada do nome de Ariane Pinheiro Campos, CPF nº 01162303204 do SPC/SERASA, o que deve ser providenciado pela parte requerida no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de incorrer em multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais) pelo descumprimento deste preceito, até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Determino, outrossim, a inversão do ônus da prova, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, da Lei nº 8.078/90. Designo o dia 04/11/2019 às 08:30h, para realização da audiência de conciliação (Semana Nacional de Conciliação/2019). Intime-se, cite-se e cumpra-se. Manaus, 03 de setembro de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 17641/MT) - Processo 0608619-33.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Maria de Nazare Couto das Neves - De ordem, fica designado o dia 08/11/2019 às 15:30h para a realização de audiência de Conciliação (Semana da Conciliação). O referido é verdade. Dou fé.

ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: ARRUDA ADVOCACIA E CONSULTORIA JURIDICA (OAB 449/AM), ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0608676-51.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Deyse Ferreira da Costa - Preenchidos os pressupostos do artigo 300 do CPC, determino que a parte Requerida: I) Abstenha-se de suspender o fornecimento de água no imóvel do(a) consumidor(a), referente ao objeto da presente ação, até ulterior deliberação deste Juízo, ou caso já tenha havido o corte do serviço, restabeleça o seu fornecimento em 24 (vinte e quatro) horas. II) Retire o nome da parte autora Deyse Ferreira da Costa, CPF nº 02301392210 dos órgãos de proteção ao créditos, referente ao objeto da presente demanda, no prazo de 10 (dez) dias. Fixo multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais) pelo descumprimento das obrigações, até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Determino, outrossim, a inversão do ônus da prova, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, da Lei nº 8.078/90. Após, remetam-se os autos ao CEJUSCON-CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Rua Paraíba, s/n - Aleixo, para realização de audiência de conciliação. Intime-se, cite-se e cumpra-se. Manaus, 04 de setembro de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: RONALDO DE OLIVEIRA LOBATO JÚNIOR (OAB 8935/AM) - Processo 0608775-21.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Erivan Batista Gonçalves - De ordem, fica designado o dia 04/11/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação (Semana Nacional da Conciliação). O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0608789-05.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Nilson Buckley Borges - Vistos etc. Conforme o art. 300 do Código de Processo Civil, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. No caso

que se apresenta, após análise preliminar, não restei convencido dos requisitos acima indicados, razão pela qual, indefiro a tutela postulada. Designo audiência de conciliação para o dia 05/11/2019 às 09:00h (Semana Nacional da Conciliação 2019). Cite-se e intime-se. Manaus, 03 de setembro de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto. Juiz de Direito

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0608797-79.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Osmerindo Nunes da Silv - De ordem, fica designado o dia 29/10/2019 às 10:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: FERNANDA PRESTES DE LIMA (OAB 8776/AM) - Processo 0608821-10.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Tarifas - REQUERENTE: Maria Inhapi dos Santos - De ordem, fica designado o dia 31/10/2019 às 09:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: AUGUSTO SAMPAIO DE ARAÚJO NETTO (OAB 11809/AM) - Processo 0608852-64.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Daniel Antônio S. de Oliveira - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Isto posto, EXTINGO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 51, inciso II, da Lei nº 9.099/95, ante a complexidade da prova a ser produzida. Por consequência, revogo a decisão de folhas antecedentes, nos termos da fundamentação supra. Sem custas e honorários, conforme art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I.C.

ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM) - Processo 0608864-44.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Antonio de Almeida Cardoso - De ordem, fica designado o dia 04/11/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação (Semana nacional da Conciliação/2019). O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ROBERTA CUNHA DOS SANTOS (OAB 14086/AM) - Processo 0608945-90.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Benedita da Silva Franco - De ordem, fica designado o dia 04/11/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação (Semana Nacional da Conciliação). O referido é verdade. Dou fé.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0608991-79.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Afranio de Souza O - De ordem, fica designado o dia 29/10/2019 às 09:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: KARLA ETELVINA OLIVEIRA MACHADO (OAB 13826/AM), ADV: PAULO HENRIQUE DE SOUZA VIANA (OAB 12177/AM) - Processo 0609004-78.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Lidiane Almeida dos Santos - De ordem, fica designado o dia 31/10/2019 às 08:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: OSVALDO LUIZ DA MATA JÚNIOR (OAB 1320-A/RN) - Processo 0609019-47.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Inorina Rabelo Teixeira da Silva - De ordem, fica designado o dia 08/11/2019 às 14:30h para a realização de audiência de Conciliação (Semana Nacional da Conciliação). O referido é verdade. Dou fé.

ADV: TADEUZA BENTES DE ALMEIDA (OAB 8205/AM) - Processo 0609036-83.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Elias Marcolino de Oliveira - De ordem, fica designado o dia 31/10/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM) - Processo 0609055-89.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Maria do Perpétuo Socorro Braga da Gama dos Santos - De ordem, fica designado o dia 04/11/2019 às 14:00h para a realização de audiência de Conciliação (Semana Nacional da Conciliação). O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ISAAC CAMPOS AGUIAR (OAB 14778/AM) - Processo 0609092-19.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Shirlen de Freitas Marques - De ordem, fica designado o dia 04/11/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação (Semana Nacional da Conciliação/2019). O referido é verdade. Dou fé.

ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM), ADV: KELLY OLIVEIRA - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 9330/AM) - Processo 0609119-02.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Lauro Bento Ferreira - Vistos etc. Conforme o art. 300 do Código de Processo Civil, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. No caso que se apresenta, após análise preliminar, não restei convencido dos requisitos acima indicados, razão pela qual, indefiro a tutela postulada. Designo audiência de conciliação para o dia 29/10/2019 às 11:00h, a ser realizada neste juízo. Cite-se e intime-se. Manaus, 02 de setembro de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: ALTAMIR DA SILVA VIEIRA JÚNIOR (OAB 12961/AM), ADV: ALTAMIR DA SILVA VIEIRA JUNIOR (OAB 12961/AM) - Processo 0609131-16.2019.8.04.0092 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Luiz Pereira de Araujo - Vistos. Trata-se de pedido de antecipação dos efeitos da tutela em ação indenizatória. Aduz o(a) autor(a) que o(a) requerido(a) vêm realizando descontos indevidos em sua conta bancária. Porque verossímeis os argumentos, os fatos narrados na inicial levam à conclusão preliminar de plausibilidade na postulação antecipatória, ante os inegáveis prejuízos que vem sofrendo pelo desconto procedido, e com os que ainda poderá vir a sofrer pelos novos lançamentos eventualmente procedidos. Ante o exposto, defiro a Tutela de Urgência postulada para determinar que o réu Bradesco Vida e Previdência S/A e Banco Bradesco S/A, providencie, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a suspensão dos descontos no valor R$ 807.99 (oitocentos e sete reais e noventa e nove centavos) procedidos na conta bancária do autor(a) Luiz Pereira de Araujo, CPF n. 84535644853, que, para o caso de não cumprimento da ordem, fixo desde logo a multa de R$ 100,00 (cem reais) por cada novo lançamento efetuado a partir da intimação. Determino, outrossim, a inversão do ônus da prova, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, da Lei nº 8.078/90. Designo o dia 13/11/2019 às 10:15h, para realização da audiência de conciliação. Intime-se, cite-se e cumpra-se. Manaus, 02 de setembro de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: PATRÍCIA DE CASTRO LOPES (OAB 7971/AM) - Processo 0609144-15.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Guiomarina da Gama Antunes - Preenchidos os pressupostos do artigo 300 do CPC, determino que o(a) Requerido(a) abstenha-se de inserir o nome do(a) Requerente Guiomarina da Gama Antunes, CPF nº 04981464215, em cadastros restritivos de crédito, referente ao objeto da presente demanda, ou caso a medida já tenha sido efetuada, determino sua retirada em 10 (dez) dias. Determino que o(a) Requerido(a) abstenha-se de realizar novas cobranças a parte autora. Em caso do descumprimento destes preceitos, fixo multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais), até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Determino, outrossim, a inversão do ônus da prova, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, da Lei nº 8.078/90. Designo o dia 04/11/2019 às 10:00h, para realização da audiência de conciliação. Intime-se, cite-se e cumpra-se. Manaus, 03 de setembro de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: OSVALDO LUIZ DA MATA JÚNIOR (OAB 1320-A/RN) - Processo 0609152-89.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Maria Auriane Costa da Cruz - De ordem, fica designado o dia 06/11/2019 às 08:30h para a realização de

audiência de Conciliação (Semana Nacional da Conciliação), a ser realizada neste juizo. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ROBERGES JUNIOR DE LIMA (OAB 27856-A/PA) - Processo 0609186-64.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Pablo Henrique Soares Serrão - De ordem, fica designado o dia 06/11/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação (Semana Nacional da Conciliação), a ser realizada neste juizo. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: OSVALDO LUIZ DA MATA JÚNIOR (OAB 1320-A/RN) - Processo 0609198-78.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Helio Rufino dos Santos - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação (Semana Nacional da Conciliação). O referido é verdade. Dou fé.

ADV: OSVALDO LUIZ DA MATA JÚNIOR (OAB 1320-A/RN) - Processo 0609202-18.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Darlan Rodrigues de Souza - De ordem, fica designado o dia 06/11/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação (Semana Nacional da Conciliação), a ser realizada neste juizo. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LADSON PEREIRA DA SILVA (OAB 11039/AM), ADV: DIEGO CASTRO AMARAL (OAB 11339/AM) - Processo 0609263-73.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Danyella Leal do Nascimento - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 14:00h para a realização de audiência de Conciliação (Semana Nacional da Conciliação), a ser realizada neste juízo. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0609273-20.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Aline Souza Noronha - De ordem, fica designado o dia 29/10/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0609274-05.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Maria Lenice Ferreira da Silva - De ordem, fica designado o dia 29/10/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: BLENDA DA SILVA BARROS (OAB 13147/AM) - Processo 0609284-49.2019.8.04.0092 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Jeova - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação (Semana Nacional da Conciliação/2019). O referido é verdade. Dou fé.

ADV: OSVALDO LUIZ DA MATA JÚNIOR (OAB 1320-A/RN) - Processo 0609288-86.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Maria Aucilene da Silva Araujo - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 14:30h para a realização de audiência de Conciliação(Semana Nacional da Conciliação), a ser realizada neste juizo. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0609301-85.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Raimundo Santana Pereira - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 15:00h para a realização de audiência de Conciliação (Semana Nacional da Conciliação), a ser realizada neste juizo. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARGIDE AMARO DE SOUZA (OAB 10380/AM) - Processo 0609344-22.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Andrews Silva de Medeiros - Pelo exposto, reconheço a incompetência deste juízo, para fins de julgar extinta a presente ação, com fulcro no art. 51, inciso III, da Lei nº 9.099/95. Sem custas e honorários advocatícios (Lei 9.099/95, art. 55, caput). Publique-se. Registre-se. Intime-se. Manaus, 27 de agosto de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: JOÃO GILSON PEREIRA DA SILVA JÚNIOR (OAB 7675/AM) - Processo 0609387-56.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: R.A.L. - Vistos etc. Relatório desnecessário, nos termos do artigo 38, caput, da Lei n. 9.099/95. Fundamento e decido. A ação proposta pela parte Requerente não observa a competência territorial estabelecida na Resolução nº 12/2017-TJAM, uma vez que o(a) Autor(a) não reside em nenhum dos bairros abrangidos por este Fórum, residindo no(a) Bairro Novo Aleixo, conforme documento de fls. 28. Tendo em vista que, neste microssistema, conforme dispõe a Lei nº. 9.099/95, em havendo reconhecimento da incompetência territorial, há que se determinar a EXTINÇÃO do presente processo, sem apreciação do meritum causae, nos termos do inciso III, do artigo 51, da Lei Especial. Desnecessária inclusive a intimação da parte Autora, conforme dispõe o art. 51, §1º, da Lei nº 9.099/95, "a extinção do processo independerá, em qualquer hipótese, de prévia intimação pessoal das partes". Pelo exposto, reconheço a incompetência deste juízo, para fins de julgar extinta a presente ação, com fulcro no art. 51, inciso III, da Lei nº 9.099/95. Sem custas e honorários advocatícios (Lei 9.099/95, art. 55, caput). Publique-se. Registre-se. Intime-se. Manaus, 27 de agosto de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: NILSON OLIVEIRA DE ANDRADE (OAB 8687/AM) - Processo 0609391-93.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de reparar o dano - REQUERENTE: Andrea Didia de Amorim Delia - Vistos etc. Relatório desnecessário, nos termos do artigo 38, caput, da Lei n. 9.099/95. Fundamento e decido. A ação proposta pela parte Requerente não observa a competência territorial estabelecida na Resolução nº 12/2017-TJAM, uma vez que o(a) Autor(a) não reside em nenhum dos bairros abrangidos por este Fórum, residindo no(a) Bairro Flores, conforme documento de fls. 19. Tendo em vista que, neste microssistema, conforme dispõe a Lei nº. 9.099/95, em havendo reconhecimento da incompetência territorial, há que se determinar a EXTINÇÃO do presente processo, sem apreciação do meritum causae, nos termos do inciso III, do artigo 51, da Lei Especial. Desnecessária inclusive a intimação da parte Autora, conforme dispõe o art. 51, §1º, da Lei nº 9.099/95, "a extinção do processo independerá, em qualquer hipótese, de prévia intimação pessoal das partes". Pelo exposto, reconheço a incompetência deste juízo, para fins de julgar extinta a presente ação, com fulcro no art. 51, inciso III, da Lei nº 9.099/95. Sem custas e honorários advocatícios (Lei 9.099/95, art. 55, caput). Publique-se. Registre-se. Intime-se. Manaus, 27 de agosto de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: CAIO COELHO REDIG (OAB 14400/AM) - Processo 0609397-03.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Geovanna Vieira Carneiro Colares - De ordem, fica designado o dia 07/11/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação (Semana Nacional da Conciliação). Manaus, 10 de setembro de 2019 Akássio Sebastião Medeiros Cavalcante Diretor de Secretaria

ADV: ANDERSON EVANGELISTA DA SILVA COSTA (OAB 13142/AM), ADV: EDIVÂNIA SOBRINHO LEOCÁDIO DE SOUZA (OAB 13695/AM) - Processo 0609404-92.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: Nelson Galvão Cadena da Costa - Vistos etc. Conforme o art. 300 do Código de Processo Civil, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. No caso que se apresenta, após análise preliminar, não restei convencido dos requisitos acima indicados, razão pela qual, indefiro a tutela postulada. Designo audiência de conciliação para o dia 05/11/2019 às 09:30h a ser realizado nesse juízo (Semana Nacional da Conciliação). Cite-se e intime-se. Manaus, 03 de setembro de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto. Juiz de Direito

ADV: REBECA BEATRIZ SILVA SOUSA (OAB 12219/AM) - Processo 0609428-23.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Rildo Amorim da Silva - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação (Semana Nacional da Conciliação). O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JOÃO GILSON PEREIRA DA SILVA JÚNIOR (OAB 7675/AM) - Processo 0609434-30.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: R.A.L. - Vistos etc. Relatório desnecessário, nos termos do artigo 38, caput, da Lei n. 9.099/95. A ação proposta pela parte Requerente não observa a competência territorial estabelecida na Resolução nº 12/2017-TJAM, uma vez que o(a) Autor(a) não reside em nenhum dos bairros abrangidos por este Fórum, residindo no Bairro Novo Aleixo, conforme informação extraída no site dos correios. De qualquer forma, também em consulta ao SIEL, observou-se que a Autora não reside nos bairros abrangidos por este Fórum. Tendo em vista que, neste microssistema, conforme dispõe a Lei nº. 9.099/95, em havendo reconhecimento da incompetência territorial, há que se determinar a EXTINÇÃO do presente processo, sem apreciação do meritum causae, nos termos do inciso III, do artigo 51, da Lei Especial. Desnecessária inclusive a intimação da parte Autora, conforme dispõe o art. 51, §1º, da Lei nº 9.099/95, "a extinção do processo independerá, em qualquer hipótese, de prévia intimação pessoal das partes". Pelo exposto, reconheço a incompetência deste juízo, para fins de julgar extinta a presente ação, com fulcro no art. 51, inciso III, da Lei nº 9.099/95. Sem custas e honorários advocatícios (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P. R. I. C. Manaus, 28 de agosto de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0609460-28.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Messias Gonçalves de Souza - Pelo exposto, reconheço a incompetência deste juízo, para fins de julgar extinta a presente ação, com fulcro no art. 51, inciso III, da Lei nº 9.099/95. Sem custas e honorários advocatícios (Lei 9.099/95, art. 55, caput). Publique-se. Registre-se. Intime-se. Manaus, 29 de agosto de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: FERNANDO SAM DO NASCIMENTO NUNES (OAB 10736/AM) - Processo 0609487-11.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Diego Silva Ferreira - Pelo exposto, reconheço a incompetência deste juízo, para fins de julgar extinta a presente ação, com fulcro no art. 51, inciso III, da Lei nº 9.099/95. Sem custas e honorários advocatícios (Lei 9.099/95, art. 55, caput). Publique-se. Registre-se. Intime-se. Manaus, 29 de agosto de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0609488-93.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Vendas casadas - RECLAMANTE: Olavo Libório Maciel - Pelo exposto, reconheço a incompetência deste juízo, para fins de julgar extinta a presente ação, com fulcro no art. 51, inciso III, da Lei nº 9.099/95. Sem custas e honorários advocatícios (Lei 9.099/95, art. 55, caput). Publique-se. Registre-se. Intime-se. Manaus, 29 de agosto de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0609712-31.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Antonio Emerson Mota Boter - De ordem, fica designado o dia 31/10/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM)
Alexandre Paes Barreto Saraiva (OAB 8838/AM)
Altamir da Silva Vieira Junior (OAB 12961/AM)
Altamir da Silva Vieira Júnior (OAB 12961/AM)
Ana Carolina Bezerra de Freitas (OAB 7698/AM)
Anderson Evangelista da Silva Costa (OAB 13142/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Jarlison Pires da Silva (OAB 12261/AM)
Arruda Advocacia e Consultoria Juridica (OAB 449/AM)
Augusto Sampaio de Araújo Netto (OAB 11809/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Blenda da Silva Barros (OAB 13147/AM)
Caio Coelho Redig (OAB 14400/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Célio Orlando Papes de Oliveira (OAB 9078/AM)
César Augusto Macedo Monteiro (OAB 11121/AM)
Cláudio Davi Batista Nogueira (OAB 8286/AM)
Cleber de Oliveira Lima (OAB 13770/AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Daniel de Lima Albuquerque (OAB 6548/AM)
Davi Mafra dos Anjos (OAB 9694/AM)
Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB 6835/MS)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Diego Castro Amaral (OAB 11339/AM)
Domingos Nunes de Oliveira (OAB 13940/AM)
Drielle Carvalho de Arruda (OAB 9121/AM)
Eder Carlos Ribeiro Pires (OAB 7901/AM)
Eder Machado Araujo (OAB 14085/AM)
Edivânia Sobrinho Leocádio de Souza (OAB 13695/AM)
Elcinete Cardoso de Almeida (OAB 6946/AM)
Ellen Estefany de Souza Batista (OAB 11136/AM)
Evaldo Lucio da Silva (OAB 10462/MT)
Fábio Carvalho de Arruda (OAB 8076/AM)
Fábio Pinheiro de Araújo (OAB 9576/AM)
Fabíola Vasconcelos Mitoso (OAB 4236/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Félix de Melo Ferreira (OAB 3032/AM)
Fernanda Prestes de Lima (OAB 8776/AM)
Fernando Sam do Nascimento Nunes (OAB 10736/AM)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Haroldo Alves Pimenta Filho (OAB 9502/AM)
Illy Soares de Souza (OAB 10263/AM)
Ingryd dos Santos Mousse (OAB 8304/AM)
Isaac Campos Aguiar (OAB 14778/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
João Gilson Pereira da Silva Júnior (OAB 7675/AM)
Josafá Fernandes de Melo (OAB 9525/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
Kaio Felipe Oliveira Fernandes (OAB 9102/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Karla Etelvina Oliveira Machado (OAB 13826/AM)
Kátia Assis Rodrigues Rocha (OAB 10320/AM)
Kelly Anne Corrêa de Oliveira (OAB 9330/AM)
Kelly Oliveira - Sociedade Individual de Advocacia (OAB 9330/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Ladson Pereira da Silva (OAB 11039/AM)
Leonardo Bruno Barbosa Monteiro (OAB 8570/AM)
Luan Carlos Brasil Barbosa (OAB 14197/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Gustavo Barbosa de Souza França (OAB 9528/AM)
Luiz Henrique Zubaran Ossuosky Filho (OAB 7537/AM)
Mahira Almeida de Sá
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Marcelo Farias de Oliveira (OAB 10089/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos Antônio Vítor da Silva (OAB 7841/AM)
Margide Amaro de Souza (OAB 10380/AM)
Maria Emília Gonçalves de Rueda (OAB 13788A/AL)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Melquisedec Freitas Pantoja (OAB 10412/AM)
Nayanna Evellyn Pessoa Mendonça (OAB 12723/AM)
Nelson Monteiro de Carvalho Neto (OAB 60359/RJ)

Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Nilson Oliveira de Andrade (OAB 8687/AM)
Nogueira Advocacia e Assessoria Jurídica (OAB 443/AM)
Odely Costa dos Santos (OAB 10324/AM)
Osvaldo Luiz da Mata Júnior (OAB 1320-A/RN)
Patrícia de Castro Lopes (OAB 7971/AM)
Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (OAB 8766/AM)
Paulo Henrique de Souza Viana (OAB 12177/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Priscilla Lopes de Alcantara (OAB 8615/AM)
Rami Yuri Menezes Gama (OAB 8933/AM)
Ramyde Washington Abel Caldeira Doce Cardozo (OAB 12029/AM)
Rebeca Beatriz Silva Sousa (OAB 12219/AM)
Roberges Junior de Lima (OAB 27856-A/PA)
Roberta Cunha dos Santos (OAB 14086/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Robson Almeida de Oliveira (OAB 6457/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Rodrigo Rodrigues Dias de Almeida (OAB 2518/AM)
Ronaldo da Silva Gama (OAB 7900/AM)
Ronaldo de Oliveira Lobato Júnior (OAB 8935/AM)
Ronan Botelho (OAB 17641/MT)
Rubens Alves da Silva (OAB 9610/AM)
Rubens Gaspar Serra (OAB 119859/SP)
Rubens Gaspar Serra (OAB 3499/AC)
Sanelmo Peixoto Siqueira (OAB 9814/AM)
Simone Alves da Silva (OAB 29016/PE)
SUZETE DA SILVA PRAXEDES (OAB 9315/AM)
Tadeuza Bentes de Almeida (OAB 8205/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thayanne da Silva Anjos (OAB 13564/AM)
Valeria Sabrina de Souza Diniz (OAB 13807/AM)
Vitor Vilhena Gonçalo da Silva (OAB 6502/AM)
Walfran Siqueira Caldas (OAB 8915/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

5ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0176/2019

ADV: CAROLINE DA SILVA BRAZ DE OLIVEIRA (OAB 4846/AM) - Processo 0610138-51.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Luiza Gonzaga Iris de Souza e outro - Vistos, etc... HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo celebrado entre as partes conforme petição/termo de audiência de fls. 70/72 , dos autos, com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei n.º 9.099/95 c/c art. 487, III, b do CPC. Proceda ainda esta Secretaria com a expedição do Alvará Judicial conforme bloqueio eletrônico de fls.mencionadas acima. Em caso de inadimplência,referentes ao valor restante pendente e havendo requerimento, proceda-se desde logo a execução com os acréscimos próprios. Ou ainda,nada mais havendo dê-se baixa e arquivem-se os autos, ex vi do art. 487, III, “b”, do CPC, independentemente de nova determinação do juízo, permitida a reativação dos autos a pedido do interessado. À Secretaria para as providências. Sem custas, na forma do Art. 54, da Lei 9099./95. Publique-se. Registre-se. Arquivem-se.

ADV: VICTOR NEGRÃO REIS (OAB 12545/AM) - Processo 0622735-81.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Anderson Ivan Neves Carmo - Verifico que fora registrada Reclamação neste Juizado entre as partes nos autos do processo em epígrafe. Em detida análise da liminar, resolvo acautelar-me, por ora, sobre o pedido. Concedo a inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º , VIII, do CDC. Por fim DESIGNO a audiência de Conciliação para o dia 17/10/2019 às 09:15h na Sala de conciliação. A referida audiência ocorrerá na 5ª Vara do Juizado Especial Cível, sito à Rua Alexandre Amorim, Nº 285, 2º Andar, Aparecida - CEP 69010-300, Fone: 3212-6240, Manaus-AM - E-mail: 5je.civel@tjam.jus.Br

ADV: GERALDO ALBANO DE SOUZA JÚNIOR (OAB 6951/AM) - Processo 0623142-87.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - EXEQUENTE: Manoel Arozo Albuquerque Junior e outro - De ordem, fica designado o dia 17/02/2020 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: DAGMO VARELA DA CUNHA (OAB 5864/AM) - Processo 0623771-61.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - AGRAVANTE: Luiz Tarcizio Xavier de Souza Filho - De ordem, fica designado o dia 14/02/2020 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

Caroline da Silva Braz de Oliveira (OAB 4846/AM)
Dagmo Varela da Cunha (OAB 5864/AM)
Geraldo Albano de Souza Júnior (OAB 6951/AM)
Victor Negrão Reis (OAB 12545/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO IRLENA LEAL BENCHIMOL
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ANDRÉ LUÍS NEVES HAYDEN
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0173/2019

ADV: DANIELLE AMORIM BATISTA DOS SANTOS (OAB 7109/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM) - Processo 0600727-47.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: James Souza Barros - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e intimo a ré para, no prazo de (15) quinze dias, cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: RAPHAEL DOUGLAS VIEIRA (OAB 90343/MG), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM) - Processo 0601342-03.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Carolina Guerra Monteiro - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - Isto posto, nos moldes do art. 487, I do CPC, julgo PROCEDENTE o pedido da inicial e condeno a requerida a pagar à autora o montante de R$ 8.000,00 (oito mil reais), a título de danos morais, com juros e correção monetária a contar da publicação da sentença. Indefiro o pedido de justiça gratuita à autora por não restarem comprovados prejuízos à sua subsistência. O pagamento deve ser efetuado por meio de depósito judicial em conta criada especificamente para este processo na agência 3205, Caixa Econômica Federal. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. Não havendo cumprimento espontâneo de sentença no prazo de 15 (quinze) dias após o trânsito em julgado, será acrescido multa de 10% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 523, do CPC. Desta feita, proceda-se na forma da lei, recorrendo, se for o caso, ao BACENJUD e RENAJUD. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: RISONALDO DE MELO LIMA JÚNIOR (OAB 6997/AM), ADV: RICARDO NUNES LOPES (OAB 13034/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0608115-69.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Arlene Queiroz Pelegrino - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e intimo a ré para, no prazo de (15) quinze dias, cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0608191-93.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: CARLOS AUGUSTO BARROSO - De ordem, dou ciência às

partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e intimo a ré para, no prazo de (15) quinze dias, cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: ADJAILSON SILVA FIGUEIRA DE SOUZA (OAB 8620/AM) - Processo 0608304-81.2015.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Financiamento de Produto - REQUERENTE: FRAN WELINGTON ERICEIRA SANTANA - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, fica intimada a parte exequente para manifestar-se no prazao de 05 (cinco) dias.

ADV: CARLOS EDUARDO PEREIRA TEIXEIRA (OAB 327026/SP), ADV: ENY BITTENCOURT (OAB 29442/BA), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: MARIANE CRISTINA COSTA NASCIMENTO (OAB 13670/AM) - Processo 0608321-49.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Itaú Unibanco S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e intimo a ré para, no prazo de (15) quinze dias, cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: NATHALIA MARIA PEREIRA PAIVA DE QUEIROZ (OAB 10598/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0608598-31.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Domingos Pedro Paiva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, fica intimada a parte exequente para manifestar-se sobre os depósitos penhorados ou realizados, advertindo-a de que o silêncio será interpretado como concordância com o valor e a execução será extinta pelo pagamento. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: HANNA TAVARES CUNHA (OAB 10417/AM), ADV: CAIO GUIMARÃES DE AZEVEDO (OAB 8945/AM) - Processo 0609091-71.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Full Copy Equipamentos e Suprimentos de Informática Ltda - REQUERIDO: Movida Locação de Veiculos - Isto posto, julgo Extinto o processo sem resolução do mérito por incompetência do juízo, nos moldes do art. 51, IV da Lei 9.099/95. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam os autos à Turma Recursal. P.R.Intimem-se as partes. Após o trânsito em julgado, arquivem-se.

ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 38699/DF), ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM), ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG) - Processo 0609464-73.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e intimo a ré para, no prazo de (15) quinze dias, cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0609877-86.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - RECLAMANTE: Vanderlei Rodrigues de Amorim - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Isto posto, nos moldes do art. 487, I do CPC, julgo IMPROCEDENTES os pedidos da inicial com efeito de extinguir o processo com resolução do mérito. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: NELSON DOS SANTOS ALE JÚNIOR (OAB 8507/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0611312-95.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Expeça-se alvará em favor da autora, autorizando-a a sacar o saldo remanescente, porquanto equivale à condenação pela repetição do indébito. Após, arquivem-se os autos. À Secretaria para as providências.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: FERNANDO CÉSAR LIMA FERREIRA DE OLIVEIRA (OAB 843A/AM), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM) - Processo 0611651-20.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Ivaneide da Silva Rosalino - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - De ordem, fica intimada a parte exequente para manifestar-se sobre os depósitos penhorados ou realizados, advertindo-a de que o silêncio será interpretado como concordância com o valor e a execução será extinta pelo pagamento. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM), ADV: MARTHA LORENA GOMES DE JESUS PEREIRA (OAB 9261/AM), ADV: ROBERVAL EMERSON OLIVEIRA DE PAULA FILHO (OAB 6721/AM), ADV: LUCAS NUNES CHAMA (OAB 16956/PA) - Processo 0611715-35.2015.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERIDO: API SPE 15 INCORPORADORA LTDA e outro - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e as intimo para, no prazo comum de (15) quinze dias, promover a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: RONALDO SPERRY (OAB 77222/RS), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: RONALDO SPERRY (OAB A815/AM) - Processo 0611855-98.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: João Ferreira Rodrigues - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, o processo será remetido à fila para expedição de alvará judicial e a execução será extinta pelo pagamento. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM) - Processo 0612102-79.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - De ordem, fica intimada a parte exequente para manifestar-se sobre os depósitos penhorados ou realizados, advertindo-a de que o silêncio será interpretado como concordância com o valor e a execução será extinta pelo pagamento. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: NELSON DOS SANTOS ALE JÚNIOR (OAB 8507/AM) - Processo 0612225-14.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: RIVANE DOS SANTOS OLIVEIRA - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e intimo a ré para, no prazo de (15) quinze dias, cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM) - Processo 0612584-27.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Barbara de Oliveira Fonseca Monteiro - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e intimo a ré para, no prazo de (15) quinze dias, cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: BRUNA DAS CHAGAS DE MENDONCA (OAB 10474/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0612927-86.2018.8.04.0015 (apensado ao processo 0613670-96.2018.8.04.0015) - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Nadia Regina Laranjeira Mendes - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e intimo a ré para, no prazo de (15) quinze dias, cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: PEDRO ROBERTO ROMÃO (OAB 209551/SP), ADV: FERNANDA PRESTES DE LIMA (OAB 8776/AM) - Processo 0614184-83.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Consórcio - REQUERIDO: Banco Itaú Veículos S/A - De ordem, fica intimada a parte exequente para manifestar-se,

advertindo-a de que o silêncio será interpretado como concordância e a ação será arquivada. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: LEYLANE EDIENE SILVA LARA (OAB 9461/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM) - Processo 0614954-13.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: LEUSIMAR MACEDO DA SILVA - REQUERIDO: Tim Celular S/A e outro - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e as intimo para, no prazo comum de (15) quinze dias, promover a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: FRANCISCA NÚBIA DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 4376/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0615148-13.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO CIVIL - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e intimo a ré para, no prazo de (15) quinze dias, cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM), ADV: FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (OAB 109730/MG) - Processo 0615443-50.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e intimo a ré para, no prazo de (15) quinze dias, cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM) - Processo 0615452-12.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e intimo a ré para, no prazo de (15) quinze dias, cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: IGOR MACEDO FACÓ (OAB 16470/CE), ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/AM), ADV: RUBXLEY CASTRO DE OLIVEIRA (OAB 11469/AM) - Processo 0615862-36.2017.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: David Monteiro Neves - REQUERIDO: Hapvida Assistência Médica Ltda. - De ordem, fica intimada a parte exequente para manifestar-se sobre os depósitos penhorados ou realizados, advertindo-a de que o silêncio será interpretado como concordância com o valor e a execução será extinta pelo pagamento. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: CÉSAR ITUASSU DA SILVA NETO (OAB 9506/AM), ADV: RODRIGO RODRIGUES DIAS DE ALMEIDA (OAB 2518/AM), ADV: ELY RODRIGUES DE SOUZA JÚNIOR (OAB 7236/AM), ADV: NAUDAL RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 4068/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM) - Processo 0616509-31.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Maria Dirce Tavares de Freitas - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Claro S/A - De ordem, fica intimada a parte exequente para manifestar-se sobre os depósitos penhorados ou realizados, advertindo-a de que o silêncio será interpretado como concordância com o valor e a execução será extinta pelo pagamento. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0617062-78.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Sandro de Araújo Pantoja - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e intimo a ré para, no prazo de (15) quinze dias, cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0618129-10.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - RECLAMANTE: Alecsandro Ferreira Rebouças - De ordem, fica designado o dia 06/11/2019 às 16:15h para a realização de audiência de Conciliação, SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARCOS ROBERTO MARINHO CAMPOS (OAB 4492/AM), ADV: VITOR VILHENA GONÇALO DA SILVA (OAB 6502/AM) - Processo 0618256-16.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial “praia dos Passarinhos” - REQUERIDA: Vera Lucia Assmar Fernandes - Ante ao exposto, conheço dos presentes Embargos de Declaração e, no mérito, nego-lhes provimento, e mantenho a sentença de fls. 138 a 140, tal como está lançada.

ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0618283-96.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Adriana Melo Magalhães - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e intimo a ré para, no prazo de (15) quinze dias, cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: CRISTIANE DE SOUSA SILVA (OAB 14431/AM) - Processo 0618954-51.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Cristiane de Sousa Silva - De ordem, fica designado o dia 04/11/2019 às 11:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CRISTIANE DE SOUSA SILVA (OAB 14431/AM) - Processo 0618954-51.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Cristiane de Sousa Silva - ATO ORDINATÓRIO Processo n.0618954-51.2019.8.04.0015 Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível/PROC Reclamante:Cristiane de Sousa Silva Requerido:Banco Bradesco S/A De ordem, fica designado o dia 04/11/2019 às 11:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. Manaus, 17 de setembro de 2019

ADV: SÉRGIO ROBERTO RIBEIRO FILHO (OAB 305088/SP), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0618998-41.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Lincon de Almeida Alves - REQUERIDO: China Construction Bank - Banco Múltiplo S/A (BIC - Banco Industrial e Comercial S/A) - Ante ao exposto, conheço dos presentes Embargos de Declaração e, no mérito, nego-lhes provimento, mantenho a sentença de fls. 164/165, tal como está lançada.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0620087-31.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Josue de Oliveira Melo - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: ( ) o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica; (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; ( ) a declaração anula de sua receita bruta ou certidão da Junta Comercial atualizada, de forma a comprovar o enquadramento da Requerente como micro-empresa ou empresa de pequeno porte; ( ) o valor da causa adequado ao teto dos Juizados Especiais Cíveis, qual seja 40 (quarenta) salários mínimos; ( ) o comprovante de residência dentro da competência do Fórum Mário Verçosa; ( ) o comprovante de que o requerido é, de fato, proprietário do imóvel sob o qual pendem as taxas condominiais aduzidas; ( ) o títulos extrajudiciais que sustentam o petitório inaugural;

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0620089-98.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Josue de Oliveira Melo - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: ( ) o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas

ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica; (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; ( ) a declaração anula de sua receita bruta ou certidão da Junta Comercial atualizada, de forma a comprovar o enquadramento da Requerente como micro-empresa ou empresa de pequeno porte; ( ) o valor da causa adequado ao teto dos Juizados Especiais Cíveis, qual seja 40 (quarenta) salários mínimos; ( ) o comprovante de residência dentro da competência do Fórum Mário Verçosa; ( ) o comprovante de que o requerido é, de fato, proprietário do imóvel sob o qual pendem as taxas condominiais aduzidas; ( ) o títulos extrajudiciais que sustentam o petitório inaugural;

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0620098-60.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Josue de Oliveira Melo - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: ( ) o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica; (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; ( ) a declaração anula de sua receita bruta ou certidão da Junta Comercial atualizada, de forma a comprovar o enquadramento da Requerente como micro-empresa ou empresa de pequeno porte; ( ) o valor da causa adequado ao teto dos Juizados Especiais Cíveis, qual seja 40 (quarenta) salários mínimos; ( ) o comprovante de residência dentro da competência do Fórum Mário Verçosa; ( ) o comprovante de que o requerido é, de fato, proprietário do imóvel sob o qual pendem as taxas condominiais aduzidas; ( ) o títulos extrajudiciais que sustentam o petitório inaugural;

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0620112-44.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Josue de Oliveira Melo - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: ( ) o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica; (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; ( ) a declaração anula de sua receita bruta ou certidão da Junta Comercial atualizada, de forma a comprovar o enquadramento da Requerente como micro-empresa ou empresa de pequeno porte; ( ) o valor da causa adequado ao teto dos Juizados Especiais Cíveis, qual seja 40 (quarenta) salários mínimos; ( ) o comprovante de residência dentro da competência do Fórum Mário Verçosa; ( ) o comprovante de que o requerido é, de fato, proprietário do imóvel sob o qual pendem as taxas condominiais aduzidas; ( ) o títulos extrajudiciais que sustentam o petitório inaugural;

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0620114-14.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Josue de Oliveira Melo - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: ( ) o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica; (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; ( ) a declaração anula de sua receita bruta ou certidão da Junta Comercial atualizada, de forma a comprovar o enquadramento da Requerente como micro-empresa ou empresa de pequeno porte; ( ) o valor da causa adequado ao teto dos Juizados Especiais Cíveis, qual seja 40 (quarenta) salários mínimos; ( ) o comprovante de residência dentro da competência do Fórum Mário Verçosa; ( ) o comprovante de que o requerido é, de fato, proprietário do imóvel sob o qual pendem as taxas condominiais aduzidas; ( ) o títulos extrajudiciais que sustentam o petitório inaugural;

ADV: SUELEN CRISTINA MAIA DE ALMEIDA ALBUQUERQUE (OAB 4345/AM), ADV: KÁTIA ASSIS RODRIGUES ROCHA (OAB 10320/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM) - Processo 0621890-83.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Sidlene Pinheiro e Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Ante ao exposto, conheço dos presentes Embargos de Declaração e, no mérito, nego-lhes provimento, mantenho a sentença de fls. 97/98, tal como está lançada.

ADV: WALLISON DANIEL DIAS OLIVEIRA (OAB 8932/AM) - Processo 0621992-71.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Deusimar Lemos Martins - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: ( ) o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica; (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; ( ) a declaração anula de sua receita bruta ou certidão da Junta Comercial atualizada, de forma a comprovar o enquadramento da Requerente como micro-empresa ou empresa de pequeno porte; ( ) o valor da causa adequado ao teto dos Juizados Especiais Cíveis, qual seja 40 (quarenta) salários mínimos; ( ) o comprovante de residência dentro da competência do Fórum Mário Verçosa; ( ) o comprovante de que o requerido é, de fato, proprietário do imóvel sob o qual pendem as taxas condominiais aduzidas; ( ) o títulos extrajudiciais que sustentam o petitório inaugural;

ADV: MARCOS DANRLEY DA SILVA LIMA (OAB 13512/AM) - Processo 0622033-38.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Clarissa Barbosa de Albuquerque - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: ( ) o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica; (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; ( ) a declaração anula de sua receita bruta ou certidão da Junta Comercial atualizada, de forma a comprovar o enquadramento da Requerente como micro-empresa ou empresa de pequeno porte; ( ) o valor da causa adequado ao teto dos Juizados Especiais Cíveis, qual seja 40 (quarenta) salários mínimos; ( ) o comprovante de residência dentro da competência do Fórum Mário Verçosa; ( ) o comprovante de que o requerido é, de fato, proprietário do imóvel sob o qual pendem as taxas condominiais aduzidas; ( ) o títulos extrajudiciais que sustentam o petitório inaugural;

ADV: VICTOR NEGRÃO REIS (OAB 12545/AM) - Processo 0622735-81.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Anderson Ivan Neves Carmo - De ordem, fica designado o dia 17/10/2019 às 09:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: VICTOR NEGRÃO REIS (OAB 12545/AM) - Processo 0622735-81.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Anderson Ivan Neves Carmo - ATO ORDINATÓRIO Processo n.0622735-81.2019.8.04.0015 Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível/PROC Requerente:Anderson Ivan Neves Carmo Requerido:Ativos S.a. Securizadora de Créditos Financeiros De ordem, fica designado o dia 17/10/2019 às 09:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: YAGO LIRA DE LIMA MABELINI (OAB 13650/AM) -

Processo 0622896-91.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Extravio de bagagem - REQUERENTE: Ingrid Lorena Azevedo Rego - De ordem, fica designado o dia 14/02/2020 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: ELSON RODRIGUES DE ANDRADE FILHO (OAB 5753/AM), ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0622958-68.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Delzuita Gama de Oliveira - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, fica intimada a parte exequente para manifestar-se sobre os depósitos penhorados ou realizados, advertindo-a de que o silêncio será interpretado como concordância com o valor e a execução será extinta pelo pagamento. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: VITOR VILHENA GONÇALO DA SILVA (OAB 6502/AM) - Processo 0623648-63.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial Praia dos Passarinhos - De ordem, fica designado o dia 14/02/2020 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CRISTIANA DA COSTA RODRIGUES (OAB 607/AM) - Processo 0623986-37.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - RECLAMANTE: Condomínio Edifício Palácio do Comércio - De ordem, fica designado o dia 14/02/2020 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LAURA RITA ARAÚJO CARDOSO (OAB 5675/AM) - Processo 0624010-65.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: João Batista Moreira de Oliveira - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: ( ) o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica; (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; ( ) a declaração anula de sua receita bruta ou certidão da Junta Comercial atualizada, de forma a comprovar o enquadramento da Requerente como micro-empresa ou empresa de pequeno porte; ( ) o valor da causa adequado ao teto dos Juizados Especiais Cíveis, qual seja 40 (quarenta) salários mínimos; ( ) o comprovante de residência dentro da competência do Fórum Mário Verçosa; ( ) o comprovante de que o requerido é, de fato, proprietário do imóvel sob o qual pendem as taxas condominiais aduzidas; ( ) o títulos extrajudiciais que sustentam o petitório inaugural;

ADV: REBECA ALVES DE MELO (OAB 12747/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS) - Processo 0624268-12.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Josilene Aparecida Paes Alves - REQUERIDO: SKY Serviços de Banda Larga Ltda. - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e intimo a ré para, no prazo de (15) quinze dias, cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: RONALDO THALES UCHÔA BRANDÃO (OAB 12738/AM) - Processo 0624410-79.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Glauber Palma de Oliveira - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: ( ) o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica; (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; ( ) a declaração anula de sua receita bruta ou certidão da Junta Comercial atualizada, de forma a comprovar o enquadramento da Requerente como micro-empresa ou empresa de pequeno porte; ( ) o valor da causa adequado ao teto dos Juizados Especiais Cíveis, qual seja 40 (quarenta) salários mínimos; ( ) o comprovante de residência dentro da competência do Fórum Mário Verçosa; ( ) o comprovante de que o requerido é, de fato, proprietário do imóvel sob o qual pendem as taxas condominiais aduzidas; ( ) o títulos extrajudiciais que sustentam o petitório inaugural;

ADV: LUCY CHRISTIANE DE SOUZA HOSSAINE (OAB 6631/AM) - Processo 0624720-85.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Pedro Henrique Oliveira Cabra - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: ( ) o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica; (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; ( ) a declaração anula de sua receita bruta ou certidão da Junta Comercial atualizada, de forma a comprovar o enquadramento da Requerente como micro-empresa ou empresa de pequeno porte; ( ) o valor da causa adequado ao teto dos Juizados Especiais Cíveis, qual seja 40 (quarenta) salários mínimos; ( ) o comprovante de residência dentro da competência do Fórum Mário Verçosa; ( ) o comprovante de que o requerido é, de fato, proprietário do imóvel sob o qual pendem as taxas condominiais aduzidas; ( ) o títulos extrajudiciais que sustentam o petitório inaugural;

Adjailson Silva Figueira de Souza (OAB 8620/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Bruna das Chagas de Mendonca (OAB 10474/AM)
Caio Guimarães de Azevedo (OAB 8945/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carlos Eduardo Pereira Teixeira (OAB 327026/SP)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
César Ituassu da Silva Neto (OAB 9506/AM)
Cíntia Martins de Souza (OAB 4399/AM)
Cristiana da Costa Rodrigues (OAB 607/AM)
Cristiane de Sousa Silva (OAB 14431/AM)
Danielle Amorim Batista dos Santos (OAB 7109/AM)
Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB 6835/MS)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Elson Rodrigues de Andrade Filho (OAB 5753/AM)
Ely Rodrigues de Souza Júnior (OAB 7236/AM)
Eny Bittencourt (OAB 29442/BA)
Fabianne Ribeiro Halinski (OAB 7059/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Fernanda Prestes de Lima (OAB 8776/AM)
Fernando César Lima Ferreira de Oliveira (OAB 843A/AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 38699/DF)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 96864/MG)
Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB 109730/MG)
Francisca Núbia de Oliveira de Lima (OAB 4376/AM)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Hanna Tavares Cunha (OAB 10417/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Igor Macedo Facó (OAB 16470/CE)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Kátia Assis Rodrigues Rocha (OAB 10320/AM)
Kelly Anne Corrêa de Oliveira (OAB 9330/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Laura Rita Araújo Cardoso (OAB 5675/AM)
Leylane Ediene Silva Lara (OAB 9461/AM)
Lucas Nunes Chama (OAB 16956/PA)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)

Lucy Christiane de Souza Hossaine (OAB 6631/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Manoel Eduardo dos Santos Assis (OAB 9613/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Marcos Danrley da Silva Lima (OAB 13512/AM)
Marcos Roberto Marinho Campos (OAB 4492/AM)
Mariane Cristina Costa Nascimento (OAB 13670/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Martha Lorena Gomes de Jesus Pereira (OAB 9261/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Nathalia Maria Pereira Paiva de Queiroz (OAB 10598/AM)
Naudal Rodrigues de Almeida (OAB 4068/AM)
Nelson dos Santos Ale Júnior (OAB 8507/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Pedro Roberto Romão (OAB 209551/SP)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Raphael Douglas Vieira (OAB 90343/MG)
Rayane Cristina Carvalho Lins (OAB 4544/AM)
Rebeca Alves de Melo (OAB 12747/AM)
Ricardo Nunes Lopes (OAB 13034/AM)
Risonaldo de Melo Lima Júnior (OAB 6997/AM)
Roberval Emerson Oliveira de Paula Filho (OAB 6721/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Rodrigues Dias de Almeida (OAB 2518/AM)
Ronaldo Sperry (OAB 77222/RS)
RONALDO SPERRY (OAB A815/AM)
Ronaldo Thales Uchôa Brandão (OAB 12738/AM)
RUBXLEY CASTRO DE OLIVEIRA (OAB 11469/AM)
Sérgio Roberto Ribeiro Filho (OAB 305088/SP)
Suelen Cristina Maia de Almeida Albuquerque (OAB 4345/AM)
Victor Negrão Reis (OAB 12545/AM)
Vitor Vilhena Gonçalo da Silva (OAB 6502/AM)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)
Wallison Daniel Dias Oliveira (OAB 8932/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Yago Lira de Lima Mabelini (OAB 13650/AM)

6ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 6º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0224/2019

ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ) - Processo 0200458-39.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Oi S/A - Por isso, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO. Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. P.R.I. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0200999-72.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Por isso, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO. Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. P.R.I. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0201270-81.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Claro S/A e outro - HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo judicial celebrado entre as partes, com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei 9.099/95, devendo a Secretaria, após cumprimento, arquivar estes autos, independentemente de novo Despacho, por força do artigo 487, III do CPC. Sem custas, de acordo com o artigo 55 da Lei 9.099/95.

ADV: LUIS FELIPE PROCÓPIO DE CARVALHO (OAB 303905/SP), ADV: MÁRIO ALBERTO DA FONSECA MONTEIRO JÚNIOR (OAB 1431/AM) - Processo 0201327-02.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Ivanisa Santos Ihara - REQUERIDO: Banco BMG S/A e outro - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB 117417/SP) - Processo 0201427-54.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: SSR COMERCIO DE COSMÉTICOS E PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL LTDA (JEQUETI) - Verifico que satisfeitas as obrigações determinadas no título executivo, razão pela qual JULGO EXTINTO o processo, nos termos do art. 924, II, CPC/15. Baixar e arquivar, reativando, caso necessário, conforme avaliação do Ilmo. Sr. Diretor de Secretaria.

ADV: EUDEILTON DE SOUZA BEZERRA (OAB 13388/AM), ADV: MATHEUS ARAÚJO MUNIZ (OAB 7626/AM) - Processo 0203892-70.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Misael Nascimento Pereira - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0204378-55.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Findo o do julgamento do IRDR nº. 0000511-49.2018.8.04.9000 nas instância ordinárias, não tendo sido comunicado a este juízo eventual concessão de efeito suspensivo naqueles autos, exsurge a necessidade de se dar prosseguimento às ações afetadas pelo incidente de uniformização de jurisprudência. Intime-se o autor, bem como cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 10/03/2020 às 11:30h a ser realizada na sala de audiências deste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência da parte autora em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: TATIANA MUNIZ SABBÁ GUIMARÃES (OAB 6104/AM) - Processo 0207471-60.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: José Reinaldo de Azevedo Moura - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: MÁRIO DIEGO DE SOUZA PARISOTTO (OAB 10779/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo

0600211-90.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Thiago de Freitas Sobreira - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - Banco Santander Brasil S/A - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM), ADV: KELLY OLIVEIRA - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 9330/AM) - Processo 0600539-20.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Fabio Axel Redman Comap - De ordem, intime-se a parte autora para no prazo de 15 dias apresentar comprovante de residência atualizado, em seu nome.

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM) - Processo 0600996-52.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Mailza Furtado Tuponi - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Findo o do julgamento do IRDR nº. 0000511-49.2018.8.04.9000 nas instância ordinárias, não tendo sido comunicado a este juízo eventual concessão de efeito suspensivo naqueles autos, exsurge a necessidade de se dar prosseguimento às ações afetadas pelo incidente de uniformização de jurisprudência. INDEFIRO o pedido de tutela provisória, eis que não caracterizada situação de urgência apta a suscitar antecipação de provimento judicial, sem prejuízo de posterior reanálise em momento oportuno. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 11/03/2020 às 11:30h a ser realizada na sala de audiências deste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência da parte autora em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: CAMILA CORDEIRO BATISTA (OAB 10930/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM) - Processo 0601832-25.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Rubevaldo da Silva Ramos - REQUERIDO: RZD Comércio de Veículos Ltda. - MAVEL - Banco Santander Brasil S/A - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Fábio César Olintho de Souza, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Inominado no prazo legal, na forma preconizada pelo artigo 42, § 2º, da Lei 9.099/95.

ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM) - Processo 0601944-91.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Akayana Nascimento Marinho - REQUERIDO: Latam Airlines Group S/A - Deste modo, estando presente nos autos prova da ciência das partes da decisão prolatada, bem como por verificar não versar a transação sobre direito irrenunciável, vejo por bem HOMOLOGAR, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo judicial celebrado entre as partes com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei 9.099/95, devendo a Secretaria, após cumprimento, arquivar estes autos, independentemente de novo Despacho, por força do art. 487, III, CPC. Sem custas. Em caso de descumprimento, ficam desde já, autorizadas as diligências executivas eventualmente requeridas. P. R. I.

ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM) - Processo 0602781-83.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Alain Delano Marques Vasconcelos - intimo a parte autora/exequente a fim de que forneça seus dados bancários (banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF), necessários à efetivação do pagamento por meio de transferência eletrônica, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, encaminhem-se os autos à fila de trabalho pertinente a fim de que seja efetuada a transferência eletrônica, cujo prazo para cumprimento pela CEF é de até 72h. Ressalto que o custo da operação é regulado em tabela de valores própria da Caixa Econômica Federal. Concomitantemente, intime-se esta para postular o que entender de direito, relativamente a eventual saldo remanescente/prosseguimento da execução. Prazo de 15 dias.

ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0602794-48.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Sandra de Souza Pantoja Gonçalves - intimo a parte autora/exequente a fim de que forneça seus dados bancários (banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF), necessários à efetivação do pagamento por meio de transferência eletrônica, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, encaminhem-se os autos à fila de trabalho pertinente a fim de que seja efetuada a transferência eletrônica, cujo prazo para cumprimento pela CEF é de até 72h. Ressalto que o custo da operação é regulado em tabela de valores própria da Caixa Econômica Federal. Concomitantemente, intime-se esta para postular o que entender de direito, relativamente a eventual saldo remanescente/prosseguimento da execução. Prazo de 15 dias.

ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM), ADV: FÁBIO CRISTIANO MOURA DE FREITAS (OAB 10756/AM), ADV: ALAN HERGERTON FAÇANHA (OAB 9353/AM) - Processo 0602924-38.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Christiany Santos de Freitas - Por isso, ou seja, sendo mera consequência de expresso texto legal, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 51, I, da Lei 9.099/95 c/c enunciado 20, do FONAJE. Revogo eventual liminar deferida nestes autos. Condeno a parte ausente em custas, a serem cobradas caso renovada a ação, nos termos do disposto no art. 51, § 2º da Lei 9.099/95 c/c com base no enunciado 28, do FONAJE c/c art. 2º, II do Prov. 256/2015, da CGJ/AM. Sem honorários. Custas recursais de lei (preparo), atentando-se para necessidade de pagamento de custas, nos termos do Prov 256/2015, da CGJ-AM. P.R.I. Arquivem-se os autos com baixa na distribuição.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM) - Processo 0603051-44.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Repetição de indébito - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - INTIME-SE a parte executada para adimplir voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: JONILSON MAIA PEREIRA (OAB 7871/AM) - Processo 0603388-62.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Expurgos Inflacionários / Planos Econômicos - REQUERENTE: Ruy Nascimento de Souza - intimo a parte autora/exequente a fim de que forneça seus dados bancários (banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF), necessários à efetivação do pagamento por meio de transferência eletrônica, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, encaminhem-se os autos à fila de trabalho pertinente a fim de que seja efetuada a transferência eletrônica, cujo prazo para cumprimento pela CEF é de até 72h. Ressalto que o custo da operação é regulado em tabela de valores própria da Caixa Econômica Federal. Concomitantemente, intime-se esta para postular o que entender de direito, relativamente a eventual saldo remanescente/prosseguimento da execução. Prazo de 15 dias.

ADV: ANA MARIA DA SILVA NORONHA (OAB 9569/AM), ADV: EDNEY WILSON DA SILVA CALDERARO (OAB 10794/PA) - Processo 0603460-49.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Elizeu Araujo do Nascimento Filho - REQUERIDO: J.p.j. Veiculos-eireli - Por isso, ou seja, sendo mera consequência de expresso texto legal, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 51, I, da Lei 9.099/95 c/c enunciado 20, do FONAJE. Revogo eventual liminar deferida nestes autos. Condeno a parte ausente em custas, a serem cobradas caso renovada a ação, nos termos do disposto no art. 51, § 2º da Lei 9.099/95 c/c com base no enunciado 28, do FONAJE c/c art. 2º, II do Prov. 256/2015, da CGJ/AM. Sem honorários. Custas recursais de lei (preparo), atentando-se para necessidade de pagamento de custas, nos termos do Prov 256/2015, da CGJ-AM. P.R.I. Arquivem-se os autos com baixa na distribuição.

ADV: GUTTEMBERG ALENCAR VIANA (OAB 9698/AM) - Processo 0603699-53.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: H.A.R. - Defiro o pedido de fl. 38. À Secretaria para que proceda a inclusão do litisconsórcio passivo MULTILASER INDUSTRIAL LTDA. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 07 de fevereiro de 2020, às 11 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: IVES ALENCAR ALBUQUERQUE (OAB 5621/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0603986-16.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Mario Jorge Medeiros Moraes Neto - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Por isso, DECLARANDO INEXISTENTE O DÉBITO DISCUTIDO NOS AUTOS, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, CONDENANDO A PARTE RÉ A PAGAR R$ 3.000,00 em prol da parte autora, a título de indenização por danos morais. Confirmo a tutela de urgência concedida à fl. 27. Oficie-se para cancelamento da negativação, caso persista. Correção monetária pelo INPC, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso (danos materiais) e da presente data (danos morais, S. 364 STJ). Juros de 1% a.m desde a citação. Valor do dano moral fixado levando-se em conta: o alto grau do vício e da culpa, que a ilícita negativação se trata de cobrança indireta de supostos débitos sem que a parte se valha do devido processo legal, o dano suportado pela parte, a grande diferença de pujança econômica entre as partes, bem como o caráter pedagógico da condenação [STJ, AgRg no Recurso Especial nº 1388548/MG (2013/0201056-0), 3ª Turma do STJ, Rel. Sidnei Beneti. j. 06.08.2013, unânime, DJe 29.08.2013]. Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. P.R.I.

ADV: CARMEM MELLO MOURA (OAB 3649/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0604015-66.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Conceição Aparecida Silva Guimarães - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Após o trânsito em julgado da sentença exequenda, a parte devedora depositou o valor que entendia devido, que, contudo, discrepa, a menor, da conta efetuada pela secretaria do Juizado. Assim, expeça-se alvará do valor depositado, incontroverso que é, caso ainda não tenha sido levantado. Tendo em vista que o valor depositado foi a menor, e que a conta judicial se valeu dos parâmetros de correção e juros já acobertados sob o manto da coisa julgada e que melhor espelha o conteúdo dos limites estabelecidos no título executivo judicial, é de se incidir a multa do art. 523, §1º, do CPC, somente sobre o saldo remanescente, nos termos do art. 523, §2º do CPC. Proceda-se à tentativa de bloqueio via BACENJUD do saldo remanescente (R$ 534,61). Sendo positiva a penhora eletrônica, intime-se o Executado para oferecer Embargos, querendo, no prazo de 15 dias. Caso oferecidos os Embargos, certifique-se sua tempestividade e voltem-me conclusos. De outra sorte, em sendo positivo a penhora eletrônica e não havendo irresignação via embargos do devedor, determino sua transferência para uma Conta Judicial Ouro DJO, imediata expedição do pertinente Alvará Judicial, dando-se baixa e arquivando-se o presente feito. Em sendo negativa Constrição, dê-se vista ao Exeqüente, para que se manifeste, no prazo de 10 (dez) dias, requerendo o que entender de direito e indicando bens do(a) devedor(a) passíveis de serem penhorados. P.C.I.

ADV: ANDRÉ BARBOSA ASSAM (OAB 10404/AM) - Processo 0604025-47.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: André Barbosa Assam - intimo a parte autora/exequente a fim de que forneça seus dados bancários (banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF), necessários à efetivação do pagamento por meio de transferência eletrônica, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, encaminhem-se os autos à fila de trabalho pertinente a fim de que seja efetuada a transferência eletrônica, cujo prazo para cumprimento pela CEF é de até 72h. Ressalto que o custo da operação é regulado em tabela de valores própria da Caixa Econômica Federal. Concomitantemente, intime-se esta para postular o que entender de direito, relativamente a eventual saldo remanescente/prosseguimento da execução. Prazo de 15 dias.

ADV: JANAINA TATHIANE CARVALHO DE SOUZA (OAB 10353/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0604482-45.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Jucineide Carvalho de Souza - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: ALESSANDRO DA SILVA CALADO (OAB 11768/AM) - Processo 0604575-08.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Lucirene Francelina de Brito Santos - INTIME-SE a parte executada para que, caso queira, apresente Embargos à Execução no prazo legal.

ADV: KEILA REGINA DE ALMEIDA RÊGO (OAB 7478/AM) - Processo 0604661-76.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Ráfaga Ferreira Alecrim - Por isso e por tudo que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido, condenando a parte ré a pagar R$ 200,00, a título de danos materiais, bem como R$ 3.000,00, atinente aos danos morais suportados pela parte autora. Correção monetária pelo INPC, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso (danos materiais) e da presente data (danos morais, S. 364 STJ). Juros de 1% a.m desde a citação. Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. P.R.I. Transitada em julgado, nada sendo requerido ou exaurida a execução, baixar e arquivar.

ADV: MILCYETE BRAGA ASSAYAG (OAB 5006/AM) - Processo 0604725-86.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ambrosio Cohen Assayag - INTIME-SE a parte executada para que, caso queira, apresente Embargos à Execução no prazo legal.

ADV: MARCOS FÁBIO OLIVEIRA DE LIMA (OAB 11070/AM) - Processo 0605216-64.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERENTE: Edilane Silva Oliveira - intimo a parte autora/exequente a fim de que forneça seus dados

bancários (banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF), necessários à efetivação do pagamento por meio de transferência eletrônica, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, encaminhem-se os autos à fila de trabalho pertinente a fim de que seja efetuada a transferência eletrônica, cujo prazo para cumprimento pela CEF é de até 72h. Ressalto que o custo da operação é regulado em tabela de valores própria da Caixa Econômica Federal. Concomitantemente, intime-se esta para postular o que entender de direito, relativamente a eventual saldo remanescente/prosseguimento da execução. Prazo de 15 dias.

ADV: FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (OAB 109730/MG), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIA (OAB 63440/MG) - Processo 0605362-08.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Sandro Costa da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - INTIME-SE a parte executada para que, caso queira, apresente Embargos à Execução no prazo legal.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ANA CAROLINA BEZERRA DE FREITAS (OAB 7698/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0605539-98.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Manuel Elison Rodrigues de Freitas - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - INTIME-SE a parte executada para que, caso queira, apresente Embargos à Execução no prazo legal.

ADV: LEANDRO KAZUYUKI TAKAHASHI (OAB 12343/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0605830-98.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Turismo - REQUERENTE: Rodrigo Otávio Borges Melo - REQUERIDO: Expedia do Brasil Agência de Viagens e Turismo Ltda (hotéis.com) - Por isso, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO. Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. P.R.I. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos.

ADV: PAULO DE OLIVEIRA ONETY NETO (OAB 14637/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP) - Processo 0606398-17.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Andre Montibeller - REQUERIDO: Apple Computer Brasil Ltda. - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM) - Processo 0606700-46.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Edimar Silva Monteiro - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Por isso, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO. Sem custas pretéritas. Sem honorários. Preparo de lei (Lei AM 2.429/96 c/c Prov. 256/2015-CGJ/AM). Revoga-se eventual liminar concedida. P.R.I. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: JOELMIR RICARDO GONÇALVES (OAB 509/AM) - Processo 0607121-36.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Clóvis Monteiro de Sá Filho - REQUERIDO: Vivo S/A - Por isso, DECLARANDO A ILICITUDE DO CANCELAMENTO DA LINHA AUTORAL (nº 095 99112-0505), JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, CONDENANDO A PARTE RÉ A PAGAR R$ 3.000,00 em prol da parte autora, a título de indenização por danos morais, condenado-a, também, a restabelecê-la, na modalidade pré-paga, no prazo de 30 dias. Cumprimento a ser comprovado nos autos nos 15 dias subseqüentes, sob pena de multa de R$ 1.000,00. Correção monetária pelo INPC, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso (danos materiais) e da presente data (danos morais, S. 364 STJ). Juros de 1% a.m desde a citação. Sem condenações em custas pretéritas e honorários, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Preparo de lei. P.R.I.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM) - Processo 0607506-81.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Loyanne Trindade Nascimento - RECLAMADO: Vivo S/A - Por isso, DECLARANDO INEXISTENTE O DÉBITO DISCUTIDO NOS AUTOS, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, CONDENANDO A PARTE RÉ A PAGAR R$ 3.000,00 em prol da parte autora, a título de indenização por danos morais. Oficie-se para cancelamento da negativação, caso persista. Correção monetária pelo INPC, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso (danos materiais) e da presente data (danos morais, S. 364 STJ). Juros de 1% a.m desde a citação. Valor do dano moral fixado levando-se em conta: o alto grau do vício e da culpa, que a ilícita negativação se trata de cobrança indireta de supostos débitos sem que a parte se valha do devido processo legal, o dano suportado pela parte, a grande diferença de pujança econômica entre as partes, bem como o caráter pedagógico da condenação [STJ, AgRg no Recurso Especial nº 1388548/MG (2013/0201056-0), 3ª Turma do STJ, Rel. Sidnei Beneti. j. 06.08.2013, unânime, DJe 29.08.2013]. Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. P.R.I.

ADV: GABRIEL DA CRUZ LAURIA (OAB 11778/AM), ADV: VITOR VILHENA GONÇALO DA SILVA (OAB 6502/AM), ADV: ERIKA NAIANA D'AQUINO PIRES (OAB 590A/AM) - Processo 0608303-91.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Marcos Pericles de Queiroz Sobral Filho - REQUERIDO: Flávio Lauria Ferreira - Pautе-se audiência de conciliação, instrução e julgamento. Providências de praxe pela Secretaria, expedindo-se as notificações e demais comunicações de atos processuais que se fizerem necessárias. Cientificadas as partes de que deverão comparecer acompanhadas de advogado ou Defensor Público em causas de valor maior que 20 salários mínimos. P.C.I.

ADV: ALEXANDRE PESSOA SIMPLICIO (OAB 12434/AM), ADV: PAULO RUBENS OZEKI PIMENTEL FUNAKI (OAB 11033/AM), ADV: BRUNO NUNES FERREIRA (OAB 11020AM) - Processo 0608534-89.2016.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Claudia Maria de Oliveira Martins - Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, da Lei 9.099/95. Inexistindo bens penhoráveis e indicação de bem apto a sofrer constrição, conforme certidão do Sr. Oficial de Justiça e ausência de indicação eficaz pela parte autora, JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO, nos termos do art. 53, § 4º, da Lei 9.099/95. Desde já, caso requerido, defiro expedição de certidão de dívida e expedição de ordem para inscrição em cadastro de maus pagadores (Enunciado 76, FONAJE) P.R.I. Baixem-se e arquivem-se os autos. Transitada em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas legais. Reativação somente se houver indicação de bem penhorável dentro do prazo de prescrição da execução. P. R. I

ADV: ROBERTO ALVES (OAB 9258/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM) - Processo 0608953-07.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Regina Coeli Feitosa Baima - REQUERIDO: Banco BMG S/A - RECEBO o inominado de fls. antecedentes, no efeito devolutivo. Intime-se para contrarrazões no prazo legal. Após, com ou sem, à Turma Recursal, com nossas homenagens.

ADV: ELSON RODRIGUES DE ANDRADE FILHO (OAB 5753/AM), ADV: RONALDO GOMES PEREIRA (OAB 9187/AM), ADV: CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA (OAB 18305A/PB) -

Processo 0608965-21.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia - REQUERENTE: Leni Mesquita Martins - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Por isso, JULGO PROCEDENTE EM PARTE O PEDIDO, declarando a quitação das faturas vencidas em janeiro e fevereiro do corrente ano, já adimplidas, conforme documento de fl. 38. JULGO IMPROCEDENTE o pedido de indenização por danos morais. Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. Baixar e arquivar oportunamente. P.R.I.

ADV: CHRYSSE MONTEIRO CAVALCANTE (OAB 7984/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0609060-85.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Despesas Condominiais - REQUERENTE: CHRYSSE MONTEIRO CAVALCANTE - REQUERIDO: Capital Rossi Empreendimentos S/A - Isto posto, decreto a deserção do Recurso Inominado de fl. 442/448. Certifique-se o trânsito em julgado, adotando as providências determinadas no dispositivo da sentença de fl. 436. P.C.I.

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: ALEXMAR DA COSTA MELO (OAB 10133/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0609228-53.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rita Maria Abreu da Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Por isso, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, CONDENANDO A PARTE RÉ A PAGAR R$ 5.000,00 em prol da parte autora, a título de indenização por danos morais, bem como R$ 300,00 pelos danos materiais. Determino ao réu que realize as obras necessárias para a pavimentação da calçada da parte autora no prazo de 30 dias, sob pena de multa R$ 1.000,00, sem prejuízo de nova penalização em caso de descumprimento. Deverá, quando cumprida a obrigação, apresentar nestes autos prova do cumprimento dentro daquele mesmo prazo de 30 dias. Correção monetária pelo INPC, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso (danos materiais) e da presente data (danos morais, S. 362 STJ). Juros de 1% a.m desde a citação. Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. Baixar e arquivar oportunamente. P.R.I.

ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: SIMONE BATISTA DA SILVA (OAB 5778/AM) - Processo 0609552-43.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Caio Cesar de Alcantara Bonates e outro - REQUERIDO: Latam Airlines Group S/A - Por isso, JULGO PROCEDENTE EM PARTE O PEDIDO, CONDENANDO A PARTE RÉ A PAGAR R$ 3.000,00 em prol de cada autor, a título de indenização por danos morais, totalizando o montante de R$ 6.000,00. Correção monetária pelos parâmetros usados pelo TJAM, aplicando-se no que pertinente: presente data (danos morais, S. 362 STJ). Juros de 1% a.m desde a citação. Valor do dano moral fixado levando-se em conta: o alto grau do vício e da culpa, a grande diferença de pujança econômica entre as partes, bem como o caráter pedagógico da condenação [STJ, AgRg no Recurso Especial nº 1388548/MG (2013/0201056-0), 3ª Turma do STJ, Rel. Sidnei Beneti. j. 06.08.2013, unânime, DJe 29.08.2013]. Sem condenações em custas pretéritas e honorários, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Preparo de lei. P.R.I.

ADV: ANNY CAROLLINY MOREIRA CAVALCANTE DE ARAÚJO (OAB 8647/AM) - Processo 0610014-97.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de reparar o dano - REQUERENTE: Bianca da Silva Moreira - Por isso, JULGO PROCEDENTE EM PARTE O PEDIDO, CONDENANDO A PARTE RÉ A PAGAR R$ 2.000,00 em prol da parte autora, a título de indenização por danos morais. Correção monetária pelos parâmetros usados pelo TJAM, aplicando-se no que pertinente: presente data (danos morais, S. 362 STJ). Juros de 1% a.m desde a citação. Sem condenações em custas pretéritas e honorários, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Preparo de lei. P.R.I.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: CLEBER DE OLIVEIRA LIMA (OAB 13770/AM), ADV: LUIZ FELIPE PROCÓPIO DE CARVALHO (OAB 101488/MG), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM) - Processo 0610024-44.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Joana Batista Maciel - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Defiro a gratuidade processual em prol da parte recorrente, eis que comprovados os requisitos necessários para tanto, conforme ficha financeira juntada aos autos às fl. 22 e ss. Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM), ADV: ÉRICO CABOCLO DE MACEDO (OAB 7685/AM) - Processo 0610049-57.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: Fabiane Oliveira dos Santos - REQUERIDO: Plural Gestao Em Planos de Saude Ltda - Por isso, ou seja, sendo mera consequência de expresso texto legal, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 51, I, da Lei 9.099/95 c/c enunciado 20, do FONAJE. Revogo eventual liminar deferida nestes autos. Condeno a parte ausente em custas, a serem cobradas caso renovada a ação, nos termos do disposto no art. 51, § 2º da Lei 9.099/95 c/c com base no enunciado 28, do FONAJE c/c art. 2º, II do Prov. 256/2015, da CGJ/AM. Sem honorários. Custas recursais de lei (preparo), atentando-se para necessidade de pagamento de custas, nos termos do Prov 256/2015, da CGJ-AM. P.R.I. Arquivem-se os autos com baixa na distribuição.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0610069-48.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Ana Cristina Abreu Campos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Além disso, inexiste comprovação de qualquer vício de manifestação de vontade autoral, incidindo o art. 110 do CC/02, que impede o acolhimento do pleito. Art. 110. A manifestação de vontade subsiste ainda que o seu autor haja feito a reserva mental de não querer o que manifestou, salvo se dela o destinatário tinha conhecimento. Por isso, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO. Sem custas pretéritas. Sem honorários. Preparo de lei (Lei AM 2.429/96 c/c Prov. 256/2015-CGJ/AM). Revoga-se eventual liminar concedida. P.R.I. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos.

ADV: CÁSSIO CHAVES CUNHA (OAB 12268/PA), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: ALEXANDRE PAES BARRETO SARAIVA (OAB 8838/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM) - Processo 0610098-69.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Marcelo de Alencar Auzier - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - INTIME-SE a parte executada para que, caso queira, apresente Embargos à Execução no prazo legal.

ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM), ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM) - Processo 0610361-33.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condominio Residencial Weekend Club Ponta Negra - Por isso, ou seja, sendo mera consequência de expresso texto legal, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 51, I, da Lei 9.099/95 c/c enunciado 20, do FONAJE. Revogo eventual liminar deferida nestes autos. Condeno a parte ausente em custas, a serem cobradas caso renovada a ação, nos termos do disposto no art. 51, § 2º da Lei 9.099/95 c/c com base no enunciado 28, do FONAJE c/c art. 2º, II do Prov. 256/2015, da CGJ/AM. Sem honorários. Custas recursais de lei (preparo), atentando-se para necessidade de pagamento de custas, nos termos do Prov 256/2015, da CGJ-AM. P.R.I. Arquivem-se os autos com baixa na distribuição.

ADV: ROICILDO PINGARILHO MARTINS (OAB 4136/AM) - Processo 0610426-62.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Roicildo Pingarilho Martins - intimo a parte autora/exequente a fim de que forneça seus dados bancários (banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF), necessários à efetivação do pagamento por meio de transferência eletrônica, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, encaminhem-se os autos à fila de trabalho pertinente a fim de que seja efetuada a transferência eletrônica, cujo prazo para cumprimento pela CEF é de até 72h. Ressalto que o custo da operação é regulado em tabela de valores própria da Caixa Econômica Federal. Concomitantemente, intime-se esta para postular o que entender de direito, relativamente a eventual saldo remanescente/prosseguimento da execução. Prazo de 15 dias.

ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM) - Processo 0610436-72.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Weekend Club Ponta Negra - Isto posto, homologo a desistência e, por conseqüência, JULGO EXTINTO o Processo sem a Apreciação do Mérito, nos termos do art. 51, caput, c/c o art. 485, inciso VIII do CPC. Sem custas e honorários advocatícios, de acordo com o art. 55, caput da Lei 9099/95. Preparo de lei. Após, ARQUIVEM-SE os presentes autos, com as cautelas de praxe.

ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM) - Processo 0610539-79.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Andrew Cazemiro Rodrigues de Lima - De ordem, intime-se a parte autora para no prazo de 15 dias apresentar comprovante de residência atualizado, em seu nome.

ADV: KAREN BEZERRA ROSA BRAGA (OAB 6617/AM), ADV: JUAREZ CAMELO ROSA (OAB 2695/AM), ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG) - Processo 0610641-72.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERENTE: Francisco Monteiro da Silva - REQUERIDO: Banco Bonsucesso Consignado S/A - Deste modo, estando presente nos autos prova da ciência das partes da decisão prolatada, bem como por verificar não versar a transação sobre direito irrenunciável, vejo por bem HOMOLOGAR, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo judicial celebrado entre as partes com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei 9.099/95, devendo a Secretaria, após cumprimento, arquivar estes autos, independentemente de novo Despacho, por força do art. 487, III, CPC. Sem custas. Em caso de descumprimento, ficam desde já, autorizadas as diligências executivas eventualmente requeridas. P. R. I.

ADV: ASSURBANIPAL DE FREITAS BRAGA (OAB 8883/AM) - Processo 0610847-52.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERENTE: Cassilene Freitas da Silva - intimo a parte autora/exequente a fim de que forneça seus dados bancários (banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF), necessários à efetivação do pagamento por meio de transferência eletrônica, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, encaminhem-se os autos à fila de trabalho pertinente a fim de que seja efetuada a transferência eletrônica, cujo prazo para cumprimento pela CEF é de até 72h. Ressalto que o custo da operação é regulado em tabela de valores própria da Caixa Econômica Federal. Prazo de 15 dias.

ADV: ELSON MARCELO LIMA DE SOUZA (OAB 9903/AM) - Processo 0611461-23.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Giovanni Alves de Silva - Por isso, ou seja, sendo mera consequência de expresso texto legal, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 51, I, da Lei 9.099/95 c/c enunciado 20, do FONAJE. Revogo eventual liminar deferida nestes autos. Condeno a parte ausente em custas, a serem cobradas caso renovada a ação, nos termos do disposto no art. 51, § 2º da Lei 9.099/95 c/c com base no enunciado 28, do FONAJE c/c art. 2º, II do Prov. 256/2015, da CGJ/AM. Sem honorários. Custas recursais de lei (preparo), atentando-se para necessidade de pagamento de custas, nos termos do Prov 256/2015, da CGJ-AM. P.R.I. Arquivem-se os autos com baixa na distribuição.

ADV: ELSON MOUZINHO DE ALMEIDA (OAB 6294/AM) - Processo 0612172-62.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERENTE: Regina Aparecida dos Reis Ferraz - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ELSON MOUZINHO DE ALMEIDA (OAB 6294/AM) - Processo 0612640-89.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Honorários Advocatícios - REQUERENTE: Roberto Wallace Souza Rodrigues - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 20283/RJ), ADV: THAÍS LOUREIRO GUERREIRO (OAB 12923/AM), ADV: DIOGO RIBEIRO AYRES (OAB 148491/RJ) - Processo 0612743-96.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Mauren Gubert Bertolini - REQUERIDO: Tim Celular S/A - HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo judicial celebrado entre as partes, com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei 9.099/95, devendo a Secretaria, após cumprimento, arquivar estes autos, independentemente de novo Despacho, por força do artigo 487, III do CPC. Sem custas, de acordo com o artigo 55 da Lei 9.099/95.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0613295-95.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Darcy da Silva Sampaio - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Findo o do julgamento do IRDR nº. 0000511-49.2018.8.04.9000 nas instância ordinárias, não tendo sido comunicado a este juízo eventual concessão de efeito suspensivo naqueles autos, exsurge a necessidade de se dar prosseguimento às ações afetadas pelo incidente de uniformização de jurisprudência. INDEFIRO o pedido de tutela provisória, eis que não caracterizada situação de urgência apta a suscitar antecipação de provimento judicial, sem prejuízo de posterior reanálise em momento oportuno. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 09/03/2020 às 09:00h a ser realizada na sala de audiências deste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência da parte autora em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM) - Processo 0613428-06.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Alilia de Conceição Lyra Mendes - REQUERIDO: Carrefour Comércio e Indústria Ltda. - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Fábio César Olintho de Souza, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Inominado no prazo legal, na forma preconizada pelo artigo 42, § 2º, da Lei 9.099/95.

ADV: LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM) - Processo 0614119-20.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - intimo a parte ré para, no prazo de 10 dias, apresentar resposta e documentos.

ADV: MAURÍLIO SÉRGIO FERREIRA DA COSTA FILHO (OAB 9967/AM), ADV: SÉRGIO SAHDO MEIRELES JÚNIOR (OAB

13241/AM) - Processo 0615198-68.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Adriano Mendonça Costenaro - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Fábio César Olintho de Souza, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Inominado no prazo legal, na forma preconizada pelo artigo 42, § 2º, da Lei 9.099/95.

ADV: DELIAS TUPINAMBÁ VIEIRALVES (OAB 2268/AM), ADV: GUILHERME MATOS CARDOSO (OAB 249787/SP), ADV: DANIELLE AMORIM BATISTA DOS SANTOS (OAB 7109/AM), ADV: DANIEL SANTOS DE ANDRADE (OAB 6733/AM) - Processo 0615241-05.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Manoel Boscá Escudero - REQUERIDO: G T Reparacao Automobilistica Ltda - Johson Controls Ps do Brasil Ltda - Pretenso preparo realizado em cheque, que ostenta a natureza de ordem de pagamento à vista, SEMPRE CONDICIONADO À EXISTÊNCIA DE SALDO NA CONTA DO EMITENTE. Insegurança jurídica sobre o fato de a quantia ter aproveitado aos cofres do e. TJAM, ônus que cabia ao recorrente, do qual não se desincumbiu. Confira(m)-se o() julgado(s) abaixo, ora adotado(s) como mais uma razão de decidir: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE COBRANÇA. PAGAMENTO DO PREPARO REALIZADO POR DEPÓSITO EM TERMINAL DE AUTOATENDIMENTO. DEPÓSITO EM CHEQUE. PAGAMENTO SUJEITO À CONFIRMAÇÃO. AUSÊNCIA DE DOCUMENTO QUE COMPROVE A FINALIZAÇÃO POSITIVA DO SUPRACITADO PAGAMENTO. NÃO COMPROVAÇÃO DO PREPARO. DESERÇÃO QUE SE IMPÕE. RECURSO NÃO CONHECIDO. Se o recorrente não juntar aos autos qualquer documento que comprove a finalização positiva do pagamento do preparo feito por meio de depósito em cheque em terminal bancário de autoatendimento, não há prova do recolhimento do preparo. O preparo deve ser feito independentemente de intimação nas 48 horas seguintes a interposição do recurso, sob pena de deserção. Se o preparo não foi comprovado nos autos no prazo de lei, o recurso deve ser julgado deserto. Recurso não conhecido. (Recurso Inominado nº 00112008004311, 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais/PI, Rel. Haydée Lima de Castelo Branco. j. 21.07.2010, unânime, DJ 06.04.2011). Grifei. Inobservância do art. 42, § 1º da Lei 9.099/95. Recurso deserto. Certifique-se o trânsito em julgado.

ADV: DELIAS TUPINAMBÁ VIEIRALVES (OAB 2268/AM), ADV: DANIELLE AMORIM BATISTA DOS SANTOS (OAB 7109/AM), ADV: GUILHERME MATOS CARDOSO (OAB 249787/SP), ADV: DANIEL SANTOS DE ANDRADE (OAB 6733/AM) - Processo 0615241-05.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Manoel Boscá Escudero - REQUERIDO: G T Reparacao Automobilistica Ltda - Johson Controls Ps do Brasil Ltda - INTIMEM-SE as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor)

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: CÁSSIO CHAVES CUNHA (OAB 12268/PA), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM) - Processo 0615868-43.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - INTIME-SE a parte executada para adimplir voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM), ADV: CARLOS ALEXANDRE M.C.M MATOS (OAB 2364/AM) - Processo 0615908-54.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Carlos Alexandre M.C.M Matos - REQUERIDO: Claro S/A - Por isso, ou seja, sendo mera consequência de expresso texto legal, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 51, I, da Lei 9.099/95 c/c enunciado 20, do FONAJE. Revogo eventual liminar deferida nestes autos. Isento a parte ausente do pagamento em custas, nos termos do disposto no art. 51, § 2º, I, da Lei 9.099/95. Sem honorários. Custas recursais de lei (preparo), atentando-se para necessidade de pagamento de custas, nos termos do Prov 256/2015, da CGJ-AM. P.R.I. Arquivem-se os autos com baixa na distribuição.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM) - Processo 0616078-26.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Embratel TVSAT Telecomunicações S/A - intimo a parte ré para, no prazo de 10 dias, apresentar resposta e documentos.

ADV: LUIZ FERNANDO MAUÉS MARQUES (OAB 4622/AM) - Processo 0616092-10.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Saltec Comercio Serviços e Consultoria Em Informatica Ltda - Isto posto, homologo a desistência e, por conseqüência, JULGO EXTINTO o Processo sem a Apreciação do Mérito, nos termos do art. 51, caput, c/c o art. 485, inciso VIII do CPC. Sem custas e honorários advocatícios, de acordo com o art. 55, caput da Lei 9099/95. Preparo de lei. Após, ARQUIVEM-SE os presentes autos, com as cautelas de praxe.

ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM), ADV: PEDRO NORONHA MONSALVE JÚNIOR (OAB 10511/AM), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB 658A/AM), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 149225/SP), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM) - Processo 0616455-31.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Pedro Noronha Monsalve Júnior - REQUERIDO: Toledo Piza Advogados e outro - INTIME-SE a parte executada para que, caso queira, apresente Embargos à Execução no prazo legal.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: MARVYN BORIS DE OLIVEIRA COSTA (OAB 12571/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0617179-69.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Sandra Maria de Oliveira Gelfenstein - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Defiro a gratuidade processual em prol da parte recorrente - SANDRA MARIA DE OLIVEIRA GELFENSTEIN, eis que comprovados os requisitos necessários para tanto, conforme documento juntado às fls. 28 que comprova o valor recebido de seu benefício. Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: FRANCISCO EDUARDO RIBEIRO JÚNIOR (OAB 5788/AM) - Processo 0617308-06.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Cleidson Fabrício Sousa Silva - Findo o do julgamento do IRDR nº. 0000511-49.2018.8.04.9000 nas instância ordinárias, não tendo sido comunicado a este juízo eventual concessão de efeito suspensivo naqueles autos, exsurge a necessidade de se dar prosseguimento às ações afetadas pelo incidente de uniformização de jurisprudência. INDEFIRO o pedido de tutela provisória, eis que não caracterizada situação de urgência apta a suscitar antecipação de provimento judicial, sem prejuízo de posterior reanálise em momento oportuno. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 10/03/2020 às 11:00h a ser realizada na sala de audiências deste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência da parte autora em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: RODRIGO GONÇALVES DA LUZ PEREIRA (OAB 8520/

AM) - Processo 0617394-74.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria Marluce Moreira da Silva - Por isso, ou seja, sendo mera consequência de expresso texto legal, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 51, I, da Lei 9.099/95 c/c enunciado 20, do FONAJE. Revogo eventual liminar deferida nestes autos. Condeno a parte ausente em custas, a serem cobradas caso renovada a ação, nos termos do disposto no art. 51, § 2º da Lei 9.099/95 c/c com base no enunciado 28, do FONAJE c/c art. 2º, II do Prov. 256/2015, da CGJ/AM. Sem honorários. Custas recursais de lei (preparo), atentando-se para necessidade de pagamento de custas, nos termos do Prov 256/2015, da CGJ-AM. P.R.I. Arquivem-se os autos com baixa na distribuição.

ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM), ADV: KELLY OLIVEIRA - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 9330/AM) - Processo 0617749-84.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Lucas Coutinho Nunes - Findo o do julgamento do IRDR nº. 0000511-49.2018.8.04.9000 nas instância ordinárias, não tendo sido comunicado a este juízo eventual concessão de efeito suspensivo naqueles autos, exsurge a necessidade de se dar prosseguimento às ações afetadas pelo incidente de uniformização de jurisprudência. INDEFIRO o pedido de tutela provisória, eis que não caracterizada situação de urgência apta a suscitar antecipação de provimento judicial, sem prejuízo de posterior reanálise em momento oportuno. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 12/03/2020 às 08:30h a ser realizada na sala de audiências deste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência da parte autora em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: JONATHAN SOLON MELO NUNES (OAB 12119/AM), ADV: SÔNIA REGINA ABREU CABRAL (OAB 4930/AM) - Processo 0617964-94.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Sônia Regina Abreu Cabral - REQUERIDO: Doutor Consulta Manaus Clínica - Medica Eirelli - Ep - Deste modo, estando presente nos autos prova da ciência das partes da decisão prolatada, bem como por verificar não versar a transação sobre direito irrenunciável, vejo por bem HOMOLOGAR, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo judicial celebrado entre as partes com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei 9.099/95, devendo a Secretaria, após cumprimento, arquivar estes autos, independentemente de novo Despacho, por força do art. 487, III, CPC. Sem custas. Em caso de descumprimento, ficam desde já, autorizadas as diligências executivas eventualmente requeridas. P. R. I.

ADV: ESDRA SILVA DOS SANTOS (OAB 15916/O/MT), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0617989-10.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Kennedy Madson Ferreira de Azevedo - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Transfira-se à parte autora o valor incontroverso, bem como restitua-se à ré R$ 1.006,49. Dados bancários de ambas as partes já fornecidos. Após, em nada mais havendo, arquivem-se os autos.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: PATRÍCIA LIMA TEIXEIRA (OAB 8482/AM) - Processo 0618199-61.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jocasta Lima Santos - REQUERIDO: Vivo S/A (Telefônica do Brasil S/A) - Deste modo, estando presente nos autos prova da ciência das partes da decisão prolatada, bem como por verificar não versar a transação sobre direito irrenunciável, vejo por bem HOMOLOGAR, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo judicial celebrado entre as partes com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei 9.099/95, devendo a Secretaria, após cumprimento, arquivar estes autos, independentemente de novo Despacho, por força do art. 487, III, CPC. Sem custas. Em caso de descumprimento, ficam desde já, autorizadas as diligências executivas eventualmente requeridas. P. R. I.

ADV: GEYZA DIANY LIMA DAS CHAGAS (OAB 11855/AM), ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0618279-25.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: André Luiz Souza Pará de Macedo - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - INTIME-SE a parte executada para que, caso queira, apresente Embargos à Execução no prazo legal.

ADV: JEFFERSON BOTELHO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 154/AM), ADV: JEFFERSON CRISTOPHE DE LIMA BOTELHO (OAB 4315/AM) - Processo 0618350-90.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Fabian Alex Tavares Rego - HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo judicial celebrado entre as partes, com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei 9.099/95, devendo a Secretaria, após cumprimento, arquivar estes autos, independentemente de novo Despacho, por força do artigo 487, III do CPC. Sem custas, de acordo com o artigo 55 da Lei 9.099/95.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: MÁRCIO LUIZ DA SILVA TRIBUZY (OAB 11259/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0618388-39.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Rachel Maués da Serra Freire Paes - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: RAPHAELA LUNA MOURA LOBO (OAB 14486/AM), ADV: LAILA JÉSSICA ALENCAR COSTA E SILVA (OAB 9572/AM) - Processo 0619750-76.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Ivã da Silva Marcelo - intimo a parte autora/exequente a fim de que forneça seus dados bancários (banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF), necessários à efetivação do pagamento por meio de transferência eletrônica, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, encaminhem-se os autos à fila de trabalho pertinente a fim de que seja efetuada a transferência eletrônica, cujo prazo para cumprimento pela CEF é de até 72h. Ressalto que o custo da operação é regulado em tabela de valores própria da Caixa Econômica Federal. Concomitantemente, intime-se esta para postular o que entender de direito, relativamente a eventual saldo remanescente/prosseguimento da execução. Prazo de 15 dias.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0620014-59.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Glauber Charles Lemos Nunes - De ordem, intime-se a parte autora para que comprove sua residência indicada na qualificação das fls. 1 através de documento(s) idôneo(s), devidamente atualizado e em seu nome. Prazo de 15 dias.

ADV: RAPHAEL DOUGLAS VIEIRA (OAB 90343/MG) - Processo 0620471-28.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Raphael Douglas Vieira - INTIME-SE a parte executada para que, caso queira, apresente Embargos à Execução no prazo legal.

ADV: JOÃO RICARDO GOMES DA SILVA (OAB 14002/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0621199-35.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Benedita Lucia Rodrigues - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Por isso, ou seja, sendo mera consequência de expresso texto legal, JULGO

EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 51, I, da Lei 9.099/95 c/c enunciado 20, do FONAJE. Revogo eventual liminar deferida nestes autos. Condeno a parte ausente em custas, a serem cobradas caso renovada a ação, nos termos do disposto no art. 51, § 2º da Lei 9.099/95 c/c com base no enunciado 28, do FONAJE c/c art. 2º, II do Prov. 256/2015, da CGJ/AM. Sem honorários. Custas recursais de lei (preparo), atentando-se para necessidade de pagamento de custas, nos termos do Prov 256/2015, da CGJ-AM. P.R.I. Arquivem-se os autos com baixa na distribuição.

ADV: ROZANA RIBEIRO PRAIA (OAB 10234/AM), ADV: ROBERTA SILVA DE SENA (OAB 8956/AM) - Processo 0621209-79.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Leoncio Ribeiro Tavares - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência negativa de fl. antecedente, inclusive, se se referir a AR recebido por terceiros por se tratar de modalidade de citação não admitida no âmbito do JEC, conforme art. 18, I da Lei nº. 9.099/95. A presente intimação não desincumbe a parte de comparecer à eventual audiência designada nos autos. Prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: MARIA EMÍLIA GONÇALVES DE RUEDA (OAB 13788A/AL), ADV: KÁTIA ASSIS RODRIGUES ROCHA (OAB 10320/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: CASSIA TAMIRIS GOMES FERNANDES (OAB 9306/AM), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM) - Processo 0621469-93.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Maria Vieira Lima - REQUERIDO: BradesCard S/A - Cielo S/A e outro - INTIME-SE a parte executada para que, caso queira, apresente Embargos à Execução no prazo legal.

ADV: NAYANE MARIA DA SILVA RODRIGUES (OAB 10962/AM) - Processo 0622257-73.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Life Flores - HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo judicial celebrado entre as partes, com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei 9.099/95, devendo a Secretaria, após cumprimento, arquivar estes autos, independentemente de novo Despacho, por força do artigo 487, III do CPC. Sem custas, de acordo com o artigo 55 da Lei 9.099/95.

ADV: JOÃO RICARDO GOMES DA SILVA (OAB 14002/AM) - Processo 0622335-67.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Lina Costa dos Santos - Por isso, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 485, IV e art. 330, IV c/c 321, CPC/15. Sem custas pretéritas. Sem honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei. P.R.I. Transitada em julgado, certifique-se e baixem-se e arquivem-se os autos sem prévia conclusão.

ADV: LUCIANE DE SOUZA AMAZONAS (OAB 12356/AM) - Processo 0622542-66.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Erivaldo Cabral Ferreira - Por isso, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 485, IV e art. 330, IV c/c 321, CPC/15. Sem custas pretéritas. Sem honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei. P.R.I. Transitada em julgado, certifique-se e baixem-se e arquivem-se os autos sem prévia conclusão.

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0622600-69.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Walter Borges Castelo Branco Filho - Defiro o pedido de dilação de prazo de fl. 21. Prazo de 15 dias. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUCIVANE CARLA DA SILVA (OAB 10109/AM) - Processo 0622713-23.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Vania Maria Negreiros da Silva - Por isso, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 485, IV e art. 330, IV c/c 321, CPC/15. Sem custas pretéritas. Sem honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei. P.R.I. Transitada em julgado, certifique-se e baixem-se e arquivem-se os autos sem prévia conclusão.

ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM), ADV: KELLY OLIVEIRA - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 9330/AM) - Processo 0622820-67.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Fabrício Gonçalves Fernandes Souto - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, considero verossímeis os argumentos do requerente, e visando a evitar dano de difícil reparação, nos termos do art. 300, NCPC, DEFIRO o pedido de tutela de urgência requerido pela parte autora, DETERMINANDO que a ré se abstenha de efetuar o corte no fornecimento do serviço declinado na petição inicial, apenas e tão somente em virtude dos débitos discutidos nos autos, até ulterior deliberação deste Juízo, nos termos do art. 77, do CPC. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 03 de fevereiro de 2020, às 9 horas, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: GABRIEL CASTILHO DOS SANTOS (OAB 10277/AM) - Processo 0622921-07.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Maria do Socorro Lopes Miranda Pereira - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 04 de novembro de 2019, às 14 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: KELMA SOUZA LIMA (OAB 5470/AM) - Processo 0622937-92.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Josimar Rocha da Silva - intimo a parte autora/exequente a fim de que forneça seus dados bancários (banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF), necessários à efetivação do pagamento por meio de transferência eletrônica, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, encaminhem-se os autos à fila de trabalho pertinente a fim de que seja efetuada a transferência eletrônica, cujo prazo para cumprimento pela CEF é de até 72h. Ressalto que o custo da operação é regulado em tabela de valores própria da Caixa Econômica Federal. Concomitantemente, intime-se esta para postular o que entender de direito, relativamente a eventual saldo remanescente/prosseguimento da execução. Prazo de 15 dias.

ADV: GILMAR CESAR DA SILVA SANTOS (OAB 10770/AM) - Processo 0623004-23.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Marques e Souza Construções Ltda - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 31 de janeiro de 2020, às 11 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: ANA HELLEN BRANDÃO FURTADO (OAB 8509/AM), ADV: NELSON CLAY FERNANDES TAVARES (OAB 8453/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0623040-65.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado

Especial Cível - Descontos dos benefícios - REQUERENTE: Nancy Santiago de Lima - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência, eis que inexistente comprovação do periculum in mora alegado, requisito necessário para concessão dessa sorte de tutela (art. 300, caput, CPC). Com efeito, os descontos impugnados vêm sendo lançados há mais de 6 meses, o que transparece sua insuscetibilidade de provocar danos extraordinários ao consumidor. Cumpra-se decisão de fl. 41. P.C.I.

ADV: ALLISSON PHILIPE JOSÉ CRUZ DOS SANTOS (OAB 14908/AM), ADV: DANTON CAVALCANTE BEZERRA (OAB 12258/AM) - Processo 0623528-20.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Shirlana da Costa Oliveira - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 07 de fevereiro de 2020, às 10 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM) - Processo 0624103-62.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Felipe Moura Araújo da Silva - encaminho os autos à fila de trabalho pertinente a fim de que seja efetuada a transferência eletrônica, cujo prazo para cumprimento pela CEF é de até 72h. Ressalto que o custo da operação é regulado em tabela de valores própria da Caixa Econômica Federal. Concomitantemente, intime-se esta para postular o que entender de direito, relativamente a eventual saldo remanescente/prosseguimento da execução. Prazo de 15 dias.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0625082-24.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Kelbia Magalhães de Melo - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Findo o do julgamento do IRDR nº. 0000511-49.2018.8.04.9000 nas instância ordinárias, não tendo sido comunicado a este juízo eventual concessão de efeito suspensivo naqueles autos, exsurge a necessidade de se dar prosseguimento às ações afetadas pelo incidente de uniformização de jurisprudência. INDEFIRO o pedido de tutela provisória, eis que não caracterizada situação de urgência apta a suscitar antecipação de provimento judicial, sem prejuízo de posterior reanálise em momento oportuno. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 11/03/2020 às 10:30h a ser realizada na sala de audiências deste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência da parte autora em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: DANIELLA KARINA KANDA REBELLO (OAB 6576/AM) - Processo 0625300-52.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Eliana Bezerra dos Santos - intimo a parte autora/exequente a fim de que forneça seus dados bancários (banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF), necessários à efetivação do pagamento por meio de transferência eletrônica, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, encaminhem-se os autos à fila de trabalho pertinente a fim de que seja efetuada a transferência eletrônica, cujo prazo para cumprimento pela CEF é de até 72h. Ressalto que o custo da operação é regulado em tabela de valores própria da Caixa Econômica Federal. Concomitantemente, intime-se esta para postular o que entender de direito, relativamente a eventual saldo remanescente/prosseguimento da execução. Prazo de 15 dias.

ADV: EWERTON CARNEIRO DA SILVA (OAB 11062/AM), ADV: ANA BÁRBARA MARTINS BACELAR (OAB 11404/AM) - Processo 0625381-98.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Washington Cordeiro de Carvalho - Findo o do julgamento do IRDR nº. 0000511-49.2018.8.04.9000 nas instância ordinárias, não tendo sido comunicado a este juízo eventual concessão de efeito suspensivo naqueles autos, exsurge a necessidade de se dar prosseguimento às ações afetadas pelo incidente de uniformização de jurisprudência. INDEFIRO o pedido de tutela provisória, eis que não caracterizada situação de urgência apta a suscitar antecipação de provimento judicial, sem prejuízo de posterior reanálise em momento oportuno. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 11/03/2020 às 11:00h a ser realizada na sala de audiências deste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência da parte autora em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: KAIO FELIPE OLIVEIRA FERNANDES (OAB 9102/AM) - Processo 0625440-52.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Silvia Rebeca de Oliveira Marques - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 31 de janeiro de 2020, às 11 horas, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: MÁRIO JOSE CHAGAS PAULAIN JÚNIOR (OAB 7405/AM) - Processo 0625505-47.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Allan Adson Mota Edwards e outro - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, bem como considerando o fato de que o réu informou à fl. 23 que o Hotel NYX já lhe repassara a informação de que a alteração de reservas não será possível para a nova data pretendida, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência, uma vez que remanesce na esfera jurídica de direitos do ente hoteleiro autorizar ou não alterações em datas de hospedagem já regularmente realizadas. Esclareço que se trata, contudo, de relação jurídica havida diretamente com o réu Decolar (hotel que sequer se encontra no polo passivo da lide), razão pela qual não se lhe alforria, do Decolar, obrigação de dar atendimento, da melhor e mais legítima forma, às pretensões de seus clientes. Em suma, estou a indeferir o pleito provisório porque inexistente lastro probatório suficiente para concluir pela responsabilidade específica do hotel por alteração de hospedagem aparentemente ofertada exclusivamente pelo réu. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 31 de janeiro de 2020, às 9 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação,

notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0625582-56.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Adriane Paranatinga Bricio - De ordem, intime-se a parte autora para que emende o pedido d.2) da inicial, a fim de especificar os meses e valores por extenso, que pretende tornar litigiosos, bem como informar o valor pretendido a título de dano material e moral separadamente. Decisão com base nos arts. 38, § u da L. 9.099/95 e 322 e 324, ambos do CPC/15. No mesmo diapasão, deve comprovar sua residência indicada na qualificação das fls. 1 através de documento(s) idôneo(s), devidamente atualizado e em seu nome. Prazo de 15 dias.

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0625611-09.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Enoque Freitas da Silva - De ordem, intime-se a parte autora para que comprove sua residência indicada na qualificação das fls. 1 através de documento(s) idôneo(s), devidamente atualizado e em seu nome. Prazo de 15 dias.

ADV: KAREN BEZERRA ROSA BRAGA (OAB 6617/AM) - Processo 0625659-65.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Arivaldo Cordovil Caxias - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência, eis que inexistente comprovação do periculum in mora alegado, requisito necessário para concessão dessa sorte de tutela (art. 300, caput, CPC). Com efeito, os descontos impugnados vêm sendo lançados há mais de 6 meses, o que transparece sua insuscetibilidade de provocar danos extraordinários ao consumidor. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 31 de janeiro de 2020, às 9 horas, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0625689-37.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Lilian Conegundes Moura - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Findo o do julgamento do IRDR nº. 0000511-49.2018.8.04.9000 nas instância ordinárias, não tendo sido comunicado a este juízo eventual concessão de efeito suspensivo naqueles autos, exsurge a necessidade de se dar prosseguimento às ações afetadas pelo incidente de uniformização de jurisprudência. INDEFIRO o pedido de tutela provisória, eis que não caracterizada situação de urgência apta a suscitar antecipação de provimento judicial, sem prejuízo de posterior reanálise em momento oportuno. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 11/03/2020 às 10:00h a ser realizada na sala de audiências deste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência da parte autora em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0625752-28.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cláusulas Abusivas - RECLAMANTE: Risomar Coelho B. - De ordem, intime-se a parte autora para que emende o pedido e) da inicial, a fim de esclarecer com precisão os meses e valores cobrados impugnados e o valor da repetição, de forma separada, eis que se tratam, a rigor, de pedidos distintos, com base nos arts. 38, § u da L. 9.099/95 e 322 e 324, ambos do CPC/15. No mesmo diapasão, deve comprovar sua residência indicada na qualificação das fls. 1 através de documento(s) idôneo(s), devidamente atualizado e em seu nome. Prazo de 15 dias.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0625753-13.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cláusulas Abusivas - RECLAMANTE: Risomar Coelho B. - De ordem, intime-se a parte autora para que emende o pedido e) da inicial, a fim de esclarecer com precisão os meses e valores cobrados impugnados e o valor da repetição, de forma separada, eis que se tratam, a rigor, de pedidos distintos, com base nos arts. 38, § u da L. 9.099/95 e 322 e 324, ambos do CPC/15. No mesmo diapasão, deve comprovar sua residência indicada na qualificação das fls. 1 através de documento(s) idôneo(s), devidamente atualizado e em seu nome. Prazo de 15 dias.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: ALESSANDRO MORAES DE LIMA (OAB 13413/AM) - Processo 0625767-31.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Wilson Rodrigues Duarte Junior - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - Findo o do julgamento do IRDR nº. 0000511-49.2018.8.04.9000 nas instância ordinárias, não tendo sido comunicado a este juízo eventual concessão de efeito suspensivo naqueles autos, exsurge a necessidade de se dar prosseguimento às ações afetadas pelo incidente de uniformização de jurisprudência. INDEFIRO o pedido de tutela provisória, eis que não caracterizada situação de urgência apta a suscitar antecipação de provimento judicial, sem prejuízo de posterior reanálise em momento oportuno. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 11/03/2020 às 09:30h a ser realizada na sala de audiências deste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência da parte autora em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0625924-67.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Carlos Alberto Carvalho dos Santos - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência, eis que inexistente comprovação do periculum in mora alegado, requisito necessário para concessão dessa sorte de tutela (art. 300, caput, CPC). Com efeito, os descontos impugnados foram realizados há mais de 6 meses, o que transparece sua insuscetibilidade de provocar danos extraordinários ao consumidor. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 31 de janeiro de 2020, às 8 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0626042-43.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado

Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Marcyo Glay de Oliveira Aguiar - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência, eis que inexistente comprovação do periculum in mora alegado, requisito necessário para concessão dessa sorte de tutela (art. 300, caput, CPC). Com efeito, os descontos impugnados vêm sendo lançados há mais de 6 meses, o que transparece sua insuscetibilidade de provocar danos extraordinários ao consumidor. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 07 de fevereiro de 2020, às 10 horas, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: BRUNO DE OLIVEIRA RODRIGUES (OAB 9968/AM), ADV: NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO (OAB 60359/RJ) - Processo 0626068-75.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERENTE: Ione Socorro Nina do Nascimento - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Por isso, JULGO PROCEDENTE EM PARTE O PEDIDO, condenando a parte ré BMG a promover a restituição simples dos valores comprovadamente descontados do contracheque autoral a partir da 13ª cobrança, ou seja, R$ 8.164,47, até o ajuizamento (conforme cálculos de fl. 06). JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO CONTRA O RÉU ITAÚ CONSIGNADO. Na conta de cumprimento da sentença, deverão serem acrescidos os descontos subsequentes ao ajuizamento até a cessação dos mesmos, de forma simples, conforme arts. 323 e 493, ambos do CPC/2015. CONDENO, ainda, a parte ré a PAGAR R$ 1.000,00, A TITULO DE DANOS MORAIS, eis que cobranças indevidas repetidas, em verbas alimentares, são aptas a causá-lo, além do desvio produtivo suportado pelo devedor para se desvencilhar dos descontos em seu contracheque. Como consectário lógico, CONDENO a parte ré a cancelar o cartão de crédito e se abster de efetuar cobranças a partir da competência seguinte à publicação no DJE, sob pena de multa de R$ 1.000,00 por desconto em contracheque, eis que eventual recurso será recebido somente no efeito devolutivo, em relação à obrigação de fazer, nos termos do art. 43 da L. 9.099/95. O cancelamento do cartão se trata de medida que visa encerrar a lide definitivamente e o que reputo mais adequada ao caso, nos termos do art. 6 da L. 9.099/95. Decisão já adaptada aos parâmetros estabelecidos no IRDR nº 0000199-73.2018.8.04.9000. Correção monetária pelos parâmetros usados pelo TJAM, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso (danos materiais) e da presente data (danos morais, S. 362 STJ). Juros de 1% a.m desde a citação. Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei,atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. P.R.I. Baixar e arquivar oportunamente.

ADV: RÚBIA HELENA NASCIMENTO FERREIRA (OAB 9013/AM) - Processo 0626083-10.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Germano Filho Andrade Almeida - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência, eis que não há documentos que comprovem que o autor encontra-se adimplente com as faturas da linha (92) 99102-2434, portanto, inexistente lastro probatório suficiente para caracterizar verossimilhança das alegações, sem prejuízo de posterior reanálise em momento oportuno. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 27 de janeiro de 2020, às 11 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM) - Processo 0626094-39.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Sebastiao Afonso Barros de Almeida - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 27 de janeiro de 2020, às 11 horas, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0626166-26.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Alessandro Ferreira Rebouças - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência, eis que não há documentos que comprovem que o valor originalmente contratado foi de R$ 309,90, portanto, inexistente o lastro probatório suficiente para caracterizar verossimilhança das alegações, sem prejuízo de posterior reanálise em momento oportuno. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 27 de janeiro de 2020, às 9 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: SANDRO ABREU TORRES (OAB 4078/AM) - Processo 0626184-47.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Eduardo Augusto de Oliveira - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 18 de novembro de 2019, às 11 horas, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: KÉLIA SIMONE DE SOUSA RÊGO (OAB 5140/AM) - Processo 0626249-42.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Paulo Ernesto de Alencar Araripe Bastos - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência, eis que o documento de fl. 15 não comprova que a negativação de fl. 12 se refere ao mês que o autor declara já ter efetuado o pagamento e que gerou a restrição em seu CPF, portanto, inexistente o lastro probatório suficiente para caracterizar verossimilhança das alegações, sem prejuízo de posterior reanálise em momento oportuno. Cite-se a parte ré para comparecimento à

audiência de conciliação designada para o dia 27 de janeiro de 2020, às 9 horas, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: DAVID SALEON GOMES ABECASSIS (OAB 9614/AM) - Processo 0626286-69.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Ana Karolina do Nasicmento Pinheiro - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 27 de janeiro de 2020, às 8 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0626292-76.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Me - Efetuada a penhora, em se tratando de valor pecuniário em espécie, proceda o Sr. Oficial de Justiça ao imediato depósito em conta judicial à disposição deste Juízo, apresentando nos autos a respectiva comprovação documental, bem como intime-se o devedor para que compareça à audiência de conciliação designada para o dia 24 de janeiro de 2020, às 11 horas e 30 minutos, quando poderá oferecer embargos, por escrito ou verbalmente, conforme dispõe o Art. 52, IX da Lei n° 9.099/95. Notifique-se o exequente para que, na audiência, deposite o original do título em Secretaria, caso frustrada a conciliação. P.C.I.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0626301-38.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Arianny Vitoria do Vale Cidade Mar - De ordem, intime-se a parte autora para que emende o pedido VI) da inicial, a fim de especificar os meses e valores por extenso, que pretende tornar litigiosos e declarar inexistentes. Decisão com base nos arts. 38, § u da L. 9.099/95 e 322 e 324, ambos do CPC/15. No mesmo diapasão, deve comprovar sua residência indicada na qualificação das fls. 1 através de documento(s) idôneo(s), devidamente atualizado e em seu nome. Prazo de 15 dias.

ADV: FRANCISCO NASCIMENTO MARQUES (OAB 1192/AM), ADV: FABRIZZIO GADELHA SOUZA (OAB 13057/AM) - Processo 0626320-44.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Hugo Paiva Tavares de Souza - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 07 de fevereiro de 2020, às 9 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: STHEFANO MALHEIROS SANTANA DE ALMEIDA (OAB 18501/MT) - Processo 0626328-21.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Energia Elétrica - REQUERENTE: Adriana Ribeiro dos Santos - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 07 de fevereiro de 2020, às 9 horas, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0626346-42.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Geraldo Dacio Aparicido - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 07 de fevereiro de 2020, às 8 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0626376-77.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Heleno Gonçalves Monteiro - De ordem, intime-se a parte autora para que emende o pedido g) da inicial, a fim de especificar os meses e valores por extenso, que pretende tornar litigiosos e declarar inexistentes. Decisão com base nos arts. 38, § u da L. 9.099/95 e 322 e 324, ambos do CPC/15. Prazo de 15 dias.

ADV: JOÃO EDUARDO CIDADE HOUNSELL (OAB 14323/AM) - Processo 0626386-24.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: João Eduardo Cidade Hounsell - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 10 de fevereiro de 2020, às 9 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0626393-16.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Romeu Reis Barbosa Vasconcelos de Azevedo - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 03 de fevereiro de 2020, às 11 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM) - Processo 0626410-52.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria de Fátima Ferreira da Silva Penatti - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 03 de fevereiro de 2020, às 11 horas, a ser realizada neste JEC. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta,

eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: MARIA CLÁUDIA SOUSA DA SILVA (OAB 1082A/AM) - Processo 0626422-66.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Dívida Ativa - REQUERENTE: Uatumã Turismo e Eventos Eireli - De ordem, intime-se a parte autora para que junte aos autos documento de identidade e comprovante de residência do sócio-representante. No mesmo diapasão, deve colacionar aos autos Memorial de Cálculo atualizado referente ao valor constate no Título Executivo Extrajudicial posto em litígio, conforme art. 798, I, b) do CPC. Prazo de 15 dias.

ADV: JORGE HENRIQUE SILVA DE MELO (OAB 7999/AM) - Processo 0626430-43.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Prime Desenvolvimento Profissional Eireli - Me - Efetuada a penhora, em se tratando de valor pecuniário em espécie, proceda o Sr. Oficial de Justiça ao imediato depósito em conta judicial à disposição deste Juízo, apresentando nos autos a respectiva comprovação documental, bem como intime-se o devedor para que compareça à audiência de conciliação designada para o dia 03 de fevereiro de 2020, às 10 horas, quando poderá oferecer embargos, por escrito ou verbalmente, conforme dispõe o Art. 52, IX da Lei n° 9.099/95. Notifique-se o exequente para que, na audiência, deposite o original do título em Secretaria, caso frustrada a conciliação. P.C.I.

ADV: STHEFANO MALHEIROS SANTANA DE ALMEIDA (OAB 18501/MT) - Processo 0626437-35.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Energia Elétrica - REQUERENTE: Ellem Cristina Cascais da Silva - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 03 de fevereiro de 2020, às 10 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: HADER DA FONSECA ALMEIDA (OAB 10118/AM) - Processo 0626468-55.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Etiene Freitas Trindade - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 03 de fevereiro de 2020, às 9 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM) - Processo 0626610-59.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Marcos Orleilson dos Santos Marques - De ordem, intime-se a parte autora para que emende o pedido 6) da inicial, a fim de esclarecer com precisão os meses e valores cobrados impugnados e o valor da repetição, de forma separada, eis que se tratam, a rigor, de pedidos distintos, com base nos arts. 38, § u da L. 9.099/95 e 322 e 324, ambos do CPC/15. No mesmo diapasão, deve comprovar sua residência indicada na qualificação das fls. 1 através de documento(s) idôneo(s), devidamente atualizado e em seu nome. Prazo de 15 dias.

ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM) - Processo 0626621-88.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Extinção - REQUERENTE: Haroldo Bandeira da Silva - De ordem, intime-se a parte autora para comprove sua residência indicada na qualificação das fls. 1 através de documento(s) idôneo(s), devidamente atualizado e em seu nome. No mesmo diapasão, deve apresentar uma planilha de cálculos demonstrando os meses e valores que pretende tonar litigiosos. Prazo de 15 dias.

ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM) - Processo 0626627-95.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Paula Gomes de Almeida - De ordem, intime-se a parte autora para que emende o pedido 4) da inicial, a fim de esclarecer com precisão os meses e valores cobrados impugnados e o valor da repetição, de forma separada, eis que se tratam, a rigor, de pedidos distintos, com base nos arts. 38, § u da L. 9.099/95 e 322 e 324, ambos do CPC/15. Prazo de 15 dias.

ADV: RODRIGO DOS SANTOS XAVIER (OAB 13762/AM) - Processo 0626636-57.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Alexandro Araujo da Silva - De ordem, intime-se a parte autora para que emende o pedido 5) da inicial, a fim de especificar os mês e valor por extenso, que pretende tornar litigioso e que ocasionou a negativação em seu CPF. Decisão com base nos arts. 38, § u da L. 9.099/95 e 322 e 324, ambos do CPC/15. No mesmo diapasão, deve comprovar sua residência indicada na qualificação das fls. 1 através de documento(s) idôneo(s), devidamente atualizado e em seu nome. Prazo de 15 dias.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM) - Processo 0626652-45.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Jair Lima da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Findo o do julgamento do IRDR nº. 0000511-49.2018.8.04.9000 nas instância ordinárias, não tendo sido comunicado a este juízo eventual concessão de efeito suspensivo naqueles autos, exsurge a necessidade de se dar prosseguimento às ações afetadas pelo incidente de uniformização de jurisprudência. INDEFIRO o pedido de tutela provisória, eis que não caracterizada situação de urgência apta a suscitar antecipação de provimento judicial, sem prejuízo de posterior reanálise em momento oportuno. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 11/03/2020 às 08:30h a ser realizada na sala de audiências deste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência da parte autora em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: EDMILSON LUCENA DOS SANTOS JÚNIOR (OAB 6030/AM) - Processo 0627541-96.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Descontos Indevidos - REQUERENTE: L.s.souza-me - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Findo o do julgamento do IRDR nº. 0000511-49.2018.8.04.9000 nas instância ordinárias, não tendo sido comunicado a este juízo eventual concessão de efeito suspensivo naqueles autos, exsurge a necessidade de se dar prosseguimento às ações afetadas pelo incidente de uniformização de jurisprudência. INDEFIRO o pedido de tutela provisória, eis que não caracterizada situação de urgência apta a suscitar antecipação de provimento judicial, sem prejuízo de posterior reanálise em momento oportuno. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 11/03/2020 às 09:00h a ser realizada na sala de audiências deste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência da parte autora em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação,

apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: WILLIAN DO NASCIMENTO TELLES (OAB 9688/AM) - Processo 0627877-03.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Felipe Douglas Trigueiro Duk - INTIME-SE a parte executada para que, caso queira, apresente Embargos à Execução no prazo legal.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: CRISTIANO MENEGHETTI PEDROSO (OAB 11813/AM), ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM) - Processo 0627916-97.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Eunice de Medeiros Oliveira e outro - REQUERIDO: Florence Garden Empreendimento Imobiliário Spe Ltda. - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Fábio César Olintho de Souza, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Inominado no prazo legal, na forma preconizada pelo artigo 42, § 2º, da Lei 9.099/95.

ADV: LÍCIA NASCIMENTO HAYDEN XIMENDES (OAB 9085/AM) - Processo 0628311-89.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Thiago Bento Ximendes - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: LUNA DE SOUZA FERNANDES (OAB 12663/AM) - Processo 0629297-43.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Sandra Lúcia Loureiro de Queiroz Lima - Trata-se de pedido de indisponibilidade de ativos financeiros da parte executada antes da citação para pagar a dívida. Verifico que não consta nos autos diligência que comprove o efetivo chamamento da executada ao processo, tampouco indícios de sua ocultação. Rememore-se que o art. 239 do CPC/2015 dispõe que para a validade do processo é indispensável a citação do réu ou do executado. Ainda sobre o tema, confira-se o elucidativo julgado: TRF2-0111550 - PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CPC/1973. EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL. ARRESTO ON-LINE. BACEN JUD. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. [...] 5. Não localizado patrimônio do devedor para viabilizar o arresto Executivo, e à falta de indícios de sua ocultação ou dilapidação para justificar a medida eletrônica com base no poder geral de cautela, a indisponibilidade de ativos financeiros pelo Bacen Jud antes da citação dos executados viola o devido processo legal. Aplicação do art. 653, do CPC/1973, e correlato art. 830 do CPC/2015. Precedente: TRF4, AG 5048751-56.2015.404.0000, Terceira Turma, Rel. Des. Fernando Quadros da Silva, jul. 05.04.2016. 6. A exequente pode valer-se da citação por edital, e depois, se for o caso, da via eletrônica para localizar bens dos devedores. 7. O art. 854 do CPC/2015, incluído na Subseção Penhora de Dinheiro em Depósito ou em Aplicação Financeira, não excepciona a angularização da relação processual. Ao disciplinar a penhora, o art. 829 do novo diploma processual cogita da prévia citação do executado para pagar a dívida, dispensando esse art. 854 apenas a intimação do devedor do decisum que ordenar a penhora online, evitando eventual manobra para frustrar a execução. 8. Agravo de instrumento desprovido. (Agravo de Instrumento nº 0001817-48.2016.4.02.0000, 6ª Turma Especializada do TRF da 2ª Região, Rel. Antônio Henrique Correa da Silva. j. 28.04.2016). Por essa razão, indefiro o pedido de penhora on-line. Prazo de 15 dias para que o exequente formule pedido apto a viabilizar a citação do executado.

ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0629739-09.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rosaelaine Ramos Smith da Rocha - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Por isso, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 485, IV e art. 330, IV c/c 321, CPC/15. Sem custas pretéritas. Sem honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei. P.R.I. Transitada em julgado, certifique-se e baixem-se e arquivem-se os autos sem prévia conclusão.

Adson Pinho Pinto (OAB 5850/AM)
Alan Hergerton Façanha (OAB 9353/AM)
Aleir Cardoso de Oliveira (OAB A1253/AM)
Alessandro da Silva Calado (OAB 11768/AM)
ALESSANDRO MORAES DE LIMA (OAB 13413/AM)
Alexandre Paes Barreto Saraiva (OAB 8838/AM)
Alexandre Pessoa Simplicio (OAB 12434/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
ALEXMAR DA COSTA MELO (OAB 10133/AM)
Allisson Philipe José Cruz dos Santos (OAB 14908/AM)
Ana Bárbara Martins Bacelar (OAB 11404/AM)
Ana Carolina Bezerra de Freitas (OAB 7698/AM)
Ana Hellen Brandão Furtado (OAB 8509/AM)
Ana Maria da Silva Noronha (OAB 9569/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
André Barbosa Assam (OAB 10404/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Anny Carolliny Moreira Cavalcante de Araújo (OAB 8647/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Jarlison Pires da Silva (OAB 12261/AM)
Assurbanipal de Freitas Braga (OAB 8883/AM)
Bruno de Oliveira Rodrigues (OAB 9968/AM)
BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR)
BRUNO NUNES FERREIRA (OAB 11020AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Camila Cordeiro Batista (OAB 10930/AM)
Carlos Alexandre M.C.M Matos (OAB 2364/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 20283/RJ)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Carmem Mello Moura (OAB 3649/AM)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
Cassia Tamiris Gomes Fernandes (OAB 9306/AM)
Cássio Chaves Cunha (OAB 12268/PA)
Christianne Gomes da Rocha (OAB 18305A/PB)
CHRYSSE MONTEIRO CAVALCANTE (OAB 7984/AM)
Cleber de Oliveira Lima (OAB 13770/AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Cristiano Meneghetti Pedroso (OAB 11813/AM)
Daniel Santos de Andrade (OAB 6733/AM)
Daniella Karina Kanda Rebello (OAB 6576/AM)
Danielle Amorim Batista dos Santos (OAB 7109/AM)
Danton Cavalcante Bezerra (OAB 12258/AM)
David Saleon Gomes Abecassis (OAB 9614/AM)
Delias Tupinambá Vieiralves (OAB 2268/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Diogo Ribeiro Ayres (OAB 148491/RJ)
Edmilson Lucena dos Santos Júnior (OAB 6030/AM)
Edney Wilson da Silva Calderaro (OAB 10794/PA)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Elson Marcelo Lima de Souza (OAB 9903/AM)
Elson Mouzinho de Almeida (OAB 6294/AM)
Elson Rodrigues de Andrade Filho (OAB 5753/AM)
Érico Caboclo de Macedo (OAB 7685/AM)
Erika Naiana D'Aquino Pires (OAB 590A/AM)
Esdra Silva dos Santos (OAB 15916/O/MT)
Eudeilton de Souza Bezerra (OAB 13388/AM)
Evaldo Lucio da Silva (OAB 10462/MT)
Ewerton Carneiro da Silva (OAB 11062/AM)
Fábio Cristiano Moura de Freitas (OAB 10756/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Fabrizzio Gadelha Souza (OAB 13057/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB 658A/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 96864/MG)
Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB 109730/MG)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Francisco Eduardo Ribeiro Júnior (OAB 5788/AM)
Francisco Nascimento Marques (OAB 1192/AM)
Gabriel Castilho dos Santos (OAB 10277/AM)
Gabriel da Cruz Lauria (OAB 11778/AM)
Geyza Diany Lima das Chagas (OAB 11855/AM)

Gilmar Cesar da Silva Santos (OAB 10770/AM)
Guilherme Matos Cardoso (OAB 249787/SP)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Gustavo Henrique dos Santos Viseu (OAB 117417/SP)
Guttemberg Alencar Viana (OAB 9698/AM)
Hader da Fonseca Almeida (OAB 10118/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Ingryd dos Santos Mousse (OAB 8304/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Ives Alencar Albuquerque (OAB 5621/AM)
JANAINA TATHIANE CARVALHO DE SOUZA (OAB 10353/AM)
Jefferson Botelho Sociedade Individual de Advocacia (OAB 154/AM)
Jefferson Cristophe de Lima Botelho (OAB 4315/AM)
Jerônimo Pereira da Silva Neto (OAB 9509/AM)
Joaab Melo Barbosa (OAB 8348/AM)
João Batista Andrade de Queiroz (OAB 2372/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João Eduardo Cidade Hounsell (OAB 14323/AM)
João Ricardo Gomes da Silva (OAB 14002/AM)
Joelmir Ricardo Gonçalves (OAB 509/AM)
Jonathan Solon Melo Nunes (OAB 12119/AM)
Jonilson Maia Pereira (OAB 7871/AM)
Jorge Henrique Silva de Melo (OAB 7999/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
Juarez Camelo Rosa (OAB 2695/AM)
Kaio Felipe Oliveira Fernandes (OAB 9102/AM)
Karen Bezerra Rosa Braga (OAB 6617/AM)
Kátia Assis Rodrigues Rocha (OAB 10320/AM)
Keila Regina de Almeida Rêgo (OAB 7478/AM)
Kélia Simone de Sousa Rêgo (OAB 5140/AM)
Kelly Anne Corrêa de Oliveira (OAB 9330/AM)
Kelly Oliveira - Sociedade Individual de Advocacia (OAB 9330/AM)
Kelma Souza Lima (OAB 5470/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Laila Jéssica Alencar Costa e Silva (OAB 9572/AM)
LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM)
Leandro Kazuyuki Takahashi (OAB 12343/AM)
LÍCIA NASCIMENTO HAYDEN XIMENDES (OAB 9085/AM)
Luciane de Souza Amazonas (OAB 12356/AM)
Lucivane Carla da Silva (OAB 10109/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luis Felipe Procópio de Carvalho (OAB 303905/SP)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Felipe Procópio de Carvalho (OAB 101488/MG)
Luiz Fernando Maués Marques (OAB 4622/AM)
Luna de Souza Fernandes (OAB 12663/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Marcelo Tostes de Castro Maia (OAB 63440/MG)
MÁRCIO LUIZ DA SILVA TRIBUZY (OAB 11259/AM)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos Fábio Oliveira de Lima (OAB 11070/AM)
Maria Cláudia Sousa da Silva (OAB 1082A/AM)
Maria Emília Gonçalves de Rueda (OAB 13788A/AL)
Mário Alberto da Fonseca Monteiro Júnior (OAB 1431/AM)
Mário Diego de Souza Parisotto (OAB 10779/AM)
Mário Jose Chagas Paulain Júnior (OAB 7405/AM)
Marvyn Boris de Oliveira Costa (OAB 12571/AM)
Matheus Araújo Muniz (OAB 7626/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Maurílio Sérgio Ferreira da Costa Filho (OAB 9967/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Milcyete Braga Assayag (OAB 5006/AM)
Moisés Batista de Souza (OAB 149225/SP)
Moisés Batista de Souza (OAB 469A/AM)
Nayane Maria da Silva Rodrigues (OAB 10962/AM)
Nelson Clay Fernandes Tavares (OAB 8453/AM)
Nelson Monteiro de Carvalho Neto (OAB 60359/RJ)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Patrícia Lima Teixeira (OAB 8482/AM)
Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (OAB 8766/AM)
Paulo de Oliveira Onety Neto (OAB 14637/AM)
PAULO RUBENS OZEKI PIMENTEL FUNAKI (OAB 11033/AM)
Pedro Noronha Monsalve Júnior (OAB 10511/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Raphael Douglas Vieira (OAB 90343/MG)
Raphaela Luna Moura Lobo (OAB 14486/AM)
Rayane Cristina Carvalho Lins (OAB 4544/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Renato Fernandes Mariano (OAB 8246/AM)
Roberta Silva de Sena (OAB 8956/AM)
Roberto Alves (OAB 9258/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo dos Santos Xavier (OAB 13762/AM)
Rodrigo Gonçalves da Luz Pereira (OAB 8520/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Roicildo Pingarilho Martins (OAB 4136/AM)
Ronaldo Gomes Pereira (OAB 9187/AM)
Rozana Ribeiro Praia (OAB 10234/AM)
Rúbia Helena Nascimento Ferreira (OAB 9013/AM)
Sandro Abreu Torres (OAB 4078/AM)
Sérgio Sahdo Meireles Júnior (OAB 13241/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Simone Batista da Silva (OAB 5778/AM)
Sônia Regina Abreu Cabral (OAB 4930/AM)
Sthefano Malheiros Santana de Almeida (OAB 18501/MT)
Tatiana Muniz Sabbá Guimarães (OAB 6104/AM)
Thaís Loureiro Guerreiro (OAB 12923/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Victor Hugo Trindade Simões (OAB 9286/AM)
Vitor Vilhena Gonçalo da Silva (OAB 6502/AM)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Willian do Nascimento Telles (OAB 9688/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

7ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0219/2019

ADV: BRUNO DE MELO MACIEL (OAB 189411/RJ) - Processo 0201247-38.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: British Airways Plc - HOMOLOGO, por sentença, o acordo entabulado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o parágrafo único, do art. 22, da Lei 9.099/95. Determino à Secretaria que ultime o arquivamento dos autos e dê-se baixa em eventual RENAJUD ou BACENJUD realizado nos autos, independentemente de outro despacho. Isso posto, JULGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fulcro no art. 487, III, CPC. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei 9.099/95.

ADV: NAUDAL RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 4068/AM), ADV: RODRIGO RODRIGUES DIAS DE ALMEIDA (OAB 2518/

AM), ADV: ANGÉLICA MARIA MONTEIRO DUARTE (OAB 2659/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0201920-65.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - INTIME-SE a PARTE RÉ, em uma das formas do art. 513, §2º, do CPC/2015, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o pagamento do valor de R$ 17.154,70, com a devida comprovação e juntada de guia de pagamento, a qual contém o número da conta judicial gerada quando de sua emissão, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, caput e §1°, do CPC.

ADV: ANNE CAROLINE CASTRO SILVA (OAB 11421/AM), ADV: CARLOS ANTÔNIO NOGUEIRA DA SILVA (OAB 6943/AM) - Processo 0205562-46.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Espécies de Contratos - REQUERIDA: Janaina Gomes Rodrigues - Epp - INTIME-SE a PARTE RÉ, em uma das formas do art. 513, §2º, do CPC/2015, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o pagamento do valor R$ 7.147,59 com a devida comprovação e juntada de guia de pagamento, a qual contém o número da conta judicial gerada quando de sua emissão, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, caput e §1°, do CPC.

ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM) - Processo 0206001-57.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Oi - INTIME-SE a PARTE RÉ, em uma das formas do art. 513, §2º, do CPC/2015, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o pagamento do valor R$ 3.214,17, com a devida comprovação e juntada de guia de pagamento, a qual contém o número da conta judicial gerada quando de sua emissão, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, caput e §1°, do CPC.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM) - Processo 0600009-84.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - INTIME-SE a PARTE RÉ, em uma das formas do art. 513, §2º, do CPC/2015, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o pagamento do valor de R$ 2.743,91, com a devida comprovação e juntada de guia de pagamento, a qual contém o número da conta judicial gerada quando de sua emissão, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, caput e §1°, do CPC.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0600192-21.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - INTIME-SE a PARTE RÉ, em uma das formas do art. 513, §2º, do CPC/2015, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o pagamento do valor indicado pela parte autora, com a devida comprovação e juntada de guia de pagamento, a qual contém o número da conta judicial gerada quando de sua emissão, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, caput e §1°, do CPC.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0600305-09.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERIDO: Banco BMG S/A - INTIME-SE a PARTE RÉ, em uma das formas do art. 513, §2º, do CPC/2015, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o pagamento do valor do saldo remanescente indicado pela parte autora, qual seja R$ 12.829,49, a título de dano material, e R$ 20.000,00, referente à multa, com a devida comprovação e juntada de guia de pagamento, a qual contém o número da conta judicial gerada quando de sua emissão, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, caput e §1°, do CPC.

ADV: GIÁCOMO DINELLY LIMA (OAB 9753/AM), ADV: LEONARDO LUIZ TAVANO (OAB 173965/SP), ADV: MARIA EMÍLIA GONÇALVES DE RUEDA (OAB 13788A/AL), ADV: MARIA EMÍLIA GONÇALVES DE RUEDA (OAB 23748/PE) - Processo 0601177-87.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERIDO: Restoque Comércio e Confecções de Roupas S/A - Cielo S/A - INTIME-SE a PARTE RÉ, em uma das formas do art. 513, §2º, do CPC/2015, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o pagamento do valor indicado pela parte autora, com a devida comprovação e juntada de guia de pagamento, a qual contém o número da conta judicial gerada quando de sua emissão, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, caput e §1°, do CPC.

ADV: TALVANI FRANCO LEITE BRITO (OAB 680A/AM), ADV: SUERDA CARLA CAMPOS MORAIS DE ARAÚJO (OAB 4083/AM) - Processo 0601492-18.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: EUCATUR - Empresa União Cascavel de Transportes e Turismo Ltda. - Verifico que a parte autora requereu o cumprimento de sentença e nele estipulou o valor das custas processuais como valor a ser pago pela parte ré em seu favor. Contudo, tal valor é em favor do Tribunal, por se tratar de tributo. Ainda, basta uma leitura atenta aos autos que se verificaria que tais custas já foram recolhidas no momento da interposição do recurso, vide fl. 173. Logo, atendeu ao que impõe o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM. INTIME-SE a PARTE RÉ, em uma das formas do art. 513, §2º, do CPC/2015, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o pagamento do valor indicado pela parte autora, com a devida comprovação e juntada de guia de pagamento, a qual contém o número da conta judicial gerada quando de sua emissão, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, caput e §1°, do CPC.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0601636-26.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - INTIME-SE a PARTE RÉ, em uma das formas do art. 513, §2º, do CPC/2015, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o pagamento do valor de R$ 16.116,80, com a devida comprovação e juntada de guia de pagamento, a qual contém o número da conta judicial gerada quando de sua emissão, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, caput e §1°, do CPC.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0602770-20.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Célia da Graças de Oliveira Rocha - Diante do exposto, sem maiores considerações a respeito da lide, JULGO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO A PRESENTE DEMANDA, nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei 9.099/95. Condeno o Requerente ao pagamento das custas processuais para o ajuizamento de nova reclamação sobre o mesmo objeto da presente lide.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: JOYCE HELEN HOLANDA MARINHEIRO (OAB 7519/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM) - Processo 0603671-56.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Corrijo de ofício a decisão de fl. 590, em virtude de nela não consignar no dispositivo o valor a ser pago, indicou o valor indicado pela parte autora, quando na própria decisão havia sido informado que o valor indicado estava errado. Portanto, INTIME-SE a PARTE RÉ, em uma das formas do art. 513, §2º, do CPC/2015, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o pagamento do valor de R$ 6.202,13, com a devida comprovação e juntada de guia de pagamento, a qual contém o número da conta judicial gerada quando de sua emissão, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, caput e §1°, do CPC.

ADV: ELIAS BINDÁ DE CARVALHO JÚNIOR (OAB 8571/AM), ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM) - Processo 0604131-43.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: A.M.O. - REQUERIDA: A.C.C.M. - Com relação à petição de fls. 217/220, não apresentou qualquer prova a parte embargante de que aqueles valores bloqueados eram alimentos, apenas arguiu, nada provando por meio de documentos. Advirto à parte embargante que somente foi feito um bloqueio e alcançado o valor não se está mais fazendo bloqueios Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTES os presentes Embargos à Execução.

CERTIFICADO o trânsito em julgado dessa sentença de Embargos à Execução, EXPEÇA-SE alvará ao Embargado, com as devidas transferências. Após, ARQUIVEM-SE os autos se o exequente nada mais requerer. Havendo interposição do recurso, obste tais atos do parágrafo anterior e façam-me conclusos os autos.

ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM), ADV: ABRAHIM JEZINI JÚNIOR (OAB 8073/AM) - Processo 0604536-16.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Aliete Braga da Silva - REQUERIDO: BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A - Atendendo ao Acórdão de Mandado de Segurança que concedeu a segurança para recebimento do recurso inominado interposto pela parte ré, o qual não é possível visualizar no Sistema SAJ/PG5, DETERMINO à parte ré que apresente o recurso inominado protocolado à época para que assim possa ser recebido de acordo com a ordem judicial. Dou-lhe o prazo de 10 (dez) dias, caso não haja a apresentação do recurso, proceda com a remessa dos autos independentemente de nova decisão a fim de que não haja desobediência à concessão de segurança. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: EULEN OLIVEIRA FRAZÃO (OAB 10903/AM) - Processo 0605411-78.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Dívida Ativa - EXEQUENTE: Vera Lucia Pinheiro Marques - EXECUTADO: Banco Bradesco S/A - HOMOLOGO, por sentença, o acordo entabulado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o parágrafo único, do art. 22, da Lei 9.099/95. Determino à Secretaria que ultime o arquivamento dos autos e dê-se baixa em eventual RENAJUD ou BACENJUD realizado nos autos, independentemente de outro despacho. Isso posto, JULGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fulcro no art. 487, III, CPC. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei 9.099/95.

ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: ALEXANDRE FREITAS SILVA (OAB 79829/MG) - Processo 0605988-56.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Jessica Fernanda de Andrade - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - Chamo o feito a ordem para tornar sem efeito a decisão de fl. 134, a qual não possuía conteúdo decisório. Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo/custas impostos pela Lei 9.099/95 e o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, RECEBO o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, a mesma deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95. Portanto, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, oferecer contrarrazões no prazo de 10 dias (art. 42, §2º, da Lei 9.099/95). Decorrido o referido prazo, com ou sem as contrarrazões, REMETAM-SE estes autos à Turma Recursal. Cumpra-se.

ADV: ERIC RAFAEL MACEDO DE CARVALHO (OAB 10485/AM) - Processo 0607441-49.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Marcilio Timoteo Ferreira - Diante do exposto, com arrimo no art. 321, parágrafo único, c/c art. 485, III, Código de Processo Civil, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL E JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0608412-42.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Bradesco Vida e Previdência S/A - INTIME-SE a PARTE RÉ, em uma das formas do art. 513, §2º, do CPC/2015, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o pagamento do valor de R$ 8.160,03, com a devida comprovação e juntada de guia de pagamento, a qual contém o número da conta judicial gerada quando de sua emissão, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, caput e §1°, do CPC.

ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM) - Processo 0608497-57.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Manf Restaurante Eireli - INTIME-SE a PARTE AUTORA, em uma das formas do art. 513, §2º, do CPC/2015, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o pagamento do valor de R$ 5.325,13, com a devida comprovação e juntada de guia de pagamento, a qual contém o número da conta judicial gerada quando de sua emissão, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, caput e §1°, do CPC.

ADV: LUANA PEREIRA RÉGIS (OAB 9340/AM) - Processo 0609370-62.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: REGINADO DOS SANTOS REGIS - INTIME-SE a parte interessada para, no prazo de 05 (cinco) dias, indicar uma única conta bancária apta, em nome de um dos autorizados para levantamento dos valores, além de nome completo e CPF/CNPJ do autorizado, a fim de que se faça a transferência eletrônica de valores via Alvará Eletrônico. Em igual prazo, requeira o que lhe achar de direito, em vista da diferença entre cálculo apresentado pelo autor e comprovante de pagamento apresentado pelo réu.

ADV: JULIE STEPHANE LIMA BRUCE (OAB 8096/AM) - Processo 0609380-72.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Janderson Fernandes Ribeiro - INTIME-SE a parte interessada para, no prazo de 05 (cinco) dias, indicar uma única conta bancária apta, em nome de um dos autorizados para levantamento dos valores, além de nome completo e CPF/CNPJ do autorizado, a fim de que se faça a transferência eletrônica de valores via Alvará Eletrônico.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0609412-14.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: BANCO BRADESCO S.A - INTIME-SE a PARTE RÉ, em uma das formas do art. 513, §2º, do CPC/2015, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o pagamento do valor indicado pela parte autora, qual seja o de R$ 3.000,00, com a devida comprovação e juntada de guia de pagamento, a qual contém o número da conta judicial gerada quando de sua emissão, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, caput e §1°, do CPC.

ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: GUSTAVO ANTÔNIO FERES PAIXÃO (OAB 95502/RJ), ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM) - Processo 0609949-39.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Overbooking - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - INTIME-SE a PARTE RÉ, em uma das formas do art. 513, §2º, do CPC/2015, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o pagamento do valor indicado pela parte autora, com a devida comprovação e juntada de guia de pagamento, a qual contém o número da conta judicial gerada quando de sua emissão, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, caput e §1°, do CPC.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: RAMI YURI MENEZES GAMA (OAB 8933/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0609997-95.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Banco Agiplan S.a (Banco Gerador) - INTIME-SE a PARTE RÉ, em uma das formas do art. 513, §2º, do CPC/2015, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o pagamento do valor do saldo remanescente indicado pela parte autora, com a devida comprovação e juntada de guia de pagamento, a qual contém o número da conta judicial gerada quando de sua emissão, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, caput e §1°, do CPC.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM) - Processo 0610976-28.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERIDO: Banco BMG S/A - INTIME-SE a PARTE RÉ, em uma das formas do art. 513, §2º, do CPC/2015, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o pagamento do valor indicado pela parte autora, com a devida comprovação e juntada de guia de pagamento, a

qual contém o número da conta judicial gerada quando de sua emissão, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, caput e §1°, do CPC.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM) - Processo 0611490-73.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Ana Rita Macedo de Lacerda - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Por isso, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO em face da parte ré Banco Bradesco, DECLARANDO nula e inexigível a cobrança denominada "ABM BRASIL ASSOC. BENEF. MUTUA ASS." e "PSERV", devendo a parte ré abster-se de efetuar a referida cobrança, sob pena de R$ 1.000,00 por cobrança futura, limitada eventual consolidação a R$ 10.000,00; CONDENANDO A PARTE RÉ A PAGAR R$ 5.000,00 em prol da parte autora, a título de indenização por danos morais, CONDENO-A, ainda, a pagar R$608,54, equivalente ao dobro do valor descontado indevidamente, nos termos do art. 42, § u, do CDC. Correção monetária pelos parâmetros usados pelo TJAM, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso (danos materiais) e da presente data (danos morais, S. 362 STJ). Juros de 1% a.m desde a citação Sem custas pretéritas. Sem honorários. Preparo (custas recursais) de lei, atentando-se ao Prov. 256/2015, da CGJ/AM. Da interposição de recurso, observar a parte recorrente o recolhimento do preparo e as custas recursais de lei (art. 54, parágrafo único e 55, ambos da Lei 9.099/95, combinado com a Lei Estadual 2.429/96 e Provimento 256/2015-CGJ/AM). Havendo pedido de gratuidade de justiça, a parte recorrente deverá comprovar que preenche os pressupostos para tal, nos termos do art. 99 o NCPC. Interposto o mesmo, faça-se os autos conclusos para análise do juízo de admissibilidade do recurso. Por outro lado, transcorrido o prazo legal, sem a interposição de recurso, determino à Secretaria que certifique o trânsito em julgado e dê-se baixa e arquivamento dos autos oportunamente. P.R.I.

ADV: CAIO PATRICK COELHO SILVA ANDADE (OAB 13408/AM), ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM) - Processo 0611964-78.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - INTIME-SE a PARTE RÉ, em uma das formas do art. 513, §2º, do CPC/2015, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o pagamento do valor de R$ 6.994,26, com a devida comprovação e juntada de guia de pagamento, a qual contém o número da conta judicial gerada quando de sua emissão, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, caput e §1°, do CPC.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: FREDERICO OLIVEIRA ALBUQUERQUE (OAB 9146/AM) - Processo 0612471-73.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Elissandra Simões Pimenta - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os presentes Embargos à Execução, interpostos com base no art. 52, IX, b, da Lei 9.099/95, sendo devida a liberação por Alvará ou transferência bancária em favor do Embargado do valor de R$ 1.457,36 e devida a devolução do excedente da garantia do juízo de fl. 283. CERTIFICADO o trânsito em julgado. EXPEÇA-SE alvará ou FAÇA-SE a transferência bancária dentro do valor estabelecido em favor da Embargante. EXPEÇA-SE também alvará em favor do Embargado dentro do valor estabelecido.

ADV: FREDERICO OLIVEIRA ALBUQUERQUE (OAB 9146/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM) - Processo 0612471-73.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Elissandra Simões Pimenta - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Trata-se de mera correção de ofício de inexatidão material ou erro de cálculo ocorrida na sentença em sentença, nos termos do CPC/2015: Art. 494. Publicada a sentença, o juiz só poderá alterá-la: I - para corrigir-lhe, de ofício ou a requerimento da parte, inexatidões materiais ou erros de cálculo; Assim, onde lê-se: Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os presentes Embargos à Execução, interpostos com base no art. 52, IX, b, da Lei 9.099/95, sendo devida a liberação por Alvará ou transferência bancária em favor do Embargado do valor de R$ 1.457,36 e devida a devolução do excedente da garantia do juízo de fl. 283. CERTIFICADO o trânsito em julgado. EXPEÇA-SE alvará ou FAÇA-SE a transferência bancária dentro do valor estabelecido em favor da Embargante. EXPEÇA-SE também alvará em favor do Embargado dentro do valor estabelecido. Leia-se: Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os presentes Embargos à Execução, interpostos com base no art. 52, IX, b, da Lei 9.099/95, sendo devida a liberação por Alvará ou transferência bancária em favor do Embargado do valor de R$ 1.084,33 e devida a devolução do excedente da garantia do juízo de fl. 283. CERTIFICADO o trânsito em julgado. EXPEÇA-SE alvará ou FAÇA-SE a transferência bancária dentro do valor estabelecido em favor da Embargante. EXPEÇA-SE também alvará em favor do Embargado dentro do valor estabelecido. Isso posto, CORRIJO de ofício de inexatidão material ou erro de cálculo acima descrita, mantendo incólumes os demais termos da referida sentença. P.R.I.C.

ADV: SUANY MENDES FONSECA ROCHA (OAB 12710/AM), ADV: JOÃO RICARDO GOMES DA SILVA (OAB 14002/AM) - Processo 0612761-20.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: M.F.C.S. - REQUERIDO: M.A. - Diante do exposto, sem maiores considerações a respeito da lide, JULGO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO A PRESENTE DEMANDA, nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei 9.099/95. Condeno o Requerente ao pagamento das custas processuais para o ajuizamento de nova reclamação sobre o mesmo objeto da presente lide.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0612765-28.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERIDO: Banco BMG S/A - INTIME-SE a PARTE RÉ, em uma das formas do art. 513, §2º, do CPC/2015, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o pagamento do valor indicado pela parte autora, com a devida comprovação e juntada de guia de pagamento, a qual contém o número da conta judicial gerada quando de sua emissão, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, caput e §1°, do CPC.

ADV: AMANDA ARAÚJO DOS SANTOS (OAB 6150/AM), ADV: VICTOR NEGRÃO REIS (OAB 12545/AM), ADV: JOICY COSTA CORRÊA DA CUNHA ARGENT THOMPSO (OAB 146976/RJ), ADV: JULIA JORDÃO BUSIN (OAB 180376/RJ) - Processo 0612935-29.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Susan Helena Mendonça de Paiva - REQUERIDO: Cedae - Companhia Estadual de Águas e Esgotos - HOMOLOGO, por sentença, o acordo entabulado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o parágrafo único, do art. 22, da Lei 9.099/95. Determino à Secretaria que ultime o arquivamento dos autos e dê-se baixa em eventual RENAJUD ou BACENJUD realizado nos autos, independentemente de outro despacho. Isso posto, JULGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fulcro no art. 487, III, CPC. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei 9.099/95.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM), ADV: ANGÉLICA MARIA MONTEIRO DUARTE (OAB 2659/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0613033-14.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Domingos Torres Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Banco Bradesco Financiamentos S/A - Isso posto, JULGO PROCEDENTE o pedido da parte requerente para: a) DECLARO nulo o titulo de capitalização, considerando-o como venda casada; b) CONDENO a parte ré a pagar à parte requerente a cifra de R$6.000,00 a título de dano moral com juros e correção da data deste arbitramento; c) CONDENO a parte ré a pagar à parte requerente a título de danos

materiais a cifra de R$ 1.000,00, já em dobro o valor, com juros e correção a partir da citação.

ADV: PAULO RICARDO DA SILVA SANTOS (OAB 7887/AM), ADV: MARIZETE DE SOUZA CALDAS (OAB 6405/AM), ADV: RACHEL NADAF PAPALÉO (OAB 5585/AM), ADV: FRED ANDRES DO COUTO SILVA (OAB 7695/AM) - Processo 0613098-43.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERIDO: Jh Araujo Transporte e Turismo Ltda Me - INTIME-SE a PARTE RÉ, em uma das formas do art. 513, §2º, do CPC/2015, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o pagamento do valor do saldo remanescente indicado pela parte autora, com a devida comprovação e juntada de guia de pagamento, a qual contém o número da conta judicial gerada quando de sua emissão, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, caput e §1°, do CPC.

ADV: JULIANO MARTINS MANSUR (OAB 113786/RJ), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM) - Processo 0613206-38.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Alcimar Souza Martins - REQUERIDO: Sabemi Seguradora S/A - Banco Bradesco S/A - HOMOLOGO, por sentença, o acordo entabulado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o parágrafo único, do art. 22, da Lei 9.099/95. Determino à Secretaria que ultime o arquivamento dos autos e dê-se baixa em eventual RENAJUD ou BACENJUD realizado nos autos, independentemente de outro despacho. Isso posto, JULGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fulcro no art. 487, III, CPC. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei 9.099/95.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0613262-76.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERIDO: Banco BMG S/A - INTIME-SE a PARTE RÉ, em uma das formas do art. 513, §2º, do CPC/2015, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o pagamento do valor indicado pela parte autora, com a devida comprovação e juntada de guia de pagamento, a qual contém o número da conta judicial gerada quando de sua emissão, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, caput e §1°, do CPC.

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 17641/MT), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0613268-78.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Eliana Pontes da Silva - RECLAMADO: Vivo S/A (Telefônica do Brasil S/A) - Diante do exposto, sem maiores considerações a respeito da lide, JULGO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO A PRESENTE DEMANDA, nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei 9.099/95. Condeno o Requerente ao pagamento das custas processuais para o ajuizamento de nova reclamação sobre o mesmo objeto da presente lide.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0613291-92.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Banco BMG S/A - INTIME-SE a PARTE RÉ, em uma das formas do art. 513, §2º, do CPC/2015, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o pagamento do valor do saldo remanescente indicado pela parte autora, com a devida comprovação e juntada de guia de pagamento, a qual contém o número da conta judicial gerada quando de sua emissão, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, caput e §1°, do CPC.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0613395-84.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERIDO: Banco BMG S/A - INTIME-SE a PARTE RÉ, em uma das formas do art. 513, §2º, do CPC/2015, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o pagamento do SALDO REMANESCENTE DO VALOR DE R$ 2.918,78, com a devida comprovação e juntada de guia de pagamento, a qual contém o número da conta judicial gerada quando de sua emissão, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, caput e §1°, do CPC.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: FRANCIMAR MACIEL FERREIRA (OAB 10155/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0613426-36.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Cleonice Lima de Freitas - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Diante do exposto, sem maiores considerações a respeito da lide, JULGO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO A PRESENTE DEMANDA, nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei 9.099/95. Condeno o Requerente ao pagamento das custas processuais para o ajuizamento de nova reclamação sobre o mesmo objeto da presente lide.

ADV: KEMIO DA SILVA FERREIRA (OAB 7891/AM) - Processo 0614074-50.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Jander Pereira de Souza - INTIME-SE a parte interessada para, no prazo de 05 (cinco) dias, indicar uma única conta bancária apta, em nome de um dos autorizados para levantamento dos valores, além de nome completo e CPF/CNPJ do autorizado, a fim de que se faça a transferência eletrônica de valores via Alvará Eletrônico. Em igual prazo, requeira o que lhe for de direito em vista da diferença entre valor informado pelo autor e o valor comprovado pelo réu.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0614140-64.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Antonio Firmino Vieira de Souza Neto - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - Isso posto, JULGO PROCEDENTE o pedido da parte requerente para: a) DECLARO nulo o contrato de TITULO DE CAPITALIZAÇÃO, considerando-o como venda casada, bem como abusiva a tarifa de registro de contrato; b) CONDENO a parte ré a pagar à parte requerente a cifra de R$ 6.000,00 a título de dano moral com juros e correção da data deste arbitramento; c) CONDENO a parte ré a pagar à parte requerente a título de danos materiais a cifra de R$400,00, já em dobro o valor, com juros e correção a partir da citação.

ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG) - Processo 0614247-11.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - INTIME-SE a PARTE RÉ, em uma das formas do art. 513, §2º, do CPC/2015, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o pagamento do valor de R$ 13.389,01, com a devida comprovação e juntada de guia de pagamento, a qual contém o número da conta judicial gerada quando de sua emissão, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, caput e §1°, do CPC.

ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM), ADV: JULIANO VINÍCIO DA SILVA NEGREIROS (OAB 14241/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0614247-40.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Aurea de Souza Bastos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Isso posto, JULGO PROCEDENTE o pedido da parte requerente para: a) DECLARO nulo o contrato de seguro; b) CONDENO a parte ré a pagar à parte requerente a cifra de R$6.000,00 a título de dano moral com juros e correção da data deste arbitramento; c) CONDENO a parte ré a pagar à parte requerente a título de danos materiais a cifra de R$ 1.185,40, já em dobro o valor, com juros e correção a partir da citação.

ADV: CRISTHIANE WONGHAN DA SILVA DE BRITO (OAB 13464/PA) - Processo 0614684-52.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - LITSPASSIV: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuaria - Infraero - INTIME-SE a PARTE RÉ, em uma das formas do art. 513, §2º, do CPC/2015, a

fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o pagamento do valor indicado pela parte autora, com a devida comprovação e juntada de guia de pagamento, a qual contém o número da conta judicial gerada quando de sua emissão, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, caput e §1°, do CPC.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0614946-31.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Claudete Xavier da Costa - Diante do exposto, sem maiores considerações a respeito da lide, JULGO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO A PRESENTE DEMANDA, nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei 9.099/95. Condeno o Requerente ao pagamento das custas processuais para o ajuizamento de nova reclamação sobre o mesmo objeto da presente lide.

ADV: ELEN KARINA FONSECA MAUÉS (OAB 13157/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0614966-22.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Protesto Indevido de Título - EXEQUENTE: Jobertisa Rosália Lyra Araújo Oliveira - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - HOMOLOGO, por sentença, o acordo entabulado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o parágrafo único, do art. 22, da Lei 9.099/95. Determino à Secretaria que ultime o arquivamento dos autos e dê-se baixa em eventual RENAJUD ou BACENJUD realizado nos autos, independentemente de outro despacho. Isso posto, JULGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fulcro no art. 487, III, CPC. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei 9.099/95.

ADV: NEYLA GRANCE MARTINS (OAB 25087/MT) - Processo 0615550-89.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Marcia Brandão Sena - Diante do exposto, sem maiores considerações a respeito da lide, JULGO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO A PRESENTE DEMANDA, nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei 9.099/95. Condeno o Requerente ao pagamento das custas processuais para o ajuizamento de nova reclamação sobre o mesmo objeto da presente lide.

ADV: NEYLA GRANCE MARTINS (OAB 25087/MT) - Processo 0615551-74.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Marcia Brandão Sena - Diante do exposto, sem maiores considerações a respeito da lide, JULGO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO A PRESENTE DEMANDA, nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei 9.099/95. Condeno o Requerente ao pagamento das custas processuais para o ajuizamento de nova reclamação sobre o mesmo objeto da presente lide.

ADV: HANNA TAVARES CUNHA (OAB 10417/AM), ADV: PAULO ADALTO COSTA DE ALMEIDA (OAB 5465/AM), ADV: JULIANO RODRIGUES FERRER (OAB 73859/PR) - Processo 0615650-44.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Cristina Maria de Moraes Pinho - REQUERIDO: Cabure Vida Clube Seguros - HOMOLOGO, por sentença, o acordo entabulado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o parágrafo único, do art. 22, da Lei 9.099/95. Determino à Secretaria que ultime o arquivamento dos autos e dê-se baixa em eventual RENAJUD ou BACENJUD realizado nos autos, independentemente de outro despacho. Isso posto, JULGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fulcro no art. 487, III, CPC. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei 9.099/95.

ADV: REBECA BEATRIZ SILVA SOUSA (OAB 12219/AM) - Processo 0615813-24.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Quitação - REQUERENTE: Y. C. F. Assayag - Me - Diante do exposto, por não se tratar de título executivo extrajudicial, JULGO EXTINTO a presente execução. Sem custas em primeiro grau de jurisdição, ex vi do art. 55 da lei 9.099/95. Transcorrido o prazo legal, sem a interposição de recurso, determino à Secretaria que certifique o trânsito em julgado e arquive-se os presentes autos. P.R.I.C.

ADV: MILCYETE BRAGA ASSAYAG (OAB 5006/AM), ADV: FRANCISCO CARLOS RAMOS DA SILVA (OAB 8136/AM), ADV: FRANCISCO CARLOS RAMOS DA SILVA (OAB 8136/AM) - Processo 0615916-65.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Lucimar Vale da Silva - INTIME-SE a parte interessada para, no prazo de 05 (cinco) dias, indicar uma única conta bancária apta, em nome de um dos autorizados para levantamento dos valores, além de nome completo e CPF/CNPJ do autorizado, a fim de que se faça a transferência eletrônica de valores via Alvará Eletrônico.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0617181-39.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Espécies de Contratos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - INTIME-SE a PARTE RÉ, em uma das formas do art. 513, §2º, do CPC/2015, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o pagamento do valor indicado pela parte autora, com a devida comprovação e juntada de guia de pagamento, a qual contém o número da conta judicial gerada quando de sua emissão, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, caput e §1°, do CPC.

ADV: HELEN MARA BARROSO GUEDES (OAB 8481/AM), ADV: THIAGO CAMPOS DE OLIVEIRA (OAB 8576/AM), ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: VICTÓRIA GUIMARÃES DE MELO CARDOSO (OAB 14813/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM) - Processo 0618002-43.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: Mario Jorge Santiago da Cruz Filho - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Diante do exposto, verificando que a parte embargante não cumpriu com o disposto e sequer os seus cálculos são corretos, REJEITO OS EMBARGOS DE EXECUÇÃO.

ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/AM), ADV: IGOR MACEDO FACÓ (OAB 16470/CE) - Processo 0618155-76.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Planos de Saúde - REQUERIDO: Hapvida Assistência Médica Ltda. - INTIME-SE a PARTE RÉ, em uma das formas do art. 513, §2º, do CPC/2015, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o pagamento do valor R$ 15.470,28, com a devida comprovação e juntada de guia de pagamento, a qual contém o número da conta judicial gerada quando de sua emissão, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, caput e §1°, do CPC.

ADV: ANA PAULA DA SILVA SOUSA (OAB 6608/AM) - Processo 0618601-11.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condominio do Edificio Monte Carlo - Diante do exposto, com arrimo no art. 321, parágrafo único, c/c art. 485, III, Código de Processo Civil, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL E JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM), ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM) - Processo 0619214-31.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Samara Lopes Menezes - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outros - Diante do exposto, com fulcro no art. 321, parágrafo único, combinado com o art. 485, III, ambos do CPC/2015, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL e JULGO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.

ADV: BARBARA RODRIGUES FARIA DA SILVA (OAB 151204/MG), ADV: BRUNA CARVALHO DOS SANTOS (OAB 11179/AM), ADV: GABRIELA VANESSA DE JESUS SILVA (OAB 151144/MG) - Processo 0619348-92.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - INTIME-SE a PARTE RÉ, em uma das formas do art. 513, §2º, do CPC/2015, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o pagamento do valor de R$ 3.063,06, com a devida comprovação e juntada de guia de pagamento, a qual contém o número da conta judicial gerada quando de sua emissão, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, caput e §1°, do CPC.

ADV: FRANCISLEY DE OLIVEIRA SALLES (OAB 5526/AM) - Processo 0619510-53.2019.8.04.0015 - Execução de Título

Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Escolinha Tio Patinhas Ltda - Epp - Diante do exposto, com arrimo no art. 321, parágrafo único, c/c art. 485, III, Código de Processo Civil, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL E JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.

ADV: MARGIDE AMARO DE SOUZA (OAB 10380/AM) - Processo 0619633-51.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Joclimar Correa Mourão - Diante do exposto, com arrimo no art. 321, parágrafo único, c/c art. 485, III, Código de Processo Civil, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL E JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.

ADV: FERNANDA PRESTES DE LIMA (OAB 8776/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0620680-60.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Maria Idalmiria Figueira - REQUERIDO: Banco Carrefour (Banco CSF S/A) - Diante do exposto, com fulcro no art. 321, parágrafo único, combinado com o art. 485, III, ambos do CPC/2015, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL e JULGO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.

ADV: VANESSA CUNHA FORTES (OAB 10579/AM) - Processo 0620838-18.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - EXEQUENTE: A.L.S. - Diante do exposto, com fulcro no art. 321, parágrafo único, combinado com o art. 485, III, ambos do CPC/2015, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL e JULGO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0621093-44.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - INTIME-SE a PARTE RÉ, em uma das formas do art. 513, §2º, do CPC/2015, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o pagamento do valor do saldo remanescente indicado pela parte autora, com a devida comprovação e juntada de guia de pagamento, a qual contém o número da conta judicial gerada quando de sua emissão, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, caput e §1°, do CPC.

ADV: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO (OAB 7675-A/TO), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: GUSTAVO ANTÔNIO FERES PAIXÃO (OAB 95502/RJ) - Processo 0621139-96.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - INTIME-SE a PARTE RÉ, em uma das formas do art. 513, §2º, do CPC/2015, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o pagamento do valor indicado pela parte autora, com a devida comprovação e juntada de guia de pagamento, a qual contém o número da conta judicial gerada quando de sua emissão, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, caput e §1°, do CPC.

ADV: DIEGO MARINHO MORAES (OAB 14664/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0621657-23.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: IMPORTADORA TV LAR LTDA - Virginia Surety Cia de Seguros do Brasil - INTIME-SE a PARTE RÉ, em uma das formas do art. 513, §2º, do CPC/2015, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o pagamento do saldo remanescente de R$ 2.912,72, com a devida comprovação e juntada de guia de pagamento, a qual contém o número da conta judicial gerada quando de sua emissão, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, caput e §1°, do CPC.

ADV: MARCOS PAULO DO CARMO OLIVEIRA (OAB 11771/AM) - Processo 0622188-41.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de reparar o dano - REQUERENTE: Kaike Gabriel Manduca Santin e outro - Por isso, falecendo competência ao presente Juizado para apreciar a causa, manejada que foi por incapaz, JULGO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos dos arts. 8º c/c 51, II, da Lei 9.099/95 c/c o art. 485, IV do CPC.

ADV: ALMIR OLIVEIRA DE MENEZES (OAB 7045/AM) - Processo 0622204-92.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condominio Residencial São Judas Tadeu Ii Etapa - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Sanã Nogueira Almendros de Oliveira e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré por carta postal para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 10/12/2019 às 08:15h.

ADV: VALDECI SOARES DA SILVA (OAB A600/AM) - Processo 0622484-63.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste contratual - REQUERENTE: Maria de Fatima da Silva Souza - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Sanã Nogueira Almendros de Oliveira e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, JUNTAR comprovante de residência ATUALIZADO em seu nome, atendendo à Resolução N.º 12/2017 do TJ/AM, que ordena a distribuição dos processos nos Juizados Especiais de acordo com o endereço da parte autora.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: LILIAN KAREN DE SOUZA (OAB 167344/MG) - Processo 0622494-78.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Claro S/A - INTIME-SE a PARTE RÉ, em uma das formas do art. 513, §2º, do CPC/2015, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o pagamento do valor indicado pela parte autora, com a devida comprovação e juntada de guia de pagamento, a qual contém o número da conta judicial gerada quando de sua emissão, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, caput e §1°, do CPC.

ADV: MIRIAN DA MOTA VINHOTE (OAB A923/AM) - Processo 0622569-49.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Nulidade - Ausência de Citação do Executado - REQUERENTE: Neilane Nayara Mota Vinhote - Diante do exposto, com arrimo no art. 321, parágrafo único, c/c art. 485, IV, Código de Processo Civil, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL E JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.

ADV: ISAAC REIS DA SILVA (OAB 12729/AM) - Processo 0622897-76.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Agnaldo de Matos Ferreira - Diante do exposto, com arrimo no art. 321, parágrafo único, c/c art. 485, III, Código de Processo Civil, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL E JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.

ADV: DANIEL ZAWASK DO NASCIMENTO BARBOSA (OAB 11180/AM) - Processo 0623147-12.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Eline Danielly Freitas de Azevedo - Diante do exposto, por entender que a relação jurídica substancial posta a apreciação deste juízo está fundada em rescisão contratual no valor de R$ 38.550,00 cumulado com a devolução do valor pago no montante de 6.680,42, bem como indenização por danos morais de R$ 20.000,00, concluo que este juízo não é competente para processar a julgar o presente feito, motivo pelo qual JJULGO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO A PRESENTE DEMANDA, nos termos do art. 51, II da Lei n. 9.099/95.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0623215-30.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERIDO: Banco BMG S/A - INTIME-SE a PARTE RÉ, em uma das formas do art. 513, §2º, do CPC/2015, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o pagamento do valor indicado pela parte autora, com a devida comprovação e juntada de guia de pagamento, a qual contém o número da conta judicial gerada quando de sua emissão, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, caput e §1°, do CPC.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo

0623311-11.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros - INTIME-SE a PARTE RÉ, em uma das formas do art. 513, §2º, do CPC/2015, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o pagamento do saldo remanescente de R$5.274,44, com a devida comprovação e juntada de guia de pagamento, a qual contém o número da conta judicial gerada quando de sua emissão, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, caput e §1°, do CPC.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0623315-48.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros - INTIME-SE a PARTE RÉ, em uma das formas do art. 513, §2º, do CPC/2015, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o pagamento do saldo remanescente de R$6.538,02 , com a devida comprovação e juntada de guia de pagamento, a qual contém o número da conta judicial gerada quando de sua emissão, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, caput e §1°, do CPC.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0623676-65.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - INTIME-SE a PARTE RÉ, em uma das formas do art. 513, §2º, do CPC/2015, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o pagamento do valor de R$ 6.547,24, com a devida comprovação e juntada de guia de pagamento, a qual contém o número da conta judicial gerada quando de sua emissão, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, caput e §1°, do CPC.

ADV: FERNANDA PRESTES DE LIMA (OAB 8776/AM) - Processo 0624248-84.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Adalgiza de Oliveira Monteiro - Por isso, JULGO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 51, III da Lei 9.099/95. Sem custas ou honorários. Preparo de lei. Transitada em julgado, baixar e arquivar. Prejudicada, cancelo a audiência, revogando eventual liminar deferida. P.R.I.

ADV: ROMMEL JÚNIOR QUEIROZ RODRIGUES (OAB 8279/AM) - Processo 0624492-13.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Condomínio - REQUERENTE: Condominio Palm Village - Imperioso reconhecer ex officio a incompetência absoluta deste Juízo em razão da matéria, conforme preceitua o art. 64, §1º do CPC. Posto isto, JULGO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fundamento no art. 485, IV, do NCPC.

ADV: REBECA VEIGA DE CARVALHO PAIXÃO (OAB 11958/AM) - Processo 0624711-26.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rebeca Veiga de Carvalho Paixão - Isso posto, JULGO EXTINTO a presente demanda, sem julgamento do mérito, com fulcro no art. 485, V, NCPC. Sem custas e honorários sucumbenciais em primeiro grau de jurisdição, ex vi do art. 55 da lei 9.099/95. Da interposição de recurso, observar a parte recorrente o recolhimento do preparo e as custas recursais de lei (art. 54, parágrafo único e 55, ambos da Lei 9.099/95, combinado com a Lei Estadual 2.429/96 e Provimento 256/2015-CGJ/AM). Interposto o mesmo, faça-se os autos conclusos para análise do juízo de admissibilidade do recurso. Por outro lado, transcorrido o prazo legal, sem a interposição de recurso, determino à Secretaria que certifique o trânsito em julgado e, caso não seja requerido o cumprimento de sentença, arquivem-se os autos até que haja esse requerimento. P.R.I.C.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0624957-22.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Daniel Vasconcelos Bentes - Diante do exposto, por entender que a relação jurídica substancial posta a apreciação deste juízo está fundada em declaração de inexigibilidade de R$ 27.918,47 e repetição de indébito no valor de R$ 39.920,00, concluo que este juízo não é competente para processar a julgar o presente feito, motivo pelo qual JULGO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO A PRESENTE DEMANDA, nos termos do art. 51, II da Lei n. 9.099/95.

ADV: TARCÍSIO RAMOS DO VALE (OAB 8534/AM) - Processo 0624979-80.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Cond. Brisas do Parque Residencial Clube - Imperioso reconhecer ex officio a incompetência absoluta deste Juízo em razão da matéria, conforme preceitua o art. 64, §1º do CPC. Posto isto, JULGO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fundamento no art. 485, IV, do NCPC.

ADV: EMMANUEL CHACON RODRIGUES CARNEIRO DE ALBUQUERQUE (OAB 7758/AM) - Processo 0625203-18.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Habilitação e Reabilitação Profissional - REQUERENTE: Sidney Santos Sousa Junior e outro - Isso posto, JULGO SEM APRECIAÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 485, IV, CPC. Extraídas as cópias das peças destes autos para o processo principal, faça-se conclusão dos autos principal para prosseguir com o feito. Eventual peticionamento realizado nos presentes autos a partir deste ato, será desconsiderado em virtude da fundamentação que ora se apresenta. Arquivem-se. P.R.I.C.

ADV: ALEXSANDRA DE SOUZA CARVALHO (OAB 12237/AM), ADV: ANDREZA BIANCA BRITO DE OLIVEIRA (OAB 11960/AM) - Processo 0625328-20.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Transporte Aéreo - REQUERIDO: Azul Linhas Aéreas Brasileiras S/A - INTIME-SE a PARTE RÉ, em uma das formas do art. 513, §2º, do CPC/2015, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o pagamento do valor de R$ 12.000,35, com a devida comprovação e juntada de guia de pagamento, a qual contém o número da conta judicial gerada quando de sua emissão, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, caput e §1°, do CPC.

ADV: HELENA MARIA VITAL DE MELO (OAB 14031/AM), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0625865-16.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERIDO: Banco Carrefour (Banco CSF S/A) - INDEFIRO o pleito da parte ré, pois a decisão que julgou deserto o seu recurso já esclareceu o que ocorreu. Prosseguindo-se com o feito, INTIME-SE a PARTE RÉ, em uma das formas do art. 513, §2º, do CPC/2015, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o pagamento do valor indicado pela parte autora, com a devida comprovação e juntada de guia de pagamento, a qual contém o número da conta judicial gerada quando de sua emissão, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, caput e §1°, do CPC.

ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM) - Processo 0626325-66.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio do Edifício Tropical Executive & Residence Hotel e outro - Imperioso reconhecer ex officio a incompetência absoluta deste Juízo em razão da matéria, conforme preceitua o art. 64, §1º do CPC. Posto isto, JULGO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fundamento no art. 485, IV, do NCPC.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: CARLA CAROLINE COUTINHO FROTA (OAB 12379/AM) - Processo 0626552-90.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francisco de Paulo Azevedo Junior - REQUERIDO: Latam Airlines Group S/A - Diante do exposto, sem maiores considerações a respeito da lide, JULGO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO A PRESENTE DEMANDA, nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei 9.099/95. Condeno o Requerente ao pagamento das custas processuais para o ajuizamento de nova reclamação sobre o mesmo objeto da presente lide.

ADV: CAIO GUIMARÃES DE AZEVEDO (OAB 8945/AM) - Processo 0626629-02.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - RECLAMADO: West Solutions - INTIME-SE a PARTE RÉ, em uma das formas do art. 513, §2º, do CPC/2015, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o pagamento do valor indicado pela parte autora, com a devida comprovação e juntada de guia de pagamento, a qual contém o número da conta judicial gerada quando de sua emissão, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento),

nos termos do art. 523, caput e §1°, do CPC.

ADV: MARIA ESPERANÇA DA COSTA ALENCAR (OAB 2114/AM), ADV: DANIELLE CRISTHINA DEDA FERREIRA (OAB 46165/PR), ADV: JÚLIO CÉSAR FRANCO DE SOUZA (OAB 6415/AM), ADV: FÁBIO RODRIGUES FERREIRA (OAB 47304/PR), ADV: MÁRIO ALBERTO DA FONSECA MONTEIRO JÚNIOR (OAB 1431/AM) - Processo 0626832-61.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Amarildo Prado de Souza - REQUERIDO: Viação São Pedro - Diante do exposto, DENEGO seguimento, POR DESERÇÃO, ao recurso inominado, ante a ausência de recolhimento INTEGRAL das custas que foram inicialmente dispensadas e que são devidas quando da interposição do recurso. Aguarde-se pleito de cumprimento de sentença, sendo o caso, ou arquive-se, caso tenha sido sentença de improcedência ou não haja o requerimento de cumprimento de sentença no prazo de 15 (quinze) dias. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARCELE DE ALMEIDA MONTEIRO (OAB 11190/AM), ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ) - Processo 0629727-92.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia - REQUERIDO: Oi Móvel S/A - INTIME-SE a PARTE RÉ, em uma das formas do art. 513, §2º, do CPC/2015, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o pagamento do valor de R$ 2.439,44, com a devida comprovação e juntada de guia de pagamento, a qual contém o número da conta judicial gerada quando de sua emissão, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, caput e §1°, do CPC.

Abrahim Jezini Júnior (OAB 8073/AM)
Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)
Alexandre freitas silva (OAB 79829/MG)
Alexsandra de Souza Carvalho (OAB 12237/AM)
Almir Oliveira de Menezes (OAB 7045/AM)
Amanda Araújo dos Santos (OAB 6150/AM)
Ana Paula da Silva Sousa (OAB 6608/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Andreza Bianca Brito de Oliveira (OAB 11960/AM)
Angélica Maria Monteiro Duarte (OAB 2659/AM)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
Anne Caroline Castro Silva (OAB 11421/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Barbara Rodrigues Faria da Silva (OAB 151204/MG)
Bruna Carvalho dos Santos (OAB 11179/AM)
Bruno de Melo Maciel (OAB 189411/RJ)
Caio Guimarães de Azevedo (OAB 8945/AM)
Caio Patrick Coelho Silva Andade (OAB 13408/AM)
Carla Caroline Coutinho Frota (OAB 12379/AM)
Carlos Alberto Rodrigues de Souza (OAB 6164/AM)
Carlos Antônio Nogueira da Silva (OAB 6943/AM)
Cíntia Martins de Souza (OAB 4399/AM)
Cristhiane Wonghan da Silva de Brito (OAB 13464/PA)
Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
Daniel Zawask do Nascimento Barbosa (OAB 11180/AM)
Danielle Cristhina Deda Ferreira (OAB 46165/PR)
Diego Marinho Moraes (OAB 14664/AM)
Dinah Amazonas de Oliveira (OAB 4667/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Elen Karina Fonseca Maués (OAB 13157/AM)
Elias Bindá de Carvalho Júnior (OAB 8571/AM)
Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)
Emmanuel Chacon Rodrigues Carneiro de Albuquerque (OAB 7758/AM)
Eric Rafael Macedo de Carvalho (OAB 10485/AM)
Eulen Oliveira Frazão (OAB 10903/AM)
Fabianne Ribeiro Halinski (OAB 7059/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Fábio Rodrigues Ferreira (OAB 47304/PR)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Fernanda Prestes de Lima (OAB 8776/AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 96864/MG)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francimar Maciel Ferreira (OAB 10155/AM)
Francisco Carlos Ramos da Silva (OAB 8136/AM)
Francisley de Oliveira Salles (OAB 5526/AM)
Fred Andres do Couto Silva (OAB 7695/AM)
Frederico Oliveira Albuquerque (OAB 9146/AM)
Gabriela Vanessa de Jesus Silva (OAB 151144/MG)
Giácomo Dinelly Lima (OAB 9753/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Antonio Feres Paixao (OAB 7675-A/TO)
Gustavo Antônio Feres Paixão (OAB 95502/RJ)
Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)
Hanna Tavares Cunha (OAB 10417/AM)
Haroldo Alves Pimenta Filho (OAB 9502/AM)
Helen Mara Barroso Guedes (OAB 8481/AM)
Helena Maria Vital de Melo (OAB 14031/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique Lima Marinheiro (OAB 9324/AM)
Igor Macedo Facó (OAB 16470/CE)
Ingryd dos Santos Mousse (OAB 8304/AM)
Isaac Reis da Silva (OAB 12729/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João Ricardo Gomes da Silva (OAB 14002/AM)
Joicy Costa Corrêa da Cunha Argent Thompso (OAB 146976/RJ)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
Joyce Helen Holanda Marinheiro (OAB 7519/AM)
Julia Jordão Busin (OAB 180376/RJ)
Juliano Martins Mansur (OAB 113786/RJ)
Juliano Rodrigues Ferrer (OAB 73859/PR)
Juliano Vinício da Silva Negreiros (OAB 14241/AM)
Julie Stephane Lima Bruce (OAB 8096/AM)
Júlio César Franco de Souza (OAB 6415/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Kemio da Silva Ferreira (OAB 7891/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Leonardo Luiz Tavano (OAB 173965/SP)
Lilian Karen de Souza (OAB 167344/MG)
Luana Pereira Régis (OAB 9340/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Marcele de Almeida Monteiro (OAB 11190/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos Paulo do Carmo Oliveira (OAB 11771/AM)
Margide Amaro de Souza (OAB 10380/AM)
Maria Emília Gonçalves de Rueda (OAB 13788A/AL)
Maria Emília Gonçalves de Rueda (OAB 23748/PE)
Maria Esperança da Costa Alencar (OAB 2114/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Mário Alberto da Fonseca Monteiro Júnior (OAB 1431/AM)
Marizete de Souza Caldas (OAB 6405/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Milcyete Braga Assayag (OAB 5006/AM)
MIRIAN DA MOTA VINHOTE (OAB A923/AM)
Naudal Rodrigues de Almeida (OAB 4068/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Neyla Grance Martins (OAB 25087/MT)
Paulo Adalto Costa de Almeida (OAB 5465/AM)

Paulo Ricardo da Silva Santos (OAB 7887/AM)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Rachel Nadaf Papaléo (OAB 5585/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Rami Yuri Menezes Gama (OAB 8933/AM)
Rebeca Beatriz Silva Sousa (OAB 12219/AM)
Rebeca Veiga de Carvalho Paixão (OAB 11958/AM)
Rodrigo Rodrigues Dias de Almeida (OAB 2518/AM)
Rommel Júnior Queiroz Rodrigues (OAB 8279/AM)
Ronan Botelho (OAB 17641/MT)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Suany Mendes Fonseca Rocha (OAB 12710/AM)
Suerda Carla Campos Morais de Araújo (OAB 4083/AM)
Talvani Franco Leite Brito (OAB 680A/AM)
Tarcísio Ramos do Vale (OAB 8534/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thiago Campos de Oliveira (OAB 8576/AM)
Valdeci Soares da Silva (OAB A600/AM)
Vanessa Cunha Fortes (OAB 10579/AM)
Victor Negrão Reis (OAB 12545/AM)
Victória Guimarães de Melo Cardoso (OAB 14813/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB 4339/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (NILTON LINS)

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0241/2019

ADV: SEILA MARIA PENNAFORT GARCIA (OAB 3611/AM), ADV: RAIMUNDO PAIVA DE SOUZA (OAB 2839/AM) - Processo 0200486-72.2017.8.04.0016 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Adrinalva Mazala Pereira - De ordem, intime-se a parte requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, fornecer os dados bancários (Nome do banco, número da agência e conta, CNPJ/CPF, Nome do patrono ou sociedade de advogados, Nº da OAB) para transferência dos valores que lhe cabe.

ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0200570-73.2017.8.04.0016 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - De ordem, à vista do bloqueio de fls. antecedentes, dê-se vista ao Executado para impugnação, no prazo de 15 dias.

ADV: ISABELA ESPERANÇA MACHADO (OAB 11024/AM) - Processo 0201563-51.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXECUTADO: Farfetch.com Brasil Serviços Ltda. - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 2.022,80(dois mil e vinte e dois reais e oitenta centavos), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, totalizando assim o valor de R$ 2.225,08(dois mil duzentos e vinte e cinco reais e oito centavos) prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: DIEGO CID VIEIRA PRESTES (OAB 7805/AM), ADV: SÉRGIO PAULO MONTEIRO LITAIFF FILHO (OAB 7507/AM) - Processo 0202159-37.2016.8.04.0016 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - EXEQUENTE: Elizeu José Cariole Dias - De ordem, intime-se a parte requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, fornecer os seus dados bancários e/ou os do seu patrono (Nome do banco, número da agência e conta, CPF/CNPJ, Nome do patrono ou sociedade de advogados, Nº da OAB) para transferência dos valores que lhe cabe.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0203843-29.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - EXECUTADO: Banco BMG S/A - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 2.785,24(dois mil setecentos e oitenta e cinco reais e vinte e quatro centavos), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, totalizando assim o valor de R$ 3.063,76(três mil e sessenta e três reais e setenta e seis centavos) prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0600033-78.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - EXECUTADO: Banco BMG S/A - De ordem, à vista do bloqueio de fls. antecedentes, dê-se vista ao Executado para impugnação, no prazo de 15 dias.

ADV: LUÍS FELIPE DE SOUZA REBÊLO (OAB 17593/PE), ADV: MARISA TAVARES BARROS PAIVA DE MOURA (OAB 19613A/MA) - Processo 0600065-17.2017.8.04.0016 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - EXECUTADO: América Veículos S/A e outro - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 46.370,15(quarenta e seis mil trezentos e setenta reais e quinze centavos), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, totalizando assim o valor de R$ 51.007,16(cinquenta e um mil e sete reais e dezesseis centavos) prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0600383-66.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Cartão de Crédito - EXECUTADO: Banco Industrial do Brasil S/A - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 4.623,84(quatro mil seiscentos e vinte e três reais e oitenta e quatro centavos), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, totalizando assim o valor de R$ 5.086,22(cinco mil e oitenta e seis reais e vinte e dois centavos) prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS) - Processo 0601134-53.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - De ordem, à vista do bloqueio de fls. antecedentes, dê-se vista ao Executado para impugnação, no prazo de 15 dias.

ADV: DANIEL MARCELO BENVENUTTI DE SALES (OAB 7949/AM) - Processo 0601649-22.2017.8.04.0016 - Cumprimento de sentença - Obrigações - EXECUTADA: Juliana Priscila Correa dos Santos - Diante do exposto, intime-se a executada para que acoste a certidão de dívida, no prazo de 10 dias, sob pena de prosseguimento da execução.

ADV: LEONARDO ANDRADE ARAGÃO (OAB 7729/AM), ADV: AMYR MUSSA DIB (OAB 6883/AM) - Processo 0606115-28.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Bemol - Benchimol Irmão e Cia. Ltda - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 9.954,96 (Nove mil, novecentos e cinquenta e quatro reais e noventa e seis centavos), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, totalizando assim o valor de R$ 10.950,45 (Dez mil, novecentos e cinquenta reais e quarenta e cinco centavos) prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0610126-66.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 10.603,42(dez mil seiscentos e três reais e quarenta e dois centavos), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, totalizando assim o valor de R$ 11.663,76(onze mil seiscentos e sessenta e três reais e setenta e seis centavos) prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0610528-84.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, à vista do bloqueio de fls. antecedentes, dê-se vista ao Executado para impugnação, no prazo de 15 dias.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: JOÃO VÍTOR CHAVES MARQUES (OAB 30348/CE) - Processo 0611181-52.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - EXEQUENTE: Sergio Luiz de Castro Lima - EXECUTADO: Banco Pan S/A - Ante o exposto, julgo improcedente os embargos a execução apresentados por Banco Pan S/A, em todos os seus termos. Intime-se. Libere-se o valor bloqueado, após transito em julgado.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM) - Processo 0612650-36.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXECUTADO: Banco BMG S/A - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 7.415,25 (sete mil quatrocentos e quinze reais e vinte e cinco centavos) nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, totalizando assim o valor de R$ 8.156,77(oito mil cento e cinquenta e seis reais e setenta e sete centavos) prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0613102-46.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - EXECUTADO: Tim Celular S/A - De ordem, à vista do bloqueio de fls. antecedentes, dê-se vista ao Executado para impugnação, no prazo de 15 dias.

ADV: MOZARTH RIBEIRO BESSA NETO (OAB 4390/AM) - Processo 0613927-87.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXECUTADO: Avior Airlines Brasil C.A. - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 5.174,91(cinco mil cento e setenta e quatro reais e noventa e um centavos), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, totalizando assim o valor de R$ 5.692,40(cinco mil seiscentos e noventa e dois reais e quarenta centavos) prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0614100-14.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Jefferson Farias Caldas - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 178-192ss, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DANIEL BATTIPAGLIA SGAI (OAB 214918/SP) - Processo 0614621-56.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXECUTADO: DECOLAR.COM LTDA e outro - De ordem, à vista do bloqueio de fls. antecedentes, dê-se vista ao Executado para impugnação, no prazo de 15 dias.

ADV: CAIO ARANHA PEREIRA MACHADO (OAB 10092/AM), ADV: DANIELE DE FREITAS CORREA (OAB 9287/AM), ADV: CÉSAR AUGUSTO DO NASCIMENTO CARDOSO (OAB 12109/AM) - Processo 0615113-48.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Fernando Itassucê Freitas Corrêa - REQUERIDO: Brothers Indústria de Alimentos Ltda - DECISÃO Nego seguimento ao recurso interposto, ante o não recolhimento do preparo. A respeito, consta os seguintes entendimentos da jurisprudência. Enunciado FONAJE 80 - O recurso Inominado será julgado deserto quando não houver o recolhimento integral do preparo e sua respectiva comprovação pela parte, no prazo de 48 horas, não admitida a complementação intempestiva (art. 42, § 1º, da Lei 9.099/95). (Aprovado no XI Encontro, em Brasília - DF - Alteração aprovada no XII Encontro - Macéio/AL). Intime-se.

ADV: CAMILA UIARA VIEIRALVES ALMEIDA (OAB 12160/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0615164-59.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Quitação - REQUERENTE: Daniel Rodrigo de Lima Carvalho Vieiralves - ASSLITISC: Banco Santander Brasil S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 141-152ss, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CLEMENTE AUGUSTO GOMES NETO (OAB 10785/AM) - Processo 0615810-69.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Beny Materiais de Construção Ltda - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 74-83, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: BEATRIZ BATISTA DOS SANTOS (OAB 295353/SP) - Processo 0615982-45.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXECUTADO: Sociedade de Televisão Manauara Ltda - De ordem, à vista do bloqueio de fls. antecedentes, dê-se vista ao Executado para impugnação, no prazo de 15 dias.

ADV: LUCIANO DA SILVA BURATTO (OAB 179235/SP), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM) - Processo 0616074-23.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - EXECUTADO: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL I - De ordem, à vista do bloqueio de fls. antecedentes, dê-se vista ao Executado para impugnação, no prazo de 15 dias.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0616964-25.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Defeito, nulidade ou anulação - EXECUTADO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 5.068,28(cinco mil e sessenta e oito reais e vinte e oito centavos), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, totalizando assim o valor de R$ 5.575,10(cinco mil quinhentos e setenta e cinco reais e dez centavos) prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0617140-04.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 181/189, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: FÁBIO LINDOSO E LIMA (OAB 7417/AM) - Processo 0617205-96.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial

Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Lf Inox Indústria e Comércio de Importação e Exportação Ltda - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA juntada aos autos. Manaus, 12 de setembro de 2019.

ADV: ERIK LORENZZO MARINHO DA SILVA (OAB 4944/AM) - Processo 0617381-75.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Cancelamento de vôo - EXECUTADO: Azul Linhas Aéreas Brasileiras S/A - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 4.048,17(quatro mil e quarenta e oito reais e dezessete centavos), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, totalizando assim o valor de R$ 4.452,98(quatro mil quatrocentos e cinquenta e dois reais e noventa e oito centavos) prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB 117417/SP), ADV: ERIK LORENZZO MARINHO DA SILVA (OAB 4944/AM) - Processo 0617497-81.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - EXECUTADO: Carrier Midea da Amazônia - Fabricação e Comercio de Ar Condicionado Ltda e outro - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$7.918,58(sete mil novecentos e dezoito reais e cinquenta e oito centavos) nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, totalizando assim o valor de R$ 8.710,43(oito mil setecentos e dez reais e quarenta e três centavos), prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0617836-40.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - EXECUTADO: Banco BMG S/A - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 4.529,54(quatro mil quinhentos e vinte e nove reais e cinquenta e quatro centavos), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, totalizando assim o valor de R$ 4.982,49(quatro mil novecentos e oitenta e dois reais e quarenta e nove centavos) prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0617873-67.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - EXECUTADO: Banco Bradesco S/A - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 5.290,11 (Cinco mil, duzentos e noventa reais e onze centavos), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, totalizando assim o valor de R$ 5.819,12 (Cinco mil, oitocentos e dezenove reais e doze centavos) prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: NATHALIA CRISTINA SANTOS GABRIEL (OAB 13524/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0618267-74.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Extinção - EXECUTADO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 5.056,06 (Cinco mil, cinquenta e seis reais e seis centavos), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, totalizando assim o valor de R$ 5.561,66 (Cinco mil, quinhentos e sessenta e um reais e sessenta e seis centavos) prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: JANESSA FARIAS SANTA LUZIA (OAB 13509/AM) - Processo 0618338-76.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Vaulina Alves de Lima - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 103-125ss, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM) - Processo 0619125-08.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 114/124, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0619128-60.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 168/175, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: EDUARDO CHALFIN (OAB A1140/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0619169-27.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Martins Import Ltda. - Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros - Intime-se a parte requerida para que se manifeste, em 05 dias, acerca dos embargos de declaração opostos. Cumpra-se. Manaus, 13 de setembro de 2019.

ADV: JOÃO RICARDO GOMES DA SILVA (OAB 14002/AM) - Processo 0619444-73.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Raimunda Rita Nascimento Uchoa - Assim, o recebimento desta ação fica condicionado ao pagamento das custas nos autos de nº 061225459.2019. Concedo 10(dez) dias para autora comprovar o recolhimento das custas do processo anterior sob pena de indeferimento in limine desta ação. Intime-se. Cumpra-se. À Secretaria para as providências cabíveis. Manaus, 02 de setembro de 2019.

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0619629-14.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Alexsander Serzedelo - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 472-503ss, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: EULER BARRETO CARNEIRO (OAB 4762/AM) - Processo 0619904-60.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Tabernaculo - Intime-se o autor para se manifestar sobre a restrição do veículo às fls. 25 no prazo de dez dias.

ADV: WALBER PRATA DE MENDONÇA (OAB 11816/AM) - Processo 0620312-51.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Telefonia - RECLAMANTE: Leopoldo Victorino de Menezes Neto - Indefiro o pedido de fls. 102, eis que as partes foram cientificadas em audiência, conforme termo de fls. 99, que a sentença seria disponibilizada até dia 04/09/2019, a partir de quando se iniciaria o prazo para eventuais recursos, independentemente de qualquer outra intimação. Aguarde-se o término do prazo para a tomada das medidas cabíveis. Cumpra-se. Manaus, 13 de setembro de 2019.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV:

LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM) - Processo 0620603-51.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rodrigo Correa de Souza - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em consonância com decisão proferida nos autos do Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei n. 000511-49.2018 pela Exma. Sra. Desembargadora Nélia Caminha Jorge, que determinou a suspensão de processos em trâmite nos Juizados Especiais e Turmas Recursais que discutam "se é legal a cobrança da tarifa bancária denominada "cesta básica de serviços", "cesta fácil" ou similares, quando não demonstrada a contratação de tais serviços, mediante contrato específico, ou se tal panorama configura a ocorrência de ato contraditório por parte do usuário do serviço, que, sabendo dos descontos efetivados em sua conta corrente, se mantém inerte (venire contra factum proprium); a ocorrência ou não de danos morais em razão de tais descontos da pessoa do correntista; e ocorrência ou não do dever de repetição simples ou dobrada dos valores descontados, acaso constatado, no caso concreto, que estes são indevidos", determino a suspensão dos presentes autos. Intimem-se.

ADV: JOÃO BOSCO DA SILVA VIEIRA FILHO (OAB 8342/AM) - Processo 0621507-42.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Anulação - EXEQUENTE: Paulo Sérgio Bezerra Chaves - Intime-se o exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, impulsionar os autos, sob pena de arquivamento.

ADV: IAGO HENRIQUE DE ALMEIDA LIRA (OAB 14727/AM), ADV: MELO E DESIDERI ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 337/AM) - Processo 0622102-70.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de reparar o dano - REQUERENTE: Simone Coroni - De ordem, fica designado o dia 29/10/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: OSVALDO LUIZ DA MATA JÚNIOR (OAB 1320-A/RN) - Processo 0623207-82.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Rua Baniwa - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC. apresentando: (x) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante;

ADV: DEVID VINICIUS XAVIER DA COSTA (OAB 9673/AM), ADV: CÁSSIO JOSÉ MATOS DE BARROS (OAB 13256/AM) - Processo 0623400-97.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: J.L.L. - De ordem, fica designado o dia 29/10/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LEON CÉZANE DA SILVA DE JESUS (OAB 10332/AM) - Processo 0623779-38.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francisca Aureni Marques - De ordem, fica designado o dia 30/10/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ISIS DE MORAES SIQUEIRA (OAB 10069/AM) - Processo 0625073-28.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Extravio de bagagem - REQUERENTE: Isis de Moraes Siqueira - De ordem, fica designado o dia 30/10/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: TAIS NAIARA SOUZA BEZERRA (OAB 12579/AM), ADV: MARCOS DE REZENDE ANDRADE JÚNIOR (OAB 188846/SP), ADV: HENRIQUE CABOCLO DE MACEDO (OAB 8816/AM) - Processo 0625396-67.2018.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Substituição do Produto - REQUERENTE: Emerson Tavares da Silva - REQUERIDO: Liberty Seguros S/A - Du Nort Comércio de Veículos Ltda e outro - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 258-265ss, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ISAAC REIS DA SILVA (OAB 12729/AM) - Processo 0625527-08.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Paulo Roberto Mota - De ordem, fica designado o dia 30/10/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM) - Processo 0625805-09.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: C.A.D.C. - De ordem, fica designado o dia 29/10/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: DIÓGENES SILVA ABREU (OAB 5051/AM) - Processo 0625863-12.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Alice da Silva Santos - De ordem, fica designado o dia 29/10/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0625927-22.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Cinara Lúcia Pires Albuquerque - De ordem, fica designado o dia 29/10/2019 às 12:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LUCAS ALBERTO DE ALENCAR BRANDÃO (OAB 12555/AM) - Processo 0625950-65.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Kevin Netter Santos Queiroz - De ordem, fica designado o dia 30/10/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CHRISTHIAN NARANJO DE OLIVEIRA (OAB 4188/AM) - Processo 0625964-49.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Manuella de Mendonça Menezes Pinheiro - De ordem, fica designado o dia 30/10/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0625976-63.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Vendas casadas - REQUERENTE: Nelson Silva dos Santos - De ordem, fica designado o dia 30/10/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: OBERDAN MUSSA TORRES (OAB 14386/AM) - Processo 0626001-76.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Valmir Cardoso dos Santos - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC. apresentando: (x) a cópia do documento de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas, RG ; (x) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante;

ADV: DENNYS LOPES MORAES (OAB 10662/AM), ADV: TIAGO ALBUQUERQUE LAZARINI DOS SANTOS (OAB 9946/AM) - Processo 0626008-68.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Jaine Maria Seixas Evangelista - De ordem, fica designado o dia 11/11/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0626026-89.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Vendas casadas - REQUERENTE: Everaldo Nobre Pereir - De ordem, fica designado o dia 21/10/2019 às 09:15h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0626037-21.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Everaldo Nobre Pe - De ordem, fica designado o dia 21/10/2019 às 09:45h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: KELLY OLIVEIRA - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 9330/AM), ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM) - Processo 0626175-85.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jose Alfredo Afonso Trovisco - De ordem, fica designado o dia 10/10/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: TAYANE CAROLYNE GONÇALVES BORGES (OAB 115084A/RS) - Processo 0626189-69.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Sabrina Gama Rodrigues - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC. apresentando: (x) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante;

ADV: EDGAR ROGERIO GRIPP DA SILVEIRA (OAB 21129/MT) - Processo 0626190-54.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Shirley Araujo Thomas - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC. apresentando: (x) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante;

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0626214-82.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Alcilene Torres da Silva - De ordem, fica designado o dia 21/10/2019 às 10:15h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: THIAGO DE PAULA ANDRADE MIRANDA (OAB 7850/AM) - Processo 0626283-17.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Ranulfo Carmo da Silva Neto - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC. apresentando: (x) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante;

ADV: JORGE HENRIQUE SILVA DE MELO (OAB 7999/AM) - Processo 0626342-05.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Hipoteca - REQUERENTE: Hellen Maria Pereira de Abreu - De ordem, fica designado o dia 01/11/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CAIO AUGUSTO MASCARENHAS DIAS (OAB 4100/AM) - Processo 0626380-17.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Teófilo Gomes da Silva Neto - De ordem, fica designado o dia 21/10/2019 às 11:45h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0626391-46.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Vilmar de Castro Bezerra - De ordem, fica designado o dia 22/10/2019 às 08:45h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JOÃO FERNANDES CARNEIRO JÚNIOR (OAB 14022/AM) - Processo 0626477-17.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de reparar o dano - REQUERENTE: Marco Aurelio Pinto Goncalves - De ordem, fica designado o dia 01/11/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ELON ATALIBA DE ALMEIDA (OAB 6746/AM) - Processo 0626497-08.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Silmara Cabana Duarte - De ordem, fica designado o dia 21/10/2019 às 09:15h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FABRÍCIO CABRAL DOS ANJOS MARINHO (OAB 7665/AM) - Processo 0626527-43.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: José Maria Santos de Carvalho - De ordem, fica designado o dia 22/10/2019 às 12:15h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0626567-25.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Everton Marques da Silva - De ordem, fica designado o dia 04/11/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CLÁUDIA MORAES NADAF DA COSTA VAL (OAB 2523/AM) - Processo 0626590-68.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Emanuelle Lima de Oliveira - De ordem, fica designado o dia 22/10/2019 às 10:15h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0626606-22.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: .Devanilda Alves - De ordem, fica designado o dia 22/10/2019 às 10:45h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0626617-51.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Rodney de Paula Silveira Ardevino Barbosa - De ordem, fica designado o dia 22/10/2019 às 11:15h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: DEISE SUELY SALES DE OLIVEIRA (OAB 12967/AM) - Processo 0626634-87.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Maria das Graças Leão - De ordem, fica designado o dia 22/10/2019 às 11:45h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM), ADV: KELLY OLIVEIRA - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 9330/AM) - Processo 0626679-91.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Romulo Aldo Carvalho da Silva - De ordem, fica designado o dia 23/10/2019 às 10:15h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ADRIANA SILVA GOMES (OAB 12901/AM), ADV: KLYSSIAN KELLY DA SILVA SOUSA (OAB 11316/AM) - Processo 0627508-09.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Lidiane da Silva Melo - Tendo em vista a certidão ás fls. 76 e o não cumprimento do Mandado ás fls.77, intime-se o exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, impulsionar os autos, sob pena de arquivamento.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0628655-70.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXECUTADO: Tim Celular S/A - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo

de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 5.383,11 (Cinco mil, trezentos e oitenta e três reais e onze centavos), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, totalizando assim o valor de R$ 5.921,42 (Cinco mil, novecentos e vinte e um reais e quarenta e dois centavos) prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

Adriana Silva Gomes (OAB 12901/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Amyr Mussa Dib (OAB 6883/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Beatriz Batista dos Santos (OAB 295353/SP)
Caio Aranha Pereira Machado (OAB 10092/AM)
Caio Augusto Mascarenhas Dias (OAB 4100/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Camila Uiara Vieiralves Almeida (OAB 12160/AM)
CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671/AM)
Cássio José Matos de Barros (OAB 13256/AM)
César Augusto do Nascimento Cardoso (OAB 12109/AM)
Christhian Naranjo de Oliveira (OAB 4188/AM)
Cláudia Moraes Nadaf da Costa Val (OAB 2523/AM)
Clemente Augusto Gomes Neto (OAB 10785/AM)
Daniel Battipaglia Sgai (OAB 214918/SP)
Daniel Marcelo Benvenutti de Sales (OAB 7949/AM)
Daniele de Freitas Correa (OAB 9287/AM)
Deise Suely Sales de Oliveira (OAB 12967/AM)
Dennys Lopes Moraes (OAB 10662/AM)
Devid Vinicius Xavier da Costa (OAB 9673/AM)
Diego Cid Vieira Prestes (OAB 7805/AM)
Diógenes Silva Abreu (OAB 5051/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Edgar Rogerio Gripp da Silveira (OAB 21129/MT)
Eduardo Chalfin (OAB A1140/AM)
Elon Ataliba de Almeida (OAB 6746/AM)
Erik Lorenzzo Marinho da Silva (OAB 4944/AM)
Euler Barreto Carneiro (OAB 4762/AM)
Fábio Lindoso e Lima (OAB 7417/AM)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Fabrício Cabral dos Anjos Marinho (OAB 7665/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Gustavo Henrique dos Santos Viseu (OAB 117417/SP)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique Caboclo de Macedo (OAB 8816/AM)
Iago Henrique de Almeida Lira (OAB 14727/AM)
Isaac Reis da Silva (OAB 12729/AM)
Isabela Esperança Machado (OAB 11024/AM)
Isis de Moraes Siqueira (OAB 10069/AM)
Janessa Farias Santa Luzia (OAB 13509/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
João Bosco da Silva Vieira Filho (OAB 8342/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João Fernandes Carneiro Júnior (OAB 14022/AM)
João Ricardo Gomes da Silva (OAB 14002/AM)
João Vítor Chaves Marques (OAB 30348/CE)
Jorge Henrique Silva de Melo (OAB 7999/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Kelly Anne Corrêa de Oliveira (OAB 9330/AM)
Kelly Oliveira - Sociedade Individual de Advocacia (OAB 9330/AM)
Klyssian Kelly da Silva Sousa (OAB 11316/AM)
Leon Cézane da Silva de Jesus (OAB 10332/AM)
Leonardo Andrade Aragão (OAB 7729/AM)
Lucas Alberto de Alencar Brandão (OAB 12555/AM)
Luciano da Silva Buratto (OAB 179235/SP)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Felipe de Souza Rebêlo (OAB 17593/PE)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos de Rezende Andrade Júnior (OAB 188846/SP)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Marisa Tavares Barros Paiva de Moura (OAB 19613A/MA)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Melo e Desideri Advogados Associados (OAB 337/AM)
Mozarth Ribeiro Bessa Neto (OAB 4390/AM)
Nathalia Cristina Santos Gabriel (OAB 13524/AM)
Oberdan Mussa Torres (OAB 14386/AM)
Osvaldo Luiz da Mata Júnior (OAB 1320-A/RN)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Raimundo Paiva de Souza (OAB 2839/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Seila Maria Pennafort Garcia (OAB 3611/AM)
Sérgio Paulo Monteiro Litaiff Filho (OAB 7507/AM)
Tais Naiara Souza Bezerra (OAB 12579/AM)
Tayane Carolyne Gonçalves Borges (OAB 115084A/RS)
Thiago de Paula Andrade Miranda (OAB 7850/AM)
Tiago Albuquerque Lazarini dos Santos (OAB 9946/AM)
Walber Prata de Mendonça (OAB 11816/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (NILTON LINS)

JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO MANUEL DA COSTA VIEIRA

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ROBERTA CIARLINI RABELO DE LIMA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0238/2019

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0201235-26.2016.8.04.0016 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: Cond. Bosque Residencial Kopenhagen - A penhora da posse não pode se perpetuar no tempo, sendo imprescindível que a constrição chegue a um resultado definitivo, com a continuidade do processo de expropriação patrimonial, o que não é possível com a documentação até então apresentada. Assim, indefiro a pretensão. Proceda-se nova pesquisa Bacenjud. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FRANCIMAR MACIEL FERREIRA (OAB 10155/AM) - Processo 0201786-04.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Ante o que, por tudo mais quanto dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado por Deuzarina de Souza dos Santos em face de Banco do Brasil S/A, para: - condenar o réu ao pagamento da quantia de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a parte autora, a título indenizatório pelos danos morais sofridos, com juros (1%) e correção monetária desta data; - determinar o cancelamento em definitivo da inscrição procedida nos cadastros de inadimplentes apontados por ordem da parte requerida, no prazo de 5 (cinco) dias a contar do trânsito em julgado desta decisão, sob pena de multa diária que arbitro em R$ 500,00 (quinhentos reais), até o limite de 10 (dez) dias; - declarar a inexistência do débito imputado sob responsabilidade da parte autora, para todos os efeitos. Sem condenação em custas e honorários de primeiro grau. Reservo-me para apreciar o eventual pedido de gratuidade de custas por ocasião do recurso possível desta, diante das provas apresentadas que legitimem o benefício. P.R.I.C. Manaus, 11 de setembro de 2019

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0203843-29.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - EXECUTADO: Banco BMG S/A - De ordem, informo que o EXECUTADO, deverá efetuar, no prazo de 10 (DEZ) dias contados da publicação/recebimento da presente intimação, o total cumprimento da OBRIGAÇÃO DE FAZER, constante na SENTENÇA de fls. 156/157 prolatada por este Juízo, sob pena de incidência de multa, conforme teor descrito.: " ... - declarar a inexistência do débito imputado sob responsabilidade da parte autora, para todos os efeitos."

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: ANDRÉ

DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0600383-66.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Cartão de Crédito - EXECUTADO: Banco Industrial do Brasil S/A - De ordem, informo que o EXECUTADO, deverá efetuar, no prazo de 10 (DEZ) dias contados da publicação/recebimento da presente intimação, o total cumprimento da OBRIGAÇÃO DE FAZER, constante na SENTENÇA de fls. 267/271 prolatada por este Juízo, sob pena de incidência de multa, conforme teor descrito.: " ... - determinar o cancelamento em definitivo das cobranças relativas ao empréstimo reclamado, no prazo de 10 (dez) dias a contar de intimação para cumprimento, sob pena de multa que arbitro em R$ 500,00 (quinhentos reais) por cobrança indevida, até o limite de 10 (dez); - declarar inválido o contrato de cartão de crédito consignado sob responsabilidade da parte autora, em todos os seus termos"

ADV: ROBERTA NINA ALCÂNTARA BARROSO (OAB 12189/AM), ADV: LANA KELLY DE ANDRADE SAMPAIO (OAB 4008/AM), ADV: LUCE ELAINE BENTO DE ANDRADE (OAB 3477/AM), ADV: JOZÉLIA DE SOUZA CARVALHO LOPES (OAB 6493/AM), ADV: JÚLIO ANTÔNIO DE JORGE LOPES (OAB 2023/AM), ADV: OLIVAR DURÃES FILHO (OAB 2273/AM), ADV: MARCELO GRANGEIRO DE MATTOS (OAB 2441/AM) - Processo 0602128-54.2013.8.04.0016 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: LUIS RICARDO SALDANHA NICOLAU - EXECUTADO: BEATRIZ DE CASTRO E COSTA RIZZATO e outro - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 260-267ss, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM) - Processo 0602344-73.2017.8.04.0016 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXECUTADO: Banco Industrial do Brasil S/A - De ordem, informo que o EXECUTADO, deverá efetuar, no prazo de 10 (DEZ) dias contados da publicação/recebimento da presente intimação, o total cumprimento da OBRIGAÇÃO DE FAZER, constante na SENTENÇA de fls. 235/238, prolatada por este Juízo, sob pena de incidência de multa, conforme teor descrito.: "... - determinar que o banco requerido se abstenha de proceder a qualquer desconto em folha de pagamento de qualquer parcela inerente ao cartão de crédito consignado sob responsabilidade da autora, no prazo de 5 (cinco) dias a contar do trânsito em julgado desta decisão, sob pena de multa diária que arbitro em R$ 1.000,00 (um mil reais), até o limite de 10 (dez) dias; - declarar a quitação do contrato imputado sob responsabilidade da parte autora, para todos os efeitos."

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0602696-31.2017.8.04.0016 - Cumprimento de sentença - Responsabilidade do Fornecedor - EXECUTADO: Banco BMG S/A - De ordem, informo que o EXECUTADO, deverá efetuar, no prazo de 10 (DEZ) dias contados da publicação/recebimento da presente intimação, o total cumprimento da OBRIGAÇÃO DE FAZER, constante na SENTENÇA de fls. 88/91 prolatada por este Juízo, sob pena de incidência de multa, conforme teor descrito.: " ... - condenar o réu ao pagamento da quantia de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a parte autora, a título indenizatório pelos danos morais sofridos, com juros (1%) e correção monetária desta data; - determinar que o banco requerido se abstenha de proceder a qualquer desconto em folha de pagamento de qualquer parcela inerente ao cartão de crédito consignado sob responsabilidade da autora, no prazo de 5 (cinco) dias a contar do trânsito em julgado desta decisão, sob pena de multa diária que arbitro em R$ 1.000,00 (um mil reais), até o limite de 10 (dez) dias; - declarar a quitação do contrato imputado sob responsabilidade da parte autora, para todos os efeitos."

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0609406-02.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Fornecimento de Água - EXECUTADO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, informo que o EXECUTADO, deverá efetuar, no prazo de 10 (DEZ) dias contados da publicação/recebimento da presente intimação, o total cumprimento da OBRIGAÇÃO DE FAZER, constante na SENTENÇA de fls. 130/131 prolatada por este Juízo, sob pena de incidência de multa, conforme teor descrito.: " ... - determinar o cancelamento em definitivo das cobranças advindas da unidade consumidora 2592355, no prazo de 10 (dez) dias a contar de intimação para cumprimento, sob pena de multa que arbitro em R$ 500,00 (quinhentos reais) por cada nova cobrança, até o limite de 10 dez); -declarar a inexistência do débito imputado sob responsabilidade da parte autora, referente à unidade consumidora 2592355, para todos os efeitos. Improcedente o dano moral."

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0609496-44.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - EXECUTADO: Banco Itaú Bmg Consignado S.a - A sentença determinou intimação específica para cumprimento da obrigação de fazer que ainda não ocorreu, razão pela qual indefiro a execução de multa. À secretaria para que providencia a respectiva intimação. Quanto ao valor da condenação já depositado, libere-se em favor da parte autora, através de alvará eletrônico. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0610126-66.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, informo que o EXECUTADO, deverá efetuar, no prazo de 10 (DEZ) dias contados da publicação/recebimento da presente intimação, o total cumprimento da OBRIGAÇÃO DE FAZER, constante na SENTENÇA de fls. 48/51, prolatada por este Juízo, sob pena de incidência de multa, conforme teor descrito.: " ... - determinar o cancelamento em definitivo das cobranças relativas ao empréstimo reclamado, no prazo de 10 (dez) dias a contar de intimação para cumprimento, sob pena de multa que arbitro em R$ 500,00 Quinhentos reais) por cobrança indevida, até o limite de 10 (dez)."

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM) - Processo 0612650-36.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXECUTADO: Banco BMG S/A - De ordem, informo que o EXECUTADO, deverá efetuar, no prazo de 10 (DEZ) dias contados da publicação/recebimento da presente intimação, o total cumprimento da OBRIGAÇÃO DE FAZER, constante na SENTENÇA de fls. 440/444 prolatada por este Juízo, sob pena de incidência de multa, conforme teor descrito.: " ... - declarar inexigível o débito, para todos os efeitos."

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0615525-76.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls.158-168 antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: YAGO LIRA DE LIMA MABELINI (OAB 13650/AM), ADV: ANA PAULA SANDOVAL SANTOS (OAB 125950/SP), ADV: KARLA PATRÍCIA BRASIL LUZZI (OAB 4714/AM) - Processo 0616627-36.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Fabiano Melo de Oliveira - REQUERIDO: Ticket Agora Ltda. - Endurance Sport Consulting - Vistos etc... Corrijo o evidente erro material constante da sentença, ratificando os seus termos e tão-somente retificando o dispositivo constante do erro de digitação, fazendo constar o seguinte: condenar o réu ao pagamento da quantia de R$ 10,00 (dez reais) a parte autora, a título indenizatório pelos danos materiais sofridos, com juros (1%) e correção monetária da citação válida; Intimem-se."

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0616964-25.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Defeito, nulidade ou anulação - EXECUTADO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, informo que o EXECUTADO, deverá efetuar, no prazo de 10 (DEZ) dias contados da publicação/recebimento da presente intimação, o total cumprimento da OBRIGAÇÃO DE FAZER, constante na SENTENÇA de fls. 93/95, prolatada por este Juízo, sob pena de incidência de multa, conforme teor descrito.: " ... - determinar a baixa no protesto realizado em desfavor do autor, no prazo de 10 (dez) dias a contar de intimação para cumprimento,

sob pena de multa diária que arbitro em R$ 500,00 (quinhentos reais), até o limite de 10 (dez) dias."

ADV: ELÍSIA HELENA DE MELO MARTINI (OAB 1853/RN), ADV: GLAUCO GOMES MADUREIRA (OAB 188483/SP), ADV: HENRIQUE JOSÉ PARADA SIMÃO (OAB 221386/SP), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0617667-53.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Seguro - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A e outro - De ordem, informo que o EXECUTADO, deverá efetuar, no prazo de 10 (DEZ) dias contados da publicação/recebimento da presente intimação, o total cumprimento da OBRIGAÇÃO DE FAZER, constante na SENTENÇA de fls. 140/142 prolatada por este Juízo, sob pena de incidência de multa, conforme teor descrito.: " ... - determinar o cancelamento em definitivo da cobrança do seguro, no prazo de 10 (dez) dias a contar de intimação para cumprimento, sob pena de multa que arbitro em R$ 500,00 (quinhentos reais) por cobrança, até o limite de 10 (dez). "

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0617873-67.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - EXECUTADO: Banco Bradesco S/A - De ordem, informo que o EXECUTADO, deverá efetuar, no prazo de 10 (DEZ) dias contados da publicação/recebimento da presente intimação, o total cumprimento da OBRIGAÇÃO DE FAZER, constante na SENTENÇA de fls. 61/62 prolatada por este Juízo, sob pena de incidência de multa, conforme teor descrito.: " ... - determinar o cancelamento em definitivo da cobrança reclamada, no prazo de 10 (dez) dias a contar de intimação para cumprimento, sob pena de multa que arbitro em R$ 500,00 (quinhentos reais) por cobrança, até o limite de 10; - declarar a inexistência do débito imputado sob responsabilidade da parte autora, para todos os efeitos."

ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM) - Processo 0617974-07.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Maria Ivaneide da Cunha Moura - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 77-90, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671/AM), ADV: NATHALIA CRISTINA SANTOS GABRIEL (OAB 13524/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0618267-74.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Extinção - EXECUTADO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, informo que o EXECUTADO, deverá efetuar, no prazo de 10 (DEZ) dias contados da publicação/recebimento da presente intimação, o total cumprimento da OBRIGAÇÃO DE FAZER, constante na SENTENÇA de fls. 139/140, prolatada por este Juízo, sob pena de incidência de multa, conforme teor descrito.: "... - declarar a inexistência do débito imputado sob responsabilidade da parte autora, no valor de R$ 1.526,73 (um mil, quinhentos e vinte e seis reais e setenta e três centavos), para todos os efeitos."

ADV: MARCELO AUGUSTO CRUZ PEDROSA (OAB 9290/AM) - Processo 0619882-70.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Planos de Saúde - EXEQUENTE: Mario Yoshio Bepu - Mantenho o despacho de fls. 341, por seus próprios fundamentos. Cumpra-se. Manaus, 19 de agosto de 2019.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0620418-81.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - EXECUTADO: Banco BMG S/A - De ordem, informo que o EXECUTADO, deverá efetuar, no prazo de 10 (dez) dias contados da publicação/recebimento da presente intimação, o total cumprimento da OBRIGAÇÃO DE FAZER, constante na SENTENÇA de fls. 54/57, prolatada por este Juízo, sob pena de incidência de multa, conforme teor descrito.: "... - determinar que o banco requerido se abstenha de proceder a qualquer desconto em folha de pagamento de qualquer parcela inerente ao cartão de crédito consignado sob responsabilidade da autora, no prazo de 5 (cinco) dias a contar do trânsito em julgado desta decisão, sob pena de multa, que arbitro em R$ 500,00 (quinhentos reais), por cada lançamento indevido, até o limite de 10 (dez); - declarar a quitação do contrato imputado sob responsabilidade da parte autora, para todos os efeitos. "

ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 983A/PE) - Processo 0622996-17.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - EXECUTADO: Banco BMG S/A - De ordem, informo que o EXECUTADO, deverá efetuar, no prazo de 10 (DEZ) dias contados da publicação/recebimento da presente intimação, o total cumprimento da OBRIGAÇÃO DE FAZER, constante na SENTENÇA de fls. 110/112 prolatada por este Juízo, sob pena de incidência de multa, conforme teor descrito.: " ... - declarar a nulidade do contrato em questão, com o consequente cancelamento dos descontos no contracheque da autora, mediante Ofício destinado à fonte pagadora, a ser expedido pela Secretaria da Vara, após o trânsito em julgado. Deve a autora devolver ao réu o valor depositado em sua conta, de R$ 2.160,00, pelo que, autorizo, desde logo, a compensação deste valor com o valor devido à autora."

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0623093-80.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXECUTADO: Banco Pan S/A - De ordem, informo que o EXECUTADO, deverá efetuar, no prazo de 10 (DEZ) dias contados da publicação/recebimento da presente intimação, o total cumprimento da OBRIGAÇÃO DE FAZER, constante na SENTENÇA de fls. 124/125 prolatada por este Juízo, sob pena de incidência de multa, conforme teor descrito.: " ... - determinar o cancelamento em definitivo dos descontos no contracheque da autora, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da intimação para cumprimento, sob pena de multa diária que arbitro em R$ 500,00 (quinhentos reais), até o limite de 10 (dez) dias; - declarar quitado o empréstimo, para todos os efeitos."

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0628655-70.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXECUTADO: Tim Celular S/A - De ordem, informo que o EXECUTADO, deverá efetuar, no prazo de 10 (DEZ) dias contados da publicação/recebimento da presente intimação, o total cumprimento da OBRIGAÇÃO DE FAZER, constante na SENTENÇA de fls. prolatada por este Juízo, sob pena de incidência de multa, conforme teor descrito.: " ... - determinar o cancelamento em definitivo da cobrança dos serviços de TIM MUSIC, TIM BANCA VIRTUAL e TIM BACK UP, no prazo de 10 (dez) dias a contar de intimação para cumprimento, sob pena de multa que arbitro em R$ 500,00 (quinhentos reais) por cobrança, até o limite de 10 (dez).".

ANA PAULA SANDOVAL SANTOS (OAB 125950/SP)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Elísia Helena de Melo Martini (OAB 1853/RN)
Francimar Maciel Ferreira (OAB 10155/AM)
Glauco Gomes Madureira (OAB 188483/SP)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique José Parada Simão (OAB 221386/SP)
Henrique Lima Marinheiro (OAB 9324/AM)
João Batista Andrade de Queiroz (OAB 2372/AM)
Jozélia de Souza Carvalho Lopes (OAB 6493/AM)
Júlio Antônio de Jorge Lopes (OAB 2023/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Karla Patrícia Brasil Luzzi (OAB 4714/AM)
Lana Kelly de Andrade Sampaio (OAB 4008/AM)
Luce Elaine Bento de Andrade (OAB 3477/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Marcelo Augusto Cruz Pedrosa (OAB 9290/AM)
Marcelo Grangeiro de Mattos (OAB 2441/AM)

Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 983A/PE)
Nathalia Cristina Santos Gabriel (OAB 13524/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Olivar Durães Filho (OAB 2273/AM)
Roberta Nina Alcântara Barroso (OAB 12189/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Yago Lira de Lima Mabelini (OAB 13650/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (NILTON LINS)
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO MANUEL DA COSTA VIEIRA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ROBERTA CIARLINI RABELO DE LIMA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0239/2019

ADV: DANIELLE AMORIM BATISTA DOS SANTOS (OAB 7109/AM), ADV: FELICIANO LYRA MOURA (OAB 21714/PE), ADV: JOÃO CARLOS LEAL PARÁ (OAB 14765/AM) - Processo 0621007-05.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Lucas Luis de Souza Barreto - REQUERIDO: Casas Bahia - Ante o que, por tudo mais quanto dos autos consta, JULGO PROCEDENTE, em parte, o pedido formulado por Lucas Luis de Souza Barreto em face de Casas Bahia, para: - condenar o réu ao pagamento da quantia de R$ 2.820,55 (dois mil, oitocentos e vinte reais e cinquenta e cinco centavos) a parte autora, a título indenizatório pelos danos materiais sofridos, com juros (1%) e correção monetária da citação válida; - condenar o réu ao pagamento da quantia de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a parte autora, a título indenizatório pelos danos morais sofridos, com juros (1%) e correção monetária desta data. Improcedentes os demais pleitos. Sem condenação em custas e honorários de primeiro grau. Reservo-me para apreciar o eventual pedido de gratuidade de custas por ocasião do recurso possível desta, diante das provas apresentadas que legitimem o benefício. P.R.I.C. Manaus, 11 de setembro de 2019

ADV: LARA REGINA FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 10686/AM) - Processo 0625256-33.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Ceproeducar Ltda - Me - Defiro que se realize nova consulta no BACENJUD e RENAJUD. Inexistindo bens, intime-se desde logo o exequente para, em cinco dias, apresentar bens à penhora, sob pena de imediato arquivamento da execução por falta de bens. Cumpra-se. Manaus, 11 de setembro de 2019.

Danielle Amorim Batista dos Santos (OAB 7109/AM)
Feliciano Lyra Moura (OAB 21714/PE)
João Carlos Leal Pará (OAB 14765/AM)
Lara Regina Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 10686/AM)

10ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0276/2019

ADV: NEILA DO ROSÁRIO MONTEIRO DA SILVA (OAB 11841/AM), ADV: CLÁUDIA MARIA OLIVEIRA SILVA DOS SANTOS (OAB 13123/AM) - Processo 0605245-65.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

Cláudia Maria Oliveira Silva dos Santos (OAB 13123/AM)
Neila do Rosário Monteiro da Silva (OAB 11841/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO IGOR DE CARVALHO LEAL CAMPAGNOLLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL VANESSA OLIVEIRA DOS SANTOS
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0275/2019

ADV: ANTONELA MARTINS DOS SANTOS (OAB 9781/AM), ADV: MARIA EMÍLIA GONÇALVES DE RUEDA (OAB 13788A/AL) - Processo 0201036-84.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: ANDRES ALEJANDRO CARRILLO FLORES - REQUERIDO: Cielo S/A - Em virtude do exposto, com fulcro no art. 487, I, do Digesto de Processo Civil, julgo improcedente o pedido autoral de indenização por danos morais, fazendo-o em razão da inexistência de provas que o corroborem. Revogo os efeitos da decisão interlocutória de fls. 13-14. Sem custas e honorários, salvo recurso. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. P.R.I.C

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0201204-86.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: ANTONIA PEREIRA DA SILVA - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Nesse elastério, reconheço a complexidade probatória da causa e a consequente incompetência desta Justiça Especial para dirimi-la, nos moldes do artigo do art. 51, III, da Lei nº 9.099/95, pelo que determino a extinção do feito sem o julgamento do mérito. Caso não haja recurso das partes, no prazo da lei, autorizo o imediato arquivamento dos autos, com as cautelas de estilo. P.R.I.C

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: CAIO TASSO SILVA QUEIROZ DOS SANTOS (OAB 7556/AM) - Processo 0201205-71.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: ADNA DE OLIVEIRA SOUZA - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Nesse elastério, reconheço a complexidade probatória da causa e a consequente incompetência desta Justiça Especial para dirimi-la, nos moldes do artigo do art. 51, III, da Lei nº 9.099/95, pelo que determino a extinção do feito sem o julgamento do mérito. Caso não haja recurso das partes, no prazo da lei, autorizo o imediato arquivamento dos autos, com as cautelas de estilo. P.R.I.C

ADV: JAIR AGOSTINHO PEREIRA PINTO (OAB 7846/AM) - Processo 0600563-43.2013.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: MARCIA SANTANA DA SILVA ALMEIDA - De ordem, intime-se o requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, informar os dados bancários (Banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF ou CNPJ) necessários à expedição de alvará eletrônico para fins de transferência bancária ou para que manifeste interesse pela expedição de alvará eletrônico para levantamento em espécie, bem como para que manifeste-se acerca da satisfação das obrigações.

ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: CINTHYA FEITOSA DE SOUZA (OAB 6978/AM) - Processo 0600563-43.2013.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - LITSPASSIV: PARADISE TURISMO E PASSAGENS LTDA. - De ordem, e considerando os bloqueios positivos (fls. 287-298) no rosto dos autos, intime-se o executado para impugnação no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 52, IX, da Lei 9.099/95 c/c o Enunciado nº 142 do FONAJE.

ADV: JOYCILENE PRAIA RAMOS (OAB 12587/AM) - Processo 0600741-16.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Liciana dos Santos Tavares - De ordem, intime-se o requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, informar os dados bancários (Banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF ou CNPJ) necessários à expedição de alvará eletrônico para fins de transferência bancária ou para que manifeste interesse pela expedição de alvará eletrônico para levantamento em espécie, bem como para que manifeste-se acerca da satisfação das obrigações.

ADV: KÊNIA BASTOS ANDRADE (OAB 4037/AM), ADV: FRANCISCO DE ASSIS LELIS DE MOURA JÚNIOR (OAB 20.289/PE), ADV: MANUELA MOTTA MOURA DA FONTE (OAB 20397/PE), ADV: RUBENS GASPAR SERRA (OAB 3499/AC) - Processo 0600966-36.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Indevido - REQUERIDO: Marisa Cap Icatu Seguros S/A - LITSPASSIV: Bradesco S.a - Banco Bradesco S/A - De ordem, intime-se o requerido para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da petição de fls. 224-227, bem como acerca dos documentos de fls. 228-292. Após o transcurso do prazo, retornem os autos conclusos para apreciação pelo magistrado.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: GAMAL SWAMI DE ABREU (OAB 9106/AM), ADV: GAMAL SWAMI DE ABREU (OAB 9106/AM) - Processo 0601395-71.2016.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: IDEVANDRO RICARDO COLARES DOS SANTOS - REQUERIDO: BANCO BMG S/A - Satisfeita a obrigação pela parte executada, conforme comprovação no rosto dos autos, julgo extinta a presente execução, com espeque no art. 924, inciso II, do Código de Processo Civil. Arquivem-se os presentes autos, mediante as cautelas de estilo. Sem custas. P.R.I.C.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0603184-03.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Washington Cooper Seabra - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Defiro o pedido de cumprimento de sentença de fls. 78-79 e 80. Intime-se a parte executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento do valor executado de R$4.522,80 (quatro mil, quinhentos e vinte e dois reais e oitenta centavos), nos termos do art. 523, §1º, do Código de Processo Civil, bem como para que, no prazo de 10 (dez) dias, efetue a baixa e o cancelamento do débito do contrato objeto desta demanda, retirando eventual negativação, sob pena de multa diária no valor de R$100,00 (cem) reais, a ser aplicada até o limite de 10 (dez) dias. Transcorrido o prazo in albis, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se à execução com a penhora online diretamente na conta da parte executada via BacenJud, nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação. Por fim, restando infrutíferas as medidas acima descritas, proceda-se à realização de consulta e bloqueio de veículos mediante o RENAJUD. Cumpra-se.

ADV: PENÉLOPE ARYADNE ANTONY LIRA (OAB 7357/AM) - Processo 0603355-62.2016.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: MARIA ZENEIDE COSTEIRA SILVA - De ordem, intime-se a exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da petição de fls. 207-213. Após o transcurso do prazo, retornem os autos conclusos para apreciação pelo magistrado.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: ROBERGES JUNIOR DE LIMA (OAB 27856-A/PA) - Processo 0603470-78.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Jakline da Graça Fonseca - RECLAMADO: Telefônica Brasil S/A - Reporto-me ao Ato Ordinatório de fl. 226 dos autos, no qual o autor foi intimado a apresentar cópia de sua última declaração de imposto de renda no prazo de 05 dias. No entanto, verifiquei que o prazo transcorreu sem que o autor apresentasse o referido documento. Sendo assim, indefiro a gratuidade da justiça, e de ordem, fica intimada a parte autora para realizar pagamento do preparo no prazo de 48 horas (art. 42,§ 2º da lei 9.099/95) , sob pena de deserção.

ADV: LUANA SILVA SANTOS (OAB 16292/PA), ADV: MARÍLIA DIAS ANDRADE (OAB 14351/PA), ADV: JOELSON GLÁUCIO LUZEIRO (OAB 4392/AM) - Processo 0603739-20.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Nalto Jose Sodre Barros - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Nesse elastério, reconheço a complexidade probatória da causa e a consequente incompetência desta Justiça Especial para dirimi-la, nos moldes do artigo do art. 51, III, da Lei n. 9.099/95, pelo que determino a extinção do feito sem o julgamento do mérito. Sem custas, salvo recurso, na forma da lei de regência. Caso não haja recurso das partes, no prazo da lei, autorizo o imediato arquivamento dos autos, com as cautelas de estilo. P.R.I.C.

ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM), ADV: LUCIANO DA SILVA BURATTO (OAB 179235/SP) - Processo 0604129-87.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Valter Bezerra Borges - RECLAMADO: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL I - Forte nestes fundamentos, com fulcro no art. 487, I do Código de Processo Civil, e levando-se em consideração o exposto, notadamente a falta de êxito do requerente em demonstrar a existência da conduta ilícita ou abusiva por parte da demandada, julgo improcedente o pedido formulado na inicial. Sem custas e honorários advocatícios. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos e dê-se baixa nos competentes registros. P.R.I.C.

ADV: RYSANNDRETT ALVARENGA ROSAS (OAB 8939/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0604670-23.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Energia Elétrica - REQUERENTE: Mara Nubia Braga de Assunção - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Nesse elastério, reconheço a complexidade probatória da causa e a consequente incompetência desta Justiça Especial para dirimi-la, nos moldes do artigo do art. 51, III, da Lei nº 9.099/95, pelo que determino a extinção do feito sem o julgamento do mérito. Caso não haja recurso das partes, no prazo da lei, autorizo o imediato arquivamento dos autos, com as cautelas de estilo. P.R.I.C

ADV: KARINA TATIANA DA CÂMARA ELIAS (OAB 5420/AM) - Processo 0604852-09.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Jb Andaimes Locadora de Equipamentos para Construção Civil Ltda Me - REQUERIDO: Top Engenharia - Forte nas razões acima expendidas e com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar o requerido ao pagamento de R$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), com juros de 1% ao mês e correção monetária (INPC), ambos a serem contados a partir do efetivo prejuízo da parte requerente (data da devolução dos equipamentos). Sem custas e honorários advocatícios neste primeiro grau de jurisdição, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95.

ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS), ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM) - Processo 0605237-54.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Quedima Regina Schuler - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - Indefiro o pedido de julgamento antecipado da lide por entender que, consideradas as circunstâncias do caso concreto e analisadas as alegações dos litigantes, resta necessário o esclarecimento de alguns pontos suscitados na inicial e na peça de defesa, a ser feito em audiência instrutória, mediante depoimento pessoal das partes, razões por que se afigura necessária a realização do referido ato.

ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS), ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM) - Processo 0605237-54.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Quedima Regina Schuler - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - Instrução e Julgamento Data: 08/10/2019 Hora 09:15 Local: Sala de audiência do Juiz Situacão: Pendente

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM) - Processo 0605245-65.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: MARIA CLÁUDIA SOUSA DA SILVA (OAB 1082A/AM) - Processo 0605384-80.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Alex Adriano Batista Colares - REQUERIDO: Empresa Prosegur Brasil S/A - Em virtude do exposto, julgo improcedente o pedido descrito na petição inicial em razão da inexistência de provas que o corroborem, nos termos do art. 373, I do CPC. Sem custas e

honorários salvo recurso. P.R.I.C

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0605675-80.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria Batista Guimarães, - REQUERIDA: Maria Elizabeth Alves Silva - Jose Rodrigues Alves Filho - Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Forte nesses fundamentos, com fulcro no art. 487, inciso I do Código de Processo Civil, julgo parcialmente procedentes os pedidos formulados para: 1 - declarar os requeridos Maria Elizabeth Alves Silva e José Rodrigues Alves Filho, responsáveis pelo débito discutido na presente demanda; 2 - determinar que a concessionária de energia elétrica proceda à transferência da titularidade da unidade consumidora em questão, bem como dos débitos dele decorrentes a partir do mês de maio de 2016, para o nome de um dos requeridos, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa no valor de R$500,00 (quatrocentos reais) por cada cobrança indevida, até o limite de dez incidências; 3 - determinar que a concessionária ré proceda às diligências necessárias, no sentido de de efetuar o cancelamento dos protestos registrados em nome da parte autora, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa no valor de R$4.000,00 (quatro mil reais); 4 - improcedente o pedido de indenização por danos morais. Deixo de condenar os réus ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, escudando-me na primeira parte do art. 55 da Lei 9.099/95. Após o trânsito em julgado, ficam as requeridas desde já intimada a cumprir a obrigação de fazer no prazo determinado, sob pena de incidência da multa arbitrada. P. R. I. C.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: JOSÉ ESTEVÃO XAVIER (OAB 8824/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0605740-75.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Raimunda Cheila Ferreira Pinto - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Nesse elastério, reconheço a complexidade probatória da causa e a consequente incompetência desta Justiça Especial para dirimi-la, nos moldes do artigo do art. 51, III, da Lei nº 9.099/95, pelo que determino a extinção do feito sem o julgamento do mérito. Por força desta, revogo os efeitos da decisão interlocutória de fls. 38-39. Caso não haja recurso das partes, no prazo da lei, autorizo o imediato arquivamento dos autos, com as cautelas de estilo. P.R.I.C

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: YAGO LIRA DE LIMA MABELINI (OAB 13650/AM) - Processo 0605766-73.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Eliana Santos da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Indefiro o pedido de julgamento antecipado da lide por entender que, consideradas as circunstâncias do caso concreto e analisadas as alegações dos litigantes, resta necessário o esclarecimento de alguns pontos suscitados na inicial e na peça de defesa, principalmente no que concerne ao contrato de fls. 174-175, a ser feito em audiência instrutória, mediante depoimento pessoal das partes, razões por que se afigura necessária a realização do referido ato.

ADV: YAGO LIRA DE LIMA MABELINI (OAB 13650/AM), ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0605766-73.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Eliana Santos da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Instrução e Julgamento Data: 03/10/2019 Hora 10:45 Local: Sala de audiência do Juiz Situacão: Pendente

ADV: EULER BARRETO CARNEIRO (OAB 4762/AM) - Processo 0605817-84.2019.8.04.0020 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Costa e Souza Educação Infantil Ltda Me - REQUERIDA: Raimunda Guimaraes Simas - Diante do exposto, com fulcro no inciso I do art. 487 do Código de Processo Civil, julgo improcedente o pedido de cobrança movido pelo autor. Sem custas ou verbas honorárias, nos termos do art.55, caput, da Lei n. 9.099/95. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os presentes autos. P.R.I.C

ADV: MARIA HELENA AGUIAR COIMBRA (OAB 12931/AM), ADV: ALFREDO ZUCCA NETO (OAB 154694/SP), ADV: CAMILA JATAHY ARAUJO (OAB 12602/AM), ADV: JOÃO BOSCO SÁVIO OLIVEIRA DE LIMA (OAB 8622/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0605818-69.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Sebastiao da Costa Viana - REQUERIDO: Elo Serviços S/A - Vivo S/A - Indefiro o pedido de julgamento antecipado da lide por entender que, consideradas as circunstâncias do caso concreto e analisadas as alegações dos litigantes, resta necessário o esclarecimento de alguns pontos suscitados na inicial e na peça de defesa, no que diz respeito às alegações de utilização dos serviços, a ser feito em audiência instrutória, mediante depoimento pessoal das partes, razões por que se afigura necessária a realização do referido ato.

ADV: MARIA HELENA AGUIAR COIMBRA (OAB 12931/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: ALFREDO ZUCCA NETO (OAB 154694/SP), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: JOÃO BOSCO SÁVIO OLIVEIRA DE LIMA (OAB 8622/AM), ADV: CAMILA JATAHY ARAUJO (OAB 12602/AM) - Processo 0605818-69.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Sebastiao da Costa Viana - REQUERIDO: Elo Serviços S/A - Vivo S/A - Instrução e Julgamento Data: 07/10/2019 Hora 10:00 Local: Sala de audiência do Juiz Situacão: Pendente

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0605965-95.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Deusmar Machado dos Santos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - Forte nesses fundamentos, com fulcro no art. 487, inciso I, do Digesto de Processo Civil, julgo parcialmente procedentes os pedidos autorais para, declarar a inexigibilidade do serviço denominado "título de capitalização", condenando o Banco Bradesco S/A ao pagamento do valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), a título de repetição de indébito em dobro, com juros de 1% ao mês e correção monetária (INPC), ambos a serem contados a partir da data do desconto, bem como ao pagamento da importância de R$1.500,00 (mil e quinhentos reais), a título de indenização pelos danos morais narrados na inicial, com correção monetária (INPC) e juros moratórios de 1% a.m., ambos a partir da prolação deste decisum. Deixo de condenar a parte requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, escudando-me na primeira parte do art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I.C

ADV: ANTÔNIO CARLOS KIMAK SEGUNDO (OAB 5002/AM) - Processo 0606000-80.2013.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: ROSÂNGELA MARIA ARAÚJO MELO - LITSATIVO: SEBASTIÃO FERREIRA MELO - De ordem, e considerando os bloqueios via BACENJUD de fls. 253-267, intime-se a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, requerer o que entender de direito, sob pena de extinção e arquivamento.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0606022-16.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Glaucia Cristina Lemos Nunes - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Forte nesses fundamentos e com fulcro no art. 487, I, do CPC: 1 - julgo procedente o pedido autoral para declarar a quitação do contrato questionado nesta demanda. 2 - julgo procedente o pedido de repetição de indébito, na forma simples, para condenar o requerido a pagar à suplicante o valor de R$5.397,27 (cinco mil, trezentos e noventa e sete reais e vinte e sete centavos), além de eventuais valores descontados no curso do processo, com juros de 1% ao mês e correção monetária (INPC), ambos a serem contados a partir do efetivo prejuízo da autora (data do primeiro desconto indevido). 3 - julgo parcialmente procedente o pedido de indenização por danos morais, condenando o banco réu ao pagamento da importância de R$2.000,00 (dois mil reais),

com correção monetária (INPC) e juros moratórios de 1% ao mês, ambos a partir da prolação deste decisum. Por força desta torno definitivo os efeitos da decisão interlocutória de fl. 73-74. Deixo de condenar a parte requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, escudando-me na primeira parte do art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I.C.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM), ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0606027-38.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Patricia Cristina Santos Lopes - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Forte nesses fundamentos e com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo parcialmente procedentes os pedidos constantes da inicial, para: 1 - declarar inexigível o débito discutido na presente demanda; 2 - condenar a demandada ao pagamento da importância de R$ 1.000,00 (mil reais), a título de indenização pelos danos morais narrados na inicial, com correção monetária (INPC) e juros moratórios de 1% a.m., ambos com marco inicial a partir da data da prolação deste decisum. Por força desta, determino que a parte ré proceda com a exclusão do nome da autora dos registro dos órgãos de restrição creditícia, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de multa diária no valor de R$ 100,00 (cem reais), até o limite de 15 (quinze) dias, a ser revertido em favor do requerente. Em caso de descumprimento, converta-se a referida multa em perdas e danos. Outrossim, torno definitivo os efeitos da decisão interlocutória de fls. 16-18, no que concerne à abstenção de realizar cobrança da dívida questionada na exordial. Deixo de condenar a parte requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, escudando-me na primeira parte do art. 55 da Lei 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM) - Processo 0606044-74.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Maria Cacilda Chagas de Oliveira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Forte nesses fundamentos e com fulcro no art. 487, inciso I do Código de Processo Civil, julgo parcialmente procedentes os pedidos constantes da inicial para condenar o banco réu à restituir à parte autora a quantia de R$ 1.371,30 (mil, trezentos e setenta e um reais e trinta centavos) com correção monetária (INPC), a contar do primeiro desconto indevido e juros moratórios de 1% ao mês, a contar da citação, incluindo na mesma regra eventuais descontos ocorridos ao longo do processo. Improcedentes os demais pedidos. Em razão da sentença de mérito, determino ao requerido que proceda, no prazo de 15 (quinze) dias, após o trânsito em julgado, a suspensão dos descontos da tarifa bancária, sob pena de multa no valor de R$ 300,00 (trezentos reais) por desconto indevido. Deixo de condenar o demandado ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, escudando-me na primeira parte do art. 55 da Lei nº 9.099/95. P.R.I.C.

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM) - Processo 0606055-06.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Maria Cacilda Chagas de Oliveira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Forte nesses fundamentos e com fulcro no art. 487, I, do CPC: 1 - julgo procedente o pedido relativo à declaração de inexigibilidade das cobranças realizadas sob título “cart cred anuid”; 2 - julgo procedente o pedido de repetição de indébito, condenando a parte requerida ao pagamento de R$ 1.441,76 (mil, quatrocentos e quarenta e um reais e setenta e seis centavos) com juros de 1% ao mês e correção monetária (INPC), ambos a serem contados a partir do efetivo prejuízo do autor (data do primeiro desconto indevido); 3 - Improcedente o pedido de indenização por danos morais. Por força desta torno definitivo os efeitos da decisão interlocutória de fls. 51-52. Deixo de condenar o demandado ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, escudando-me na primeira parte do art. 55 da Lei nº 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM) - Processo 0606063-80.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Afonso Henrique da Silva Santos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Forte nesses fundamentos e com fulcro no art. 487, I, do CPC: 1 - julgo procedente o pedido autoral para declarar abusivos os descontos referentes ao contrato questionado nesta demanda. 2 - julgo procedente o pedido de repetição de indébito, em dobro, para condenar o requerido a pagar à suplicante o valor de R$ 1.639,10 (mil, seiscentos e trinta e nove reais e dez centavos), com juros de 1% ao mês e correção monetária (INPC), ambos a serem contados a partir do efetivo prejuízo da autora (data do primeiro desconto indevido). 3 - julgo parcialmente procedente o pedido de indenização por danos morais, condenando o banco réu ao pagamento da importância de R$2.000,00 (dois mil reais), com correção monetária (INPC) e juros moratórios de 1% ao mês, ambos a partir da prolação deste decisum. Por força desta, torno definitivo os efeitos da decisão interlocutória de fls. 31-32. Deixo de condenar a parte requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, escudando-me na primeira parte do art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I.C.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0607909-35.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Jurandir dos Santos Silv - No entanto, compulsando o pedido articulado na vestibular e os documentos que o instruem, verifico que os fatos alegados pela parte autora não restaram suficientemente esclarecidos, daí por que não me convenço, para fins de cognição sumária da pretensão deduzida em juízo, da verossimilhança do alegado, requestando o presente caso, ademais, dilação probatória, a ser feita no curso da instrução processual, o que inviabiliza o acolhimento da medida postulada. Isto posto, indefiro o pedido da tutela de urgência. Tendo em vista o pedido de inversão do ônus da prova formulado pela parte autora na inicial, cientifico as partes de que o pleito será analisado em audiência de instrução e julgamento, devendo as partes produzir as provas que lhe couber para o melhor deslinde do caso posto sub judice. À Secretaria para as providências de praxe. Cumpra-se.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0607909-35.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Jurandir dos Santos Silv - Conciliação Data: 14/11/2019 Hora 11:30 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM) - Processo 0607933-34.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Inalda Maria Gomes Alfaia - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Satisfeita a obrigação pela parte executada, conforme comprovação no rosto dos autos, julgo extinta a presente execução, com espeque no art. 924, inciso II, do Código de Processo Civil. Arquivem-se os presentes autos, mediante as cautelas de estilo. Sem custas. P.R.I.C.

ADV: LUAN DO NASCIMENTO RAMALHO (OAB 13780/AM) - Processo 0607945-77.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Idoso - REQUERENTE: Osmar Albuquerque Feio - Maria de Nazaré Carvalho Feio - Forte nas razões acima expendidas, indefiro o pedido de antecipação de tutela formulado pela requerente. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUAN DO NASCIMENTO RAMALHO (OAB 13780/AM) - Processo 0607945-77.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Idoso - REQUERENTE: Osmar Albuquerque Feio - Maria de Nazaré Carvalho Feio - UNA - Conciliação, Instrução e Julgamento Data: 11/11/2019 Hora 11:00 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: ALTEMIR DE SOUZA PEREIRA (OAB 6773/AM) - Processo 0607986-44.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Marli de Souza Pereira - Forte nos argumentos acima expendidos, indefiro o pedido de tutela de urgência articulado pela parte autora.

ADV: ALTEMIR DE SOUZA PEREIRA (OAB 6773/AM) -

Processo 0607986-44.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Marli de Souza Pereira - UNA - Conciliação, Instrução e Julgamento Data: 11/11/2019 Hora 10:30 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 46521/BA) - Processo 0607998-58.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Luzia Pedrosa Nascimento - Diante do exposto, forte nos argumentos acima expendidos, indefiro o pedido de liminar articulado na inicial. Intimem-se e cumpra-se.

ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 46521/BA) - Processo 0607998-58.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Luzia Pedrosa Nascimento - Conciliação Data: 14/11/2019 Hora 11:45 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: CRISTIANE DAS CHAGAS BOTELHO (OAB 4215/AM) - Processo 0608052-24.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Silvana Martins Soares - Conciliação Data: 19/11/2019 Hora 09:45 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: ANA JÉSSICA ALVES HADDAD E SILVA (OAB 9512/AM) - Processo 0608071-30.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Sandra da Silva Vieira - Forte nesses argumentos, indefiro o pedido de liminar formulado na peça de ingresso. Intimem-se e cumpra-se.

ADV: ANA JÉSSICA ALVES HADDAD E SILVA (OAB 9512/AM) - Processo 0608071-30.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Sandra da Silva Vieira - Conciliação Data: 19/11/2019 Hora 10:00 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0608095-58.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Dever de Informação - RECLAMANTE: Valdiza Ferreira Menezes - Forte nesses argumentos, indefiro o pedido de liminar formulado na peça de ingresso. Intimem-se e cumpra-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0608095-58.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Dever de Informação - RECLAMANTE: Valdiza Ferreira Menezes - Conciliação Data: 19/11/2019 Hora 09:30 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0608096-43.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Valdiza Ferreira Menezes - Conciliação Data: 19/11/2019 Hora 09:15 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: OBERDAN MUSSA TORRES (OAB 14386/AM) - Processo 0608121-56.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Iris de Oliveira Soares - No entanto, compulsando o pedido articulado na vestibular e os documentos que o instruem, verifico que os fatos alegados pela parte autora não restaram suficientemente esclarecidos, daí por que não me convenço, para fins de cognição sumária da pretensão deduzida em juízo, da verossimilhança do alegado, requestando o presente caso, ademais, dilação probatória, a ser feita no curso da instrução processual, o que inviabiliza o acolhimento da medida postulada. Isto posto, indefiro o pedido da tutela de urgência. Tendo em vista o pedido de inversão do ônus da prova formulado pela parte autora na inicial, cientifico as partes de que o pleito será analisado em audiência de instrução e julgamento, devendo as partes produzir as provas que lhe couber para o melhor deslinde do caso posto sub judice. À Secretaria para as providências de praxe. Cumpra-se.

ADV: OBERDAN MUSSA TORRES (OAB 14386/AM) - Processo 0608121-56.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Iris de Oliveira Soares - Conciliação Data: 19/11/2019 Hora 09:00 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: EDGAR ROGERIO GRIPP DA SILVEIRA (OAB 21129/MT) - Processo 0608198-65.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Carlos Alexandre Azevedo Queiroz - RECLAMADO: BradesCard S/A - Sendo assim, determino a intimação da parte autora para apresentar qualquer daqueles documentos por meio eletrônico ou, na impossibilidade, comprovante de residência em nome de terceiro, com declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante, de que a parte autora reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da petição inicial, na forma do artigo 321, caput, e parágrafo único, do CPC.

ADV: EDGAR ROGERIO GRIPP DA SILVEIRA (OAB 21129/MT) - Processo 0608202-05.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Elison da Silva Pinheiro - RECLAMADO: Vivo S/A - Sendo assim, determino a intimação da parte autora para apresentar qualquer daqueles documentos por meio eletrônico ou, na impossibilidade, comprovante de residência em nome de terceiro, com declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante, de que a parte autora reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da petição inicial, na forma do artigo 321, caput, e parágrafo único, do CPC.

ADV: NAYRA HESTHEFANY DE SOUZA DIAS (OAB 12873/AM) - Processo 0608205-57.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Maria do Carmo Canavarro da Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Compulsando os autos verifico que não foi carreada aos autos a procuração devidamente assinada pelo outorgante. Sendo assim, determino a intimação da parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar, via peticionamento eletrônico, o referido documento, sob pena de extinção do processo sem julgamento do mérito. Cumpra-se.

ADV: JESUALDO FERREIRA MONTEIRO (OAB 7935/AM) - Processo 0608223-78.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: Jose Menezes - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Sendo assim, determino a intimação da parte autora para, no prazo de dez dias, apresentar, via peticionamento eletrônico, documento idôneo, comprobatório de seu domicílio, sob pena de extinção do processo sem julgamento do mérito.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0608228-03.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Ciro Dias da Silva - No entanto, compulsando o pedido articulado na vestibular e os documentos que o instruem, verifico que os fatos alegados pela parte autora não restaram suficientemente esclarecidos, daí por que não me convenço, para fins de cognição sumária da pretensão deduzida em juízo, da verossimilhança do alegado, requestando o presente caso, ademais, dilação probatória, a ser feita no curso da instrução processual, o que inviabiliza o acolhimento da medida postulada. Isto posto, indefiro o pedido da tutela de urgência. Tendo em vista o pedido de inversão do ônus da prova formulado pela parte autora na inicial, cientifico as partes de que o pleito será analisado em audiência de instrução e julgamento, devendo as partes produzir as provas que lhe couber para o melhor deslinde do caso posto sub judice. À Secretaria para as providências de praxe. Cumpra-se.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0608228-03.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Ciro Dias da Silva - UNA - Conciliação, Instrução e Julgamento Data: 11/11/2019 Hora 11:30 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: ANTÔNIO HILTON GOMES PINHEIRO (OAB 7592/AM) - Processo 0608243-69.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Antônio Hilton Gomes Pinheiro - Forte nas razões acima expendidas, indefiro o pedido de antecipação de tutela formulado pela requerente. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO HILTON GOMES PINHEIRO (OAB 7592/AM) - Processo 0608243-69.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Antônio Hilton Gomes Pinheiro - Conciliação Data: 19/11/2019 Hora 10:15 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: OCIMEI OLIVEIRA CALDAS (OAB 7832/AM) - Processo 0608254-98.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de reparar o dano - REQUERENTE: Josenias

Almeida da Costa - REQUERIDO: Banco Itaú Bmg Consignado S.a - Bmg Cartão - Sendo assim, determino a intimação da parte autora para apresentar qualquer daqueles documentos por meio eletrônico ou, na impossibilidade, comprovante de residência em nome de terceiro, com declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante, de que a parte autora reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da petição inicial, na forma do artigo 321, caput, e parágrafo único, do CPC.

ADV: TAYANE CAROLYNE GONÇALVES BORGES (OAB 115084A/RS) - Processo 0608264-45.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Jefferson Farias do Nascimento - Conciliação Data: 19/11/2019 Hora 10:30 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: ERIC RAFAEL MACEDO DE CARVALHO (OAB 10485/AM) - Processo 0608265-30.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maiky Silva do Nascimento - Conciliação Data: 19/11/2019 Hora 10:45 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: FELIPE LUIZ ALENCAR VILAROUCA (OAB 19194/MT) - Processo 0608266-15.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Giselli Oliveira da Silva - Conciliação Data: 19/11/2019 Hora 11:00 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: CARLOS EVALDO SOUZA JÚNIOR (OAB 7548/AM) - Processo 0608273-07.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Carlos Evaldo Souza Júnior - REQUERIDO: Vivo Telefonia Celular S/A - Dessa forma, tendo em vista a incompetência territorial deste Juízo, bem como a de todos os existentes neste Fórum, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 51, III, da Lei nº 9.099/95, c/c o art. 485, IV, do Código de Processo Civil Brasileiro e Enunciado FONAJE de n. 89.

ADV: MARIA DO ROSÁRIO NEVES FILARDI (OAB 5504/AM) - Processo 0608297-35.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Comercial Assis Ltda-me - REQUERIDO: N. T. Indústria e Comércio de Panificação Ltda. - Epp - Sendo assim, determino a intimação da parte autora para apresentar qualquer daqueles documentos por meio eletrônico ou, na impossibilidade, comprovante de residência em nome de terceiro, com declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante, de que a parte autora reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da petição inicial, na forma do artigo 321, caput, e parágrafo único, do CPC.

ADV: CARLOS HENRIQUE PEVAS LIMA DE ARAÚJO (OAB 12262/AM), ADV: LYSSON ALCÂNTARA BARROSO (OAB 9208/AM), ADV: TIAGO BORGES DOS SANTOS (OAB 10890/AM), ADV: VARCILY QUEIROZ BARROSO (OAB 2683/AM), ADV: ENYSSON ALCÂNTARA BARROSO (OAB 5097/AM) - Processo 0608358-42.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Edivan Sousa Araujo - REQUERIDO: Gouvea RH Ltda - Em virtude do exposto, com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo improcedente os pedidos descritos na petição inicial.

ADV: KAREN BEZERRA ROSA BRAGA (OAB 6617/AM), ADV: JUAREZ CAMELO ROSA (OAB 2695/AM), ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG) - Processo 0608870-44.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Sebastião Pereira de Carvalho - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Relatório dispensado, nos termos do art. 38, caput, da Lei n° 9.099/95. Às fls. 300-301 as partes apresentam ao juízo acordo extrajudicial, o qual trazem para a devida homologação. Assim sendo, compulsando os autos, verifico que as partes são maiores e capazes, bem como lícito é o objeto do acordo por elas celebrado. Diante do exposto, homologo, por sentença, o acordo extrajudicial firmado pelos demandantes, às fls. 300-301, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, em conformidade com o art. 57, da Lei n° 9.099/95. Por conseguinte, julgo extinto o processo com resolução do mérito, sob o esteio do art. 487, inciso III, alínea "b", do Código de Processo Civil. Sem condenação em custas, na forma do art. 55 da Lei n° 9.099/95. Arquivem-se os autos.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: CARLOS ROSSATO DA SILVA ÁVILA (OAB 1276A/AM), ADV: CARLOS ROSSATO DA SILVA AVILA (OAB 10309/MT), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0609307-51.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Debora Santos Rocha - RECLAMADO: Vivo S/A (Telefônica do Brasil S/A) - Satisfeita a obrigação pela parte executada, conforme comprovação no rosto dos autos, julgo extinta a presente execução, com espeque no art. 924, inciso II, do Código de Processo Civil. Arquivem-se os presentes autos, mediante as cautelas de estilo. Sem custas. P.R.I.C.

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0612188-35.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria da Conceição Chaves de Lima - De ordem, intime-se o exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca da petição de fls. 302-308. Após o transcurso do prazo, retornem os autos conclusos para apreciação pelo magistrado.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0614213-21.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, e considerando o bloqueio positivo no rosto dos autos, intime-se o executado para impugnação no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 52, IX, da Lei 9.099/95 c/c o Enunciado nº 142 do FONAJE.

ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: EDER MACHADO ARAUJO (OAB 14085/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0648509-58.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Edleuza da Silva Graça - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Banco Bradesco S/A - Sendo assim, determino a intimação da parte autora para apresentar qualquer daqueles documentos por meio eletrônico ou, na impossibilidade, comprovante de residência em nome de terceiro, com declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante, de que a parte autora reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da petição inicial, na forma do artigo 321, caput, e parágrafo único, do CPC.

Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Aleir Cardoso de Oliveira (OAB A1253/AM)
Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM)
Alfredo Zucca Neto (OAB 154694/SP)
Altemir de Souza Pereira (OAB 6773/AM)
Ana Jéssica Alves Haddad e Silva (OAB 9512/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Antonela Martins dos Santos (OAB 9781/AM)
Antônio Carlos Kimak Segundo (OAB 5002/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Hilton Gomes Pinheiro (OAB 7592/AM)
Caio Tasso Silva Queiroz dos Santos (OAB 7556/AM)
Camila Jatahy Araujo (OAB 12602/AM)
Carlos Evaldo Souza Júnior (OAB 7548/AM)
Carlos Henrique Pevas Lima de Araújo (OAB 12262/AM)
Carlos Rossato da Silva Avila (OAB 10309/MT)
Carlos Rossato da Silva Ávila (OAB 1276A/AM)
Cidiney Rodrigues Ferreira (OAB 46521/BA)
Cinthya Feitosa de Souza (OAB 6978/AM)
Cristiane das Chagas Botelho (OAB 4215/AM)
Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB 6835/MS)
Dinah Amazonas de Oliveira (OAB 4667/AM)
Drielle Carvalho de Arruda (OAB 9121/AM)
Eder Machado Araujo (OAB 14085/AM)
Edgar Rogerio Gripp da Silveira (OAB 21129/MT)
Enysson Alcântara Barroso (OAB 5097/AM)
Eric Rafael Macedo de Carvalho (OAB 10485/AM)
Euler Barreto Carneiro (OAB 4762/AM)
Fábio Carvalho de Arruda (OAB 8076/AM)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)

Felipe Luiz Alencar Vilarouca (OAB 19194/MT)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 96864/MG)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francisco de Assis Lelis de Moura Júnior (OAB 20.289/PE)
Gamal Swami de Abreu (OAB 9106/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Jair Agostinho Pereira Pinto (OAB 7846/AM)
Jesualdo Ferreira Monteiro (OAB 7935/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João Bosco Sávio Oliveira de Lima (OAB 8622/AM)
Joelson Gláucio Luzeiro (OAB 4392/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Estevão Xavier (OAB 8824/AM)
Joycilene Praia Ramos (OAB 12587/AM)
Juarez Camelo Rosa (OAB 2695/AM)
Karen Bezerra Rosa Braga (OAB 6617/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Karina Tatiana da Câmara Elias (OAB 5420/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Kênia Bastos Andrade (OAB 4037/AM)
LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM)
Luan do Nascimento Ramalho (OAB 13780/AM)
Luana Silva Santos (OAB 16292/PA)
Luciano da Silva Buratto (OAB 179235/SP)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Lysson Alcântara Barroso (OAB 9208/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Manuela Motta Moura da Fonte (OAB 20397/PE)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria Cláudia Sousa da Silva (OAB 1082A/AM)
Maria do Rosário Neves Filardi (OAB 5504/AM)
Maria Emília Gonçalves de Rueda (OAB 13788A/AL)
Maria Helena Aguiar Coimbra (OAB 12931/AM)
Marília Dias Andrade (OAB 14351/PA)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Nayra Hesthefany de Souza Dias (OAB 12873/AM)
Oberdan Mussa Torres (OAB 14386/AM)
OCIMEI OLIVEIRA CALDAS (OAB 7832/AM)
Penélope Aryadne Antony Lira (OAB 7357/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Rayane Cristina Carvalho Lins (OAB 4544/AM)
Roberges Junior de Lima (OAB 27856-A/PA)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rubens Gaspar Serra (OAB 3499/AC)
Rysanndrett Alvarenga Rosas (OAB 8939/AM)
Tayane Carolyne Gonçalves Borges (OAB 115084A/RS)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Tiago Borges dos Santos (OAB 10890/AM)
Varcily Queiroz Barroso (OAB 2683/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Yago Lira de Lima Mabelini (OAB 13650/AM)

11ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUIZ(A) DE DIREITO ALESSANDRA C. R. C. GONDIM MARTINS DE MATOS

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CÍNTIA MARIA STONE DE MESQUITA

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0092/2019

ADV: DARIO DOS SANTOS MONTEIRO (OAB 10365/AM) - Processo 0200019-25.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Marcina dos Santos Souza - Intime-se a parte exequente para se manifestar, em 05 dias, sobre os embargos à execução, de f. 265/271. Expirado tal prazo, v. conclusos.

ADV: CAMILA COELHO GEISSLER (OAB 14649/AM) - Processo 0200462-39.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERIDO: Rafael Coelho Barbosa - Indefiro o pleito de instrução do feito, por entender cabível o julgamento do processo no estado em que se encontra, o que faço em harmonia com o art. 355, I, do Código de Processo Civil. Intimem-se. Após, v. conclusos.

ADV: CRISTIANE PINHEIRO DE OLIVEIRA (OAB 10687/AM), ADV: BENEDITO EVALDO DE LIMA (OAB 4821/AM), ADV: MÁRIO JOSÉ PEREIRA JÚNIOR (OAB 3731/AM) - Processo 0200771-65.2016.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Rejane Pereira de Aquino do Nascimento - EXECUTADO: Comatic Comércio e Serviços Ltda - Defiro o pleito de f. retro. Prossiga-se a execução com nova consulta via Bacenjud nos CNPJs indicado pela exequente às f. 119. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: EMMILLY KAREN APOLÔNIO DA SILVA (OAB 9716/AM), ADV: EVELLYN KELRYEN APOLÔNIO DA SILVA (OAB 9125/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: EDCARLA BENEDITA PORTUGAL DE OLIVEIRA (OAB 9687/AM), ADV: EDUARDO MARQUES DA SILVA (OAB 9114/AM) - Processo 0201260-34.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Agnaldo Vieira de Oliveira - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Vistos etc. Compulsando os autos, verifico que há em conta judicial deste juízo um valor depositado pelo réu, porém este não se manifestou quanto ao referido valor. Tendo em vista que há um remanescente a ser pago para o autor, determino que seja tal valor retirado da conta judicial 3205 040 01687350-7, para quitar o débito da ré. Após a expedição de alvará eletrônico em favor do autor, levando em conta que o réu se manteve inerte, arquivem-se os autos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0201299-65.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Examina-se pedido de revogação do benefício concedido ao autor formulado pelo banco requerido. Passo a decidir. Em detida análise dos autos, verifico às f. 197 que a parte autora fora condenada ao pagamento de custas e honorários advocatícios de 15 % sobre o valor da causa, entretanto, suspensa sua exigibilidade ante a concessão de justiça gratuita, nos termos do art. 12 da Lei n.º 1060/50. De efeito, comparece aos autos a parte requerida, pleiteando a quebra de sigilo fiscal na tentativa de localizar bens em nome do requerente. Doutro giro, cumpre recordar ser ônus da parte requerida a localização de bens da parte vencida e, somente após esgotados os meios à disposição do credor, para localização dos eventuais bens do devedor, é que o Judiciário pode interferir para tal fim, sob pena de acarretar afronta ao princípio da imparcialidade (art. 7º, do NCPC). Diante do exposto, indefiro o pleito retro em razão da ausência de demonstração de que houve alteração na situação que havia ensejado a concessão da gratuidade. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARTA MARIA VALE OYAMA (OAB 7146/AM), ADV: ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB 6161/AM), ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB A700/AM) - Processo 0600217-60.2019.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Raimunda de Oliveira Gomes - EXECUTADO: Centauros Motos Ltda. - Vistos, etc... Examina-se o requerimento da exequente de multa, às f. 110/111. Decido. Compulsando os autos detidamente, verifica-se que o executado não foi devidamente intimado da decisão de f. 96, portanto, o pagamento foi efetuado voluntariamente, não havendo multa de 10%, do art. 523 do NCPC. Noutro giro, a exequente, alega que seu nome permanece negativado, requerendo assim o pagamento das astreintes, porém, não juntou aos autos, qualquer

comprovação de suas alegações. O despacho de f. 116, considerou erroneamente a parte exequente inerte, quando na verdade, seria o executado. Dito isto, CHAMO À ORDEM O PROCESSO e TORNO SEM EFEITO o despacho de f. 116, afim de sanar a irregularidade citada. Ante a inércia do executado certificada às f. 115, intime-se a parte exequente para, no prazo de 05 dias, comprovar as alegações de f. 110/111, sob pena de indeferimento da execução. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: KARLA FREIXO BRAGA (OAB 3775/AM), ADV: SELMA MARA SANTANA MOTA (OAB 5524/AM) - Processo 0600227-75.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Niege Passos Fonseca - EXECUTADO: Trivial Festas & Eventos - Indefiro o pedido de f. 165, tendo em vista a informação retro. Porém, decido que o réu seja intimado a pagar o valor remanescente, de R$ 78,36, logo que o banco transferiu valor menor que o acordado, às f. 158/159. Expeça-se alvará em favor da parte autora, conforme os dados informados, às f. 158. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MICHAEL QUEIROZ LEITÃO (OAB 9714/AM), ADV: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXÃO (OAB 1324A/AM), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM) - Processo 0600316-64.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Eric Rebouças de Araújo - EXECUTADO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - Defiro o pedido retro. Encaminhe os autos para nova penhora eletrônica. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: VITO EDUARDO DE AMORIM ANDRELINO (OAB 9463/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0600638-50.2019.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Andrea Kalil de Oliveira - EXECUTADO: Banco Pan S/A - Trata-se da petição de f. 220/223. Verifico que o réu juntou comprovante de pagamento da execução de sentença, às f. 221/223, no entanto, o pagamento foi realizado após os 15 dias de cumprimento voluntário, tendo finalizado dia 12/08/2019, conforme a certidão de f. 216. Desta forma, determino que seja pago em favor da autora o valor penhorado, às f. 224/229, e que seja devolvido ao executado o valor pago voluntariamente. Intime-se o réu para indicar dados bancários. Após a expedição dos alvarás eletrônicos, arquivem-se os autos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: HONORATO FERNANDES DE MELO NETO (OAB 10248/AM), ADV: JOSÉ PERCEU VALENTE DE FREITAS (OAB 7200/AM) - Processo 0601286-30.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Magno Rodrigues da Silva Filho - Recebo o recurso no efeito devolutivo, nos termos do artigo 43 da Lei 9.099/95. Intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de dez dias, querendo. Expirado o aludido prazo, com ou sem apresentação de resposta, remetam-se os autos à Turma Recursal.

ADV: RONEISE MARKLANE DOS ANJOS SOUSA (OAB 10806/AM) - Processo 0601315-80.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Rowys Matheus Leitao dos Reis - Recebo o recurso no efeito devolutivo, nos termos do artigo 43 da Lei 9.099/95. Intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de dez dias, querendo. Expirado o aludido prazo, com ou sem apresentação de resposta, remetam-se os autos à Turma Recursal.

ADV: OCIMEI OLIVEIRA CALDAS (OAB 7832/AM), ADV: ENY BITTENCOURT (OAB 29442/BA), ADV: RODRIGO SCOPEL (OAB 40004/RS), ADV: FRANCISCO MADSON DA CUNHA VERAS (OAB 1960/AM) - Processo 0601358-17.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Francisca Pinho da Silva - REQUERIDO: Banco Itaú Bmg Consignado S.a - Banco BMG S/A - Defiro o pedido de gratuidade judiciária da requerente. Recebo ambos os recursos no efeito devolutivo, nos termos do artigo 43 da Lei 9.099/95. Intimem-se as partes recorridas para apresentarem contrarrazões ao recurso no prazo de dez dias, querendo. Expirado o aludido prazo, com ou sem apresentação de resposta, remetam-se os autos à Turma Recursal. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0601461-24.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Defiro o pedido de gratuidade judiciária. Recebo o recurso no efeito devolutivo, nos termos do artigo 43 da Lei 9.099/95. Intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de dez dias, querendo. Expirado o aludido prazo, com ou sem apresentação de resposta, remetam-se os autos à Turma Recursal. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0601592-96.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Marcelo Alencar Matos Neto - Recebo o recurso no efeito devolutivo, nos termos do artigo 43 da Lei 9.099/95. Intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de dez dias, querendo. Expirado o aludido prazo, com ou sem apresentação de resposta, remetam-se os autos à Turma Recursal.

ADV: EVALDO LÚCIO DA SILVA (OAB 1302A/AM), ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0601674-30.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Washington Rodrigues de Araujo - Recebo o recurso no efeito devolutivo, nos termos do artigo 43 da Lei 9.099/95. Intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de dez dias, querendo. Expirado o aludido prazo, com ou sem apresentação de resposta, remetam-se os autos à Turma Recursal.

ADV: EDUARDO DOS REIS RIOS GUIRAU (OAB 33184/DF) - Processo 0601735-85.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Associação dos Empregados Eletrobrás - Assel/nr - Defiro o pedido de gratuidade judiciária. Recebo o recurso no efeito devolutivo, nos termos do artigo 43 da Lei 9.099/95. Intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de dez dias, querendo. Expirado o aludido prazo, com ou sem apresentação de resposta, remetam-se os autos à Turma Recursal. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DIEGO DA SILVA SOARES CRUZ (OAB 21519/MT) - Processo 0601871-82.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Francisco Tadeu Gomes de Sousa Junior - Recebo o recurso no efeito devolutivo, nos termos do artigo 43 da Lei 9.099/95. Intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de dez dias, querendo. Expirado o aludido prazo, com ou sem apresentação de resposta, remetam-se os autos à Turma Recursal.

ADV: MARVYN BORIS DE OLIVEIRA COSTA (OAB 12571/AM) - Processo 0601923-78.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Matuzalem Nogueira Correa - Recebo o recurso no efeito devolutivo, nos termos do artigo 43 da Lei 9.099/95. Intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de dez dias, querendo. Expirado o aludido prazo, com ou sem apresentação de resposta, remetam-se os autos à Turma Recursal.

ADV: RAPHAEL QUINTILIANO PAZUELLO (OAB 8881/AM) - Processo 0601941-02.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Tiago Benaion da Silva - Recebo o recurso no efeito devolutivo, nos termos do artigo 43 da Lei 9.099/95. Intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de dez dias, querendo. Expirado o aludido prazo, com ou sem apresentação de resposta, remetam-se os autos à Turma Recursal.

ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS) - Processo 0601946-24.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERIDO: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Defiro o pedido de gratuidade judiciária. Recebo o recurso no efeito devolutivo, nos termos do artigo 43 da Lei 9.099/95. Intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de dez dias, querendo. Expirado o aludido prazo, com ou sem apresentação de resposta, remetam-se os autos à Turma Recursal. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MOZARTH RIBEIRO BESSA NETO (OAB 4390/AM) - Processo 0601986-06.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERIDO: Avior Airlines Brasil C.a. - Isto posto, deixo de receber o recurso, eis que deserto,

nos termos do art. 54 § único da Lei 9.099/95 c/c art. 3º, § 1º do provimento 256 da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Amazonas, in verbis: Art. 54 - Parágrafo único: O preparo do recurso, na forma do § 1º do art. 42 desta Lei, compreenderá todas as despesas processuais, inclusive aquelas dispensadas em primeiro grau de jurisdição, ressalvada a hipótese de assistência judiciária gratuita. Art. 3º, § 1º - No mesmo prazo assinalado no caput, o recorrente deverá, também recolher o valor das custas processuais, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95, de acordo com a tabela de custas atualmente em vigor, divulgada na página oficial do Tribunal de Justiça do Amazonas. Certifique-se o trânsito em julgado da sentença lançada nos autos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM) - Processo 0602004-27.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERIDO: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Defiro o pedido de gratuidade judiciária. Recebo o recurso no efeito devolutivo, nos termos do artigo 43 da Lei 9.099/95. Intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de dez dias, querendo. Expirado o aludido prazo, com ou sem apresentação de resposta, remetam-se os autos à Turma Recursal. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0602106-49.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMADO: Telefônica Brasil S/A - Defiro o pedido de gratuidade judiciária. Recebo o recurso no efeito devolutivo, nos termos do artigo 43 da Lei 9.099/95. Intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de dez dias, querendo. Expirado o aludido prazo, com ou sem apresentação de resposta, remetam-se os autos à Turma Recursal. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: THIAGO MAHFUZ VEZZI (OAB 1282A/AM) - Processo 0602194-87.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERIDO: Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados - LITSPASSIV: Lojas Marisa S/A - Defiro o pedido de gratuidade judiciária. Recebo o recurso no efeito devolutivo, nos termos do artigo 43 da Lei 9.099/95. Intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de dez dias, querendo. Expirado o aludido prazo, com ou sem apresentação de resposta, remetam-se os autos à Turma Recursal. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 983A/PE) - Processo 0602228-62.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Posto isto, deixo de receber o recurso de f. 168, eis que deserto, nos termos do art. 54 § único da Lei 9.099/95 c/c art. 3º, § 1º do provimento 256 da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Amazonas, considerando não haver clara demonstração que a guia constante à f. 183 de fato foi paga para o proveito do recurso inominado interposto pelo banco réu neste processo. Inobstante, defiro o pedido de gratuidade judiciária do requerente e recebo seu recurso no efeito devolutivo, nos termos do artigo 43 da Lei 9.099/95. Intime-se o demandado para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de dez dias, querendo. Expirado o aludido prazo, com ou sem apresentação de resposta, remetam-se os autos à Turma Recursal. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0602238-09.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Defiro o pedido de gratuidade judiciária. Recebo o recurso no efeito devolutivo, nos termos do artigo 43 da Lei 9.099/95. Intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de dez dias, querendo. Expirado o aludido prazo, com ou sem apresentação de resposta, remetam-se os autos à Turma Recursal. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0602419-10.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Defiro o pedido de gratuidade judiciária. Recebo o recurso no efeito devolutivo, nos termos do artigo 43 da Lei 9.099/95. Intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de dez dias, querendo. Expirado o aludido prazo, com ou sem apresentação de resposta, remetam-se os autos à Turma Recursal. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0602468-51.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Deixo de receber o recurso, eis que deserto, em razão da ausência de pagamento do preparo no prazo legal, consoante regramento do art. 42, § 1º da Lei 9.099/95. Certifique-se o trânsito em julgado da sentença lançada nos autos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CARLOS EDUARDO MACIEL PEREIRA (OAB 11677/CE) - Processo 0602703-18.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Aspbras - Associação dos Servidores Públicos Brasileiros - Defiro o pedido de gratuidade judiciária. Recebo o recurso no efeito devolutivo, nos termos do artigo 43 da Lei 9.099/95. Intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de dez dias, querendo. Expirado o aludido prazo, com ou sem apresentação de resposta, remetam-se os autos à Turma Recursal. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 373659/SP) - Processo 0602804-55.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Defiro o pedido de gratuidade judiciária. Recebo o recurso no efeito devolutivo, nos termos do artigo 43 da Lei 9.099/95. Intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de dez dias, querendo. Expirado o aludido prazo, com ou sem apresentação de resposta, remetam-se os autos à Turma Recursal. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0602976-34.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Posto isto, deixo de receber o recurso de f. 161, eis que deserto, nos termos do art. 54 § único da Lei 9.099/95 c/c art. 3º, § 1º do provimento 256 da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Amazonas, considerando não haver clara demonstração que a guia constante à f. 187 de fato foi paga para o proveito do recurso inominado interposto pelo banco réu neste processo. Inobstante, defiro o pedido de gratuidade judiciária da requerente e recebo seu recurso no efeito devolutivo, nos termos do artigo 43 da Lei 9.099/95. Intime-se a parte demandado para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de dez dias, querendo. Expirado o aludido prazo, com ou sem apresentação de resposta, remetam-se os autos à Turma Recursal. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: LUCIANO DA SILVA BURATTO (OAB 179235/SP), ADV: ALAN DE OLIVEIRA SILVA (OAB 208322/SP) - Processo 0603225-45.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL I - Posto isto, DEIXO DE RECEBER O RECURSO, eis que deserto, nos termos do art. 54 § único da Lei 9.099/95 c/c art. 3º, § 1º do provimento 256 da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Amazonas, considerando não haver clara demonstração que as guias constantes às f. 180 e 198 de fato recolhidas em proveito do recurso inominado interposto neste processo. Certifique-se o trânsito em julgado da sentença lançada nos autos. À secretaria para as providências cabíveis.

ADV: DAVI RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 8550/AM) - Processo 0603270-49.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Lucinéia Lima da Silva - Recebo o recurso no efeito devolutivo, nos termos do artigo 43 da Lei 9.099/95. Intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de dez dias, querendo. Expirado o aludido prazo, com ou sem apresentação de resposta, remetam-se os autos à Turma Recursal.

ADV: ROBERTO TRIGUEIRO FONTES (OAB 692A/AM) -

Processo 0603315-53.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Avon Cosméticos Ltda - Defiro o pedido de gratuidade judiciária. Recebo o recurso no efeito devolutivo, nos termos do artigo 43 da Lei 9.099/95. Intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de dez dias, querendo. Expirado o aludido prazo, com ou sem apresentação de resposta, remetam-se os autos à Turma Recursal. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MIRTES RODRIGUES DA SILVA (OAB 13432/AM), ADV: ANDERSON SALES DE SOUZA (OAB 8760/AM), ADV: DANILO ALBERTO GRACIANO DE ALBUQUERQUE (OAB 14661/AM) - Processo 0603482-70.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Josivan Soares da Cruz - REQUERIDO: Comércio de Laticínios e Frios São Jorge Ltda - Epp (Mercadinho São Jorge) - Indefiro o pleito de instrução do feito, por entender cabível o julgamento do processo no estado em que se encontra, eis que os elementos de prova residentes nos autos viabilizam seu seguro desate, o que faço em harmonia com o art. 355, I, do Código de Processo Civil. Intimem-se. Após, v. conclusos.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0603907-68.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Eliana Goes Damasceno - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Em análise, constato que no acordo homologado às f. 116/118 inexiste cláusula prevendo multa por descumprimento, não tendo como executar algo que não consta na avença firmada nos autos. Diante do exposto, INDEFIRO o pleito de f. 316/317, por ser inexigível obrigação não contida no acordo, não tendo como prosseguir a execução. Intimem-se. Após, arquivem-se.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0603953-57.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Defiro o pedido de gratuidade judiciária. Recebo o recurso em seu duplo efeito, nos termos do artigo 43 da Lei 9.099/95. Intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de dez dias, querendo. Expirado o aludido prazo, com ou sem apresentação de resposta, remetam-se os autos à Turma Recursal.

ADV: VILSON GOMES BENAYON FILHO (OAB 4820/AM) - Processo 0604176-39.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Arlione Umbelino dos Santos - Considerando que na decisão interlocutória às f.40, foi concedido prazo de 05 (cinco) dias, para que a parte autora trouxesse aos autos, cópia do contrato de compra e venda do veículo financiado, observando que, decorrido tal prazo o requerente não o fez, resta-se inviabilizado o exame da plausibilidade do direito pleiteado, sendo assim, indefiro o pedido de reconsideração que pugna o demandante. Intimem-se.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0604193-75.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Elisiário Raimundo Pereira Neto - REQUERIDO: Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros - Indefiro o pleito de instrução do feito, por entender cabível o julgamento do processo no estado em que se encontra, eis que os elementos de prova residentes nos autos viabilizam seu seguro desate, o que faço em harmonia com o art. 355, I, do Código de Processo Civil. Intimem-se. Após, v. conclusos.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0604894-41.2016.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Centro Educacional Raimundo Belo Ferreira - EXECUTADO: Sidney Oliveira da Silva - Isto posto, DEFIRO o pedido de f. 70/71. Expeça-se mandado judicial para os órgãos de proteção ao crédito(SPC/SERASA) a fim de que efetuem a inscrição da certidão de dívida emitida por este juízo, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de eventual responsabilização penal de seus representantes por crime de desobediência, na forma do artigo 330 do Código Penal Brasileiro. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RAMYDE WASHINGTON ABEL CALDEIRA DOCE CARDOZO (OAB 12029/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 983A/PE) - Processo 0605046-55.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Laismeire Lopes - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Cuida-se de impugnação ao cumprimento de sentença (f.364/368), alegando o executado, em suma, excesso de execução, uma vez que o juízo bloqueou o valor de R$ 24.435,47, mesmo já tendo pago a quantia de R$ 22.214,07, sendo devido apenas o saldo remanescente de R$ 2.221,40. Às f. 369/370, o exequente pugna pelo levantamento do valor incontroverso (R$ 2.221,40). Decido. Analisando detidamente os autos, verifico que o executado foi intimado para cumprir voluntariamente a obrigação no valor de R$ 22.214,07, o que não o fez, pelo que a multa de 10% (art 523, §1º CPC) incidiu, passando a execução para R$ 24.435,47 (f. 337), cujo pedido de bloqueio foi protocolado às f. 338. Posteriormente, o executado juntou comprovante de depósito (f. 340) do valor da execução, sem a multa (R$ 22.214,07), a qual é devida, já que o pagamento foi feito intempestivamente, o que inclusive não é negado pelo executado, sendo, pois, tal valor incontroverso. Ressalto que embora protocolado às f. 338, não houve o efetivo bloqueio bacenjud, mas apenas o pedido, pelo que não há que se falar em excesso de execução. Dessarte, considerando o exposto nas linhas pretéritas, indefiro o pedido de devolução de valores. De outra banda, considerando que já reside nos autos pedido de bloqueio, determino seja bloqueado, transferido e liberado em favor da exequente, a quantia remanescente e incontroversa de R$ 2.221,40. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: SIDNEY JOSÉ VIEIRA DE SOUZA (OAB 5798/AM), ADV: JOSE CAMPELLO TORRES NETO (OAB 122539/RJ) - Processo 0605721-40.2017.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Joyce de Carvalho Daniel - EXECUTADO: AVISTA S/A Administradora de Cartões de Crédito (Atual: PAG S/A Meios de Pagamento) - Tendo em vista o atraso no cumprimento do acordo, às f. 156/158, defiro o pedido da parte autora e acato o cálculo apresentado, às f. 186/188. Prossiga-se com a execução. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0606067-66.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Indefiro o pedido de f. 307/308, tendo em vista que os valores bloqueados constam em conta judicial. Verifico que ainda não consta nos autos, cálculo em conformidade com o acórdão de f. 285/286, neste sentido determino que a secretaria junte cálculo de acordo com o sobredito acórdão, para fins de expedição de alvará eletrônico total em favor da autora. Tendo em vista que a exequente solicita que os valores a serem liberados sejam transferidos para conta bancária, expeça-se novo alvará eletrônico, tornando sem efeito o de f. 296/297. Ratifico a decisão de f. 304, para que o réu informe seus dados bancários. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: PAULO HENRIQUE DE SOUZA VIANA (OAB 12177/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0606179-69.2016.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Elessandra Sabrina Oliveira Campos - EXECUTADO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Diante do exposto, INDEFIRO o pleito de f. 134/137, por entender adimplida a obrigação imposta, uma vez que não juntou qualquer comprovação de negativação de seu nome junto ao SPC/SERASA. Intimem-se. Após, arquivem-se os autos.

ADV: RAFAEL SAID E SILVA (OAB 8443/AM) - Processo 0606294-90.2016.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Sandra Maria do Nascimento - Recebo o recurso em seu duplo efeito, nos termos do artigo 43 da Lei 9.099/95. Intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de dez dias, querendo. Expirado o aludido prazo, com ou sem apresentação de resposta, remetam-se os autos à Turma Recursal.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/

PE), ADV: ROSYANE PAULA DA SILVA LOUZADA (OAB 10883/AM) - Processo 0606432-57.2016.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Hérmilio da Silva Castro Neto - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Tendo em vista a existência de pagamento voluntário, às f. 270/272, defiro a expedição de alvará eletrônico em favor do autor. Verifico que o réu fez o pagamento dia 05/09/2019 e de valor inferior, sendo que seu prazo era até o dia 28/08/2019. Portanto, acolho o pedido de f. 273 para dar prosseguimento na ação de execução de sentença, referente a multa de 10%, como determinado na decisão de f. 237, e do remanescente de R$ 48,61. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0606754-09.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Miquéias Fernandes dos Santos - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Em análise, constato que o acordo homologado às f. 116/118, não tem cláusula que prevê multa por descumprimento, não tendo como executar algo que não consta na avença firmada. Diante do exposto, INDEFIRO o prosseguimento da execução de astreintes. Intimem-se. Após, arquive-se.

ADV: DANIEL DE LIMA ALBUQUERQUE (OAB 6548/AM) - Processo 0606949-28.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Plínio da Silva Oliveira - EXECUTADO: Frederico Geissler da Silva - Diante do exposto e com base no princípio da celeridade, DEFIRO o pleito de f. 55, uma vez que esgotadas as formas convencionais de consulta aos bens do executado. Prossiga-se a execução com consulta no Sistema de Registro de Imóveis Eletrônico - E-RIDFT. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CLÁUDIA SULZBACH PORTELLA DE MACÊDO (OAB 9886/AM) - Processo 0607065-34.2017.8.04.0092 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Cema - Centro de Ensino Maria Angelim Ltda. - EXECUTADO: Marcelo da Silva Braga - Isto posto, DEFIRO o pedido de f. 88. Primeiramente, atualize-se o débito, visto os valores já pagos. Após, expeça-se mandado judicial para os órgãos de proteção ao crédito(SPC/SERASA) a fim de que efetuem a inscrição da certidão de dívida emitida por este juízo, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de eventual responsabilização penal de seus representantes por crime de desobediência, na forma do artigo 330 do Código Penal Brasileiro. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0607269-78.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Geraldo Dácio Aparício - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Trata-se do pagamento voluntários, às f. 144/146. Perlustrando os autos, verifico que o réu realizou pagamento antes do término do prazo para pagamento voluntário, porém com valor inferior ao determinado na decisão de f. 140. Desta forma, intime-se o réu para realizar o pagamento do valor remanescente de R$ 1.650,95, conforme decidido às f. 140. Quanto ao valor pago voluntariamente, expeça-se alvará eletrônico em favor do exequente Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RHAIZA JULIANA OLIVEIRA VIEIRA (OAB 8993/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG) - Processo 0607450-11.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Heloiza Helena Correa Donato Lopes - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - Acautelo-me quanto à majoração das sobreditas multas, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado, observando que as faturas apresentadas pela parte autora às f.71,72 e 74, são de meses anteriores a data de intimação/citação da empresa ré no portal eletrônico, conforme certidão às f.67. De outro giro, no que pertine a rogativa para que a requerida abstenha-se de interromper o serviço de internet (NET VIRTUA), a não concessão imediata da medida pleiteada, iria consistir em inegável prejuízo à parte postulante, sobretudo quando se trata de possível despojo do serviço contratado. Nestes moldes, identificando presentes os pressupostos do art. 300 do CPC, concedo a tutela de urgência antecipada que pugna a parte autora, para ordenar à parte requerida que se abstenha de interromper o fornecimento do serviço de internet “NET VIRTUA”, do código NET 121/208929765 de titularidade da parte autora, sob pena de multa diária de R$ 300,00 (trezentos reais). Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 983A/PE) - Processo 0607500-08.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Vistos etc. Trata-se do pedido de expedição de alvará veiculado às f. 262. Perlustrando os autos, verifico que o réu realizou pagamento voluntário no dia 13/07/2019, f. 259/261, no entanto, mesmo que dentro do prazo, em valor menor que o determinado as f. 228. Desta forma, defiro parcialmente o pedido de f. 262, para expedir-se alvará em favor da autora do valor pago e do remanescente, de R$ 199,70 do bloqueado judicialmente às f. 235/243, com as devidas atualizações, sendo o saldo dos valores bloqueados às f. 235/243, devolvido ao réu. Intime-se o executado, para indicar dados bancários Após a elaboração do alvará em favor do réu, arquivem-se os autos. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0607551-82.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Posto isto, DEIXO DE RECEBER O RECURSO, eis que deserto, nos termos do art. 54 § único da Lei 9.099/95 c/c art. 3º, § 1º do provimento 256 da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Amazonas, considerando não haver clara demonstração que a guia constante à f. 345 de fato foi paga para o proveito do recurso inominado interposto neste processo. Certifique-se o trânsito em julgado da sentença lançada nos autos. À secretaria para a providências cabíveis.

ADV: THIAGO TEIXEIRA DA COSTA (OAB 12263/AM), ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0607600-26.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Guilherme da Silva Monteiro - Recebo o recurso no efeito devolutivo, nos termos do artigo 43 da Lei 9.099/95. Intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de dez dias, querendo. Expirado o aludido prazo, com ou sem apresentação de resposta, remetam-se os autos à Turma Recursal.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 983A/PE), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0607726-13.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Vitória Régia Sena Dias - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Examina-se pedido de expedição de alvará formulado pela parte exequente. Intimado para se manifestar, o banco executado sustenta que o valor é referente ao pagamento da condenação realizado em duplicidade. Decido. Analisando detidamente os autos, verifico que a parte exequente juntou às f. 178 comprovante do depósito realizado pelo requerido em 26/06/2018, sendo este referente ao pagamento voluntário da condenação. Ocorre que, devido a inércia do banco executado em comprovar o respectivo pagamento à época, o cumprimento da sentença se deu por via de bloqueio judicial e, por conseguinte, a expedição do alvará do valor constrito. Após, a parte exequente pleiteou às f. 152-175 a execução de multa resultante do descumprimento da obrigação de fazer, perfazendo o valor de R$ 9.365,12. Como já dito alhures, a parte exequente juntou equivocadamente comprovante do depósito realizado pelo requerido em 26/06/2018, aduzindo ser este concernente ao pagamento a menor das astreintes determinada às f. 177, o que não merece prosperar. Por outro lado, considerando a ausência de pagamento voluntário do determinado às 177, e o delongado prazo que já perdura esta pendenga, defiro a expedição de alvará do aludido valor em favor da exequente. Prossiga-se a execução do valor remanescente com a penhora on-line diretamente nas contas bancárias do banco réu. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM) - Processo 0608124-86.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: João Carlos de Souza Soares - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica

entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 19/11/2019 às 08:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0608434-92.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Lea da Silva Said - Limitou-se a parte autora a apresentar, quando do ajuizamento da ação, comprovante de residência emitido em outubro de 2018 (f.17), insuficiente para demonstrar a competência territorial deste Juízo. Por esta razão, determino que, em 05 (cinco) dias, a parte requerente apresente cópia de comprovante de residência atualizado emitido por concessionária de água, luz ou telefone, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0608439-17.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Lea da Silva Said - Limitou-se a parte autora a apresentar, quando do ajuizamento da ação, comprovante de residência emitido em outubro de 2018 (f.17), insuficiente para demonstrar a competência territorial deste Juízo. Por esta razão, determino que, em 05 (cinco) dias, a parte requerente apresente cópia de comprovante de residência atualizado emitido por concessionária de água, luz ou telefone, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: NATASJA DESCHOOLMEESTER (OAB 2140/AM) - Processo 0608466-97.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Maria Diva Cabral da Silva - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 19/11/2019 às 08:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: IRAN HUDSON MENEZES DE CARVALHO (OAB 7488/AM) - Processo 0608495-50.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Descontos dos benefícios - REQUERENTE: Gessy Limeira Ribeiro - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço em razão da natureza satisfativa do pedido. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 29/10/2019 às 10:15h. Cite-se. Intime-se.

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM) - Processo 0608501-57.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Saulo Marcio da Rocha Moreira - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 18/11/2019 às 12:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0608502-42.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Keythson da Silva Sahdo - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 19/11/2019 às 08:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM) - Processo 0608504-12.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Keythson da Silva Sahdo - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 19/11/2019 às 08:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: THASSIA POLLYANA FERNANDES DA COSTA (OAB 13462/AM) - Processo 0608537-02.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Financiamento de Produto - REQUERENTE: Thamyres Marques de Oliveira - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidora, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 19/11/2019 às 10:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: FÁBIO RENAM DE MELLO FREITAS (OAB 2298/AM) - Processo 0608540-54.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de reparar o dano - REQUERENTE: Francisco Michel de Menezes Neto - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 07/11/2019 às 10:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0608570-89.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Rosa Neusa Souza de França - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 06/11/2019 às 15:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: ROSILDA DE CARVALHO (OAB 5354/AM) - Processo 0608573-44.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Substituição do Produto - REQUERENTE: Ariorlando de Matos - Por esta razão, determino que, em 05 (cinco) dias, a parte requerente apresente procuração subscrita pelo autor, bem como cópia de comprovante de residência atualizado emitido por concessionária de água, luz ou telefone, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0608602-94.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Antônio Gastão Carvalho Micheles - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 07/11/2019 às 12:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: ROBERGES JUNIOR DE LIMA (OAB 27856-A/PA) - Processo 0608609-86.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Rosilene Maria de Jesus Pereira - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidora, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 19/11/2019 às 11:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: RONALDO GOMES PEREIRA (OAB 9187/AM), ADV: ELSON RODRIGUES DE ANDRADE FILHO (OAB 5753/AM) - Processo 0608611-56.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - REQUERENTE: Arlenice Assunção da Silva - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 19/11/2019 às 12:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: JOÃO RICARDO GOMES DA SILVA (OAB 14002/AM) - Processo 0608627-10.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Gilson Amorim dos Santos - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 19/11/2019 às 09:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: JOHNNY DE OLIVEIRA SALLES (OAB 8430/AM), ADV: FRANCISLEY DE OLIVEIRA SALLES (OAB 5526/AM) - Processo 0608634-36.2018.8.04.0092 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Centro Educacional Recanto Interativo - Diante do exposto e com base no princípio da celeridade, DEFIRO o pleito de f. 49, uma vez que esgotadas as formas convencionais de consulta aos bens do executado. Prossiga-se a execução com consulta no Sistema de Registro de Imóveis Eletrônico - ERIDFT. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: DAVI MAFRA DOS ANJOS (OAB 9694/AM) - Processo 0608652-23.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - REQUERENTE: Carlos Almeida da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Bradesco Vida e Previdência S/A - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 07/11/2019 às 13:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: ISABELLA CARLA MARRA MAGALHÃES BARBOSA (OAB 9631/AM) - Processo 0608653-08.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Jonatas Siqueira de Andrade - Vanja Amaral de Andrade - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 07/11/2019 às 13:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0608657-45.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Ana Sheila dos Santos Gomes - Por esta razão, determino que, em 05 (cinco) dias, a parte requerente apresente cópia de comprovante de residência atualizado emitido por concessionária de água, luz ou telefone, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0608664-37.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Josiana da Silva Duarte - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 06/11/2019 às 14:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0608666-07.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Ana Sheila dos Santos Gomes - Por esta razão, determino que, em 05 (cinco) dias, a parte requerente apresente cópia de comprovante de residência atualizado emitido por concessionária de água, luz ou telefone, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: VANESSA JANNE RODRIGUES DA COSTA (OAB 6645/AM) - Processo 0608675-66.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Adeilson Vieira Barbosa - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 21/11/2019 às 09:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0608682-58.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Valdelia Henrique de Oliveira - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 19/11/2019 às 09:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0608684-28.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Marly de Brito da Silva - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 18/11/2019 às 11:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0608686-95.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Maria Vieira da Silva - Por esta razão, determino que, em 05 (cinco) dias, a parte requerente apresente cópia de comprovante de residência atualizado emitido por concessionária de água, luz ou telefone, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JANAÍNA MARIÊ CALADO DE LIMA (OAB 8891/AM), ADV: MARCELO DE LIMA (OAB 2797/AM) - Processo 0608703-34.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Rodrigo de Souza Lima - Por esta razão, determino que, em 05 (cinco) dias, a parte requerente apresente cópia da carteira de identidade, cpf e declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência constante dos autos, bem como cópia de comprovante de residência atualizado emitido por concessionária de água, luz ou telefone, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0608721-55.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Ceima - Centro Educacional Integrado de Manaus Ltda - Me - Inexiste nos autos documentação que indique a última declaração anual do imposto de renda, sendo este indispensável a propositura da ação. Por esta razão, determino que, em 05 (cinco) dias, a parte requerente apresente última declaração anual do Imposto de Renda ou Simples (CNPJ do ano Corrente), sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0608723-25.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Francisco da Silva Soares - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 18/11/2019 às 12:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0608725-92.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Jorcene de Souza Castro - Por esta razão, determino que, em 05 (cinco) dias, a parte requerente apresente cópia de comprovante de residência atualizado emitido por concessionária de água,luz ou telefone, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0608730-17.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Francisca Elissandra da Costa - Por esta razão, determino que, em 05 (cinco) dias, a parte requerente apresente extratos bancários, bem como cópia do comprovante de residência correspondente ao endereço mencionado na exordial, sob pena de indeferimento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0608731-02.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Dinoerce Farias Nunes - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na

forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 05/11/2019 às 13:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0608736-24.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Maria Lucinete Soares de Oliveira - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 07/11/2019 às 16:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0608746-68.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Lidiane Silva de Araujo - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 07/11/2019 às 08:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: TAYANE CAROLYNE GONÇALVES BORGES (OAB 24210O/MT) - Processo 0608755-30.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Julio Cezar Santos da Cruz - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 19/11/2019 às 13:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: TAYANE CAROLYNE GONÇALVES BORGES (OAB 24210O/MT) - Processo 0608756-15.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Julio Cezar Santos da Cruz - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 19/11/2019 às 13:15h. Cite-se. Intime-se.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0608764-89.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Jocilene de Oliveira Chaves Silva - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 07/11/2019 às 09:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: LEON CÉZANE DA SILVA DE JESUS (OAB 10332/AM) - Processo 0608768-29.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Jardelina Adelia Vieira Butel - Por esta razão, determino que, em 05 (cinco) dias, a parte requerente apresente cópia da carteira de identidade, cpf e procuração devidamente assinada, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Cumpra-se

ADV: DAVI DA SILVA MACÊDO (OAB 10149/AM) - Processo 0608795-12.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Geliane de Souza Paiva - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 07/11/2019 às 12:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0608822-92.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Maria de Lourdes Oliveira - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 07/11/2019 às 10:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM), ADV: KELLY OLIVEIRA - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 9330/AM) - Processo 0608947-60.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ana Cristina da Silva Trovão - De ordem, certifico para os devidos fins que fica designado o dia 22/11/2019 às 13:30h para a realização da audiência de Conciliação/Instrução e Julgamento. No entanto, cabe registrar que a matéria ventilada no pedido de urgência, é objeto de IRDR (Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas) n° 0000511-49.2018.8.04.9000 - Cesta Básica, já conhecido pelos desembargadores do TJ/AM, porém, ainda pendente de julgamento. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: MITHAN VASCONCELOS CORRÊA (OAB 5784/AM) - Processo 0609007-33.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Ambrozio Farias da Silva - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 05/11/2019 às 14:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: HELEN LEÃO BRAGA (OAB 13406/AM) - Processo 0609012-55.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Intercleia Barbosa Moçambite - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 05/11/2019 às 14:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: NERI JULIANO PICCOLOTO (OAB 39421/SC) - Processo 0609118-17.2019.8.04.0092 - Execução de Título Extrajudicial - Quitação - REQUERENTE: Instituto Wp Ltda - Inexiste nos autos documento de identificação pessoal do sócio administrador da requerente, sendo este indispensável para a propositura da ação. Por esta razão, determino que, em 05 (cinco) dias, a parte requerente apresente cópia da carteira de identidade e CPF do sócio administrador, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0609494-03.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Vendas casadas - RECLAMANTE: Elizabeth Rosa de Matos - De ordem, certifico para os devidos fins que fica designado o dia 05/11/2019 às 12:30h para a realização da audiência de Conciliação/Instrução e Julgamento. No entanto, cabe registrar que a matéria ventilada no pedido de urgência, é objeto de IRDR (Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas) n° 0000511-49.2018.8.04.9000, já conhecido pelos desembargadores do TJ/AM, porém, ainda pendente de julgamento. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: JANAÍNA LOPES CAVALCANTE (OAB 5872/AM) - Processo 0609529-60.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Pedro Paulo Benjamim Lima - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 05/11/2019 às 16:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0609582-41.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Maria Geusa Rodrigues - Por esta razão, determino que, em 05 (cinco) dias, a parte requerente apresente cópia de comprovante de residência atualizado emitido por concessionária de água,luz ou telefone, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM)

- Processo 0609701-02.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Sebastiana de Souza Vieir - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidora, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 05/11/2019 às 15:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 1327A/AM) - Processo 0609734-89.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Keyte Anny Infante Gomes - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidora, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 06/11/2019 às 15:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 1327A/AM) - Processo 0609752-13.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Raimundo Nonato Moraes dos Santos - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 07/11/2019 às 15:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 1327A/AM) - Processo 0609754-80.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Kelly Taveira Medeiros - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 19/11/2019 às 11:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 1327A/AM) - Processo 0609756-50.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Jovelina da Silva Ramires - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidora, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 19/11/2019 às 12:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 1327A/AM) - Processo 0609762-57.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Laura Cristina Farias Campinas - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidora, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 07/11/2019 às 09:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: JONATHAN SOLON MELO NUNES (OAB 12119/AM) - Processo 0609773-86.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Debora Marques Silva - Por esta razão, determino que, em 05 (cinco) dias, a parte requerente apresente cópia de carteira de identidade, de comprovante de residência atualizado emitido por concessionária de água, luz ou telefone, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ROBERGES JUNIOR DE LIMA (OAB 27856-A/PA) - Processo 0609799-84.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Darlitom David Fontes Araujo - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 06/11/2019 às 14:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: WESLLEY SILVA DE ARAÚJO (OAB 23215O/MT) - Processo 0609822-30.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Paula Regina Bacelar da Silva - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidora, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 06/11/2019 às 14:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: ANDREZA BIANCA BRITO DE OLIVEIRA (OAB 11960/AM), ADV: ADRIANA VIEIRA FERREIRA (OAB 11924/AM) - Processo 0609915-90.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ana Claudia Rabelo Moura - Diante a verossimilhança de suas alegações, bem como por ser, na condição de consumidora, parte hipossuficiente na relação jurídica entelada, defiro a parte autora a inversão do "onus probandi". Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 07/11/2019 às 10:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: HAMILTON VASCONCELOS GADELHA (OAB 8368/AM), ADV: ANDRESSA SODRÉ OLIVEIRA (OAB 9885/AM), ADV: RICARDO WAGNER DA COSTA MONTE (OAB 4436/AM) - Processo 0610039-18.2016.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: André Filipe Aloise - Alessandra Sodré Oliveira Aloise - EXECUTADO: Jacob Viana Santiago - Vieram-me os autos conclusos com o pedido de devolução do bem removido, bem como expedição de novo mandado de penhora e avaliação no valor total da execução. Intimada para se manifestar, a parte executada permaneceu inerte. Passo a decidir. Em minuciosa análise dos autos, verifico às f. 157 que fora realizada a remoção e adjudicação do bem móvel Gravador Sony HDV 10801. De efeito, comparece aos autos o credor, às f. 158-166, sustentando que houve erro na avaliação do bem em R$ 6.500,00, juntando às f. 160 um laudo técnico que atesta a majoração do aparelho, tendo em vista os avanços tecnológicos, o desgaste e a deterioração do equipamento, o que não condiz com o valor do mercado. Considerando, ainda, que o aparelho foi removido sem o cabo de energia, restou evidente a impossibilidade da parte autora verificar o funcionamento do mesmo. Diante de tal fato, não vislumbro óbice para o deferimento do pleito. Posto isto, defiro parcialmente o pedido de f. 158-159, e determino a expedição de novo mandado de penhora e avaliação. Após, cumprida tal diligência, volte-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALEXANDRE MAGNO ARANHA RODRIGUES (OAB 6821/AM) - Processo 0628906-88.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Haroldo Malizia Júnior - Recebo o recurso no efeito devolutivo, nos termos do artigo 43 da Lei 9.099/95. Intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de dez dias, querendo. Expirado o aludido prazo, com ou sem apresentação de resposta, remetam-se os autos à Turma Recursal.

ADV: JANDER RUBENS PASSOS RIBEIRO (OAB 13384/AM) - Processo 0641378-32.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Raimundo Nonato de Jesus Dutra - Por esta razão, determino que, em 05 (cinco) dias, a parte requerente apresente as faturas a partir de fevereiro de 2017, bem como as faturas relativas aos 6 (seis) meses anteriores, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANA PAULA BENEVIDES DE ARAÚJO (OAB 10188/AM) - Processo 0645933-92.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Célia Francisca Ribeiro de Freitas - De ordem, fica designado o dia 30/10/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação/Instrução e Julgamento. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

Adriana Vieira Ferreira (OAB 11924/AM)
Alan de Oliveira Silva (OAB 208322/SP)
Aleir Cardoso de Oliveira (OAB A1253/AM)
Alexandre Magno Aranha Rodrigues (OAB 6821/AM)
Ana Paula Benevides de Araújo (OAB 10188/AM)
Anderson Sales de Souza (OAB 8760/AM)
Andréa Cristina da Costa Le Sueur (OAB 6161/AM)
Andressa Sodré Oliveira (OAB 9885/AM)
Andreza Bianca Brito de Oliveira (OAB 11960/AM)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)

Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Jarlison Pires da Silva (OAB 12261/AM)
Benedito Evaldo de Lima (OAB 4821/AM)
Camila Coelho Geissler (OAB 14649/AM)
Carlos Eduardo Maciel Pereira (OAB 11677/CE)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Cláudia Sulzbach Portella de Macêdo (OAB 9886/AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Cristiane Pinheiro de Oliveira (OAB 10687/AM)
Daniel de Lima Albuquerque (OAB 6548/AM)
Danilo Alberto Graciano de Albuquerque (OAB 14661/AM)
Dario dos Santos Monteiro (OAB 10365/AM)
Davi da Silva Macêdo (OAB 10149/AM)
Davi Mafra dos Anjos (OAB 9694/AM)
Davi Rodrigues de Oliveira (OAB 8550/AM)
Diego da Silva Soares Cruz (OAB 21519/MT)
Edcarla Benedita Portugal de Oliveira (OAB 9687/AM)
Eduardo dos Reis Rios Guirau (OAB 33184/DF)
Eduardo Marques da Silva (OAB 9114/AM)
Elson Rodrigues de Andrade Filho (OAB 5753/AM)
Emmilly Karen Apolônio da Silva (OAB 9716/AM)
Eny Bittencourt (OAB 29442/BA)
Evaldo Lucio da Silva (OAB 10462/MT)
Evaldo Lúcio da SIlva (OAB 1302A/AM)
Evellyn Kelryen Apolônio da Silva (OAB 9125/AM)
Fábio Carvalho de Arruda (OAB 8076/AM)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Fábio Renam de Mello Freitas (OAB 2298/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francisco Madson da Cunha Veras (OAB 1960/AM)
Francisley de Oliveira Salles (OAB 5526/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Gustavo Antonio Feres Paixão (OAB 1324A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Hamilton Vasconcelos Gadelha (OAB 8368/AM)
Helen Leão Braga (OAB 13406/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique Lima Marinheiro (OAB 9324/AM)
Honorato Fernandes de Melo Neto (OAB 10248/AM)
Iran Hudson Menezes de Carvalho (OAB 7488/AM)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
ISABELLA CARLA MARRA MAGALHÃES BARBOSA (OAB 9631/AM)
Janaína Lopes Cavalcante (OAB 5872/AM)
Janaína Mariê Calado de Lima (OAB 8891/AM)
Jander Rubens Passos Ribeiro (OAB 13384/AM)
João Ricardo Gomes da Silva (OAB 14002/AM)
Johnny de Oliveira Salles (OAB 8430/AM)
Jonathan Solon Melo Nunes (OAB 12119/AM)
JOSE CAMPELLO TORRES NETO (OAB 122539/RJ)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
José Perceu Valente de Freitas (OAB 7200/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Karla Freixo Braga (OAB 3775/AM)
Kelly Anne Corrêa de Oliveira (OAB 9330/AM)
Kelly Oliveira - Sociedade Individual de Advocacia (OAB 9330/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Leon Cézane da Silva de Jesus (OAB 10332/AM)
Lídia Roberto da Silva (OAB 9135/AM)
Luan Carlos Brasil Barbosa (OAB 14197/AM)
Luciano da Silva Buratto (OAB 179235/SP)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB A700/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcelo de Lima (OAB 2797/AM)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 983A/PE)
Mário José Pereira Júnior (OAB 3731/AM)
Marta Maria Vale Oyama (OAB 7146/AM)
Marvyn Boris de Oliveira Costa (OAB 12571/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Michael Queiroz Leitão (OAB 9714/AM)
Mirtes Rodrigues da Silva (OAB 13432/AM)
Mithan Vasconcelos Corrêa (OAB 5784/AM)
Mozarth Ribeiro Bessa Neto (OAB 4390/AM)
Natasja Deschoolmeester (OAB 2140/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Neri Juliano Piccoloto (OAB 39421/SC)
OCIMEI OLIVEIRA CALDAS (OAB 7832/AM)
Paulo Henrique de Souza Viana (OAB 12177/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Rafael Said e Silva (OAB 8443/AM)
Ramyde Washington Abel Caldeira Doce Cardozo (OAB 12029/AM)
Raphael Quintiliano Pazuello (OAB 8881/AM)
Rhaiza Juliana Oliveira Vieira (OAB 8993/AM)
Ricardo Wagner da Costa Monte (OAB 4436/AM)
Roberges Junior de Lima (OAB 27856-A/PA)
Roberto Trigueiro Fontes (OAB 692A/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Scopel (OAB 40004/RS)
Ronaldo Gomes Pereira (OAB 9187/AM)
Ronan Botelho (OAB 1327A/AM)
Roneise Marklane dos Anjos Sousa (OAB 10806/AM)
Rosilda de Carvalho (OAB 5354/AM)
ROSYANE PAULA DA SILVA LOUZADA (OAB 10883/AM)
Selma Mara Santana Mota (OAB 5524/AM)
Sidney José Vieira de Souza (OAB 5798/AM)
Tayane Carolyne Gonçalves Borges (OAB 24210O/MT)
Thassia Pollyana Fernandes da Costa (OAB 13462/AM)
Thiago Mahfuz Vezzi (OAB 1282A/AM)
Thiago Teixeira da Costa (OAB 12263/AM)
Vanessa Janne Rodrigues da Costa (OAB 6645/AM)
Vilson Gomes Benayon Filho (OAB 4820/AM)
Vito Eduardo de Amorim Andrelino (OAB 9463/AM)
Weslley Silva de Araújo (OAB 23215O/MT)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Wilson Sales Belchior (OAB 373659/SP)

12ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 12º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO FÁBIO CÉSAR OLINTHO DE SOUZA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GIZELE CRUZ FERREIRA ALFAIA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0243/2019

ADV: ALEXANDRE MAGNO ARANHA RODRIGUES (OAB 6821/AM), ADV: PAULO AGNER DA SILVA SOUZA (OAB 5361/AM) - Processo 0200634-52.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Francisco Abdoval da Silva Cavalcanti - REQUERIDO: MDF PERRONE REFRIGERACAO - ME - De ordem, fica designado o dia 07/10/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0201966-20.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Forte nesses argumentos, rejeito as preliminares e, no mérito, JULGO PROCEDENTES os pedidos deduzidos na inicial, termos em que: 1) DECLARO INEXIGÍVEL a multa cobrada na fatura vencida em 24/7/2019 no importe de R$ 389,23, devendo ser refaturada aquela fatura, excluindo-se a multa e emitindo-se nova a ser enviada ao autor, com novo vencimento para 30 dias

após a expedição da fatura, sem qualquer encargo moratório; e 2) CONDENO a requerida ao pagamento de indenização por dano moral, que ora arbitro em R$ 2.000,00, acrescida de juros legais desde a citação e correção monetária oficial desde a fixação, consoante fundamentação supra. Isento de custas e honorários, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: MARIVAN PEREIRA DE MATTOS (OAB 10066/AM) - Processo 0204771-77.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jean Carlos Pereira Rodrigues - De ordem, fica intimada a parte exequente para manifestar-se sobre os depósitos penhorados ou realizados, advertindo-a de que o silêncio será interpretado como concordância com o valor e a execução será extinta pelo pagamento. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: GUSTAVO ANTÔNIO FERES PAIXÃO (OAB 95502/RJ), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: CAMILA CORDEIRO BATISTA (OAB 10930/AM) - Processo 0205482-82.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Nelmar Ferreira de Aquino - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor). Advertências: Devedor: caso o devedor não pague voluntariamente a quantia certa devida e atualizada, no prazo ora assinalado, será aplicada a multa de 10%, prevista 523, § 1º do Código de Processo Civil de 2015, independente de nova intimação. Credor: não cumprida voluntariamente a sentença/acórdão transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução.

ADV: TARCÍSIO NEVES DE SOUZA (OAB 13946/AM) - Processo 0601528-26.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rosicleide Romão da Cruz - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, fica intimada a parte exequente para manifestar-se sobre os depósitos penhorados ou realizados, advertindo-a de que o silêncio será interpretado como concordância com o valor e a execução será extinta pelo pagamento. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: NAUDAL RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 4068/AM), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM), ADV: ANGÉLICA MARIA MONTEIRO DUARTE (OAB 2659/AM), ADV: RODRIGO RODRIGUES DIAS DE ALMEIDA (OAB 2518/AM) - Processo 0603349-02.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Assinatura Básica Mensal - REQUERENTE: Magali Dinelli Desideri Melo - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor). Advertências: Devedor: caso o devedor não pague voluntariamente a quantia certa devida e atualizada, no prazo ora assinalado, será aplicada a multa de 10%, prevista 523, § 1º do Código de Processo Civil de 2015, independente de nova intimação. Credor: não cumprida voluntariamente a sentença/acórdão transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução.

ADV: HAILDO JARBAS RODRIGUES (OAB 5304/AM) - Processo 0605004-72.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ivan Araujo Brito - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA juntada aos autos. Manaus, 17 de setembro de 2019.

ADV: FRANCISLEY DE OLIVEIRA SALLES (OAB 5526/AM), ADV: JOHNNY DE OLIVEIRA SALLES (OAB 8430/AM) - Processo 0605313-93.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Escolinha Tio Patinhas Ltda - Epp - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo extrajudicial entabulado entre as partes, às fls. 56-57, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o art. 57 da Lei n.º 9.099/95, com exceção da cláusula 5, na parte em que prevê multa de 50% sobre o valor do débito, por ser manifestamente abusivo. Impor multa no patamar de 50% mais honorários em 20%, numa hipotética mora do devedor, este já teria o seu débito alavancado em 70% do valor que sobeja, o que é sem dúvidas abusivo, configurando, ainda, efeito nitidamente confiscatório do credor sobre o devedor. Por isso, não o homologado e imponho como multa o percentual de 20% sobre o débito remanescente mais os honorários no mesmo percentual. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o artigo 55, da Lei 9.099/95. Dê-se baixa e arquivem-se os autos, ex vi do art. 487, III, "b", do CPC, independentemente de nova determinação do juízo, permitida a reativação dos autos a pedido do interessado. Libere-se a pauta de audiência, caso tenha sido aprazada. Proceda-se ao desbloqueio realizado via Bacenjud e Renajud. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0606433-74.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Ma. das Gracas R. dos Santos - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, fica intimada a parte exequente para manifestar-se sobre os depósitos penhorados ou realizados, advertindo-a de que o silêncio será interpretado como concordância com o valor e a execução será extinta pelo pagamento. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: ISLEY E SOUZA DE SOUZA (OAB 9703/AM), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM) - Processo 0608131-18.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Christiane Alves de Paiva - REQUERIDO: Banco Daycoval S/A - Forte nesses argumentos, nos termos do art. 38 da Lei n. 9.099/95, JULGO PROCEDENTE EM PARTE o pedido deduzido na inicial, termos em que CONDENO o Réu a restituir à Autora o montante de R$ 476,13, de forma simples, nos termos do art. 885 do CC, no prazo de 15 dias, sob pena de multa de R$ 300,00 por dia de descumprimento, até o limite de 30 dias, nos termos do art. 537 do CPC. Sobre o valor deverão incidir juros mensais de 1% e correção monetária oficial, desde a data do pagamento dúplice (20.02.2019), consoante fundamentação supra. Improcedente o pedido de indenização por dano moral, conforme razões já expostas. Isento de custas e honorários, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. Manaus, 17 de setembro de 2019 P. R. I. C.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB 117417/SP), ADV: DEJANNE RAQUEL D'OLIVEIRA CALDEIRA (OAB 9405/AM) - Processo 0608444-76.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Alessandro da Silva Vasconcelos - REQUERIDO: Saraiva e Siciliano S/A - Desta feita, se o Exequente assim atuar, certifique a Diretora de Secretaria e entregue a certidão de dívida ao autor/exequente, que deverá agir às suas expensas e responsabilidade para o cadastro restritivo dos dados da empresa Executada em órgãos restritivos de crédito ou mesmo em cartórios de protestos, ou ainda para fins de habilitação no juízo onde tramita a recuperação judicial da executada. P. R. I. C.

ADV: MARVYN BORIS DE OLIVEIRA COSTA (OAB 12571/AM), ADV: NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO (OAB 60359/RJ) - Processo 0608844-90.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Marcos Fernando da Silva Santos - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A - Tratando-se os valores depositados pelo Réu, de quantia tida como incontroversa, expeça-se alvará, nos termos do pedido de fls. 307-308. Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita ao Autor, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0610019-56.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Nota Promissória - EXEQUENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Me - Vistos, etc... Trata-se de execução de título judicial espraiado em sentença proferida nestes autos, tendo sido tomadas todas as providências para o recebimento do crédito condenatório, inclusive aquela relativa à penhora de bens pelo sistema Bacenjud, Infojud e Renajud, bem como por Mandado de Penhora e Avaliação

cumprido por Oficial de Justiça, restando todas infrutíferas. Note-se que a devedora não foi localizada, mesmo depois de manejados os sistemas postos à disposição deste Juízo, tendo sido intimada a exequente, esta nada requereu. Tenho, portanto, que há motivo bastante ao pronunciamento de extinção do processo executório e consequente arquivamento do feito, à inteligência do que reza o art. 53, § 4º, da Lei 9.099/95, devolvendo-se os documentos à autora-exequente. Em casos tais reverbera-se a possibilidade da Exequente pugnar pela expedição de certidão de dívida em desfavor do Executado, desde que por si assumida a inteira responsabilidade por tal medida, segundo o que dita o Enunciado 76 do FONAJE. Enunciado 76 - No processo de execução, esgotados os meios de defesa ou inexistindo os meios de defesa ou inexistindo bens para a garantia do débito, expede-se, a pedido do exequente, certidão de dívida para fins de inscrição no Serviço de Proteção ao Crédito - SPC e SERASA, sob pena de responsabilidade. Desta feita, se a Exequente assim atuar, certifique a Diretora de Secretaria e entregue a certidão de dívida à autora/exequente, que deverá agir às suas expensas e responsabilidade para o cadastro restritivo dos dados do Executado em órgãos restritivos de crédito ou mesmo em cartórios de protestos. Revogo eventuais penhoras operadas em patrimônio da devedora. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: LAURA MARIA SANTIAGO LUCAS (OAB 4872/AM), ADV: RAUL GÓES NETO (OAB 8203/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0610279-70.2017.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Condominio Forum Business Center - EXECUTADO: Santa Cassilda Empreendimentos Imobiliários Ltda e outro - INTSSADO: Cláudio José Ernesto Machado - De ordem, intime-se o requerido Santa Cassilda Empreendimentos Imobiliários Ltda para indicar responsável para levantamento do alvará ou os dados bancários para transferência eletrônica do saldo remanescente de R$ 95.606,28.

ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM) - Processo 0610423-73.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Weekend Club Ponta Negra - Ante o exposto e tudo o mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido deduzido pelo Autor, com fundamento no art. 38 da Lei 9.099/95 e, via de conseqüência, CONDENO a Ré ao pagamento da quantia de R$ 3.046,11, com espeque na memória de cálculos de fl. 17, consoante fundamentação supra. Juros e Correção Monetária, na forma da Lei, a partir da citação válida. Aplica-se o disposto no art. 323, do CPC à presente condenação. Em sede de Juizados Especiais não há pagamento de custas processuais nem fixação de honorários advocatícios em 1º grau, na forma do art. 54, caput, Lei nº 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: ANA MARIA DE OLIVEIRA SILVA (OAB 8839/AM), ADV: JOÃO ANTONIO DA MOTA SEIXAS (OAB 10046/AM), ADV: KAREN ZADORA DE AMORIM LACERDA (OAB 5848/AM), ADV: LOREN AMORIM GOMES (OAB 7553/AM), ADV: PAULO DIAS GOMES (OAB 2337/AM) - Processo 0611577-29.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Hanna Victoria Dias Gomes - De ordem, fica designado o dia 07/11/2019 às 08:15h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ELON ATALIBA DE ALMEIDA (OAB 6746/AM), ADV: LEYLANE EDIENE SILVA LARA (OAB 9461/AM) - Processo 0612018-10.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Arnon dos Santos Pantoja - De ordem, fica designado o dia 18/11/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: EDUARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6032/AM) - Processo 0612347-22.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: M.J.M.A. - De ordem, fica designado o dia 14/11/2019 às 08:15h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: REINALDO TADEU LUÍS RONDINA MANDALITI (OAB 919A/AM), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: JULIANO MARTINS MANSUR (OAB 113786/RJ), ADV: JOICY COSTA CORRÊA DA CUNHA ARGENT THOMPSO (OAB 146976/RJ) - Processo 0612477-12.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Antonio Rodrigues Chagas - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Sabemi Seguradora S/A - Ex positis, REJEITO a preliminar de conexão, mas acolho a preliminar de ilegitimidade passiva, para exlcuir Banco Bradesco S/A da lide, e, em relação a esta parte, JULGO EXTINTO O PROCESSO sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, VI, do CPC. No mérito, com esteio no art. 487, I, do CPC, JULGO PROCEDENTE a demanda, termos em que: I) CONDENO o Réu Sabemi ao pagamento de R$ 120,00 (cento e vinte reais), a título de repetição dobrada de indébito, nos termos do art. 42, parágrafo único, do CDC, com juros legais a partir da citação e correção a partir do prejuízo - 15.01.2019(Súmula 43/STJ); II) CONDENO o Réu Sabemi ao pagamento de R$ 2.000,00 (dois mil reais), a título de danos morais, incidindo-se correção monetária oficial a partir do arbitramento, em conformidade com a Súmula 362 do Superior Tribunal de Justiça e juros de 1% (um por cento) ao mês. Sem condenação em custas processuais e honorários de advogado (Lei n. 9.099/95, art. 54 e 55). P.R.I.C. Manaus, 17 de setembro de 2019

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: JOSÉ GOMES DE AMORIM (OAB 10881/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0613385-06.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Anderson Menezes de Souza - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Pelo exposto, rejeito a preliminar, e, no mérito, com espeque no art. 487, I, do CPC, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO para (i) DECLARAR NULO o contrato de fls. 153-154 e seu acessório - fls. 159, celebrado entre as partes;(ii) CONDENAR o requerido à devolução dobrada dos valores indevidamente descontados, no importe de R$ 6.843,56 (R$ 3.421,78 x 2), com juros desde a citação e correção monetária desde a data do contrato (22.11.2011 - Súmula 43/STJ), já estando este valor compensado do montante usado pela Autora e que lhe fora depositado inicialmente; e (iii) CONDENAR o requerido ao pagamento de R$ 5.000,00, a título de danos morais, com juros desde a citação e correção monetária desde o arbitramento. Sem custas ou honorários em primeiro grau de jurisdição (art. 54, Lei 9.099/95). Intimem-se.

ADV: EDUARDO HUMBERTO DENERIAZ BESSA (OAB 14181/AM), ADV: ALTEMIR DE SOUZA PEREIRA (OAB 6773/AM) - Processo 0613456-71.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Francisca de Aguiar Oliveira - REQUERIDA: Maria Afrania Mappes Barroso Araujo - Forte nesses argumentos, nos termos do art. 487, I, do CPC, JULGO IMPROCEDENTE o pedido, consoante fundamentação supra. Em sede de Juizados Especiais não há pagamento de custas processuais nem fixação de honorários advocatícios em 1° grau, na forma do art. 54, caput, da lei n° 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: LUIS EDUARDO DOS SANTOS VALOIS COÊLHO (OAB 1975/AM) - Processo 0613545-94.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: Centro Educacional Nossa Senhora de Fátima - Isto posto, indefiro a petição inicial da parte autora, uma vez ausentes os requisitos de admissibilidade da tutela jurisdicional, e, por conseguinte, JULGO EXTINTO o processo sem resolução do mérito, ex vi do art. 319, II, e 321, parágrafo único, do Código de Processo Civil c/c 485, inciso I, do mesmo Diploma Legal. Isento de condenação em custas processuais e honorários advocatícios por força do disposto no artigo 55, da Lei n° 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0613652-41.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - Ante o exposto e tudo o mais que dos autos consta, JULGO EXTINTO O FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, na forma do artigo 51, I, da Lei 9.099/95, c/c Enunciado 141, do FONAJE, e consoante fundamentação supra. Em conseqüência, CONDENO a parte Autora ao pagamento de custas, ex vi do parágrafo 2o daquele Diploma. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 16 de setembro de 2019.

ADV: MELQUISEDEC FREITAS PANTOJA (OAB 10412/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0614358-24.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Edson Palheta Brasil - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Forte nesses argumentos, JULGO IMPROCEDENTE o pedido autoral, consoante fundamentação supra. Isento de custas e honorários advocatícios, nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95. Transitada em julgado, arquivem-se os autos. P. R. I. C.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: FERNANDA PRESTES DE LIMA (OAB 8776/AM) - Processo 0614364-36.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: CARMEM ROSANIA FARIAS DE SOUZA - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor). Advertências: Devedor: caso o devedor não pague voluntariamente a quantia certa devida e atualizada, no prazo ora assinalado, será aplicada a multa de 10%, prevista 523, § 1º do Código de Processo Civil de 2015, independente de nova intimação. Credor: não cumprida voluntariamente a sentença/acórdão transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução.

ADV: ADILSON JOSÉ DA COSTA ALMEIDA FILHO (OAB 11094/AM) - Processo 0614367-83.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Honorários Advocatícios - REQUERENTE: Adilson José da Costa Almeida Filho - CONCLUSÃO: Ante o exposto e tudo o mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido deduzido pela autora, com fundamento no art. 38 da Lei 9.099/95 e, via de consequência, CONDENO o réu ao pagamento da quantia de (I) R$ 300,00, a título de danos materiais, com juros e correção monetária desde 16/11/2018; e de (II) R$ 5.000,00, por danos morais, com juros desde a citação e correção monetária desde hoje, consoante fundamentação supra. Em sede de Juizados Especiais não há pagamento de custas processuais nem fixação de honorários advocatícios em 1º grau, na forma do art. 54, caput, Lei nº 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: JAILENE CASTELO BESSA (OAB 6865/AM) - Processo 0614629-67.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Silvia Cristoane de Souza - RECLAMADO: José Olegario da Silva - De ordem, INTIME-SE a parte Embargada para apresentar contrarrazões aos Embargos à Execução, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ALAN HERGERTON FAÇANHA (OAB 9353/AM) - Processo 0615555-14.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ana Cristina Cavalcante Melo - Considerando, como à saciedade demonstrado, a falta de comparecimento do Autor à audiência de conciliação/instrução e julgamento e o preceituado no inciso I, do artigo 51, da Lei de Regência dos Juizados Especiais, JULGO EXTINTA A PRESENTE DEMANDA sem aprofundamento do mérito, em conseqüência CONDENO a Autora ao pagamento de custas, ex vi do parágrafo 2o daquele Diploma. Arquive-se os autos. Manaus, 17 de setembro de 2019

ADV: MARVYN BORIS DE OLIVEIRA COSTA (OAB 12571/AM), ADV: LUIZ AUGUSTO DE BORBOREMA BLASCH (OAB 7982/AM) - Processo 0615807-17.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Kleber Bastos Loureiro - REQUERIDA: Elivandra Franco Mendes e outro - De ordem, fica designado o dia 04/11/2019 às 09:20h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: VASCO PEREIRA DO AMARAL (OAB 28837/SP) - Processo 0616090-74.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Francisco Fabrício Pará Melo - Vistos e examinados. Trata-se de execução de título judicial, tendo sido tomadas todas as providências para o recebimento do crédito condenatório, inclusive aquela relativa à penhora de bens pelo sistema Bacen/Jud, restando todas infrutíferas. Intimado o credor a se manifestar, no sentido de indicar bens, este restou silente. Assim, PRONUNCIO a extinção do processo executório e consequente arquivamento do feito, à inteligência do que reza o art. 53, parágrafo 4º, da Lei 9.099/95, devolvendo-se os documentos ao autor-exequente, se houver. Em casos tais reverbera-se a possibilidade do Exequente pugnar pela expedição de certidão de dívida em desfavor do Executado, desde que por si assumida a inteira responsabilidade por tal medida, segundo o que dita o Enunciado 76 do FONAJE. Desta feita, se o Exequente assim o agir há de se dar, por parte da Diretor (a) de Secretaria, a entrega da certidão de dívida ao Autor-Exequente que deve agir às suas expensas e responsabilidade para o cadastro restritivo dos dados do Executado em bureaus restritivos de crédito ou mesmo em cartórios de protestos. Enunciado 76 - No processo de execução, esgotados os meios de defesa ou inexistindo os meios de defesa ou inexistindo bens para a garantia do débito, expede-se, a pedido do exequente, certidão de dívida para fins de inscrição no Serviço de Proteção ao Crédito - SPC e SERASA, sob pena de responsabilidade. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Liberem-se em favor do credor eventuais valores bloqueados. Desconstitua-se a penhora via renajud.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: GERALDO HENRIQUE DUTRA DE MAGALHÃES (OAB 11072/AM) - Processo 0616988-53.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Olga de Jesus Meireles Xavier - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Pelo exposto, com amparo no art. 487, I, do CPC, JULGO IMPROCEDENTE a pretensão deduzida na inicial, consoante fundamentação supra. Sem custas ou honorários, em sede de primeiro grau de jurisdição (art. 54 da Lei 9.099/95). Intimem-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: MARIA DA CONCEIÇÃO SILVA COSTA (OAB 8994/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: AÊDRA JAMARA DOS SANTOS MATOS (OAB 8922/AM) - Processo 0617106-29.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: J. da Silva Costa & Cia. Ltda. - Me - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Forte nesses argumentos, ACOLHO A PRELIMINAR suscitada na contestação da requerida, para reconhecer a incompetência deste Juizado, face à necessidade de produção de prova que não se coaduna com a simplicidade do micro-sistema, termos em que JULGO EXTINTO O PROCESSO, SEM ANÁLISE DE MÉRITO, ex vi do art. 51, II da Lei n. 9.099/95. REVOGO a liminar de fls. 42/44. Isento de custas e honorários, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: ROBERTO AMARAL ARRUDA FILHO (OAB 10034/AM), ADV: DENISE MARTINS VIEIRA FERNANDEZ LOPEZ (OAB 325491/SP), ADV: MARILENE BALBI DE ALBUQUERQUE (OAB 12492/AM) - Processo 0617389-52.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Raquel Rocha da Silva - REQUERIDO: Espaço Laser Depilação - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo judicial entabulado entre as partes, às fls.78/79, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o art. 22, parágrafo único, da Lei n.º 9.099/95. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o artigo 55, da Lei 9.099/95. Dê-se baixa e arquivem-se os autos, ex vi do art. 487, III, “b”, do CPC, independentemente de nova determinação do juízo, permitida a reativação dos autos a pedido do interessado. Libere-se a pauta de audiência, caso tenha sido aprazada. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM), ADV: JOSE CAMPELLO TORRES NETO (OAB 122539/RJ) - Processo 0617935-10.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Gilmara Lopes da Silva - REQUERIDO: Ds Card Administradora de Cartões de Crédito - ASSLITISC: Di Santinni (Bc Macedo Passos Calçados) - CONCLUSÃO Ante o exposto, e tudo o mais que dos autos consta, REJEITO A PRELIMINAR e, no mérito, JULGO PROCEDENTE o pedido deduzido na inicial, com fundamento no art. 487, I, do CPC, e, consoante fundamentação supra, termos em que: 1) DECLARO INEXIGÍVEIS os débitos referentes ao plano odontológico e

seguro prestamista, vinculados ao cartão de crédito em nome do Autor, devendo os Réus as medidas administrativas cabíveis para cancelamento do plano e baixa dos débitos, sob pena de multa de R$ 300,00 por cobrança indevida, até o limite de 30 incidências, sem prejuízo de execução forçada; 2) CONDENAR o Recorrido ao pagamento de indenização por danos morais, no montante da indenização por danos morais para R$ 5.000,00 (cinco mil reais), com correção monetária a partir desta data (Súmula 362 do STJ) e juros de mora desde a citação válida. Defiro ao Autor o pedido de AJG, nos moldes do art. 98, VIII, do CPC. Em sede de Juizado Especial Cível, em 1º grau de jurisdição, não há condenação em custas processuais e honorários de advogado (Lei n. 9.099/95, art. 54 e 55). P.R.I.C. Manaus, 17 de setembro de 2019

ADV: NATHALIE HELENA CANTO COELHO (OAB 9418/AM), ADV: ERIK LORENZZO MARINHO DA SILVA (OAB 4944/AM) - Processo 0618457-37.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Jamilly Gomçalves Zacarias - REQUERIDO: Azul Linhas Aéreas Brasileiras S/A - Forte nesses argumentos, JULGO PROCEDENTE o pedido deduzido na inicial, termos em que CONDENO a requerida ao pagamento de indenização por dano moral, que ora arbitro em R$ 6.000,00 (seis mil reais), dadas as circunstâncias do caso concreto, com juros legais a partir da citação e correção monetária oficial, a partir da fixação, consoante fundamentação supra. Isento de custas e honorários, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0618752-74.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Tatiane de Souza Lima - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Forte nesses argumentos, JULGO IMPROCEDENTE o pedido deduzido na inicial, consoante fundamentação supra. Isento de custas e honorários, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. Transitada em julgado esta sentença, arquive-se. P. R. I. C.

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0618835-90.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Adriana dos Santos Borba - REQUERIDO: Vivo S/A - Considerando, como à saciedade demonstrado, a falta de comparecimento do Autor à audiência de conciliação/instrução e julgamento e o preceituado no inciso I, do artigo 51, da Lei de Regência dos Juizados Especiais, JULGO EXTINTA A PRESENTE DEMANDA sem aprofundamento do mérito, em consequência CONDENO o Autor ao pagamento de custas, ex vi do parágrafo 2o daquele Diploma. Concedo-lhe, porém, a gratuidade de justiça. Arquivem-se os autos. Manaus, 17 de setembro de 2019

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA (OAB 9678/AM), ADV: YAGO LIRA DE LIMA MABELINI (OAB 13650/AM) - Processo 0618859-21.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Caroline Ramos de Oliveira - REQUERIDO: Banco Carrefour (Banco CSF S/A) - Forte nesses argumentos, ratifico a tutela antecipada concedida nos autos (fls. 38-39), e no mérito, JULGO PROCEDENTES os pedidos deduzidos na inicial, conforme art. 487, I, do CPC, termos em que: 1) DECLARO INEXIGÍVEL a fatura com vencimento em 07.07.2019, no valor de R$ 730,78 (fls. 128-129), e seus acréscimos, cabendo ao réu efetuar a sua exclusão, para todos os fins de direito, bem como, abster-se de proceder a novas cobranças relativas a este débito, para a Autora, por meio de ligações, mensagens ou qualquer outro contato, sob pena de multa que majoro para R$ 500,00 (quinhentos Reais) por ligação/mensagem indevida, até o limite de 10 incidências, sob pena de execução forçada; 2) CONDENO o requerido ao pagamento de indenização por dano moral, que ora arbitro em R$ 4.000,00 (quatro mil reais), acrescida de juros mensais de 1% e correção monetária oficial (INPC), desde a fixação, consoante fundamentação supra. Isento de custas e honorários, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. P. R. I. C. Manaus, 17 de setembro de 2019.

ADV: ANDERSON JUNQUEIRA GUMINIAK (OAB 9761/AM) - Processo 0618911-17.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Luiza Francisca Gomes de Moura - Verifica-se que a ação acima epigrafada foi distribuída de forma vinculada ao processo nº 0618909-47.2019.8.04.0015 em andamento nesta vara, não operando a distribuição automática por sorteio. Vejo que as ações possuem partes distintas, logo a suspeita de repetição de ação indicada pelo SAJ/PG5 é verdadeira inconsistência do referido sistema. Em homenagem ao princípio do juiz natural (art. 5.º, XXXVII, da CF/1988), não existe razão para a distribuição do feito por dependência a este Juízo. Isto posto, remetam-se os presentes autos à Coordenadoria, a fim de que promova a sua distribuição por sorteio e sem vinculação. Libere-se a pauta de audiência. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: ANDERSON JUNQUEIRA GUMINIAK (OAB 9761/AM) - Processo 0618911-17.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Luiza Francisca Gomes de Moura - De ordem, fica designado o dia 08/11/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RICARDO LEITE MENEZES (OAB 10110/AM) - Processo 0618949-29.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Celso Roberto Cavalcanti de Albuquerque - julgo procedente a demanda movida por Celso Roberto Cavalcanti de Albuquerque contra TAP - Transportes Aéreos Portugueses S/A, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil, consoante fundamentação supra, e CONDENO a TAP ao pagamento de R$ 1.647,00, por danos matérias, com juros desde sua citação e correção monetária desde o efetivo prejuízo (8/12/2018); e de R$ 4.000,00, por danos morais, com juros desde a citação e correção desde hoje. Em sede de Juizados Especiais não há pagamento de custas processuais nem fixação de honorários advocatícios em 1° grau, na forma do art. 54, caput, da lei n° 9.099/95. Publique-se. Registre-se. Intime-se o Autor. Cumpra-se. Manaus, 17 de setembro de 2019

ADV: ADRIANA DA COSTA SOUSA (OAB 14461/AM) - Processo 0618964-95.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Adriano de Oliveira Sousa - Adriana da Costa Sousa - CONCLUSÃO. Forte nesses argumentos, JULGO PROCEDENTE o pedido deduzido na inicial, termos em que CONDENO a Ré ao pagamento de R$ 2.702,17, por danos materiais, acrescida de juros mensais de 1% desde a citação e correção monetária oficial (INPC) desde o efetivo prejuízo, que foi o dia do voo perdido, dia 26/6/2019, e de R$ 3.500,00, para cada autor, a título de indenização por dano moral, acrescida dos juros desde a citação e correção desde a fixação, consoante fundamentação supra. Isento de custas e honorários, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: WESLLEY SILVA DE ARAUJO (OAB 1375-A/RN) - Processo 0619078-34.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Orlando Barbosa Sampaio - Desta feita, HOMOLOGO o pedido de desistência da actio e JULGO EXTINTO o PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com supedâneo no que dita o artigo 485, VIII, do Novo Código Processual Civil. Arquivem-se os autos com as cautelas de praxe e independente de intimação das partes, inteligência do §1º, do art. 51, da Lei 9.099/95. Sem custas no primeiro grau de jurisdição. Cumpra-se.

ADV: FERNANDO CÉSAR LIMA FERREIRA DE OLIVEIRA (OAB 843A/AM) - Processo 0619084-75.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Fernando César Lima Ferreira de Oliveira - De ordem, fica designado o dia 04/11/2019 às 09:40h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: MARIA SANTANA DE FREITAS (OAB 5708/AM) - Processo 0619192-70.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Liminar - REQUERENTE: Shirley de Marilac Ramos Curvelo - REQUERIDO: Banco Pan S/A - Pelo exposto, julgo IMPROCEDENTE a presente demanda, fulcrado no art. 487, I, do CPC. Isento de custas e honorários, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. Transitada em julgado, arquivem-se os autos. P. R. I. C.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0619279-26.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE:

Arnaldo Carneiro Ximenes - REQUERIDO: Claro S/A - Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido autoral, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil, consoante fundamentação supra. Em sede de Juizados Especiais não há pagamento de custas processuais nem fixação de honorários advocatícios em 1° grau, na forma do art. 54, caput, da lei n° 9.099/95. P. R. I. C.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: ALEXANDRE PAES BARRETO SARAIVA (OAB 8838/AM) - Processo 0620650-59.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Israel Lopes T - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - De ordem, considerando o pedido de cumprimento de sentença, intime o Devedor para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o julgado (devedor). Advertências: Devedor: caso o devedor não pague voluntariamente a quantia certa devida e atualizada, no prazo ora assinalado, será aplicada a multa de 10%, prevista 523, § 1º do Código de Processo Civil de 2015, independente de nova intimação.

ADV: VIVIANE TEIXEIRA DE OLIVEIRA (OAB 13048/AM) - Processo 0622024-76.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria Ramalho de Melo - De ordem, fica designado o dia 06/11/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0622241-22.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Diego Ronney Alves Braga - De ordem, fica designado o dia 06/11/2019 às 11:15h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: ANDRÉ PHILLIPE BRITO GARGANTA (OAB 10870/AM) - Processo 0622409-58.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Diego de Oliveira Cruz - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: VICTOR NEGRÃO REIS (OAB 12545/AM) - Processo 0622740-06.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Anderson Ivan Neves Carmo - De ordem, fica designado o dia 16/10/2019 às 08:15h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM) - Processo 0623131-58.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Kellen Cordeiro da Silva - De ordem, fica designado o dia 06/11/2019 às 09:15h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ANDRÉA SANTOS DA SILVA (OAB 13093/AM) - Processo 0623291-83.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Claudio Barbosa de Aquino - Forte nesses argumentos, CONCEDO a TUTELA DE URGÊNCIA, para o fim de DETERMINAR que seja expedido ofício para que o réu promova a retirada dos protestos em nome do autor dos cartórios 2º, 5º e 6º de protesto de letras, a partir da intimação desta decisão, sob pena de pagamento de multa de R$200,00 (duzentos reais), limitada a 30 cobranças, sem prejuízo de outras medidas que visem assegurar a eficácia desta decisão, ex vi do art. 300 do NCPC, consoante fundamentação supra. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica do autor, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para data 10/10/2019 às 10:15h, na sede deste Juízo. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0623619-13.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Gabryelly Esthefanny Santos de Souza - De ordem, fica designado o dia 08/11/2019 às 08:45h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MAYRA CRISTINA ALMEIDA DA SILVA (OAB 7552/AM) - Processo 0623630-42.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Extravio de bagagem - REQUERENTE: Luzia Tatiana Rebouças Barbosa - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 14:45h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FABIANNE CRISTINE SILVA DE VASCONCELOS DIAS (OAB 11007/AM) - Processo 0623861-69.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Jose Maria Drumond de Vasconcelos Dias - Dina Silva de Vasconcelos Dias - De ordem, fica designado o dia 06/11/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 17641/MT) - Processo 0623868-61.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Maria de Jesus Castro da Silva - De ordem, fica designado o dia 06/11/2019 às 10:45h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: DAYANA CRISTINA PEREIRA DA SILVA (OAB 8866/AM) - Processo 0624389-06.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Juranilda Teixeira Rosas - Forte nesses argumentos, CONCEDO a TUTELA DE URGÊNCIA, para o fim de DETERMINAR ao réu que se abstenha de efetuar cobranças à autora sobre o contrato discutido nos autos, a partir da intimação desta decisão, sob pena de pagamento de multa de R$200,00 (duzentos reais), limitada a 30 cobranças, sem prejuízo de outras medidas que visem assegurar a eficácia desta decisão, ex vi do art. 300 do NCPC, consoante fundamentação supra. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica do autor, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para data 12/11/2019 às 10:45h, na sede deste Juízo. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANDERSON JUNQUEIRA GUMINIAK (OAB 9761/AM) - Processo 0624423-78.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Juliana de Souza Miranda - De ordem, fica designado o dia 06/11/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JOHNNY DE OLIVEIRA SALLES (OAB 8430/AM) - Processo 0624462-75.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Recanto Interativo - De ordem, fica designado o dia 06/11/2019 às 08:45h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ROMMEL JÚNIOR QUEIROZ RODRIGUES (OAB 8279/AM) - Processo 0624490-43.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Condomínio - REQUERENTE: Condominio Palm Village - De ordem, fica designado o dia 04/11/2019 às 10:20h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: KATHLEEN SOUZA DE OLIVEIRA BELOTA (OAB 9093/AM) - Processo 0624594-35.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Flavio Mariano Melo de Freitas Costa - De ordem, fica designado

o dia 06/11/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LEYLA VIGA YURTSEVER (OAB 3737/AM) - Processo 0624594-77.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Jofarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos Ltda Epp - Considerando, como à saciedade demonstrado, a falta de comparecimento do Autor à audiência de conciliação/instrução e julgamento e o preceituado no inciso I, do artigo 51, da Lei de Regência dos Juizados Especiais, JULGO EXTINTA A PRESENTE DEMANDA sem aprofundamento do mérito, em conseqüência CONDENO o Autor ao pagamento de custas, ex vi do parágrafo 2o daquele Diploma. Arquive-se os autos. Manaus, 17 de setembro de 2019

ADV: FELIPE LUIZ ALENCAR VILAROUCA (OAB 19194/MT) - Processo 0624605-64.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Ozivan Gomes da Silva - De ordem, fica designado o dia 06/11/2019 às 10:15h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ALEXANDRE FREITAS SILVA (OAB 79829/MG) - Processo 0624615-11.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Felipe Luniere dos Santos - Diana Barros Chaves - De ordem, fica designado o dia 06/11/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: NÁRDIA LIMA DE ARAÚJO DA FONTOURA AUGUSTO (OAB 4423/AM) - Processo 0624634-17.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Extravio de bagagem - REQUERENTE: Nárdia Lima de Araújo da Fontoura Augusto - De ordem, fica designado o dia 06/11/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ESDRA SILVA DOS SANTOS (OAB 15916/O/MT) - Processo 0624788-35.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Ronilton Figueiredo Pereira - De ordem, fica designado o dia 07/11/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MILENE VIEIRA MARTINS (OAB 12828/AM) - Processo 0624937-31.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Irregularidade no atendimento - REQUERENTE: Celio Mendes da Silva - De ordem, fica designado o dia 06/11/2019 às 14:15h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RENAN RODRIGUES FIALHO (OAB 13904/AM) - Processo 0625125-24.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Rosana Rodrigues dos Santos - De ordem, fica designado o dia 14/11/2019 às 09:45h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JÉSSICA SANTANA MAGNANI (OAB 10343/AM), ADV: DAVID CUNHA NOVOA (OAB 10777/AM), ADV: JENNIFER GUIMARÃES DA SILVA (OAB 13314/AM), ADV: JULIANA TRINDADE DA SILVA (OAB 13687/AM), ADV: MARINA REZENDE LOPES (OAB 12153/AM) - Processo 0625167-73.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: N.B.P.A. - D.P.C. - De ordem, fica designado o dia 14/11/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM) - Processo 0625176-35.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Celso Luiz Freire Pinto - De ordem, fica designado o dia 08/11/2019 às 08:15h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JOÃO VICTOR CASTELLO BRANCO (OAB 9454/AM) - Processo 0625502-92.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Mayara Siqueira Brilhante - De ordem, fica designado o dia 14/11/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ALMIR OLIVEIRA DE MENEZES (OAB 7045/AM) - Processo 0625559-13.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condominio Residencial São Judas Tadeu Ii Etapa - De ordem, fica designado o dia 22/10/2019 às 09:40h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: AMÉRICO VALENTE CAVALCANTE JÚNIOR (OAB 8540/AM) - Processo 0625572-12.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Artur Sanches de Faria - De ordem, fica designado o dia 06/11/2019 às 13:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: TATIANA MENDES BARBOSA (OAB 12586/AM) - Processo 0625580-86.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Maria Izabel de Souza Silva - Forte nesses argumentos, INDEFIRO a TUTELA DE URGÊNCIA, consoante fundamentação supra. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica do autor, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para data 11/11/2019 às 08:15h, na sede deste Juízo. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CAIO JOSE MACEDO RAMALHO (OAB 13051/AM) - Processo 0625787-85.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Benjamim Martins de Oliveira Neto - Jullia Martins de Oliveira - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 14:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: HAILDO JARBAS RODRIGUES (OAB 5304/AM) - Processo 0625797-32.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Haildo Jarbas Rodrigues - De ordem, fica designado o dia 13/11/2019 às 11:15h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: EDGAR ROGERIO GRIPP DA SILVEIRA (OAB 21129/MT) - Processo 0625801-69.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Carlos Almeida Fragoso Maguine - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 14:15h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0625816-38.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Jozimo Diniz da Silva - Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para data 07/11/2019 às 10:15h, na sede deste Juízo. Cite-se o Réu. Caso haja a ocorrência de novos descontos, e sendo requerido, poderá ser reexaminado o pedido de tutela de urgência.

ADV: FRANCISCO GILBERT MELO DA SILVA (OAB 10983/AM), ADV: CARVALHO ADVOCACIA (OAB 558AM) - Processo 0625825-97.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Francisco Almir Araujo Feitosa Junior - De ordem, fica designado o dia 14/11/2019 às 09:15h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LUÍS MAGNUM BARROS SANTOS (OAB 8512/AM) - Processo 0625877-93.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Wendel Pinto da

Silva - De ordem, fica designado o dia 06/11/2019 às 13:45h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LEANDRO KAZUYUKI TAKAHASHI (OAB 12343/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM) - Processo 0625962-79.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Yuri Yves García Barroso - De ordem, fica designado o dia 08/11/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LUÍS MAGNUM BARROS SANTOS (OAB 8512/AM) - Processo 0625978-33.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Nicole Nobre Antunes - De ordem, fica designado o dia 08/11/2019 às 09:15h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: KELLY OLIVEIRA - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 9330/AM), ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM) - Processo 0625982-70.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Mirelia Rodrigues de Araujo - Forte nesses argumentos, CONCEDO a TUTELA DE URGÊNCIA, para o fim de DETERMINAR ao réu que se abstenha de efetuar cobranças à autora sobre o débito discutido nos autos bem como se abstenha de cadastrar os dados pessoais da autora nos órgãos de proteção do crédito SPC e SERASA, a partir da intimação desta decisão, sob pena de pagamento de multa de R$200,00 (duzentos reais), limitada a 30 cobranças, sem prejuízo de outras medidas que visem assegurar a eficácia desta decisão, ex vi do art. 300 do NCPC, consoante fundamentação supra. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica do autor, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para data 11/11/2019 às 11:00h, na sede deste Juízo. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARA LÚCIA LIMA (OAB 13939/AM) - Processo 0626007-83.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Jeremias Moreira dos Anjos - De ordem, fica designado o dia 14/11/2019 às 08:45h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ARIJONES BONFIM DA SILVA (OAB 6434/AM) - Processo 0626047-65.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Nelma da Rocha Migueis - Forte nesses argumentos, CONCEDO a TUTELA DE URGÊNCIA, para o fim de DETERMINAR ao réu que se abstenha de efetuar cobranças à autora sobre o débito discutido nos autos, que a empresa ré se abstenha de interromper o fornecimento dos serviços de água, bem como que se abstenha de cadastrar dos dados pessoais da autora nos órgãos de proteção do crédito SPC e SERASA, a partir da intimação desta decisão, sob pena de pagamento de multa de R$200,00 (duzentos reais), limitada a 30 cobranças, sem prejuízo de outras medidas que visem assegurar a eficácia desta decisão, ex vi do art. 300 do NCPC, consoante fundamentação supra. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica do autor, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para data 12/11/2019 às 09:30h, na sede deste Juízo. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LEANDRO REBELO DE PAULA (OAB 11851/AM) - Processo 0626062-34.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Gentil Rebelo Pereira - Forte nesses argumentos, CONCEDO a TUTELA DE URGÊNCIA, para o fim de DETERMINAR ao réu que se abstenha de efetuar cobranças ao autor, referente ao empréstimo discutido nos autos, a partir da intimação desta decisão, sob pena de pagamento de multa de R$200,00 (duzentos reais), limitada a 30 cobranças, sem prejuízo de outras medidas que visem assegurar a eficácia desta decisão, ex vi do art. 300 do NCPC, consoante fundamentação supra. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica do autor, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para data 12/11/2019 às 10:30h, na sede deste Juízo. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALESSANDRO DA SILVA CALADO (OAB 11768/AM) - Processo 0626131-66.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Nilthon Oliveira Montenegro - De ordem, fica designado o dia 14/11/2019 às 11:15h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RODRIGO DA FROTA MENDONÇA (OAB 10031/AM) - Processo 0626149-87.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Energia Elétrica - REQUERENTE: Rute Solange Vieira da Silva - No caso concreto, a concessão da antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional definitiva impõe-se. Plausíveis são os argumentos tecidos na peça vestibular, diante dos documentos juntados às fls. 22-29. No mais, estando os valores cobrados pela prestadora de serviços submetidos à discussão judicial, com mais razão deve ser mantida, sem alterações, a prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica a cargo da requerida, assim como nenhum gravame (restrição de crédito, suspensão de fornecimento de luz p. ex.) pode ser imposto ao autor, até final julgamento. A tutela de urgência ora assegurada não se afigura, de igual modo, irreversível, superando a vedação do art. 300, §3° do CPC. Em todo caso, a parte atingida pela medida excepcional poderá pleitear a reparação de dano processual, além da recomposição dos prejuízos efetivos, decorrentes de sua efetivação, nos termos do art. 302 do NCPC. Forte nesses argumentos, CONCEDO a TUTELA DE URGÊNCIA, para o fim de DETERMINAR ao réu que se abstenha de efetivar qualquer procedimento de cobrança que envolva os valores discutidos no feito fatura de junho/2019, no valor de R$ 11.880,67, bem como, de inscrever os dados pessoais do consumidor junto a órgãos de proteção do mercado de consumo, ou, por fim, de realizar corte do fornecimento, até final julgamento, sob pena de pagamento de multa individual (por cobrança ou atividade aqui determinada) no valor de R$ 1.000,00 (mil reais) cada, mais multa de R$ 500,00 por dia, no caso de já haver promovido o corte, e não providenciar a religação, sem prejuízo de outras medidas para o fim de sustar os efeitos de alguma ação proibitiva. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica do autor, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para data 01/11/2019 às 10:45h, na sede deste Juízo. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM), ADV: KELLY OLIVEIRA - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 9330/AM) - Processo 0626171-48.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Joaquim da Silva Prestes - Forte nesses argumentos, CONCEDO a TUTELA DE URGÊNCIA, para o fim de DETERMINAR ao réu que se abstenha de inscrever os dados pessoais do autor nos órgãos proteção do crédito SPC e SERASA, a partir da intimação desta decisão, sob pena de pagamento de multa de R$200,00 (duzentos reais), limitada a 30 cobranças, sem prejuízo de outras medidas que visem assegurar a eficácia desta decisão, ex vi do art. 300 do NCPC, consoante fundamentação supra. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica do autor, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a audiência de Conciliação,

Instrução e Julgamento para data 12/11/2019 às 11:15h, na sede deste Juízo. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0626172-33.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Dulcilene Areosa da Cunha - Forte nesses argumentos, CONCEDO a TUTELA DE URGÊNCIA, para o fim de DETERMINAR ao réu que se abstenha de interromper o fornecimento de energia elétrica na residência da autor, a partir da intimação desta decisão, sob pena de pagamento de multa de R$200,00 (duzentos reais), limitada a 30 cobranças, sem prejuízo de outras medidas que visem assegurar a eficácia desta decisão, ex vi do art. 300 do NCPC, consoante fundamentação supra. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica do autor, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para data 12/11/2019 às 10:15h, na sede deste Juízo. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0626208-75.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Melquíades Fonseca dos Santos - De ordem, fica designado o dia 06/11/2019 às 14:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: NAYANE MARIA DA SILVA RODRIGUES (OAB 10962/AM) - Processo 0626219-07.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial Champs Elysees - De ordem, fica designado o dia 18/11/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ANDERSON JUNQUEIRA GUMINIAK (OAB 9761/AM) - Processo 0626229-51.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Noemia Junqueira Guminiak - De ordem, fica designado o dia 08/11/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ADRIANA GOMES DE OLIVEIRA (OAB 12202/AM) - Processo 0626318-74.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Ana Ruth de Oliveira Rabelo - De ordem, fica designado o dia 18/11/2019 às 09:15h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RONALDO NUNES MADURO JUNIOR (OAB 13428/AM) - Processo 0626329-06.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Perdas e Danos - REQUERENTE: Sindicato dos Empregados Eem Condominios e Emp Prest de S Manaus - CONCLUSÃO Ante o exposto e tudo o mais que dos autos consta, JULGO EXTINTO O FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, na forma do art. 51, IV, da Lei 9.099/95, e consoante fundamentação supra. Sem condenação em custas, ex vi do art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I.C.

ADV: ANDERSON JUNQUEIRA GUMINIAK (OAB 9761/AM) - Processo 0626348-12.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Raphael dos Santos Nascimento - De ordem, fica designado o dia 06/11/2019 às 15:15h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ANDERSON JUNQUEIRA GUMINIAK (OAB 9761/AM) - Processo 0626379-32.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Raphael dos Santos Nascimento - Dessa forma, considerando a ocorrência de litispendência em relação ao Processo 0626348-12.2019.8.04.0015 JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem resolução do mérito, na forma do art. 485, VI, do CPC. Isento de custas, ex vi do art. 54 da Lei n. 9.099/95. Arquivem-se os autos.

ADV: DAVI DE SOUZA LACERDA (OAB 14318/AM) - Processo 0626397-53.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cláusulas Abusivas - REQUERENTE: Janes de Sousa da Silva - De ordem, fica designado o dia 18/11/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM) - Processo 0626404-45.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Emilia Veloso Martins Barbosa - De ordem, fica designado o dia 06/11/2019 às 15:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: STHEFANO MALHEIROS SANTANA DE ALMEIDA (OAB 18501/MT) - Processo 0626442-57.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Energia Elétrica - REQUERENTE: Valterina Maria da Silva - De ordem, fica designado o dia 06/11/2019 às 15:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RIULNA VENTURA MULLER (OAB 6654/AM) - Processo 0626450-34.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Riulma Ventura Muller - De ordem, fica designado o dia 06/11/2019 às 14:45h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RAPHAEL QUINTILIANO PAZUELLO (OAB 8881/AM) - Processo 0626469-40.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Vendas casadas - REQUERENTE: Diego Soares Barroso - De ordem, fica designado o dia 06/11/2019 às 14:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ANNA CRISTHINA BARBOSA MASSULO (OAB 14363/AM) - Processo 0626481-54.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Vendas casadas - REQUERENTE: Bruno Costa dos Santos - De ordem, fica designado o dia 08/11/2019 às 09:45h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: OSVALDO LUIZ DA MATA JÚNIOR (OAB 1320-A/RN) - Processo 0626522-21.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Adriano Pereira da Silva - De ordem, fica designado o dia 07/11/2019 às 13:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CAMILLY MARTINS BRASIL (OAB 11085/AM) - Processo 0626539-57.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Sebastião Braz Amaral Mendonça Júnior - De ordem, fica designado o dia 07/11/2019 às 13:45h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ANDRÉ LUIZ REGO DA SILVA (OAB 5955/AM) - Processo 0626570-77.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Vivien Medina Noronha - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do (a) Autor (a), com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante;

ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM) - Processo 0626578-54.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ana Paula da Costa Oliveira - No caso concreto, a concessão da antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional definitiva impõe-se. Plausíveis são os argumentos tecidos na peça vestibular, pois o histórico de fls. 12-13 denota que o consumo da Autora teve majoração apenas no mês de julho/2019. No mais, estando os valores cobrados pela prestadora de serviços submetidos à discussão judicial, com mais razão deve ser mantida, sem alterações, a prestação do serviço de fornecimento de luz elétrica a cargo da requerida, assim como nenhum gravame (restrição de crédito, suspensão de fornecimento de luz p. ex.) pode ser imposto ao autor, até final julgamento. A tutela de urgência ora assegurada não se afigura, de igual modo, irreversível, superando a vedação do art. 300, §3° do CPC. Em todo caso, a parte atingida pela medida

excepcional poderá pleitear a reparação de dano processual, além da recomposição dos prejuízos efetivos, decorrentes de sua efetivação, nos termos do art. 302 do NCPC. Forte nesses argumentos, CONCEDO a TUTELA DE URGÊNCIA, para o fim de DETERMINAR ao réu que se abstenha de: a) efetivar qualquer procedimento de cobrança que envolva os valores discutidos no feito - Fatura de julho/2019; b) proceder ao corte do fornecimento, até final julgamento, sob pena de pagamento de multa individual (por cobrança ou atividade aqui determinada) no valor de R$600,00 (seiscentos reais) cada, sem prejuízo de outras medidas para o fim de sustar os efeitos de alguma ação proibitiva; ainda, determino que proceda á retirada do nome da Requerente dos cadastros restritivos de crédito, pela dívida impugnada, em 72 horas, sob pena de multa de R$ 300,00 por dia de descumprimento, até o limite de 30 dias, sem prejuízo de majoração e execução forçada. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica do autor, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para data 14/11/2019 às 10:00h, na sede deste Juízo. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JULIANA DO NASCIMENTO MARINHO (OAB 13871/AM) - Processo 0626592-38.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Erivelton Viana Sampaio - De ordem, fica designado o dia 18/11/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: HAYTHAM BADER (OAB 11435/AM) - Processo 0626639-12.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Hilka Flávia Barra do Espírito Santo Alves Pereira - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do (a) Autor (a), com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante;

ADV: LYGIANA GONÇALVES LEITE DE FREITAS (OAB 5356/AM) - Processo 0626660-85.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Victor Ferreira Farias - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (X) a cópia de documento de identidade do declarante da Declaração de Residência;

ADV: EVELLYN PRISCILLA OMENA GARCIA (OAB 8254/AM) - Processo 0626721-43.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização do Prejuízo - REQUERENTE: Deyse Maria Martins Omena - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (x) o comprovante de residência em nome do (a) Autor (a), com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante;

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0626794-15.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Aurelio Carneiro Pinto - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (X) o comprovante de residência com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), em nome do Autor, ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante;

ADV: CARLOS EDUARDO DA SILVA SANTOS (OAB 9362/AM) - Processo 0626826-20.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Maria Cidalina Vieira Neves - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (X) o comprovante de residência em nome da Autora, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante.

ADV: MOYSÉS ROBERTO GEBER CORRÊA (OAB 5678/AM) - Processo 0626833-12.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Emerson Ney Soares Correa - Claudia Ferreira da Silva - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (x) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante.

ADV: IVAN COUTINHO VIEIRA (OAB 14320/AM) - Processo 0626835-79.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Quitação - REQUERENTE: Mário Henrique Catunda Sales - Robson da Silva Braga - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (X) o comprovante de residência em nome de um dos Autores, dentro da competência do Fórum Mário Verçosa com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante.

Adilson José da Costa Almeida Filho (OAB 11094/AM)
Adriana da Costa Sousa (OAB 14461/AM)
Adriana Gomes de Oliveira (OAB 12202/AM)
Adson Pinho Pinto (OAB 5850/AM)
Aêdra Jamara dos Santos Matos (OAB 8922/AM)
Alan Hergerton Façanha (OAB 9353/AM)
Aleir Cardoso de Oliveira (OAB A1253/AM)
Alessandro da Silva Calado (OAB 11768/AM)
Alexandre freitas silva (OAB 79829/MG)
Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM)
Alexandre Magno Aranha Rodrigues (OAB 6821/AM)
Alexandre Paes Barreto Saraiva (OAB 8838/AM)
Almir Oliveira de Menezes (OAB 7045/AM)
Altemir de Souza Pereira (OAB 6773/AM)
Américo Valente Cavalcante Júnior (OAB 8540/AM)
Ana Maria de Oliveira Silva (OAB 8839/AM)
Anderson Junqueira Guminiak (OAB 9761/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
André Luiz Rego da Silva (OAB 5955/AM)
ANDRÉ PHILLIPE BRITO GARGANTA (OAB 10870/AM)
Andréa Santos da Silva (OAB 13093/AM)
Angélica Maria Monteiro Duarte (OAB 2659/AM)
Anna Cristhina Barbosa Massulo (OAB 14363/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Arijones Bonfim da Silva (OAB 6434/AM)
BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR)
Caio Jose Macedo Ramalho (OAB 13051/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Camila Cordeiro Batista (OAB 10930/AM)
Camilly Martins Brasil (OAB 11085/AM)
Carlos Augusto Gordinho Bindá (OAB 12972/AM)
Carlos Eduardo da Silva Santos (OAB 9362/AM)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
Carvalho Advocacia (OAB 558AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Davi de Souza Lacerda (OAB 14318/AM)
David Cunha Novoa (OAB 10777/AM)
Dayana Cristina Pereira da Silva (OAB 8866/AM)
DEJANNE RAQUEL D'OLIVEIRA CALDEIRA (OAB 9405/AM)
Denise Martins Vieira Fernandez Lopez (OAB 325491/SP)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Edgar Rogerio Gripp da Silveira (OAB 21129/MT)
Eduardo Alvarenga Viana (OAB 6032/AM)

Eduardo Humberto Deneriaz Bessa (OAB 14181/AM)
Elon Ataliba de Almeida (OAB 6746/AM)
Erik Lorenzzo Marinho da Silva (OAB 4944/AM)
Esdra Silva dos Santos (OAB 15916/O/MT)
Evaldo Lucio da Silva (OAB 10462/MT)
Evellyn Priscilla Omena Garcia (OAB 8254/AM)
FABIANNE CRISTINE SILVA DE VASCONCELOS DIAS (OAB 11007/AM)
Felipe Luiz Alencar Vilarouca (OAB 19194/MT)
Fernanda Prestes de Lima (OAB 8776/AM)
Fernando César Lima Ferreira de Oliveira (OAB 843A/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francisco Gilbert Melo da Silva (OAB 10983/AM)
Francisley de Oliveira Salles (OAB 5526/AM)
Geraldo Henrique Dutra de Magalhães (OAB 11072/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Gustavo Antônio Feres Paixão (OAB 95502/RJ)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Gustavo Henrique dos Santos Viseu (OAB 117417/SP)
Haildo Jarbas Rodrigues (OAB 5304/AM)
Haytham Bader (OAB 11435/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isley e Souza de Souza (OAB 9703/AM)
Ivan Coutinho Vieira (OAB 14320/AM)
Jailene Castelo Bessa (OAB 6865/AM)
Jennifer Guimarães da Silva (OAB 13314/AM)
Jéssica Santana Magnani (OAB 10343/AM)
João Antonio da Mota Seixas (OAB 10046/AM)
João Victor Castello Branco (OAB 9454/AM)
Johnny de Oliveira Salles (OAB 8430/AM)
Joicy Costa Corrêa da Cunha Argent Thompso (OAB 146976/RJ)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
JOSE CAMPELLO TORRES NETO (OAB 122539/RJ)
José Gomes de Amorim (OAB 10881/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
Juliana do Nascimento Marinho (OAB 13871/AM)
Juliana Trindade da Silva (OAB 13687/AM)
Juliano Martins Mansur (OAB 113786/RJ)
Karen Zadora de Amorim Lacerda (OAB 5848/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Kathleen Souza de Oliveira Belota (OAB 9093/AM)
Kelly Anne Corrêa de Oliveira (OAB 9330/AM)
Kelly Oliveira - Sociedade Individual de Advocacia (OAB 9330/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Laura Maria Santiago Lucas (OAB 4872/AM)
Leandro Kazuyuki Takahashi (OAB 12343/AM)
Leandro Rebelo de Paula (OAB 11851/AM)
Leyla Viga Yurtsever (OAB 3737/AM)
Leylane Ediene Silva Lara (OAB 9461/AM)
Loren Amorim Gomes (OAB 7553/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luis Eduardo dos Santos Valois Coêlho (OAB 1975/AM)
Luís Magnum Barros Santos (OAB 8512/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Augusto de Borborema Blasch (OAB 7982/AM)
Lygiana Gonçalves Leite de Freitas (OAB 5356/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Mara Lúcia Lima (OAB 13939/AM)
Maria da Conceição Silva Costa (OAB 8994/AM)
Maria Santana de Freitas (OAB 5708/AM)
Marilene Balbi de Albuquerque (OAB 12492/AM)
Marina Rezende Lopes (OAB 12153/AM)
Marivan Pereira de Mattos (OAB 10066/AM)
Marvyn Boris de Oliveira Costa (OAB 12571/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mayra Cristina Almeida da Silva (OAB 7552/AM)
Melquisedec Freitas Pantoja (OAB 10412/AM)
Milene Vieira Martins (OAB 12828/AM)
Moysés Roberto Geber Corrêa (OAB 5678/AM)
Nárdia Lima de Araújo da Fontoura Augusto (OAB 4423/AM)
Nathalie Helena Canto Coelho (OAB 9418/AM)
Naudal Rodrigues de Almeida (OAB 4068/AM)
Nayane Maria da Silva Rodrigues (OAB 10962/AM)
Nelson Monteiro de Carvalho Neto (OAB 60359/RJ)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Osvaldo Luiz da Mata Júnior (OAB 1320-A/RN)
Paulo Agner da Silva Souza (OAB 5361/AM)
Paulo Dias Gomes (OAB 2337/AM)
Pedro Antônio de Oliveira (OAB 9678/AM)
Raphael Quintiliano Pazuello (OAB 8881/AM)
Raul Góes Neto (OAB 8203/AM)
Reinaldo Tadeu Luís Rondina Mandaliti (OAB 919A/AM)
Renan Rodrigues Fialho (OAB 13904/AM)
Renato Fernandes Mariano (OAB 8246/AM)
Ricardo Leite Menezes (OAB 10110/AM)
Riulna Ventura Muller (OAB 6654/AM)
Roberto Amaral Arruda Filho (OAB 10034/AM)
Rodrigo da Frota Mendonça (OAB 10031/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Rodrigo Rodrigues Dias de Almeida (OAB 2518/AM)
Rommel Júnior Queiroz Rodrigues (OAB 8279/AM)
Ronaldo Nunes Maduro Junior (OAB 13428/AM)
Ronan Botelho (OAB 17641/MT)
Sthefano Malheiros Santana de Almeida (OAB 18501/MT)
Tarcísio Neves de Souza (OAB 13946/AM)
Tatiana Mendes Barbosa (OAB 12586/AM)
Vasco Pereira do Amaral (OAB 28837/SP)
Victor Negrão Reis (OAB 12545/AM)
Viviane Teixeira de Oliveira (OAB 13048/AM)
Weslley Silva de Araujo (OAB 1375-A/RN)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Yago Lira de Lima Mabelini (OAB 13650/AM)

13ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 13º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0174/2019

ADV: ALEXANDRE FONSECA DE MELLO (OAB 222219/SP), ADV: VILMA OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 542A/AM), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: THIAGO MAHFUZ VEZZI (OAB 11937A/AL) - Processo 0201110-56.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: WALMART Brasil LTDA - Motorolla Indústrial Ltda. - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: ANTÔNIO IVAN OLÍMPIO DA SILVA (OAB 3110/AM), ADV: FRANCISCO CARLOS PINHEIRO (OAB 7422/AM) - Processo 0205239-41.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: José Elias Oliveira - REQUERIDO: ARTHUR AUTO PEÇAS E ACESSÓRIOS - Posto isso, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para

contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: LUIZ PAULO FERNANDES (OAB 10080/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: MARCELO DA SILVA CARLOS (OAB 7366/AM), ADV: LIA CAROLINA SANTOS DA SILVA (OAB 6874/AM) - Processo 0600360-62.2014.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Mayara Silva Fernandes - REQUERIDO: TIM Celular S/A - Da análise aos autos, verifico que não está garantido o Juízo, tendo em vista que o cálculo elaborado pela Secretaria não incluiu a multa de 20%, que foi aplicada na Sentença que julgou improcedentes os embargos à execução, conforme fls. 183/184, razão pela qual chamo à ordem, tornado sem efeito o despacho de fl. 238. À Secretaria para retificar o cálculo, incluindo a multa de 20% sobre o valor executado à época da condenação (R$ 21.087,32), bem como os honorários de sucumbência sobre o valor da condenação (R$ 15.000,00), devendo este último ser acrescido da multa de 10%, prevista no art. 523, §1º do CPC, uma vez que a parte executada não realizou o pagamento voluntário, mesmo sendo devidamente intimada. Após cálculo do remanescente, proceda-se de imediato com a penhora via BACENJUD, prosseguindo-se a execução nos termos do despacho de fl. 220. Concluídas a diligências, voltem-me concluso.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: AMANDA JULIELE GOMES DA SILVA (OAB 165687/MG) - Processo 0600557-75.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Cladal Administradora e Corretora de Seguros Ltda - De ordem, ante a penhora realizada nos autos, INTIMO A PARTE EXECUTADA para querendo, APRESENTAR EMBARGOS À EXECUÇÃO, no prazo legal de 15 (quinze) dias, conforme determinado no Despacho que deu início a presente execução.

ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0600671-14.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, ante a penhora realizada nos autos, INTIMO A PARTE EXECUTADA para querendo, APRESENTAR EMBARGOS À EXECUÇÃO, no prazo legal de 15 (quinze) dias, conforme determinado no Despacho que deu início a presente execução.

ADV: FÁBIO ANTÔNIO DE SOUZA SEGUNDO (OAB 7966/AM) - Processo 0601213-63.2017.8.04.0016 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Dilma Marcia Colares de Vasconcelos - De ordem, INTIMO a parte autora/exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se sobre o valor depositado pela parte ré/executada. Caso queira, no mesmo prazo, poderá indicar os dados bancários completos para confecção do respectivo Alvará Judicial, quando este for autorizado.

ADV: SANDRA RÉGIA DUDA CLEMENTE (OAB 9376/AM), ADV: DAVID SALEON GOMES ABECASSIS (OAB 9614/AM), ADV: ADONIS MACIEL PAES (OAB 8865/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ELMISON ROSA BEZERRA (OAB 10499/AM), ADV: BRIGITE DA SILVA GARRIDO (OAB 12840/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0601472-32.2015.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial Turim - REQUERIDO: ADER DA SILVA NARCELHA e outro - Isso posto, julgo extinta a execução por ausência de bens, nos termos do art. 53, § 4º da Lei n. 9.099/95 5 c/c Enunciado n. 75 do FONAJE. Expeça-se o Alvará Judicial em favor do Arrematante (fl. 173). Cumpra-se as demais diligências. P.R.I. Após, arquivem-se os autos.

ADV: MARINILDO CASTRO DA FONSECA (OAB 13101/AM), ADV: CRISTIANE SILVA MAIA DO CARMO (OAB 12087/AM), ADV: GRAZIELA ALBUQUERQUE DA SILVA (OAB 11097/AM) - Processo 0603076-57.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Repetição de indébito - REQUERENTE: Rita da Costa Sales - De ordem, INTIMO a parte autora/exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se sobre o valor depositado pela parte ré/executada. Caso queira, no mesmo prazo, poderá indicar os dados bancários completos para confecção do respectivo Alvará Judicial, quando este for autorizado.

ADV: CÁSSIO CHAVES CUNHA (OAB 12268/PA) - Processo 0603354-58.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - De ordem, INTIMO a PARTE EXECUTADA para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o cumprimento voluntário da obrigação exequenda, conforme determinado no Despacho que deu início a presente execução.

ADV: LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM), ADV: DINAH NASCIMENTO TEIXEIRA (OAB 7204/AM) - Processo 0603517-67.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Edivan da Fonseca Lira - REQUERIDO: Câmara de Dirigentes Lojistas de Bebedouro - Posto isso, julgo improcedente o pedido formulado pela parte autora em face da parte ré. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: CELSO JOSE DIAS (OAB 11774/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0603589-54.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Celso Jose Dias - REQUERIDO: Claro S/A - Posto isso, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: DANIEL JOSE SAMPAIO DE BRITO (OAB 12178/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0604147-26.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Raphaela Beatriz Gomes de Lira - REQUERIDO: Claro S/A - Posto isso, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para condenar a parte ré, a título de compensação por dano moral, a pagar o valor de R$4.000,00 (Quatro mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Declaro inexistente a fatura de fl. 12 bem como cancelado o serviço sob o código 121/216477865 em nome da parte autora. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I.C. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM) - Processo 0605181-36.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Lucciano Luiz Libório Almeida - REQUERIDO: Claro S/A - Posto isso, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para condenar a parte ré, a título de compensação por dano moral, a pagar o valor de R$4.000,00 (Quatro mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Declaro inexistente a multa por rescisão contratual, evidenciada na fatura de fl. 56. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem

custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I.C. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: PEDRO MORAIS DE BRITO JUNIOR (OAB 10803/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0605845-67.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Joaquim Carlos Teixeira - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: PRISCILA NEVES SILVA COSTA (OAB 12879/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0606009-32.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Valdecy Matos da Silva - REQUERIDO: Claro S/A - Posto isso, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0606833-25.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - De ordem, INTIMO a PARTE EXECUTADA para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o cumprimento voluntário da obrigação exequenda, conforme determinado no Despacho que deu início a presente execução.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0607322-96.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Cartão de Crédito - EXECUTADO: Banco BMG S/A - De ordem, ante a penhora realizada nos autos, INTIMO A PARTE EXECUTADA para querendo, APRESENTAR EMBARGOS À EXECUÇÃO, no prazo legal de 15 (quinze) dias, conforme determinado no Despacho que deu início a presente execução.

ADV: HECTOR DANIEL LOBO FERREIRA (OAB 12717/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0607682-60.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Mirian Brito Lobo - EXECUTADO: Claro S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM) - Processo 0607969-23.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Francisca Pereira Rosas - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0608201-06.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, ante a penhora realizada nos autos, INTIMO A PARTE EXECUTADA para querendo, APRESENTAR EMBARGOS À EXECUÇÃO, no prazo legal de 15 (quinze) dias, conforme determinado no Despacho que deu início a presente execução.

ADV: LUCIANO DA SILVA BURATTO (OAB 179235/SP), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: JADILSON JOSÉ CHAVES DA COSTA (OAB 10490/AM) - Processo 0608219-56.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Felipe da Silva Dutra - REQUERIDO: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL I - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: MATIAS AZEVEDO RODRIGUES (OAB 14378/AM) - Processo 0608742-68.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Juscelino Cabral de Vasconcelos - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: LUCIANO DA SILVA ROCHA (OAB 9788/AM), ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0608808-48.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Marco Almeida - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: FERNANDA PRESTES DE LIMA (OAB 8776/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM) - Processo 0608964-36.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Fernanda Prestes de Lima - REQUERIDO: Claro S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art.

10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIA (OAB 63440/MG) - Processo 0610062-61.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, INTIMO a PARTE EXECUTADA para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o cumprimento voluntário da obrigação exequenda, conforme determinado no Despacho que deu início a presente execução.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0611179-82.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - RECLAMANTE: Rodrigo Barbosa Vilhena - RECLAMADO: Claro S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Exclua-se da pauta a audiência de instrução e julgamento, ora aprazada. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: ANGÉLICA MARIA MONTEIRO DUARTE (OAB 2659/AM), ADV: RODRIGO RODRIGUES DIAS DE ALMEIDA (OAB 2518/AM), ADV: NAUDAL RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 4068/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: ROSQUILD AZÊDO OMENA (OAB A605/AM) - Processo 0612927-91.2015.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Cobrança indevida de ligações - EXEQUENTE: Rosquild Azêdo Omena - EXECUTADO: Telefônica Brasil S/A - Isto posto, julgo parcialmente procedente os presentes EMBARGOS À EXECUÇÃO. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e devidamente preparado, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar no prazo de 10(dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Eg. Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado desta Sentença, expeça-se o alvará judicial do valor depositado à fl. 231, em favor da parte embargada; do valor penhorado via BACENJUD à fl. 262, expeçam-se os respectivos alvarás judiciais, sendo o valor de R$ 641,62 em favor da parte embargada e o saldo excedente em favor da parte embargante. Em seguida, arquivem-se.

ADV: EDUARDO CHALFIN (OAB A1140/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0617798-62.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXECUTADO: Mercadopago.com Representações Ltda - De ordem, ante a penhora realizada nos autos, INTIMO A PARTE EXECUTADA para querendo, APRESENTAR EMBARGOS À EXECUÇÃO, no prazo legal de 15 (quinze) dias, conforme determinado no Despacho que deu início a presente execução.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: MARINA REZENDE LOPES (OAB 12153/AM), ADV: RONALDO THALES UCHÔA BRANDÃO (OAB 12738/AM), ADV: DAVID CUNHA NOVOA (OAB 10777/AM), ADV: JENNIFER GUIMARÃES DA SILVA (OAB 13314/AM), ADV: ROBERTO TRIGUEIRO FONTES (OAB 692A/AM), ADV: JÉSSICA SANTANA MAGNANI (OAB 10343/AM) - Processo 0620846-29.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Diego da Silva Lemos - REQUERIDO: Sodecam -Sociedade de Desenvolvimento Cultural do Amazonas Ltda (uninorte) - Posto isso, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para condenar a parte ré, a título de compensação por dano moral, a pagar o valor de R$8.000,00 (oito mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. JULGO PROCEDENTE o pedido para condenar a parte ré, a título de restituição por dano material, a pagar o valor de R$ 3.732,12(três mil, setecentos e trinta e dois reais e doze centavos), incidindo juros e correção monetária a partir da citação. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I.C. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: ÉRICO DE OLIVEIRA GONÇALO (OAB 5165/AM) - Processo 0621030-48.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - REQUERENTE: Maria Luzia Nascimento Marques - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano o suposto direito alegado, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 08/11/2019 às 15:15h. Cite-se e intime-se.

ADV: HAROLDO MALIZIA JÚNIOR (OAB 13447/AM) - Processo 0621965-88.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Denise Andreia Carneiro dos Santos - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não foi acostado média de consumo anterior que demostrasse excessividade na cobrança que originou o suposto corte, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 18/12/2019 às 09:15h. Cite-se e intime-se.

ADV: LETÍCIA MASCARENHAS DIAS (OAB 9099/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0622053-29.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jomhara Rodrigues Barroncas - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta ilegalidade do desconto, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 22/01/2020 às 10:45h. Cite-se e intime-se.

ADV: BRUNO OLIVEIRA MEDEIROS (OAB 7203/AM) - Processo 0622099-18.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: A.A.S.N. - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez

que não é possível verificar de plano os supostos transtornos alegado, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 21/01/2020 às 08:00h. Cite-se e intime-se.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0623372-32.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Marli Souza da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano o suposto direito alegado bem como a ilegalidade dos descontos, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 22/01/2020 às 08:30h. Cite-se e intime-se.

ADV: ORLANDO PATRÍCIO DE SOUSA (OAB 7705/AM) - Processo 0623494-45.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Energia Elétrica - REQUERENTE: Raimundo Cavalcante da Silva - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a inscrição indevida nos cadastros de Órgãos de restrição ao crédito bem como a ilegalidade no suposto corte do serviço, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 04/11/2019 às 14:30h. Cite-se e intime-se.

ADV: NELSON CLAY FERNANDES TAVARES (OAB 8453/AM), ADV: ANA HELLEN BRANDÃO FURTADO (OAB 8509/AM) - Processo 0623496-15.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Thiago José Figueiredo - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta inscrição indevida nos cadastros de Órgãos de restrição ao crédito, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 16/12/2019 às 12:00h. Cite-se e intime-se.

ADV: OBERDAN MUSSA TORRES (OAB 14386/AM) - Processo 0624000-21.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Eliedem Ferreira Farias - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta ilegalidade do desconto, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 22/01/2020 às 09:00h. Cite-se e intime-se.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0624208-05.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Rosely Santos de Oliveira - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta ameaça de corte do serviço, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 04/11/2019 às 14:45h. Cite-se e intime-se.

ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM) - Processo 0624345-84.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Rosimar Monteiro da Silva - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta ilegalidade da cobrança, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 04/11/2019 às 15:30h. Cite-se e intime-se.

ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM) - Processo 0624368-30.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Adelane de Lima Chaves - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta ilegalidade da cobrança, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 06/11/2019 às 13:30h. Cite-se e intime-se.

ADV: JADSON DA SILVA SANTIAGO (OAB 12942/AM) - Processo 0624643-76.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes

- REQUERENTE: José Francisco do Nascimento - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta inscrição indevida nos cadastros de Órgãos de restrição ao crédito bem como da ilegalidade da cobrança, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 21/01/2020 às 09:45h. Cite-se e intime-se.

ADV: ELON ATALIBA DE ALMEIDA (OAB 6746/AM) - Processo 0624706-04.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Evelyn Miranda de Oliveira - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não foi acostado nenhuma ameaça de inclusão nos cadastros de negativação, sendo necessária aguardar a analise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 21/01/2020 às 09:30h. Cite-se e intime-se.

ADV: FERNANDO SAM DO NASCIMENTO NUNES (OAB 10736/AM) - Processo 0624804-86.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Nelson Teixeira da Silva - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta inscrição indevida nos cadastros de Órgãos de restrição ao crédito, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 21/01/2020 às 09:15h. Cite-se e intime-se.

ADV: ROSEANE TORRES LIMA (OAB 10525/AM) - Processo 0625119-17.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Marcia Moura Reis - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano o suposto direito alegado bem como a ilegalidade no corte de serviço e/ou na inscrição do cadastros de Órgãos de restrição ao crédito, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 08/11/2019 às 15:45h. Cite-se e intime-se.

ADV: MARIA AUXILIADORA CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 6102/AM), ADV: JOSÉ DE JESUS GOUVÊA OLIVEIRA JÚNIOR (OAB 10793/AM), ADV: MOISÉS CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 5912/AM) - Processo 0625168-58.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Francisca da Costa Lima - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta ilegalidade da cobrança bem como não foi acostado nenhuma ameaça de inclusão nos cadastros de negativação, sendo necessária aguardar a analise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 18/12/2019 às 10:45h. Cite-se e intime-se.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0625321-91.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Leron R Santiago - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta ilegalidade do desconto, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 21/01/2020 às 10:15h. Cite-se e intime-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0625377-27.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cláusulas Abusivas - RECLAMANTE: Maria de Nazare Picanço Barbosa - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta ilegalidade do desconto, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 22/01/2020 às 09:30h. Cite-se e intime-se.

ADV: ROBERTO DA SILVA TAVARES (OAB 3160/AM) - Processo 0625465-65.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - RECLAMANTE: Bruno da Gama Monteiro - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento

da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta ilegalidade da cobrança bem como não foi acostado nenhuma ameaça de inclusão nos cadastros de negativação, sendo necessária aguardar a analise do mérito com maior dilação probatória nos autos., sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 18/12/2019 às 11:15h. Cite-se e intime-se.

ADV: AMANDA DE SOUZA TRINDADE AIZAWA (OAB 5979/AM) - Processo 0625602-47.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Eliane Tomé de Menezes - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta ilegalidade da cobrança bem como não foi acostado nenhuma ameaça de inclusão nos cadastros de negativação, sendo necessária aguardar a analise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 17/12/2019 às 10:15h. Cite-se e intime-se.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0625671-79.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Nacilvo dos Santos - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano o suposto direito alegado bem como não foi acostado nenhuma ameaça de inclusão nos cadastros de negativação, sendo necessária aguardar a analise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 12/12/2019 às 09:30h. Cite-se e intime-se.

ADV: CEZAR HENRIQUE DE CASTRO LOPES (OAB 9149/AM) - Processo 0625680-41.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: José Fabricio de Souza Torres - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não foi acostado nenhuma ameaça de inclusão nos cadastros de negativação, sendo necessária aguardar a analise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 21/01/2020 às 08:30h. Cite-se e intime-se.

ADV: RAFAEL GONÇALVES MADURO (OAB 3409/AM) - Processo 0625725-45.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Simão Gonçalves Maduro - Trata-se de demanda com tutela provisória de urgência. Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, verifico a probabilidade do direito alegado pela parte autora, bem como o perigo de dano decorrente da ameaça de interrupção do serviço de fornecimento de energia elétrica em sua residência e de inclusão do seu nome no cadastro restritivo, estando, portanto, tal medida em conformidade com o disposto no art.300 do CPC. Ante o exposto, com fulcro no §2º, do art. 300, do CPC, defiro os pedidos de tutela provisória. Por conseguinte, determino que seja expedido Ofício à parteré para que, no tocante à fatura indicada à fl. 18 e no valor de R$10.995,38 (dez mil novecentos e noventa e cinco reías e trinta e oito centavos) se abstenha de incluir o nome da parte autora nos Órgãos de restrição ao crédito e que se abstenha de suspender o serviço de fornecimento de energia elétrica na residência da parte autora, matrícula n.9465014 e, caso esteja suspenso, que restabeleça-o no prazo de 2 (dois) dias a contar do recebimento desta decisão, sob pena de multa diária de R$ 300,00 (trezentos reais), limitada a 10 (dez) dias-multa, a ser revertida em favor da parte autora. Audiência de conciliação designada para o dia 21/01/2020 às 10:00h. Cite-se e intime-se.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0625916-90.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Afrânio dos Santos Araujo - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta ilegalidade do desconto, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 22/01/2020 às 09:45h. Cite-se e intime-se.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0625932-44.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Claudionora Delgado do Nascimento - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta ilegalidade do desconto, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 22/01/2020 às 08:00h. Cite-se e intime-se.

ADV: IRLÂNDIA BELO LIMA (OAB 12496/AM) - Processo 0625961-94.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Mariedina Sanches Craveiro - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta ilegalidade dos descontos, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no

futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 22/01/2020 às 08:15h. Cite-se e intime-se.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0625971-41.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Dever de Informação - REQUERENTE: Nelson Silva dos Santos - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta ilegalidade do desconto, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 22/01/2020 às 10:00h. Cite-se e intime-se.

ADV: MARIA AUXILIADORA DOS SANTOS BENIGNO (OAB 236604/SP) - Processo 0626004-31.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Jacira Costa Pereira - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano o suposto direito alegado sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 21/01/2020 às 11:45h. Cite-se e intime-se.

ADV: NEY ALEXANDRE LIMA LIRA (OAB 13607/AM) - Processo 0626022-52.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Energia Elétrica - REQUERENTE: Alberto Vale de Oliveira - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta ameaça de corte do serviço bem como não foi acostado documento que efetivamente comprovasse a inscrição alegada, dificultando inclusive o verificação de ocorrência de outras inscrições, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 22/01/2020 às 09:15h. Cite-se e intime-se.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0626041-58.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Haida Aragão de Carvalho - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta ilegalidade do desconto, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 21/01/2020 às 10:45h. Cite-se e intime-se.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0626216-52.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Tarifas - REQUERENTE: Francisco Moreira Filho - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta ilegalidade do desconto, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 21/01/2020 às 08:15h. Cite-se e intime-se.

ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM) - Processo 0626231-21.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Weekend Club Ponta Negra - De ordem, verifico que não consta nos autos escritura pública registrada em cartório ou a certidão de registro de imóveis atualizada, demonstrando ser a parte ré indicada a proprietária do imóvel objeto da cobrança das cotas condominiais inadimplidas. Desse modo, INTIMO A PARTE AUTORA para, no prazo de 15 (quinze) dias, corrigir a irregularidade apontada, apresentando o referido documento, sob pena de indeferimento da inicial.

ADV: CHRISLINE PATRICIA PANTOJA WILLIAMS (OAB 15746/PA) - Processo 0626262-41.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Arthur Toledo dos Santos - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta inscrição indevida nos cadastros de Órgãos de restrição ao crédito bem como a ilegalidade das cobranças, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 22/01/2020 às 10:30h. Cite-se e intime-se.

ADV: LEONARDO FERNANDES RODRIGUES DA SILVA (OAB 6276/AM) - Processo 0626270-18.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Márcia Fernandes Rodrigues da Silva - De ordem, fica designado o dia 21/01/2020 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARCOS CIRINO SERRA (OAB 5843/AM) - Processo 0626319-59.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Edno Passos Martins - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta ilegalidade do

desconto, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 23/01/2020 às 08:00h. Cite-se e intime-se.

ADV: LUÍS MAGNUM BARROS SANTOS (OAB 8512/AM) - Processo 0626335-13.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste contratual - REQUERENTE: Rafael Tavares Benezar - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano os supostos direitos alegados, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 22/01/2020 às 11:00h. Cite-se e intime-se.

ADV: GIZELLY CARREIRO DE AQUINO SOARES (OAB 9173/AM) - Processo 0626394-98.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Bianca Pontes Correa - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta inscrição indevida nos cadastros de Órgãos de restrição ao crédito, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 23/01/2020 às 08:30h. Cite-se e intime-se.

ADV: FERNANDO SAM DO NASCIMENTO NUNES (OAB 10736/AM) - Processo 0626420-96.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Kamila de Souza Oliveira - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta inscrição indevida nos cadastros de Órgãos de restrição ao crédito, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 22/01/2020 às 11:45h. Cite-se e intime-se.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0626502-64.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - De ordem, INTIMO a PARTE EXECUTADA para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o cumprimento voluntário da obrigação exequenda, conforme determinado no Despacho que deu início a presente execução.

ADV: VITO EDUARDO DE AMORIM ANDRELINO (OAB 9463/AM) - Processo 0626536-05.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Hudson Ramos Ferreira - De ordem, verifico que não foi juntado comprovante de residência adequado (ilegível, boleto bancário ou declaração própria de residência) ou o mesmo encontra-se em desconformidade com a Portaria n. 001/2012-CGJECC, in vebis: Art. 1º - DETERMINAR que as petições ajuizadas no sistema dos Juizados Especiais, venham de logo, acompanhada com os documentos indispensáveis a sua propositura, tais como: a) Identidade, CPF e comprovante de residência, com data recente (no máximo 06 meses), da parte requerente; b) Na hipótese de comprovante de residência ser de terceiro, deverá ser apresentado declaração deste, afirmando ser também o domicílio do requerente, bem como a cópia da identidade do declarante. Desse modo, INTIMO A PARTE AUTORA para, no prazo de 15 (quinze) dias, corrigir a irregularidade apontada, apresentando o documento de residência, em conformidade com referida Portaria, sob pena de indeferimento da inicial.

ADV: ALDERLAN CASTRO LEAL (OAB 13828/AM) - Processo 0626548-19.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Extinção - REQUERENTE: Paula Angela de Almeida Gomes - De ordem, verifico que não foi juntado comprovante de residência adequado (ilegível, boleto bancário ou declaração própria de residência) ou o mesmo encontra-se em desconformidade com a Portaria n. 001/2012-CGJECC, in vebis: Art. 1º - DETERMINAR que as petições ajuizadas no sistema dos Juizados Especiais, venham de logo, acompanhada com os documentos indispensáveis a sua propositura, tais como: a) Identidade, CPF e comprovante de residência, com data recente (no máximo 06 meses), da parte requerente; b) Na hipótese de comprovante de residência ser de terceiro, deverá ser apresentado declaração deste, afirmando ser também o domicílio do requerente, bem como a cópia da identidade do declarante. Desse modo, INTIMO A PARTE AUTORA para, no prazo de 15 (quinze) dias, corrigir a irregularidade apontada, apresentando o documento de residência, em conformidade com referida Portaria, sob pena de indeferimento da inicial.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0626569-92.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Everton Marques da Silva - De ordem, fica designado o dia 22/01/2020 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FRANCISLEY DE OLIVEIRA SALLES (OAB 5526/AM) - Processo 0626594-08.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Recanto Interativo - De ordem, fica designado o dia 21/01/2020 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: DANIELLE PEREIRA DE OLIVEIRA (OAB 3990/AM) - Processo 0626602-82.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Victor Veronez - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano os supostos direitos alegados, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 23/01/2020 às 08:15h. Cite-se e intime-se.

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM) - Processo 0626611-44.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Marcos Orleilson dos Santos Marques - De ordem, verifico que não foi juntado comprovante de residência adequado (ilegível, boleto bancário ou declaração própria de residência) ou o mesmo encontra-se em desconformidade com a Portaria n. 001/2012-CGJECC,

in vebis: Art. 1º - DETERMINAR que as petições ajuizadas no sistema dos Juizados Especiais, venham de logo, acompanhada com os documentos indispensáveis a sua propositura, tais como: a) Identidade, CPF e comprovante de residência, com data recente (no máximo 06 meses), da parte requerente; b) Na hipótese de comprovante de residência ser de terceiro, deverá ser apresentado declaração deste, afirmando ser também o domicílio do requerente, bem como a cópia da identidade do declarante. Desse modo, INTIMO A PARTE AUTORA para, no prazo de 15 (quinze) dias, corrigir a irregularidade apontada, apresentando o documento de residência, em conformidade com referida Portaria, sob pena de indeferimento da inicial.

ADV: EVERALDO FERNANDES (OAB 2113/AM) - Processo 0626638-27.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Everaldo Fernandes - De ordem, fica designado o dia 22/01/2020 às 08:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LUIZ GUSTAVO BARBOSA DE SOUZA FRANÇA (OAB 9528/AM) - Processo 0626686-83.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ivan Claudio Silva Catunda Medeiros - De ordem, verifico que não foi juntado comprovante de residência adequado (ilegível, boleto bancário ou declaração própria de residência) ou o mesmo encontra-se em desconformidade com a Portaria n. 001/2012-CGJECC, in vebis: Art. 1º - DETERMINAR que as petições ajuizadas no sistema dos Juizados Especiais, venham de logo, acompanhada com os documentos indispensáveis a sua propositura, tais como: a) Identidade, CPF e comprovante de residência, com data recente (no máximo 06 meses), da parte requerente; b) Na hipótese de comprovante de residência ser de terceiro, deverá ser apresentado declaração deste, afirmando ser também o domicílio do requerente, bem como a cópia da identidade do declarante. Desse modo, INTIMO A PARTE AUTORA para, no prazo de 15 (quinze) dias, corrigir a irregularidade apontada, apresentando o documento de residência, em conformidade com referida Portaria, sob pena de indeferimento da inicial.

Adonis Maciel Paes (OAB 8865/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alderlan Castro Leal (OAB 13828/AM)
Alexandre Fonseca de Mello (OAB 222219/SP)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Amanda de Souza Trindade Aizawa (OAB 5979/AM)
Amanda Juliele Gomes da Silva (OAB 165687/MG)
Ana Hellen Brandão Furtado (OAB 8509/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Angélica Maria Monteiro Duarte (OAB 2659/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Ivan Olímpio da Silva (OAB 3110/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Brigite da Silva Garrido (OAB 12840/AM)
Bruno Oliveira Medeiros (OAB 7203/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Cássio Chaves Cunha (OAB 12268/PA)
Celso Jose Dias (OAB 11774/AM)
Cezar Henrique de Castro Lopes (OAB 9149/AM)
Chrisline Patricia Pantoja Williams (OAB 15746/PA)
Cristiane Silva Maia do Carmo (OAB 12087/AM)
Daniel Jose Sampaio de Brito (OAB 12178/AM)
Danielle Pereira de Oliveira (OAB 3990/AM)
David Cunha Novoa (OAB 10777/AM)
David Saleon Gomes Abecassis (OAB 9614/AM)
Dinah Nascimento Teixeira (OAB 7204/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Eduardo Chalfin (OAB A1140/AM)
Elmison Rosa Bezerra (OAB 10499/AM)
Elon Ataliba de Almeida (OAB 6746/AM)
Érico de Oliveira Gonçalo (OAB 5165/AM)
Everaldo Fernandes (OAB 2113/AM)
Fábio Antônio de Souza Segundo (OAB 7966/AM)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Fernanda Prestes de Lima (OAB 8776/AM)
Fernando Sam do Nascimento Nunes (OAB 10736/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francisco Carlos Pinheiro (OAB 7422/AM)
Francisley de Oliveira Salles (OAB 5526/AM)
Gizelly Carreiro de Aquino Soares (OAB 9173/AM)
GRAZIELA ALBUQUERQUE DA SILVA (OAB 11097/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Haroldo Malizia Júnior (OAB 13447/AM)
Hector Daniel Lobo Ferreira (OAB 12717/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique Lima Marinheiro (OAB 9324/AM)
Irlândia Belo Lima (OAB 12496/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Jadilson José Chaves da Costa (OAB 10490/AM)
Jadson da Silva Santiago (OAB 12942/AM)
Jennifer Guimarães da Silva (OAB 13314/AM)
Jéssica Santana Magnani (OAB 10343/AM)
José de Jesus Gouvêa Oliveira Júnior (OAB 10793/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM)
Leonardo Fernandes Rodrigues da Silva (OAB 6276/AM)
Letícia Mascarenhas Dias (OAB 9099/AM)
Lia Carolina Santos da Silva (OAB 6874/AM)
Luan Carlos Brasil Barbosa (OAB 14197/AM)
Luciano da Silva Buratto (OAB 179235/SP)
Luciano da Silva Rocha (OAB 9788/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Magnum Barros Santos (OAB 8512/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Gustavo Barbosa de Souza França (OAB 9528/AM)
Luiz Paulo Fernandes (OAB 10080/AM)
Marcelo da Silva Carlos (OAB 7366/AM)
Marcelo Tostes de Castro Maia (OAB 63440/MG)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos Cirino Serra (OAB 5843/AM)
Maria Auxiliadora Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 6102/AM)
Maria Auxiliadora dos Santos Benigno (OAB 236604/SP)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Marina Rezende Lopes (OAB 12153/AM)
Marinildo Castro da Fonseca (OAB 13101/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Matias Azevedo Rodrigues (OAB 14378/AM)
Moisés Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 5912/AM)
Naudal Rodrigues de Almeida (OAB 4068/AM)
Nelson Clay Fernandes Tavares (OAB 8453/AM)
Ney Alexandre Lima Lira (OAB 13607/AM)
Oberdan Mussa Torres (OAB 14386/AM)
Orlando Patrício de Sousa (OAB 7705/AM)
Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (OAB 8766/AM)
Pedro Morais de Brito Junior (OAB 10803/AM)
Priscila Neves Silva Costa (OAB 12879/AM)
Rafael Gonçalves Maduro (OAB 3409/AM)
Rayane Cristina Carvalho Lins (OAB 4544/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Renato Fernandes Mariano (OAB 8246/AM)
Roberto da Silva Tavares (OAB 3160/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Roberto Trigueiro Fontes (OAB 692A/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Rodrigues Dias de Almeida (OAB 2518/AM)
Ronaldo Thales Uchôa Brandão (OAB 12738/AM)
Roseane Torres Lima (OAB 10525/AM)
Rosquild Azêdo Omena (OAB A605/AM)
Sandra Régia Duda Clemente (OAB 9376/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thiago Mahfuz Vezzi (OAB 11937A/AL)
Victor Hugo Trindade Simões (OAB 9286/AM)
Vilma Oliveira dos Santos (OAB 542A/AM)
Vito Eduardo de Amorim Andrelino (OAB 9463/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

14ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 14ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0149/2019

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0609194-41.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Francisco de Assis Soares de Souza - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 04/10/2019 às 13:30h, nesta vara, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, situado na Av Noel Nutels, s/n, em frente ao posto do INSS, Cidade Nova I, CEP 69095-000. Fone: 2127-7348, e-mail: 14je.civel@tjam.jus.br. Manaus, 18 de setembro de 2019. Cristiane Padilha Cairo Escrivã(o)/Secretária(o) CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Lei 9099/95 - Lei dos Juizados Especiais Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; FONAJE - Fórum Nacional de Juízes Estaduais ENUNCIADO 11 - Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia. OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: ADAM OLIVEIRA MONTEIRO (OAB 14175/AM) - Processo 0609711-46.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Rosivaldo Jorge Rodrigues dos Santos - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 18/10/2019 às 10:15h, nesta vara, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, situado na Av Noel Nutels, s/n, em frente ao posto do INSS, Cidade Nova I, CEP 69095-000. Fone: 2127-7348, e-mail: 14je.civel@tjam.jus.br. Manaus, 17 de setembro de 2019. Cristiane Padilha Cairo Escrivã(o)/Secretária(o) CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Lei 9099/95 - Lei dos Juizados Especiais Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; FONAJE - Fórum Nacional de Juízes Estaduais ENUNCIADO 11 - Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia. OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0609857-87.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Herick Rallyson dos Reis Rodrigues - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 18/10/2019 às 09:30h, nesta vara, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, situado na Av Noel Nutels, s/n, em frente ao posto do INSS, Cidade Nova I, CEP 69095-000. Fone: 2127-7348, e-mail: 14je.civel@tjam.jus.br. Manaus, 17 de setembro de 2019. Cristiane Padilha Cairo Escrivã(o)/Secretária(o) CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Lei 9099/95 - Lei dos Juizados Especiais Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; FONAJE - Fórum Nacional de Juízes Estaduais ENUNCIADO 11 - Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia. OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: HELDER CINTRA BASTOS (OAB 12929/AM) - Processo 0609912-38.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Marcia Maria Hassan Passos - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 18/10/2019 às 11:30h, nesta vara, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, situado na Av Noel Nutels, s/n, em frente ao posto do INSS, Cidade Nova I, CEP 69095-000. Fone: 2127-7348, e-mail: 14je.civel@tjam.jus.br. Manaus, 18 de setembro de 2019. Cristiane Padilha Cairo Escrivã(o)/Secretária(o) CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Lei 9099/95 - Lei dos Juizados Especiais Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; FONAJE - Fórum Nacional de Juízes Estaduais ENUNCIADO 11 - Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia. OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: FERNANDO SAM DO NASCIMENTO NUNES (OAB 10736/AM) - Processo 0609927-07.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Nicelany Assunção Borges - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 18/10/2019 às 09:00h, nesta vara, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, situado na Av Noel Nutels, s/n, em frente ao posto do INSS, Cidade Nova I, CEP 69095-000. Fone: 2127-7348, e-mail: 14je.civel@tjam.jus.br. Manaus, 18 de setembro de 2019. Cristiane Padilha Cairo Escrivã(o)/Secretária(o) CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Lei 9099/95 - Lei dos Juizados Especiais Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; FONAJE - Fórum Nacional de Juízes Estaduais ENUNCIADO 11 - Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia. OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do

Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0609935-81.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Valmira de Souza Cajueiro - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 18/10/2019 às 09:30h, nesta vara, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, situado na Av Noel Nutels, s/n, em frente ao posto do INSS, Cidade Nova I, CEP 69095-000. Fone: 2127-7348, e-mail: 14je.civel@tjam.jus.br. Manaus, 18 de setembro de 2019. Cristiane Padilha Cairo Escrivã(o)/Secretária(o) CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Lei 9099/95 - Lei dos Juizados Especiais Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; FONAJE - Fórum Nacional de Juízes Estaduais ENUNCIADO 11 - Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia. OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: MANOEL VICENTE DA SILVA NETO (OAB 13488/AM) - Processo 0609949-65.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Jose Antonio Azevedo de Albuquerque - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 18/10/2019 às 08:30h, nesta vara, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, situado na Av Noel Nutels, s/n, em frente ao posto do INSS, Cidade Nova I, CEP 69095-000. Fone: 2127-7348, e-mail: 14je.civel@tjam.jus.br. Manaus, 18 de setembro de 2019. Cristiane Padilha Cairo Escrivã(o)/Secretária(o) CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Lei 9099/95 - Lei dos Juizados Especiais Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; FONAJE - Fórum Nacional de Juízes Estaduais ENUNCIADO 11 - Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia. OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: ARMANDO DE SOUZA NEGRÃO (OAB 1982/AM) - Processo 0610009-38.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Sylvia da Costa Negrão - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 18/10/2019 às 11:00h, nesta vara, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, situado na Av Noel Nutels, s/n, em frente ao posto do INSS, Cidade Nova I, CEP 69095-000. Fone: 2127-7348, e-mail: 14je.civel@tjam.jus.br. Manaus, 18 de setembro de 2019. Cristiane Padilha Cairo Escrivã(o)/Secretária(o) CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Lei 9099/95 - Lei dos Juizados Especiais Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; FONAJE - Fórum Nacional de Juízes Estaduais ENUNCIADO 11 - Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia. OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

Adam Oliveira Monteiro (OAB 14175/AM)
Armando de Souza Negrão (OAB 1982/AM)
Fernando Sam do Nascimento Nunes (OAB 10736/AM)
Helder Cintra Bastos (OAB 12929/AM)
Luan Carlos Brasil Barbosa (OAB 14197/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Manoel Vicente da Silva Neto (OAB 13488/AM)

15ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 15º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0200/2019

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0205720-04.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia - REQUERIDO: Tim Celular S/A - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: ENY BITTENCOURT (OAB 29442/BA) - Processo 0629592-80.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Diana Silva Souza - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Eny Bittencourt (OAB 29442/BA)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Joaab Melo Barbosa (OAB 8348/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)

16ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0214/2019

ADV: MARIA DE JESUS DE SOUZA LIMA (OAB 3076/AM), ADV: NAIRA CAROLINA PICANÇO DE LIMA (OAB 6611/AM) - Processo 0607744-90.2016.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Obrigações - EXEQUENTE: Jj Rodrigues Comercio de Lubrificantes Ltda - EXECUTADO: Abrahão Silva de Oliveira

- De ordem, em razão da ausência de manifestação da parte interessada, encaminho os presentes autos para a baixa.

Maria de Jesus de Souza Lima (OAB 3076/AM)

Naira Carolina Picanço de Lima (OAB 6611/AM)

18ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 18ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

JUIZ(A) DE DIREITO THEMIS CATUNDA DE SOUZA LOURENÇO

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL PAULO MIGUEL DA SILVA ARAUJO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0070/2019

ADV: ANA CARLA RODRIGUES DE PAULA (OAB 10352/AM) - Processo 0600868-29.2019.8.04.0016 - Termo Circunstanciado - Ameaça - VÍTIMAFATO: Amazonino Alves de Oliveira - Marilene da Silva Gomes - AUTORFATO: Thomas Henrique Ferreira Bispo - Fica V. Sa. INTIMADO(A) a comparecer nesta 18ª Vara do Juizado Especial Criminal, às 09:30h, do dia 23/10/2019, com o fim de integrar a Audiência de Conciliação na Autuação Sumária n° 0600868-29.2019.8.04.0016 instaurada para apurar, em tese, a prática das infrações de Ameaça. Ficando na sua responsabilidade informar seus clientes. Atenciosamente, Paulo Miguel da Silva Araujo. Diretor de Secretaria.

ADV: WALDENIZE ROBERTO TEIXEIRA (OAB 4699/AM) - Processo 0601153-22.2019.8.04.0016 - Termo Circunstanciado - Ameaça - VÍTIMAFATO: Ivania Regina de Souza Rebouças - Leilane Rebouças de Lira - AUTORAFATO: Leilane Rebouças de Lira - Ivania Regina de Souza Rebouças - Fica Vossa Senhoria intimada do Despacho: “R. Hoje. Verifica-se que a procuração acostada aos autos não preenche todos os requisitos do art. 44 do CPP. Como se sabe, a ação penal privada, para ser validamente ajuizada, depende, dentre outros requisitos essenciais, da estrita observância, por parte do querelante, da formalidade imposta pelo art. 44 do CPP, que exige constem, da procuração, a indicação do nome do querelado e a menção expressa ao fato criminoso, bastando, quanto a este, que o instrumento contenha, ao menos, referência do tipo delituoso. Posto isto, intime-se a vítima para regularizar sua representação processual dentro do prazo decadencial previsto no art. 103 do CP, sob pena de extinção da punibilidade da querelada pela decadência. Cumpra-se. Manaus, 12 de setembro de 2019. Themis Catunda de Souza Lourenço. Juíza de Direito.”

ADV: ROBERTO VINICIUS FONSECA SILVEIRA DA SILVA (OAB 14550/AM) - Processo 0601179-20.2019.8.04.0016 (apensado ao processo 0601005-11.2019.8.04.0016) - Termo Circunstanciado - Leve - VÍTIMAFATO: Elza Parente Veras - AUTORFATO: Jair de Oliveira - Fica V. Sa. INTIMADO(A) a comparecer nesta 18ª Vara do Juizado Especial Criminal, às 11:00h, do dia 17/10/2019, com o fim de integrar a Audiência de Conciliação na Autuação Sumária n° 0601179-20.2019.8.04.0016 instaurada para apurar, em tese, a prática das infrações de Lesão Corporal Leve, Ameaça, Dano e Vias de fato. Atenciosamente, Paulo Miguel da Silva Araujo. Diretor de Secretaria.

Ana Carla Rodrigues de Paula (OAB 10352/AM)

Roberto Vinicius Fonseca Silveira da Silva (OAB 14550/AM)

Waldenize Roberto Teixeira (OAB 4699/AM)

SUMÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Presidente **Desembargador Yedo Simões de Oliveira**
Endereço **Av. André Aráujo s/n - CEP:69060-000**
Telefone **(092) 2129-6666**
Internet **www.tjam.jus.br**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA 1
SEÇÃO I 1
PRESIDÊNCIA 1
SECRETARIA JUDICIÁRIA 1
Decisões 1
SECRETARIA JUDICIARIA - RECURSOS 1
Decisões 1
Intimações 4
SECRETARIA DA CENTRAL DE PRECATÓRIOS 5
Listagem em ordem cronológica dos precatórios dos entes públicos devedores 5
SEÇÃO II 11
TRIBUNAL PLENO 11
Intimações 11
Decisões 11
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA 12
Intimações 12
SEÇÃO III 12
CÂMARAS REUNIDAS 12
Intimação 12
Pauta de Julgamento Designado 13
SEÇÃO IV 14
CÂMARAS ISOLADAS 14
PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL 14
Intimações 17
Pauta de Julgamento Designado 18
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL 26
Intimação 31
Julgamento Virtual 35
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL 38
Despachos 56
Intimações 56
Decisões 58
Pauta de Julgamento Virtual 60
PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL 61
Intimações 61
Decisões 62
Pauta de Julgamento Virtual 62
Julgamento Virtual 63
SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL 67
Conclusão de Acórdãos 67
Despachos 69
Decisões 70
Pauta de Julgamento Designado 70
Pauta de Julgamento Virtual 70
SEÇÃO VI 71
VARAS - COMARCA DA CAPITAL 71
1ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 71
2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 85
3ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 90
4ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 94
5ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 98
6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 102
7ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 114
8ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 116
9ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 119
10ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 128
11ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DO TRABALHO 138
12ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 144
13ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 148
14ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 154
15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 164
16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 169
17ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 178
18ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 185
19ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 188
20ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 200
1ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA 214
2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 217
3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 222
4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 224
5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 228
2ª VARA CRIMINAL 229
4ª VARA CRIMINAL 232
5ª VARA CRIMINAL 232
7ª VARA CRIMINAL 235
8ª VARA CRIMINAL 235
10ª VARA CRIMINAL 236
1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI 236
2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI 242
3ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI 250
VARA DE EXECUÇÃO PENAL 257
AUDITORIA MILITAR 260
1ª VARA DE FAMÍLIA 261
4ª VARA DE FAMÍLIA 280
5ª VARA DE FAMÍLIA 284
7ª VARA DE FAMÍLIA 285
VARA ESPECIALIZADA DA DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL 292
2ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES 296
4ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES 296
1ª VARA DE CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES 296
2ª Vara de Crimes contra a Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes 297
SEÇÃO VII 299
JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE CÍVEL 299
JUIZADO ESPECIALIZADO NO COMBATE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER 304
1º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher 304
2º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher 304
3º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher 306
VARA DO JUIZADO DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL 307
VARA INFRACIONAL DO JUIZADO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE 333
SEÇÃO VIII 334
TURMA RECURSAL 334
JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS - CAPITAL 336
1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 336
3ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 340
4ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 347
5ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 360
6ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 365
7ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 380
8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 389
10ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 397
11ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 403
12ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 412
13ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 422
14ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 432
15ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 433
16ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 433
18ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL 434